

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Elenita Malta Pereira**

*A ética do convívio ecossustentável:  
Uma biografia de José Lutzenberger*

Tese apresentada como requisito final à  
obtenção do título de Doutora junto ao  
Programa de Pós-Graduação em História da  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul.

**Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt**

Porto Alegre-RS

2016

*O biógrafo deve ir à frente do resto de nós, como o canário do mineiro testando a atmosfera, detectando falsidades, irrealidades, e a presença de convenções obsoletas. Seu senso de verdade deve estar vivo e na ponta dos dedos. E, novamente, desde que vivemos em um tempo em que mil câmeras estão apontadas por jornais, cartas e diários, de todos os ângulos, em direção a cada personagem, ele deve estar preparado para admitir versões contraditórias a respeito de uma mesma face. A biografia ampliará seu escopo mediante a visada escrutinadora de pontos embaraçosos. E dessa diversidade toda surgirá não uma vida desordenada, mas uma unidade mais rica.*

*Virgínia Wolf, em A arte da biografia*

*Dedico este trabalho à Lílly Lutzenberger:  
Por abrir as portas do APJL para esta pesquisa;  
Por sua incansável ajuda, do início ao fim da tese;  
E por sua parceria tão agradável e iluminadora,  
a cada viagem ao Acervo.*

#### CIP - Catalogação na Publicação

Pereira, Elenita Malta

A ética do convívio ecossustentável: Uma biografia de José Lutzenberger / Elenita Malta Pereira. -- 2016.

630 f.

Orientador: Benito Bisso Schmidt.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. José Lutzenberger. 2. biografia. 3. história ambiental. 4. ética do convívio ecossustentável. 5. história do ambientalismo.  
I. Schmidt, Benito Bisso, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo (a) autor (a).



## Agradecimentos

Escrever uma tese é algo solitário e insano, devo dizer. Mas, para que ela pudesse tornar-se realidade, no meu caso, o incentivo e o suporte de algumas pessoas foi muito importante.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, Benito Bisso Schmidt, pela acolhida inicial do projeto e, depois, quando o tema mudou completamente para a trajetória do Lutz. Agradeço demais pela leitura cuidadosa e dicas ótimas para melhorar a escrita do texto. Muito obrigada pela paciência, gentileza e atenção, desde o Mestrado, Benito.

Agradeço à pessoa que “plantou” a ideia inicial deste trabalho, a professora Isabel Carvalho, que, em 2010, me recomendou escrever sobre o Lutzenberger.

Agradeço às preciosas sugestões dos membros da banca de qualificação e da defesa final: Carla Rodeghero, Jalcione Almeida, José Augusto Pádua, Eunice Nodari e José Roque Junges. O professor Jalcione, mesmo que, infelizmente, não pôde estar presente na defesa final, sempre foi de uma generosidade imensa com meus trabalhos, agregando contribuições muito valiosas. Meu obrigada especial para a professora Eunice, que aceitou me receber na UFSC para o sanduíche no Brasil, em 2014.

Preciso agradecer a tod@s que aceitaram conceder entrevistas para a tese (listados nas fontes, no final do trabalho). Seus depoimentos foram valiosíssimos. Em especial, agradeço ao Sebastião Pinheiro, pela gentileza e disponibilidade de responder sempre meus questionamentos via *e-mail*.

Nesses quase cinco anos, algumas pessoas amigas estiveram presentes; perto ou longe, mas incentivando sempre. São elas o Jocelito Zala, a Mônica Karawejczyk, a Carla Lima, a Lyvia Vasconcelos, o Rodrigo Santos de Oliveira, a Clory Degrazia, o Jó Klanovicz. Obrigada pela amizade!

Agradeço demais a minha mãe, pelo suporte familiar para que tudo acontecesse; ao meu pai (*in memoriam*), por tudo e mais um pouco; ao Gabriel, cuja companhia e solicitações foram válvulas de escape durante a tese; ao Marcelo, pelo amor, paciência, dedicação, e por me ouvir sempre nos momentos difíceis.

Recebi bolsa da CAPES durante os dois primeiros anos da tese, e bolsa sanduíche no Brasil do CNPq, por isso agradeço a ambas agências.

Sou grata demais a Lilly Lutzenberger. Sem você a tese simplesmente não existiria. Sua disponibilidade foi essencial.

A todos os demais familiares, amigos e colegas não nomeados, que, de alguma forma ajudaram, por meio de palavras de incentivo, meu muito obrigada!

## Resumo

PEREIRA, Elenita Malta. **A ética do convívio ecossustentável: uma biografia de José Lutzenberger**. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

Esta tese visa a construção de uma biografia histórica do engenheiro agrônomo e ambientalista José Lutzenberger (1926-2002). O objetivo é compreender de que maneira a trajetória de Lutzenberger se articula com a construção de uma ética ecológica, em meio às lutas que ele protagonizou ao longo de trinta e um anos de militância ambiental. O fio condutor da narrativa é a ética ecológica, pois foi o elemento central em seu trabalho, que orientava sua própria visão de como o mundo deveria ser se a humanidade adotasse uma postura que priorizasse a ecologia. Utilizou-se, entre outros acervos, principalmente documentação do Arquivo Privado de José Lutzenberger (APJL): correspondência, recortes de jornais e revistas, iconografia, obras de Lutzenberger e de terceiros, documentos pessoais e oficiais, textos de depoimentos, conferências e de entrevistas, charges, textos técnicos. Também fizemos uso de fontes orais. A tese está estruturada em oito capítulos, de acordo com as lutas e posições ocupadas por Lutzenberger, ao longo de sua trajetória, enfocando as principais campanhas ambientalistas em que se envolveu, o cargo de Secretário de Meio Ambiente no governo Collor, sua atuação como empresário de “tecnologias suaves”, seu trabalho com educação ambiental e agricultura ecológica. O trabalho também analisa as redes de relações tecidas pelo personagem e a abordagem teórica em que se embasou para criar sua ética ecológica, de caráter ecocêntrico. Foi possível avançar no entendimento do arcabouço intelectual de Lutzenberger, bem como na dinâmica de sua militância, oferecendo uma sistematização dos princípios do que chamamos a *Ética Lutzenbergeriana*, ou **Ética do convívio ecossustentável**.

**Palavras-chave:** José Lutzenberger; ética ecológica; ética do convívio ecossustentável; ecocentrismo; história do ambientalismo; agricultura ecológica; biografia; história ambiental.

## Abstract

PEREIRA, Elenita Malta. **Ecologically sustainable life and ethics: a biography of José Lutzenberger**. Doctoral dissertation in History. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

This dissertation aims at constructing a historical biography of José Lutzenberger, agronomist and environmental engineer (1926-2002). This biography aids in observing how his trajectory is articulated with the construction of an ecological ethics amidst his protagonism in 31 years of environmental militancy. Ecological ethics conduces this narrative as this was the central element in his work, guiding his own view of how the world should be if Humanity adopted a posture that prioritized Ecology. The main documental source was his private archive (*Arquivo Privado de José Lutzenberger - APJL*). Other sources used were correspondence, news clippings, iconography, works by Lutzenberger and others, personal and official documents, textual testimonials, conferences and interviews, editorial cartoons, and technical texts. Oral sources have also been used. The 8-chapter structure of this dissertation delineates the positions occupied by Lutzenberger and his trajectory of fight, with focus on the main environmentalist campaigns with which he was involved, as well as his position as Secretary of the Environment during the Collor administration, his business in "soft technology", his work with ecological agriculture and environmental education. This study also presents analysis of the networks created around him, as well as the theoretical bases he used to create the ecological ethics with its eco-centric character. Advances in the understanding of Lutzenberger's intellectual outlines and of the dynamics of his militancy in this work offer a systematization of principles named the *Lutzenbergerian Ethics*, or the **Ethics of Eco-sustainable Life**.

**Keywords:** José Lutzenberger; ecological ethics; ethics of eco-sustainable life; eco-centrism; history of environmentalism; ecological agriculture; biography; Environmental History.

## Sumário

Acervos consultados.....	10
Listagem de abreviaturas.....	11
<i>Por uma ética ecológica: Introdução e questões teórico-metodológicas</i> .....	16
Considerações teóricas .....	22
Sobre as Fontes.....	45
Estrutura do trabalho .....	51
Capítulo 1 - De engenheiro agrônomo a ambientalista .....	54
De Jolch a Lutz: Vida em família.....	55
De cartas e adubos: O executivo da BASF .....	69
Um momento de virada: Finalizando o capítulo .....	88
Capítulo 2: O porta voz da Ecologia (Anos 1970).....	90
A fundação da AGAPAN.....	90
O parque da Guarita .....	115
Luta contra a poluição e pela qualidade de vida: A Borregaard .....	124
O <i>Manifesto Ecológico Brasileiro: Fim do Futuro?</i> .....	141
O <i>Pesadelo Atômico</i> : Energia nuclear.....	153
1978.....	156
Um Dom Quixote?: Concluindo o capítulo.....	163
Capítulo 3 - “Agrotóxicos” versus “Defensivos”.....	170
A Máfia dos Pesticidas e a ditadura nos 1970-80 .....	170
Um presente de grego: 144 caixas de tomates contaminados por mercúrio .....	170
“A falácia da ‘revolução verde’”.....	175
Lutzenberger vs ANDEF e MA.....	203
A “máfia dos pesticidas”: Rumo a uma legislação para os agrotóxicos .....	215
A ética ecológica na agricultura: Fechando o capítulo .....	250
Capítulo 4 - De drogada a sustentável: A luta pela agricultura ecológica .....	256
Agricultura ecológica: Uma solução ética .....	260
Congressos, encontros e pesquisas sobre agricultura ecológica .....	266
A Divulgação da Teoria da Trofobiose .....	277
A “Nasserobiose”: Agricultura Tupiniquim.....	283
A guerra da laranja: A campanha contra o cancro cítrico no Vale do Caí.....	289
E a luta segue: Concluindo o capítulo .....	307

Capítulo 5 - A luta pela Amazônia (1970-1980).....	314
A disputa pela Amazônia .....	315
A luta pela Amazônia.....	325
A colonização de Rondônia e <i>A Década da Destruição</i> .....	342
A ética ecológica na Amazônia: Concluindo o capítulo .....	360
Capítulo 6 - Anos 1980: Confrontos e Consagrações .....	363
Política e Luta ambiental: A AGAPAN nos anos 1980 .....	365
Lutz e Riocell .....	390
Gaia vista por Lutzenberger .....	409
A consagração: Projeção internacional e Prêmio Nobel Alternativo .....	423
Os turbulentos, mas gratificantes anos 1980: Finalizando o capítulo .....	436
Capítulo 7 - Um ministro militando por Gaia .....	441
O “Dom Quixote dos Pampas” chega ao poder .....	444
Últimas lutas e desafios.....	479
O descanso do “Dom Quixote da Ecologia” .....	515
Senso de oportunidade pela ecologia: Concluindo o capítulo.....	521
Capítulo 8 - A Ética do Convívio Eossustentável .....	525
O embasamento filosófico.....	526
Bases conceituais.....	539
Os princípios da ética do convívio eossustentável .....	555
A <i>Ética Lutzenbergeriana</i> : Fechando o capítulo.....	580
Um advogado da posteridade: Considerações finais.....	583
Fontes .....	596
Documentos de José Lutzenberger.....	596
Correspondência.....	596
Documentos Manuscritos ou datilografados (ordem cronológica) .....	599
Entrevistas e depoimentos concedidos por Lutzenberger (ordem cronológica) .....	600
Obras de José Lutzenberger .....	600
Documentos em geral – produzidos por terceiros .....	603
Periódicos (Jornais e Revistas).....	605
Fontes da Internet .....	616
Referências bibliográficas .....	619

## **Acervos consultados**

### **Acervos físicos**

AGCRJ – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro-RJ)

APAC – Arquivo Privado de Augusto Carneiro (Porto Alegre-RS)

APJL - Arquivo Privado de José Lutzenberger (Eldorado do Sul-RS)

BSCSH – Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades (UFRGS, Porto Alegre-RS)

BSMAM – Biblioteca da Secretaria do Meio Ambiente (Porto Alegre-RS)

MCSHJC – Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (Porto Alegre-RS)

### **Acervos digitais - *Online***

FG – Fundação Gaia website

FSP – Acervo do jornal Folha de São Paulo

HDBN – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

OESP – Acervo do jornal O Estado de São Paulo

O GLOBO – Acervo do jornal O Globo

VEJA – Acervo Digital da Revista Veja

## Listagem de abreviaturas

AAAS - American Association for the Advancement of Science  
AAO - Associação de Agricultura Orgânica  
AB – Agricultura Biológica  
ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural  
ABA – Associação Brasileira de Antropologia  
ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva  
ACP – Ação pela Cidadania  
ADEFLORA - Associação de Defesa da Flora e da Fauna  
ADFG – Associação Democrática Feminina Gaúcha (Núcleo Amigos da Terra Brasil)  
ADEMASP - Associação de Defesa do Meio Ambiente de São Paulo.  
AE – Agricultura Ecológica  
AEAPR - Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná  
AEASP - Associação dos Engenheiros Agrônomos de São Paulo  
AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural  
AL-RS – Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul  
ANAI – Associação Nacional de Apoio ao Índio  
ANB - Associação Naturista Brasileira  
ANDEF - Associação Nacional de Defensivos Agrícolas  
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária  
APPN - Associação Paulista de Proteção à Natureza (Cotia – SP)  
APREFFA - Associação de Preservação da Flora e da Fauna (Curitiba-PR)  
ARENA - Aliança Renovadora Nacional  
ASCAR - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural  
ASPCA – Sociedade Americana para Prevenção da Crueldade com Animais  
ASPRAN – Associação de Proteção das Áreas Naturais  
AVIMUDA - Associação dos Viveiristas de Mudas Diversas  
BASA - Banco da Amazônia  
BHC - Hexabenzeno de Cloro  
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento  
BM – Banco Mundial  
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CANECC - Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico  
CCPY - Comissão Pró-Yanomami  
CDA - Comissão dos Defensivos Agrícolas

CDPC - Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade  
CF – Constituição Federal  
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores  
CIA - Central Intelligence Agency  
CIENTEC - Fundação de Ciência e Tecnologia (RS)  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia  
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
COSAMA - Companhia de Saneamento do Amazonas  
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
CVRC - Companhia Vale do Rio Cristalino  
DDA - Dose Diária Aceitável; ou IDA - Ingestão Diária Admissível; ou ADI - Admissible Daily Intake  
DDT – Diclorodifeniltricloroetano  
DEMAE - Departamento de Águas e Esgoto (Porto Alegre)  
DMA - Departamento de Meio Ambiente  
DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem  
DNR - Deutscher Naturschutzring  
DNSN - Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento  
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social  
EBAAs - Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa  
ECOCITRUS - Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Caí  
EEE - Economia do Estado Estável  
EIA-RIMA - Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EPA – Environmental Protection Agency (EUA)  
ESALQ/USP - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Universidade de São Paulo  
ETA - Projeto Técnico de Agricultura  
FAEAB – Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil  
FAMURS - Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul  
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação  
FARSUL - Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul  
FBCN – Fundação Brasileira para Conservação da Natureza  
FECOTRIGO - Federação das Cooperativas de Trigo



FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente  
FEPAGRO – Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária  
FEPAM- Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler  
FG – Fundação Gaia  
FSP – Folha de São Paulo  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
FUNATURA - Fundação Pró Natureza  
GEDA - Grupo Estadual de Defensivos Agrícolas  
GEE - Grau de Eficiência da Exploração  
GUT - Grau de Utilização da Terra  
GTZ - Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenairbet  
HARMONICITRUS - Associação dos Citricultores de Harmonia  
IAPAR – Instituto Agrônomico do Paraná  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBDF – Instituto Brasileiro de Defesa Florestal  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IEA - Instituto de Educação do Amazonas  
IGPA - Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia  
INCA - Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia  
INPS - Instituto Nacional de Previdência Social  
INTA - Estación Experimental Agropecuaria Concordia (Argentina)  
IPAGRO-RS – Instituto de Pesquisas Agronômicas do Rio Grande do Sul  
IUCN - International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources  
JEA – Jornal do Engenheiro Agrônomo  
LD50 - Dose letal 50%  
LSU – Louisiana State University  
MA – Ministério da Agricultura  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MIT - Massachusetts Institute of Tecnology  
MST - Movimento dos Agricultores Sem-Terra  
NPK - Nitrogênio, Fósforo e Potássio  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
OESP – O Estado de São Paulo  
OGM – Organismo Geneticamente Modificado  
OMS - Organização Mundial da Saúde  
ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas  
PCB - Bifenil policlorados (do inglês Polychlorinated biphenyl)  
PDS – Partido Democrático Social  
PDT – Partido democrático Trabalhista  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIN - Programa de Integração Nacional  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento  
PNDA - Programa Nacional de Defensivos Agrícolas  
PNB - Produto Nacional Bruto  
PNCRN - Política Nacional de Conservação dos Recursos Naturais  
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente  
POLONOROESTE – Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil  
PPB - Partido Progressista Brasileiro  
PRORENDA - Programa de Viabilização de Espaços Econômicos das Populações de Baixa Renda  
PRV - Pastoreio Racional Voisin  
PSD - Partido Social Democrático  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PUC-RS – Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul  
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
RS – Rio Grande do Sul  
SAB - Sociedade Antroposófica do Brasil  
SARGS - Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul  
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência  
SDSV - Secretaria de Defesa Sanitária Vegetal  
SEMA – Secretaria Nacional de Meio Ambiente  
SENAM-PR - Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República  
SISNI - Sistema Nacional de Informações  
SMAM - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre  
SNI - Serviço Nacional de Informações  
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza  
SOPREN - Sociedade de Preservação aos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia  
SPI - Serviço de Proteção ao Índio  
STF – Supremo Tribunal Federal  
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
TCF – Total Chlorine Free

TGS - Teoria Geral dos Sistemas  
TI – Terra Indígena  
UC – Unidade de Conservação  
UCG – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
UFPEL - Universidade Federal de Pelotas  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria  
UNDP – United Nations Development Programme  
UNI – União das Nações Indígenas  
UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
UPN – União Protetora da Natureza  
USAID - Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos  
USDA - Departamento de Agricultura dos Estados Unidos  
USP – Universidade de São Paulo  
WWF - World Wildlife Fund  
VITA - Volunteers in Technical Assistance  
ZH – Zero Hora

## ***Por uma ética ecológica: Introdução e questões teórico-metodológicas***

Em agosto de 1970, os casais Hilda e Juarez Zimmermann, Augusto e Dalila Carneiro, e o engenheiro agrônomo José Lutzenberger - em viagem pelo Brasil, para prospectar novos rumos profissionais - reuniram-se na residência de Tácito Heit para um jantar de confraternização. O casal Zimmermann era amigo de Lutzenberger desde a juventude e queria promover sua reintegração ao país, após 13 anos trabalhando no exterior como funcionário da multinacional BASF. Em comum, o grupo era praticante do naturismo. Este tema, que os uniu na mesa, levou ao debate sobre a degradação das praias gaúchas. Na mesma noite, discutiram a respeito da instalação de uma fábrica de celulose na beira do lago Guaíba<sup>1</sup>, que certamente causaria poluição às suas praias. No final do jantar, Carneiro, impressionado com os conhecimentos demonstrados por Lutzenberger, convidou-o para uma reunião no escritório de advocacia de sua esposa. Ali, propôs a fundação de uma entidade ecológica (DREYER, 2004, p. 106-07).

As pessoas reunidas naquela mítica mesa e muitas outras que se agregaram ao grupo fundaram, em 27 de abril de 1971, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN). Entidade existente até hoje, atuou em diversas lutas na defesa do ambiente no Rio Grande do Sul e em todo o país. Sua militância influenciou a fundação de uma série de outras entidades, dando início ao que podemos chamar de “movimento ambientalista” no Estado.

Engenheiro Agrônomo formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1950, Lutzenberger frequentou disciplinas num curso de especialização em Ciência do Solo na Louisiana State University, em 1951/2. Além disso, ele havia trabalhado na área de adubos químicos, antes de tornar-se um “ilustre ecólogo rio-grandense” (FRANCO. *Correio do Povo*, 11/11/1976, p. 4, APJL). Seu último emprego foi como executivo da multinacional BASF, durante

---

<sup>1</sup> Como aborda Prestes (2012, p. 16-17), existe uma polêmica sobre a melhor designação: rio ou lago Guaíba. Ocorre uma disputa de caráter científico e político. Se, por um lado, o enquadramento do Guaíba como um lago tem uma sólida base científica, de acordo com sua capacidade de dispersar os dejetos que recebe, por outro, considerá-lo um rio traria vantagens políticas, pois o Código Florestal prevê uma faixa de preservação maior para as matas ciliares de rios do que de lagos.

treze anos, sediado na Alemanha, Venezuela e Marrocos. Em 1971, pediu demissão para voltar ao Brasil e juntar-se ao grupo que fundou a AGAPAN, em Porto Alegre-RS, sua cidade natal.

Lutzenberger exerceu ampla influência na AGAPAN. Foi eleito o primeiro presidente, cargo que ocupou até 1983, quando ocorreram mudanças internas na entidade; ministrava palestras semanalmente para salas lotadas, divulgando os preceitos de uma nova ciência: a ecologia. Teve uma trajetória destacada no movimento: escreveu diversos livros e artigos sobre ecologia e problemas ambientais; ministrou incontáveis palestras e conferências em diversos países e, no Brasil, em inúmeras universidades, eventos, órgãos governamentais, etc. Recebeu o prêmio *The Right Livelihood Award* (Prêmio Bem Viver), considerado um Prêmio Nobel Alternativo, em 1988. Foi Secretário do Meio Ambiente - equivalente a ministro, hoje - no governo Collor (1990-92) e empresário na área de tratamento de resíduos empresariais através da criação da “Vida Produtos e Serviços em Desenvolvimento Ecológico Ltda.”. Em 1987, criou a Fundação Gaia, numa propriedade de 30 hectares, em Pantano Grande, onde desenvolveu trabalhos de agricultura ecológica e de educação ambiental.

Como Lutzenberger foi um dos protagonistas desse movimento de resistência à devastação do ambiente, o movimento ambientalista gaúcho (atingindo projeção em âmbito nacional e internacional), considero importante identificar, através da leitura de sua obra, quais os argumentos e ideias mais relevantes por ele defendidos. É adequado verificar como ele se apropriou de ideias que circulavam nos anos 1960/70 sobre ecologia – incluindo previsões catastrofistas<sup>2</sup> – para construir seu discurso ambientalista.

Esse discurso visava à construção de uma ética ecológica, divulgada em suas palestras, artigos, livros e militância. Buscando compreender como se deu esse processo, esta tese propõe a construção de uma biografia histórica de José Lutzenberger, focada especialmente em sua atuação como ambientalista e intelectual do movimento ecológico, articulada com as questões mais gerais da sociedade e do período histórico em que ele militou (1971-2002). A vida pessoal estará presente em alguns momentos, porém a prioridade deste estudo é a militância e atividade intelectual de Lutzenberger na construção e divulgação de uma ética ecológica no Brasil. Em função dessa escolha, a pesquisa se concentrará entre meados dos anos 1960, quando ele se conscientizou sobre a problemática ambiental e resolveu promover uma grande mudança em sua vida, e 2002, quando aconteceu seu falecimento.

---

<sup>2</sup> Algumas obras que circulavam nos anos 1960-70 já transmitiam essa ideia no título: *Morte e sobrevivência da Terra* (FALK, 1972); *A crise silenciosa: a tragédia do desmatamento e da erosão* (UDALL, 1966); *Antes que a natureza morra* (DORST, 1973); *Crimes contra a natureza* (NETZER, 1967).

Em sua incansável atuação como ambientalista, Lutzenberger produziu e acumulou uma quantidade imensa de documentos em seu arquivo<sup>3</sup>. Esse acervo está sendo organizado desde 2008 por sua filha, Lilly Lutzenberger. O material encontra-se em processo de preparação para ser enviado ao Memorial Jesuíta, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), onde, futuramente, será catalogado. Confrontada com centenas de caixas contendo todo tipo de documentação, revistas e livros, nos cinco idiomas dominados pelo ambientalista (português, inglês, espanhol, francês e alemão), resolvi primeiro “adentrar” ao arquivo, manipulá-lo, entrar em contato com os documentos, antes de formular o problema de pesquisa. O que parecia quase impossível e até mesmo assustador, no primeiro momento, foi surgindo, no cotidiano das primeiras visitas que fiz ao acervo, em Eldorado do Sul, acompanhando Lilly Lutzenberger, sua filha.

Havia uma espécie de “elo” invisível entre toda aquela papelada, que passei a compreender ainda mais lendo as palestras, artigos e livros escritos pelo personagem. Encontrei diversos documentos nos quais explicava o que era, para ele, a “ética ecológica”; seu primeiro artigo em jornal, intitulado *Por uma ética ecológica*, foi lido na reunião que instituiu a AGAPAN, não deixando dúvidas quanto à principal “bandeira” da entidade. Começou a ficar cada vez mais claro para mim que a “cola” entre tudo aquilo era a ênfase de Lutzenberger na necessidade de mudança dos valores éticos da sociedade, uma mudança filosófica, como ele falava. Assim, o “fio da meada”, ou o “norte” desta tese é a ética ecológica, pois foi o elemento central em seu trabalho, que orientava sua própria visão de como o mundo deveria ser se a humanidade adotasse uma postura que priorizasse a ecologia.

Dessa forma, a problemática da pesquisa está estruturada nas seguintes questões:

- Como, e com que elementos sociais, Lutzenberger construiu uma ética ecológica desde 1971 até seus últimos textos e manifestações, em 2002?
- De que maneira essa ética se manifesta nos principais textos, em palestras e nas lutas das quais Lutzenberger participou?
- Quais as implicações dessa ética no contexto da ditadura militar<sup>4</sup> no Brasil?
- Como essa ética influenciou as escolhas tomadas por Lutzenberger em sua trajetória?
- Como essa ética foi se modificando (ou não), ao longo de sua trajetória?
- Em quais autores e leituras ele se baseou para compor essa ética?

---

<sup>3</sup> Mais adiante neste trabalho tecerei considerações mais detalhadas a respeito do arquivo de Lutzenberger e como tive acesso a ele.

<sup>4</sup> Uso na tese a formulação “ditadura militar”, seguindo o historiador Carlos Fico, para quem “não é o apoio político que determina a natureza dos eventos da história, mas a efetiva participação dos agentes históricos em sua configuração. Nesse sentido, é correto designarmos o golpe de Estado de 1964 como civil-militar (...), mas o que veio depois foi uma ditadura indiscutivelmente militar” (FICO, 2014, p. 9-10). Também o historiador Marcos Napolitano afirma que “o golpe civil-militar rapidamente se transformaria num regime militar” (NAPOLITANO, 2014, p. 67).

- Quais os princípios norteadores dessa ética?

O objetivo geral de compreender de que maneira a trajetória de Lutzenberger se articula com a construção de uma ética ecológica se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- Identificar os elementos que confluíram na elaboração da ética ecológica defendida por José Lutzenberger.
- Identificar as transformações pelas quais essa ética passou ao longo do tempo.
- Identificar como essa ética influenciou escolhas pessoais e profissionais ao longo de sua vida.
- Sistematizar os princípios e conceitos que fundamentam essa ética.

Estudo a temática do ambientalismo desde 2005, ainda na graduação em História. A partir de 2008, concentrei minhas investigações nas áreas de biografia e história ambiental, escrevendo dissertação de mestrado sobre Henrique Luiz Roessler (1986-1963), um porto-alegrense que lutou pela proteção à natureza no Rio Grande do Sul, fundador da União Protetora da Natureza (UPN), a primeira entidade de proteção ambiental em sentido amplo do Estado, inspiradora dos movimentos ambientalistas dos anos 1970.

A ideia inicial de uma biografia de Lutzenberger foi “plantada” pela professora Isabel Cristina de Moura Carvalho que, já no exame de qualificação de mestrado, em maio de 2010, comentou comigo que o arquivo do ambientalista seria doado ao projeto Delfos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) - o que não se concretizou -, e que eu tinha condições de realizar o trabalho. Mantive contato com a professora e, posteriormente, com a família, mas o arquivo ainda estava em fase de pré-organização e se encontrava em três locais diferentes – Guaíba, Porto Alegre e Pantano do Sul – o que inviabilizava a pesquisa no final de 2010. No entanto, persisti nos contatos e, no segundo semestre de 2011, por meio de uma entrevista concedida por Lilly Lutzenberger ao programa de rádio Cidadania Ambiental, apresentado pelo ambientalista e jornalista João Batista Aguiar, soube que os documentos foram transferidos para a sede da empresa Vida, em Eldorado do Sul, e que Lilly se encontrava empenhada na sua organização. Consegui contatá-la, e ela concordou que eu a acompanhasse nas visitas ao acervo, realizadas sempre às terças e quintas-feiras e, com isso, finalmente, pude iniciar a pesquisa para a tese.

Mesmo que tenham se passado apenas 10 anos da morte de Lutzenberger, são pouquíssimos os trabalhos (acadêmicos ou não) dedicados a ele. Pelo que pude averiguar, não encontrei nenhum estudo focado na sua produção intelectual, visando compreender profundamente a ética ecológica divulgada por ele. Diante da emergência das questões ambientais em nosso cotidiano, acredito que

meu estudo se justifica no sentido de contribuir para uma melhor compreensão do pensamento de um dos mais importantes agentes da construção dos discursos ambientalistas correntes no Brasil. Com isso, não quero dar razão ao anacronismo, mas apenas deixar claro que são as preocupações do presente que direcionam meu olhar ao passado, como já sugeria Marc Bloch aos historiadores, em seu clássico *Apologia da História*.

Como disse, encontrei poucos trabalhos sobre Lutzenberger. De caráter biográfico, na língua portuguesa, há uma dissertação de mestrado e um livro. O único estudo acadêmico dedicado exclusivamente à trajetória do ambientalista é a dissertação em “Educação, Arte e História da Cultura” de Janaína da Silva Augusto, intitulada *José Antônio Lutzenberger: Trajetória de vida, obra e contribuição para a causa ambiental no Brasil*. Defendida em 2010, na Universidade Presbiteriana Mackenzie, o trabalho faz uma espécie de levantamento bibliográfico sobre alguns episódios da trajetória de Lutzenberger, focando a análise na luta contra os agrotóxicos e nas práticas educativas da Fundação Gaia, para avaliar a sua influência nas lutas ambientalistas no país. Augusto reconhece a importância da ética ecológica como “o resultado de uma reflexão crítica sobre a sociedade da época e do meio que a cercava”, no entanto não investiga como ela se desenvolveu no pensamento de Lutzenberger. Em geral, a pesquisa referenda a atuação do personagem como um líder do movimento ambientalista no Brasil, a relevância de suas lutas, que deixou um legado importante na Fundação Gaia. Com isso, não aprofunda a análise do indivíduo em seu campo de possibilidades: a autora entende que a base do sucesso de Lutzenberger foi sua “capacidade intelectual e inestimável carisma para a mobilização social por causa da sua eloquência” (AUGUSTO, 2010, p. 120). Além disso, grande parte de suas análises baseia-se no segundo trabalho a que me referi acima e que abordo a seguir.

*Sinfonia Inacabada: A vida de José Lutzenberger* foi publicado em 2004 pela jornalista Lilian Dreyer, amiga pessoal de Lutzenberger, que já havia editado outros livros do ambientalista. Como a própria autora esclarece em nota (DREYER, 2004, p. 516), ela sugeriu a Lutzenberger que escrevessem um livro de memórias, e ele aceitou “de imediato”. De agosto de 2000 a abril de 2002, encontraram-se esporadicamente, resultando dessas reuniões várias entrevistas gravadas. Reunido esse material, além de documentação e depoimentos de outras pessoas, o livro é uma narrativa da trajetória de Lutzenberger, centrada em acontecimentos factuais, contados em ordem cronológica. Nesse aspecto, é uma fonte histórica importante, que abarca todo o período da vida do ambientalista (1926-2002). No entanto, abstém-se de analisar sua obra, ou mesmo de um viés mais crítico. Em diversos momentos, a autora deixa transparecer a simpatia pelo biografado, admirando a “veia de São Francisco” (p. 76), a “inteligência e talento” (p. 83), o “estilo forte” (p. 140), a “personalidade criativa” (p. 284), as “escolhas coerentes com sua natureza pessoal” (p.



336), os “desenvolvidos dotes intuitivos” (p. 373), etc., de quem ela considera “maestro do ativismo ecologista”.

Respeitando o ponto de vista de Dreyer, assim como de Augusto, o presente estudo propõe algo diferente. É uma obra biográfica, porém focada na análise da militância e da produção intelectual de José Lutzenberger, analisando-a em meio a um contexto discursivo de emergência das preocupações ecológicas. É dentro de um campo de possibilidades, interagindo com diversos outros agentes, influenciado por autores e teorias diversas, que o personagem-tema dessa pesquisa atuou, militando e escrevendo sobre a temática ambiental, ou seja, produzindo um discurso que fixou uma ética ecológica específica.

Na língua alemã, encontramos duas obras. Há o livro *José Lutzenberger: Das grüne Gewissen Brasiliens* (A consciência verde do Brasil), escrito pelo jornalista Siegfried Pater, e a dissertação de mestrado de Kevin Niebauer, intitulada *Ökologische Krise und Umweltbewegung auf der Akteursebene: Ideenwelt, Handlungsstrategien und Selbstverständnis von José A. Lutzenberger (1968 bis 1992)*, em português: “Crise ecológica e do movimento ambiental no nível de ator: mundo das ideias, estratégias e autoimagem por José A. Lutzenberger”, defendida na Universidade de Livre Berlim, em 2012.

Lutzenberger, cujo pai era alemão, trabalhou na Alemanha como funcionário da BASF e, mais tarde, como ambientalista; por isso, viajou inúmeras vezes ao país para participar de eventos, conferências e reuniões. Além disso, participou de filmes sobre a Amazônia e questões ambientais brasileiras que foram veiculados na televisão alemã (e em outros países europeus). Provavelmente por essa exposição, conquistou admiração e motivou estudos sobre sua trajetória.

O livro de Pater já no título constrói uma visão positiva de Lutz. Como Dreyer, o jornalista ressalta o papel de Lutzenberger como “um defensor incansável do meio ambiente”, “um dos mais versáteis e eficazes lutadores ambientais da América Latina”. Pater narra episódios de algumas lutas em que Lutzenberger se envolveu, bem como o impacto dessa atuação até 1988, ano em que escreveu a obra. O período Collor não é tratado, pois sequer havia acontecido. Pater se considerava uma espécie de “relações públicas” de Lutzenberger na Europa; chegou até mesmo a abrir um escritório na Alemanha denominado “Lutzenberger Bureau”. No entanto, fez isso sem a concordância e autorização do ambientalista, o que gerou alguns contratempos entre ambos (*E-mail Lilly*, 14/03/2013).

A dissertação de Niebauer enfoca a atuação de Lutzenberger na circulação internacional de ideias e conhecimentos sobre meio ambiente. Ele se propôs analisar o papel do personagem nos processos de transferência e tradução desses conhecimentos: o ambientalista teria agido como um produtor ou como um receptor, sendo influenciado pelas ideias europeias e norte-americanas? Niebauer concluiu que Lutzenberger tomou a posição de receptor. No entanto, ele se juntou a essa

rede mundial como um ativo mediador do conhecimento local e regional. Assim, garantiu a reciprocidade de uma informação transnacional e o intercâmbio de conhecimentos, diversas experiências locais e a discussão sobre problemas ambientais entre o Brasil e o exterior.

Podemos perceber que nenhum desses livros ou estudos se debruçou sobre a ética defendida por Lutzenberger. É esse ponto que a presente tese pretende aprofundar, tentando, dessa forma, proporcionar um melhor conhecimento tanto sobre a militância quanto sobre a produção intelectual do ambientalista.

## **Considerações teóricas**

### *Uma nova ética*

Antes de mais nada, convém diferenciar ética e moral. Paul Ricoeur (2007, p. 591) entende que não há consenso sobre a diferença entre moral (origem latina) e ética (origem grega): “ambos se referem, de uma maneira ou de outra, ao domínio comum aos costumes”. No entanto, o autor propõe uma diferenciação entre os termos. “Moral” possui uma dupla função, a de “designar, por um lado, a área das normas, ou seja, dos princípios do que é permitido e do proibido e, por outro, o sentimento de obrigação como face subjetiva da relação de um sujeito com as normas”. Já a “Ética” é dividida por Ricoeur em dois ramos, um “designando o que está a montante das normas – a ética anterior – e outro ramo designando o que está a jusante delas – a ética posterior”. A ética anterior aponta para o enraizamento das normas na vida e no desejo, e a ética posterior visa a inserir as normas em situações concretas. Em outras palavras, a “moral” engloba as normas, as regras, e a obrigação do sujeito em relação a elas; a “ética” envolve o enraizamento dessas normas na vida do sujeito, e como ele deve aplicá-las em situações concretas, ou seja, em seu comportamento.

Faz-se necessário também explicitar as condições que propiciaram a consolidação dos estudos na área das relações entre ética e meio ambiente como uma das éticas aplicadas. Griffin (2007, p. 170) diferencia as duas principais tendências da ética: a ética normativa e a metaética. Enquanto a ética normativa envolve a determinação do estado de coisas boas ou más e determina as ações que, do ponto de vista moral, são boas ou más, a metaética se preocupa com o estudo do significado dos termos morais e da relação lógica entre os julgamentos morais. No século XX, por volta dos anos 1940-50, a metaética dominava as pesquisas em filosofia moral; a ética normativa era largamente ignorada.

Porém, nos anos 1960, a metaética entra em declínio, devido ao esgotamento do estudo dos termos e conceitos, num mundo em que as situações reais exigiam reflexões voltadas para resolver problemas práticos. Como reação à metaética, ocorre o desenvolvimento da ética normativa e,

mais particularmente, das chamadas éticas aplicadas, como, por exemplo, a ética médica, a ética jurídica e a ética ambiental.

Segundo Parizeau (2007, p. 595), o termo “ética aplicada” surgiu nos Estados Unidos, nos anos 1960. Na segunda metade dessa década, teve início um renovado interesse pela ética, motivado por mudanças sociais na vida privada e na vida pública: liberação sexual, contestação às formas de autoridade, afirmação dos direitos individuais e coletivos (inclusive do mundo natural, como veremos), movimentos de descolonização na África, etc. Essa “onda ética” é percebida por Griffin como uma confiança exagerada, doentia, na capacidade dos filósofos em dar conselhos sobre situações da vida ou morte em hospitais, sobre meio ambiente, sobre acontecimentos em empresas, etc. Passou-se da “mais extrema modéstia a uma extrema confiança no papel normativo da filosofia” (GRIFFIN, 2007, p. 174).

Também nos anos 1960, o desenvolvimento da ciência e da técnica passa a ser percebido com dupla implicação. Se, por um lado, promovia o progresso, melhorava as condições de vida, saúde e habitação, permitindo a diminuição da mortalidade da população, por outro, esse desenvolvimento causava degradação do meio ambiente e manipulação técnica do ser humano. Com isso, surgiu a necessidade de se discutir “situações precisas da vida cotidiana”, na análise de casos práticos em hospitais, empresas, governos, e “essa abordagem ética diretamente ligada a situações concretas é denominada ética aplicada” (PARIZEAU, 2007, p. 596).

Uma das primeiras expressões da ética aplicada foi a chamada “bioética”, que surgiu ecológica pelas mãos de Van Rensselaer Potter, em seu livro de 1971, *Bioethics, Bridge to the future*. A bioética é um campo disciplinar que estuda o conflito moral na área da saúde e da doença dos seres humanos e dos animais não-humanos, trazendo à tona discussões sobre aborto, eutanásia, entre outros temas polêmicos (DINIZ, GUILHEM, 2002). Embora não tenhamos encontrado indícios de que Lutzenberger tenha dialogado com a bioética, na documentação analisada para a tese, é interessante constatar que Potter foi aluno de Aldo Leopold em Winsconsin-EUA, e deve ter sido influenciado pela Ética da Terra (que abordaremos mais adiante neste subcapítulo). Muito antes disso, no entanto, artigo do alemão Fritz Jahr (1927) já utilizava a palavra bioética e apontava para sua importância como reverência a todas as formas de vida e, talvez, pode ter inspirado a concepção de Albert Schweitzer, autor muito admirado por Lutz, como veremos na sequência.

A chamada “Ética ambiental” envolve uma gama de questões que têm por objeto as relações que os seres humanos mantêm com a natureza. No centro das reflexões, encontra-se o desenvolvimento tecnocientífico, capaz de, por um lado, produzir mecanismos agressivos ao ambiente e, por outro, criar alternativas tecnológicas ou científicas que não destruam a natureza. A decisão do tipo de tecnologia a ser utilizada em uma sociedade é discussão que se desenrola no âmbito da ética ambiental.

Além disso, as questões éticas se estendem às condições de sobrevivência da biodiversidade, ao lugar do ser humano na natureza, à responsabilidade para com as gerações futuras, à distribuição de riqueza e bem-estar da humanidade, aos direitos dos demais “seres da natureza”, entre outros (PARIZEAU, 2007, p. 597). A ética do meio ambiente se caracteriza pelo diálogo multidisciplinar entre diversas áreas do conhecimento, como a Ecologia e a Biologia, mas também com a Economia, Direito, Política, Antropologia, História, Geografia, Sociologia, etc. Como os problemas na área ambiental são, na maioria dos casos, extremamente complexos (envolvendo desde estruturas sociais a regimes políticos, transferências de tecnologias, relações culturais frente à natureza, economia globalizada, relações entre países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”), esse diálogo interdisciplinar não é fácil. Em geral, os interesses financeiros, os critérios econômicos e as forças políticas geram impasses e confrontos entre os Estados (já que, para a natureza, não há fronteiras), ou mesmo entre grupos ambientalistas e governos.

Uma importante contribuição para a ética ambiental vem do ponto de vista da responsabilidade. Desenvolvida com profundidade por Hans Jonas, a ética da responsabilidade é uma proposta que visa instruir a ação num mundo onde a “promessa da tecnologia moderna se tornou uma ameaça física” (JONAS, 2006, p. 21). As éticas anteriores, que partiam da premissa de que o alcance da ação humana era limitado e se referia apenas às suas relações com semelhantes, não poderiam dar conta dos desafios colocados pela tecnociência. Rejeitando o imperativo de Kant “aja de modo que tu também possas querer que tua máxima se torne lei geral”, Jonas apresenta seu imperativo ecológico: “Aja de modo a que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra”. Ou em termos negativos: “Aja de modo a que os efeitos da tua ação não sejam destrutivos para a possibilidade futura de tal vida” ou “Não ponha em perigo as condições necessárias para a conservação indefinida da humanidade sobre a Terra”. Para o autor, o primeiro imperativo é o da existência da humanidade: “nós não temos o direito de escolher a não existência de futuras gerações em função da existência atual, ou mesmo de as colocar em risco” (JONAS, 2006, p. 47-48).

Contrapondo-se “ao vácuo de valores do relativismo atual”, Jonas justifica a ética da responsabilidade através da metafísica<sup>5</sup>, “pois só ela permite que se pergunte por que, afinal, homens devem estar no mundo”, fundamentando no Ser o “novo dever do homem”, qual seja, garantir o futuro da humanidade e, por consequência, o de toda a vida na Terra, frente à “aventura da tecnologia” (JONAS, 2006, p. 21-22). Jonas defende uma “heurística do medo”, pois somente antevendo a desfiguração do homem poderíamos chegar ao conceito de homem a ser preservado:

Enquanto o perigo for desconhecido não se saberá o que há para se proteger e porque devemos fazê-lo; por isso, contrariando toda a lógica e método, o saber se origina daquilo contra o que devemos nos

---

<sup>5</sup> Para uma crítica do pressuposto metafísico da ética de Jonas, ver Silveira (2010). Para uma história da recepção crítica do princípio responsabilidade, consultar Rodríguez (2004).

proteger (...) nos ensina a enxergar o valor cujo contrário nos afeta tanto (...). O reconhecimento do *malum* é infinitamente mais fácil do que o *bonum*; é mais imediato, mais urgente (...). O que nós não queremos, sabemos muito antes do que aquilo que queremos. Por isso, para investigar o que realmente valorizamos, a filosofia da moral tem que consultar o nosso medo antes do nosso desejo (JONAS, 2006, p. 71).

Essa pode ser a explicação para a existência de tantas profecias apocalípticas nos discursos sobre ecologia nos anos 1970, recurso inclusive utilizado por Lutzenberger. O próprio Jonas (2006, p. 77) prescreve: “é necessário dar mais ouvidos à profecia da desgraça do que à profecia da salvação”. O autor utilizou o recurso ao medo, pois se preocupava com a tecnociência, capaz de produzir conhecimentos que, sem ser objeto de reflexão crítica, se transformam em regras impostas à sociedade, a qual obedece - com alegre alienação, muitas vezes - a essa máquina cega do saber. Devido ao enorme poder concentrado nos domínios da técnica, o homem se tornou perigoso para o próprio homem, na medida em que sua ação coloca em perigo os grandes processos cósmicos e biológicos. Por isso o homem deve reconhecer sua responsabilidade, até porque ele é o único no reino animal capaz de modificar o curso da história da vida com suas intervenções (SIQUEIRA, 2009).

Muitos autores costumam dividir a ética ambiental em duas grandes perspectivas, opostas entre si: a **antropocêntrica** e a **biocêntrica**. Cada uma delas engloba uma série de tendências, de acordo com o ponto de partida das reflexões: o homem ou a natureza.

Nas éticas antropocêntricas, os humanos são a medida de todo o valor (NASH, 1989, p. 10); elas partem do “ser humano em sua moralidade. Defendem que não existe ética sem antropocentrismo, pois somente o ser humano pode agir moralmente e tomar decisões” (JUNGES, 2010, p. 14). O “paradigma antropocêntrico” está associado à Revolução Científica cartesiano-newtoniana, que preconizava “a metáfora de conhecimento do mundo como uma máquina, do mecanicismo e do materialismo físico, compondo um grande reducionismo” (PELIZZOLI, 2002, p. 16). Nesse paradigma, também chamado de “naturalista” (ROHDE, 2005, p. 42), como um relógio regulado por leis (matemáticas) imutáveis e eternas, a natureza e o cosmos deveriam ser descritos e classificados. Essa concepção exigia uma separação radical entre homem e natureza; o distanciamento era necessário, pois a natureza era vista como objeto a ser observado pelo homem.

O paradigma antropocêntrico, que domina o mundo ocidental “por várias centenas de anos”, alicerça-se também “na crença no progresso material ilimitado, a ser obtido por intermédio de crescimento econômico e tecnológico” (CAPRA, 2006, p. 25). As éticas ambientais antropocêntricas contemporâneas criticam esse ideal de progresso técnico e moral, mas aderem “à ideia do primado da racionalidade humana em sua capacidade de gestão ‘sensata’ dos problemas ambientais” (PARIZEAU, 2007, p. 597). Para Callicott (2007, p. 158), o filósofo Bryan Norton seria o defensor mais marcante do antropocentrismo na atualidade, ao considerar que “ainda não

se reconheceu e apreciou toda a gama de interesses que os seres humanos têm em conservar ecossistemas intactos e em bom estado”.

Junges (2010) subdivide a ética antropocêntrica em duas vertentes: as éticas conservacionistas e as preservacionistas. As éticas conservacionistas estão interessadas em conservar os elementos naturais - já que são limitados - para as gerações futuras, e podem assumir o modelo do “bote salva-vidas” ou da “nave espacial”<sup>6</sup>. Já as éticas preservacionistas “apontam para valores não materiais da natureza” (p. 21). O valor científico, que contribui para o avanço do conhecimento, bem como o valor estético-espiritual, ao transformar o ser humano através de experiências de prazer e fruição estética, recolhimento espiritual, de educação e sensibilidade, justificariam a necessidade de proteção da natureza.

Enquanto as tendências antropocêntricas defendem a responsabilidade do ser humano para com a natureza, as perspectivas biocêntricas se alicerçam nos deveres diante da natureza. Para o biocentrismo, a natureza é titular de direitos (JUNGES, 2010, p. 23). Ela possui valor intrínseco e, conseqüentemente, possui o direito de existir (NASH, 1989, p. 9).

O biocentrismo preconiza uma profunda mudança de visão de mundo, “da visão de mundo mecanicista de Descartes e de Newton para uma visão holística, ecológica (...) que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas” (CAPRA, 2006, p. 24-25). Nessa linha de pensamento, o ser humano é somente mais um elemento dentro de um todo formado por inumeráveis vínculos entre os seres vivos: a Terra.

Existem diversas éticas biocêntricas, que concedem diferentes graus de “direitos” à natureza. Alguns modelos são mais restritivos (biocentrismo mitigado), outros mais abrangentes – *ecocentrismo*: “trata-se de um biocentrismo mais radical, que parte dos conhecimentos científicos da ecologia, do reconhecimento da natureza como um conjunto interdependente e do lugar do ser humano nesse conjunto, para chegar a normas em relação ao meio ambiente” (JUNGES, 2010, p. 26).

Definir os critérios para determinar esses graus, no entanto, é tarefa difícil. Por exemplo, Goodpaster (1978) propõe o critério do “interesse”. Para esse autor, as plantas teriam interesses, da mesma forma que os animais; todos os seres com interesses teriam direito a serem levados em conta do ponto de vista moral.

O historiador Roderick Nash (1989) analisou a ética ambiental a partir de uma perspectiva histórica. Seu estudo se concentra em autores norte-americanos e ingleses que formularam

---

<sup>6</sup> No primeiro modelo, a Terra seria um mar tempestuoso, em que os países ricos são botes com poucas pessoas e os pobres, ao contrário, abrigam muita gente. Por isso, essa ética preconiza que as nações ricas diminuam seu consumo e as pobres sua população, para garantir a sobrevivência da humanidade. A metáfora da Terra como nave espacial, criada por K. Boulding em 1966 (muito utilizada por Lutzenberger), parte de uma perspectiva utilitarista para defender que, se houvesse um acidente com a nave, todos estariam em perigo (JUNGES, 2010, p. 19-20).

concepções éticas sobre a relação humana com a natureza. Nash apresenta as contribuições desses autores, os quais influenciaram as discussões em muitos outros países do século XVII ao XX, numa perspectiva evolutiva, que vai abrindo o “círculo da ética” dos direitos homem-homem até os direitos homem-natureza. A tese do historiador é que a alegada subversão da ética ambiental poderia ser temperada com o reconhecimento de que seu objetivo é a implementação de valores liberais tão antigos quanto a República. Isso não tornaria o ambientalismo menos radical, mas o coloca na corrente principal do liberalismo americano, que também teve seus momentos revolucionários. A partir desse reconhecimento, os objetivos da ética que orientam os ambientalistas poderiam ser mais factíveis dentro da cultura americana do que eles próprios acreditam (NASH, 1989, p. 12).

Alguns autores (norte-americanos e ingleses, principalmente) analisados por Nash se tornaram ícones dos movimentos ambientalistas em todo o mundo, como por exemplo, Henry David Thoreau, que Donald Worster (2011b, p. 58) considerou um ativo ecologista e filósofo da natureza, cujas ideias anteciparam muitas questões atuais; John Muir e Gifford Pinchot, que protagonizaram o debate preservação x conservação nos Estados Unidos no início do século XX; Charles Darwin, que colocou os seres humanos de volta na natureza; Henry Berg, que fundou a ASPCA – Sociedade Americana para Prevenção da Crueldade com Animais, em 1866, e escreveu uma declaração dos direitos dos animais, ambas sem precedentes nos EUA; Aldo Leopold, um dos mais importantes pensadores da ética ambiental, que na primeira metade do século XX já difundia a concepção da Terra como um organismo, uma comunidade holística; Rachel Carson, que escreveu o primeiro alerta mundial contra o uso de agrotóxicos; Arne Naess, formulador da *deep ecology*; e muitos outros. Nash abre exceção para apenas um autor de fora dos EUA e Inglaterra: o médico e filósofo alemão Albert Schweitzer. Desses autores, destaco os que tiveram maior importância para o pensamento de Lutzenberger: Aldo Leopold e Rachel Carson, a contribuição da *deep ecology* e, principalmente, Albert Schweitzer. Aqui adentramos no núcleo teórico-filosófico que forneceu elementos significativos para a concepção de ética ecológica do nosso personagem.

No livro póstumo<sup>7</sup> *A Sand County Almanac* (1949), Aldo Leopold desenvolveu uma visão orgânica, holística da natureza, e associou o conceito de “comunidade biótica”, introduzido pelo zoólogo inglês Charles Elton em *Animal Ecology* (de 1927), à ética. Para Medeiros (2008, p. 20), esse “é um conceito que modifica o sentido ético tradicional [e] que coloca o ser humano em interação com os outros seres”. Leopold era formado em Ciências Florestais, e sua concepção ética

---

<sup>7</sup> Leopold faleceu em 21/04/1948, de ataque cardíaco, ao ajudar a combater o fogo numa propriedade vizinha a sua quinta. Ele pensava que seu livro nunca seria publicado (NASH, 1989, p. 63).

foi profundamente influenciada por Darwin (JUNGES, 2010; CALLICOTT, 2005), especialmente pelo livro *The Descent of Man* (1871), onde consta um capítulo sobre o “senso moral”.

*A Sand County Almanac*, traduzido em Portugal com o título *Pensar como uma montanha*<sup>8</sup> (2008), é dividido em três partes. Na primeira, Leopold narra, mês a mês, suas observações de animais e plantas na propriedade da família – a “quinta” – adquirida em 1935, nas Colinas de Baraboo, Wisconsin. Como ele mesmo define na introdução, esta parte “conta o que minha família vê e faz no seu refúgio de fins-de-semana contra o excesso de modernidade: a choupana” (LEOPOLD, 2008, p. 21). Nessa narrativa, aparece implicitamente a concepção de ética que desenvolverá no último capítulo do livro. Suas observações apontam para a necessidade da preservação das espécies, diante da extinção de várias plantas e animais na região da “terra das areias”. Na segunda parte do livro, contando episódios da sua infância e juventude, em viagens pelos Estados Unidos para caçar<sup>9</sup> (prática ensinada pelo pai), Leopold critica a modernização em voga no país, que causava o desaparecimento da vida selvagem. Diante da drenagem de pântanos, substituição de pradarias por monocultivos agrícolas, morte de predadores como o urso pardo *grizzly*, construção de estradas para atrair turistas, ele questiona: “afinal quem é próspero? Por quanto tempo?” (LEOPOLD, 2008, p. 120). Na última parte, constam ensaios com argumentação mais sofisticada, em que Leopold teceu considerações sobre o “valor cultural” do contato com a natureza, ao mesmo tempo em que criticava a industrialização da vida:

Existe valor em qualquer experiência que nos lembre a nossa dependência da cadeia alimentar solo-planta-animal-homem e a organização fundamental da biota. A civilização confundiu de tal modo essa relação elementar homem-terra com engenhocas e intermediários que a consciência que temos dela está a tornar-se cada vez mais obscura. Imaginamos que é a indústria que nos mantém vivos, esquecendo aquilo que mantém viva a indústria (LEOPOLD, 2008, p. 169).

O autor também aborda o tema da agricultura, um dos processos de controle humano sobre a natureza que estava causando a “doença da terra”. É muito interessante constatar nesses ensaios grande semelhança com as teses desenvolvidas por Lutzenberger, como veremos:

---

<sup>8</sup> “Pensar como uma montanha” é o título de um subcapítulo importante do livro, em que Leopold, instigado por um aluno, narrou o dia em que viu uma loba morrer, atingida pelos tiros disparados por seu grupo de caça. Ele teve uma espécie de “revelação”, quando observou “um altivo fogo verde a morrer nos olhos dela. Compreendi nesse momento, e nunca mais deixei de o saber, que havia algo de novo para mim naqueles olhos – algo que apenas ela [a loba] e a montanha conheciam. Nesse tempo eu era jovem, e cheio de prontidão no gatilho; pensava que menos lobos significavam mais veados, que o desaparecimento total dos lobos seria o paraíso dos caçadores” (LEOPOLD, 2008, p. 130). O problema, percebido por Leopold mais tarde, era que o excesso de veados causaria o desaparecimento da vegetação da montanha; com o tempo, eles morreriam de fome. O homem “não aprendeu a pensar como uma montanha. É por isso que temos áreas desertas devido à erosão, e rios que arrastam o futuro para o mar” (p. 131).

<sup>9</sup> É interessante constatar que Leopold constrói a memória de sua conscientização ecológica a partir dessas saídas para caçar com o pai e o irmão. O contato com a “natureza selvagem” proporcionado por tais excursões foi determinante para sua futura defesa da comunidade biótica. Quando adulto, ele trabalhou no Serviço Florestal dos Estados Unidos, produzindo trabalhos sobre a gestão da caça e da pesca. Publicou o livro *Game Management* (Gestão da Caça), em 1933, no mesmo ano em que foi nomeado professor da primeira cátedra de gestão da caça no Departamento de Economia Agrícola da Universidade de Wisconsin. Radkau (2009, p. 53) compara Leopold ao escritor alemão Herman Löns, que compartilhava das visões do norte-americano; ambos cultivavam “um brilhante amor pela natureza, que era intimamente ligado à paixão pela caça”.



(...) quando um solo perde a fertilidade, despejamos nele carradas de fertilizantes, ou, no melhor dos casos, alteramos a sua flora cultivada e a sua fauna domesticadas, sem pensarmos que a sua flora e fauna selvagens, que foram aliás quem construiu o solo, podem ser igualmente importantes para a sua manutenção (...). Quando os cães da pradaria, os esquilos palmistas ou os ratos aumentam a ponto de se tornarem pragas, envenenamo-los, mas não procuramos para além do animal a causa dessas irrupções (LEOPOLD, 2008, p. 183).

No último capítulo, “A Ética da Terra”, Leopold afirmou que todas as formas de vida que partilham o planeta com as pessoas têm o direito de continuar existindo, independentemente da presença ou ausência de vantagens econômicas para os humanos (NASH, 1989, p. 70). Essa concepção superava o utilitarismo: ao considerar a Terra um todo indivisível, um organismo, Leopold afirmava que ela não era um “servo útil”, mas um ser vivo. Os abusos à terra aconteciam porque ela era percebida como uma mercadoria, pertencente aos humanos. Quando estes reconhecessem que a terra é uma comunidade a que o homem pertence, começariam a usá-la com amor e respeito (NASH, 1989, p. 66-69).

Para Leopold (2008, p. 190), a Ética da Terra “alarga os limites da comunidade de forma a incluir nela os solos, as águas, as plantas e os animais, ou coletivamente: a Terra” e transforma o papel do *Homo sapiens* “de conquistador da terra-comunidade em membro e cidadão pleno dela. Implica respeito pelos outros membros seus companheiros, e também o respeito pela comunidade enquanto tal”. Mais ainda, Leopold faz afirmações a respeito do papel do homem na natureza muito interessantes sob o ponto de vista da *história ambiental*, afinadas com abordagens atuais da disciplina:

Que o homem é, de fato, apenas um membro da equipe biótica, é o que revela uma interpretação ecológica da História. Numerosos acontecimentos históricos, até agora explicados unicamente em termos de espírito empreendedor humano, foram na realidade interações bióticas entre as pessoas e a terra. As características da terra foram tão determinantes para os acontecimentos como as características dos homens que nela viviam (LEOPOLD, 2008, p. 191).

Para reverter a devastação em curso, a solução seria “alargar a consciência social das pessoas de forma a incluir a terra. Nenhuma alteração ética importante alguma vez se realizou sem uma alteração interna das nossas propriedades intelectuais, das nossas lealdades, afetos e convicções” (LEOPOLD, 2008, p. 194). Dessa forma, “o atual problema [da humanidade] é fundamentalmente um problema de atitudes e instrumentos (p. 207). Em outras palavras, Lutzenberger (1980a, p. 16) afirmou, de forma muito semelhante a Leopold: “a causa profunda da crise não é tecnológica nem científica, é cultural, filosófica”; por isso, “devemos reavaliar não apenas nossas ações, mas também nossas motivações e valores” (LUTZENBERGER, 1991, Introdução).

Na Ética da Terra de Leopold, o homem é apenas mais uma parte do todo, da comunidade maior, a Terra e, por isso, precisa amá-la e não destruí-la. Esse holismo, segundo Callicott (2005, p. 218-19), “é precisamente o que faz da ética da terra a ética de eleição dos conservacionistas e

ecologistas”, no entanto, é também “a sua principal responsabilidade (...) a existência de uma grande população humana é errada do ponto de vista da ética da terra”, pois essa população se torna uma terrível ameaça à integridade, estabilidade e beleza da comunidade biótica<sup>10</sup>. Condizente com a concepção holística da Ética da Terra, Lutzenberger (1980a, p. 66) defendia “uma política agropecuária e sanitária que visasse a saúde global da Vida, partiria do princípio ecológico fundamental de que a *saúde do solo, da planta, do animal e do homem são uma só coisa indivisível*” [maiúscula e grifos no original], como alternativa “aos métodos já demonstradamente insustentáveis da ‘Revolução Verde’”. Lutzenberger denominou “Ética da Terra” o subcapítulo de seu *Manifesto Ecológico* em que propõe “uma reorientação fundamental de nossa agricultura que, em suas formas atuais, é uma das principais causas da devastação” (LUTZENBERGER, 1980a, p. 65).

Inicialmente, as ideias de Leopold foram consideradas radicais e não houve muito interesse do público em geral. No pós-guerra, a ecologia não era um tema importante; somente cerca de 20 anos depois da publicação, a Ética da Terra começou a ser uma das mais difundidas correntes da ética ambiental (NASH, 1989). Tão disseminada que pode ter influenciado a concepção da *deep ecology*, de Arne Naess. Ambas as éticas têm o holismo biocêntrico como premissa fundamental. A diferença entre elas é que a ética da terra utiliza argumentos científicos, ao passo que a *deep ecology* “defende uma superação crítica da ética por meio de uma mutação da percepção” (JUNGES, 2010, p. 32).

Segundo Fox (1995, p. 176), a ética da terra pode ser considerada a mais amplamente conhecida afirmação de ética de ecossistema, muito similar à visão da terra como Ecosfera, ou Gaia, como seria teorizado por James Lovelock, nos anos 1970. Tanto a ética de ecossistema quanto a ética da Ecosfera compartilham de um holismo ético, enfatizando que o valor das entidades é percebido como “inteiros”, ou seja, pelo “todo” que elas formam (FOX, 1995, p. 177).

A bióloga marinha Rachel Carson publicou, em 1962, *Silent Spring*, livro que inspirou a conscientização ambiental global (WORSTER, 2011b, p. 347). Sua crítica aos pesticidas alertou o mundo sobre os riscos que essas substâncias provocam ao homem, animais e meio ambiente. No capítulo 3, tratarei da influência desse livro na conscientização de Lutzenberger a respeito dos agrotóxicos, evidência baseada em depoimentos do próprio ambientalista. Porém, mais do que o importante alerta sobre os pesticidas no contexto dos anos 1960, uma concepção ética perpassa

---

<sup>10</sup> Alguns autores percebem nessas formulações um “fascismo ambiental”, argumentando que, segundo a Ética da Terra, reduções em massa da população humana seriam boas e seria um dever da humanidade criar meios para exterminar pessoas. Nesse caso, o bem-estar humano se subordinaria ao bem-estar coletivo, da “comunidade biótica” (CALLICOTT, 2005, p. 219-220). Para Luc Ferry (1994), a ética da terra (assim como a ecologia profunda) propõe o questionamento do humanismo, como causador da crise do mundo industrial moderno, e se constitui numa espécie de “novo fundamentalismo”.

toda a obra: a relação do homem com a natureza está no caminho errado e precisa mudar. Em várias passagens podemos perceber essa “condenação” das escolhas humanas:

Numa idade em que o homem se esqueceu de suas origens, e se mostra cego até mesmo para com suas necessidades essenciais à sobrevivência, a água, juntamente com outros recursos, foi reduzida à condição de vítima de sua indiferença (CARSON, 1964, p. 49).

Embora o homem moderno raramente se lembre do fato segundo o qual ele não poderia existir sem as plantas, esta é a verdade: são as plantas que captam a energia do sol e fabricam as substâncias alimentares básicas, de que o homem depende para viver (...) muitas plantas são levadas à destruição meramente porque, de acordo com o nosso estreito modo de encarar as coisas, acontece de estarem no lugar errado e na época errada (p. 73).

Na medida em que o homem avança, no seu anunciado objetivo de conquistar a natureza, ele vem escrevendo uma sequência deprimente de destruições; as destruições não são dirigidas apenas contra a terra que ele habita, mas também contra a vida que compartilha o Globo com ele (p. 95).

[Denunciando pulverizações indiscriminadas de pesticidas] a questão consiste em se saber se alguma civilização pode levar avante uma guerra sem tréguas contra a vida, sem se destruir a si mesma, e sem perder o direito de ser chamada de “civilização” (p. 110).

Está mais do que claro que estamos percorrendo uma estrada perigosa (...). A vida é um milagre que fica além da nossa compreensão, e nós devemos reverenciá-la (p. 282-283).

Carson certamente queria enfatizar esse aspecto ético em seu livro, pois pensou, primeiramente, nos títulos *Man Against the Earth*, ou *At War with Nature* (respectivamente, *Homem contra a Terra* e *Em guerra com a Natureza*). Sua amiga e agente literária, Marie Rodell, ao ler o capítulo sobre a morte dos pássaros, sugeriu *Silent Spring* (LEAR, 2009, p. 377). Além disso, Carson foi influenciada pelo médico e ativista Albert Schweitzer (1875-1965), a quem dedicou o livro<sup>11</sup>. Schweitzer foi o formulador da “ética da reverência pela vida”, citada por Lutzenberger inúmeras vezes.

A partir de uma visão de mundo cristã e uma trajetória bem-sucedida como filósofo, músico, médico e ativista pela paz, Schweitzer queria contribuir para uma regeneração da cultura ocidental. Para ele (1995, p. 137), “a vida espiritual se encontra completamente em decomposição, porque está completamente imbuída de ceticismo. Por isso estamos vivendo num mundo que, sob todos os aspectos, está repleto de mentiras”. Schweitzer descreveu uma infância feliz com a família na região fronteira entre França e Alemanha (Alsácia-Lorena); na juventude, decidiu que até os 30 anos se entregaria à ciência e à arte (ele se tornou um renomado pianista), para, depois dessa idade, “pôr a vida a serviço direto do próximo” (SCHWEITZER, 1995, p. 94). Formou-se em

---

<sup>11</sup> Texto da dedicatória: “A Albert Schweitzer, que disse: o homem perdeu a sua capacidade de prever e prevenir. Ele acabará destruindo a Terra”. Segundo Lear (2009, p. 322), Carson se inspirou num texto de Schweitzer, publicado no boletim da IUCN (International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources), em 1956. No inverno de 1963, Schweitzer enviou carta para Carson, agradecendo a dedicatória e também a escrita do livro. Ela comprou um quadro especial com vidro de ambos os lados e colocou a carta de Schweitzer no seu estúdio. A governanta da casa lembrou, em depoimento após a morte de Carson, que esse era o objeto mais querido da bióloga (LEAR, 2009, p. 438).

Teologia e Filosofia na Universidade de Estrasburgo, onde foi nomeado professor, em 1901. Para cumprir seus planos de juventude, em 1905 (com 30 anos) iniciou o curso de Medicina. Formado em 1913, viajou com a esposa para Lambarene, no Gabão (África), onde construíram um hospital para atender os nativos. Periodicamente, ele voltava à Europa e tocava piano em recitais beneficentes para arrecadar dinheiro para as despesas do hospital. Com essa atitude, Schweitzer alcançou a reputação de “maior homem do mundo” – dito por Albert Einstein, em 1948 e repetido pela Revista *Time*, em 1949 (LOTUFO Jr., 1995, p. 157). Em 1952, recebeu o Prêmio Nobel da Paz. É importante mencionar esse resumo biográfico para explicar o fascínio que suas ideias provocaram em Carson, e principalmente em Lutzenberger.

Segundo o próprio Schweitzer, a ideia da “reverência pela vida” surgiu em 1915, durante uma viagem de barco pelo Rio Ogowe para atender um paciente, numa localidade próxima a Cabo Lopez (Gabão):

Devagarinho subimos o rio tateando pensosamente por entre bancos de areia, pois era época de seca. Perdido em pensamentos, ficava sentado no convés da chata, empenhado na luta pelo conceito elementar e universal do ético que eu jamais encontrara em filosofia alguma. Enchia folhas e mais folhas com frases desconexas, unicamente para permanecer concentrado no problema. Na noite do terceiro dia, quando, ao pôr do Sol, navegávamos por entre um rebanho de hipopótamos, subitamente me ocorreu aquilo que eu não havia suspeitado nem procurado: a “reverência pela vida” (SCHWEITZER, 1995, p. 127).

No texto “O problema da ética na evolução do pensamento”, Schweitzer (1964, p. 166) afirma que a primeira “evolução da ética” ocorre quando o homem reflete “sobre si mesmo e seu comportamento para com os outros”, percebendo que “o círculo de suas responsabilidades se alarga até englobar todos os seres humanos com os quais está relacionado”. Para Schweitzer, “a ideia de que o homem tem deveres para com todo o ser humano” era um preceito da ética cristã, anunciado por Jesus (a religião de Schweitzer era o protestantismo luterano, da qual seu pai era pastor). O budismo e o hinduísmo também compartilhavam de uma visão de “fraternidade de todos os seres humanos”, porém seus adeptos tinham dificuldades para exercê-la na prática, dadas as diferenças entre castas que não conseguiam abolir. Além disso, na opinião de Schweitzer, essas religiões eram baseadas na “inatividade”, já que exigiam dos seus seguidores a espera da salvação, “a abstenção do mal sem pedir atividade inspirada na noção do bem”. Tanto o cristianismo quanto o budismo e hinduísmo professariam a negação do mundo, porém o cristianismo, para Schweitzer, não permitiria aos seus fiéis se desinteressassem “de seus deveres para com seus semelhantes. Em sua ética, a atividade conserva todos os direitos e todas as obrigações” (1964, p. 171). Evoluindo ainda, essa “ética da dedicação”, ou “ética da devoção” aos semelhantes, “não permite mais preocuparmo-nos unicamente com entes humanos, mas nos obriga a nos comportarmos da mesma forma em relação a todos os seres vivos cuja sorte poderá ser por nós influenciada” (p. 177). Para

Schweitzer, a ética só se tornaria completa com “a exigência da compaixão para com [todos] os seres vivos” (p. 179).

A ética de Schweitzer também agrega elementos místicos: como nosso conhecimento do mundo é incompleto e insatisfatório, deveríamos contentar-nos com “a constatação simples de que tudo nele é vida como nós mesmos o somos, e que toda vida é mistério (...). Estar penetrado do mistério da vida corresponde nos termos da mística, à ‘sábua ignorância’, aquela que, entretanto, possui o conhecimento do essencial” (1964, p. 180). Com essa reflexão, a pessoa perceberia que ela própria é “vida que deseja viver, em meio à vida que quer viver”, por isso, deveria respeitar esse desejo. Ou seja, nessa ética, é o respeito à minha vida que me leva a respeitar a de todos os demais seres vivos. Schweitzer explicou a escolha de “reverência”, em vez de “amor”, porque o primeiro termo é mais lato, mas “traz em si as mesmas energias” (p. 181). A “reverência pela vida” seria também uma forma de entrar em relação espiritual com o mundo:

O “Absoluto” tem um caráter de tal modo abstrato que não podemos comunicarmo-nos com ele (...). Mas entramos em contato espiritual com a [vontade criadora infinita] quando nos sentimos sob o impacto do mistério da vida e nos dedicamos a todos os seres vivos que temos a oportunidade e a faculdade de servir. Uma ética que nos obrigue somente a preocuparmo-nos com os homens e a sociedade não pode ter esta significação. Somente aquela que é universal e nos obriga a cuidar de todos os seres nos põe de verdade em contato com o Universo e a vontade nele manifestada (SCHWEITZER, 1964, p. 182).

Na ética de Schweitzer, o homem detém um lugar privilegiado, no entanto, ele não possui o direito de explorar os elementos naturais, e sim a responsabilidade de protegê-los. Sua perspectiva era evolutiva: ele previu, em 1923, que o círculo da ética continuaria se abrindo (NASH, 1989, p. 62). As ideias de Schweitzer alcançaram os Estados Unidos e Inglaterra através de traduções de seus livros ainda nos anos 1920-30. Rachel Carson admirava tanto Schweitzer que, em 1963, mesmo em estado terminal de um câncer que lhe tiraria a vida no ano seguinte, fez questão de comparecer à cerimônia em que recebeu a “Medalha Schweitzer”, oferecida pelo Instituto de Bem-Estar Animal, homenageando-a por *Primavera Silenciosa*. Na ocasião, ela afirmou que Schweitzer “nos disse que nós não somos seres verdadeiramente civilizados se nós nos interessamos apenas com a relação de homem para homem. O que é importante é a relação do homem com toda a vida” (NASH, 1989, p. 81).

A ética da reverência pela vida foi mencionada várias vezes por Lutzenberger, e Schweitzer foi um dos poucos autores que ele citou em seus escritos. No único livro em que listou referências bibliográficas – *Fim do Futuro?* – consta “Die Lehre von der Ehrfurcht von dem Leben” (“A doutrina da reverência pela vida”, 1966). Para nosso personagem, diante de toda a devastação provocada pelo homem, era preciso uma mudança de atitudes. Em um texto que denominou “Reverência pela Vida”, ele afirmou que a humanidade precisava “de uma nova ética - na verdade muito antiga - holística e abrangente, uma ética que abraça toda a Criação, uma ética baseada no

princípio fundamental, proposto por Albert Schweitzer, de reverência pela Vida em todas as suas formas e manifestações” (LUTZENBERGER, Fundação Gaia, *Online*).

Assim como a formulação de Schweitzer, a ética divulgada por Lutzenberger se alicerçava numa visão mística, sacralizada, espiritualizada e num compromisso moral com a natureza. Essas posições também são características da *deep ecology*, ou “ecologia profunda”. Não encontrei manifestação verbal ou escrita de Lutzenberger onde constasse sua adesão à ecologia profunda, mas podemos afirmar que ele conhecia os principais autores, pois constam vários livros dessa tendência em sua biblioteca<sup>12</sup>. Além disso, conheceu pessoalmente e foi amigo de Fritjof Capra, um dos expoentes da *deep ecology*.

O termo “ecologia profunda” surgiu em 1973, com a publicação do artigo “The shallow and the deep, long-range ecology movement” (NAESS, *Inquiry Review*, 16). Worster (2011b, p. 360) afirma que o movimento da ecologia profunda começou a aparecer em vários países com o objetivo de promover o “igualitarismo biosférico” entre as espécies. O artigo de 1973, escrito pelo filósofo norueguês Arne Naess, consistia essencialmente em sistematizar uma série de sete princípios caracterizadores da ecologia profunda (*deep*, ecocêntrica), em contraponto à ecologia rasa (*shallow*, antropocêntrica). Naess continuou desenvolvendo suas ideias e a ecologia profunda se tornou uma das correntes mais influentes da ética ambiental contemporânea. Fox (1995) percebe três sentidos na formulação de Naess:

- 1) Formal (fundamentos da ecologia profunda). Baseia-se na formulação de perguntas progressivamente profundas sobre relações ecológicas das quais os humanos fazem parte (FOX, 1995, p. 92);
- 2) Filosófico (auto realização, baseada principalmente em Spinoza e Gandhi). Para Naess, a filosofia de Spinoza apontava em direção à realização e expansão do ser tanto quanto possível, dentro de um mundo do qual nós somos uma parte na soma da realidade - não a parte principal. Gandhi também pregava um “cultivo do ser” de forma pacífica; a auto realização não seria encontrada através do apego egóico em relação aos resultados das ações, mas sim através do caminho da ação altruísta (FOX, 1995, p. 105-112).
- 3) Popular. Formulação de princípios básicos para o movimento ecologista.

No artigo de 1973, Naess esclareceu que a ecologia profunda não era derivada da lógica ou indução, mas sim da observação das lutas ecológicas. A Ecologia, para ele, era uma ciência limitada que fazia uso de métodos insuficiente para embasar as lutas políticas dos ecologistas. Por

---

<sup>12</sup> Constam em sua biblioteca livros de autores como Thomas Berry, Wendell Berry, Leonardo Boff, Edward Goldsmith (autor de *A Blueprint for Survival*), Jerry Mander, Gary Snyder, Vandana Shiva, James Lovelock e Lynn Margulis (autores da teoria de Gaia), Warwick Fox, Ruppert Sheldrake e Fritjof Capra, seu mais famoso divulgador.

isso, defendia a Filosofia como fórum mais geral do debate sobre os fundamentos do movimento, tanto no nível descritivo, quanto prescritivo, pois a política é uma de suas subseções. A ecologia profunda era, de acordo com Naess, uma *ecosofia*, ou seja, uma filosofia de harmonia ecológica ou de equilíbrio, abertamente normativa, que continha as normas, regras, postulados, valores e hipóteses sobre o estado de coisas em nosso universo; um tipo de sabedoria política, uma prescrição, e não somente uma descrição científica e uma previsão (NAESS, 1973).

A ecologia profunda propõe uma ética da inter-relação, “segundo a qual todas as formas de vida têm igual direito de viver e desabrochar. (...) os seres humanos não são moralmente privilegiados em nenhum aspecto, neste esquema ecológico das coisas” (MATHEWS, 2005, p. 228). Além disso, a ecologia profunda rejeita a perspectiva dualista dos seres humanos e da natureza como separados e diferentes: “é preciso viver de acordo, e não em desarmonia, com os ritmos naturais” (PEPPER, 2000, p. 34). Semelhante ao que Lutzenberger afirmava, a ecologia profunda está centrada na transformação no plano da consciência individual. Ela aponta a necessidade de cada indivíduo modificar atitudes, valores e estilos de vida - o que Lutzenberger chamava de “esquema mental” -, para que ocorram mudanças significativas na relação homem-natureza.

Capra (2006, p. 25-26) defende que, em última análise, a percepção da ecologia profunda é “espiritual ou religiosa. Quando a concepção de espírito humano é entendida como o modo de consciência no qual o indivíduo tem uma sensação de pertinência, de conexidade, com o cosmos como um todo, torna-se claro que a percepção ecológica é espiritual na sua essência mais profunda”. Para Pelizzoli (1999, p. 28), esta corrente propõe uma reconciliação, ou religação, do espaço político com o cosmos; articula natureza, espiritualidade e política, apresentando-se como “um novo paradigma”. Lutzenberger tocou nesse ponto no *Manifesto*, afirmando que “necessitamos inverter a dessacralização da natureza (...). Deus e Natureza são a mesma coisa” (1980a, p. 81), tendo por base religiões orientais, como o budismo e o hinduísmo. Conforme veremos no capítulo 8, ele compartilhava da compreensão difundida por White (1967) de que a visão de mundo judaico-cristã era a maior responsável pela crise ecológica moderna.

Outro aspecto importante para compreendermos as concepções da ecologia profunda é sua defesa do valor intrínseco dos elementos naturais: ela sustenta que plantas, animais e, por vezes, até mesmo formas naturais da terra e da água merecem respeito, independentemente de sua utilidade aos seres humanos (ZEREGA, 1995, p. 240). Tal preceito é fundamental, porque distingue uma atitude antropocêntrica e uma não antropocêntrica em relação ao mundo natural:

Segundo a atitude antropocêntrica, ou centrada nos humanos, o mundo natural tem apenas valor instrumental – tem valor somente na medida em que serve como recurso para nós. De um ponto de vista não antropocêntrico, o mundo natural tem valor de seu próprio direito, como um fim em si, independentemente de seu valor utilitário para nós (...). Os seres humanos têm direito de retirar da biosfera tudo que efetivamente precisam para uma vida culturalmente e materialmente simples, mas não

mais. Isso se aplica também à humanidade como espécie: não temos o direito de nos multiplicarmos para lá do número necessário para sustentar culturas significativas. A mensagem é que a humanidade deve, tanto quanto possível, deixar a natureza em paz (MATHEWS, 2005, p. 231-232).

Na mesma linha de pensamento, Lutzenberger defendeu controles demográficos para conter a explosão populacional, denominada por ele “avalanche humana” no *Manifesto* (1980a, p. 46), influenciado pela leitura de “The population bomb” (1968, escrito pelo biólogo, ecologista e demógrafo Paul Ehrlich), livro que se tornou referência sobre o tema para os ambientalistas nos anos 1970. Nosso personagem utilizou a metáfora da “nave espacial”, apresentada por Kenneth Boulding no texto “Human Values on the Spaceship Earth”, de 1966: “é evidente que uma nave finita não pode acomodar número indefinidamente crescente de passageiros” (IDEM).

A ética ecológica difundida por Lutzenberger incorporou preceitos da ecologia profunda, da ética da Terra de Aldo Leopold, da reverência pela vida de Schweitzer, e foi influenciada por autores como Rachel Carson, Ivan Illich, Bertrand Russel, entre outros. Essas considerações teórico-filosóficas serão retomadas e aprofundadas no capítulo 8 deste trabalho. Para finalizar a discussão teórica introdutória, convém somente levantar interessante aspecto da ética de Lutzenberger: a utilização de termos científicos da Ecologia, Biologia e da Economia Ecológica. Desde a primeira formulação de sua ética ecológica, em 1971, conceitos como “homeostase”, “interdependência” e “biosfera”, comuns a correntes da Biologia e Ecologia, fizeram parte de seu repertório interpretativo. Da mesma maneira, partindo da Economia, mais precisamente da economia ecológica (e desta especialmente importante para Lutzenberger foi a leitura da obra de Herman Daily), ele criticava os modelos desenvolvimentistas capitalista e comunista, embasados no crescimento econômico e na industrialização, responsável pelo esgotamento dos elementos naturais e pela contaminação do ambiente e das pessoas com resíduos tóxicos. Para Lutzenberger (1980a, p. 13-14),

a economia humana é um aspecto parcial da economia da Natureza. As ciências econômicas, portanto, deveriam ser encaradas como aquilo que realmente são – um capítulo da Ecologia (...). A visão da economia como algo que transcende a Natureza leva à cegueira ambiental por um lado e a contas fictícias e ilusórias por outro. É porque a Natureza não entra em nossas cogitações econômicas que não nos damos conta da gravidade de nossas agressões, não vemos que nos encontramos em pleno processo de desmantelamento da Ecosfera, cujo fim significará o fim também da economia humana.

### *Uma posição crítica*

A própria tese está permeada de considerações éticas que gostaria de esclarecer ao leitor. Alguns termos por mim utilizados foram escolhidos a partir de um ponto de vista próprio ético-ecológico.

Para designar os produtos utilizados para matar insetos e outros seres vivos em geral nos cultivos agrícolas utilizarei o termo *agrotóxico*, ou *pesticida*, e não defensivo agrícola. Como o



leitor poderá verificar no capítulo 3, a utilização desse último termo significava a concordância com um determinado modelo de agricultura. Aqui, a razão para a escolha dos dois primeiros está na própria legislação brasileira sobre o assunto, que define “agrotóxicos e afins” como

os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos; substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento (BRASIL, Lei 7.802, 11/07/1989).

Além desse motivo legal, não posso negar que, pessoalmente, compartilho da visão do biografado, de entrevistados, de setores da academia e de movimentos sociais, os quais percebem a insustentabilidade do modelo mecanizado e quimificado predominante na agricultura brasileira, tanto do ponto de vista da natureza quanto da sociedade. Antes e durante a escrita desta tese, foram publicados diversos textos, relatórios e artigos contra esse modelo, visando esclarecer a população dos perigos que ela própria corre, ao consumir alimentos com agrotóxicos, bem como os danos causados à natureza pelo uso desses produtos<sup>13</sup>.

Inclusive, acredito que esta pesquisa, ao discutir episódios da luta contra os agrotóxicos no Brasil, protagonizada por Lutzenberger, relacionando-a com ética e combate à ditadura, pode contribuir para esse debate tão atual. Infelizmente, no início de século XXI, nosso país chegou ao vergonhoso patamar de maior consumidor mundial de agrotóxicos. Segundo o dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO, 2012, p. 16), em 2011, foram utilizadas mais de 850 milhões de toneladas desses produtos na lavoura brasileira. Aliado a isso, no mesmo período, foram usados quase 7 bilhões de quilos de fertilizantes químicos. Tal marca foi atingida com incentivos de governos estaduais e uma política desenvolvimentista divulgada pelo Estado. Não só o envenenamento de animais, plantas, rios e pessoas é consequência de um tipo de desenvolvimento que prioriza o crescimento econômico em detrimento da proteção e conservação ambiental, mas também a política de ocupação da Amazônia, que prevê construção de hidrelétricas, portos, aeroportos, entre outras obras, que atingirão, além da fauna e flora locais, populações indígenas e ribeirinhas, pessoas que moram há muito tempo na região.

Não quero com isso assumir posição militante, mas sim crítica, afinal, a pesquisa acadêmica não pode ficar indiferente ao que acontece ao seu redor. Concordo com o que disse

---

<sup>13</sup> Podemos citar, por exemplo, o relatório “Diretrizes para a vigilância do câncer relacionado ao trabalho”, elaborado pelo Instituto Nacional do Câncer José de Alencar Gomes da Silva (INCA-Ministério da Saúde, 2012); o Artigo “Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: A nova versão do capitalismo oligopolizado”, da professora da USP, Larissa Bombardi (2011); e os três volumes do Dossiê “Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde” publicados pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), ao longo de 2012. Em 2015, o Dossiê foi publicado na íntegra, totalizando 624 páginas (CARNEIRO, 2015). Além disso, foram lançados dois documentários abordando o tema, “O veneno está na mesa” I (2011) e II (2014), ambos dirigidos pelo cineasta Sílvio Tendler.

recentemente Jean-François Sirinelli (2013, p. 51), “um historiador pode ter convicções, mas precisa escapar de simplificações (...). Uma história militante envelhece rapidamente. Quando se coloca o saber a serviço de uma causa, se esquece que ela evolui e muda de natureza”. Ou seja, esta investigação não está a serviço de nenhuma causa, e as simplificações próprias da militância imediata são evitadas, no entanto, busca contribuir, ainda que modestamente, para as reflexões necessárias sobre a problemática ambiental, tão grave na contemporaneidade. Especificamente no que diz respeito ao objeto da presente tese, é válido mencionar as colocações da professora de Medicina da Universidade Federal do Ceará, Raquel Rigotto (CAROS AMIGOS, 2011, p. 35): “a campanha contra os agrotóxicos e pela vida cumpre um dever que é de todos nós, mas é também do Estado brasileiro que não tem sido cumprido: permitir aos cidadãos o direito de saber. Nós temos o direito de saber o que nós estamos comendo, as consequências disso hoje e amanhã para essa geração e as futuras”. Para a autora, esse direito tem sido negado, porque o Estado vem se mostrando eficiente para “promover e apoiar o agronegócio, seja pelo que diz respeito ao financiamento, à infraestrutura, à facilitação da legislação, da comercialização, etc., e, ao mesmo tempo, não tem a mesma eficiência para proteger a sociedade [e muito menos os elementos naturais] dos impactos dos agrotóxicos e dos transgênicos”.

Outra explicação que julgo importante é o uso da expressão *elemento natural* e seu plural *elementos naturais*, e não “recurso natural”, ou “recursos naturais”, vastamente utilizada na literatura sobre questões ambientais. A preferência pela primeira, influenciada pelas aulas do professor Jalcione Almeida (PGDR-PPGS UFRGS), expressa um sentido mais neutro do que “recurso”, noção de cunho utilitarista, pois aborda a natureza apenas em seu valor econômico, ou prático. O próprio Lutzenberger estava ciente desse significado da palavra “recurso”, no entanto, como era (e é) expressão usual, utilizou-a em seu discurso (JORNAL DO BRASIL, 18/04/1990, APJL). Aqui, “recursos naturais” aparece apenas em citações ou entre aspas, por esse motivo.

O termo ambiente, tão amplamente usado em oposição ao mundo humano, aqui será utilizado segundo a proposta de Raynaut (2006). Segundo o antropólogo francês, tanto *environment* (inglês), *environnement* (francês), *medio ambiente* (espanhol) quanto *meio ambiente* (português) expressam a ideia de “o que fica entorno ao ser humano”. Ambiente, portanto, é aqui entendido como o espaço de interações entre homens e elementos naturais. Se pudéssemos expressar matematicamente em termos simples, diríamos que **Ambiente = Natureza + Sociedade**. Raynaut, no entanto, aponta o desequilíbrio dessa equação: “a representação mental que estrutura o conteúdo da palavra corresponde à uma imagem de centralidade do Ser Humano dentro de um universo formado por tudo o que fica entorno a ele”. A responsabilidade pela preservação do ambiente seria derivada de uma necessidade antropocêntrica, na verdade, expressa nos desafios de

manejar as relações humanas “com este entorno, de modo a responder a suas necessidades e a realizar suas aspirações e ambições” (RAYNAUT, 2006, p. 10).

Cabe também esclarecer que não utilizarei o termo agroecologia. A escolha tem dois motivos: o primeiro, porque não era corrente no vocabulário de Lutzenberger, que preferia “agricultura ecológica”, mas usou também agricultura “biológica”, “orgânica” e “regenerativa”. Afinal, ele não estava vinculado ao meio acadêmico, de onde provém o conceito de Agroecologia, definida por Gliessman (2009, p. 56) como “*a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis*” [itálico do autor]. Entretanto, a Agroecologia não abarca todos os tipos de agricultura que parte de princípios ecológicos ou sustentáveis. Caporal e Costabeber (2004, p. 7-8) utilizam o termo “agriculturas de base ecológica” para distinguir agriculturas fundamentadas nos princípios da Agroecologia (vista como uma ciência) dos estilos de agricultura alternativa – “orgânica, biológica, natural, ecológica, biodinâmica, permacultura, entre outras, cada uma delas seguindo determinadas filosofias, princípios, tecnologias, normas e regras, segundo as correntes a que estão aderidas”. Para Almeida (2009, p. 65), essa “agricultura alternativa” se reveste de uma forte conotação contracultural: “Esses tipos de agricultura que se pretendem diferentes são definidos principalmente em relação à agricultura – ou agricultores – de tipo convencional ou moderna”. Essa agricultura (ou agriculturas) se define (m) por oposição ao “modelo dominante”, ou seja, ela é alternativa a esse modelo.

Como Lutzenberger nunca se ocupou com a sistematização de princípios técnicos - nem para a agricultura, nem para a ética que divulgava -, abordando muito mais o aspecto filosófico, é coerente utilizar os mesmos termos que ele: em seu discurso, não tratava de uma ciência agroecológica, mas de uma agricultura mais limpa, sustentável ambiental e socialmente. Portanto, aqui, utilizarei “agricultura ecológica” e “agricultura orgânica” como sinônimos para designar o modelo defendido por Lutzenberger em oposição à agricultura moderna ou convencional. Nesse ponto, também cabe esclarecer que, embora pareçam opostos, os termos agricultura “moderna” e “convencional” são sinônimos.

Do ponto de vista dos defensores do paradigma ecológico, a agricultura que utiliza pesticidas e mecanização é convencional, pois tornou-se o modo de produção comumente aceito pela maioria dos agricultores; já do ponto de vista desses últimos, bem como dos técnicos que a defendem, ela é “moderna” e os agrotóxicos e maquinário são considerados importantes inovações tecnológicas. Para eles, os agricultores que não usam esses produtos são “atrasados”, “relaxados”, entre outros adjetivos ainda piores. A fim de equacionar essa questão, resolvi usar os dois termos, acompanhando o contexto em que aparecem nos documentos. Nos anos 1970, o mais comum era “agricultura moderna”, então utilizarei esse termo, mas com aspas, para enfatizar que *este não é o ponto de vista de Lutzenberger*. Já nos anos 1980, o mais corrente, da parte de Lutzenberger e de

diversas fontes, é convencional, que utilizo sem aspas. Pode parecer muito detalhismo explicar o uso desses termos, mas, tratando-se de uma investigação onde o problema de pesquisa envolve profundas questões éticas, creio que é importante esclarecer a razão de minhas escolhas.

Acrescento algumas explicações de ordem técnica. Como o presente texto ficou bastante extenso, optei por formas de condensar informações. Faço citações diretas e indiretas das obras consultadas em inglês, traduzindo-as para o português: a mim cabe toda a responsabilidade pelo sentido das frases. Também preferi não enumerar exaustivamente os capítulos e subcapítulos, o que resultaria em um enorme índice. Dessa forma, os subcapítulos estão grifados em negrito e, dentro destes, as subdivisões constam em itálico. Cito também informações de websites, cujos endereços completos estão listados no final do trabalho.

Lutzenberger era chamado pelos amigos e pessoas mais íntimas de “Lutz”. Depois de quase cinco anos de pesquisa, creio que um biógrafo possa imaginar ter atingido certa intimidade com seu personagem. Nesse sentido, senti-me livre para alternar entre “Lutzenberger” e ‘Lutz’.

### *Biografia*

No processo de “retorno” do político, do acontecimento, da narrativa e do indivíduo, nos anos 1970/80 ao centro do conhecimento histórico, reabilitou-se “a centralidade da ação, da comunicação, da intencionalidade dos atores e a dimensão interpretativa da análise, isto em torno da ideia diretriz de uma racionalidade própria da ação” (DELACROIX, 2010, p. 656). As noções de “ator” e de “agência” são fundamentais nesse movimento, pois valorizam a capacidade de agir e a margem de autonomia dos sujeitos num contexto social.

Nesta tese, utilizamos a noção de agência conforme a formulação do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Ele pensa o agente no sentido de indivíduo construído através da cultura e da educação, ou seja, do *habitus*; segundo tal perspectiva, os indivíduos são agentes na medida em que atuam e lutam dentro de um campo de interesses. Toda ação é *interessada* e pressupõe um *investimento* a fim de que o agente obtenha o que deseja (BOURDIEU, 2008).

No entanto, a noção de *habitus* pode ser acusada de determinismo. Nesse sentido, a historiadora Sabina Loriga elaborou sua crítica. Ela percebe em Bourdieu uma tendência que reforça demasiado o *habitus* em detrimento da individualidade, das possibilidades do eu. Para a autora, a solução está em “utilizar o eu para romper o excesso de coerência do discurso histórico, ou seja, para se interrogar não apenas sobre o que foi, sobre o que aconteceu, mas também sobre as incertezas do passado e as possibilidades perdidas” (LORIGA, 1998, p. 246-47).

Além do conceito de agência, convém agregar a noção de projeto. Para o sociólogo austríaco Alfred Schutz, no ato de antecipar e projetar as ações, o sujeito deve estar ciente de sua posição no espaço, tempo e sociedade, assim como, por sua experiência de vida, que alguns

elementos de seu *Lebenswelt* (mundo da vida) são impostos, enquanto outros estão - ou podem estar - sob seu controle:

Todo projetar consiste numa antecipação da conduta futura por meio da fantasia.... Porém, projetar é mais do que fantasiar. O projeto é a fantasia motivada pela intenção posterior, antecipada, de desenvolver o projeto. A possibilidade prática de desenvolver a ação projetada, dentro do quadro imposto da realidade do *Lebenswelt*, é uma característica essencial do projeto. No entanto, ela depende de nosso estoque de conhecimento à mão na ocasião do projeto (SCHUTZ, 1979, p. 138)

No entanto, por mais conhecimento que o sujeito tenha da estrutura, do contexto em que está inserido, o ato de projetar “traz consigo horizontes em aberto”. Os projetos podem dar certo ou não, e os riscos inerentes devem ser levados em conta. Essas considerações foram abordadas por Velho (1998, p. 40) que entende, a partir de Schutz, projeto como “*a conduta organizada para atingir finalidades específicas*”. Para que essa proposta não seja acusada de racionalista, ele a alia à “noção de *campo de possibilidades* como dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação de projetos”. Foi num campo de possibilidades que Lutzenberger atuou, interagindo com forças favoráveis e contrárias ao seu projeto ambientalista, divulgado no *Manifesto Ecológico Brasileiro* como um projeto para todo o movimento ecológico. Ele se arriscou, primeiramente ao deixar o bom emprego numa multinacional pela incerteza da militância ecológica, algo que sequer lhe rendia salário. Além disso, lutando num contexto ditatorial, em que manifestações políticas eram censuradas, ele se lançava nas incertezas da recepção de seus contemporâneos e em possibilidades infinitas, sob as quais não tinha menor controle. Sua ação era cerceada pelo *habitus* por certo, no entanto, ele desenvolveu estratégias que permitiram manifestar-se contra interesses econômicos poderosos, utilizando recursos de linguagem para conseguir adesão ao seu projeto, em meio a uma ditadura repressora. Ao longo da vida, abriram-se inúmeras possibilidades de escolha em diferentes ocasiões, e, como veremos, muitas vezes, Lutz escolheu opções que contrariaram atitudes e discursos seus anteriores. Assim como as posições que ocupou nas diferentes fases de sua vida, suas escolhas também foram mutantes.

É importante esclarecer ao leitor que esta não será uma biografia “da vida inteira” de Lutzenberger. Interessa-me aqui sua atuação como ambientalista, sua militância e sua contribuição intelectual ao movimento ambientalista brasileiro. Abordo a transformação do personagem de funcionário de uma multinacional da agroquímica em um dos seus maiores críticos no Brasil, acompanhando as principais lutas ecologistas travadas por ele até o final da vida, em 2002. A “costura” de toda essa trajetória (BOURDIEU, 2005), como já foi dito, é a ética ecológica construída e difundida por Lutz.

A vida privada entrará em discussão quando for necessário para compreender algum episódio de suas lutas. Com isso, não quero separar as duas esferas de sua vida – pública e privada –, apenas acentuo que o foco principal será a atuação pública do personagem. Até porque a

problemática norteadora da pesquisa – a questão da ética ecológica – condiciona a biografia a conferir um enfoque maior à esfera pública e à produção intelectual de Lutzenberger.

Aqui, trato de aprofundar aspectos das lutas protagonizadas por ele que estiveram intimamente ligados à sua trajetória. Exemplo maior dessa ligação, como acompanharemos no decorrer da tese, foi a temática da agricultura. Ela envolvia sua escolha profissional e filosófica. Como engenheiro agrônomo e especialista em ciência do solo, defendeu posição contrária à predominante em sua área: o dogma de que agrotóxicos e fertilizantes químicos eram necessários e indispensáveis à produção de alimentos. Mais do que isso, a concepção hegemônica entre os profissionais, funcionários públicos e indústrias do setor era de que, sem tais substâncias, seria impossível alimentar o mundo, um mundo em crescimento e com muita fome. Essa luta foi tão importante na trajetória de Lutzenberger que perdurou até seu falecimento.

É interessante observar as mudanças na trajetória de Lutzenberger. Ele ocupou diferentes posições, desempenhou vários papéis ao longo da vida: engenheiro agrônomo, funcionário de uma multinacional agroquímica (BASF), fundador de uma importante entidade ambientalista (AGAPAN), intelectual crítico do desenvolvimentismo, conferencista polêmico, ministro do meio ambiente, empresário de tecnologias limpas, incentivador da agricultura ecológica e da educação ambiental, fundador do Rincão Gaia, etc. Esse caminho foi resultado de escolhas e interações com seus contemporâneos (que, inclusive, muitas vezes, o criticaram pelo que acreditavam ser incoerências). Pretendo abordar essas diferentes trilhas percorridas por Lutzenberger, seguindo a pista levantada por Albuquerque Júnior (2007, p. 248), para quem o historiador, em uma biografia, deve ser aquele que “não aponta caminhos únicos, mas descobre bifurcações, entroncamentos, cruzamentos de caminhos que são ao mesmo tempo fronteiras e possibilidades”. De maneira semelhante, Margadant (2000) defende uma “nova biografia”, cujo assunto não deve ser o eu coerente, mas o eu que atua para criar uma impressão de coerência; um indivíduo com múltiplos “eus” cujas distintas manifestações refletem a passagem do tempo, as exigências e opções de diferentes definições, ou as variedades de formas com que os outros procuram representar aquela pessoa. Na nova biografia proposta por Margadant, o “eu” é construído permanentemente pelo sujeito, na mediação cultural com seus contemporâneos, ou seja, o eu coerente não existe. Da mesma forma, sem procurar coerências, mas possibilidades, Borges (2009, p. 233) observa que, assim como nós mesmos, nossos personagens são humanos, portanto, sujeitos ao aleatório, ao imprevisível, ao “misterioso da vida”. Com sentido similar, Avelar (2011, p. 11) defende a biografia histórica como um *locus* privilegiado de escrita da história, onde seria possível a “revalorização dos atores sociais, alargando nossa compreensão do passado sem tomá-los como uma unidade dada e coerente, mas como um campo de conflitos e de construção de projetos de vida”.

Outro aspecto interessante da trajetória de Lutzenberger foi sua presença constante na imprensa do Rio Grande do Sul e de outros estados brasileiros. Suas palestras das segundas-feiras na AGAPAN, aos poucos, começaram a atrair considerável público e a atenção da imprensa porto-alegrense. Com frequência praticamente diária, nos anos 1970-80, eram veiculadas notícias sobre as lutas da entidade e opiniões de Lutzenberger a respeito de todo tipo de acontecimento ligado ao meio ambiente. Eventualmente, artigos dele eram publicados nos principais jornais do país. No contexto da ditadura militar brasileira (1964-85), quando matérias que desagradavam o regime eram censuradas, muitas vezes, o espaço foi ocupado por um assunto supostamente “não subversivo”, a ecologia. Algumas dessas reportagens abordavam a trajetória de Lutzenberger, transformando-o numa espécie de “celebridade” ecologista do Estado e, posteriormente, em âmbito nacional.

Petrarca (2007) analisou matérias publicadas sobre a morte de Lutzenberger em jornais comerciais e em portais de eco jornalismo, visando investigar os quadros argumentativos utilizados pelos jornalistas para construir representações sociais do personagem. Segundo a autora (2007, p. 126), tais relatos contribuíram “para construir determinadas imagens a respeito da biografia do autor de maneiras diferentes de acordo com interesses particulares e a dinâmica de funcionamento de cada jornal”. Enquanto alguns periódicos (*Zero Hora* e *O Sul*) forneceram uma visão de Lutz “associada às capacidades individuais, ao ‘dom’ natural de estabelecer uma relação com o meio ambiente”, outros, como *Correio do Povo*, o relacionaram “às atividades do movimento ambientalista, colocando-o na posição de militante, bem como de cientista, do político que ocupou postos no governo, mas um cientista e um político engajado que atuou juntamente com o movimento ambientalista” (PETRARCA, 2007, p. 124).

O foco deste trabalho não é a construção de sentidos a respeito de Lutzenberger na imprensa, mas tal aspecto será levado em consideração nos momentos em que estiver relacionado a algum evento importante em sua trajetória ou à constituição da sua ética ecológica. Nesta tese, os percursos do personagem serão abordados na dinâmica com seu contexto de atuação, com seus pares ambientalistas e também com agentes opositores à ecologia; ou seja, num campo de possibilidades, às vezes favorável, às vezes conflitivo, mas sempre em interação com seus contemporâneos.

### *História ambiental*

O exame da trajetória e da produção intelectual de Lutzenberger pode contribuir para o estudo das ideias, valores éticos, percepções e significados atribuídos pelos humanos aos elementos da natureza, uma das possibilidades de investigação da *história ambiental*, campo historiográfico que surgiu nos Estados Unidos na década de 1970, em meio ao interesse despertado

pelo movimento ambientalista e às conferências internacionais realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Os historiadores norte-americanos concentram boa parte dos trabalhos na área, porém países da Europa<sup>14</sup> e, mais recentemente, da América Latina, também desenvolvem estudos nesse âmbito.

Para compreender o surgimento da história ambiental como campo historiográfico específico, é preciso levar em consideração fatores sociológicos e epistemológicos. Segundo Pádua (2010, p. 81), foram tanto a emergência de movimentos ambientalistas em diversos países, quanto as mudanças no mundo do conhecimento consolidadas no século XX sobre "o entendimento do mundo natural e de seu lugar na vida humana", que instigaram o interesse dos historiadores pelas relações entre seres humanos e natureza.

A história ambiental trata, em linhas gerais, "do papel e do lugar da natureza na vida humana" (WORSTER, 1991, p. 201). Entre as questões básicas por ela colocadas estão as próprias noções de "natureza"; as interações do domínio socioeconômico com o ambiente; o âmbito ético, de valores, na dinâmica homem-natureza; e o pensamento crítico-ambiental. Uma das características mais marcantes dessa área de pesquisa é a interdisciplinaridade. O diálogo com a geografia, geologia, botânica, zoologia, paleontologia, agronomia, demografia, sociologia, antropologia e, principalmente, com a ecologia, dependendo do estudo proposto, normalmente é indispensável.

Outro ponto importante da história ambiental é sua dimensão política e moral. Seu próprio surgimento esteve ligado a fortes compromissos morais e políticos, em virtude da generalização da crise ecológica. Com o desenvolvimento do campo, a história ambiental "transformou-se também num empreendimento acadêmico que não tinha uma simples ou única agenda moral ou política para promover" (WORSTER, 1991, p. 199). Mas ainda existe a possibilidade de que o conhecimento obtido por meio da pesquisa em história ambiental possa vir a subsidiar a elaboração de políticas públicas (CARVALHO, 2004, p. 111).

No caso desta pesquisa, a perspectiva da história ambiental é articulada com o método biográfico para estudar a vida de um sujeito representativo no movimento ambientalista brasileiro. Aqui, não se estuda Lutzenberger por ele mesmo apenas, mas também para conhecer melhor as bases éticas desse movimento a partir de sua figura: é na variação de escalas, do individual para o coletivo que esta biografia se constrói, pois é no indivíduo que melhor observamos como os

---

<sup>14</sup> Por exemplo, na França, a revista *Annales* publicou um número especial sobre História e Ambiente em 1974. Na apresentação, o editor, Emmanuel Le Roy Ladurie, "fez questão de afirmar que não estava cedendo aos imperativos de uma moda, pois desde longo tempo a revista havia escolhido se interessar pelos temas de uma história ecológica" (Pádua, 2010, p. 82). Segundo Donald Worster (1991, p. 200), a revista criada por Marc Bloch e Lucien Febvre "há décadas vem chamando atenção para o ambiente". O grande livro de Fernand Braudel, "O Mediterrâneo", já seria um estudo de história ambiental, pois é centrado no Mar Mediterrâneo e na vida humana que se desenvolveu ao seu entorno.



processos mais amplos ocorrem na prática (WORSTER, 2011a). Através da biografia de um indivíduo – pensado como um agente - que tenha refletido sobre a interação homem-natureza no passado, podemos, num sentido mais amplo, acessar algumas das ideias, percepções e representações sobre natureza de um grupo, uma rede, ou até, mesmo que parcialmente, de um determinado contexto. Além disso, ambas as perspectivas (biografia e história ambiental) convergem na interdisciplinaridade, no apoio de conceitos de outras áreas, sempre de acordo com a trajetória do personagem biografado.

No nosso caso, a vida de Lutzenberger é o “Norte” a nos guiar em toda a pesquisa. Adentramos determinadas áreas do conhecimento, como por exemplo, a agricultura, porque foi importante na trajetória do personagem e na interação social dele com seus contemporâneos.

Ao perseguir as ideias defendidas por um agente – ou um grupo – o historiador ambiental pode transcender a narrativa do declínio e devastação, passando a perceber com muito mais ênfase os inúmeros pontos de vista que, geralmente, estão presentes na existência humana. Outro aspecto positivo dos estudos biográficos é que a vida dos indivíduos transcende os marcos temporais e temáticos rígidos, possibilitando a compreensão de que as ideias e práticas ambientais não podem ser enquadradas em limites cronológicos e temáticos estanques.

Nesta tese, portanto, é importante dialogar tanto com historiadores ambientais que pesquisaram questões éticas, quanto com profissionais de outras disciplinas, em especial Ecologia, Biologia, Química, Filosofia, Sociologia, Agronomia e Economia. A crítica ambiental de Lutzenberger, imbuída de uma ética ecológica particular, estava inserida num contexto em que predominavam visões antropocêntricas sobre a natureza, as quais queria modificar. No Brasil, ele foi um dos mais importantes difusores da ecologia em seu aspecto político e ético, divulgando a necessidade de uma percepção mais holística do mundo, que igualava o homem aos demais seres vivos. Portanto, estudar a trajetória de lutas ambientalistas de Lutzenberger pela perspectiva da história ambiental pode ajudar a entender, transcendendo o âmbito individual - função, aliás, da boa biografia – o contexto de visões, ideias e éticas a respeito da natureza nos anos 1970/90, não esquecendo que parte desse contexto foi amplamente marcado pelo regime militar que vigorou em nosso país.

### **Sobre as Fontes**

Cabe, ainda, nesta já longa Introdução, discorrer sobre as fontes de pesquisa que fundamentam a presente tese. Como disse anteriormente, o principal arquivo consultado foi o Acervo Privado de José Lutzenberger (APJL), que vem sendo organizado desde 2008 por sua filha, Lilly Lutzenberger. Como ele se encontra na filial da empresa Vida, na zona rural de Eldorado do Sul (cerca de 1 hora de Porto Alegre), onde não há transporte coletivo disponível, minhas idas ao

arquivo acompanharam o ritmo do trabalho de Lilly. Ela costumava realizar essa organização às terças e quintas-feiras, durante a manhã e tarde. Como viajamos muitas vezes juntas (foram 30 viagens, de 2011 a 2014), formamos um vínculo de amizade e confiança, o que tornou minha pesquisa ainda mais frutífera. Lilly, além de abrir as portas de todo acervo para mim, ajudou-me a encontrar, interpretar e contextualizar documentos. Como o acervo não está pronto para ser catalogado, sua presença e disponibilidade para me auxiliar foram fundamentais.

O APJL é constituído por grande número de livros e revistas, vídeos, recortes de jornais, documentos, correspondência e artigos escritos pelo ambientalista e por terceiros. O material abrange também uma variada gama de assuntos; grande parte está relacionada às lutas em que Lutzenberger se envolveu ao longo de 31 anos de militância ecológica. Como ele tinha o hábito de não descartar nada (segundo me disse a filha), quase a totalidade desse material foi preservada.

Lilly me esclareceu que, nos anos finais de vida de seu pai, os documentos eram colocados em pilhas, espalhadas pelos três andares da casa construída por seu avô, na Rua Jacinto Gomes. Eram tantos papéis que, em certa ocasião, “três grandes estantes de metal repletas de livros, as quais se encontravam atrás de sua mesa de trabalho, se inclinaram para a frente vertendo todo seu conteúdo sobre o proprietário. Ele só não se feriu porque tinha bons reflexos e sua cadeira possuía rodinhas” (LUTZENBERGER, Lilly. 2012, p. 2). Depois do falecimento do ambientalista, em 2002, o acervo ficou intocado por cinco anos. Fungos, ácaros, cupins e outros insetos tomaram conta dos papéis, além de algumas goteiras e infiltrações de água.

Lilly passou dois anos revisando todos os cômodos da casa, estante por estante, pilha por pilha, pasta por pasta, caixa por caixa, papel por papel, e descartando tudo o que não tinha relação com as grandes lutas ambientais protagonizadas por seu pai, nem com seus focos de interesse e estudo. Materiais destruídos pela umidade, fungos, ácaros, cupins e traças a ponto de terem se tornado ilegíveis também foram eliminados. Esse processo reduziu o volume total de documentos em aproximadamente 40%. Depois de todo esse trabalho, quando o acervo estava sendo transferido para Eldorado do Sul e as obras de restauração da Casa Lutzenberger iriam começar, ela encontrou uma grande caixa de papelão pousada num canto, suja, “estropiada” e repleta até o topo de papel. Ao abri-la, uma grata surpresa: em meio a muito material empoeirado e manchado, fungos, traças, teias de aranha, duas baratas e uma lagartixa morta perfeitamente desidratada, Lilly encontrou um folio contendo o original da nomeação oficial de Lutzenberger como Secretário Especial do Meio Ambiente do Presidente Fernando Collor. Mais incrível ainda era que esse documento encontrava-se absolutamente intacto e limpo, ao contrário de quase todo o restante do conteúdo daquela caixa (LUTZENBERGER, Lilly. 2012, p. 3).

Lilly já conseguiu organizar os livros e revistas de Lutzenberger em caixas e por assunto. Esse material já está em mãos do Memorial Jesuíta da UNISINOS. O restante - ou seja, a

documentação propriamente dita - será doada assim que ela terminar sua organização por “grandes assuntos”. No referido Memorial, o material passará por um “último e definitivo processo de higienização, seleção, classificação e arquivamento, tornando-se apto para os mais variados tipos de consultas e pesquisas acadêmicas e servindo também de fonte de informação e inspiração para muitos movimentos ecológicos e de proteção socioambiental da atualidade” (LUTZENBERGER, Lilly. 2012, p. 3-4). A seguir, encontram-se duas fotos do Acervo.



Parte do Acervo: documentos (nas estantes) e livros (em cima das mesas), antes da classificação por assuntos.  
Foto Lilly Lutzenberger. Eldorado do Sul, Agosto de 2011.



Parte do Acervo pronta para ser entregue ao Memorial Jesuíta – UNISINOS, o que já ocorreu: duas pilhas de caixas, contendo livros e revistas de Lutzenberger. Foto da autora. Eldorado do Sul, 23/10/2012.

Diante do tamanho e das características do acervo e tendo em vista o meu problema de pesquisa, optei por direcionar minhas visitas a duas etapas. Na primeira, que foi a base para o material apresentado no exame de qualificação, em 2013, selecionei as fontes sobre a primeira e maior luta ecológica de Lutzenberger: o combate aos agrotóxicos e a defesa da agricultura ecológica, ou regenerativa. Somente esse “grande assunto” gerou cerca de 5.000 fotos digitais de documentos, lembrando que não fotografei tudo; cada caixa ou pasta era previamente analisada, para selecionar os documentos mais relevantes. Depois disso, durante a escrita, outro processo de seleção e classificação de fontes foi necessário. Acho importante esclarecer isso, porque foi muito difícil lidar com uma quantidade tão grande de documentos. Minha seleção foi sempre direcionada a responder as perguntas que propus para a tese.

A segunda etapa começou em seguida à qualificação e abordou a outra grande luta de Lutzenberger: a militância pela Amazônia, que abrange a defesa dos indígenas e populações tradicionais e o combate ao desmatamento e queimadas. Além disso, foram examinadas fontes sobre a trajetória do personagem durante os anos 1980 até seu falecimento, em 2002. Foi preciso dividir o trabalho dessa forma, devido à quantidade de fontes e ao tempo disponível para o trabalho. No final de toda a pesquisa, acumulei cerca de 15.000 fotos de documentos.

Por último, é adequado detalhar o tipo de material que compõe o acervo. Além de livros e revistas, o APJL é constituído de jornais de diversos estados do país e do exterior (milhares de recortes); artigos técnicos de autores diversos; cartazes, cartilhas e livretos, produzidos por órgãos públicos e/ou privados; textos datilografados, elaborados por Lutzenberger e/ou outros autores; rascunhos de palestras; originais de livros e artigos escritos pelo personagem; textos de palestras proferidas por ele; correspondência enviada e recebida; cópia de correspondência escrita por outros remetentes e direcionada a destinatários terceiros; análises sobre legislações (decretos, portarias, leis, etc.); folders de propaganda de multinacionais; folders de campanhas de entidades ambientalistas; e fotos.

Gostaria de destacar a importância da correspondência para esta pesquisa. Em especial, a enviada e recebida com o professor Leon Croizat e com o Almirante da reserva e ambientalista José Luiz Belart, durante os anos 1960-70. Como não há muita documentação disponível sobre o período anterior à militância ecológica de Lutzenberger, em que trabalhou na BASF, as cartas trocadas com Croizat são fontes preciosas, cheias de confidências sobre sua transição dentro da empresa. Já no Brasil, a correspondência com Belart, a quem Lutz faz revelações, pede conselhos e providências, ajudou muito no tratamento de importantes episódios da luta do incipiente movimento ambiental brasileiro. Nessas cartas, é possível perceber uma certa articulação “nos

bastidores” de Belart junto a políticos e chefes militares, utilizando seu prestígio como Contra-Almirante da Marinha de Guerra para conseguir a aprovação de leis, a criação de órgãos e políticas públicas que favoreceram a “conservação dos recursos naturais”, enfoque principal da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), da qual era importante membro. Fundada em 1958 e com sede no Rio de Janeiro, a partir de 1966 a entidade “se tornou o principal ponto de concentração e disseminação das preocupações conservacionistas no Brasil” (FRANCO, DRUMMOND, 2012, p. 351)<sup>15</sup>. Com a criação da AGAPAN em 1971, o Rio Grande do Sul passa a destacar-se como polo central de preocupações mais amplas, ambientalistas.

Como já havia observado em minha dissertação de mestrado (PEREIRA, 2013), o historiador não deve se enredar nas malhas do “feitiço do arquivo privado” (GOMES, 1998). Tampouco deve buscar coerência nos documentos, para melhor ordenar o passado. No entanto, é interessante perceber que, no caso de Lutzenberger, a sua “coleção de si” está sendo operada mais por sua filha Lilly do que por ele próprio. Com uma agenda lotada de compromissos – mesmo com a recusa de boa parte das solicitações – Lutz não teve tempo de selecionar e organizar seu acervo em vida. Coube à filha essa função, anos depois da morte do pai. Portanto, ela é figura essencial nesse processo de “construção” de uma imagem do ambientalista que resultará de todo o trabalho desenvolvido. Pensando a partir de Jacques Le Goff (2003, p. 538), “o documento não é inócuo. É resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram (...). Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade”. Portanto, com esse trabalho de arquivo, Lilly, conscientemente ou não, acabará consolidando determinada imagem de Lutz.

Utilizo também documentos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), que possui uma boa coleção do boletim *Pensamento Ecológico* – veículo de comunicação do “Movimento Arte e Pensamento Ecológico” - editado por Luiz Carlos de Barros, onde foram publicados artigos de Lutzenberger, notícias sobre suas lutas, bem como textos sobre o movimento ambientalista em geral. Constam ainda deste Acervo exemplares dos jornais *Folha Alternativa* (Rio de Janeiro), *Cidade Livre* (Brasília) e *Peleia* (Porto Alegre), onde também foram publicadas colaborações de Lutzenberger.

Complementando o APJL, utilizo livros da Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades da UFRGS (BSCSH) e textos da Biblioteca da Secretaria do Meio Ambiente de Porto Alegre (BSMAM), bem como jornais do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC). Pesquisei também inúmeros documentos em acervos digitais, disponíveis na

---

<sup>15</sup> Para uma abordagem histórica da FBCN, consultar os textos de Franco, Drummond (2009, 2012).

internet, o que facilitou bastante a busca de informações. Além disso, como trabalho com um período bem recente da história, foi possível dispor de preciosas entrevistas e conversas informais. Amigos, colegas e familiares de Lutzenberger foram contatados, de acordo com o andamento da pesquisa. Além da entrevista presencial, em alguns casos, em virtude da distância entre autora e certos entrevistados, foram utilizados recursos eletrônicos, como *E-mail* e *Skype*. Segundo Bresciano (2010), a utilização dos recursos digitais na produção de textos amplia as possibilidades comunicativas do discurso historiográfico e exerce um estímulo altamente positivo num cultivo renovado da História Oral. Ocorrem mudanças tanto na natureza do registro obtido, quanto nas formas de processamento de seus conteúdos. Creio que o trabalho do historiador tende a ficar enriquecido com o uso dessas ferramentas, que tornam possíveis entrevistas com quem se encontra muito longe fisicamente.

O formato escolhido foi o da entrevista semidirigida: questões amplas foram preparadas, a partir de estudo prévio, com a intenção de, no decorrer do encontro, permitir que o entrevistado aprofundasse os temas, ou que sugerisse pontos de vista diferentes, desviantes, o que deve ser objeto de atenção especial do historiador (ALBERTI, 2008, p. 185). Em algumas situações, não foi possível gravar entrevistas; cito então conversas, como, por exemplo, a travada em visita a pomares ecológicos no Vale do Rio Caí - RS, onde um produtor me acompanhou em viagem de carro, parando várias vezes ao longo da estrada para observar e fotografar. Numa situação dessas, manipular um gravador atrapalharia o trabalho, no entanto, houve momentos em que o produtor teceu importantes considerações, que não pude deixar de citar. Ao longo da tese, são transcritos alguns trechos dessas entrevistas, *e-mails* e conversas, respeitando ao máximo as falas originais, mas com algumas edições, necessárias para que possam ser compreendidas.

### *Trabalhando com o tempo presente*

Como disse, estou trabalhando com um período recente da história. Por convenção, muitos historiadores falam em “história do tempo presente”, e alguns até mesmo em “história imediata” (DOSSE, 2012, p. 6). Na virada do século XX para o XXI, tem ocorrido a ascensão de parte da história contemporânea ao primeiro plano da historiografia, e, ao mesmo tempo, verifica-se o lugar crescente da memória e sua conexão com a noção de história do tempo presente na produção dos historiadores. Esta relação foi formalizada por François Hartog (1997, 2006, 2007) na noção de regime de historicidade. Mas, segundo Dosse (2012, p. 7), a história do tempo presente não é uma novidade; já era praticada na Antiguidade, por sumidades como Heródoto e Tucídides. A profissionalização da História, no século XIX, com a Escola Metódica, ao privilegiar as fontes escritas e a necessidade de objetivação, provocou uma ruptura entre o passado e o presente. Entre tantas mudanças trazidas pelos *Annales*, nos anos 1930, podemos citar a reintrodução do presente

na história. Tanto Marc Bloch quanto Lucien Febvre manifestaram-se sobre a necessidade de o historiador promover o diálogo entre o passado e o presente, e a impossibilidade mesma de analisar o passado sem levar em conta o presente.

Sirinelli (2013, p. 53) afirma que a história do tempo presente foi uma grande conquista dos historiadores que ocorreu nos últimos 40 anos. O tempo presente é abordado também por sociólogos, cientistas políticos, jornalistas, etc., no entanto, o historiador tem importante contribuição a acrescentar nesse domínio: “ele coloca o problema em perspectiva. A sociologia é o mundo à nossa volta. O que é próprio do historiador é colocar o problema nessa perspectiva temporal”.

É interessante para a presente tese a reflexão de Dosse (2012, p. 11) sobre o conceito de história do tempo presente, que

remete em sua acepção extensiva ao que é do passado e nos é ainda contemporâneo, ou ainda, apresenta um sentido para nós do contemporâneo não contemporâneo. A noção de “tempo presente” se torna nesse contexto um meio de revisitação do passado e de suas possíveis certezas, como também as possíveis incertezas. A distância temporal que nos separa do passado se transforma, porque até então considerada uma desvantagem, ela se transforma em uma sedimentação de camadas sucessivas de sentido que expandem o seu alcance graças à maior profundidade.

A distância temporal menor não deve ser encarada como desvantagem; ao contrário, “o historiador pode ser de grande contribuição aos debates públicos, situando certas temáticas no contexto da história”. Outra afirmação de Dosse merece ser citada: “a História do tempo presente responde também a um aumento da demanda social” do conhecimento do historiador. Em meu caso de estudo, além de tratar da problemática ambiental, uma demanda atualíssima, através da perspectiva histórica (História Ambiental), o foco é a trajetória de um sujeito expoente nesse campo de debates, muito presente na memória coletiva de alguns grupos, em especial dos ambientalistas. Inclusive, ele próprio produziu um livro que manifesta a preocupação com o tempo, com a existência do devir, que fica em aberto no ponto de interrogação presente no título do seu *Manifesto Ecológico Brasileiro - Fim do Futuro?*

Imitando nosso personagem, também essa pesquisa está aberta aos significados que surgirem da análise das fontes. Aqui, não se parte, na medida do possível, de sentidos preestabelecidos ou de certezas, mas da perspectiva de um conhecimento novo a ser construído sobre o ambientalista Lutzenberger, e também sobre a ética ecológica divulgada por ele no Brasil.

## **Estrutura do trabalho**

A tese é composta por oito capítulos. A divisão tenta seguir uma ordem ao mesmo tempo cronológica e temática, mas não estritamente; idas e vindas são necessárias ao longo do texto. Mesmo que o enfoque seja a atuação intelectual-militante de Lutzenberger, é preciso uma breve



abordagem de sua vida familiar, o que fazemos no primeiro capítulo. Nele também tratamos o período em que trabalhou como funcionário da BASF, por meio da valiosa correspondência entre Lutz e o professor León Croizat, e como foi o momento de “virada” em sua trajetória, no qual ele abandonou esse bem remunerado emprego para tornar-se um ambientalista, posição a partir da qual passou a criticar fortemente a química na agricultura e todo o modelo econômico consumista-industrial.

No segundo capítulo, o foco é o surgimento da AGAPAN, sua atuação e de Lutzenberger, ao longo dos anos 1970. São tratadas algumas das principais lutas da entidade nessa década, como o fechamento da Celulose Borregaard e a Operação Hermenegildo. Também abordamos a criação do Parque da Guarita, como materialização da ética defendida por nosso personagem, a escrita do *Manifesto Ecológico Brasileiro*, a criação de suas empresas (Tecnologia Convivial e Vida), a luta contra a energia atômica e os prêmios recebidos por Lutz no final dessa década.

Nos terceiro e quarto capítulos, o tema é a posição ético-profissional de Lutzenberger a respeito da agricultura. No terceiro, enfoco o quanto esse assunto foi particularmente importante para ele, devido a sua formação como engenheiro agrônomo. Assumindo a crítica ferrenha ao que chamou de “máfia dos pesticidas”, Lutzenberger lutou contra o paradigma convencional de agricultura, disseminado depois da Segunda Guerra Mundial, que partia de uma ética antropocêntrica para garantir lucros excepcionais às gigantescas corporações do agronegócio, as quais passaram a agir com o auxílio de governos em diversos países – no caso do Brasil, com ajuda de militares e civis que faziam parte do regime ditatorial vigente naquele momento (1971-85). Já o quarto capítulo trata mais de perto o período dos anos 1980, quando a luta contra os agrotóxicos se transforma na luta pela agricultura ecológica. Os ambientalistas deixam de somente atacar os pesticidas e passam a focalizar o desenvolvimento dessa agricultura, também chamada de regenerativa, pela capacidade de transformar solos agredidos em ambientes ricos em nutrientes para plantações sem produtos agroquímicos.

O capítulo cinco é dedicado a outra grande luta de Lutzenberger: a defesa da Amazônia e sua atuação contra o desmatamento e as queimadas durante os anos 1980, a chamada “década da destruição”. Por meio da análise de farta documentação, é apresentado como essa luta contribuiu *para* e foi ao mesmo tempo beneficiada *pela* ética ecológica disseminada pelo militante. Devido a essa luta, Lutzenberger intensificou sua participação em debates internacionais sobre a maior floresta do mundo, tornando-se, também, mais conhecido no próprio Brasil.

Já o capítulo seis trata da trajetória de Lutzenberger durante os anos 1980, especialmente das questões políticas que a redemocratização trouxe para sua trajetória e do movimento ambientalista como um todo. Neste capítulo, enfoco também a divulgação da Teoria de Gaia (James Lovelock) no Brasil por Lutzenberger, bem como o recebimento do mais importante



prêmio no campo ativista, o Nobel Alternativo, em 1988. A criação da Fundação Gaia é enfocada pelo viés da ética ecológica.

O capítulo sete aborda a trajetória de nosso personagem nos anos 1990, quando foi Secretário do Meio Ambiente do governo Collor (1990-1992), em meio a vitórias e derrotas no cargo. Também adentramos questões “espinhosas” e difíceis, como suas opiniões controversas sobre a reforma agrária no Pampa e seu posicionamento frente à duplicação da Riocell. Outro tema é a sua última luta no âmbito da agricultura, a crítica aos OGMs, porém de um ponto de vista diferente ao da maior parte do movimento ambientalista.

No oitavo e último capítulo, depois de abordar as facetas da ética ecológica ao longo das principais lutas de Lutzenberger, foi possível chegar a uma sistematização, pelo menos em termos genéricos, das bases conceituais dessa ética, bem como dos princípios nela contidos. A partir do conhecimento maior tanto da atuação prática, quanto das leituras realizadas pelo personagem (os autores em que alicerçou seu próprio conhecimento), foi possível avançar numa compreensão maior da ética por ele divulgada no Brasil.

Por último, gostaria de reconhecer que o texto ficou muito longo e me desculpar pelo possível cansaço que ele possa provocar nos leitores. No entanto, em minha defesa, argumento que se trata da biografia de um personagem muito importante para as lutas ambientais em nosso país, um ambientalista com posições complexas, *escorregadias* e polêmicas, como veremos a seguir. Por isso, fui obrigada, seguidamente, ao abordar diversos momentos de sua trajetória, a ser minuciosa na apresentação dos dados empíricos, a descrever detalhadamente determinadas circunstâncias, a dar voz a diversas posições, a fim de ao menos tentar não ser injusta com Lutz, com as pessoas que me confiaram suas memórias e com a verdade factual.

Por outro lado, como se trata de uma figura que teve destaque no passado, um ex-ministro, um militante famoso cuja memória ainda reverbera no presente, e como há a expectativa de sua família em relação ao trabalho, é importante dizer que estive sempre, durante esses quase cinco anos de pesquisa, “entre a cruz e a espada”. Tive, o tempo todo, que tentar atingir o equilíbrio entre o que a Academia espera de uma tese de doutorado – enfoque crítico, interpretativo, descortinador – e a preocupação de não suscitar um problema com sua família, especialmente com Lilly, que tão generosamente me abriu o acervo e me auxiliou tanto, ao longo de todo o trabalho.

O Lutzenberger que emerge desta tese, portanto, é fruto dessa “corda bamba”. Espero ter conseguido atender a ambas expectativas. Aí está, para o julgamento público. Que as páginas seguintes, apesar de volumosas, possam também ser agradáveis e suscitadoras de debates e reflexões.

## Capítulo 1 - De engenheiro agrônomo a ambientalista



Desenho de Joseph Lutzenberger, pai de Jolch, retratando esse último quando chegava em casa carregado de “tesouros”. LUTZENBERGER, Joseph. *Diário*. 1937 (APJL).

## **De Jolch a Lutz: Vida em família**

Caminhando feliz pela rua, o menino voltava para casa num fim de tarde, carregado de novas folhagens, formigas, joaninhas e uma aranha diferente. Ele passou o dia coletando as novidades nas margens do lago Guaíba, onde também tomou banho e brincou com os amigos. Ao entardecer, lembrou-se do lar e de que a mãe devia estar aflita com a sua demora. E assim foi: ela o recebeu com um abraço afetuoso, mas também com uma reprimenda pelo horário e pela quantidade de coisas trazidas para casa.

Essa cena deve ter acontecido inúmeras vezes, por volta de 1937, quando o rio ainda era balneável e o personagem principal desta tese, José Lutzenberger - ou Jolch, seu apelido em família - tinha cerca de onze anos e perambulava com os amigos pelas redondezas de sua casa, na Rua Santa Theresa, atual Jacinto Gomes – bairro Bom Fim. Os destinos preferidos, além do Guaíba, eram o Arroio Dilúvio e o Parque da Redenção. Porto Alegre foi berço do nascimento, local de aventuras na infância e palco da militância ambientalista na idade adulta para Lutzenberger.

Neste primeiro capítulo, abordamos a vida familiar (infância, juventude e casamento) do personagem, seu trabalho na multinacional BASF e os desdobramentos da transição entre duas importantes fases de sua trajetória: de engenheiro agrônomo a ambientalista conhecido em todo o Brasil. Nascido em 17 de dezembro de 1926, Lutz - apelido de adulto - era descendente de imigrantes alemães, por parte de pai e de mãe. Seu pai, o Engenheiro Arquiteto Joseph Franz Seraph Lutzenberger (13/01/1882-02/08/1951), nasceu em Altötting, localidade próxima a Munique, estado da Baviera, Alemanha. Depois de ter lutado na Primeira Guerra Mundial como oficial alemão, aos 38 anos, em 1920, Joseph resolveu emigrar para o Brasil. Diante das incertezas do pós-guerra e da possibilidade de se tornar prisioneiro na França, a melhor saída lhe pareceu aventurar-se no país que já acolhera milhares de conterrâneos desde a primeira metade do século XIX. Ele veio contratado para trabalhar na firma Weiss, Menning e Cia, de Porto Alegre, que atuava na área de construções. Meses depois, desiludido com a empresa, deixou o emprego e começou a trabalhar por conta própria em projetos que o tornariam um arquiteto renomado na cidade.

A mãe de Lutzenberger, Maria Emma Elsa Kroeff (22/12/1893-26/08/1969), nasceu em Hamburgo Velho, na cidade de Novo Hamburgo-RS, e era membro de uma conhecida e abastada família de Novo Hamburgo, no Vale do Rio dos Sinos. Seu avô, Jacob Kroeff, originário de Merl (uma aldeia alemã às margens do rio Mosel, região próxima à fronteira com Luxemburgo), emigrara para o Brasil em 1857. Segundo Luz (2010), ela era a mais tímida das irmãs (seis meninas ao total) e sempre trajava roupas de tons escuros e sóbrios. Como era usual para as moças de “boa família” naquela época, “antes de casar, ela pintava e, se não me engano, até piano tocava mais ou menos bem” (Lilly, *E-mail*, 05/09/2015). Estudou em regime de internato no Colégio São José,

dirigido por freiras católicas<sup>16</sup>, em São Leopoldo, e depois no Colégio Santa Catarina, em Novo Hamburgo. Emma era católica fervorosa e atuava como supervisora da paróquia de Novo Hamburgo, quando conheceu Joseph.



Joseph e Emma. S/Data [noivado ou recém-casados]. (APJL).

Em julho de 1925, Joseph foi contratado para projetar uma igreja em Novo Hamburgo; na ocasião, conheceu Emma, e entrou em contato com ela por meio de uma carta. Segundo Lilly (*E-mail*, 05/09/2015), “foi durante um evento paroquial durante as obras da igreja que ele construiu em Novo Hamburgo (...) que meu avô botou o olho na minha avó e mais tarde foi atrás dela para pedi-la em casamento. Ela estava participando de um concurso de pinturas e ele fazia parte do júri”. Ambos já eram maduros: Emma estava com 31 e Joseph com 43 anos. Após meses trocando extensa correspondência diária, eles se casaram em fevereiro de 1926. Em dezembro do mesmo ano, nasceu o primeiro filho, José Lutzenberger. Com diferença de um ano e meio entre os nascimentos, chegaram também Maria Magdalena e Rosa Maria.

Pela descrição de Dreyer (2004, p.33-35), o lar dos Lutzenberger seria aconchegante e cheio de vida. A exemplo da divisão tradicional de gênero em famílias de elite e camadas médias,

---

<sup>16</sup> De acordo com Luz (2010, p. 112), “Emma, seguiu em comunhão com a vida do internato, sentindo-se à vontade no colégio e no convívio com as religiosas, a ponto de ter uma relação estreita com uma das freiras de enorme predileção — chamava-a de segunda Mutti, tal sua empatia com essa senhora”.

a casa era comandada por Emma, auxiliada por babás e empregadas, com afetividade e organização; já ao pai Joseph cabia o sustento da família, com o trabalho de arquiteto. Segundo Meyer e Gevehr (2014, p. 27), nesse período, “a sociedade burguesa reforçou aqueles papéis historicamente atribuídos às mulheres do mundo judaico-cristão, ou seja, de mãe responsável pela formação dos filhos e pela moralidade do lar, sendo o pleno exercício desses papéis a representação, cada vez mais, do *status* da família”. É interessante constatar que Lutzenberger, em seus escritos críticos ao Produto Nacional Bruto (PNB), valorizou justamente esse aspecto de sua mãe:

Minha mãe nunca ganhou um tostão em emprego, mas que linda e significativa infância nos deu! E quanta coisa boa fazia, comidas maravilhosas, tricôs e bordados, roupas de todo tipo, cuidava de um jardim que me deu profundo contato com a Natureza. Quanta sabedoria ela nos ensinou! Sua contribuição ao PNB era zero. Então era atraso aquilo? E é progresso o que predomina hoje? (LUTZENBERGER, 2009, p. 98).

Esse ambiente acolhedor propiciou a tranquilidade para as expedições pelas redondezas da casa, ao lado de primos e amigos, que renderam fascinantes descobertas vegetais e animais, assim como alegres divertimentos infantis. Além disso, permitiu que Lutzenberger se dedicasse a muitas horas de leitura e ao estudo de idiomas, na adolescência. Em casa, o alemão era a língua oficial, ensinada pelos pais desde a mais tenra infância. No primário, frequentou uma escola bilíngue (português e alemão), o Colégio São José, em São Leopoldo, que também foi atingida pela proibição de falar alemão, em 1939<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> No contexto em questão, a “Era Vargas”, o Estado promoveu uma campanha de nacionalização, que, segundo Mombach (2012, p. 32), “tinha como objetivo integrar os imigrantes e seus descendentes à cultura brasileira”. Além da proibição do ensino de línguas estrangeiras e sua fala em escolas, em 1939, houve também a proibição de falar esses idiomas em público, até mesmo em celebrações religiosas, e o fechamento de agremiações de caráter étnico consideradas perigosas (ginástica, tiro ao alvo, corais, etc.). Havia a ameaça do “perigo alemão”: segundo essa visão, com a presença de milhares de alemães no Brasil, que ainda mantinham a língua e costumes de seu país de origem, seria mais fácil para a Alemanha criar uma “Alemanha sul-americana”. Gertz (1991) analisou com reservas essas manifestações – vindas principalmente da imprensa – pois eram exageradas, já que o partido nazista tinha poucos filiados no país, comparado ao o número estimado de teuto-brasileiros residentes.

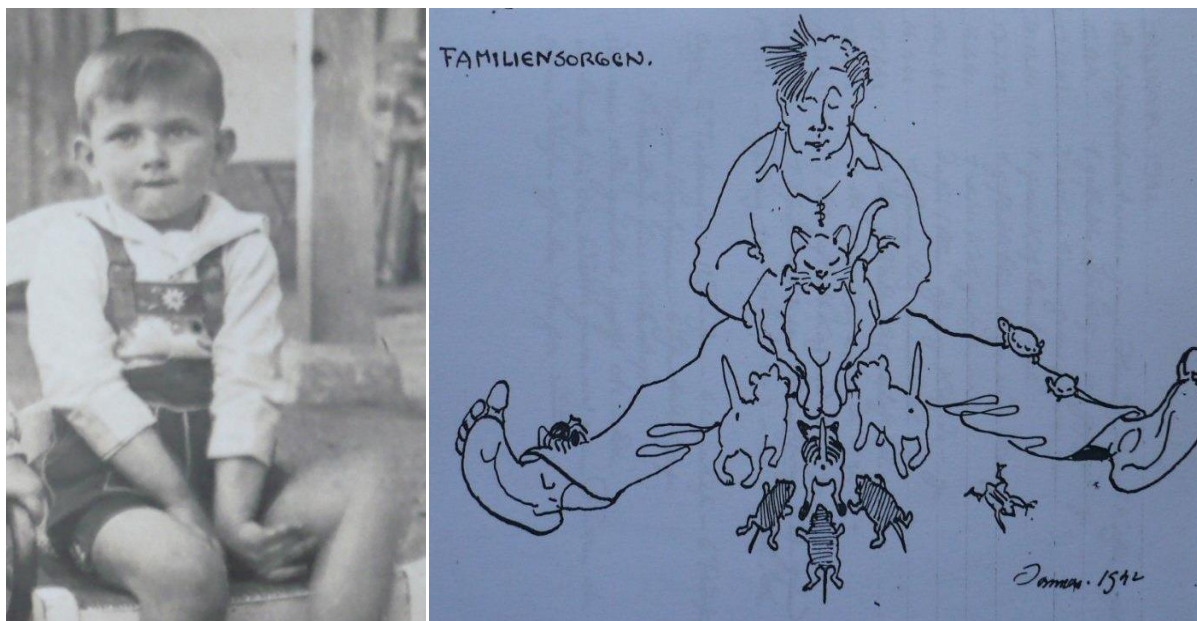


Foto de Lutzenberger criança (S/data, APJL). Reprodução do diário de Joseph – Desenho de Lutz adolescente, 16 anos, com animais ao redor. Porto Alegre, 1942 (APJL).

Mesmo bastante jovem, com apenas 13 anos, Lutzenberger revoltou-se contra o interdito, por entendê-lo como uma manifestação de intolerância cultural (DREYER, 2004, p. 60). O alemão era o idioma que ele melhor dominava; como as aulas passaram a ser ministradas em português, seu rendimento escolar diminuiu. No final de 1939, foi reprovado no exame de admissão ao ginásio, quando estava na quinta série, por causa da língua portuguesa. Por isso, trocou de escola, repetindo a série na Hindenburg – atual Colégio Farroupilha, e conseguiu ser aprovado. Os pais decidiram enviá-lo para uma escola em regime de internato (Colégio Interno Irmãs Maristas São Jacó), em Novo Hamburgo, para cursar o ginásio. Esse era especialmente um desejo da mãe, que acreditava, dessa forma, ser possível “colocar algum limite no filho” (DREYER, 2004, p. 64).

No entanto, parece que Lutz não se adaptou muito bem à disciplina do internato; ele ficou dois anos na escola, onde teve a oportunidade de conhecer um professor francês, com quem se iniciou no aprendizado do idioma. O curso ginásial foi concluído no Colégio do Rosário, em Porto Alegre, onde também cursou todo o Secundário, na modalidade “Científico”. Desde que voltou do colégio interno, passou a frequentar as escolas de idiomas Aliança Francesa e Cultural Americano, para estudar francês e inglês, respectivamente. Essa jornada de estudos era determinada por iniciativa própria: ele pedira ao pai que o matriculasse nas escolas. É importante mencionar esse gosto pelo estudo de idiomas, pois foi um dos fatores que lhe permitiu tanto uma vasta formação cultural como uma eficiente comunicação de suas ideias ambientalistas, na militância futura, em diversos países.

Além disso, em sua formação intelectual, além da educação escolar, é importante destacar a figura do pai. Arquiteto formado na Universidade Técnica Real da Baviera, em Munique no ano



de 1906, Joseph Lutzenberger, além de projetar belas obras arquitetônicas em Porto Alegre (como a Igreja São José, o Clube Caixeral, o edifício Bastian Pinto, o orfanato Pão dos Pobres e o Palácio do Comércio), era artista plástico, autor de centenas de pinturas em aquarela e desenhos com bico de pena<sup>18</sup>. Em 1938, tornou-se professor de Geometria Descritiva, Perspectiva e Sombras, no Instituto de Belas Artes da UFRGS. Embora ele próprio não se considerasse um artista profissional e tenha exposto muito pouco de suas obras em vida,

deixou um legado artístico que, além de numericamente vasto, possui uma riqueza imensa por sua diversidade de temas e por ser uma potencial crônica visual de uma época, testemunho de suas percepções estéticas sobre a sociedade do Rio Grande do Sul entre as décadas de 20 e 40 do século passado, e também uma interpretação a respeito de momentos marcantes da história rio-grandense (RAVAZZOLO, 2005, p. 85).

A obra artística de Lutzenberger pai é tão vasta e bela que é até difícil escolher apenas dois exemplares para ilustrá-la aqui.



Vista de Porto Alegre antigo. Aquarela. S/data.

---

<sup>18</sup> Segundo Lilly Lutzenberger (*E-mail*, 30/08/2013), ainda não se sabe exatamente o número de obras produzidas por Joseph: “considerando os lotes de minhas tias e de meu pai, mais os que se encontram no MARGS, no Instituto de Artes da UFRGS, no acervo da antiga APLUB, etc., estimo algumas centenas de obras”.



Descanso junto à carreta. Bico de pena. S/data.

O próprio filho reconheceu, *a posteriori*, a influência do pai em artigo para o *Correio do Povo* (LUTZENBERGER, 1977, p. 8-9, APJL):

Lutzenberger trocou de fato a antiga pela nova pátria, mas nunca deixou de ser europeu. Educou-se no tradicional ginásio humanista alemão. Leu os clássicos no original grego e latino. Tinha grande cultura histórica e literária. Quando eu era criança – felizmente naquela época não existia televisão, e nem rádio tínhamos – de noite, após a janta, ele nos contava as epopeias e lendas gregas e a saga germânica. Nos falava da Antiguidade ou da Idade Média, nos mostrava gravuras da arte e arquitetura através dos tempos. Conseguiu assim brindar-nos o mais precioso dos bens, o prazer da leitura séria e o fermento intelectual. (...). Seu horizonte científico era amplo, e procurava sempre manter-se a par dos novos desenvolvimentos. Devo a ele minha permanente fascinação pela ciência em todas as suas formas (...). [Quando tinha por volta de dez anos, o pai passou a presentear], ao Natal e nos aniversários, com importantes obras de divulgação científica. Nunca consegui me livrar desse vício.

De fato, é surpreendente a quantidade de revistas de divulgação científica encontradas no APJL, o que comprova seu interesse pelo assunto por anos a fio. Cinquenta caixas foram enviadas por Lilly ao Memorial Jesuíta da UNISINOS, com extensas coleções de revistas que seu pai assinava, como *National Geographic*, *New Scientist*, *Nature*, *Science*, *New Ecologist*, *Scientific American*, *Ecologist*, *Bild der Wissenschaft*, *Natur* e muitas outras.

Podemos imaginar o encantamento produzido em Lutz e nas irmãs pelas histórias que o pai contava. Ao longo da infância, esse momento especial após o jantar e os livros presenteados, regados com o afeto familiar, representaram uma base cultural importante para ele. Além disso, no artigo citado acima, Lutz mencionou a visão do pai sobre ciência e ética:

Ao contrário do que hoje se tornou comum, ele não separava ciência de cultura nem de filosofia. Como para os antigos gregos, para ele ciência era apenas uma das formas de sentir a divina beleza do Universo (...). Sua ética era uma ética de responsabilidade difusa e envolvente. Sentia-se responsável por tudo o que o envolvia. Sofria, por isso, com todas as formas de destruição absurda, com a imbecilidade, com a feiura e a cacofonia. Estivesse vivo hoje, seria um poderoso lutador (LUTZENBERGER, 1977, p. 9, APJL).



Pode ser que nesse texto de homenagem, Lutz tenha projetado um pouco de si próprio na figura do pai, pois, como veremos, essa também é a sua concepção de ciência. É possível perceber o quanto ele o amava e admirava, e o quanto foi influenciado pelos princípios morais e filosóficos do pai. Segundo Lilly (*E-mail*, 30/08/2013), Lutz “não só falava muito bem dele para nós filhas, mas para todo mundo. Mesmo o tendo perdido cedo, aos 24 anos, nunca o esqueceu e o teve presente dentro de si até o fim da vida, como modelo e guia”.

Joseph também foi o engenheiro-arquiteto da casa da família. Planejou um casarão espaçoso de três andares e um pátio com jardim. Nos anos 1970, Lutzenberger comprou a parte das irmãs no imóvel, onde morou desde a volta da Alemanha, em 1971, até o falecimento, em 2002. Atualmente, abriga o escritório da empresa criada por ele, a VIDA Produtos e Serviços em Desenvolvimento Ecológico Ltda. A casa foi reformada e reinaugurada em agosto de 2012.



Frente da casa dos Lutzenberger, restaurada. Foto de Lilly Lutzenberger, em 02/09/2013.

Um fato significativo é que Dona Emma também fora artista na juventude. Segundo Luz (2010), ela expôs suas pinturas em 1925, em São Leopoldo, pelas quais recebeu o “grande prêmio” de um evento local. Inclusive Joseph fazia parte da comissão julgadora. Depois do casamento, Emma não produziu mais, seguindo o papel para o qual fora preparada a vida toda, o de mãe e esposa exemplar. De certa forma, os filhos seguiram essa “veia artística”, e é interessante constatar,

não somente devido ao pai, mas à mãe também. Magdalena e Rose produziram obras artísticas, e nosso personagem mostrou habilidade com o lápis, por exemplo, na criação do logo tipo da AGAPAN e em desenhos:



Desenho de José Lutzenberger. Data: 22/08/1944 (APJL).

Aos 20 anos, em 1947, Lutzenberger ingressou na faculdade de Agronomia da UFRGS. Segundo Dreyer (2004, p. 67), ele teria escolhido o curso porque “queria viver uma vida ao ar livre, junto à natureza”. Em minha entrevista com Cecília Ribeiro (em 04/09/2012), pesquisadora da área de Zoologia e funcionária aposentada da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, foi levantada uma questão interessante: por que Lutzenberger não escolheu a graduação em Ciências Biológicas ou em História Natural, já que ele queria viver junto à natureza, inclusive pensando na vocação que parecia demonstrar desde a infância?

Cecília colocou essa suposição:

Eu não sei se, no fundo, no fundo, ele não foi um pesquisador que não conseguiu exercer a profissão como pesquisador, porque ele teria tudo para fazer isso aí. Se ele não tivesse entrado naquela da BASF, talvez ele fosse um grande pesquisador, um professor universitário, essa coisa toda (...). Talvez o perfil dele fosse de um naturalista, é que naquele tempo fazer uma engenharia agrônoma era muito mais

status do que tu fazer história natural (...). A história natural te dava aquela visão de conjunto ambiental (RIBEIRO, Entrevista, 04/09/2012).

O próprio Lutzenberger, embora não tivesse uma ligação muito estreita com o mundo rural, escreveu em vários momentos sobre a importância da agricultura e sua preocupação com o assunto. Não temos argumento definitivo para responder o porquê de sua escolha por Agronomia, talvez a questão financeira tenha interferido; seria mais fácil inserir-se no mercado de trabalho como agrônomo do que como um historiador natural. No entanto, além disso, ele se manifestou várias vezes contrário à especialização científica; como pesquisador, fatalmente teria que concentrar-se em apenas uma área do conhecimento, e, dentro desta, estudar apenas uma espécie. Ao contrário do que se espera de um especialista, Lutz se interessava por diversas áreas, especialmente dentro das ciências naturais, exatas e econômicas. Para suprir essa sede por conhecimentos, tornou-se um autodidata, lendo por conta própria centenas de livros, revistas de divulgação em diferentes idiomas, jornais em geral, sobre os mais variados assuntos. Isso lhe conferiu uma formação mais humanista, universalista, e que seria bastante útil na militância futura e na construção da ética ecológica por ele tanto divulgada. No entanto, parece-me, seu interesse pelas ciências humanas era bem menor (ciências sociais, política, história e sociologia), como poderemos constatar ao longo da tese em sua dificuldade em lidar com questões políticas importantes.

Uma questão que não podemos esquecer aqui é a famosa “ilusão biográfica”, alertada por Bourdieu (2005). O simples fato de Lutzenberger se interessar pela coleta de plantas e insetos, gostar de tomar banho de rio e de caminhadas ao ar livre na infância não quer dizer que obrigatoriamente ele estava destinado a cursar História Natural, Biologia, ou Agronomia, ou mesmo que se tornaria um ambientalista, um defensor da natureza na idade adulta. Se assim fosse, todos os primos e amigos que o acompanhavam nessas aventuras infantis também seriam futuros biólogos ou engenheiros agrônomos, e ambientalistas. Com isso, não nego que o interesse, a sensibilidade para com os elementos naturais na infância tenha influenciado as escolhas do adulto Lutzenberger. No entanto, não as enfoco de modo determinista, como se a criança explicasse o adulto. Até que a identidade de militante ambientalista emergisse, toda uma confluência de fatores, internos e externos ao personagem, todo um contexto, às vezes favorável, outras desfavorável à militância, deve ser levado em conta.

No APJL, constam poucos livros de faculdade de Lutzenberger, todos em inglês, abordando a temática do solo, a nutrição de plantas e a química na agricultura. Para fins desta tese, destaco apenas um deles, intitulado *The ABC of soils* - “O ABC dos solos” (JOFFE, 1949) – onde o autor considera o solo um corpo natural, na medida em que passa por um estágio embrionário, seguido por um crescimento, a partir do qual vai da juventude para a maturidade. Além disso, o solo é abundante de vida, vegetal e animal, da qual ele depende em grande medida para o

fornecimento de ingredientes que mantêm sua existência e suas funções (JOFFE, 1949, p. 2). Na defesa da agricultura ecológica e na luta contra os agrotóxicos, Lutzenberger tecerá considerações sobre o solo semelhantes a essas.

É importante constar que entrei em contato com a Faculdade de Agronomia da UFRGS, na tentativa de obter os registros de Lutzenberger (currículos, histórico, etc.). A secretaria me orientou a procurar o Departamento de Consultoria em Registros Discentes (DECORDI). Entrei em contato com esse setor, mas não obtive resposta, portanto, infelizmente, não pude contar com essa documentação.

Lutz também mencionou que, na época de sua graduação, ainda não se ensinava a usar agrotóxicos na agricultura (LUTZENBERGER, 1997, p. 4). Isso começou a mudar nos anos 1960, quando a UFRGS estabeleceu um convênio de cooperação com a Universidade de Winsconsin, como veremos no capítulo 3 desta tese.

Segundo Dreyer (2004, p. 72), durante a faculdade, Lutz realizou a leitura de livros do filósofo inglês Bertrand Russell (também um universalista), que ele próprio comprava, no original em inglês. No APJL, encontrei várias dessas obras, que abordam assuntos variados, como o homem e seu ambiente, física, linguagem, emoções, imaginação e memória, ética, o conhecimento científico e seu impacto na sociedade, misticismo, religião, etc. Certamente, foi um autor importante, que inspirou o pensamento de Lutzenberger. Abordo essa influência no capítulo 8, enfocando a temática da nossa pesquisa.

Nas horas de folga dos estudos e das leituras, Lutz dedicava-se à construção de barcos com os amigos para velejar no Guaíba. Ele também gostava muito de nadar no rio. Já adulto, estendeu a área de exploração e andanças, ia com frequência ao Morro da Polícia, onde estudava e admirava as belas dyckias, gênero de plantas pertencente à família das bromélias.



*Dyckia sp* e *Dyckia choristaminia*, espécies encontradas em Porto Alegre. Fotos de Constantino Gastaldi. (Blog Dyckias Brazil, *Online*, 28/08/2013).



A *Dyckia choristaminia* era abundante no Morro da Polícia. Entretanto, com a instalação de antenas de telecomunicações por empresas de TV e rádio, a partir do final dos anos 1950 - por isso o local se tornou conhecido como “morro das antenas” -, toda a vegetação nativa desapareceu, uma perda muito lastimada por Lutz. Mais tarde, trabalhando na BASF, ele se corresponderia com León Croizat, com quem trocou sementes de diversas espécies, entre elas, de dyckias.

No final da graduação, Lutz conheceu a bela jovem Annemarie Wilm (1929-1981), com quem começou a namorar. Foi apresentado a ela por uma amiga em comum, Hilda Zimmermann – que também seria uma das fundadoras da AGAPAN. Annemarie era uma chinesa de ascendência alemã. Seu avô materno, o alemão Heinrich Cordes, nasceu em Lübbecke, Westphalia, em 1866, foi educado na High School of Bielefeld e na Universidade de Berlim, onde se formou em línguas modernas e direito em 1890, e passou com honras em chinês. Entrou na diplomacia em 1892 (no Serviço Consular) e, em 1896, começou a trabalhar como intérprete da língua chinesa. Nessa época, ele conheceu a jovem concubina chinesa de 16 anos Yuksin Chou (1881-1934), com quem se casou legalmente, depois que ela lhe dera nove filhos, em 1914 (TSINGTAU, *Online*, 04/09/2013). Em 1900, Heinrich trabalhou como intérprete do embaixador da Alemanha na China, Clemens von Ketteler, e participou da Revolta dos Boxer<sup>19</sup>. Em 1905, abriu a filial chinesa do Deutsch Asiatische Bank, atuando como seu gerente, em Pequim (DEUTSCH-ASIATISCHE BANK, *Online*, 04/09/2013). Sua terceira filha, nascida em Cantão, Charlotte (1905-1993), era a mãe de Annemarie. O pai de Anne, Paul Wilm, era um engenheiro agrônomo alemão, que fora morar na China em função do trabalho: por coincidência, era funcionário da BASF. Lá conheceu Charlotte, com quem teve quatro filhos, Annemarie e três meninos. Em meados de 1949, com a Revolução Comunista chinesa, o casal perdeu todos os bens e resolveu que era melhor deixar o país. Como o irmão de Paul já morava em Novo Hamburgo, a família decidiu emigrar para o Brasil. Com a burocracia nos trâmites para obter os vistos necessários à longa viagem, eles só conseguiram sair da China no final do ano. Chegaram em Porto Alegre no final de fevereiro de 1950.

Após uma breve estadia com o tio em Novo Hamburgo, a família instalou-se em Porto Alegre, onde Paul retomou seu emprego como representante da BASF. Anne, que estava com vinte anos, foi a primeira a conseguir emprego, como secretária do Citibank. Em seguida, ela conheceu Hilda Zimmermann, de quem se tornou grande amiga, até a morte, em 1981 – ambas se comunicavam em alemão. Hilda apresentou-lhe José Lutzenberger, seu amigo desde a infância. Ele ficou encantado com a beleza e a personalidade de Anne. Segundo Dreyer (2004, p. 87),

---

<sup>19</sup> Movimento de contestação protagonizado por grupo ligado às artes marciais (por isso o nome Boxer), “de cunho religioso, popular, social, e ao menos indiretamente, anti-imperialista”, que se transformou em conflito internacional, com a morte de dois diplomatas, entre eles Von Ketteler. Para saber mais, consultar <[http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/A\\_Revolta\\_dos\\_Boxers.pdf](http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/A_Revolta_dos_Boxers.pdf)> Acesso em 04/09/2013.

Annemarie era “bastante culta. Simpática, extrovertida, falante” e dominava vários idiomas. Tinha compleição física grande e media 1,80m de altura.

Lutz se formou no final de 1950, e já conseguiu garantir uma pós-graduação nos Estados Unidos, na *Louisiana States University* (LSU), para especializar-se em Edafologia e Agroquímica, com uma bolsa do *Institute of International Education*. No entanto, a alegria de estudar no exterior foi acompanhada de dupla angústia: além de ter que deixar a linda namorada no Brasil, seu pai foi diagnosticado com câncer de próstata e não reagia ao tratamento. Pouco antes da viagem, Joseph teve uma súbita melhora e insistiu para que o filho não adiasse o embarque, arriscando-se a perder a bolsa de estudos. Lutz agiu conforme o desejo do pai, mas apenas oito dias depois de sua chegada aos EUA, em 02/08/1951, recebeu a notícia do falecimento de Joseph. Sozinho e longe de casa, ele deve ter sofrido muito.

Lutz ficou um ano nos EUA, até meados de 1952. Entrei em contato com a LSU, por meio de *e-mail* com o professor Don Labonte, da Faculdade de Plantas, Ambiente e Ciências do Solo. Após várias buscas nos registros da universidade, fui informada de que nosso personagem cursou dois semestres, no entanto, não defendeu trabalho de conclusão, portanto, não obteve grau de “Especialista”. O único registro de sua passagem por lá, encontrado nessa busca, foi a foto abaixo. Ele é o aluno de pé, o primeiro da esquerda para a direita:

# THE L. S. U. ENGINEER

The LSU ENGINEER is published in the months of November, December, March, April, and May by the students of the College of Engineering. This year's staff included Thomas E. Smith, A. Aranja, Joseph Lutzenberger, William Robinson, Benjamin Sibley, Adam Leader, and Editor C. Oscar Harbourt.

Left to Right: Joe Lutzenberger, Oscar Harbourt, Benjamin Sibley, and Thomas Smith.



Lutzenberger com seus colegas de curso. *Gumbo*. Louisiana State University, Baton Rouge-LA, p. 38, 1952 (LSU).

No APJL, constam os cadernos de duas disciplinas, com anotações, exercícios e provas realizadas por Lutz no curso. As disciplinas: Agronomia 155 – Propriedades Químicas do Solo (sua composição, cálculos químicos, matéria orgânica, etc.) e Agronomia 257 – Física do Solo, na qual realizou diversos exercícios de análises laboratoriais de solos. Consta a prova final dessa última disciplina, manuscrita, em que obteve conceito “A” e o professor escreveu de caneta vermelha sobre o texto, em letras grandes: “Excelente”. Mesmo com boas notas, não defendeu trabalho de conclusão, voltando ao Brasil sem colar o grau.

Esse ano no exterior possibilitou, para além dos estudos, viagens pelos EUA. Mas a saudade foi cultivada, como mostram as fotos de Anne (no centro), irmãs e, acima de todas, do pai, recém falecido, na sua escrivaninha:



Foto da escrivaninha de Lutzenberger nos Estados Unidos, 1951-52 (APJL).

Na volta ao Brasil, sua primeira providência foi saber de Annemarie. Enquanto estudava no exterior, ela se mudara com a família para São Paulo. Lutz conseguiu um trabalho em Porto Alegre, na Cia Rio-grandense de Adubos, e foi encontrá-la; o namoro continuou e eles casaram na capital paulista, em 25 de maio de 1953. Em seguida, voltaram para Porto Alegre e foram morar num pequeno apartamento alugado.





Casamento de Lutzenberger e Annemarie. São Paulo, 25/05/1953 (APJL).

### **De cartas e adubos: O executivo da BASF**

Lutzenberger trabalhou durante quatro anos na Cia Rio-grandense de Adubos (1953 a 1956); deixou o emprego porque o salário era ruim – apenas pagava o aluguel do casal – e foi trabalhar na empresa Sulpampa, também produtora de adubos, onde passou a ganhar quatro vezes mais. Ainda no ano de 1956, foi incumbido de acompanhar como intérprete um diretor alemão da BASF que visitava o Brasil. O executivo ficou admirado com o preparo de Lutzenberger e convidou-o para trabalhar na multinacional, na Alemanha. Na mesma época, Lutz também recebeu convite da Ciba Geigy para atuar na Suíça. Ele optou pela BASF, porque seu “carro chefe” eram os fertilizantes, ao passo que a Geigy “era a grande produtora de DDT” (LUTZENBERGER, Depoimento a Aguiar, 1986, p. 1, APJL).

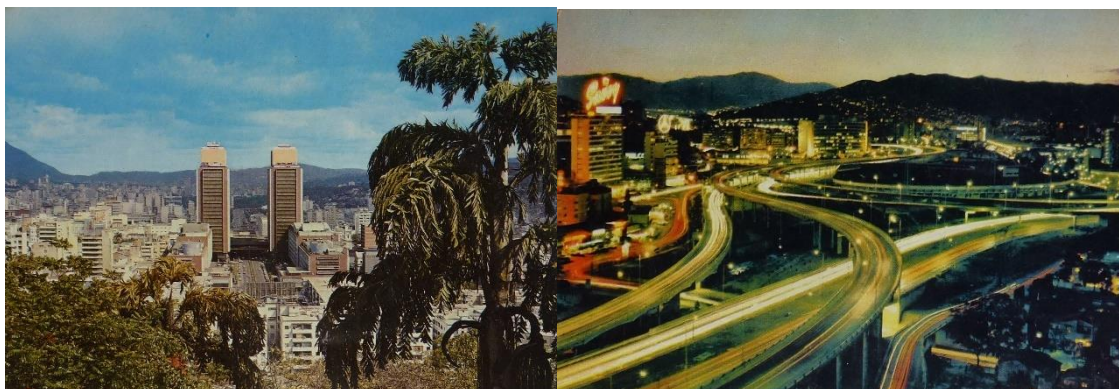
Em 1957, aos 30 anos, Lutzenberger começou sua carreira na BASF. O trabalho apresentava grandes vantagens: era muito bem remunerado, propiciava viagens internacionais, a prática de idiomas e a continuidade de suas leituras e estudos nas horas vagas. Mais ainda, de três em três anos, a empresa concedia licença remunerada de três meses a seus funcionários. Nos dois anos iniciais, ele passou por um processo de formação, na matriz da BASF, em Ludwigshafen, na Alemanha; no primeiro ano como “comerciante, para apreender o trabalho de exportação” e no segundo como “assessor técnico em agroquímica” (LUTZENBERGER, Depoimento a Aguiar, 1986, p. 1, APJL).



Vista aérea de Ludwigshafen, com fábrica e prédios da BASF. Cartão Postal de 1965 (APJL).

Segundo informações do *website* da empresa (BASF. *Online*, 29/08/2013), a BASF, abreviação de Badische Anilin- & Soda-Fabrik, foi fundada em 1865, por Friedrich Engelhorn, para produzir corantes de anilina, tendo como matéria-prima o alcatrão de carvão. A indústria foi instalada em Ludwigshafen, no então reino da Baviera, às margens do Rio Reno, onde permanece até hoje. No início do século XX, com a descoberta da síntese da amônia pelo processo Haber-Bosch (ver capítulo 3 desta tese), a BASF começou a produzir fertilizantes químicos. Em 1949, produziu seu primeiro herbicida, o U46, considerado pela empresa um “herbicida seletivo utilizado em cultivo de cereais”. Em meados da década de 1960, nos seus 100 anos, a companhia passou por um grande processo de ampliação, tornando-se mais agressiva em sua expansão pelo mundo (construindo ou adquirindo novas unidades de produção no país e no exterior) e nas áreas de atuação. Em 1969, com a aquisição da Wyandotte Chemicals Corporation, de Michigan, foi possível desenvolver definitivamente seu setor de “agentes de proteção de culturas” – que é como a empresa chama seus pesticidas. Como veremos, na segunda metade dos anos 1960 – época que coincide com a entrada mais agressiva da BASF no setor de agroquímicos - Lutzenberger vai, aos poucos, sentindo-se mal na empresa até chegar à decisão nada fácil de deixar o emprego, em 1970.

Após os dois anos de treinamento, em 1959, Lutz foi enviado para atuar como “delegado técnico com sede na Venezuela e responsável na Venezuela, Equador, Guianas e Antilhas” (LUTZENBERGER, J. *Curriculum Vitae*. 13/05/1976, APJL). Fixou residência em Caracas, de onde viajava com frequência para atender agricultores, vendendo os produtos da companhia.



Cartões postais de Caracas-Venezuela, década de 1960 (APJL).

O casal estava bem instalado na Venezuela, quando chegou a primeira filha, Lilly Charlotte, em 1961. A BASF não costumava permitir que seus funcionários morassem mais do que três anos em um país, mas Lutzenberger conseguiu permanecer seis anos na Venezuela. No final desse período, conheceu o Professor de Biogeografia<sup>20</sup> León Croizat (1894-1982), com quem passou a trocar uma interessante correspondência, desde quando deixou o país, em 1966, até 1973, já vivendo no Brasil como ambientalista.

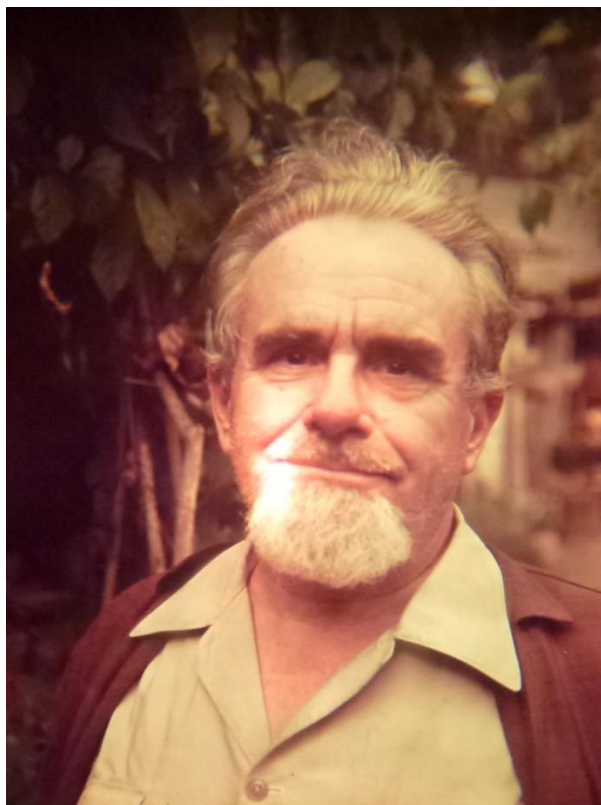
Croizat era italiano, nascido em Turim, onde se formou em Direito. Em 1922, com a ascensão do fascismo, emigrou para os Estados Unidos. É importante ressaltar que o trabalho de Croizat com a Biologia foi totalmente autodidata. Segundo Morrone (2000), nos anos 1930, ele conseguiu um trabalho identificando plantas para um inventário topográfico dos parques de Nova Iorque, época em que conheceu o diretor do Jardim Botânico do Bronx. Este, quando assumiu a direção do Arnold Arboretum da Universidade de Harvard, em 1936, contratou Croizat como assistente técnico. Esse foi o ponto de virada em sua vida, a partir do qual passou a se dedicar totalmente à Biologia. Passava horas estudando na biblioteca da universidade, e começou a publicar trabalhos sobre a sistemática das plantas cactáceas e euforbiáceas (sobre as quais trocava informações e sementes com Lutzenberger na correspondência). Em 1946, foi demitido do Arboretum e, no ano seguinte, convidado a dar aulas de Botânica na Universidad Central de Venezuela, pelo botânico Henri Pittier. Na Venezuela, aprofundou suas teorias sobre Biogeografia, em cerca de 300 publicações científicas (artigos e livros), criando o método panbiogeográfico. A panbiogeografia (título de uma de suas obras) colocava-se em oposição ao evolucionismo de Darwin, paradigma dominante na época e, por isso, o trabalho de Croizat foi inicialmente mal interpretado ou simplesmente ignorado por seus pares (COLACINO, 1997). Ao contrário de

---

<sup>20</sup> “Biogeografia é a área da ciência biológica que estuda a distribuição dos seres vivos no espaço e através do tempo. Assim, estuda-se a distribuição da vida com base em sua dinâmica na escala espacial e temporal no planeta Terra” (USP. *Online*, 04/09/2013).



Darwin, que postulou o paradigma dispersalista - a explicação para espécies semelhantes serem encontradas em locais muito distantes: depois de evoluir em centros de origem, os organismos se dispersariam ao acaso por diferentes meios, atravessando barreiras preexistentes, para chegar a novas áreas - Croizat defendeu que as barreiras geográficas evoluem junto com as biotas, o que se resume na sua ideia de que “a terra e a vida evoluíram juntas” (MORRONE, 2000, p. 43).



Croizat fotografado por Lutzenberger, por volta de 1965-66 (APJL).

As cartas trocadas com Croizat são preciosas fontes (inéditas) para nossa biografia, pois nelas Lutzenberger constrói uma narrativa dos seus anos finais na multinacional agroquímica. Mais ainda, relata viagens, troca conhecimentos sobre espécies vegetais - mostrando que aprendia muito com o biogeógrafo -, narra episódios pitorescos e impressões sobre o Marrocos, para onde foi enviado em 1967, bem como suas apreensões e angústias, quando a BASF começou a entrar no ramo dos pesticidas.

A correspondência que se encontra no APJL é composta de 49 cartas, todas escritas em inglês, e tem início no final de 1966, quando Lutz deixou a Venezuela, por ordem da empresa, e voltou a morar na Alemanha, em Mannheim – cidade que fica em frente a Ludwigshafen, na margem oposta do Rio Reno. Aqui, cito trechos das cartas em português, traduzidas por mim.



Cartões postais de Mannheim, da década de 1960 (APJL).

Na primeira carta de Lutzenberger para Croizat (LUTZENBERGER, Mannheim, 03/12/1966, APJL), ele reclamou do tempo escasso: não tinha tempo para mais nada por causa do trabalho de “empurrar químicos para a BASF”. Na nova fase, morando novamente na Alemanha, ele estava atendendo clientes espanhóis: recentemente viajara para as ilhas de Gran Canaria e Tenerife, e para as grandes cidades de Barcelona e Madrid. Mas se preocupava com o futuro na empresa: “meu trabalho agora é muito difícil e tenho que ser muito cuidadoso porque eu quero que eles me mandem sair como planejado na metade do ano que vem”. Pelo que Lutzenberger dá a entender nessa carta e em outras, ele não queria ficar na Alemanha por muito tempo, sua intenção era voltar para algum país na América do Sul. Em 01/01/1967, ele mencionou que provavelmente seria enviado para o Peru: “meu território incluirá Venezuela, o Caribe, as três Guianas, Colômbia e Equador, talvez algumas viagens esporádicas para a Bolívia e Paraguai. A única coisa que eu não gosto é de voar com aquelas periclitantes aerolíneas da América do Sul nos Andes” (LUTZENBERGER, Mannheim, 01/01/1967, APJL).

Na segunda carta enviada a Croizat (LUTZENBERGER, Mannheim, 09/12/1966, APJL), Lutz relatou a apreensão por ter sido escolhido pela empresa para visitar Cuba por dois meses (Fevereiro e Março de 1967), já que “a nossa companhia fez grandes negócios em fertilizantes químicos com Fidel Castro”. Os cubanos exigiram o envio de um técnico que falasse espanhol

para “visitar todas as importantes usinas de açúcar, para aconselhá-los no uso dos produtos”. Mas Lutzenberger não estava entusiasmado com a viagem:

Eu já tive o suficiente de comunismo nos poucos dias na Hungria [em outra viagem a trabalho] e estou agora aproveitando a vida cultural na Alemanha. Mesmo que eu tenha que sair daqui de qualquer jeito (não sei para onde ainda) por volta de julho-agosto de 1967 (certamente, eles me enviarão para outros países nesse meio tempo), prefiro que eles me deixem em paz enquanto estou aqui. Por outro lado, isso será uma experiência interessante e os dois meses também passarão. Minha esposa pode ir para Munique ficar com seus pais. Ainda há a possibilidade que eu não vá, entretanto, por causa do que consta no meu passaporte brasileiro: “não é válido para Cuba” (por essa razão, por favor, não mencione esse negócio para qualquer um dos meus conhecidos). Eu não quero que as autoridades brasileiras ouçam sobre isso, como filho de alemão eu tenho direito a um passaporte alemão e agora estou tentando consegui-lo (LUTZENBERGER, J. Carta a León Croizat. Mannheim, 09/12/1966, APJL).

A apreensão de Lutzenberger era motivada pelo regime militar instalado no Brasil, desde 1964, e que era abertamente contrário ao comunismo, portanto a informação de sua viagem a Cuba poderia trazer-lhe complicações, dificultando a obtenção de um passaporte alemão. Provavelmente, obteve o passaporte, pois conseguiu a nacionalidade alemã, em janeiro de 1967, o que deve ter contribuído para a abertura de portas mais tarde, como ambientalista. Por outro lado, podemos perceber que ele demonstra na carta certa antipatia por Cuba, que seria confirmada em missivas futuras. Isso é importante para nossa pesquisa, porque explica, em parte, as posições que ele defenderá como ambientalista, uma postura que preferia a livre iniciativa do capitalismo ao cerceamento da liberdade nos países comunistas. Além disso, sua postura anticomunista certamente o livrou de possíveis represálias do regime militar, quando militante.

Lutzenberger esperava que, ao menos, os cubanos lhe mostrassem áreas de xerófitas, das quais prometia compartilhar sementes, se possível. Na resposta de Croizat (CROIZAT. Caracas, 17/12/1966, APJL), fica visível a apreensão em relação a Cuba, desde a Venezuela também: “eu acho que você não deve escrever para cá de lá, porque agora aqui nós estamos debaixo de censura – ‘estado de sítio’, e eu não deveria me importar de ser perguntado sobre alguém (teria que responder, se perguntassem)”. Ele acrescentou ainda a precaução de que, se Lutz achasse algumas sementes, deixasse para enviá-las depois, quando voltasse à Alemanha, não de Cuba.

A viagem foi realizada, mas não constam referências sobre ela nas cartas seguintes. Esse silêncio me intrigou, e perguntei a Lilly se recordava de menções do pai a essa viagem. Ela me disse que esse contara sobre experiências ruins no país, como, por exemplo, ter que comer lagosta no café da manhã, almoço e jantar, pois não havia outro alimento à disposição. Lutz deveria escrever um relatório sobre a viagem, mas, em carta a Croizat de 1969, já em Marrocos (LUTZENBERGER, Casablanca, 14/08/1969, APJL), mencionou que, dois anos depois, ainda não tinha sido capaz de fazê-lo. Reafirmando sua má impressão de Cuba, contou ao professor sobre carta que recebera de um colega da BASF, recém-enviado ao país. Pela narrativa do colega, concluía que “as coisas deterioraram ainda mais. Ao que parece, está mesmo pior que qualquer

um dos países comunistas orientais”. O amigo, desconhecendo a realidade do país, passara por maus momentos:

Sua primeira gafe foi quando, depois de conferenciar com um grupo (eles nunca estão sozinhos) de funcionários das 8 às 14 horas, convidou-os para almoçar com ele no hotel – por sua conta, é claro – eles fizeram caras muito engraçadas, e ofereceram um cigarro no lugar. Descobriu-se, eles não tinham cartões, autorizando-os a comer naquele restaurante aquele dia. Nas suas viagens no interior ele frequentemente não conseguia nada para comer ao meio-dia. A única vez que eles o levaram a um restaurante onde podia comer sem um cartão, era num resort turístico, onde somente russos, poloneses, etc., tinham acesso. Se, mesmo como um visitante estrangeiro, você precisa de um taxi, você tem que colocar seu nome numa lista 24 horas antes. Pelo o que meu amigo me disse, Cuba em Fev-Mar/1967 era ouro, comparado ao que é hoje (LUTZENBERGER, J. Carta a Croizat. Casablanca, 14/08/1969, p. 4-5, APJL).

A má impressão sobre Cuba aumentara ainda mais com o relato do colega, dois anos após sua própria viagem. Talvez por temor a alguma represália, ele não escrevera o relatório, onde certamente teria coisas ruins para relatar. Lilly me disse que ele não gostava de falar de Cuba, e, quando falava, era sempre de um ponto de vista crítico.

Um acontecimento interessante no início da relação entre Lutzenberger e Croizat foi a descoberta de uma espécie de cacto. Lutz encontrou a planta em Carabobo (Norte-Central Venezuela), no lado esquerdo da baía de Turiamo, a 400 m do nível do mar, em novembro de 1965, crescendo numa rocha (CROIZAT, 1967, p. 144). Ele entregou a Croizat vários galhos e sementes da espécie para divulgação e estudo. Em retribuição, o professor denominou a espécie de *Euphorbia lutzenbergeriana*. Em carta de 29/01/1967, Croizat relatou que planejava escrever artigo sobre a nova espécie. O texto foi publicado ainda em 1967, no *Cactus and Succulent Journal* (Los Angeles). Nele, Croizat relatou a descoberta de Lutzenberger, a quem dirigiu uma dedicatória:

O epíteto específico homenageia o Engenheiro Joseph [sic] Lutzenberger, quem coletou o material a partir do qual a espécie foi designada. Eu fico feliz de dedicar a planta a ele, como um retorno tênue por seu continuado interesse botânico e seu faro aguçado para plantas novas e incomuns no campo. O descobridor me disse que boas espécies são muito difíceis de encontrar na natureza porque os veados parecem apreciar a *Euphorbia* (CROIZAT, 1967, p. 144).

Na carta de 29/01/1967, Croizat sugeriu que Lutz aprofundasse seus conhecimentos botânicos quando voltasse para a América do Sul, e dirigiu a ele um grande elogio:

A botânica pode realmente esperar muitíssimo de um homem com sua inclinação: você está certo na tradição dos grandes botânicos viajantes da Alemanha entre os tempos de Humboldt e 1914. Eles fizeram maravilhas mundo afora, e seria bom se você seguisse seus passos... mesmo como uma atividade paralela nos negócios [trabalho na BASF] (CROIZAT, L. Carta a Lutzenberger. Caracas, 29/01/1967, APJL).

Os elogios de Croizat vêm ao encontro das observações de Ribeiro: Lutzenberger parecia demonstrar uma vocação, um potencial de alto nível para a Biologia, que não foi plenamente desenvolvido. Ou melhor, parece-me, esse potencial pode ter sido canalizado/direcionado para a defesa do ambiente, a partir de 1971.

Lutzenberger só voltou a escrever em 14/07/1967, da Córsega. Ele e a esposa estavam passando férias numa praia de nudismo chamada Villata, na cidade de Porto Vecchio. Sua descrição revela preocupações com a ecologia do local:

Estamos aproveitando realmente esse lugar. É uma praia naturista em um dos últimos mais ou menos intocados cantos da Córsega (infelizmente está condenado – alguns especuladores já compraram terras para desenvolvê-lo). Mas estou feliz de aproveitar enquanto ainda dura. Há uma baía clara e cristalina na qual se pode mergulhar. Somente as cenas subaquáticas, como todo o Mediterrâneo agora, estão realmente mortas, os pescadores com lança desde muito tempo vêm matando qualquer coisa acima de certo tamanho. Também as estrelas do mar, conchas grandes e ouriços do mar sumiram (...). Nós estamos acampando numa nova tenda debaixo de alguns ciprestes (eu não sei se eles são nativos daqui) em dunas de areia. Atrás das dunas, há um maquis [formação vegetal da região do Mediterrâneo] e um grande pântano... ainda cheio de vida (LUTZENBERGER, J. Carta a Croizat. Villata, 14/07/1967, p. 1, APJL).

Convém ressaltar a adesão de Lutz e Anne ao naturismo (ou nudismo), pois foi esse movimento que uniu inicialmente os fundadores da AGAPAN, naquele jantar de 1970. Enfocaremos as origens do naturismo no próximo capítulo.

Na carta de 14/07/1967, Lutz mencionou que a BASF planejava enviá-lo para morar em Casablanca, Marrocos. Em setembro do mesmo ano, ele passaria um mês viajando pela Tunísia, Algéria e Marrocos; na volta teria que responder ao seu chefe se aceitava ou não trabalhar na África. Aqui já aparece o desejo de sair da empresa, mas, se conseguisse acumular um bom capital. Por isso, a aceitação do trabalho em Marrocos dependia “também, naturalmente de quanto eles querem me pagar lá. Se o pagamento for bom, então eu poderei aumentar um pouco meu capital. Penso que eu devia trabalhar pelo menos outros dois anos antes de decidir se começo alguma coisa [por conta] própria” (LUTZENBERGER, J. Carta a Croizat. Villata, 14/07/1967, p. 1, APJL).

Na carta seguinte (LUTZENBERGER, Manheim, 06/09/1967, APJL), Lutz demonstrou que estava inclinado a aceitar o trabalho em Casablanca, e mencionou novamente a vontade de montar um negócio, que ainda lhe parecia um sonho: “de qualquer jeito, com um pouco de sorte, espero que em 5 anos ou menos eu tenha capital suficiente para algo por conta própria. Mas isso é só um sonho, claro”. Lamentou também não ter conhecido Croizat antes: “é realmente uma pena que eu não tenha conhecido você uns poucos anos antes. Tivesse eu aprendido a olhar para a fauna da Venezuela do jeito que você ensinou assim que cheguei lá, eu teria visto e aprendido muito mais. Mas agora mantere os olhos abertos na África” (LUTZENBERGER, Manheim, 06/09/1967, APJL).

Já instalado em Casablanca, em 24/02/1968, Lutz escreveu a Croizat contando que suas viagens pela África não eram nem a metade interessantes do que eram as pela América do Sul e Caribe. Mas, por outro lado, do ponto de vista humano, esse continente era muito mais interessante do que a América Latina: “há incrível miséria e pobreza aqui, e com a explosão populacional, está

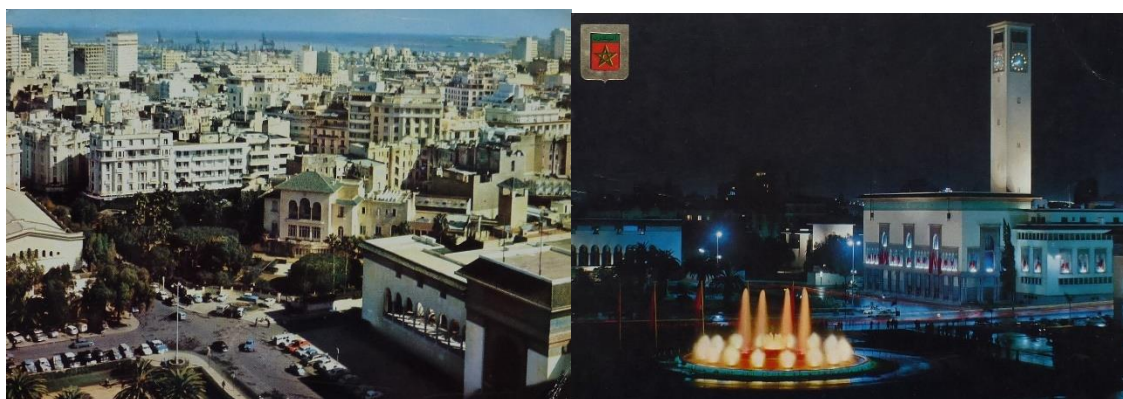


ficando pior a cada dia. Eu não posso ver como o problema pode ser resolvido”. Nessa carta ele menciona o desejo de trabalhar na área de conservação:

Numa das últimas edições da revista *Science* – a contrapartida britânica de *Scientific American* – uma revista muito boa, eu acho mesmo melhor do que a *Scientific American* – eles mencionaram que diversos países latino americanos, entre eles Venezuela e Brasil, tem agora aproveitado o IBP (Programa Biológico Internacional). Eu me pergunto se eles estão estabelecendo algum esquema de conservação na Venezuela. É certo que eu gostaria de trabalhar para algo assim (LUTZENBERGER, J. Carta a Croizat. Casablanca, 24/08/1968, APJL).

Menções de insatisfação com o trabalho na BASF, preocupação com a destruição do ambiente (acompanhada de referências de leitura sobre o assunto, em geral, revistas de divulgação), bem como o desejo de conseguir trabalho em alguma entidade conservacionista vão se tornando recorrentes nas cartas:

Eu me pergunto o que nossos descendentes de várias gerações a partir de agora, pensarão de nós, supondo é claro, que haverá descendentes. De qualquer jeito, eu estou feliz que ao menos nos EUA mais e mais importância é dada à ecologia nas questões humanas. Assim que eu conseguir o endereço, escreverei para a Fundação Ford. Eles parecem ser muito preocupados com esses problemas. Na *Newsweek* de 22-07-68, teve um artigo muito interessante nesses aspectos e eles citaram Gordon Harrison: ‘nosso único problema, é que a única solução atrai a abordagem do desastre inevitável’ (LUTZENBERGER, J. Carta a Croizat. Casablanca, 30/07/1968, APJL).



Cartões postais de Casablanca-Marrocos, década de 1960 (APJL).

Em 30/01/1969, Lutzenberger reclamou da falta de tempo para estudar, o que seria possível se tivesse conseguido capital suficiente para largar o emprego. Ele conseguira juntar 50.000 dólares, mas julgava uma quantidade ainda insuficiente para tanto. Deixara de ganhar mais porque tivera receio de aplicar em fundos de Wall Street (justamente os que ele estava acompanhando proporcionaram ganhos de 40 e 60%): “estaria muito mais perto do meu objetivo agora. Mas eu sou sempre tão cuidadoso e conservador em assuntos de dinheiro” (LUTZENBERGER, Casablanca, 30/01/1969, APJL).

Na carta de 02/06/1969, o desencanto com a BASF é ainda mais evidente:

Antes que eu saia de meu trabalho atual, terá de ser para algum outro tipo de atividade. Algo que eu realmente goste. De fato, estou muito cansado do que estou fazendo agora: empurrando venenos. Nossas vendas vão extremamente bem aqui. Muito bem para mim, como um biólogo, ficar feliz sobre isso. Aqui há ainda menos controle e consciência sobre isso do que na América Latina. Se a presente tendência continuar, com a mesma taxa de destruição aumentando exponencialmente – o processo está

seguindo uma progressão logarítmica – então eu não vejo como alguma coisa possa ser deixada poucas décadas depois de nós. Talvez você tenha lido a pequena notícia em uma das recentes edições da *Science* (LUTZENBERGER, J. Carta a Croizat. Casablanca, 02/06/1969, APJL).

Nessa longa carta, ele demonstra também uma grande apreensão com as consequências do uso dos pesticidas. Relata a Croizat sobre a leitura de artigo da *Science*, no qual um ecologista britânico especulava que, se o petroleiro Torrey Canyon<sup>21</sup> transportasse, em vez de petróleo, 2, 4-D (herbicida hormonal), “a quantidade teria sido suficiente para destruir a vida vegetal em todos os oceanos do planeta. Nós sabemos que 70% do oxigênio da atmosfera é produzido pela vida vegetal nos oceanos e somente os restantes 30% nos continentes. O que teria acontecido então? Ninguém poderia prever” (LUTZENBERGER, Casablanca, 02/06/1969, APJL). Lutzenberger se preocupava com seus patrões, que, segundo ele, não hesitariam em transportar herbicida em cargueiros cada vez maiores, se isso proporcionasse grandes lucros:

Eles não hesitarão em fazê-lo. Eles ficarão loucos se alguém tentar pará-los. De fato, enormes quantidades de todo o tipo de venenos, capazes de causar incontáveis danos ecológicos se liberados nos oceanos, já estão sendo enviados em quantidades crescentes, e acidentes com navios aumentam também. Como você vê, estou menos e menos satisfeito com meu trabalho. Quando comecei em minha companhia, era como um especialista em fertilizantes. Eu nunca tinha esperado que meu trabalho mudaria quase exclusivamente para proteção vegetal (LUTZENBERGER, J. Carta a Croizat. Casablanca, 02/06/1969, APJL).

Como vimos, Lutz escolheu a BASF e não a Ciba Geigy porque, na época, a empresa alemã só trabalhava com adubos/fertilizantes. Mas, na segunda metade dos anos 1960, ela também adentrou no ramo da “proteção vegetal”, ou seja, dos agrotóxicos. Nosso personagem passou a ter que vender, além de adubos, os herbicidas da multinacional, o que o incomodava bastante, como a correspondência deixa entrever.

Nas cartas trocadas com Croizat, são interessantes as menções a encontros com jovens, aos quais ele frequentemente dava carona, em suas viagens pela África. Era o contexto de recém maio de 1968 e todo o ideário da contracultura fervilhava. Nas conversas com os caronistas, Lutz teve contato com essas ideias, que o motivavam cada vez mais a “entrar na onda” dos movimentos sociais – na área de conservação.

Em minhas muitas viagens através desse país, eu costumava dar carona a estudantes, hippies, etc, e aproveito as longas conversas com eles, a maioria americanos, canadenses, ingleses, alemães. Agora eu estou começando a entender a agitação que está sacudindo eles. Mesmo o cara com uma visão de mundo baseada em evidências científicas é de fato um pássaro muito raro, e muito poucos tem compreendido os problemas conectados com a destruição humana de seu ambiente. Eles estão muito, muito infelizes sobre o mundo com o qual terão que integrar-se e ajustar-se. Quando eu tinha 20 anos, era um tipo de dissidente, e o que me chocava a maior parte do tempo era a boa-vontade da maioria dos meus colegas de se conformar e aceitar tudo como era. Agora parece que a situação se reverteu. O cara que aceita as

---

<sup>21</sup> O Torrey Canyon, navio de uma empresa da Libéria sediada nas Bermudas, transportava petróleo cru, vindo do Kuwait, em 18 de março de 1967, quando encalhou em recifes próximo à costa do País de Gales, liberando no mar cerca de 118.000 toneladas do produto. É considerado o primeiro grande desastre marítimo de derramamento de petróleo. Detalhes sobre o navio e o acidente, bem como uma análise sobre as consequências ecológicas do desastre podem ser encontradas em Smith (1968).

condições existentes é que é a exceção. O que eu percebo nos jovens de hoje é que enquanto não sabem exatamente do que eles não gostam, e não conhecendo remédios para isso, eles estão terrivelmente inquietos sobre tudo. Eles sabem que o homem está fazendo uma bagunça (LUTZENBERGER, J. Carta a Croizat. Casablanca, 02/06/1969, APJL).

Lutz mencionou também sua surpresa ao encontrar uma entrevista com Allen Ginsberg - poeta norte-americano da geração *beat* -, numa edição da Playboy, em que este trata dos problemas ecológicos em âmbito global. Transcreve vários trechos da entrevista a Croizat; aqui reproduzo somente os mais significativos:

Eu [Ginsberg] estou falando sobre o fato de que este planeta está no meio de uma doença fatal (...) a doença terminará na nossa destruição do nosso planeta. Toda sorte de relatórios de comissões de assessoria presidencial, livros de biologia e ecologia, provam que nós estamos literalmente destruindo a terra por causa da tecnologia aplicada vulgarmente, da industrialização irresponsavelmente planejada para consumo e desperdício de recursos. Temos cerca de trinta anos para mudar ou então essa doença pode mesmo ser já irreversível (...). Isso é um câncer ecológico. Nós estamos poluindo mais e mais os recursos de água doce do mundo (...). Os oceanos estão mais quentes e mais sujos por conta de todo o lixo atômico e DDT que vazaram dentro deles; começou o envenenamento de peixes e de algumas espécies raras de pássaros. Se todas as usinas atômicas agora planejadas forem colocadas em operação nos próximos 30 anos, o lixo atômico proveniente delas alterará o equilíbrio de calor do mar e da terra. Resíduos de automóveis e gases industriais não somente poluem a atmosfera, mas nos tiram a claridade do Mediterrâneo azul, tornando o céu uma poluição cor de merda, através do qual você não pode ver a lua, o sol e as estrelas. As pessoas já não percebem a mudança das estações. E eles não sabem mais que estão em um planeta – muito menos numa vasta galáxia (LUTZENBERGER, J. Carta a Croizat. Casablanca, 02/06/1969, APJL).

A reação de Lutzenberger ao discurso ambientalista de Ginsberg foi realmente interessante: “bem, eu devo dizer, fiquei boquiaberto, espantado e profundamente comovido, lendo esse tipo de comentário desse tipo de homem. Isto é exatamente como eu penso e sinto. Só que eu não sou tão articulado. Quanto mais vejo o mundo, mais eu sinto assim” (LUTZENBERGER, Casablanca, 02/06/1969). Talvez tenha sido uma de suas primeiras leituras que abordou o problema ecológico conectando os diversos aspectos nele envolvidos, e, ao mesmo tempo, formulada de modo tão dramático, numa perspectiva de crise catastrófica global se a humanidade não agisse com urgência na busca de soluções.

Um dos jovens caronistas deve ter sido a primeira “plateia” a ouvir as preocupações ecológicas de Lutzenberger. O rapaz ficou tão impressionado que, segundo o missivista, resolveu mudar de profissão:

Outro dia, eu tive um estudante americano de 20 anos no meu carro. Ele estava se preparando para entrar em Sociologia, fumava marijuana (“ela aumenta a consciência e ajuda você a escapar”). Ele tinha a mente muito aberta, contudo. Então, no curso da nossa longa conversa ao longo de 500 km, eu falei com ele sobre exatamente esses problemas. O cara ficou fascinado. Quando ele saiu do carro, me disse: “Você mudou minha vida. Eu não vou mais fazer Sociologia. Eu irei para a ciência. Eu irei para a Biologia, Ecologia! Você me deu um novo objetivo” (LUTZENBERGER, J. Carta a Croizat. Casablanca, 02/06/1969, APJL).

Pela reação do jovem, ao contrário do que Lutz pensava, seu discurso já demonstrava certa articulação. Ele deve ter falado com tanta ênfase no estado dramático em que o planeta se

encontrava – talvez ecoando o discurso catastrófico de Ginsberg – que provocou uma forte reação no estudante, capaz de transformar sua vida (pelo menos de acordo com o relato de nosso biografado).

Poucos dias depois, Lutzenberger enviou uma carta breve a Croizat (quase um bilhete), porém muito emocionada. Datada de 25/06/1969, ele lamentava profundamente o desastre ocorrido dois dias antes (23/06/1969) na Alemanha: o derramamento do inseticida e acaricida Endosulfan, de fabricação da empresa Hoechst, no Rio Reno, que causou a morte de milhões de peixes ao longo de 600 km do seu curso. O conteúdo da carta expressa extrema tristeza e pessimismo em relação ao futuro da humanidade:

Isso realmente me faz chorar, sabendo como eu sei, que isso é somente um pequeno incidente em uma frente de destruição infinitamente maior, a maioria destruição irreversível, sempre espalhada destruição, espalhando com um crescente grau, exponencialmente. Há muito pior por vir. (...). Talvez alguém deva esperar que o homem desapareça antes que tudo mais se vá. Talvez alguma bactéria, alga ou protozoário consiga sobreviver e começar um novo ciclo na longa e paciente sinfonia da evolução orgânica. Nosso planeta, de acordo com cosmologistas, ainda tem tempo para isso, a menos que, é claro, que nós o explodamos, também uma possibilidade realista (LUTZENBERGER, J. Carta a Croizat. Casablanca, 25/06/1969, APJL).

Lutzenberger mencionou esse desastre mais tarde, em entrevistas e palestras, já como ambientalista. Foi um episódio que marcou sua sensibilidade em relação ao mundo natural. Para Jacques Saldanha, engenheiro agrônomo e companheiro de lutas de Lutzenberger, desastres ambientais envolvendo agrotóxicos, como esse no Rio Reno, contribuíram na decisão de sair da BASF (Entrevista de Saldanha à autora, 04/10/2012). Houve também o derramamento de um tambor do inseticida Parathion da própria BASF num porto de Marrocos, no final da década de 1960. Quando Lutzenberger comunicou o fato a seu chefe, perguntando “como é que nós vamos tirar isso? Onde é que vamos conseguir mergulhador?”, ouviu a seguinte resposta: “mas como? O seguro paga!” (LUTZENBERGER, Depoimento a Aguiar, 1986, APJL). Esses episódios de descaso dos fabricantes em resolver os problemas causados por seus produtos, comprovadamente mortíferos, certamente forneceram ainda mais elementos para a insatisfação de Lutz com a empresa.

Croizat respondeu em 28/06/1969, concordando com a abordagem ecológica de Lutzenberger, no entanto, não se mostrava tão preocupado, pois já estava com 75 anos e parecia cético em relação a possíveis grandes mudanças:

Eu posso entender perfeitamente o modo de sentir e o raciocínio hippie-beatnik [referindo-se a Ginsberg], porque sou um deles, de um jeito particular. Eu também não posso suportar o mundo como ele é, com sua vulgaridade, etc. Felizmente, encontrei um escape e consolo na tentativa de “retorno à natureza” e “pensando” no “mais puro” tipo como você sabe. (...). Eu estou reduzido a encontrar consolo no fato de que já tenho 75 anos; se fosse jovem como você, eu estaria certamente mais comovido, como você está (...). A solução é encontrar um escape em outros caminhos... como eu tenho feito, por exemplo. Então a conclusão é: tudo para o inferno!!! É o mesmo mundo hoje como era quando Roma estava se aproximando de sua queda. A mesma negação de tudo da velha ordem. O resultado foi a espada do bárbaro, não um mundo melhor. Estamos entre la espada y la pared. Mas eu já farei 75 anos, no mesmo

dia que os americanos partirão para a Lua, 16 de julho de 1969. Que coincidência! (CROIZAT. Carta a Lutzenberger. Caracas, 28/06/1969, APJL).

As válvulas de escape de Croizat eram, certamente, as pesquisas e o cuidado de seu jardim, através dos quais mantinha contato com a natureza. O mundo, para ele, não iria melhorar no futuro, de acordo com os exemplos do passado. A “conquista” da Lua pelos norte-americanos começaria no mesmo dia do seu aniversário, com essa ironia, o biogeógrafo demonstrava sua descrença na humanidade e pessimismo quanto às possibilidades futuras. Para ele, com 75 anos, não valia mais a pena lutar, mas Lutzenberger era bem mais jovem, e poderia contribuir, de alguma forma, para um mundo melhor.

Na longa carta seguinte, escrita em 14/08/1969, Lutzenberger relata impressões sobre a relações entre pessoas e animais nativos na África, baseadas no desrespeito e agressão, que o incomodavam muito. Na época, ele tinha em casa 2 camaleões, 1 gato, 5 tartarugas, Dioneas, Sarracénias, Darlingtonias, e alguns cactos. Mas explicou a Croizat que nunca caçou os animais, “eu só salvei suas vidas e as deixarei ir quando sair do país”, especialmente os camaleões, que eram alvo de uma “superstição estúpida” por parte da população local:

Eles os penduram por um fio, deixam-nos morrer miseravelmente, então secam-nos e fazem uma poção afrodisíaca. Se os latino americanos não têm sentimentos pelos animais e natureza, eu devo dizer, com os árabes é cem vezes pior. Uma criatura é considerada um objeto útil, então você a explora, ou a destrói. O fator mais novo, contribuindo para a extinção das poucas espécies que conseguiram sobreviver até agora, é o turismo de massas. Esquilos, tartarugas, raposas do Saara, camaleões são agora vendidos para milhares de turistas que os levam para a Europa, onde eles morrerão poucas semanas depois. As autoridades simplesmente consideram esse comércio uma nova e bem-vinda fonte de renda, mesmo se pequena. Especialmente o camaleão não sobreviverá, exceto nas mãos de um biólogo apaixonado (LUTZENBERGER, J. Carta a Croizat. Casablanca, 14/08/1969, p. 2, APJL).

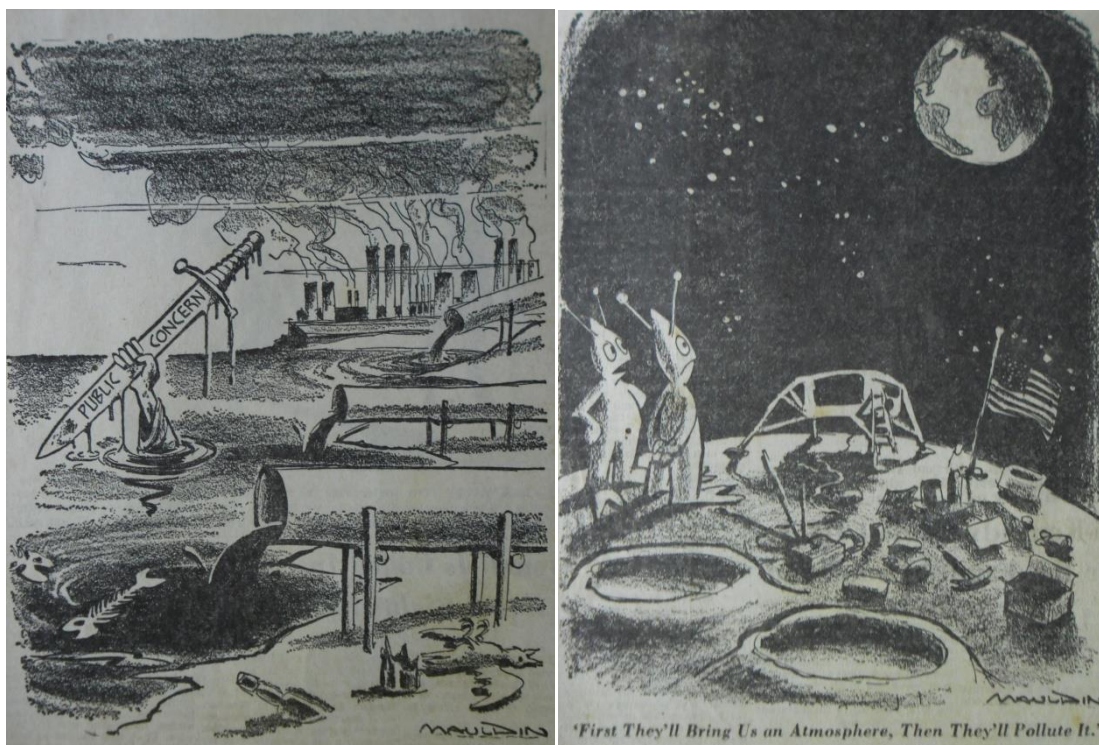
Lutzenberger também não deixou de mencionar o “problema da conservação e poluição do ambiente”. Mostrava-se contente com o fato de que as pessoas estavam se tornando conscientes, nos Estados Unidos e Alemanha, a partir da recente leitura de revistas de divulgação:

Você viu que a revista TIME, em 1/08/1969, iniciou uma nova seção “Environment”? Na França, eles fundaram o “CDHV, Comitê de defesa do homem e da vida”. Também na Alemanha a imprensa está começando a prestar maior atenção, mesmo uma revista importante, como a DER SPIEGEL, teve algumas poucas palavras a dizer sobre a catástrofe do Reno. Mas DIE ZEIT, um semanário muito mais sério está agora cheio de artigos sobre esses problemas (IDEM, p. 2).

Nos anos finais da década de 1960, a preocupação com o ambiente se tornava tema mundial. Conceitos antes restritos às publicações acadêmicas ou discussões políticas agora pululavam em livros, jornais e revistas de grande tiragem, algumas de divulgação científica, voltadas ao público não-especializado, como *Time*, *Newsweek*, *Playboy*, *Science*, *Scientific American*, *Der Spiegel*, etc. Como vimos, o costume de ler esse tipo de publicação fora influenciado pelo pai de Lutzenberger. No arquivo do ambientalista, constam caixas com coleções de vários anos, ininterruptamente. Em pastas de artigos avulsos, encontrei textos de jornais e

revistas escritos no final dos anos 1960 que demonstravam a preocupação de seus autores com poluição, conservação da vida “selvagem”, vida moderna, mudanças climáticas, controle populacional, contaminação dos rios e solos por agrotóxicos, etc.

Algumas charges do arquivo ilustram bem o “tom” das preocupações daquele contexto:



MAULDIN. Charges publicadas no *International Herald Tribune*. New York, 29/09/1969 e 26/09/1969 (APJL).

A preocupação com a necessidade de preservar e proteger a natureza não era inédita no mundo, tampouco no Brasil, como já revelaram as pesquisas de McCormick (1992), Pádua (2002) e, para o Rio Grande do Sul, de Pereira (2013), além das obras que mencionamos na discussão sobre ética ambiental na introdução desta tese. Mas é nesse contexto de virada dos anos 1960 para os 70 que surge um tipo de preocupação nova, uma sensibilidade diferente em relação aos elementos naturais, que podemos chamar de movimento ambiental, ou movimento ecológico. Ocorre toda uma confluência de fatores favoráveis ao desabrochar de uma “conscientização ecológica” em âmbito planetário: desde a manifestação mundial contra os testes nucleares (1957); a publicação do livro *Primavera Silenciosa* (1962); a indignação da opinião pública com desastres como o derramamento de mercúrio na Baía de Minamata, no Japão (1956), de petróleo do navio Torrey Canion (1967), e de pesticidas no Rio Reno (1969); a exposição frequente na imprensa dos problemas ecológicos, até um descontentamento generalizado após a Segunda Guerra Mundial, especialmente dos jovens, com a percepção de que o crescimento econômico constante e a industrialização desenfreada do “capitalismo selvagem” estavam levando o planeta e muitas populações a uma situação insustentável. Na medida em que a natureza era devastada num ritmo



acelerado, aumentava também a desigualdade social, situação apoiada por muitos governos. Por isso, teve início a crença de que somente a ação civil direta poderia chamar a atenção para as questões importantes que não eram consideradas pelo *establishment* político dominante. Diversos movimentos de contestação surgiram nessa época – também chamados de novos movimentos sociais<sup>22</sup> – como os que defendiam os negros e as mulheres, o movimento contra a guerra do Vietnã, etc. O movimento ambientalista era mais uma das formas de contestação no bojo da contracultura.

Apesar da divulgação cada vez maior dos problemas, o ambiente na BASF, segundo Lutz, não permitia que seus funcionários demonstrassem uma preocupação maior com a questão:

Meus superiores ficam loucos com a menor sugestão. Eles se mantêm falando de “Verantwortungsgefuehl der Chimischen Industrie” (o sentido de responsabilidade da indústria química), mas nós ainda estamos oferecendo para venda um produto, o qual, durante a “pflanzenchutztagung” (conferência de proteção fitossanitária) em 1967 foi unanimemente condenado por todos os técnicos presentes. Como sua venda não é contra a lei, é realizada (LUTZENBERGER, J. Carta a Croizat. Casablanca, 14/08/1969, p. 2, APJL).

Na próxima carta, enviada em 15/10/1969, Lutz falou da intenção da empresa de tirá-lo de Marrocos, seus chefes queriam enviá-lo para algum país da América Latina, ou talvez, do extremo oriente. No entanto, ele estava cada vez menos satisfeito com o trabalho na BASF, e disse que gostaria muito de conseguir um emprego na área de conservação. No ano seguinte – 1970 – sairia em licença por dois meses, e aproveitaria para sondar oportunidades nos Estados Unidos, Brasil e Venezuela: “Ou eu encontro alguma coisa em conservação, ecologia, jardinagem, ou eu tentarei fazer algo independente com meu pequeno capital no Brasil ou Venezuela como uma pequena fazenda, ou um jardim, ou alguma pequena fábrica que me dê muito tempo livre para meus estudos e hobbies” (LUTZENBERGER, Casablanca, 15/10/1969, APJL).

Já em 1970, as cartas de 23/03 e 29/04 revelam que Lutz estava chegando ao limite na BASF. Tanto que chegou ao ponto de torcer contra a companhia, no seu “projeto de criação de uma fábrica de 700 hectares nos bonitos pântanos na Carolina do Sul. Os conservacionistas estão lutando forte. A luta não acabou. Eu espero que a BASF perca” (LUTZENBERGER, Casablanca, 23/03/1970, APJL). A enorme fábrica nos Estados Unidos causaria grande impacto ambiental, divulgado na revista norte-americana *Newsweek* (Nova Iorque, 13/04/1970, APJL). Nessa carta, encontrei a primeira menção de Lutzenberger sobre o problema ecológico do ponto de vista moral, relacionado com a ciência e a tecnologia. Essa discussão seria o cerne de seu pensamento como ambientalista, um pouco mais tarde, como veremos.

---

<sup>22</sup> Ilse Scherer-Warren (1987) caracteriza os “novos movimentos sociais” pelo rompimento com esquemas populistas do passado, pela autonomia frente ao Estado e partidos, pela diversidade de atores e entidades fundadas, pela desterritorialização, bem como pela ambiguidade de suas práticas. Ernest Laclau (1986) considera que nos “novos movimentos sociais” torna-se difícil identificar o grupo como referente, como um sistema ordenado e coerente de “posições de sujeitos”. A discussão sobre o tema é longa e complexa, e não terei condições de enfrentá-la aqui.

É frequentemente dito, a maioria dos cientistas parecem acreditar, e distintos filósofos, como Bertrand Russell que nos deixou agora, enfatizaram que a ciência é fria, totalmente imparcial, que não tem nada a nos dizer sobre valores. Bem, eu tenho que duvidar dessa afirmação. Mesmo a mais fria das ciências, a física, é baseada em valores. Ou o que é disciplina científica? Somente depois de ter decidido sobre a honestidade total e pensamento disciplinado que nós chamamos ciência você tem alguma chance de chegar a algum lugar. O único meio de um entendimento da natureza é através de uma decisão moral. (...). Agora, quando se trata de ecologia, ao meu ver, ela é quase religião pura, mas uma muito mais abrangente religião, livre do viés antropocêntrico e egoísmo. **A nova moralidade que nós precisamos pode vir somente da ecologia.** Assim, a moralidade deve vir da ciência, afinal. Mas muitas pessoas confundem ciência e tecnologia [grifo meu] (LUTZENBERGER, J. Carta a Croizat. Casablanca, 23/03/1970, APJL).

É interessante notar aqui, que Lutz discorda de um de seus mestres, Bertrand Russel, na avaliação da imparcialidade da ciência. Para ele, todo conhecimento científico – até o mais “duro”, como a física – era permeado de valores morais. Também é importante destacar a menção de que a ecologia é uma espécie de religião, “a nova moralidade” que proporcionaria os meios de superar o antropocentrismo, e a distinção entre ciência e tecnologia, um dos pontos que ele defenderá diversas vezes na militância ambientalista.

Nesse tempo de crise profissional, nasceu Lara, a segunda filha de Lutzenberger. Para prospectar alternativas que possibilitassem superar a crise, ele viajaria sozinho para o Brasil, em agosto de 1970. Em 29/04/1970, enviou carta parabenizando Croizat, porque este recebera a “Ordem do Libertador”, uma condecoração venezuelana, o que representava, para Lutz, que o trabalho do amigo “finalmente foi reconhecido”. Lamentou mais uma vez não ter conhecido o professor antes: “foi a perspectiva que você me deu que fez as pedras caírem em seus lugares no mosaico global, que até então não tinha sido um mosaico em tudo para mim, mas mais um calidoscópio, bonito também, mas com pouco sentido e muita oportunidade. Agora, se eu vou para o mundo, eu vejo unidade” (LUTZENBERGER. Casablanca, 29/04/1970, APJL).

Também nessa carta a insatisfação com a BASF e a vontade de mudar de vida aparecem mais evidentes do que nunca; Lutz vivia um momento decisivo:

Neste ano, eu terei que tomar uma séria e provavelmente difícil decisão para minha vida futura. Espero poder desistir do meu presente trabalho como um empurrador de pesticidas de uma grande companhia. (...). Eu nunca pretendi trabalhar com pesticidas. De fato, eu odiava desde o início. Quando decidi começar na BASF em 57, tinha a alternativa de ir para a Geigy (o povo do DDT). Eu escolhi BASF porque eles não tinham pesticidas. Comecei como um especialista em fertilizantes, mas BASF foi para o campo do controle químico e eu não pude deixar de me envolver. Mas agora estou farto, e não posso aceitar muito do que eu tenho que fazer. A indústria está ficando cada vez mais agressiva, cruel e implacável (LUTZENBERGER, J. Carta a Croizat. Casablanca, 29/04/1970, APJL).

A movimentação das pessoas nas ruas o motivava ainda mais na decisão de deixar a empresa:

Veja o “Earth Day” nos EUA. Todo mundo agora está preocupado sobre poluição do ambiente, mas não está sendo feito muito. (...). Espero poder encontrar um trabalho em conservação, gestão de ambiente, ecologia, etc. Ou somente ter um pequeno emprego, mesmo por conta própria, como uma fazenda, e ter tempo para estudar. Eu estou, portanto, aproveitando minha licença de dois meses neste verão para dar uma olhada. (...). Espero ter sucesso e que as circunstâncias não me forcem a continuar com a BASF (IDEM).



Worster (2011b, p. 356-59) considera o *Earth Day* o ápice de uma série de eventos midiáticos protagonizados por alguns ecólogos, especialmente Paul Elrich e Barry Commoner, que pretendiam chamar a atenção para a urgência dos problemas ambientais. A comemoração do primeiro dia da terra ocorreu em 22 de abril de 1970 nos EUA, em meio aos protestos contra a Guerra do Vietnã. O “dia” foi idealizado pelo Senador democrata Gaylord Nelson, de Wisconsin, e o principal organizador foi Sam Brown, um ativista anti guerra de 25 anos, que defendia visões apocalípticas sobre a terra. Mas o personagem mais destacado foi Barry Commoner que, nesse dia, discursou em diferentes campus universitários no espaço de poucas horas, acompanhado de Ehrlich, René Dubos, Ralph Nader, Benjamin Spock e mesmo do poeta Allen Ginsberg (citado por Lutz a Croizat). A repercussão do evento foi tão grande que até o Presidente Nixon, embora não fosse um ambientalista, aproveitando a publicização do tema no momento, clamou aos cidadãos que “fizessem as pazes com a Mãe Natureza. Palavras fáceis vindas de um homem que ainda estava travando uma guerra no Sudeste Asiático, mas a mudança na linguagem oficial era impressionante” (WORSTER, 2011b, p. 357).

Como se não bastasse todo o conjunto de insatisfações com a BASF, o novo chefe de Lutzenberger na Alemanha era “um cara totalmente desprovido de humor, com visão ‘de túnel’ [bitolada] dos pesticidas, que desenvolveria um herbicida contra orquídeas na Amazônia se fosse lucrativo para a companhia”. Um colega deixara em sua escrivania “um artigo técnico sobre como controlar minhocas, é claro que com hidrocarbonetos clorados... tudo isso me dá ‘das grosse kotzen’ – ânsia de vômito. Como você vê, eu devo mudar” (LUTZENBERGER, Casablanca, 29/04/1970, APJL).

Na resposta de Croizat, em 15/05/1970, ele diz esperar Lutzenberger para um encontro em Caracas<sup>23</sup>. Sobre a questão ecológica, repetiu o argumento da carta de 28/06/1969, dizendo ser “cínico o suficiente” para se “sentir melhor aos 76 do que muitos homens e mulheres jovens que tem pela frente um longo futuro”. Ele se “dopava” com trabalho, que continuaria exercendo, “com ou sem visão” (meses antes, fora operado de catarata). Croizat acreditava ter vivido muito mais do que a maioria dos homens da sua geração. “O resto é puro veludo” (CROIZAT, Caracas, 15/05/1970, APJL).

Na última carta de Casablanca, como funcionário da BASF, pouco antes de viajar ao Brasil (29/06/1970), Lutzenberger afirmou estar totalmente decidido a deixar a empresa:

---

<sup>23</sup> Não sabemos o porquê, mas Croizat e Lutzenberger não se encontraram pessoalmente, como haviam combinado nas cartas. Somente em carta do ano seguinte Croizat fala sobre o assunto, mas sem explicar: “perdemos de vê-lo, e minha esposa lamenta muito a ocasião perdida de encontrar sua esposa e filhas. Naturalmente, não será fácil agora para você voltar aqui, ou para nós descermos até aí” (CROIZAT. Carta a Lutzenberger. 14/03/1971, APJL).

A situação ficou totalmente insustentável para mim. A companhia foi agora completamente reorganizada por uma firma americana especializada nessas coisas e tudo se tornou americanizado, incluindo total agressividade implacável. Somente contam figuras, os argumentos não são aceitos se eles não coincidem com as expectativas de vendas, e aqueles que ousam expressar algumas dúvidas tímidas sobre a segurança-certeza de nossas práticas são simplesmente considerados sectários estúpidos – é a total visão do túnel (LUTZENBERGER, J. Carta a Croizat. Casablanca, 29/06/1970, APJL).

Na missiva, aparece a primeira menção de Lutzenberger a um sentimento de estar se prostituindo com o trabalho de vender agrotóxicos. Como a saída de Marrocos era certa e ele teria que passar um tempo na Alemanha antes de ser transferido para outro país, seria obrigado a conviver com seu chefe, que ele considerava muito bitolado: “com meu chefe ao meu lado, eu teria que prostituir muito minha consciência biológica/ecológica”. Mas Lutz ainda queria encontrar um trabalho na área de conservação antes de pedir demissão; estava “abordando organizações internacionais, como IUCN (eles expressaram interesse, embora não possam me dar nada imediatamente), FAO, UNDP, eles têm projetos de conservação, ou esquemas relacionados. Eu também estou tentando com organizações de conservação alemãs (...). Você conhece entidades venezuelanas preocupadas com conservação?” (IDEM).

Inicialmente, tomada a difícil decisão de sair da empresa, não queria deixar as vantagens do emprego em troca da total incerteza. Afinal, tinha uma família para sustentar, a mulher e as duas filhas dependiam dos seus esforços para viver. No entanto, Lutzenberger não conseguiu trabalho em nenhuma das organizações acima mencionadas. Quando esteve no Brasil, em Porto Alegre, sua cidade natal, em agosto de 1970, conheceu o grupo com o qual fundaria a AGAPAN no ano seguinte, porém este não seria um trabalho remunerado (abordaremos essa viagem no próximo capítulo).

Como mais um motivo para justificar a saída da BASF, Lutzenberger relatou em depoimento de 1986 que havia ainda o desconforto sentido em reuniões da empresa, nos últimos anos, pois vivia um drama de consciência em relação aos agrotóxicos:

Em 1970, a coisa se tornou insuportável para mim. Eu sou daquelas pessoas que não aguentam a ideia de ser prostituído. Eu conheço gente que tá ganhando bem e não se importa em fazer coisa contra a consciência. Mas eu não aguento isto. Então, naquele último ano lá, eu sofri tremendamente. Eu ficava com vergonha de mim mesmo. Quando eu ia, por exemplo, às grandes reuniões da BASF, com cinquenta, cem agrônomos e todo o mundo lá discutindo o assunto dos agrotóxicos, eu me mantinha, não digo escondido, mas eu não dizia nada, procurava me manter o mais apagado possível, porque se eu falasse ou eu mentiria – e eu tinha que mentir – dizer o contrário do que estava pensando, ou se eu dissesse o que pensava tava na rua naquele mesmo ato. Era uma situação muito difícil. Ora, ganhando bem, viajando na primeira classe pelo mundo inteiro e aprendendo muito (...) principalmente daquilo que eu gostava mesmo, da biologia. Então não foi uma decisão fácil (LUTZENBERGER, Depoimento a Aguiar, 1986, p. 7, APJL).

Como a situação na empresa tornou-se totalmente intolerável para ele, mesmo sem uma “carta na manga”, resolveu pedir demissão assim que voltou da viagem às Américas (esteve no Brasil e na Venezuela), entre agosto e setembro de 1970. Havia chegado o momento, longamente

planejado, de finalizar essa etapa, em que não conseguia mais suportar a situação; resolveu abdicar das vantagens para tentar algo diferente em sua vida.

Retornando à Alemanha, comunicou à BASF sua decisão. A multinacional lhe deu dois meses para passar por formalidades e retirar seus pertences do Marrocos.

Em carta para o colega de trabalho alemão Rudolf Dütemeyer, representante da BASF no Peru<sup>24</sup> (enviada de Casablanca, em meio aos preparativos da mudança, em 18/11/1970), Lutzenberger relatou como foi esse momento de despedida da empresa:

Não consigo mais trabalhar na proteção vegetal assim como são usados os produtos. Como biólogo e ecólogo, minha consciência não permite. Aproveitei minhas férias para dar uma olhadinha no Brasil e Venezuela. Voltei para Lu [sede da BASF em Ludwigshafen], falei com eles com toda a amizade e dei o meu tchau definitivo. Agora sou um homem livre, nunca tive vocação para ter chefes. Vou passar duas ou três semanas na Alemanha [Munique] antes de partir. A BASF me convidou mais uma vez, se eu quiser voltar – a amizade permanece (LUTZENBERGER, J. Carta a Rudolf Dütemeyer. Casablanca, 18/11/1970, APJL).

Ele demonstrava então um grande otimismo com a volta ao Brasil:

Em 1/1/71, começarei uma nova vida.

No Brasil, tive a sorte de encontrar um amigo e ex-aluno de alemão, que herdou uma fazenda de 1.700 hectares de seu pai, a 50 km de boa estrada de Porto Alegre<sup>25</sup>. Ele está descapitalizado e precisa da minha parceria para que, além de gado, se possa fazer outras coisas. O meu capital era suficiente, eu entrei. A parceira será 50-50%. Lá a vida é bonita e muito livre. O gado criado sistema 100% extensivo quase não dá trabalho. A gente só dá uma volta a cavalo uma vez por semana para ver se os campeiros trabalham direito (IDEM).

Na fazenda, onde já participara de cavalgadas na juventude, ele agora visualizava vários planos: pretendia desenvolver “além de um pouco de agricultura (arroz, cana de açúcar, soja, frutas)”, um jardim exótico, com o cultivo de “orquídeas, cactáceas, bromélias, insetívoras, carnívoras, avencas, plantas aquáticas, etc., tudo que me dá alegria”. A família toda se beneficiaria: “Minha mulher pode, se quiser, criar gansos, patos, perus, etc. Temos 45 cavalos, cada um pode ter o seu. Em que outro lugar eu poderia dar a meus filhos uma infância tão significativa?”. A fazenda media aproximadamente 10 quilômetros, abarcando uma montanha e muitas coxilhas. A terra era plana e havia 5 açudes, um deles chegava a ter 1 km de comprimento. Com todo esse espaço, a liberdade seria garantida: “Agora eu posso me espalhar realmente. Não tenho mais a espada de Dâmocles da próxima mudança pairando sobre minha cabeça” (IDEM).

Depois de tudo acertado, Lutzenberger reencontrou-se com a família em Munique, onde passaram alguns dias com os pais de Anne (que foram para a Alemanha, depois de morar em São Paulo), num clima muito frio, antes de pegar o navio cargueiro holandês Eemland, em Bremen, com destino à cidade de Rio Grande-RS, em 23 de dezembro de 1970. A família passou o natal e réveillon no navio e a viagem durou entre duas e três semanas. Lutzenberger relatou a Croizat:

---

<sup>24</sup> Carta escrita em alemão, traduzida por Lilly Lutzenberger.

<sup>25</sup> O amigo era Frederico Kroebs, vizinho que morava na casa em frente à sua, na rua Jacinto Gomes (Porto Alegre).

Quando pegamos o trem em Bremen, para embarcar no navio, foi como viajar pela Sibéria. Toda a Europa parecia estar enterrada na neve. O dia que o nosso barco (um cargueiro alemão) deixou Bremen fazia menos 11 graus. Poucos dias depois, o rádio relatava menos 21. Mas nós chegamos logo em águas tropicais. Chegando em Rio Grande, nunca baixou de 35 graus e tem sido assim desde então. Em Porto Alegre, nós temos agora clima amazônico. Quente, úmido e com banhos diários (LUTZENBERGER, J. Carta a Croizat. Porto Alegre, 20/02/1971, APJL).

Lutzenberger contou a Croizat que a vida havia mudado totalmente. Ele agora estava “realmente feliz em começar neste novo curso”. Deu início à compra e venda de gado em sociedade com um comerciante idoso (não cita o nome): “comprando apenas vacas jovens e o número necessário de bois. Até agora, consegui escolher 130 animais. Nós temos que conseguir uns 1.500. A situação econômica, até o que eu posso ver agora, parece ser muito propícia. Então, eu ainda não estou com medo de quebrar”. Também estava começando o novo jardim, uma nova coleção de plantas exóticas. A maioria que trouxe na viagem morreu por causa do choque de temperatura, umidade excessiva e fungos. Mas ele via muito boas possibilidades para jardinagem no Sul do Brasil. Por último, disse que já estava tecendo “boas conexões pela luta em conservação da natureza e contra poluição e deterioração do ambiente” (IDEM).

### **Um momento de virada: Finalizando o capítulo**

Ao término deste capítulo, cabe ressaltar que meu foco foi abordar a trajetória particular e profissional de Lutzenberger antes de tornar-se um militante ambientalista. A figura do pai, um alemão engenheiro-arquiteto-artista plástico, foi muito importante em sua formação moral e intelectual, como ele mesmo deixou claro, desde um ponto de vista retrospectivo, em artigo publicado no jornal *Correio do Povo*. Joseph transmitiu aos filhos um pouco da cultura de seu país, por meio do ensino da língua alemã desde o berço e da contação de histórias do folclore e das mitologias germânicas, e dos antepassados familiares. Também relevante foi o ato de presentear Lutz com revistas de divulgação científica, o que estimulou seu gosto pelo assunto. Continuando o hábito incentivado pelo pai, ele tornou-se leitor dessas publicações pela vida afora, o que garantiu que estivesse permanentemente atualizado em diversas áreas do conhecimento. Além disso, como gostava de estudar idiomas, lia revistas e livros nas cinco línguas que dominava (português, alemão, inglês, francês e espanhol), o que ampliou ainda mais seu horizonte de saberes.

A figura da mãe também deixou marcas em sua personalidade. Lutz sempre se referia a Dona Emma como uma “mãe exemplar”, que teria proporcionado a ele e suas irmãs uma infância maravilhosa. Ambos os pais legaram aos filhos dotes artísticos: o pai fora exímio e renomado gravurista, já a mãe, devido às restrições de gênero impostas às mulheres na época, não pode desenvolver esse lado artístico em função do casamento.

Talvez porque desejasse maior independência financeira e status social, Lutzenberger escolheu a carreira profissional de engenheiro agrônomo. Depois de quatro anos trabalhando em pequenas empresas gaúchas, aceitou tornar-se executivo da BASF, um trabalho que o atraiu inicialmente tanto pelas vantagens financeiras proporcionadas quanto pela perspectiva de realizar viagens internacionais (nas quais utilizaria suas habilidades em idiomas), além de propiciar tempo disponível para continuar lendo e estudando, especialmente sobre Biologia. Por conta desse trabalho, morou na Alemanha, Venezuela e Marrocos, viajando para diversos países como representante da empresa. Apesar das vantagens citadas, com o tempo, Lutz foi se desgostando do trabalho.

O processo agravou-se na segunda metade dos anos 1960, quando ele entrou em contato com Croizat, que lhe apresentou uma perspectiva biológica holística. Na correspondência com o professor de Biogeografia, confidenciou as angústias e dramas vividos nesse período. A multinacional onde atuava se tornava mais e mais agressiva nos negócios e, no final da década, entrou no ramo dos pesticidas. Isso foi a “gota d’água” para o nosso personagem, que passou a se sentir mal eticamente, ou, como ele mesmo confidenciou a Croizat, “prostituído”.

Em 1970, após viajar para o Brasil e Venezuela, com o fim de “sondar” oportunidades de trabalho, de preferência na “área da conservação”, Lutz finalmente tomou coragem e pediu demissão da BASF. Na virada de 1970-71, ele estava atravessando o oceano com a família, de volta às raízes porto-alegrenses, depois de 13 anos fora. Nesse momento, estavam começando os preparativos para a fundação da AGAPAN. Lutzenberger não poderia saber as proporções que as lutas na nova entidade alcançariam. Foi uma virada imensa em sua vida, e ele estava muito feliz em ter deixado as pressões da BASF para trás. Mas, em breve, começariam novos desafios, que exigiriam muita energia e sacrifício pessoal, dele e da família. Seria um novo tempo, de alegrias e tristezas, vitórias e derrotas, de conquista de muitos amigos e inimigos; sua vida nunca mais seria a mesma, nem a luta pela proteção à natureza no Brasil.

## Capítulo 2: O porta voz da Ecologia (Anos 1970)



Fotos de reunião da AGAPAN sobre desastre em Hermenegildo-RS. *Zero Hora*, 26/04/1978 (APJL).

### A fundação da AGAPAN

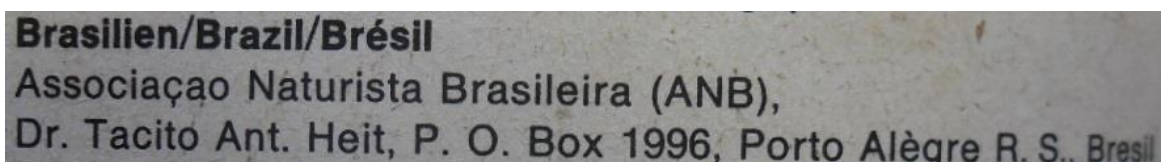
Podemos afirmar que o naturismo foi um dos primeiros elementos de coesão entre os indivíduos que fundariam a AGAPAN, em 27 de abril de 1971. Tanto Lutzenberger como os demais membros do primeiro núcleo que formaria a entidade eram entusiastas praticantes.

Como vimos, em agosto de 1970, Lutzenberger viajou para prospectar novos horizontes profissionais, de preferência relacionados à conservação da natureza. Esteve na Venezuela e passou cerca de duas semanas no Brasil. Primeiro, aportou no Rio de Janeiro, onde visitou o Departamento de Conservação da Natureza da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) e conversou com o bibliotecário Roberto Tamara, que também era ambientalista e membro da FBCN. Provavelmente, procurava orientação sobre possíveis contatos para articular algum trabalho remunerado na área ambiental. Segundo Dreyer (2013, p. 52), no local havia cartazes da UPN de Roessler, enviados por Augusto Carneiro. Esse foi o primeiro contato de Lutz com o trabalho de Roessler; como passara vários anos trabalhando no exterior, não pode acompanhar as crônicas ambientais de seu conterrâneo no *Correio do Povo Rural*. Em Porto Alegre, ficou hospedado na casa da amiga Hilda Zimmermann (LUTZENBERGER. Depoimento, 1986, APJL). Durante a estadia, foi convidado a participar de um jantar na residência de Tácito e Cirdes Heit. Além dele e do casal Juarez-Hilda Zimmermann, estavam presentes o casal Augusto Carneiro e Dalila, entre outros.

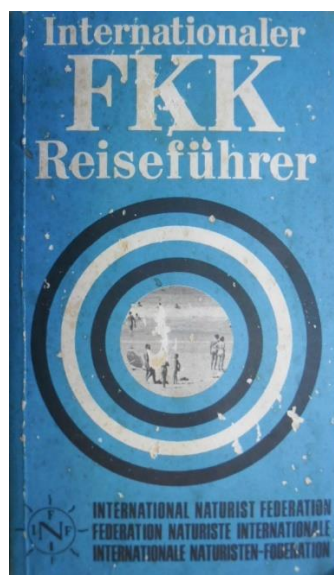
Segundo Livia Zimmermann (2012, p. 24), em 1958 seu pai Juarez retornara de uma bolsa de estudos em Direito na Alemanha, entusiasmado com o movimento naturista. Foi ao Rio de Janeiro encontrar-se com Luz del Fuego, ícone do naturismo no Brasil<sup>26</sup>, que lhe entregou uma cópia dos estatutos do movimento. Nos anos 1960, Juarez entrou em contato com Tácito Heit, que lhe apresentou a Augusto Carneiro. Eram três advogados praticantes do naturismo.

Heit chegou a fundar a Associação Naturista Brasileira (ANB) e trocava correspondência com naturistas de diversos países, “principalmente da Alemanha e Estados Unidos. Certa vez, recebeu correspondência de José Lutzenberger” (ZIMMERMANN, 2012, p. 24). Quando morava em Marrocos, Lutz comprou o guia mundial de naturismo, onde constava o nome de um representante em Porto Alegre, Tácito Heit, e resolveu escrever-lhe (BONNES, HASSE, 2002, p. 140). Ele já era conhecido do anfitrião, portanto, e esse o recebeu com grande satisfação para o “jantar naturista” em sua casa.

Felizmente, encontramos o guia no APJL, em uma caixa onde Lutz guardava documentos sobre naturismo:



Página onde consta o nome e endereço de Tácito Antônio Heit no Guia (APJL).



Capa do Guia da Federação Internacional Naturista. Publicado em inglês, alemão e francês, entre 1969 e 1970 (APJL).

<sup>26</sup> Luz del Fuego, nome fictício de Dora Vivacqua, vedete e dançarina exótica – apresentava-se nua envolvida por duas jiboias treinadas por ela mesma –, é considerada fundadora do movimento naturalista brasileiro. Na ilha Tapuama de Dentro, na baía de Guanabara (Rio de Janeiro), criou o primeiro clube naturalista do Brasil, com o mesmo nome com que rebatizou o local: “Ilha do Sol”. Para conhecer a trajetória de Luz del Fuego, ver a biografia escrita pela professora de inglês e literatura Cristina Agostinho (1994).

Junto com o guia, encontram-se folders, revistas e correspondência. É interessante perceber que Heit já possuía a Caixa Postal 1996, que depois seria o endereço da AGAPAN (existente até hoje). Cartas direcionadas a Heit mas respondidas por Carneiro revelam que ele abandonou o naturismo pouco tempo depois da fundação da ANB, e autorizou seus membros a administrarem a correspondência e “substituí-lo na defesa dos ideais naturistas. Já fomos nomeados correspondentes da INF [Federação Naturista Internacional]” (CARNEIRO. Carta a Alfredo José da Costa – de Portugal. Porto Alegre, 06/01/1975, APJL). Heit cedeu a caixa postal do órgão naturista para a organização da futura entidade já em 1970 e, pouco tempo depois, ela passou a ser exclusivamente da AGAPAN.

Segundo verbete da Enciclopédia Britânica (*Online*, 04/09/2013), o nudismo, também chamado de naturismo, é a prática de ficar sem roupa, geralmente por motivos de saúde ou conforto. O nudismo é uma prática social em que ambos os sexos interagem livremente, mas sem se envolver em atividades sexuais. A origem da prática ocorreu na Alemanha no início do século XX, e coincidiu com uma rebelião contra as atitudes morais rígidas do final do século XIX. O primeiro clube de nudismo conhecido, Freilichtpark ("Parque Luz Livre"), surgiu por volta de 1903, perto de Hamburgo e foi logo seguido pelo trabalho seminal de Richard Ungewitter, “Die Nacktheit” (livro “A nudez”, publicado em 1906), que passou por várias impressões. O nudismo se espalhou pela Europa após a Primeira Guerra Mundial, ganhando muitos adeptos. Segundo Morris (2003) o nudismo na Alemanha inicialmente era uma prática da elite (classes altas), diferente da Inglaterra, onde os clubes naturistas eram menos propensos a afastar as pessoas por causa de sua afiliação política ou de classe. Católicos, protestantes, membros dos partidos políticos conservadores, apoiadores do sistema capitalista, monarquistas, antissemitas, etc., poderiam ser encontrados nos clubes naturistas britânicos. Nos círculos burgueses alemães, a nudez sugeriu a pureza da vida, antes de se tornar depravada pela “sofisticação”, “corrupção cultural”, “desunião social” e “decadência” das civilizações urbanizadas superpopulosas. Para a autora, o nudismo burguês alemão pode ser visto como uma tentativa de recuperar, em face dos estragos da industrialização, espaços físicos e, ao mesmo tempo, uma ideologia para a restauração da vida em harmonia com a natureza<sup>27</sup>.

Peeters (2006, p. 433) defende que o discurso nudista foi amplamente permeado por um chamado “sentimento da natureza”, recurso que foi desenvolvido gradualmente através da prática de técnicas de nudismo e compartilhado através de inúmeros contatos pessoais. Podemos perceber três elementos da filosofia nudista na militância futura de Lutzenberger: o tom utópico, a valorização do passado e a busca por uma conexão maior com a natureza. Ele nunca escreveu

---

<sup>27</sup> A tese de doutorado da autora também aprofunda as relações do naturismo com o eugenismo alemão e com uma idealização do passado grego. Ver mais em Morris (2003).



sobre o tema, mas podemos supor que as ideias nudistas o tenham influenciado tanto na militância quanto na construção da ética ecológica, pois apresentam elementos importantes de afinidade.

A intenção inicial de Tácito Heit, Juarez e Carneiro era fundar um “movimento naturista” oficialmente no Rio Grande do Sul. Isso foi exposto no jantar em agosto de 1970. Segundo entrevista de Livia Zimmermann à autora (Porto Alegre, 23/10/2013), Lutzenberger teria se manifestado contrário à proposta, dizendo: “não adianta nós querermos fazer naturismo, se em cada área em que nós chegamos, os locais estão cada vez mais degradados. Vamos primeiro preservar o ambiente natural, pra depois, então, ter onde fazer o naturismo”. No depoimento a Aguiar (1986, p. 5, APJL), Lutz mencionou que propôs aos companheiros de mesa que fundassem uma entidade: “eu dizia pra eles: ‘vocês têm que fundar uma entidade de luta, como são nos Estados Unidos a Audubon Society, o Sierra Club, como na Alemanha o Naturschutzring’”. Ele já estava ciente dos planos de instalação de uma fábrica de celulose às margens do Lago Guaíba, o que certamente aumentaria a poluição das águas – e que poderia tornar impossível qualquer tipo de banho no rio, naturista ou não. Carneiro ficou impressionado com os conhecimentos demonstrados por Lutzenberger no jantar: “era só ele que falava, ele é terrível para falar. Falou sobre Riocell [Borregaard], sobre natureza. Eu digo, ‘mas isso eu entendo também’ (...). Aí eu pensei: ‘É com esse cara que vai andar o negócio’” (BONNES, HASSE, 2002, p. 141).

Em entrevistas à autora (Porto Alegre, diversas datas), Carneiro disse que Lutzenberger, na reunião, afirmou já ter lido bastante a respeito de Ecologia, autores como Rachel Carson, entre outros. O assunto da proteção à natureza não era novidade para Carneiro, pois ele havia sido leitor das crônicas de Henrique Roessler, publicadas no *Correio do Povo Rural*. Inclusive, depois da morte de Roessler, em 1963, Carneiro havia entrado em contato com seu filho, Milton Roessler, em tratativa para refundar a União Protetora da Natureza, o que não ocorreu. Continuou tentando fundar uma entidade ambientalista, primeiro com um caçador que apoiava Roessler, depois com um escoteiro, mas ambas as experiências não deram certo.

Com Lutzenberger seria diferente. Sua fala entusiasmou Carneiro, que o convidou para uma reunião no escritório de advocacia de sua esposa Dalila. Ali, Lutz “meteu a mão no bolso e tirou uma lista” que o bibliotecário Roberto Tamara, no Rio de Janeiro, havia lhe dado, “com os nomes dos naturalistas de Porto Alegre, associados da Sociedade de Biologia (...). O Lutz disse ‘aqui é que está a turma, são os biólogos que tem que constituir a defesa da natureza’” (Entrevista de Carneiro à autora. Julho/2005). No dia seguinte, viajou de volta para a Europa, decidido a pedir demissão à BASF.

Carneiro, então, começou a procurar os integrantes da lista para fundar a associação. Em outubro de 1970 surgiu “uma discussão sobre a fauna no Correio do Leitor do *Correio do Povo* e essa gente que discutiu eram os mesmos que nos acompanharam depois, o Gilberto Conrado

Mattes e o Renato Petry Leal, que eram do Jardim Zoológico” (Entrevista de Carneiro à autora. Julho/2005). Em novembro de 1970, Carneiro publicou carta no Correio do Leitor do jornal *Correio do Povo* com uma convocação: quem estivesse interessado em tomar parte da defesa ambiental, poderia escrever para a caixa postal 1996. Desse “chamado”<sup>28</sup>, dos nomes constantes na lista repassada por Lutzenberger e de sócios remanescentes da antiga UPN surgiram os participantes das reuniões preparatórias da entidade, organizadas por Carneiro e realizadas a partir de janeiro de 1971, quando Lutzenberger retornou a Porto Alegre, trazendo família e pertences, para morar na casa construída por seu pai.

O trabalho na BASF, as decepções e discordâncias com a empresa, as viagens, contatos pessoais e leituras realizadas, a base familiar, tudo isso conferiu a Lutzenberger uma vasta bagagem cultural, no sentido de um “capital acumulado”, que o tornava apto a entrar de cabeça na militância ambiental. Ele não sabia o que fazer exatamente, o que significava ser um militante: o aprendizado ocorreu na prática, de acordo com as demandas que surgiram, primeiramente em Porto Alegre, em seguida no interior do RS e, mais tarde, em diversos estados do Brasil e no exterior. Para Garcia (1997, p. 322), os militantes não são autômatos, indivíduos abstratos que atuam mecanicamente em função de sua consciência, pelo contrário, “são pessoas concretas, homens e mulheres, portadoras de valores éticos, de convicções políticas, de influências religiosas e refletem, no seu cotidiano, sua formação cultural, seus antecedentes familiares e uma série de determinações”. Todo esse capital cultural incidu na forma como Lutz defenderia a linha política de atuação da AGAPAN. Não se tratava de uma luta partidária, ou uma tentativa de derrubar o regime militar – e por isso não foi alvo de censura<sup>29</sup>. A entidade atuaria no intuito de impedir a devastação ambiental, bem como de garantir a preservação de áreas com rica biodiversidade. Mas a luta central, nos anos iniciais, por influência de Lutzenberger, seria pela ampla conscientização das pessoas para que adotassem uma nova ética ecológica.

Houve duas reuniões preparatórias para discutir a fundação da AGAPAN: uma na Sociedade de Agronomia em Porto Alegre, com engenheiros agrônomos, biólogos do Museu de Ciências Naturais e professores de biologia da UFRGS, e outra no Jardim Zoológico em Sapucaia do Sul, para atrair, além dos zoólogos que lá trabalhavam, “o grupo do Roessler, de São Leopoldo” (BONNES, HASSE, 2002, p. 143). A fundação da entidade aconteceu em 27 de abril, na Sede da Sociedade de Agronomia, que ficava na Avenida Borges de Medeiros, 912, segundo andar, às 20:30 horas. Essa reunião foi presidida pelo professor de Botânica da UFRGS Alarich Schultz e secretariada por Augusto Carneiro, Jocélia Grazia Vieira, Fernando Gianuca Sampaio, Luis Moura

---

<sup>28</sup> Segundo Carneiro (Entrevista à autora. Julho/2005), cerca de 30 a 40 cartas foram enviadas à caixa postal 1996, em resposta à nota no jornal.

<sup>29</sup> Abordamos o teor político das lutas da AGAPAN no capítulo 6.

Batista, Alfredo Gui Ferreira, Eugênio W. Grumann, J. C. Lindemann, Antonio Tavares Quintas, Nicolau Araújo Campos, José Antonio Lutzenberger e Lair Ferreira (AGIRAZUL, 1996, p. 10). Dentre os componentes, destaco o Representante da FBCN no Rio Grande do Sul, Antonio Tavares Quintas, Engenheiro Agrônomo, colega de graduação de Lutzenberger e, na época de fundação da AGAPAN, professor de Agronomia da UFRGS. Por sua ligação com a FBCN, Augusto Carneiro o considera “o primeiro ecologista oficial do Rio Grande do Sul” (BONNES, HASSE, 2002, p. 147).

Na reunião, já foram tomadas decisões importantes: 1) foi escolhido o nome da entidade; 2) uma diretoria provisória foi instituída; 3) nomeou-se uma comissão para redigir os estatutos, composta pelos professores Eugênio W. Grumann, Maria Henriqueta Homrich e Mário Barbarena; 4) foram escolhidos os homenageados de honra, Henrique Roessler e Balduino Rambo<sup>30</sup>, e o patrono, Almirante José Luiz Belart; 5) foi previsto o lançamento público da entidade para a primeira semana de junho de 1971 – Carneiro e Quintas foram encarregados de conseguir o local; 6) indicou-se a realização de reunião preparatória em São Leopoldo; 7) foram considerados fundadores os presentes naquela reunião e os nos encontros preparatórios; 8) foi sugerida a contribuição anual no valor de 10% do salário mínimo; 9) na primeira reunião após o lançamento da entidade, decidiu-se que seriam formadas comissões técnicas para programar as atividades da sociedade (AGIRAZUL, 1996, p. 10).

Antes do lançamento público, o jornal *Zero Hora* publicou uma matéria com entrevista de Lutzenberger, em 31/05/1971 – provavelmente a primeira das centenas que concederia até o falecimento – em que ele se mostrou preocupado com a devastação do ambiente, vislumbrando um cenário catastrófico: “estamos a um minuto da meia noite. Se não tomarmos cuidado, o mundo ficará inabitável. É necessário despertar a população e as autoridades para o problema vital causado pelo uso indiscriminado e irresponsável do nosso ambiente natural, se não quisermos que nossos filhos vivam uma realidade caótica” (ZERO HORA, 31/05/1971, APJL). Ele alertou para os perigos do uso do DDT à alimentação humana e do desaparecimento de áreas de bosques e zonas fluviais do RS, citando como exemplos a instalação de núcleos residenciais na zona lacustre de Torres e Tramandaí e a transformação de formações monolíticas às margens do Rio Guaíba em pedreiras. Tudo isso ocorria “em função do progresso acelerado que se caracteriza pelo uso indiscriminado da tecnologia”.

---

<sup>30</sup> Balduino Rambo (1906-1961) foi um padre jesuíta, botânico e escritor. Publicou a importante obra *A fisionomia do Rio Grande do Sul*, em 1941, na qual alertava para a necessidade de proteção das matas gaúchas. Rambo atuou fortemente para o estabelecimento de áreas de proteção natural no RS, como o Parque Aparados da Serra, e foi um dos fundadores e o primeiro diretor do Museu de Ciências Naturais do estado (PEREIRA, 2013, p. 268-71).



Lutzenberger e a filha Lilly. *Zero Hora*. Porto Alegre, 31/05/1971 (APJL).

Segundo Alfredo Gui (Entrevista, 01/10/2013) a escolha do nome AGAPAN se deu em torno das ideias defendidas por Lutzenberger já nos primeiros encontros, e também no sentido de formar uma sigla eufônica: o nome AGAPAN “pegou”. Lutz concebeu e desenhou o símbolo da entidade, utilizado até hoje: uma ema ao lado de uma árvore, representando a fauna e a flora – o ambiente “natural”. Veja abaixo:



O lançamento público se deu no dia 03 de junho de 1971, no Auditório do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), na Avenida Borges de Medeiros, 536, em Porto Alegre, e foi amplamente divulgado na imprensa. O irmão de Augusto Carneiro, Flávio Carneiro, era redator do jornal *Folha da Tarde* e ajudou desde o início na exposição das atividades da entidade nos veículos da empresa jornalística Caldas Júnior.



Carneiro e Lutzenberger. *Folha da Tarde*. 02/06/1971 (APJL).

No evento de abertura, foi divulgada a finalidade principal da AGAPAN: “educar o povo para a preservação e conservação dos bens naturais”. A intenção era introduzir a Ecologia nas escolas; nas palavras de Nicolau Araújo de Campos, tesoureiro da entidade, “através das crianças atingiremos os adultos, integrando-os em nossos objetivos” (FOLHA DA TARDE, 04/06/1971, APJL). O plano de luta também foi divulgado no *Suplemento Rural* (CORREIO DO POVO, 25/06/1971, APJL):

I – Defesa da natureza ameaçada:

- 1- Defesa da fauna;
- 2- Defesa da vegetação;
- 3- Defesa do solo;
- 4- Defesa da atmosfera;
- 5- Defesa das águas;
- 6- Luta pela salvação da humanidade, pela promoção da ecologia como ciência da sobrevivência;

II – Combate:

- 1- Ao massacre de animais e à caça indiscriminada;
- 2- Às devastações das vegetações e às queimadas;
- 3- Ao uso exagerado de meios mecânicos contra o solo e à toda erosão provocada ou facilitada;
- 4- À poluição do ar pelas indústrias e veículos;
- 5- À poluição dos cursos de água pelos resíduos industriais e esgotos não tratados;
- 6- Ao uso indiscriminado de inseticidas, fungicidas, herbicidas, raios ionizantes, etc, sem a devida proteção;
- 7- Às destruições desnecessárias de belezas paisagísticas;
- 8- E por uma nova moral ecológica.





Fundação da AGAPAN. Ao centro, Lutzenberger e Carneiro. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 04/06/1971 (APJL).

Nessa reunião inicial, Lutzenberger falou pela primeira vez ao público, como presidente da AGAPAN. Ele preparou durante três tardes a palestra intitulada *Por uma ética ecológica*. Sem experiência com oratória, Lutz leu o texto para a plateia. Segundo ele mesmo (Depoimento a Aguiar, 1986), não sabia fazer palestra, “mas naquele dia, quando eu li a palestra inicial, perdi todo o medo de falar em público”. Somente a partir da palestra seguinte, na Assembleia Legislativa do RS, ele começou a se sentir mais à vontade: “duas terças partes do negócio eu li. Mas uma terça parte eu comecei a falar livremente, e depois todo mundo me disse: mas Lutz, tu tens que deixar de ler, tu tens que falar livre. Aí nunca mais eu li palestra. Dali pra diante a coisa mais ou menos funcionou” (IDEM). É interessante constatar que Lutz, segundo sua própria versão, começou a falar em público de forma espontânea a partir das demandas da AGAPAN e também pelo encorajamento dos companheiros de luta: foi, ao que tudo indica, um aprendizado, forçado pelas circunstâncias e que deu certo, contribuindo para projeção de si próprio e da entidade.

*Por uma ética ecológica* – publicado em forma de artigo no *Correio do Povo*, em 29/08/1971, e do qual retiramos as citações de trechos a seguir - é a primeira produção de Lutzenberger a abordar o tema da ética, criticando o antropocentrismo ocidental e, por isso, muito importante para nossa pesquisa. Lutz começou afirmando que a humanidade andava animada com a conquista do espaço; a recente chegada do homem à Lua estava despertando “uma certa consciência cósmica”. Especialmente as fotos da Terra, tiradas na Lua, causaram “tremenda impressão nos ecólogos (...). O homem pode ver aí a nave espacial terra com (...) um sistema de suporte de vida muito fácil de envenenar (...). Efetivamente somos todos astronautas”. Para Lutzenberger, o planeta era joia rara de valor incomensurável, “como ele, sabemos que em nosso

sistema solar não há outro. Foi necessário que víssemos de bem longe a nossa terra para que nos déssemos conta de sua fragilidade e vulnerabilidade”. Dessa percepção, a humanidade deveria assumir o compromisso moral com o cuidado com o planeta, sua “pequena nave espacial”.

De fato, as imagens que começaram a surgir do planeta na segunda metade da década de 1960 causaram grande comoção, e mesmo uma “assombrosa revelação”, como observou Worster (2011b, p. 358-59):

As capas de novas revistas eram agora agraciadas por uma absolutamente linda imagem da Terra: uma fotografia tirada de uma espaçonave americana mostrando uma reluzente esfera manchada de continentes verdes e marrons, com largas extensões de água azul profundo e rodopiantes nuvens brancas, uma esfera única original de vida rodeada pela escuridão sem fim. Aquele planeta solitário, as pessoas agora entendiam de um jeito que nenhuma geração anterior podia ter entendido, era, na verdade, uma pequena e frágil entidade.

Também Lovelock (1987, p. 24) afirmou que o verdadeiro bônus da exploração espacial foi “o de, pela primeira vez na história do homem, nos ter sido proporcionada a oportunidade de vermos a Terra do espaço, e a informação obtida a partir dessa observação exterior do planeta azul esverdeado em toda sua beleza deu origem a um novo conjunto de perguntas e respostas”.

Em dezembro de 1968 surgiu a primeira foto em cores, que ficou famosa, tirada pelos tripulantes da nave Apollo 8, primeira missão do projeto Apollo que levaria o homem à Lua. Nessa viagem, foi realizada a primeira circum-navegação da Lua em nave tripulada. Os astronautas norte-americanos só pisariam no satélite em 24 de julho de 1969. Como podemos ver abaixo, é mesmo uma esfera azul esverdeada em meio à escuridão espacial:



Terra vista da Apollo 8, 1968 (NASA, *Online*).

Em seu primeiro texto público importante, Lutzenberger (CORREIO DO POVO, 29/08/1971, p. 22, APJL) afirma que os “recursos não são ilimitados” e já adverte que “não temos

o direito à pilhagem e à rapina, à destruição irreversível. Em nossas considerações econômicas, tecnológicas e políticas deveríamos tratar de como chegar a sistemas de equilíbrio dinâmico, não de consumo ilimitado, de consumo e esbanjamento sempre maior de nossos recursos”. E, profético, adverte da catástrofe que estaria por vir, se continuasse “o atual modo de proceder”: “mais vinte anos como os últimos vinte e já não sobrarão muita coisa”. A destruição, de acordo com ele, seria global, atingindo todos os ecossistemas terrestres e aquáticos, e causada por diversos fatores. O primeiro deles, segundo o autor, era “nossa ignorância quanto à complexidade e vulnerabilidade dos sistemas naturais”, a vida artificial nas cidades alienava os seres humanos da natureza. Outro fator era a “fé inabalável no progresso. Uma fé em que progresso significa crescimento eterno”. Essa crença levaria a um problema moral: “nossa quase total falta de amor e consideração pelos demais seres vivos, nossos companheiros de viagem nessa nave”. A ética ocidental, escreve Lutz, “é exclusivamente antropocêntrica, não reserva nenhum lugar para as demais criaturas. Albert Schweitzer, com sua grande reverência pela vida, caracterizou muito bem essa atitude (...). Se os demais seres não têm lugar em nossa ética, então não tem importância que acabemos com eles todos. Nós somos os donos da criação”. Desde esse primeiro texto, aparece sua admiração por Schweitzer, um dos poucos autores citados por Lutz em suas obras.

Também um dos fatores que causavam a crise, na perspectiva do novo militante, era a forma usual dos processos decisórios sobre projetos que poderiam gerar grande agressão ao ambiente (como drenagem ou aterro de banhados, construção de hidrelétricas, despejo de esgoto e lixo químico nos mares, emprego de agrotóxicos, etc.). Segundo Lutzenberger, “decisões que deveriam basear-se em profundo conhecimento dos fatores ecológicos”, no entanto, em geral, eram deixadas “nas mãos de quem nunca ouviu falar em ecologia, de quem não tem noção da complexidade dos problemas ambientais”. Essa atitude equivocada, em sua opinião, tinha origem na especialização dos técnicos, que não eram formados para “encarar o todo (...) a dinâmica dos sistemas naturais”. Com isso, esses costumavam “adaptar o ambiente à tecnologia, em vez de acomodar a tecnologia ao ambiente”.

Adepto do uso frequente de analogias e exemplos, em *Por uma ética ecológica*, Lutzenberger contou pela primeira vez publicamente seu encontro com um agricultor que plantava maçãs, no Marrocos; Lutz o aconselhara a substituir um agrotóxico perigoso, proibido em muitos países, por outro menos arriscado, porém mais caro. O agricultor respondeu: “Mas o que é que o senhor quer? Eu nunca como uma de minhas maçãs”. Esse tipo de estória prendia a atenção de sua plateia e dava maior credibilidade ao que era escrito ou dito por ele. No caso, o episódio ilustrava bem a estreiteza da ética antropocêntrica, por meio do exemplo do plantador de maçãs: não havia problema em utilizar um produto mais agressivo, já que não comeria os frutos de seus cultivos; ele



parecia não se importar se suas maçãs causassem algum tipo de dano a outros seres – mesmo humanos.

Lutzenberger também apontou a “explosão demográfica” como “fator de maior peso na gravidade da situação atual”. Enquanto a população não era muito numerosa, “os estragos eram localizados, não ultrapassavam a capacidade de regeneração da natureza”. E o aumento populacional, para ele, era ainda “exponenciado pela concomitante explosão tecnológica”, que tornava o impacto do homem moderno sobre a biosfera infinitamente maior do que o gerado pelos “homens primitivos”. O crescimento populacional foi abordado pelo biólogo e demógrafo Paul Ehrlich, cujo livro *The Population Bomb* (lido por Lutz), “lançou a cruzada do controle populacional (...) como se fosse uma nova religião”. Agindo de forma alarmista, exagerada e apocalíptica, Ehrlich esperava despertar a atenção das pessoas, para propor controles demográficos nos Estados Unidos e no mundo em geral (CHISHOLM, 1974, 155-63).

Depois de levantar essas causas, Lutzenberger oferecia a solução para a crise, conjugando a ética da reverência pela vida de Schweitzer e argumentos semelhantes aos da ética da responsabilidade – cujo livro de divulgação sairia somente em 1979, desenvolvida por Jonas:

se quisermos sair da atual crise ecológica que a humanidade trouxe sobre si mesma, e se não sairmos não teremos futuro, vamos necessitar de uma moral mais ampla, mais completa, de uma ética ecológica. Temos que aprender a ver o todo. Temos que nos livrar desse velho preconceito ocidental, da ideia de que o homem é o centro do Universo, de que toda a criação está aqui para nos servir, de que temos o direito de usá-la e abusá-la sem sentido algum de responsabilidade (...). Como queria Schweitzer, nossa ética terá que incluir toda a criação (...). Se a natureza nos deu uma inteligência que nos possibilite esse tremendo poder que agora temos sobre tudo o que vive, e sobre a totalidade de nosso ambiente, esse poder, o poder de tomar em nossas mãos a continuidade da evolução ou de acabar com ela, então, significa também uma tremenda responsabilidade (LUTZENBERGER, 29/08/1971, p. 22, APJL).

É importante ressaltar, desse trecho, que Lutzenberger considerava importantíssima a extensão da ética para todos os seres vivos além do homem, uma proposta que superava o antropocentrismo, como defendeu Schweitzer. Essa ética, no entanto, reafirma o papel central do homem como responsável “sobre tudo o que vive”. Ela avança na superação da visão antropocêntrica, mas não chega a constituir um biocentrismo pleno. Outro ponto a destacar é que a ética defendida por Lutz não é uma “ética ambiental”, cujas propostas, em geral, centram-se no cálculo de riscos e benefícios, mas, como ele mesmo chama, uma “ética ecológica”, ecocêntrica, construída a partir das bases e princípios da ciência Ecologia, especialmente de seu postulado de interdependência entre os seres.

Mas a AGAPAN não era só Lutzenberger - e Carneiro. Abaixo listo os fundadores e suas respectivas profissões e cargos na entidade.

## Fundadores da AGAPAN

<b>Nome</b>	<b>Profissão na época</b>	<b>Cargo</b>
José Lutzenberger	Eng. Agrônomo (1950, UFRGS)	Presidente
Clemente José Steffen	Padre Jesuíta; Ex-membro da UPN; Prof. Botânica-UNISINOS <sup>31</sup>	Vice-Presidente
Augusto Cesar Cunha Carneiro	Advogado	Secretário
Nicolau Araújo de Campos	Jornalista	Tesoureiro
Fernando Gianuca Sampaio	Jornalista	Assessor Imprensa
Luís Rios de Moura Batista	Prof. Botânica-UFRGS	Suplente
Jocélia Grazia Vieira	Zoóloga-Museu C. Naturais	Suplente
Alarich Schultz	Prof. Botânica-UFRGS	Conselheiro
Antônio Tavares Quintas	Prof. Agronomia-UFRGS	Conselheiro
Lair Ângelo Baum Ferreira	Eng. Agrônomo	Conselheiro
Jan C. Lindemann (holandês)	Prof. Botânica-UFRGS	Conselheiro
Eugênio W. Grumann	Prof. Zoologia-UFRGS	Conselheiro
José Wilibaldo Thomé	Prof. Zoologia-UFRGS	Conselheiro
Aloysio Schnem	Pe. Jesuíta; Prof. Botânica- UNISINOS <sup>32</sup>	Conselheiro
Paulo Amorim	Jornalista e Advogado	Conselheiro
Renato Petry Leal	Zoólogo-Jardim Zoológico	Conselheiro
Mário Fonseca	General do Exército; Ex-membro da UPN	Conselheiro
Mauro Corte Leal	Biólogo-Jardim Zoológico	Conselheiro
Mário Costa Barbarena	Prof. Paleontologia-UFRGS	Conselheiro
Gilberto Conrado Mattes	Eng. Agrônomo	Conselheiro
Alfredo Gui Ferreira	Prof. Botânica-UFRGS	Conselheiro
Geraldo Guimarães Lindgren	General do Exército e Ex-Político <sup>33</sup>	Membro
Antonio Fernandes Ferreira	Não identificado	Membro
Lídio Aníbal Lopes Nunes	Advogado	Membro
Juarez R. Zimmermann	Advogado	Membro
Hilda Zimmermann	Do lar	Membro
Milton Roessler	Fiscal; Ex-membro da UPN	Membro
Luiz Carlos Pinheiro Machado	Prof. Agronomia-UFRGS	Membro

Fundadores da AGAPAN. Tabela elaborada pela autora, a partir da Ata de Fundação publicada em *Agir Azul* (Outubro e Novembro/1996, p. 10, Acervo da autora) e pesquisa documentos e jornais do APJL e outros acervos. As profissões dos membros se referem à situação na época, 1971.

Como podemos ver, há na composição da entidade um grande número de biólogos, além de engenheiros agrônomos, jornalistas, advogados, entre outras profissões. O grupo mais numeroso, biólogos professores da UFRGS (Zoologia e Botânica), entrou na AGAPAN liderado pelo professor Alarich Schulz, que, motivado por sua profissão, passou a preocupar-se com a

<sup>31</sup> Professor da UNISINOS desde 1964, cfe. Seu currículo Lattes: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4701550J2>>. Acesso em 05/10/2012.

<sup>32</sup> Conforme informações obtidas junto ao professor Dr. Arthur Blásio Rambo (*E-mail*, 10/01/2014).

<sup>33</sup> Geraldo Lindgren foi suplente do Senador Guido Mondim (PRP-RS) na legislatura de 1959-63, e assumiu eventualmente em períodos de licença deste (CORREIO DA MANHÃ, 26/07/1960, p. 10, HDBN). Seu posto militar, General, consta em cartas publicadas no *Jornal do Brasil* (15/11/1978 e 13/07/1979, HDBN).

devastação ambiental. No caderno “Qualidade de Vida”, encartado na *Zero Hora* de 26/08/1972 (que demonstra o interesse da mídia pelo tema), o professor Schulz manifestou preocupação com a interferência humana no “equilíbrio” entre as espécies. Citou como exemplos mais graves, no Rio Grande do Sul, a caça de aves, lembrando-se do apreço dos imigrantes italianos pela “passarinhada”, e a exploração do pinheiro sem repor a madeira cortada, por meio do reflorestamento. Para ele, a natureza poderia se recompor dos danos, “mas leva um tempo enorme”.

O mesmo caderno trazia matérias com Renato Petry Leal e José Lutzenberger. Leal era Diretor do Jardim Zoológico e mostrou grande preocupação com a caça, lembrando também a passarinhada, e com a forma como o reflorestamento era conduzido no Rio Grande do Sul, contribuindo “para a morte de milhares de animais, sem falar nas nossas árvores”. O que ocorria era a derrubada de “centenas de hectares de mata nativa, jacarandás, cedros, louros, etc, para plantar grandes monoculturas de madeiras bem inferiores (...). O reflorestamento atual só visa, única e exclusivamente, o lucro” (ZERO HORA, 26/08/1972, p. 3, APJL).

Lutzenberger falou como presidente da AGAPAN, que contava, um ano e meio após sua fundação, com “pouco mais de cem sócios”, mas ele esperava que a entidade crescesse “como as grandes instituições similares europeias – que chegam a ter até cem mil sócios – e passe a exercer o único papel que lhe garante eficiência na solução dos problemas: o papel político”. Segundo a reportagem, Lutz “monologa em algumas conferências, grita em rádios e jornais e algumas autoridades ouvem e debocham: ‘Esse cara é da ala catastrófica’”. A ênfase de seu discurso recaía na moral estreitíssima do homem, “que não inclui nenhuma das milhões de outras espécies, que não inclui sequer seus descendentes. (...). Produzimos para a lata de lixo e para a poluição. Os economistas e os políticos só enxergam o fluxo do dinheiro e os balanços laterais. Esquecem que o que importa é a qualidade da vida” (ZERO HORA, 26/08/1972, p. 4, APJL). É interessante constatar que o catastrofismo do discurso de Lutzenberger era percebido por seus contemporâneos, no início de sua atuação.

É possível verificar na tabela acima a participação significativa de biólogos e engenheiros agrônomos vinculados a reconhecidas instituições do Estado, como o Museu de Ciências Naturais, o Jardim Zoológico e, principalmente, a UFRGS. Também constatamos a presença de ex-integrantes da União Protetora da Natureza, fundada e presidida por Henrique Roessler, em São Leopoldo, de 1955 a 1963, como o Pe. Clemente Steffen, Mário Fonseca e Milton Roessler. Destaco o diminuto número de mulheres, apenas duas, entre os fundadores da AGAPAN: a bióloga Jocélia Grazia e Hilda Zimmermann. Jocélia, a única viva das duas, na época da entrada na AGAPAN, era funcionária do Museu de Ciências Naturais do Estado. Em entrevista à autora (30/10/2013), ela justificou seu envolvimento na entidade (participou de reuniões entre 1971 e

1974) por influência das discussões sobre o tema, “pelos conversas com professores, durante as aulas”, especialmente com seu orientador na graduação, Prof. Buckup e, no Museu, com o Diretor na época, Prof. Thomé.

Hilda e o marido faziam parte do grupo naturista e ela era amiga de Lutzenberger de longa data. Participou ativamente das lutas iniciais da AGAPAN. Com o tempo, foi se interessando por outras causas, participando também da luta por direitos humanos e ajudou a criar uma associação de defesa dos indígenas, a Associação Nacional de Apoio ao Índio, a ANAÍ, em 1977<sup>34</sup>.

Um dos pontos altos das atividades da AGAPAN eram as reuniões de segunda-feira à noite, quando, nos anos iniciais, Lutzenberger costumava proferir palestras ao público em geral. Os encontros se realizavam na sede da Sociedade dos Orquidófilos, que emprestava a sala à entidade. Uma senhora octogenária, dona Lúcia Nast, por vontade própria, ficou responsável por abrir as portas ao público, desde o início da tarde, nas segundas-feiras (DREYER, 2013, p. 57). Abaixo, vemos foto de uma dessas reuniões:



Técnica moderna está levando humanidade ao suicídio. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 23/11/1972, p. 56 (APJL)

As lutas iniciais da AGAPAN se deram na capital; a primeira delas foi contra o corte e a poda indiscriminada de árvores. Em 04 de fevereiro de 1972 o jornal *Folha da Tarde* publicava que “menos de um ano após ter sido fundada, a Associação Gaúcha ao Ambiente Natural – AGAPAN – considerava-se parcialmente vitoriosa na campanha contra a poda de árvores da cidade”. Em seguida, a entidade passou a ocupar-se com demandas mais amplas, como o combate

---

<sup>34</sup> Para maiores informações sobre as lutas de Hilda, consultar ZIMMERMANN (2012).

à caça e à pesca ilegais, a defesa das florestas, a luta contra os agrotóxicos, contra o uso da energia atômica e contra a devastação causada pela Transamazônica.

Nos anos seguintes à sua fundação, envolveu-se também na luta contra a fábrica de celulose Borregaard e na defesa da demarcação de áreas naturais, como o Parque do Delta do Rio Jacuí, o Parque do Turvo, o Parque Saint Hilaire, a faixa de lagoas entre Rio Grande e Torres – Lagoa do Peixe, o Parque de Itapuã e em especial, o Parque da Guarita, em Torres. Este último foi implantado por José Lutzenberger e administrado por ele de 1973 a 1978. Em 1996, foi cedido pelo governo do Estado para a Prefeitura Municipal de Torres. Ainda houve muitas outras lutas, no entanto, para o escopo e problemática de nosso trabalho, abordaremos mais de perto apenas o papel de Lutzenberger na constituição do Parque da Guarita e no embate com a Borregaard, porque foram representativos da ética ecológica divulgada por ele.

Mas antes disso, trataremos a importante correspondência entre Lutz e o Contra-Almirante Luis Belart, trocada entre 1973 e 79. Essas cartas trazem informações sobre algumas lutas travadas pelas principais entidades ambientalistas daquele momento, a AGAPAN e a FBCN, e também tecem uma interessante sociabilidade entre Lutz e Belart, mostrando como eles desenvolveram seu ativismo em meio ao contexto repressivo da ditadura militar brasileira. Como veremos, Belart foi um importante intermediador entre os governos militares e os ambientalistas, bem como um “escudo” para que estes pudessem desenvolver sua militância sem sofrer perseguições.

#### *Cartas em prol da natureza*

José Luiz Belart (1906-1980) foi Oficial da Marinha, tendo chegado ao almirantado (Contra-Almirante). Construiu uma carreira exemplar ao longo de 31 anos: de 1927 a 1958, quando sofreu um grave acidente, no Uruguai, onde ocupava o posto de Adido Naval à Embaixada Brasileira em Montevideú (PEREIRA, 2015).

Em viagem aos Estados Unidos, antes do acidente, foi registrada a fotografia abaixo:



Belart como capitão de mar e guerra nos EUA. *Toponímia Insulana*. Disponível em: <[http://fotoclone.in/toponimiainsulana/fotolog.terra.com.br/toponimiainsulana\\_468.html](http://fotoclone.in/toponimiainsulana/fotolog.terra.com.br/toponimiainsulana_468.html)>. Acesso em: 01/08/2014.

O acidente o colocou em uma cadeira de rodas, imobilizado da cintura para baixo. Por conta disso, foi reformado e promovido a Contra-Almirante. Somente depois dessa limitação, Belart passou a atuar como importante intermediador no trato das questões ambientais entre conservacionistas/ambientalistas e o governo militar brasileiro. Segundo Urban (2001, p. 34), o Contra-Almirante era amigo pessoal de Harold Strang que, durante certo tempo, coordenou uma das comissões técnicas da FBCN; por intermédio deste, deve ter se envolvido com a temática da conservação, e tornou-se membro da entidade. Depois de reformado, “passou a dedicar-se exclusivamente à defesa do patrimônio natural brasileiro”. A atuação de Belart já era conhecida e admirada pelos fundadores da AGAPAN em 1971, que o homenagearam como patrono da entidade (AGIRAZUL, 1996, p. 10). Embora as fontes não mencionem datas, é possível inferir que essa atuação tenha começado após o golpe civil-militar de 1964.

Belart era “colega e amigo íntimo do general Humberto de Alencar Castelo Branco” (MARQUES, 2012, *Online*), conhecia grande parte dos militares que assumiram o poder com o golpe, então seu trânsito junto a representantes do governo facilitava muito a causa ambiental. Creio que o Almirante deve ter passado a atuar em prol da conservação especialmente depois de 1966, quando a FBCN passou a editar seu Boletim e Melo Carvalho foi eleito presidente, período em que “a FBCN se organizou de uma maneira mais efetiva e ganhou mais dinamismo e maior capacidade de ação” (FRANCO, DRUMMOND, 2009, p. 65). A figura de Belart era conhecida entre os ambientalistas gaúchos, pois Antônio Tavares Quintas, professor de Agronomia da UFRGS e um dos fundadores da AGAPAN, era o representante da FBCN no Rio Grande do Sul – talvez ele mesmo tenha proposto o nome do Contra-Almirante para patrono da nova entidade.

É nesse contexto que a atuação de Belart deve ser analisada: num período de repressão e censura, sua intermediação dos problemas ambientais junto aos representantes civis e militares da ditadura foi importantíssima, tanto para fazer avançar algumas demandas na área, como para garantir certa liberdade aos manifestantes ambientalistas, evitando que suas críticas fossem censuradas ou acusadas de subversão. Isso pode ser verificado em artigo do jornalista Randau Marques, que conheceu pessoalmente o Contra-Almirante:

Ao longo de quase duas décadas e meia, escrevi centenas de reportagens, que escapavam dos censores graças ao fato de sempre colocar nos textos o nome do almirante José Luiz Belart, colega e amigo íntimo do general Humberto de Alencar Castelo Branco e extremamente simpático às causas ambientais - como então eram chamados esses atos de resistência contra o arbítrio (MARQUES, 2012, *Online*).

O próprio Lutzenberger teria relatado em correspondência a Belart fatos que poderiam justificar uma denúncia ao Sistema Nacional de Informações (SNI), de forma a assegurar a proteção do Almirante (abordados no capítulo 5 desta tese). Em carta a Sandor, Lutz refere-se a Belart:

O Almirante é nossa alavanca no governo federal. Ele é patrono da AGAPAN desde o dia da fundação. É um heroico lutador pela causa conservacionista. Luta detrás dos bastidores. Através de seus contatos em altas esferas, é colega de Rademaker<sup>35</sup>, já tem conseguido muita coisa, inclusive a quase certa eliminação do artigo 19 do código florestal (o artigo que permitia a substituição do bosque natural “heterogêneo” por cultivos “homogêneos”) (...). O Almirante é militar retirado. Infelizmente está paraplégico da cintura para baixo, vive em cadeira de rodas, mas luta ferozmente, escrevendo cartas e pelo telefone. Ele lutou desesperadamente para evitar a Transamazônica (LUTZENBERGER. Carta a Sandor, 28/08/1973, APJL).

A correspondência entre Lutz e Belart permite entrever pontos de contato e de divergência entre as ideias e táticas dos missivistas, que, em parte, refletiam as concepções das entidades que representavam. Ambos defendiam a criação de reservas naturais, no entanto, enquanto Belart lutava por uma Política Nacional de Conservação do Ambiente, pela atualização das leis e reorganização dos órgãos ambientais, Lutzenberger ocupava-se com inúmeras palestras e textos críticos à sociedade de consumo, que pregavam uma nova ética ecológica.

No APJL, constam 104 cartas trocadas entre Lutz e Belart, além de 18 cartas de Belart a terceiros, que ele enviava cópia ao ambientalista gaúcho para seu conhecimento. Nessas missivas, Belart fazia inúmeros apelos em prol da natureza, a diferentes destinatários - civis ou militares influentes no governo -, sugeria a leitura de livros, artigos, textos da FBCN, utilizando sempre uma linguagem direta e respeitosa. Por exemplo, constam cópia de carta de Belart ao Ministro da Agricultura José Moura Cavalcante (06/08/1973), solicitando o cumprimento do Código Florestal, “principalmente na região do nosso Pinheiro do Paraná”; ao Presidente Médici (03/09/1973),

---

<sup>35</sup> Augusto Rademaker (1905-1985) foi Almirante e Ministro da Marinha, integrou a junta militar que governou o Brasil de 31/08 a 30/10 de 1969, durante doença do Presidente Costa e Silva, e foi vice-presidente no governo Médici (30/10/1969 a 15/03/1974). Era um dos maiores apoiadores do Ato Institucional Nº 5, o AI-5, e sempre esteve alinhado aos setores mais autoritários da ditadura militar.



pedindo “providências urgentes” para salvar “nossas reservas de Pinheiro do Paraná”, que o Código Florestal fosse cumprido com rigor, e que fosse criada pelo menos uma reserva biológica de araucárias nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; ao Ministro Golbery do Couto e Silva (07/01/1975), a quem Belart remetia sugestões sobre conservação do ambiente; a Amália Geisel (30/09/1976), filha do Presidente Ernesto Geisel, para que intermediasse junto a esse em favor das questões ambientais, entre outras.

O período de correspondência mais intensa ocorreu entre 1973 e 1976; de 1977 a 1979, as cartas vão ficando cada vez mais escassas, até seu final, um ano antes da morte do Contra-Almirante. As temáticas abordadas variam conforme as lutas em que ambos vão se engajando em suas respectivas esferas de atuação. Dentre os tantos temas, destaco a construção do *Manifesto Ecológico Brasileiro*, a situação dos órgãos ambientais (principalmente o Instituto Brasileiro de Defesa Florestal – IBDF - e Secretaria Nacional de Meio Ambiente - SEMA), a Lei de Política Nacional de Conservação dos Recursos Naturais (PNCRN), a devastação ambiental na Amazônia e a constituição e o cuidado de parques e reservas naturais.

Belart participou com correções e sugestões ao *Manifesto*. Ele enviou partes do manuscrito a Roberto Tâmara, para que também participasse do processo. Lutzenberger disse ter aceitado as sugestões de ambos de “remendos no estilo” (LUTZENBERGER. Carta a Belart, 17/02/1974, APJL). A proposta era que fosse apresentado como um texto do movimento ambientalista, assinado pelos membros mais destacados das entidades brasileiras. O Almirante queria contar com contribuições importantes, sugeriu que Lutz enviasse o texto ao naturalista Augusto Ruschi (pesquisador dos beija-flores no Espírito Santo), e disse que enviaria para José Vanconcelos Sobrinho (Presidente FBCN em Recife e professor da Universidade Rural de Pernambuco) e para Camilo Vianna (Presidente da Sociedade de Preservação aos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia - SOPREN - de Belém do Pará). Seu objetivo era conseguir, dessa forma, que eles fossem signatários do *Manifesto* (BELART. Carta a Lutzenberger, 12/04/1974, APJL). Porém, muitos recuaram da assinatura, por medo de perseguição do governo.

O IBDF e a SEMA são mencionados com frequência nas missivas. Lutzenberger criticou inúmeras vezes a atuação do órgão responsável pela defesa florestal. Na carta enviada a Belart em 26/08/1973, ele reclamou da atuação do IBDF, que distribuía mudas de *pinus eliotti* ao público na Expointer e, ao mesmo tempo, não fiscalizava a derrubada de araucárias: “A atual mentalidade do IBDF, de que não importa derrubar os últimos pinhos adultos, desde que sejam plantados alguns *pinus eliotti*, é absurda e boçal” (LUTZENBERGER, Carta a Belart, 26/08/1973, APJL). Em outra carta, Lutz denuncia a derrubada de mil araucárias no Parque do Caracol, em Canela-RS, com licença do IBDF (LUTZENBERGER, Carta a Belart, 30/09/1973, APJL). Em sua resposta, o Almirante sugeria “um contato mais frequente com o Delegado do IBDF, o Dr. Joaquim de



Carvalho parece estar bem-intencionado. Se o prefeito de Canela e a própria AGAPAN se dirigissem a ele talvez consigam algum resultado positivo. Vou também me interessar pelo caso” (BELART, Carta a Lutzenberger, 05/10/1973, APJL). De fato, Belart entrou em contato com o general Geisel (futuro presidente da república), a quem enviara “um dossiê completo sobre o problema da conservação da natureza no Brasil” (BELART, Carta a Lutzenberger, 01/10/1973, APJL), e escrevera diretamente para o presidente do IBDF, solicitando sua atenção para as denúncias de Lutz (BELART, Carta a Joaquim de Carvalho, 05/10/1973, APJL).

No entanto, em 1974, o ambientalista voltava a criticar o órgão: “em sua forma atual, o IBDF é um organismo pernicioso, ele presidirá e dará licença para a derrubada do último pinheiro” (LUTZENBERGER, Carta a Belart, 05/01/1974, APJL). No ano seguinte, por ocasião de um incêndio no banhado do Taim, Lutzenberger reclamou que o IBDF não tomou providências, e repetiu que o órgão era “pernicioso”, além de “incapaz, inepto, não tem motivação”, em sua opinião, ele devia ser “extinto ou desmembrado, separando-se a parte desenvolvimentista (reflorestamento) da parte controle ambiental” (LUTZENBERGER, Carta a Belart, 12/05/1975, APJL). Em suas respostas, Belart novamente sugeria que a AGAPAN solicitasse providências junto às autoridades governamentais, que enviasse telegrama ao “novo Min. da Agricultura para que de o necessário destaque à conservação dos recursos naturais, principalmente nas áreas do IBDF” (BELART, Carta a Lutzenberger, 06-02-1974, APJL). Ao contrário de Lutzenberger, Belart acreditava que a reformulação do órgão era suficiente: “Continuamos a luta para transformação total do IBDF” (BELART, Carta a Lutzenberger, 15/05/1975, APJL).

A criação da SEMA e o convite ao conservacionista Paulo Nogueira Neto para presidi-la foi comemorado por ambos - como “uma nova vitória” (BELART, Carta a Lutzenberger, 24/11/1973, APJL) e como algo “muito encorajador” (LUTZENBERGER, Carta a Belart, 20/12/1973, APJL). No entanto, diante da informação de que a secretaria não tinha “autoridade de interferir na política de outros Ministérios”, para Lutz, ela “já nasceu castrada. Os problemas ambientais são globais e interdisciplinares. Somente uma coordenadoria supraministerial interdisciplinar (...) oferece garantia de resolver alguma coisa”. Mesmo assim, reconhecia que sua criação representava “um grande passo adiante. Mas devemos lutar para que se torne sempre mais importante, mais forte e mais englobante” (LUTZENBERGER, Carta a Belart, 17/02/1974, APJL).

Belart concordou que a SEMA nasceu errada quanto ao nível hierárquico, por isso, iria “procurar conseguir do general Golbery, que vai ser o coordenador geral, a absorver a SEMA, que assim ficaria subordinada à Presidência, que é o que sempre desejamos” (BELART, Carta a Lutzenberger, 22/02/1974, APJL). O Contra-Almirante também conseguira que Lutzenberger fosse nomeado como Conselheiro da SEMA, assim como o ex-presidente da FBCN José Cândido de Mello Carvalho, o escritor e advogado Hermenegildo de Sá Cavalcante, o empresário e na época

presidente da FBCN José Piquet Carneiro, o Almirante Ibsen Gusmão Câmara, entre outros (IDEM). No entanto, pelo menos até 31/07/1974, Paulo Nogueira Neto não havia convocado Lutzenberger para as reuniões do Conselho: “Suponho que ele me considera muito radical”. Em sua opinião, “infelizmente, Nogueira Neto não tem ainda uma visão profundamente ecológica” (LUTZENBERGER, Carta a Belart, 31/07/1974, APJL). Em seu diário, Nogueira Neto (2010) mencionou suas divergências com Lutz, especialmente no episódio da mortandade de mariscos e peixes em Hermenegildo-RS, em 1978. Na ocasião, Lutzenberger pediu que ele fosse destituído do cargo de Secretário do Meio Ambiente. Para Nogueira Neto (2010, p. 200), em sua anotação de 22/04/1978, Lutzenberger “gostaria de viver num mundo utópico e se esquecera das realidades do mundo moderno (..) Lutzenberger não aceita a realidade”. Nogueira Neto menciona a existência de um conselho consultivo na SEMA, mas não faz referência ao nome do ambientalista gaúcho; talvez ele nunca tenha sido convocado de fato.

O assunto mais repetido por Belart em suas cartas a Lutzenberger foi a necessidade de conseguir a aprovação da Lei que instituiria uma Política Nacional de Conservação dos Recursos Naturais (PNCRN). Desde que Geisel foi anunciado como novo presidente, o Almirante iniciou seus contatos para alertá-lo sobre a importância de uma política ambiental para o Brasil. Na carta a Lutz de 01/10/1973, Belart mencionou que um assessor de Geisel garantira: “o general está consciente do problema e deseja encontrar fórmula que permita desenvolvimento com conservação”. A convicção de Belart sobre o assunto era tamanha que até mesmo o *Manifesto* deveria ser orientado “para nossa problemática enfatizando a importância de uma Política Nacional de Conservação Ambiental [sublinhado do autor]” (BELART, Carta a Lutzenberger, 26/12/1973, APJL). No ano seguinte, ele direcionou seu pedido ao novo Chefe da Casa Civil: “Estamos agora procurando sensibilizar o General Golbery no sentido de apoiar a lei sobre a PNCRN. Em resposta a nossa carta, ele determinou estudos a respeito. Vamos ver o resultado!” (BELART, Carta a Lutzenberger, 14/07/1974). No mês seguinte, ele se mostrou ainda mais animado: “Está em pauta a reorganização do IBDF como empresa. Na secretaria do planejamento da presidência da república, está em estudos o projeto de lei sobre a PNCRN, por determinação do Gen. Golbery. Esperamos que o resultado satisfaça” (BELART, Carta a Lutzenberger, 12/08/1974, APJL). Belart enviou também carta diretamente a Golbery, renovando o pedido (BELART, Carta a Golbery, 07/01/1975, APJL).

No entanto, em novembro de 1975, Belart menciona que o Ministro da Agricultura, que na ocasião estava com o projeto da PNCRN, “estava receoso de encaminhá-lo ao presidente Geisel”. Sua impressão era de que “só conseguiremos esta lei fundamental se conseguirmos que o presidente Geisel peça o projeto ao Ministro”. A AGAPAN poderia colaborar nesse sentido, em

uma futura audiência com o presidente, cujo planejamento estava sendo intermediado por Belart.

Nessa reunião, os representantes da AGAPAN deveriam

Explicar ao General Geisel ser indispensável uma palavra sua aos Ministros Paulinelli e Velloso, sem o que nada será alcançado, repetindo-se o fracasso do tempo do presidente Médici, que deu a ordem mas não foi atendido pelo ministro! A lei que desejamos não vai criar dificuldades ao desenvolvimento do país, pelo contrário, vai tornar o progresso ordenado e sustentável! (BELART, Carta a Lutzenberger, 09/11/1975, APJL).

Aqui é interessante tecer algumas observações sobre o pedido de Belart. Primeiro, podemos perceber que havia resistência dos ministros de apresentar o projeto ao presidente Geisel, provavelmente porque temiam que uma política ambiental pudesse levar a entraves aos projetos desenvolvimentistas em curso durante a ditadura militar, ou seja, isso poderia prejudicar o “progresso”. Por outro lado, na visão de Belart, seu o projeto não ameaçaria o “desenvolvimento do país”, pelo contrário, ele tornaria o progresso “ordenado e sustentável”. Ele utilizava termos caros aos militares, inclusive presentes na bandeira brasileira, “ordem” e “progresso”, para convencê-los. Por fim, podemos perceber aqui também o próprio *modus operandi* da ditadura, durante o período em que vigorou o AI-5: a lei deveria ser aprovada diretamente pelo presidente, sem passar por votação no Congresso Nacional. O processo era extremamente personalista – aliás, como toda a atuação de Belart junto aos colegas militares pela proteção ambiental, e de muitos outros ambientalistas nesse período.

Não há confirmação se houve mesmo a reunião da AGAPAN com Geisel, ela vinha sendo postergada, mas Lutzenberger informou os nomes dos membros que participariam da mesma: “Mozart Pereira Soares (Vice-presidente AGAPAN), Lair Baum Ferreira (Secretário-geral AGAPAN), Gert Schincke, Comandante Nelson Matzenbacher, Hilda Zimmermann, Nora Tatsch, Lutzenberger (Presidente da AGAPAN)” (LUTZENBERGER, Carta a Belart, 27/01/1976, APJL). No entanto, diante de episódios recentes de adulteração de leite com formol, Lutz se mostrava descrente sobre o poder de mudança efetivo de uma política ambiental. Em sua opinião, “o movimento ambiental não pode mais ficar em termos apenas de alguns remendinhos aqui, um pouco de reforma e legislação ali, mais alguns parques acolá, está chegada a hora de atacar as bases da degeneração que é a Sociedade de Consumo” (LUTZENBERGER, Carta a Belart, 05/01/1976, APJL). Na resposta, porém, Belart manteve sua crença na PNCRN: “estou certo de que a melhor solução para nós, será a lei que estabelece a Política Nacional de Conservação dos Recursos Naturais”, que continuava nas mãos do ministro da Agricultura (BELART, Carta a Lutzenberger, 14/01/1976, APJL).

A Amazônia foi outro tema mencionado em várias cartas. Os dois ambientalistas se preocupavam com sua preservação, antes do assunto ganhar as manchetes nacionais e internacionais. Como oficial da Marinha, Belart prestara serviços na região, na base de Val-de-

Cans e na Flotilha do Amazonas, conhecia a realidade da floresta. Na carta de 24/11/1973, ele disse estar “em campanha pela Amazônia. O secretário executivo do Programa do Trópico Úmido do CNPq<sup>36</sup>, Dr. Dantas Machado, já está bem sensibilizado com contato permanente conosco. Queremos forçar a criação e implementação de pelo menos 50 milhões de hectares de Reservas de Preservação com urgência” (BELART, Carta a Lutzenberger, 24/11/1973, APJL). Em 1976, o almirante mencionou: “O problema da Amazônia tem me forçado a manter com o General Golbery, e outros, correspondência frequente” (BELART, Carta a Lutzenberger, 22/09/1976, APJL). Os missivistas também trocaram cartas sobre o livro de Goodland e Irwin (*A Selva Amazônica: Do inferno verde ao deserto vermelho*); um grande incêndio provocado pela Volkswagen no Pará; e um desentendimento entre Lutz e José Cândido Melo Carvalho sobre o estado de devastação da Amazônia (esses assuntos são aprofundados no capítulo 5).

A constituição de parques e reservas foi tema constante nessa correspondência. Lutzenberger narrava com frequência o estado de seu trabalho de paisagismo no Parque da Guarita, bem como a luta contra a devastação de outras áreas, como o Parque do Caracol e o Parque dos Aparados da Serra, onde árvores nativas eram derrubadas. Denunciava também que o Parque de Itapuã, em Porto Alegre “criado havia 2 anos, a pedido da AGAPAN” estava sendo devastado pelo “tráfico ilegal de pedras” e de areia: “Mais de 400 pedreiras, inclusive uma multinacional, trabalham lá dentro 24 horas por dia, sábado, domingo e feriado (...) gigantescas jamantas levam diariamente das poucas praias a areia que vai direto às construções em Caxias” (LUTZENBERGER, Carta a Belart, 14/06/1976, APJL).

Lutzenberger defendia a criação de parques, mas em sua visão, a luta deveria ir além da obtenção destes; o problema ecológico era mais amplo, de fundo ético. Já Belart acreditava no poder dos órgãos governamentais para aumentar as áreas protegidas: da SEMA para “se conseguir implantar um esquema eficiente de parques e reservas biológicas” (BELART, Carta a Lutzenberger, 03/03/1974, APJL); e do IBDF, para alcançar “verbas para nossos Parques Nacionais existentes e para outros, principalmente no norte do país” (BELART, Carta a Lutzenberger, 09/11/1975, APJL). Em 1976, a FBCN firmou convênio com o IBDF “para a elaboração de projetos de consolidação, execução ou criação dos parques nacionais e reservas biológicas” (O GLOBO, 13/04/1976, APJL). O IBDF passava por uma crise, “pois não tem estrutura nem pessoal técnico capaz”, mas graças ao seu presidente David Azambuja (também membro da FBCN) o convênio poderia melhorar a atuação do órgão (BELART, Carta a Lutzenberger, 20/05/1976, APJL).

---

<sup>36</sup> Programa criado pelo Decreto 70.999 de 17/08/1972, para a Amazônia.

O convênio é demonstrativo da parceria entre a FBCN e o governo. Para Franco e Drummond (2009, p. 347), a associação com o IBDF, que teve início em 1968, era propícia, pois ajudou a entidade a ganhar impulso. Projetos conservacionistas da FBCN também foram financiados pelo CNPq (p. 348). Para esses autores, a cooperação sistemática com o governo foi um dos traços distintivos da FBCN, o que a levou a ser criticada, nos anos 1980, pelos socioambientalistas, por ter cooperado com governos autoritários (p. 350-51). A parceria possibilitou que a entidade comprasse uma sede, mantivesse publicações e remunerasse técnicos qualificados na área ambiental. A situação da AGAPAN era completamente diferente. Por não aceitar financiamento estatal ou de empresas, vivia em permanente dificuldade. Lutzenberger, como todos os conselheiros, não recebiam nenhuma remuneração, a entidade se mantinha com as doações dos sócios, o que mal cobria os gastos com correspondência e telefone, e dependia do empréstimo de uma sala para suas reuniões. No entanto, a penúria era uma vantagem para a AGAPAN, que, sem vínculos com o governo, tinha muito mais liberdade para se manifestar criticamente contra a devastação ambiental.

Encontramos também nessas cartas confidências, desabafos e pedidos de orientação de Lutzenberger, o que demonstra sua confiança e admiração pelo Almirante. É curioso perceber esse traço mais intimista nas cartas enviadas por ele, embora sempre datilografadas; já as cartas de Belart, quase todas escritas à mão, são bem mais diretas e objetivas. Por exemplo, Lutz consultou Belart sobre candidatar-se a deputado (LUTZENBERGER, Carta a Belart, 23/03/1974, APJL); relatou que recebia ameaças ao telefone, ou se Annemarie atendia, “várias vezes obtive silêncio do outro lado, sendo logo desligado” (LUTZENBERGER, Carta a Belart, 11/11/1976, APJL). Lutz também confidenciou ao Almirante que a esposa estava com uma doença grave, assunto que muito poucos conheciam. Além disso, em várias cartas, ele desabafava suas opiniões sobre a incapacidade tanto de pessoas que faziam parte do governo (muitas delas amigas de Belart), como do governo em âmbito mais amplo, de forma bastante crítica.

Um dos mais mencionados nesse sentido foi o secretário Paulo Nogueira Neto, que Lutzenberger considerava “homem muito bom, bem-intencionado, mas é muito tímido e acomodado. Ele não quer briga. Não aproveita sequer sua invejável posição de total independência financeira para desafiar forças contrárias” (LUTZENBERGER, Carta a Belart, 17/04/1977, APJL). Também ao mencionar as derrubadas no Parque Aparados da Serra, citou o exemplo da Alemanha, onde um guarda florestal era bem remunerado, “um homem de status”; já no Brasil, ganhava salário mínimo, poderia aceitar dinheiro para permitir derrubadas, o que foi motivo de forte crítica: “isso não entra na cabeça dos boçais que nos governam. Para eles só existe PNB, ‘desenvolvimento’ definido em termos ‘aumento de fluxo de materiais’ e dinheiro e nada mais” (LUTZENBERGER, Carta a Belart, 14/06/1976, APJL).

O ambientalista gaúcho mencionou também seus receios quanto à indisposição de autoridades gaúchas devido a declarações suas contrárias a atitudes do governo do estado. Ele se pronunciara contra “o descalabro da agroquímica e da poluição” e a reabertura da Borregaard, entre outros assuntos, e por isso, arriscava perder o contrato de paisagismo na Guarita. No entanto, Lutz não aceitava a pressão: “eu não posso prostituir-me e calar a boca para não perder negócios com o estado” (LUTZENBERGER, Carta a Belart, 23/03/1974, APJL). Na resposta de Belart, podemos verificar que sua postura era bem diferente:

Luto com firmeza, mas procuro ser um diplomata hábil e um estrategista. Às vezes um pequeno recuo propicia uma grande vitória. Não perco muito tempo com pequenos detalhes. Procuremos antes objetivos grandes: nossa luta deve ser conduzida com habilidade para conquistar cada vez mais triunfos. Devemos sempre dizer a verdade mas em linguagem polida e elevada. Não se deve fanatizar (BELART, Carta a Lutzenberger, 29/03/1974, APJL).

Talvez o Almirante estivesse aconselhando Lutzenberger a ter uma atitude menos impetuosa e mais habilidosa, estratégica. Era o que de fato praticava, uma diplomacia em prol da natureza, escrevendo cartas, telefonando, recebendo pessoas em sua casa para conversar sobre o assunto. Ele acreditava que poderia obter muito, com esses contatos, já que era muito bem relacionado com os meios civis e militares no poder. Já Lutz tinha postura mais ativa e combativa, em suas palestras, artigos, entrevistas, etc., de forma bastante crítica ao poder ditatorial instituído, no entanto, isso foi possível porque sempre deixou muito claro que não era simpático ao comunismo e, podemos inferir, em boa parte, por causa da “blindagem” que a amizade com o Almirante Belart deve ter proporcionado.

Belart faleceu em 24 de junho de 1980, de insuficiência cardiopulmonar, aos 74 anos (O GLOBO, 27/06/1980, p. 14). Para homenageá-lo, a Prefeitura do RJ deu seu nome a uma rua na Ilha do Governador, próxima ao aeroporto do Galeão (RIO DE JANEIRO, Decreto 2.731, 15/08/1980).

A análise da correspondência entre Lutzenberger e Belart permite acessar duas diferentes formas de atuação ambientalista durante os anos 1970 no Brasil. Enquanto o Almirante usava sua influência entre os amigos e colegas militares para conseguir avançar nas leis e órgãos de proteção ambiental, o ambientalista gaúcho atuava junto à imprensa e ao poder público pela conscientização popular sobre as questões ambientais. Para Belart, obter resultados concretos, como uma Política Nacional dos Recursos Naturais, era fundamental. Lutzenberger, por outro lado, acreditava que somente uma mudança profunda na relação entre homem natureza, de caráter ético-filosófico, poderia reverter o processo de devastação dos elementos naturais em curso.

Essas diferenças remetiam a divergências mais profundas entre as entidades a que ambos eram filiados. A FBCN estava focada na conservação e preservação dos “recursos naturais”,

atuando em cooperação técnica ao governo em projetos junto ao IBDF e CNPq. Já a AGAPAN atuava mais nos moldes do “ambientalismo moderno”, enfatizando a conscientização ecológica da população e a crítica à sociedade de consumo. A entidade gaúcha partia de um enfoque mais filosófico e político - mas não partidário -, enquanto a congênere carioca priorizava uma abordagem mais científica, acadêmica, na busca de soluções para os problemas ambientais.

Talvez o ponto mais interessante a ressaltar dessa correspondência seja a atuação do Almirante como um “protetor” dos ambientalistas, exercendo uma certa “blindagem” a manifestantes, como Lutzenberger, que puderam tecer críticas contundentes sem sofrer perseguição sistêmica da ditadura. Entre Lutz e Belart se deu uma parceria, vantajosa para ambos. Enquanto Lutzenberger mantinha o Almirante atualizado das demandas e dos avanços obtidos pela AGAPAN, Belart facilitava a atuação do gaúcho, levando ao conhecimento dos chefes militares as pendências e necessidades de mudança na área ambiental. Lutzenberger foi o mais beneficiado nessa relação e, por isso, sempre demonstrou grande respeito pelo Almirante.

Passamos agora a outra dimensão da militância de Lutz: seu trabalho como paisagista. Para isso, vejamos o processo de construção do Parque da Guarita, em Torres-RS, a seguir.

### **O parque da Guarita**



Praia da Guarita, Torres. Foto da autora em 23/02/2012.

Apenas alguns meses após a chegada ao Brasil, tão cheio de esperanças, Lutzenberger avaliava os acontecimentos de forma menos otimista. Em carta a Hasley, amigo francês que conhecera no Marrocos (LUTZENBERGER, Porto Alegre, 16/09/1971, APJL), afirmou que a

sociedade com o vizinho na fazenda não funcionou: “meu parceiro estava quebrado demais. Ainda tenho gado, agora sou locatário, não sócio. Também faço um pouco de comércio de gado, o meu lucro vem da intermediação na compra e venda. Com isso, ganho mais, porém tenho que viajar muito”. Ele contou que estava trabalhando na tradução do alemão para o português de um estudo sobre o Rio Caí, com prazo determinado para entrega. Reclamava que, por isso, “já não posso dormir. Tenho 9 meses para fazer o trabalho, e eles me cobrarão multa de 500 cruzeiros por dia de atraso. Logo serei obrigado a me esconder”.

Em carta anterior para Croizat (Porto Alegre, 21/07/1971, APJL), Lutz já explicara como seria o trabalho de tradução:

Justamente para conseguir algum dinheiro, eu aceitei fazer uma tradução para o português de um grande estudo do Rio Caí, feito com ajuda externa alemã. Eles pagam bem, 800 páginas, 30.000 marcos alemães (40.000 Bs) em 9 meses. Mas isso é só para não usar meu capital, enquanto tento outras coisas. Eu estou também me preparando para plantar 200 hectares de soja neste ano. E estou negociando gado. Isso sempre deixa um bom lucro.

Sem renda fixa, Lutzenberger se viu obrigado a aceitar trabalhos como traduções, paisagismo de jardins e parques, paralelo ao comércio de gado, para prover o sustento da família sem usar todo o capital que acumulara como funcionário da BASF. Na carta de 25/09/1972 a Croizat, afirmou que terminara a tradução, mas que as tarefas como presidente da AGAPAN ocupavam todo seu tempo, como a escrita de artigos e o preparo de muitas conferências e reuniões: “Eu agora estou dando uma média de duas palestras por semana”. Além disso, contratado pelo Governo do Estado, fora incumbido de “um trabalho muito interessante e compensador”, um levantamento paisagístico preparatório ao Parque da Guarita:

O governo pediu a Burle Marx, o arquiteto paisagista que projetou o Parque Del Este, para projetar um grande parque turístico em Torres, nossa melhor praia. Eu consegui convencê-los de que antes de deixar Marx fazer seus planos, lá deveria haver um exame biológico da área, então o parque poderia ser projetado com o máximo de respeito pelas comunidades bióticas locais. Eles me deram o contrato para esse trabalho. Com um grupo de botânicos, geólogos e zoólogos da universidade local eu fiz esse exame. Eles ficaram muito satisfeitos com o meu relatório e Marx projetou um parque usando somente elementos locais sem movimentação de terra, apenas umas poucas concessões de concreto. A maior parte da área será deixada absolutamente intacta a protegida a partir de agora (LUTZENBERGER, J. Carta a Croizat. Porto Alegre, 25/09/1972, APJL).

Havia ainda a perspectiva de trabalho em outros parques, por isso Lutz estava muito animado no âmbito profissional, pois as atividades eram afins com a preservação:

Estou me colocando muito bem na demanda para o tipo de trabalho que eu realmente gosto. As autoridades estão começando a ver a necessidade de conservar as plantas nativas e comunidades animais. Nós estamos também estudando um esquema completo para a criação de reservas naturais como um caminho para preservar ao menos uma porção viável de cada ecossistema (IDEM).

Além de realizar um trabalho “muito interessante e significativo”, ele estava contente com a independência de trabalhar sem chefe. Estava ganhando “o suficiente para uma vida decente e alguma poupança”, entretanto, todas essas atividades mantinham-no “tão ocupado que não há tempo para nada mais” (IDEM).



Numa nova carta a Croizat, em 11/11/1972, Lutzenberger voltou a falar sobre o planejamento do Parque da Guarita: fora muito difícil convencer as autoridades a preservar “o magnífico cenário de dunas. Eles teriam arrasado aquilo também. Muitas conversas e muitas fotos artísticas [foram necessárias] para fazê-los ver a beleza daquele tipo de paisagem”. Porém havia outra briga a ser travada, pelos pântanos da região: “ainda estou lutando. Eu posso não vencer. Mesmo se eu conseguir, será muito difícil para eles manterem sem venenos e inseticidas”. Ele avaliava que todos tinham a “mentalidade de um caboclo” com quem havia falado em Torres, narrando a conversa para demonstrar a Croizat o quanto isso prejudicava a preservação do local:

Ele estava pescando num lago e perto dele eu vi uma forma bonita do pântano com largas folhas, uma planta que eu tinha estado interessado para propósitos jardínísticos. Então pensei, eu perguntaria a ele pelo nome popular da planta, no caso de haver um. Ele olhou para mim muito surpreso e disse: - mas isto não é planta, isto é mato! A palavra “mato” foi pronunciada de um jeito profundamente depreciativo, como se fosse uma coisa obscena. Então eu quis conhecer sua definição de “mato” e “planta” (...). Ele sorriu abertamente para mim e me contou de um jeito muito condescendente que “mato” é tudo que cresce por si mesmo, isso não é bom, tinha que ser destruído, queimado, e que “planta” é o que é valorizada, que você cultiva e traz dinheiro para você. De fato, todos eles têm aquele padrão mental, quer caboclo ou presidente da Nação. (LUTZENBERGER, J. Carta a Croizat. Porto Alegre, 11/11/1972, APJL).

Outro aspecto local reforçava o pessimismo de Lutzenberger: “quando o governo anunciou a expropriação da terra para o parque turístico de Torres e para outro parque em Camaquã, os proprietários imediatamente começaram a arrasar o que eles podiam”. Na visão de Lutz, alguns deles “estavam genuinamente convencidos de que pegariam um melhor preço pela terra livre de seu ‘mato’”. Esse tipo de atitude demonstrava, para Lutzenberger, uma visão estreita sobre a natureza, a partir de uma ética antropocêntrica rasa, e despertava ainda mais o seu lado catastrofista: “A catástrofe é inevitável. Pelo tempo, a reeducação que tem sido alcançada é muito tarde. Talvez a única esperança seja que o colapso inevitável da sociedade industrial acontecerá muito em breve. Quanto mais cedo, melhor a chance de alguma coisa sobreviver” (IDEM).

Lutzenberger realizou o levantamento paisagístico do Parque da Guarita, entregando o relatório final em março de 1972 e Burle Marx seria o responsável pelo desenvolvimento e execução do projeto final. Nas 13 páginas do levantamento, Lutz não fez uma simples listagem de espécies, mas sim teceu breves considerações sobre o estado dos ecossistemas do parque àquela época – em seus aspectos geológicos, edafológicos, botânicos e zoológicos -, as depredações que ocorriam há décadas e sugeriu medidas para a preservação da área.

O relatório demonstra o quanto apreciava o local: “Sob todos os aspectos, a região de Torres é a mais interessante dos quase 500 km da costa rio-grandense” (LUTZENBERGER, março/1972, p. 3, APJL). Do ponto de vista geológico,

Essas formações são de grande interesse não somente para o técnico; elas têm também um grande valor educativo para o público em geral, pois são testemunho de um dos processos geológicos mais espetaculares e fascinantes da evolução geológica do planeta [a deriva dos continentes]. São raros os

lugares no estado do Rio Grande do Sul em que esses processos são registrados, de maneira tão visível para o próprio leigo (LUTZENBERGER, março/1972, p. 1, APJL).

Na parte botânica, considerada a mais importante para Lutzenberger, o “aspecto da vegetação não reflete o ‘clímax’ local, mas sim um ‘disclímax’ acentuado, fruto da incessante intervenção humana e do pastejo animal” (LUTZENBERGER, março/1972, p. 9, APJL). É interessante constatar o uso de conceitos importantes da Ecologia em seu discurso: clímax e disclímax. Formulado por Frederic Clements na década de 1910<sup>37</sup>, como fundamental na sucessão ecológica<sup>38</sup>, o conceito de comunidade clímax que envolve uma determinada área é o produto de aspectos complexamente entrelaçados, como temperatura, pluviosidade e vento. Segundo Worster (2011b, p. 210), para Clements, o curso da natureza não é um perambular sem destino, mas um fluxo constante em direção à estabilidade que pode ser exatamente traçado pelo cientista. O biólogo norte-americano fazia parte de uma das duas mais importantes correntes de pensamento dentro da Ecologia: a iniciada pelo naturalista inglês Gilbert White, ainda no século XVIII, que acreditava que a natureza sempre tende ao equilíbrio, em todos os seus processos. A outra corrente, também da mesma época, começa com o sistema taxonômico do naturalista sueco Carl Linnaeus, que partia da premissa de dominar a natureza para realizar o progresso humano (WORSTER, 2011b).

Mas Lutzenberger provavelmente tomou conhecimento do conceito de “clímax” e de outros da corrente do equilíbrio pela leitura dos livros de Eugene Odum, também um importante biólogo norte-americano que conceituou “comunidade clímax” como “a comunidade final ou estável numa série de desenvolvimento” (ODUM, [1953] 2004, p. 423) e “disclímax” como um clímax de distúrbio, causado geralmente “pelo homem e seus animais domésticos” (ODUM, [1953] 2004, p. 427).

Abordaremos as correntes dominantes na Ecologia, segundo as considerações de Worster (2011b), ao longo de todo o trabalho, sempre que for necessário para compreender as ideias defendidas por Lutzenberger em seus textos e ações. No relatório da Guarita, um de seus primeiros escritos técnicos na trajetória pós-BASF, é interessante já entrever a filiação de Lutzenberger à corrente que acreditava no equilíbrio ecológico como o destino último da natureza.

No aspecto zoológico da Guarita, Luz mencionou no Levantamento a necessidade de proteção da fauna interdita (mexilhões, cracas e ouriços do mar) que vivia nos paredões das falésias e estava sendo bastante depredada pela população, turistas e estudantes de Biologia. Ao

---

<sup>37</sup> Clements divulgou o conceito em seu livro *Plant Sucession: An analysis of the Development of Vegetation*, de 1916 (WORSTER, 2011, p. 210).

<sup>38</sup> Sucessão ecológica é o conjunto de alterações nos ecossistemas resultante da ação de fatores ambientais sobre os organismos e da reação destes ao ambiente (USP, Sucessão Ecológica, *Online*).

final do relatório, ele sugeriu medidas para impedir que a retirada de espécies e o pisoteio continuassem, bem como para informar os turistas sobre aspectos interessantes do Parque, sua história e necessidade de proteção, um trabalho educativo-ambiental.

Numa visita ao local em 2012, foi possível constatar que algumas das sugestões são aplicadas ainda atualmente, como a proibição do uso da Guarita como arquibancada para assistir às manobras de surfistas (era hábito comum nos anos 1970), a construção de caminhos e escadinhas para subir nos topos das torres, a fim de evitar desabamento e erosão, e a inclusão de tabuletas explicativas. Lutzenberger sugeriu também o fim do massacre dos lobos marinhos na Ilha dos Lobos (havia turistas que iam ao recife em barcos, armados de fuzil ou pistolas, para divertirem-se atirando nos lobos) e a proibição da retirada de areia das dunas que se encontram ao redor do parque.

Na época da confecção do projeto para o Parque Estadual da Guarita, em 1973, o Governador do Estado era Euclides Triches (Aliança Renovadora Nacional - ARENA), e o Secretário de Turismo, Edson Chaves. No entanto, segundo Lutzenberger, em entrevista a Ney Gastal (RS, Dezembro/1986, p. 29, APJL), o projeto, provavelmente elaborado por funcionários de Burle Marx, ficou “totalmente artificial, baseado na orientação do Governo do Estado, que pretendia fazer ali um verdadeiro centro de convenções”. Além disso, estava previsto para a Guarita “um gigantesco disco voador de concreto, com salas, auditórios, restaurantes, hotel, uma loucura que iria descaracterizar completamente a praia. Por sorte, faltou dinheiro, e tanto esse complexo quanto o projeto de Burle Marx, que era completamente artificial, foram abandonados”.

Com esses transtornos e muito interessado no trabalho, Lutz apresentou ao Secretário uma “carta de intenções”, oferecendo-se para realizar o projeto paisagístico antes encomendado a Burle Marx, modificando-o para “respeitar a natureza do local”. Ele propôs “um diálogo com a natureza”, que foi aceito pelas autoridades estaduais; Lutz foi incumbido da tarefa, estimamos, entre agosto e setembro de 1973. Em 18 de agosto, ele afirmou em carta para o Almirante Belart, que estava “lutando para obter um trabalho bastante grande - o ajardinamento do Parque Turístico da Guarita, em Torres. Afinal, a gente tem que ganhar a vida de uma maneira ou outra. Neste caso pretendemos fazer um jardim sem agressões ao ambiente natural, que se enquadre da melhor maneira possível dentro da ecologia local” (LUTZENBERGER, J. Carta a Belart, 18/08/1973, APJL).

Em carta a Hans Thiemann (Porto Alegre, 21/07/1973, APJL)<sup>39</sup>, combinara com o amigo alemão uma visita a Marrakesh, onde esse mantinha um grande viveiro de cactáceas, vendendo

---

<sup>39</sup> Carta em alemão, traduzida por Lilly Lutzenberger.

espécimes que cultivava em seu exuberante jardim a colecionadores europeus<sup>40</sup>. Eles haviam se conhecido durante o período em que Lutz trabalhara no Marrocos e se tornaram bons amigos, pela cultura alemã e a paixão pelos cactos e xerófitas em comum. Lutzenberger iria em setembro de 1973 a Marrakesh para dar andamento a uma sociedade na venda de cactos, porém isso não ocorreu, pois ele começou a trabalhar na realização do Parque da Guarita.

Em dezembro do mesmo ano, o trabalho já ia a pleno vapor:

Meu tempo está ainda mais escasso do que antes, pois de cada semana passo 4 dias em Torres no trabalho de paisagismo do Parque da Guarita. Estou executando um projeto de Burle Marx com ampla liberdade de ajustar tudo aos elementos locais, de maneira a evitar toda terraplanagem e a aproveitar sempre que possível os elementos florísticos pré-existentes. Estamos fazendo um trabalho pioneiro. Meus trabalhadores (agora tenho uns 30) já aprenderam até a não matar nenhum animal, nem mesmo cobra. Já respeitam os ninhos de pássaros e me mostram onde estão as cobras sem tocá-las. Usamos só plantas da região com algumas poucas exceções, quando se trata de plantas exóticas que já fazem parte da paisagem cultural do lugar (LUTZENBERGER, J. Carta a Belart. Porto Alegre, 20/12/1973, APJL).

Abaixo, algumas fotos dos trabalhadores e dos animais na construção do Parque, tiradas por Lutzenberger (S/Data, APJL):



<sup>40</sup> A empresa Cactus Thiemann foi fundada por Hans Thiemann, em 1964. De acordo com seu website, foi a primeira plantação de cactos no Marrocos e na África. Atualmente, o trabalho é conduzido por sua segunda esposa, Fatima, em Marrakesh: <<http://www.cactusthiemann.com/>>. Acesso em 10/12/2013.

Segundo Lutzenberger, os detalhes do Parque surgiram de forma espontânea. Por exemplo, no lago, foi respeitada “a vegetação que existia e a beleza no local, que não pode ser prevista em projeto, mas apenas visualizada ao vivo”. Houve a mescla entre o que já havia e a interferência humana, na criação de um banhado, onde “logo surgiram dezenas de pássaros aquáticos, e hoje até jacaré já tem” (RS, Dezembro/1986, p. 29, APJL).

Para dar andamento ao projeto, Lutzenberger e a família passaram a deslocar-se com frequência para Torres, num velho Fusca verde. Desde o primeiro veraneio, compartilhavam uma casa com a família de Carneiro, na rua Cruzeiro do Sul, próximo da residência do casal Zimmermann (DREYER, 2004, p. 216). Aliás, Carneiro era quem administrava as contas de Lutzenberger, tanto no que se referia ao aluguel da casa, como ao projeto da Guarita. Era ele quem realizava a contabilidade dos repasses do Estado, pagava os funcionários, etc., e quem cuidava dos detalhes práticos, burocráticos - um verdadeiro secretário para que Lutz pudesse liberar a criatividade no Parque. Abaixo, algumas fotos de Lutz no local:



Lutzenberger no topo da Torre Sul. *Jornal Opinião Jovem*, 1977 (APJL).





Fotos de Lutz no Parque da Guarita. À esquerda: *Opinião Jovem* (1977). À direita: *Folha da Tarde* (1979).

Junto aos trabalhos de Lutz no parque, foi criado ainda um grande viveiro, “que se tornou famoso por sua belíssima coleção de plantas ornamentais nativas e exóticas, com infinidade de cactáceas, bromélias e orquídeas, entre outras espécies. Esse local era muito apreciado e visitado pelo público, constituindo-se numa das atrações especiais da área” (Lilly, 2005).



Lutzenberger no viveiro de mudas no Parque da Guarita. S/Data (APJL).

Lutzenberger trabalhou no Parque até 1979. Deixou a empreitada quando Amaral de Souza assumiu o governo do Estado: “Fiz críticas à sua administração, e ele imediatamente me mandou botar na rua do parque” (JORNAL RS, Dezembro/1986, p. 29, APJL).

Mesmo anos após seu trabalho paisagístico, Lutz ainda considerava o Parque “uma joia” e demonstrava satisfação com o trabalho realizado, pois “dialogava com a natureza”, ou seja, partia de uma ética de integração com o que já existia no local, sem usar concreto e outros materiais pesados. De acordo com o que escrevera em *Por uma ética ecológica*, seu paisagismo na Guarita seguiu a orientação de enquadrar “harmonicamente a arquitetura na paisagem”, ou “a tecnologia ao ambiente”, ao contrário do que geralmente acontecia e Lutz criticara no artigo. O projeto realizou intervenções em alguns aspectos, como a construção de um lago e a reintrodução de plantas, mas Lutzenberger acreditava que essas interferências eram necessárias para contribuir com o desenvolvimento dos ecossistemas nativos, enfoque que representava, para ele, a materialização da ética ecológica.

Visitei esse lindo local em 2012 e pude sentir um pouco o impacto dessa paisagem deslumbrante:



À esquerda, parte da Torre do Meio. À direita, Pedra da Guarita. Fotos da autora, em 23/02/2012.





Vista aérea do Parque, com lago à centro-esquerda. Foto da autora, em 23/02/2012.

Nesse cenário, Lutzenberger compôs o seu primeiro livro, intitulado *Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro*, publicado em 1976. Abordaremos aspectos da escrita dessa importante obra no final deste capítulo. Antes disso, vamos acompanhar a luta contra a Borregaard, que foi um dos pontos mais críticos da militância de Lutzenberger, sob diversos pontos de vista.

### **Luta contra a poluição e pela qualidade de vida: A Borregaard**



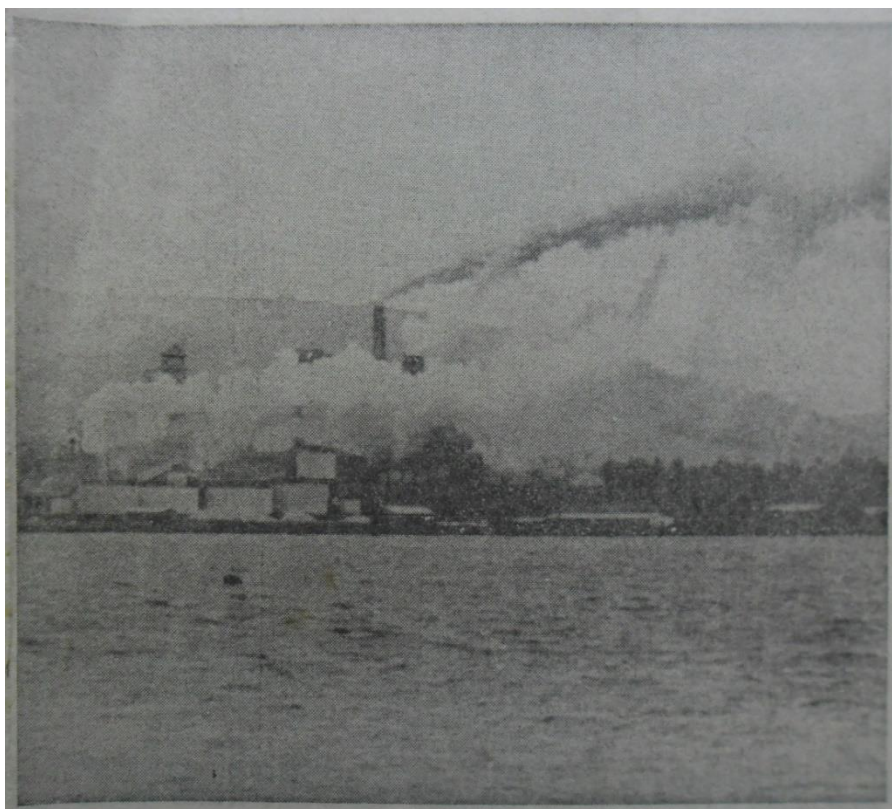


Foto da Borregaard que ilustra artigo de Lutzenberger. *Correio do Povo*, 12/08/1973 (APJL).

A primeira grande luta da AGAPAN foi contra a poluição causada pela fábrica de celulose norueguesa instalada às margens do Lago Guaíba, a Borregaard. Inaugurada em 16 de março de 1972, a indústria passou a emitir um odor fétido de ovo podre, extremamente forte: dependendo da direção do vento, podia chegar até o centro de Porto Alegre. Isso gerou uma intensa mobilização popular, que pedia o fechamento da fábrica, a qual recebeu apoio da imprensa.

Uma manifestação muito aparente e desconfortável – o mau cheiro – motivou que fosse desencadeado um amplo debate estadual sobre “poluição e qualidade de vida”. Era tudo o que Lutzenberger e os membros da emergente AGAPAN precisavam para angariar o apoio da população às suas causas. Por essa época, ele começava a ser chamado para falar em entrevistas ou em qualquer evento sobre a temática ambiental, como autoridade respeitada na área. Mas no caso específico da Borregaard, houve um apoio “de peso” na luta: a campanha realizada por Breno Caldas nos jornais de sua empresa, a Caldas Júnior (*Correio do Povo*, *Folha da Tarde e Folha da Manhã*) contra a fábrica norueguesa. Dono de um haras na Zona Sul de Porto Alegre, Caldas irritou-se com o cheiro que causava incômodo e transtornos econômicos (LUSTOSA, BENITES, 2008, p. 12). Na sequência, também a *Zero Hora* e o *Jornal do Comércio* “se aliaram à causa e conseguiram a adesão quase total da sociedade porto-alegrense (...), numa espécie de guerra psicológica” (SILVA, 2002, p. 38). Notícias e charges contra a poluição e a Borregaard mais especificamente ocuparam lugar de destaque nas páginas dos jornais:



SAMPAULO. Poluição. Charge publicada na *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 17/06/1972 (APJL).

ZERO HORA. Capa. Porto Alegre, 03/08/1972 (MCSHJC).

Paralelo ao odor desconfortável, com o início das operações da fábrica às margens do Guaíba, em Brasília ocorriam reuniões preparatórias para definir a posição do Brasil na Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente (realizada entre 5 e 16 de junho de 1972, em Estocolmo, Suécia), organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU). No APJL, consta relatório sobre uma dessas reuniões, realizada no âmbito da Comissão de Preservação do Meio Ambiente do Instituto Brasileiro de Petróleo, em 18 de abril de 1972 (SAVIO, Eleazar. Comunicação Interna. APJL). Na ocasião, o embaixador Miguel Ozório de Almeida “fez um relato histórico da conferência, cuja ideia inicial surgiu em 1968, no seio do governo sueco e movida por aspectos emotivos que o problema vem levantando em todo o mundo”. Segundo Savio, Almeida garantiu que “se trata de assunto puramente político, apesar da recomendação de que a conferência deve ser operacional”. A posição que o governo brasileiro adotaria no evento era “recomendada pelo Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Interior, Ministério do Planejamento, Ministério da Indústria e Comércio, e aprovada pela Presidência da República”. Estava determinado que o Brasil defenderia

Que não nos interessa água pura e ar puro se não temos emprego e, conseqüentemente, dinheiro para comprar o que comer. O Brasil prefere ter um ar menos puro, um solo menos puro, águas menos puras mas uma indústria que dê condições econômicas ao povo e ao governo para se desenvolver. Este é o ponto básico. Se for possível e economicamente viável industrializar sem poluir, isso será feito, se não for possível, teremos a indústria e as conseqüências das mesmas, apenas amenizadas com um planejamento adequado, quanto à localização, por exemplo (SAVIO, Eleazar. Comunicação Interna. APJL).

A posição do Brasil, que praticamente “pediu poluição” na Conferência, é bastante conhecida<sup>41</sup>. No entanto, é interessante compreender as relações entre o contexto brasileiro e mundial de preparativos para o evento, e o contexto local porto-alegrense. O relatório de Savio está sublinhado a caneta por Lutzenberger, nas palavras “quanto à localização”. Podemos inferir que o destaque se deu em função das discussões sobre a Borregaard, naquela mesma época. A “localização da fábrica” foi um dos fatores mais debatidos na polêmica que envolveu ambientalistas, jornalistas e políticos, como veremos.

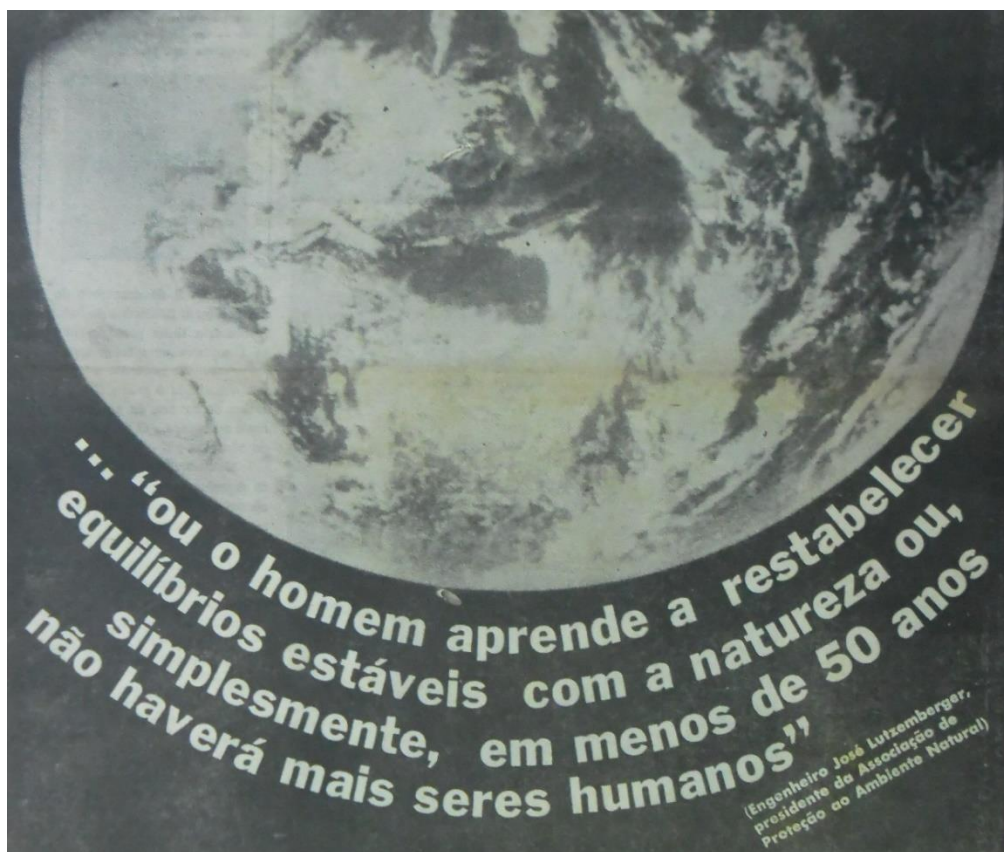
Continuando o texto, Savio relata que o Embaixador “atacou rudemente o Clube de Roma. Criticou os ecologistas duramente. Suas palavras foram: ‘o ecólogo é um desastre total’”. Essas últimas palavras estão sublinhadas com caneta vermelha, deixando entrever o espanto do leitor com a posição de Almeida contra iniciativas individuais e de grupos pela proteção da natureza. Para o embaixador, bem como para o alto escalão do governo brasileiro, naquele momento dominado pelos militares e civis tecnocratas no poder, o país precisava atingir o progresso a qualquer custo, mesmo com a destruição de seus elementos naturais.

A Conferência de Estocolmo provocou discussões sobre a questão ambiental em todo o mundo. Nem Lutzenberger nem qualquer representante da AGAPAN participaram do evento, mas seus ecos chegavam a Porto Alegre, que estava, no mesmo momento, “sentindo na pele” - ou, melhor, no nariz - as consequências do descaso com o tema. Num contexto de ditadura militar, os governantes preferiam atrair investimento – e poluição – a tomar medidas protetivas, tanto da saúde da população como dos elementos naturais envolvidos, no caso da Riocell, o ar, as águas do Guaíba, os banhados e as florestas da região.

O caderno “Fim de Semana” do jornal *Folha da Tarde* dedicou doze páginas ao tema da poluição, um dia após o término da Conferência, publicando com destaque, na capa, uma frase categórica, de fundo catastrófico, proferida por Lutzenberger:

---

<sup>41</sup> Segundo Dias (1992, p. 44-45), “considerada um marco histórico político internacional, a Conferência de Estocolmo, além de chamar a atenção do mundo para os problemas ambientais, também gerou controvérsias. Os representantes dos países em desenvolvimento acusaram os países industrializados de querer limitar seus programas de desenvolvimento industrial, usando a desculpa de poluição como um meio de inibir a capacidade de competição crescente dos países pobres.” Um cartaz brasileiro exposto na Conferência afirmava: “Bem-vindos à poluição, estamos abertos para ela. O Brasil é um país que não tem restrições”.



Capa do Caderno sobre poluição. Fim de Semana. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 17/06/1972 (APJL).

Além do mau cheiro, causado pela chaminé da Borregaard, que expelia diariamente “gás sulfídrico, tiometilmercaptano e sulfato de metila” (SAMPAIO, 04/01/1973, APJL), havia a poluição das águas do Guaíba, que recebia os resíduos da indústria sem tratamento, e o problema das plantações de eucalipto, matéria-prima para fabricar a celulose. Segundo matéria da *Zero Hora* (16/12/1992, p. 44, APJL), a história da Borregaard começou em 1965,

num encontro casual de um piloto que trazia aviões dos Estados Unidos para vender em Porto Alegre com quatro noruegueses que procuravam um lugar para instalar uma fábrica de celulose na América Latina. O piloto, Sólton Tavares, hoje prefeito de Guaíba, sugeriu seu município e trouxe os técnicos da empresa norueguesa Borregaard para conhecer Guaíba. Sete anos depois, em 16 de março de 1972, a indústria era inaugurada.

Ainda em 1965, os noruegueses apresentaram a primeira consulta ao governo do estado para instalar-se em Guaíba. Ildo Meneguetti (Partido Social Democrático - PSD), que apoiara os segmentos mais conservadores da sociedade no processo que culminou no golpe civil-militar de 1964, era o governador do Rio Grande do Sul (REBELLO, 2012). Como esses grupos defendiam a vinda de investimentos estrangeiros, especialmente estadunidenses e europeus, e não havia obrigatoriedade de estudos de impacto socioambiental, a Borregaard foi muito bem recebida pelos governantes civis e militares no Estado.

Na época, foi solicitado um parecer sobre a viabilidade do projeto ao Instituto de Pesquisas de Saneamento, órgão executivo do Conselho de Poluição (extinto em 1966). O engenheiro-



químico Milo Raffin estudou o caso e emitiu parecer, condenando a instalação da indústria de celulose Borregaard em Guaíba. No entanto, o relatório desapareceu e a fábrica foi construída sem qualquer oposição. Em janeiro de 1973, em meio à pressão popular, o Secretário da Saúde, Jair Soares, tornou público o caso: “o relatório sumiu, para permitir a instalação da fábrica, e só reapareceu uma cópia, no ano passado, quando a Secretaria de Saúde insistiu em conhecer o documento” (CORREIO DO POVO, 21/01/1973, capa, APJL).

Casos como esse se mostravam corriqueiros na época. Sob o regime militar brasileiro, era comum o desaparecimento de relatórios, pareceres, listagens, etc... e até mesmo de seres humanos.

Entrevistado, Raffin elogiou a atitude de Soares, que lhe tirou um peso da consciência, e afirmou que não vetara inteiramente

a instalação da Borregaard, mas apenas disse que o Guaíba não era o local indicado e até aconselhei que a localização poderia ser mais para o lado do Rio Jacuí. Aliás, com referência à localização, a consulta ainda era vaga e não dizia exatamente o local. Tomei a precaução exatamente prevendo o mau cheiro que parece ser o maior problema de agora (FOLHA DA MANHÃ, 22/01/1973, p. 16, APJL).

A instalação da empresa foi lembrada como algo triste por Lutzenberger, em entrevista à Revista *A Garça* (do grupo Klabin-Riocell, para o qual passou a prestar assessoria, nos anos 1980), um mês antes de falecer. É interessante que Lutz tenha relatado sua percepção negativa inicial sobre a empresa, na entrevista à revista da mesma. Segundo ele, na primeira vez em que viu a fábrica, estava voltando ao Brasil, a bordo de um navio, em janeiro de 1971. Na chegada a sua cidade natal, subindo o Lago Guaíba, foi possível avistar as obras da Borregaard:

Passamos diante das praias Florida e Alegria, onde, como criança e na juventude, tinha passado muitas e deliciosas férias de verão em contato com a natureza. Logo além da Alegria, me chocou que numa área que eu tinha conhecido como praticamente virgem, com matacões e grandes figueiras, estava surgindo uma enorme área industrial. Não sabia o que era, mas me entristeceu, pois era um pedaço de natureza prístina que eu estava ansioso por rever e que estava desaparecendo (LUTZENBERGER, J. Entrevista. *A Garça*, 2002, APJL).

Quando a fábrica entrou em operação, a poluição do ar o incomodou muito, porém de forma diferente do resto da população: recém havia deixado a BASF, cuja sede na Alemanha exalava “um cheiro químico forte, penetrante que afetava duas cidades, Mannheim e Ludwigshafen, [e por isso] fiquei mais chateado ainda” (IDEM).

Já no início das operações, verificou-se o cheiro ocasionado pela Borregaard e que os dejetos eram jogados no rio. Depondo na AL-RS, em 30 de maio de 1972, Lutzenberger afirmou que não se podia acreditar que as indústrias grandes, trustes internacionais, eram menos poluidoras. A empresa dizia controlar 94% ou 96% da poluição; apareceriam somente 4% ou 6%. No entanto, “as magnitudes hoje são tais que esses 4% representam muito mais do que 200% das outras fábricas que lá estão instaladas” (LUTZENBERGER, J. Maio/1972, p. 55, APJL).

Em reunião com representantes da Borregaard, em 03/08/1972, na Comissão Parlamentar de Estudo dos Problemas da Poluição e do Ambiente da Assembleia Legislativa-RS, presidida pelo

Deputado Hugo Mardini (ARENA), foi apresentado um texto da AGAPAN escrito por Lutzenberger, em que a entidade manifestava sua posição sobre a polêmica causada pela fábrica. O texto, com poucas alterações, foi publicado um ano depois como artigo na imprensa porto-alegrense, intitulado “Os custos ambientais das fábricas de celulose” (LUTZENBERGER, *Correio do Povo*, 12/08/1973, APJL). Convém analisarmos de perto esse documento, pois expressa, além da “fusão” entre Lutzenberger e AGAPAN, os pontos de vista de ambos sobre o conflito que se desenrolava naquele momento. Veremos que Lutzenberger mudará de opinião sobre a empresa e, por isso, entrará em conflito com colegas de militância. A relação com a Borregaard/Riocell/Celulose Rio-grandense foi um dos pontos mais controversos de sua trajetória como ambientalista, e é importante abordá-la para compreendermos - e não para julgarmos - melhor nosso personagem, aliás, um ser humano como qualquer outro, suscetível a ambiguidades e contradições ao longo da vida.

Lutzenberger criticou a Borregaard de um ponto de vista ético-ecológico. Para ele, o problema estava sendo focado de forma equivocada, “unilateral, setorializada, interessada em aspectos apenas parciais da questão”, como se o “único erro no caso da instalação da Borregaard” fosse “sua localização, que bastaria que a fábrica tivesse sido localizada em lugar mais afastado dos centros urbanos”. Em sua opinião “uma fábrica como essa, em lugar mais remoto, seria ainda mais perniciosa, pois poluiria impunemente” (LUTZENBERGER, *Correio do Povo*, 12/08/1973, APJL).

No caso da Borregaard, “foram vistos apenas os aspectos diretamente quantificáveis e que afetavam os grupos interessados como, por exemplo, as divisas da exportação da polpa e o número de empregos. Os aspectos ambientais foram totalmente ignorados. Também não foram vistos os custos sociais indiretos ou remotos”. Lutzenberger denunciava a forma como a tecnologia era sedutora: “Facilmente nos deixamos empolgar pelos aspectos espetaculares da tecnologia moderna e esquecemos seus custos. Nos raros casos em que esses custos são mencionados, gostamos de menosprezá-los, considerando, simplesmente, que se tratará do ‘preço do progresso’”. Ele questionava - como faria em outros textos e declarações ao longo da vida - se esse progresso realmente era progresso, “progresso definido como incremento da qualidade de vida humana”.

Entre os “preços” cobrados pela Borregaard, Lutzenberger destacou:

- A “perda de amenidades” (degradação das praias da Alegria, Vila Elsa e Florida).
- A degradação dos sistemas aquáticos: “Ecologicamente, o Guaíba está hoje seriamente avariado: A grande mancha negra estende-se por muitos quilômetros na superfície e espalha-se ainda mais no fundo, onde já alcança a lagoa”. A poluição da celulose juntava-se a problemas já existentes, como a poluição industrial do Gravataí, Sinos, Caí e Taquari, e os esgotos da grande Porto Alegre.

- A degradação de sistemas terrestres: degradação dos “campos nativos” que possuiriam “grande potencial para pecuária sustentável de alta produtividade”, e estavam sendo transformados “em lavoura de polpa”. Para ele, esse “florestamento ecologicamente pernicioso ainda custa ao governo grandes somas de incentivo fiscal. O público está pagando duplamente pelos estragos”.

Diante da socialização de tantos custos entre a população e o ambiente (e de tantos lucros privados para os industriais), Lutz concluía: “Veremos então que esse tipo de indústria não nos convém”. A crítica maior à fábrica, do ponto de vista ético-ecológico, era que o drama causado pela Borregaard representava apenas mais um episódio de um processo mais amplo em que as decisões eram terreno exclusivo dos técnicos: engenheiros e economistas, aspecto já criticado por ele em seu texto inaugural. No entanto, para Lutzenberger, se tratavam de “problemas eminentemente morais, éticos, que requerem, portanto, decisões políticas, antes que técnicas e econômicas. Mas as decisões políticas terão de se basear em informações completas, a visão terá de ser global, ecológica”.

No final do artigo, Lutz faz um apelo relativo à questão econômica: “não podemos continuar equacionando progresso e desenvolvimento apenas com crescimento econômico, com aumento puro e simples de PNB”. Essa crítica ao crescimento econômico era embasada em leituras de autores da corrente teórica da economia ecológica, como Kenneth Boulding, Nicholas Georgescu-Roegen e Herman Daly, entre outros. Esses autores e Lutzenberger denunciavam que a economia convencional falhava ao deter-se apenas ao PNB – atualmente, o PIB é mais relevante nas análises econômicas<sup>42</sup>.

Finalizando seu artigo com um argumento forte, Lutz afirma que “não podemos perder de vista a qualidade da vida e a preservação das condições que permitem a continuação desta”. Penso que nosso personagem deve ter apostado no argumento da “qualidade de vida”, utilizando-o muitas vezes nessa época, como os documentos mostram, por acreditar no seu potencial de convencimento. Nessa perspectiva, a população se mostraria muito mais sensibilizada com as questões ambientais na medida em que o descuido em relação a essas poderia afetar a qualidade de suas vidas. É interessante constatar a utilização de um argumento bem antropocêntrico para justificar uma causa biocêntrica, em que não só os valores humanos eram importantes para o ambientalista, mas também os elementos naturais afetados pela poluição e pela devastação.

---

<sup>42</sup> A diferença entre os indicadores Produto Nacional Bruto (PNB) e Produto Interno Bruto (PIB) é que o primeiro considera todos os valores de receitas que um país produz, incluindo o que recebe e envia ao exterior; já o segundo “representa todas as riquezas produzidas dentro das fronteiras de uma região, independentemente do destino dessa renda”, ou seja, não leva em conta a entrada de verbas do exterior (GOMES JUNIOR, *Online*).

A empresa já havia sido notificada em novembro de 1972 pelo secretário de saúde Jair Soares: se não instalasse filtros antipoluição em um ano, seria fechada. Segundo a *Zero Hora* (07/12/1973, p. 2, MCSHJC), a Borregaard chegou a instalar um equipamento que prometia eliminar 90% do cheiro, no entanto, esse se mostrou ineficiente e o governador Euclides Triches decretou o fechamento da fábrica no dia 06 de dezembro de 1973.

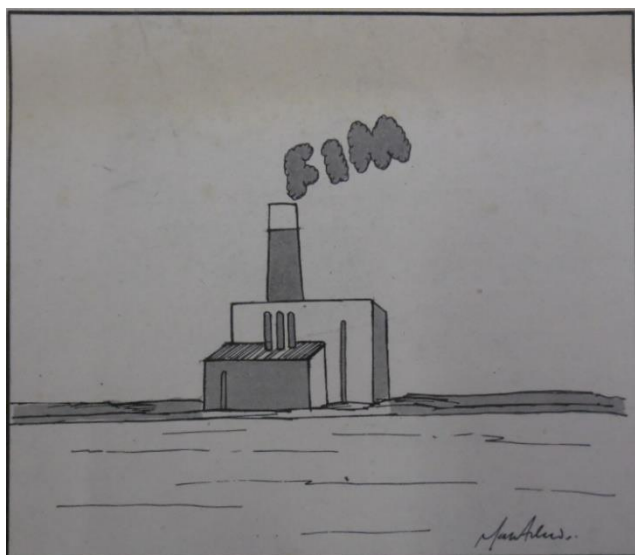


ZERO HORA. Capa. Porto Alegre, 07/12/1973 (MCSHJC).

Mas a medida não era definitiva, como demonstra a nota divulgada pelo governo do Estado: “a decisão não impede que a empresa possa voltar a funcionar onde se encontra ou noutra local, desde que elimine as causas que determinaram a suspensão de suas operações. E, para tanto, o governo do Estado manifesta a disposição de colaborar na medida de suas possibilidades”. O governo estava “considerando os aspectos da saúde e do bem-estar da população”, e, ao mesmo tempo, reafirmava sua “posição de continuar empenhando esforços para atrair os investidores que queiram vir participar do desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul” (ZERO HORA, 07/12/1973, p. 6, MCSHJC).

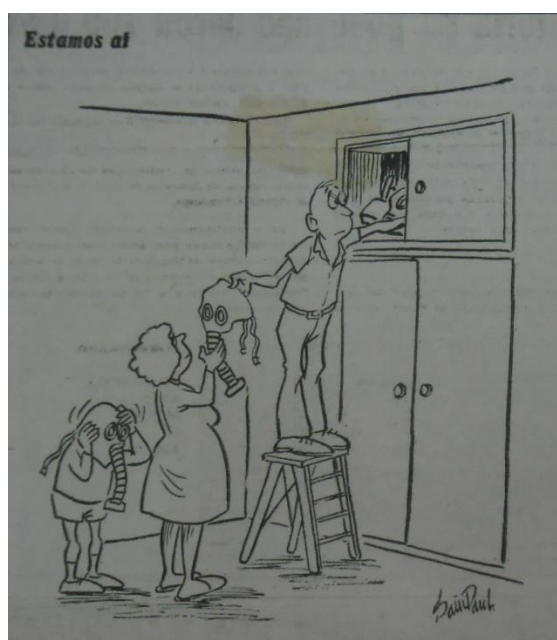
A medida foi comemorada pela imprensa e especialmente pelos moradores da Zona Sul de Porto Alegre, que já organizavam protestos: um abaixo assinado e uma passeata contra a fábrica (IDEM).





MARCO AURÉLIO. Fim. Porto Alegre, 07/12/1973 (MCSHJC).

A Borregaard ficou fechada por 99 dias. Em março de 1974, o governo do estado autorizou sua reabertura, depois de forte pressão da indústria. Segundo a *Folha da Tarde* (14/03/1974, p. 3, APJL), após ter recebido um prazo de nove meses, ao longo de 1973, para instalar um sistema de filtros, a empresa apresentou “um arremedo de equipamento, que mostrou de imediato sua total inoperância”. A Borregaard não demonstrara, conforme o periódico, “de forma prática uma disposição concreta de solução do problema que diariamente vinha criando e que continuará a criar daqui para a frente em razão da decisão agora adotada”. A reabertura era uma má notícia para a população, que teria que voltar a sofrer com o mau cheiro, situação abordada na charge do cartunista Sampaolo:



SAMPAULO. Estamos aí. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 14/03/1974 (APJL)

Com a reabertura da fábrica, sem solucionar o problema do cheiro e a poluição, o presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, José César de Mesquita (Movimento Democrático Brasileiro - MDB), anunciou que moveria uma ação popular contra a Borregaard. Entretanto, a bancada da ARENA não se mostrou receptiva à ideia: o líder do partido no poder, Álvaro Hervé, afirmou que “os arenistas são sensíveis aos problemas da população, mas não perseguimos pura e simplesmente interesses políticos e eleitoreiros”; eles estavam dispostos a formar uma comissão especial para avaliar o assunto e então, talvez, apoiar a ação popular. Mesquita concordou em instaurar uma comissão, mas não via razão em formá-la, pois a Assembleia Legislativa já havia constituído um grupo para isso (FOLHA DA TARDE, 20/03/1974, p. 3, APJL).

Na verdade, a posição de Hervé e de seu partido fazia parte de uma manobra política para proteger os interesses dos governos federal e estadual. Acontece que estes eram também proprietários da Borregaard, detendo boa parte das ações da empresa. Segundo a *Zero Hora* (03/12/1973, p. 6, MCSHJC), o seu capital era dividido da seguinte forma: 51% provinha de recursos estrangeiros, 44% do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), um milhão e quinhentos mil dólares do Estado (RS) e havia ainda um pequeno percentual de investidores particulares. O fechamento da empresa definitivamente não interessava aos governos estadual e federal, apesar das queixas da população. A atitude do governo ficou mais evidente quando a Assembleia Legislativa constituiu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Borregaard e conflitos de interesse foram alvo de críticas do então deputado estadual Pedro Simon (MDB), em maio de 1974.

Entre a reabertura da fábrica e a CPI, Lutzenberger elaborou uma espécie de plano de ação, visando à “harmonização e integração entre florestamento industrial e áreas naturais”, com a proposta de criar a “Fundação Reservas Biológicas Borregaard”. Encontramos no APJL cópia do plano, datado de 30/03/1974 e apresentado à empresa e representantes do governo estadual. Nele, Lutz propôs como sede e laboratório a fazenda Barba Negra, localizada no município de Barra do Ribeiro, que fora comprada pela empresa, assim como outras áreas na região para o plantio de eucalipto<sup>43</sup>.

Pelo que consta no documento, cuja escrita utiliza os verbos no futuro, a fundação teria caráter científico, e supervisionaria e preservaria “as áreas não utilizadas na exploração florestal e que serão mantidas como reservas ecológicas”. A fundação também promoveria a pesquisa ecológica pura e aplicada. A primeira se referiria aos “ecossistemas existentes, sua recuperação e complementação, assim como seu entrosamento com os cultivos florestais”. Já a pesquisa

---

<sup>43</sup> Para uma boa apresentação da Fazenda Barba Negra, recomendo assistir ao programa produzido pelo Canal Rural e que se encontra no link: <<http://videos.ruralbr.com.br/canalrural/video/grandes-fazendas/2013/03/conheca-fazenda-barba-negra-barra-ribeiro/14716/>>. Acesso em 18/12/2013.

ecológica aplicada diria respeito “à procura de métodos mais ecológicos de produção madeireira e outros recursos naturais da região, à reciclagem ecológica de materiais e ao controle da poluição, assim como de seu efeito sobre a vida aquática”. No documento, Lutzenberger teceu argumentos e sugestões para transformar as áreas das fazendas da Borregaard em reservas biológicas privadas.

Segundo ele (LUTZENBERGER, 1974, APJL), “deixando de lado a problemática da poluição do ar e da água, a Borregaard apresenta o problema da perda de precioso potencial pecuário pela monocultura florestal exótica nos campos nativos”. A empresa já havia plantado 25.000 hectares e planejava chegar a 30.000. Em sua opinião, “uma vez que essa situação é irreversível, devemos pensar em como amenizar os estragos e obter o máximo de benefícios para todas as partes”. Porções das grandes extensões de terras compradas pela empresa poderiam oferecer algo muito necessário ao Rio Grande do Sul: a constituição de reservas ecológicas. Lutzenberger pensava nos espaços menos interessantes para a empresa que, por outro lado, eram os mais valiosos à preservação ecológica, como áreas pantanosas, partes muito íngremes, de solos pouco profundos, dos topos dos morros graníticos, áreas de capões nativos e também açudes.

Esse trabalho de preservação, segundo o ambientalista, poderia conviver ao lado da monocultura de eucaliptos, chegando facilmente “a uma situação de grande interesse e valor biológico”. Lutzenberger afirmava esperar que sua “sugestão seja aceita pela firma Borregaard e patrocinada, talvez, pelo Governo do Estado, pois seria do interesse geral e das partes interessadas”. Caso fosse aceita, o primeiro passo necessário seria um levantamento ecológico que estabeleceria os pontos e áreas de maior interesse e valor, determinaria as possibilidades de reintrodução de espécies e especificaria as medidas de proteção necessárias (LUTZENBERGER, 1974, APJL).

O documento é interessante porque revela que as relações entre Lutzenberger e a companhia de celulose começaram ainda no momento da intensa polêmica relativa à instalação da fábrica. Ele pode sinalizar o início de um processo de mudança de opinião do ambientalista que antes, representando a AGAPAN em 1972, e no artigo para o *Correio do Povo* de 1973, considerava o plantio de eucaliptos “florestamento ecologicamente pernicioso”, causador de prejuízo ao Estado, como vimos acima.

O cultivo de eucaliptos foi controverso desde seu início no Brasil. Em 1904, o engenheiro Edmundo Navarro de Andrade desenvolveu o primeiro projeto, em São Paulo, financiado pela Companhia Ferroviária Paulista. Navarro estudou profundamente o assunto, inclusive viajou para a Austrália, a fim de “conhecer tudo o que fosse possível sobre o gênero e os métodos ótimos de cultivá-lo” (DEAN, 1996, p. 251). No Rio Grande do Sul, o eucalipto foi trazido por Joaquim

Francisco de Assis Brasil<sup>44</sup>, no final do século XIX, e as primeiras mudas introduzidas em Pedras Altas, na região sul (BINKOWSKI, 2009). Não há um consenso quanto ao cultivo do gênero, embora ele seja considerado uma “invasão biológica”<sup>45</sup>. Segundo Guadagnin (et al. 2009, p. 312), “na América do Sul, o conhecimento acerca do problema das invasões biológicas e das alterações na estrutura da paisagem que elas provocam ainda é incipiente”. Porém, no Rio Grande do Sul, no bioma pampa<sup>46</sup>, a substituição de campos nativos por plantações comerciais de pinus, eucalipto e acácia vem causando mudanças importantes na paisagem, alterando a distribuição dos elementos naturais e de algumas doenças – entre elas, malária, dengue e febre amarela (GUADAGNIN et al., 2009). Zarth e Gerhardt (2009) afirmam que o monocultivo do eucalipto em grandes áreas provoca prejuízos ambientais e sociais, pois forma um ambiente inóspito para outras espécies animais e vegetais – o chamado “deserto verde”, além de utilizar pouca mão-de-obra, intensificando a concentração de terra e riqueza.

Em vez de condenar a postura de Lutzenberger – e, definitivamente, não é isso que se espera de uma tese de história – precisamos tentar entender o que pode tê-lo levado a essa mudança de perspectiva em relação à Borregaard. Para ajudar nessa tarefa, me apoio em correspondência enviada ao Almirante Belart em 07 de abril de 1974, na qual Lutz fala das tratativas que estava realizando com a empresa e representantes do governo. No dia anterior, ele havia visitado algumas fazendas da Borregaard, especialmente a Barba Negra, e constatado que os eucaliptos ocupavam cerca de 70 a 80% das mesmas: “as sobras seriam, portanto, de muitos milhares de hectares. (...) Nessas sobras há belíssimos bosques de galeria, chapadões, alguns banhados e praias”, que poderiam ser transformados em áreas de reservas biológicas. Ele imaginava que, para torná-las realidade, seria possível organizar um acordo entre a empresa e a Fundação Zoobotânica do Estado. Ambos já demonstravam interesse pela iniciativa que, se realmente se concretizasse,

seria uma vitória conservacionista de grande valor, já que não mais conseguiremos mandar embora a Borregaard, o que também pouco resolveria, pois ela no fundo é um bode expiatório, não passa de uma gota no oceano. Mas, por ter sido tão atacada, a Borregaard está se esforçando realmente para resolver o problema da poluição do ar e da água. A minha sugestão da criação da reserva biológica (na realidade uma rede de reservas) concilia interesses das três partes: o Governo estaria em posição de fazer uma exigência à Borregaard que ela poderia cumprir imediatamente e nós conservacionistas teríamos a reserva. Este assunto é ainda confidencial (LUTZENBERGER, J. Carta ao Almirante Belart. Porto Alegre, 07/04/1974, APJL).

---

<sup>44</sup> Assis Brasil (1857-1938) foi político, advogado, escritor, diplomata e ocupou diversos cargos públicos, entre eles, o de ministro da agricultura (1930-32). Procurou desenvolver, em território do futuro município de Pinheiro Machado-RS, uma granja-modelo com inovações agrícolas e pecuárias.

<sup>45</sup> As invasões biológicas “são processos mediados por humanos. As pessoas atuam como vetores de introdução acidental ou voluntária; promovem mudanças ambientais que podem debilitar a resistência de ecossistemas naturais; sofrem as consequências do avanço das espécies invasoras e têm a capacidade de atuar de maneira direta ou de apoiar estratégias de prevenção, controle e erradicação” (GUADAGNIN et al., 2009, p. 308).

<sup>46</sup> Por bioma pampa “compreende-se um conjunto ambiental, cerca de 176.496 km<sup>2</sup>, que abrange a metade meridional do estado do Rio Grande do Sul e constitui a porção brasileira dos Pampas Sul-Americanos que se estendem pelos territórios do Uruguai e da Argentina” (ZARTH, GERHARDT, 2009, p. 249-50).

Em resposta a Lutzenberger, o almirante o parabenizou pela ideia, considerada por ele “uma notícia realmente auspiciosa” (BELART. Rio de Janeiro, 12/04/1974, APJL).

Na tentativa de compreender o tom mais condescendente de Lutzenberger em relação à Borregaard, precisamos considerar vários fatores. Em primeiro lugar, não podemos perder de vista o fato de que Lutz não tinha emprego formal. Nessa época, estava trabalhando no paisagismo do Parque da Guarita, no entanto, esse não era emprego com renda fixa, mas sim um contrato por empreitada, em que ele não ganhou muito dinheiro.

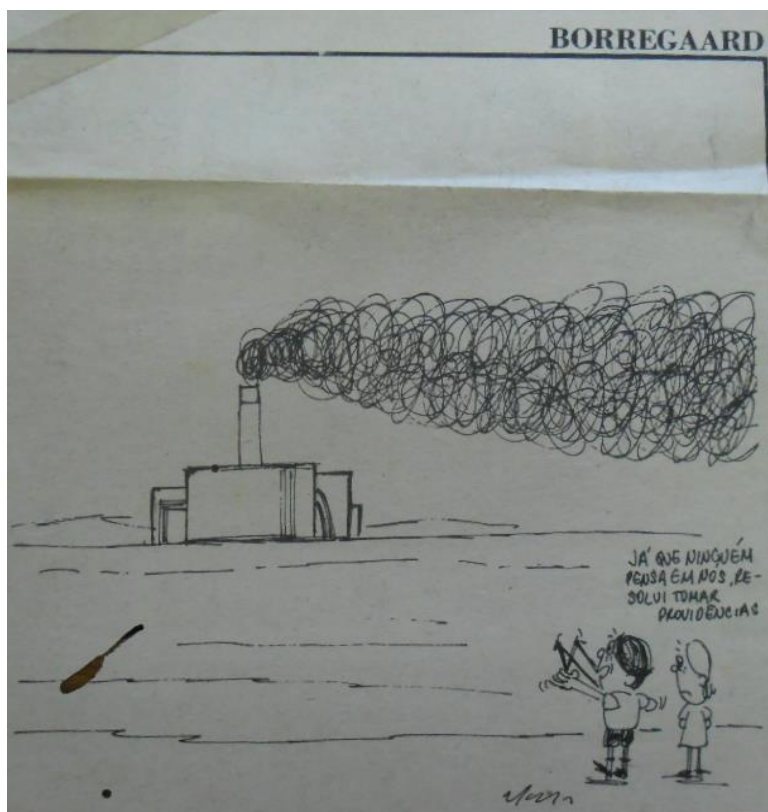
Em carta a Belart (LUTZENBERGER, 23/03/1974, APJL), Lutz mencionou que estava cotado para o cargo de diretor do Jardim Botânico, “a coisa era certa”, até já havia sido anunciado na imprensa, porém empossaram outra pessoa. O problema teria sido declarações de Lutzenberger como porta-voz da AGAPAN denunciando setores do governo responsáveis por degradações ambientais. No entanto, ele não concordaria em manter-se calado: “não posso prostituir-me e calar a boca para não perder negócios com o Estado”. Confessava a Belart: “não sei ainda como me ajeitarei para ganhar a vida, mas continuarei lutando”.

Nessa mesma carta, ele pediu conselho ao Almirante sobre “um assunto sigiloso por enquanto, que não passa de um castelo no ar”: estava recebendo sugestões para candidatar-se a deputado estadual. Lutz afirmou que inicialmente não levou a ideia a sério, “pois queremos ser apolíticos (no fundo, a luta ambiental é profundamente política e revolucionária), mas se meus inimigos acharem que devem liquidar-me, talvez eu deva lutar na arena deles. Teria meu ganho garantido e poderia brigar a valer”. Se realmente entrasse para a política, seria no partido de oposição, “pois na Arena não poderia falar, teria que concordar com tudo o que o governo faz”. Como podemos ver, a preocupação com uma fonte de renda segura era grande a tal ponto que Lutz estava considerando entrar para a política partidária, o que não ocorreu, pois ele conseguiu renovar os contratos para o Parque de Torres. Um levantamento e assessoria ecológica nas fazendas da Borregaard - provavelmente realizados por Lutz, a exemplo do que fazia na Guarita - representaria fonte de renda por algum tempo, além de realmente contribuir para a preservação dos ecossistemas.

Em segundo lugar, é preciso entender que Lutzenberger era adepto das soluções tecnológicas “suaves”, como ficaria mais claro nos seus textos dos anos 1980. Para ele, não bastava lutar contra a devastação; mais produtivo era oferecer soluções para os problemas ambientais. O caso da Borregaard se tornou emblemático nesse sentido: em sua visão, tratava-se de “um bode expiatório”, já que seu cheiro incomodava a população, mas “uma gota no oceano”, se considerado o âmbito global. De qualquer modo, a fábrica já estava instalada, os eucaliptos plantados e o processo era irreversível, não havia como voltar atrás, então o melhor a fazer seria tentar encontrar uma forma de corrigir, minimizar seus efeitos ao ambiente. Creio que o ambientalista via nessa perspectiva a oportunidade de conciliar a necessidade de renda, de se manter financeiramente para

sustentar a família, e, ao mesmo tempo, de trabalhar em algo que o satisfizesse do ponto de vista da conservação, que oferecesse soluções para os problemas – o que ele realizaria efetivamente com a criação da empresa Vida, a partir de 1979. Veremos que esse “senso de oportunidade” se repetirá mais vezes na trajetória de Lutzenberger, e que ele será questionado por isso. Por outro lado, esse tipo de trabalho com o ambiente era almejado por ele desde o tempo na BASF, como pudemos acompanhar; assim, não se sentiria “prostituído”, atuando de forma contrária a sua consciência. É importante destacar esse ponto, pois também envolve o caráter ético de suas decisões, não somente como ambientalista, mas também no âmbito das escolhas profissionais.

Na imprensa, a guerra contra a fábrica fora retomada:



MARCO AURÉLIO. Borregaard. *Zero Hora*. Porto Alegre, 28/04/1974, p. 4 (APJL).

Em 15 de maio de 1974, o advogado Caio Lustosa, membro da AGAPAN, entrou com processo contra a Borregaard. Lustosa reuniu na ação judicial citações de autores do campo da Medicina que aludiam às consequências da poluição causada pela empresa à saúde humana: “além de náuseas, vômitos e problemas respiratórios, os gases provocam também colapso cardiovascular com hipertrofia cardíaca” (CORREIO DO POVO, 16/05/1974, p. 23, APJL). O advogado argumentou que a empresa estava infringindo o artigo 271 do Código Penal, ao despejar seus

rejeitos no Guaíba, causando grave poluição a suas águas<sup>47</sup>. Ao final, pedia a interdição da empresa, como medida de emergência, por no mínimo quinze dias.

A interdição não ocorreu, mas em 22/05/1974, foi instalada na Assembleia Legislativa do Estado a CPI da Borregaard, cujos presidente e vice eram partidários da ARENA. Foi oferecido ao MDB o cargo de relator, porém o líder da bancada do MDB na Assembleia, Pedro Simon, recusou a oferta, denunciando o conflito de interesses: a ARENA não deveria presidir a comissão, já que o governo era parte interessada na questão. A ocupação do cargo de relator seria, segundo o político, um “prêmio de consolação” ao MDB (ZERO HORA, 23/05/1974, APJL).

A escolha de deputados da ARENA para a presidência da comissão representava um flagrante ataque à democracia e às normas da Assembleia. Deputados do Partido defenderam a escolha argumentando que o Regimento Interno da casa “determina que a presidência e vice-presidência da comissão sejam eleitas por seus integrantes em maioria” (FOLHA DA TARDE, 24/05/1974, p. 8). Simon rebateu dizendo que o referido Regimento afirmava que “a presidência de uma CPI ou comissão especial caberá a quem solicitar, e, no caso específico, foi o MDB que solicitou a Comissão que foi transformada em CPI” (IDEM). Mesmo assim, a presidência ficou com integrantes da ARENA.

Os jornais da capital também publicaram a posição da AGAPAN sobre a reabertura da Borregaard, manifesta em nota à imprensa assinada por Lutzenberger. É interessante constatar as exposições diferentes de seu conteúdo pelos jornais *Zero Hora* e *Folha da Manhã*. Enquanto a ZH publicou trechos da nota sem questioná-los, a FM considerou que a manifestação, aparentemente, era uma reafirmação das atitudes anteriores da AGAPAN, mas ressaltou: “lida com atenção, porém, ela revela não muito clara. Dizer que a Borregaard transformou-se em ‘símbolo da agressão ambiental’ porque toda a população sente o mau cheiro não equivaleria dizer que a fábrica foi tomada como símbolo injustamente?” O jornal percebeu também a mudança de posicionamento quanto ao eucalipto. Na nota, consta: “deve ser encontrada uma maneira de harmonizar a grande monocultura florestal com o ambiente natural”. Essas afirmações contrariavam o que Lutzenberger havia publicado em artigo anterior no *Correio do Povo* (de 12/08/1973, como vimos), do qual a *Folha da Manhã* citou o trecho em que o autor menciona o eucalipto como “florestamento pernicioso”, questionando: “Teria o Sr. Lutzenberger sido traído pelas palavras?” (FOLHA DA MANHÃ, 23/05/1974, APJL).

Lutz enviou carta ao jornal no dia seguinte, solicitando que a nota da AGAPAN fosse publicada na íntegra, “para dar ao leitor inteligente a oportunidade de formar a sua própria opinião”

---

<sup>47</sup> Conteúdo do Art. 271 do Código Penal: “Corromper ou poluir água potável, de uso comum ou particular, tornando-a imprópria para consumo ou nociva à saúde: Pena - reclusão, de dois a cinco anos”. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm)>. Acesso em 18 dez. 2013.



(LUTZENBERGER, J. Porto Alegre, 24/05/1974, APJL). Em correspondência ao Almirante Belart ele também mencionou a interpretação do jornal à nota:

O caso reservas biológicas Borregaard está de molho. Devemos agora agir com extrema cautela. O ambiente está de tal modo histórico, que a imprensa e público não compreenderiam as nossas intenções. Um jornal da Caldas Júnior que queria da AGAPAN uma declaração radical, passou logo ao ataque violento quando nossa declaração foi mais comedida do que o que eles estão agora dizendo. Eles querem que se diga que a Borregaard deve ser fechada amanhã e que todos os seus diretores devem ir à prisão (LUTZENBERGER, J. Carta ao Alm. Belart. Porto Alegre, 09/06/1974, APJL).

Lutzenberger não concordava e não queria entrar na guerra total contra a Borregaard, promovida por setores da imprensa gaúcha. Temendo maior confusão e desentendimentos, ele preferia deixar o projeto das reservas em estado de espera, talvez para uma nova investida no futuro, quando fosse melhor aceito pela imprensa e público.

A história da fábrica ainda teria outros desdobramentos, aqui apenas indicados. Segundo Lustosa (2008, p. 17), após toda a repercussão que a empresa atraiu, em junho de 1974, a sua direção passou para o ex-comandante do III Exército, General Breno Borges Fortes, indicado pelo então governador Sinval Guazzelli. Em julho de 1975, os investidores noruegueses deixaram a fábrica, passando o controle acionário para o Grupo Sul Brasileiro/Montepio da Família Militar. Em 23 de dezembro de 1975, a razão social passou a ser Rio Grande Companhia de Celulose do Sul – Riocell<sup>48</sup>.

Os episódios da luta contra a Borregaard são expressivos do contexto social do período da ditadura militar no Brasil e da maneira como, nele, as decisões governamentais eram tomadas. Assim como muitas pessoas desapareciam por manifestar-se e lutar contra as posições políticas dominantes, também o relatório que discordava das decisões do governo desapareceu. Os riscos para a saúde da população, qualidade da água e danos ao ambiente em geral não foram considerados e a fábrica teve incentivos fiscais para vir poluir o Guaíba, coisa que não poderia fazer nos rios noruegueses. O fechamento só ocorreu após quase dois anos de intensa mobilização de setores da imprensa de Porto Alegre, que tiveram seus interesses econômicos prejudicados e, quem sabe, viram na briga contra a Borregaard um bom assunto para vender jornais. Mas penso que, num contexto de censura imposto pelo regime, publicar notícias contra a fábrica pode ter sido também uma forma indireta de resistência. Afinal, como o governo fora responsável pela sua vinda e instalação, sendo parceiro no investimento, era o responsável pelo mal causado à saúde e ao ambiente.

---

<sup>48</sup> Posteriormente, em novembro de 1978, ela foi estatizada (o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES - e o Banco do Brasil assumiram seu controle) e, em 10 de março de 1982, privatizada novamente, mudando o nome para Riocell S/A. Depois de passar por dois processos de venda, para o grupo Klabin em 2000 e deste para a Aracruz em 2003, em 2009 a empresa foi adquirida por um grupo chileno (CMPC) e passou a usar a denominação CMPC Celulose Rio-grandense. Até o final da escrita desta tese, permanecia com esse nome e proprietários.

A posição de Lutzenberger em relação à fábrica mudou, em função do fato de que ele precisava de trabalho e também porque realmente acreditava que a empresa era apenas um caso de agressão ao ambiente, e que só fora notado e gerado reclamações devido ao mau cheiro gerado. Dessa forma, a Borregaard era bem vinda, exatamente onde fora construída, porque levantara o problema da poluição para toda a Grande Porto Alegre, por meio da imprensa. Quanto aos eucaliptos, já havia grandes extensões plantadas. Depois do estrago feito, restava remediar a situação da melhor forma possível, através das reservas biológicas, que, no fim das contas, poderiam trazer algum benefício à preservação de ecossistemas locais.

A luta contra a Borregaard, portanto, foi importante no sentido de provocar ampla conscientização ambiental, favorecendo o ambiente de lutas em favor da ecologia em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul, bem como, mais especificamente, a publicação do *Manifesto Ecológico* de Lutzenberger, que abordaremos a seguir.

### **O Manifesto Ecológico Brasileiro: Fim do Futuro?**

Meses antes dos noruegueses deixarem a Borregaard, um novo episódio “sacudiu” o panorama de lutas ambientais em Porto Alegre. O jovem estudante de engenharia da UFRGS Carlos Alberto Dayrell subiu numa árvore da espécie *Tipuana tipa*, impedindo que essa fosse cortada em função das obras de construção de um viaduto – o Imperatriz Leopoldina, na Avenida João Pessoa. O gesto, inédito, divulgado pela imprensa nacional, tornou-se emblemático e trouxe maior visibilidade às causas ambientais<sup>49</sup>.

Considerando o contexto local e, principalmente, internacional, Lutzenberger avaliou que havia chegado o momento da construção de um texto de luta para o movimento ambientalista brasileiro, um manifesto. A publicação de uma série de textos do gênero<sup>50</sup> na Inglaterra, Alemanha, França e Estados Unidos<sup>51</sup>, fez com que Lutz chegasse “à conclusão de que estava na hora de lançarmos algo parecido entre nós” (GAZETA DE COTIA, 03/12/1976, capa, APJL), um

---

<sup>49</sup> Para uma abordagem mais aprofundada do episódio, ver Pereira (2009).

<sup>50</sup> O “manifesto” pode ser tratado como um gênero literário. Nos momentos difíceis, os manifestos são instrumentos de reação de um grupo a algo que o incomoda no mundo real. Para Demers (1980, p. 6), a crise constitui a própria “raison d’être” de um manifesto. Através desse gênero da escrita, é possível denunciar a crise, explicá-la e, em seguida, apresentar as soluções do grupo manifestante e conclamar a adesão pública às propostas apresentadas (SOUZA, 2006). Para uma boa bibliografia comentada sobre manifestos, consultar Yanoshevsky (2009).

<sup>51</sup> Podemos citar como exemplos de manifestos ecológicos: na Alemanha, o “Manifesto Ecológico Alemão” publicado pelo Partido Nacional Democrático - NPD, em 1973; na França, “L’utopie ou la mort!” (“A utopia ou a morte”), publicado em 1973 pelo agrônomo socialista René Dumont, certamente lido por Lutzenberger, pois consta na bibliografia do *Manifesto*, e o livro *Pour une autre croissance*, de 1972, escrito por Lattes Robert; nos Estados Unidos, em 1970, Ted Perry publicou “A carta do cacique Seattle”, uma espécie de manifesto em versão poética de discurso que o cacique teria proferido em 1854, contra a proposta do governo de comprar as terras de suas tribos, Suquamish e Duwamish, no estado de Washington. No entanto, mais recentemente, descobriu-se que se trata de um documento ficcional, escrito por Perry, que altera praticamente todo o discurso original do cacique, devido a várias consistências históricas presentes no texto (ABRUZZI, 2000).

“documento que sintetizasse o pensamento e a filosofia conservacionista, a filosofia dos lutadores ecológicos” (ZERO HORA, 31/10/1976, APJL).

Dois manifestos publicados na Inglaterra em 1972 foram destacados por Lutzenberger como inspiradores para um manifesto brasileiro: *The Limits of Growth* (no mesmo ano foi traduzido para várias línguas, inclusive para o português, como *Limites do Crescimento*) e *Blueprint for Survival*. *Limites do Crescimento* foi publicado em 1972, como resultado da pesquisa encomendada pelo Clube de Roma a cientistas do Massachusetts Institute of Technology (MIT), concluída em 1971. O Clube de Roma surgiu como uma associação de profissionais dos ramos da diplomacia e da indústria, da sociedade civil e da academia, reunida pela primeira vez na capital italiana em 1968, a convite do industrial italiano Aurelio Peccei<sup>52</sup> e do cientista escocês Alexander King<sup>53</sup> para discutir o dilema de prevalecer o pensamento de curto prazo nos assuntos internacionais e, em particular, as preocupações sobre o consumo de recursos limitados em um mundo cada vez mais interdependente<sup>54</sup>.

Com o objetivo de apontar soluções para esse dilema da humanidade, o grupo de cientistas do MIT elaborou um “modelo mundial”, embasado no conhecimento científico disponível naquele momento, na análise de sistemas e no computador moderno, para investigar cinco grandes tendências de interesse global, consideradas elementos-chave do processo de “crescimento”: o ritmo acelerado de industrialização, o rápido crescimento demográfico, a desnutrição generalizada, o esgotamento dos “recursos naturais” não renováveis e a deterioração ambiental (MEADOWS et al, 1972, p. 19). Essas cinco variáveis foram analisadas em suas causas, inter-relações e implicações para os cem anos seguintes, ou seja, foi um estudo elaborado com o objetivo de fornecer embasamento científico à tomada de decisões futuras.

Orientados para o futuro, os cientistas elaboraram uma série de simulações em torno dessas tendências, representadas através de gráficos, presentes em inúmeras páginas do livro. Era a ciência, utilizando métodos matemáticos e a mais avançada tecnologia disponível na época, que assumia para si a tarefa de apontar o melhor caminho a fim de que a humanidade não atingisse os limites da sobrevivência. Uma das constatações mais relevantes do estudo foi o problema do crescimento exponencial<sup>55</sup>, que é a forma como tanto a população quanto o capital financeiro-

---

<sup>52</sup> Peccei (1908-1984) é citado como “a força impulsionadora dentro do grupo” (MEADOWS ET AL, 1972, p. 10). Era associado à Fiat, à Olivetti e administrava uma firma consultora para o desenvolvimento econômico e de engenharia, a Italconsult, uma das maiores do ramo na Europa.

<sup>53</sup> King (1909-2007) foi pesquisador e professor de química no Imperial College, em Londres e ocupou cargos em órgãos de fomento à pesquisa científica e educação na Grã Bretanha. Tornou-se Presidente do Clube de Roma após a morte de Peccei, em 1984, cargo que ocupou até 1990.

<sup>54</sup> O Clube permanece em atividade atualmente. THE BIRTH OF THE CLUB OF ROME. Disponível em: <<http://www.clubofrome.org/?p=375>>. Acesso em 01/09/2011.

<sup>55</sup> O crescimento exponencial é caracterizado pela duplicação das variáveis envolvidas num período de tempo. Uma variável vai duplicando de tamanho - e isso pode levar muito tempo - até que, subitamente, ocupa a metade do espaço disponível. Quando chega a esse limite, na duplicação seguinte, ocupará todo o espaço e não terá mais como crescer.

industrial crescem. De acordo com tal perspectiva, as duas variáveis mais preocupantes, o crescimento populacional e o crescimento industrial, utilizam um ciclo de realimentação positivo, ou seja, o saldo de entradas e saídas sempre resulta em um número positivo, maior do que o inicial<sup>56</sup>. Uma das conclusões do estudo resume o problema-chave de todo o processo, na visão do grupo do MIT – e que seria repetida por Lutzenberger no manifesto brasileiro: não pode haver crescimento exponencial num sistema finito e complexo (MEADOWS et al, 1972, p. 144).

Outro manifesto citado por Lutzenberger foi *A Blueprint for Survival* (1972), preparado pelo ecólogo britânico Edward Goldsmith, editor da revista *The Ecologist*, além de Robert Allen, Michael Allaby, Davoll John, Lawrence Sam e endossado por 35 personalidades científicas de renome mundial. A primeira versão foi publicada em janeiro de 1972, ocupando toda a edição de *The Ecologist* (Vol. 2, N.1), meses antes da Conferência de Estocolmo. Em 14 de setembro, o manifesto foi republicado no formato de livro pela Penguin Books (1972).

*A Blueprint for Survival* também foi provocado pela iniciativa do Clube de Roma que, na visão dos autores, estava tentando convencer os governos, líderes industriais e sindicais em todo o mundo a enfrentar a gravidade da situação e tomar as medidas adequadas enquanto houvesse tempo; no entanto, eles propunham a constituição de um “movimento nacional”, na Inglaterra, com potencial para dar origem a um movimento internacional “complementando o trabalho inestimável que está sendo feito pelo Clube de Roma”. O “Movimento pela Sobrevivência” propunha a formulação de uma nova filosofia de vida, “cujos objetivos podem ser alcançados sem destruir o meio ambiente, e um programa preciso e abrangente para provocar o tipo de sociedade em que ele pode ser implementado” (GOLDSMITH ET al, 1972, *Online*).

Para Goldsmith et al (1972), a humanidade é responsável pela crise, e é crucial que mude de atitude em relação à Terra, encarada como sua “nave espacial”. Essa expressão aparece em *Fim do Futuro?* e em outros textos de Lutzenberger. Para o economista inglês que a divulgou, Kenneth Boulding, como vimos na introdução desta tese, trata-se de uma metáfora óbvia e bonita, a partir da “vívida simplicidade” da imagem da Terra vista do espaço. Boulding também defendia limites ao crescimento econômico: “devemos passar da ideia de usar a Terra como se os seus recursos fossem inesgotáveis, para começar a pensar em termos de reaproveitamento dos materiais

---

A intenção dos cientistas do MIT e do Clube de Roma era procurar meios para impedir que as cinco variáveis chegassem a esse limite, o que poderia causar o colapso do sistema: “a raça humana pode ter muito pouco tempo para reagir a uma crise resultante de um crescimento exponencial, em um espaço limitado” (MEADOWS et al, 1972, p. 50).

<sup>56</sup> No caso da população, as entradas são os nascimentos e as saídas as mortes. Com os avanços na medicina e nos sistemas sanitários, durante o século XX, muitas pessoas deixaram de morrer, o que causou grande aumento populacional. Em 1930, havia 2 bilhões de pessoas no mundo, número que foi duplicado em 1974. Em 2013, data em que escrevo, há 7 bilhões e a previsão é que em 2045 existam 9 bilhões de pessoas. Uma reportagem da revista *National Geographic* repetiu, quarenta anos depois, termos semelhantes às indagações dos cientistas do MIT: “o planeta vai conseguir sustentar tanta gente?” (KUNZING, 2011, p. 54).

preciosos, o que significa que também devemos parar de pensar que o aumento de produção e consumo é inevitável e desejável (CHISHOLM, 1974, p. 39-40).

Em carta ao Almirante Belart de 12/11/1973, Lutzenberger enviou cópia de *A Blueprint for Survival*, citado por ele como “documento histórico” (assim como *Limites do Crescimento*), sugerindo que a Editora da USP o traduzisse, como já fizera com os livros *Antes que a natureza morra*, *Uma terra somente* e *O despertar da razão*, pois faltava “mais literatura ambiental em português”. Ele próprio estava preparando mentalmente e já escrevera “umas 80 páginas do livro ‘Sinfonia Ameaçada, ecologia para leigos’, mas nunca sobra tempo para continuar” (LUTZENBERGER. Carta a Belart, 12/11/1973, APJL).

Na carta de 20/12/1973 ao mesmo destinatário, Lutzenberger afirma ter concluído que “chegou o momento para documento brasileiro semelhante. Estou por isso preparando o texto do Manifesto Ecológico (sul?) brasileiro”. Não sabemos – a correspondência não deixa claro – se o livro “Sinfonia Ameaçada” (jamais publicado com esse título) era o texto-base do *Manifesto* ou de alguma outra obra futura de Lutzenberger. A proposta para o “Manifesto brasileiro” era a de “um documento dramático de alerta ecológico”, chancelado pela assinatura de

todas as associações conservacionistas brasileiras, ou sul brasileiras – talvez também sul americanas, incluindo uruguaios, argentinos, - e mais um total de três ou quatro dezenas de personalidades de peso, tanto naturalistas como de qualquer outra profissão, inclusive políticos dispostos. Aqui já temos quase uma dezena de pessoas que querem assinar. Luiz Emídio, secretário da Fundação Brasileira também apoia a ideia. Assinariam Burle Marx, Ruschi, Piquet Carneiro e outros. O Senhor seria dos mais ilustres a assinarem (LUTZENBERGER, L. Carta a Belart. 20/12/1973, APJL).

Lutz pensava num lançamento ao público “talvez em Torres com a presença de Burle Marx, logo no princípio do governo Geisel. Teria certamente repercussão nacional e internacional, como teve o *Blueprint*”. Para ele, a obra conseguiria também “seguidores em outros países e regiões”. O contexto era propício para tal empreendimento, em sua opinião, “a época está madura em todo o mundo. Cada dia me surpreendo como gente da qual nunca esperaria já está preocupada com o problema ambiental, disposta a duvidar dos tabus da sociedade de consumo e a repensar muitos valores”. Lutzenberger confiava tanto em Belart, que sugeria torná-lo uma espécie de consultor da obra: “espero poder enviar-lhe em uma ou duas semanas o meu rascunho preliminar para que o senhor opine” (IDEM).

Na carta seguinte de Belart a Lutz (BELART. Carta a Lutzenberger, 26/12/1973, APJL), o almirante concordou com o manifesto, considerando a ideia interessante e com possibilidade de boa repercussão nacional. Em sua visão, “é preciso porém orientá-lo para nossa problemática enfatizando a importância de uma Política Nacional de Conservação Ambiental”. A importância da constituição de tal política já havia sido manifestada por Belart em correspondência anterior para Lutzenberger (BELART. Carta a Lutzenberger, 01/10/1973, APJL) como “nossa luta

principal” (sublinhado do autor), ou seja, a principal luta do movimento conservacionista, do qual fazia parte na FBCN.

Em janeiro de 1974, Lutzenberger já havia preparado um esboço da estrutura do *Manifesto Ecológico Brasileiro* e previsto que teria em torno de 25 páginas. Também decidira a linguagem a utilizar: “a intenção é fazer um documento de impacto, em linguagem ainda desconhecida, inclusive de muitos de nossos naturalistas, compreensível ao leigo, se bem que pressupõe certa cultura geral”. Ele já previa críticas de alguns pela linguagem “demasiado emotiva, que se deveria usar uma linguagem científica, seca, sem emoção”. No entanto, sua intenção não era uma apresentação científica dos fatos, mas enfocá-los sob o ponto de vista ético-ecológico: “mostrar a todos, inclusive a muito cientista de visão estreita, que o problema não é tecnológico ou meramente científico e que as soluções, portanto, não estão em mais ciência e mais tecnologias, mas em novas atitudes”. Ele pretendia defender uma ética ecocêntrica em seu texto: “somente quando nossa ética se estender à Ecosfera como um todo que passaremos a comportar-nos de maneira compatível com a sobrevivência” (LUTZENBERGER, J. Carta a Belart. 05/01/1974, APJL).

O Almirante Belart repassou as primeiras páginas – enviadas por Lutzenberger junto à correspondência de 05/01/1974 – a Roberto Tamara, para sua leitura e sugestões, no entanto, ele transmitiu certa apreensão com o texto, e uma posição mais conservadora, afirmando que o governo já havia criado a SEMA, o que demonstrava uma gradual receptividade ao tema da conservação ambiental. Também altos funcionários do governo manifestavam preocupação em assinar o texto, pois isso poderia atrair represálias dos chefes militares. Mas, segundo Tamara (TAMARA, Carta a Belart, 21/01/1974, APJL), “o pessoal do Museu Nacional, do Jardim Botânico, dos Centros Excursionistas aplaude o texto da amostra”; seria possível conseguir “umas 40 assinaturas”.

Comentando as apreensões de Tâmara (LUTZENBERGER, Carta a Belart, 17/02/1974, APJL), Lutzenberger concordou que funcionários públicos importantes não deveriam assinar, mas esclarecia que com o documento não pretendia “obter mudanças radicais imediatas do Governo”, e sim “contribuir à conscientização geral pelo impacto que possa causar o documento. Por isso ele não pode ser muito manso. Deve ser forte e radical para suscitar o máximo de controvérsia e briga mesmo”. Ele previa que o *Manifesto* fosse discutido em escolas, universidades, repartições públicas, empresas, e que ampla publicidade seria dada à publicação. Era necessário haver “o máximo de discussão nessa fase de incipiente conscientização (...). Deveria acontecer em nível nacional com a ecologia o que aconteceu em Porto Alegre com a Borregaard. Dois anos atrás teria sido absolutamente inimaginável pudesse o governo do Estado decidir-se pelo fechamento”.

O lançamento do *Manifesto* estava previsto para setembro de 1974, na cidade de Canela-RS, segundo Lutzenberger, “uma das que mais devastações está sofrendo” (LUTZENBERGER,

J. Carta a Belart. 09/06/1974, APJL). No entanto, ele reclamava da falta de tempo para terminar a escrita do documento, já que passava quatro ou cinco dias por semana em Torres trabalhando no Parque da Guarita e os dois dias restantes em Porto Alegre, onde era solicitado a proferir palestras, aulas, reuniões e o telefone não “dava folga”. Também em bilhete datilografado de Lutzenberger a Antônio Tavares Quintas, consta a previsão de lançamento do documento para 28/09/1974 e que esse deveria ter de 30 a 40 assinaturas; após a publicação, haveria “listas de apoio que poderão ir a milhares” (LUTZENBERGER, J. Bilhete para Antônio Quintas. S/data, APJL).

Com o acúmulo de tarefas, o trabalho foi finalizado somente em 1976 e Lutz se decidiu pelo título *Fim do Futuro?*, uma interrogação de fundo catastrofista, que demonstrava sua apreensão com a possibilidade de não existência de um futuro para a humanidade, caso prosseguisse com a devastação da natureza e também, talvez, para chocar e atrair os leitores. *Fim do Futuro?* foi lançado primeiramente em formato tabloide, como se fosse um jornal, com 22 páginas contendo fotos. Foram impressos 10.000 exemplares na primeira edição.



Capa do Manifesto Ecológico Brasileiro – versão tabloide, 1976 (APJL)

O lançamento não foi realizado em Canela, mas na cidade de Cotia, cerca de 35 km de São Paulo-SP, em 05/11/1976. Esse foi o primeiro dos três principais lançamentos da obra nos formatos tabloide e livro; houve mais duas sessões de autógrafos, uma na sede da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural - AGAPAN (08/11/1976) e outra na Feira do Livro de Porto Alegre (13/11/1976).



No texto final, não foi possível incorporar todas as sugestões de Belart e Tâmara, tanto de conteúdo como de formatação da linguagem. Por esse motivo e “por certa resistência e temor de comprometimento por parte de alguns consultados” (FOLHA DA TARDE. 11/02/1976, APJL, APJL), o *Manifesto* não angariou todas as assinaturas desejadas por Lutzenberger, nem mesmo a FBCN assinou<sup>57</sup>. Em pleno regime militar, ainda que nos anos iniciais da abertura, quando as liberdades de expressão, de imprensa e os direitos dos cidadãos estavam restritos, talvez algumas pessoas não quisessem comprometer-se com um documento que, segundo Lutzenberger, propunha “uma substituição de paradigma, ele é revolucionário, porque não dizê-lo” (LUTZENBERGER, J. Documento justificando linguagem do Manifesto. S/Data, APJL).

No final, apenas nove entidades de luta ambiental subscreveram o documento: AGAPAN (Porto Alegre - RS), Resistência Ecológica (Rio de Janeiro-RJ), APREFFA (Associação de Preservação da Flora e da Fauna – Curitiba-PR), Cogumelo Atômico – (Brusque - SC), Associação Catarinense de Preservação da Natureza (Blumenau-SC), Sociedade Botânica (Passo Fundo-RS), Centro de Proteção ao Meio Ambiente (Jatobá - SC), APPN (Associação Paulista de Proteção à Natureza (Cotia - SP), ADFG (Ação Democrática Feminina Gaúcha – Porto Alegre-RS) e Movimento Conservacionista (Cachoeira do Sul-RS). Constava uma observação ao lado de seus nomes, uma espécie de ressalva: o fato de patrocinarem a versão tabloide do *Manifesto* não significava que concordassem em detalhe com todos os pontos de vista e colocações apresentadas, mas endossavam “a filosofia básica proposta que é a visão ecológica das coisas” (Versão tabloide, p. 2). Apesar da redução no número de adesões previsto por Lutzenberger no bilhete a Quintas, é interessante observar a abrangência geográfica dessas associações, representando vários estados das regiões Sul e Sudeste, bem como cidades do interior, o que pode indicar uma certa disseminação do discurso ambientalista para além dos grandes centros populacionais.

A obra passou por três lançamentos, em novembro de 1976. O primeiro realizou-se na cidade de Cotia-SP, em 05/11/1976, organizado por Waldemar Paioli, da APPN<sup>58</sup>. As demais sessões de autógrafos aconteceram em Porto Alegre, uma na sede da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural - AGAPAN (08/11/1976) e outra na Feira do Livro (13/11/1976).

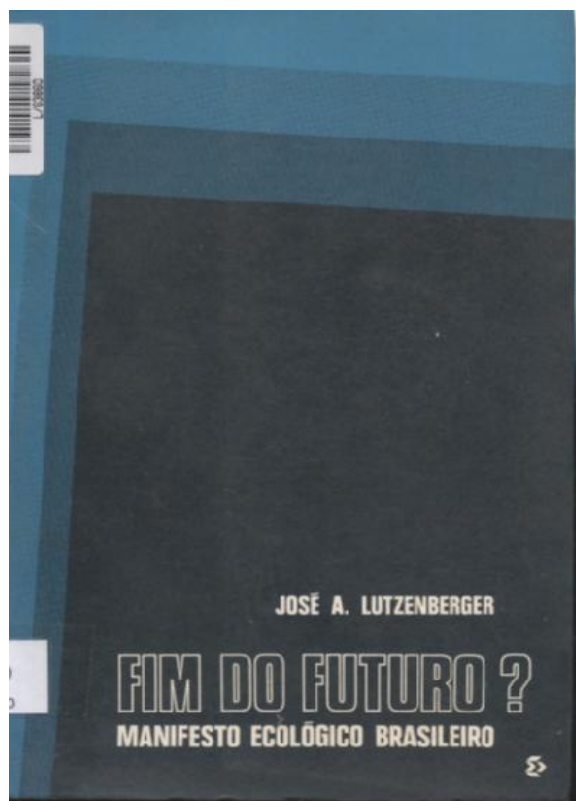
Em correspondência (LUTZENBERGER. Carta a Arturo Eichler, 03/03/1977, APJL), Lutzenberger mencionou números que demonstravam o sucesso da publicação. A versão em livro foi publicada pela Editora Movimento, totalizando 98 páginas, com o mesmo texto do tabloide, mas sem as ilustrações e sem o apoio das nove entidades, em cuja primeira edição saíram 3.000

---

<sup>57</sup> Segundo Lutzenberger, “o pessoal da Fundação” (FBCN) não estaria de acordo com essa linguagem e, por isso, o Manifesto não seria mais publicado por uma série de entidades, mas como ‘Manifesto da Agapan’” (LUTZENBERGER, J. Documento justificando linguagem do Manifesto. S/Data, APJL).

<sup>58</sup> Paioli era jornalista e fundador da APPN. A entidade fora criada em agosto de 1976, inspirada pela fala de Lutzenberger num simpósio de Ecologia, no ano anterior, na cidade de Embu (HOCHSTETLER, KECK, 2007, p. 76).

exemplares. No mês de março de 1977, a edição em tabloide estava quase esgotada, e o livro já havia vendido mais da metade dos exemplares. No final daquele ano, entre setembro e outubro, ambos os formatos encontravam-se esgotados e as segundas edições estavam sendo preparadas.



Capa de *Fim do Futuro?* - Primeira edição em livro, 1976 (BSCSH-UFRGS).

O fato de que as primeiras edições do livro e do tabloide tenham esgotado em menos de um ano é relevante. É claro que o *Manifesto* não teve o alcance de *Limites do crescimento* – que vendeu mais de 12 milhões de cópias e foi traduzido em cerca de trinta idiomas em todo o mundo<sup>59</sup>, ou de *A Blueprint for Survival*, que vendeu mais de 750.000 livros e sua publicação ajudou na criação do Partido Popular na Inglaterra, mais tarde renomeado Partido Ecologia e, finalmente, Partido Verde<sup>60</sup>. Entretanto, podemos afirmar que as vendas de *Fim do Futuro?* foram extremamente significativas, pelo número de leitores atingidos, futuros adeptos em potencial do ambientalismo, aos olhos do autor.

O *Manifesto* teve boa recepção inicial na imprensa gaúcha. No APJL constam duas resenhas do livro, uma menção e uma carta de leitor, todas publicadas em jornais de Porto Alegre e Passo Fundo. A primeira resenha saiu no *Correio do Povo*, logo após o lançamento na AGAPAN, na edição de 11 de novembro. No texto, o historiador e jornalista Sérgio da Costa Franco

<sup>59</sup> THE BIRTH OF THE CLUB OF ROME. Disponível em: <<http://www.clubofrome.org/?p=375>>. Acesso em 01/09/2011.

<sup>60</sup> ABOUT THE ECOLOGIST. Disponível em: <[http://www.theecologist.org/theecologist/266662/about\\_the\\_ecologist.html](http://www.theecologist.org/theecologist/266662/about_the_ecologist.html)>. Acesso em 17/09/2011.

considerou o *Manifesto* “da maior importância como instrumento de abertura de novos horizontes éticos”, entretanto criticava a abstenção do autor “de sugerir as bases de uma economia política ecológica”. Considerava as propostas do ambientalista “tímidas e, até certo ponto, incoerentes, se visualizado o quadro tétrico desvendado nos primeiros capítulos. Ao aplaudir seu livro, não me poupo a esse indispensável reparo. Mas que pretendo? Que além de brilhante naturalista, o autor ainda fosse um político genial?” (FRANCO, 11/11/1976, p. 4, APJL).

Na *Folha da Manhã* de 16 de novembro, na seção “Cartas dos Leitores”, Sérgio de Castro Luís, dirigindo-se ao editor do jornal, comentou que leu o *Manifesto*, salientando a parte em que Lutzenberger diz que os grupos ecologistas “não podem mais ater-se à linguagem tímida”, o que era um convite à ação. O leitor avaliou *Fim do Futuro?* de forma extremamente positiva: “de hoje em diante, este documento deverá ser uma referência obrigatória, não apenas para os que lidam com o assunto, mas para todos que veem na Ecologia um novo modo de viver. O Manifesto deve ser lido por todos aqueles que amam a vida” (FOLHA DA MANHÃ, 16/11/1976, APJL).

Em 13 de dezembro, o jornal *O Nacional*, de Passo Fundo, dedicou uma resenha ao *Manifesto* em sua capa. Segundo o periódico, “esse manifesto mostra de modo muito claro a necessidade de uma retomada de posição diante da natureza e apela para uma profunda reflexão sobre as bases de uma sociedade que não pensa no futuro” (O NACIONAL, 13/12/1976, APJL). Meses mais tarde, em fevereiro de 1977, artigo de José Alfonsin mencionou o *Manifesto* no *Correio do Povo*. Alfonsin considerou as palavras de Lutzenberger no livro “candentes”, e que “valem como aproveitáveis lições, a todos nós que somos envolvidos pelas malhas do imediatismo e vítimas de circunstâncias impostas pela técnica desumana e avassaladora” (ALFONSIN, 10/02/1977, APJL).

Três meses após os lançamentos no Brasil, Lutzenberger recebeu uma proposta de tradução do *Manifesto* para o espanhol, enviada pelo professor da Faculdade de Economia da Universidad de los Andes, Venezuela, Arturo Eichler. O professor, com quem iniciara amizade no período em que morou naquele país, avaliou o trabalho como “simplesmente excelente”. Para Eichler, o livro tinha o mérito de colocar a problemática ecológica de forma clara para o público em geral e, ao mesmo tempo, conseguia manter íntegro todo o fundamento científico. Por esse motivo, considerava que *Fim do Futuro?* deveria ser traduzido “o quanto antes” para o espanhol, e perguntava se o autor confiaria a ele a tarefa da tradução. Eichler estava entusiasmado, acreditava que o conteúdo do Manifesto tinha “perfeita aplicação a todos os nossos países, em sua atual encruzilhada e confusão” (EICHLER. Carta a Lutzenberger, 8/02/1977, APJL). É interessante constatar, nesse pedido, que a aceitação do *Manifesto* ultrapassava a boa recepção inicial na imprensa. A proposta de tradução para o espanhol vinha de um professor universitário (mesmo que fosse também ambientalista, de origem germânica e amigo do autor), indicando que setores

da academia concordavam com as proposições de Lutzenberger e que, talvez, seu projeto fosse aplicável a uma realidade mais ampla, a toda a América Latina.

A publicação saiu no ano seguinte, em 1978, pela Universidade de Los Andes<sup>61</sup>. Até onde pude pesquisar, não houve traduções em outros idiomas. Lutzenberger chegou a receber convite para uma edição da obra também em Portugal, mas essa acabou não se concretizando.

Em sua estrutura final, *Fim do Futuro?* foi dividido em duas partes, precedidas de um preâmbulo e uma introdução, intitulada “Conceito de Ecologia”, que Lutzenberger (1980a, p. 12) definiu como “ciência da Sinfonia da Vida, a ciência da sobrevivência”. Para ele, na natureza, “*tudo está relacionado com tudo* [grifo do autor]”; o equilíbrio dos processos da Ecosfera, entrosada com os seres vivos, a Biosfera, formava o “Caudal da Vida”.

Na primeira parte, “A demolição da Ecosfera”, são apontados os principais problemas causadores da crise. Já na segunda parte, intitulada “Reconquista do futuro”, Lutzenberger seguiu à risca as regras do gênero manifesto, partindo para a proposição de soluções aos problemas ambientais, conclamando seu leitor à ação.

No *Manifesto*, Lutzenberger aborda toda a temática ambiental do ponto de vista ético-filosófico, tecendo uma argumentação programática para o movimento ambientalista. Podemos afirmar que *Fim do Futuro?* trata a crise ecológica como um problema ético, resultado de um comportamento imoral em relação à natureza, e que só a mudança para uma nova ética, a ética ecológica, podereria reverter o quadro assustador, catastrófico que o autor anunciava. Essa formulação é o cerne do projeto ambientalista de Lutzenberger, o qual conclamava as pessoas a refletirem e mudarem seu comportamento, sua ética. Aliadas poderosas para concretizar esse projeto seriam a educação e a ciência, porém *ciência com ética*, para impedir que a humanidade destruísse sua “nave espacial” e, com isso, abalasse a “harmônica sinfonia do universo”.

As ideias defendidas por Lutzenberger no *Manifesto* são referidas ao longo da tese, de acordo com as temáticas abordadas. O livro foi um poderoso instrumento de difusão da ética e da necessidade de conscientização ecológica, como veremos a seguir.

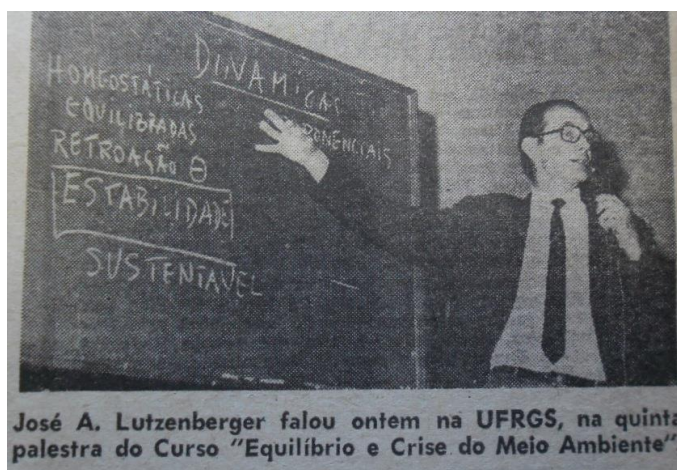
### *Conscientização Ecológica nos anos 1970*

A partir da atuação constante de Lutzenberger e demais membros da AGAPAN (e de outras associações ambientalistas) na imprensa, junto aos órgãos públicos, em reuniões e palestras, e da publicação do *Manifesto*, ocorreu uma ampla difusão de conhecimentos sobre Ecologia no Rio Grande do Sul e no Brasil. Segundo Guimarães (1998, p. 73), os movimentos ecológicos surgidos

---

<sup>61</sup> Infelizmente, não consta no arquivo privado de Lutzenberger documentação a respeito de algum lançamento no exterior. Além da edição venezuelana, a obra em espanhol foi publicada também no Equador: LUTZENBERGER, José. *Manifesto Ecológico. ¿Fin del futuro?* Cuenca, Ecuador: Editorial Universidad de Cuenca, 1981.

nos anos 1970 se caracterizaram por “um conjunto de ações que levaria as pessoas à conscientização sobre as melhores formas de se relacionarem com o ambiente natural e, dessa forma, protegerem a própria continuidade da vida”. Uma das ações frequentes que confirma esse caráter educativo da AGAPAN foi a promoção de cursos sobre Ecologia, como, por exemplo, o intitulado “Equilíbrio e crise do Meio Ambiente”, promovido pela entidade em conjunto com mais seis instituições<sup>62</sup>, no qual palestrariam “professores da UFRGS, PUCRS e cientistas especializados no assunto” (FOLHA DA TARDE, 08/05/1973, p. 21, APJL). A presença de palestrantes especialistas na área e a associação com instituições universitárias demonstra a aceitação do discurso ambientalista nos meios científicos, nesse período inicial, e também a busca de legitimidade para esse discurso. Lutzenberger foi um dos palestrantes do curso, ocorrido no Salão de Atos da UFRGS, quando abordou o problema do lixo atômico e do lixo em geral, estimulado pela “obsolescência planejada”, traçando “perspectivas bastante sombrias para a humanidade” (FOLHA DA TARDE, 07/06/1973, p. 43, APJL). Abaixo, foto de Lutz no evento:



FOLHA DA TARDE. Lutzenberger. Porto Alegre, 07/06/1973, p. 43 (APJL).

Lutzenberger publicou também extensos artigos no *Correio do Povo*, nos anos 1970. Um deles, *Ecologia, Ciência da Sobrevivência* (CORREIO DO POVO, 17/12/1972, p. 18, APJL), abordava várias definições, ou aspectos, da Ecologia. A definição científica seria “de que se trata do estudo das relações dos seres vivos entre si e com seu ambiente (...) do funcionamento da natureza”; uma definição “mais moderna seria de que é o método da dinâmica dos sistemas, aplicado aos sistemas de suporte de vida da biosfera”; outra definição, “de maior atualidade na presente situação do globo é de que a ecologia é a ciência da sobrevivência, uma vez que ela estuda os sistemas de suporte na vida na Terra”. Em sua visão, se a humanidade quisesse sobreviver,

---

<sup>62</sup> UFRGS, Sociedade de Biologia do RS, Associação dos Pesquisadores do RS, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Sociedade Brasileira de Genética e Museu Rio-grandense de Ciências Naturais.

precisaria conhecer melhor esses sistemas naturais, compreender o funcionamento da ecosfera; necessitava, enfim, da “ciência da sobrevivência, da ecologia”. Para Lutzenberger, essa compreensão levava ao aspecto moral da ecologia, sua definição como “ciência revolucionária, porque ela nos obrigará a uma revolução, a uma reviravolta radical em nossa atitude diante do mundo em que vivemos”. Segundo ele, o homem ocidental, responsável pela sociedade tecnológica industrial, tanto no socialismo como no capitalismo, “acha que tudo foi criado só para ele, para sua vantagem e seu deleite (...). Ele tem uma moral muito estreita, estreitíssima, que não inclui nenhum dos milhões de outras espécies, ela não inclui sequer seus próprios descendentes [mas] a ecologia lhe está dizendo que ele está profundamente, tragicamente enganado”. Defendendo uma postura anti antropocêntrica, Lutzenberger acreditava que a ecologia mostrava que o ser humano “é apenas um entre uma infinidade de atores num processo fabuloso, único”.

No texto, Lutz apresentou “os quatro princípios básicos da ecologia”:

- o da necessidade da variedade, isto é, da necessidade da sobrevivência de todas as espécies;
- o da necessidade de ciclos fechados para todos os recursos;
- o da interdependência e interação de todos os processos naturais;
- o da impossibilidade do crescimento ilimitado, já que os elementos naturais são finitos.

Também em 1972, Lutzenberger proferiu palestra sobre esses quatro princípios. Divulgada num dos jornais da capital, atraiu a atenção de Magda Renner<sup>63</sup>, uma das fundadoras da ADFG. Segundo seu próprio depoimento (BONNES, HASSE, 2002, p. 86), depois de assistir a palestra, “foi como se abrissem quatro janelas para olhar o mundo lá fora e eu visse um novo mundo, um mundo com uma nova perspectiva, e essa perspectiva até hoje só se confirmou”. Convencida por Lutz, passou a difundir suas ideias sobre ecologia e, como presidente da ADFG, a partir de 1974, dirigiu as atividades da entidade para a área ambiental, participando de várias campanhas conjuntas com a AGAPAN.

Várias lutas foram travadas nesse terreno durante a década de 1970, muitas protagonizadas por Lutzenberger e Renner. Uma das mais importantes foi contra a instalação do Polo Petroquímico no Rio Grande do Sul, cujas pesquisas sobre o local em que esse deveria ser construído começaram em 1976, para evitar o que ocorrera com a Borregaard. Lutzenberger manifestou-se contra a instalação do polo, argumentando que “o progresso não deve ser medido na

---

<sup>63</sup> Magda Renner (1926 -), nora do conhecido empresário gaúcho A. J. Renner, foi referência feminina no ambientalismo gaúcho. Ela assumiu a presidência da ADFG em 1974, posição que ocupou até 1998. Pelo reconhecimento de seu trabalho, bem como das companheiras de Associação, a ADFG foi convidada a integrar a maior federação internacional de entidades ambientalistas, *Friends of the Earth*, passando a ser, a partir de 1983, seu único membro brasileiro; por isso, mudou o nome para Núcleo Amigos da Terra. Durante os anos 1970 e começo dos 1980, Magda e Lutz uniram forças em diversos momentos, como a luta contra os agrotóxicos, a Operação Hermenegildo (maré vermelha) e a luta contra o Pólo Petroquímico, entre muitas outras. Desde 1998, se tornou Presidente de Honra (cargo do qual não houve um desligamento formal, mas um desligamento de fato por motivos de saúde já desde 2001/2002). Magda, infelizmente, sofre de Síndrome de Alzheimer.

simples movimentação de materiais e no fluxo de dinheiro”. Para ele, “a instalação precipitada do polo, prescindindo até de estudos prévios quanto a seus custos ambientais, é apenas uma aceleração da corrida em direção ao precipício” (FOLHA DA MANHÃ, 13/08/1976, APJL). A própria ideia de permitir o polo já estava errada, em sua opinião, pois partia de um enfoque filosófico que precisava ser invertido: “sabemos que atualmente estão preparando agressões violentas contra o Guaíba e não se consegue informação, mas a verdadeira questão não é essa. A questão é saber se queremos esse polo. Mas esse tipo de posicionamento eles não aceitam” (FOLHETIM, 14/05/1978, APJL).

A seguir, tratamos outra importante luta de Lutzenberger: a militância pelo não uso da energia nuclear. Para ele, nem mesmo os fins pacíficos justificavam os males que essa tecnologia (dura) poderia causar.

### **O Pesadelo Atômico: Energia nuclear**

Lutzenberger se manifestou várias vezes contra a energia atômica. Criticou-a já no *Manifesto*, tanto para usos bélicos como pacíficos; a energia nuclear poderia ser, para ele, o motivo de uma catástrofe no Brasil, com a inauguração da central de Angra dos Reis<sup>64</sup>. Em sua opinião, somente com um desastre, talvez o governo mudasse a política de desenvolvimento econômico e as pessoas fariam “as pazes com a natureza” e seguiriam “o caminho da sobrevivência, que é, em síntese, o caminho da ecologia” (OESP, 09/11/1977, APJL).

No Brasil, o movimento antinuclear se originou entre estudantes de física, em resposta ao anúncio de um acordo nuclear entre Brasil e Alemanha em 1975 (HOCHSTETLER, KECK, 2007, p. 80). Além de Lutzenberger, representando o movimento ambientalista, outros líderes se manifestaram. Da igreja católica, podemos citar o Cardeal Paulo Evaristo Arns, e como representante da área científica, Antônio Carlos de Oliveira (Tonhão), que fez parte de uma comissão da Sociedade Brasileira de Física que escreveu o primeiro manifesto crítico em relação ao acordo nuclear.

Lutz considerava essa temática tão importante, que publicou um livro sobre ela, intitulado *Pesadelo Atômico* (1980b). Na obra, criticou a concentração da megatecnologia no setor energético, considerando-a responsável pela poluição, ao priorizar os combustíveis fósseis para gerar energia, pela perspectiva de um colapso energético no futuro e por ser o maior entrave ao desenvolvimento de energias limpas. A descentralização do processo, conforme o autor,

---

<sup>64</sup> A Central de Angra dos Reis (Angra 1) é parte da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, nome do Almirante que liderou o Programa Nuclear Brasileiro, que remonta à década de 1950, com a criação do CNPq. Em 1976, durante o governo Geisel, foi assinado um acordo com a Alemanha para a compra de 10 reatores nucleares, o que gerou crítica dos ambientalistas. A usina só foi inaugurada em 1986, com um reator nuclear construído pela *Westinghouse Electric Company*, dos EUA.



aumentaria a eficiência termodinâmica no uso da energia, ou seja, diminuiria as perdas comuns na transmissão para as grandes cidades. Um capítulo desse livro foi reproduzido em matéria de *O Estado de São Paulo*, onde Lutzenberger é citado como “o primeiro ativista nuclear brasileiro” (OESP, 21/06/1980, APJL).

Trata-se do texto “O embuste nuclear”, onde Lutz comenta sua participação em debate transmitido pela TV-Guaíba, de Porto Alegre, sobre o uso da energia atômica. Nesse debate, o diretor superintendente da NUCLEN – Nuclebrás Engenharia S/A, que ele chama de “nucleocrata”, argumentou a favor de que o Brasil assinasse o Tratado nuclear Brasil-República Federal Alemã, alegando que a demanda energética aumentaria muito (10% ao ano). Também participante do programa de TV, o físico Alfredo Aveline combateu esse argumento, pelo fato de que, segundo esse percentual de aumento, a cada sete anos, seria necessário construir 160 reatores nucleares do porte de Angra 2. Isso aumentaria muitíssimo o risco de acidentes graves.

Para nosso personagem, esse tipo de risco “apoiar-se no dogma fundamental da moderna sociedade industrial, capitalista ou comunista – não há diferença nesse ponto – que diz que precisamos crescer sempre; qualquer desaceleração nas taxas de aumento do PNB é considerada depressão, é desastre econômico” (LUTZENBERGER, 1980b, p. 30-31). Lutz criticou inúmeras vezes o cálculo desse índice que, em sua opinião, somava “indistintamente criação de riqueza, como quando se colhe soja ou se constroem casas, como consumo de capital irrecuperável, como quando se consome minério ou se devasta a floresta amazônica”. Nesse tipo de conta, “não se conhecem conceitos como felicidade pessoal, harmonia social, integração Homem-Natureza (...). Os custos sociais ou ecológicos serão o ‘custo do progresso’” (p. 31).

Em seu afã de condenar a energia nuclear, Lutz relacionou seu uso com elementos místico-religiosos: “Não é à toa que este elemento [plutônio], que é o mais tóxico que se possa imaginar e que a Natureza teve a gentileza de fazer desaparecer antes do aparecimento da Vida na Terra, deriva seu nome de Plutão, o deus das Trevas! [sic.] (LUTZENBERGER, 1980b, p. 33)”. Além disso, “convém lembrar que um dos mais fanáticos defensores dos reatores nucleares, Weinberg, comparou a tecnologia nuclear com o pacto faustiano. Para aqueles que não leram o Dr. Fausto, de Goethe: o Dr. Fausto, para poder gozar de alguns anos de vida faustosa e dissipada, vendeu a alma ao Diabo. O Diabo veio cobrar muito antes do esperado” (IDEM). É interessante o uso desse tipo de argumento contra a energia atômica, já que ele não frequentava nenhuma igreja. Por outro lado, parece que usava a retórica religiosa quando era conveniente para reforçar suas posições, num tom de certa ameaça: a energia atômica era o “deus das trevas”, o “demônio” com quem os humanos estavam negociando e, por isso, poderiam se dar muito mal.

O ambientalista também lembrou que, além dos altos riscos e custos para implantar usinas atômicas no Brasil, o país era o “mais rico em energia alternativa no mundo: radiação solar,

desnível hídrico, especialmente os pequenos desníveis para aproveitamento local, vento, biomassa, todos aproveitáveis com tecnologias acessíveis às nossas pequenas indústrias” (LUTZENBERGER, 1980b, p. 34). As usinas nucleares representariam mais uma forma de megatecnologia concentrada, à qual Lutz era contra, pois acreditava que “o gigantismo tecnológico pressupõe projetos complexos e caríssimos (...); pressupõe superempreitadas de execução de obras e gigantescos contratos de fornecimento de materiais, com tudo o que isso promove de corrupção. (...) A megatecnologia é o melhor instrumento para a criação de estruturas de poder” (p. 35).

Uma questão presente nos demais artigos de *Pesadelo atômico* é a preocupação com os efeitos da energia nuclear para a saúde humana, tanto no período em que o autor escrevia, como para as gerações futuras. No capítulo “Os perigos da poluição nuclear”, ele mostra-se apreensivo com a radiação ionizante, fruto do trabalho de reatores nucleares, capaz de causar danos ao código genético. Quando essa radiação interfere numa célula somática (em qualquer parte do organismo), segundo Lutz, “o estrago pode ser tão grande que esta célula morre – ainda bem – mas ele pode também significar desordem na informação. Está desencadeado o câncer ou a leucemia”. Porém, se ela interferisse no código genético de uma célula germinal (gametas), “os estragos interessam à espécie, porque atingem as gerações futuras. Uma alteração no código genético de uma célula germinal pode significar mutação” (p. 22-23). Como a meia vida dos elementos radioativos é muito elevada, sua desintegração no ambiente pode demorar vários milhares, ou até mesmo milhões de anos. Lutz alertava que

a poluição nuclear prepara castigo para quem viverá em sociedade que ainda nem se pode imaginar e até mesmo em épocas que da atual talvez nem memória mais serão. Não somente os efeitos genéticos hoje desencadeados o são a longo prazo – séculos ou milênios – mas a longevidade dos poluentes nucleares fará com que sejam desencadeados sempre novos efeitos enquanto durarem esses poluentes no ambiente, no caso do céσιο 137 e do estrôncio 90, até 500 anos; no caso do iodo 129, até 300 milhões de anos (LUTZENBERGER, 1980b, p. 23).

Em função dessa possibilidade catastrófica alardeada por ele, declarou em entrevista (OESP, 14/04/1977, APJL) que considerava a energia nuclear “simplesmente monstruosa e imoral”. Nesse sentido, considerava que a humanidade aproximava-se de “uma encruzilhada fatal”, tema do capítulo “Alternativa fatal”, publicado em *Pesadelo atômico*. Em sua visão, as usinas nucleares introduziam no ambiente “a mais funesta e irreversível das formas de poluição”, capazes de causar danos e mutações genéticas à toda a espécie humana. Mas ele acreditava que havia opção a esse caminho “fatal”: o caminho suave, das tecnologias brandas. Sobre elas, dedica a maior parte do capítulo, especialmente o uso das chamadas fontes de energia alternativa, como solar, eólica, hidráulica, bioconversão, marés, etc. Porém, elas deviam ser utilizadas de forma descentralizada, por exemplo, a energia solar não deveria tornar-se fonte para usinas gigantescas, mas sim, segundo Lutz, gerar energia por meio de painéis solares individuais. Para ele, a

descentralização poderia ser aplicada a todas as fontes “suaves”, o que levaria a “mais justiça social. Menos êxodo rural” (LUTZENBERGER, 1980b, p. 61). Convém chamar a atenção para a preocupação social presente no pensamento de Lutzenberger, ao lado da luta pelo ambiental. Em sua visão, “o caminho brando que a ecologia propugna é, justamente, o caminho da justiça social. Justiça social e justiça ambiental são as duas faces da mesma moeda” (p. 71). O uso das energias “alternativas” iria nessa direção, proporcionado, ao mesmo tempo um ambiente mais saudável para as gerações atuais e futuras e justiça social, na medida que geraria mais empregos e não serviria como instrumento de dominação, como era o caso das megatecnologias, entre elas as usinas nucleares.

## 1978

Um ano especial para Lutzenberger, na década de 1970, foi 1978. Em parte dele (entre abril e maio) participou da Operação Hermenegildo, encabeçada pela AGAPAN e pela ADGF, para esclarecer sobre o episódio da mortandade de mariscos, ocorrido em abril, na praia homônima, localizada em Santa Vitória do Palmar-RS, tratada pelos órgãos governamentais como um fenômeno natural, a “maré vermelha”. No entanto, setores da imprensa, ambientalistas e técnicos do Centro de Pesquisas Toxicológicas do Rio Grande do Sul, localizado em Pelotas, defendiam que a causa da mortandade era um produto químico perigoso, agrotóxico fabricado pela Dow Chemical e que teria vazado do navio Taquari, naufragado em Cabo Polônio (Uruguai), em 1971 (PEREIRA, 2009).

Lutzenberger foi até a praia de Hermenegildo, onde constatou um “odor marcante”, e encontrou algas, porém duvidou que elas tivessem causado o desastre, pois, segundo ele, “maré vermelha não mata marisco, só peixe, e também não mata capim. Os problemas pulmonares observados em animais e pessoas também não são típicos desse fenômeno natural” (DREYER, 2004, p. 225). Inclusive o próprio Lutzenberger passou mal durante a estadia na praia. Essa viagem foi diversas vezes lembrada por ele, mais tarde, como o evento causador do início de uma forte tosse, que o acompanharia até a morte, como veremos mais de perto no capítulo 7.

Antes de um laudo oficial ser publicado, representantes do governo cogitavam a hipótese de um fenômeno natural como causa do desastre ecológico. O próprio Secretário Especial do Meio Ambiente na época, Paulo Nogueira Neto (que visitou o local, em 21/04/1978), defendeu a hipótese da maré vermelha. Lutzenberger, que já criticara Nogueira Neto, como vimos na correspondência com o Almirante Belart, protestou fortemente contra a atitude do Secretário, sugerindo renunciasse ao cargo (ZERO HORA, 23/04/1978, p. 31, MCSHJC). Pesquisa independente de técnicos do centro de Pesquisas Toxicológicas do Rio Grande do Sul, sediado em Pelotas, chegou à conclusão de que a contaminação da Costa-Sul fora causada pela substância Iso-

Tiocianato de Metila. Porém, a divulgação desse laudo, diretamente à imprensa e não às autoridades sanitárias (talvez porque os pesquisadores temessem que o documento “desaparecesse”, como no caso da Borregaard) não agradou ao Secretário de Saúde, Jair Soares, e ao Ministro da mesma área, Almeida Machado. Para além das divergências, ainda havia a proibição da pesca e da comercialização de peixes, por conta do problema ambiental, o que estava prejudicando os pescadores da região (IDEM).

Em 25 de abril, saiu o laudo oficial, afirmando que a morte dos mariscos fora causada pela maré vermelha. Para as entidades ambientalistas, e particularmente para José Lutzenberger, a nota era insatisfatória. No dia anterior à divulgação do laudo, 24 de abril, a AGAPAN já havia votado moção de desconfiança à versão da maré vermelha, em sua reunião semanal (ZERO HORA, 26/04/1978, p. central, MCSHJC). Naquela mesma reunião, foi lançada a campanha *Operação Hermenegildo*, idealizada pelas integrantes da ADFG. Durante o evento, a presidente da entidade, Magda Renner falou aos presentes que pretendia realizar “um trabalho unificado para salvar as águas do Atlântico Sul”, contando “com o apoio do público em geral, a fim de reivindicar certas medidas das pessoas responsáveis pelo controle das poluições no País” (IDEM). A associação feminina reiterou a posição de insistir até o fim no total esclarecimento do desastre ecológico, pois, segundo as evidências dos ambientalistas, de tempos em tempos ocorria o fenômeno da maré vermelha, porém ele nunca causara a morte de tantos mariscos como em 1978.

Mesmo com a campanha, que ganhou boa repercussão na imprensa gaúcha<sup>65</sup>, os ambientalistas não conseguiram provar a tese de que o afundamento do navio Taquari teria sido a causa da mortandade na praia do Hermenegildo. A versão oficial, relativa à Maré Vermelha, permaneceu e, na verdade, não se chegou a provar nenhuma das duas hipóteses. Em entrevista mais recente, Magda Renner disse que essa foi uma luta de certa forma frustrante, e que a ADFG tem a maré vermelha “nas costas” (BONNES, HASSE, 2002, p. 92).

Em 28 de setembro de 1978, Lutzenberger discursou no I Simpósio Brasileiro de Ecologia, realizado em Curitiba. Ele fora convidado a participar de uma mesa pelos organizadores do evento, no entanto, quase foi impedido de falar. Segundo Lutz, o evento teve “cunho oficial e foi montado para que se chegasse à conclusão de que tudo está bem em matéria de ecologia no país”. Após sua chegada, soube que havia sido convidado somente para ouvir e não para falar e teria percebido a irritação do público, “porque havia forte censura de expressão” (DCI, 03/10/1978, APJL). Mesmo assim, pediu para ler “uma declaração de princípios do movimento de luta ambiental, redigida por quatro associações ambientalistas do Rio Grande do Sul” (PENSAMENTO ECOLÓGICO, 1978,

---

<sup>65</sup> O assunto foi capa do jornal *Zero Hora* de 05 a 15 de abril, ininterruptamente. Este periódico publicou uma série de reportagens, intituladas “morte no mar”, com uma foto de um leão-marinho morto no desastre. Também foi capa da *Folha da Tarde* de 10 a 15 de abril. Os jornais publicaram fotos de animais, como um cão, um cavalo, peixes leões, lobos-marinhos mortos nas praias, e até mesmo de cadáveres humanos.

p. 3, AGCRJ). Como a censura era forte, os organizadores pediram para examinar o texto que ele iria ler: “chegaram a arrancar o texto da mão de uma representante da AGAPAN” (JORNAL DO BRASIL, 29/09/1978, APJL). Com isso, Lutz gritou “pela abertura democrática, de federalismo de verdade, e divisão de poderes de fato, de um máximo de autosuficiência e autogestão” (PENSAMENTO ECOLÓGICO, 1978, p.3, AGCRJ). Convém frisar essa declaração de Lutzenberger. Ela é importante, pois é uma das primeiras (talvez a primeira) vezes que nosso personagem defende publicamente a volta da democracia. Pelos documentos analisados no APJL, parece-nos ser uma de suas primeiras manifestações explícitas contra a ditadura, em evento público, e que ganhou repercussão ao ser noticiada nos principais jornais do país, como *Jornal da Tarde*, *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Correio Braziliense*, etc.

Lutz despediu-se do público “e ia embora quando foi chamado de volta: havia vencido a discussão, as suas condições foram aceitas, gerando uma grande crise entre os organizadores” (PENSAMENTO ECOLÓGICO, 1978, p.3, AGCRJ). Conseguiu então ler o documento, entre sucessivas ondas de aplauso, durante vinte minutos, “sendo aplaudido de pé” (DCI, 03/10/1978, APJL) por uma plateia “ávida de ação e medidas concretas no momento mais crítico do nosso desenvolvimento” (CORREIO BRAZILIENSE, 07/10/1978, APJL).

O documento lido por Lutz, a “Declaração de princípios do movimento de luta ambiental”<sup>66</sup>, criticava “os modelos desenvolvimentistas da atual sociedade de consumo [que] repousam no esbanjamento orgiástico de recursos limitados e insubstituíveis” (PENSAMENTO ECOLÓGICO, 1978, p. 6-8, AGCRJ). Acusou “as estruturas dominantes do poder”, tanto nos países capitalistas como nos comunistas, e defendeu a necessidade “de repensar agora as bases mesmas de nossa ideologia desenvolvimentista. Precisamos redefinir progresso”. Em sua visão, progresso deveria ser concebido não somente em termos materiais e financeiros, mas como “aumento da soma da felicidade humana e manutenção da integridade, harmonia e sustentabilidade do grande caudal da vida nesse Astro. Daí decorrerão novos e fundamentalmente diferentes modelos de desenvolvimento”. No final da declaração, o documento ganhou um viés político importante, conclamando à participação popular, num tom bastante crítico, se pensarmos que o contexto da ditadura militar cerceava a liberdade de expressão e as mobilizações populares:

é indispensável que torne a população a participar das grandes e pequenas decisões que afetam seu destino. Ela não poderá mais ser mantida à margem para, passivamente, submeter-se às decisões do totalitarismo tecnocrático que decida para ela, iniciando, inclusive sem consultá-la, passos tão graves quanto é o caminho nuclear (...). Precisamos de abertura democrática real, de participação cidadã, de descentralização administrativa, federalismo de verdade e divisão de poderes de fato, de um máximo de eficiência e autogestão (PENSAMENTO ECOLÓGICO, 1978, p. 6-8, AGCRJ).

---

<sup>66</sup> Documento assinado pelos representantes de quatro entidades gaúchas: Lutzenberger (AGAPAN), Magda Renner (ADFG), Assis Hoffmann (ANAI) e Luiz Moura Batista (ASPRAN).

Como apontamos acima, nesse discurso, de forma inédita, Lutz clamava pela abertura política, utilizando, inclusive o léxico dos discursos que pediam redemocratização. Após essa fala, começaram a correr listas de assinaturas para que Lutzenberger proferisse uma conferência durante o Simpósio. O abaixo-assinado foi confiscado pelos promotores do evento, mas devolvido por ordem do governador do Paraná, Jayme Canet (ARENA) “impressionado com a repercussão do veto ao ecólogo gaúcho” (PENSAMENTO ECOLÓGICO, 1978, p. 5, AGCRJ). Com mais de 1500 assinaturas, o documento surtiu efeito: Lutz ganhou uma hora e meia para fazer a conferência, no último dia.

Em 29 de setembro, Lutz proferiu a conferência tão solicitada pelos jovens que participavam do Simpósio (segundo a revista *Pensamento Ecológico*, a grande maioria dos participantes tinha entre 16 e 19 anos). Começou falando que algumas pessoas interpretaram a Declaração lida no dia anterior como se ele quisesse “uma briga com o Governo. Mas a nossa briga não é contra esse ou aquele governo (...). Estamos brigando com um certo esquema mental, a briga do movimento ecológico é com a ideologia básica dessa moderna sociedade industrial” (PENSAMENTO ECOLÓGICO, 1978, p. 12, AGCRJ). É interessante que, nesse segundo momento, ele “suavizou” o tom de suas palavras, possivelmente, temendo alguma represália do regime. A “causa” principal que ele atribuía a todo o movimento era a proposição de uma nova ética ecológica, contra a ideologia econômica das sociedades capitalistas e comunistas, pois ambas se baseavam em axiomas “aceitos sem discussão, falsos e em oposição diametral com as leis da vida”: o antropocentrismo; o pensamento econômico preocupado apenas com números e com a quantificação; e o crescimento econômico como sinônimo de progresso. Convém destacar que Lutzenberger manifestou uma crítica direta ao antropocentrismo no evento. Para ele, o “dogma do antropocentrismo” aparecia implicitamente nos livros de economia e nas declarações de políticos e tecnocratas, nos quais se poderia perceber a ideia de que “o homem é a única criatura importante neste planeta, daí todos os recursos vivos ou inanimados - a palavra recurso já resulta deste esquema mesmo - tudo o demais só tem sentido em função da sua utilidade imediata ou não para o homem” (CORREIO BRAZILIENSE, 07/10/1978, APJL). Lutzenberger criticava o antropocentrismo como uma ética exclusivista, “uma ética que exclui todos os seres não humanos”. Também é relevante constatar que ele percebia o sentido da palavra “recurso” como base de uma ética antropocêntrica, aliás, motivo pelo qual não o utilizo nesta tese, como já referi na introdução.



JORNAL SEAGRI. Lutzenberger no I Simpósio Nacional de Ecologia. Curitiba, setembro de 1978 (APJL).

Em novembro de 1978, Lutzenberger ganhou o prêmio de “Engenheiro Agrônomo do Ano” da Associação dos Engenheiros Agrônomos de São Paulo (AEASP). Segundo o jornal da entidade (Jornal do Engenheiro Agrônomo – JEA), a láurea foi concedida a Lutz em função de seu trabalho como “defensor intransigente da preservação do meio ambiente” (JEA, novembro/1978, APJL). A escolha do nome estava em consonância com a plataforma de gestão da entidade, que se propunha a “defender a preservação do ambiente como garantia de melhor qualidade de vida para as gerações presentes e futuras”. Além disso, o escolhido realizava na prática outro ponto da plataforma da entidade, “a manifestação dos profissionais de agronomia através da imprensa e a ampliação das discussões nacionais”. O editorial do JEA reconhecia, no entanto, que a escolha do agraciado era polêmica, “pela sua forma deliberadamente agressiva e radical de colocar seus pontos de vista (...), porque acusa certos setores de só visarem seu lucro ou manutenção do poder (...), e porque ao propor uma agricultura sustentável, em homeostase, questiona certas premissas da tecnologia moderna, propondo que sejam reestudadas” (IDEM). Como veremos no capítulo 3, filiados da AEASP ligados à indústria agroquímica tentaram “cassar” o prêmio de Lutzenberger, o que levou a uma disputa bem interessante entre os engenheiros agrônomos.



JEA. *Uma homenagem consagrada*. Cerimônia de entrega do prêmio. São Paulo, Novembro de 1978 (APJL).

Em 1978, Lutzenberger também foi escolhido uma das personalidades do ano pela revista *Status*<sup>67</sup>. A publicação mencionava como destaques do ano pessoas e acontecimentos. No plano nacional, referiu o fim do AI-5, que tornou o presidente Geisel “a maior figura de nossa política”; a eleição de Paulo Maluf como governador de São Paulo, a ascensão de Fernando Henrique Cardoso “de desconhecido professor ao mais futuro líder do MDB no Brasil”, e de Lula, “líder dos metalúrgicos da grande São Paulo, [que] ganhou a importância de ser, talvez, o ‘maior eleitor’ do país”. Na área cultural, a revista citava o escritor Rubem Fonseca como o “mais censurado”, e Cacá Diegues, por denunciar as “patrulhas ideológicas” no cinema. No campo da ecologia, destacou “o gaúcho José Lutzenberger, eleito o ‘ecólogo do ano’” e o Cacique Niré, “o guerreiro de Nonoai que expulsou os brancos de suas terras - foi a primeira vez que o índio levou a melhor” (STATUS, Jan/1979, p. 48-49, APJL). Entre outras personalidades destacadas pela revista, estavam John Travolta, Danusa Leão, Sonia Braga, Bruna Lombardi, João Paulo II (primeiro papa vindo de país comunista, que assumira naquele ano) e Cristina Onassis. Considerando que a *Status* foi importante publicação nos anos 1970, receber o título de destaque do ano da revista era sinal de grande influência e prestígio naquele contexto. Podemos inferir que, a essa altura, Lutzenberger já era figura relativamente conhecida no país, projeção que, em breve, ganharia âmbito internacional. Abaixo reproduzo recorte da ilustração/charge que acompanha a matéria. No centro, Lutzenberger tenta regar vasos de plantas, na verdade, uma redução bem humorada do que seria a luta ecológica:

---

<sup>67</sup> *Status* foi a primeira revista masculina publicada no Brasil, a partir de agosto de 1974 pela Editora Três (a *Playboy* brasileira começou a ser publicada em 1975). Mais sobre a história da *Status* em seu *website*: <<http://www.revistastatus.com.br/2011/05/05/as-heroinas-da-resistencia/>>. Acesso em 09/01/2014.





STATUS. Eles fizeram o ano de 1978. São Paulo, Edição de Janeiro de 1979 (APJL).

### *O empreendedor Lutz*

Visando obter independência financeira para sustentar a família através de atividades voltadas à resolução dos problemas ambientais, Lutzenberger fundou, em 1979, duas empresas: a Tecnologia Convivial - Consultores em Desenvolvimento Ecológico Ltda., focada em paisagismo, e a Vida - Produtos e Serviços em Desenvolvimento Ecológico, dedicada à reciclagem de resíduos industriais. As atividades iniciais das empresas voltaram-se à prestação de assessoria de paisagismo e ao tratamento de efluentes. Um dos primeiros clientes da Vida foi um curtume em Bento Gonçalves-RS, assessorado para realizar a compostagem da casca de acácia proveniente da indústria de tanino, cujo produto final, a matéria orgânica, retornava à agricultura na forma de fertilizante (VIDA, *Online*).

A Vida foi registrada em Farroupilha-RS (Conforme informação de Lilly, via *E-mail*), mas devia funcionar de fato em Bento Gonçalves, onde Lutz montou uma “fabriqueta” para transformar resíduos de curtumes da região em adubos orgânicos. No local, produzia os adubos “TERRA VIVA e SOLO VIVO, vendidos nos supermercados” (LUTENBERGER. SUGESTÃO, 19/05/1986, APJL).

Na busca de conhecimentos para as tecnologias de tratamento de esgotos e efluentes, Lutzenberger participou de uma rede internacional de cooperação técnica voltada a projetos

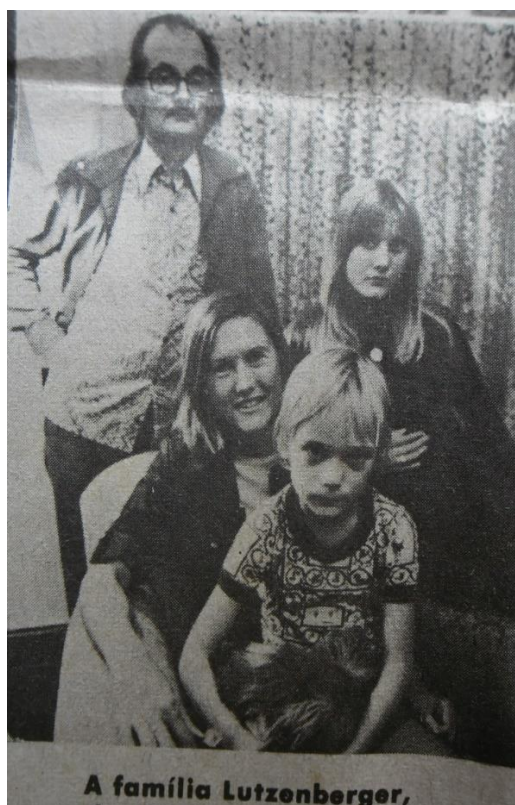
sustentáveis. Denominada VITA – Volunteers in Technical Assistance, tratava-se de uma organização privada sem fins lucrativos que fornecia informação técnica a indivíduos e grupos. No APJL consta correspondência trocada entre Lutz e consultores da Vita entre 1978 e 1980, em que o ambientalista gaúcho perguntava, por exemplo, que tipo de plantas aquáticas utilizar em regiões frias para a limpeza de efluentes em lagoas, e quais os melhores métodos para reciclar as sobras de couro e de tecelagens (LUTZENBERGER, Carta a VITA. Porto Alegre, 15/07/1978, APJL); também solicitava contato com movimentos norte-americanos de agricultura orgânica (LUTZENBERGER, Carta a VITA. Porto Alegre, 25/06/1978, APJL).

A partir de 1988, as empresas de Lutzenberger iniciaram um trabalho de assessoramento à Riocell - Celulose Rio-grandense no tratamento de seus lodos. Depois de um período de análises desses resíduos, teve início a sua transformação em adubos orgânicos para comercialização e uso na agricultura e jardinagem. Abordamos esse processo no capítulo 6.

Em 1997, as duas empresas de Lutz se fundiram sob o nome de VIDA - Produtos e Serviços em Desenvolvimento Ecológico (talvez inspirado na rede internacional), que atua até hoje, sob a direção das duas filhas de Lutzenberger, Lara e Lilly. A Vida se dedica principalmente ao tratamento de resíduos de fábricas de celulose, mas também atende o setor têxtil, frigorífico, madeireiro, químico e metalúrgico, além de prestar serviços de paisagismo e educação ambiental.

### **Um Dom Quixote?: Concluindo o capítulo**

Neste segundo capítulo, enfocamos o início da militância ambientalista de Lutzenberger, adentrando lutas importantes durante os anos 1970. Pressionado pelas circunstâncias da empresa e, ao mesmo tempo, motivado pela leitura de textos que noticiavam a emergência da ecologia como movimento de contestação em diversos países, Lutz decidiu deixar a BASF e voltar ao Brasil, onde fundou a AGAPAN, em 1971, com um grupo de biólogos, engenheiros agrônomos, jornalistas e outros interessados em proteger a natureza. Sua vida mudou completamente. A militância ambientalista exigiu enormes esforços na escrita de textos, proferimento de palestras, participação em reuniões: Lutzenberger tornou-se uma figura pública e assediada pela imprensa, políticos e simpatizantes do movimento ambiental. Mas, de certa forma, essa projeção intelectual e militante cobrou sacrifícios familiares: seu tempo para a mulher e as filhas diminuiu muito, a casa vivia cheia de gente e o telefone tocava a qualquer hora do dia ou da noite, como me relatou sua filha Lilly. Em matéria de OESP (14/04/1977, APJL), consta uma foto da família Lutzenberger, atingida pelas solicitações constantes feitas a ele em função da militância:



O ESTADO DE SÃO PAULO. Usinas nucleares: uma ameaça ao futuro? *Jornal da Tarde*. São Paulo, 14/04/1977 (APJL).

Desde seu primeiro texto como ambientalista, a conferência e artigo *Por uma ética ecológica*, a principal luta de Lutzenberger era a difusão de uma nova relação homem-natureza, expressa em uma ética que considerasse todos os seres vivos, superando o antropocentrismo. Nos textos e palestras dos anos 1970, ele se apresentava como um profeta do apocalipse, divulgando a crise ambiental e a urgente necessidade de revertê-la, para a sobrevivência da humanidade. Em entrevista ao jornal *A Tribuna*, de Vitória-ES, em junho de 1977 (APJL), Lutz afirmou que “há cinco ou sete anos atrás, a gente ainda tinha a impressão de que esta sociedade de consumo poderia durar mais 20 ou 30 anos. Agora se está vendo o fim dela, ela não vai mais durar 10 anos”. No entanto, esse catastrofismo não era exclusivo de Lutzenberger. A maioria dos textos publicados na época sobre o assunto seguiam essa linha.

Perspectivas extremamente pessimistas e alarmistas eram divulgadas por figuras eminentes da ecologia no plano internacional, como Paul Ehrlich e Barry Commoner, entre outros. Seguindo esses exemplos, Lutz divulgava em seu *Manifesto* afirmações do tipo: “a sociedade de consumo não terá duração. O momento da verdade é inevitável. Estamos agindo como se fôssemos a última geração e a única espécie que tem direito à vida. Nossa ética que não abarca os seres vivos, não inclui sequer nossos filhos” (1980a, p. 37); “se a humanidade e a civilização sobreviverem aos próximos 50 anos” (1980a, p. 36). O próprio título do livro, *Fim do Futuro?*, demonstra esse viés catastrofista. Seu amigo Carneiro afirmou em entrevista à autora (Agosto/2005) que alertara Lutz

para deixar de lado o catastrofismo, e aos poucos, por diversas razões, esse foi deixando de fazer previsões tão alarmantes.

Dado o enorme leque de lutas e projetos dos quais Lutz participou, durante os anos 1970, seguidamente como protagonista e líder, tive que proceder a um recorte rigoroso - e mesmo assim o capítulo ficou extenso; aqui abordei com mais detalhes a constituição do Parque da Guarita e a luta contra a Borregaard. Ambos foram acontecimentos importantes na trajetória de nosso personagem. A Guarita, porque seu trabalho no parque representava a materialização do enfoque ecológico defendido por ele: utilizando tecnologias “suaves”, observando os fatores bióticos e abióticos do local, adaptou o projeto ao ambiente, às interações e interdependências dos seres com aquele espaço.

Já o caso da Borregaard foi encarado por Lutzenberger como “bem-vindo”, porque trouxe a polêmica sobre a poluição causada pela indústria, e, por consequência, visibilidade à toda a problemática ambiental. Mais do que isso, projetou a AGAPAN e seu presidente no cenário estadual. A documentação do APJL guarda registro de uma tentativa de Lutz de trabalhar para a empresa, já em 1974. Mais tarde, na década de 1980 como veremos, ele se tornaria responsável pela solução ecológica para os resíduos, que antes eram jogados diretamente no lago Guaíba, atuando como parceiro da Riocell, o que seria alvo de críticas de parte de seus colegas ambientalistas.

O *Manifesto Ecológico Brasileiro - Fim do Futuro?*, primeira obra do gênero publicada no Brasil, surgiu da influência de manifestos estrangeiros e da emergência da problemática ecológica também no país. Utilizando uma linguagem mobilizadora, apaixonada, com a intenção explícita de chamar a atenção, chocar e, principalmente, conscientizar, pode ser considerado um importante documento que apresenta, além das preocupações de um contexto específico de *boom* da ecologia - os anos 1970 -, um projeto de luta para o próprio movimento ambientalista, assentado numa perspectiva holística: “*tudo está relacionado com tudo*” (LUTZENBERGER, 1980a, p. 12).

Cabe observar que os documentos indicam uma relação estreita entre Lutzenberger e o Almirante Belart (membro da FBCN), mas nem tanto assim entre as entidades em que cada um participava. Apesar dessa boa relação, expressa na correspondência aqui analisada, a FBCN não fez parte das organizações que assinaram o *Manifesto*. Como entidade mais antiga em atividade no campo da conservação no Brasil, é importante assinalar sua negativa em avaliar o texto. Creio que o motivo para tal recusa seja, além da linguagem – motivo alegado – uma divergência nos planos de ação e embasamento teórico de ambas. Enquanto a FBCN atuava mais junto às autoridades, pressionando pela publicação de leis, na constituição de órgãos responsáveis, como a SEMA, e de parques naturais, numa perspectiva teórica notadamente conservacionista, a AGAPAN adotava um enfoque mais crítico, especialmente nas manifestações de Lutzenberger,

muitas vezes denunciando abertamente na imprensa autoridades políticas e empresas. Por causa de suas declarações contra os agrotóxicos, ele “sofreu pressões”, mas considerava que essas não dificultavam sua vida “em nada e continuo falando em público tudo o que penso”. Para calar sua voz, “só mesmo me botando atrás das grades” (OESP, 09/11/1978, APJL), mas isso nunca ocorreu.

Não quero dizer com isso que a AGAPAN fosse crítica ao governo militar ou tivesse uma atuação “à esquerda”. Nas cartas entre Lutz e Belart, e em pronunciamentos públicos do primeiro como presidente da associação, não se percebe choques com representantes da ditadura. Mas, de modo geral, a entidade do Sul fazia mais “barulho” e começou a mobilizar um público mais amplo, com as declarações inflamadas de Lutz na imprensa. Exemplo disso foram as duas falas do personagem no I Simpósio Nacional de Ecologia ocorrido em Curitiba no ano de 1978, portanto já no período da redemocratização iniciada com Geisel, onde ele pediu abertura política e democracia real. Em tempos de repressão e censura, ainda que “atenuadas”, uma declaração desse tipo poderia ser considerada extremamente crítica e afrontosa. Creio que nosso personagem não foi alvo de represálias porque deixou bem claro que não era comunista, criticando tanto o sistema capitalista como o socialista. Havia também a proteção do Almirante Belart, atuando nos bastidores. Além disso, talvez, os militares não percebessem o potencial revolucionário de seu discurso, se fosse colocado em prática de fato.

Nessa década inicial de militância, podemos constatar uma certa con (fusão) entre Lutz e a AGAPAN. É ele quem assina os principais textos, correspondências, artigos e protagoniza as manifestações públicas da entidade. Essa centralidade de nosso personagem será alvo de contestação nos anos 1980, num contexto de abertura política, como veremos no capítulo 6.

Finalizando este capítulo, cabe sublinhar uma representação de Lutzenberger recorrente na imprensa dos anos 1970: ele é seguidamente referido como um “Dom Quixote” do ambiente. Era como se ele “bradasse no deserto”, lutasse solitário contra tudo e todos – os moinhos de vento de Quixote. Em matéria de OESP de 1978, consta que o apelido foi dado a ele pelo então Secretário Especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, e que Lutz não teria ficado zangado: “Não acho que esse apelido me seja ofensivo. Ao contrário: Dom Quixote representa a figura de quem lutou violentamente contra forças invencíveis” (OESP, 09/11/1978, APJL). Em entrevista ao jornal *Pasquim* (S/data, APJL), aparece no título o epíteto: “José Lutzenberger: O Dom Quixote da Ecologia Brasileira”.

Já em matéria da revista *Pensamento Ecológico*, consta que Lutz declarou ter sido chamado de Pinóquio (lembrando, a figura de Pinóquio está associado à mentira) por Nogueira Neto, de Dom Quixote e “estraga prazeres por outros”, porque não acreditava que “essa sociedade de consumo imbecil e sanguinária tenha algo a ver com as reais vocações do povo brasileiro e o modo de vida que lhe daria o bem-estar e a sorte boa que merece ter”. A sociedade atual, segundo ele,



era “fria e desumana, imposta à força e violência, visando subjugar uma nação em nome do falso dogma do progresso importado” (PENSAMENTO ECOLÓGICO, 1978, p. 8 AGCRJ).

Em entrevista ao jornal *Opinião Jovem* (1977) aparece novamente a comparação, mas dessa vez invocada por ele mesmo: Lutzenberger lembrava “o início de tudo, quando como um Dom Quixote solitário passava a bradar contra os moinhos de uma aventura com consequências ainda inimagináveis”. O ambientalista afirmou que houve (e ainda havia) oposição e críticas à luta do movimento, porém “sempre foram surpreendentemente menores, mais insignificantes do que nós tínhamos pensado. De fato, surpreenderam-nos desde o começo, não as críticas e pressões contrárias, mas a intensidade da aceitação dos alvos de nossa luta” (LUTZENBERGER, *Opinião Jovem*, 31/10/1977, APJL).

Em outra entrevista do mesmo ano, Lutz afirmou que no início da luta, em 1971, “éramos tidos como loucos, por dom quixotes, por saudosistas, por radicais ou fora da realidade” (LUTZENBERGER, *A Tribuna*, 22/06/1977, APJL). Nestes dois casos, ao “quixotismo” é conferido um sentido coletivo expresso na primeira pessoa do plural. Como disse ao OESP, Lutz parecia gostar mesmo da alcunha de Dom Quixote, que a imprensa talvez tenha tomado emprestada do Secretário Nogueira Neto. Personagem principal do primeiro romance escrito, Dom Quixote lutava contra alvos imaginários, os moinhos de vento que ele via como gigantes, para defender seu ideal de cavaleiro. Assim, parece-me que, inicialmente, o apelido tinha sentido depreciativo, já que Lutzenberger havia criticado o Secretário por esse ter aceito a visão do governo sobre a mortandade de mariscos em Hermenegildo, segundo a qual o problema resultara de uma “maré vermelha”. Em tal perspectiva, Lutz, como o herói de Cervantes, aparecia como um lunático a combater inimigos inexistentes. De qualquer forma, a figura de Quixote também pode significar a persistência na luta por um ideal, romântico, mesmo contra tudo e todos. Penso que Lutz tenha aceitado e, de certa forma, apreciado a alcunha a partir dessa interpretação, assim como parte da imprensa que a repetiu várias vezes, ressignificando positivamente o sentido original conferido ao apelido.

Tal representação vem ao encontro do que observou Petrarca (2007), conforme vimos na introdução deste trabalho. A identificação de Lutz com Quixote parece estar de acordo com a visão romântica do personagem, propalada por parte da imprensa, como detentor de “um dom natural de estabelecer relações com o ambiente”, como se não houvesse todo um campo de possibilidades favorável às ideias ambientalistas e como se ele não atuasse em conjunto com vários outros militantes e simpatizantes.

Na entrevista ao *A Tribuna*, o repórter perguntou se ele ainda tinha esperança, referindo-se às possibilidades de mudança do quadro de devastação ambiental pintado pelo entrevistado. A

resposta foi interessante, por mostrar como Lutz encarava sua militância ambientalista naquele momento, lançando mão de uma imagem que reforçava ainda mais a perspectiva “quixotesca”:

Às vezes, há dias em que estou muito pessimista (...) [com a] dilapidação. (...) Mas isso não quer dizer que a gente deva deixar de lutar. Eu usaria uma imagem. Digamos que me encontrasse nadando no mar infestado de tubarões, depois de um naufrágio de 20 km da costa. A chance de chegar na praia seria mínima, zero. Mas nem por isso eu deixaria de nadar (LUTZENBERGER, *A Tribuna*, 22/06/1977, APJL).

A imagem da luta contra tudo e todos foi igualmente tema de cartum publicado na *Zero Hora*, em 1979. Nele, Lutz aparece correndo, carregando uma árvore, enquanto é perseguido por várias pessoas de machado na mão:



LUIS CARLOS. Cartum sobre Lutzenberger. *Zero Hora*. Porto Alegre, 19/05/1979 (APJL)

Ele, na entrevista citada, reconheceu, no entanto, que a situação começava a melhorar: “atualmente, conversamos com grandes executivos e governantes, notamos que já está havendo uma certa tomada de consciência” (LUTZENBERGER. *A Tribuna*, 22/06/1977, APJL). Afinal, já havia ocorrido uma série de vitórias, entre elas, a criação de órgãos como a SEMA e o impedimento do corte de árvores (em Porto Alegre); no entanto existia também um “aspecto trágico” na luta ambiental, destacado por Lutzenberger: “as nossas derrotas são sempre definitivas. O que se perdeu, se perdeu para sempre. O que se salvou hoje poderá voltar a perder-se amanhã. Mas isso não quer dizer que não se deva lutar” (LUTZENBERGER, *Cotrijornal*, Fev/1978, APJL).

Dentre os combates dos anos 1970, mesmo que a polêmica sobre a Borregaard tenha provocado a conscientização de muitos cidadãos leigos em ecologia, que a inédita subida do estudante Carlos Dayrell na árvore da Av. João Pessoa para defendê-la do corte e a Operação Hermenegildo tenham ganhado ampla repercussão na imprensa gaúcha e até nacional, nenhum

deles foi a luta principal da AGAPAN, na visão de Lutzenberger: “a mais importante campanha de significação ecológica [era] a dos malefícios que causam os pesticidas na agricultura moderna” (O PASQUIM, S/data, APJL). Acompanharemos, no próximo capítulo, os desdobramentos dessa luta, que teve seu auge durante os anos da ditadura militar no Brasil. Veremos as implicações econômicas, políticas e éticas do uso de agrotóxicos, segundo as ideias de Lutzenberger. Como engenheiro agrônomo e ex-funcionário de uma multinacional agroquímica, ele conhecia o assunto muito bem. E como presidente da AGAPAN, direcionou o enfoque ético-filosófico que imprimiu à entidade para empreender críticas avassaladoras a esses produtos. Conheceremos, pois, a seguir, seus argumentos e ideias nessa luta, bem como o surgimento de propostas para superá-la, de forma positiva, por meio de uma agricultura de base ecológica.



### Capítulo 3 - “Agrotóxicos” *versus* “Defensivos”: A Máfia dos Pesticidas e a ditadura nos 1970-80



Agricultor aplicando agrotóxico. *Zero Hora*. Porto Alegre, 31/01/1984, p. central (APJL).

#### **Um presente de grego: 144 caixas de tomates contaminados por mercúrio**

Em 29 de abril de 1980, AGAPAN e ADFG enviaram um telex elaborado por Lutzenberger a Lysis Aloés, na época presidente da Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF), com sede em São Paulo-SP<sup>68</sup>. O texto<sup>69</sup>, altamente irônico, anunciava o envio de um presente:

<sup>68</sup> Criada em dezembro de 1974 (*Correio do Povo*, 12/08/1981, APJL).

<sup>69</sup> O telex também foi publicado na *Folha da Tarde* (01/05/1980, APJL) e em reportagem da *Zero Hora* (01/05/1980, p. 33, APJL).

Congratulamo-nos com o alto sentido de responsabilidade pública, sempre expressado e praticado pela benevolente indústria química, especialmente no desinteressado assessoramento do uso dos inofensivos pesticidas clorados, fosforados, carbamatados, dioxinados, mercuriais e tantas outras preciosidades. Estamos enviando a VS para deleite pessoal, dos familiares e demais entes queridos da honorável presidência e diretoria da filantrópica ANDEF uma grossa, 144 caixas, de tomate gaúcho produzido com as mais apuradas técnicas agroquímicas, com garantido teor mercurial mínimo trinta vezes superior às exigências da Organização Mundial da Saúde, obedecendo análises credenciadas pela Secretaria de Saúde do RGS dentro dos mais estritos dispositivos de segurança nacional. Desejamos bom apetite e muita saúde. Oportunamente obsequiaremos outros frutos com novas garantias. Amistosas saudações. AGAPAN e ADFG (LUTZENBERGER, Telegrama a ANDEF, 29/04/1980, APJL).

O texto provocativo representava uma reação das duas entidades ambientalistas à contaminação de tomates, comprovada por meio de análises laboratoriais, divulgadas extra-oficialmente em abril de 1980 pela Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul, informando “que de nove amostras, oito acusaram a presença de mercúrio. Falamos de tomates. Quando a população soube disso foi um escândalo” (COTRIFATOS, abril/1980, p. 7, APJL).

A “descoberta” de que agricultores estavam aplicando fungicidas mercuriais em plantações de tomate partira de denúncias feitas numa das reuniões da Comissão dos Defensivos Agrícolas (CDA)<sup>70</sup>. A investigação no Rio Grande do Sul foi liderada por Sebastião Pinheiro, na época funcionário do Ministério da Agricultura e membro da CDA, representando a Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul (SARGS). As análises mostraram que “o nível de contaminação era superior a 300 miligramas de mercúrio por quilo de tomates, enquanto o máximo permitido era 50 microgramas” (PINHEIRO, NASR, LUZ, 1993, p. 95).

Lutzenberger já havia se manifestado sobre a contaminação de tomates por mercuriais em 27 de abril de 1980 - ocupando o espaço que a imprensa lhe concedia frequentemente -, dizendo estar preocupado porque “toda a semente de hortaliça, inclusive o tomate, é tratado com produto mercurial (...). Portanto, toda a população ao consumir hortaliças está consumindo também pequenas doses de mercúrio que vão se acumulando em seu organismo”. Ele considerava “um crime continuar colocando esses produtos no tomate e nas demais hortaliças”. Segundo a divulgação da Secretaria da Saúde, os níveis de contaminação dos tomates atingiam “0,32 partes por milhão, uma taxa altíssima perto dos 0,001 tolerado pelos organismos mundiais de saúde” (ZERO HORA, 27/04/1980, APJL).

Cinco dias depois, a ANDEF publicou um texto “A pedido”, em jornais de grande circulação do país (*Correio do Povo*, *Zero Hora*, *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*), respondendo ao telex enviado pela AGAPAN e ADFG.

---

<sup>70</sup> A CDA era “um órgão criado e instituído pela Portaria Ministerial nº 610, de 29 de maio de 1977, como órgão consultivo da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal” do Ministério da Agricultura (SILVA. Ofício DSV/CDA 01/1980 a Lutzenberger, 18/09/1980, APJL).

# TOMATES CONTAMINADOS

## Esclarecimento às Autoridades e ao Público

Embora jamais tenhamos reconhecido qualquer seriedade científica na pretense pregação ecológica do sr. José Lutzenberger, jamais poderíamos imaginar que o comportamento daquele cidadão, expresso no telegrama que nos foi enviado, fosse descambar para um comportamento mal-educado e panfletário muito ao gosto de personalidades que a ausência de palco e ribalta tem negado o estrelismo cobiçado o que certamente aguça seu incontável apetite pelo aplauso público.

Essa é a única razão pela qual se entende sua atitude impensada e por isso mesmo julgamo-nos no dever de divulgar a presente nota muito mais com respeito ao público em geral do que ao autor da infantil diatribe.

Lamentamos igualmente a assinatura no citado telegrama de d. Magda Renner a quem não conhecemos como merecedora de qualquer crédito no ramo da defesa fitossanitária.

ANDEF — Associação Nacional de Defensivos Agrícolas — que é a entidade que congrega os fabricantes de defensivos agrícolas enfatiza o que segue.

1. A atuação da ANDEF tem se caracterizado por uma intensa campanha de uso correto e adequado dos defensivos agrícolas.
2. Nenhuma responsabilidade pode caber à ANDEF, se porventura, algum defensivo tenha sido usado para fins não recomendados ou aplicados de maneira imprópria.
3. A ANDEF tem editado e distribuído milhares de peças sob formas de conjuntos de materiais, que comprovam sua atuação no sentido de educar o usuário de defensivos agrícolas e chamar a atenção dos diferentes públicos, ligados

direta ou indiretamente ao assunto, visando sempre o uso correto desses produtos.

4. O eventual mau uso de qualquer defensivo, sobretudo em hortigranjeiros, constitui, no entender da ANDEF, um crime contra a saúde pública e que merece toda a atenção. A ANDEF conseqüentemente apóia qualquer atitude de denúncia desta má utilização e de todas as suas conseqüências desde que tratadas com seriedade científica e advindas de pessoas que mereçam um mínimo de credibilidade pública.
5. Esclarecemos que o uso de produtos mercuriais no Brasil já vem sendo há alguns anos restrito e controlado pelo Governo Federal. A esse respeito a secretaria de vigilância sanitária vegetal baixou a portaria n.º 6, publicada no D.O.U. de dia 30 último restringindo ainda mais o uso desses produtos, os quais a partir da vigência da dita portaria, não terão seu registro renovado após o término de sua validade. É mister salientar que essa decisão do M.A. decorreu de entendimento mútuo entre Governo e indústria e inclusive por sugestão da ANDEF.
6. Lembramos que se o fabricante que nada tem a ver com a aplicação do produto vier a ser responsabilizado pelo seu mau uso, da mesma forma seria estranho que se pretendesse, por exemplo, responsabilizar o órgão representativo da indústria automobilística ou os fabricantes toda vez que houvesse um acidente provocado por motoristas inabilitados.
7. Finalmente denunciemos a irresponsabilidade social do sr. José Lutzenberger e Magda Renner ao reemter alimento contaminado transitando através de quatro Estados da federação. Mandado publicar pela ANDEF — Associação Nacional de Defensivos Agrícolas.

OT. 1/15/80 H1

Fonte: *Correio do Povo*, 04/05/1980, p. 8 (APJL).

Ao responder às ironias de Lutzenberger e Magda Renner – presidentes das duas entidades ambientalistas mais atuantes naquele contexto, AGAPAN e ADFG, respectivamente -, a ANDEF também ironizou, tentando desqualificá-los, não reconhecendo sua “seriedade científica” ou “crédito no ramo de defesa sanitária”. Para a Associação, o envio do telex foi uma “infantil diatribe”, e a remessa de “alimento contaminado transitando através de quatro Estados da federação” uma “irresponsabilidade social”. A causa da contaminação, segundo a entidade, era o mau uso dos “defensivos” pelos usuários, e nenhuma responsabilidade poderia caber a ela por isso.

Nos dias seguintes, leitores dos jornais onde a nota foi publicada enviaram cartas, posicionando-se na contenda a favor dos ambientalistas gaúchos. No APJL, constam recortes com cartas de três leitores do *Jornal do Brasil*. Um deles considerou a nota da ANDEF “grosseira e deselegante (...) tentando justificar o uso de seus perigosos inseticidas mercuriais” (JORNAL DO BRASIL, 03/06/1980, caderno B, p. 2, APJL). Para outro leitor, a matéria causava “nojo”. A Associação não deveria comparar-se à indústria automobilística, já que os produtos eram bem diferentes: tratava-se de “venenos agrícolas, cuja finalidade é a de promover morte controlada. A única comparação adequada seria com a empresa bélica, e seria ridículo que um tratado de desarmamento não procurasse atingir a fabricação de bombas atômicas, atuando apenas sobre seu uso” (JORNAL DO BRASIL, 12/05/1980, p. 10, APJL). Uma leitora agradeceu a Lutzenberger e Magda Renner “pelo seu telegrama mal-educado e panfletário, que despertou a atenção pública (...) para o sério problema dos defensivos agrícolas a base de mercúrio (...), que tão trágicas consequências trazem ao ser humano” (JORNAL DO BRASIL, 03/06/1980, caderno B, p. 2, APJL).

Na verdade, a promessa de enviar as 144 caixas de tomate foi apenas um blefe, “uma ironia e uma tentativa de amedrontar os produtores de defensivos agrícolas” (FOLHA DE SÃO PAULO, 05/05/1980, p. 10, Acervo Digital). A AGAPAN e ADFG enviaram nota a vários jornais, em resposta ao texto da ANDEF, em que explicaram não ter “a mínima intenção de mandar um caminhão de tomates ao senhor Lysis Aloés, porque isso custaria cerca de 150 mil cruzeiros” e as entidades ambientalistas não dispunham desses recursos. Para elas, o medo de receber os tomates, expresso na nota da ANDEF, ilustrava “a gravidade do problema” (IDEM). A AGAPAN e ADFG também denunciaram o envolvimento da ANDEF com o Ministério da Agricultura, que a própria associação das empresas expôs em sua nota (ver ponto 5 no documento da página anterior).

As entidades se referiram à menção sobre uma portaria do Ministério<sup>71</sup>, que teria decorrido “de entendimento mútuo entre governo e indústria e que, inclusive, foi sugestão da ANDEF. Já havíamos estranhado a inocuidade da portaria que, ao invés de punir os responsáveis, lhes dá mais um prazo de dois anos para livrar-se de seus estoques, às custas do povo sofredor”. Utilizando novamente o recurso à ironia, os ambientalistas afirmavam “preferir crer que o ministro esteve mal

---

<sup>71</sup> Portaria do Ministério da Saúde nº 06 de 29/04/1980 que proibia a produção, comércio e uso de fungicidas contendo mercúrio. Segundo Soffiati Netto, em artigo no jornal *A Notícia* (18/05/1980, APJL), a Portaria foi motivada pela divulgação na imprensa de pesquisa realizada por técnicos da Fundação Getúlio Vargas, confirmando a contaminação por mercúrio na maioria dos trabalhadores rurais da área canavieira do Norte Fluminense. No entanto, tal documento deveria ser criticado, pois não satisfazia os trabalhadores e a comunidade científica, já que seu texto apresentava sérias contradições. A portaria afirmava que os efeitos nocivos dos fungicidas mercuriais decorriam do seu uso inadequado e do manuseio impróprio dos roletes de cana. Em um artigo, proibia o registro de novos fungicidas mercuriais e vedava a renovação dos que estavam em uso. Para Netto, a maior contradição era: se os esses produtos só afetassem a saúde humana e o meio ambiente se fossem utilizados de maneira incorreta, bastaria apenas disciplinar seu uso. Com a proibição dos registros, o governo confessava a nocividade dos mercuriais. Tratava-se “de uma contradição deliberada que visa tapear o povo e proteger os interesses das empresas produtoras e importadoras de biocidas mercuriais”.

assessorado por seus próprios assessores. Não conseguimos crer que tenha ele ido assessorar-se justamente na parte interessada na continuação das vendas que irão contaminar milhares de hectares de solos férteis” (FOLHA DE SÃO PAULO, 05/05/1980, p. 10, APJL)<sup>72</sup>. Veremos, mais adiante, neste capítulo, que esse tipo de manifestação de Lutzenberger, utilizando ironia – ou até mesmo acusando diretamente – para denunciar as ligações entre órgãos estatais e fabricantes de agrotóxicos foi muito frequente.

Abordando o episódio das caixas de tomates, artigo de Soffiati Netto, no jornal *A Notícia*, de Campos - RJ, considerava que a publicação da Portaria n° 06 evidenciava

em toda sua plenitude, a dependência, o autoritarismo e a atitude criminosa do governo brasileiro. Se não fosse dependente do capital estrangeiro, adotaria medidas mais eficazes, sem consultar as associadas da ANDEF, em sua maioria multinacionais. Se não fosse autoritário, teria consultado os trabalhadores rurais, através da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a comunidade científica antes de assinar a portaria. Se não fosse criminoso, teria proibido a importação, fabricação e comercialização dos produtos à base de mercúrio, em vez de adotar medidas contraditórias e paliativas, que não eliminam o risco de contaminação e ameaçam a saúde dos trabalhadores rurais (...). Por todas essas razões, os trabalhadores, a comunidade científica, as associações ambientalistas e o povo brasileiro devem repudiar com veemência e determinação a Portaria n° 06 (NETTO, 18/05/1980, p. 6, APJL).

O artigo de Soffiati Netto tece importantes considerações sobre aquele contexto, próximo ao “apagar das luzes” da ditadura militar. Suas afirmações vão ao encontro do que abordaremos mais à frente, sobre a dependência brasileira ao capital estrangeiro (ALVES, 1987). A dependência, autoritarismo e atuação criminosa do governo brasileiro na área dos agroquímicos eram tão bem articulados que Lutzenberger planejava escrever um livro sobre o assunto, cujo título expressava sua visão a respeito dessas ligações: *A máfia dos pesticidas*. Embora tenha escrito algumas páginas e até um sumário organizador dos tópicos a serem desenvolvidos, não houve tempo para concluir e publicar o livro.

O caso dos tomates é apenas um dos episódios da maior luta que Lutzenberger protagonizou – aquela contra os agrotóxicos – e que foi motivada por sua própria trajetória. Os 13 anos na BASF proporcionaram um grande conhecimento de como funcionava a indústria química, seus mecanismos de propaganda e persuasão para que os governos aprovassem seus produtos e a ajudassem a divulgá-los entre os agricultores de diferentes países. A experiência na indústria química também era importante para a legitimidade de seu discurso: para seus contemporâneos, ele sabia do que falava porque esteve “do outro lado”.

No Brasil, para promover uma gigantesca transformação da agricultura, foi implantado – a partir “de cima” – um modelo que envolvia alta tecnologia com a introdução de moto-mecanização, insumos químicos, sementes geneticamente melhoradas e irrigação. Lutzenberger (1985, p. 70) analisava essas mudanças em seu aspecto ético, para ele fundamental: “pouco a

---

<sup>72</sup> A matéria da *Folha de São Paulo* (05/05/1980, p. 10) reproduziu na íntegra a nota da AGAPAN e ADFG.

pouco, o agricultor deixou de ser o camponês apegado à terra para transformar-se num empresário como outro qualquer”. Ao contrário do que era alardeado por setores da imprensa, pelo governo e indústrias químicas, para Lutzenberger (1985, p. 69) o pacote de mudanças tecnológicas introduzido ao longo dos anos 1960-70 não era “modernizador”, mas sim representava “a invasão do espírito mercantilista também na agricultura”, ao qual o agricultor se tornaria cada vez mais dependente. Além disso, esse pacote acarretaria a poluição do ambiente, a morte de animais e a degradação do solo.

Ao longo deste capítulo, vamos adentrar no contexto de inserção dessas mudanças na agricultura brasileira. Acompanharemos também os episódios de maior repercussão protagonizados por Lutzenberger e seus companheiros na AGAPAN contra o novo modelo e as críticas ferrenhas que dirigiu a seus promotores. Essa luta, aos poucos, vai se transformando na defesa da agricultura ecológica. Com o tempo, os dois combates se tornam inseparáveis. Nosso personagem priorizava a dimensão ética no debate ambiental: para ele, a implantação de uma agricultura sem insumos modernos não significava retrocesso, ao contrário, era um avanço, na medida em que representava a materialização da ética ecológica que tanto divulgou.

#### **“A falácia da ‘revolução verde’”**

No prefácio que escreveu para o livro de Theo Colborn, Dianne Dumanoski e John Meyers, *O futuro roubado*, Lutzenberger (1997, p. 4) afirmou que, quando cursava a Faculdade de Agronomia, na segunda metade dos anos 1940, “a pesquisa agrícola estava quase exclusivamente direcionada para os métodos ecológicos. Não se falava em ecologia, mas se pensava mais ecologicamente”. No Rio Grande do Sul, a partir dos anos 1960, “houve um redirecionamento brutal. A indústria [agroquímica] conseguiu cooptar, ideologicamente, quando não por outros meios, escolas, pesquisa, extensão agrícola, legislação”.

A mudança na pesquisa agrícola, visando alcançar maior produtividade nos solos gaúchos, foi introduzida pelo “Programa Estadual de Melhoramento da Fertilidade dos Solos”, que ficou popularmente conhecido como “Operação Tatu”.<sup>73</sup> Tal programa foi idealizado pelo engenheiro agrônomo John Murdock, nos anos 1960. Na época, ele era coordenador chefe das pesquisas de solos da Universidade de Wisconsin (EUA), que mantinha convênio com a UFRGS. A parceria também resultou na implantação do curso de Pós-Graduação em Ciência do Solo, no então curso de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade (JORNAL NOROESTE, Outubro/2009, *Online*).

---

<sup>73</sup> A operação foi batizada de Tatu em razão dos buracos que eram feitos na terra para se tirar amostras e levá-las para exames na UFRGS (ZERO HORA. *Online*, 27/10/2009).

Esse processo de redirecionamento da agricultura teve início em 1943, quando o engenheiro agrônomo norte-americano Norman Ernest Borlaug, financiado pela Fundação Rockefeller e pelo Ministério da Agricultura do México, liderou um programa para melhorar geneticamente variedades de trigo, aumentando sua capacidade produtiva e resistência à ferrugem do caule, um fungo que então era uma praga para agricultura latino-americana (MANN, 1997). Dessa pesquisa, resultaram sementes de trigo híbridas, pouco sensíveis a variáveis climáticas, como a temperatura<sup>74</sup>. Nos anos 1960, a Fundação Rockefeller, a Fundação Ford, a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional e o governo filipino iniciaram uma campanha semelhante para o arroz. Nessa nova iniciativa, o Instituto Internacional para a Pesquisa do Arroz (IRRI), localizado em Los Baños, nas Filipinas, repetiu o sucesso mexicano por meio do cultivo de variedades de arroz altamente produtivas e resistentes a doenças (MANN, 1997). Ao mesmo tempo, Borlaug trabalhava na adaptação de novas variedades de trigo para o Paquistão e a Índia. Mann (1997) cita informação do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, segundo o qual agricultores de todo o mundo aumentaram a produção de grãos em uma média de 2,1% ao ano, entre 1950 e 1960, quase triplicando as colheitas naquele período. Esse aumento era resultado, em grande parte, da introdução de trigo e arroz híbridos. O sucesso das pesquisas foi tamanho, que Borlaug recebeu o Prêmio Nobel da Paz, em 1970. O desenvolvimento das sementes híbridas foi considerado a solução do problema da fome, num mundo cuja população crescia a taxas elevadas.

Embora esse processo tenha começado nos anos 1940, somente a partir do final dos anos 1960 passou a receber a denominação, hoje corrente, de “revolução verde”. Segundo Wilson Picado (2011, p. 26), a expressão “revolução verde” apareceu publicamente pela primeira vez em 1968, em uma comunicação apresentada por William S. Gaud, à época Administrador da Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID), na Sociedade para o Desenvolvimento Internacional, em Washington. As duas palavras foram escolhidas para passar um sentido de que as inovações agrícolas rompiam com a situação anterior, representavam algo revolucionário, positivo e inevitável:

Revolução era o termo idôneo para determinar de forma inquestionável a radicalidade da mudança, assim como para ressaltar a superioridade da nova tecnologia para “fazer produzir a terra”, em comparação com os recursos técnicos existentes. A cor verde, aparentemente trivial e óbvia, sublinhava o conteúdo agrário do processo e o destacava dos conteúdos políticos e sociais dos movimentos vinculados com a expansão do comunismo no Sudeste Asiático – uma potencial Revolução Vermelha (PICADO, 2011, p. 25).

Apresentada como algo inevitável e necessário para alimentar o mundo, desprovida de conteúdos políticos, a “modernização” da agricultura foi assumida como um processo de

---

<sup>74</sup> Para aprofundar o conhecimento sobre o programa agrícola da Fundação Rockefeller, liderado por Borlaug, no México, bem como sobre o processo de construção da “revolução agrícola” ou “verde”, consultar Picado (2011).



transformação agrícola apenas técnico e, por isso, supostamente neutro. Os problemas derivados da adoção dos novos insumos não poderiam ser relacionados com as características do “pacote tecnológico” oferecido aos agricultores, mas sim aos contextos dos países onde ele passara a ser adotado (PICADO, 2011, p. 47).

Lutzenberger (2009, p. 52-53) avaliou criticamente o programa de arroz híbrido filipino. Segundo ele, no passado, os camponeses asiáticos “cultivavam dezenas de variedades de arroz, (...) resultado de milhares de anos de seleção, consciente e mesmo inconsciente”. Nessa agricultura, que utilizava adubação orgânica e métodos tradicionais de cultivo, a produtividade não era espetacular, mas satisfatória: “não havia pobreza”. As novas técnicas introduzidas pela “revolução verde” aumentaram “a produtividade, mas à custa de miséria e marginalização de milhões”. Ele criticou o problema social gerado pelo programa, já que somente os grandes agricultores foram beneficiados nas campanhas de incentivo e financiamento, o que levou milhões de camponeses à marginalização. Muitos tiveram que abandonar o campo, rumando para as favelas nas cidades. O próprio filipino passou a comer menos arroz, já que a maior parte da produção era exportada aos países ricos. Além do drama social, ocorreu um “desastre biológico, ou seja, ecológico. Perdeu-se todo aquele capital genético que eram as variedades tradicionais”. Assim, as mesmas variedades de arroz passaram a ser cultivadas nos mais diversos países.

Mas a “revolução verde” não transformou apenas as sementes. Com ela, foi disseminado pelo mundo todo um “pacote tecnológico revolucionário”: cultivo intensivo do solo, monocultivos, irrigação, aplicação de fertilizantes inorgânicos, controle químico de pragas (uso de agrotóxicos) e o citado melhoramento genético das sementes. Essas seis práticas básicas “formam a espinha dorsal da agricultura moderna. Cada uma é usada por sua contribuição individual à produtividade, mas, como um todo, formam um sistema no qual cada uma depende das outras e reforça a necessidade de usá-las” (GLIESSMAN, 2009, p. 36). Podemos ainda acrescentar a concessão de crédito bancário ao agricultor, condicionado ao cumprimento dessas práticas básicas, o que contribuiu para reforçar a dependência ao pacote, aspecto da agricultura “moderna” duramente criticado por Lutz.

No caso das Filipinas, com a criação do IRRI, foi desenvolvida uma semente de arroz altamente produtiva, “acompanhada de toda uma ideologia de aumento de produção e solução do problema da fome diante da explosão demográfica. Esta semente, no entanto, era altamente exigente quanto à adubação e suscetível a pragas e doenças” (LUTZENBERGER, 2009, p. 53). Uma das mais impactantes formas de dependência geradas pela “revolução verde” diz respeito ao papel do agricultor nesse “novo” modo de produção. Para Lutzenberger (2009, p. 26-27), os agricultores inseridos nesse esquema produtivo



quase não passam de tratoristas. Eles são totalmente dependentes de uma imensa e difusa infraestrutura tecno-burocrática (...). O agricultor moderno é uma peça minúscula numa imensa estrutura técnica, burocrática, financeira, administrativa e legislativa, que começa nos campos de petróleo, atravessa a indústria química e a indústria de máquinas, passa pelos bancos [crédito agrícola], pela manipulação industrial de alimentos, chega até os supermercados e centros comerciais, alcança universidades, pesquisa e extensão agrícola, promove uma gigantesca movimentação de transportes, social e ecologicamente pernicioso, e mais uma desenfreada indústria de embalagens, que a cada dia torna mais intratável o problema do lixo.

As modificações trazidas pela “revolução verde” alteraram toda a cadeia de produção agrícola. Comparando-a com os métodos agrícolas praticados no passado, Lutzenberger percebeu a perda de autonomia do agricultor. No modelo tradicional, o camponês “produzia seus próprios insumos: adubos, energia, forragem, semente. Às vezes construía sua própria casa e seus estábulos, e o artesão da aldeia fazia os veículos e os utensílios. O agricultor entregava os alimentos praticamente na mão do consumidor, na feira semanal” (LUTZENBERGER, 2009, p. 26). A perda da semente seria um dos fatores mais dramáticos desse processo, pois “as plantas híbridas não podem produzir sementes com o mesmo genoma que seus pais, tornando os agricultores dependentes de produtos comerciais” (GLIESSMAN, 2009, p. 41).

Numa palestra em Havana-Cuba, Lutzenberger (1995, p. 1-3) indicou um dos fatores que demonstravam a desvantagem da agricultura “moderna”: “ela usa mais energia do exterior - principalmente fóssil - do que é fixado na fotossíntese, uma situação muito infeliz”. Em todo o processo, do campo até o consumidor, ocorre um altíssimo gasto de energia “que vai para as máquinas, os fertilizantes, os venenos, em seguida, o plástico, aditivos, o supermercado, publicidade”. Além da energia, esse modelo de agricultura depende também de um alto consumo de água, minerais e outros elementos naturais. Segundo Pádua (2002, p. 196), “o segredo do aumento da produtividade foi o aumento não contabilizado dos custos ecológicos”. E isso pode ser percebido no “balanço energético negativo de grande parte da agricultura, pecuária e pesca industrial do mundo contemporâneo (...). Hoje em dia não é raro encontrar atividades em que o processo produtivo consome três vezes mais energia do que a gerada pelo produto”.

Outro aspecto da crítica de Lutz era o redirecionamento da pesquisa nas universidades para a produção ou o uso dos insumos agroquímicos. Em palestra a estudantes de Agronomia, ele (1973, p. 10) afirmou que “durante os últimos trinta anos a quase totalidade da pesquisa dirigida a resolver os problemas das pragas e enfermidades dos cultivos tomou o caminho da química (...). Os técnicos agrícolas de tal maneira se deixaram empolgar pela química que quase se esqueceram que há outros caminhos”. O engenheiro agrônomo, em sua opinião, tornou-se um transmissor de “pacotes tecnológicos” (LUTZENBERGER, 2009, 41).

O processo que deu início à “revolução verde”, no México e nas Filipinas, ainda em meio à Segunda Guerra Mundial, expandiu-se para o resto do mundo no contexto da Guerra-Fria. Num

mundo bipolarizado, pairava, além do medo da bomba atômica, o fantasma da fome. Ancorados em argumentos neomalthusianos, múltiplos atores defendiam seus interesses por meio da “revolução verde”: as empresas produtoras de agroquímicos, as indústrias de alimentos, os silos que armazenavam os produtos, a assistência e extensão rural aos agricultores que incentivava o uso dos agrotóxicos nas lavouras, os laboratórios que processavam o controle de qualidade dos produtos, entre outros (LOBATO, 2003, p. 110). Esses grupos fomentaram a preocupação mundial com a “explosão demográfica”, pois era o argumento certo para vender todo um modelo de agricultura “moderno”, capaz de saciar as milhões de bocas famintas que surgiam sem cessar.

Assim como no México e nas Filipinas, os Estados Unidos, por meio da Fundação Rockefeller, estiveram envolvidos na implantação do processo de “modernização” na agricultura sul-americana. Primeiramente, segundo Pinheiro (1985, p. 13), essa fundação, “com poderosos interesses na agricultura, abre em Assunção, Paraguai, um Escritório de Crédito y Asistencia Rural”, não com o objetivo de “benemeritamente melhorar a agricultura guarani (...), mas aperfeiçoar um modelo e poder transformar (...) a agricultura latino-americana”. Tanto no Paraguai quanto no Brasil o processo de “modernização” da agricultura está associado à institucionalização efetiva de um serviço de assistência técnica e extensão rural. No Paraguai, os trabalhos de pesquisa iniciaram no ano de 1940, “sob orientação do Serviço Técnico Interamericano de Cooperação Agrícola (STICA)” (MENDOZA, 2009, p. 15); já no Brasil, a assistência agrícola e extensão rural constituíram-se ao longo das décadas de 1950 e 1960, a partir da criação de associações estaduais de crédito e assistência rural (ACAR), coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), fundada em 21 de junho de 1956 (PEIXOTO, 2008, p. 17).

Também na criação dessas associações, houve o envolvimento dos Rockfeller:

No contexto da polarização política, econômica e militar da Guerra Fria, a criação das associações deveu-se, sobretudo, a incentivos da Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico (AIA) entidade filantrópica ligada à família Rockefeller, então muito próxima do governo americano. A primeira Acar foi criada em Minas Gerais, em 06/12/1948, depois de gestões de Nelson Rockefeller junto ao governo mineiro. Juscelino Kubitschek, baseado nos bons resultados obtidos pela Acar-MG, assinou em 1954 um acordo com o governo norte-americano e criou o Projeto Técnico de Agricultura (ETA), visando uma cooperação técnico-financeira, para execução de projetos de desenvolvimento rural, entre os quais se destacava a coordenação nacional das ações de extensão rural. Diversos escritórios (ETAs) foram criados em cada estado, nos anos seguintes, tendo em muitos casos sido os embriões de cada Acar no respectivo estado (PEIXOTO, 2008, p. 18).

Em 02 de junho de 1955, foi criada a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), no Rio Grande do Sul. No mês seguinte, o Ministério e a Secretaria da Agricultura, juntamente com o Projeto Técnico de Agricultura (ETA), “firmaram um convênio de cooperação técnica pelo qual os governos federal e estadual delegavam à ASCAR a responsabilidade de executar os serviços de extensão rural no Rio Grande do Sul” (BÜLOW, 2008, p. 17). Essas agências e programas de extensão rural tiveram um papel importante na introdução, disseminação

e consolidação dos novos modos de produção, de saberes e de tecnologias rurais, dentre elas o uso de agrotóxicos (PINHEIRO, 1985).

No Rio Grande do Sul, a modernização capitalista na agricultura já era defendida desde os anos 1950 pela Igreja católica, como forma de reter a população no campo e, dessa forma, evitar a expansão do comunismo nas zonas rurais (RODEGHERO, 1997). O uso de agrotóxicos está ligado à expansão do monocultivo de soja nos anos 1960, a partir da descoberta do inoculante de ribózio<sup>75</sup>. A “Operação Tatu”, implantada primeiramente em Ibirubá, depois em Santa Rosa, Ijuí, Erechim e outras cidades, consistiu em “intensa experimentação no campo e um programa bem delineado de extensão para recuperação de fertilidade dos solos com lavouras demonstrativas” (FREIRE, COSTA, STAMMEL, 2006). Estudantes de pós-graduação em Agronomia da UFRGS colhiam amostras de solo e procediam a análises químicas para determinar a necessidade de calcário, fósforo, potássio e adubação nitrogenada. Esse trabalho, em colaboração com a Universidade de Wisconsin, recomendou aplicações pesadas de calcário e fertilizantes químicos para aumentar a produtividade das lavouras de soja. Os altos custos da operação foram cobertos pelo crédito agrícola do Banco do Brasil. Para obtê-lo, o agricultor precisava comprovar a análise do solo e a compra de inoculante de ribózio.

A “revolução verde” brasileira - e sua versão gaúcha - expandiu-se, de fato, nos anos 1960, e em grande escala nos anos 1970, com incentivo do regime militar implantado em 1964. Os generais no poder impulsionaram a modernização “conservadora” do país, que englobava diversos setores da atividade econômica. A agricultura também estava inserida no processo que, desde os anos 1950, favoreceu a crescente penetração de capital internacional e “configurou uma aliança entre o capital multinacional, o capital nacional associado-dependente e o capital de Estado” (ALVES, 1987, p. 19), o que a autora chama de “tripé econômico”. Deu-se aqui um “desenvolvimento dependente”, constituído através de todo um “espectro de mudanças em procedimentos tecnológicos, sociais, políticos e culturais que acompanham e facilitam essa expansão”. Enquanto nos países ricos o desenvolvimento implicaria a capacidade de criar novas tecnologias, expandir o setor de bens de capital e controlar seu sistema financeiro e bancário, as economias dependentes, como o Brasil, funcionariam “na periferia do sistema mundial, afastadas dos pontos de concentração dos recursos para o crescimento autogerado. No caso mais extremo, a economia dependente está restrita ao papel de fornecedora de matérias-primas às economias industriais avançadas” (ALVES, 1987, p. 20).

---

<sup>75</sup> Inoculação é a técnica de aplicação da bactéria *Bradyrhizobium* no solo, originária da China, que auxilia a fixação de nitrogênio na soja. Segundo Freire, Costa e Stammel (2006), “a disponibilidade de inoculantes da bactéria fixadora do nitrogênio atmosférico foi um dos fatores que contribuíram para a expansão da cultura, devido à economia de fertilizante nitrogenado”.

A situação de “desenvolvimento dependente” é facilmente perceptível na modernização agrícola disseminada pelos órgãos governamentais norte-americanos e Fundação Rockefeller nos países latinos. Para que a “revolução verde” se efetivasse, houve transferência de tecnologia, na forma de oferta de maquinário, técnicas de plantio, agrotóxicos, sementes e envio de técnicos, professores e pesquisadores (da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA) brasileiros a universidades norte-americanas para que se tornassem aptos a continuar o processo em seus locais de origem. Houve também mudanças sociais no campo, desfavorecendo o pequeno agricultor; mudanças políticas para viabilizar o emprego dessa tecnologia; mudanças culturais, pois essas inovações levaram a transformações na maneira como o agricultor vivia e encarava sua propriedade.

De todo o pacote tecnológico da “revolução verde”, a questão dos agrotóxicos foi a que mais incomodou Lutzenberger. O próprio governo brasileiro passou a estimular, através do crédito rural, o consumo de agrotóxicos e fertilizantes, e, em conformidade com a introdução do capital internacional, ocorreu o aumento da importação de produtos químicos e a instalação de indústrias produtoras de agrotóxicos no Brasil.

#### *A colônia rio-grandense*

Quando Lutzenberger falava em agricultura, distinguia “agricultura comercial” de “agricultura camponesa”. É importante entender como ele pensava esses dois modelos, opostos. Já no *Manifesto*, defendeu que todos os agricultores deveriam recuperar a “tradição camponesa, isto é, amor e apego à terra, respeito e cuidado do solo pela reciclagem de toda a matéria orgânica pela diversificação e rotação de cultivos e pelo controle da erosão” (LUTZENBERGER, 1980a, p. 65). Por meio desses cuidados, seria possível uma reorientação na agricultura, no sentido de uma ética da terra. Pelo contrário, a agricultura comercial (ou moderna, tecnológica), segundo ele, responsável pela devastação generalizada, agravava a crise energética e a degradação dos solos.

Em palestra no seminário “Energy in the least developed countries”, na cidade de Haia, em 02/07/1981, nosso personagem distinguiu o camponês e o grande proprietário:

O camponês quer alimentar a si e sua comunidade. Ele está contente com um pequeno superávit para venda, para permitir a compra daquelas coisas que ele não pode produzir. Ele desenvolve uma diversificada e sustentável forma de agricultura. Todas as culturas camponesas tradicionais foram ecologicamente sadias e produziram sociedades estáveis e bem estruturadas. Mas o grande proprietário não está interessado em alimentar a população, ele quer fazer dinheiro, quanto mais dinheiro melhor. Então ele planta cultivos de rendimento, o que significa monoculturas. Monocultura pode alimentar a exportação mas não alimenta pessoas. Ninguém pode viver somente com café, açúcar ou cacau, menos ainda com algodão ou álcool (LUTZENBERGER, 1981, APJL).

Lutzenberger considerava a agricultura realizada na região de colonização europeia do Rio Grande do Sul “as únicas relativamente saudáveis e sustentáveis culturas camponesas no Brasil,

desenvolvidas por mais de um século e meio por imigrantes alemães, italianos e poloneses” (LUTZENBERGER, 1988, Earthscan, APJL). Em *Garimpo ou Gestão*, ele traçou um perfil de como percebia o sistema agrícola colonial<sup>76</sup> praticado no estado, no passado:

O colono no Rio Grande do Sul, quando sua cultura camponesa ainda estava intacta, plantava cereais: trigo, cevada, aveia, centeio, milho, arroz sorgo; plantava batata-doce, batata inglesa, mandioca; plantava forragem e fazia feno; plantava verduras e tinha pomar e parreira; tinha gado e cavalos, ovelhas, cabritos, galinhas, gansos e marrecos. Mesmo quando não tinha dinheiro, tinha sempre mesa farta. Uma cultura camponesa cria, automaticamente, paisagem complexa, cheia de vida, com aldeias e cidades ricas em atividade social e cultural, com suas escolas, ginásios, igrejas, clubes, bandas, orquestras, caça, pesca (LUTZENBERGER, 2009, p. 133).

Na mesma obra (LUTZENBERGER, 2009, p. 135), ele diferencia “colônia” de “fazenda”. Esta última, em sua visão, era a grande propriedade, onde se praticaria agricultura comercial ou pecuária extensiva. Ao contrário dos camponeses, os fazendeiros não viviam na zona rural e, por isso, “eles não têm amor à terra. A fazenda é para eles um instrumento de ganhar dinheiro, muitas vezes, quando ganham a vida na cidade em outras profissões, instrumento para evitar de pagar impostos”. Isso, para Lutzenberger, era muito ruim, pois sem o conhecimento e o amor à terra, “acabam arrendando para gente que produz muita devastação, ou a fazem eles próprios. A fazenda não é a parte mais importante de suas vidas, esta se passa na cidade, muitas vezes como políticos”.

Abordando esse tema, Lutz (2009, p. 136) traz uma reminiscência interessante de sua adolescência: “durante as férias escolares, meu pai me fazia trabalhar em oficinas, em construções, com colonos e em fazendas. Pagava para isto, queria que eu conhecesse o mundo. Como lhe sou grato!” Por essa época (final dos anos 1930, início dos 1940), segundo ele, “a colônia encontrava-se em grande auge econômico, era o ‘boom da banha’ vivia um tremendo florescimento econômico e cultural”. No entanto, “dali para a frente, a colônia foi sistematicamente demolida pelos governos controlados por latifundiários. Em etapas sucessivas, a colônia foi esvaziada de sua vida econômica”.

Segundo Rodeghero (1997, p. 159), já na década de 1940, a agricultura colonial estava em crise. As causas da crise seriam “os baixos preços dos produtos agrícolas, o esgotamento dos solos, a escassez de terras e as técnicas rudimentares de produção”. Enquanto o minifúndio se tornava cada vez mais inviável, avançava o processo de industrialização nas zonas centrais e urbanas do país. A modernização na agricultura era oferecida como solução para essa discrepância entre

---

<sup>76</sup> Marli Mertz (2004, p. 281) denomina sistema agrícola colonial ao “conjunto de práticas e técnicas, bem como aos meios sociais e econômicos de produção desenvolvidos com a vinda dos primeiros imigrantes europeus não ibéricos ao Estado. A característica considerada essencial desse sistema agrário, a que o distingue das demais formas de agricultura desenvolvidas no Estado, é a pequena propriedade cultivada pelos membros de uma família e o sistema de produção que é a policultura — incluindo-se aí as atividades pecuárias desenvolvidas por esses agricultores. O produtor cultivava vários produtos cujos excedentes se destinam ao mercado. Há, no entanto, uma preocupação por parte do agricultor em cultivar sempre um produto que obtenha bons preços. Assim, os imigrantes alemães dedicaram-se mais intensamente à produção de milho e de suínos, visando à produção de banha; os italianos, além da suinocultura, dedicaram-se à produção da uva e vieram a desenvolver a indústria do vinho na região da serra”.

campo (local do atraso, do conservadorismo) e cidade (local do moderno, do progresso). Rodeghero cita como agentes divulgadores da necessidade de modernização “agrônomos, veterinários, funcionários públicos, políticos, comerciantes, religiosos, etc.”. A autora percebe na igreja católica um discurso de valorização do campo, “um ruralismo idílico”, cuja população seria “depositária de inúmeros valores a serem preservados”. No entanto, num momento de agitação política (o contexto pré-golpe civil-militar), em que as populações rurais corriam o risco de serem seduzidas pelo comunismo, agentes católicos resolveram defender a modernização no campo, como forma de barrar essa influência. É interessante observar que Lutzenberger compartilhava dessa visão idílica do campo, como vimos acima, porém seu discurso, de forma oposta, condenava a modernização agrícola, por motivos sociais e ecológicos.

Para Mertz (2004), as causas da crise do sistema colonial estavam relacionadas aos métodos de produção empregados pelos colonos, em meio às florestas, onde foram designados seus lotes. Inicialmente, não houve problemas, “uma vez que os solos de florestas eram ricos em nutrientes, proporcionando várias colheitas sem a necessidade de adubos e sem a rotação de culturas” (MERTZ, 2004, p. 287). Os colonos usavam os mesmos métodos dos caboclos, o “sistema de cultura em terrenos de florestas abatidas-queimadas”, ou seja, a prática da coivara, o que levou ao “esgotamento do solo ao longo das gerações e ao empobrecimento de quem o explorava a partir desse modelo” (2004, p. 289). Aliado a isso, as propriedades passaram a sofrer com o déficit econômico, pois os preços que recebiam pelos produtos agrícolas eram baixos, frente aos custos dos bens que precisavam adquirir no comércio. Nos anos 1960-70, muitas dessas propriedades desapareceram, com o advento da modernização agrícola, pois não possuíam os recursos necessários para investir nos insumos do pacote tecnológico da “revolução verde”, o que ocasionou o desmembramento de terras ou aquisição por aqueles que detinham o capital necessário.

Lutzenberger (2009, p. 138) menciona esse processo, referindo-se às “colônias novas do Rio Grande do Sul, no vale do Uruguai”. Na região mais ao norte do estado, segundo ele,

muito colono foi marginalizado por outros métodos: a extensão agrícola induziu o pequeno agricultor a plantar soja, em detrimento dos demais cultivos que fazia, e a comprar trator (...). O crédito bancário era aparentemente fácil. Três a quatro anos depois, o colono entregava sua terra ao banco. Muitos deles estão hoje sofrendo em beira de estrada, ou sofrendo e devastando na Amazônia. O subsídio não foi para eles, foi para as montadoras de tratores (LUTZENBERGER, 2009, p. 138).

Entretanto, apesar dos estragos, haveria no sul do Brasil “tremendo potencial social e ecológico”. Para Lutz (2009, p. 152), “uma nova política agrícola, sem necessariamente descuidar as grandes lavouras empresariais, deverá proteger o que temos de agricultura camponesa e familiar, promovendo nela incremento de métodos ecológicos na produção e cooperativos na comercialização das colheitas”. É interessante constatar que Lutz atribuía a crise das colônias a causas externas; para ele, não teriam sido seus métodos agrícolas do passado os responsáveis pelo

fracasso, mas sim a modernização dessas técnicas. Em sua visão, a “revolução verde” fora o grande causador do desmantelamento da “colônia”, que ele acreditava ser possível recuperar, por meio da agricultura ecológica.

### *Silêncio nas primaveras: os agrotóxicos*

A química na agricultura começou a ser desenvolvida no século XIX e o alemão Justus Von Liebig (1803-1873) é considerado “Pai da Agroquímica” (PINHEIRO, 1985, p. 10). O trabalho de Liebig

tinha como objetivo elucidar os processos químicos envolvidos na nutrição dos vegetais. Ao contrário dos que julgavam o húmus o principal componente da nutrição dos vegetais, o químico alemão enfatiza o papel dos minerais encontrados no solo. Nesse sentido, considera o solo como um depósito (magazine) de minerais à disposição das plantas. Ainda, de acordo com Liebig a agricultura é ao mesmo tempo arte e ciência. O autor não deixa nenhuma dúvida sobre a ciência que infunde racionalidade à agricultura. Sem a química torna-se impossível o aperfeiçoamento da arte de produzir alimentos para os homens e os animais (MAGALHÃES, CÂMARA, ALMEIDA, 2008, p. 712).

Para Liebig, as plantas cresciam de acordo com os elementos encontrados no solo. A partir disso, ele concluiu que era só adicionar NPK (nitrogênio, fósforo e potássio) que as plantas cresceriam mais. Essa fórmula se expandiu pelo mundo e possibilitou o início da era dos fertilizantes químicos (TAG, 2005). Segundo Lutzenberger (1981, p. 56), a fórmula NPK foi transformada em “paradigma que se fixou no pensamento agrônômico convencional (...), o paradigma NPK+veneno”. Tratava-se de um paradigma de pensamento reducionista, que Lutzenberger entendia como “uma maneira de pensar em gavetas fechadas, isoladas”: o solo, as pragas, o inço ou erva daninha (plantas invasoras) e as questões genéticas. Entre as quatro gavetas, não haveria ligação “dentro desse paradigma convencional”.

No século XX, o desenvolvimento da indústria agroquímica esteve ligado às duas grandes guerras mundiais. Durante a primeira guerra (1914-18) surgiram os adubos nitrogenados solúveis de síntese<sup>77</sup>. O próprio Lutzenberger (1985, p. 56) explicou que “a Alemanha, isolada do salitre do Chile pelo bloqueio dos Aliados, para a fabricação em grande escala de explosivos, viu-se obrigada a fixar o nitrogênio do ar pelo processo Haber-Bosch<sup>78</sup>”. Quando a guerra terminou, “as grandes instalações de síntese do amoníaco levaram a indústria química a procurar novos mercados. A agricultura se apresentou como mercado ideal”.

---

<sup>77</sup> Adubos inorgânicos, sintetizados em laboratório, que são totalmente solúveis no solo.

<sup>78</sup> Processo de produção de amônia a partir de hidrogênio e nitrogênio. A amônia é formada por um átomo de nitrogênio e três de hidrogênio. Essa molécula pode ser transformada em nitritos e nitratos, essenciais para a produção tanto dos fertilizantes nitrogenados quanto de explosivos e armamentos. O processo leva o nome Haber Bosch porque começou a ser desenvolvido pelo químico alemão Fritz Haber (1868-1934), em 1908, ao criar uma forma de reagir o N<sub>2</sub> com hidrogênio na presença de ferro em temperaturas e pressões elevadas. Posteriormente, outro químico alemão, Carl Bosch (1874-1940), continuou o trabalho de Haber e conseguiu implementar o uso da síntese de amônia em escala industrial. Por esses feitos, Haber recebeu o Nobel de Química em 1918, e Bosch, em 1931 (BORGES, HIPÓLITO, 2008).



Duas décadas depois, na segunda guerra mundial (1939-1945), “químicos das forças armadas americanas trabalharam febrilmente na procura de substâncias que pudessem ser aplicadas de avião para destruir a colheita de inimigos” (LUTZENBERGER, 1985, p. 56). Na época, as substâncias foram chamadas de LN8 e LN14, mas tornaram-se mundialmente conhecidas na Guerra do Vietnã, nos anos 1960, como “agente laranja” (o nome foi motivado por uma faixa laranja na embalagem). O agente laranja era um poderoso herbicida (formado pela combinação de dois produtos: 50% de 2,4-D e 50% de 2, 4, 5-T) utilizado como desfolhante. O uso desse produto deixou um legado não resolvido: causou sérios problemas ao ambiente e à saúde da população vietnamita, porque continha uma das substâncias mais venenosas já inventadas pelo homem, a dioxina.

Em 1939, o entomologista suíço Paul Müller descobriu que o DDT<sup>79</sup> era eficiente no combate à malária. O produto então “foi utilizado na segunda guerra mundial para prevenção de tifo em soldados, que o utilizavam na pele para combater piolhos. Posteriormente, foi usado na agropecuária, no Brasil e no mundo, dado seu baixo preço e elevada eficiência” (D’AMATO, TORRES, MALM, 2002, p. 995). A produção em larga escala começou em 1945 e, em 1948, Müller recebeu o Prêmio Nobel de Fisiologia/Medicina pela descoberta. Veremos que o uso do DDT gerou calorosos debates entre a opinião pública no Rio Grande do Sul nos anos 1970-80, quando os ambientalistas criticaram duramente o seu uso na agricultura, devido aos efeitos prejudiciais ao meio ambiente e à saúde humana por tempo prolongado.

É importante diferenciar os termos que utilizaremos para denominar os produtos agroquímicos. Existem centenas de substâncias disponíveis, aqui simplificaremos a classificação. Basicamente, falaremos de adubos ou fertilizantes e de agrotóxicos ou pesticidas.

Adubos e fertilizantes possuem a mesma função: fornecer os nutrientes que as plantas precisam para se desenvolver. Os adubos podem ser orgânicos ou naturais (compostagem, matéria orgânica) e químicos (utilizam a fórmula NPK). Os fertilizantes só podem ser químicos ou inorgânicos, obtidos através da síntese de minerais ou do petróleo (fórmula NPK).

Utilizaremos “agrotóxicos” ou “pesticidas” como sinônimos para designar produtos químicos que possuem propriedade de matar seres vivos – biocidas<sup>80</sup>. Trata-se de um verdadeiro

---

<sup>79</sup> Dicloro Difenil Tricloroetano. Inseticida organoclorado que se acumula no tecido adiposo e na cadeia alimentar. São da mesma família o DDE, o DDD e o BHC. Esses pesticidas são considerados carcinogênicos e teratogênicos, além de desregularem o sistema endócrino (TAG, 2005). O DDT foi sintetizado em 1874 por um químico alemão, mas suas propriedades inseticidas só foram descobertas em 1939 (CARSON, 1964, p. 30).

<sup>80</sup> Segundo o *Basic Guide of Pesticides* elaborado por Shirley Briggs e Rachel Carson Council (1992, p. 9), podemos classificar esses produtos em 15 subdivisões principais: Acaricidas: que matam ácaros e aranhas; Algicidas: que matam algas; Antibióticos: que matam bactérias e vírus; Avicidas: que matam pássaros; Dessecantes: que secam animais ou plantas para matar ou permitir a colheita precoce; Fungicidas: que matam fungos; Herbicidas: que matam plantas (“ervas daninhas”); Inseticidas: que matam insetos; Moluscidas: que matam moluscos; Nematicidas: que matam nematóides (parasitas das plantas); Piscicidas: que matam peixes; Reguladores de plantas: que retardam ou

arsenal produzido para matar os mais diversos organismos. Rachel Carson (1964, p. 27) falava de “elixires da morte”, que já nos anos 1960 podiam ser encontrados “no corpo da maioria dos seres humanos, independentemente de sua idade (...), no leite das mães (...) e nos tecidos dos bebês ainda não nascidos”. Além de matar os seres para os quais foram indicados, os agrotóxicos causam efeitos à saúde humana, animal e vegetal. A autora denuncia que eles podem provocar modificações celulares, danos às cadeias alimentares e grave poluição ambiental. Para esclarecer a população, Carson escreveu *Primavera Silenciosa*, um brado de alerta que foi um dos motivos da “conversão” de Lutzenberger, que de vendedor de adubos se transformou em ambientalista e um dos maiores críticos da indústria agroquímica.

### *O primeiro despertar: Primavera Silenciosa na BASF – 1962*

Este livro, pode-se dizer que foi o que acendeu a primeira faísca da atual preocupação pelo ambiente. Apesar de alguns pontos fracos, logo ferozmente atacados pela indústria, a Senhora Carson, em uma linguagem apaixonada e apaixonante, conseguiu alertar e ser ouvida pelo grande público. Sem este livro, ainda não teríamos, pelo menos em alguns países, os primeiros passos de uma legislação ambiental. Não haveria ainda a atual retomada dos métodos biológicos e integrados na agricultura. (LUTZENBERGER, *A química na agricultura*, 1973, p. 16).

Assim Lutzenberger se referiu à *Primavera Silenciosa*, em texto que escreveu para ser lido por estudantes de Agronomia da UFRGS, em 1973. Segundo Smith (2001, p. 733), o livro despertou os norte-americanos da sonolência ética e moral em relação aos pesticidas. Carson é considerada uma “progenitora” do movimento ambientalista nos Estados Unidos (McNEILL, 2000, p. 338) e uma das vinte e cinco mulheres mais poderosas do passado pela revista *Time* (2010). Ela já era uma bióloga marinha famosa em seu país, pois sua trilogia sobre o mar foi muito bem-sucedida nos anos 1940-50<sup>81</sup>. Em 1958, começou a escrita de *Primavera Silenciosa*, a partir de inúmeras denúncias de problemas com aplicações de DDT. Carson pesquisou muito sobre o tema, conseguindo formar uma rede de colaboradores em diversos países. Em meio ao processo de escrita, descobriu um câncer. O trabalho no livro chegou a ser suspenso, durante o tratamento com radioterapia, mas depois de quatro anos, a primeira versão de *Primavera Silenciosa* foi publicada, em fascículos, em junho de 1962, na revista *New Yorker*. Em setembro do mesmo ano, foi lançado o livro.

Inicialmente, *Primavera Silenciosa* foi alvo de opiniões extremadas. Enquanto a população em geral apoiou a escritora, enviando centenas de cartas elogiosas à *New Yorker*, representantes da indústria química (funcionários e pesquisadores alinhados) iniciaram uma campanha

---

aceleram o crescimento das plantas; Repelentes: que afastam pragas; Rodenticidas: que matam roedores; Esterilizantes: que inibem a reprodução.

<sup>81</sup> Livros: *Sob o mar-vento* (1941), *O mar que nos cerca* (1951) e *Beira-mar* (1955).

difamatória de cunho preconceituoso, acusando Carson com argumentos sexistas. Chamaram-na de “freira da natureza”, “solteirona”, “feiticeira”, retratando seu trabalho como místico e não científico, ligando-a a “adeptos da natureza” e a “modismos alimentares” (HYNES, 1985). Para Smith (2001), Carson foi também uma ameaça porque ela era uma mulher, uma estudiosa independente cujo sexo e falta de relações institucionais colocaram-na fora do campo da produção e aplicação convencional do conhecimento científico.

Na obra, utilizando linguagem acessível e apaixonada, Carson demonstrou que o DDT penetra na cadeia alimentar e chega ao homem. As aplicações da substância não matavam apenas as “pragas” às quais se dirigiam, mas também muitas outras espécies (árvores, peixes, pássaros, animais em geral), inclusive os predadores naturais das “pragas”. Outra denúncia é que o inseticida permanece por décadas no ambiente, inibindo a recuperação dos ecossistemas ao longo de muito tempo. Além disso, o DDT e outros agrotóxicos causavam a contaminação dos mares, das águas de superfície (córregos, rios e lagoas) e subterrâneas (aquíferos). Ela fala de “rios de morte” (CARSON, 1964, p. 139), pois, após pulverizações desses produtos, toda a vida aquática era eliminada.

*Primavera Silenciosa* fez um tremendo sucesso nos Estados Unidos, vendeu milhões de exemplares e foi traduzido para diversos idiomas ainda nos anos 1960. No Brasil, foram publicadas duas edições pela editora Melhoramentos em 1964, e depois o livro só foi reeditado em 2010 pela editora Gaia. No APJL, consta artigo (AUTOR DESCONHECIDO, Folha 8, APJL)<sup>82</sup> que denuncia o desaparecimento do livro “em todo o território nacional. Fala-se sobre grandes fogueiras feitas com livros comprados em todas as livrarias do país. Na verdade o livro desapareceu e, embora a procura, não houve outra edição. Tudo muito estranho!”. Por outro lado, as empresas agroquímicas lançaram livretos de autores defendendo o uso de seus produtos. Inclusive, encontramos um deles no APJL, intitulado *Outono Silencioso*<sup>83</sup>, distribuído pela Dow Chemical, uma espécie de paródia - ao contrário - de *Primavera Silenciosa*. O documento de autor desconhecido, antes mencionado, insinua que o “sumiço” do livro de Carson teria sido

---

<sup>82</sup> Não constam maiores dados no documento (datilografado). Talvez tenha sido escrito por Milton Guerra, pois consta seu nome escrito a lápis no alto da página com a letra de Lutzenberger.

<sup>83</sup> O autor, Henry Lewert, escreveu uma ficção, que, em muitos trechos, parece-se com *Primavera Silenciosa*. Começa com uma comunidade agrícola que prosperou com a tecnologia química. Porém, com o tempo, as pessoas ficaram preocupadas com a poluição do ar e da água: “uma boa parte de suas preocupações tem motivos; mas parte é apenas uma reação excessiva a riscos imaginários ou a histórias alarmistas”. As preocupações levaram a leis “para limitar a utilização dos *fertilizantes necessários* e banir o uso dos *defensivos úteis*, sem compreender que estarão aumentando os preços de alimentos, roupas e materiais de construção (...). as plantas estão começando a murchar nos campos; nas árvores, as folhas começam a secar e a morrer [grifos meus]” (LEWERT, 1979, p. III, APJL). Além disso, em virtude do aumento populacional e conseqüente risco de “fome”, o autor defende que “os produtos químicos para a agricultura são mais necessários do que nunca, para manter nossas fontes de alimentos e proteger a saúde pública” (p. 2). Trata-se de uma tentativa de legitimar o uso dos pesticidas, invertendo os argumentos dos ambientalistas, como se a falta dos produtos químicos fosse a causa dos problemas infligidos à natureza e à saúde pública.

responsabilidade das indústrias químicas, na tentativa de ocultar dos brasileiros o alerta contra o uso de seus produtos.

Para Lutzenberger, o livro de Carson foi uma espécie de revelação, que fundamentou seu “problema com os agrotóxicos”. Em depoimento ao jornalista e ambientalista João Batista Aguiar, em 11 de março de 1986, ele revelou que foi seu chefe na BASF quem lhe apresentou a obra, “como se fosse um tremendo escândalo: onde é que já se viu escrever este monte de coisas contra nossos lindos produtos fitossanitários! Daí eu peguei o livro e o li de ponta a ponta e fiquei impressionado” (p. 6). Como outras multinacionais agroquímicas, a BASF também participou da campanha difamatória a Carson, segundo Lutzenberger, internamente, junto a seus funcionários:

Pra mim foi um tremendo choque. Eu tenho um grande respeito pelos meus diretores e toda aquela gente. Afinal de contas, mesmo com certas visões diferentes eu os considerava uns grandes caras. Eu tava vendo a indústria química, era um troço louco. Eu não tenho problema com a química em si. Para mim, é uma das grandes conquistas da era moderna. Mas quando surgiu este livro, os meus superiores no campo dos agrotóxicos em vez de começar a pensar a se preocupar [com] o que nós estamos fazendo de errado, eles começaram uma campanha de vituperação contra esta mulher. A BASF propriamente não fez propaganda pública, mas interna: os documentos que eu vi lá dentro eram horríveis. Isso me chocou profundamente. Mas a indústria química moderna fez uma campanha violenta contra essa mulher (...). Essa coisa me chocou profundamente porque já a conhecia antes do livro [não pessoalmente]. A Rachel Carson era uma grande naturalista, uma pessoa duma tremenda capacidade científica acumulada, sensibilidade artística, estética e naturalista. (...) eu já tinha lido três ou quatro livros dela, tudo livro muito bom, de grande sensibilidade, grande profundidade (LUTZENBERGER, Depoimento a Aguiar, 1986, p. 6, APJL).

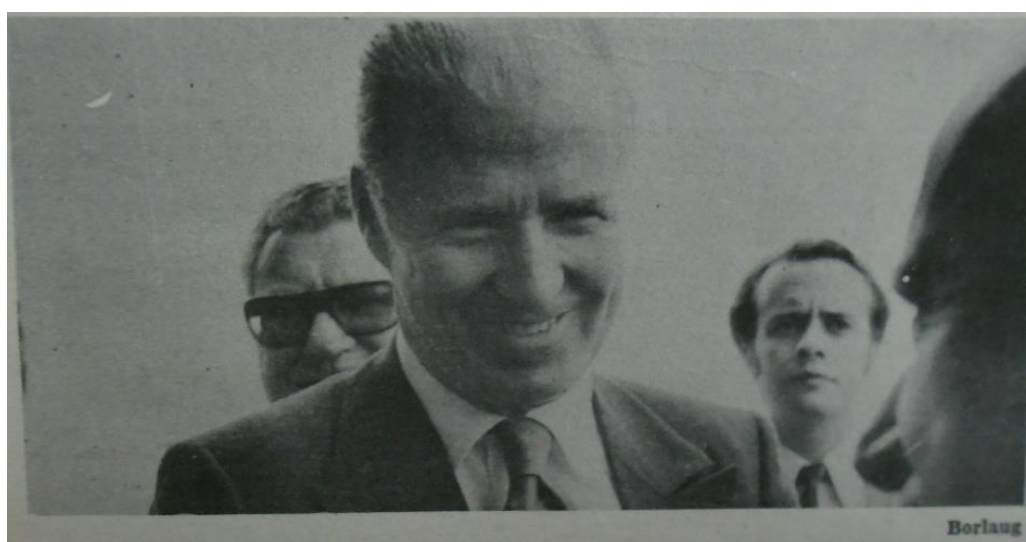
Depois da leitura do livro, Lutzenberger ficou ainda oito anos na BASF, até dezembro de 1970. Segundo ele, “foi um processo” que levou à virada em sua vida: “não dá prá dizer que houve uma experiência única, não. A coisa foi crescendo, crescendo” (LUTZENBERGER, Depoimento a Aguiar, 1986, APJL). Esse processo começou com a leitura de *Primavera Silenciosa*, cuja mensagem ética é o tema mais profundo da obra, e se agravou quando a BASF entrou para o ramo dos pesticidas, como vimos no capítulo 1, por meio da correspondência com León Croizat.

Ao criticar o uso dos agrotóxicos, Carson tratava de um tema fundamental: a relação das pessoas com a natureza. Ao examinar a legitimidade do que chamava “cadeias de envenenamento”, a autora levantou uma importante questão ética: “quem foi que decidiu – quem é que tem o direito de decidir – em nome de incontáveis legiões de pessoas que não são consultadas – que o valor supremo é um mundo sem insetos, ainda que venha a ser um mundo estéril, destituído da graça decorativa de uma asa encurvada, de um pássaro em voo?” (CARSON, 1964, p. 137). A primavera silenciosa, sem o canto dos pássaros, sem o rumor da vida, era o que a bióloga queria evitar com seu livro.

Essa preocupação com a ética, que motivou a saída da BASF e permeou toda a militância ambientalista de Lutzenberger, foi o combustível das lutas contra os agrotóxicos que ele protagonizou na AGAPAN, como veremos a seguir.

### *A luta contra o “envenenamento do ambiente natural”*

A luta de Lutzenberger contra os agrotóxicos começou ainda em 1971. Sete meses após a fundação da AGAPAN, o Prêmio Nobel Norman Borlaug – engenheiro agrônomo que desenvolveu as sementes híbridas, como vimos acima – veio ao Brasil. Esteve no Rio Grande do Sul, entre 25 e 28 de novembro de 1971, para conhecer pesquisas em sementes de trigo e receber homenagens. Borlaug visitou a Estação Experimental Agrícola de Cruz Alta, a Estação Fitopatológica de Júlio de Castilhos e a Estação Experimental do Ministério da Agricultura em Passo Fundo - onde foi homenageado pelo Ministro da Agricultura à época, Fernando Cirne Lima, com um churrasco e uma faca de prata para cortá-lo (ZERO HORA, 27/11/1971, p. 15, MCSHJC). Na capital, foi homenageado com um jantar oferecido pela Federação das Cooperativas de Trigo (FECOTRIGO), Associação Rio-grandense de Engenheiros Agrônomos e UFRGS.



Norman Borlaug em Porto Alegre. *Zero Hora*, 26/11/1971, p. 15 (MCSHJC).

Borlaug concedeu declarações à imprensa que preocuparam Lutzenberger. Segundo a *Zero Hora* (26/11/1971, p. 15, MCSHJC), o engenheiro agrônomo norte-americano forneceu “a fórmula com a qual, segundo ele, qualquer país pode aumentar sua produtividade agrícola”. Seria um trabalho constituído de três fases: “tecnologia, política realística do governo e aplicação prática da tecnologia. Explicou que a nova tecnologia pode aumentar em até 200 por cento a produtividade, com o uso racional de fertilizantes e um bom manejo dos solos”. O governo deveria fornecer estímulos aos agricultores, para que eles pudessem utilizar largamente a nova tecnologia, afinal “de nada adiantariam os recursos tecnológicos se eles ficassem restritos às estações experimentais”. Borlaug declarou também que “a agricultura e seus fertilizantes não são as causas maiores da poluição. Disse que a poluição é muito mais afetada pela poluição das indústrias e das grandes cidades industrializadas [sic]”. Nas palavras do norte-americano, “fala-se muito na

quantidade de fertilizantes escoada para os rios. No entanto, se comparada com os detritos dos grandes centros urbanos, ela é ínfima”.

Lutzenberger enviou uma carta de protesto ao cientista da “revolução verde”, em 30 de novembro de 1971, que foi publicada na íntegra pela *Folha da Tarde* (10/12/1971, p. 17, MCSHJC):

Sem necessidade e após a decisão do nosso governo de banir parcialmente o uso do DDT, o senhor repetiu entre nós – e nossa imprensa deu ampla publicidade ao fato – seus pronunciamentos na FAO, referentes ao uso e à proibição do DDT e outros pesticidas, bem como o seu ataque aos conservacionistas, tidos como gente privilegiada e de barriga cheia diante de massas enfermas e famintas dos países subdesenvolvidos. Considerando a importância e as consequências dessas afirmações, provenientes de um homem com seu prestígio pessoal, não nos resta senão protestar pública e veemente contra elas. Seus argumentos são os argumentos da indústria química. Não se trata de ricos contra pobres. Estamos todos no mesmo barco. Só temos este frágil planeta sobre o qual viver. Se o envenenarmos, se o destruímos, não teremos para onde ir. Com tudo que conhecemos hoje sobre os efeitos dos biocidas persistentes sobre a biosfera, certamente sabemos o suficiente para dizer que não podemos permitir que as decisões sobre seu uso sejam ditadas exclusivamente por considerações de produtividade máxima mais barata. Os sérios estudos científicos sobre os perigos ecológicos de muitos desses venenos (e as advertências sobre seu uso indiscriminado e cego), certamente, não vêm só de românticos e bem alimentados enamorados da Natureza, mas, principalmente, de biólogos, ecólogos e oceanógrafos sérios. O que enfrentamos hoje é a questão fundamental da continuação da vida neste planeta. Se o senhor quiser contribuir seriamente para a sobrevivência da humanidade, mesmo com risco de se tornar impopular, por que não aponta os verdadeiros problemas? (A tecnologia desenfreada e unilateral, tendo em vista apenas alvos financeiros imediatos e míopes; da obsolescência planejada e o esbanjamento irreversível de recursos; a agricultura de rapina, que está transformando grandes partes do mundo em deserto; e da explosão demográfica descontrolada?) Atenciosamente, José A. Lutzenberger, presidente da AGAPAN.

Carneiro (2003, p. 86) comenta que talvez a carta de protesto de Lutzenberger não tenha sido divulgada no centro do país, “mas mesmo que fosse, dificilmente a polícia política, sem antecedentes nossos, iria adivinhar que a nossa campanha contra os agrotóxicos iria alcançar o nível atingido”. Num tempo de recrudescimento da ditadura militar, Carneiro receava que a AGAPAN pudesse ser classificada como “subversiva”, ao discordar da maior autoridade mundial em pesquisas sobre genética de sementes, defensor de um pacote tecnológico difundido pelos Estados Unidos e acatado pelos militares no Brasil como a melhor forma de produzir alimentos.

Já no *Programa de Luta da AGAPAN* (1971, APAC), entre outras causas principais, constava que a associação iria promover o combate ao “uso indiscriminado de inseticidas, fungicidas, herbicidas, raios ionizantes, etc.”. Em uma das reportagens sobre o lançamento da entidade, Lutzenberger alertou “que o uso arbitrário de pesticidas (fungicidas, inseticidas, herbicidas, etc.) está atentando contra nossa própria vida, já que, cada dia mais, nosso ambiente natural está sendo sobrecarregado de venenos” (FOLHA DA TARDE, 02/06/1971, p. 40, APJL).

Segundo Carneiro (2003, p. 86), a primeira palestra de Lutzenberger exclusivamente dedicada à problemática dos agrotóxicos intitulou-se “A insensatez da Agroquímica”, proferida em 05 de outubro de 1972, na sede da AGAPAN. Nessa ocasião, ele questionou o conceito de “praga”, contra quem a indústria agroquímica criava seus produtos. Enquanto os humanos

simplificavam a natureza (citou o exemplo da lavoura de milho, em que o agricultor considerava “inço”, ou praga, tudo que não era milho), o palestrante defendia que, na complexidade da natureza, quanto maior a diversidade de espécies, maior a estabilidade de um ecossistema; do contrário, quanto mais simples, mais vulnerável. As pragas, portanto, nem sempre eram mesmo “pragas”; isso dependia do enfoque filosófico com que se encarava uma propriedade. Para a agricultura ecológica (também chamada de orgânica, biológica, biodinâmica, etc.) não existem pragas; insetos, ácaros e fungos são considerados indicadores de saúde do solo e das plantas, pois a propriedade é pensada como um todo, e se trabalha sempre pelo equilíbrio desse todo. Já na agricultura “moderna” ou tecnológica existem “pragas” que precisam ser eliminadas, utilizando-se todo o agrotóxico necessário (e mais ainda, como veremos) a tal fim.

Na palestra “A insensatez da Agroquímica”, Lutzenberger utilizou uma metáfora, apropriada de um texto de Barry Commoner (1969), que repetiria inúmeras vezes mais tarde: “a química levou a agricultura a uma situação semelhante de pessoa drogada. O drogado começa com doses pequenas que lhe proporcionam imenso prazer. Acaba tomando sempre mais, com efeito sempre menos satisfatório, até o desastre final” (LUTZENBERGER, 1972, APJL). O processo começava com os adubos, levando ao uso de agrotóxicos. As primeiras doses de adubo químico costumavam ser pequenas, mas, nas aplicações seguintes, o agricultor tendia a aumentar a quantidade para conseguir o mesmo efeito, o que causava degradação da microfauna e flora do solo. Ao longo do tempo, ocorria a lixiviação<sup>84</sup> do solo e a eutrofização<sup>85</sup> de rios e lagos. Com o solo e a planta desequilibrados, apareciam “pragas” e doenças, motivando o uso dos agrotóxicos. Formava-se, pois, um círculo vicioso, de dependência de adubo químico e pesticidas, em doses cada vez mais altas, como uma pessoa em relação às drogas.

A relação entre indústria e agricultor envolveria vários aspectos éticos levantados por Lutzenberger em “A insensatez da Agroquímica”. A indústria, defendendo seus negócios multibilionários, conseguiu convencer o agricultor de que o uso de seus produtos é capaz de aumentar a produtividade das colheitas, ao mesmo tempo em que diminui a necessidade de trabalho braçal. O agricultor “está tão condicionado (...) que já não concebe agricultura sem química. Já não mais espera o aparecimento da praga. As aplicações são feitas segundo um calendário fixo” (LUZENBERGER, 1972, APJL). Se algum técnico, funcionário da indústria,

---

<sup>84</sup> Processo conhecido popularmente como “lavagem do solo”, onde resíduos são dissolvidos e levados pela água da chuva. No caso apontado por Lutzenberger, os agrotóxicos são levados pela chuva, contaminando águas subterrâneas, rios e lagoas.

<sup>85</sup> Um dos aspectos mais característicos do fenômeno de eutrofização dos lagos e reservatórios é o crescimento exagerado de organismos aquáticos autotróficos, particularmente algas plantônicas (fitoplâncton) e ervas aquáticas (macrófitas). A eutrofização causa vários problemas, como dificuldade de navegação, liberação de toxinas pelas algas, consumo de oxigênio devido à decomposição das algas em excesso, aumento de larvas e insetos, alteração da acidez da água (ph) e grande desequilíbrio ecológico, com diminuição do número e quantidade das espécies aquáticas (VALENTE, PADILHA, SILVA, 1997).

sugerisse que o produtor não devia usar certo produto, ou que poderia usá-lo em quantidade menor, era “automaticamente considerado mau técnico”. A própria circunstância de que, em geral, era o técnico da empresa fabricante quem receitava o produto foi considerada por Lutzenberger uma situação imoral, ao compará-la com a receita médica: “imaginem quanto remédio estaríamos tomando se o farmacêutico fosse quem escrevesse a receita”. Por esse motivo, veremos mais adiante que ele e seus companheiros lutariam pela aprovação do receituário agrônomo.

Outro aspecto antiético envolvido nessa relação seria a isenção de responsabilidade, por parte das indústrias químicas, nos casos de envenenamento causados pela utilização de seus produtos: “os fabricantes de pesticidas, nos rótulos e folhetos aplicativos, deixam bem claro que se isentam de qualquer responsabilidade por eventuais consequências desfavoráveis do uso indevido e, o que é mais interessante e significativo, também do uso devido de seus produtos” (LUTZENBERGER, 1972, APJL). Deslocando a responsabilidade sobre os efeitos indesejáveis provocados por seus produtos para o agricultor, as empresas visavam proteger seus interesses econômicos, que significavam muitos bilhões de dólares. Além disso, a avalanche química nas lavouras levava a mais uma consequência ética: a marginalização do agricultor. Para Lutzenberger, nos países pobres, “quando aparece o trator e o herbicida no campo, explode a favela na cidade. Só o agricultor que já era forte, o homem digno de crédito bancário, pode tirar proveito das novas técnicas” (IDEM).

Em 12 de abril de 1973, Lutzenberger falou para estudantes de Agronomia da UFRGS, convidado pelo Diretório Acadêmico da faculdade. Como preparação para a palestra, os alunos leram o texto “A problemática da Agroquímica”, que é praticamente idêntico a “A insensatez da Agroquímica”. Imagino que deva ter sido um momento emocionante para ele, já que retornava ao lugar onde realizou seu curso de graduação. Com a penetração cada vez maior da indústria química na agronomia, cooptando professores e direcionando as pesquisas na área, era importante levar sua mensagem de alerta sobre os agrotóxicos aos futuros engenheiros agrônomos, jovens que Lutzenberger considerava “a única esperança”, já que os mais velhos se encontravam “a maioria fossilizados, paralisados pelos interesses imediatistas” (LUTZENBERGER, 1973, p. 4, APJL). Para reverter a situação, ele aconselhava sua plateia a estudar Ecologia, procurando “integrar-se no novo conceito do mundo, conceito ecológico do mundo”, que aprendessem “a incluir todo o grande e magnífico caudal da vida em vossa ética individual” e que dedicassem suas investigações “à procura do novo caminho, do caminho do restabelecimento da harmonia entre homem e natureza”.

*“Defensivos” para a agricultura*



Em 1975, a ANDEF moveu um processo judicial contra Lutzenberger, pedindo explicações sobre declarações do ambientalista a jornais de São Paulo e Paraná, em que criticava as campanhas da Associação pelo uso correto dos agrotóxicos. Esse episódio, que acompanharemos com mais detalhes daqui a algumas páginas, contribuiu para chamar ainda mais a atenção da imprensa e da população em geral para a problemática dos pesticidas na agricultura.

No início dos anos 1970, antes da atuação sistemática de ecologistas e pesquisadores contra os agrotóxicos, a opinião pública parecia reconhecer o problema ambiental por eles causado, mas ainda entendia que eram “um mal necessário” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 15/05/1971, APJL). Em maio de 1971, ocorreu em São Paulo o Seminário sobre o uso seguro e eficiente de defensivos agrícolas na América do Sul, reunindo 150 técnicos de diferentes países sul-americanos, representantes da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), do Ministério e Secretaria da Agricultura (SP) e o vice-governador do Estado, com colaboração da ONU. Durante o encontro, “foram discutidos os vários problemas da produção e consumo de pesticidas e os meios de evitar os perigos decorrentes do seu uso” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 15/05/1971, APJL).

Ainda não estava em questão a proibição ou regulamentação legal do uso desses produtos; o objetivo do seminário era “obter o máximo de benefício para a agricultura com o emprego de defensivos, evitando prejuízo para os seres humanos, animais e meio ambiente” (CORREIO AGROPECUÁRIO, maio de 1971, APJL). Também o artigo de um engenheiro agrônomo sobre os efeitos dos inseticidas, publicado no jornal *Correio do Povo* (CAVERO, 04/02/1972, p. 17, APJL), apesar de reconhecer que “resíduos de pesticidas estão sendo estudados em regiões polares”, que até “os pinguins já demonstraram altas doses de clorados [principalmente DDT] em recentes análises”, assim como pica-paus nas florestas do Canadá e Estados Unidos, argumentava que “os técnicos devem recomendar o uso de inseticidas”. O articulista defendia que, se as indústrias tomassem cuidados com a dose diária aceitável (DDA) na fabricação e, na sequência, se os agricultores aplicassem corretamente o produto, seria possível reduzir os efeitos negativos.

Além da utilização do termo “defensivos agrícolas”, muitas reportagens e artigos da época abordavam o problema dos agrotóxicos a partir do seu uso, ou seja, o enfoque recaía sobre o agricultor, a parte mais fraca e sem conhecimentos técnicos do processo produtivo agrícola. Esse ponto de vista era divulgado por órgãos do governo federal e estadual, e constantemente reforçado pela ANDEF. Para o diretor executivo da associação, Lysis Alóe, o fato de que os “defensivos são imprescindíveis para agricultura” não deveria ser questionado:

Se os defensivos podem representar uma ameaça à saúde humana e animal ou ao meio ambiente, esses são ônus que devem ser debitados, exclusivamente, ao uso inadequado ou à manipulação incorreta dos produtos. Trata-se, portanto, de indagar as razões dessas deficiências. E elas não parecem difíceis de identificar; podem ser resumidas numa só palavra: desinformação. O que nos leva, também sem grande dificuldade, à conclusão de que os problemas, eventualmente, causados pelos defensivos só podem ser

resolvidos mediante uma ampla e sistemática campanha de esclarecimento sobre seu uso e manipulação adequados. Este é um dos objetivos prioritários da ANDEF (A GRANJA, 1975, APJL).

Opinião semelhante foi emitida por técnico da FAO e Organização Mundial da Saúde (OMS-ONU): “por trabalhar de 4 a 8 horas na aplicação de defensivos na lavoura, o agricultor precisa estar habilitado e conscientizado do perigo que corre, se não usar corretamente o equipamento fumigador” (CORREIO DO POVO, 05/06/1974, p. 18, APJL). Segundo o técnico, depois de triste experiência no Rio Grande do Sul, havia uma preocupação maior em encontrar um meio de “disciplinar a venda indiscriminada dos pesticidas na agricultura” (FOLHA DA TARDE, 05/06/1974, p. 21, APJL).

A triste experiência mencionada ocorrera em março de 1974, quando 123 cabeças de gado fino holandês hereford e zebu morreram em Pedro Osório, a 300 km de Porto Alegre. Esse episódio motivou a primeira manifestação de preocupação oficial no Rio Grande do Sul. Depois de inicialmente negar a gravidade das consequências do uso do DDT, a Secretaria da Agricultura iria pedir ao governo federal que proibisse o uso desse inseticida (FOLHA DA MANHÃ, 01/03/1974, APJL). Além disso, o então secretário da Agricultura decidiu formar uma comissão especial para estudar os efeitos do uso indiscriminado dos defensivos, em 01 de março de 1974 (GAZETA MERCANTIL. São Paulo, 28/05/1975, APJL). Para Carneiro (2003, p. 87), essa comissão “encarou o problema dos prejuízos dos agrotóxicos” e deu início aos debates que levaram à preparação da lei estadual gaúcha de 1982.

Dias depois que a comissão foi formada, Lutzenberger foi convidado a proferir uma conferência na SARGS, intitulada “Agroquímica e poluição ambiental”. Durante uma hora e meia, para 80 pessoas, ele “falou dos crimes que são cometidos em nome da agroquímica contra o homem e seu meio ambiente. Qualificou como ‘um escândalo’ a maneira como as pragas são combatidas e disse que somos todos culpados; ‘o inimigo somos nós mesmos’” (FOLHA DA MANHÃ, 25/03/1974, APJL). Lutzenberger denunciou a “simplificação da natureza”, através da química, que só visava a praga – na verdade um “agente policial da natureza” – criando um círculo vicioso. Além disso, para ele, o crescimento no faturamento das indústrias, chegando a 50% ao ano, demonstrava que “o interesse econômico é um jogo, porque o assessoramento técnico é feito pelo vendedor – é como se o farmacêutico receitasse os remédios que ele mesmo vende, atendendo aos seus interesses e não aos do cliente” (IDEM).

Considerado uma autoridade no assunto, já que trabalhara no setor agroquímico e o conhecia muito bem, Lutz foi chamado a falar para engenheiros agrônomos, uma das partes atuantes no processo produtivo agrícola. Na visão do ambientalista, a conscientização de seus colegas era importante, pois poderia refletir numa concepção diferente de agricultura, que, progressivamente, levaria à eliminação dos agrotóxicos. Dentro de seu enfoque ético, era

extremamente incorreto que os vendedores dos produtos os receitassem, procedimento já rechaçado na medicina; os engenheiros agrônomos sim estavam capacitados para isso, até porque não se achavam comprometidos diretamente com as indústrias fabricantes.

O primeiro trabalho produzido pela Comissão de Defesa Fitossanitária foi um relatório sobre as intoxicações devido ao uso de agrotóxicos no Estado. Divulgado em maio de 1974, o documento afirmava que durante os anos 1973-74, na safra da soja, “ocorreram 652 casos de intoxicações de agricultores por defensivos agrícolas, sendo 6 óbitos, 428 com hospitalização e 224 atendidos em consultório. As intoxicações em animais econômicos acusam os seguintes dados: 1.549 bovinos, 121 ovinos e 225 suínos” (CORREIO DO POVO, 24/05/1974, capa, APJL). O relatório informava ainda que peixes e animais silvestres também eram atingidos por “defensivos”, e que “a ação orientadora oficial com vista ao melhor uso dos defensivos agrícolas era deficiente”. Para resolver o problema, os técnicos sugeriam “uma campanha de esclarecimento das populações rurícolas sobre o uso correto dos defensivos agrícolas. Sob a coordenação da Secretaria da Agricultura deverão ser mobilizados os recursos disponíveis” (IDEM).

Lutzenberger discordava desse ponto de vista: “a posição oficial diante dos pesticidas é de que as calamidades que hoje temos são consequência do uso indiscriminado desses produtos, mas (...) o problema também tem que ver com o dito uso correto desses meios” (JORNAL ADVENTISTA, Maio/Junho 1978, p. 10, APJL). Para ele, “toda a aplicação de pesticida é criminosa, porque ela faz parte de uma filosofia fundamental errada” (TCHÊ, Abril/1981, p. 8, APJL). O agricultor, ao aplicar veneno para livrar sua plantação de um ser que considerava inimigo, tornava-se peça de um sistema brutal e imediatista. Ele não se dava conta de que, para o veneno fazer efeito, ou seja, matar a “praga”, a natureza do produto não poderia limitar-se à área ou ao momento da aplicação. Segundo nosso personagem declarou ao jornal *Zero Hora*,

Venenos como o Aldrin, Dieldrin, Chlordano e DDT, por exemplo, são eficientes justamente porque são persistentes, porque permanecem muito tempo no ambiente sem decompor-se. Outros venenos menos persistentes como o Parathion, Metasustox e Dimethoate são eficientes porque são fulminantes. Os problemas ambientais dos métodos de combate agroquímicos, portanto, são decorrentes não somente, como se quer fazer crer, do mau uso dos produtos, mas da própria natureza deste tipo de tecnologia (ZERO HORA, 13/08/1974, APJL).

O número de mortes e intoxicações divulgado no relatório da Secretaria da Agricultura já seria preocupante, no entanto, o documento foi distribuído sem as páginas onde deveria constar o número de vítimas; um funcionário da Secretaria teria revelado que a quantidade de óbitos ia além de duas centenas. Notícia publicada pela *Folha da Manhã* dias antes da divulgação falava de pelo menos 11 mortes confirmadas extraoficialmente. Um químico-farmacêutico do Ministério da Agricultura afirmou que sabia do falecimento de oito pessoas que eram “colocadas nos limites das plantações, segurando bandeiras e sinalizando dessa forma a área que deve ser pulverizada com inseticida pelos aviões”; tais indivíduos eram requisitados entre os trabalhadores do campo e

colocados ali sem nenhuma proteção contra o veneno (FOLHA DA MANHÃ, 15/05/1974, APJL). Lutzenberger mencionou que “os casos que vem à tona são apenas a ponta do iceberg” (ZERO HORA, 13/08/1974, APJL). No contexto ditatorial que o Brasil vivia nos anos 1970, em que informações prejudiciais ao regime costumavam ser distorcidas ou omitidas para preservá-lo, é provável que os dados sobre o número de mortes tenham sido manipulados. Um número alto de ocorrências fatais prejudicaria os interesses da indústria agroquímica, comprometendo a estabilidade do tripé de desenvolvimento dependente que se processava no país.

Para o médico veterinário Paulo Sampaio (Professor da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL), os agrotóxicos não eram aplicados corretamente. Porém, o real problema residia no fato de que as informações ao meio rural eram levadas “na maioria das vezes, pelos próprios vendedores dos produtos químicos, nos quais, em grande parte, o interesse comercial supera o objetivo técnico”. A situação conduzia a “despesas inúteis e erros de utilização, verificando-se consequências drásticas no ecossistema” (CORREIO DO POVO, 03/05/1975, p. 17, APJL).

Na safra de soja que intoxicou 652 pessoas, foram aplicadas “10 mil toneladas de defensivos em pó e 1,7 milhão de litros de inseticidas líquidos no combate à lagarta” (GAZETA MERCANTIL, São Paulo, 28/05/1975, APJL). Segundo essa reportagem, Lutzenberger considerou os números “uma obscenidade”, que ocorreriam porque qualquer pessoa “podia entrar numa loja de produtos fitossanitários e comprar sem receita o produto mais fulminante, ecologicamente mais pernicioso, sem que haja um mínimo de controle sobre a utilização desse produto”.

O elevado número de intoxicações<sup>86</sup> deve ter motivado as principais empresas fabricantes e distribuidoras de agrotóxicos no país à decisão de criar uma associação para defender seus interesses, em fevereiro de 1975. Frequentemente eram noticiados nos jornais casos envolvendo humanos e animais, mas a ANDEF queixou-se de que não percebia o mesmo interesse da imprensa em abordar suas iniciativas “com o objetivo de encontrar soluções para os problemas que a incorreta manipulação dos defensivos agrícolas eventualmente causa à saúde humana e animal, ao meio ambiente”. Esse suposto descaso da imprensa teria levado a entidade a enviar uma carta-convite aos veículos de comunicação para uma reunião em sua sede, em São Paulo. Tratava-se de uma espécie de contra-ataque, para provar que a ANDEF era, nas palavras de Lysis Aloé - quem

---

<sup>86</sup> Dois meses depois da divulgação do relatório, em julho de 1974, um episódio envolvendo pesticidas causou grande impacto no estado. Cinco meninos com idade entre 11 e 15 anos morreram em Canguçu, 300 km ao sul de Porto Alegre, poucas horas depois de beberem água numa roça onde trabalhavam (GAZETA MERCANTIL, 28/05/1975, APJL). Reportagem da *Zero Hora* abordou a morte de agricultores por intoxicação nas cidades de São Borja, Humaitá e Erechim. Constatou igualmente que hospitais de Giruá, Tenente Portela, Três de Maio, Palmeira das Missões, São Luiz Gonzaga, Carazinho e outros municípios recebiam muitos doentes em estado grave; segundo a diretora do Hospital São José, de Giruá, o estado dos agricultores intoxicados era “muito triste: os músculos tremem, os olhos viram e [eles] também ficam inconscientes” (ZERO HORA, 08/03/1975, p. 3, APJL).

assinou a carta, “alvo de injusta e indevida campanha, pela qual se atribuem aos defensivos agrícolas, entre outros pecados, o complexo de efeitos cancerígenos, a poluição desenfreada do meio ambiente, a matança indiscriminada de animais e a morte inevitável de seres humanos” (GAZETA MERCANTIL São Paulo, 28/05/1975, APJL).

### *O debate sobre o DDT e os organoclorados*

Os debates que levaram à organização da comissão de 1974 foram consequência de dois eventos principais: um progressivo esclarecimento da sociedade em relação aos agrotóxicos, em grande parte pela atuação de Lutzenberger, demais membros da AGAPAN e de pesquisadores universitários, e um aumento progressivo nas contaminações pelo uso desses produtos, ambos divulgados frequentemente na imprensa de todo o país. Dentre os agroquímicos que motivaram as intoxicações, o mais citado e combatido era o DDT.

Desde a publicação de *Primavera Silenciosa*, o DDT transformou-se de salvação contra a malária e insetos em um dos grandes inimigos da humanidade e do ambiente. Segundo Flores et al (2004, p. 114), “o problema da contaminação por organoclorados tem se agravado e adquirido proporções dramáticas, tanto pela sua intensificação quanto pela sua extensão geográfica”. O DDT já foi encontrado até na neve do Alasca, e está presente nas águas de todos os oceanos, afetando a reprodução de animais marinhos (aves, peixes, golfinhos, etc.).

Os organoclorados são assim chamados por serem compostos orgânicos, constituídos a partir do elemento químico básico Carbono (C) em combinação com o Cloro (Cl). Foram os primeiros agrotóxicos produzidos em larga escala, a partir da Segunda Guerra Mundial. Suas principais características são

insolubilidade em água; solubilidade em líquidos apolares como éter, clorofórmio e, conseqüentemente, em óleos e gorduras, o que ocasiona o acúmulo do DDT no tecido adiposo dos organismos vivos [danos à cadeia alimentar]; e alta estabilidade, pois demora muitos anos para ser degradado na natureza devido à baixa reatividade das ligações químicas presentes no composto em condições normais (BRAIBANTE, ZAPPE, 2012, p. 12).

O DDT, assim como Aldrin, Dieldrin, Endrin, Heptacloro, BHC e Toxafeno, são os principais inseticidas organoclorados utilizados no mundo. Carson já comentava – além do DDT – sobre as características de persistência no ambiente e do poder de contaminação do Dieldrin, Aldrin e Endrin. A bióloga relatou que em experimentos científicos de Dieldrin com aves, o inseticida “demonstrou ser de 40 a 50 vezes mais tóxico que o DDT” (CARSON, 1964, p. 35). O Aldrin também é uma substância altamente tóxica, produzindo “modificações degenerativas no fígado e nos rins”. Além disso, esse produto “projeta uma sombra ameaçadora no futuro: a sombra da esterilidade” (CARSON, 1964, p. 36), problema verificado em experiências com faisões, ratos e cães. Já o Endrin foi considerado por Carson o mais tóxico de todos organoclorados. Ele faz com

que o DDT, “progenitor de todo esse grupo de inseticidas”, pareça “relativamente inofensivo”, pois é “quinze vezes mais venenoso que o DDT para os mamíferos; 30 vezes mais venenoso, para os peixes; e cerca de 300 vezes, para algumas aves” (CARSON, 1964, p. 36-37).

Apesar desse poder de toxicidade, a venda anual desses produtos atingia 300 milhões de dólares nos Estados Unidos, no início dos anos 1970, e chegava a 1 bilhão, se incluídos também os demais tipos de inseticidas<sup>87</sup>, o que representava “um grande negócio” e significava “uma produção em larga escala” (GUERRA, p. 3, APJL). No Brasil, em 1973, as vendas de agrotóxicos somaram 180 milhões de dólares. Na época, havia cerca de 300 princípios ativos registrados e mais de 7.000 formulações. O grupo dos herbicidas era o que mais crescia, acompanhando a tendência mundial: “em 1964, 400 mil dólares; em 1973, 16 milhões de dólares, aumento de 4.000%” (GUERRA, p. 3, APJL).

Em 1972, o parlamento da Alemanha Ocidental limitou o uso do DDT ao combate de um besouro e uma larva de borboleta. Mas em junho de 1977, foi aprovada uma lei que revogou essas exceções, praticamente banindo seu uso no país. Essa instrução seguia a posição dos Estados Unidos, que eliminaram totalmente o uso de organoclorados em 1974 (VEJA, 15/06/1977, p. 58).



Fonte: VEJA, 15/06/1977, p. 58 (APJL).

No Brasil, o uso do DDT era justificado pelo preço mais baixo, em comparação com outros inseticidas. Mesmo com tantas mortes e intoxicações, técnicos da FAO avaliaram que, no país, havia “necessidade de consumo de inseticidas baratos”. Segundo eles, “foi constatado que o DDT não é cancerígeno nem em coelhos e macacos. Será cancerígeno no homem? Ele ainda é o único protetor das lavouras onde não há substitutos” (FOLHA DA TARDE, 05/06/1974, p. 21, APJL). O DDT, assim como os outros agrotóxicos, era considerado pelos setores que defendiam

---

<sup>87</sup> Além dos organoclorados, os principais grupos de inseticidas são os organofosforados e os carbamatos.

seu uso como “protetor da lavoura”; essa era a justificativa para utilizarem a expressão “defensivos agrícolas”, ao se referirem aos produtos que matavam “pragas”.

Acompanhando os debates que a divulgação do relatório organizado pela Comissão da Secretaria de Agricultura gerou na imprensa do RS, é possível perceber um enfoque maior sobre o DDT, talvez porque era o inseticida de uso mais difundido no estado desde 1946 (FOLHA DA MANHÃ, 15/05/1974, p. 15, APJL). Também no meio político, o DDT era apontado como grande culpado dos casos de intoxicação que não paravam de ser divulgados. O deputado Hugo Mardini (Arena), em depoimento na Assembleia Legislativa, relatava que a atenção de todo o estado se voltava às graves consequências da substância à pecuária e ao homem. Apesar de ter sido banido nos Estados Unidos, no Brasil o DDT só era restrito “nas lavouras de fumo e pastagens, não havendo qualquer determinação que limite seu uso nas lavouras”, por isso o deputado apelava “para que o governo proíba em todo o território nacional o uso de DDT para fins agrícolas” (CORREIO DO POVO, 18/05/1974, APJL).

No entanto, nem o DDT nem outros agrotóxicos foram proibidos no Brasil – o que só ocorreria em 2009. O Secretário da Agricultura na época, Edgar Írio Simm, declarou ao *Correio do Povo* (18/05/1974, APJL) que estava preocupado com os resultados do relatório, porém achava que a “solução mais rápida será a colaboração da imprensa, divulgando, através de uma campanha que iremos lançar ainda esta semana, de como se deve usar os defensivos nas lavouras para o combate às pragas”. Para ele, o problema era “originado, puramente, da aplicação indevida do agricultor que, quando vê uma praga nas suas plantações injeta em excesso os corretivos”. O secretário informou que visitaria as redações de todos os jornais, rádios e redes de televisão para divulgar a campanha “Produzir sem poluir”. Ele iria também conversar com o Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, sobre a possibilidade de criar uma legislação para controlar o uso dos agrotóxicos, embora essa ideia fosse pouco provável, “notadamente pela dificuldade de fiscalizar a atividade do colono” (CORREIO DO POVO, 18/05/1974, APJL). Em março de 1974, a AGAPAN já havia enviado telegrama ao Ministro da Agricultura, pedindo providências contra o “descalabro da agroquímica, que está envenenando sistematicamente o ambiente rural e urbano (...), contaminando a alimentação animal e humana”. Para a entidade, deveriam “ser proibidos todos os inseticidas clorados e o uso de herbicidas em pastos, assim como os desfolhantes utilizados na destruição vegetal” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 23/03/1974, APJL). É interessante constatar que Paulinelli se manifestaria contrário a uma lei para controlar o uso e disciplinar a venda dos produtos: “ela não seria tão eficiente quanto uma campanha didática” (FOLHA DA MANHÃ, 04/09/1975, APJL).

Além do DDT, inseticidas organoclorados como Dieldrin e Aldrin eram usados indiscriminadamente no Rio Grande do Sul. E isso era tão corrente e “normal” que artigo do

engenheiro agrônomo Renato Corte Real, publicado no caderno “Correio Infantil” do *Correio do Povo*, em 14 de julho de 1974, recomendava seu uso a crianças no preparo da terra para plantar uma horta. Seu autor alertava que a criança deveria tomar uma série de cuidados, “pois vamos trabalhar com um veneno”. Entre as recomendações prescritas no artigo, o infante deveria “evitar tocar qualquer parte do corpo no veneno; aplicar sempre a favor do vento, para que o veneno não venha por cima de nós; nunca fumar quando se trabalha com venenos; procurar um médico, ao notar sinais de intoxicação”. O agrotóxico deveria ser colocado numa caixinha de fósforos, “bem cheia de Aldrin, [uma] para cada metro de canteiro. Espalhe bem o pó sobre a superfície do canteiro. Depois, com um ancinho ou com uma enxada, misture bem o pó com a terra. **Lave as mãos** [negrito no original]” (REAL, 14/07/1974, p. 28, APJL).

No mesmo dia, Lutzenberger escreveu carta ao “Correio do Leitor” denunciando o absurdo da recomendação de Corte Real:

É de estarrecer, é desesperador mesmo, verificar como, em plena época de conscientização ambiental, continua grassando o mais cego ou mesmo inescrupuloso imediatismo entre certos “técnicos” (...). Todo agrônomo informado e consciente já sabe que o caminho hoje a seguir é a procura de alternativas ecológicas aos métodos brutais da agroquímica. Como explicar então o artigo na página infantil do Correio do Povo de 14/07/1974? (LUTZENBERGER, J. Carta ao Correio do Leitor. Porto Alegre, 17/07/1974, APJL).

Mais ainda, Lutzenberger relatou os efeitos do Aldrin aos humanos e à biosfera. O produto era três vezes mais tóxico que o DDT:

Bastam 38 miligramas por quilo de peso vivo para matar e a absorção facilmente se faz pela pele. Talvez por isso o autor recomende o uso do Aldrin em caixinhas de fósforo. Uma vez no organismo ele pode chegar tanto pela pele como através do estômago ou dos pulmões, seus efeitos são cumulativos, podendo causar danos sérios anos depois de ingerido. Além de acumular-se nos tecidos adiposos estraga lentamente o fígado, rins e baço. Em experimento com animais também demonstrou seu poder cancerígeno. Mas o câncer costuma eclodir quinze ou vinte anos depois de desencadeado. Até lá, é claro, a vítima não se lembrará de nada e não vai processar ninguém. Na natureza, ele circula por tempo indefinido na biosfera e sabe concentrar-se através das cadeias alimentares. Aplicado no solo, durante muitos anos, toda a planta que aí crescer conterà resíduos de Aldrin, ou de Dieldrin, substância igualmente perniciososa na qual ele se transforma (LUTZENBERGER, J. Carta ao Correio do Leitor. Porto Alegre, 17/07/1974, APJL).

Tanto o Ministério da Agricultura quanto a ANDEF defenderiam o uso do DDT e do Aldrin em manifestações posteriores à divulgação dos escândalos provocados por seu uso. A ANDEF, em 1975, defendeu o uso do DDT, “simplesmente porque seus sucedâneos são mais caros”. Sob essa alegação, citando como exemplo o Carbaril, que custava cinco vezes mais que o DDT, a Associação colocava-se contra qualquer restrição ao “venenoso produto”, porque “o agricultor brasileiro não teria condições de ter seus custos mais elevados” (FOLHA DA MANHÃ, 30/05/1975, APJL).

Muito ao contrário de uma proibição ou controle mais rigoroso dos agrotóxicos, o presidente da república Ernesto Geisel aprovou, em agosto de 1975, o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA, que fazia parte do II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND),



prevendo a aplicação de recursos da ordem de três bilhões de cruzeiros nos dez anos seguintes. O Programa, elaborado pelo Ministério da Agricultura com a colaboração das empresas do setor, foi divulgado no boletim do Ministério, *Agricultura Notícias* (20 a 26/08/1975), e tinha o objetivo “de elevar a participação da produção nacional na demanda interna de defensivos agrícolas”, dando sequência “ao conjunto de ações desenvolvidas pelo Governo Federal relacionadas aos insumos básicos”. Na exposição de motivos que justificava o Programa, constava que o consumo de “defensivos” havia crescido 20% ao ano, entre 1964 e 1974, de 16 mil toneladas para 101 mil, número “que ainda é considerado muito pequeno em relação à demanda de produtos em virtude do grande aumento da produção agrícola no país, e também pela limitação quanto ao volume de defensivos produzidos, insuficientes para combater o grande número de insetos, fungos e ervas daninhas que infesta as lavouras brasileiras”. O Ministério produziu uma tabela dos agrotóxicos cuja produção seria estimulada: “O DDT e outros monocrotofós<sup>88</sup>, que representam o maior índice das importações brasileiras, serão produzidos em maior escala até 1980”. Também foram divulgadas dez metas que o Programa almejava atingir, entre elas destaque “a intensificação e ampliação das campanhas de utilização adequada de defensivos, visando à proteção do aplicador, à diminuição dos resíduos e à proteção do meio ambiente”, e “os estudos visando a estimular a indústria nacional para a produção no país daquelas matérias-primas necessárias à expansão da oferta interna de defensivos” (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 20 a 26/08/1975, p. 2, APJL).

Mesmo diante dos números de intoxicações provocadas pelos agrotóxicos e das manifestações contrárias a eles, a iniciativa de expandir a produção – especialmente do tão criticado DDT – partia do próprio governo federal, cujo plano demonstrava abertamente a intenção de beneficiar a indústria “nacional” com grande incentivo financeiro. No entanto, essa “nacionalização” era um dos mecanismos do “desenvolvimento dependente” verificado por Alves (1987): com a aprovação do PNDA, as grandes multinacionais agroquímicas instalariam fábricas no Brasil para receber financiamentos federais. Essa havia sido uma das principais reivindicações da ANDEF, justificada por Aloé com o argumento de que “somente as empresas estrangeiras têm condições de empregar seis a oito milhões de dólares em pesquisa para descobrir novos princípios ativos” (FOLHA DA MANHÃ, 28/08/1975, p. 8, APJL). Para Pinheiro (1985, p. 31), o PNDA representou uma das irresponsabilidades dos governantes que vitimava o agricultor, cujas metas “felizmente não foram alcançadas”.

Esse vínculo tão estreito entre o Estado brasileiro e as multinacionais de agrotóxicos revela um aspecto pouco estudado sobre a ditadura militar no Brasil: a ação de representantes do governo,

---

<sup>88</sup> Pesticidas organofosforados com alto potencial neurotóxico, considerado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) como um dos “agrotóxicos altamente perigosos” em 2003; por isso a agência recomendava a inclusão do ingrediente ativo na Convenção de Roterdã (ANVISA, Reunião sobre monocrotofós. 22 e 23/04/2003, *Online*).

ou dos próprios militares, dentro das empresas. Um dos mais importantes membros do governo militar (1964-81), considerado ideólogo e intelectual orgânico do regime (ASSUNÇÃO, 1999), o General Golbery do Couto e Silva, foi diretor e conselheiro da Dow Chemical (LUSTOSA, 2008, p. 156; PINHEIRO, NASR, LUZ, 1993, p. 20), empresa norte-americana fabricante do Agente Laranja. Segundo entrevista de trabalhador da Dow, publicada na revista *Latin American Perspectives* (1976), a estratégia das indústrias de estabelecer aliança com ditadores era comum naquele contexto:

De todas as empresas americanas multinacionais que operam na América Latina, a Dow Chemical estabeleceu talvez as mais estreitas relações com governos repressivos. Por exemplo, o chefe de operações da Dow no Brasil [de 1969] até início de 1975 era general Golbery do Couto e Silva, que era chefe da polícia secreta do Brasil [SNI], até que entrou para a equipe da Dow. Ele mais tarde se tornou chefe de gabinete do general Ernesto Geisel, o ditador e presidente do Brasil. Para suas operações chilenas, a Dow nomeou um general que prestara serviços à Marinha (...). Além disso, o departamento da Dow América Latina em seu escritório em Coral Gables é composto por exilados cubanos e outros leais “guerreiros frios” (DOW CHEMICAL WORKER INTERVIEW, 1976, Acessado através do Portal Periódicos Capes).

Além de Golbery, outros militares brasileiros trabalharam para as multinacionais agroquímicas. Segundo Pinheiro, Nasr e Luz (1993, p. 20), o General Idálio Sardenberg, “mentor da Escola Superior de Guerra, tornou-se presidente do Conselho de Administração da Bayer”. Porém, não só militares atuavam nessas empresas. Membros civis do governo, como o economista Otávio Gouveia de Bulhões, “depois de ministro da Fazenda [1964-67], passou a ser assalariado do mesmo conselho, na referida empresa [Bayer]”. Podemos citar ainda o nome de Nestor Jost, o último ministro da agricultura do regime militar, entre 1984-1985, no governo Figueiredo, que também foi presidente do conselho de administração da Bayer, desde 1977, no entanto não havia provas que se desligara do cargo quando assumiu o ministério, em 07 de março de 1984, segundo documento da AL-RS organizado pelo deputado Antonio Ferrari - PMDB (FERRARI, 1984, APJL). O caso de Jost foi emblemático porque, em abril do mesmo ano, ele foi flagrado na Alemanha, em reunião do conselho da Bayer. Ferrari e entidades ecológicas denunciaram o “escândalo sem precedentes” da viagem, financiada “por recursos do governo brasileiro” para “tratar assuntos pessoais”; de acordo com Ferrari, Jost era o “testa-de-ferro” das multinacionais no Brasil.

Pinheiro, Nasr e Luz (1993, p. 20) analisam essa íntima relação entre militares e funcionários do governo com as multinacionais como fruto de um modelo maniqueísta. A aliança com as gigantescas corporações capitalistas poderia ser uma proteção a mais contra o grande inimigo, o comunismo. Os representantes do regime militar que atuavam nas grandes empresas estrangeiras estavam a serviço do “desenvolvimento dependente” implantado no Brasil, considerado pelas multinacionais um mercado com enorme potencial de faturamento.

Tais relações eram resultado de um modelo de desenvolvimento econômico e político difundido a partir dos Estados Unidos para toda a América Latina. A instalação de multinacionais ajudaria a barrar o comunismo, assim como promoveria o desenvolvimento do país. De acordo com as administrações norte-americanas, esse modelo de desenvolvimento era composto pelos seguintes elementos: “criação de um bom clima para a entrada de capital privado internacional, manutenção da estabilidade política e monetária, oposição ao nacionalismo econômico e estatismo, desenvolvimento industrial dentro de certos limites, etc.” (RODEGHERO, 2007, p. 169). Mesmo que o nacionalismo não fosse bem recebido pelos norte-americanos – pois, para eles, nacionalismo era sinônimo de antiamericanismo (RODEGHERO, 2007, p. 168) -, os governos militares no Brasil adotaram um modelo que combinava “medidas keynesianas de controle ao capitalismo de estado” (ALVES, 1987, p. 25). Por meio da implantação da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND), o Estado almejava conquistar legitimidade “graças a um constante desenvolvimento capitalista e a seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos ‘inimigos internos’ e da ‘guerra psicológica’. A legitimidade é vinculada aos conceitos de desenvolvimento econômico e segurança interna” (ALVES, 1987, p. 26-27). É interessante observar que o General Golbery e o economista Otávio Bulhões, antes de trabalharem para a Dow e a Bayer, participaram ativamente na implantação da DSND, através do complexo ESG/IPES/IBAD<sup>89</sup>.

Nesse sentido, a atração de multinacionais – entre elas, as produtoras de agrotóxicos e fertilizantes –, bem como a presença de membros do governo em seus quadros diretivos e conselhos de administração, fazia parte da estratégia político-econômica implantada pelos regimes militares brasileiros. Ao que parece, esse expediente possibilitaria o estreitamento das relações Brasil - Estados Unidos<sup>90</sup>, garantindo, assim, a modernização do país e o reforço de sua segurança nacional frente às ameaças comunistas. Mas essas inferências pedem um aprofundamento maior, a cargo de futuras pesquisas acadêmicas, porque fogem aos objetivos da presente tese.

### **Lutzenberger vs ANDEF e MA**

Em 23 de setembro de 1975, a ANDEF entrou, em São Paulo, com uma petição judicial contra Lutzenberger, devido a entrevistas publicadas em 04 de setembro nos jornais *O Estado de*

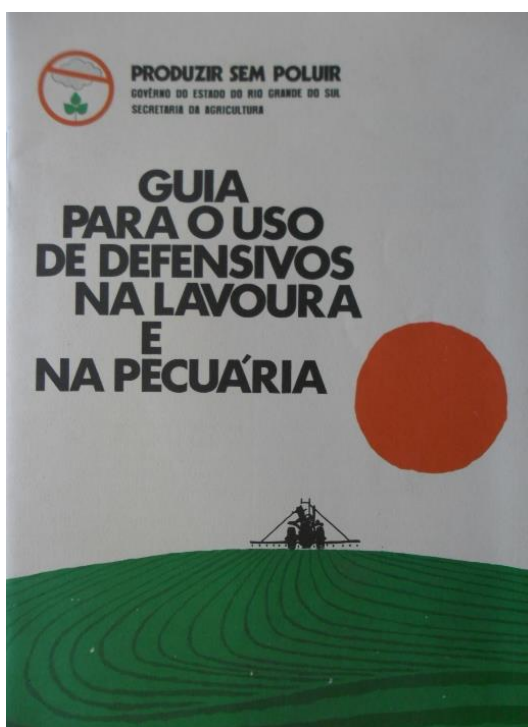
---

<sup>89</sup> Respectivamente, Escola Superior de Guerra, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Esses órgãos promoveram a sustentação ideológica para o golpe de 1964; seus membros formularam a DSND e traçaram os planos e as diretrizes de gestão do desenvolvimento capitalista adotados pelos governos militares (ALVES, 1987).

<sup>90</sup> Cabe observar que, embora membros do governo brasileiro estivessem presentes na empresa Bayer, alemã, o vínculo político e econômico mais importante se dava com os Estados Unidos desde os governos de Getúlio Vargas. Após a Segunda Guerra Mundial, em um mundo dividido e polarizado pela Guerra Fria, era debaixo do “guarda-chuva” norte-americano que os governos brasileiros se protegiam, em geral.

*São Paulo e Folha de Londrina*, quando o ambientalista disse que a intenção da ANDEF - que pretendia ensinar o uso de seus produtos - era, na verdade, uma operação comercial, “uma campanha para vender mais”. A associação dos fabricantes de agrotóxicos se fundamentava no artigo 144 do Código Penal e artigo 25 da Lei da Imprensa para requerer de Lutzenberger um “pedido de explicações como medida preparatória de processo crime” (PETIÇÃO JUDICIAL. ANDEF contra Lutzenberger, 23/09/1975, p. 1, APJL).

Desde 1974, depois da divulgação do relatório da Comissão de Defesa Fitossanitária, circulava no Estado cartilha da campanha “Produzir sem poluir”, organizada pela Secretaria de Agricultura, “com recomendações gerais para o uso de defensivos” (GOVERNO DO ESTADO DO RS, 1974, APJL).



Capa do Guia produzido pela Secretaria da Agricultura do RS. 1974 (APJL).

Com a criação da ANDEF, as campanhas passaram a ser disseminadas em parceria da Associação com o órgão público estadual. Para Lutzenberger, essa união de forças entre ANDEF e Secretaria da Agricultura era “um verdadeiro escândalo”. Na petição judicial, a ANDEF recortou trechos das matérias, onde constam declarações de nosso personagem:

É uma campanha para vender mais pesticidas. Que a ANDEF fizesse essa publicidade, está certo, mas que o Estado apoie é crime. (...) O que se está fazendo é uma verdadeira ecopornografia (...), mas ninguém diz nada sobre isso e o Estado está conivente com a indústria (...). E estão ocorrendo verdadeiros crimes no setor. (...) que as campanhas que estão sendo feitas pelo uso adequado dos defensivos agrícolas não visam outra coisa senão aumentar o consumo de veneno, que já ameaça até nossos jardins (FOLHA DE LONDRINA. Apud PETIÇÃO JUDICIAL. ANDEF contra Lutzenberger, 23/09/1975, p. 2-3, APJL).

A luta não é por razões técnicas, mas por motivos puramente econômicos (O ESTADO DE SP. Apud PETIÇÃO JUDICIAL. ANDEF contra Lutzenberger, 23/09/1975, p. 3-4, APJL).

Segundo a petição, as palavras de Lutzenberger configuravam “o delito da difamação” em relação à ANDEF e, “quanto ao governo gaúcho, crime contra a segurança nacional”. O texto ainda pedia que o ambientalista esclarecesse qual o crime cometido pelo Estado do Rio Grande do Sul e afirmava que, como a ANDEF era uma “associação civil, sem fins lucrativos, não faria campanha que visasse fins econômicos”. Por isso, solicitava que Lutzenberger elucidasse quais eram os “motivos puramente econômicos” a ela atribuídos. A ANDEF explicava que tinha como objetivo o “desenvolvimento científico em favor da agricultura nacional (...) para obtenção da melhor técnica no setor em defesa do agricultor e da população [sublinhados no documento]”, e que o ambientalista estava errado ao reduzir “um trabalho sério e científico a simples intuídos lucrativos, envolvendo na acusação autoridades públicas da maior idoneidade e que igualmente se empenham no progresso da agricultura gaúcha em benefício do povo brasileiro” (PETIÇÃO JUDICIAL. ANDEF contra Lutzenberger, 23/09/1975, p. 5-7, APJL).

O pedido de explicações foi divulgado na imprensa e Lutzenberger recebeu apoio dos vereadores de Porto Alegre do MDB (TELEGRAMA, Glênio Peres a Lutzenberger, Out/1975, APJL) e de deputados estaduais (ZERO HORA, 16/10/1975, p. 20, APJL). Ele depôs no dia 16 de outubro, em Porto Alegre, com defesa organizada pelo advogado Ruy Gerhardt Barbosa. Lutz alegava não ver motivos para sua notificação pessoal, já que se pronunciara em nome da AGAPAN, entidade cuja atuação “no sentido de preservar o ambiente natural” fazia com que os órgãos da imprensa e televisão “naturalmente” se interessassem “por sua posição a respeito dos mais variados e complexos problemas do mundo atual”. Conforme a defesa, as declarações do porta-voz da AGAPAN, Lutzenberger, de acordo com a Lei 5.250 (de 1967), “que regula a LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO E DA INFORMAÇÃO, jamais constituiriam abuso no exercício da liberdade de manifestação do pensamento [maiúsculas no documento]”, pois se enquadrariam no inciso VIII do art. 27 da referida lei, como “crítica inspirada no interesse público” (DEFESA Lutzenberger, 16/10/1975, p. 1-2, APJL).

Lutzenberger esclareceu uma a uma as expressões contestadas pela ANDEF. Aqui enfocaremos alguns desses esclarecimentos. Sobre a “campanha para vender mais pesticidas”, o ambientalista declarou que não era injuriosa, “a menos que a ANDEF considere criminosa a atividade de vender pesticidas, porque, do ponto de vista legal, não há crime algum, pelo menos na atualidade, em produzir e vender pesticidas” e, utilizando ironia, “qualquer interpretação diversa só pode decorrer de algum complexo de culpa”. No que diz respeito à referência de que o apoio do Estado a tal campanha seria crime, Lutzenberger se defendeu dizendo que o vocábulo não tinha “o sentido gramatical ou jurídico de caracterizar um ato de ilicitude, mas o sentido

figurado de caracterizar um ato de insensibilidade diante da problemática dos pesticidas e da gravidade das consequências do seu emprego”, já que não havia “uma legislação adequada em torno da produção, comércio e utilização dos mesmos” (DEFESA Lutzenberger, 16/10/1975, p. 3, APJL).

Quanto ao uso da expressão “ecopornografia”, foi cunhada por Paul Ehrlich, “que a aplicou nos casos em que um poluidor se vangloria de ser protetor da natureza”. Em *The end of Affluence*, Ehrlich (1974) afirmou que

A mais grandiosa falsidade [praticada por governos e indústrias] tem aparecido na forma de ecopornografia – companhias de petróleo mentindo sobre sua preocupação com os peixes, empresas de eletricidade mentindo sobre a segurança das centrais nucleares, e assim por diante. Além disso, governos e políticos gastam enormes quantias para criar a ilusão de que eles estão cuidando do bem-estar público, quando, em grande parte, eles são bem pagos para cuidar dos lucros da indústria (EHRlich, 1974, p. 42).

Lutzenberger disse ter utilizado o termo para qualificar diversas peças publicitárias de empresas que, a despeito da poluição por elas causada, divulgavam sua preocupação com o ambiente. Nas entrevistas concedidas ao *Estado de São Paulo* e *Folha de Londrina*, ele se referia a um filme que mostrava “uma folha de milho sendo comida violentamente, em câmera acelerada, por lagartas, com uma música diabólica, assustadora”. Em seguida, ocorria “mudança de imagem. Agora aparece um jovem de rosto inteligente, atrás de pipetas e aparelhos de laboratório. Já uma música bem mais suave”. Segundo Lutzenberger, o filme “não fazia publicidade para nenhum produto específico, mas para os defensivos em geral. Se isso não é pornografia, então não sei” (JORNAL TCHÊ, Abril/1981, p. 10, APJL).

Depois das “explicações” de Lutzenberger, a ANDEF não deu prosseguimento ao processo. Talvez a Associação tenha se convencido de que seria melhor recuar, diante da reação da opinião pública, já que a maioria das manifestações nos jornais era favorável ao ambientalista - o que mostra o peso do seu prestígio pessoal. Ela pode ter avaliado que era mais benéfico aos seus interesses reforçar o lobby junto aos órgãos governamentais do que protagonizar um debate público que, certamente, pioraria ainda mais a imagem dos agrotóxicos, pois traria à tona os efeitos negativos desses produtos, num contexto de início das preocupações ecológicas no Brasil. O fato é que Lutzenberger não sofreu nenhuma represália maior, saindo “ileso” da situação e, talvez, até, com ainda mais prestígio junto à opinião pública.

### *O mundo tem fome*

O principal argumento para a ANDEF defender seus produtos, bem como promover campanhas voltadas ao seu melhor uso, era a ameaça da fome no mundo. Esse argumento já vinha sendo explorado desde os anos 1960, tanto por ambientalistas quanto por defensores da

tecnificação da agricultura. Paul Ehrlich, em *The Population Bomb* (primeira edição em 1968), a partir de um certo neomalthusianismo, afirma que mudanças no comportamento ou na tecnologia não salvariam a humanidade de um colapso, mas sim um severo controle sobre a população: a taxa de natalidade deveria ser equilibrada com a taxa de mortalidade. Para dar conta do crescimento populacional que era previsto, teriam que ser aumentados a capacidade dos sistemas de transportes, número de médicos, professores, a geração de energia e a comida para alimentar os bilhões de habitantes que nasceriam nas próximas décadas.

Também a FAO advertia em 1972 que “a menos que a produção de alimentos duplique a cada 18 anos para fazer frente às necessidades das regiões subnutridas com excesso de população, haverá falta de alimentos no mundo” (JORNAL DO BRASIL, 13/06/1972, Caderno B, APJL). Em boletim de 1975, preocupada com o contínuo crescimento da população mundial, a organização ressaltava o papel dos “defensivos” no aumento da produção de alimentos:

Não se pode negar que os defensivos têm dado sensível contribuição ao incremento da produtividade agrícola registrada em todo o mundo nos últimos anos. E os defensivos constituem, com frequência, o único meio de impedir perdas agrícolas desastrosas e, em muitas zonas, com a falta deles, a produção seria de todo ruínosa. Se se deseja evitar graves impedimentos à produtividade, com o consequente efeito negativo sobre o bem-estar humano, é inevitável que ainda durante muitos anos se continue utilizando os defensivos. (FAO, IBGE. Boletim, 1975, p. 10, APJL).

Desde 1972, a FAO havia estabelecido um “programa destinado a promover práticas inofensivas no emprego de defensivos” (Boletim, p. 16). Vários consultores da organização “têm visitado países em desenvolvimento assessorando aos governos sobre seus planos de luta contra pragas e tem sido prestada ajuda de várias formas para aperfeiçoar normas de supervisão e utilização” (IDEM). Diante dessa declaração, podemos perceber que a ênfase na utilização dos agrotóxicos e não na sua periculosidade, bem como as campanhas empreendidas pelo Ministério/Secretaria de Agricultura e ANDEF, partiam de uma orientação internacional, dirigida pela ONU, por meio da FAO. Esse tipo de associação de interesses governamentais e econômico-industriais foi denominado por Lutzenberger como “máfia”, em termos gerais, e, em particular, “máfia dos pesticidas”.

Ele e seus companheiros ambientalistas também se preocupavam com o aumento populacional. No *Manifesto* [1976], no subcapítulo “Avalanche humana”, Lutz explorou o tema do crescimento demográfico. Para o autor, era “evidente que uma nave finita não pode acomodar número indefinidamente crescente de passageiros”. Nesse assunto, propunha, a partir de Ehrlich (na bibliografia final consta *The Population Bomb*), a “escolha entre duas alternativas inexoráveis: controles deliberados ou controles naturais, entre comportamento consciente e sábio ou submissão a forças cegas” (LUTZENBERGER, 1980a, p. 46). O problema seria a interferência humana, através da tecnologia agrícola e da medicina, “nas taxas de mortalidade, deslocando assim o

equilíbrio demográfico natural que existiu durante milhões de anos” (1980a, p. 47). Segundo Lutzenberger, as melhorias no sistema de saúde dos países teriam levado a uma situação de desequilíbrio populacional, diferente do que ocorreu em tempos anteriores: no passado, tudo era perfeito, já no presente, o comportamento humano é “desenfreado”, e só poderia “levar ao desastre” no futuro. Para ele, “a solução não está na procura de sempre mais recursos para a continuação da corrida [explosão demográfica], *está na volta a situações homeostáticas* [grifo meu]” (1980a, p. 47). Aqui podemos vislumbrar uma visão nostálgica e apocalíptica, ao mesmo tempo, presente em vários textos e manifestações de Lutz durante os anos 1970.

As ambientalistas da ADFG defendiam que “a explosão demográfica é uma das principais causas da depredação ecológica que tem ocorrido nos últimos anos, porque o homem é o fator que mais contribui para a destruição do meio ambiente” (ZERO HORA, 08/11/1976, p. 22, MCSHJC). Em outubro de 1976, Magda Renner e Giselda Castro (respectivamente, presidente e vice-presidente da ADFG) participaram de audiência com o presidente da república Ernesto Geisel, quando lhe apresentaram moção defendendo “a necessidade de o Governo Federal preparar recursos humanos adequados e incluir o planejamento familiar nos programas de saúde pública e assistência médica oficial” (ZERO HORA, 08/11/1976, p. 22, MCSHJC). Magda afirmou que a explosão demográfica tinha de ser contida, “se não por motivos sociais, pelo menos para que possamos preservar a natureza e dar aos que vivem no país condições de vida mais humanas”.

Enquanto para os ambientalistas o aumento populacional precisava ser contido porque era uma das causas da devastação ambiental, do “desequilíbrio” ecológico, para órgãos governamentais e agências responsáveis pela formulação de diretrizes na área da agricultura, em âmbito internacional e nacional, era preciso garantir alimentos para a população crescente. Eles perceberam no crescimento populacional uma gigantesca oportunidade de faturamento, que envolvia empresas de diversas áreas, como fabricantes de maquinários agrícolas, indústria química (fertilizantes, agrotóxicos e medicamentos), manipulação genética de sementes, bancos (crédito), além de órgãos estatais, como ministérios e secretarias de agricultura. Por isso era tão importante promover um grande medo mundial da fome. No entanto, mais do que falta de alimentos, o que ocorria era uma distribuição desigual da produção agrícola: os países mais pobres exportavam grande parte de sua produção para os países “desenvolvidos”, deixando a própria população em situação de insegurança alimentar. Se faltava alimento, isso acontecia pela desigualdade da distribuição, e a proposta da “agricultura moderna” parecia contribuir para aumentar ainda mais essa diferença entre ricos e pobres.

*Lutzenberger, o engenheiro agrônomo do ano*



Em 8 de novembro de 1978, Lutzenberger foi eleito “engenheiro agrônomo do ano” pela AEASP. O Prêmio Ceres, considerado a “lâurea máxima” da entidade, foi atribuído como “reconhecimento por sua luta em defesa do meio ambiente e da utilização de tecnologias e alternativas ecológicas na produção agrícola” (O ESTADO DE SÃO PAULO. 09/11/1978, p. 2, APJL). Lutzenberger foi o escolhido de uma lista com dez engenheiros agrônomos que se destacaram naquele ano. O presidente da associação, Walter Lazzarini Filho, justificou a escolha porque ele representava “a posição do novo agrônomo, que refuta decisões de gabinete burocráticas”, ressaltando a “necessidade de maior participação dos engenheiros agrônomos no momento em que existe uma abertura política e em que a classe quer participar, pois chega de monólogo”.

A escolha de Lutzenberger, no entanto, provocou desconforto num grupo de colegas “vinculados aos negócios de produção e aplicação de defensivos agrícolas” (CORREIO DO POVO Rural, 16/02/1979, p. 3, APJL), os quais solicitaram à presidência da AEASP a cassação do prêmio. O grupo alegou que Lutzenberger era gaúcho, e por isso não poderia ser agraciado por uma associação paulista.

A entrega do prêmio tornou-se alvo de um acirrado debate no interior da AEASP. Nessa discussão, travou-se mais um *round* da luta entre agricultura ecológica, liderada por Lutzenberger, e agricultura convencional, representada por membros da ANDEF. Mais ainda, a discussão referia-se à afirmação e independência da “classe” dos engenheiros agrônomos frente aos interesses de empresas privadas e órgãos estatais e, em última instância, como vamos ver, foi percebida pelos defensores de Lutz como uma forma de “luta contra a ditadura”.

A pedido de 30 agrônomos encabeçados por José Peres Romero e Lysis Aloe (ANDEF), foi convocada uma assembleia geral extraordinária para cassar o prêmio de Lutzenberger. Na abertura da reunião, em 16 de fevereiro de 1979 (sem a presença de Lutzenberger), com mais de 400 sócios da AEASP presentes, Lazzarini Filho esclareceu que os problemas começaram já na eleição do ambientalista, quando a diretoria da entidade “sofrera pressões para não dar o prêmio ao escolhido” (JEA, Fevereiro/1979, p. 3). Em seguida, manifestaram-se os líderes da proposta de cassação ao prêmio e os defensores de que Lutzenberger permanecesse agraciado.

José Peres Romero, líder do movimento de oposição à concessão da honraria, também chamado de “arauto da cassação” pelo *Jornal do Engenheiro Agrônomo*, justificou a convocação da assembleia pela ausência de “postura agrônômica” em Lutzenberger: “a postura filosófica foi a única justificativa da diretoria para dar o prêmio a esse homem” (JEA, Fev/1979, p. 3, APJL). Romero disse orgulhar-se de liderar “o movimento desde o primeiro instante”. Ele e outros dez colegas se reuniram com a diretoria para convencê-la a não entregar a honraria a Lutzenberger. Sobre o Estado de procedência do agraciado, Romero afirmou que seu grupo entendia que “a

associação é de São Paulo, e em São Paulo existem centenas, talvez uns milhares de agrônomos que merecem o título, e que não precisaria recorrer a colegas de outros estados” (p. 4). Também enfatizou que não havia interesses de empresas envolvidas na cassação, proposta por ele e não por engenheiros agrônomos “da área de defensivos”. Em sua opinião, a defesa de Lutzenberger visava “denegrir os colegas que trabalham em firmas particulares, principalmente Lysis Aloe, que é um eminente colega da ANDEF”. Utilizando ironia e levantando o passado de Lutzenberger, Romero propunha que ele fosse para a ANDEF “usar mais racionalmente os defensivos, já que tem uma bagagem extraordinária, após trabalhar 15 anos na BASF!” Além disso, adulterou o sentido de uma declaração recorrente nas manifestações de Lutzenberger: “Este homem, publicamente, em Londrina, se disse prostituto da profissão!”. Solicitando respaldo para esta última acusação, ainda perguntou ao presidente da AEASP: “É verdade ou não é, Lazzarini?”. Ele não contava com a resposta “dura e seca”: “é mentira!”, que fez com que o “auditório desabasse numa gargalhada só”. Mesmo desacreditado frente a sua plateia, Romero tentou angariar votos pela cassação argumentando a favor dos agrotóxicos e contra a agricultura orgânica:

O mundo agrônomo inteiro reconhece que a solução da fome está nas mãos da pesquisa e no uso cada vez maior de adubos e defensivos agrícolas. Só Lutzenberger e seus seguidores não (...). As suas ideias de agricultura orgânica coadunam perfeitamente com a situação de fome e morte das áreas mais pobres do mundo, como a Índia e a África, onde não se usa quase nenhum adubo ou defensivo (JEA, Fev/1979, p. 4, APJL).

Votar contra Lutzenberger representava não somente “votar pela cassação do título do homem que está contra a agricultura brasileira, contra a pesquisa brasileira, contra o país que tem uma agricultura altamente tecnificada! Não é isso! Vamos votar a favor de colegas pesquisadores, extensionistas que lutam pelo uso correto de adubos e defensivos!”. Por fim, Romero lançou mão do último argumento, julgado por ele o mais importante: o exemplo de Norman Borlaug – personagem principal da “revolução verde”, como vimos – considerado o Agrônomo do Século. Citando palavras de Borlaug, Romero afirmou que “os ecologistas alarmistas estão exportando sua filosofia de contestação justamente para os países onde há fome, onde é preciso duplicar, triplicar e quadruplicar o uso de produtos químicos para a sobrevivência da humanidade”. Para o Prêmio Nobel, “quem pensa o contrário, ou é completamente ignorante em assuntos agrícolas e agrônômicos, vivem de barriga cheia e não sabem como se produz, ou tem conhecimento agrônômico e é um imoral” (JEA, Fev/1979, p. 4, APJL).

É interessante perceber que o discurso de Romero utiliza expressões também comuns nas falas de Lutzenberger, porém com sentido completamente oposto. A referência à agricultura altamente tecnificada, por exemplo, motivo de orgulho para Romero, é o grande problema, para Lutzenberger. Também a palavra “imoral”, que serviu ao primeiro para desqualificar quem luta

contra a agricultura convencional (“moderna”), foi adjetivo utilizado inúmeras vezes pelo ambientalista para referir-se a todo o *establishment* dessa agricultura tecnificada.

Em seguida à fala de Romero, Lazzarini defendeu a posição da AEASP. Segundo o presidente da entidade, as informações a respeito da eleição de Lutzenberger foram deturpadas por Romero. Quando a associação comunicou o nome do escolhido, houve uma reunião “com dez colegas aqui, durante quatro horas, para dialogar e pressionar a diretoria. Por uma certa coincidência, dos dez colegas, nove eram ligados ao setor de defensivos” (JEA, Fev/1979, p. 5, APJL). Essa declaração era muito diferente do que Romero havia afirmado em seu discurso. Lazzarini revelou também que na referida reunião esteve presente Lysis Aloe, “e ele não pode se desvincular do cargo de Diretor Executivo ANDEF”. Sobre os colegas que assinaram o documento pedindo a assembleia, o presidente esclareceu que entre eles havia membros da entidade, além de funcionários da CIBA-GEIGY e da AGROCERES, empresas ligadas ao setor agroquímico. Isso caracteriza que houve, sim, uma pressão por parte das indústrias produtoras de adubos e agrotóxicos para que Lutzenberger não fosse eleito, obviamente, por sua postura abertamente contrária ao uso desses produtos na agricultura.

Quanto à afirmação de que Lutzenberger teria dito ser um “prostituto da profissão”, Lazzarini esclareceu o mal-entendido, lendo trecho de uma carta enviada pelo agraciado:

Em primeiro lugar, no terreno emocional, que nada tem a ver com a técnica, quero deixar bem claro o que disse em Londrina e que está sendo usado por alguns para acusar-me de ter insultado a classe agrônômica. Depois de minha palestra de quase duas horas, respondendo a uma pergunta que se referia a meu trabalho na indústria química alemã, concluí dizendo que, quando me dei conta de que eu estava me prostituindo, abandonei. Isso jamais poderá ser construído no sentido de eu ter dito que os agrônomos a serviço da indústria química se estariam prostituindo. Para que alguém se sinta prostituído, é necessário que, intimamente, esteja em desacordo com o que está fazendo por dinheiro. Se está de acordo, por mais errada que esteja a coisa, ele ou ela não estão prostituídos. Agora, se alguém achou que o sapato lhe senta, isso é outro problema (JEA, Fev/1979, p. 5, APJL).

Após essa última frase, “o auditório caiu na gargalhada”. O presidente prosseguiu abordando o argumento de Lutzenberger não ser paulista, que estava sendo usado “para denegri-lo e justificar a cassação do prêmio”. Segundo ele, a associação não era “estreita o suficiente para se limitar ao espaço físico desse nosso Estado, ela é um pouquinho mais ampla”. A AEASP reconhecia os esforços de Lutzenberger, num trabalho que não era único e exclusivo para a classe agrônômica, mas que visava a atender toda a população. Lazzarini lembrou que, obedecendo à sua consciência, Lutzenberger abandonara “um dos maiores vencimentos na BASF”, para viver de poucos vencimentos, quando conseguia trabalhar, já que sua agenda de compromissos na luta ecológica crescia vertiginosamente.

Nesse ponto, entrou em discussão outro ponto interessante: a cassação do prêmio de Lutzenberger como instrumento da ditadura militar vigente no país naquele momento. Para Lazzarini, a cassação afetaria o prestígio da AEASP, depois de tantos esforços para se manter

independente das interferências de empresas, da Secretaria e Ministério da Agricultura, do regime como um todo. Pior, “a cassação que foi recentemente abolida neste país corre o risco de ser ressuscitada pela categoria dos agrônomos”. Por fim, o presidente pediu que os associados votassem de acordo com a postura democrática que sempre procurou manter, apesar dos reveses. O voto por Lutzenberger significava, assim, o voto “pela independência da Associação, para que jamais aceitem qualquer intromissão alheia aos interesses da profissão” (JEA, Fev/1979, p. 5, APJL).

A seguir, Carlos Lorena (Engenheiro Agrônomo do ano-1977) tomou a palavra e seguiu argumentando que o voto em Lutzenberger fazia parte da luta pela democracia:

Foi dito aqui que ele não tem uma atitude agronômica. Não sei bem o que seja uma atitude agronômica neste caso; sei que, no momento, estamos vivendo – ou vínhamos vivendo – e não nos libertamos ainda, de um regime de opressão, de ditadura, contra a qual compete a todos e qualquer organização lutar. Não é só a Ordem dos Advogados do Brasil, como representante dos advogados, que tem a obrigação de lutar pela democracia, são todas as entidades de classe. E a escolha para agrônomo do ano de um homem que vem lutando e enfrentando as piores forças que há no país, que vem lutando contra a grande empresa que oprime, que esmaga e que explora, é uma forma de lutar pela democracia. E é por esse motivo, mesmo sendo paulista e achando que normalmente o escolhido deva ser um que trabalhe em São Paulo, acho perfeitamente justa essa exceção de irmos buscar no Rio Grande do Sul um homem que está tendo a coragem de erguer a cabeça e lutar por uma causa que é a nossa também: a defesa da ecologia (IDEM).

É interessante perceber nas falas de Lazzarini e Lorena o esforço pela afirmação da “classe agronômica” perante – e contra – o regime militar vigente. A referência ao voto em Lutzenberger como uma forma de luta contra a ditadura e a favor da democracia é muito importante, a luta do nosso personagem contra os agrotóxicos e a favor da ecologia batia de frente com todo um sistema de sustentação da agricultura convencional, que envolvia, além de funcionários das empresas agroquímicas e membros da ANDEF, funcionários públicos e políticos, que conduziam um fortíssimo lobby junto ao Ministério e Secretarias estaduais de Agricultura para conseguir disseminar seu modelo agrícola tecnificado. De certa forma, era uma luta contra a ditadura, mesmo que indiretamente.

Declaração de Licurgo Nakasu, em defesa de Lutzenberger, também enfocava a necessidade de tomada de posição da classe dos engenheiros agrônomos e de toda a sociedade frente ao problema dos agrotóxicos. Segundo ele, por trás dos que queriam cassar o prêmio de Lutzenberger, haveria “grandes e poderosas empresas, e na retaguarda delas um poder maior ainda – o Estado”. Para Nakasu, era necessário “uma tomada de consciência nacional diante do problema do uso indiscriminado de inseticidas e fertilizantes. A nossa luta em apoio a Lutzenberger extravasa simplesmente o apoio ao colega do Rio Grande do Sul”. Ela significava, mais do que isso, que os engenheiros agrônomos queriam “participar, no sentido de colocar sua profissão a serviço da maioria da população” (JEA, Fev/1979, p. 5, APJL).

Ainda pronunciou-se contra Lutzenberger o representante da ANDEF, Lysis Aloe. No início de sua fala, leu uma carta do presidente da entidade, isentando-a de qualquer pressão ou interferência na decisão do prêmio. Mas Aloe assumiu sua participação na reunião com a diretoria na tentativa de convencê-la a não premiar Lutzenberger. Defendeu sua posição, alegando que o JEA “fez severos ataques a nossa profissão de fitossanitaristas ou de agrônomos de firmas particulares que trabalham no ramo de defensivos agrícolas”. Segundo Aloe, “colegas do ramo de defensivos ficaram profundamente magoados pelo fato de serem taxados de vendedores de sua consciência”, referindo-se às declarações de Lutzenberger, que haviam sido publicadas em edição anterior do jornal (e que Lazzarini esclarecera anteriormente, como vimos). Com a pressão para não conceder o prêmio a Lutzenberger, bem como para a convocação da assembleia, Aloe dizia estar exercendo o “direito de minoria (...). A AEASP tem o direito de escolher o Engenheiro Agrônomo do Ano e nós temos o direito de protestar contra isso” (JEA, Fev/1979, p. 6, APJL).

Ainda houve outras manifestações contra e a favor do prêmio a Lutzenberger. Por último, o presidente procedeu à votação da seguinte proposta:

Os engenheiros agrônomos do Estado de São Paulo, reunidos em assembleia geral extraordinária, aplaudem a concessão da láurea “Engenheiro Agrônomo do Ano”, outorgada ao colega José Lutzenberger pela AEASP, como prêmio pela sua destemida atuação em defesa do meio ambiente, projetando e valorizando a classe agrônômica. Reiteram assim, seu apoio à AEASP pelo acerto da escolha, repudiando as tentativas no sentido da anulação do prêmio concedido. Quem estiver contra a proposta que acabamos de ler, por favor levante o braço... (JEA, Fev/1979, p. 7, APJL).

Ao fim da leitura da proposta, apenas seis braços levantaram-se, dos 420 associados presentes. O JEA avaliou o resultado como uma “vitória esmagadora”.



JEA. Fevereiro/1979, p. 3 (APJL).

No editorial do exemplar de Fevereiro de 1979, consta que a assembleia não apresentou somente “uma demonstração de coesão da classe, mas também uma atitude madura de exercício da democracia que deve prevalecer em nosso país”. Ao exercer seus direitos de cidadãos e de associados, o jornal avaliava que os engenheiros agrônomos deram “uma demonstração de democracia raramente vista nos últimos tempos”. Mais ainda, “o tom dos pronunciamentos demonstrou a sede de participação efetiva da categoria na definição dos rumos que a nação deve seguir”. O editorial se referia às propostas ecológicas para a agricultura, defendidas por Lutzenberger e compartilhadas por muitos na associação. Acredito que a referência à “sede de participação efetiva” possa ser estendida a outras categorias profissionais, já que o país se encontrava sob um regime de exceção, que cerceava as manifestações populares. No entanto, houve muitos setores que apoiaram a ditadura até o fim, e, nesse sentido, o episódio acima mostra que, pelo menos, parte da classe dos agrônomos estava empenhada num esforço contrário à grande maioria, defendendo os princípios democráticos.

Além da afirmação da independência dos engenheiros agrônomos, a confirmação do prêmio a Lutzenberger representou um desejo de parte da categoria de vinculação à causa ecológica, que se tornava dia-a-dia mais popular no país. O episódio mostra, portanto, a importância da luta contra o modelo convencional de agricultura e da luta pela ecologia num plano mais geral, como desafiadora de setores poderosos da economia, da agronomia e do Estado, que adquire uma dimensão política muito maior: nos anos 1970, a luta de Lutzenberger contra os

agrotóxicos e a devastação da natureza em geral foi percebida como uma luta pela democracia no Brasil.

### **A “máfia dos pesticidas”: Rumo a uma legislação para os agrotóxicos**

Em 12 de novembro de 1980, Lutzenberger depôs sobre a problemática dos agrotóxicos ao Grupo Estadual de Defensivos Agrícolas do Rio Grande do Sul (GEDA-RS), na Delegacia do Ministério da Agricultura, em Porto Alegre. Sebastião Pinheiro e Jacques Saldanha, que acompanharam nossa personagem naquele dia, consideram o depoimento um marco na luta ambiental brasileira. Para Saldanha (Entrevista à autora, 04/10/2012), “esse depoimento foi tão impactante, porque, pela primeira vez, se desnudou que esse assunto tava baseado num decreto de 1934 [que determinava valores irrisórios para multar problemas com agrotóxicos]”. Era um assunto “de saúde pública, de interesse da população, que até ali era um assunto muito pouco discutido na sociedade, e que vinha sendo tratado de uma forma totalmente sub-reptícia, tanto pelo Ministério da Agricultura, como principalmente pelas empresas”. Da mesma forma, percebe Pinheiro (Entrevista à autora, 14/03/2012) que “pela primeira vez se abria para a sociedade o problema dos agrotóxicos, foi a primeira grande saída”. Saldanha considera o acontecimento importante também para aquele contexto latino-americano, em que vários países eram governados por militares: “foi um momento fundamental na história ambiental latino-americana. (...) Uma instituição da sociedade civil [AGAPAN] entrava dentro de um ministério da agricultura latino-americano e fazia uma denúncia contra o ministério dentro do próprio ministério”. Em sua avaliação, foi um momento político muito rico para o Brasil, em pleno governo do general Figueiredo. Na mesma linha, Pinheiro afirma que, “em 80, a ditadura não tá morta não”, ou seja, o depoimento estava inserido na luta contra a própria ditadura: “era uma guerra, uma guerra contra a ditadura”. Palco dessa luta, Porto Alegre “se torna um marco na luta ambiental, um marco na luta ecológica e um marco na luta por uma agricultura diferente”.

Lutzenberger falou por cerca de duas horas para um auditório lotado por representantes do MA, jornalistas, membros da AGAPAN e outras entidades ecológicas, representantes da ANDEF e dois deputados estaduais. Porém a negociação para seu depoimento começou a ser articulada meses antes, com a participação de Sebastião Pinheiro.

Depois do escândalo do uso de mercuriais na agricultura (divulgado em abril de 1980, motivando o telegrama dos ambientalistas à ANDEF), Lutzenberger solicitou que a AGAPAN fosse incluída no GEDA-RS. O presidente do grupo encaminhou o pedido à Secretaria de Defesa Sanitária Vegetal (SDSV/DF), pois esse era o órgão com poder decisório sobre novos membros, mas opinou “pelo convite à AGAPAN quando julgar pertinente e necessário para melhor esclarecimento de determinados assuntos, objeto de reuniões” (FOSCHIERA. Ofício à AGAPAN,

24/06/1980, APJL). Em 07 de setembro, Lutzenberger escreveu diretamente para Hélio Teixeira Alves, Secretário da Defesa Sanitária Vegetal e Presidente da CDA (órgão federal, a quem o GEDA-RS, que atuava em âmbito estadual, estava subordinado), pois não recebera resposta ao pedido de inclusão da AGAPAN. Lutz justificou a necessidade de participação da entidade, porque ela

foi a primeira no Brasil a levantar os escândalos da problemática dos pesticidas. Esta problemática interessa fundamentalmente à comunidade que paga com a saúde. Os assuntos discutidos nas reuniões do GEDA são, portanto, assuntos que a comunidade não pode ignorar. Exigimos, o que é de nosso direito, resposta imediata de VS referente a nosso pedido. Caso nos seja negado, queremos saber as razões. Comunicamos que, entretanto, já passaremos a assistir às reuniões que daqui para a frente se realizarem. Caso formos barrados iremos aos tribunais (LUTZENBERGER. Ofício 121/80, AGAPAN a Alves, 07/09/1980, APJL).

A resposta do presidente em exercício da CDA, Durval da Silva, após examinar a solicitação “com o máximo interesse”, concluiu que não via como acolher a inclusão da AGAPAN, “por não haver amparo legal, porque esta associação não consta nos Atos Administrativos [que criaram a CDA e os GEDAs]”. Mas a comissão afirmava estar consciente “de que existe abuso de defensivos agrícolas pelo seu uso inadequado, e por este motivo é que ela existe e vem criando grupos estaduais, com o objetivo precípua de preservar a saúde humana e a defesa do meio ambiente”. A conclusão final era de que oficialmente a AGAPAN não poderia participar, “no entanto, nada impede que quando o presidente do GEDA-RS necessitar do assessoramento dessa instituição, convide-a a participar dos trabalhos, pois as normas de funcionamento dão essa prerrogativa ao presidente do GEDA” (SILVA, Ofício SDSV/CDA 01/80 a Lutzenberger, 18/09/1980, APJL). Dias depois, Alves enviou novo ofício a Lutzenberger, reiterando a decisão informada por seu substituto Silva, e acrescentando que, como o titular do Departamento do Meio Ambiente da Secretaria Estadual de Saúde, Dr. Jorge Ossanai, fazia parte do grupo, “as questões relativas ao meio ambiente estão muito bem representadas no GEDA-RS”, por isso não havia necessidade “de substituição pela AGAPAN, sendo que essa poderá levar seus pleitos ao GEDA-RS, através do entrosamento com o citado e ilustre médico”. Por fim, Alves criticou a linguagem utilizada por Lutzenberger no ofício 121/80, como “impertinente”, com “tom ameaçador”, e por isso enviaria cópia do mesmo para o presidente do GEDA-RS “para os fins de direito” (ALVES, Ofício SDSV/CDA nº 345 a Lutzenberger, 22/09/1980, APJL).

Para Lutzenberger, a pauta do meio ambiente não estava bem representada no órgão, pois Ossanai raramente participava das reuniões. Além disso, o Departamento do Meio Ambiente “não tem força nem posicionamento filosófico para que possamos considerar-nos bem representados por ele onde quer que seja”. O presidente da AGAPAN, bem como seus membros e grande parte da sociedade, depois de dezesseis anos de ditadura, queriam participar das decisões políticas: “o que achamos justo, e a abertura política propugnada pelo Presidente Figueiredo reforça mais a



reivindicação, é que seja o GEDA ampliado no sentido de mais participação pública” (LUTZENBERGER. Carta a Alves, 06/10/1980, APJL).

Em meio a essa troca de correspondência, Sebastião Pinheiro negociava o depoimento de Lutzenberger. Ele era funcionário do Ministério da Agricultura e passou a representar a SARGS na CDA, depois que Milton Guerra saiu do grupo<sup>91</sup>. O professor da UFPel foi obrigado a renunciar, ao ser alvo de espionagem. Pinheiro foi um personagem fundamental na luta contra os agrotóxicos, pois mantinha Lutzenberger informado sobre decisões internas do Ministério. Além disso, detinha um amplo conhecimento da química dos agrotóxicos, adquirido em pós-graduação na Alemanha (1981-83), que transmitia ao presidente da AGAPAN. Pinheiro “treinou” Lutzenberger para o depoimento no GEDA-RS durante 30 dias, inclusive ao longo de noites em claro, suportadas graças ao café preparado por Annemarie, “um café fortíssimo, de excelente qualidade” (Entrevista, 14/03/2012). Saldanha mencionou em sua entrevista (04/10/2012): “todos nós girávamos em torno do conhecimento, da informação do Sebastião, pessoa fundamental, importante e definitiva nesse processo. Todos nós éramos satélites dele”.

Quando Pinheiro começou a participar de reuniões da CDA, em Brasília, surpreendeu-se com o desequilíbrio na proporção dos membros: “se aqui [GEDA-RS] tinha 8 da indústria e 3 da sociedade civil, lá eram 12 da indústria e 1 da sociedade civil. Quando olhei aquilo, uma loucura... mas sempre camuflado, subversivo”. Num dos encontros, um membro de São Paulo disse que “queria ver aquele maluco do Rio Grande do Sul, chamado José Lutzenberger, se ele vinha dizer aqui na CDA o que ele anda dizendo lá no Rio Grande do Sul” (Entrevista, 14/03/2012). Quando Pinheiro voltou ao Estado, teria mantido o seguinte diálogo com seu chefe, “da ditadura”:

Sebastião: - Eu estou apavorado, tô tremendo.

Chefe: - O que aconteceu?

Sebastião: - O pessoal da CDA quer levar o Lutz lá pra decapitar ele.

Aí o cara ficou já com os olhos brilhando: - E se a gente trouxesse ele aqui antes?

Sebastião: - Ele não aceita! (olha só a sacanagem... risos).

Chefe: Não, mas a gente traz...

Sebastião: Tem que convidar muito bem, se não ele não vem não [muitos risos] (Entrevista de Pinheiro, 14/03/2012).

Na verdade, a oportunidade de uma fala pública sobre os agrotóxicos era tudo o que os ambientalistas queriam naquele momento. No entanto, Pinheiro fez com que seu chefe pensasse ao contrário, para não levantar suspeitas da real intenção. A estratégia de “parecer difícil” possibilitaria que os ambientalistas se preparassem; o que prometia ser uma “decapitação” foi

---

<sup>91</sup> A saída de Guerra (presidente da SARGS na época), segundo Pinheiro, Nasr, Luz (1993, p. 103-104), ocorreu porque “ele falou mal de um defensivo agrícola”. Em um curso sobre receituário agrônomo em Concórdia - SC, Guerra teria levantado a suspeita de que o milho importado dos Estados Unidos estivesse contaminado com o fungicida Tetra-Metil-Thiuram-Disulfeto-TMTD, com base em dissertação de mestrado que ele mesmo orientou na UFPEL. Na plateia, havia um “espião” – funcionário do Ministério da Agricultura, que gravou as aulas e levou a denúncia ao presidente da CDA.

planejado cuidadosamente como uma denúncia sobre os problemas causados pelos agrotóxicos, algo sem precedentes no país:

O Lutz é treinado, porque ele não pode errar uma vírgula. O DPOS, SNI, toda essa área de Segurança Nacional rebenta. (...) E o Lutz era de uma educação, ele era bem germânico... a caneta, o lápis e o papel (...). Aí ele anotava. Eu dizia assim: “repete agora pra mim pra eu ver se você aprendeu”... era assim... “não, isso não era assim, você entendeu mal”... e assim ficava. Nós passamos durante dois meses (Entrevista de Pinheiro, 14/03/2012).

A AGAPAN respondeu que Lutzenberger aceitava depor no GEDA-RS, mas com algumas condições, a principal delas que a reunião não ocorresse num grupo fechado, ou seja, que fosse um evento aberto ao público. Após as negociações de Pinheiro com representantes do grupo e do Ministério, ficou acertado que o ambientalistaalaria no auditório do MA, em reunião aberta.

Lutzenberger e Pinheiro escreveram o texto do depoimento, porque, dessa vez, o primeiro não podia improvisar, ele precisava ser muito cuidadoso – por causa dos órgãos de censura e espionagem. Necessitava apresentar dados objetivos e provas contra os agrotóxicos para mobilizar a opinião pública e conseguir a abertura de uma investigação, uma CPI dos agrotóxicos. O texto foi escrito para, mais tarde, ser publicado como capítulo do livro que Lutzenberger estava planejando escrever sobre o tema – “A máfia dos pesticidas”. Tivemos acesso à transcrição do depoimento, que consta no APJL.

No auditório do Ministério da Agricultura, lotado com cerca de 400 pessoas, em 12 de novembro de 1980, Lutzenberger começou definindo a expressão “Máfia dos Pesticidas”, em português, inglês e alemão, pelos dicionários Aurélio, Webster e Brotkhaus. Mas a definição que ele queria expor tinha sentido “mais figurado, como estrutura difusa de poder, como esquema de interesses e pressões”. Essa máfia não era uma exclusividade brasileira, ela era responsável pela introdução de todo o modelo de agricultura “moderno” que Lutzenberger vinha criticando desde 1971:

Eu me refiro a um esquema de interesses e pressões que surgiu nestes últimos 30 anos, que se fixou, que comprometeu toda a agricultura do mundo, que levou a uma situação realmente escandalosa: nós estamos vivendo uma coisa que não houve nunca na história da humanidade! Que nunca existiu na história da Vida! Nunca tantos venenos, venenos tão violentos, venenos tão insidiosos, venenos tão fulminantes alguns, tão persistentes outros (...) nunca venenos tão perigosos, em quantidades tão fantásticas – só no Brasil são 300 mil toneladas/ano – foram produzidos e disseminados no ambiente e entregues em mãos de gente tão despreparada, tão desqualificada para isso. E essa coisa, essa máfia, quer ainda ampliar. Ela pretende aumentar violentamente nos próximos anos, especialmente no Brasil, a disseminação desses venenos. (...) Lançou-se toda uma ideologia, absurda e criminosa, que tem como dogma fundamental o dogma de que para se fazer alimentos se precisa de venenos. Vejam que contradição! Alimentos e venenos deveriam estar longe um do outro! (LUTZENBERGER. Depoimento ao GEDA-RS, 12/11/1980, p. 1, APJL).

Lutzenberger fez afirmações bastante fortes, acusações contra órgãos públicos e representantes das indústrias químicas, que seriam, na sua opinião, os membros da máfia: “a coisa chegou a um ponto em que o órgão como o nosso SDSV, a Secretaria da Defesa Sanitária Vegetal, em Brasília, se transformou, não de nome, mas na prática, em sucursal quase 100% da ANDEF.

Que é o órgão de pressão, de lobby, das multinacionais da agroquímica e que está aqui representada”. Ele sabia que estava correndo riscos, pois, como disse Sebastião Pinheiro, a ditadura não estava morta em 1980 (por isso mesmo pedira que a reunião fosse aberta ao público). Havia assuntos proibidos de serem mencionados, muito menos criticados, e o tema dos agrotóxicos era um deles. Lutzenberger contou que esteve em São Paulo com equipe de jornalistas, que tentaram entrevistar o prof. Waldemar Ferreira de Almeida, do Instituto Biológico-SP, mas “ele disse que tinha ordem expressa de não falar para nós. No entanto, ele é um dos homens que está mais por dentro do que acontece e que melhores condições teria de falar. E no entanto, está proibido de falar!” O próprio Lutzenberger quase foi alvo do Sistema Nacional de Informações, o famoso SNI:

A mim não conseguem incomodar muito porque sou autônomo. Assim mesmo, me denunciam ao SNI (...). Houve recentemente um simpósio sobre agrotóxicos em Brasília e quando se sentia meio acochado, se não me engano, justamente pelo Waldemar, o Sr. Durval Henrique da Silva, Diretor da Divisão de Produtos Fitossanitários do Ministério da Agricultura, disse ‘aquele louco lá do Rio Grande do Sul; já denunciei ele ao SNI’” (LUTZENBERGER. Depoimento ao GEDA-RS, 12/11/1980, p. 2, APJL).

Dreyer (2004, p. 190-91) afirma que Lutzenberger perguntou a Silva se era verdade que ele o havia denunciado, durante reunião para criar um GEDA no Espírito Santo. Silva respondeu que sim, e Lutz rebateu dizendo que iria

Chamar o pessoal do SNI, porque eles estão aqui, eles estão em toda a parte. Devo dizer ao pessoal do SNI: O Durval não é um aliado de vocês! Porque se ele denuncia alguém e depois se vangloria, ele está expondo o serviço secreto. E quero avisar a todos aqui que o Durval não é um colega em quem se pode confiar, porque se ele revela uma denúncia dessas ele está prejudicando os colegas dele do SNI (DREYER, 2004, p. 191).

Não há como saber se a denúncia realmente foi feita, ou se foi um blefe de Silva, o fato é que Lutzenberger não sofreu nenhuma represália por isso. Na sequência do depoimento, o ambientalista apresentou uma série de “provas” para incriminar a máfia dos agrotóxicos. Ele começou mostrando recortes de jornais com reportagens sobre intoxicações, mortandades de peixes, pulverizações por avião em áreas residenciais e campings. Casos como esses “acontecem todos os anos às centenas. Eu tenho em casa uma pilha que já passa de meio metro, de recortes de jornais” (LUTZENBERGER. Depoimento ao GEDA-RS, 12/11/1980, p. 2, APJL). Mesmo com tantas evidências, “essa máfia é tão forte que ela acha que isso tudo não tem importância, que não existe. Quando acontecem essas coisas, e são centenas os mortos no Brasil e no mundo muito mais, a indústria química sempre argumenta que o que houve foi o uso incorreto”.

Em seguida, Lutzenberger criticou a atuação da “máfia” contra a aprovação do receituário agrônomo, uma importante luta da parcela de engenheiros agrônomos que era contrária à aplicação massiva de venenos. O receituário consistia num formulário preenchido por engenheiro agrônomo, que, a partir da avaliação das necessidades de cada propriedade, receitaria o agrotóxico

– e a respectiva quantidade de aplicação – adequado. Era uma forma de controle que começou a ser utilizada em Santa Rosa-RS já em 1975, por iniciativa da SARGS e de um gerente do Banco do Brasil. O banco só liberava verbas para compra de agrotóxicos a quem mostrasse o receituário assinado por engenheiro agrônomo. O exemplo “alastrou-se rapidamente para outros municípios. O talonário de receitas era distribuído pela SARGS” (PINHEIRO, NASR, LUZ, 1993, p. 89).

Em 1977, a repercussão da experiência de Santa Rosa motivou ação do Conselho de Desenvolvimento Agropecuário do Rio Grande do Sul (Resolução n. 11, de 14/11/1977), recomendando, de forma unânime, a redução máxima do uso de produtos organoclorados e a implantação do receituário agrônômico em todo o estado. A partir de 1978, o receituário foi definitivamente implantado pelo Serviço de Extensão Rural no Rio Grande do Sul (FILHO, 2000, p. 113).

O receituário realmente funcionou: houve diminuição nos casos de acidentes e intoxicações, pois os agricultores passaram a usar quantidades menores de agrotóxicos. No entanto, isso levou à grande queda no volume de vendas desses produtos e consequente descontentamento das indústrias fabricantes. Como reação a esse movimento foi criada a CDA, e posteriormente os GEDAs. Esses órgãos exerciam, através de suas ações, pressão no Ministério da Agricultura para que o receituário não fosse tão rígido e pudesse ser assinado por qualquer profissional – inclusive os funcionários das empresas filiadas à ANDEF. Lutzenberger denunciou várias dessas ações, principalmente portarias ministeriais que visavam a flexibilizar a legislação:

Essa máfia é tão forte, que quando surgem trabalhos e campanhas desesperados de correção dessa coisa, quando, como aqui no Rio Grande do Sul, agrônomos, com sacrifício pessoal, com luta sistemática, sem nenhuma ajuda, conseguem determinada legislação ou regulamentação, como no caso do Receituário Agrônômico, a ANDEF combate essa coisa, faz o que pode para combatê-la (...).

Quando nós pedimos então que fosse levado a nível nacional o que aqui no estado funciona muito bem (o projeto de lei deputado Trein, do governo), e que realmente levou a uma diminuição considerável no uso desses venenos, sem nenhuma perda para as colheitas, então aparece no parlamento federal um substitutivo do deputado Fontana, mas que é de autoria do Sr. Hélio Teixeira Alves, secretário nacional da defesa vegetal. Ele mesmo reconheceu isso aqui em Porto Alegre. O substitutivo Fontana só tem como função facilitar os negócios da indústria química (LUTZENBERGER. Depoimento ao GEDA-RS, 12/11/1980, p. 3, APJL).

Lutzenberger mencionou o Projeto de Lei 148/79, apresentado pelo Deputado Federal Justiniano Augusto de Araújo Trein (ARENA) em 09 de março de 1979 na Câmara dos Deputados<sup>92</sup>. Tal projeto agradou aos ambientalistas e profissionais da Agronomia, porque

---

<sup>92</sup> Justificativa do Projeto: “O emprego indiscriminado de defensivos agrícolas tem sido uma das mais salientes causas da poluição do meio-ambiente. Alguns produtos, por terem seus princípios ativos ligados a compostos químicos de elevada periculosidade aos organismos vivos, assumem papel nocivo e prejudicial ao fim a que se propõem, qual seja o de eliminar pragas e doenças nas plantas e animais. O Receituário, que se pretende instituir através deste projeto, disciplinará a comercialização e o uso dos diferentes defensivos agrícolas, através da interveniência de profissional em Agronomia ou Veterinária, observando os diferentes aspectos biológicos dos agentes parasitários das lavouras e animais e seus níveis de danos econômicos nas diferentes fases do ciclo produtivo” (*Diário do Congresso Nacional*, Março de 1979, p. 1028). A tramitação do projeto, substitutivo e aprovação final pode ser consultada em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=172220>>. Acesso em 22/01/2013.

instituiu a obrigatoriedade do Receituário Agrônomo e Veterinário, bem como afirmava a responsabilidade de sua emissão por engenheiro agrônomo, que iria fornecer parecer técnico descompromissado (no sentido de não vinculação com interesses financeiros, seja de usuário ou de fabricante), podendo até mesmo dispensar o uso de qualquer produto químico se julgasse apropriado. No entanto, em maio do mesmo ano, o deputado Vitor Fontana (também da ARENA) apresentou substitutivo, flexibilizando a aplicação do receituário. O texto desse substitutivo, que segundo Lutzenberger foi escrito por Alves, eliminava a obrigatoriedade do receituário e tornava confuso o papel do engenheiro agrônomo no processo. Houve um terceiro substitutivo, apresentado pelo deputado Cardoso Alves (MDB), que foi o texto aceito no final (não consta no *website* da Câmara ou no APJL). É interessante que os dois primeiros textos são de deputados da ARENA: mesmo no partido governista havia discordâncias.

Além da ingerência na legislação que controlava os agrotóxicos, Lutzenberger criticou também a participação da ANDEF em cursos de formação de técnicos:

Poucos dias atrás, em outubro, houve um curso de capacitação e treinamento de gerentes estaduais da Emater. Estava presente a ANDEF. O que ela tem a ver num curso desses? E teve um dia inteiro para ela. Deu aula ali sobre “Defensivos Agrícolas, Demanda Nacional e Importação”. Isso está bem dentro daquela filosofia que eles conseguiram fixar, em todos os nossos órgãos de fomento agrícola, de que nós precisamos é conduzir o agricultor a usar “insumos modernos”. O agricultor que ainda conseguir produzir sem venenos, esse, é um atrasado. Ele precisa usar “insumos modernos” (LUTZENBERGER. Depoimento ao GEDA-RS, 12/11/1980, p. 3, APJL).

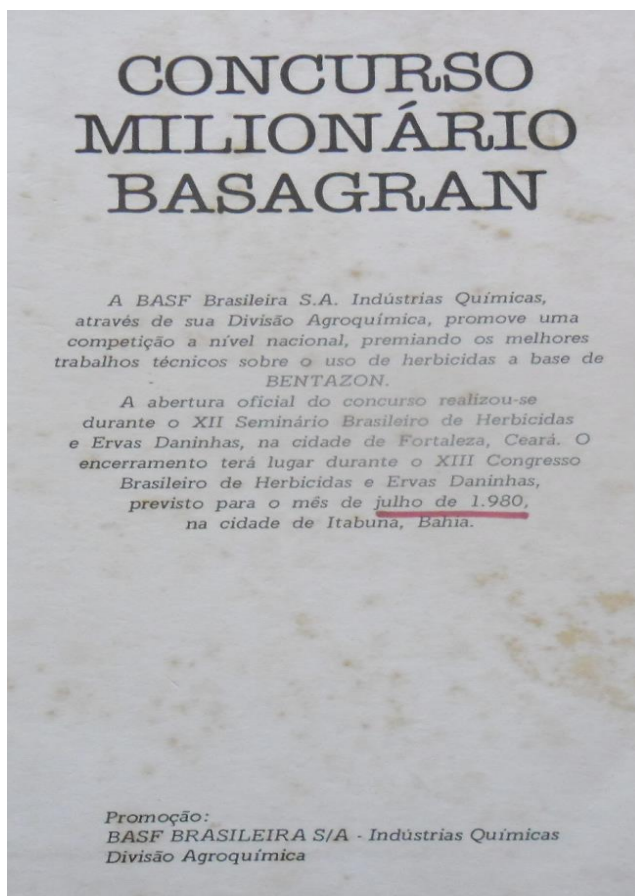
Se observarmos atentamente, podemos perceber que essas críticas à ANDEF e aos órgãos públicos guardam um sentido mais profundo, implícito: a condenação da ética que perpassava a conduta dos representantes da associação, ávidos por lucros, e dos funcionários do Ministério da Agricultura, que se dobravam às exigências dos empresários. Essa articulação entre empresas e governo era o que tornava possível a difusão do paradigma da agricultura “moderna” em todo o país, como o melhor método para garantir a produção agrícola.

Prosseguindo seu depoimento, Lutzenberger mencionou um elemento recorrente em seus questionamentos aos fabricantes de agrotóxicos (e que levou ao processo apresentado pela ANDEF em 1975, como vimos), relativo à propaganda de seus produtos:

Agora eu quero falar de um outro aspecto realmente escandaloso. A publicidade que se faz para esses venenos. Antigamente, veneno, como eu já mencionei, jamais recebia publicidade. Era uma coisa que se usava em última instância, em situações extremamente difíceis onde não tinha outra saída. Mas hoje se faz publicidade bonita como esta. Aqui nós temos a revista “raízes”, uma ilustração de página inteira, uma dançarina semi-nua para atrair. Hoje isso faz parte de toda a publicidade, a indústria, aqui especificamente a Rohmand Hass, oferece prêmios, um concurso. (LUTZENBERGER. Depoimento ao GEDA-RS, 12/11/1980, p. 4, APJL).

Encontrei no arquivo de Lutzenberger folders, recortes de jornais e revistas com propagandas de agrotóxicos. Em seu livro *Giftige Eznte* (LUTZENBERGER, SCHWARTZKOPFF, 1988), foi reproduzido parte desses materiais. A realização de concursos

por parte das empresas fabricantes era algo recorrente na época para incentivar a pesquisa acadêmica na área de agrotóxicos, como se pode ver nesse anúncio da BASF, onde Lutzenberger trabalhou:

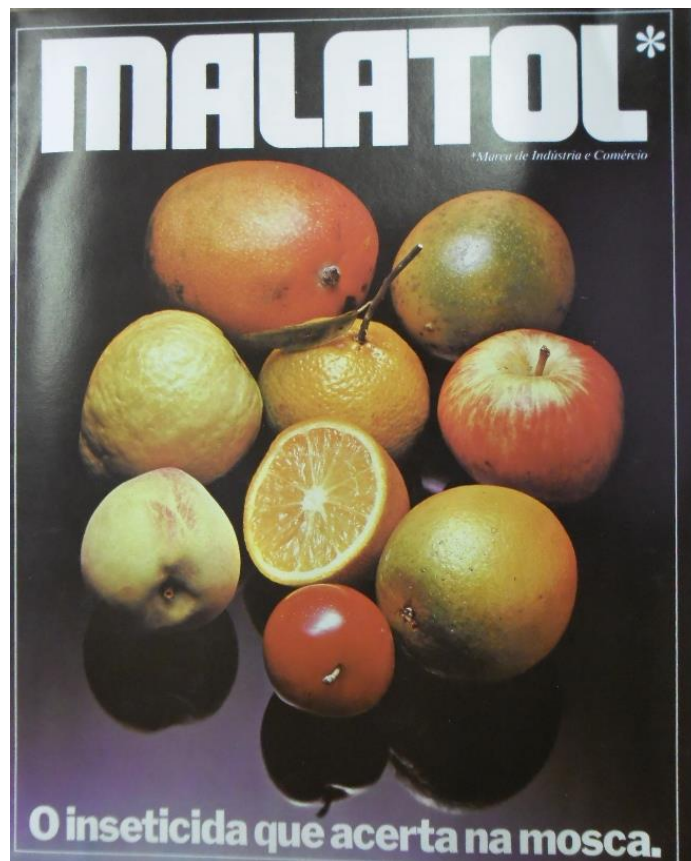


BASF. Concurso Milionário Basagran, 1980 (APJL).

Prosseguindo a crítica, ele mostrou à plateia peças de propaganda que associavam os agrotóxicos a benefícios para a natureza e para as pessoas, através de fotos em que apareciam alimentos bonitos, aparentemente saudáveis:

Eu tenho aqui um anúncio da BASF, minha ex-casa, para a qual trabalhei durante alguns anos. Aqui se propõe simplesmente o uso de U46 especial nos pastos e a impressão que se procura dar é de que isso melhora o pasto. O U46 é 2,4 D, um herbicida seletivo que mata todas as não gramíneas, as plantas de folhas largas. Desde quando um pasto melhora quando ele se transforma em monocultura de gramíneas! Ao contrário. Aí é que aparecem doenças, complicações e deficiências no gado (...). Aqui eu tenho outro anúncio de uma substância cancerígena, o Dithane, com uma linda foto de pão, biscoitos, manteiga, massas, de chamar a atenção da dona de casa. Se ela é colona, vai dizer pro seu marido: “puxa, tenho que comprar esse troço”. E ainda um recipiente bonito que dá pra usar pro leite depois. E assim vai (LUTZENBERGER. Depoimento ao GEDA-RS, 12/11/1980, p. 4, APJL).

Não encontrei no APJL os anúncios mencionados por Lutzenberger, mas há muitos outros que poderiam ter fundamentado sua crítica à propaganda dos agrotóxicos, e que o levaram a adotar o conceito de “ecopornografia” de Ehrlich, os quais reproduzo, em uma pequena amostragem, a seguir:



CYNAMID. Malatol, Rio de Janeiro. S/data (APJL).



SHELL. Los Aliados del Fruticultor. S/data (APJL).



**Quanto mais brasileiro, mais gostoso.**

Aqui nós trabalhamos para todo mundo tomar o nosso cafezinho. Capuccino, irlandês, vienense, au crème. Praticamente, cada país tem seu jeitinho de tomar café. Mas o país do café, como todo mundo sabe, é o Brasil. De cada 1000 dólares que entram na nossa conta, aproximadamente 100 vêm da exportação do café. Há muitas gerações, os brasileiros vêm aprimorando a cafeicultura, tornando-a mais produtiva, gerando maiores lucros. A Bayer muito se orgulha de contribuir com a sua experiência de muitos e muitos anos na produção de melhores defensivos agrícolas e também na orientação de seu uso adequado, através de assistência técnica direta ao agricultor. Aliás, os recentes recordes da produção agrícola brasileira são a maior recompensa que ela poderia desejar. Fruto de um trabalho feito a quatro mãos. De um lado a Bayer pesquisando produtos que vão melhorar outros produtos; do outro lado, empresas desenvolvendo e colocando novos produtos no mercado. Produtos de dezenas de setores empresariais, como a indústria automobilística, têxtil, farmacêutica, eletro-eletrônica, etc.

Produtos que estão com você no seu dia a dia. Mas que você nem imagina que a Bayer participa deles, mesmo na hora de tomar um saboroso cafezinho.

Bayer  
Se é Bayer, é bom

Bayer (Logo)

Bayer: 31-Brazil S.A. Caixa Postal 27322 - 01200 - São Paulo - SP

BAYER. Quanto mais brasileiro, mais gostoso. *Veja*, 14/07/1982, p. 85 (APJL).

As imagens associadas aos agrotóxicos nas propagandas de Malatol e da Shell mostram frutas brilhosas, sem nenhuma imperfeição (furo, mancha, formato irregular, etc.); pelo contrário, seriam, no dito popular, “de dar água na boca”. A imagem visava demonstrar que o uso dos produtos é que levou à obtenção de frutos tão perfeitos e, por consequência, saudáveis. E essa associação de beleza dos alimentos com saúde foi permanentemente transmitida aos consumidores por meio da propaganda nos mais diferentes veículos de comunicação (jornais, revistas, boletins, etc.), em todo o mundo. A propaganda pode ter sido uma das estratégias das empresas no sentido de criar um padrão estético para os alimentos, de que eles têm que ser grandes, bonitos e sem deformações na casca. Essa perfeição só poderia ser obtida com o uso de agrotóxicos.

Já a propaganda da Bayer, publicada na *Veja* – a revista semanal de maior circulação no país – associa seus produtos ao alimento que é um dos símbolos da cultura brasileira, o café. Tanto a mensagem textual quanto a imagem do anúncio ressaltam positivamente o papel da Bayer nos lucros obtidos pela agricultura brasileira. O uso dos “defensivos agrícolas” fabricados pela empresa contribuiria, de acordo com a publicidade, para os “recentes recordes da produção agrícola brasileira”. A frase em negrito abaixo do slogan principal enfatiza a contribuição da empresa para o sucesso das vendas de café no mercado internacional: “Aqui nós trabalhamos para todo mundo tomar o nosso cafezinho”. A imagem de um avô com seu neto “na garupa”, sorrindo em meio a uma plantação de café, vincula um momento de felicidade familiar ao uso dos produtos



da Bayer. Inclusive, eles não seriam venenosos, pois avô e neto estão próximos das plantas e o primeiro chega a tocar algumas folhas.

Além de peças que ressaltam o papel dos agroquímicos na produção de alimentos bonitos, saudáveis e altamente rentáveis, encontrei no arquivo de Lutzenberger anúncios que associavam esses produtos à proteção do ambiente; poderiam ser citados como exemplos de “ecopornografia”. Abaixo, podemos observar dois deles:

**L'efficacité, c'est la sélectivité  
et le respect de l'environnement.**

L'action herbicide, vigoureuse de Basagran DP liquide s'accompagne d'une sécurité totale : elle n'entraîne aucun affaiblissement même passager, de la culture en place. Basagran DP liquide est un désherbant propre à l'emploi et non toxique pour le gibier et les abeilles.



BASF. Basagran-DP. Folheto publicitário, S/data (APJL).

Thiodan garante a

# SOJA

de cada dia.



Toda a soja que você planta é toda a soja que você quer colher. Se as pragas deixarem, é claro. Com Thiodan, todas as pragas são eliminadas. Mas somente as pragas. Porque Thiodan é um defensivo agrícola muito seletivo. A escolha certa contra insetos mastigadores e sugadores. Nas doses recomendadas, Thiodan não mata abelhas e outros insetos. Elimina somente as pragas, preservando os inimigos naturais - predadores e parasitas de pragas - que existem na lavoura. Thiodan trabalha respeitando as plantas e o meio ambiente. Com um índice baixo de toxicidade. Porque Thiodan não é organo-clorado persistente. Contém molécula de cloro, mas seu comportamento toxicológico é diferente. O que significa muito mais segurança para a natureza. Para comprovar a eficácia, segurança e economia de Thiodan, você pode conversar com a EMBRAPA, a IPAGRO, a EPAMIG ou com milhares de agricultores.

E para colher toda a soja que você vai plantar, nem é preciso tanto trabalho. Basta você usar Thiodan.

Uma família de produtos dedicada à sua lavoura.



**Thiodan** Mata quem não interessa. E não perturba quem é importante.

Com a segurança **Hoechst**

1ª quinzena de agosto de 1982 — 7

HOECHST. Thiodan. *O indicador rural*, agosto/1982 (APJL).

A BASF apresentou a ação do herbicida Basagran DP como “de uma segurança total”, pois sua “eficiência é a seletividade e o respeito ao ambiente”. Na imagem, podemos ver pássaros, um homem passeando com seu cão e um coelho em meio à lavoura (aliás, um monocultivo), ou seja, o produto só matava as “ervas daninhas”. A propaganda da Hoechst também argumenta que seu inseticida Thiodan “não mata abelhas e outros insetos. Elimina somente as pragas, preservando os inimigos naturais (...). Thiodan trabalha respeitando as plantas e o meio ambiente”. Ambos os materiais publicitários utilizam o argumento da seletividade: há plantas e animais bons e ruins; os bons merecem viver, já os ruins – “pragas e ervas daninhas” – precisam morrer para o bom desenvolvimento da agricultura.

Prosseguindo seu depoimento, Lutzenberger passou a analisar o conteúdo de catálogos produzidos pelo Ministério da Agricultura, que continham instruções sobre fiscalização, comercialização e legislação a respeito dos agrotóxicos. Segundo ele, esses documentos demonstravam “como a indústria química conseguiu comprometer os nossos órgãos governamentais, mais especificamente o Ministério da Agricultura em seu Departamento de Defesa Sanitária Vegetal”. O problema já começava no acesso aos catálogos, que era bastante limitado, pois “a maioria dos agrônomos no campo nem sabe da existência desses catálogos” (LUTZENBERGER. Depoimento ao GEDA-RS, 12/11/1980, p. 5, APJL). Lembrando o episódio

de extradição do padre Miracapiglio, a crítica de Lutzenberger enfocava também os símbolos da nacionalidade contidos nos documentos:

O Pe. Miracapiglio foi expulso do Brasil. Aproveitaram aquela infame lei contra os estrangeiros que foi feita especialmente pra isso, para expulsá-lo do país, porque ele, supostamente, desrespeitou um símbolo da nacionalidade<sup>93</sup>. Entretanto, aqueles que destroem, que devastam, que aporcalham a coisa por este símbolo representado, estes ficam imunes e impunes. E ainda conseguem alegar segurança nacional. Vejam! Aqui nós temos uma obra que eu considero criminosa. Isto aqui está cheio de crimes incríveis e leva as armas da nação! Ministério da Agricultura, Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, Secretaria de Defesa Sanitária Vegetal, Divisão de Produtos Fitossanitários, aparecem os nomes dos ministros e dos secretários (...). São documentos oficiais, com as armas da Nação que estão sendo vilipendiadas. (LUTZENBERGER. Depoimento ao GEDA-RS, 12/11/1980, p. 5, APJL).

Lutzenberger levou os catálogos como provas de sua argumentação e passou a citar as páginas onde se encontravam os “crimes” que denunciava. Depois de “passar noites em claro para descobrir as coisas”, já que “isso aqui é tão complicado de mexer”, o que ele descobriu “já é de arrepiar os cabelos”. Aqui abordaremos algumas dessas denúncias. Na página 15 do catálogo, ainda na introdução, “a pontinha do iceberg”, havia, conforme a análise de Lutzenberger, “uma mentira”:

Na página 15 eu vejo a linguagem da indústria ou da tecnocracia em geral, mas quem está dizendo é o Ministério da Agricultura: “Segundo dados estatísticos disponíveis nos EUA, onde o uso de defensivos atinge níveis bastante elevados, os casos de intoxicações por produtos fitossanitários não superam os causados por cosméticos”. Em primeiro lugar, é mentira que os cosméticos matam muita gente. Matam sim, mas pouca coisa. E a agroquímica, a gente sabe, matou muitíssimo mais e causou, sobretudo, incríveis problemas ecológicos, que, aliás, eles nunca reconhecem. Mas por que eles não dizem então que os produtos fitossanitários causam menos mortes que a II Guerra mundial que matou 50 milhões? O tecnocrata sempre, quando está propondo uma coisa ruim, argumenta com uma pior, como se isso justificasse a coisa ruim (LUTZENBERGER. Depoimento ao GEDA-RS, 12/11/1980, p. 5, APJL).

O depoente passou, em seguida, a analisar a portaria 92, de 1970, reproduzida na página 33 do catálogo. Na portaria constava o “Considerando” que “ainda vem sendo contestada a aplicação de fungicidas organo-mercuriais em forma contrária às instruções de uso aprovadas pelo Ministério da Agricultura”. O problema era que o “escândalo dos tomates” – que abordamos no início deste capítulo – ocorreu em 1980. No mesmo ano, o ministério publicou a portaria nº 06/1980, utilizando texto igual ao do “Considerando” da portaria 92, de dez anos antes. Por isso, Lutzenberger colocava em cheque a eficiência do órgão público e das próprias indústrias, que afirmavam a intenção de acabar com aquelas lavouras: “porque no caso do mercúrio, em hortaliças, a coisa é criminosa! É crime, não é só mau uso! (...) É contra a lei” (p. 6).

Com essa “prova” nas mãos, Lutzenberger podia questionar a validade dos argumentos da indústria que se restringiam à necessidade de comercialização e aplicação corretas: “se eu produzo

---

<sup>93</sup> O padre italiano Vito Miracapiglio foi extraditado pelo governo brasileiro porque se recusou a ministrar a missa do dia 7 de setembro de 1980, parte das solenidades da Semana da Pátria. A negativa, explicada em documento escrito, era justificada “por vários motivos, entre os quais a ‘não efetiva independência do povo’, reduzido à condição de pedinte e desamparado em seus direitos”, e foi interpretada como um “ato de rebeldia”, com “nítida e pública conotação política” (CARUSO, *Online*). Mesmo que a Lei da Anistia (nº 6.683 de 28/08/79) já estivesse em vigor, a extradição confirma que a ditadura não estava morta em 1980, como nos disse Pinheiro.

uma coisa tão perigosa, eu posso comercializá-la de maneira que ela caia nas mãos de uma mãe que acha que aquilo é bom para os piolhos? Ou de um agricultor que nem sabe os perigos do mercurial, Temik e de outras coisas?”. O Prof. Guerra, que se encontrava na plateia, informou que a LD50 do Temik é 0,8. Segundo Lutzenberger, isso significava que o Temik era “20 vezes mais perigoso que o Parathion; 180 vezes mais tóxico que o arsênico”. O produto era encontrado em forma de grãos pequenos e recomendado pelas empresas revendedoras para uso em samambaias, contra o pulgão. Nosso personagem se mostrava preocupado com o uso doméstico de um produto tão perigoso, o que reforçava sua argumentação contra a tese do “uso correto”:

Imaginem quantas vezes uma criança não pega uma coisinha dessas e bota na boca. Um grãozinho! Nem é bom falar! Onde é que está a responsabilidade da indústria química, que sempre fala de aplicação correta? Acaso isso não se deve referir à comercialização correta? E eu duvido que a indústria química, aqui a ANDEF, não saiba (...). E como é que se fornece esse produto a eles? E o [revendedor] deveria saber o crime que está cometendo! Num país sério, porque se nós fôssemos um país sério (...), tinha muita gente na cadeia por causa disso. Mas ninguém vai preso (LUTZENBERGER. Depoimento ao GEDA-RS, 12/11/1980, p. 7, APJL).

A argumentação de Lutzenberger também se relacionava a sua retórica inflamada e agressiva. Talvez a tática de conferir um tom emocional à questão, ao sugerir que uma criança poderia colocar um grão do produto na boca (uma possibilidade real), visasse a chocar sua plateia para conquistar apoio às suas denúncias. Ele próprio teceu comentários a respeito da linguagem que estava utilizando: “realmente, nós temos que usar linguagem forte. Eu não gostaria de fazer isso, mas tenho que usar”. Talvez para se proteger, mencionou o risco de represálias: “se me processarem eu aceito o processo com muito prazer e aí eu vou estudar mais a fundo esse negócio. Está se vendo que não há seriedade. Eles fazem conosco o que bem entendem! Isso aqui é caso de cadeia! E como é que não acontece nada? (p. 8)”. Ao questionar a recomendação da Portaria 220, de 14 de março de 1979, publicada na página 106 do catálogo, de que deveria constar nos rótulos dos agrotóxicos, se a formulação era explosiva, inflamável, comburente, corrosiva ou irritante, Lutzenberger voltou a se precaver de possíveis retaliações, lançando mão novamente das “armas da nação” impressas nas capas das referidas publicações:

Essa recomendação não é seguida, mas a própria recomendação já se anula. Ela diz assim: os rótulos “quando comportar”. Pra quê esse artigo! Isso é um escárnio! Estão gozando com a nossa cara. Estão chamando os agrônomos brasileiros de imbecis! Eu gostaria de ter podido dedicar não três noites, mas 30 noites a isso aqui. Pode parecer cansativo, mas isso é tão grave que precisa ser levantado. Eu estou disposto a quaisquer consequências. Se quiserem me prender, me prendam! Não tem importância! Tudo que está aqui é comprovado. Não estou mentindo nada. Está tudo aqui, vocês podem ver, está escrito, preto no branco, com as ARMAS DA NAÇÃO, faço questão de repetir (p. 9). Agora vocês estão compreendendo porque eles não querem que este livro saia de lá? Por Deus! Isso não pode cair na mão de um cara como eu! Mas felizmente nós também não nascemos ontem (LUTZENBERGER. Depoimento ao GEDA-RS, 12/11/1980, p. 10, APJL).

Outro problema perceptível na análise do catálogo eram os prazos de carência determinados pelas portarias do Ministério, que, paradoxalmente, fixavam períodos maiores para produtos que não seriam ingeridos por humanos:

O BHC está registrado para o algodão e para o cacau. Para o algodão ele tem 90 dias de carência e para o cacau só 14. Para os leigos, carência é o seguinte: o número de dias antes da colheita que se permite a aplicação, por causa dos resíduos. Quanto mais perigoso, mais persistente um produto, maior terá que ser esse prazo. Mas vejam que coisa interessante! Para o algodão, que não se come a não ser o óleo da semente (...), eles dão 90 dias. Mas no cacau que nós comemos no chocolate, só 14. Vejam que coisa interessante! (LUTZENBERGER. Depoimento ao GEDA-RS, 12/11/1980, p. 9, APJL)

Esse mesmo problema ocorria na aplicação de Carbaryl, verificado por Lutzenberger na página 76 do catálogo:

O Carbaryl que é o Sevin, registrado para um mundo de cultivos, entre eles o feijão, tomate, batata, abacaxi, amendoim, algodão e, entretanto, é o seguinte: para hortaliças não folhosas, três dias de tolerância, mas para o arroz e para o milho quatorze. Interessante. Onde é menos perigoso, eles dão mais carência. E onde é mais perigoso, se dá só três dias (LUTZENBERGER. Depoimento ao GEDA-RS, 12/11/1980, p. 10, APJL).

Também o Endosulfan, que causou a mortandade de peixes no Rio Reno em 1969, era registrado

com uma carência de 30 dias para o algodão, amendoim, cebola e soja. São cultivos onde dificilmente sobre muito resíduo, porque no amendoim eu tiro aquela casquinha, o algodão nós nem comemos, só indiretamente no óleo. Aí eles dão 30 dias. Mas nas cucurbitáceas, nas abóboras e pepinos, três dias. Isso acontece, talvez, porque no algodão alguma coisa vai se exportar e poderia voltar. Vocês podem ver que o negócio é sempre mais importante que a vida humana. Na batata, e agora escutem essa, podem ficar de cabelo em pé, na batata e hortaliças não folhosas, um dia! Eles dão 30 dias no algodão e na cenoura um dia. É a mesma coisa que não dar nada! Se isso não é criminoso, eu não sei. Num país sério teria gente na cadeia por causa disso! Nós vamos descobrir quem foi que fez essas coisas (LUTZENBERGER. Depoimento ao GEDA-RS, 12/11/1980, p. 10, APJL).

No Brasil, o Endosulfan era utilizado também nas lavouras de café, para o qual era determinado prazo de carência de 120 dias. Como o café era produto de exportação e o controle de resíduos na Europa e Estados Unidos seguia padrões muito mais rigorosos que em nosso país, o prazo era bastante estendido, se comparado aos exemplos citados acima. No entanto, o mesmo agrotóxico, quando aplicado no tomate, possuía prazo de carência de apenas um dia, segundo recomendação feita na página 101 do catálogo. Para Lutzenberger, isso, “além de escárnio, é crime! (...). Isso aqui, não sei que nome podemos dar a isso (...). Não tem como justificar isso. Quer dizer que o negócio vale mais do que a saúde humana (...). O que se vê é que a finalidade destes registros é produzir venda de venenos (p. 10).

O depoimento de Lutzenberger foi “esquentando” num crescente, ou seja, as denúncias se mostraram cada vez mais graves. Lutz citou recomendação da página 114 do primeiro suplemento, que, segundo ele, era “contra o receituário agrônômico, é tão infame que realmente merece ser lida”. Reproduzimos trechos da leitura com os comentários do depoente (em itálico):

“Considerando que a simples receita agrônômica não vai livrar o consumidor e o próprio agricultor dos riscos de um uso não adequado do produto” – *acaso isso é argumento pra não usar uma medida de segurança adicional?* – “2- que a fiscalização do comércio, quanto à venda do produto com receituário, será praticamente impossível” – *aqui eles estão reconhecendo a sua própria irresponsabilidade. Se é impossível essa fiscalização, como é que se atrevem a comercializar produtos como o Temik, se eles mesmos reconhecem que não há possibilidade de fiscalização? Em primeiro lugar, há sim. Nós sabemos que no RS, depois que entrou em vigor o Receituário, baixou consideravelmente o uso de pesticidas. No Paraná, parece que baixou em 50%. Entretanto, aqui o Ministério da Agricultura bombardeia uma das poucas medidas de controle que os lutadores desesperados, com sacrifício pessoal e correndo risco profissional, conseguiram. (...)*– 4 - “que os mecanismos de controle onerarão o preço do produto” – *mais uma vez aquela preocupação [com os lucros]. A saúde nunca vale nada. O negócio é sempre o que importa.* 5 - “que a própria receita será mais um ônus para o agricultor”. – *isso aqui é uma mentira bem grande. O agricultor que usa o Receituário usa menos produto. Economiza rios de dinheiro. Na maioria dos casos, o receituário é gratuito (...). Então, o Ministério aqui dizendo que a própria receita será mais um ônus para o agricultor, quando a receita pretende é que ele economize, naturalmente ela é um ônus para as multinacionais.* – 6 - “que a falta de técnicos especializados em fitossanitarismo, em condições de prescrever um receituário no tempo devido, com bom senso, equilíbrio e responsabilidade e no interesse do agricultor, é um fator limitante à adoção do processo”. – *Isto aqui está cheio de ofensas aos agrônomos brasileiros. Isso é uma mentira também, e pressupõe uma coisa muito interessante. Quer dizer que, se não houver técnicos capazes de fiscalizar, então vamos deixar vender livremente (...). Por menos eficiente que seja o receituário, por mais incapazes e desinformados que seja a maioria dos agrônomos, qualquer controle, por pequeno que seja, é um passinho pra frente (...). Nós tínhamos conseguido a exclusão dos profissionais comprometidos com a indústria química. (...) Eu não estou chamando ele de corrupto, não. (...) Na medicina, o farmacêutico está proibido de escrever receita, e o médico está proibido de ser dono da farmácia. Isto é apenas lógico!* (LUTZENBERGER. Depoimento ao GEDA-RS, 12/11/1980, p. 11-12, APJL).

A seguir, o enfoque recaiu sobre a recomendação 02/78, segundo Lutzenberger, “feita especialmente contra o prof. Guerra”. Esse elaborou uma listagem de 100 produtos, de acordo com a toxicologia, e sugeriu que os recipientes de agrotóxicos passassem a conter, no rótulo, “faixas de cores diferentes para que o leigo tivesse mais ideia sobre a periculosidade do produto. Então aqui eles começam fazendo um deboche do professor”. A recomendação do Ministério dizia que vários produtos listados por Guerra, como Dieldrin e Dioxathion, não eram mais usados no Brasil; outros, como Imidan, nunca foram comercializados; produtos como Azinfós metílico não eram usados na agricultura há muitos anos e Leptofos teve o seu registro cancelado a pedido da própria firma registrante. Tudo isso, para Lutzenberger, seria “uma molecagem, [...] uma mentira. Estão querendo dizer que o professor não entende nada. Estão registrados estes produtos ou estão sendo usados”. E sua acusação estava baseada nos próprios documentos do Ministério, porque, em outro livro, constavam os registros: o Imidan estava registrado no primeiro suplemento na página 115 e era recomendado em todo o país; o Azinfós estava registrado na página 221; e o Dioxathion era sendo usado igualmente em todo território nacional e aparecia registrado na página 132. Portanto, Lutzenberger trazia à tona um grave escândalo: as recomendações do próprio Ministério se contradiziam; os técnicos não haviam percebido as incongruências das instruções formuladas por eles mesmos.

A última denúncia se refere às multas decorrentes do uso de agrotóxicos:

E agora nós vamos chegar na apoteose. Eles mesmos anularam isso aqui tudo [tudo que estava escrito nos livros]. Não tem valor nem pra eles. No manual de fiscalização, que é o terceiro suplemento do trabalho, aparece agora a legislação quanto à multa, etc. Em primeiro lugar, o leigo precisa saber, e isso

é importante que o deputado saiba, desde 1934 não há nova legislação sobre pesticidas (...). Só tem esse tipo de medidas ditatoriais. Os caras lá em cima resolvem e fazem. Recomendam, fazem portarias, etc., desfazem, registram, desregistram, registram de novo (p. 12).

De fato, desde o Decreto Federal 24.114 (BRASIL, 12/04/1934, *Online*), que aprovava o “Regulamento da defesa sanitária vegetal”, não havia legislação sobre o uso de agrotóxicos no Brasil. Em 1934, sequer existia utilização de tais produtos; a legislação foi concebida antes mesmo de serem descobertas as propriedades inseticidas do DDT (FILHO, 2000, p. 163). Para Lutzenberger, essa lei estava “super superada”. O próprio conceito de “defesa vegetal/agrícola” utilizado nos anos 1970 pela ANDEF e Ministério da Agricultura tinha origem nos anos 1930, no mencionado decreto.

Além de superada, a normatização para aplicar multas era extremamente burocrática. Mais ainda, se as multas realmente fossem aplicadas, os valores seriam irrisórios, de 10 centavos a cinco cruzeiros:

Tem uma burocracia! Isto aqui é depois do Ministério da Desburocratização! O fiscal que quiser autuar, no caso de um pesticida, tem que preencher 16 formulários com 4 cópias e mil itens. É uma complicação que não dá pra entender. Ele vai poder fazer duas ou três autuações por dia. Mas agora escutem. Essa sim é a apoteose, na página 81. Quais são as multas que depois de todo este trabalho ele pode aplicar. Escute bem, deputado. Sabe o que eles fizeram? Pegaram a multa de 1934, fizeram correção monetária, sabe como? Só trocando os mil réis, dividindo por mil e transformando em cruzeiros. Art. 71 [Decreto 21.114/34] – as infrações deste capítulo estarão sujeitas às seguintes penalidades: a) multa de Cr\$ 0,10. – Dez centavos. Eu me sinto fazendo troça de vocês. Está escrito aqui, com data de 79. Dez centavos. Se a polícia me pega na autopista a 86, 87 [quilômetros], a multa tá bem atualizada (...). E aqui multa de 10 centavos, a um cruzeiro. Está escrito cruzeiro. Eles só trocaram o 100 com cifrão e dois zeros por cruzeiros, cifrão 0,10. Está escrito aqui, preto no branco. Isto aqui é um escárnio! Não tem outra palavra. Me falta vocabulário pra dizer o que é isto. E a multa mais elevada que aparece aqui é de 5 cruzeiros. Quer dizer que tudo isto aqui está invalidado. Isto não vale nada! Podemos botar no lixo! Se a multa que eu posso aplicar é de 5 cruzeiros, eu posso matar a humanidade toda e vão me botar 5 cruzeiros de multa (LUTZENBERGER. Depoimento ao GEDA-RS, 12/11/1980, p. 12-13, APJL).

“Inexplicavelmente”, conforme a argumentação de Lutzenberger, não houve atualização monetária sobre os valores das multas, apenas conversão do mil réis para a moeda da época, o cruzeiro. Para ele, além das contradições na regulamentação dos agrotóxicos, a burocracia e o valor ínfimo das multas eram estratégias do Ministério da Agricultura para proteger as indústrias fabricantes. Tratava-se de toda uma rede de informações, influências e poderes que fora tecida nos anos anteriores à sua fala para defender o modelo de agricultura “moderno” implantado no país.

Terminadas as denúncias pontuais, Lutzenberger passou a dedicar sua fala à crítica dos conceitos científicos que embasam o modelo de agricultura “moderno”. Tais conceitos foram abordados por ele em diversos artigos, palestras e entrevistas. Trata-se do conceito de ingestão diária admissível, a IDA, ou ADI (*admisible daily intake*), também chamada de dose diária aceitável, a DDA, e do conceito que define se um produto é ou não veneno através da dosificação, expresso através da LD50 (dose letal 50%). A abordagem dessas noções no momento final do



depoimento é muito relevante, pois ela engloba um aspecto ético subjacente, como veremos a seguir.

Esses conceitos foram amplamente divulgados no meio científico e são utilizados em análises laboratoriais de produtos a serem consumidos por humanos. Segundo a ANVISA (2003, *Online*), IDA “é a quantidade de uma substância que pode ser ingerida diariamente, durante toda a vida, sem oferecer risco apreciável para a saúde humana. Expressa-se em miligramas ou microgramas do produto por quilograma de peso corpóreo por dia”. Segundo Lutzenberger (1985, p. 61), esse conceito era “temerário”, já que, muitas vezes, os produtos em questão se tratavam de “venenos fulminantes e persistentes”. No depoimento, ele abordou um dos problemas decorrentes da noção de IDA: já que os produtos (supostamente) estavam dentro da dose permitida, em casos de envenenamento de humanos, ou de contaminação do ambiente, como provar que a culpa dos desastres decorria dos agrotóxicos? E quem deveria provar? O ambientalista criticava o fato de que

Nós é que temos que provar o perigo. Não eles provar a inocuidade. O lógico não seria que quem tem interesse em disseminar substâncias perigosas, só tivesse o direito de fazê-lo depois de provar, exaustivamente, que a coisa é inócua? Não. O que eles querem é que nós provemos que aquilo faz mal. Não é o poderoso que promove a coisa com meios fantásticos, inclusive com publicidade, quem tem que provar que a coisa dele é inócua. Somos nós, pobres desesperados, cidadãos que lutam com seus próprios meios, arriscando suas carreiras, muitas vezes, que temos que provar que aquilo é ruim. Enquanto não conseguirmos provar, eles acham que tem condições e direito de continuar fazendo (LUTZENBERGER. Depoimento ao GEDA-RS, 12/11/1980, APJL, p. 13).

Ou seja, para o cidadão comum, seria muito difícil provar a periculosidade de uma substância. Além do conhecimento técnico, seriam necessários recursos financeiros: “mandar analisar um resíduo pode me custar 50 ou 100 mil cruzeiros. Eu jamais terei condições de fazê-lo! Isso se tiver coragem” (p. 13). Segundo Lutzenberger (1985, p. 61), “a IDA deriva de outro conceito, aparentemente científico, na realidade extremamente rudimentar e grosseiro. Trata-se da medida de toxicidade chamada LD50”. Para calcular a LD50 de uma substância, “submete-se uma certa população de cobaias [por exemplo, ratos, peixes, baratas] a doses crescentes do tóxico. Quando metade da população morre, supõe-se que este é o limite de letalidade”.

Como os valores de LD50 são medidas padrão, é possível comparar as toxicidades relativas dos agrotóxicos. Quanto mais baixa a dose LD50, mais tóxica é a substância, ou seja, uma dose mínima sua já pode causar a morte. Por exemplo, um produto com um valor LD50 de 10 mg/kg é 10 vezes mais tóxico do que outro com uma LD50 de 100 mg/kg. Segundo a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA, Junho/2012, *Online*), a toxicidade de um agrotóxico está relacionada com o modo de entrada do produto químico em um organismo: valores de LD50 oral são obtidos quando as cobaias recebem água ou alimentos com pesticidas; valores de LD50 dermal,



quando o pesticida é aplicado à pele do animal; e valores de LD50 de inalação, quando o animal respira o produto com uma máscara.

A utilização da medida reside na seguinte premissa: o que determina se uma substância é venenosa ou não é a dose de tolerância. Na visão de Lutzenberger, isso é correto quando se tratam de substâncias como sal de cozinha, amoníaco, ácido clorídrico, ácido sulfúrico, soda cáustica, etc., enfim, para as substâncias que fazem parte dos processos vitais. Mas, para “substâncias como os inseticidas clorados, os fosforados, os carbamatos e outros, que nem existiam na natureza, ou como o plutônio, que nem existia na natureza, esse conceito não se aplica, não tem sentido”. A LD50 “não é um conceito técnico, mas é um conceito legal, jurídico, ele só garante que nós não possamos processar a indústria química. Ele só garante a tranquilidade deles. Evita que apareçam cadáveres nas ruas. E que se possa fazer a ligação entre causa e efeito” (LUTZENBERGER. Depoimento ao GEDA-RS, 12/11/1980, p. 13, APJL).

Como, em geral, as doses das substâncias estariam dentro do índice admissível, respaldadas cientificamente, se depois de muito tempo o consumo causar câncer (ou outras doenças), as empresas fabricantes não poderiam ser responsabilizadas:

Daqui a uns 15, 20 anos se estou morrendo de câncer, quem é que eu vou culpar? Não tem maneira de estabelecer a relação causa e efeito. E foi pra isso que foram inventados esses conceitos. E eles não levam em conta uma série de aspectos importantes. A única coisa que eles levam em conta é o aparecimento de efeitos clínicos. Se eu estiver envenenando a população dentro dessas doses permitidas, não vai aparecer efeito clínico visível imediato, que o cara possa dizer, foi tu que me envenenou. Eles estão, portanto, tranquilos (IDEM).

Por último, a IDA e a LD50 não levariam em conta os efeitos genéticos nos organismos: “está aqui o prof. Lewgoy, que pode me confirmar que os efeitos genéticos são desencadeados a nível molecular (...). O efeito genético não tem dose admissível” (LUTZENBERGER. Depoimento ao GEDA-RS, 12/11/1980, p. 14, APJL).

Nas considerações finais, fica mais fácil perceber o cunho ético do pronunciamento de Lutzenberger. No balaço de toda a política agrícola, segundo ele, “não se vê nenhuma preocupação ecológica”. O ambientalista se mostrava indignado com a visão estritamente antropocêntrica e, mais ainda, comercial, dos envolvidos em um tema que significava muito mais do que isso. Eram a saúde e a vida humanas que estavam em jogo com o uso dos agrotóxicos, mas também a vida como um todo, as frágeis inter-relações dos seres nos ecossistemas. Isso, para ele, era profundamente antiético e condenável: era criminoso.

Na tentativa de reverter a situação, Lutz sugeriu uma série de medidas, as quais envolveriam profissionais de diversas áreas:

A coisa é tão cínica, tão indecente, o escândalo é tão grande, essa coisa é tão criminosa, que eu sugiro, em primeiro lugar, um bloqueio imediato desses documentos, que não tem valor nenhum, porque não podem ser aplicados. A multa, como vocês viram, invalida tudo. E um reestudo, uma comissão. Em segundo lugar, deve ser instituída uma comissão mista de estudos, constituída de agrônomos, de

veterinários, de médicos, toxicologistas e, sobretudo, de juristas. Precisamos de muito bons advogados trabalhando em cima disso aqui. Mas é fundamental que essa comissão seja neutra, independente. E é lógico que a ANDEF não pode participar disso. Mas eu gostaria também que, estando viciado como está, o Ministério da Agricultura não participasse, pelo menos dessa fase. Mas que participasse o Ministério da Saúde e que participassem as mais importantes entidades de ação comunitária do Brasil. Em terceiro lugar, eu quero sugerir ao GEDA que, independente desse trabalho, que tem que ser feito a nível federal, (...) prepare um livro negro – eu digo negro pra não dizer branco, nem vermelho, se eu disser vermelho, vão me chamar de comunista. Aliás, já me chamaram várias vezes. É só mesmo um livro, negro como os buracos negros, na astronomia, com infinita capacidade de absorção. Nós vamos precisar de um livro negro que levante esses escândalos todos (...). Eu sugiro que se façam a níveis estaduais e federais, a nível de câmara e senado, uma CPI regional e federal. É fundamental que se faça agora uma CPI dos pesticidas (LUTZENBERGER. Depoimento ao GEDA-RS, 12/11/1980, p. 14, APJL).

Por último, fez um apelo aos técnicos, a seus “companheiros de luta”, e ao público presente na reunião, argumentando com a ameaça do futuro, se nada fosse feito em relação a suas denúncias:

Criem coragem, falem, não tenham medo de ser, de alguma maneira, prejudicados em sua profissão; porque nós precisamos realmente romper a espinha dorsal dessa máfia e de outras tantas máfias que andam por aí. Se nós quisermos um mundo limpo, um mundo no qual ainda valha a pena viver, para os nossos filhos, então nós temos que agir hoje. Muito em breve não vai adiantar mais. Se vocês lerem alguns relatórios americanos e alemães que eu tenho sobre o ponto que já alcançou naqueles países a contaminação ambiental, o ponto de irreversibilidade que já alcançou, eu acho que nós aqui, apesar do que já foi feito, ainda temos condições de evitar muito desastre. Então vamos lutar! É isso que eu queria deixar aqui hoje (LUTZENBERGER. Depoimento ao GEDA-RS, 12/11/1980, p. 15, APJL).

Lutzenberger, usando linguagem militante, queria mobilizar sua plateia para a ação. Com isso, tentava garantir que suas denúncias não morressem no auditório do Ministério da Agricultura, mas que repercutissem para além de suas paredes e, quem sabe, tivessem o poder de iniciar uma investigação séria sobre o que considerava ser “a máfia dos pesticidas”.

No entanto, setores do Ministério discordaram dessa percepção. Em artigo publicado no jornal *Correio do Povo* de 22 de novembro de 1980, comentando o depoimento, o Coordenador de Comunicação Social do MA afirmou que Lutzenberger utilizou linguagem “destemperada e injuriosa”, e teria sido responsável por “acusações levianas e radicalismos”, “para confundir a opinião pública e causar sensacionalismo” (CORREIO DO POVO, 22/11/1980, p. 5, APJL). As suas opiniões sobre os agrotóxicos eram bem conhecidas pelo Ministério, “sendo totalmente contra seu emprego, mesmo que haja a perda total na lavoura”. O coordenador discordava das sugestões de Lutzenberger ao final do depoimento. Uma delas era “comprovante de desrespeito total à ordem e legislação vigentes, pois sugere um bloqueio total a todas as normas e determinações do MA no que diz respeito ao uso e aplicação de pesticidas”, e representava “uma concreta conclamação à agitação e rebeldia contra a legislação vigente”. Também a sugestão da comissão mista de estudos foi contestada, pois demonstrava falta de interesse de Lutzenberger em conhecer o que era o GEDA-RS. Quanto à acusação de que as publicações do Ministério fossem “quase secretas”, o ambientalista teria faltado à verdade, pois ele recebera vários exemplares dos “catálogos de defensivos agrícolas”. Por fim, a acusação de que “a Secretaria de Defesa Sanitária Vegetal é uma

verdadeira sucursal da ANDEF (...) é injuriosa, pois inexistente”. Além disso, de acordo com o representante do MA, a SDSV manteria “bom relacionamento com todas as entidades envolvidas no problema dos defensivos agrícolas (...) sem isso significar submissão ou defesa de interesses outros que não os da agricultura nacional”, inclusive com a AGAPAN, apesar das “injustificadas e violentas manifestações” de seu presidente.

Lutzenberger escreveu carta ao coordenador do MA comentando essas declarações. Segundo ele, o representante não refutara nenhuma de suas denúncias; em vez disso, atacava-o pessoalmente e difundia algumas inverdades, como a afirmação de que seria “totalmente contra todo e qualquer uso de pesticidas”:

É nacionalmente conhecida entre meus colegas agrônomos a minha posição de defensor e promotor da agricultura orgânica que prescinde totalmente de venenos sintéticos e de adubos sintéticos solúveis. Mas é igualmente conhecida minha defesa de uma transição suave que significa abandono gradual dos métodos da agroquímica em favor dos métodos ecológicos. Sempre usei a metáfora do indivíduo drogado que não pode abandonar de golpe a droga, mas que, se quiser sobreviver, terá que abandoná-la pouco a pouco (LUTZENBERGER. Carta a Barreira. Porto Alegre, 25/11/1980, APJL).

Sobre a acusação de que estaria conclamando “à agitação e rebelião contra a legislação vigente”, Lutzenberger rebateu esclarecendo que nos documentos oficiais que embasaram suas denúncias “só aparecem decretos, portarias, recomendações, resoluções, instruções, todas elas arbitrárias, nenhum resultado de trabalho parlamentar nos legislativos da Nação”. E, ainda assim, tudo isso se anulava nas “multas ridículas de 10 centavos a cinco cruzeiros”. Também de forma arbitrária, as multas não teriam sido atualizadas. Em 1934, quando o decreto 24.114 foi publicado, ninguém poderia “prever a imensidão de venenos fulminantes e persistentes que hoje a agroquímica dissemina” (LUTZENBERGER. Carta a Barreira. Porto Alegre, 25/11/1980, APJL).

A menção de Lutzenberger à arbitrariedade das normas publicadas nos catálogos do MA é interessante, pois demonstra que ele não as reconhecia como legislação, já que não haviam sido discutidas pelo legislativo (estadual ou federal). Era mais uma crítica aos métodos usados pelo Ministério, comuns no regime ditatorial que ainda imperava no país, apesar da tentativa de manter uma fachada democrática. Atos Institucionais violaram a Constituição Federal de 1946, estabelecendo maior poder ao executivo, controlando as eleições, cerceando as atividades do legislativo e até mesmo interrompendo-as, por ordem do AI-5 (1968), durante quase um ano. Na Constituição de 1967, que institucionalizou o golpe de 1964, o Artigo 58 estabelecia que o Presidente da República, “em casos de urgência ou de interesse público relevante”, poderia expedir decretos com força de lei sobre as matérias de segurança nacional (CONSTITUIÇÃO, 1967, *Online*). Havia um permanente conflito entre executivo e legislativo, que integrantes do regime tentavam ocultar. Por meio desses atos institucionais, o executivo se auto-atribuiu o poder de legislar, por meio de instrumentos como decretos, portarias e resoluções, medidas que facilitavam

a satisfação de interesses do governo e do capital interno e externo investido no país. Enfim, a legislação emitida pelo executivo visava a atender o compromisso com setores afinados com a ditadura. No caso das normas sobre agrotóxicos publicadas pelo MA, podemos perceber o esforço em responder positivamente às demandas das empresas fabricantes - a maioria delas multinacionais com gigantescos investimentos no Brasil - representadas pela ANDEF.

Por esse motivo, Lutzenberger pediu em seu depoimento o estudo por comissão “interdisciplinar”. Já que o Ministério disse tratar de forma igual todas as instituições interessadas no assunto, ele esperava que a AGAPAN “em casos de emergência, tivesse o mesmo acesso rápido ao ministro que têm os lobbies da indústria química”. Além disso, já que a entidade ecológica estava em enorme desvantagem, comparada à tremenda força financeira, administrativa e de pessoal da ANDEF e Sindag, seria lógico que os custos de passagens, diárias e ajudas de custo para participar de reuniões fossem bancados pelo Estado. O primeiro passo para a igualdade de condições, no entanto, seria o “reconhecimento oficial por parte da SDSV de que defesa sanitária vegetal não é sinônimo de agroquímica e que a SDSV passe a dar à agricultura orgânica a mesma atenção que dá à ANDEF” (LUTZENBERGER. Carta a Barreira. Porto Alegre, 25/11/1980, APJL).

Em 1981, uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi aberta na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, como recomendara Lutzenberger. Embora a CPI não tenha emitido relatório conclusivo, foi o primeiro grande passo em direção a uma lei estadual sobre os agrotóxicos, que se consolidaria como a primeira do Brasil, em 1982. Só em 1989, depois de muitos debates, seria publicada a lei nacional sobre o tema.

### *Uma CPI para os agrotóxicos*

A “CPI dos Agrotóxicos”<sup>94</sup> foi instalada em 14 de abril de 1981, presidida pelo deputado estadual Celso Testa (MDB)<sup>95</sup>. Tratou-se da primeira comissão parlamentar de inquérito daquele ano, e sua abertura coincidiu com “novos casos de acidentes suposta ou realmente provocados” pela utilização de pesticidas (CORREIO DO POVO, 12/03/1981, APJL). Lutzenberger participou do ato de abertura, manifestando-se sobre a quantidade de agrotóxicos produzidos e utilizados em todo o mundo (ZERO HORA, 05/06/81, APJL).

Segundo Informe da Assembleia Legislativa, as origens da CPI estão “no interesse do deputado Celso Testa por tudo o que diga respeito à saúde da população em geral e inclui-se no espírito em que vem sendo desenvolvidos os trabalhos da Comissão de Agricultura e Pecuária

---

<sup>94</sup> Saliento que não foi possível explorar exaustivamente essa CPI, inclusive tentei obter cópias dos documentos junto à AL-RS, sem sucesso. Esse é um tema importante e que tem potencial para gerar futuras pesquisas.

<sup>95</sup> A comissão era integrada também pelos deputados: Rubem Scheid (Relator, ARENA), Ibsen Pinheiro (MDB), Oscar Westendorff (ARENA), Valmir Susin (ARENA), Edgar Marques de Mattos (PDT) e Élio Corbelini (PDT).

desde que o deputado assumiu sua presidência”. O Brasil vinha passando por crise econômica; apenas um setor industrial não passava por dificuldades: o de insumos agrícolas. Isso ocorria por causa das “vendas maciças de pesticidas agrotóxicos, a grande maioria dos quais fabricados por grandes laboratórios multinacionais, que importavam suas fórmulas secretas, não contribuindo sequer com o desenvolvimento de uma pesquisa nacional”. Mas a pior constatação a respeito dos agrotóxicos usados no RS e no Brasil em geral era o fato de que a maioria deles já estava proibida “nos países de origem por serem de reconhecida periculosidade”. Eram muitos os problemas enfrentados pelo Brasil

no movediço terreno dos pesticidas agrotóxicos, que a indústria química responsável por sua fabricação prefere chamar pelo nome mais suave de “defensivos agrícolas”. Muito mais do que defensivos, no entanto, são eles produtos excepcionalmente agressivos, que precisam ser estudados e controlados, para que não continuem a matar e mutilar impunemente cidadãos brasileiros [sublinhado no documento] (AL-RS. Informe sobre a CPI dos Agrotóxicos, S/data, APJL).

Pode-se perceber que a CPI assumiu na sua justificativa, ao menos em parte, o discurso ambientalista de Lutzenberger. Muito relevante é a distinção que o texto faz entre “defensivos agrícolas” e “pesticidas agrotóxicos”, seguindo a crítica elaborada pelo nosso personagem. A questão do termo para designar os produtos era importante como ponto de partida da discussão, pois explicitava os interesses antagônicos em questão. À indústria interessava vender produtos que “defendiam” a lavoura das “pragas” e das “ervas daninhas”, por isso o termo “defensivos agrícolas” era apropriado; já quem se preocupava com os danos ambientais e à saúde da população, via os mesmos produtos como agrotóxicos, pesticidas e mesmo venenos.

Até 29 de maio, a comissão ouviu oito depoimentos sobre o tema: os de João Giugliani Filho (Presidente da SARGS), Alberto Furtado Rahde (coordenador do Centro de Informações Toxicológicas da Secretaria da Saúde e Meio Ambiente), Roseli de Oliveira Mollerke (Coordenadora de pesquisa do Centro de Informações Toxicológicas da Secretaria da Saúde e Meio Ambiente), Flávio Lewgoy (Professor Titular de Genética da UFRGS), Paulo Sampaio e Milton Guerra (Presidente e Vice do Centro de Estudos de Toxicologia do RS, de Pelotas), Waldemar Ferreira de Almeida (médico sanitário, presidente da Sociedade Brasileira de Ecologia e do Departamento Científico da Associação Médica Brasileira), Wladimir Ortiz da Silva (chefe do Departamento de Meio Ambiente do estado) e Hélio Teixeira Alves. Os depoimentos enfatizaram questões técnicas a respeito de intoxicações e a necessidade de controles como o Receituário Agrônomo e legislação específica para regulamentar o registro, comercialização e uso de agrotóxicos.

Segundo o *Correio do Povo* de 29 de maio de 1981 (APJL), após estas falas, ficou claro que o número de casos de intoxicação aumentou, “apesar da redução considerável no uso de agrotóxicos, pois que os agricultores começam a temer manuseá-los”. Uma constatação importante

na reportagem é que as informações “claramente contraditórias das autoridades responsáveis por seu controle (...) [serviram] para demonstrar aos deputados que acompanharam os depoimentos que o assunto está sendo dirigido muito mais pelas grandes empresas que fabricam tais produtos do que pelos órgãos que deveriam fiscalizá-las”. Em função disso, esboçava-se a tendência dos integrantes da CPI pela criação de uma legislação estadual sobre o assunto. De acordo com a matéria, os interesses das multinacionais ficariam ainda mais claros quando se verificava que, naquele momento, o Brasil já era o terceiro maior consumidor de pesticidas do mundo, “e o Rio Grande do Sul é o estado brasileiro que os utiliza em maior volume” (CORREIO DO POVO, 29/05/1981, APJL). Somente em 1981, a previsão era de que o estado consumisse 40% das 210 toneladas que seriam despejadas sobre as lavouras brasileiras (ZERO HORA, 05/06/1981, APJL).



*Zero Hora*. Porto Alegre, 03/06/1981 (APJL).

Em junho, depôs Carlos Roberto Foschiera, engenheiro agrônomo e presidente do GEDA-RS. Em seu depoimento, defendeu a posição do MA, citando a portaria 007 (que era muito criticada por ambientalistas, pois considerava a maior parte dos pesticidas como não tóxicos) como mecanismo eficiente para disciplinar o uso dos produtos. No mesmo mês, os engenheiros químicos Gilberto Amato (responsável pelo Programa Agroindústria, da Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado - CIENTEC) e Heitor Silveira (presidente da CIENTEC) também defenderam posições brandas, afirmando que “o nível de contaminação das safras de trigo e de soja gaúchos foi caracterizado como baixo, não oferecendo riscos à saúde pública”. Amato enfatizou que os dados de contaminação do trigo e da soja por resíduos “não são tão assustadores como se pensa” e atribuiu os danos ao ambiente, animais e humanos “ao custo-benefício do uso dos agrotóxicos: o benefício seria o dano às pragas, moléstias e invasores; o custo seria os danos acusados à natureza

e ao homem”. Também seu chefe, Silveira, fez declaração semelhante para justificar o uso de agrotóxicos: “desde que temos uma sociedade consumista que obriga a processos de conservação e até mesmo processos que objetivam dar um aspecto agradável ao produto final, vamos ter que sacrificar a qualidade alimentar em função da qualidade comercial” (ZERO HORA, 09/06/1981, APJL). É interessante observar a concepção – ou “esquema mental”, como dizia Lutzenberger – que embasa esses três depoimentos, extremamente antropocêntrica. Foi justamente contra essa postura que ele construiu sua ética ecológica: em vez de concordar com o “esquema”, ou “sistema” vigente, aceitando a contaminação das pessoas e ambiente como consequência normal e necessária das necessidades humanas, ele propunha que a humanidade repensasse se valia à pena pagar um preço tão alto pelo “progresso”. Essa ética estimulava o senso crítico e a reflexão, enquanto visões como as expostas acima estavam comprometidas com interesses econômicos representados pelas indústrias e referendados pelos órgãos estatais.

Representantes da indústria química também foram convidados a depor. No dia 11 de agosto, foi a vez do presidente da ANDEF, David Zarouk, prestar declarações durante quase quatro horas (CORREIO DO POVO, 12/08/1981, APJL). Perguntado por Testa se as quantidades de agrotóxicos nas lavouras eram maiores do que na época de fundação da ANDEF (1974), se “estamos envenenando mais ou não o nosso ambiente”, Zarouk disse não concordar com a “tese de envenenamento”, afinal, não haveria esse problema se os produtos “forem usados de acordo com as recomendações constantes nos rótulos” – a velha tese do “uso correto”. Houve dois momentos desconfortáveis para o presidente da ANDEF. Ele foi questionado se sua associação havia processado Lutzenberger, e respondeu que não. No entanto, como vimos acima, a entidade entrou com petição judicial contra o ambientalista. O relator Robert Scheid mostrou uma cópia desse documento aos demais membros da CPI, o que explicitou a intenção de processar o presidente da AGAPAN, “tendo como base o artigo 144 do Código Penal e o 25 da Lei de Imprensa”. Zarouk examinou o documento e voltou a afirmar que não tinha conhecimento do mesmo, “recebendo, então, um prazo de 10 dias para os esclarecimentos necessários” (CORREIO DO POVO, 12/08/1981, APJL). No final do depoimento, o presidente da ANDEF passou por outra situação constrangedora. Testa mostrou um pacote de Aldrin 40, “que, horas antes, havia sido comprado por uma criança sem que para tanto fosse necessária a apresentação do receituário” (ZERO HORA, 12/08/1981, APJL). Zarouk afirmou “desconhecer que o produto fosse adquirido por crianças e, se isso é feito, só pode ser com objetivos dirigidos” (CORREIO DO POVO, 12/08/1981, APJL). Desconcertado, ele pediu a ajuda de Luis Carlos Ferreira Lima, representante da empresa Shell, fabricante do produto, que o acompanhava. Lima argumentou que “o Aldrin é considerado pelo governo brasileiro ‘medianamente tóxico’ e (...) seu uso é liberado em todo o mundo”; sua aquisição deveria ocorrer mediante receituário agrônômico, e se isso não ocorria “a

culpa deve ser atribuída aos responsáveis pela fiscalização, no caso inexistente, aos ministérios da Saúde e Agricultura” (ZERO HORA, 12/08/1981, APJL).

Como vimos acima, em 1974, um engenheiro agrônomo recomendara Aldrin para hortas plantadas por crianças. Lutzenberger mencionou no depoimento ao GEDA em 1980 os riscos do contato infantil com produtos tão perigosos, devido ao formato atrativo destes. Também reportagem da *Zero Hora* de junho de 1981 havia mostrado o quanto era fácil comprar Aldrin em lojas porto-alegrenses. Funcionários desses estabelecimentos declararam à matéria que isso ocorria “porque a Secretaria da Saúde não enviou qualquer determinação sobre o assunto” (ZERO HORA, 03/06/1981, p. 24, APJL).



O Aldrin é tóxico, mas pode ser comprado livremente. ZH, 03/06/1981, p. 24 (APJL).

É possível perceber nos depoimentos dos dois representantes da indústria – além de uma concepção ainda mais antropocêntrica do que aquela presente nas declarações dos representantes do MA e CIENTEC – a ideia de não responsabilização pelos produtos que ela mesma fabricava, no caso do Aldrin e dos demais agrotóxicos como um todo. É interessante notar que, em um momento difícil, o representante da Shell transferiu a responsabilidade pela venda irregular de seu próprio produto a seus maiores aliados, os órgãos governamentais responsáveis pela fiscalização.

Analisando os documentos sobre a CPI que constam no APJL, é possível constatar que, depois do furor dos primeiros meses, ela foi sendo “esvaziada”, ou seja, perdendo a força. Eram muitos interesses (divergentes) em jogo. Entre as causas do esvaziamento, podemos citar desentendimentos entre os próprios ambientalistas e a ausência de Lutzenberger ao longo da



maioria das sessões. Mas isso não foi motivado por vontade própria de nosso personagem. Durante o ano de 1981, sua esposa Annemarie entrou em fase terminal do câncer que a levaria ao falecimento, em outubro.

Certamente, esse foi um daqueles momentos fortes em que o pessoal se misturou com o político, condicionando os acontecimentos. No entanto, poderíamos especular sobre as possibilidades, se ele tivesse podido se dedicar à CPI. Talvez, com a presença constante de Lutzenberger, acompanhando as sessões de depoimentos, a comissão seria instigada a avançar mais nas investigações, quem sabe punindo os responsáveis; não teria sido a “comédia de erros”, avaliada por Ney Gastal (GASTAL. Carta a Deputado S/N, 13/10/1981, APJL). Ou, quem sabe, o comparecimento do ambientalista não tivesse poder de alterar os rumos que a CPI tomou.

Na correspondência, Gastal comentou que “houve um erro básico de enfoque, resultado da diversidade de interesses entre os deputados da atual legislatura”. Apesar do deputado destinatário da carta ter sido “o que mais se notabilizou pela defesa ambiental”, não tinha “um interesse especial por agrotóxicos [e por isso], nunca deveria ter sido envolvido a fazer uma CPI sobre eles”. Para o jornalista, o fato de o referido deputado ser o único integrado na luta preservacionista e ocupar a presidência da Comissão de Agricultura e Pecuária teria induzido a erro. Na sua opinião, o maior erro do deputado [infelizmente, não consta o nome na carta] foi “não haver procurado mergulhar a fundo, pessoalmente, no assunto”. Apesar dos problemas, ele avaliava que a CPI tivera seus pontos positivos, o principal deles era o pioneirismo, afinal se tratava da primeira vez que acontecia um debate mais amplo sobre os agrotóxicos no país, no plano político. A CPI dera oportunidade para que representantes dos “dois lados” prestassem declarações, o que proporcionou maior esclarecimento a respeito do problema à população em geral.

Mesmo que a CPI não tenha aprofundado a questão e nem proposto nenhuma resolução mais concreta, creio, como Gastal, que seu maior mérito foi fomentar o debate sobre o assunto. Com isso, o passo seguinte mostrou-se possível: a criação de um diploma legal para regular o uso de pesticidas. A Comissão foi, então, parte importante do processo que culminou, ao final de 1982, com a primeira lei sobre agrotóxicos do país.

#### *A lei dos agrotóxicos gaúcha*

A Lei n. 7747/82 foi considerada uma grande vitória por ambientalistas, membros da SARGS e políticos envolvidos com sua elaboração. Significou o resultado de mais de uma década de luta ambiental, bem como de debates na imprensa e em âmbito técnico-acadêmico, nos quais Lutzenberger destacou-se por seu protagonismo.

Na caminhada até a Lei Estadual de Agrotóxicos do RS - a primeira do Brasil - vários eventos foram importantes. Em março de 1979, o Congresso dos Estados Unidos tinha aprovado uma importante lei,

a qual requer dos exportadores de pesticidas informar aos compradores estrangeiros quando o pesticida não está registrado para uso nos Estados Unidos, e obter do comprador estrangeiro um documento assinado declarando que ele compreende isso. O governo dos Estados Unidos notificará, então, o governo do país que está importando, que aquele pesticida está sendo importado (LUTZENBERGER. Tradução a respeito da lei de pesticidas exportados no USA. 1979, APJL).

Em outubro do mesmo ano, a EPA publicou a lista dos agrotóxicos suspensos, cancelados ou restritos nos Estados Unidos. No documento, constavam vários produtos usados livremente no Rio Grande do Sul. Encabeçava a lista o Aldrin, que teve todos os tipos de uso cancelados. O DDT também foi listado, mas já estava cancelado desde 1972. Constavam ainda o Mercúrio – uso cancelado com exceções; Mirex – que teve todos os usos efetivamente cancelados em 01 de dezembro de 1977; Parathion – cujo registro foi limitado aos galões já embalados em containers; os PCBs – tiveram todas as utilizações eliminadas; os componentes do Agente Laranja - 2,4-D recebeu restrições de uso e 2,4,5-T foi suspenso e cancelado para diversos usos: em lagos, lagoas, áreas residenciais e de recreação, ou em cultivos para alimentação humana, menos arroz (EPA. October/1979, APJL).

Para os ambientalistas, a lista da EPA representava um importante subsídio na luta contra os agrotóxicos. Vários dos produtos usados por agricultores gaúchos estavam com registro cancelado ou suspenso no seu país de origem, os Estados Unidos (maior produtor e consumidor mundial, naquele momento), por meio da legislação mencionada, que permitia ao governo norte-americano “fixar prioridades e tomar ações afirmativas para proteger o ambiente e a saúde humana” (LUTZENBERGER. Tradução de ENVIRONMENTAL QUALITY. 1979, APJL). Se autoridades dos Estados Unidos tomaram essa atitude para proteger a população e o ambiente do país, tornava-se mais difícil para o governo brasileiro e empresas fabricantes justificarem seu uso aqui e em outros países considerados “periféricos”.

Em novembro de 1980, além do depoimento de Lutzenberger, outro fato relevante foi a publicação da Portaria 347, pelo Ministério da Agricultura. Seu texto foi veementemente repudiado pelo presidente da SARGS em telex ao Ministro, pois, na opinião da sua diretoria, “buscava tornar inócuo o receituário agrônômico” e comprovava “a indiferença com relação à saúde humana e o ambiente natural, reafirmando óbvio apoio às empresas de agrotóxicos” (FILHO. Telex a Amauri Stabile. Porto Alegre, 18/11/1980, APJL).

Com o aumento da preocupação relativa a intoxicações humanas e contaminação do ambiente e dos alimentos, quando os jornais locais noticiaram que as águas do lago Guaíba estavam contaminadas por organoclorados, em julho de 1982, “a situação chegou ao limite”

(LUSTOSA, 2008, p. 157). Análises foram realizadas pelo Departamento de Águas e Esgoto (DEMAE) e demonstraram que os índices de contaminação da água por agrotóxicos haviam aumentado, “ultrapassando os níveis permitidos pela Organização Mundial da Saúde”. Foram analisadas 67 amostras entre 27 de outubro de 1981 e 29 de junho de 1982; destas, 11 continham Endosulfan (uma acima do limite) e 28 Heptacloro (9 acima do limite). O Secretário da Saúde, no entanto, afirmou que “esses índices não devem alarmar a população, porque não se constituem, necessariamente, num problema permanente” (FOLHA DA TARDE, 22/07/1982, p. 22, APJL). Também o BHC apareceu nas análises, o que, para Lewgoy, demonstrava que a situação era ainda mais grave, pois, se esses produtos “aparecem na água, é porque já estão em grande quantidade nos alimentos” (IDEM). A presença desse inseticida era problemática porque, além de altamente persistente, não possuía registro para ser utilizado no Rio Grande do Sul; se estava na água do Guaíba, “isso provava que ele está sendo mal usado e principalmente, mal vendido”, na opinião de Jacques Saldanha. Isso representaria “um crime [pois] esse produto já está proibido pelo Receituário Agrônomo e sua entrada no Rio Grande do Sul é indevida” (FOLHA DA TARDE, 22/07/1982, p. 21, APJL).

Lutzenberger se manifestou sobre a contaminação das águas do Guaíba, preocupado com a “falta de providências radicais”. Ele, assim como os demais ambientalistas que participaram ativamente de reuniões e audiências sobre o caso, como Magda Renner, Caio Lustosa, Jacques Saldanha e Flávio Lewgoy, defendia a proibição total dos agrotóxicos (ZERO HORA, 21/07/1982, p. 25, APJL). Isso não seria “uma medida precipitada (...). Parece que as autoridades esperam que alguém morra para tomar alguma providência, ou então que o rio tenha quilômetros e quilômetros de pesticidas”. A contaminação era tão evidente que o GEDA-RS propôs a proibição de todos os agrotóxicos clorados, com exceção do Mirex. Para Lutzenberger, essa decisão deveria ser acatada imediatamente. O posicionamento do GEDA foi motivado por um pedido do Secretário da Saúde, Germano Bonow. Em reunião na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, da qual Bonow e Paulo Nogueira Neto (Secretário de Meio Ambiente Federal) participaram, Lutzenberger utilizou a alegoria da ponte, considerada pelo jornal *Folha da Tarde* a melhor argumentação para que os clorados fossem proibidos. Comparando a contaminação das águas do Guaíba com uma ponte quebrada, Lutzenberger salientou que a pessoa, ao constatar a quebra da ponte, não segue em frente, para e avalia seu estrago. Era isso que o governo do estado deveria fazer, “parar com a comercialização dos clorados, enquanto se estuda a contaminação mais detalhadamente” (FOLHA DA TARDE, 20/07/1982, APJL).

Do ponto de vista da indústria, a decisão não deve ter sido motivo de aplausos, mas também não parece ter sido encarada como uma derrota. Para entender a posição dos fabricantes, precisamos considerar que vários clorados já eram proibidos nos países de origem, ou em

importadores mais cuidadosos com a saúde de sua população, principalmente europeus. Pressionadas pela repercussão das análises no Guaíba, as indústrias tiveram que fazer concessões; na verdade, perceberam na proibição dos clorados a oportunidade de intensificar a venda dos agrotóxicos fosforados e mesmo de introduzir novos produtos. Na opinião do Secretário de Agricultura José Alfredo Marques da Rocha, com o decreto de Amaral, a agricultura não seria prejudicada, pois “existem opções” (FOLHA DA TARDE, 23/07/1982, p. central, APJL). Considerados menos persistentes no ambiente, no entanto, tais substâncias tinham o inconveniente de causar intoxicações e mortes muito mais fulminantes do que os agrotóxicos da família do DDT.

A imprensa local explorou largamente os debates, publicando extensas reportagens sobre o assunto. Em uma delas, em letras garrafaais, a *Zero Hora* noticiou que o Guaíba recebia diariamente 400 toneladas DBO<sup>96</sup> de carga poluidora, através de despejos industriais e de esgotos. Cerca de 870 indústrias, principalmente dos ramos metalúrgico, alimentar, químico, de papel e papelão eram responsáveis pelo desastre no lago que banha a capital. O índice era altamente preocupante, pois “quanto maior a carga orgânica poluente lançada no rio, maior será seu consumo de oxigênio”. Com a diminuição de oxigênio, se evidenciava a poluição, e costumavam ocorrer, durante períodos de estiagens, mortandade de peixes (ZERO HORA, 17/07/1982, APJL). Charges trataram ironicamente a situação, como podemos ver abaixo:



SAMPAULO. *Folha da Tarde*, 11/07/1982, p. 2 (APJL).

<sup>96</sup> A demanda bioquímica de oxigênio (DBO) é definida como a quantidade de oxigênio necessária para a estabilização da matéria orgânica degradada pela ação de bactérias, sob condições aeróbias e controladas, num período de 5 dias a 20 °C (GUIMARÃES, NOUR, 2001, p. 28).



SAMPAULO. *Folha da Tarde*, 14/07/1982, p. 2 (APJL).

A pressão vinda das discussões na esfera política entre políticos, técnicos e ambientalistas, aliada à ampla divulgação na imprensa, com matérias e charges destacando o caso, funcionou, e em 22 de julho de 1982, o governador Amaral de Souza assinou o Decreto 30.787, que proibia em todo o território do Rio Grande do Sul “a utilização de defensivos agrícolas clorados”. As exceções eram: a) o uso do formicida dodecacloro; b) a utilização na lavoura, quando justificada a presença de pragas resistentes aos demais produtos, devidamente autorizada e sob a orientação da Secretaria de Agricultura; c) a aplicação, pelos órgãos públicos, em campanhas de combate à malária, de produtos cuja fórmula contenha DDT ou BHC; d) a utilização de carrapaticidas clorados na pecuária (RIO GRANDE DO SUL. Decreto 30.787/1982, *Online*). A *Folha da Tarde* avaliou o decreto como “uma vitória dos conservacionistas”, porém Caio Lustosa, vice-presidente da AGAPAN na época, preocupava-se com as exceções, “pois elas muitas vezes se convertem em regra”. Ele reconhecia que o novo diploma legal havia sido uma conquista, tinha “validade, mas ficou uma brecha”, e essa preocupação se justificava principalmente porque nem a Secretaria de Saúde e Meio Ambiente nem a Secretaria de Agricultura possuíam “um esquema de fiscalização suficiente para fazer o efetivo controle da aplicação dos pesticidas” (FOLHA DA TARDE, 23/07/1982, APJL).

No dia seguinte, em 23 de julho de 1982, Amaral assinou o Decreto 30.811, instituindo legalmente o Receituário Agrônômico no Estado. A partir daquela data, o comércio de agrotóxicos



só poderia ocorrer “mediante prescrição por técnico devidamente habilitado, através da utilização do receituário agrônômico” (RIO GRANDE DO SUL. Decreto 30.811/1982, *Online*).

Para Lutzenberger, o receituário era “um passo à frente na história” (ZERO HORA, 25/08/1982, p. central, APJL); “uma medida corajosa e de vanguarda”, que provocaria nos anos seguintes, “uma verdadeira revolução na agricultura do Rio Grande do Sul” (CORREIO DO POVO, 26/09/1982, capa, APJL). O Estado passava, então, por um momento único em termos éticos. O ambientalista salientava a conscientização de seus colegas, engenheiros agrônomos, que já percebiam a necessidade de mudar os rumos na agricultura. Até o secretário da Agricultura havia se manifestado disposto a apoiar a reorientação da “pesquisa e do fomento agrícola em direção à agricultura biológica, então isso é um fato monumental”. No entanto, ele se revoltava contra o MA, que “fez o que pode para que o receituário não saísse”. Ao vencer as pressões do ministério e da indústria, o Rio Grande do Sul se tornava “pioneiro”. Numa retrospectiva de sua luta ecológica, Lutzenberger afirmou que “nunca a constelação esteve tão boa. Só o futuro dirá se soubemos aproveitar a situação” (CORREIO DO POVO, 26/09/1982, p. 32, APJL). Tão boa, que ele foi convidado pelo secretário Marques da Rocha a participar de um Bureau de Pesticidas. O objetivo era ampliar a investigação científica sobre o tema e reorientar a pesquisa agropecuária visando a abertura para tecnologias de produção a partir de alternativas ecológicas.



*Correio do Povo*. Porto Alegre, 26/09/1982, capa (APJL).

Essa importante conquista, no entanto, gerou diferentes tipos de descontentamento. Para o deputado Antenor Ferrari, o decreto transferia a responsabilidade pelo uso de agrotóxicos do

Estado aos profissionais da Agronomia (ZERO HORA, 24/08/1982, p. central, APJL), sem assumir um encargo que era seu: a fiscalização da comercialização e uso dos produtos. Por isso, Lustosa temia que os engenheiros agrônomos sofressem pressões das multinacionais (ZERO HORA, 25/08/1982, APJL). A ANDEF se manifestou sobre o receituário, considerando-o “burocratizante, sem sentido prático ou técnico”, que expunha um “conflito de legislação com a matéria já disciplinada na área federal”. Voltando a mencionar seus esforços pelo “uso correto”, a associação não era contra o receituário, no entanto encarava-o como uma medida burocrática que dificultaria a obtenção dos produtos, “fundamentais e imprescindíveis para garantir uma produção com índices de produtividade e custos competitivos” (ZERO HORA, 04/09/1982, APJL).

Com a aprovação do Receituário Agrônômico e do decreto proibindo os clorados, as relações entre ambientalistas e autoridades melhoraram consideravelmente. As denúncias e questionamentos que marcavam os encontros até então foram substituídos pela ponderação e até por surpreendentes promessas de mútua cooperação (ZERO HORA, 27/08/1982, p. 26, APJL). Acostumados a argumentar desde posições opostas, ambos os setores passaram a colaborar na construção do projeto de uma legislação estadual sobre os agrotóxicos. O convite para as entidades ambientalistas participarem partiu do secretário da agricultura, em reunião na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, “visando à ampliação das possibilidades de uma agricultura biológica”. Lutzenberger aceitou e agradeceu o convite, reafirmando a importância do decreto assinado pelo governador do Estado, que representaria “uma vitória sem precedentes e que não foi obtida ainda nem sequer na Alemanha ou Estados Unidos, onde a luta ecológica é mais desenvolvida” (ZERO HORA, 27/08/1982, p. 26, APJL). Nessa mesma reunião, além dos problemas causados pelos agrotóxicos, como o risco de câncer e deformações, Marques da Rocha argumentou com um dado significativo: “em 1980 foi consumido no país a mesma quantidade de pesticida no solo que em 1972”, porém, nesse mesmo período, “a produção de grãos dobrou no Rio Grande do Sul”. Esse fato, em sua opinião, provava “definitivamente que a produção de alimentos não está na dependência direta de produtos químicos, como se tornou norma divulgar” (IDEM).

Em outubro de 1982, o projeto já estava pronto e agradava aos ambientalistas. Flávio Lewgoy (UFRGS e AGAPAN) não escondia o entusiasmo ao afirmar que era “o projeto mais avançado do mundo (...) um documento quase perfeito” (ZERO HORA, 08/10/1982, p. 5, APJL). O projeto foi elaborado em conjunto pelo deputado Antenor Ferrari e Lustosa (Diretor do Departamento de Direito Ambiental), com assessoramento técnico de Lewgoy, Sebastião Pinheiro e SARGS (LUSTOSA, 2008, p. 160). Cabe destacar a denominação adotada no texto final: “Lei dos *agrotóxicos*”. Nos dois decretos anteriores, ainda se legislava sobre “defensivos agrícolas”; já a lei 7.747/82 visava a dispor sobre “o controle de agrotóxicos e outros biocidas”, o que

representava um grande avanço no tratamento da questão. De certa forma, os representantes do poder público assumiram o ponto de vista dos ambientalistas, que consideravam os produtos como tóxicos à saúde de animais e humanos, bem como ao ambiente.

O texto foi aprovado integralmente pela Assembleia Legislativa. Entretanto, Amaral vetou vários artigos, “justamente os que o faziam mais democrático e participativo e os que protegiam o Estado dos experimentos da indústria química multinacional”, tornando-o uma “pálida imagem do projeto aprovado pelo Legislativo” (LUSTOSA, 2008, p. 161). No ano seguinte, após o recesso, em 14 de abril, o legislativo apreciou e derrubou todos os vetos do governador. Lustosa, que fora eleito vereador de Porto Alegre pelo PMDB nas eleições de 1982 e recém assumira o cargo, comemorou a vitória. A lei gaúcha foi tão importante naquele período que repercutiu em todo o país, inspirando projetos similares em vários estados. Em 1985, a maioria dos governos estaduais já havia promulgado suas próprias leis de controle do comércio e uso de agrotóxicos (BULL, 1986, p. 180).

Porém, após essa importante conquista, começava outra batalha, dessa vez nos tribunais. A ANDEF entrou com processo no Supremo Tribunal Federal, em março de 1983, alegando que as leis estaduais eram inconstitucionais. Os advogados da associação alegaram que a Constituição determinava que competia à União legislar sobre normas gerais de defesa e proteção à saúde; dessa forma a lei do Rio Grande do Sul estaria invadindo um campo de competência exclusiva da União. Segundo Bull (1986, p. 182), os estados argumentaram que a mesma Constituição lhes assegurava o direito de legislar “supletivamente” sobre o assunto. As leis estaduais representariam, conforme esse entendimento, um suplemento à legislação federal, não a contradizendo, portanto.

Em carta ao Secretário de Indústria e Comércio, na qual apresentava a fundamentação técnica e social que levou à Lei 7.747/82, expondo a situação insustentável da agricultura, por causa da introdução dos “modernos insumos agrícolas”, Lutzenberger argumentou que a legislação do RS “não conflita com prerrogativas federais, apenas as complementa e propicia controles que o MA não tem condições de executar”; mais do que isso, ela era “a culminância de uma década de luta ambiental, ímpar no mundo”. Também para a indústria, a lei representava uma oportunidade única de “recuperar a imagem perdida” perante a sociedade. Mais importante ainda, na visão do ambientalista, era que essa legislação “é o primeiro passo numa evolução irreversível que levará a uma agricultura e pecuária sã e altamente produtiva na qual também sobrarão muitos espaços para a indústria química se souber adaptar-se” (LUTZENBERGER. Carta para Luis Adams. 02/10/1983, APJL).

Mas a indústria não pensava em adaptação ao que Lutzenberger chamava de “agricultura sã”. Sua apreensão com as leis estaduais foi tamanha que atravessou o Atlântico. Bull (1986, p. 183) menciona, nesse sentido, reunião do Comitê Executivo da GIFAP (Agrupamento



Internacional de Fabricantes de Pesticidas), realizada em novembro de 1983, em Londres, para examinar as legislações estaduais brasileiras. Os membros desse comitê manifestaram sua preocupação com o que consideravam ser um entrave para a venda e uso de seus produtos, e resolveram intensificar o lobby internacional a fim de que as leis fossem anuladas. Vários dirigentes passaram a enviar cartas para embaixadas e ministérios brasileiros, contendo queixas e ameaças às autoridades. Elas mencionavam o poder econômico das corporações, a importância de seus negócios no Brasil e a possibilidade de retirada dos investimentos, caso providências não fossem tomadas pelos órgãos federais. Em abril de 1984, houve uma reunião em Brasília, na Embaixada britânica, da qual participaram representantes de países produtores, como Estados Unidos, França e Alemanha, para discutir os efeitos das leis estaduais. Segundo um diplomata britânico, elas “enviaram ondas de choque para todo o sistema” (BULL, 1986, p. 184).

As vendas de agrotóxicos caíram 20% com a aprovação das leis estaduais, por isso a indústria se mobilizou. Depois de tanta pressão, o governo brasileiro resolveu trocar o Ministro da Agricultura Amauri Stabile por Nestor Jost que, como vimos, era presidente do conselho de administração da Bayer. Com a nomeação de Jost, “a confiança da ANDEF nas autoridades federais foi logo restabelecida” (BULL, 1986, p. 185). O novo ministro tratou de invalidar as leis estaduais, através da construção de anteprojeto para uma lei federal sobre o tema<sup>97</sup>. Na *Folha de São Paulo* (25/08/1984, p. 12, Acervo Digital), consta a afirmação de Jost de que “não abria mão do direito do governo federal em legislar sobre o assunto”, e não admitia “legislações estaduais autônomas, que colidam com a lei federal, [elaborada] quando a maioria dos produtos químicos usados na lavoura ainda não existia”. Mais ainda, o Ministro “contestou estatísticas dos ecologistas brasileiros, segundo as quais a cada hora e meia morre uma pessoa em consequência do uso de agrotóxicos: não acredito nesses números e os acidentes acontecem pelo mau uso dos defensivos e não pela sua simples utilização”. Para Ferrari, autor da Lei 7.747/82, o anteprojeto da União defendia “o interesse das multinacionais e de brasileiros, como o Ministro da Agricultura Nestor Jost, presidente do Conselho Administrativo da Bayer no Brasil”. Na opinião do deputado, a maior diferença entre a lei estadual do RS e o projeto federal era “que a proposta do governo fala em defensivos agrícolas enquanto a lei estadual classificava-os como agrotóxicos, pois os considera venenosos” (FOLHA DE SÃO PAULO, 18/09/1984, p. 16, Acervo Digital).

A aliança entre Jost e as indústrias químicas era tão evidente que diretores da ANDEF visitaram o Ministro para pressionar pela aprovação do projeto de lei federal. Jost também contestou afirmações de ambientalistas de que havia uso abusivo de produtos tóxicos nas lavouras do país. Para ele, “o atendimento das reivindicações dos ecologistas mais radicais determinaria o

---

<sup>97</sup> Esse também é um tema importantíssimo, que não foi suficientemente explorado na presente tese, e que pode gerar novas pesquisas na área de história.

fracasso da produção de alimentos”. Assumindo a argumentação da indústria – da qual se suspeitava que ele ainda fizesse parte – acreditava que era preciso “educar os usuários sobre a maneira correta de aplicação dos defensivos, o que pretende alcançar com seu projeto de lei” (FOLHA DE SÃO PAULO, 17/10/1984, p. 17, Acervo Digital).

O projeto de Jost recebeu inúmeras críticas e não chegou a ser aprovado. Em meio à efervescência da campanha das “Diretas Já!” e da transição para o regime democrático, em 1984, o assunto dos agrotóxicos parece ter ficado em segundo plano. Além disso, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu ganho de causa à ANDEF nos processos contra as leis estaduais. Segundo Lustosa (2008, p. 164), “a lei que de lá saiu foi uma lei complementar desfigurada, favorecendo quase integralmente aos interesses da indústria química”. Com o “desmonte” das legislações estaduais, a indústria aliviou a pressão por uma lei federal.

Mesmo com a desfiguração imposta pelo STF, Lustosa considerou a Lei 7.747/82 uma vitória da sociedade gaúcha, particularmente do movimento ecológico do Rio Grande do Sul. Ela serviu de base para um novo projeto de lei federal, apresentado pelo sucessor de Jost no ministério, o gaúcho Pedro Simon (PMDB), em 1985. Após longa tramitação, pressões da indústria e dos ambientalistas, e nova troca de ministro (Íris Rezende, que comandou o MA de 1986 a 1990), em 1989, finalmente, foi aprovada a lei nacional dos agrotóxicos, substituindo o texto obsoleto de 1934 (BRASIL, Lei 7.802/1989, *Online*). Um novo contexto tornara a lei possível. Somente com o fim da ditadura e enfraquecimento do autoritarismo sua aprovação foi viável. Além disso, havia forte pressão externa por medidas e leis de cunho ecológico no Brasil, com a morte do líder seringueiro e ambientalista Chico Mendes, em 1988. Pinheiro, Nasr e Luz (1993, p. 26-30) narram os momentos finais de preparação do projeto e a expectativa de sua aprovação na Câmara e no Senado, sob o olhar “moribundo” da ANDEF, que, aos poucos, com a transição para o regime democrático, ia perdendo seu poder de influência. Novos tempos se anunciavam para a agricultura no país. No entanto, a indústria não saiu perdendo com a “morte da ANDEF”. A entidade se reformulou, mudou de nome<sup>98</sup> e seguiu defendendo seus interesses.

### **A ética ecológica na agricultura: Fechando o capítulo**

As consequências da implantação da “revolução verde” no Rio Grande do Sul e no Brasil, provocaram a divisão do debate, nos anos 1970, em dois polos principais: havia os que defendiam

---

<sup>98</sup> A ANDEF passou a se chamar Associação Nacional de Defesa Vegetal. Continua representando as maiores empresas fabricantes de pesticidas e possui quinze membros: Arysta LifeScience, Basf, Bayer CropScience, Chemtura, Dow AgroSciences, DuPont, FMC do Brasil, Iharabras, Isagro, ISK Biosciences, Monsanto, Nisso Brasileira, Sumitomo Chemical e Syngenta. Em seu website, consta que segue “rigorosos parâmetros de ética e responsabilidade social em áreas tais como qualidade e respeito pela saúde pública e do meio ambiente” (ANDEF, *Online*, consulta 31/10/2012).

o uso dos pacotes tecnológicos modernos, principalmente representantes da indústria e dos governos, e aqueles que criticavam duramente sua implementação, a maioria ambientalistas, setores da imprensa e organizações da sociedade civil. A instalação do modelo “moderno” de agricultura foi um dos instrumentos de modernização conservadora do país, fomentado por governos e elites ávidos por atrair capital estrangeiro, o tripé econômico que sustentou o desenvolvimento dependente. Com a montagem do regime militar, a partir de 1964, mesclou-se capitalismo de Estado com a participação de gigantes multinacionais, inclusive com a presença de representantes do governo em cargos importantes dessas empresas. No setor dos agroquímicos, instalou-se, segundo Lutzenberger, uma “máfia dos pesticidas”, articulada por indústrias e representantes do Ministério da Agricultura, para defender a venda e aplicação desses produtos nas lavouras.

Foi uma luta intensa em que Lutzenberger desponta como um dos protagonistas, representando a AGAPAN e, em muitas ocasiões, o movimento ecológico como um todo. Ela envolvia a participação em eventos e reuniões, oferecimento de palestras e depoimentos, e muitas viagens. Ao longo dos anos 1970, essa luta recebeu ajuda de parte da imprensa que, acossada pela censura, via na luta ecológica uma importante forma de resistência ao regime. Pinheiro e Saldanha, em suas entrevistas para esta tese, mencionaram que a batalha contra os agrotóxicos era também uma luta contra a ditadura, pois, em sua visão, esta dava sustentação a uma “máfia”.

O apoio da imprensa foi importante, ao divulgar inúmeros casos de intoxicação de agricultores, crianças e animais, vítimas dos agrotóxicos, bem como uma série de reportagens sobre esses produtos, sensibilizando parte da opinião pública. Como uma pequena amostragem (no APJL há dezenas de recortes de jornal sobre o assunto), podemos citar alguns casos. Um dos mais marcantes foi o do menino Valnei Kóhler, de nove anos, cujas notícias em outubro de 1978, afirmavam que se encontrava em estado de coma por cerca de 60 dias, após beber leite tirado de uma vaca alimentada por produtos contaminados por agrotóxicos (ZERO HORA, 19/10/1978, p. 34, APJL; FM, 21/10/1978, p. 3, APJL). Em novembro de 1979, o jornal *O Interior* noticiava o caso dos irmãos Dilson e Zalair Nazari, de 15 e 14 anos, que corriam risco de morte, desde fevereiro daquele ano, após capinarem uma plantação de soja “onde recém tinham aplicado um veneno contra lagarta” (O INTERIOR, 29/11/1979, p. 7, APJL). Segundo o *Correio do Povo* (28/12/1979, APJL), era “alarmante o número de intoxicações por defensivos em Passo Fundo”. Somente no mês de dezembro de 1979, eram contabilizados na cidade 29 casos de intoxicações por produtos químicos usados na agricultura. Em São Borja, foram noticiadas 18 internações por intoxicação nos hospitais do município, entre janeiro e fevereiro de 1979 (CORREIO DO POVO, 04/02/1979, APJL). Também o mesmo jornal denunciava, entre dezembro de 1976 e dezembro de

1978, o número de 100 mortes e um total de 705 intoxicados por agrotóxicos em todo o RS (CORREIO DO POVO 12/06/1979, APJL).

A presença constante de Lutzenberger e seus companheiros nos jornais provocou, aos poucos, um ambiente favorável a um debate mais amplo na sociedade (tanto em âmbito estadual, quanto federal). O depoimento do ambientalista no MA, em 1980, foi episódio relevante, pois abriu o caminho para as discussões políticas sobre o tema, na CPI, em 1981, e em seguida a proibição dos organoclorados, culminando na lei de 1982. Mesmo que a legislação tenha sido desfigurada mais tarde, pode ser considerada uma grande vitória do movimento ecológico, em meio a um regime de exceção.

Nos anos 1980, a agricultura ecológica se tornaria uma das formas de resistência ao modelo agrícola disseminado pela “revolução verde”, colocando em prática a ética difundida por Lutz. A luta de Lutzenberger por uma agricultura ecológica – que acompanharemos no próximo capítulo - tornou-se a principal manifestação de sua crítica a algo mais profundo: o uso irresponsável da ciência e da tecnologia pelo sistema econômico por ele chamado de “Industrialismo Global”, presente tanto nos países capitalistas quanto nos comunistas. Todo o paradigma da agricultura “moderna” estava embasado justamente em descobertas científicas, especialmente no campo da química, transformadas em produtos patenteáveis e comercializáveis, beneficiando, sobretudo, as grandes corporações industriais. Foi o desenvolvimento da tecnociência que tornou possível a execução do pacote oferecido aos agricultores de todo mundo como o mais moderno, o mais produtivo e o mais rentável.

Na palestra *Ciência e Tecnologia, onde está a mentira?*, proferida em seminário na Universidade Federal de Mato Grosso, em 1995 (parte do texto foi reproduzida no capítulo 1 de seu livro *Garimpo ou Gestão*, de 2009), Lutzenberger comparou o “Industrialismo Global” a uma religião fanática:

O dogma básico desta religião diz que o "crescimento econômico" é a medida de todo sucesso, é a medida de progresso, de prosperidade. Este crescimento não pode parar nunca. (...) Instrumento supremo para atingirmos este alvo é a Tecnologia, que precisa desenvolver-se sem freios, pois ela é vista como uma espécie de cornucópia, que nos dará sempre novos milagres, para resolver todos nossos problemas, sem fim. Sua fonte e justificativa é a Ciência.

Para Lutzenberger, nessa visão, a ciência e a tecnologia eram desvirtuadas de suas reais funções. Segundo tal enfoque – que podemos chamar também de paradigma ético-filosófico – a ciência serviria apenas como “servo fiel da economia”; seu objetivo seria “a produção de novas tecnologias, de tecnologias vendáveis, de preferência patenteáveis, que levem a faturamento, sempre mais faturamento” (LUTZENBERGER, 1995, *Online*).

O significado real da ciência e da tecnologia para Lutzenberger eram bem diferentes. A ciência, em seu entender implicava

Um diálogo limpo com o Universo, ou seja, com a Natureza. Ela se apoia no postulado de que o Universo não é caótico. Não existem milagres, mistérios insondáveis sim (...). A Ciência quer descobrir as leis universais, imutáveis e intransgredíveis do comportamento da Natureza. Como faz para descobri-las? Ela se empenha num diálogo absolutamente honesto com tudo o que podemos observar. Observando e comparando fatos ou fenômenos, por intuição, imaginação ou associação de ideias, concebe modelos, regras ou conjuntos de regras. Chega-se, assim, a uma hipótese. A hipótese sugere experimentos que podem refutá-la ou não. Se for refutada, não deixou de ser um bom instrumento de trabalho porque obriga a ajustes no modelo ou à procura de outro modelo. Se não for refutada, não quer dizer que não possam surgir novas observações que a refutem. Portanto, o cientista jamais poderá afirmar que encontrou a verdade absoluta, só aproximações sempre mais precisas. O que de nada adianta, são hipóteses ou afirmações que não podem ser refutadas ou conferidas (LUTZENBERGER, 1995, *Online*).

No método científico, não haveria espaço para o cientista que tentasse mentir ou trapacear. O cientista, segundo Lutzenberger, deveria ser “humilde, modesto, totalmente autocrítico, disposto sempre a abandonar suas ideias, mesmo as mais queridas e arraigadas, no momento em que a natureza lhe indicar que estão equivocadas”. Além de uma certa idealização da ciência e do papel do cientista, talvez aqui estivesse implícita uma crítica aos cientistas que, através de suas pesquisas, tornaram possível a produção de agrotóxicos e de outros produtos que passaram a contaminar todo o planeta, ao longo do século XX. Eles não teriam observado a reação da natureza a esses processos, o que para Lutzenberger era fundamental, pois a prática científica abarcava uma decisão ética: o cientista precisava estar disposto, em qualquer momento, “a abandonar as suas mais queridas ideias ou explicações, cada vez que a Natureza as contradisser na observação ou no experimento. Os verdadeiros grandes cientistas eram assim. É comum hoje ouvir-se que Ciência nada tem a ver com valores ou emoções, ou com ética. Mas, esta honestidade é uma decisão ética” (IDEM). O uso da tecnologia também envolveria decisões éticas:

Pessoalmente, gosto de definir Ciência como a contemplação da divina beleza do Universo, sem medo da emoção contida nesta frase. Sim, a Ciência é profundamente emotiva, não é nada fria. Ela é contemplativa, amorosa, está baseada em sentimentos de admiração diante do Grande Mistério (...). A Tecnologia também não é fria, é muito quente. A Tecnologia aproveita-se dos conhecimentos, das informações que o diálogo limpo deu à Ciência para fazer artefatos, instrumentos. Ora, todo artefato serve a alguma vontade, a do inventor ou de seu patrão. Isto tem a ver com poder, por pequeno ou grande que seja. É uma atitude impositiva, é o contrário da atitude básica da Ciência, que é contemplativa (LUTZENBERGER, 1995, *Online*).

Com isso, ele não queria afirmar que a tecnologia era algo ruim em si; ela poderia ser boa, neutra ou ruim, “dependendo dos alvos que persegue. Mas, enquanto a ciência leva a atitudes de respeito, fascinação, amor, vontade de proteger, a técnica facilmente cai na agressão, e é o que predomina no mundo contemporâneo” (LUTZENBERGER, 2009, p. 45). Embora o enfoque mais agressivo tenha predominado, ao longo da história, através do desenvolvimento de técnicas que facilitaram a devastação e o consumo desenfreados, a tecnologia poderia ser usada de outra forma, dependendo da visão ética que embasasse seu uso. Nesse sentido, Lutzenberger falou de “um caminho suave”, inclusive esse é o subtítulo de seu livro *Gaia, o planeta vivo* (1990).

Tal caminho diria respeito àquele onde “tecnologias duras” - agressivas à Natureza – fossem abandonadas, para dar lugar a “tecnologias brandas” - que convivessem de forma amigável com o ambiente. Entre elas, Lutzenberger cita exemplos como o desenvolvimento das energias alternativas (solar, eólica, biodigestor, pirólise, etc.), a arquitetura sustentável e a agricultura ecológica, entre outras. Mas, para que essas tecnologias realmente fossem brandas e ecologicamente éticas, deveriam partir do princípio da descentralização. Por exemplo, a energia solar deveria ser oferecida à população por meio de painéis solares, um para cada casa, e não distribuída por megasusinas solares, as quais seriam formas de perpetuar a concentração de capital e crescimento das grandes burocracias (LUTZENBERGER, 1980b, p. 56).

Era importante, para Lutzenberger, aprender a distinguir tecnologias "duras" e "suaves". Ou seja, o ambientalista não propunha abandonar a ciência e a tecnologia (apesar das críticas feitas a elas em inúmeros textos e palestras), mas sim que se aplicasse “ciência com ética”. Da junção entre esses dois elementos – o compromisso moral – surgiriam novas formas de tecnologia, menos agressivas e mais sustentáveis.

A agricultura era uma das mais importantes searas onde seria possível aplicar essas tecnologias brandas, seguindo o caminho ético-filosófico divulgado por Lutzenberger desde a fundação da AGAPAN, em 1971. Os episódios da luta contra os agrotóxicos que acompanhamos neste capítulo representaram uma batalha contra o enfoque ético dito “moderno”, que, calcado na ciência e tecnologia “duras”, provocou uma série de danos ambientais em todo mundo.

O problema da agricultura tocou profundamente Lutzenberger, pois fazia parte do seu campo de trabalho, sua área de formação universitária, sua profissão. Para ele, o significado dessa luta ia além da defesa de “alimentos saudáveis para a população”: era uma luta profunda, contra um modelo técnico “duro” baseado numa ética antropocêntrica, que não considerava as consequências ecológicas e sociais provocadas por sua implementação. Seduzido pelo argumento do “moderno” e, ao mesmo tempo, utilizando mecanismos de coerção ao agricultor (crédito bancário somente com adesão ao modelo, por exemplo), com o auxílio de governos submissos ao capital estrangeiro, as grandes multinacionais de maquinários e agrotóxicos faturaram bilhões de dólares, mas deixaram muitos rios poluídos, solos contaminados e inúmeros agricultores na miséria.

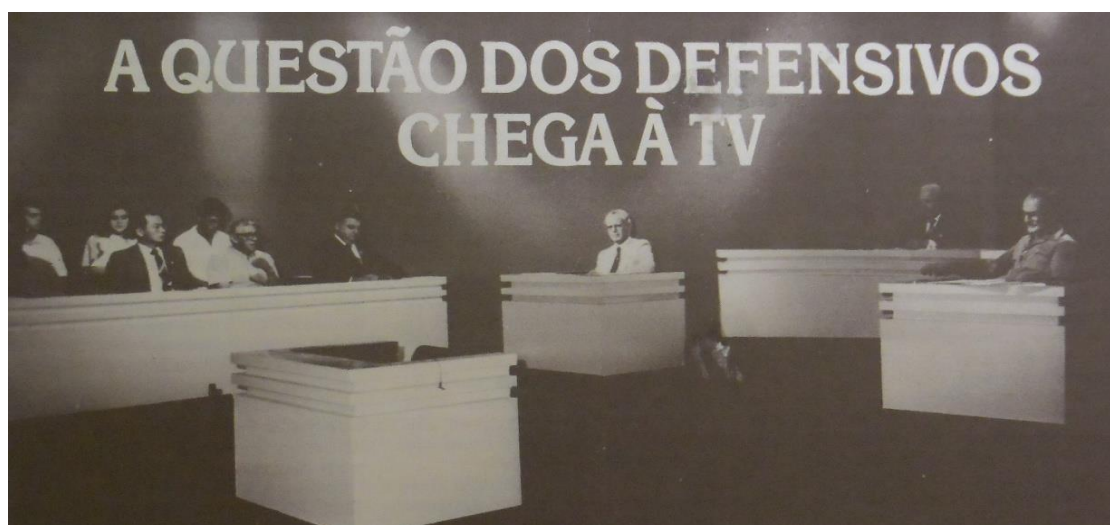
É interessante constatar que o enfoque dessa luta, de caráter ético, que priorizou o embate contra os agrotóxicos no início dos anos 1970, foi se modificando: na virada da década, ela assumiu também o combate pela agricultura ecológica. Esse aspecto ganhou cada vez mais força ao longo dos anos 1980, tornando-se a prioridade. Os ambientalistas mudaram o foco para atividades de convencimento e assessoria a agricultores que começaram a decidir mudar de “lado”, muitos deles excluídos pelo processo “moderno”. No próximo capítulo, acompanharemos essas mudanças. Mas

elas foram lentas e não configuraram uma ruptura total; sempre que houve oportunidade, a crítica aos agrotóxicos foi realizada. Considerando que muitos agricultores adquiriram consciência das desvantagens dos pacotes “modernos” (em grande parte, provocada por intoxicações, muitas delas fulminantes), e que a legislação regulando os agrotóxicos fora aprovada, a prioridade da luta passou a ser a capacitação para os métodos ecológicos. Os ambientalistas perceberam que fomentar a pesquisa para garantir boa produtividade, aliada à proteção do ambiente das propriedades, tinha muita importância: o sucesso da agricultura ecológica era o melhor argumento contra os agrotóxicos, poderia ser mais eficiente que o combate puro e simples à agricultura convencional.

Essa “virada”, que aconteceu aos poucos, acompanharemos a seguir.

## Capítulo 4 - De drogada a sustentável: A luta pela agricultura ecológica

Em 1986, foi veiculado o primeiro programa sobre agrotóxicos na televisão aberta brasileira. A TV Educativa - TVE, rede estatal, convidou representantes da agricultura ecológica e da agricultura “moderna” para debater o tema: de um lado Lutzenberger, de outro o engenheiro agrônomo Luiz Carlos Ferreira Lima, funcionário da Shell e membro da ANDEF (um dos que depôs na CPI dos agrotóxicos, em 1981). O programa se estruturou no formato de um tribunal, com testemunhas para auxiliar os debatedores e júri para decidir qual “lado” sairia vencedor<sup>99</sup>. Era a reedição de um programa semelhante que ocorrera na Alemanha, em 1982, onde o defensor dos agrotóxicos venceu por 4 x 3 (PINHEIRO, NASR, LUZ, 1993, p. 41-42). No debate, podemos observar os principais argumentos que sustentavam os dois modelos de agricultura, e também a reafirmação do protagonismo de Lutzenberger na defesa da agricultura ecológica no Brasil, como abordaremos ao longo deste capítulo.



A questão dos defensivos chega à TV. *Defesa Vegetal*. São Paulo, 1986, capa (APJL).

---

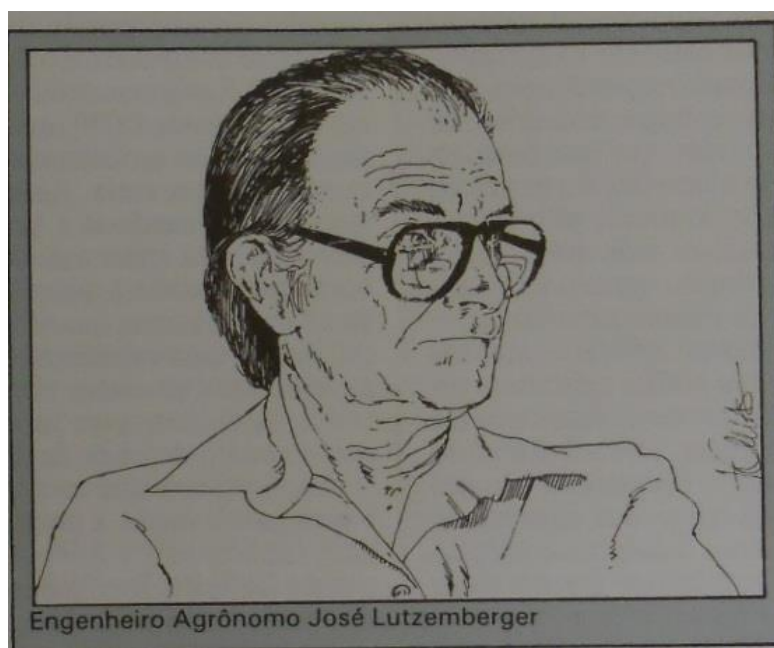
<sup>99</sup> As testemunhas foram, do lado de Lutzenberger, o Alm. Ibsen Câmara, presidente da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) e Sérgio Cabral de Carvalho, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); do lado de Lima, Claud Goellner, professor de toxicologia e ecotoxicologia da Universidade de Passo Fundo-RS. O júri foi formado por José Maria Jorge Sebastião (gerente da fábrica de pulverizadores e máquinas agrícolas Jacto S/A e diretor da Sociedade Rural Brasileira), Marcelo Ipanema (membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente), Maço Tadano (deputado federal e engenheiro agrônomo), José Vilhena (professor de Ecologia da Universidade Federal Fluminense), Mauricio Soares (desenhista industrial), Paula Cide Loureiro (universitária) e Álvaro Nelson Menezes Figueiredo Jr. (fotógrafo) (DEFESA VEGETAL, Jan/Fev/1986, capa, APJL).



Uma versão reduzida do debate foi publicada na revista de divulgação da ANDEF, a *Defesa Vegetal*. Lutzenberger começou sua fala mencionando os aspectos fundamentais do paradigma em que a “tecnologia dos biocidas na agricultura” se baseava. Para ele, o alicerce de tal perspectiva era a noção de “praga”:

A indústria nos apresenta o parasita, o agente patógeno na agricultura, ou seja, os insetos que atacam nossos cultivos, os fungos, bactérias e outros organismos, como se fossem inimigos arbitrários (...), que nem deveriam existir na natureza, e que nós temos todo o interesse em erradicar (...). Combatê-los da maneira mais fácil é, então, aplicar (...) em nossas lavouras venenos fulminantes ou persistentes (...). Todo aquele que pratica agricultura orgânica, natural, biológica, sabe que esses organismos são indicadores biológicos (...). Se eu tenho pulgão no meu tomateiro é porque ele não está bem, está desequilibrado metabolicamente (...). O caminho que a indústria química propõe é o de sempre mais venenos. Um caminho que nos tem levado sempre a mais pragas (DEFESA VEGETAL. Jan/Fev/1986, p. 3, APJL).

Mostrando alguns recortes de jornais com notícias de envenenamentos e mortes por agrotóxicos, Lutzenberger afirmou que, em casos como esses, a indústria costumava ficar tranquila, porque estavam “dentro dos limites aceitáveis” das medidas DDA e DL50.



Desenho de Lutzenberger no debate. *Defesa Vegetal*. São Paulo, Jan/Fev/1986, p. 4 (APJL).

Em seguida, Lima falou sobre “a importância dos defensivos agrícolas na moderna agricultura”. Utilizando gráficos e citando dados da FAO (ONU), ele voltava ao velho argumento da necessidade de alimentos para saciar a fome num mundo com alto crescimento populacional. Para Lima, já que a área cultivada não aumentara significativamente, o grande aumento da produtividade agrícola ocorrera pela utilização da “agricultura moderna”, nos países desenvolvidos:

Essa agricultura tecnológica permitiu à Europa Ocidental, em matéria de produção de alimentos, uma produtividade muito mais elevada que a dos países em desenvolvimento (...). [Isso] só se consegue utilizando a moderna agricultura, sementes altamente produtivas, uso intensivo de fertilizantes para repor aquilo que a cultura retira do solo... E a proteção dessa agricultura, que é invadida por doenças e pragas, dá-se com o uso racional de defensivos agrícolas (DEFESA VEGETAL. Jan/Fev/1986, p. 4, APJL).

Lutzenberger, a seguir, rebateu o argumento de Lima, dizendo ficar “até triste de ver como eles continuam sempre com o mesmo velho clichê, que já foi refutado centenas de milhares de vezes: o argumento da população crescente e de que portanto, precisaria de mais venenos para produzir mais alimentos” (p. 4). Sobre a produtividade, falou do movimento “ainda pequeno, mas pujante, de agricultura biológica”, que estava demonstrando que “sem química, ou seja, sem os minerais solúveis, chega-se à planta sã”. Como veremos, ele se referia à teoria da trofobiose, de Chaboussou, cujo livro seria publicado em português naquele mesmo ano. Segundo Lutz, já havia mais de 2 mil agricultores biológicos na Alemanha, 30 ou 40 mil nos Estados Unidos “e, no Brasil, já são muitos também”.

O professor Goellner, para rechaçar o que Lutzenberger dissera sobre a contaminação dos alimentos, “tópico que diz respeito a todos nós, consumidores” (na verdade, o público que estava assistindo ao debate na TVE), citou dados da CIENTEC. Já que o Rio Grande do Sul era o estado onde mais se consumia agrotóxicos, era onde haveria maior possibilidade de contaminação. No entanto, segundo ele, nas análises de alimentos como pêsego, arroz, trigo e outras frutas e hortaliças, poucas amostras apresentaram resíduos acima das tolerâncias. Sobre a agricultura orgânica, citou análise “da agricultura dita orgânica ou biológica nos Estados Unidos, Europa e Japão, realizada por um grupo composto por 60 eminentes cientistas”, a pedido da Secretaria de Agricultura dos EUA. De acordo com esse estudo, a situação seria diferente da colocada por Lutzenberger: “nos Estados Unidos, menos de 1% dos agricultores são chamados orgânicos. Em algumas situações, a agricultura convencional é mais produtiva, enquanto em outras a agricultura orgânica o é. Nesse caso, na maioria das vezes, o agricultor também usava fertilizantes inorgânicos” (DEFESA VEGETAL. Jan/Fev/1986, p. 5, APJL).

Lima falou em seguida, referindo-se a um jornal apresentado por Lutzenberger, “para mostrar a emotividade com que esse assunto é tratado”, e visando desacreditar o adversário. O ambientalista teria citado “como se fosse jornal de hoje, e dá como exemplo um fato de senhoras que faleceram pelo uso inadequado (...). Sabemos que isso ocorreu há mais de um mês. Então, se foi publicado agora, no mínimo, esse jornal está desatualizado”.

O mesmo argumento da produtividade, levantado pelo representante da indústria, foi “desmistificado e roubado” por Sérgio Cabral de Carvalho, utilizando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para auxiliar Lutzenberger:

Enquanto tivemos nos últimos 10-15 anos um consumo de fertilizantes e agrotóxicos crescente e muito alto (o cociente é de 1000-1200% para fertilizantes e 400% para agrotóxicos), tivemos em média nas principais culturas um crescimento de apenas 5% nesse período, ou seja, a resposta a todo investimento nessa tecnologia foi medíocre, enquanto o número de pragas multiplicou por 4 – passou de 150 para 600 (DEFESA VEGETAL. Jan/Fev/1986, p. 5, APJL).

Também as análises da CIENTEC eram tendenciosas, para Carvalho: “sabemos de um trabalho com peixes, onde nunca apareciam resíduos de agrotóxicos, o técnico deu uma injeção de veneno no peixe e mandou analisar e, simplesmente, o laboratório disse que não tinha resíduo” (IDEM, p. 5). Em seguida, Lutzenberger citou pesquisa alemã, que declarava vários pesticidas como cancerígenos. O problema é que não havia “nenhum controle na agricultura: vejo como o agricultor aplica o veneno e vejo como esse alimento vai direto da lavoura para o consumo. Na prática, o agricultor não respeita nem sabe o que é carência”.

Finalizando o debate da TVE, Lima disse que aquele tipo de programa não se mostrava adequado para debater o assunto, porque era “muito fácil fazer acusação gratuita, sem base, em alguns segundos e que exige 10 minutos para a gente mostrar que é totalmente equivocada. Este programa não permite à indústria ir fundo na matéria”. O funcionário da Shell queria desautorizar os argumentos de Lutzenberger e companheiros, como “sem base”, leia-se, sem embasamento científico, o que ele e seu colega julgavam possuir, ao citar dados, índices de órgãos oficiais, como a FAO e a CIENTEC: “a maioria dos ataques que são feitos à indústria é baseada em notícias de jornal. Quando nós vamos a fundo na questão, todos esses argumentos vão por terra, não resistem”. Goellner, como professor da UPF, possuía, ainda, a chancela universitária para corroborar seu posicionamento. Em seguida, a fim de dar mais autoridade à sua argumentação, Lima mencionou pronunciamento “da doutora Nilda Fernícula”, durante um curso latino-americano de toxicologia humana e segurança química. Ela teria dito “que o Brasil pode se sentir despreocupado com relação à contaminação de efeitos químicos no meio ambiente (...). Os limites estipulados criteriosamente estão sendo respeitados e considerados aceitáveis pela Organização Pan-americana de Saúde e pela OMS” (IDEM, p. 6).

O representante da indústria afirmou não ser contra a agricultura ecológica, e que o Lutzenberger deveria “formar equipes, levar para o campo sua tecnologia e mostrar suas vantagens ao agricultor brasileiro. Para desacreditar o “lado” oponente frente à audiência, ele deu a entender que não existiam propriedades aplicando agricultura ecológica: “sempre são citadas inúmeras propriedades que praticam agricultura sem defensivos químicos, mas nunca se encontram essas propriedades”. Além disso, ressaltou, em todos os congressos que participava, percebia que o agricultor não estava “só preocupado em saber se essa ou aquela praga é um indicador de que alguma coisa está errada na lavoura; ele quer é se ver livre da praga”. Com isso, atribuía ao agricultor o enfoque imediatista relacionado ao produto.

No final, o júri apresentou seu veredito: Lima venceu o debate, com 4 votos; Lutzenberger recebeu 3. Para Pinheiro, Nasr e Luz (1993, p. 43), esse resultado era esperado, pois o programa fora organizado como um “jogo de cartas marcadas”. Dias depois, Lutzenberger teria comentado com Pinheiro: “Aqueles caras acreditam no que dizem?”, e recebeu como resposta: “isso não é importante para eles, o que importa é que o telespectador entenda e acredite, para que a questão tecnológica passe a ser ideológica e, com o constante martelar, ela se torne uma verdade cultural, um dogma” (IDEM).

Como já havia sido inculcido nos agricultores, que passaram a utilizar agrotóxicos em massa, o público consumidor precisava concordar que essa era a melhor maneira de produzir alimentos; o uso de pesticidas significava o preço a pagar pela oferta abundante de comida. E já que, segundo a indústria, havia índices como a DL50 e a DDA para proteger a população, tudo estaria correto. Mas Lutzenberger jamais concordou com esse dogma dominante. Vamos acompanhar a seguir sua concepção de agricultura alternativa à convencional, bem como as ações concretas protagonizadas por ele para que o modelo ecológico se tornasse conhecido e praticado no Brasil.

### **Agricultura ecológica: Uma solução ética**

Para a luta contra os agrotóxicos obter maior êxito, era preciso apresentar uma opção ao paradigma de agricultura convencional. Foi nesse sentido que se buscou construir – em paralelo às batalhas contra os pesticidas - bases científicas para uma agricultura sem o uso desses produtos. Na trajetória de Lutzenberger, entre os anos 1970-80, lutar contra os agrotóxicos era lutar pela agricultura ecológica; esses combates representavam os dois lados da mesma moeda, que visava construir uma alternativa embasada em fundamentos ético-ecológicos profundos, para contrapor ao enfoque imediatista do paradigma da “revolução verde”. Essa luta se materializava em artigos para jornais, revistas e livros; palestras frequentes; encontros com agricultores, engenheiros agrônomos e pesquisadores; entrevistas e publicação de livros, como o *Manifesto*.

Em 1973, no artigo “Plantações sem veneno” (Revista ZH, *Zero Hora*), Lutzenberger enfocou os métodos “tradicionais”, praticados por agricultores no passado. Especialmente em países com uma cultura camponesa desenvolvida, na Europa e Ásia, a agricultura “procurava manter a fertilidade pelo cuidado esmerado da saúde orgânica do solo. Havia um máximo de reciclagem natural da riqueza do solo, uma perfeita rotação de culturas e um entrosamento harmônico entre a agricultura e pecuária”. Segundo ele (*Zero Hora*, 21/01/1973, p. 2, APJL), “naquela época não se falava em ecologia, mas praticava-se muita ecologia”. Podemos perceber aqui a ênfase de Lutz no “convívio sustentável” dessa agricultura com a natureza.

Muitos desses agricultores teriam sido ridicularizados quando surgiram os métodos modernos da “revolução verde”. No entanto, com a crescente conscientização, nos países ricos, de que esses métodos são extremamente poluidores, a população começou a procurar “alimentos puros, isentos de contaminação química. Começaram então a lembrar-se dos agricultores que tradicionalmente rejeitam a química: os ‘biodinâmicos’ na Europa e os ‘organic farmers’ nos Estados Unidos” (LUTZENBERGER, *Zero Hora*, 21/01/1973, p. 3, APJL).

Lutzenberger explicou, no artigo, que a agricultura biodinâmica surgiu do Antroposofismo<sup>100</sup>, um movimento filosófico que começou na Alemanha no início do século XX. É interessante perceber que o autor ressaltava o caráter ético da Antroposofia:

Essa filosofia é uma doutrina com uma ética inclusiva, isto é, uma ética que inclui a natureza toda, não exclui e contrapõe o homem do estado industrial moderno, tanto capitalista quanto comunista. Os antroposofistas evitam toda a agressão desnecessária à Natureza, procuram o máximo de harmonia entre homem e Natureza (LUTZENBERGER, *Zero Hora*, 21/01/1973, p. 3, APJL).

A agricultura biodinâmica é uma das correntes da agricultura ecológica. Num ciclo de oito palestras para agricultores, em 1924, na localidade de Wroclaw/Breslau (atualmente Kobierzyce, Polônia), Rudolf Steiner lançou as bases desse movimento:

A Agricultura Biodinâmica quer ajudar aqueles que lidam no campo a vencer a unilateralidade materialista na concepção da natureza, para que eles possam, cada um por si mesmos, achar uma relação espiritual/ética com o solo, com as plantas e os animais e com os coirmãos humanos (...). O ponto central da Agricultura Biodinâmica é o ser humano que conclui a criação a partir de suas intenções espirituais baseadas numa verdadeira cognição da natureza. Ele quer transformar sua fazenda ou sítio em um organismo em si, concluso e maximamente diversificado; um organismo do qual a partir de si mesmo for capaz de produzir uma renovação. O sítio natural deve ser elevado a uma espécie de individualidade agrícola. O fundamento para tal é a integração de todos os elementos ambientais, como culturas do campo e da horta, pastos, fruticulturas e outras culturas permanentes, florestas, sebes e capões arbustivos, mananciais hídricos e várzeas. Caso o organismo agrícola ordene-se em torno desses elementos, nasce uma fertilidade permanente e atinge-se a saúde do solo, das plantas, dos animais e dos seres humanos (SIXEL, *Sociedade Brasileira de Antroposofia, Online*).

Lutzenberger não foi um seguidor estrito dos métodos biodinâmicos, mas no início dos anos 1970, esse era um dos exemplos mais bem-sucedidos que ele poderia citar, além dos trabalhos do pesquisador inglês Sir. Albert Howard (1873-1947)<sup>101</sup>, considerado o “pai da agricultura

---

<sup>100</sup> Segundo a Sociedade Antroposófica do Brasil (SAB), “A Antroposofia, do grego ‘conhecimento do ser humano’, introduzida no início do século XX pelo austríaco Rudolf Steiner (1861-1925), pode ser caracterizada como um método de conhecimento da natureza, do ser humano e do universo, que amplia o conhecimento obtido pelo método científico convencional, bem como a sua aplicação em praticamente todas as áreas da vida humana”. Uma dessas áreas é a agricultura. Há extenso material e indicações de bibliografia sobre o assunto no *website* da SAB (SETZER, *Sociedade Brasileira de Antroposofia, Online*).

<sup>101</sup> Segundo Ehlers (1999) “entre os anos de 1925 e 1930, Howard dirigiu, em Indore, Índia, um instituto de pesquisas de plantas, onde realizou vários estudos sobre compostagem e adubação orgânica. Mais tarde, publicou obras relevantes como *Manufacture of húmus by Indore process* (Manufatura do húmus pelo processo Indore), em 1935, e em 1940, *An agriculture testament* (Um testamento agrícola) uma das mais relevantes referências bibliográficas para pesquisadores e praticantes do modelo orgânico. Robert Rodale (1930-1990) considerava Howard o “pai da agricultura orgânica”. Robert foi o continuador do trabalho de seu pai, Jerome Irving Rodale (1898-1971), fundador do Instituto Rodale, pioneiro em agricultura orgânica nos Estados Unidos. Para saber mais, visite o *website* do Instituto: <<http://rodaleinstitute.org/about-us/mission-and-history/>>. Acesso em: 06 set. 2015. Em correspondência de abril de

orgânica” (EHLERS, 1999), para defender a possibilidade de uma agricultura sem química. Os fundamentos éticos e ecológicos da Antroposofia possuíam um substrato comum a várias correntes de agricultura ecológica. Os diferentes métodos que podem ser aplicados nesse tipo de lavoura compartilham dos mesmos princípios éticos de interligação homem-natureza, uma relação espiritual-afetiva com a terra e a concepção de que a propriedade agrícola é um organismo dotado de vida, cujas interdependências entre os seres que dele fazem parte devem ser respeitadas.

A agricultura é uma intervenção humana na natureza; é algo produzido pelo homem, por meio da cultura, para prover sua alimentação, desde o Neolítico, há cerca de doze mil anos. Na agricultura, a planta retira do solo diversos nutrientes que necessita para seu desenvolvimento (nitrogênio, fósforo e potássio, entre outros micronutrientes). Depois da colheita, o agricultor precisa devolver ao solo esses elementos químicos. Dentro do pacote “moderno”, a reposição se dá com a aplicação de adubos/fertilizantes químicos sintéticos; já na concepção ecológica, é preciso nutrir o solo com matéria orgânica. Isso faz parte de um ciclo, que precisa ser renovado permanentemente, por meio de cuidados com a saúde do solo, imitando o mais próximo possível o funcionamento da natureza. Para Lutzenberger (1977, p. 7), “na natureza intacta tudo que sai do solo volta ao solo. Nós temos um ciclo fechado. É verdade que na nossa agricultura não podemos fazer exatamente isso, porque nós precisamos tirar a colheita e vendê-la. Mas então temos que devolver o que dá para devolver ao solo”.

No *Manifesto*, no subcapítulo “Ética da Terra”, Lutzenberger (1980a, p. 65) propõe “uma reorientação fundamental de nossa agricultura que, em suas formas atuais, é uma das principais causas da devastação”. Se não se deixasse de praticar a coivara e a “hipermonocultura supermecanizada e quimificada”, teria início uma “grande fome” – ao contrário do que os representantes da indústria costumavam dizer. Dada a emergência do problema, o melhor caminho, segundo o autor, seria a ética da Terra, uma agricultura mais intensiva de mão de obra (em que o camponês seria orientado para o amor e apego à terra, respeito e cuidado com o solo) e mais independente do capital e das estruturas megatecnológicas. Condizente com a concepção holística da ética da terra de Aldo Leopold e da ecologia profunda, Lutzenberger (1980a, p. 66) defendia “uma política agropecuária e sanitária que visasse a saúde global da Vida, partiria do princípio ecológico fundamental de que a *saúde do solo, da planta, do animal e do homem são uma só coisa indivisível*” [itálico do autor], como alternativa “aos métodos já demonstradamente insustentáveis da ‘Revolução Verde’”.

Como vimos, a agricultura foi um tema importantíssimo na militância de Lutzenberger, pois envolvia sua formação profissional como Engenheiro Agrônomo. Porém, mais do que isso,

---

1987, Lutz menciona Robert Rodale, afirmando que ainda não o conhecia pessoalmente (LUTZENBERGER, carta a Thomas Welch, 09/04/1987, APJL).

como ele mesmo escreveu, sua ênfase nessa questão se dava porque “o berço daquilo que entendemos por civilização começou com a agricultura, e a agricultura continua sendo uma das mais importantes interfaces entre Civilização e Criação. Se continuarmos com as atuais formas de agricultura predatória, insustentável, acabará caindo a Civilização” (LUTZENBERGER, 2009, p. 59). Essa temática era um dos aspectos principais de uma discussão maior sobre o poder conquistado pelo homem através da ciência e da tecnologia.

Para Lutzenberger (2009, p. 58), o modelo agrícola predominante, ao utilizar todo um aparato tecnológico “moderno”, “tornou-se fator (...) de demolição dos processos vitais e de sustentação da vida”. A escolha do tipo de tecnologia a utilizar, na agricultura ou em outro setor econômico, era uma questão ética. Havia técnicas “brandas” que poderiam colaborar com impactos positivos ao planeta e, ao mesmo tempo, alimentar a população de forma saudável. Uma reorientação – da agricultura industrial para a ecológica, sustentável, na opinião de Lutzenberger, não era difícil no Brasil. Por essa mudança, ele passou a lutar um pouco depois das primeiras batalhas contra os agrotóxicos, à medida que agregava conhecimentos sobre uma agricultura mais “limpa”<sup>102</sup>.

Ele não prescrevia uma mudança brusca e sim uma reorientação gradual: a agricultura era como um drogado, dependente dos agrotóxicos, por isso o vício precisava ser abandonado lentamente. Nesse sentido, sugeriu três passos para a transição (LUTZENBERGER, 1985, p. 76-77), que podem ser sintetizados da seguinte forma:

- 1) Manejo de pragas<sup>103</sup> – “diminui em até 90% a necessidade de uso de venenos”;
- 2) Manejo ecológico do solo – “o que sobra de incidência de pragas e enfermidades [depois do passo 1] é tão pouco que não mais justifica o uso de venenos. À medida que melhorarmos a situação do solo, teremos sempre menos pragas”. Nos casos raros em que elas persistirem, “o agricultor ecológico, em vez de usar venenos, usa toda uma gama de produtos não tóxicos, entre eles, enxofre, calda sulfocálcica, extrato de ervas, preparados à base de argilas especiais ou de ácido silícico, cinzas e algas”.

---

<sup>102</sup> No APJL, encontrei correspondências enviadas por Lutzenberger a professores ou pesquisadores em agricultura ecológica, perguntando sobre procedimentos, conhecimentos concretos que pudesse colocar em prática. Em carta para Leo Schoof, solicitando bibliografia sobre “controle biológico de predadores, associação de cultivos, armadilhas em plantas, etc”, ele mencionou: “a partir de meu conhecimento ecológico e alguma experiência através dos anos de jardinagem, eu acho que tenho a atitude correta, mas às vezes, eu me sinto completamente perdido e poderia utilizar experiências já adquiridas em outros lugares” (LUTZENBERGER. Carta a Leo Schoof. 04/08/1975, APJL).

<sup>103</sup> Manejo de pragas constitui um conjunto de técnicas e princípios “para que as plantas possam expressar sua resistência natural às pragas e patógenos e possam ser protegidos os organismos benéficos. Nesse sistema, deve-se conciliar diversos métodos de controle, levando-se em consideração o custo de produção e o impacto sobre o ambiente, reduzindo ao máximo o uso de agroquímicos. Na produção integrada deve-se favorecer a adoção de métodos não químicos ou alternativos tais como feromônios, biopesticidas, erradicação de hospedeiros alternativos, retirada e queima das partes vegetais afetadas. A adubação equilibrada, a poda e raleio adequados são fatores que desfavorecem o estabelecimento das pragas e patógenos e facilitam o seu controle” (Embrapa, *Online*, 2003).

- 3) Agricultura ecológica plena - Uso de adubação orgânica, com proteção da microvida do solo: bactérias, algas, protozoários, fungos, artópodos e vermes, que ajudam a proporcionar elementos necessários às plantas, como fósforo e potássio. Também “a erva nativa não é encarada como inimigo a ser erradicado, mas como auxiliar. Ela é poderosa fábrica de matéria orgânica e estruturadora do solo” (LUTZENBERGER, 1985, p. 75).

O grande “segredo” da agricultura ecológica é o cuidado com o solo: torna-se necessário garantir seu alimento, a matéria orgânica. Partindo-se de uma concepção holística, na agricultura ecológica, “a propriedade é encarada como uma unidade funcional, um organismo por assim dizer”; o agricultor que utiliza os métodos ecológicos “sabe que a fertilidade do solo depende fundamentalmente de sua microvida”, portanto não se preocupa em destruí-la, justamente o que preconizam os métodos tecnológicos. Se o solo estiver bem nutrido, nascerão plantas saudáveis, porque “a fertilidade do solo e saúde da planta são inseparáveis” (LUTZENBERGER, 1985, p. 74).

Além de não utilizar agrotóxicos, esse tipo de agricultura contribui para o controle da poluição, pois possibilita a reciclagem de resíduos, tanto os industriais, como os provenientes de frigoríficos, fábricas de conservas, engenhos, fábricas de tanino, curtumes e laticínios, quanto o lixo urbano. Esses rejeitos, que seriam despejados em rios, banhados ou lixões podem ser reciclados, servindo de matéria orgânica para a agricultura (IDEM, p. 77).

A agricultura ecológica, ao dispensar a tecnologia “moderna”, no entanto, não significava uma volta ao passado. Para Lutzenberger, “muito ao contrário, ela significa um passo importante para a frente. Os atuais conhecimentos científicos nos permitem fazer um trabalho infinitamente melhor que o de nossos avós, um trabalho bem menos duro e muito mais significativo”. Mais do que isso, a AE abarcava todo um sentido ético: “ela contribui para um futuro melhor para nossos filhos, porque ela melhora sempre a fertilidade do solo, enquanto os atuais métodos são uma nota promissória contra nossos filhos. Uma nota que eles não terão condições de resgatar” (IDEM, p. 78).

Enquanto as técnicas “modernas” levariam ao esgotamento do solo no futuro (compactação pelo uso de máquinas pesadas; perda de matéria orgânica com o uso de fertilizantes artificiais; poluição, etc), os métodos ecológicos, ao contrário, possibilitariam sua revigoração permanente. Isso representava, para Lutzenberger, a garantia da sobrevivência da humanidade, “os nossos filhos”, mas também da vida como um todo, pois a propriedade nesse sistema é considerada um ser vivo.



Um aspecto interessante levantado por Lutzenberger foi a questão do termo para designar o modelo ecológico de agricultura. Ele não gostava das expressões “orgânica”, “alternativa”, ou “biológica”, porque

Na agricultura convencional, o que se está fazendo também é biológico. Se nós fizermos um gigantesco massacre é um ato biológico; morrer de intoxicação também é biológico. “Agricultura alternativa” também não é um nome bom, porque qualquer alternativa boa ou ruim é uma alternativa e “agricultura orgânica” também não serve, porque o DDT é uma substância orgânica, o Parathion é uma substância orgânica, o Themik é substância orgânica. Agora “ecológica”, sim. Isso pressupõe um enfoque cibernético. Eu prefiro não dizer “agricultura biológica, alternativa ou orgânica”, mas “Agricultura Ecológica” (LUTZENBERGER, 27-30/04/1981, p. 61, APJL).

Essa precisão no termo era importante, pois demarcava uma posição ética e política para diferenciar o agricultor ecológico do convencional. Ao utilizar a expressão “agricultura ecológica”, ficava claro que estavam “fazendo uma coisa diferente que o sistema convencional não está fazendo” (IDEM).

O enfoque cibernético, ou sistêmico, permitiria ao agricultor ecológico enxergar sua propriedade como um organismo onde tudo está interligado – o mesmo conceito de ecologia que já se encontrava no *Manifesto*. Capra (2006, p. 33) utiliza “ecológico” e “sistêmico” como sinônimos, sendo que esta última é a designação científica mais técnica. O autor explica “pensamento sistêmico”

Em termos de conexidade, de relações, de contexto. De acordo com a visão sistêmica, as propriedades essenciais de um organismo, ou sistema vivo, são propriedades do todo, que nenhuma das partes possui. Elas surgem das interações e das relações entre as partes (...). Embora possamos discernir partes individuais em qualquer sistema, essas partes não são isoladas, e a natureza do todo é sempre diferente da mera soma de suas partes (CAPRA, 2006, p. 40-41).

Podemos perceber que esse foi o ponto de vista central adotado por Lutzenberger na questão da agricultura, mas também em todo seu pensamento e militância ambientalista. Olhar o mundo através do enfoque sistêmico, considerando as relações entre solo, planta e demais elementos da propriedade, significava ir muito além da simples aplicação de fertilizantes para “corrigir” o solo e de venenos para matar as “pragas”. Era também considerar-se parte desse todo, desse organismo vivo: a Terra, ou Gaia (cuja teoria está baseada nesses mesmos princípios, como veremos). Na sua visão, a Terra deveria ser respeitada, reverenciada, e não se transformar em objeto de lucros imediatos, como propugnava a agricultura dita moderna. O cuidado e a reverência com esse todo eram importantes na ética divulgada por Lutzenberger, que, segundo ele, possibilitaria a continuidade da vida – de todas as formas de vida no planeta, por muito tempo, indefinidamente. Era uma promessa de futuro que a agricultura “moderna” não teria condições de oferecer.

## **Congressos, encontros e pesquisas sobre agricultura ecológica**

Neste segmento, vamos abordar, de maneira não exaustiva, a participação de Lutzenberger em alguns eventos com o objetivo de divulgar a agricultura ecológica no Brasil, para o público tanto acadêmico quanto leigo. Veremos que ele incentivou a pesquisa acadêmica sobre esse novo paradigma, especialmente em sua área de formação, a Agronomia.

Em 1977, Lutzenberger foi convidado pela AEASP a proferir palestra sobre o uso indiscriminado de produtos químicos na agricultura no 1º Congresso Paulista de Agronomia. Ele causou enorme impacto nos quinhentos participantes do evento e foi aplaudido de pé. Por causa dessa aproximação exitosa com os engenheiros agrônomos paulistas, no ano seguinte, foi escolhido “Engenheiro Agrônomo do Ano” pela associação e quase teve o prêmio cassado, como vimos anteriormente. Em 1979, durante uma viagem a Jaboticabal com os integrantes da diretoria da AEASP Walter Lazzarini (Presidente) e Moacir de Almeida (Diretor de Política Profissional), propôs a formação de um grupo que, inicialmente, montaria um cadastro das pessoas e iniciativas ligadas à Agricultura Alternativa no Brasil, e em seguida trabalharia pela divulgação do movimento. Um dos primeiros nomes sugeridos por Lutzenberger para compor o grupo foi o da engenheira agrônoma austríaca Ana Maria Primavesi<sup>104</sup>. O coletivo se tornou realidade no segundo semestre de 1979, chamando-se “Grupo de Agricultura Orgânica, Biodinâmica, Natural e Biológica”. No mesmo ano, Primavesi lançou o livro *Manejo Ecológico do Solo*, de grande impacto para a agricultura ecológica. No *website* da Associação de Agricultura Orgânica (AAO), esse impulso inicial de Lutzenberger é considerado um “empurrão”, contribuição que impulsionou o movimento de agricultura alternativa no Brasil nos anos 1970: “com sua cultura, carisma, fundamentação, crítica e espírito inovador [Lutzenberger] sensibilizou expressivo número de agrônomos a repensar seus paradigmas e fundamentos técnico-profissionais” (AAO. O empurrão de Lutzenberger, *Online*).

Em novembro de 1978, ele participou do primeiro Seminário Nacional de Política Agrícola (Senapa), realizado em Brasília, onde “garantiu que a terra pode ser cultivada, com excelentes resultados econômicos e ecológicos, dispensando o uso de fertilizantes, herbicidas ou fungicidas”. Também difundiu que “a agricultura orgânica é uma saída viável para alimentar a humanidade e que já existem experiências plenamente bem sucedidas na Europa, especialmente na Alemanha, e nos Estados Unidos” (GAZETA MERCANTIL, 27/11/1978, p. 9, APJL).

---

<sup>104</sup> Nascida em 1920, em Styria, na Áustria, frequentou a Universidade de Recursos Naturais e Ciências da Vida, em Viena. Casou-se com Arthur Primavesi em 1946. O casal emigrou para o Brasil em 1949, quando suas posses foram tomadas pelos russos (em 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Áustria foi dividida em quatro zonas de ocupação, por Estados Unidos, Rússia, Reino Unido e França, permanecendo assim até 1955). Primavesi recebeu, ao longo da vida, inúmeros prêmios, como o Lifetime Achievement Award 2012 (ONE WORLD AWARD, *Online*).

De 22 a 26 de outubro de 1979, o XI Congresso Brasileiro de Agronomia, realizado em Curitiba, “reuniu cerca de 2.200 engenheiros agrônomos para discutir política agrícola, ecologia, qualidade de vida e democracia” (JEA, Novembro/1979, p. 9, APJL). O jornal destacou a alta participação no evento, em comparação ao X Congresso (ocorrido em São Luís-MA, em 1976), no qual apenas 300 profissionais compareceram. A explicação para esse fenômeno se encontrava no contexto político: em 1978/79, o Brasil já passava por um momento de abertura no regime militar, numa “lenta e gradual” transição para a democracia; por exemplo, a Lei da Anistia havia sido aprovada recentemente, em agosto de 1979. Com isso, as manifestações políticas eram mais bem toleradas. Como vimos no episódio da quase “cassação” do prêmio de Lutzenberger, no capítulo anterior, havia uma sede de participação política cada vez maior na categoria dos engenheiros agrônomos, justamente uma das temáticas enfatizadas no XI Congresso.

No discurso de abertura, o presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná (AEAPR) conclamou que todos os engenheiros agrônomos assumissem seu “verdadeiro papel frente à sociedade e ao impasse em que o país se encontra. Caminhamos para o verdadeiro estado democrático, portanto é preciso que pensemos seriamente e ingressemos nesse contexto político como categoria organizada”. Para o presidente, a categoria estava sendo convocada a resolver os mais sérios problemas brasileiros, “o restabelecimento da balança comercial, melhoria do abastecimento interno, melhoria nos padrões de alimentação, combate à inflação, preservação ambiental, produção de energia, êxodo rural e tantos outros”. Apesar da grande responsabilidade da categoria nas questões que envolviam a agricultura - historicamente o principal setor produtivo do Brasil -, os profissionais eram “marginalizados do processo de decisão” (JEA, Nov/1979, p. 9, APJL).



Foto de participantes do XI Congresso Brasileiro de Agronomia. *JEA*, Novembro/1979, p. 10 (APJL).

O contexto era mais favorável também às questões ecológicas. O presidente da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB), Walter Lazzarini (o mesmo que defendeu a manutenção do prêmio de Lutzenberger, no ano anterior) “foi longamente aplaudido de pé por sua proposta de uma mudança radical na tecnologia empregada na agricultura brasileira”. Em sua fala, concordando com as posições já defendidas por Lutzenberger havia alguns anos, ele afirmou que “num país pobre e com abundância de mão-de-obra, a tecnologia empregada jamais poderia favorecer mais a indústria do que a agricultura”; era preciso que os engenheiros agrônomos participassem “do debate que se instalou no país sobre o modelo adotado para a agricultura” (JEA, Nov/1979, p. 9, APJL).

A palestra de Lutzenberger no encontro intitulou-se “Agricultura como fonte de melhoria de vida. Contradições e paradoxos”. Ele reafirmou a necessidade de uma produção agrícola sustentável: “de nada adianta conseguir uma produção altamente rentável, se ela significar uma destruição da natureza”. Criticou o avanço da pecuária na Amazônia e o Proálcool, programa do governo que, em sua opinião, além de causar poluição e consumir altas somas com os insumos utilizados na produção, iria “marginalizar uma população que até hoje conseguiu sobreviver aos grandes perigos da concentração econômica”. Segundo o *JEA*, o auge do seu pronunciamento foi a ironia a uma publicação da Dow Química, distribuída no encontro. A exemplo de outras peças publicitárias, como vimos antes, Lutzenberger a definiu como ecopornográfica: “nela, destaca-se que o uso de herbicidas, ao contrário do que se apregoa, contribui para a elevação da produção, combate à erosão dos solos, e até restauração de cursos de água” (JEA, Nov/1979, p. 9-10, APJL). Em seguida, passou a propor alternativas para uma agricultura mais salutar. Uma delas foi o controle biológico de pragas, ou seja, “o combate dos insetos por meio dos seus próprios inimigos naturais, os fungos, parasitas, e os predadores, principalmente” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 29/10/1979, APJL). Também retornou à metáfora do drogado, para expor que a agricultura precisava ser desintoxicada lentamente. Eliminado o uso dos produtos que a prejudicava, aos poucos, o equilíbrio voltaria às áreas devastadas (JEA, Nov/1979, p. 9-10, APJL).

Avaliando sua participação no evento, Lutzenberger considerou que o Congresso fora “um evento político sem precedentes para nós e, ousado dizer, para o mundo” (LUTZENBERGER. Carta ao Prof. Gerhardt Preuschen<sup>105</sup>. Porto Alegre, 21/11/1979, APJL). Em sua opinião, o evento produzira uma rejeição unânime do modelo agrícola brasileiro: aos programas do governo de

---

<sup>105</sup> Gerhardt Preuschen (1908-2004) foi um engenheiro agrônomo alemão. Publicou vários livros sobre agricultura orgânica e era membro de uma associação alemã sobre o assunto, a Stiftung Ökologie & Landbau (Fundação Ecologia e Agricultura). Lutzenberger conhecia-o pessoalmente e o considerava o “papa da agricultura ecológica na Alemanha”; antes da realização do Congresso em Curitiba, eles haviam se encontrado em Ziegelsdorf (uma aldeia no município de Untersiema, estado de Bayern, Alemanha), onde conversaram sobre “novos pontos de vista que estavam ganhando terreno entre os agrônomos brasileiros” (LUTZENBERGER. Carta ao Prof. Gerhardt Preuschen. Porto Alegre, 21/11/1979, APJL).

suporte ao agronegócio, à sistemática promoção do grande às custas do pequeno agricultor, à promoção da “hipermonocultura especulativa”, acompanhada da agroquímica e brutal mecanização. Relatando a situação da agricultura ecológica no Brasil ao professor alemão, Lutzenberger percebia a politização dos engenheiros agrônomos e estudantes de agronomia; eles estavam assumindo posição contra “a máfia internacional do agronegócio”, mas ficavam frustrados com o pequeno trabalho prático que poderiam construir, pois não havia bibliografia sobre o assunto em português e a maioria dos professores universitários sequer ouviu falar de agricultura orgânica. Havia, portanto, todo um campo de conhecimento a ser construído.

Essa também era uma das preocupações da já mencionada Ana Primavesi, uma das pioneiras da agricultura ecológica no Brasil, ao lado do marido, Arthur Primavesi. Ana admirava o trabalho de Lutzenberger, considerando-o um dos “grandes pioneiros do século”. Ela escreveu carta para se aproximar do ambientalista, propondo a união entre “todos que de uma ou outra maneira lutam para a conservação do solo e do meio ambiente, de ecossistemas ou de uma agricultura menos química” (PRIMAVESI, Ana. Carta a Lutzenberger. São Paulo, 15/03/1980, APJL). Na visão de Ana,

embora existindo no país numerosos cursos de Pós-graduação em Ecologia, estes não pretendem ajudar, ensinando simplesmente a influência do clima sobre a cobertura vegetal e as diversas características fisiológicas, como se fossem fatores isolados, aparentemente com o intento de esvaziar os esforços de VS e de todos nós para a conservação do ambiente. Não cogitam em ensinar algo sobre os equilíbrios dinâmicos dos ecossistemas e seu funcionamento delicado com suas relações recíprocas, influenciando um fator sobre o outro em verdadeira reação em cadeia (PRIMAVESI, Ana. Carta a Lutzenberger. São Paulo, 15/03/1980, APJL).

O casal Primavesi vinha empreendendo esforços pessoais pela disseminação da agricultura ecológica tanto em âmbito acadêmico quanto entre agricultores desde sua chegada no Brasil, em 1949. Nos anos 1960, ela e o marido foram professores da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e organizaram o curso de Pós-Graduação em Agronomia da universidade, o primeiro do país a focar o manejo ecológico do solo. Uma das áreas de concentração do curso era denominada “Biodinâmica e Produtividade do Solo”, cuja coordenação inicial, em 1971, era exercida por Arthur Primavesi. O casal já havia publicado os livros *A biocenose do solo na produção vegetal* (1964) e *Deficiências minerais em cultivos: nutrição e produção vegetal* (1965). Em 1979, Arthur faleceu, e no ano seguinte Ana lançou *Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais*, considerado um dos livros mais importantes sobre o tema, que recebeu grande atenção do público naquele contexto de ebulição da agricultura ecológica.

Lutzenberger recomendou o livro de Ana, entre outras publicações, aos alunos de Agronomia. Com frequência, estudantes de diversas partes do Brasil escreviam para pedir-lhe indicação de bibliografia e sugestões de pesquisa na área de agricultura ecológica. Mesmo recebendo uma extensa correspondência, Lutzenberger fazia questão de responder essas cartas

rapidamente, pois encorajar a pesquisa nesse campo era fundamental à expansão do paradigma que ele tanto defendia:

Enquanto não começarem a trabalhar e escrever os jovens agrônomos brasileiros nada mudará nesta situação (...). Só posso apelar a que cultivem fermento intelectual, ampliem seu horizonte cultural e científico. O jovem com imaginação e iniciativa se forma (no verdadeiro sentido da palavra) não por causa, mas apesar das escolas que frequenta (...). Mãos à obra. São raros os lugares do mundo que tantas oportunidades oferecem quanto o nosso país (LUTZENBERGER. Carta a Francisco Carlos Trindade Leite-Presidente CAJOL, 06/10/1980, APJL).

O modelo e a influência de Lutzenberger junto aos estudantes de Agronomia de Maringá-PR eram tamanhos que eles o homenagearam no nome de seu centro acadêmico: CAJOL é a sigla de “Centro Acadêmico José Lutzenberger”. Também os estudantes de Lavras - MG escreveram ao ambientalista para solicitar “qualquer informação, bibliografia, fatos, estatísticas” sobre agricultura ecológica. Na resposta, com ajuda do Prof. Corseuil, da UFRGS, Lutzenberger recomendava que os estudantes se dedicassem a pesquisas sobre

1) humificação correta e relação saúde biológica do solo/saúde da planta; 2) bioquímica e bacteriologia/microbiologia do humus ativo, estudo da minhoca como agente de humificação correta e ao mesmo tempo indicador biológico da mesma; 3) caracterização de nossos inços (plantas invasoras) como indicadores da situação biológica do solo (...); 4) problemas de alelopatia tanto entre as plantas cultivadas, quanto entre plantas cultivadas e inços (...); 5) mais estudo da biologia dos insetos, fungos, bactérias, ácaros e nematóides e outros que atacam nossos cultivos. Aqui deve haver ênfase especial no desenvolvimento das condições metabólicas favoráveis ou não para a respectiva “praga”. Estudo também dos respectivos predadores naturais (...); 6) estudo de nossas ervas nativas como plantas medicinais (LUTZENBERGER. Carta ao Diretório Acadêmico de Agricultura de Lavras. Torres, 08/09/1978, APJL).

Além do livro de Primavesi - o primeiro da lista - Lutzenberger recomendava obras em alemão, inglês e francês, o que exigia dos estudantes o conhecimento desses idiomas. Por isso o apelo à ampliação do “horizonte cultural e científico” era crucial. Uma das indicações de leitura, repetida em diversas cartas, era especialmente importante. Lutzenberger ficara muito entusiasmado com a divulgação do relatório “Report and recommendations on organic farmer”, preparado pelo grupo de estudos sobre agricultura orgânica do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em julho de 1980. Ele recebera o relatório diretamente do USDA sem tê-lo solicitado (LUTZENBERGER. Carta a Francisco Carlos Trindade Leite-Presidente CAJOL, 06/10/1980, APJL), o que pode ser um indicador de seu prestígio. Para Lutzenberger, o documento era “fulminante”, pois vinha de dentro do Ministério da Agricultura do país mais influente do mundo, onde também havia uma “máfia dos pesticidas”. Era um apoio “de peso” à causa da agricultura ecológica. Tão importante, que ele enviou uma cópia para o ministro brasileiro: “já esfreguei na cara do nosso ministro da agricultura. Daqui para frente vamos poder cobrar dele muitas coisas (...). Agora temos um fato irreversível (...). Para mim, é a maior vitória do movimento

ecológico mundial nos últimos trinta anos. A indústria química nunca esteve tão desmoralizada” (IDEM).

O relatório do USDA era resultado de ampla pesquisa conduzida por cientistas sobre a agricultura orgânica nos Estados Unidos e Europa. Eles visitaram 69 propriedades entrevistando os agricultores e observaram que o movimento orgânico representava um espectro de práticas, atitudes e filosofias. Havia propriedades pequenas, com 10 a 50 acres de terra, assim como propriedades em larga-escala, de 100 a 1500 acres. Entre as motivações para a mudança da agricultura química à agricultura biológica, os pesquisadores relataram a preocupação dos agricultores em proteger a saúde do solo, humana e animal dos potenciais perigos dos pesticidas; o desejo de menor gasto com insumos; a preocupação com o meio ambiente e proteção dos recursos do solo. Em conclusão, os técnicos descobriram que as práticas dos agricultores orgânicos - rotação de cultivos, adubação verde, plantio direto, cultivo em faixas, reciclagem e controle de pragas sem agrotóxicos - eram as melhores para controlar a erosão do solo, minimizar a poluição da água e conservar energia. Por isso, os cientistas recomendavam o desenvolvimento de pesquisas e campanhas educativas para ajudar a suprir as necessidades e resolver os problemas dos produtores orgânicos; havia muito a se aprender sobre o sistema orgânico de cultivo, seus mecanismos, interações, princípios e benefícios potenciais para a agricultura (USDA. *Online*).

O relatório também destacou a necessidade de pesquisa, como Lutzenberger já havia observado. De 20 a 24 de abril de 1981, ocorreu um importante evento para consolidar esse novo campo de investigações no Brasil, o 1º Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA), em Curitiba. Meses antes, Lutzenberger escreveu ao Prof. Eduardo Zaffaroni (UFPA) entusiasmado com a possibilidade da presença de “papas” da agricultura biológica da Europa e EUA no congresso:

Já tenho a promessa alemã de receber o papa da agricultura biológica na Alemanha [Preuschen], temos a promessa de Claude Aubert, que é o papa da agricultura biológica na França, acabo de receber carta da Holanda, de receber um representante do Stichting van der Meulen, e já entabulei contatos com os americanos para receber o Eliot Coleman, papa da agricultura orgânica nos EUA (LUTZENBERGER. Carta ao Prof. Eduardo Zaffaroni. Porto Alegre, 06/10/1980, APJL).

A organização do evento estava a cargo da FAEAB<sup>106</sup>, mas Lutzenberger pode ter ajudado com os contatos internacionais. O encontro reuniu cerca de 1000 participantes de várias partes do Brasil, entre eles estudantes, pesquisadores, técnicos extensionistas e produtores, com o objetivo de discutir novos rumos para a agricultura nacional, sistematizar as ações e aprofundar as discussões sobre experiências já existentes de agricultura alternativa.

---

<sup>106</sup> A FAEAB organizou quatro grandes encontros nacionais conhecidos como EBAA (Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa), realizados, respectivamente, em Curitiba (1981), Rio de Janeiro (1984), Cuiabá (1987) e Porto Alegre (1989), reunindo estudantes e profissionais ligados à agricultura (FONSECA, 2009, p. 19).

Dos convidados internacionais de Lutzenberger, pelo menos Claude Aubert compareceu ao evento. Em sua conferência, surpreendeu a plateia ao mencionar que uma pesquisa realizada há 10 anos na França detectou teor de organoclorado – DDT, BHC, etc. – no leite materno 50% superior à quantidade encontrada no leite de vaca. Nos Estados Unidos, esse percentual subia para 100% “e, no Brasil, uma pesquisa do Instituto Adolfo Lutz também detectou teor de organoclorado no leite, sem esclarecer os percentuais” (JORNAL DO BRASIL, 18/05/1981, APJL).

A *Zero Hora* aproveitou a presença de Aubert no Brasil para promover uma mesa-redonda sobre agricultura biológica, ou alternativa, onde o engenheiro agrônomo francês debateu com Lutzenberger, Luis Carlos Pinheiro Machado e João Giugliani Filho (Presidente da SARGS), respondendo perguntas de jornalistas.



Mesa redonda sobre agricultura biológica. Porto Alegre, *Zero Hora*, 03/05/1981, p. 26 (APJL).

Para Aubert, a agricultura biológica (AB) tinha por objetivo produzir os melhores alimentos possíveis sem produtos químicos, economizando energia, mantendo paralelamente a fertilidade do solo e evitando toda a poluição ambiental da agricultura convencional. Uma das primeiras perguntas dos jornalistas foi sobre a crítica mais comum à AB, as limitações de escala de produção - pensando na “preocupação fundamental da humanidade, hoje, a alimentação, a AB não consegue realizar esse objetivo. Esta crítica procede ou não e por quê?” (ZERO HORA, 03/05/1981, p. 26, APJL). Aubert respondeu que a agricultura convencional “não poderia ser



generalizada para todos os países, pois esgotaria todas as fontes de energia conhecidas”. No início, a agricultura biológica “tem que ser em pequena escala porque os agricultores que estão empenhados nela têm poucos recursos, mas na medida em que os resultados favoráveis se generalizam, é evidente que haverá uma possibilidade de fazer em grande escala”. Lutzenberger complementou a resposta do francês, argumentando que “os métodos de agricultura convencional não estão contribuindo para a solução da fome no mundo. A agricultura convencional se limita, em quase toda parte, aos produtos para exportação”. Mas, segundo o ambientalista, o pior era quando ela penetrava “numa região de agricultura camponesa, ela desloca a produção de alimentos para aquelas massas para dar lugar à produção de produtos para a exportação”. Isso ocorreria tanto no Brasil quanto na Ásia e na Europa. Aubert acrescentou que era “uma grande mentira dizer que os métodos da agricultura biológica são menos produtivos que a agricultura convencional”. Pesquisas nos EUA verificaram que “do ponto de vista do rendimento por hectare, a produção é a mesma”. Ele mencionou também o relatório da USDA, revelador de que “a agricultura biológica é um procedimento interessante, válido inclusive, recomendando que os extensionistas se capacitem nessa área para atender as demandas dos agricultores”.

No intuito de desmistificar a informação de que só pequenas propriedades poderiam trabalhar com AB, Luis Carlos Pinheiro Machado relatou uma visita do grupo, junto com Aubert, à fazenda no Paraná com cinco mil hectares que estava “evoluindo no sentido da agricultura biológica”, num processo de transição. Ela já se destacava “do ponto de vista da agricultura convencional com uma série de técnicas, como rotação cultural, ausência de agressão ao solo e uma grande redução do consumo de agrotóxicos. Essa fazenda, hoje, é talvez a que tenha a melhor média de trigo do estado do Paraná”. O proprietário disse a eles que “se não mudasse de rumo, em três anos os custos seriam iguais às receitas, e no quarto ano já estaria no negativo. Não foi por idealismo que ele mudou (...) foi por necessidade” (ZERO HORA, 03/05/1981, p. 26, APJL).

Segundo os debatedores, a transição deveria ser gradual. Reduzindo o uso de agrotóxicos e adotando práticas ecológicas, além da produção de alimentos mais saudáveis, o agricultor diminuiria custos e aumentaria a produtividade por hectare cultivado. Os alimentos produzidos no sistema convencional, para Aubert, estavam promovendo “o aumento da intensidade do câncer e das doenças cardiovasculares” (ZERO HORA, 03/05/1981, p. 27, APJL) nos Estados Unidos e em muitos outros países. A fim de reverter tal situação, ele sugeria o incentivo a mercados de venda de produtos orgânicos, como os que já existiam na Europa. E isso dependeria, além da mudança dos agricultores, “do aumento de consciência dos consumidores”.

Também aproveitando a estadia de Aubert em Porto Alegre, a SARGS promoveu o 1º Curso de Agricultura Biológica, realizado entre 27 a 30 de abril de 1981. As palestras proferidas então foram publicadas com a colaboração da Assembleia Legislativa do RS. Esse fato é

significativo, porque demonstra uma aceitação da AB perante os poderes constituídos no Estado. Lutzenberger falou no evento sobre os “fundamentos ecológicos da agricultura biológica”, que, segundo ele, não era algo novo: “não se trata de conhecimentos científicos novos e revolucionários, muito ao contrário, trata-se da aplicação de métodos que se conhecem há séculos e cientificamente há pelo menos meio século” (LUTZENBERGER, 27-30/04/ 1981, p. 52, APJL). De acordo com ele, o objetivo fundamental da agricultura deveria ser produzir “alimentos que signifiquem saúde e não alimentos que originem câncer, como esses que hoje produzimos”. Essa produção deveria “ser feita num esquema que seja permanentemente sustentável”. Nosso personagem caracterizou o paradigma convencional baseado em “NPK + veneno”, utilizando a metáfora das quatro gavetas, que compartimentavam a produção: solo, praga, inço e capital genético. O paradigma convencional não ligaria esses compartimentos, o que causaria grande destruição ambiental.

Na segunda parte da palestra, Lutzenberger caracterizou o paradigma da agricultura ecológica, ao contrário do anterior, pelas interações entre as “gavetas” e uma série de outros fatores. A propriedade mesma é encarada por ele como um organismo, onde tudo está interligado. Nela, o agricultor “está sempre vendo o todo, pois num organismo todos os órgãos são complementares dos demais”; ele “vê mais fundo dentro de cada gaveta. No solo, por exemplo, ele vê, em primeiro lugar, a vida do solo, que hoje desprezamos completamente (...) vê no solo um sistema vivo”. Nesse ponto, Lutz introduz diretamente a questão ética, para ele a causa de toda a doença:

Hoje já estamos nesse desastre, porque um desses elos está gravemente enfermo. Trata-se da nossa cabeça. Temos uma filosofia errada e por isso estamos arrasando a agricultura. Em terminologia cibernética, estamos mal programados. Nosso programa é de retroação positiva, não de retroação negativa, que leva a homeostase. Na agricultura ecológica, nos preocupamos, basicamente, com essas fantásticas biocenoses, ou seja, comunidades vivas, que existem no solo e queremos mantê-las mais vivas, da maneira mais opulenta possível (LUTZENBERGER, 27-30/04/1981, p. 62, APJL).

Lutzenberger utilizava conceitos da ecologia e do pensamento sistêmico para construir sua crítica à filosofia que estaria por trás da agricultura convencional: era um problema de cunho ético, que envolvia concepções e escolhas humanas nas formas de produzir alimentos. É interessante perceber no seu discurso a interação entre conceitos da Ecologia e da Teoria Geral dos Sistemas (TGS), de Bertalanffy (1967), cujo objetivo era “a formulação de princípios válidos para os sistemas em geral, independentemente das entidades que os constituam”; nessa, busca-se compreender “as totalidades que essas entidades constituem, a organização desses sistemas” (VASCONCELLOS, 2002, p. 196). A ecologia é uma das áreas do conhecimento em que a TGS seria aplicável<sup>107</sup>. A cibernética, cujos fundamentos foram desenvolvidos por Norbert Wiener, em seus livros *Cibernética e Sociedade* (1948) e *O uso humano dos seres humanos* (1950),

---

<sup>107</sup> Visões holísticas como esta têm uma longa trajetória na história do pensamento. Consultar WORSTER (2011).

se interessa pelo modo de funcionar das máquinas, independentemente da natureza de seus elementos constituintes: focaliza as relações entre os elementos, o modo como estão acoplados ou as regras de conexão entre eles. Procura evidenciar seu mecanismo de funcionamento, os mecanismos de regulação de que dispõe, enfim, os meios que usam para chegar à meta, a despeito dos possíveis desvios e perturbações (VASCONCELLOS, 2002, p. 217-218).

Esses conceitos foram transpostos para o estudo das interações dos seres nos ambientes, alvo de estudo da Ecologia, a partir da interpretação de que tanto as máquinas quanto as comunidades biológicas possuem meios de auto-regulação. Na natureza, essa auto-regulação é importante para garantir o equilíbrio do sistema, a homeostase. Segundo Ricklefs (1996, p. 145-146), “homeostase é a habilidade de um indivíduo em manter condições internas constantes em face de um ambiente externo variante. Todos os organismos apresentam homeostase em algum grau em relação a algumas condições ambientais”. Como exemplo, podemos citar o controle de temperatura do corpo diante de mudanças climáticas no ambiente. A condição para que o sistema esteja em equilíbrio, ou em estado homeostático, é a retroalimentação negativa. Exemplo clássico é o funcionamento do termostato, citado por Lutzenberger no *Manifesto*: nele, a “ação provoca uma reação que freia a ação” (LUTZENBERGER, 1980a, p. 76). A retroalimentação negativa ocorre “quando as influências externas fazem um sistema desviar-se do seu normal, ou estado desejável, [por isso] mecanismos de resposta interna agem de forma a restaurar aquele estado” (RICKLEFS, 1996, p. 146).

Ao contrário, a retroalimentação positiva só acrescenta informação ou produtos ao sistema, o que acaba causando desvios deste “em relação às normas ou tendências que o vinham caracterizando até então” (VASCONCELLOS, 2002, p. 223). Lutzenberger percebia na agricultura dita “moderna” essa situação de retroalimentação positiva, causadora de distúrbios na “biocenose”, também chamada de “comunidade biótica”, ou seja, o conjunto de populações de seres vivos que ocupam uma área (ODUM, BARRET, 2006, p. 5). O pacote tecnológico colocado à disposição do agricultor não permitiria a homeostase; muito pelo contrário, ampliaria mais e mais o círculo vicioso da dependência do solo a seus produtos artificiais. Motivada por uma ética antropocêntrica, a indústria que sustentava e estimulava o paradigma convencional não se interessava em promover as interações e equilíbrio na comunidade biótica, pois isso não aumentaria seus lucros. Um exemplo concreto disso, observado por Lutzenberger durante sua experiência na BASF, era a falta de preocupação em preservar a minhoca:

Quando eu trabalhava na indústria química, uma das coisas que mais me chocou nos últimos anos, antes de eu abandoná-la, foi que um dia o departamento técnico me mandou um folheto para analisar e promover. “Como matar minhocas com heptacloro”, vejam só! Recentemente um agricultor lá em Bento Gonçalves me perguntou: “como é que eu acabo com as minhocas no meu parreiral? Que veneno devo usar?” (LUTZENBERGER, 27-30/04/1981, p. 62, APJL).

No entanto, para a agricultura ecológica, a minhoca tem um papel importantíssimo, pois seu trabalho enriquece o solo:

A minhoca faz um trabalho fabuloso. Já o velho Darwin, há mais de 100 anos, num de seus trabalhos, referia-se justamente a isso (...). A minhoca movimenta por dia 3 a 5 gramas de terra. Todos sabemos que a minhoca ingere solo, defeca em cima, traz folhinhas secas de cima para baixo e, nesse processo, ela libera minerais. Se fizermos uma análise de solo dos excrementos da minhoca, veremos que há ali um aumento enorme de nitrogênio solúvel e de fósforo. Isso não quer dizer que ela fabricou o fósforo. Ele foi liberado. Ora, se cada minhoca movimenta e enriquece por dia uma quantidade de solo que equivale de 3 a 5 vezes seu peso, então, mil quilos de minhocas num hectare movimentam de 3 a 5 mil quilos de solo por dia. E a minhoca trabalha de graça (...). É muito mais importante que o arado. Sobretudo, é mais preciso e adequado (LUTZENBERGER, 27-30/04/1981, p. 62, APJL).

Outro fator importante na agricultura ecológica é a percepção dos insetos como indicadores biológicos e não como pragas. O que o agricultor convencional vê como “um inimigo que ele quer exterminar, na agricultura biológica, quando vemos uma praga, vemos em primeiro lugar um erro que nós mesmos cometemos. Porque, se minha planta está fraca, meu solo não está em ordem”. (27-30/04/1981, p. 65, APJL). Também o inço ou erva daninha não têm a mesma conotação para a agricultura ecológica: “os agricultores ecológicos não usam essa palavra, eles dizem erva acompanhante ou erva nativa. Eles não consideram o inço uma coisa ruim, muito pelo contrário”. (p. 66).

A nutrição mineral das plantas também era diferente daquela praticada no modelo convencional. Enquanto o Ministro da Agricultura dizia que o Brasil precisava importar mais adubos, para Lutzenberger, havia no país todo o adubo mineral necessário. Ele falava de trilhões de toneladas de basalto que eram colocadas fora, no Rio Grande do Sul:

na agricultura biológica, o basalto é excelente adubo mineral, porque num solo vivo, a microbiologia libera do basalto fósforo, potássio, magnésio, cálcio, manganês, e outros elementos. Essa liberação promove por sua vez o azobacter, que fixa gratuitamente o nitrogênio no solo. Então nós temos tudo o que precisamos por aqui, e não precisamos ir buscar em nenhum outro lugar (...). Os agricultores biológicos até pó de granito usam. (LUTZENBERGER, 27-30/04/1981, p. 69, APJL).

A chave para a agricultura ecológica é a saúde - a microvida - do solo. Lutzenberger disse ter feito essa descoberta quando morava em Caracas, Venezuela, como funcionário da BASF, num apartamento no 11º andar de um edifício. No balcão do apartamento, ele cultivava algumas plantas, com as quais “passava um trabalho louco”. Mesmo recebendo todo o tratamento possível – inclusive matéria orgânica – elas sempre acabavam doentes e definhavam. No entanto, em seu caminho para o trabalho, ele observava as mesmas espécies, num chapadão de rocha, que, mesmo sem chuva durante meses, “lá estavam lindas e vistosas (...). Aí me lembrei de olhar melhor o solo. E verifiquei que aquela planta, que tinha meio centímetro de solo acima do chapadão – mas um solo feito por ela mesma, inclusive pelas suas folhinhas que iam caindo – tinha uma maravilhosa mycorrhizza<sup>108</sup> em suas raízes” (LUTZENBERGER, 27-30/04/1981, p. 68, APJL). Foi na

---

<sup>108</sup> A mycorrhizza – consorciação íntima entre as raízes capilares e uma variedade de bactérias, algas e fungos – é o tipo mais importante de associação simbiótica entre fungos e plantas, conferindo benefícios para ambos os “sócios”

observação prática que Lutzenberger disse ter aprendido essa importante lição sobre a relação solo-planta.

Por fim, a palestra foi concluída com sugestões para pesquisas na área da agricultura ecológica. A fim de instigar os agrônomos à pesquisa sobre agricultura ecológica - que ele chamava de “diálogo com a natureza” - Lutz lançou mão mais uma vez de sua experiência pessoal. Em outubro de 1979, ele participara de reunião na Alemanha com o Ministro da Saúde, representantes da indústria química e da agricultura biológica. Um funcionário da indústria teria desafiado o Ministro: “Vocês não têm ensaios com interpretações estatísticas para provar as coisas que estão dizendo”. O Prof. Preuschen, que estava presente, ficou sem resposta. Então Lutzenberger pediu a palavra e disse:

Olha, existe uma ciência considerada a segunda mais exata, logo depois da Física, a Astronomia. E na Astronomia não se fazem ensaios, só observações. Não podemos parar o Sol para ver o que acontece. Só podemos observar o movimento do Sol e das estrelas e interpretar as suas manifestações. Provamos depois, com nossa observação, as nossas hipóteses (LUTZENBERGER, 27-30/04/1981, p. 70, APJL).

Com a narrativa desse episódio, ele queria convencer a plateia a empreender pesquisas nas quais a observação da natureza era fundamental. E elas não demandariam muito dinheiro, pois seriam baseadas no “diálogo com a natureza”. Lutzenberger sugeriu que as novas investigações se concentrassem em aspectos por ele considerados fundamentais: recuperação da “biocenose” (a comunidade viva do solo); registro das fontes de matéria orgânica existentes e desperdiçadas (materiais como bagaço de uva, restos de abatedouros, serragens de madeira, etc.), que poderiam ser utilizadas como adubo orgânico; estudo das mycorrhizas; controle biológico, etc. Era um leque de possibilidades que se abria aos novos engenheiros agrônomos. O próprio ambientalista disse que gostaria de ser um agrônomo jovem, de 25 anos, para começar o trabalho nesses campos (LUTZENBERGER, 27-30/04/1981, p. 70. APJL).

## **A Divulgação da Teoria da Trofobiose**

Em 1987, chegou às livrarias brasileiras o livro *Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: A teoria da trofobiose*. Escrito originalmente em francês (*Les plantes malades des pesticides*) pelo pesquisador Francis Chaboussou<sup>109</sup>, foi traduzido para o português pela engenheira agrônoma Maria José Guazzelli, ao longo de dois anos (1984-85).

---

(BRUNDETT, 2008, *Online*). No que se refere à agricultura, a mycorrhizza revela-se muito valiosa para a nutrição de plantas. Mas ela só ocorre quando o solo não recebe altas doses de agrotóxicos, que acabam matando os fungos.

<sup>109</sup> Chaboussou (?-1985), formou-se em biologia pela universidade de Bordeaux em 1933, mesmo ano em que entrou, como jovem pesquisador, no Institut National de la Recherche Agronomique. Desenvolveu sua carreira de pesquisador na área de Entomologia. Suas pesquisas sobre os ácaros que atacavam videiras, entre 1960 e 1969, culminaram na tese de doutorado defendida em 1969, na qual apareceu o conceito de “trofobiose”. Faleceu em 1985, quando a tradução de seu livro para o português estava quase pronta (LUTZENBERGER, 1987, p. 10) .

Lutzenberger leu o trabalho provavelmente em 1982, ano em que começaram as tratativas entre ambos para a tradução. Em correspondência de 03 de julho de 1982, Chaboussou mencionou que soubera do interesse do ambientalista brasileiro na tradução por meio de Edouard Kressmann, um amigo em comum<sup>110</sup>. Ele ficou satisfeito com o interesse, pois estava “muito disposto a uma maior divulgação do trabalho” (CHABOUSSOU. Carta a Lutzenberger, 03/07/1982, APJL). Respondendo a Chaboussou, Lutzenberger demonstrou grande entusiasmo pela obra, que ele considerava “uma das coisas mais importantes que foram escritas em agronomia nos anos recentes” (LUTZENBERGER. Carta a Chaboussou, 18/07/1982, APJL). Para Lutz, a teoria da trofobiose era a prova científica do que o movimento pela agricultura ecológica defendia há cerca de dez anos: os parasitas e as doenças só atacam as plantas em desequilíbrio metabólico. Trofobiose foi o nome dado por Chaboussou para a “dependência estreita entre as qualidades nutricionais da planta e seu parasita” (PESSON, 2006, p. 22). Isso significa que a planta seria atacada “na medida em que seu estado bioquímico, determinado pela natureza e pelo teor em substâncias solúveis nutricionais, corresponda às exigências tróficas do parasita em questão” (CHABOUSSOU, 2006, p. 76).

A teoria se alicerça em dois processos fundamentais da fisiologia vegetal: proteossíntese e proteólise. Segundo Chaboussou, a planta equilibrada em crescimento vigoroso ou em descanso não é nutritiva para as pragas. Ela não tem capacidade de fazer **proteólise** (produção de açúcares e aminoácidos), só sabendo realizar **proteossíntese** (produção de proteínas). Enquanto um estado de proteólise dominante conduz a uma sensibilidade da planta em relação aos parasitas, um estado de proteossíntese é condição de resistência do vegetal às “pragas” (CHABOUSSOU, 2006).

Os agrotóxicos, ao penetrar nos tecidos das plantas, alteram seu metabolismo. Com isso, interferem nos processos antagonistas de proteólise e proteossíntese. Por exemplo, no caso do DDT, Chaboussou cita pesquisa de Forsyth (1954), que afirmou sobre o pesticida: “o DDT altera o metabolismo de tal forma que os aminoácidos e açúcares acumulam-se na folha, o efeito parecendo resultar de uma inibição de síntese das proteínas e dos carboidratos” (CHABOUSSOU, 2006, p. 110). Também o 2,4-D (composto do “Agente Laranja”) “inibe a síntese das proteínas e aumenta as formas não protéicas do nitrogênio. Esta inibição não se limita só às plantas adventícias. Os efeitos inibidores do 2,4-D podem ser nefastos ao cereal a proteger, provocando fenômenos de sensibilização em relação às doenças” (CHABOUSSOU, 2006, p. 112).

Além de aumentar a sensibilidade das plantas a parasitas, outro grave problema decorrente do uso de agrotóxicos, verificado pelo cientista francês, era o efeito sobre a microvida do solo. Após a decomposição das folhas, contendo os fungicidas sistêmicos que foram aplicados,

---

<sup>110</sup> Foi Kressmann quem apresentou o livro de Chaboussou a Lutzenberger.

ocorreriam sérios problemas. Esses compostos entram no ecossistema do solo, afetando os processos de decomposição. Os fungicidas sistêmicos inibem certos organismos saprófitas do solo (decompositores), como as mycorrizas e, mais do que isso, muitos deles se mostram nocivos em relação a minhocas (CHABOUSSOU, 2006, p. 126). Sintetizando as principais conclusões de Chaboussou, os agrotóxicos causariam doenças nas plantas, o que as tornaria atrativas aos parasitas. Isso aconteceria porque os pesticidas inibem a produção de proteínas e estimulam, ao contrário, a produção de açúcares, o que é atraente para os parasitas ou “pragas”.

Mas o pesquisador francês foi além do diagnóstico do problema, sugerindo métodos para corrigir as carências nutricionais das plantas. Um desses métodos foi citado por meio do trabalho dos brasileiros Anna e Arthur Primavesi, que desenvolviam pesquisas sobre agricultura ecológica na UFSM, como vimos. Primavesi *et al* (1972, apud CHABOUSSOU, 2006, p. 245) recomendavam, para o controle da doença *Brusone do arroz*<sup>111</sup>, “correções equilibradas, como medida preventiva” e mostraram “a influência benéfica do manganês e do cobre. Este último elemento aumentou a quantidade e a qualidade da colheita”. Chaboussou considerou as conclusões dos estudos dos Primavesi “revolucionárias”:

É evidente que nem o clima, que nos primeiros três anos mostrou-se muito favorável à *Pyricularia oryzae*, permitindo o desenvolvimento da doença nas diferentes regiões do Estado [Rio Grande do Sul, Brasil], nem a presença de esporos pode ser responsável pelos ataques devastadores nas lavouras de arroz. O desequilíbrio mineral, que torna a planta suscetível ao ataque, parece ser o fator decisivo (PRIMAVESI *et al*, 1972, apud CHABOUSSOU, 2006, p. 246).

Para Chaboussou, seria difícil “ressaltar com mais vigor e clareza a importância do estado fisiológico da planta na sua resistência à doença” do que o fizeram Primavesi *et al*. Ele se perguntou se a eficácia verificada pelos pesquisadores no Rio Grande do Sul não seria “uma ação indireta” dos produtos indicados (cobre, manganês, zinco), “que passaria, obrigatoriamente, por uma modificação benéfica da fisiologia da planta. Segundo nossa concepção, isto consistiria numa estimulação da proteossíntese” (2006, p. 256).

No final da obra, Chaboussou defendeu veementemente a agricultura ecológica. Citando trabalhos de W. Schupan, que comparou a adubação orgânica e a fertilização clássica com NPK em diversos cultivos (espinafre, repolho, batata e cenoura), o autor (2006, p. 306-309) afirmou:

- a adubação orgânica estimula a proteossíntese, tanto nas hortaliças estudadas, como nos cereais, forragens e árvores frutíferas;

---

<sup>111</sup> Causada pelo fungo *Pyricularia oryzae*, a Brusone é considerada a doença mais importante para cultura do arroz, por provocar perdas que podem chegar a 60%. Esta doença se manifesta em toda a parte aérea da planta, desde os estádios iniciais de desenvolvimento até a fase final de produção de grãos. Entretanto, os sintomas são observados principalmente nas folhas no início do perfilhamento e nas panículas a partir do pleno florescimento (EPAGRI, *Online*).

- a adubação orgânica aumenta o teor de aminoácidos sulfurados (metionina e cistina) nas proteínas, elementos muito importantes para a nutrição do homem e dos animais. Portanto, a adubação orgânica (estrume ou composto biodinâmico) proporciona alimentos mais saudáveis e nutritivos.
- Ao contrário, os adubos nitrogenados solúveis (NPK), principalmente quando aplicados em grandes quantidades, provocam diminuição na concentração de metionina nas proteínas.
- Os adubos nitrogenados solúveis inibem a proteossíntese, sensibilizando as plantas a doenças e prejudicando a qualidade da colheita.

Como Lutzenberger, ele reclamava da “insuficiência, para não dizer inexistência, de trabalhos referentes às relações planta-parasita”. E ainda criticava seus colegas entomologistas, que “deveriam ser levados a rever a concepção do equilíbrio das espécies e da limitação das pragas apenas pelo processo da predação e parasitismo”. Segundo Chaboussou (2006, p. 319), “essa revisão provavelmente será dolorosa para alguns porque questiona toda uma técnica sobre a qual muito se investiu: *queremos falar do controle biológico* [itálico do autor]”.

Nesse sentido (condenando os agrotóxicos e defendendo a agricultura orgânica ou ecológica em termos científicos), o livro de Chaboussou era uma das melhores armas para o arsenal dos ambientalistas brasileiros. Ele representava um argumento com a chancela da ciência, vindo das pesquisas de um cientista francês; isso poderia conferir peso, autoridade e legitimidade muito maiores às lutas contra os pesticidas. Lutzenberger ficou extremamente entusiasmado com o livro e enviou cartas divulgando-o a todas as sociedades de agronomia brasileiras, órgãos oficiais de agricultura e escolas de agronomia. Também entrou em contato com o CNPq, que demonstrou interesse em traduzir a obra para o português. Em outubro de 1982, o órgão de fomento à pesquisa confirmou que iria traduzi-la e que também poderia convidar Chaboussou para um tour pelo Brasil, no ano seguinte (LUTZENBERGER. Carta a Chaboussou, 30/10/1982, APJL).

Além de enviar cartas para alguns de seus contatos na imprensa europeia<sup>112</sup>, sugerindo pautas sobre as pesquisas de Chaboussou, Lutzenberger publicou artigo de divulgação sobre a teoria da trofobiose na revista britânica *The Ecologist*, em 1984. Fez isso, porque o editor, Edward Goldsmith, solicitara ao próprio Chaboussou que escrevesse, porém, o cientista enviou “um artigo de 20 páginas em termos altamente técnicos, com centenas de nomes de pesticidas”, que o

---

<sup>112</sup> Encontrei no APJL cartas para editores da *New Scientist* e *Arbei*, revistas inglesa e alemã (LUTZENBERGER. Carta para Cathrin - *New Scientist*, 04/12/1983 e LUTZENBERGER. Carta para Flüeler Grawwiler - *Arbei*, 05/12/1983, APJL).



periódico não pode aproveitar; Chaboussou não conseguia escrever em termos compreensíveis a um leigo (LUTZENBERGER. Carta a Cathrin, 04/12/1983, APJL).

No artigo, Lutzenberger, em linguagem acessível, expôs aos leitores um resumo da teoria de Chaboussou, enfatizando seu potencial revolucionário contra a agricultura convencional, já que denunciava os agrotóxicos como os causadores das doenças nas plantas. Para ele, a teoria do professor francês explicava que

pragas são pragas, isto é, elas não têm alternativa a não ser parasitar plantas, por causa de suas deficiências. Elas devem procurar uma abundância de aminoácidos ou morrerão de fome. As pragas atacam somente plantas com metabolismo em desequilíbrio, que apresentem níveis de aminoácidos acima do normal. Em uma planta saudável, esses níveis são baixos, porque os processos de proteólise e proteossíntese estão em equilíbrio (...). Chaboussou mostra que muitos dos pesticidas modernos inibem a proteossíntese: eles penetram no sistema de circulação das plantas, na seiva, alterando seu metabolismo (...). Essa pode ser a razão pela qual, com o uso crescente de pesticidas, acontecem cada vez maiores ataques de pragas, através de crescente vulnerabilidade dos cultivos (...). Também em situações em que as pragas tornam-se resistentes a pesticidas, a razão pode ser o aumento da sensibilidade das plantas. É por isso que Chaboussou chama seu livro "*Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos*"! (LUTZENBERGER, 1984, p. 80-81, APJL).

Chaboussou agradeceu "muito fortemente" a Lutzenberger; o artigo, segundo ele, resumia suas posições "de maneira perfeita". Também esperava que o texto tivesse "um impacto favorável em vários meios responsáveis pela distribuição de pesticidas", como um alerta, especialmente aos agricultores, os maiores prejudicados pelos "graves inconvenientes dos pesticidas" (CHABOUSSOU. Carta a Lutzenberger, 04/01/1984, APJL).

Lutz ficou muito contente com a aprovação de Chaboussou. No entanto, as tratativas para a tradução do livro não evoluíam. No CNPq, houve troca de pessoal em 1984, e, com isso, a negociação teve que recomeçar; para nosso personagem, parecia que o órgão estava com "dificuldades para pagar a tradução" (LUTZENBERGER. Carta a Chaboussou, 13/01/1984, APJL). Finalmente, o CNPq não apoiou o trabalho.

A tradução começou a ser realizada ainda em 1984 pelos "jovens agrônomos" Maria José Guazzelli e Sebastião Pinheiro. Em janeiro de 1985, dois capítulos já estavam prontos. Lutzenberger ainda teria que procurar uma editora, mas já solicitava a autorização de Chaboussou para todo o trabalho (LUTZENBERGER. Carta a Chaboussou, 13/01/1985, APJL). Esse agradeceu aos "jovens agrônomos" pela coragem que demonstravam para traduzir seu livro e pediu a Lutzenberger que resolvesse as questões práticas envolvidas, como salários dos tradutores, remessa dos direitos autorais, etc. A tradução foi concluída por Maria José Guazzelli.

Em setembro de 1985, Chaboussou faleceu, logo após Kressmann (fulminado por um aneurisma em agosto do mesmo ano), o amigo que apresentara sua obra a Lutzenberger. As negociações para a tradução continuaram com a esposa de Chaboussou e, finalmente, o livro saiu em 1987, pela editora LP&M. Lutzenberger prefaciou essa primeira edição, relacionando a teoria da trofobiose à luta contra o cancro cítrico, em que ele estava envolvido naquele momento, como

veremos mais à frente neste trabalho. Essa relação é significativa, porque a teoria pôde ser colocada em prática, no mesmo período em que o livro era lançado nas bancas, servindo quase instantaneamente como argumento.

Para acabar com a bactéria *Xanthomonas citrii*, campanhas de erradicação de pomares e aplicações pesadas de agrotóxicos foram coordenadas pelo Ministério da Agricultura. No entanto, o que estava errado, para Lutzenberger, era a visão reducionista da agricultura convencional; somente a agricultura ecológica poderia resolver o problema do cancro, ao promover a saúde do solo e da planta. Como as “pragas” só atacariam plantas doentes, segundo a teoria da trofobiose, ao promover a “cura” da propriedade a *Xanthomonas* seria controlada. Na apresentação da edição brasileira, ele afirmou que Chaboussou teve uma visão genial:

O que era um emaranhado de pequenos ou grandes problemas, sem ou quase sem conexão uns com os outros, passa a ser tratável num enfoque global. Deste decorrem as medidas preventivas e corretivas. A *Teoria da Trofobiose* é um instrumento novo, eficiente e potente para uma agricultura sã, sem venenos. Ela é de grande valor científico porque ela é o tipo de hipótese que exige mais diálogo com a Natureza (...) em nossas observações quotidianas, só encontramos confirmação para Chaboussou. Infelizmente, o esquema de pesquisa e fomento agrícola ainda não tomou conhecimento da profunda visão de Chaboussou. Interessante é notar que a indústria dos agrotóxicos conhece o trabalho de Chaboussou. Até agora não apresentou refutação! Seria muito fácil para ela, pois dispõe dos melhores laboratórios de análise e comanda exércitos de excelentes bioquímicos (...). Alguns meses antes de sua morte, em sua propriedade rural, no sul da França, ainda discutíamos o problema do cancro cítrico. A crescente proliferação de bacterioses e viroses são problemas fitopatológicos típicos que surgem como consequência dos modernos métodos agrícolas, que têm solução fácil na agricultura orgânica e que são perfeitamente explicados por Chaboussou (LUTZENBERGER, 1987, p. 10).

Lutzenberger colaborou também na tradução do livro de Chaboussou para o alemão. Em outubro de 1984, em palestra na Universidade de Oldenbourg, ele mencionou o trabalho do cientista francês. Sua exposição fez com que o grupo “Associação de Proteção Biológica Weser Ems”, cujo presidente era professor do Departamento de Física da referida universidade, resolvesse realizar a tradução<sup>113</sup>.

Por sugestão de Lutzenberger, a fim de facilitar a divulgação da teoria da trofobiose, Chaboussou havia escrito outro livro (não traduzido para o português), intitulado *Santé des cultures: une révolution agronomique*. Esse seria “muito melhor, mais ordenado, mais didático que o primeiro (...). Infelizmente, no dia de lançamento deste livro Chaboussou faleceu de ataque do coração” (LUTZENBERGER. Carta a Professora Eloci Minuci, 25/05/1986, APJL).

Segundo Sebastião Pinheiro (Via *E-mail*, 06/03/2013), *Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos* teve lançamentos no Rio Grande do Sul, na Sociedade de Agronomia; em Brasília, no Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA); e no Rio de Janeiro no Conselho

---

<sup>113</sup> Título em alemão: *Pflanzengesundheit und ihre Beeinträchtigung. Kranke Pflanzen durch Agrarchemie*. Encontramos edição de 1998, publicada pela Editora Deukalion Verlag, de Hamburgo, com prefácio de Lutzenberger. À venda no Portal Amazon. Disponível em: <<http://www.amazon.de/Pflanzengesundheit-Beeintr%C3%A4chtigung-Kranke-Pflanzen-Agrarchemie/dp/3788098910>>. Acesso em 05/01/2013.

Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), obtendo boa aceitação entre os agrônomos, mas teria sido ignorado pela imprensa e órgãos governamentais. Para o professor dos Programas de pós-graduação em desenvolvimento rural e em sociologia da UFRGS, Jalcione Almeida, a obra obteve certa repercussão naquele contexto, mas, acredita, a teoria da trofobiose “não teve grande repercussão; particularmente no Brasil, nos meios acadêmicos, eu diria que ela é bem marginal” (Entrevista de Almeida à autora, Porto Alegre, 08/03/2013).

### **A “Nasserobiose”: Agricultura Tupiniquim**

Depois da Trofobiose, Lutzenberger descobriu a “Nasserobiose”. Em junho de 1989, ele visitou a cidade de Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo, onde se juntou aos seus companheiros de profissão e de luta ecológica, os engenheiros agrônomos Sebastião Pinheiro e Jacques Saldanha, os quais já se encontravam no local há quinze dias. Segundo Pinheiro, eles ficaram na cidade por conta própria, hospedados na casa do engenheiro agrônomo Nasser Youssef Nasr para um estudo sobre a despoluição do Rio Itapemirim, sua fauna de crustáceos endêmica (por exemplo, a Lagosta de São Fidelis) e a biotecnologia que se avizinhava (Entrevista de Sebastião à autora, 14/03/2012). Foram observar *in loco* as experiências que Nasser estava realizando na área de agricultura ecológica, havia quatro anos.

Formado Engenheiro Agrônomo, em 1981, Nasser começou a trabalhar na prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim, na construção de parques, jardins e praças. A partir de 1985, com a troca na administração do município, foi convidado ocupar o cargo de Secretário Municipal de Agricultura. O novo prefeito encarregou-o de organizar um Hortão Municipal (pomar e horta) em 10 hectares de terra, para abastecer creches, escolas, hospitais, asilos e o restaurante de funcionários da prefeitura. Inicialmente, Nasser utilizou os métodos convencionais, que tinha aprendido na faculdade: aplicações de fungicidas, inseticidas, formicidas, adubos sintéticos, etc. Antes de completar um ano na horta, ele e o prefeito foram convidados por Sérgio Cabral de Carvalho (na época, analista do BNDES) para visitar propriedades onde se realizava agricultura ecológica, na grande São Paulo. Ficou então impressionado com tudo o que viu e ouviu. Percebeu que estava entregando alimentos contaminados para a merenda escolar de crianças pobres, alunos das creches e escolas municipais, por isso decidiu que reorientaria totalmente seu trabalho no Hortão (PINHEIRO, NASR, LUZ, 1993, p. 245-247).



Nasser com uma amostra dos produtos do Hortão. *Folha de São Paulo*, 08/01/1991 (APJL).

A agricultura desenvolvida naquele espaço passou a basear-se na observação da natureza. Em especial, a observação de formigas saúvas foi muito reveladora para Nasser. Herbívoros, esses insetos atacavam um tipo de “planta especial”, geralmente as que haviam sido cortadas, ou estavam doentes, que apresentavam alguma deficiência. Quando passou a adubar a horta com grandes quantidades de matéria orgânica, notou que as saúvas começaram a desaparecer e, na mesma proporção, surgiram as formigas lava-pés, ou formigas de fogo, que são carnívoras e inimigas das saúvas. O engenheiro agrônomo começou a aplicar quantidades imensas de material orgânico nas covas, nos canteiros e sob as árvores do pomar. A produtividade aumentou em quantidades extraordinárias e o ambiente do Hortão se transformou: apareceram novos insetos, vermes, pássaros e toda uma cadeia de vida (PINHEIRO, NASR, LUZ, 1993, p. 248-49).

O sucesso do Hortão, de onde saíam alimentos extremamente nutritivos para dez mil pessoas, despertou a curiosidade de agricultores brasileiros. Reportagem de Fernando Gabeira na *Folha de São Paulo* de janeiro de 1991 relatou que, até aquele momento, o lugar já havia recebido cerca de quinze mil visitantes nacionais e estrangeiros, passando a ser a maior atração turística de Cachoeiro de Itapemirim. Na entrada do terreno, eram criados “650 coelhos. Com o esterco, aduba a terra e a carne é destinada às crianças da creche”. A produtividade do Hortão estava muito acima da média brasileira: “ele produz uma média de 100 toneladas de beterraba por hectare, contra a média nacional de 40 toneladas; da laranja, Nasser colhe nove caixas por árvore contra 1,9 caixa por árvore da média nacional” (GABEIRA, Fernando. *FSP*, 08/01/1991, p. G-1, APJL).

Durante o tempo em que permaneceram na cidade, em junho de 1989, os engenheiros agrônomos gaúchos participaram de mesa redonda organizada por um periódico local, a *Folha do Sul*. Segundo o jornal, o trabalho de Nasser, “desenvolvendo 23 tipos diferentes de experiências, no mesmo espaço e em processo simultâneo, já era considerado ‘revolucionário’ em termos de política agrícola nacional” (FOLHA DO SUL, 01/07/1989, p. 4, APJL). Para Nasser, o agricultor brasileiro estava sendo enganado há 40 anos, “por um pacote tecnológico que só beneficia o capital (...); o nosso Brasil se envolve com uma agricultura suicida que, ao invés de tratar o solo e cuidar da terra, bem como resgatar a identidade agrícola, obstruiu esses canais e apenas os exportadores conseguem sobreviver” (IDEM). Jacques Saldanha abordou a questão por outro ângulo: “o sentimento que se encontra arraigado no sangue e na mente dos agricultores brasileiros é o mesmo, ideologicamente, de um garimpeiro. [O colonizador] quando veio da Europa, não veio fazer agricultura, veio garimpar, e não ser agricultor”. Para ele, faltava “identidade, identidade de passado, presente e futuro”. (FOLHA DO SUL, 01/07/1989, p. 5, APJL).



Foto dos participantes da mesa redonda. *Folha do Sul*, 1989, p. 4 (APJL)

Quando Lutzenberger chegou a Cachoeiro do Itapemirim, permanecendo dois dias na cidade (28 e 29 de junho), foi gravada uma conversa entre ele, Nasser, Sebastião e Jacques, transcrita e publicada pelo Centro de Estudos e Pesquisas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre (SMAM)<sup>114</sup>. No encontro, é possível notar o quanto a experiência de Nasser surpreendeu positivamente aos colegas gaúchos. Eles perceberam ali um exemplo concreto de agricultura orgânica que estava dando muito certo.

Lutzenberger deu início à conversa, perguntando como foi a mudança de Nasser da agricultura química para a agricultura orgânica. O último mencionou a visita a agricultores paulistas, que muito o influenciaram, especialmente os de origem japonesa, Tszuki e a Igreja

<sup>114</sup> Agradeço a Celso Copstein Waldemar (funcionário da SMAM) por disponibilizar uma cópia desse documento, em 2013.

Messiânica (Fundação Mokiti Okada<sup>115</sup>) – que praticavam uma agricultura mais mística do que científica. Em São Paulo, ele conheceu também um “rapaz que fazia controle de insetos, usando o que chamava de alelopatia (...) que nada mais era do que o inseto se alimentar com alguma vegetação apropriada e ser repellido por outra” (SMAM, 1989, p. 1). Esse não era o conceito tradicional de alelopatia, no entanto, a observação do trabalho do rapaz paulista permitiu a Nasser inferir algo considerado revolucionário pelos agrônomos gaúchos:

O que eu concluí é que se eu deixasse as ervas daninhas existentes (...), essa mata nativa poderia fazer esses controles naturalmente. O inseto estava em seu habitat natural, tinha, portanto seu hábito alimentar (...). Se eliminar toda a vegetação, como eu estava fazendo na horta, o inseto não fica com alternativa, senão se alimentar com minhas culturas. Eu é que conduzia o inseto a transformar-se em praga. Assim, eu tinha que aplicar o veneno. Vê-se que é um princípio simples (SMAM, 1989, p. 1).

Nasser, no Hortão, deixava cerca de 1 metro quadrado de erva nativa e no centro, abria uma cova, onde plantava a muda. As ervas, segundo ele, se tornariam proteção: “se o inseto chegar até onde está minha muda, levará todas as ervas daninhas a sua disposição (...). A planta, na verdade, é o elemento estranho para o inseto. E tenho observado que o inseto não vai neste elemento estranho” (SMAM, 1989, p. 3). Para Saldanha, essa era a “Nasserobiose. É um conceito novo, e teu, este sobre a visão alimentar dos insetos. É uma nova proposta que até coloca um questionamento ao conceito de trofobiose” (IDEM). Para Almeida (Entrevista, 08/03/2013), de certa forma a trofobiose “diz isso também, na medida em que o agricultor vai na direção de um monocultivo, ele tira todas as possibilidades de um inseto buscar alimento”.

Lutzenberger disse não concordar “bem” com a ideia de Nasser de que o motivo para o inseto não atacar a planta cultivada seria a preferência alimentar pela mata nativa. No entanto, como era um paradigma que estava dando certo, ele não via necessidade de discuti-lo: “se funciona, funciona. Tudo bem” (SMAM, 1989, p. 9-10).

Outros pontos que surpreenderam os engenheiros agrônomos gaúchos foram a quantidade de matéria orgânica aplicada por Nasser nos vegetais e a produtividade desses. Perguntado por Saldanha sobre os níveis de adubação orgânica utilizados, Nasser respondeu que testara várias quantidades e que, no momento, considerava 6 litros a medida ideal. Lutzenberger questionou se seria por metro quadrado, e Nasser esclareceu que não, que era por cada planta; ele utilizava a mesma quantidade para todas as plantas. A matéria orgânica era aplicada “na base do enxadão”, diretamente na cova. Seu método já melhorara o PH do solo do Hortão e a densidade de minhocas era “impressionante”. O agrônomo capixaba utilizava uma matéria orgânica muito variada. Além

---

<sup>115</sup> A Fundação Mokiti Okada foi instituída em 19 de janeiro de 1971, em São Paulo-SP. Mokiti Okada nasceu no Japão, no bairro de Hashiba, extremo leste de Tóquio, em 23 de dezembro de 1882. Faleceu em 10 de fevereiro de 1955. Maiores informações no website da Fundação: <<http://www.fmo.org.br/fmo2/index.html>>. Acesso em 20/02/2012.



de esterco, deixava em decomposição por cerca de um ano palha de café, palha de arroz e outros materiais, para depois utilizar nas covas.

A produtividade do Hortão surpreendeu os visitantes gaúchos. Havia 600 laranjeiras no pomar, dando frutos em quantidade crescente, ano a ano. Nasser contara as laranjas de uma delas: “com dois anos de idade, ela deu quase 300 frutos! Com três anos, ela produziu cerca de 500 frutos. Com quatro anos, deu 750 frutos, aproximadamente. Este ano, ela já deve estar com 1.000 frutos!” (SMAM, 1989, p. 10). As observações de Lutzenberger revelam o seu espanto: “Eu acho que talvez seja um pouco demais...”; “Como é que elas estarão depois? A árvore carregada daquele jeito esse ano, como é que ela vai estar no ano que vem?”; “Depois de uma carga alta... ela deu mais?”; “Então, está crescendo a produtividade?” (IDEM). Mesmo que essa altíssima produtividade pudesse ser considerada anormal em termos agrônômicos, Nasser não via problemas no fato, pois acreditava que, com o tempo, as árvores tenderiam à estabilização. Hipoteticamente, ainda que suas laranjeiras durassem menos tempo (15 anos) do que as cultivadas no paradigma convencional (25 anos), seu modelo seria mais vantajoso, pois, em suas palavras, “vou colher muito mais do que aquele produtor que cultiva com todos aqueles produtos químicos, durante 25 anos!” (SMAM, 1989, p. 11).

Os agricultores que visitavam o Hortão, acostumados a receber dos agrônomos a recomendação de capinar as “ervas daninhas”, ouviam de Nasser o conselho de coletar sementes de ervas nativas que havia em suas regiões antes do herbicida, para replantá-las. Eles demonstravam profunda frustração nessas visitas, dizendo que foram enganados por muitos anos: “foram iludidos; se tornaram altamente dependentes” (SMAM, 1989, p. 7). Para Nasser, o dogma da capina e do herbicida “nada mais é do que o extermínio das espécies!” (SMAM, 1989, p. 5).

A reação dos pesquisadores, muitas vezes, era de dúvida e desconfiança. Nasser relatou uma atitude que observara mais de uma vez, fazendo uma dura crítica a seus companheiros de profissão:

**Nasser** - Muitos dos nossos colegas chegam ao Hortão e sorrateiramente levam os operários a um canto e aí começam a cochichar, perguntando o que se está usando de produtos sintéticos, se se está pulverizando à noite, como se faz, e outras perguntas insidiosas. Então vocês veem, um camarada destes é um ateu. Ele não pode militar, trabalhar com a natureza. Não pode entrar em contato com a natureza. Tem que abandonar a profissão! Deve trabalhar num balcão por aí ou seja lá aonde for...

**Lutzenberger** – E quando o operário diz que tu não estás pulverizando de noite, como é que ficam os nossos colegas?

**Nasser** – O operário afirma que realmente não utilizamos nada. E logo após, o funcionário procura relatar o que acontece, inclusive citando o nome do doutor fulano que veio perguntar isto ou aquilo. E é interessante que o próprio operário se sente muito ofendido (...). O próprio trabalhador se sente atingido com aquela pergunta, feita de forma escondida, furtiva (...). O agrônomo, realmente, sai do Hortão convencido de que não usamos nada químico (SMAM, 1989, p. 8).

De acordo com o relato, mesmo que constatassem o não uso de produtos químicos nos cultivos, em geral, os técnicos tinham muita dificuldade de aceitar – e ainda mais de aderir – a esse

novo tipo de agricultura. Para Nasser, eles não queriam perder sua credibilidade junto aos pares, a maioria seguidora do paradigma convencional. O engenheiro agrônomo, em sua visão, deveria “partir para o campo, aprender junto com o agricultor”; era preciso um gesto de humildade dos “doutores”. O agricultor, normalmente, percebia “que a complexidade de nossa proposta está mais na capacidade de compreensão da natureza como um todo e por isso se gera tecnologias práticas e resultados simples”. Já a agricultura “moderna” simplificava os ecossistemas, utilizando “tecnologias sofisticadas, agressivas e insidiosas, com resultados frustrantes” (SMAM, 1989, p. 8).

O grande problema, para Nasser – e para Lutzenberger, como já vimos no capítulo anterior – era a preponderância do paradigma convencional nas faculdades de Agronomia, o que levava à formação de profissionais voltados para a utilização de agrotóxicos e adubos solúveis. Ele acreditava que cerca de 70% dos pesquisadores universitários não compreendiam seu trabalho. Para o agrônomo capixaba, o fato de que a maior parte da bibliografia e do conhecimento disponíveis foi produzida em outros países, a partir de realidades totalmente diferentes da brasileira, era um grave problema:

Nós moramos no Brasil. O nosso agricultor é brasileiro, enquanto que a maioria dos livros, a maioria das informações que nos é dada, é estrangeira ou ‘estrangeirada’. (...). Nossos livros técnicos ou mesmo de agricultura dita orgânica também são estrangeiros. Como esse futuro profissional poderá atuar? Não conhecemos praticamente nada, por exemplo, de agricultura indígena. Parece que temos residência aqui no Brasil, mas nosso domicílio cultural, ideológico, tecnológico, está nos Estados Unidos ou na Europa. Ou seja, temos o corpo aqui, mas nossa mente e nosso coração lá (SMAM, 1989, p. 6).

Acredito que essa manifestação não deva ser entendida como um nacionalismo exacerbado. Realmente, parece que, na época de formação de Nasser, não havia ainda grande produção de pesquisas sobre a agricultura brasileira. O professor Jalcione Almeida (Entrevista, 08/03/2013), que se formou Engenheiro Agrônomo em 1978, relatou-me que a maioria dos livros utilizados nos cursos eram desconectados da realidade brasileira, mas a situação começou a mudar a partir da criação da EMBRAPA, em 1974. No começo da atuação do órgão, foram chamados a fazer parte de seus quadros pesquisadores que “estavam voltando de seus doutorados no exterior, treinados em problemáticas do exterior, e faziam suas pesquisas um pouco desconectadas da nossa realidade”, no entanto, esse quadro se alterou em “meados da década de 80, e a EMBRAPA é um parâmetro importante, e aí já se começou a ter, de uma forma bem clara, uma ‘Agronomia brasileira’, uma ‘pesquisa agrícola brasileira’”.

Nasser tinha a intenção de disseminar uma agricultura tipicamente brasileira, que ele chamava de “tropical, tupiniquim, botocuda”. O agrônomo capixaba acreditava estar resgatando a agricultura nacional, ao recusar espécies “europeias”, de clima temperado, e promover o plantio de espécies tropicais (por exemplo, jambu, bortalha e outras hortaliças). Para ele, estimular o hábito



de comer esses vegetais era mais interessante, mais barato e mais ecológico. Enquanto a agricultura convencional instruía “o agricultor a ser um capacho da indústria”, Nasser via sua proposta como um exemplo, que começava a ser seguido por muitos dos visitantes do Hortão.

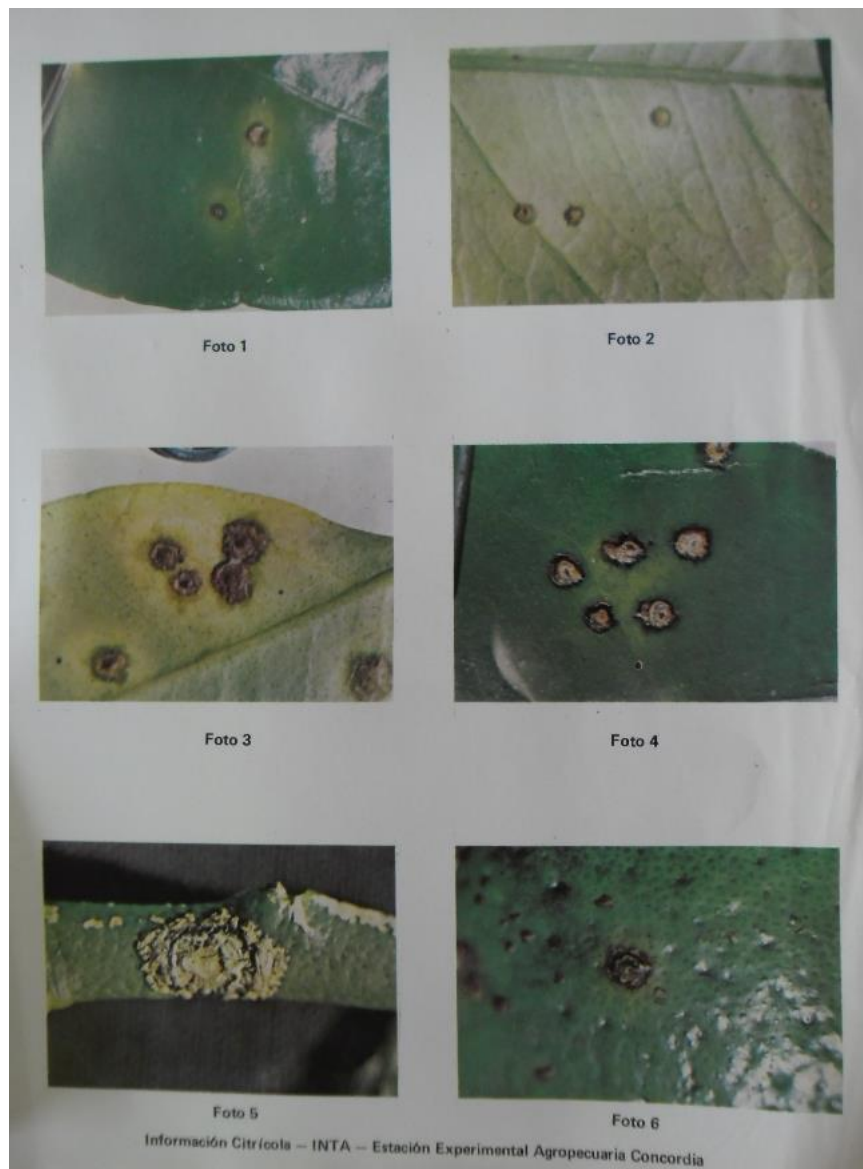
Um desses visitantes ficou apavorado: “houve o caso de um motorista de um jornal local que ao trazer o jornalista para uma entrevista, ao ver o Hortão, mandou logo seu irmão vir aqui, dado o choque que teve”. Para Nasser, essa reação demonstrava que “o que está faltando no Brasil é mostrar alguma coisa concreta. Chega de teorias (...)” (SMAM, 1989, p. 5).

O Hortão funcionou até 1993. Antes disso, já haviam acontecido pelo menos três tentativas de fechá-lo. Segundo Sebastião Pinheiro (Entrevista, 23/01/2013), o prefeito na época, Teodorico de Assis Ferraço, foi o responsável pelo encerramento das atividades. Nasser era ajudado por quatro trabalhadores da prefeitura e um agrônomo. Em 1991, o Hortão foi escolhido pela BBC de Londres como um dos quatro maiores exemplos de tecnologia do ano no mundo. Os demais trabalhos premiados foram a National Aeronautics and Space Administration (NASA - EUA), madeira natural (Japão) e química de polímeros (Alemanha). Sebastião relatou que o Hortão foi reaberto em Guarapari - ES e que ele está acompanhando o trabalho, “mas é uma terra comprada e particular, não é a terra pública restaurada do Hortão, com um envolvimento” (Entrevista de Pinheiro via *E-mail* à autora, 23/01/2013).

Podemos constatar o espanto que o trabalho de Nasser provocou nos ambientalistas gaúchos, especialmente em Lutzenberger. De certa forma, o Hortão era um exemplo prático da agricultura ecológica tão divulgada por ele; era a realização “viva” dos preceitos da sua ética ecológica: a escolha de uma agricultura sem agrotóxicos e considerando as relações entre os seres vivos que interagiam naquele ecossistema. Mais ainda, as experiências de Nasser iam além, ao inferir, por meio da observação, que a permanência da vegetação nativa era importante para os hábitos alimentares dos insetos. Portanto, deixar a cobertura vegetal no solo, não aplicando herbicidas, garantia a proteção da microvida e, ao mesmo tempo, que os insetos não se transformassem em “pragas”.

### **A guerra da laranja: A campanha contra o cancro cítrico no Vale do Cai**

Em 1980, foi descoberto o primeiro foco de “cancro cítrico” no Rio Grande do Sul, na cidade de Santiago. O cancro é uma doença que ataca plantações de frutas cítricas, causada pela bactéria *Xanthomonas citrii*. A planta afetada apresenta lesões amareladas em folhas, frutos e galhos, como aparece nas fotos abaixo:



Fotos de plantas com cancro cítrico. *Enfermedades, plagas y su control*. INTA, Argentina, 5/1985 (APJL).

Inicialmente, a bactéria se concentrava em municípios localizados na fronteira com a Argentina e na região das Missões. Em 1984, chegou a Porto Alegre e ao Vale do Rio Caí<sup>116</sup>, região produtora de cítricos<sup>117</sup> (PORTO, ZH, 11/07/1986, APJL). A partir desse momento, desencadeou-se uma campanha ferrenha pela erradicação da doença no Estado, liderada pelo Ministério da Agricultura e outros órgãos ligados à agricultura e citricultura.

<sup>116</sup> A Região do Vale do Rio Caí é composta por 18 municípios: Alto Feliz, Brochier do Maratá, Harmonia, Montenegro, São José do Hortêncio, São Vendelino, Barão, Capela de Santana, Linha Nova, Pareci Novo, São Pedro da Serra, Tupandi, Bom Princípio, Feliz, Maratá, Salvador do Sul, São Sebastião do Caí e Vale Real.

<sup>117</sup> Segundo Panzenhagen (2004, p. 16-17), a citricultura foi introduzida no Vale do Rio Caí por imigrantes açorianos e seus descendentes, que se instalaram em Taquari e Triunfo no final do século XVIII. Em 1929, com a criação de uma Estação Experimental de Pomicultura, começaram a ser introduzidas variedades de laranjas, como a “Valência”. Na década de 1940, foi descoberta a variedade de tangerina “Montenegrina”, surgida por mutação espontânea, que se tornou a variedade mais cultivada na região.

A campanha já existia, em âmbito nacional, pois o cancro atacara plantações em São Paulo<sup>118</sup> e Paraná. A Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico (CANECC) foi criada através do Decreto Federal 75.061, de 09 de dezembro de 1974, no âmbito do Ministério da Agricultura. De acordo com Reis (2008, p. 52), “a CANECC é composta por representantes das Secretarias de Agricultura dos Estados afetados ou ameaçados pelo cancro cítrico e um representante dos citricultores. As normas e determinações da CANECC são aplicadas pelos órgãos de Defesa Vegetal dos Estados”.

Nos anos 1980, constatada a presença da bactéria, funcionários da CANECC interditavam a propriedade infectada e providenciavam a destruição da plantação, num raio de até 1000 metros do foco. Com o tempo, esse raio foi diminuindo para 500, 200, 50, até chegar a 30 metros (MANERA, 1986, p. 64, APJL). Tal atuação drástica e, em muitos casos violenta, não tardou a gerar conflitos entre a CANECC e os citricultores do Vale do Caí. Os últimos conquistaram o apoio de Lutzenberger contra a destruição arbitrária de seus cultivos, pois ele discordava veementemente do enfoque filosófico da campanha.

Lutzenberger explicou, em carta a Oswaldo Porto<sup>119</sup>, as duas razões de sua entrada na briga com a CANECC:

Uma, porque não posso aceitar a filosofia fitossanitária que ainda predomina na agronomia dita moderna, uma filosofia já refutada mais de 50 anos atrás, mas que se fixou pelos interesses da indústria química e da maquinaria agrícola, assim como dos adubos sintéticos solúveis. Sabes que sou tecnocrata dissidente, trabalhei 15 anos para estas máfias e as conheço por dentro, sei como eles conseguem conquistar as almas de gente sincera. Nesta luta meu alvo principal já não é tanto combater a indústria química, esta já não tem mais argumentos, mas promover uma agricultura ecológica e socialmente sã, indefinidamente sustentável. Outra, é ajudar a sofrida colônia do RS que eu, como jovem, na década de 30/40, conheci em seu auge, hoje culturalmente desmoralizada e economicamente quase liquidada, mas que pode ser salva (LUTZENBERGER. Carta a Oswaldo Porto. Porto Alegre, 19/05/1986, APJL).

Esse trecho da carta é importante, porque nele Lutzenberger exterioriza a mudança de enfoque da luta pela agricultura. Em meados dos anos 1980, ele já não se concentrava tanto em combater o uso de produtos químicos, mas na orientação de agricultores voltada à transição para a produção ecológica. O caso do cancro cítrico era uma oportunidade – mais do que um problema, uma doença – para o desenvolvimento de uma citricultura sem dependência dos insumos convencionais, no Rio Grande do Sul. Também na carta, ele menciona a intenção de ajudar a

---

<sup>118</sup> Em São Paulo, foi encontrado o primeiro foco da bactéria no Brasil, no município de Presidente Prudente, em março de 1957. O cancro causou grandes danos aos citricultores das regiões afetadas, pois plantações inteiras foram cortadas, queimadas ou interditadas. Em Presidente Prudente, a campanha de erradicação começou ainda em 1957 e se estendeu até 1961; em 1962, a campanha se expandiu para outras regiões do Estado de São Paulo e, em 1963, o Ministério da Agricultura iniciou a campanha também nos Estados vizinhos do Paraná e Mato Grosso, embasado legalmente no Decreto 24.114, de 12/04/1934, o regulamento de defesa sanitária vegetal do Brasil (REIS, 2008, p. 68).

<sup>119</sup> Oswaldo de Menezes Porto era Diretor da Estação Experimental de Taquari e funcionário da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO).

“colônia”, forma de agricultura que defendia como a mais “camponesa”, apegada à terra, como já vimos.

Lutzenberger visitava, sempre que estava no Estado - e sua agenda atribulada permitia -, a região do Vale do Caí. Nesse período de 1985-87, fez questão de participar de reuniões, encontros e debates sobre o cancro cítrico, publicou artigos e escreveu cartas a alguns de seus contatos, para denunciar os problemas do enfoque utilizado nas campanhas de erradicação da bactéria.

Inicialmente, seriam queimados cerca de 500.000 pés e mudas de frutas cítricas em propriedades do Vale do Caí. A posição dos órgãos estatais (Ministério e Secretaria de Agricultura), bem como de pesquisadores de cítricos no Estado era favorável à destruição. Em toda a propriedade onde os técnicos da CANECC encontrassem uma planta ou muda contaminada, deveria ocorrer a eliminação de todo o material ao redor, no raio de 1 km. A área devia permanecer sem produzir por dois anos. O engenheiro agrônomo Miguel Porto<sup>120</sup>, em entrevista para matéria de destaque no Caderno “Campo e Lavoura” da *Zero Hora*, recomendava: “a primeira ação que um produtor deve fazer ao constatar a presença de lesões nas folhas e nos frutos é chamar a turma da CANECC. Cortar, por conta própria, a árvore doente não vai adiantar nada. Por questão de segurança, todas as cítricas vizinhas também devem ser eliminadas” (STIGGER, KNAK. *Zero Hora*, 15/02/1985, p. 6-7, APJL). O Caderno reproduziu também carta do Presidente da SARGS, Miguel Bresolin, ao governador do Estado, Jair Soares, sugerindo medidas de caráter técnico. Lutzenberger, ao ler a matéria, grifou uma delas: "erradicação dos focos já identificados independente do grau de resistência do proprietário" – uma medida bastante autoritária.

Nosso personagem participava de reuniões sobre o cancro condenando a erradicação. Em geral, representantes da CANECC e da Emater também se faziam presentes, porém, defendendo a erradicação. Uma dessas reuniões foi realizada no gabinete do prefeito de Montenegro, Erny Heller, em 25 de fevereiro de 1985. Na ocasião, o ambientalista disse que “não concordava com os métodos de erradicação total, devendo haver, antes disso, uma conscientização a fim de fortalecer o solo e as plantas, tornando-as sadias e sem a possibilidade de contrair a doença”. A CANECC manteve-se firme na posição de erradicar 1 km ao redor dos focos. Já os agricultores manifestaram-se a respeito da necessidade de uma indenização para os produtores atingidos; o problema demandava uma solução urgente, pois a legislação não previa nenhum tipo de reembolso ao agricultor, que ainda deveria esperar dois anos para poder plantar novamente (JORNAL IBIÁ, Fev/1985, p. 4, APJL).

Em 22 de fevereiro de 1985, a *Zero Hora* publicou artigo de Lutzenberger, no qual nosso personagem demarcou publicamente sua posição no debate sobre o cancro. Para ele, a CANECC

---

<sup>120</sup> Miguel Dalmo de Menezes Porto, na época, era professor da Faculdade de Agronomia da UFRGS.

promovia uma campanha absurda, ao considerar a *Xanthomonas* um inimigo arbitrário: "É aquela mesma filosofia do ou o Brasil acaba com a saúva ou a saúva acaba com o Brasil. Até agora nem a saúva nem o Brasil se foram". Nesse texto, comentou também a declaração de Bresolin a respeito da erradicação dos focos independentemente da resistência do proprietário: "quer dizer que está propondo o uso da força armada. Isso poderá levar à resistência armada". Comparou o cancro com a AIDS, que "parece ser doença fatal e incurável, mas até agora não apareceu sanitarista que dissesse o dia em que apareçam as primeiras vítimas de AIDS em Porto Alegre, teremos que apagar Porto Alegre do mapa". Ele percebia o conflito provocado pela campanha de erradicação como uma questão social, pois "viveiristas e plantadores de cítricas são todos gente pequena, trabalhadora, séria. Se fossem latifundiários, como seria?" Os bancos, que financiavam a citricultura, não perdoavam as dívidas e a CANECC não indenizava os produtores: "isso num país em que todos os grandes ladrões impunemente e cinicamente gozam até o fim os tesouros roubados do povo" (LUTZENBERGER, *Zero Hora*, 22/02/1985, APJL).

Com o artigo, Lutzenberger esperava contribuir para reverter a filosofia da CANECC que, segundo ele, era "a mesma da máfia dos agrotóxicos", a qual queria vender herbicida para evitar o rebrote das plantas. Isso não era necessário, pois "parasitas e agentes patogênicos não são inimigos arbitrários, todo-poderosos na destruição. Se fosse assim, a humanidade teria sucumbido às epidemias de peste e outras". Inserindo no texto a teoria da trofobiose, afirmava para um público leigo em agricultura que "pragas e parasitas são indicadores biológicos que nos dizem estarem nossas plantas doentes ou desequilibradas. Elas não têm vez em planta sadia, metabolicamente equilibrada". Por fim, o texto sugeria algumas medidas para controlar o cancro: gastar o dinheiro da CANECC para ensinar métodos de agricultura ecológica aos citricultores; queimar só as plantas afetadas e manter o viveiro em quarentena até o desaparecimento das infecções. Para Lutzenberger (ZERO HORA, 22/02/1985, APJL), a verdadeira ameaça à citricultura gaúcha não era o cancro cítrico, mas "o grande perigo está nos métodos vandálicos ora propostos dentro de uma filosofia autoritária já moribunda", ou seja, esse tipo de campanha seria, de acordo com o autor, um resquício da ditadura militar que recém acabara no país.

Além de Lutzenberger, os pesquisadores e irmãos Osvaldo e Miguel Porto (ambos engenheiros agrônomos) também participaram ativamente do debate; o primeiro condenando a erradicação, já os dois últimos defendendo a posição da CANECC. Osvaldo publicou em 13 de março de 1985, também na *Zero Hora* (no caderno "Campo e Lavoura"), artigo de opinião, afirmando que a *Xanthomonas* levava a planta, paulatinamente, à morte. "O único método que evita a disseminação da bactéria é a eliminação das plantas contaminadas". Para ele, o exemplo de São Paulo corroborava sua tese: "caso os paulistas não acreditassem na erradicação do cancro

cítrico, hoje, eles seriam importadores de citros". Osvaldo postulava que a expansão da citricultura no Rio Grande do Sul só seria possível depois da erradicação do cancro.

Em reunião na SARGS, Lutzenberger e Osvaldo debateram, divergindo entre a convivência com e a erradicação do cancro (ZERO HORA, 15/03/1985, APJL). A reunião fora convocada, pois a situação era tão grave que os produtores, ao interporem ação judicial contra a CANECC, conseguiram interromper a erradicação por quinze dias, porém o órgão conseguiu mandado judicial e voltou a destruir viveiros. Seguiram-se várias reuniões em que, de um lado, a SARGS, a CANECC e certos pesquisadores defendiam a erradicação; do outro, Lutzenberger e representantes dos agricultores tentavam obter alguma indenização aos pomares já afetados e barrar a destruição dos que estavam intactos.

Lutzenberger qualificou o funcionamento de uma dessas reuniões, ocorrida em 25 de março na SARGS, como "psicodélica", em artigo no Campo e Lavoura (LUTZENBERGER, *Zero Hora*, 19/04/1985, APJL), pois "as recomendações decididas no final da reunião estavam desligadas das conclusões dos debates e, mais ainda, da realidade". Em sua opinião, já haviam ocorrido barbarismos, com a destruição de pomares inteiros sem indenização aos produtores. Os troncos das árvores "eram pintados com 2,4-D e 2,4,5-T, os herbicidas clorados proibidos pela lei gaúcha dos agrotóxicos". A erradicação era "politicamente inexecutável, porque vai encontrar resistência de todos os lados". Ele apelava aos agricultores "e especialmente aos viveiristas, porque é contra eles que se dirige a 'erradicação'", recomendando a resistência à CANECC: "recebam os erradicadores com mandado de segurança. Somente os deixem tocar em suas plantas se for paga antecipadamente indenização justa. Não se iludam com promessas". Era necessário, de acordo com o ambientalista, que os citricultores fossem autônomos e previdentes: "destruam vocês mesmos as plantas afetadas, somente as plantas afetadas, fiquem controlando vocês mesmos seus pomares e viveiros e procurem aprender os métodos de um bom manejo orgânico do solo" (LUTZENBERGER, *Zero Hora*, 19/04/1985, APJL).

Em artigo e depoimento ao jornal *O Interior* (editado em Porto Alegre), Lutzenberger criticou mais uma vez o enfoque reducionista da CANECC, que era um "resíduo da ditadura" (LUTZENBERGER, *O Interior*, maio/1985, APJL). No depoimento, questionou declarações de Osvaldo e diretores da CANECC de que o cancro acabara com a citricultura na Argentina e no Japão. Eles não queriam reconhecer que a *Xanthomonas* já existia na região do Caí, mas nunca foi problema grave. Na verdade, para Lutzenberger, todo o alvoroço no sentido de erradicar o cancro seria uma manobra das associações de produtores paulistas para eliminar a concorrência dos produtores gaúchos. Denunciou ainda que não apareciam "o nome das autoridades que realmente dão as ordens na CANECC, os presidentes da Associação dos Citricultores de São Paulo e da FUNDECITUS" (LUTZENBERGER, *O Interior*, maio/1985, APJL). Isso teria ficado evidente

em “uma visita, mais de 10 pessoas, vindas de São Paulo, Rio, Bahia e Brasília, para convencer os colonos em Montenegro que a erradicação era sacrifício necessário, ficou bem claro que os líderes eram o Presidente da FUNDECITRUS e o Presidente da Associação dos Citricultores paulistas” (LUTZENBERGER. Carta a Ferrari, 29/09/1985; Carta ao Deputado Estadual Carlos Araújo, 30/08/1985, APJL).

Mais uma vez, Lutzenberger recomendava aos citricultores que não aceitassem as erradicações e que se mantivessem unidos em seus interesses, pois a CANECC era “um dos resíduos da ditadura que terminou, a lei que eles citam não passa de portaria, ato arbitrário de governo arbitrário, sem nenhuma base científica” (LUTZENBERGER, *O Interior*, maio/1985, APJL). Um dos citricultores da região seguiu à risca as recomendações de Lutzenberger, provocando uma reviravolta na questão do cancro.

Otto Diemer, assessorado por Lutz, entrou com processo na justiça contra a CANECC, em julho de 1985. O caso se tornou emblemático da resistência à erradicação e foi alvo de ampla matéria na revista *Globo Rural* (Julho/1986). O viveiro de Otto era dividido em duas partes, um pequeno retângulo com trifoliatas<sup>121</sup> e uma área maior, com 26.000 mudas – produção do ano de 1985. Quando os funcionários da campanha foram inspecionar sua propriedade, desconfiaram que um dos “cavalos” de limoeiro pudesse estar contaminado, pois as folhas apresentavam pequenas manchas. Eles colheram amostras e foram embora, voltando no dia seguinte com a notícia de que as manchinhas eram cancro cítrico. Otto tomou providências por conta própria: cortou e queimou todo o retângulo de trifoliatas antes de receber ordem para isso. No entanto, os funcionários da CANECC não ficaram satisfeitos, queriam que ele queimasse também uma parte do viveiro de mudas. Colocaram lacres plásticos em torno das primeiras mudas de cada fileira do viveiro, para sinalizar quais eram as plantas que deveriam ser destruídas.

---

<sup>121</sup> A matéria se refere ao porta-enxerto mais comumente utilizado na região do Vale do Rio Caí, o *Poncirus trifoliata* (Panzenhagen, 2004, p. 45). O porta-enxerto, também chamado de “cavalo” é o responsável pela formação do sistema radicular das plantas. O método da enxertia é utilizado para manter as características genéticas de uma espécie, entre outras finalidades.



Otto Diemer em sua propriedade. *Globo Rural*, Julho/1986 (APJL).

Numa visita ao pomar, Lutzenberger “arrancou os lacres e fez com eles uma fogueira, sobre cujas cinzas deixou fincado um pedaço de bambu” (MANERA, *Globo Rural*, Julho/1986, APJL). A matéria, que havia sido articulada pelo editor João da Costa meses antes, relata que a posição do ambientalista era baseada na obra de Chaboussou: "o cancro cítrico deve ser controlado por meio do manejo racional do solo, sendo impossível a erradicação da *Xanthomonas Citri*". Para Lutzenberger, haveria duas hipóteses inacreditáveis: "ou a campanha de erradicação é a mais duradoura burrice da agronomia oficial brasileira, ou, o que seria muito mais sério, ela representaria um dos maiores escândalos do país, acabando com a citricultura de três estados em benefício dos grandes grupos produtores de laranja de São Paulo” (MANERA, *Globo Rural*, Julho/1986, p. 59, APJL).

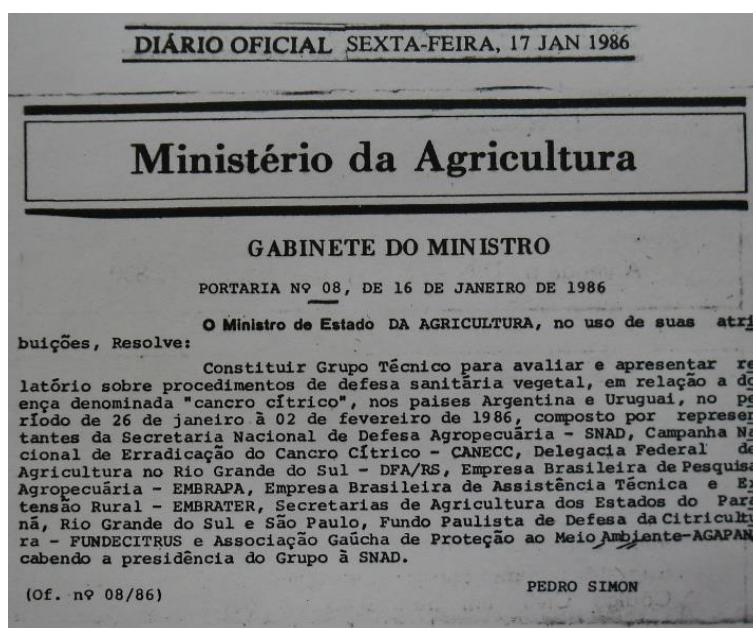
A matéria entrevistou Ricardo Senger, engenheiro agrônomo e agricultor, “um dos primeiros agricultores do Vale do Caí a aderir às práticas agrícolas difundidas por José Lutzenberger”. Ele disse não se arrepender de sua "conversão": "só agora é que estou começando a compreender o quanto me desensinaram na faculdade". Numa reunião sobre o cancro, Senger argumentara que os próprios técnicos da CANECC poderiam ser os responsáveis por espalhar a doença, se eles pegassem folhas contaminadas sem lavar as mãos, entre uma propriedade e outra. Se a doença apareceu, provavelmente, primeiro em São Paulo, de lá teria se espalhado para o Sul. Poderia ter chegado nos caminhões de laranja que vinham para o Rio Grande do Sul, já que laranjas paulistas eram empacotadas no meio dos viveiros no Caí, nas chamadas *packing-houses*. Essa hipótese foi levantada, no ano seguinte, por Valdon Azevedo (Engenheiro Agrônomo da



AVIMUDA), em matéria no jornal *Ibiá*, de Montenegro: “O pessoal da CANECC estava trabalhando e ia comer fruta no pomar. Não pediam autorização para ninguém e entravam nas propriedades. Não havia cuidados para evitar propagação da doença, misturavam amostras de folhas; tomavam banho nos rios depois de lidarem com plantas contaminadas, etc.” (IBIÁ, Março/1986, APJL).

A reportagem da revista *Globo Rural* ouviu também o coordenador geral da CANECC, Alvir Jacob, que declarou posição totalmente oposta a Lutzenberger e aos agricultores: "manejo adequado com tratamento químico violento, com oxiclureto de cobre e antibiótico seriam a fórmula ideal" (MANERA, *Globo Rural*, Julho/1986, p. 62, APJL). Porém, como a laranja precisava ser barata, para competir no mercado internacional do suco, e o tratamento químico custava caro, Jacob acreditava que “o jeito é erradicar os focos de cancro”.

A sentença judicial sobre o processo movido por Diemer só seria proferida em agosto de 1986. Antes disso, outro acontecimento contribuiu para reforçar a posição defendida por Lutzenberger, uma viagem à Argentina. Segundo Lutz, ele mesmo solicitou ao então Ministro da Agricultura Pedro Simon que a viagem fosse realizada (LUTZENBERGER. Carta a Milton Guerra. 17/02/1986, APJL).



MA. Portaria 08, de 16/01/1986, sobre a viagem. *DOU*. Brasília, 17/01/1986 (APJL).

Simon autorizou, dada a gravidade do cancro cítrico, a realização de uma missão técnica composta de dez membros, visando conhecer a citricultura na Argentina e no Uruguai. O objetivo era, a partir da observação dos procedimentos de controle do cancro nos países vizinhos, avaliar os métodos fitossanitários brasileiros. O Ministério patrocinou a viagem.

A intenção de Lutzenberger – que acompanhou o grupo<sup>122</sup>, como representante da AGAPAN – era que “o pessoal da CANECC deixasse de contar mentiras a respeito da Argentina” (LUTZENBERGER. Carta a Milton Guerra. 17/02/1986, APJL). Ele queria provar aos membros da missão técnica que a citricultura argentina convivía com o cancro, sem precisar exterminá-lo, como se fazia no Brasil. A viagem serviria para confirmar e fortalecer sua posição no debate. Se isso ocorresse, os agricultores do Vale do Caí seriam beneficiados, com o fim da erradicação.

A viagem ocorreu de 26 de janeiro de 1986 a 03 de fevereiro de 1986. Foram visitadas propriedades e estações de pesquisa em cítricos nas províncias de Misiones, Corrientes e Entre Rios, na Argentina. Em Montevideú, a missão se reuniu com citricultores e técnicos no Centro de Defesa Sanitária do Ministério da Agricultura do Uruguai. Não houve visita aos pomares, pois esses tinham acabado de entrar em contato direto com plantas contaminadas da Argentina.

Como resultado das observações da comitiva, Alvir Jacob, coordenador da CANECC, elaborou um relatório “oficial” da viagem. Lutzenberger não assinou o documento, por não concordar com várias afirmações. Ele escreveu uma carta tecendo comentários sobre o relatório oficial. Depois disso, Osvaldo Porto ainda debateu as considerações do ambientalista, numa espécie de réplica. É interessante perceber, analisando esses documentos, que os mesmos elementos (falas de produtores e técnicos, observações das plantas e mudas), compartilhados pelo grupo, tornaram-se argumentos para a sustentação de posições que já eram defendidas antes da realização da viagem.

O relatório oficial afirma que os integrantes da missão puderam observar, em Montecarlo (Misiones), “a preocupação existente, tanto pela área da pesquisa como pela produtora, no que se refere à produção de mudas”. A posição da maioria era “tentar eliminar, se possível, o cancro cítrico, inclusive existem medidas severas de Defesa Sanitária Vegetal, no sentido de preservar a província de Tucuman, onde não é permitida a introdução de vegetais cítricos, provenientes de outras províncias” [não havia cancro em Tucuman]. A região de Montecarlo, segundo o documento, tivera “redução de 44% da área citrícola e de 70% na produção de frutas no período de 1969 a 1985, decorrente do aparecimento de moléstias declínio e canrose, entre outros fatores” (CANECC. 05/02/1986, p. 4, APJL).

Para Lutzenberger, essa parte do relatório “dá a impressão de que a redução da produção na Argentina se deve ao cancro”. Alberto Rossi, proprietário da principal empresa citrícola do local, teria dito que o cancro nunca destruiu a citricultura; a erradicação havia ocorrido por motivos econômicos (maus preços) e a doença serviu de pretexto. Afirmação semelhante foi repetida em

---

<sup>122</sup> O grupo de dez pessoas que participou da viagem era composto por: João Assis Dalle Ore (MA), Alvir Jacob (CANECC), Luiz Carlos Nasser (EMBRAPA), Ilto Antonio Morandini (EMBRATER), Takao Namekata (Instituto Biológico-SP), Marcelo Pavan (IAPAR-PR), Osvaldo Porto (IPAGRO-RS), José Lutzenberger (AGAPAN-RS), Valdir Antonio Secchi (EMATER-RS) e Antonio Carlos Rossi (FUNDECITRUS-SP).

Bela Vista e Concórdia, mas não aparecia no relatório. Ainda conforme Lutz, também foi omitido que o Sr. Rossi considerava o cancro cítrico o problema número quinze em suas terras. Ele administrava uma plantação com 2000 hectares, "uma das mais lindas e melhores plantações comerciais que tive a oportunidade de ver em minha vida" (LUTZENBERGER. Carta a José Geraldo Baldini Ribeiro. 16/02/1986, APJL).

Oswaldo Porto, em sua réplica aos comentários de Lutzenberger, afirmou que nosso personagem omitiu que Rossi colocava o cancro como problema número 15 para o município de El Dorado, onde a doença é endêmica, mas não para Tucuman, "onde o problema é enfrentado seriamente". Lutzenberger também teria omitido outra parte da fala de Rossi: questionado se fosse dado a ele o poder de traçar a política para produção de mudas, se permitiria a venda de material proveniente de região contaminada para áreas indenens, o produtor respondeu que proibiria, pois "não se deve produzir material com problema em região sem problema. O emprego da palavra 'problema' evidencia que o cancro para Rossi tem uma importância significativa" (PORTO. Análise da apreciação de Lutzenberger. S/data, p. 2-3, APJL).

Lutzenberger e Porto divergiram também a respeito das consequências da erradicação de 500.000 pés de pomelos em Concórdia, no ano de 1976. O relatório oficial informava que a região era responsável por 40 % da produção citrícola da Argentina, no momento da visita (dez anos depois); esse fato representava o sucesso obtido com o método da erradicação (CANECC. 05/02/1986, p. 3, APJL). Lutzenberger, no entanto, discordava: "a eliminação de meio milhão de árvores não teve efeito benéfico sobre a baixa incidência atual [de cancro]". Segundo ele, o Dr. David Ricardo Hogg, diretor da Estação Experimental Agropecuária de Concórdia, teria deixado bem claro: "o maior inimigo da citricultura não é o cancro, são as fábricas com suas políticas de preços" (LUTZENBERGER. Carta a José Geraldo Baldini Ribeiro. 16/02/1986, p. 3, APJL). Já Oswaldo, em sua réplica, afirmou: "não aceitar que a eliminação de meio milhão de plantas cítricas tivesse tido um efeito benéfico sobre a atual baixa incidência de cancro, é negar a lógica, é desconhecer fundamentos de patologia" (PORTO. Análise da apreciação de Lutzenberger. S/data, p. 5, APJL).

Pelo que podemos perceber, parece que o conhecimento da situação argentina não arrefeceu os ânimos erradicadores daqueles que defendiam a destruição dos pomares antes da viagem. No entanto, Lutzenberger avaliou a missão positivamente:

Aspecto fundamental que surge dessa viagem, e que confirma 100% o meu ponto de vista, expressado desde o início de minha luta contra a ação da CANECC no Vale do Caí, é de que não procede o postulado básico da política da CANECC: a apresentação da *Xanthomonas* como uma espécie de AIDS das cítricas, uma doença incurável, alastradora e mortal para a citricultura. Se assim fosse, já não haveria citricultura na Argentina e muito menos aqui no RGS. A cada dia que viajo aqui no estado encontro cancro nos lugares que menos se suspeitava (LUTZENBERGER. Carta a Hermes Peixoto Santos Filho, 17/02/1986, APJL).

Na Argentina, ao que parece, dois pomares de pomelo comprovaram sua filosofia. Em Montecarlo, os pesquisadores da estação experimental mostraram à comitiva gaúcha um pomar dessa fruta que, no passado, havia sido alvo de um violento ataque da *Xanthomonas* e que, no momento da visita, recuperava-se muito bem. As causas da recuperação haviam sido o “abandono dos métodos de cultivos agressivos ao solo, grade e herbicida”, bem como o “crescimento do quebra-vento de pinus”. O outro pomar, na Estação de Concórdia, “também se recuperou pela mudança do microclima – quebra-ventos e mudança no trato com o solo”. Para Lutzenberger, a *Xanthomonas* se comportava como todas as pragas e patogênicos, “a infecção está relacionada ao aspecto metabólico da planta, que, por sua vez, depende do estado nutricional, do microclima, consorciações, alelopatia, compatibilidade de enxertia, etc. (...), a infecção só se faz com planta suscetível” (LUTZENBERGER. Carta a Hermes Peixoto Santos Filho, 17/02/1986, APJL). Mesmo que ele não tenha mencionado o nome de Chaboussou, já sabemos que essas são as premissas da Teoria da Trofobiose. Ao contrário do que os representantes da CANECC e da maioria dos pesquisadores afirmava – que o cancro era doença incurável, e por isso só a erradicação levava à cura – a observação desses pomares *in loco* demonstrava, de acordo com Lutz, exatamente o contrário, que era possível recuperar as plantas afetadas a partir da utilização de métodos de cultivo mais ecológicos, ou seja, a posição defendida por nosso personagem desde o início do conflito.

Para que a avaliação dos representantes da CANECC sobre a viagem não se tornasse a única a ser divulgada, Lutzenberger pediu que sua carta fosse anexada e distribuída junto com o relatório oficial. Ele mesmo enviou cópias a vários colegas e amigos de sua rede de relações, sempre mencionando que a viagem confirmou a sua posição inicial. João da Costa, editor da *Globo Rural*, que recebera cópia dos documentos, considerava o relatório um “grande passo, uma vitória (...). O relatório deve ser amplamente divulgado, acompanhado de sua carta... Irei fazer o possível para isso” (COSTA. Carta a Lutzenberger. São Paulo, 01/03/1986, APJL). Nessa mesma correspondência, Costa relata os preparativos para a matéria sobre o cancro, que sairia em julho de 1986, como vimos acima. Ele chamara Sérgio Roberto Ribeiro para escrevê-la, repórter que “tem uma ótima visão crítica do paradigma agrônômico vigente”. Os pontos de vista de Lutzenberger seriam salientados. Costa acreditava que o texto tornar-se-ia instrumento de mudança nas faculdades de Agronomia, “passível de leitura e reflexão por parte de técnicos, professores e, principalmente, estudantes”. Ele estava convencido de que os “jovens nas faculdades estão passando a exigir dos professores informações mais sólidas e críticas daquilo que você denomina, com precisão, de paradigma reducionista, o que parece mais uma luz neste nevoeiro”. A matéria também contribuiria para enfraquecer a posição do “Lobby do Cancro”, que era, de acordo com o remetente,

muito forte, sustentando até 'Coordenadorias', mantendo cargos polpudos, mordomias, 'status' (?) [sic], a nível oficial. Apóia-o a poderosa FUNDECITRUS que se estriba em instituições como o Biológico, IAC, Fundação Cargill, ESALQ, etc, etc, sendo que as instituições oficiais sequer aceitam a possibilidade de examinar outros caminhos. E ainda há os 'medalhões' ou 'medalhões' do cancro cítrico - supostos donos da verdade - para os quais a solução é erradicar... Tudo isso funciona como uma máquina, bem azeitada por sinal, e assim temos que entrar de uma forma segura, bem articulada desde o início, dentro da Globo, para assestar um golpe de fato em toda essa farsa (COSTA. Carta a Lutzenberger. São Paulo, 01/03/1986, APJL).

Nessa carta e em outra anterior (19/01/1986), além de ficar evidente que Costa e Lutzenberger partilhavam das mesmas concepções sobre agricultura e cancro cítrico, é possível perceber os esforços do editor para que seus pontos de vista pudessem influenciar as matérias da revista. As missivas revelam as dificuldades e a pequena margem de manobra que ele possuía como funcionário de uma grande empresa de comunicação como a Rede Globo. Os cuidados com a “forma segura” e “bem articulada” na condução dos textos eram essenciais para que não fossem barrados; do contrário, se a abordagem fosse muito intensa e evidente, reportagens mais críticas corriam o risco de sequer entrar em pauta, muito menos de serem publicadas.

Na carta de 19 de janeiro de 1986, Costa falou de “pressões inimagináveis para quem está de fora, pressões que na maioria das vezes não se fazem claras nas suas razões, até porque isso já faz parte do jogo. Pressões que não vêm apenas das multas, a quem minha posição contraria seus interesses”; as coações, segundo ele, viriam também “de próprios colegas que possuíam estágios, títulos de PhD, que lhes conferem suposta autoridade, com direitos de que eu não posso dispor e que insinuam suas opiniões através de escalões mais altos da empresa. Opiniões que coincidem, curiosamente, com os interesses das mesmas multas”. Ele se referia, em especial, ao caso de “um colega Emérito professor-cientista-pesquisador, que se esvaiu de esforços (vitoriosos, por sinal), na retirada do Endosulfan da relação dos [agrotóxicos] proibidos. Chegou a escrever ao *Globo Rural* defendendo com unhas e dentes o produto”. Costa relatou também seus esforços para rechaçar “coisas ruins”, para que não saíssem, ou, pelo menos, para que saíssem menos incorretas possíveis. Ele conhecia e lera os livros de Chaboussou: "Temos, Lutzenberger, que tornar esses livros conhecidos no Brasil" (COSTA. Carta a Lutzenberger, 19/01/1986, APJL). Foi essa afinidade “filosófica” entre Costa e Lutzenberger que tornou possível a publicação da matéria sobre o cancro cítrico, na edição de julho/1986 da *Globo Rural*.

Antes do desfecho do caso Diemer, Lutzenberger e Osvaldo Porto ainda “trocaram farpas” sobre o cancro cítrico, publicamente, através de dois artigos, no suplemento “Campo e Lavoura”, do jornal *Zero Hora*. Em “A erradicação dos viveiros de cítricos” (06/06/1986), logo no começo do texto, Lutzenberger atacou: “Se ainda me sobrava uma leve dúvida sobre se a CANECC é safadeza ou burrice, após a reportagem do suplemento “Campo e Lavoura” (*Zero Hora*, 23/05/1986) só me resta certeza – burrice certamente não é, a não ser da parte de algumas figuras

mais medíocres entre os que promovem e apóiam essa loucura”. O “Campo e Lavoura” de 23 de maio de 1986 dedicou grande espaço à temática da citricultura (Capa, editorial e matérias nas páginas 7 a 11). Entre os entrevistados, Alvir Jacob continuou defendendo a erradicação, mas com método diferente: apenas a propriedade infectada seria interdita, não mais todo o município (ZERO HORA, 23/05/1986, p. 8, MCSHJC). Osvaldo Porto também foi ouvido pelo jornal e disse estar “convicto de que a convivência é possível, assim como é possível ir à Lua (...). Ele conheceu a região produtora de Misiones, Argentina, onde a citricultura está em decadência e a opção foi pela convivência” (ZERO HORA, 23/05/1986, p. 10, MCSHJC).

Continuando o debate, Lutzenberger disse que a CANECC agira impunemente “no auge da ditadura, que amedrontava os agricultores no Paraná”; o órgão aplicava a erradicação a “a todo um município, como se uma bactéria conhecesse geografia política”. Mencionou também a viagem à Argentina, cujas observações derrubavam “completamente a dogmática do CANECC”. Por isso, o órgão, em sua opinião, deveria ter sido extinto, “entretanto a impressão que agora se tem é de que a guerra será retomada”. Referiu-se ainda a Osvaldo Porto, especificamente ao seu comentário sobre as afirmações de Rossi, durante a viagem:

É triste ver como agora se mente em nome da pesquisa, isto é, em nome da ciência. O Sr. Osvaldo Porto (...), que participou da viagem à Argentina, afirma agora: “Em Misiones, uma das empresas produtoras com 225.000 pés produz suas mudas a 1.200 km de distância” [ZERO HORA, 23/05/1986, p. 10, MCSHJC]. O que foi dito pelo engenheiro agrônomo chefe dessa plantação, Sr. Rossi, é que, quase dez anos atrás, quando os argentinos ainda tinham medo do cancro, a Firma Parejas em Montecarlo fez suas mudas em Tucuman, pensando assim diminuir sua incidência de cancro (...). Nada adiantou. Ao serem plantadas em Misiones, as mudas logo adquiriram cancro (...). Disse também o Sr. Rossi, ao ser perguntado se compraria hoje mudas contaminadas com cancro, “claro que sim, pois temos cancro em toda a plantação”. O Sr. Porto ouviu essa resposta (...). Não vale a pena esmiuçar uma série de outras mentiras e meias verdades que agora servem para reativar a CANECC, mas convém desmistificar uma nova posição da “pesquisa” em apoio aos erradicadores (LUTZENBERGER, 06/06/1986, p. 8, APJL).

Segundo Lutzenberger, a mesma declaração foi ouvida por ambos, no entanto as interpretações foram diferentes. Cada um dos envolvidos utilizou as afirmações de Rossi para confirmar suas convicções anteriores à viagem. Em 13 de junho de 1986, o suplemento “Campo e Lavoura” publicou a resposta de Porto a Lutzenberger na página 12. No texto, o primeiro retribuiu a acusação de “mentir com meias verdades”, afirmando que Lutzenberger “fala com conhecimento de causa, pois é uma de suas especialidades”. O ambientalista, segundo o autor, estaria omitindo “informações sobre a evolução da citricultura [na Argentina], apesar de possuí-las”. Segundo Porto, em dez anos (1972-82), a safra argentina de laranjas teria decaído em 29,68%: “Será isso que se almeja para a citricultura do RS?” Defendendo sua profissão, afirmou que “a pesquisa está ao serviço do citricultor e não lhe deseja esse destino. A pesquisa almeja para o RS uma citricultura pujante, semelhante a de São Paulo, que adotou a erradicação”. Argumentou também que esse método teria garantido a São Paulo um aumento de produtividade em 188% durante os mesmos dez anos.

Sobre as afirmações de Lutzenberger, de que o melhor caminho era o manejo ecológico do solo e de que o cancro não aparecia em plantas saudáveis, Porto comentou que carecia “de toda a base científica, pois em fitopatologia não se generaliza (...). É preocupante pensar que a citricultura do RS possa ter seu futuro comprometido em consequência de ideias lançadas sem base científica, fundamentadas em fitopatologia” (PORTO, 13/06/1986, p. 12, APJL). Essa afirmação dava a entender que Porto não conhecia as pesquisas de Chaboussou, ou, pelo menos, não as considerava seriamente. Lutzenberger observou, em correspondência, que o oponente se colocava como “cientista sério, que não discute em termos emocionais”, mas, depois do que foi visto na Argentina, ele não podia “continuar aferrando-se ao velho clichê (...). O mínimo que teria que fazer como ‘cientista sério’, se não consegue convencer-se do paradigma contrário, é mencionar que existe outra visão e passar a criticá-la e procurar refutá-la”. Sabe-se, porém, que Osvaldo tinha conhecimento da teoria de Chaboussou, pois Lutzenberger enviara para ele “há mais de dois meses fotocópia dos capítulos sobre bacterioses e viroses do último livro de Chaboussou. Se ele não gosta de mim, tudo bem, mas ele não pode ignorar o Chaboussou. Ele me garantiu que lê francês” (LUTZENBERGER. Carta a Roberto, 12/07/1986, APJL). Consta no arquivo de Lutz a carta que ele enviou a Osvaldo, acompanhando os dois capítulos de *Santé des Cultures*: “realmente gostaria que a pesquisa pelo menos tomasse conhecimento desta importante revolução na Agronomia, nem que seja para refutar” (LUTZENBERGER. Carta a Osvaldo Porto, 20/05/1986, APJL).

No debate entre Lutzenberger e Porto, podemos perceber que ambos defendiam métodos diferentes para tratar o problema do cancro cítrico, porém, mais do que isso, partiam de concepções filosóficas opostas sobre agricultura e de “lugares”, “posições de sujeito”<sup>123</sup> muito diferenciados. Havia uma disputa pelo lugar de maior autoridade para abordar o assunto. Porto, em sua condição de pesquisador de uma estação experimental, acreditava que seu discurso era legitimado pela “pesquisa”, pela “ciência”, para quem o paradigma agrícola dominante seria o convencional. Já Lutzenberger falava de uma “posição” independente, de ambientalista, sem vínculo com nenhuma instituição acadêmica oficial. Para Porto, o discurso do oponente não era “chancelado” pela academia, portanto não merecia crédito. Mesmo que a Teoria da Trofobiose proviesse de Chaboussou, um pesquisador acadêmico - e ainda estrangeiro -, era Lutzenberger quem a divulgava. Além disso, ela ia contra o que aprendera em sua formação acadêmica e os preceitos

---

<sup>123</sup> “O sujeito é um lugar de significação historicamente construído, ou seja, uma posição. Essas posições, como sabemos, correspondem, mas não equivalem à simples presença física dos organismos humanos (empiricismo) ou aos lugares objetivos da estrutura social (sociologismo). São lugares ‘representados’ no discurso, isto é, estes lugares estão presentes mas transformados nos processos discursivos” (ORLANDI, 1998, p. 75). Também Laclau (1986, p. 43) não encara o sujeito como “uma fonte que forneceria um significado ao mundo, vemos cada posição de sujeito ocupando locais diferentes no interior de uma estrutura. A esta estrutura ou conjunto de posições diferenciais, damos o nome de discurso. (...) Torna-se, portanto, impossível falar-se do agente social como se estivéssemos lidando com uma entidade unificada e homogênea. Ao invés, devemos abordar o agente social como uma pluralidade, dependente das várias posições de sujeito, através das quais o indivíduo é constituído, no âmbito de várias formações discursivas”.

da “ciência agrônômica oficial” em voga naquele momento. A estratégia encontrada por ele para desmerecer, desautorizar o paradigma emergente (da agricultura ecológica) era simplesmente não abordá-lo. Tornando-o invisível, além de atacar seu maior representante no RS – Lutzenberger – Porto acreditava contribuir para seu enfraquecimento e abandono por parte dos agricultores gaúchos. Talvez, se esses passassem a adotar métodos ecológicos, os engenheiros agrônomos convencionais (além da indústria química e órgãos oficiais), poderiam ter sérios problemas; eles poderiam perder postos de trabalho (e lugares de autoridade). Por sua vez, Lutz também tinha suas estratégias para desqualificar o “inimigo”: a alusão de que mentia e era inflexível, em nome da ciência - para ele, Porto se agarrava ao que aprendera na faculdade e sequer aceitava discutir teorias diferentes.

Logo após a publicação dos artigos de Lutzenberger e Porto, a situação do processo movido por Otto Diemer começou a se definir. Nosso personagem colaborou no envio de oito documentos<sup>124</sup> e no rascunho de informações para subsidiar o relatório do perito, Ricardo Senger, que vistoriou a propriedade de Diemer a fim de verificar a presença de cancro cítrico nas mudas. O texto rascunhado por Lutz foi praticamente todo aproveitado por Senger, com pequenas alterações. Nele, são narrados os principais desdobramentos da luta travada entre produtores e CANECC desde o início de 1985, quando começaram as visitas do órgão a propriedades na região do Vale do Caí. A viagem à Argentina é abordada do ponto de vista do ambientalista, confirmando sua opinião favorável à convivência com a bactéria. Afinal, se o país vizinho convivia com o cancro sem problemas, o Vale do Caí também poderia optar pelo mesmo enfoque.

Baseado em bibliografia sobre o cancro cítrico, Senger argumentou que já havia passado o período de infecção, quando deveriam aparecer os sintomas visuais da moléstia. A bibliografia falava de 15 a 20 dias, no máximo 30 dias, porém no caso de Diemer, “já se passou um número significativo de MESES sem que a moléstia tenha exibido seus sintomas. Note-se também que nos últimos doze meses já se passaram condições climáticas favoráveis à bactéria sem que ela se manifestasse”; isso evidenciaria “sua não presença no referido viveiro de mudas cítricas”. Por isso, o perito concluía, com base em “evidências e fatos concretos” e o “excelente estado vegetativo das mudas cítricas em apreço”, que era “plenamente favorável à incontinenti liberação do viveiro ao comércio” (SENGER, Relatório do Perito, 01/08/1986, APJL).

---

<sup>124</sup> Lutzenberger enviou 1) artigo *Zero Hora*, Campo e Lavoura, 15/02/1985, p. 6-7; 2) dois capítulos do livro *Santé des Cultures* (Chaboussou, 1985); 3) Nota do Dr. Hogg, Diretor da Estação Experimental de Concórdia, Argentina, de abril de 1985; 4) Relatório de viagem ao exterior, Argentina e Uruguai, elaborado pela CANECC; 5) Carta de Lutzenberger a CANECC, comentando o Relatório; 6) Relatório de viagem à Argentina e ao Uruguai, de autoria de Osvaldo Porto; 7) Análise da Apreciação feita por Lutzenberger sobre o Relatório da CANECC, de Osvaldo Porto; 8) Ofício 36/86, contendo versão final do Relatório de Viagem ao Exterior – Argentina e Uruguai, acrescentado de comentários de Lutzenberger, Porto e carta de Takao Namekata (SENGER, Relatório do Perito, 01/08/1986, APJL).



A sentença foi emitida em 28 de agosto de 1986 pelo Juiz de Direito de Montenegro, Otto Rodolpho de Lima Brodt: ganho de causa para Otto Diemer (OST, Carta Circular AVIMUDA a Lutzenberger, 01/10/1986, APJL). A constatação de que não havia cancro cítrico na propriedade de Diemer fundamentou a decisão do juiz. Apesar da interdição ter causado prejuízo de 200.000 cruzados ao produtor, Diemer “mostrou-se muito satisfeito com a decisão: sempre tive certeza de que as minhas mudas não tinham nada”. De acordo com Lutzenberger, a decisão judicial teria “repercussão internacional, pois tem contatos na Flórida - USA, onde produtores estavam com o mesmo problema” (JORNAL IBIÁ, 10/09/1986, APJL).



Foto publicada no *Jornal Ibiá*, 10/09/1986 (APJL).

Para Lutz, essa foi uma vitória importantíssima do enfoque da agricultura ecológica sobre o paradigma agrícola dominante:

Esta sentença constitui vitória decisiva para a citricultura gaúcha que se encontrava gravemente ameaçada de sofrer destino semelhante ao que sofreu a citricultura paranaense. Sentença histórica e de alcance e repercussão não somente regional, porém nacional e mesmo mundial. Esta sentença constitui desafio para que ajudemos todos a desenvolver uma citricultura verdadeiramente sã e produtiva, autárquica e controlada pelos próprios citricultores e viveiristas, alicerçada nos métodos da nova agronomia ecológica e regenerativa; uma citricultura que nada terá a temer (JORNAL IBIÁ, 17/09/1986 (APJL).

A vitória de Diemer era compartilhada pelos demais citricultores da região. Inédita, representava uma importante conquista que motivou os produtores a se organizarem e cobrarem dos governantes medidas favoráveis à produção de frutas cítricas no Estado. A Associação dos Citricultores de Montenegro foi constituída no contexto da luta contra a CANECC e a Associação dos Viveiristas de Mudas Diversas AVIMUDA (constituída em 1983, em Pareci Novo) se fortaleceu no mesmo período. Tal vitória foi enfim emblemática para que os demais produtores não aceitassem mais a destruição de seus pomares.

Na década seguinte, houve um grande crescimento na citricultura do Rio Grande do Sul, o que levou à constituição de várias associações de produtores<sup>125</sup>. Em 1990, surgiu a Associação dos Citricultores de Harmonia (HARMONICITRUS), que, no mesmo ano, começou a receber apoio do Programa de Viabilização de Espaços Econômicos das Populações de Baixa Renda, PRORENDA<sup>126</sup>, através de um convênio entre a organização governamental alemã Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ – Cooperação Técnica Alemã) e o governo do estado do Rio Grande do Sul (PANZENHAGEN, 2004, p. 8-9).

Em 1994, a HARMONICITRUS deu origem à Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Caí, a ECOCITRUS<sup>127</sup>. Além do PRORENDA, também foi importante para a constituição dessa cooperativa “a experiência piloto em compostagem de resíduos orgânicos industriais conduzida em uma indústria de tanino local, a Tanac S/A<sup>128</sup>” (BULHÕES, 2011, p. 141). Mais tarde, essa experiência tornou-se a usina de compostagem da ECOCITRUS. E aqui nosso personagem entra na história da cooperativa, pois o processo de compostagem foi concebido por ele. Através da Fundação Gaia, Lutzenberger assessorou esse processo para adubar os pomares dos associados (ECOCITRUS, Documento no APJL, 1994).

O projeto inicial na Tanac, de compostagem de resíduos florestais (casca de acácia negra), foi realizado por Lutzenberger entre 1983 e 1986, com o apoio do diretor-presidente da empresa na época, Horst Ochmann. O estabelecimento possuía dois depósitos gigantescos para armazenar cascas de acácia, resíduo da produção de tanino, para o qual não havia até então destinação útil. Lutz propôs que esse material fosse transformado em composto orgânico para os agricultores da região, ideia encampada por Ochmann. Ele desenvolveu o método necessário para transformar o projeto em realidade com a ajuda de técnicos contratados pela empresa, entre os quais, Paulo Lenhardt. Inicialmente chamado para desenvolver um projeto de combustível a partir das sobras de carvão da empresa, para movimentar tratores e caminhões com gasogênio - na verdade,

---

<sup>125</sup> Panzenhagen (2004, p. 7) cita a Associação dos Viveiristas de Mudas Frutíferas, Florestais e Ornamentais (AVIMAFFO), com sede em São Sebastião do Caí; a Associação dos Citricultores de São Sebastião do Caí (CAÍCITRUS); a Associação dos Citricultores do Vale do Rio Cadeia (VALECITRUS), em Portão; a Associação dos Citricultores de Bom Princípio; a Associação de Citricultores de Pareci Novo (PARECITRUS).

<sup>126</sup> O projeto PRORENDA surgiu em 1986, com a colaboração dos governos alemão e brasileiro, visando o desenvolvimento rural, fortalecimento das administrações municipais, proteção do meio ambiente e formação profissional, de forma integrada, descentralizada e participativa (Panzenhagen, 2004, p. 9).

<sup>127</sup> “Ecocitrus, Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí, foi formada em 1994, em Montenegro, no Vale do Caí, por 15 pequenos agricultores como uma alternativa à agricultura convencional, dependente do uso de agrotóxicos. Preocupados em manter suas famílias no campo, em diminuir os custos de produção e reduzir a poluição dos arroios e rios, os produtores passaram a plantar e colher frutas usando adubo orgânico, sem agredir a natureza”. Mais informações em: <<http://www.ecocitrus.com.br/>>. Acesso em 07/03/2013.

<sup>128</sup> “Fundada em 1948, então uma pequena fábrica de taninos, a TANAC produzia 2.000 toneladas de extratos por ano, empregando 60 colaboradores. Passados 59 anos, tornou-se a maior e mais moderna unidade isolada de produção de taninos e seus derivados do mundo, com uma capacidade de produção de 30.000 toneladas/ano, atualmente gerando 330 empregos diretos em sua unidade localizada em Montenegro, Rio Grande do Sul”. Mais informações em: <<http://www.tanac.com.br/PT/index.php>>. Acesso em 07/03/2013.

monóxido de carbono - Lenhardt acabou colaborando também com Lutzenberger na usina de compostagem. Entretanto, o projeto não se tornou viável economicamente: o preço do composto era caro e não conseguia competir com o esterco de galinha - adubo amplamente utilizado na região, naquela época - por isso, foi abandonado. Segundo Lenhardt, “ainda não era o momento certo”, o que só aconteceu na década seguinte (Entrevista de Lenhardt à autora, Montenegro, 05/03/2013).

A ECOCITRUS retomou o projeto e construiu sua usina em 1995 com o apoio de Lutzenberger. Segundo Bulhões (2011, p. 146), o incentivo desse último foi importante, “porque ele era um ecologista famoso e chamou a atenção para o que estava sendo desenvolvido, dando visibilidade e possibilitando contatos com outras instituições e parceiros”. Muitos dos membros da cooperativa abandonaram os agroquímicos, mudando seu sistema de produção para os métodos ecológicos, quando foram contatados por Lutzenberger ainda nos anos 1980; outros foram conquistados para a agricultura ecológica ao longo dos anos 1990, através da Fundação Gaia.

A usina de compostagem da ECOCITRUS representou uma solução para os agricultores, fornecendo o adubo orgânico necessário, assim como para as indústrias do Vale do Rio Caí, que conseguiram destino certo para seus rejeitos. Segundo matéria do *Jornal Ibiá* (21/02/1995, APJL), a Tanac foi a primeira empresa a ser contatada para fornecer resíduo, depois a Aripê, “pois expele 3 mil metros cúbicos de resíduo, oriundos da industrialização de cítricos para fazer sucos. A Antartica está na mesma situação e volume de resíduos/ano, provenientes da polpa das frutas, sucos e até da água da limpeza das máquinas que os beneficiam”. Atualmente (2013), a cooperativa recebe resíduos de cerca de 90 empresas instaladas no Vale do Caí e em outras regiões do estado. Segundo o sócio e responsável pelo setor de vendas da cooperativa, Paulo Viegas (Conversa em 05/03/2013), a usina de compostagem “resolve o problema dessas indústrias”, ao receber seus detritos, que deixam de ser “lixo”, sobra, refugo, para tornar-se matéria-prima de uma agricultura mais limpa.

### **E a luta segue: Concluindo o capítulo**

Após ler e pesquisar sobre agricultura orgânica, senti necessidade de conhecer mais sobre esse processo, *in loco*. Em 05 de março de 2013, passei o dia no Vale do Caí - RS, quando visitei a ECOCITRUS e pude observar algumas propriedades que cultivam cítricos na região. Conheci a plantação orgânica de Paulo Viegas, que me permitiu, muito gentilmente, entrar em suas terras, em São José do Sul, e ver de perto um exemplo de citricultura ecológica. Mesmo se tratando, aqui, de uma tese acadêmica, não posso deixar de registrar o quanto essa experiência foi emocionante e especial para mim. Foi como se tudo o que eu li nos escritos de Lutzenberger e de outros autores se tornasse algo real, diante dos meus olhos.

Viegas planta tangerinas e laranjas (de diferentes variedades), em meio ao mato e diversas árvores. Dos galhos das laranjeiras e tangerineiras quase despencam centenas de frutos. No caminho até sua propriedade, na estrada, ele ia mostrando as propriedades de seus vizinhos; a maioria esmagadora utiliza os métodos convencionais: “deve ser um 1% orgânico contra 99% convencional”, afirmou em tom de lamento. Em muitas delas, o produtor havia aplicado, recentemente, o herbicida Roundup (da Monsanto) para “secar” o mato. Inclusive, Viegas mencionou que, quando ele ou outros colegas “orgânicos” questionavam as aplicações do produto, os vizinhos costumavam defender-se dizendo que “o Roundup não era herbicida, era só um secante”. Foi interessante observar, pelo uso do Roundup, a grande diferença visual entre as plantações de cítricos convencional e orgânica/ecológica: a ausência ou presença de mato – cobertura vegetal do solo, ou “ervas daninhas” – embaixo dos pés de laranja ou tangerina. Viegas afirmou que, por esse motivo, os colegas “convencionais” diziam que “nós [os “orgânicos”] somos os relaxados”, já que o roçado, ou corte da vegetação é feito somente uma vez por ano, não muito rente ao chão, e também só entre as fileiras, não muito perto do caule das plantas. As fotos abaixo podem ilustrar bem a diferença até aqui comentada.

Plantações convencionais:



Cultivo convencional de cítricos. Recente aplicação de herbicida, chão descoberto e raízes das árvores aparecendo.  
Foto da autora, São José do Sul, 05/03/2013.





Cultivo convencional de cítricos. Foto da autora, São José do Sul, 05/03/2013.

Propriedade de Viegas, agricultura ecológica:



Propriedade de Viegas. Agricultura ecológica. É até difícil visualizar a laranjeira (à direita), com tantas plantas ao redor. Fotos da autora. São José do Sul, 05/03/2013.





Propriedade de Viegas. Cultivo de tangerinas com fileira de bananeiras e cobertura vegetal diversificada. Foto da autora. São José do Sul, 05/03/2013.



Propriedade de Viegas. Tangerinas e árvores – Agrofloresta. O solo havia sido roçado recentemente e havia muita palha seca no chão (matéria orgânica). Foto da autora. São José do Sul, 05/03/2013.

A diferença, visível a qualquer pessoa, vai muito além: trata-se também de uma diferença de cunho filosófico. Viegas relatou sua impressão – semelhante a muito do que estamos percebendo na pesquisa – de que seus vizinhos estão convictos de que o uso de herbicidas e agrotóxicos é a melhor maneira de livrar suas propriedades das “pragas” e “ervas daninhas”. Eles acreditam que com a utilização desses produtos estão praticando uma boa agricultura. É interessante a percepção de que o Roundup é “apenas um secante”, talvez ela tenha partido da orientação de técnicos ou de responsáveis pela venda do produto, para que fosse melhor assimilado pelos agricultores. Trata-se de uma questão que envolve ética, pois o produtor escolheu todo um pacote técnico e filosófico, do qual o herbicida é apenas uma parte.

Ao contrário da maioria dos vizinhos, a propriedade de Viegas é a materialização da ética ecológica de Lutzenberger na agricultura: sem usar nenhum agroquímico, nem maquinários, mas apenas compostos orgânicos, os pomares não apresentam sinais de doença ou praga. A exceção são os pés de laranja localizados na borda da estrada, recebendo pó e vento, e por isso apresentando cancro cítrico, ao contrário das árvores situadas no interior, que estão protegidas da bactéria. Mesmo assim, o agricultor não está nem um pouco preocupado com o cancro – ele adotou o método da convivência, como preconizava Lutzenberger.

\*\*\*

Ao longo deste capítulo, pudemos acompanhar diferentes episódios da luta de Lutzenberger pela disseminação da agricultura ecológica. Ele empreendeu grandes esforços para que uma agricultura mais sustentável se tornasse realidade, uma alternativa possível frente ao paradigma convencional. Sempre que pôde, participou de reuniões, palestras, mesas-redondas, entrevistas, debates com universitários, bem como enviou correspondências e escreveu artigos para esclarecer agricultores, estudantes de Agronomia, órgãos públicos e população em geral, enfim, utilizou todos os meios ao seu alcance para difundir uma concepção de agricultura considerada saudável para o ambiente como um todo.

A partir dos anos 1980, nosso personagem passou a se focar menos no combate aos agrotóxicos, para concentrar-se na defesa da agricultura ecológica. Ele acreditava que o sucesso dos métodos ecológicos provocaria o abandono da química e do maquinário, que já haviam causado tantas mortes e doenças por envenenamento. Além disso, rios e solos contaminados faziam, segundo a sua compreensão, parte do legado do pacote “moderno”. Por isso o enfoque na agricultura ecológica era percebido por ele como uma espécie de “salvação da lavoura”, literalmente.



Porém, mais do que conceitos técnicos, o discurso de Lutzenberger abordava os aspectos ético-filosóficos da agricultura ecológica. No curso de 1981, ele deixou claro seu ponto de vista: ao contrário do paradigma convencional, que compartimentava a produção em “gavetas” (solo, praga, inço e capital genético), a agricultura ecológica prezava a interação de todos os elementos naturais; ela conectava tais gavetas.

A teoria da trofobiose, embora possa ter ficado restrita aos integrantes de movimentos sociais e marginal nos meios acadêmicos, foi encarada como algo revolucionário por Lutzenberger. Por meio dela, acreditava, a ciência confirmava o que ele defendia como militante: só a planta doente é atacada por insetos; como o agrotóxico desequilibra a planta, provoca seu adoecimento e conseqüente vulnerabilidade maior aos insetos. Tal perspectiva, dessa forma, sustentava que não existia praga; sua presença era indicador biológico de desequilíbrio na agricultura.

A agricultura tropical de Nasser também comprovava, de forma prática, a noção de que não existia “erva daninha”. Um ecossistema de monocultivo não deixava opção aos insetos, a não ser alimentar-se da plantação disponível. Ao deixar a mata nativa, ao lado do cultivo, o agricultor propiciava uma diversidade muito maior ao inseto, que não precisaria atacar sua plantação. Esse ponto de vista, embora aceito com parcimônia por Lutz, não foi desacreditado por ele, pois vinha ao encontro (e exemplificava) suas percepções mais amplas a respeito da natureza.

No debate televisivo, bem como na luta contra a erradicação do cancro cítrico, podemos observar o embate ferrenho entre dois modos de se fazer agricultura. Além das questões técnicas, segundo Lutzenberger, era muito mais uma diferença filosófica que os separava, da qual derivaria todo o resto. A partir de uma escolha, ou seja, de uma postura ética em relação à agricultura, cabia ao agricultor, mas também aos órgãos públicos, começar uma mudança de paradigma com vistas à adoção de um “novo” modelo ecológico.

\*\*\*

O próprio Lutz declarou que a principal luta de sua militância como ambientalista foi a defesa da agricultura ecológica. Ao mesmo tempo, envolveu-se em inúmeras outras lutas – como vimos no capítulo 2 – sendo que a de maior visibilidade foi a defesa da Amazônia. Já no início dos anos 1970 ele se mostrava preocupado com a devastação da floresta em sua correspondência, especialmente com o Almirante Belart. A partir do final dessa década, começou a envolver-se de forma mais frequente e efetiva nessa luta, em artigos, eventos, entrevistas e palestras.

No entanto, é interessante constatar, o campo da agricultura era tão importante para Lutz, que também foi, em parte, o motivo para que se envolvesse com maior vigor na defesa da Floresta



Amazônica. O modelo de colonização da Amazônia adotado pelos governos militares, que percebiam a região como “um vazio demográfico”, levou a instalação de megaprojetos estatais e estrangeiros, fazendas de pecuária e à distribuição de lotes para a agricultura, com prejuízo de imensas extensões florestais. Lutzenberger, entre outros, teceu críticas veementes a esse modelo de exploração, que considerava predatório: o “holocausto da Amazônia”. É esse o assunto de nosso próximo capítulo.

## Capítulo 5 - A luta pela Amazônia (1970-1980)



REALIDADE. Especial Amazônia. São Paulo, Outubro/1971 (APJL).

## A disputa pela Amazônia

Em março de 1977, realizou-se em Porto Alegre o Encontro Regional sobre Conservação da Fauna e Recursos Faunísticos, organizado pelo IBDF. Lutzenberger foi convidado e proferiu a última palestra de uma das mesas do evento, presidida pelo zoólogo e professor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, José Cândido de Melo Carvalho<sup>129</sup>. Nas considerações finais da mesa, Carvalho e Lutzenberger se desentenderam. O motivo: a Amazônia.

Em carta ao Almirante Belart (08/03/1977, APJL), Lutz narrou “o encontro infeliz” com o zoólogo. Segundo ele,

No fim da palestra, José Candido retomou a palavra e a coisa degenerou em tumulto porque ele disse uma coisa que nós, conservacionistas, de forma alguma, podemos aceitar. Após dizer que as minhas explanações eram irrefutáveis, ele no entanto, insistiu que o que eu tinha dito sobre o descalabro na Amazônia “era balela”. Protestei e me retirei da mesa, sentando-me entre o público. Ele continuou insistindo que na Amazônia tudo estava muito bem, que tudo o que se dizia sobre a devastação era infundado. Não mais resisti, protestei e houve intercalação violenta. Retirei-me da sala, para não mais voltar.

Não consta no APJL o conteúdo da palestra de Lutzenberger, mas considerando os textos de cartas e outras manifestações suas a respeito da Amazônia, ele deve ter criticado o desmatamento, as queimadas e o modelo de ocupação em voga durante os anos 1970. Porém, Carvalho não compartilhava de suas preocupações.

Lutzenberger, segundo ele próprio, compreenderia esse tipo de declaração se viesse de um ministro ou governador “desenvolvimentista”. No entanto, vinda “de um homem que é tido como naturalista, que representou o Brasil na Conferência de Estocolmo (onde, aliás, o Brasil brilhou pela insensatez), um homem tido externamente como um dos expoentes entre os naturalistas brasileiros, é absolutamente insuportável” (LUTZENBERGER. Carta a Belart, 08/03/1977, APJL). Além disso, Carvalho parecia a ele “muito acomodado” na luta conservacionista. Quando Lutz deixou a sala, mais da metade da audiência fez o mesmo, em protesto às declarações do zoólogo.

Depois do atrito, amigos alertaram Lutzenberger que o professor era “um homem intrigante” e poderia aproveitar o fato para denunciá-lo junto ao SNI. O receio devia-se a uma afirmação de Lutz em sua palestra, pela qual poderia ser acusado de criticar as Forças Armadas, algo bastante temeroso na época da ditadura. Um funcionário da SEMA havia contado a Lutz sobre atitudes anti conservacionistas de alguns membros da Marinha:

---

<sup>129</sup> Carvalho (1914-94) era membro da FBCN e foi seu presidente nacional durante dois mandatos: 1966-69 e 1978-81. No seu primeiro mandato, a FBCN “se organizou de forma mais efetiva e ganhou mais dinamismo e maior capacidade de ação. Também em sua gestão, a entidade passou a atuar em colaboração com o IBDF, desenvolvendo projetos voltados à conservação da natureza brasileira” (FRANCO, DRUMOND, 2009). Para um resumo de sua vida acadêmica, consultar Leontsinis (1995).

na Ilha da Trindade<sup>130</sup>, sob a jurisdição da Marinha, após a devastação de um tufão que destruiu violentamente a vegetação nativa, teriam sido plantados *Pinus Elliottis*; aos protestos da SEMA que, além disso sugeria a eliminação dos cabritos e porcos que estavam destruindo a preciosa natureza local, a Marinha teria mandado eles às favas, alegando que não deveriam intrrometer-se em assuntos que não eram de sua competência. Conteí ao plenário esse fato, como exemplo de falta de entrosamento entre órgãos oficiais. José Cândido reagiu violentamente, afirmando não ser verdade o que eu dizia. O homem da SEMA insiste na verdade (LUTZENBERGER. Carta a Belart, 08/03/1977, APJL).

Lutzenberger disse que não houve intenção de atacar a Marinha: “Eu sempre falo em termos gerais e os fatos, para mim, são apenas exemplos de aspectos ou relacionamentos gerais ou fundamentais. Também não estou preocupado. Apenas lhe relato o fato para sua informação”. Talvez Lutz também tenha narrado o acontecido ao Almirante pensando em sua defesa no futuro - já que Belart tinha livre trânsito entre os governantes militares -, caso Carvalho realmente o denunciasse ao SNI.

Criado em junho de 1964, em seguida ao golpe civil-militar, o Serviço Nacional de Informações (SNI) foi idealizado pelo General Golbery do Couto e Silva, nos moldes da Central Intelligence Agency (CIA) e com apoio do governo norte-americano. O SNI era o órgão central do Sistema Nacional de Informações (SISNI), e a ele cabia “superintender e coordenar as atividades de informações em todo o território nacional” (FICO, 2001, p. 81), utilizando espionagem, delação e outros artifícios. Para Fico (2001, p. 113), o SNI ia além da produção de informações, era também órgão executante: “parece claro que o SNI patrocinou diretamente prisões e interrogatórios”. Diante do aparato repressivo da ditadura militar, que levou muitos à prisão e tortura, seria normal temer represálias em função de uma possível denúncia ao órgão pelo professor Carvalho.

Na resposta de Belart a Lutz (22/03/1977, APJL), o Almirante mencionou que soube do ocorrido por telefonema do próprio Carvalho, em que este teria dito que admirava Lutzenberger e havia gostado muito do *Manifesto*. Para Belart, seria “um absurdo” um atrito entre os dois líderes ambientalistas:

Nossas fileiras já são fracas e o que nós precisamos é muita união. Relatei que o caso da Amazônia é muito sério, segundo testemunho de pessoas idôneas, principalmente de técnicos e cientistas. (...) José Cândido pretende encontrá-lo dentre em breve, ao que parece no ES, e espero que ambos se apertem as mãos e desfaçam o mal-entendido. José Cândido não é acomodado, é grande lutador, mas em muitos casos, age com cautela para não perder os trunfos. É o único brasileiro que ganhou, até agora, a Medalha de Ouro do WWF<sup>131</sup> (BELART. Carta a Lutzenberger, 22/03/1977, APJL).

---

<sup>130</sup> A Ilha da Trindade fica a 1.167 km da costa brasileira, pertencendo ao município de Vitória-ES. Trata-se de formação vulcânica, supervisionada pela Marinha do Brasil, inacessível ao público, de vegetação escassa, mas fauna riquíssima. Ver mais no Especial da *Folha de São Paulo* sobre a ilha: <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/aventura/ilha\\_da\\_trindade-popup.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/aventura/ilha_da_trindade-popup.shtml)>. Acesso em 25 maio 2014.

<sup>131</sup> Sigla para World Wide Fund for Nature - é uma organização não governamental internacional que atua nas áreas da conservação, investigação e recuperação ambiental, fundada em 1961. Ver mais no *website* da ONG: <<http://www.wwf.org.br/>>. Acesso em 14/01/2015.

Quanto ao descaso na Ilha da Trindade, relatado pelo funcionário da SEMA, Belart solicitara a um colega da Marinha e também membro da FBCN, o Almirante Câmara, que apurasse a veracidade dos fatos. Em relação à Amazônia, ele dizia que queria “conseguir por todos os meios a participação das Forças Armadas na defesa do Patrimônio Amazônico”. Como Almirante respeitado e com trânsito entre as mais altas patentes, Belart fazia uma espécie de “meio de campo” entre os civis e militares que lutavam pela “causa ambiental”. A preservação da Amazônia, por sua imensidão de biodiversidade, começava a tornar-se prioridade nos movimentos ambientalistas mais importantes do país, naquele momento, a FBCN e a AGAPAN. Nos anos 1980, se tornaria luta internacional.

Até onde pude pesquisar, Carvalho nunca denunciou Lutzenberger aos militares. No entanto, o incômodo em relação ao professor era menos a possibilidade de delação do que o descontentamento pela sua postura ética. Isso fica mais claro no artigo que Lutz publicou na *Zero Hora* em 26/06/1977, “Os vendilhões da biologia”, em que criticou alguns cientistas brasileiros renomados pelos enfoques pouco preservacionistas de seus trabalhos. Entre outros, citava o professor Carvalho como um desses “vendilhões”.

Como estamos apresentando nesta tese, a questão ética era fundamental para Lutzenberger, especialmente aliada à ecologia e à proteção do ambiente. No artigo, ele associou a imagem de “vendilhão” a cientistas que eram também reconhecidos naturalistas, relatando práticas que não condiziriam, em sua opinião, com o que se esperava de um naturalista. O próprio significado da palavra “vendilhão”, segundo o Dicionário Aurélio, já apresenta conteúdo moral: “O mesmo que vendelhão. / Indivíduo que mercadeja publicamente coisas de ordem moral: vendilhão da pátria”. Também é importante lembrar do episódio bíblico “os vendilhões do templo”, no qual Jesus expulsou do Templo de Jerusalém judeus que estavam vendendo bois, ovelhas e pombos dentro do local (Bíblia de Jerusalém, João, 2-17). Assim como o Templo de Jerusalém havia deixado de ser casa de oração e culto sagrado para tornar-se um lugar de comércio, venda de animais e de exploração, para Lutz, a ciência havia sido deturpada pelos naturalistas acusados em seu artigo.

Lutzenberger incluía Carvalho no rol dos “vendilhões”, mencionando sua fala no evento do IBDF, de que “a devastação na Amazônia era balela”. Além disso, segundo Lutz, Carvalho teria escrito a ele, “por ocasião da Conferência de Estocolmo, que a Amazônia ‘não passa de poluição verde’ que deve ser corrigida”. Em simpósio no Espírito Santo, o professor teria defendido o “projeto do multibilionário americano Ludwig, que derrubou apenas 700 mil hectares de floresta”<sup>132</sup> (LUTZENBERGER. *Zero Hora*, 26/06/1977, APJL).

---

<sup>132</sup> Lutz se referia ao Projeto Jari, do empresário norte-americano Daniel Ludwig, que comprou uma área de 36 mil km quadrados no Pará, onde desmatou a floresta nativa para plantar monocultivos de arroz, pinus e gamelina (para celulose), explorar minério de caulim e criar gado. Importou do Japão uma fábrica de celulose flutuante e uma



O artigo criticava também, entre outros, o diretor da Fundação Zoobotânica Willibaldo Thomé (um dos fundadores da AGAPAN). Segundo o texto, o órgão estatal teria cedido exemplares de animais empalhados para serem expostos em vitrine que promovia a venda de armas e equipamentos de caça. Lutzenberger citava passagem de artigo da revista científica da Fundação, a “Iheringia”, em que o autor afirmava ter abatido com um tiro uma fêmea jacaré (*Caiman latirostris*) para poder estudar a postura de ovos do animal. Lutz questionava: “Que naturalista é esse que não sabe observar sem destruir, e que ainda se vangloria do fato?”. E ampliava seus receios, incluindo um dos temas ambientais importantes daquele contexto: “Quais não serão os enfoques com que esta Fundação encara o estudo e levantamento ecológico que está fazendo para o futuro Pólo Petroquímico?”.

Para Lutzenberger, o verdadeiro naturalista era “aquele que não somente conhece e procura conhecer sempre melhor a natureza, ou mesmo conhecendo-a relativamente pouco, se sente responsável por ela porque a ama profundamente”. E citou Aldo Leopold, Rachel Carson e Julian Huxley como exemplos de “verdadeiros naturalistas”; esses são alguns dos autores que trabalharam a questão ética na ecologia, como vimos na Introdução desta tese. O artigo citado é representativo da visão de Lutzenberger sobre a construção do conhecimento científico, de que o cientista deveria levar sempre em conta, como um dos pilares dessa construção, a relação entre ciência, ética e ecologia. Em sua visão, quem não tomava esses elementos em consideração em seu trabalho científico não era digno de ser chamado de naturalista.

Carvalho enviou carta defendendo-se das afirmações de Lutzenberger, que foi publicada na *Zero Hora* de 14/08/1977<sup>133</sup>. Ele se disse estupefato com o artigo “Os vendilhões da biologia”, retificando cada ponto das acusações. Resumidamente, o professor narrou a sua versão do acontecido no evento do IBDF, de que apenas teria refutado a afirmação de Lutzenberger sobre a Ilha da Trindade, pois ela não era verídica. O incidente teria sido provocado pelo ambientalista gaúcho, que “não quis aceitar o diálogo, perdeu as ‘estribeiras’ e saiu dizendo a outros jornais que eu havia negado a devastação na Amazônia”. Carvalho afirmou à televisão reconhecer os erros na colonização iniciada, “mas **essa história de que a Amazônia está sendo arrasada é uma balela**. Acabo de regressar da região, fiz sobrevoos sobre ela, e mantenho minha afirmação de que ela não está sendo **arrasada**, embora haja desmatamentos irregulares ou exagerados em certas áreas daquela imensa região [grifos do autor]” (CARVALHO. *Zero Hora*, 14/08/1977, APJL). Sobre a

---

termoelétrica, que chegaram à Amazônia rebocadas por mares e rios. Ludwig investiu 1 bilhão de dólares no projeto entre 1971 e 1982, abandonando-o com prejuízo milionário (FSP, 23/03/1989, APJL).

<sup>133</sup> Constam também no APJL duas cartas apoiando o artigo de Lutzenberger: uma, enviada pela arquiteta Maria Alice, elogiava-o por ter ousado apontar nomes (NEHAB, Maria Alice. Carta a Lutzenberger, 08/09/1977, APJL), e outra, do engenheiro agrônomo Antônio, o considerava “o mais autêntico lutador que conheci pela proteção ao ambiente natural” (FERREIRA, Antonio Gomes. Carta a Lutzenberger, 17/08/1977, APJL).

afirmação de que teria escrito a Lutz por ocasião da Conferência de Estocolmo, o professor disse que nem o conhecia na época; era “uma afirmativa tão grave que daria margem a um processo judicial! Então eu que sou naturalista vou dizer que uma floresta é poluição?”, e pedia que Lutzenberger apresentasse as provas. Sobre o projeto Jari, do multibilionário norte-americano Ludwig, ele apenas teria respondido a uma pergunta, num simpósio no Espírito Santo, sobre o plantio de florestas homogêneas na Amazônia, afirmando que a plantação de *Gmelinea arborea* no Jari era a única que conhecia. Carvalho estivera no local e verificara que a planta não causava impacto ao solo ou água e seus frutos eram comestíveis por vários animais. Segundo o professor, as afirmações de Lutzenberger no artigo “eram falsas para seus leitores” e, por isso, pedia “encarecidamente” que ele escrevesse para o mesmo jornal uma retificação. Por fim, ainda defendeu Willibaldo Thomé, pois a Fundação Zoobotânica estava criando jacarés; ele não via inconveniente “em abater um exemplar e depois criar centenas deles” (IDEM).

Sobre a afirmação de Carvalho, é importante analisar com a ajuda de artigo de Pádua (2015): até o início dos anos 1970, estima-se que cerca de 99% da cobertura original da Amazônia ainda estivesse em pé. O corte raso da floresta “vai se tornar uma realidade marcante apenas nas últimas décadas do século XX” (PÁDUA, 2015, p. 236). Mesmo praticamente intacta, Lutzenberger e, mais adiante, como veremos, entidades ambientalistas norte americanas e europeias encamparam uma luta internacional em defesa da floresta<sup>134</sup>.

Além de evidenciar o quão caloroso havia sido o debate entre Carvalho e Lutzenberger sobre a Amazônia, a carta do professor mostra um pouco sobre a personalidade do nosso personagem. Dreyer (2014, p. 354) afirma que ele “irritava-se com facilidade e, se a conversa alheia não lhe captasse o interesse, era dado a monopolizar a palavra”. Essa forma de manifestar-se, por um lado, ajudou a provocar polêmicas que deram visibilidade às causas ambientais; por outro, como lembrou Ilza Girard (Entrevista à autora, 25/09/2012), levou, “em vez de conseguir adeptos, a arranjar inimigos, pela maneira de falar, muito agressiva, às vezes”.

O episódio revela também o descompasso entre dois importantes ambientalistas naquele contexto e as diferenças de visões sobre o processo de colonização da Amazônia. Dependendo do lugar a partir do qual cada um falava, conformaram-se posições opostas sobre o problema. Para Carvalho, um dos membros mais ilustres da FBCN, professor, funcionário federal, recentemente eleito vice-presidente do Conselho Federal de Cultura, que contava, como ele mesmo afirmou na carta à ZH, com “a confiança do governo e o reconhecimento dos homens de cultura da Nação”, poderia ser temerário criticar algum excesso na ocupação da floresta; tendo em vista o exemplo de

---

<sup>134</sup> Nesse sentido, Pádua (2015) analisa a Amazônia comparativamente com a Mata Atlântica, da qual restam cerca de 12% da cobertura original; no entanto, a mobilização ambientalista tem focado principalmente a grande floresta equatorial, manifestando-se bem menos pela proteção do complexo florestal do sul-sudeste brasileiro.

professores que sofreram expurgos pelo regime militar, seria mais seguro defendê-lo<sup>135</sup>. Já Lutzenberger, como presidente e porta-voz da AGAPAN, não possuía vínculo empregatício com governos nem estava constrangido por questões de cunho acadêmico. Nesse sentido, mostrava-se mais livre para manifestar suas críticas à colonização da Amazônia, o que indiretamente poderia ser interpretado como uma crítica aos próprios militares, já que eles eram os responsáveis pelas decisões que levaram a todo o processo de ocupação daquela área. Além disso, é preciso considerar que Lutz também gostava de uma polêmica. Parece-me que essa foi uma das estratégias adotadas por ele como forma de projetar-se no espaço público. Com isso, ele chamava a atenção das pessoas sobre os problemas ambientais, colaborando para tornar esse tema cada vez mais presente na vida cotidiana.

Convém sublinhar que ao historiador não cabe julgar qual a versão correta do desentendimento entre Lutz e Carvalho, mas sim, a partir dele, mostrar diferenças de posições sobre a problemática da Amazônia e suas implicações para nosso problema de pesquisa, especialmente as questões éticas envolvidas no tema.

A seguir, vamos contextualizar brevemente o processo de colonização da floresta Amazônica, gerador dessa polêmica, e também de muita crítica e discussão, conforme veremos ao longo deste capítulo.

## **A “Realidade” da Amazônia**

No APJL encontrei uma preciosa fonte que retrata de forma muito interessante o processo de colonização da Amazônia nos anos 1970. Trata-se do exemplar da revista *Realidade*<sup>136</sup> de outubro de 1971, dedicado integralmente à região. Como explicou o editor, o periódico reuniu “a maior equipe e o maior orçamento para a cobertura de um único assunto em toda a história de *Realidade* e, possivelmente, da imprensa nacional”, numa viagem de cinco meses pelo território amazônico. Ainda segundo o editor, a opinião pública brasileira acreditava que “os estrangeiros podem roubar a Amazônia”, entre outras concepções consideradas errôneas, o que revelaria o

---

<sup>135</sup> Sobre expurgos e represálias a professores universitários durante o regime militar, consultar Mansan (2012); Pato Sá Motta (2014).

<sup>136</sup> A revista *Realidade* foi lançada em 1966 pela Editora Abril e foi sua primeira experiência na área de revistas de informação geral. Circulou durante dez anos e foi apontada como um marco no jornalismo brasileiro: uma das “experiências mais inovadoras em termos de linguagem e abordagem temática” (MORAES, IJUIM, 2009). Segundo Faro (1968, p. 4), de sua criação até 1969, a revista desenvolveu um trabalho jornalístico que “guardou estreita relação com o discurso transgressor produzido em meados dos anos 1960 e que abarcou, em sua formulação, a ordem dos valores burgueses conservadores, a ordem do Estado e a ordem da estrutura social”. Com o AI-5, no final de 1968, entre outras medidas antidemocráticas, foi implantada a censura aos meios de comunicação. O caráter inovador do jornalismo de *Realidade* foi perdendo força e, “a partir de 1968, sofreu um processo de descaracterização e desfalque em seu quadro de profissionais até 1976, quando foi substituída por *Veja*, a subsequente aposta da Editora Abril na área de revistas de informação geral” (MORAES, IJUIM, 2009).



desconhecimento sobre a região. Por isso, a edição tinha o objetivo de “informar corretamente a opinião pública brasileira sobre o maior de todos os seus mitos, a Amazônia” e, ao mesmo tempo, “documentar o instante mais extraordinário da vida dessa última grande reserva natural do planeta”. Os sinais de que a região vivia um momento “dramático” eram a construção de milhares de quilômetros de rodovias, a instalação de imensas fazendas de gado, a corrida pelas riquezas minerais sob a floresta e a reforma agrária promovida pelo governo, que pretendia “colocar na Amazônia, em cinco anos, 100.000 famílias” (CIVITA, *Realidade*, 1971, p. 3, APJL).

Desde os anos 1930-40, tiveram início os discursos sobre a necessidade de maior integração da Amazônia ao Brasil. Durante o primeiro governo Vargas (1930-1945), a Amazônia se tornou objeto de planejamento governamental (BECKER, 2009, p. 216). Podemos citar o célebre “Discurso do Rio Amazonas”, proferido por Vargas em Manaus, em 1940, quando o então presidente argumentou que “o nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra, desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto”. Com isso, segundo Vargas, seria possível “retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado” (VARGAS, 1942, p. 259-262).

Os governantes que tomaram o poder em 1964 por meio de um golpe civil-militar queriam resolver o problema da posse da terra no Brasil através de uma reforma agrária na Amazônia. Afinal, a reforma agrária havia sido uma das grandes bandeiras do governo do presidente João Goulart, que tentara implementá-la por meio de projetos enviados ao Congresso Nacional, sempre com grande resistência de políticos e proprietários rurais conservadores. A sua não aprovação, entre outros fatores, fez com que Goulart estreitasse relações com a esquerda radical, o que foi um dos elementos importantes na detonação do golpe (FERREIRA, 2011).

Como vimos no capítulo 3, os governos militares incentivaram a “modernização da agricultura” via “revolução verde”, o que levou à concentração de terras, pois os pequenos proprietários não tinham como arcar com os custos de produção do novo modelo agrícola. As mudanças no campo foram regulamentadas pelo “Estatuto da Terra”, em forma de Lei (Nº. 4.504), já em novembro de 1964, que determinou a desapropriação através de títulos de dívida pública da União como forma de indenizar os proprietários. Segundo Dean (1996, p. 304), “as Forças Armadas, irritadas com a intransigência dos grandes proprietários diante de qualquer tipo de reforma e receosas da radicalização dos movimentos grevistas que haviam precedido sua tomada do poder, estavam tentando se apoderar da questão agrária e, ao mesmo tempo, incentivar o uso eficiente da terra”. Para Álvaro de Vita (1991), nos governos militares, a questão agrária deixou de ser tema político para se tornar um problema técnico.

Todo um conjunto de órgãos e dispositivos legais foi formulado pelos governos ditatoriais para tornar realidade o “desenvolvimento da Amazônia”. Além do Estatuto da Terra, podemos citar a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), um dos órgãos centrais nas políticas de ocupação, e do Banco da Amazônia (BASA), ambos em 1966; Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971), formulado pela SUDAM, no ano de 1967. Em 9 de julho de 1970, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com a missão de realizar a reforma agrária no país. No entanto, em vez de “promover uma mudança na estrutura fundiária nos locais de conflito (reforma agrária, incidindo sobre terras particulares), a opção foi abrir novas áreas de ocupação, distribuindo terras públicas em territórios ainda ‘inabitados’ (colonização)” (LE TORNEAU, BURSZTYN, 2010, p. 114). O enfoque prioritário dessa ocupação, portanto, era a colonização, mas difundido pelo governo federal (na época, o General Médici era o presidente da República) como “reforma agrária”, conforme podemos ver nessa propaganda do INCRA sobre a Amazônia, veiculada em revistas de grande circulação do país:



INCRA. Reforma Agrária (APJL).

A imagem retrata um projeto do INCRA em Mato Grosso com grande área já desmatada, às margens de uma rodovia. A imensidão da floresta, vinculada à falsa ideia de “vazio demográfico”, levou os militares a decidirem ocupar o local. De acordo com Le Torneau e Bursztyn (2010, p. 114), “a abertura de novos espaços produtivos na Amazônia representava a materialização do slogan ‘uma terra sem homens [a Amazônia] para homens sem-terra [do Nordeste]’”. Mas eles vinham também do Sul do país, para aplicar o modelo agrícola da região subtropical na floresta, especialmente em Rondônia, o que foi muito criticado por Lutzenberger. Numa palestra da ONU em Nairobi (Quênia), em 03/05/1982 (APJL), ele afirmou que “esses projetos de colonização são concebidos para evitar de ter que fazer a reforma agrária em outras regiões – Sul, Nordeste e Centro-Oeste”.

Parte da imensa floresta cedeu espaço a megaprojetos desenvolvimentistas e a uma reforma agrária às avessas, que foram denunciadas por Lutzenberger e outros atores, em razão de

concentrarem ainda mais a propriedade no país. Ele não se conformava com a depredação no local que considerava “a última e mais ou menos intacta selva da Terra: a Hylaea” (MATZENBACHER, *Jornal da Província*, 1986, APJL). De fato, como afirmam Fonseca e Silva (2005, p. 15), “com 6.683.926 km<sup>2</sup>, a Amazônia é a maior região de floresta tropical do planeta e também uma das mais bem conservadas, já que menos de 20% da vegetação natural foi severamente alterada pelo homem”. Embora ainda contasse com dimensões superlativas, havia a ameaça de desestabilização dos ecossistemas com os grandes desmatamentos e queimadas provocados pelos grandes projetos incentivados pelos governos militares.

Segundo Ribeiro (1992, p. 174), “o deslocamento das frentes de expansão sobre a Amazônia intensificou-se a partir de 1965, com a abertura da rodovia Belém-Brasília”. No governo Médici, sob o lema “integrar para não entregar”, foi lançado o Programa de Integração Nacional (BRASIL. Decreto-Lei Nr. 1.106, de 16/06/1970), com o objetivo de unir a Amazônia ao resto do país. Para alcançá-lo, teve início a abertura de grandes estradas, como a Transamazônica, ligando o Nordeste à Amazônia; a Cuiabá-Santarém, conectando o Centro-Sul do país ao Norte; a Cuiabá-Porto Velho (BR-364), ligando a capital de Mato Grosso à de Rondônia, entre outras. Essa última foi objeto de veementes protestos de Lutzenberger, o qual protagonizou campanha para barrar o envio de verbas do FMI destinadas a sua construção, como veremos ainda neste capítulo.

O problema era que essas regiões desbravadas não eram “despovoadas”, “terra sem homens” ou “vazios demográficos”; estima-se que na Amazônia vivam, na época, cerca de 60% das tribos indígenas brasileiras (RIBEIRO, 1992, p. 174), além de seringueiros e ribeirinhos. Na conferência em Nairóbi, Lutzenberger denunciou que “os índios são liquidados sem piedade”. Segundo ele, nesse processo, eram deslocados “índios, caboclos e seringueiros, todos com estilo de vida compatível com a floresta”. Em seu lugar, “os assentamentos que estão demolindo a floresta em Rondônia são parte de uma estrutura colonialista clássica de dependência e exportação” (LUTZENBERGER, 03/05/1982, APJL). Também Octávio Ianni denunciou que “na Amazônia, o aparelho estatal da ditadura é colocado a serviço da formação e expansão dos grandes negócios de terras, em prejuízo de comunidades indígenas, caboclos amazonenses, posseiros antigos (...), a terra é monopolizada, transformada em mercadoria, ‘reserva de valor’, latifúndio, empresa” (IANNI, *Em Tempo*, Maio/1978, APJL).

Entre outros projetos de colonização lançados nos anos 1970, podemos citar o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA, 1971); o 1º Plano de Desenvolvimento da Amazônia, formulado como um complemento ao I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento, 1969-74) e o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLOAMAZÔNIA, vinculado ao II PND (1974-79). Já nos anos 1980, foi lançado no governo do general Figueiredo o Projeto Grande Carajás (1980), que previa

a exploração do minério de ferro dessa região pela Companhia Vale do Rio Doce e a construção de uma estrada de ferro e um trem para seu transporte. Também compunha parte desses projetos de desenvolvimento a construção de mega hidrelétricas, como as de Tucuruí e de Balbina, que contaram com financiamento do Banco Mundial, a exemplo das grandes estradas, como a BR-364. Tais empreendimentos, por desalojarem a população local e causarem graves danos ambientais, foram alvo de campanhas ambientalistas de âmbito global para que o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) suspendesse os empréstimos, como veremos no subcapítulo “A década da destruição”.

As iniciativas de ocupação da “última fronteira” levaram a protestos e a acusações de “venda da Amazônia” por setores ambientalistas e da imprensa, especialmente no episódio dos “contratos de risco”. Acompanharemos, a seguir, alguns acontecimentos da luta contra a devastação da Amazônia e como nosso personagem nela se posicionou.

### **A luta pela Amazônia**

Desde o início de sua militância ambientalista, Lutzenberger se manifestou contra a devastação da Floresta Amazônica, provocada pelos megaprojetos governamentais e privados, em diversas oportunidades. Em artigo de Evelyn Berg publicado no *Correio do Povo* (30/01/1972, p. 17, MCSHJC), consta a preocupação de Lutz com as grandes estradas na Amazônia:

Para o biólogo, para o naturalista, para todo aquele que ama a natureza, mas também para quem de maneira puramente utilitária se preocupa pelo futuro da raça humana, o que está acontecendo e o que está por acontecer na Amazônia é motivo de profunda tristeza e preocupação. Esta é a última selva mais ou menos intacta do globo e se digo mais ou menos é porque já está bastante depredada. (...) os prognósticos não são dos melhores. Basta ver o que está acontecendo com a Belém-Brasília: em toda a parte há os mesmos fazedores de desertos, a mesma rapina e destruição total. Só que hoje os métodos são mais eficientes: onde antes o homem levava uns 100 anos para penetrar 100 quilômetros num bosque, hoje o ‘bulldozer’ faz o trabalho em poucos meses.

E, partindo de uma visão romantizada dos indígenas, considerando a possibilidade de uma natureza intocada, Lutz afirmava que “o índio viveu uns 30.000 anos na Amazônia e está nos entregando tudo aquilo intacto – ele não estragou nada”, o estilo de vida “deles”, para Lutz, “poderia continuar indefinidamente”. Enquanto isso, “nós”, os “anormais”, “para estabelecer nosso estilo de vida temos que desfigurar, adulterar, destruir irreversivelmente o que a natureza levou milhões de anos para estabelecer e ajustar em equilíbrio permanente” (BERG, *Correio do Povo*, 30/01/1972, MCSHJC). De fato, “povos indígenas têm tido um registro muito melhor de manutenção dos ecossistemas naturais que os cercam do que outras populações na Amazônia” (ZIMMERMAN, BERNARD, 2005, p. 99). Porém o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2005, p. 125) alerta que “a relação entre as sociedades indígenas e o ambiente amazônico não é a de uma adaptação passiva das primeiras ao segundo, mas a de uma história comum, em que sociedade e ambiente evoluíram em conjunto”. Para Castro (IDEM), “isso que chamamos

‘natureza’ é parte e resultado de uma longa história cultural e de uma aplicada atividade humana”. Tal constatação, no entanto, não referenda a destruição da Amazônia, muito ao contrário, como aponta Castro a seguir, na mesma página: “o fato de a floresta não ser mais virgem não autoriza ninguém a estuprá-la”.

Em maio de 1972, Lutz proferiu palestra a empresários no Clube do Comércio de Porto Alegre sobre a destruição do ambiente natural, inserindo a crítica à Rodovia Transamazônica – na época, em plena construção: “A Amazônia é o último pedaço de verde do planeta e a estrada está agora a destruindo. Os índios (...) são os verdadeiros donos da Amazônia, ali vivendo há milhares de anos”. Para Lutzenberger, “nós apenas somos mais fortes do que eles, conseguindo assim dominá-los e destruímos sua cultura. Se realmente fossemos superiores a eles, teríamos que respeitá-los” (BOLETIM SEMANAL. 15/05/1972, capa, APJL).

No início dos anos 1970, a atuação de Lutzenberger em defesa da Amazônia se deu nos bastidores, através de correspondência, bem como à distância, por meio da escrita de artigos, falas em entrevistas e palestras. Sua interferência direta nessa luta ocorreu só na virada dos anos 1970-80, quando passou a viajar para a região com frequência e participou de filmes e de eventos internacionais sobre a Floresta Amazônica. A passagem de uma militância local para outra com horizontes mais amplos se deu no processo lento de abertura democrática no país, que coincidiu com seu afastamento da AGAPAN. Esse processo será detalhado no capítulo 6; por ora, privilegiamos o enfoque temático, para mostrar as mudanças em sua luta pela grande floresta e suas implicações para a ética ecológica.

#### *Nos bastidores: O maior incêndio da história do planeta*

Lutzenberger atuou, ao lado de suas colegas da ADFG, contra o projeto de criação de gado da Companhia Vale do Rio Cristalino (CVRC), em Santana do Araguaia, sul do Pará, de propriedade da multinacional automobilística Volkswagen. Instalado em 1973, o projeto previa a criação de 150 mil cabeças de boi numa área de 140 mil hectares, além da implantação de um frigorífico para processamento da carne e uma indústria para aproveitamento da madeira. Já em 1974, a empresa iria desmatar 10 mil hectares, “para o que usará equipamento pesado para desmatamento mecânico” (O GLOBO, 09/12/1973, APJL).

Para a nossa pesquisa, a abordagem desse episódio interessa por mais de um motivo. Além da atuação ambientalista *per se*, nosso personagem teceu uma importante avaliação posterior sobre ele, em entrevista de 1989. Segundo Lutz, esse fato foi um dos que desencadeou sua luta contra a devastação da Amazônia (TRIBUNA DA IMPRENSA, 06/06/1989, APJL). Veremos também que a motivação para a batalha contra a Volkswagen teve motivações étnicas significativas.

A compra da fazenda Rio Cristalino pela Volkswagen revelou-se bastante problemática; desde o início, houve denúncias de irregularidades: em maio de 1975, técnicos que operavam o satélite norte-americano Skylab captaram uma grande queimada na área do projeto (O ESTADO DE SÃO PAULO, 26/06/1976, 15, Acervo Digital). Em julho de 1976, dois fiscais do IBDF foram destacados para “investigar as possíveis irregularidades” e a Volkswagen foi multada “pela realização de derrubada florestal indiscriminada” (JORNAL DO COMÉRCIO, 05/07/1976, APJL). Segundo a revista *Veja* (07/07/1976, p. 80, APJL), o motivo da multa era que a empresa teria desmatado “sem retirar a devida licença”. Outra suspeita é a de que o desmatamento fosse muito maior do que o informado pela Volks. Em depoimento à Comissão de Agricultura do Senado, o paisagista Burle Marx disse que “a Volkswagen produziu na Amazônia o maior incêndio de toda a história do planeta, detectado até por satélites artificiais”. A empresa se defendeu, afirmando que seu projeto agropecuário foi aprovado pela SUDAM e que vinha “cumprindo rigorosamente o Código Florestal, pelo qual se pode desmatar legalmente 50% da área prevista para a implantação de um programa do gênero” (VEJA, 07/07/1976, p. 80, APJL)<sup>137</sup>.

A atuação do INCRA e SUDAM, na venda ou concessão de extensas porções de terra na Amazônia para multinacionais, foi severamente criticada pelo senador Paulo Brossard (MDB). Segundo ele, os órgãos governamentais estavam criando “verdadeiras capitânicas”, o que era ilegal, pois “desde 1934, as terras públicas com área superior a dez mil hectares não podem ser alienadas sem prévia aprovação do Senado”. No entanto, sem aprovação deste órgão parlamentar, o INCRA alienava ou concedia áreas de até 500.000 hectares (CORREIO DO POVO, Julho de 1976, APJL). A declaração do senador da oposição mostrava, além do caráter concentrador de terras dos projetos de colonização da Amazônia e de que o regime militar agia sem respeitar o legislativo, que havia uma certa margem de crítica pública, apesar do contexto de ditadura (considerando que o presidente no poder, Geisel, planejava uma “distensão” em seu governo).

A fazenda da Volkswagen era, na verdade, a principal vitrine da série de projetos incentivados pelos governos brasileiros visando o desenvolvimento da Amazônia, nos anos 1970, já abordados neste capítulo. Os ambientalistas do estado do Rio Grande do Sul posicionaram-se criticamente a esse processo de modernização induzido pelos governos militares. No episódio do incêndio promovido pela Volkswagen, manifestaram-se contrários, por meio de correspondência a seus dirigentes e enviando dossiês sobre o caso a autoridades influentes. O grupo, liderado por

---

<sup>137</sup> Na redação original do Código Florestal (Lei 4.771, de 15/09/1965), no Art. 44 consta: “Na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste enquanto não for estabelecido o decreto de que trata o artigo 15, a exploração a corte raso só é permissível desde que permaneça com cobertura arbórea, pelo menos 50% da área de cada propriedade” (CAMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaoriginal-1-pl.html>>. Acesso em 01/06/2013).

Magda Renner e Lutzenberger, queria causar constrangimento à empresa, prejudicando sua imagem no país de origem, a Alemanha.

Em carta da ADFG à direção da Volkswagen no Brasil (06/08/1976, APJL), Magda Renner afirmava que custava a “crer que uma empresa desta categoria adote para suas atividades no estrangeiro diretrizes tão diversas daquelas vigentes em seu próprio país”. E questionava: “Não emprega a Volkswagen na Alemanha recursos financeiros significativos para a proteção ambiental? Como podem V. S. lançar mão, aqui no Brasil, da técnica mais primitiva e destruidora para liquidar uma floresta?”. Na carta, Magda aludia ao fato da Alemanha ser um país “desenvolvido” e, por isso, nele a empresa não poder ultrapassar certos limites, e questionou o próprio conceito de desenvolvimento que estaria embasando as atitudes da Volks: “significaria a justificativa de um poderio econômico maior para desrespeitar os valores de outros que não alcançaram ainda o mesmo estágio desse processo evolutivo?”. E esclarecia que, para ela e o grupo, desenvolvimento “é um vasto processo de humanização da vida e dos trabalhos humanos, com uma profunda ampliação dos horizontes culturais. E a cultura transcende a civilização porque envolve todo um conjunto de valores que constituem o patrimônio filosófico-ético de um povo”. A ambientalista informou que estava enviando cópias da carta para autoridades brasileiras e veículos da imprensa alemã, bem como uma tradução da mesma à matriz da Volkswagen na Alemanha.

Em 18/08/1976, o Diretor-Presidente da Volkswagen no Brasil, Wolfgang Sauer, respondeu à ADFG, afirmando que até aquele momento a empresa havia desmatado 9.180 hectares, e que tinha autorização, de acordo com imposição legal, de desmatar 70.000 hectares no total, ou seja, 50% da área da fazenda. Informava também que eram “queimados exclusivamente arbustos, ervas daninhas e outros tipos de mato, jamais árvores”. Na continuidade, a carta relata como se dava a exploração econômica nessas grandes fazendas amazônicas: a SUDAM havia aprovado 335 projetos agropecuários na região, “que sustentarão um rebanho de 5 milhões de cabeças, instaladas em aproximadamente 4 milhões de hectares e gerando 17 mil empregos diretos”. A fazenda Rio Cristalino era “apenas um deles, utilizando exatamente dos mesmos métodos de desbravamento: derrubada da metade da floresta e queimada da relva”. Sauer esclarecia ainda que, além da criação de gado e exploração da madeira, a Volks faria “benfeitorias sociais, como escolas, hospital e estação experimental agrícola. Assim sendo, os brasileiros daquela região passarão a participar do progresso e desenvolvimento do país”. Segundo ele, as senhoras da ADFG não haviam procurado informar-se sobre o projeto junto ao Ministério do Interior ou à SUDAM, e teriam, como fez Burle Marx, partido para “a difamação gratuita, fazendo coro com a imprensa sensacionalista”. Dizia ainda não saber se “V. Sas. agiram de má-fé ou simplesmente assumiram o papel de ‘inocentes úteis’ aos que, por todos os meios, procuram



entravar o desenvolvimento da iniciativa privada no Brasil”. A carta termina com uma ameaça: “o fato, porém de V. Sas. terem espalhado, aos quatro ventos, acusações insubstanciadas contra a Volkswagen do Brasil, é de extrema gravidade e – lamento profundamente dizê-lo, poderá gerar consequências extremamente desagradáveis” (SAUER. Carta à ADFG. 18/08/1976, APJL).

Em nome da ADFG, Magda Renner respondeu a Sauer, em 07/09/1976 (APJL). Na carta, a ambientalista dizia não aceitar “a incongruência de sermos consideradas difamadoras gratuitas, espalhando aos quatro ventos notícia que – conforme suas próprias palavras – dá volta ao mundo desde o ano passado (...) a explicação de V. Sa. não nos satisfaz”. Renner afirmava que a ADFG não contestava o empreendimento da Volkswagen na Amazônia “do ponto de vista técnico ou financeiro”, no entanto considerava um “absurdo ecológico a substituição da complexa e magnificamente equilibrada Hiléia por pastos em monocultura”. Segundo Renner, as militantes da ADFG não agiam “de má fé” e não eram “inocentes úteis”, mas lutavam “por uma causa justa, numa batalha que não mais pode ser adiada” (RENNER. Carta a Sauer. 07/09/1976, APJL).

A missiva de Sauer também foi respondida por Lutzenberger (13/09/1976, APJL). Para ele, a tentativa de atenuar a “orgia de destruição” empreendida pela Volkswagen, dizendo que isso é “perfeitamente legal”, aprovado e apoiado pela SUDAM e fiscalizado pelo IBDF, em nada alteravam o fato, pois “os enfoques desses órgãos há anos vêm sendo combatidos por todos os ecólogos”. De acordo com Lutz, “em vez de trazer ao Brasil progresso genuíno”, a empresa servia-se “aqui de métodos de rapina por todos condenados, infelizmente ainda comuns entre nós”. As definições de progresso das multinacionais eram conhecidas, no entanto “choca profundamente quando verificamos o envolvimento de uma grande empresa alemã na mais primitiva exploração exaustiva, com grandes subvenções do Estado brasileiro (...). A opinião pública alemã não pode aceitar pacificamente este fato”. Por fim, Lutzenberger se colocava ao lado da ADFG nas possíveis implicações da campanha contra a empresa: “uma vez que sua carta às senhoras da ADFG as ameaça de ‘consequências extremamente desagradáveis’, nós da AGAPAN queremos participar dessas consequências” (LUTZENBERGER. Carta a Sauer, 13/09/1976, APJL). A correspondência de Lutz também foi traduzida e enviada à direção geral da empresa, em Wolfsburg-Alemanha.

É interessante observar aqui o “ardor” com que Magda e Lutzenberger criticam a atuação da Volkswagen na Amazônia brasileira. As entidades lideradas por ambos costumavam atuar em parceria em diferentes lutas, nos anos 1970, entretanto, além da defesa ambientalista da floresta em si, podemos encontrar nessa campanha a presença de um forte componente étnico. Ambos eram descendentes de imigrantes alemães, cresceram em lares bilíngues, cujas famílias possuíam forte ligação cultural com o país. No caso de Lutzenberger, a ligação com a Alemanha era profunda. Alfabetizado em alemão e influenciado pela cultura transmitida pelo pai, alemão de

nascimento, também morou anos no país como funcionário de uma grande empresa alemã, a BASF. Magda era neta de alemães, que emigraram de Hamburgo para o Brasil, e possuía mestrado em línguas germânicas. A atuação predatória da Volks era inadmissível para eles, pois era como uma mancha que atingia todo o país que tanto admiravam.

Lutzenberger montou um dossiê com a correspondência trocada entre Renner, ele e Sauer e enviou para ambientalistas de outros estados e para a imprensa brasileira e alemã. Burle Marx e o botânico Luiz Emygdio de Mello Filho, na época presidente da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), receberam o dossiê e resolveram também escrever à Volkswagen.

Marx afirmou que jamais desmentiria suas afirmações no Senado, até porque o próprio dirigente da Volkswagen admitiu ter queimado quase 10.000 hectares da propriedade. Justificou que não respondera sua carta anterior, pois preferia ocupar seu tempo “tentando convencer, conscientizar ou alertar as autoridades, pois só elas são capazes de mudar leis monstruosas como essa, que permitem a grupos realizar, em nome de suas ideias sobre progresso, genocídios que em outros países seriam punidos com a cadeia” (MARX. Carta a Sauer, 04/11/1976, APJL).

Um ponto da carta de Sauer à ADFG abordado por Marx foi a queima de “exclusivamente arbustos, ervas daninhas e outros tipos de mato, jamais árvores [sublinhado do autor]”. O paisagista afirmou não acreditar “em fogo amestrado” e colocou em xeque a visão negativa de Sauer sobre os elementos naturais, por meio da ironia: “além de ‘ervas daninhas’, devem ter sido queimadas também araras ‘barulhentas’, tatus ‘imundos’, onças ‘ferozes’, cobras ‘peçonhentas’, sem dúvida, árvores de grande porte e talvez até mesmo algum índio ‘traíçoeiro’”. Como Renner e Lutzenberger, Marx utilizou argumentos de cunho étnico contra a atitude da Volkswagen. Segundo ele, os “arbustos e outros tipos de mato” mencionados por Sauer haviam sido objeto de observação e admiração por “alemães ilustres, Martius e Humboldt, que estiveram na Amazônia no século XIX e que já em 1810 Martius, revoltado, denunciou o massacre de tão preciosa flora”. Afirmou discordar “de um Código Florestal que permite a derrubada de 50% de uma gleba independentemente do tamanho, da flora, da fauna e tudo mais. Sou contra essa lei que V. S. usa como escudo”. Para Marx, “o importante é que o sacrifício da natureza é irreversível”. Por isso, esperava que a empresa fosse impedida de continuar seus “planos de queimadas indiscriminadas, o que, acredito, será melhor para todos” (Marx. Carta a Sauer. Rio de Janeiro, 04/11/1976, APJL).

Mello Filho, em nome da FBCN, considerava a tese defendida por Sauer “decepcionante. Jamais alguém no nível social e cultural de V. S., na culta Alemanha, ousaria sequer pretender empregar processo tão primário e prejudicial à biosfera (...), a coivara”. O desmatamento realizado pela Volkswagen era “um crime. (...) Os animais foram exterminados com emprego de recurso cruel e sem chance de escapar – o fogo”. Utilizando uma concepção cara à agricultura ecológica,

defendida também por Lutzenberger, para Mello Filho, a resposta de Sauer à ADFG beirava as “raias do ridículo quando diz ‘foram queimados exclusivamente arbustos, ervas daninhas e outros tipos de vegetação’. Permita-me lembrar a V. S. que ervas daninhas não existem em mata virgem e são encontradas em terras de cultivo e em áreas sujeitas à influência humana” [grifos do autor]. No entanto, mais do que criticar a multinacional, Mello Filho queria “colaborar na prevenção de erros trágicos já em escala planetária”. Aconselhava que o melhor para a empresa, uma das maiores do hemisfério, seria “aplicar parcela de seus avultados lucros e capitais sobranes em investimentos conservacionistas”, como adquirir áreas florestais não para explorar, mas sim para implantação de reservas. Finalizando a carta, o presidente da FBCN apelava para a “formação moral baseada nos sadios princípios da filosofia cristã” que um homem civilizado e culto como Sauer deveria ter: “medite, reconsidere, faça um exame de consciência e dê nova direção a seu empreendimento” (MELLO FILHO. Carta a Sauer. Rio de Janeiro, 07/12/1976, APJL).

Podemos perceber que, além de argumentos de cunho ecológico e conservacionista, tanto Burle Marx quanto Mello Filho também apelaram ao caráter étnico das ações da Volkswagen. O primeiro lembrou dois eminentes pesquisadores alemães que, além de observar a floresta, defenderam sua preservação; nessa perspectiva, a empresa estaria agindo contra uma espécie de “tradição” preservacionista alemã. O segundo falou da “cultura Alemanha”, da qual Sauer era um representante. As referências às qualidades positivas do país visavam mostrar o quanto as ações da Volks na Amazônia iam contra essa “boa índole” de seu país de origem. Isso fica claro em carta enviada por Lutzenberger a Belart, acompanhando o dossiê sobre o caso: “o senhor Sauer precisa compreender que, além do absurdo crime na Amazônia, ele está denegrindo a imagem da Alemanha e de sua firma no Brasil e no mundo”. O ambientalista esperava que Sauer cumprisse a ameaça do processo; assim, teria “o máximo de publicidade adversa e no processo se poderá levantar outros aspectos do grande escândalo na Amazônia” (LUTZENBERGER. Carta a Belart. Porto Alegre, 16/09/1976, APJL).

O caso não passou despercebido na Alemanha. O próprio Lutzenberger colaborou para sua divulgação, enviando material ao jornal alemão *Stuttgarter Zeitung*, como consta na correspondência trocada entre ele e o redator do periódico, Georg Kleemann (APJL). Além disso, alguns anos após o incêndio, a Volkswagen foi acusada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) de utilizar mão de obra forçada nas operações de desmatamento na Amazônia (ACKER, 2013, p. 59). Segundo matéria da *Folha de São Paulo* (23/03/1989, APJL), o projeto da Volks na fazenda Rio Cristalino “nunca saiu do vermelho”; vigorou até 1986, quando vendeu a área, em decorrência “também dos prejuízos que a empresa sofreu em termos de imagem na Alemanha por se ligar à devastação da mata amazônica”. Em parte, os ambientalistas conseguiram o que queriam: constranger a empresa ao ponto de desistir da atividade. No entanto, dez anos após a campanha,

em 1986, ela já havia derrubado 44 mil hectares de floresta, convertida em pasto, o que representava cerca de 31% da fazenda. Embora a Volks tenha desmatado menos do que o Código Florestal permitia, foi muito acima do que os ambientalistas desejavam.

### *O Movimento em Defesa da Amazônia*

No final de 1978, manchetes de jornais de todo o país começaram a anunciar que o governo brasileiro visava implantar “contratos de risco” para a exploração madeireira na Amazônia. Segundo o *Relatório Reservado 610* (Rio de Janeiro, 26/06 a 02/07/1978, APJL), esses contratos foram idealizados pelo IBDF e pela Secretaria de Planejamento. Tratava-se, segundo o documento, de “um projeto desesperado para resolver o problema da dívida externa brasileira”. O governo pretendia permitir a exploração da madeira da Amazônia – avaliada no projeto Radar na Amazônia (RADAM)<sup>138</sup> em 90 bilhões de dólares no mercado internacional – e conseguir recursos para pagar a dívida.

A primeira área aberta à exploração através dos contratos de risco foi o município de Tucuruí, no Pará, onde seria construída uma grande hidrelétrica de mesmo nome. Na área a ser inundada para a usina, havia 13,5 milhões de metros cúbicos de madeira, que o governo queria entregar à exploração privada, com o prazo de 4 anos para seu desmatamento (GAZETA MERCANTIL, 7 e 8 /10/1978, capa, APJL). A *Folha de São Paulo* anunciava, em 03/12/1978: “Plano: vender a floresta Amazônica”, e o *Estadão* dois dias depois: “Floresta vai à venda, e já” (OESP, 05/12/1978, APJL). Oficialmente denominados “contratos de utilização florestal”, segundo a matéria da *Folha*, eram um “instrumento legal que confere ao particular, durante um período de tempo limitado, o potencial de recursos florestais da terra sob controle da autoridade pública”. Contratos desse tipo poderiam ser encontrados “no México, Canadá, em países da América do Sul, África e Sudeste da Ásia, mas não em algum país europeu”. O governo planejava colocar “à venda” 20% do potencial madeireiro, e conseguir, dessa forma, recursos no valor de 18 bilhões de dólares (FSP, 03/12/1978, APJL).

Diante da grande repercussão desse modelo de exploração da Amazônia, o presidente do IBDF, Paulo Berutti, afirmou que os contratos de risco não seriam implantados para resolver o problema da dívida externa, sua finalidade seria “disciplinar a exploração da floresta na Amazônia, evitando assim sua devastação”. Nas palavras de Berutti, o governo queria “explorar economicamente uma região cuja vocação é ser floresta. Não podemos esquecer que a floresta é

---

<sup>138</sup> O Projeto RADAM foi instituído pelo Programa de Integração Nacional (PIN), em 1970, “para executar o levantamento dos recursos naturais” do Brasil. Interessava-se, especialmente, pelo levantamento exploratório dos solos, em nível nacional, ao longo dos anos 1970 e 80, mapeando na escala 1:1.000.000 os solos existentes. Os resultados foram disponibilizados em 34 volumes, cobrindo aproximadamente 91% do território brasileiro (SOARES, SILVA, 2005, p. 10-11).

um negócio rentável” (OESP, 05/12/1978, APJL). Em seguida à declaração, intensificaram-se as críticas aos contratos de risco.

No Congresso Nacional, o senador Paulo Brossard (MDB-RS) conseguiu solidariedade de parlamentares arenistas contra os contratos de risco, que chamou de “crime contra o patrimônio nacional e contra os interesses do gênero humano”. Apelidou o IBDF de “Instituto Brasileiro de Destruição Florestal” (CORREIO DO POVO, 06/12/1978, APJL). Para surpresa de todos, no dia seguinte, o presidente do IBDF divulgou uma nota desmentindo os contratos de risco, “em resposta às notícias publicadas em jornais de que a autarquia teria proposto ao governo federal a venda das terras da Amazônia”. Segundo Berutti, “a fixação de uma política global e de governo para a ocupação racional da Amazônia, que o IBDF tanto defende, nunca deverá implicar na degradação dos imensos recursos naturais renováveis da região” (CORREIO DO POVO, 07/12/1978, p. 19, APJL). No mesmo dia, também o Ministro da Agricultura, Alisson Paulinelli, desmentiu a existência dos “contratos de risco” (FOLHA DA TARDE, 07/12/1978, p. 8, APJL).

Em meio à polêmica, a AGAPAN enviou um telex ao presidente Geisel, pedindo que fosse impedida a destruição da Amazônia e acusando órgãos oficiais como INCRA, SUDAM e IBDF de tomarem atitudes contrárias à preservação natural daquela região. A *Folha da Manhã* de 15/12/1978 (p. 6, APJL) reproduziu a mensagem, que apelava ao sentimento patriótico do governante:

A AGAPAN, conhecedora da devastação irracional de irreversíveis consequências da floresta amazônica, reitera protestos e apela a vossa excelência uma imediata ação no sentido de coibir a escalada destruidora desse nosso patrimônio natural. Nós, brasileiros responsáveis e por uma atitude de patriotismo, acusamos certos representantes do IBDF, SUDAM, FAO e INCRA, contrários aos interesses brasileiros e solicitamos que vossa excelência tome providências no sentido de evitar a exploração devastadora. Estamos seguros que vossa excelência não ligará vosso nome a essa página negra da nossa história.

Esquentando ainda mais o debate público sobre a Amazônia, foi divulgado que o governo dos EUA iria investir quase meio milhão de dólares por ano, durante os 10 ou 20 anos seguintes, para iniciar em fevereiro de 1979, na Amazônia brasileira, o maior e mais ambicioso programa de coleta e interpretação de dados ecológicos jamais realizado no mundo. Os recursos norte-americanos seriam somados a outros do governo brasileiro, da ONU e de organizações internacionais de defesa do meio ambiente, o World Wildlife Fund (WWF) e a International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN). O programa representaria “um desesperado esforço para tentar impedir que a Amazônia se transforme num vasto deserto, com consequências catastróficas para o Brasil e toda a humanidade”. O projeto seria dirigido por Tom Lovejoy - biólogo norte-americano e diretor do WWF -, ao lado do biólogo brasileiro Herbert Schubart, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA (OESP, 26/12/1978, APJL). As opiniões se dividiram sobre o programa auxiliado pelos EUA. O presidente da FBCN, Mello Filho,

declarou que “um programa de estudos sobre a Amazônia pode ser feito por brasileiros”. Já Burle Marx concordava com o programa, o qual, segundo ele, “só trará benefícios à Amazônia, desde que não seja investimento para visar lucros imediatos, como tem ocorrido” (CORREIO DO POVO, 27/12/1978, APJL).

Dias depois de negar os contratos de risco, Berutti voltou a falar sobre eles, confirmando a liberação de áreas na Amazônia para “testes de exploração econômica, pesquisas e experimentação agrícola”, com vistas à ocupação “racional” e “não predatória” da região (CORREIO DO POVO, 28/12/1978, APJL). Ao que parece, o IBDF hesitava em tomar uma decisão que vinha sendo amplamente criticada pela imprensa e por parlamentares. Logo em seguida, Lutzenberger passou a engrossar o rol dos críticos, repudiando a declaração de Berutti e duvidando da capacidade do órgão para conduzir tais contratos:

Só nos resta expressar nossa profunda tristeza e decepção com nosso governo e queremos deixar público a nossa revolta e indignação diante dessa página negra da nossa história. Mais uma vez o IBDF nos apresenta uma demagogia da exploração racional da Amazônia, que será por eles controlada. Ora, quem é o IBDF? Qual o passado desse órgão, para que nós possamos acreditar nesse tipo de garantia? Acaso não foi sobre o controle do IBDF que se consumiu a reserva de Araucária do Sul? Acaso não é o IBDF que ainda controla a destruição definitiva das últimas relíquias de araucária? Acaso não foram eles que quando se acabava o pinho reduziram o gabarito das árvores liberadas para abate, para assim melhor acomodar os exploradores? (...). Acreditar em promessa do IBDF é sinônimo de debilidade mental (DCI, 29/12/1978, APJL).

A problemática amazônica levou à organização de um protesto em Manaus. Cerca de cem pessoas se manifestaram, numa praça central, “contra a exploração da floresta sob a forma de contratos de risco”. No entanto, quando elas se preparavam para caminhar pelas ruas da cidade (onde o trânsito de veículos era proibido), levando faixas e cartazes, um delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) comunicou que a caminhada estava proibida. Com isso, as pessoas resolveram manifestar-se onde estavam, na própria Praça Matriz. Quando cantavam o hino nacional, a polícia dissolveu a manifestação com espancamentos e prendeu participantes, “dois universitários, um pesquisador e um ator amador” (JORNAL DO BRASIL, 31/12/1978, p. 20, APJL).

Várias entidades divulgaram notas de protesto condenando a violência, já que a manifestação era pacífica. Para a Federação Independente de Teatro do Amazonas, pela atuação da polícia, o governo do estado mostrava que compactuava e sancionava “toda a depredação que vem sendo feita contra a Amazônia”. Além disso, a ação violenta demonstrava, na prática, “o engodo da chamada abertura política” (IDEM). Às vésperas da publicação da Lei da Anistia e com toda a propaganda da “distensão” pelo governo Geisel, parece que a ocupação da Amazônia motivava a continuidade da repressão e violência que vigoraram durante a ditadura militar, em grau maior ou menor, nos diferentes governos.

Com o ambiente perturbado em função da Amazônia, o telefone da casa de Lutzenberger não parava de tocar. Muitas pessoas ligavam assustadas com a perspectiva de devastação total da floresta. O ambientalista, então, redigiu nota de repúdio à política oficial de ocupação da região, publicada pela *Folha da Tarde* (02/01/1979, APJL). A nota criticava o modelo de desenvolvimento “suicida” adotado na Amazônia, que visava “consumir a natureza, consumir recursos irrecuperáveis”, e a ética antropocêntrica que o embasava: “as atitudes atuais emanam de uma visão profundamente perniciososa que tem como dogma a necessidade de ‘conquista’ dos últimos restos de áreas ainda não tocadas pela fúria consumista e de concentração de capital”. Ele questionava se o privilégio de possuir “a última grande selva do planeta” não conferia ao Brasil “uma tremenda responsabilidade? Será que no planeta não pode, não deve sobrar selva, será que não devem sobrar culturas realmente genuínas, como são as últimas tribos de índios?” E, novamente, aludindo à questão ética, de forma semelhante à Rachel Carson, em *Primavera Silenciosa*, perguntava: “com que direito, a não ser o direito da força, lhes arrebatamos a terra para eles sagrada, que eles souberam preservar por mais de 30 mil anos?”. Lutz apelava: “protestem contra essa página vergonhosa da nossa história” (FOLHA DA TARDE, 02/01/1979, p. 54, APJL).

Os apelos de Lutzenberger, aliados à repercussão da repressão em Manaus, surtiram efeitos. A Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade (CDPC), surgida em novembro de 1978 e que reunia cerca de 80 entidades de proteção ambiental<sup>139</sup>, marcou reunião para decidir “a conduta a ser adotada pelos ecólogos brasileiros num ano que começa com prisões e arbitrariedades contra quem só quer defender a soberania nacional e o bem estar de todos os brasileiros” (OESP, 03/01/1979, APJL). Waldemar Paioli, secretário da CDPC, declarou na reportagem que o movimento ambientalista brasileiro tomaria novos rumos, dirigindo-se à opinião pública internacional para denunciar “a nova tática intimidatória” dos interessados em destruir os “recursos naturais brasileiros”, qual seja, “a de convocar a repressão armada para silenciar quem só pretende defender o solo pátrio”. A união de entidades ambientalistas esperava que a pressão internacional pudesse pôr fim “a essa distorção e inversão de valores inaugurada entre nós, que pretende transformar todo o defensor da natureza em criminoso e subversivo, que pretende brutalizar e radicalizar nosso movimento”. A situação era ainda mais grave, pois o país se encontrava “num instante em que ironicamente se anuncia o fim do arbítrio, da exceção, das mordidas que mantinham o povo brasileiro mudo diante dos saques que vêm sendo perpetrados contra o seu patrimônio por multinacionais todo-poderosas”. Aqui aparece mais uma vez a referência à repressão em meio a um período de “distensão”, “abertura” e pré-anistia.

---

<sup>139</sup> Segundo Hochstetler e Keck (2007, p. 77), a CDPC foi proposta pelo geógrafo Aziz Ab’Saber como organização guarda-chuva, para opor-se aos planos da construção de um aeroporto em São Paulo. Foi formada em 11/01/1978, numa reunião no Departamento de Biologia da Universidade de São Paulo. Waldemar Paioli foi eleito secretário geral e Walter Lazzarini (presidente da AEASP que defendeu o prêmio de Lutz, como vimos) seu substituto.

Somando-se às intimidações e arbítrios ocorridos no protesto contra a devastação da Amazônia, verificou-se mais um ato repressivo por parte das autoridades. Como confirmou o Presidente do INPA, Warwick Kerr, o governo brasileiro proibiu a realização de evento acadêmico em Manaus, alegando “carência de disponibilidade de tempo”. O 5º Simpósio da Associação de Biologia Tropical ocorreria entre 8 e 13 de fevereiro de 1979 e versaria sobre os refúgios de animais na Amazônia; estava prevista expressiva participação de cientistas e pesquisadores brasileiros, norte-americanos e europeus (CORREIO DO POVO, 10/01/1979, APJL).

Lutzenberger, encontrando-se em São Paulo para a reunião da CDPC que decidiria a estratégia do movimento ambiental para a defesa da Amazônia, afirmou que não estava sendo divulgado o real motivo da proibição do evento, “pois todos têm medo de falar”. Ele não era um dos inscritos, mas dizia poder “afirmar com certeza que o governo brasileiro não quis os cientistas estrangeiros reunidos aqui, pois eles poderiam constatar as barbaridades que estão sendo cometidas na Amazônia” (IDEM). Manifestando-se contra a proibição, o médico e ambientalista Camilo Viana afirmou que “ciência sem discussão é magia negra, e a Amazônia precisa ser discutida em todos os seus setores. No momento em que se anuncia uma abertura, falar em censura é uma verdadeira alienação”. Para o geólogo e naturalista João José Bigarella, “a proibição do simpósio deve ter sido consequência de pressões de empresas multinacionais interessadas na madeira da Amazônia” (OESP, 11/01/1979, APJL). Clifford Evans, secretário da Associação de Biologia Tropical, divulgou circular informando que o evento havia sido “retirado das mãos do CNPq, do Itamaraty” e cancelado pelo “Conselho de Defesa dos conselheiros militares do presidente do Brasil” (OESP, 10/01/1979, p. 33, APJL). Além do conhecido cerceamento da liberdade de expressão pelo regime militar – o que levava as pessoas a terem medo de tocar em determinados assuntos em público – a fala de Lutz remete às pesquisas de estrangeiros na Amazônia, assunto problemático para o governo, como vimos acima, provavelmente pelas críticas que poderia sofrer no plano internacional.

Aqui é importante sublinhar que a defesa da Amazônia era considerada tema de “segurança nacional”, a ponto de as decisões a respeito serem transferidas dos órgãos de pesquisa para as mãos dos próprios militares. Essa forma de tratar a região fazia parte de uma perspectiva mais ampla: “no século XX, o pensamento geopolítico brasileiro se desenvolveu sob a égide do confronto Leste-Oeste, da Guerra Fria e sob o impacto da doutrina da ‘segurança nacional’, da luta contra o ‘inimigo interno’ [o comunismo]” (NASCIMENTO, 2005, p. 105).

Segundo Piletti (2008), desde o pós-Segunda Guerra Mundial, a atuação das Forças Armadas na Amazônia prevê a defesa da soberania nacional contra inimigos externos tradicionais (estados) e que as questões de segurança de caráter não-tradicional presentes na Amazônia (questões ambientais, indígenas, crimes transnacionais, guerrilha colombiana) sejam tratadas pelo



Exército Brasileiro como ameaças à segurança nacional, na medida em que podem servir de pretexto para justificar uma ingerência ou mesmo intervenção externa sobre a região amazônica, sob a alegação de que o Brasil seria incapaz de resolver esses problemas por si próprio. A Amazônia era vista como região estratégica, por guardar um vasto território de “riquezas naturais”, localizada numa região fronteira com diversos países sul-americanos. Porém é interessante observar que o temor dos militares quanto à “internacionalização da Amazônia” era seletivo: como vimos, a presença de multinacionais na região foi estimulada pelos planos de desenvolvimento econômico. Já a presença de pesquisadores para realizar estudos na região ou de ativistas estrangeiros para defender o meio ambiente e indígenas não era encarada com a mesma receptividade.

O *Estadão* (OESP, 10/01/1979, APJL) noticiou que Lutzenberger chegou a São Paulo “perplexo e apavorado” com a indicação de Mário Andreazza para Ministro do Interior do futuro governo Figueiredo. De acordo com Lutz e o grupo da CDPC, a indicação significava o “golpe de misericórdia para a última grande floresta do mundo” e confirmava “o reinício da desastrosa política de ocupação da Amazônia”, pois Andreazza, como Ministro dos Transportes nos governos Costa e Silva e Médici (1967-1974), havia sido responsável por “abrir estradas como a Perimetral Norte, Manaus-Caracá e a Transamazônica, hoje interrompidas por grandes crateras provocadas pela erosão resultante do desmatamento indiscriminado”.

A mesma matéria de OESP (10/01/1979, APJL) toca num ponto muito interessante relativo ao movimento ambiental brasileiro: a existência de uma “guerra fria” entre a CDPC e a FBCN, “considerada a mais poderosa e moderada do país”. Enquanto a primeira lutava pela “intocabilidade da floresta, uma vez que ainda não se sabe como utilizá-la corretamente”, a segunda defendia “a imediata exploração do seu potencial”. Guerra semelhante ocorria também entre os órgãos responsáveis pela Amazônia: o IBDF e a SUDAM. Ambos disputavam “o direito de explorar à sua maneira a floresta”. A falta de entrosamento se manifestava na dinâmica de suas atividades: a SUDAM aprovava os projetos financiados por incentivos fiscais, projetos que o IBDF não conseguia fiscalizar. Além disso, os dois órgãos interpretavam de forma diferente a legislação ambiental, motivo pelo qual o INCRA entrava em atritos constantes com eles. A notícia dos contratos de risco agravou ainda mais tal “guerra fria”.

Essa divisão no movimento ambientalista evidenciava também as diferenças entre AGAPAN e FBCN. A entidade gaúcha fazia parte da CDPC e defendia a intocabilidade da floresta, ou melhor, sua exploração apenas pelos povos que lá viviam há tempos: “a Amazônia para os Amazônidas”, por influência de Lutzenberger. Tal diferença de enfoque na militância das duas entidades pode explicar também porque a FBCN não subscreveu o *Manifesto Ecológico Brasileiro*, apesar das negociações de Lutz e Belart em correspondência. Havia, como dissemos,

divergências mais profundas entre as duas principais entidades ambientalistas brasileiras dos anos 1970, que se mostravam difíceis de superar, capazes de impedir projetos conjuntos.

A reunião do CDPC realizou-se em 10/01/1979 e contou com 150 participantes. Segundo o OESP (11/01/1979, APJL), Lutzenberger “foi mais uma vez a estrela da reunião”. Ele voltou a denunciar os interesses das multinacionais envolvendo a Amazônia e foi o autor de uma carta aberta ao presidente Geisel e seu sucessor, que foi aprovada por todo o plenário. Tão aplaudido quanto Lutz foi o senador Franco Montoro (MDB), que reapresentou sua proposta de abrir uma CPI sobre os contratos de risco, solicitando a colaboração de todos. Ele também se comprometeu a pedir explicações ao governo sobre a proibição do Simpósio de Biologia Tropical.

Pela importância (e ousadia) do documento dirigido ao presidente da República, num contexto ainda de ditadura, creio ser oportuno transcrevê-lo aqui na íntegra, ainda mais porque foi redigido por nosso personagem:

#### **Carta aberta ao Presidente da República e a seu sucessor nomeado**

Prepara-se a maior catástrofe ambiental de todos os tempos: a devastação da Amazônia, golpe fatal contra o patrimônio natural da nação e da humanidade. A Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade, congregando mais de 80 entidades de ação comunitária, fiel às diretrizes de ação definidas durante o encontro para proteção do ambiente realizado em novembro de 1978, no largo de São Francisco, deixa claro que:

- 1- Denuncia a incapacidade governamental que já permitiu a devastação de parcela considerável da grande floresta amazônica;
- 2- Denuncia a política subserviente de entrega da Amazônia a grandes interesses nacionais e multinacionais, como já aconteceu no Projeto Jari, no rio Cristalino, Cotrijuí e tantos outros;
- 3- Denuncia a intenção de ampliar esse processo, não importando o nome que se dará ao sistema, “contrato de risco” ou outras denominações, não importando sejam os interesses beneficiados nacionais, estrangeiros ou multinacionais;
- 4- Não aceita a argumentação em favor da barragem de Tucuruí, que justificaria a apressada extração de madeira de imensa área florestal, passo apenas inicial para ampliação do processo;
- 5- Denuncia como falsa a justificativa de que essa política seja necessária para o desenvolvimento do país;
- 6- Adverte para os graves riscos ecológicos que o incremento da devastação acarretará: modificação das frágeis condições ambientais locais, microclima e clima regionais; alteração do regime pluviométrico; descontrole do equilíbrio hídrico; alterações graves no equilíbrio térmico global; extinção em massa de espécies preciosas e irrecuperáveis;
- 7- Denuncia o descaso governamental para com os cientistas e entidades nacionais e internacionais de pesquisas e luta ambiental que vêm alertando contra o absurdo que hoje acontece na Amazônia e não só na Amazônia;
- 8- Denuncia a vergonha da proibição, em todo o território nacional, da realização do V Simpósio Internacional da Associação de Biologia Tropical;
- 9- Denuncia a violenta repressão contra os preocupados brasileiros que, em Manaus, em passeata cívica, demonstraram sua angústia;
- 10- Denuncia a forma com que se tenta criar fatos consumados em fim de mandato e no recesso do Legislativo;
- 11- Alerta para falta de legitimidade nas decisões de tão graves consequências presentes e futuras;
- 12- Alerta, também, para o direito do índio; as culturas indígenas ainda existentes são nações que temos a sagrada obrigação de respeitar;
- 13- Denuncia a criminosa atitude da Funai que, em edital publicado no Diário Oficial, oferece à venda a madeira de uma reserva indígena.

Enquanto não houver reformulação fundamental na política ambiental nacional, não acreditamos em garantias, por solenes que sejam, de órgãos como o IBDF, Sudam, Inbra, Funai e outros. O passado é eloquente: a grande floresta de araucárias do sul do país, uma das mais preciosas reservas florestais do planeta, desapareceu, e continuam caindo as nossas últimas relíquias de vegetações nativas, sob a égide do IBDF. A história responsabilizará os culpados (OESP, 11/01/1979, APJL).

A carta tece graves denúncias à forma como o governo federal vinha tratando a ocupação e exploração da Amazônia, criticando-o por sua incapacidade em conduzir o processo sem provocar a destruição da floresta e grande prejuízo às culturas indígenas. Diante do regime de exceção ainda vigente (como a repressão da passeata e a proibição do simpósio demonstraram), o conteúdo da carta é bastante ousado, pois critica diretamente o governo e seus órgãos por descaso, ação criminosa, subserviência e falsidade. Ao contrário do que os militares afirmavam, essa política ambiental devastadora, segundo os ambientalistas, não era necessária ao desenvolvimento do país. Em sentido oposto, os integrantes da CDPC advertiam para os riscos ecológicos que tal política poderia acarretar naquele momento presente e no futuro.

Vários dos participantes da reunião comentaram que a Amazônia estava virando assunto tabu, tema delicado para o governo (OESP, 11/01/1979, APJL). Pesquisadores presentes afirmaram que “ninguém quer debater o assunto publicamente com medo de se queimar, de não ser entendido ou de provocar represálias”. Desde o anúncio dos contratos de risco, o clima “ficara carregado” e a oposição dos ambientalistas aos planos oficiais “irritou o governo, que viu seus projetos desvirtuados e combatidos e por isso quer sufocar a questão”. Além do “radicalismo ecológico”, segundo a matéria do *Estadão*, alguns livros publicados sobre a Amazônia causavam profundo desconforto nas autoridades governamentais. De acordo com um técnico não identificado, “o governo aceita que cientistas estrangeiros estudem a Amazônia. Mas não aceita que eles critiquem o processo de ocupação da região, [que] saiam dos estreitos limites da ciência pura”.

Um dos livros que incomodaram o governo, *A Selva Amazônica: Do inferno verde ao deserto vermelho*, escrito pelos ecólogos e biólogos norte-americanos Robert Goodland e Howard Irwin, foi comentado na correspondência de Lutz e Belart. Goodland veio ao Brasil contratado pela Eletronorte para fazer estudo ecológico da área de inundação da hidrelétrica de Tucuruí. Porém, ao observar a realidade da Amazônia, ficou motivado a escrever o livro, ultrapassando “os limites da ciência pura”. Mais do que isso, Langenheim (2010, p. 308) considera que a publicação da obra de Goodland e Irwin deu início ao processo de alertar o mundo sobre o que estava acontecendo na Amazônia, especialmente sobre as consequências da Rodovia Transamazônica.

Publicado em 1975, originalmente com o título *Amazon Jungle: Green Hell to Red Jungle*, o livro foi traduzido no ano seguinte para o português pelo professor de botânica da USP, Mário Ferri. O problema era que a tradução estava “censurada, logo em alguns dos pontos mais importantes” (LUTZENBERGER. Carta a Belart, 16/03/1976, APJL). Por exigência da censura, o prefácio, escrito por Harald Sioli, Diretor do Instituto Max Planck Plon, da Alemanha, foi suprimido. Lutz escrevera aos autores pedindo um livro em inglês, pois queria ler o texto na íntegra. Como Belart conseguiu antes, presenteou o gaúcho com um exemplar. Ele também enviou

ao General Golbery, que respondeu ao Almirante: “O ponto principal que quero salientar é que Brasil é o único país capaz de usar a Amazônia criteriosamente e que agora é uma oportunidade de ouro que pode nunca ser repetida” (BELART. Carta a Lutzenberger, 18/03/1976, APJL).

Belart remeteu igualmente um exemplar em português ao presidente Geisel. Essa tática de escrever diretamente a ministros e presidente era comum por parte de Belart, mencionada por ele na correspondência com Lutz. Além de cartas, enviava com frequência livros e documentos, especialmente a Golbery e Geisel, no sentido de conscientizá-los dos problemas ecológicos. No entanto, como podemos perceber em sua resposta acima, parece que a tática não era de todo exitosa, pois Golbery ressaltava o momento “dourado que estavam vivendo para usar criteriosamente a Amazônia”.

Na opinião de Lutzenberger, a tradução do livro para o português era problemática: continha “alguns erros muito graves e não é um livro de luta ecológica”. Ele criticava o professor Mário Ferri por ter aceitado as pressões para suprimir as passagens mais combativas: o prefácio e um capítulo “de extrema importância sobre o índio” (FOLHA DA TARDE, 27/10/1976, APJL); por isso, conseguira “autorização escrita de Goodland para publicar em português os capítulos que Ferri defraudou, com argumentos tão ridículos como o de que Goodland e Irwin não seriam antropólogos” (LUTZENBERGER. Carta a Belart. 05/12/1976, APJL). Pelo menos o prefácio suprimido foi traduzido por Roberto Tamara (bibliotecário e membro da FBCN) e publicado na revista *Pensamento Ecológico* (Nr. 19, Junho/1983, AGCRJ).

No prefácio, Sioli denunciou que a Amazônia estava sucumbindo “à fome insaciável do homem pelo poder e dominação e às supostas necessidades materiais da civilização”. Também os ameríndios estariam, conforme o autor, “fadados a desaparecer espiritual e fisicamente”. De acordo com ele, o Brasil era “bastante afortunado” por dispor de tempo para reavaliar o modelo de ocupação da Amazônia, no entanto não deveria se deixar iludir pela crença de que os “recursos naturais” presentes em seu território eram “inexauríveis”. O avanço da ocupação e do desaparecimento da floresta levaria à degradação do “ecossistema da hileia, [um dos] mais vulneráveis do planeta”. E ele pergunta: “Para quê?”.

Segundo Sioli, a razão de ser do livro era fazer “uma séria advertência”. Denunciava ainda a colonização da Amazônia como “perniciosa” e constituída de latifúndios, com a substituição da “luxuriante floresta” por “pastagens formadas principalmente por gramíneas africanas”. Por fim, o prefaciador dizia juntar-se aos autores na “desesperada súplica deste livro para salvar a Amazônia e as últimas culturas aborígenes que nela sobrevivem”. E, se o Brasil resistisse “à tentação de esbanjar sua grande herança natural e cultural da Amazônia, em proveito de lucros passageiros”, teria muito do que se orgulhar, pois haveria preservado esses tesouros para as gerações vindouras, as quais teriam “uma base natural sobre a qual possam fundar e desenvolver

uma cultura humana mais sensata” (SIOLI. *Pensamento Ecológico*. Nr.19, Junho/1983, AGCRJ). É bem possível que os representantes do governo tenham ficado bastante incomodados, entre outras coisas, com a qualificação de “perniciosa” dada à colonização promovida por eles, com as referências à devastação cultural e física dos indígenas, e com a repercussão internacional negativa diante da denúncia de tudo o que estava acontecendo na Amazônia.

Voltando ao movimento do CDPC, entre as decisões da reunião de 10/01/1979, ficou definido o lançamento de uma campanha contra os contratos de risco, com a realização de atos públicos e uma missa, no dia 24 de janeiro, em São Paulo. Haveria também coleta de assinaturas para apoio a uma ação popular contra tais contratos (CORREIO DO POVO, 12/01/1979, APJL). Mas a campanha acabou crescendo e o ato público foi realizado no teatro da Universidade Católica de São Paulo (TUCA), onde se reuniram mais de mil pessoas para protestar contra a devastação da Amazônia.

Entre os presentes, havia figuras como os professores Mário Schenberg, Otávio Ianni, Azis Ab Saber e o senador Evandro Carneira (MDB), que foi aplaudido de pé pelo público, ao lançar um desafio ao presidente Geisel “para um debate nacional sobre a Amazônia, pela televisão” (OESP, 25/01/1979, APJL). Lutzenberger não pôde comparecer, então Caio Lustosa representou a AGAPAN. Mais de vinte oradores se revezaram no palco, tendo seus discursos muitas vezes interrompidos por aplausos e gritos de “abaixo a ditadura”, “estão levando o verde da nossa bandeira”, “a Amazônia é nossa”. Os estudantes marcaram nova reunião para o dia 31/01/1979, na PUC-SP, a fim de “continuar a defesa da Amazônia”. Combinaram também realizar um “Dia nacional de luta contra Figueiredo – no dia da posse do novo presidente” (IDEM). É interessante perceber que a luta contra os contratos de risco e a devastação da Amazônia favoreceu tanto a organização de manifestações públicas – algo duramente reprimido e proibido durante “os anos de chumbo” do regime – como uma crítica aberta a ele. Parece que os estudantes e outras categorias encontraram uma espécie de “brecha” para manifestarem sua resistência à ditadura através da luta pela Amazônia, ela mesma uma luta política.

Com toda a repercussão, Lutzenberger foi convidado a participar em um painel sobre exploração florestal da Amazônia, realizado em Belém do Pará, no mês de fevereiro de 1979. Em entrevistas aos jornais da cidade, ele declarou estar contente com todo o debate, “porque finalmente está levando a uma conscientização nacional nesse campo”. Claro que, acreditava o ambientalista, a floresta não ficaria intocada, mas pensava que “a sabedoria deveria nos orientar a tocar o mais tarde possível”. Com população pequena, o Brasil não precisaria tocá-la agora: “vamos deixar a Amazônia para nossos filhos e netos, que certamente saberão tratá-la com mais sabedoria” (O ESTADO DO PARÁ, 08/02/1979, APJL).

Para Lutz, os contratos de risco eram “uma maneira de oficializar (...) os saques sistemáticos da última grande selva do planeta (...) é uma forma de imperialismo. Não são os amazônidas os verdadeiros predadores da área, quem está saqueando, destruindo, é gente de fora. (...) Eu acho que é hora dos amazônidas se levantarem contra isso”. Ele queria aproveitar sua presença na região para alertar sobre “problemas fundamentais, inclusive filosóficos, desta suicida sociedade industrial que hoje domina o mundo inteiro. Quero mostrar as verdadeiras causas dessa loucura, desse saque, dessa devastação que está acontecendo” (O LIBERAL, 08/02/1979, APJL). Lutz encontrara uma nova causa e uma nova plateia para divulgar sua ética ecológica, para além do centro-sul do país, que já conhecia seu discurso. Poucos anos mais tarde, além dos “amazônidas”, ele começaria a ser ouvido e visto muito mais longe, além das fronteiras brasileiras, no além-mar que separa o país do Velho Mundo, mas isso é assunto para adiante.

### **A colonização de Rondônia e A *Década da Destruição***

Na mesma época em que a luta nacional pela Amazônia “pegava fogo”, uma triste notícia abalou a família Lutzenberger: Annemarie estava muito doente. Os sintomas - inchaço e dores abdominais - surgiram no início de 1979. No mesmo ano, ela foi submetida a uma cirurgia para tratar de problema ginecológico, entretanto, durante o procedimento, foi encontrado um câncer no útero em estágio avançado. Passou por histerectomia total e, em seguida, submeteu-se a sessões de quimioterapia (DREYER, 2004, p. 223-224). Foi um período muito difícil para Lutzenberger; ele teve que considerar a possibilidade de perder a esposa e, ao mesmo tempo, dar conta dos inúmeros compromissos que exigiam disposição e energia para enfrentar inúmeras viagens pelo país.

Talvez a situação tenha sido ainda mais complicada porque Anne queria que ninguém soubesse de sua doença. Segundo Lilly, ela nem mesmo contou a seus pais, que moravam em Munique, e não permitiu que Lutz contasse. Foi um choque para amigos e companheiros de luta ambientalista quando ela faleceu. No entanto, talvez sem Anne saber, ele contou ao seu grande confidente, o Almirante Belart, sobre o problema. Na carta que o ambientalista Marcello de Ipanema enviou a Lutz, mencionou: “nosso comum amigo, Almirante Belart, contou-me de modo sofrido a dor que abala o amigo. Ele e eu esperamos que ela seja passageira e que sua senhora se restabeleça o mais pronto possível. Creia que seu sofrimento é de todos os seus companheiros” (IPANEMA. Carta a Lutzenberger. 15/05/1979, APJL).

Infelizmente, Annemarie veio a falecer em 06 de outubro de 1981, aos 51 anos. Lilly, que a acompanhava no quarto do Hospital São Francisco da Santa Casa de Porto Alegre, presenciou o sofrimento dos últimos dias da mãe. Para ela, o pai também sofrera muito com a doença e com a impotência diante dos acontecimentos. Contra essa dificuldade, ele não podia lutar. Sua forma de

lidar com a situação era a tentativa de não pensar nela, ocupando-se ao máximo com a defesa ambiental. Tanto que, no dia seguinte ao sepultamento de Annemarie, viajou para a Amazônia a fim de dar sequência à causa que tocava em paralelo à luta contra os agrotóxicos e por uma agricultura ecológica.

Nessa viagem, em especial, Lutzenberger encontraria o cineasta Adrian Cowell para iniciar a filmagem de um dos documentários da série *A Década da Destruição*. Adrian Cowell (1934-2011) foi historiador (Cambridge, 1955) e documentarista chinês naturalizado britânico. Começou a vir para o Brasil em 1958, onde filmou os indígenas e a Floresta Amazônica. A partir de 1980, o cinegrafista brasileiro Vicente Rios passou a acompanhá-lo nas filmagens, formando uma parceria de mais de 30 anos, até a morte de Cowell. Durante 10 anos (1980-1990), o cineasta e sua equipe filmaram a região, com destaque para o estado de Rondônia, onde os governos militares implantaram um controverso programa de colonização e reforma agrária em meio à floresta<sup>140</sup>.

Lutz foi convidado por Cowell a participar das filmagens, atuando como narrador de um dos documentários, intitulado “Nas cinzas da floresta”. Nesse episódio de *A Década da Destruição*, por meio da história frustrada do colono gaúcho Renato, Lutzenberger aparece mostrando o absurdo da colonização em meio à floresta praticada em Rondônia, promovida pelo Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE).

Conversei por telefone com o cinegrafista Vicente Rios (Entrevista, 20/06/2014 – ele mora em Goiânia-GO), que foi codiretor da série e trabalhou durante 30 anos com Adrian Cowell. Rios me relatou que Cowell ouvira falar de Lutzenberger, de suas lutas e posição política de crítica à ditadura. Segundo depoimento de Cowell em vida, publicado em Dreyer (2004, p. 232), ele realmente já conhecia Lutz: “a fama dele era mais de um ativista que brigava com a ditadura por causa do meio ambiente do que de apenas um ambientalista”.

De acordo com Rios, Cowell teria procurado primeiro o pesquisador Warwick Kerr (Presidente do INPA), mas ele “não falava bem inglês”, então procurou Lutzenberger, com quem descobriu afinidade nas posições políticas e se entendeu muito bem no idioma (Rios, Entrevista). Além disso, houve uma coincidência entre ele e Annemarie bem pitoresca. Cowell foi a Porto Alegre para acertar os detalhes das filmagens e, conversando com Anne, descobriram que “ela havia morado numa casa, na China, que a família dela alugava do avô dele. A história os divertiu, tornaram-se amigos” (DREYER, 2004, p. 231). Esse detalhe deve ter aproximado ainda mais Cowell e Lutz.

---

<sup>140</sup> O enorme acervo fílmico de Cowell foi doado à Universidade Católica de Goiás (UCG) e está sendo organizado por Rios. Consulte sua filmografia em: <<http://imagensamazonia.pucgoias.edu.br/index.html>>. Acesso em 30 jun. 2014.

Instituído pelo Decreto presidencial nº 86.029, de 27/05/1981, assinado pelo presidente João Figueiredo, o POLONOROESTE abrangia as áreas de influência da ligação rodoviária entre Cuiabá-Porto Velho, o oeste e noroeste de Mato Grosso e o território de Rondônia (BRASIL, Decreto 86.029/1981, Art. 2). Com recursos financeiros de 1,6 bilhões de dólares (34% proveniente do Banco Mundial = 443 milhões de dólares), o POLONOROESTE tinha como principais objetivos:

- Asfaltamento de 1.400 km da rodovia BR-364, ligando Cuiabá e Porto Velho;
- O estabelecimento de cerca de 20.000 camponeses em novos projetos de colonização, dos quais 15.000 se estabeleceriam em Rondônia (24% dos meios financeiros do programa);
- O desenvolvimento rural integrado nas áreas de influência da estrada BR 364 no Mato Grosso e em Rondônia (23%);
- O combate à malária em Rondônia (2%);
- A proteção das populações indígenas na zona de influência da BR 364 (3%);
- A proteção do meio ambiente na região-programa (1%) (COY, 1988, p. 185).

Através do Programa, o governo dava sequência a seu objetivo maior de promover a “integração nacional” - no caso, a integração do território de Rondônia ao resto do país. No entanto, repetiram-se os erros da ocupação das margens da Transamazônica e de outras áreas de solo arenoso da Amazônia. Houve sérios conflitos entre colonos, que chegavam principalmente da região Sul do país, e indígenas, seringueiros e povos da floresta, os quais se viram expropriados de terras que ocupavam havia longa data. Como podemos ver na citação acima, os percentuais destinados à proteção das populações indígenas e ao meio ambiente representavam apenas 4% do valor total do programa, o que permite entrever que esses dois fatores não eram a sua prioridade.

No entanto, para Souza e Pessoa (2009), não foram menos expropriados os colonos pobres que, sem terra para plantar no Centro-Sul do país, especialmente no Paraná, foram deslocados para Rondônia. Em seu território, uma das últimas fronteiras a serem desbravadas, deu-se uma mistura explosiva: a chegada de grande quantidade de colonos sem-terra, a negligência do Estado com relação às populações indígenas, seringueiros, entre outros, se tornaram fatores que “produziram um contexto de extrema violência na luta pela terra, onde os únicos que ganharam foram os empresários e grileiros” (SOUZA, PESSOA, 2009, p. 3). Segundo esses autores, o governo promoveu “uma verdadeira contrarreforma agrária em Rondônia”, onde ocorreu a expropriação de diferentes grupos sociais e, ao mesmo tempo, já que o programa fracassou, pois os solos eram impróprios para a agricultura, a produção de um grupo de produtores rurais sem terra que ainda no século XXI luta por “um pedaço de chão para sobreviver e reproduzir-se”.

No documentário “Nas cinzas da floresta”, filmado entre dezembro de 1981 e fevereiro de 1982, Lutzenberger fez uma crítica ácida a esse processo, mostrando imagens que comprovavam a devastação ambiental promovida, bem como o drama vivido pelos colonos, indígenas e seringueiros. Ele sugeriu a Cowell que o filme deveria começar “muito distante da selva de



Rondônia, nas imensas monoculturas do sul do Brasil”, onde estaria a origem do problema (LUTZENBERGER, Narração de “Nas cinzas da floresta”, 1984, APJL). É relevante constatar que o interesse mais efetivo de Lutz pelo que acontecia na Amazônia – chegando a viajar para lá e a participar de filmes sobre a devastação – deu-se em função do mesmo grande tema de sua militância ambiental, desde o início da AGAPAN: a agricultura. Isso nos mostra, mais uma vez, a importância da profissão de engenheiro agrônomo como uma das linhas orientadoras de sua ação política, militante. De acordo com o ambientalista, os colonos sulistas eram deslocados de suas terras “pela crescente capitalização, que significa o uso cada vez mais intenso de herbicidas, de pesticidas”, ou seja, na Amazônia, ele continuava lutando contra o pacote tecnológico instituído pela agricultura convencional, como vimos nos capítulos anteriores.

Lutz mostrou no filme exemplos concretos do que estava acontecendo na Amazônia, como também denunciou a situação em texto que serviu de base para sua palestra na Conferência Estocolmo+10, promovida pela ONU, em Nairobi-Quênia, no ano de 1982, a qual foi publicada como artigo na revista *The Ecologist* (LUTZENBERGER, 1982)<sup>141</sup>. Em vídeo, artigo e palestra, ele denunciou o que chamou de “o maior holocausto da história da vida”, apontando que a destruição da floresta era levada a cabo tanto por “projetos gigantes” de corporações brasileiras ou multinacionais (fazendas de criação de gado, usinas de papel, monocultivo de essências exóticas para polpa, imensas plantações de arroz e cana de açúcar, serrarias, mineração, etc.), como por pequenos colonos, especialmente em Rondônia. Segundo Lutzenberger, de certa forma, eles acabavam promovendo uma devastação maior do que os megaprojetos, pois precisavam desmatar todo o lote que recebiam – o INCRA determinava que, para receber o título de propriedade, os colonos deveriam realizar “benfeitorias” na terra, e o desmatamento era considerado benfeitoria – enquanto as grandes empresas, em geral, “obedecem a lei que as obriga a respeitar a metade da floresta” (LUTZENBERGER, 1982, p. 250).

Além disso, conforme o nosso personagem, os programas de colonização na Amazônia eram muito destrutivos socialmente: “primeiro porque ajudam a que não sejam feitas reformas nos territórios de onde vieram as populações migrantes e segundo porque arruínam a estrutura social que havia nas zonas onde eles vieram a estabelecer-se”. Ao contrário do que se dizia com frequência, “essas zonas não estavam despovoadas”. Ele considerava “o desaparecimento do índio da floresta como uma das maiores tragédias dos nossos tempos”, e reconhecia a importância do saber indígena: “o índio da floresta é um verdadeiro ecologista (...). Há muito o que aprender com

---

<sup>141</sup> O texto escrito para a palestra encontra-se no APJL, em português, sob o título de “Quem está destruindo a floresta tropical Amazônica?”. Há também versões ligeiramente modificadas em inglês e espanhol no mesmo acervo. Na revista *The Ecologist*, em 1982, recebeu o título “The systematic demolition of the tropical rainforest in the Amazon”. A revista autorizou sua publicação como capítulo do livro *Tropical rainforests: Latin American and Society in transition*, organizado por Susan E. Place, em 1993.

eles” (IDEM). Como solução, Lutz recomendava, mais uma vez, a agricultura orgânica. Se seus métodos fossem promovidos, em vez do pacote tecnológico da “revolução verde”, os agricultores poderiam voltar ao Sul e Nordeste. Para o ambientalista, tanto o enfoque da “revolução verde” como o da ocupação da Amazônia – ambos promovidos pelo regime militar, com a justificativa da promoção do “progresso” e “desenvolvimento” – foram, na verdade, a causa de todo o problema ecológico e social decorrente. Portanto, de acordo com Lutz, no cerne de toda sua luta, contra tanto a agricultura convencional quanto o desmatamento na Amazônia, estava a questão ético-filosófica. Nos dois casos, o que levava à devastação era uma ética antropocêntrica ao extremo, que não concedia nenhum direito aos elementos da natureza, e nem mesmo às populações menos favorecidas.

*A Década da Destruição* foi uma produção conjunta da Central Television, de Londres, e da UCG, por meio da equipe do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA)<sup>142</sup>, da qual Vicente Rios fazia parte. Segundo ele (Entrevista, 20/06/2014), as filmagens transcorreram normalmente; Cowell e Lutz trabalhavam “muito afinados”. Para Rios, Lutz era carismático e se expressava com uma linguagem abrangente, o que cativava o público que o assistia pela TV.

A participação na série *A década da destruição* significou um avanço na carreira de Lutzenberger como ambientalista. Ao final da primeira etapa das filmagens, em 1984, os documentários começaram a ser exibidos no Brasil e na Europa, onde sua imagem passou a tornar-se mais e mais conhecida. Ele passou a ser convidado com frequência a dar palestras no exterior e a escrever artigos para revistas e livros estrangeiros. Os filmes só foram concluídos em setembro de 1990, pois a intenção era documentar a colonização da Amazônia e suas consequências durante toda a década de 1980. Para isso, o diretor montou duas versões dos filmes, com os acréscimos de filmagens que ele ia obtendo durante todo o processo.

No Brasil, a primeira versão da série (que reunia 4 documentários)<sup>143</sup> foi exibida na Rede Globo, em janeiro de 1984, em dois canais paulistas, a TV Cultura e a TV Gazeta, em outubro de 1985, e, segundo o folder de divulgação do filme (UCG, 1986, APJL), os produtores estavam em negociação para que passasse nas 22 emissoras que formavam a TV Educativa, a TVE. No exterior, foi veiculado no Japão, Canadá, e 16 países europeus.

Também foram realizadas várias sessões-debate dos filmes, muitas delas com a presença de Lutzenberger, entre 1984 e 1987. A primeira exibição nacional ocorreu em Porto Alegre, em 02/07/1984, na sede da AGAPAN. Lutz, como era de se esperar, esteve presente e participou de debate sobre o episódio. A série já havia passado na TV da Grã-Bretanha, onde causou grande

---

<sup>142</sup> Além de Cowell e Vicente Rios, envolveram-se Mário Arruda, como coprodutor, e Vanderlei de Castro, como sonoplasta, entre outros profissionais do IGPA.

<sup>143</sup> Os quatro documentários iniciais eram: “Na trilha dos Uru-Eu Wau Wau”, “O caminho do fogo”, “Nas cinzas da floresta” e “As tempestades na Amazônia”.

repercussão: milhares de cartas de protesto contra a devastação da Amazônia foram recebidas pela Embaixada Brasileira em Londres (ZERO HORA, 02/07/1984, APJL).

Em junho de 1985, os quatro documentários foram exibidos em Brasília, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, como parte do evento-debate “Consequências ambientais da política de ocupação do Noroeste brasileiro: o caso de Rondônia”. Segundo cobertura de Ary Pararrayos para o *Correio Brasiliense* (PARARRAYOS, 23/06/1985, APJL), “Não havia muita gente na exibição. Alguns heroicos parlamentares, o costumeiro e repetido público, os promotores”. Entretanto, segundo sua avaliação, “ficou aberto mais um foco, constituiu-se mais um campo de ação no meio das instituições para discussão do meio ambiente”. O jornalista destacou a atuação de Lutz no filme: “Está na tela Lutzenberger, o homem que se dedica por inteiro à luta pela conservação da natureza e não em uma compreensão compartimentada apenas em lutas de classes calculadas em votos. E é por isso que ele não tem receio de afirmar que a política do Incra é uma enganação para arranjar votos”.

Concordando com o ambientalista, Pararrayos relacionou a devastação da floresta à questão eleitoral e econômica que marcava o final da ditadura, ao emitir o alerta de que “a persistir enganos como esse, de uma reforma agrária que nada mais é do que um título de propriedade acoplado a um título de eleitor, as grandes empresas, que cresceram à sombra dos regimes militares continuarão obcecadamente brigando com o mato natural que toma conta do que eles querem transformar em pastagens”. Por fim, o jornalista avaliou *A Década da Destruição* como “um esforço útil. Levanta questões que deviam ser defendidas nas escolas para que todos pudéssemos conhecer a realidade brasileira (...) encerrada nesse fantástico território mal compreendido, mal dividido e mal aproveitado” – a Amazônia.

De fato, os documentários foram exibidos em escolas (no final do processo, foi preparada uma versão mais curta dos filmes para exibição em instituições educacionais), e também em uma série de órgãos públicos e particulares, entidades não governamentais, seminários e congressos culturais e científicos, sindicatos de trabalhadores, etc. Em 1986, houve exibição e debate com a presença de Lutzenberger em Rio Branco, no Acre, e em Porto Velho, Rondônia. O primeiro evento fazia parte do Encontro dos Seringueiros do Vale do Acre e do Seminário “O Acre não está à venda”, organizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Partido dos Trabalhadores, Sindicato dos Trabalhadores de Xapuri e Federação dos Moradores do Acre. O objetivo do encontro era debater os efeitos da BR-364 no trecho entre Rio Branco e Porto Velho. Após a conclusão do trecho Cuiabá-Porto Velho, uma segunda etapa do POLONOROESTE previa a abertura e asfaltamento da rodovia até Rio Branco. Lutz proferiu a palestra “BR-364, progresso para quem?”, na qual enfatizou os aspectos éticos-ideológicos da ocupação desordenada que a abertura da estrada estava provocando na região: “Acima de tudo, o governo do estado do Acre

deveria dar prioridade a seu povo, em especial aos seringueiros, índios e demais habitantes da mata” (O RIO BRANCO, 08/06/1986, APJL).

Para o ambientalista, no Acre, como em todo o país, era “necessário ser repensado o sistema econômico que atualmente, vem de encontro aos anseios da comunidade, o que propicia sempre maior concentração de poder”. Ao invés do governo “promover o desenvolvimento das grandes fazendas na região da floresta amazônica, o que levava a sua destruição irreversível e à marginalização de seus habitantes, deveria incentivar um modelo que promovesse os interesses de seus verdadeiros ocupantes”. No caso específico do seringueiro, público-alvo do evento, acrescentou: “por que não diminuir a exploração da qual ele é vítima, dando-lhe melhores condições (habitação, saúde, transportes) e ensinando-lhes também como melhorar seus métodos de produção? Parece que isso não é considerado progresso, pois existe toda uma ideologia que somente vê progresso na máquina, e não no bem-estar social dos cidadãos”.

Na fala de Lutzenberger, ainda que defendendo os seringueiros, podemos perceber o uso de um vocabulário paternalista, de que era preciso “ensiná-los” a produzir melhor. Na verdade, os seringueiros, assim como indígenas, já nos anos 1970, começaram a organizar sua luta, no despertar para a resistência, perante a violência suscitada pelo processo de “modernização” da Amazônia. Segundo Allegretti (2002, p. 26), “desde 1975 os sindicatos estavam sendo organizados e os conflitos com os fazendeiros já haviam, inclusive, levado ao assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Brasiléia-AC, Wilson Pinheiro, no ano anterior”. O STR de Xapuri-AC, foi fundado em 1977. Um dos processos mais conhecidos de resistência dos seringueiros, liderados por esses sindicatos, foi o “empate”, por meio do qual “homens, mulheres e crianças impediam a destruição da floresta abraçando-se às árvores” (SOUZA, FALCÃO, SANTANA, 2010, p. 6).<sup>144</sup>

Na semana seguinte, os filmes foram exibidos no auditório Carmela Dutra, em Porto Velho, Rondônia, em evento “muito concorrido, contando com a participação de intelectuais de todos os setores, nações indígenas e estudantes de 1º e 2º grau, demonstrando grande interesse pela promoção, organizada pela UCG. Muita gente, especialmente os jovens, demonstrou preocupação diante das cenas que viam na tela” (ALTO MADEIRA, 12/06/1986, APJL). O grande interesse do público, comprovado pelo “auditório totalmente lotado, com pessoas de todo o interior do estado” (OESP, 11/06/1986, APJL) – ao contrário da exibição na Câmara dos Deputados –

---

<sup>144</sup> Segundo Souza, Falcão e Santana (2010, p. 6), “O ‘empate’ foi um movimento de resistência muito importante. Com ele, Ele foi organizado na década de 1980 a partir dos seringueiros que estavam articulando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sendo um movimento gestado nos centros paroquiais por padres, irmãs e lideranças como João Maia, Ivair Higino, Wilson Pinheiro, Osmarino Amâncio e Chico Mendes”.

muito provavelmente foi motivado pela temática retratada nos filmes, de apelo direto junto aos rondonienses, os maiores afetados pela BR-364.

Em sua fala, Lutzenberger criticou a suposta reforma agrária: “o modelo porco do governo que temos está trazendo para a Amazônia os marginalizados do sul do país, para que destruam o pouco que resta da floresta” (OESP, 11/06/1986, APJL). E utilizando palavras duras, afirmava que a devastação não se justificava nem por argumentos econômicos: “quando se diz que criar gado aqui é negócio eu não concordo porque eu vejo hoje uma produção de 60 kg por hectare, enquanto na Alemanha, Dinamarca e outros países se produz 600 kg de carne por hectare mais o leite. Ainda me chamam essa imbecilidade de progresso”.

Ao final do evento, os participantes entregaram documento ao governador de Rondônia, Ângelo Angelim (PMDB), com sugestões para solucionar problemas de conflitos em áreas indígenas, ambientais e para a reforma agrária no estado. Entre as sugestões, constavam a criação e consolidação de reservas indígenas e extrativistas; a promoção da autonomia aos trabalhadores; o zoneamento ecológico-econômico da região, com a participação das comunidades; o incentivo a uma política de ocupação que evitasse pontos de atrito entre seringueiros, colonos e índios; a interrupção da construção de estradas, já que elas aumentavam o fluxo migratório, e, como alternativa, a utilização de transporte por comboios animais para levar produtos às comunidades (OESP, 14/06/1986, APJL).

Além de suscitar necessários debates sobre a problemática amazônica, a exibição dos filmes teve implicações diretas nos rumos do POLONOROESTE e da carreira de Lutzenberger como ambientalista. Um dos mais importantes efeitos da exposição de sua figura em *A Década da Destruição* foi o convite do Banco Mundial para que fosse a Washington prestar depoimento numa Audiência Pública sobre as consequências sociais e ambientais dos projetos financiados pelo banco.

Segundo Allegretti (2002, p. 465-66), entidades ambientalistas norte-americanas conseguiram que as audiências fossem realizadas, pois estavam informadas por relatórios de antropólogos sobre a situação dos indígenas em Rondônia<sup>145</sup>. Nesses documentos, constava que tribos como os Nambiquara “estavam sendo dizimados em contato com os trabalhadores das frentes de construção”. Do contrário, o Banco Mundial afirmava que o POLONOROESTE era “um projeto modelo”, pois nele constavam cláusulas de proteção ambiental à floresta e demarcação e terras indígenas. No entanto, verificou-se que o banco sequer possuía estrutura para averiguar se essas cláusulas estavam sendo cumpridas, de fato. Dessa forma, as entidades ambientalistas dos

---

<sup>145</sup> De acordo com Allegretti (2002, p. 465), antropólogos brasileiros entregavam os relatórios à Associação Brasileira de Antropologia, que repassava para organizações internacionais de defesa dos direitos indígenas, *Cultural Survival* nos EUA e *Survival International* na Inglaterra, que dirigiram suas críticas ao Banco Mundial.

EUA “convenceram o Sub-Comitê do Senado responsável pelas Instituições Internacionais de Desenvolvimento a realizar audiências públicas sobre os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMD) e o meio ambiente” (ALLEGRETTI, 2002, p. 466). Essas audiências se realizaram em 1983.

Em 1984, essas entidades ambientalistas chamaram a atenção de outra Comissão do Senado (Pesquisa Agrícola e Meio Ambiente) e, como base em um dossiê sobre os impactos sociais e ambientais do POLONOROESTE, conseguiram que fosse convocada uma audiência pública específica sobre o projeto. Lutzenberger prestou o principal depoimento da audiência. Em 20/09/1984, ele iniciou sua fala descrevendo o contexto social e político por trás do projeto.<sup>146</sup> Embora iniciativas como o POLONOROESTE fossem divulgadas pelo governo como a “maior reforma agrária do mundo”, conforme vimos na peça publicitária da página 318 desta tese, para o ambientalista, “os assentamentos em Rondônia estão sendo promovidos tão somente para se fugir à realização da justiça social em outras partes do Brasil”. O objetivo real do projeto seria a solução dos conflitos no campo sem mexer na estrutura fundiária brasileira:

É calculado que existem pelo menos 2,5 milhões de sem-terra pobres no Brasil hoje, e o POLONOROESTE foi designado como uma válvula de escape para as pressões políticas e sociais causadas por eles. É um método de diminuir os riscos e aumentar a segurança dos grandes proprietários. E isso é feito removendo parte dos pobres rurais das regiões onde eles nasceram e transferindo-os para a Amazônia. O que é pior, transfere-os de solos ricos, num clima subtropical, que podem ser rapidamente recuperados, para um pobre solo tropical, onde o desmatamento se faz dano permanente (LUTZENBERGER, 1984, p. 2-3, APJL).

A crítica ao projeto era, mais uma vez, embasada em sua visão sobre agricultura. Lutz argumentou que a maioria dos imigrantes “vem do sul, onde eu vivo. É uma região de bom solo, originalmente colonizado por alemães, italianos e poloneses, que produziu uma relativamente saudável e permanentemente sustentável agricultura camponesa no século passado até os anos 50 deste século. Agora está em total declínio”. O problema, para ele, foram as “políticas governamentais dos últimos anos [que] têm ido contra os interesses dos camponeses. O governo tem promovido somente colheitas de alto rendimento, monocultura para exportação, especialmente plantações de soja”. Além disso, referindo-se a elementos centrais da sua luta, como vimos nos capítulos anteriores, o governo “promoveu ‘insumos modernos’: maquinaria pesada e sofisticada, fertilizantes sintético-minerais e pesticidas. Em muitos casos, os grandes proprietários compraram as pequenas propriedades e ali implantaram enormes plantações de soja” (LUTZENBERGER, 1984, p. 2, APJL).

---

<sup>146</sup> O depoimento de Lutzenberger foi publicado em inglês como artigo em *The Ecologist*, vol. 15, nº 1/2, 1985.



Depoimento de Lutzenberger no Congresso norte-americano. *Nas cinzas da floresta*, 1984.

Embora o objetivo principal do POLONOROESTE, declarado pelo governo, fosse “assegurar o aumento da produção em harmonia com a preocupação pela preservação dos ecossistemas e recursos naturais”, segundo Lutz, “exatamente o contrário” estava acontecendo na prática. Para comprovar suas afirmações, lançou mão de argumentos científicos sobre as consequências ambientais do programa:

Parece paradoxal, mas os solos debaixo da floresta tropical são os mais pobres do mundo. Altas temperaturas permanentes e alta pluviosidade fazem com que todos os nutrientes minerais sofram lixiviação. A porção de argila do solo não tem quase nenhum nutriente mineral. A floresta mantém todos seus nutrientes em sua biomassa. Quando a floresta é cortada ou queimada, e as fortes chuvas levam as cinzas, a maior parte dos nutrientes da floresta são perdidos. Os rios levam-nos para o oceano. Como os solos não têm capacidade de fixação, fertilizantes convencionais são usados (LUTZENBERGER, 1984, p. 3, APJL).

Lutz estava correto em sua análise: a exuberante floresta retém todos os nutrientes em sua biomassa, já que a maior parte do solo amazônico é realmente muito pobre. No entanto, pesquisas mais recentes têm encontrado solos ricos na região. Segundo Vieira e Santos (1987), os solos da Amazônia incluem os mais pobres e os mais ricos do planeta. Cerca de 75% desses solos são pobres e ácidos; 14% são de aluviões mal drenados em áreas de várzea ou igapós; 7% são de média à alta fertilidade; e 3% são extremamente pobres, arenosos, conhecidos por podzols. Pesquisas arqueológicas têm revelado o potencial dos solos de terra preta, “surpreendentemente férteis no contexto da Amazônia”, que possuem “origem antrópica, composta, entre outros fatores, pela associação recorrente entre terras pretas e cerâmicas arqueológicas e pela presença no solo de marcadores químicos associados a atividades humanas” (NEVES, 2005, p. 31-32).

Para Lutzenberger, os problemas aumentavam por causa do método adotado pelo INCRA para a divisão dos lotes entre os colonos, aspecto retratado no documentário “Nas cinzas da floresta”. De acordo com o ambientalista, as terras eram “cortadas por linhas retas e divididas pelo INCRA, de acordo com um tabuleiro de damas – como padrões cegamente concebidos numa prancheta. Alguns lotes possuem bom solo, outros quase pura areia ou afloramentos de rochas”. Com isso, muitos lotes eram abandonados após as magras colheitas e empresários compravam-nos, aumentando a concentração de terras.

A maioria desses novos latifúndios dedicava-se à pecuária, porque era a atividade mais simples e menos trabalhosa para ocupar a terra. No entanto, ele denunciava que a “produtividade da pecuária é ridiculamente baixa (30 a 60 kg por ano) comparado com climas temperados. A floresta produz, antes de ser cortada, muito mais comida por hectare na forma de frutos tropicais, de borracha, e peixe, de forma sustentável”. Referiu-se também aos povos da floresta, que eram expulsos com o POLONOROESTE: “as florestas cortadas não estavam vazias”. Rondônia era exemplo clássico de que “dano ecológico e social sempre andam juntos (...). Os humanos que já viviam nela – indígenas, seringueiros e caboclos – têm interesse na preservação da floresta. E a destruição da floresta arranca as únicas pessoas que aprenderam a viver em harmonia com ela”. Tendo em vista os argumentos apresentados, nosso personagem questionava se o Banco Mundial deveria financiar 30 % de um projeto que:

1. Torna mais fácil e socialmente seguro para o poderoso manter grandes propriedades no Nordeste e promover monoculturas de rendimento para exportação no Sul.
2. Substitui a floresta tropical por formas inadequadas de agricultura.
3. E que expulsa da floresta os únicos povos que desenvolveram um meio sustentável de usá-la (LUTZENBERGER, 1984, p. 7, APJL).

Sugeri ao Banco: se desejava “ajudar-nos com nossos problemas, por que não investe mais em projetos que ajudem a fixar os agricultores pobres em suas próprias terras no Sul e no Nordeste?” Da mesma forma, questionava por que a instituição financeira não “investia em pesquisa para melhorar a economia dos caboclos e seringueiros que já vivem na floresta?”. Citou também as pesquisas que estavam sendo realizadas pela equipe do INPA sobre permacultura: “árvores como fruta-pão, jaca, e muitas outras árvores frutíferas tropicais, espécies de colo e palmeiras, podem produzir dez vezes mais energia e proteína por hectare com menos trabalho, sem novas clareiras do que os cultivos tradicionais”. O Banco, na sua visão, poderia ajudar mais se financiasse pesquisas para desenvolver métodos ecológicos de agricultura para o Sul e Nordeste, “em vez de ajudar nosso governo a ajudar os grandes proprietários de terras que são fortes o suficiente para ajudar a si mesmos” (LUTZENBERGER, 1984, p. 9, APJL).

Por fim, Lutz citou duas cláusulas do contrato de empréstimo que estavam sendo desrespeitadas na execução do programa. A primeira afirmava que o POLONOROESTE deveria



desencorajar a exploração agrícola em áreas que fossem inadequadas para a agricultura; a segunda previa que a proteção dos indígenas na área do programa era “essencial para o sucesso do projeto”. Com base nessa última cláusula, o ambientalista questionou como o Banco não fez objeção a uma estrada que passava por áreas indígenas. A BR-364 prosseguia cegamente, sem importar-se com os povos da floresta cujas terras cortava. Por isso, em nome dos grupos ambientalistas do Brasil, Lutzenberger pedia que a instituição financeira interrompesse a construção da estrada e repensasse sua política em Rondônia (LUTZENBERGER, 1984, p. 11, APJL). Os depoimentos da audiência surtiram resultados: houve suspensão parcial dos empréstimos.

Em 06/05/1985, *O Globo* noticiou uma troca de correspondências entre o Banco Mundial e o governo brasileiro que levou à suspensão temporária do financiamento ao POLONOROESTE. Segundo o jornal carioca, em 20/10/1984, a direção do BIRD enviou uma carta ao então Ministro da Fazenda, Ernane Galveas, reclamando a adoção de medidas (proteção do meio ambiente e demarcação de reservas indígenas, especialmente dos Nhambiquaras). Como nada foi feito, em 13/03/1985, outra correspondência foi enviada ao governo brasileiro, o qual, diante das ponderações realizadas, preferiu suspender o pagamento, antes que a direção do próprio BIRD adotasse formalmente essa medida.

No mês seguinte (19/04/1985), o “governo da Nova República” – como foi chamado o governo pós-ditadura militar, quando José Sarney, vice de Tancredo Neves (eleito por via indireta), governava o país - mandou correspondência à direção do Banco na qual se comprometia a adotar as medidas para cumprir as cláusulas contratuais. Mas ainda faltava retirar os posseiros das reservas dos indígenas Gavião e Araras, em Rondônia. No início de maio de 1985, o BIRD enviou telex informando que a direção do Banco tomaria uma decisão sobre o assunto em futuro próximo. A reportagem apontava que, em 30/04/1985, o governo brasileiro aprovou a demarcação das terras dos Nhambiquaras, fato que não era do conhecimento do BIRD quando do envio do telex (O GLOBO, 06/05/1985, APJL).

Em 28/09/1986, Lutzenberger prestou outro depoimento sobre a Amazônia em Washington, na “Conferência dos Cidadãos” (Citizens' Conference on Tropical Forests, International Environment and the World Bank), evento organizado por entidades não governamentais que visava protestar contra as políticas do Banco Mundial para financiamento de projetos em florestas tropicais e de grandes hidrelétricas. A conferência realizou-se entre 28 e 30 de setembro de 1986, precedendo a reunião anual do BIRD, marcada para acontecer de 30/09 a 03/10/1986.

Em sua fala, o ambientalista brasileiro defendeu novamente a suspensão de empréstimos aos programas governamentais de colonizar a Amazônia – dessa vez o problema se dava no Acre. Concluído o trecho Cuiabá-Porto Velho, a devastação da floresta continuava no prolongamento da

BR-364 de Porto Velho a Rio Branco, no Acre, o qual contava também com financiamento do Banco Mundial. Depois do primeiro depoimento de Lutz, congressistas escreveram ao Banco em 1985, e, com isso, o repasse final do empréstimo fora “congelado”. Além disso, o governo tomara “ações efetivas pela proteção da reserva dos Uru-Eu Wau Wau” (LUTZENBERGER, 28/09/1986, APJL, p. 2).

No entanto, ao visitar a reserva uma semana antes do depoimento, ele constatara a invasão por centenas de posseiros e madeireiros que estavam roubando a madeira da área indígena. E o pior: “exatamente o que aconteceu em Rondônia está agora sendo repetido no Acre” (LUTZENBERGER, 28/09/1986, p. 3, APJL). Apesar da situação difícil, o ambientalista vislumbrava uma esperança, pois os povos da floresta “estavam começando a perceber que podiam lutar, que eles são importantes” (LUTZENBERGER, 28/09/1986, p. 3, APJL).

Assim como os seringueiros, que haviam criado sindicatos nos anos 1970, também os povos indígenas já se organizavam na luta desde 1980, quando foi constituída a União das Nações Indígenas (UNI)<sup>147</sup>. Junto com Lutz em Washington estavam líderes indígenas e seringueiros, Ailton Krenak (presidente da UNI) e Jaima da Silva (presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros), ambas entidades formavam a “Aliança Amazônica dos Povos da Floresta”, com o objetivo de defender a Amazônia. Na ocasião, Krenak leu uma declaração em nome da Aliança, pedindo que o BIRD e o Banco Mundial cessassem os empréstimos a todos os projetos que afetassem a floresta amazônica e que não protegessem o direito das pessoas que já viviam nela, os indígenas e seringueiros (ALLEGRETTI, 2002, p. 517).

Toda uma gama de atores internacionais se reuniu na pressão junto ao BM: ambientalistas de diferentes países, por um lado, e seringueiros, grupos indígenas e seus aliados, por outro. O objetivo era garantir o direito à terra às populações que ocupavam o espaço amazônico (HOCHSTETLER, KECK, 2007, p. 155).

Segundo Oliveira e Bursztyn (2005, p. 96), a pressão internacional fez com que o Conselho de Diretores do BIRD suspendesse parte dos desembolsos do POLONOROESTE. Tal suspensão levou a duas importantes decisões na condução da política de colonização do estado:

A primeira foi a substituição do POLONOROESTE, considerado um programa ultrapassado em termos conceituais e ideológicos, por outro, baseado nos princípios do desenvolvimento sustentável que o Banco Mundial começava a incorporar em suas políticas, mais tarde batizado com o nome de PLANAFLORO. A segunda foi a mudança no modelo de assentamento, abandonando o padrão baseado no que ficou conhecido como quadrado burro, passando a exigir estudos mais detalhados sobre as características fisiográficas da área, antes de proceder ao parcelamento e à entrega dos lotes (OLIVEIRA, BURSZTYN, 2005, p. 96-97).

---

<sup>147</sup> Para saber mais sobre a UNI e o movimento indígena na Amazônia, consulte Deparis (2007) e Lopes (2011).

Ambas as decisões foram reivindicadas por Lutzenberger nos seus depoimentos em Washington; especialmente a segunda foi mencionada por ele várias vezes, inclusive no documentário “Nas cinzas da floresta”. Podemos perceber que suas falas nos Estados Unidos, bem como a luta das organizações indígenas e seringueiras, aliadas à pressão internacional, acabaram colaborando para que houvessem mudanças efetivas na política de concessão de empréstimos do Banco Mundial, que seria, em virtude da repercussão decorrente desses episódios, obrigado a exigir estudos de impacto ambiental aos futuros projetos a serem financiados.

Naquele contexto, além de movimentos dos próprios indígenas e seringueiros, uma série de ONGs ambientalistas internacionais se engajou numa “luta árdua para salvar as florestas tropicais do mundo” (SAN FRANCISCO EXAMINER, 19/11/1985, APJL). Elas consideravam que o lobby junto aos grandes bancos era uma estratégia-chave para proteger as florestas da devastação, por isso, pretendiam convencer tais instituições financeiras a suspender empréstimos para programas de desenvolvimento em troca de medidas de proteção ao ambiente. Os depoimentos de Lutz se inseriram nessa estratégia coordenada por grupos ambientalistas preocupados com as consequências globais do desmatamento e das queimadas, bem como da construção de grandes hidrelétricas no meio da floresta, como as de Tucuruí e Balbina, na Amazônia, projetos que também foram financiados em parte pelo Banco Mundial (DAMS NEWSLETTER, 1986, APJL).

Mesmo que os erros tenham se repetido na construção do trecho final da estrada, que ligava Porto Velho a Rio Branco, a divulgação promovida por Lutzenberger e os documentários de Cowell agregou importante contribuição às lutas promovidas pelos movimentos de seringueiros e indígenas e pelas organizações ambientalistas, que lutavam pela preservação da floresta amazônica na esfera internacional. Os filmes, especialmente “Nas cinzas da floresta” ganharam legitimidade como argumento contra a devastação, retratada de forma incontestável em suas imagens. Essas mesmas imagens também tornaram Lutzenberger personalidade conhecida no exterior, principalmente na Europa, para onde viajaria inúmeras vezes, convidado a participar de eventos importantes na área ambiental. Ele passou a ser “cidadão do mundo”, viajando com frequência à Amazônia, Europa, Estados Unidos e outros países (GASTAL, 1986, APJL).

Ao tratar a natureza como recurso a ser explorado, o discurso e práticas desenvolvimentistas dos governos militares levaram à devastação de ricos ecossistemas e à desestruturação social de povos que ocupavam a Amazônia de forma sustentável. Dessa forma, a atuação de Lutzenberger e a exibição de *A década da destruição*, ao lado dos demais agentes que defenderam a floresta e seus povos naquele contexto, foram instrumentos importantíssimos para desvelar o que acontecia em Rondônia, contribuindo, assim, para a discussão nacional e internacional sobre o tema.

### *Amazônia, o assunto da moda no final dos anos 1980*

No final da década de 1980, a preocupação com a Amazônia espalhou-se pelo mundo. Além da atuação das ONGs de âmbito internacional, como Greenpeace, Friends of Earth e WWF, em campanhas como a que vimos acima, contra os repasses do Banco Mundial para financiar projetos de desenvolvimento na Amazônia, artistas, membros da família real inglesa e políticos estrangeiros se envolveram na defesa da floresta. Em especial, no Reino Unido, podemos citar figuras como o cantor Sting, que visitou a região e participou de campanhas pela proteção dos indígenas; os príncipes Philip (marido da Rainha Elisabeth e Presidente da ONG World Wide Fund for Nature - WWF) e Charles; e até a Primeira Ministra Margareth Thatcher (que fora pesquisadora em química, antes de seguir a carreira política), a qual externou preocupação com o futuro do planeta, afirmando que a proteção do ambiente e o equilíbrio da natureza eram um dos grandes desafios do final do século 20 (THE DAILY TELEGRAPH, 29/08/1988, APJL).

Um fato que ampliou essa preocupação foi a morte do seringueiro e líder sindicalista acreano Chico Mendes, atingido por uma bala no peito em sua própria casa, em Xapuri-AC, no dia 22/12/1988. Mendes fora o único brasileiro a receber o prêmio Global 500, concedido pelas Nações Unidas a personalidades que se destacaram na defesa do ambiente, em 1987 (FOLHA DE SÃO PAULO, 26/01/1989, p A6, APJL). Ao comandar a resistência à transformação de seringais em fazendas de criação de gado e à expulsão de seringueiros e indígenas dessas áreas, sua luta ganhou feições ambientalistas. Em reconhecimento a seu trabalho, Lutz repassou uma ajuda financeira a Mendes de 500 dólares, enviada por Lionel Fifield, da Austrália (STEHMANN, Cornelia. Carta a Lionel Fifield, 05/09/1988, APJL). Após seu assassinato (previsto por ele mesmo em um dos episódios de *A Década da Destruição*), Mendes tornou-se uma espécie de mártir da luta contra a devastação da Amazônia. Segundo o *Correio Brasiliense* (22/01/1989, p. 12, APJL), sua morte trouxe “novo impulso à ecologia” e “fortaleceu os movimentos ecológicos”. A repercussão foi tamanha (gerou notícias e editoriais em diversos jornais do mundo, inclusive no *The New York Times*), que levou o Brasil a sediar a Eco-92, conferência da ONU sobre meio ambiente, no Rio de Janeiro, em junho de 1992<sup>148</sup>.

Toda a “badalação” internacional em torno da floresta fez com que o governo brasileiro restringisse os subsídios para a agricultura na Amazônia. Segundo o *The Daily Telegraph* de 14/10/1988 (APJL), o então presidente do Brasil, José Sarney, anunciara em pronunciamento pela televisão “a total proibição da exportação de toras e disse que, no futuro, todos os projetos agrícolas e industriais estariam sujeitos a rigorosos controles ambientais”. No entanto, observou o jornal,

---

<sup>148</sup> Para aprofundar a trajetória de lutas de Chico Mendes, consultar Allegretti (2002); Montysuma (2003).

ambientalistas brasileiros consideravam as palavras do primeiro presidente pós-ditadura militar apenas uma declaração “para inglês ver”, ou seja, para dar alguma resposta à pressão internacional pela proteção da floresta.

Além disso, o interesse mundial fez com que o governo brasileiro alegasse que haveria um desejo de “internacionalização da Amazônia”. Na esteira de um debate maior sobre a conversão da dívida externa de países pobres em investimentos ambientais, surgiu no âmbito da ONU, manifesta em discurso de seu diretor-executivo Mostafá Tolba, a sugestão de que o Brasil vinculasse parte de sua dívida externa à “dívida ecológica”. Sarney considerou o discurso “péssimo, inadequado e inconveniente”, expressivo do “colonialismo dos países ricos”, ao indicar o que o Brasil deveria fazer, portanto, uma interferência na soberania nacional (JB, 31/03/1989, APJL).

O discurso de Tolba sugeria a possibilidade de conversão da dívida externa em investimentos no meio ambiente, como vinha ocorrendo em países em desenvolvimento. Para ele, o mundo tinha direito de se preocupar com a degradação da Amazônia (O GLOBO, 31/03/1989, APJL). Segundo Ricupero, Abdala e Mariano (1995, p. 27), desde 1987, as conversões haviam sido aplicadas na Bolívia, Costa Rica, Equador, México, Venezuela, Madagascar, Zâmbia, Filipinas, entre outros países.

O Brasil acumulara um alto volume de dívida externa ao longo da ditadura militar: os elevados índices de crescimento econômico observados durante o “milagre econômico” (1968-73) - e mesmo durante o governo Geisel - derivaram de investimentos possíveis por meio de empréstimos tomados no exterior, durante um ambiente econômico favorável, de “baixas taxas de juros e farta disponibilidade de crédito no mercado externo” (VELOSO, VILLELA, GIAMBIAGI, 2008, p. 226). No entanto, a partir das crises do petróleo, especialmente a de 1979, as taxas de juros subiram violentamente e se tornou cada vez mais difícil saldar a dívida. O problema manteve-se e a ditadura terminou com altos índices de recessão e inflação, herdados pelo primeiro governo civil, que assumiu em abril de 1985. A situação tornou-se tão crítica que, após tentativas de planos econômicos, como o Plano Cruzado (Fevereiro de 1986) e o Plano Cruzado II (Novembro de 1986), Sarney decretou a moratória da dívida externa em 20/01/1987.

Porém, se, por um lado, o Brasil apresentava nesse momento um quadro econômico bastante complicado, por outro, dispunha de “cartas preciosas como o fato de deter o maior patrimônio de biodiversidade e de ser o dono da maior floresta tropical existente” (RICUPERO, ABDALA, MARIANO, 1995, p. 14). No final dos anos 1980, em meio a um contexto de emergência da preocupação mundial com a Amazônia e favorável a investimentos internacionais em projetos ecológicos, o Brasil despontava com alto potencial para programas de conversão de dívida externa em fins ambientais.

Uma semana depois do discurso de Tolba, Sarney voltou a criticar a interferência internacional em assuntos relacionados ao meio ambiente, especialmente no que dizia respeito à Amazônia, como “uma campanha injusta, infamante e cruel (...) uma calúnia contra nossa pátria” (ZERO HORA, 07/04/1989, p. 14, APJL). No entanto, uma hora depois de sua manifestação, o ministro-chefe do Gabinete Militar, general Rubens Bayma Denys, admitiu que o governo poderia estudar propostas de conversão de parte da dívida externa em projetos ambientais, mas que isso dependeria de parecer dos técnicos da área econômica, demonstrando que os militares ainda pretendiam alguma influência nos processos decisórios do país, apesar da redemocratização. O general disse também que “a campanha internacional em defesa do meio ambiente brasileiro não pode vir sob forma de restrições ou intromissão nos assuntos nacionais” (IDEM).

Em declaração à *Folha de São Paulo* (10/02/1989, p. C4, APJL), Lutzenberger manifestou-se favorável ao pagamento da dívida externa brasileira com a preservação das florestas do país, “em vez de vendê-las, ou arrasá-las para pagar o que deve”, que fora, segundo ele, a tônica da proposta dos “Contratos de Risco” no final dos anos 1970, como vimos anteriormente. Para Lutz, “seria um bom negócio para o governo e para os cidadãos do Primeiro Mundo, que hoje contribuem para a devastação, feita com o imposto deles, e que amanhã vão pagar com a própria pele, nos desastres climáticos que vão vir”. Em sua opinião, o argumento do governo brasileiro, de que a proposta atacaria a soberania do país, era “ridículo. Quem é que está entregando nossos recursos, não são eles? Quem está exportando, a preço vil, os nossos minérios, deixando sair ouro à toa? Se fosse questão de soberania nacional, eles estariam protegendo a floresta”. A situação da Amazônia transcendia o âmbito brasileiro, por sua importância ecológica: além de abrigar “os ecossistemas mais complexos e ricos de vida de todo o planeta”, colaborava na regulação da temperatura mundial, como um “colossal aparelho de ar condicionado”.

Lutz já havia usado esse argumento para defender a floresta em outras manifestações, baseado em pesquisas de Enéas Salati<sup>149</sup>; na Teoria de Gaia, de James Lovelock, que abordaremos no próximo capítulo; e em outros estudos, que ele acompanhava pela leitura ou pela assistência nos eventos internacionais dos quais participava. Em Londres, no Seminário Ativista da ONG Friends of The Earth, proferiu a palestra “Os efeitos climáticos da destruição das florestas tropicais (The Climatic Effects of the Destruction of The Rainforests)”, em 04/12/1988. Na ocasião, citou o trabalho de Salati, bem como mencionou ter assistido recentemente a dois eventos sobre mudanças climáticas, um em Toronto, no Canadá, e outro em Hamburgo, na Alemanha, nos quais os cientistas demonstraram preocupação com as irregularidades no clima mundial

---

<sup>149</sup> Salati é engenheiro agrônomo, com doutorado sobre questões climáticas. Foi professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ, USP), diretor do INPA e participou de um dos episódios de *A Década da Destruição*, intitulado “Tempestades na Amazônia”.

(LUTZENBERGER, 04/12/1988, APJL). Segundo ele, as pesquisas de Salati mostravam que as chuvas que caem sobre a Amazônia são recicladas entre 5 e 7 vezes. A floresta seria, pois, uma “fantástica máquina de reciclagem de energia, importante para outras partes do mundo”. Por meio das correntes de ar, esse processo afetaria o clima ao norte e ao sul da floresta, ou seja, baseado em pesquisas científicas, Lutz defendia que o que acontecia na Amazônia era de interesse de todo o planeta, não somente do Brasil, como parecia pensar o governo do país.

Para Lutzenberger, o argumento do governo Sarney, de que países estrangeiros teriam interesse na “internacionalização da Amazônia”, era “uma invenção desse desgoverno (...), uma chantagem emocional” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 06/06/1989, APJL). Na entrevista a esse jornal, disse nunca ter ouvido a expressão em suas viagens ao exterior. Em sua opinião, “a verdadeira internacionalização já aconteceu”, e citou o caso da Volkswagen, que acompanhamos acima, multinacional para quem a fazenda Rio Cristalino “saiu de graça”, devido aos incentivos fiscais recebidos, os quais resultaram em desmatamento e grandes incêndios para criar gado em meio à floresta. De acordo com ele, essa era a verdadeira “internacionalização”, que representava “saque e pilhagem” da Amazônia.

Ainda em 1988, Sarney lançou o programa “Nossa Natureza”, que, segundo Kohlhepp (1992, p. 85), deve ser compreendido como “reação a veementes críticas feitas por instituições internacionais, governos estrangeiros e organizações não governamentais (ONGs), bem como a críticas formuladas em âmbito nacional, especialmente por parte do movimento ambientalista brasileiro”. O programa foi amplamente discutido na Assembleia Constituinte, resultando na inclusão de seus objetivos (centrados na proteção ambiental) na Constituição promulgada em 05/10/1988<sup>150</sup>. Segundo Lutzenberger, o programa Nossa Natureza fora criado “só para dar ao Banco Mundial e a outros a impressão de que alguma coisa está acontecendo, porque o que eles querem é novos créditos” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 06/06/1989, APJL).

Entretanto, esses pronunciamentos no exterior nem sempre foram bem vistos por seus contemporâneos no Brasil. Em meio às discussões de como responder aos apelos internacionais, Lutz foi acusado de ser o responsável pelo “fato de o Brasil ter ficado no banco dos réus com relação à Amazônia” (ZERO HORA, 24/05/1989, p. 42). O professor de topografia da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUCRS), Sérgio Gilberto Bottini, questionou a autoridade de Lutzenberger para “dimensionar a devastação da Amazônia”, já que ele seria “um ecologista, mas não um técnico na área cartográfica”. Para Bottini, o debate deveria ser feito no Brasil, não no exterior, “deveria passar obrigatoriamente pela comunidade científica nacional”. Como vimos no capítulo 4, nos atritos entre Lutz e Osvaldo Porto, aqui novamente um acadêmico questionava a

---

<sup>150</sup> Sobre os objetivos do programa, consultar Kohlhepp (1992).

legitimidade de Lutz para tratar questões científicas – e também podemos perceber o quanto nosso personagem cumpria na prática sua crítica à especialização, envolvendo-se em questões que iam muito além de sua formação profissional.

### **A ética ecológica na Amazônia: Concluindo o capítulo**

Já no início de sua atuação como ambientalista, Lutzenberger foi confrontado com a problemática da Amazônia. O diagnóstico de que a região passava por um processo acelerado de devastação não era unânime, como vimos na discussão com o professor Carvalho, que revelou também a dissonância entre as principais entidades ambientalistas daquele contexto, a FBCN e a AGAPAN.

A forma como a Amazônia foi tratada pelos governos militares do ciclo 1964-85 foi duramente criticada por nosso personagem. Ele atacou principalmente o modelo de ocupação e industrialização da Amazônia implementado nesse período - afinado com a “modernização” da agricultura, como vimos no capítulo 3, por meio do qual os governantes queriam resolver o problema da terra no Brasil através de uma suposta reforma agrária no meio da floresta.

Ao inverso do que era divulgado pelo governo, para Lutzenberger e muitos outros ativistas ambientais, a Amazônia não era uma “terra sem homens”, ou um “vazio demográfico”. Muito pelo contrário, era vastamente habitada por povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros, os quais, em sua opinião, ao contrário dos megaprojetos apoiados pelos militares, sabiam conviver de forma sustentável com a floresta.

Lutz passou da atuação de gabinete (por conta da distância, provavelmente), no caso do incêndio da Volkswagen, para a ação direta, em viagens constantes à região, a partir do final dos anos 1970. Sua participação no movimento contra os “contratos de risco” foi importante, manifestando-se diretamente ao presidente Geisel para expressar a indignação sua e da AGAPAN, como seu porta-voz.

Ele criticava o modelo de ocupação da Amazônia do ponto de vista ético-filosófico: em sua visão, o modelo era embasado numa ética antropocêntrica, que tinha como dogma a conquista da selva com objetivos econômicos, à custa da população que habitava a região, há milênios, sem devastá-la. Em sua perspectiva, os órgãos criados pelo governo, como o IBDF e a SEMA, só pioravam a situação.

É interessante perceber nos episódios da luta pela Amazônia a ação autoritária do governo, como a dissolução da palestra em Manaus com pancadas de cassetete; a proibição de que o evento sobre biologia tropical se realizasse no Brasil e a censura ao livro de Goodland e Irwin. Mesmo que propalasse um discurso em direção à abertura democrática, atos de violência e arbítrio ainda eram praticados para defender os interesses econômicos em jogo. E nesse contexto em ebulição, a



luta pela Amazônia ganhou contornos políticos de crítica à ditadura, como vimos. A carta aberta ao presidente, escrita por Lutz, criticando e denunciando o governo pelas políticas adotadas, é importante nesse sentido.

A atuação de Lutzenberger contra o POLONOROESTE ganhou espaços internacionais, com a participação nos filmes de Adrian Cowell, que foram exibidos em diversos países, e com seus depoimentos ao Banco Mundial e Casa Branca. É relevante observar que sua luta pela Amazônia estava intimamente relacionada com a luta pela agricultura mais “limpa”, ecológica, pois foi o incentivo governamental à migração de colonos do Sul e Nordeste para a Amazônia que o impulsionou à crítica mais enfática. A aparição nos documentários foi importante também por projetar sua figura em âmbito internacional, tornando-o bastante conhecido na Europa e Estados Unidos. Seus depoimentos em Washington, ao lado de outros agentes, como vimos, resultaram positivos para a causa, pois o Banco suspendeu, parcialmente, os empréstimos ao governo brasileiro.

\*\*\*

O interesse internacional na proteção da Amazônia adentrou os anos 1990. No Brasil, essa seria uma década de renovação das esperanças na consolidação de um ambiente realmente democrático, em torno do primeiro presidente eleito pelo voto direto após o término do regime militar. Fernando Collor, inicialmente, procurou dar uma resposta ao clamor internacional pela Amazônia, nomeando Lutzenberger como Secretário do Meio Ambiente, um cargo com status de Ministro de Estado. Foi uma decisão muito bem acolhida em âmbito externo, mas que gerou críticas internas ao nomeado, principalmente de alguns de seus antigos companheiros ambientalistas. Acompanharemos esse período no capítulo 7. Antes disso, precisamos percorrer outros episódios e reflexões importantes dos quais Lutz participou ainda nos anos 1980.

Convém entender inicialmente o processo que levou a seu desligamento da AGAPAN, em 1983. Como vimos, nos anos 1970, presidente e entidade se confundiam; sua figura dominava as definições de estratégias e táticas, tanto práticas como de fundo filosófico. Era ele quem falava pela AGAPAN, quem aparecia na mídia, quem as pessoas queriam ouvir nas reuniões das segundas-feiras, enfim, era a voz e o cérebro da entidade. Com o passar dos anos, integrantes novos e mais antigos, que trabalhavam em questões práticas do dia-a-dia, sentiram-se ofuscados por Lutzenberger. Além disso, na primeira metade dos anos 1980, a entidade sofria com poucos recursos materiais e financeiros – estava em crise. Um grupo, descontente com a atuação de Lutz e Carneiro, resolveu que era chegado o momento de mudanças na AGAPAN, em meio ao processo de abertura e redemocratização do país.

Também nos anos 1980, Lutzenberger tornou-se consultor e prestador de serviços, de forma terceirizada, para a Riocell, novo nome da Celulose Borregaard. De um de seus principais críticos, Lutz transformou-se no seu mais famoso defensor, o que gerou maiores atritos e críticas dentro do movimento ambientalista.

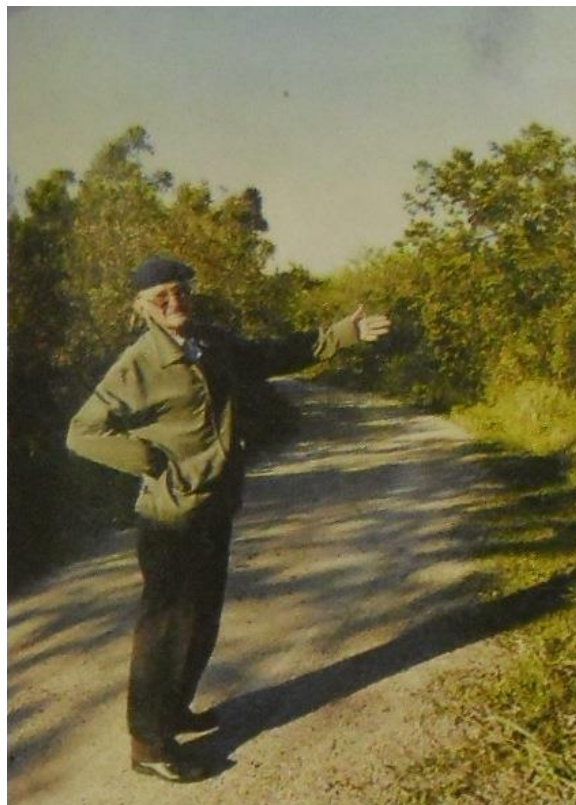
1980 foi uma década de destruição, como vimos, mas também de consagração para Lutzenberger. Divulgando a situação da Amazônia, o problema dos agrotóxicos e, em especial, a teoria de Gaia, ele alcançou projeção e renome internacionais. No auge da repercussão de seu discurso no exterior, recebeu um dos mais importantes prêmios já conferidos a um brasileiro: o Prêmio Nobel Alternativo, em 1988, na Suécia.

É esse conjunto de acontecimentos, entre acusações de contradição e a consagração de Lutzenberger, que acompanharemos a seguir.

## Capítulo 6 - Anos 1980: Confrontos e Consagrações



Lutzenberger e Cláudia Steiner trabalhando no parque da Riocell. Guaíba, entre 1985-86 (APAC).



Lutzenberger no parque da Riocell, na inauguração de trilhas ecológicas (AMANHÃ, Nov./1999, APL).

Ao contrário do sucesso internacional alcançado por Lutzenberger na luta em defesa da Amazônia, como vimos no capítulo anterior, as coisas não andavam tão bem na AGAPAN. Dois grupos com ideias bastante distintas se formaram dentro da entidade e a ascensão de um deles provocaria conflitos entre os membros.

A agenda de compromissos de Lutz, cada vez mais lotada a partir da morte de Annemarie e de sua dedicação à luta pela Amazônia, fez com que ele se distanciasse dos assuntos de importância local e participasse menos das atividades da AGAPAN<sup>151</sup>. Apesar disso, desde 1971, era sempre reeleito presidente pelos membros da entidade; sequer cogitava-se montar uma chapa de oposição para concorrer com ele. No entanto, isso mudou em 1983, quando um grupo de jovens – alguns ligados ao recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT) - lançou o nome de Flávio Lewgoy para disputar a presidência com Lutzenberger.

Lewgoy (1926-2015), químico e geneticista, professor aposentado da UFRGS, entrou na AGAPAN por volta de 1972-73. Começou comparecendo às reuniões das segundas-feiras “e achava aquilo uma coisa fantástica. Tinha uma carreira de professor, e as lutas da AGAPAN giravam em torno de coisas como os agrotóxicos” (LEWGOY. Entrevista a João B. Aguiar, 2011). Como químico, Lewgoy conhecia o assunto e sabia também dos efeitos congênitos desses produtos, mas não tinha como interferir nas políticas a eles relacionadas. As reuniões na AGAPAN e conversas particulares com Lutzenberger motivaram-no a assinar a ficha de sócio, engajando-se na luta já travada pela entidade contra os pesticidas.

Na eleição de 1983, pela primeira vez, a liderança de Lutz foi questionada. Mais do que isso, refutada, já que Lewgoy venceu o processo e sua chapa assumiu a presidência da AGAPAN. Segundo ele, foi “uma época muito estressante”. Era constantemente procurado em seu local de trabalho, na universidade, e chamado a falar à imprensa sobre inúmeros assuntos com viés ambiental (LEWGOY. Entrevista a João B. Aguiar, 2011).

É interessante constatar que existem hoje diferentes versões sobre esse episódio, traumático para alguns ex-integrantes. Enquanto Carneiro, que se retirou da entidade em seguida à Lutzenberger, considerava que houve uma “expulsão”, os que assumiram a diretoria, ambientalistas politizados à esquerda, defenderam que foram vitoriosos num processo democrático.

Esse movimento de transformações internas na entidade ocorreu em meio a um contexto de mudanças importantes no âmbito nacional. Na virada dos 1970-80, arrefece a força da ditadura

---

<sup>151</sup> Perguntado por Ney Gastal sobre pequenas lutas, como o protesto à derrubada de árvores do Parque da Redenção em Porto Alegre, Lutz respondeu: “É um problema isso. Eu estou brigando pela floresta amazônica, viajo à Europa e à Alemanha, tenho reuniões em Washington, brigo no Banco Mundial, tudo para salvar a floresta, então muitas vezes não tenho tempo para brigar por árvores do nosso parque” (GASTAL, 1986, APJL).

militar e ganha impulso o processo de redemocratização do país. Essas mudanças na esfera política interferem também na área ambiental, nas formas de militância e na receptividade das lutas pelo Estado e sociedade em geral. Neste capítulo, veremos que Lutz não passou incólume a esse novo estado de coisas. Aos poucos, ele vai se distanciando da AGAPAN e passando a atuar em planos cada vez mais amplos, tornando-se um ambientalista de renome internacional. Acompanharemos essa transformação, sua adesão à teoria de Gaia e, no final da década, a materialização de todo esse processo, na criação da Fundação Gaia.

### **Política e Luta ambiental: A AGAPAN nos anos 1980**

A questão política nunca foi um tema fácil na AGAPAN. No artigo 1º de seus Estatutos constava que ela era “entidade civil de direito privado, *apolítica*, autônoma e com personalidade jurídica [grifo meu]” e que suas finalidades eram “exclusivamente associativas, culturais e técnico-científicas” (AGAPAN. *Estatutos*. 1973, APJL). A palavra “apolítica” gerou enorme desconforto a Lutzenberger, que repudiou o termo; segundo Carneiro (2003, p. 83), ele “chegava a gritar dezenas de vezes que a entidade era apartidária, mas não apolítica!”. No final da vida, Carneiro desculpou-se do “erro inicial” alegando que teria sido responsabilidade da comissão que redigiu os estatutos, formada por professores universitários<sup>152</sup>.

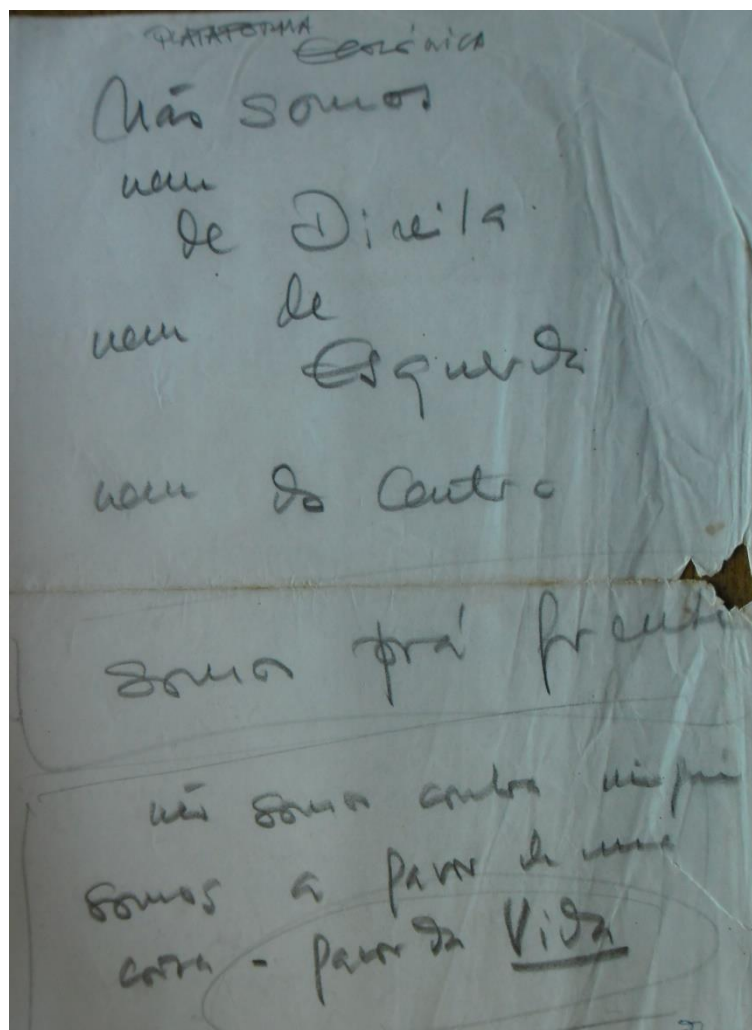
De fato, Lutzenberger considerava a luta ecológica uma luta política, como mostram documentos do APJL escritos por ele, com o “Posicionamento Político” da AGAPAN, nos anos iniciais da entidade, onde consta:

Como entidade de ação comunitária, a AGAPAN se insere na luta política, mas ela é apartidária e não participa dos clichês ideológicos convencionais, não é de direita nem de esquerda, tão pouco do centro. A posição política da AGAPAN se alicerça em parâmetros novos: complementação ecologia-justiça social; pluralismo (cultural, partidário, de organização, de associação e de estruturação); e democracia de base (AGAPAN. Posicionamento político, APJL).

Junto com o documento citado acima, encontram-se folhas escritas à mão por Lutz, de forma bem rústica, com a plataforma da AGAPAN, que ele pretendia estender a todo movimento ecológico. Apesar da simplicidade do papel, o conteúdo desses documentos é muito relevante, pois mostra como o personagem percebia e direcionava a atuação política da entidade e do movimento. Vejamos abaixo:

---

<sup>152</sup> Em seu livro, Carneiro (2003, p. 83) menciona os nomes dos redatores Alarich Schultz e Eugênio Grumann. Na Ata de fundação publicada no boletim *Agir Azul*, constam como redatores Eugênio W. Grumann, Maria Henriqueta Homrich e Mário Barbarena. Todos os citados eram professores da UFRGS, cujas especialidades podem ser consultadas na tabela do capítulo 2 desta tese.



LUTZENBERGER. *Plataforma ecológica*. Início anos 1970 (APJL).

Nessa “Plataforma Ecológica”, Lutz deixou bem claro como seria a atuação da AGAPAN: “Não somos nem de direita, nem de esquerda, nem do centro. Somos prá frente”. E logo abaixo: “Não somos contra ninguém, somos a favor de uma causa – a favor da Vida”. Creio que o conteúdo desses documentos seja muito importante para entender mais profundamente o “conservadorismo político e social de Lutzenberger”, observado por Marcos Gerhardt (2011, p. 8). Para o historiador, frases do ambientalista<sup>153</sup>, bem como o fato de ter aceitado ser Ministro do governo Collor, seriam indícios de sua posição política e social conservadora.

É preciso nunca perdermos de vista o contexto de formulação dessa plataforma e dos estatutos da AGAPAN, entre 1971 e 1974, justamente quando o Brasil passava pelo período mais violento e repressivo da ditadura militar, os chamados “anos de chumbo”, em que vigorava o Ato Institucional Nº 5. Os redatores dos Estatutos, professores universitários, certamente temiam atrair

<sup>153</sup> Gerhardt (2011, p. 8) cita frases de Lutz, como “Li Marx de ponta a ponta no original, em alemão. Ele é tão tecnocrata quanto os capitalistas”; “Hitler e Mussolini também diziam ser socialistas, como Fidel. Essa palavra e ser de esquerda não significam mais nada”; “Capitalismo e comunismo são, na verdade, duas seitas da mesma coisa, que é o industrialismo”.

represálias à entidade e a si mesmos – a perseguição e cassação de professores não eram possibilidade remota, mas sim real, como já ocorrera na UFRGS (MANSAN, 2012). Reuniões e manifestações coletivas de natureza política estavam proibidas pelo AI-5 (Art. 5º). Infiro que, talvez por isso, eles tenham tentado proteger-se por meio da palavra “apolítica” logo no Artigo 1º dos Estatutos.

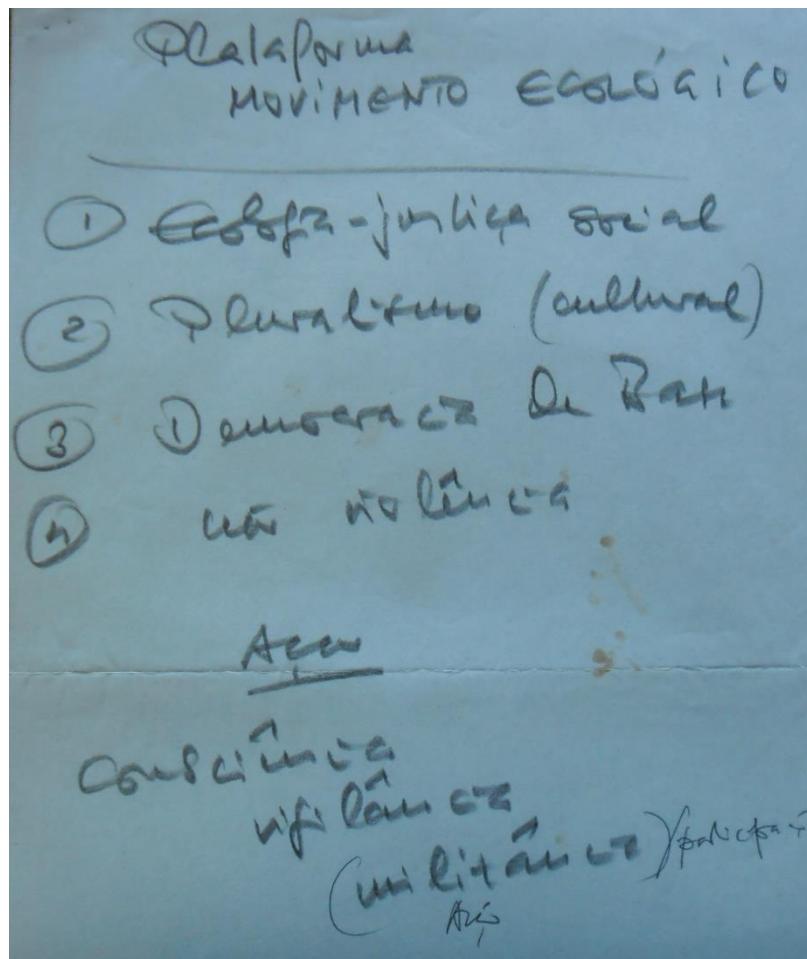
Lutzenberger esforçou-se para deixar claro que a AGAPAN não seria usada para fins partidários, e sim de defesa ambiental, por isso a ênfase em não ser “nem de direita, nem de esquerda, nem de centro”. Transcendendo a configuração comum, Lutz queria chegar mais longe: “somos prá frente” – o que talvez possa ser lido como: “pensamos nas gerações futuras, no futuro”. Parece-me que ele pretendia escapar das definições políticas correntes, talvez para burlar a ditadura e (o mais provável), ao mesmo tempo, porque acreditava no potencial da ciência Ecologia como prisma político central, mais profundo, e que seria uma espécie de “nova via” para se pensar e construir um novo mundo. Por isso, a luta ecológica não era apolítica, mas sim *apartidária*, em sua visão<sup>154</sup>. A ecologia mostrava um caminho que transcendia a simples dicotomia “revolucionário” *versus* “conservador”; para Lutzenberger, ***a ecologia era uma perspectiva ética*** - a única capaz de assegurar a sobrevivência dos elementos naturais e, especialmente, dos próprios humanos.

Outra folha manuscrita por Lutz, guardada junto à anterior, mostra que, para ele, o movimento deveria embasar-se nos seguintes princípios: 1) [Aliança] Ecologia-justiça social; 2) Pluralismo (cultural); 3) Democracia de base; 4) Não violência. Essa plataforma ia muito além da defesa da vida “natural”, como podemos ver abaixo:

---

<sup>154</sup> Em Santa Maria, para criar um núcleo local da AGAPAN, Lutz afirmou que a entidade era apartidária, mas não era “apolítica. Nossa luta é profundamente política, porque é uma luta pelo bem-estar público” (CORREIO DO POVO, 18/06/1976, APJL).





LUTZENBERGER. *Plataforma Movimento Ecológico*. Início anos 1970 (APJL).

A ação do movimento, para Lutz, devia centrar-se nas palavras de ordem: “consciência, vigilância e militância/participação”. Considerando-se o contexto em que foi formulada, essa plataforma não poderia ser chamada de “conservadora” no plano político, tampouco no social; pelo contrário, podemos dizer que era até “avançada”. Se observarmos o primeiro princípio, veremos que Lutzenberger estava preocupado também com a questão social que acompanha, em geral, a devastação ecológica. A luta pela Amazônia foi um exemplo bem claro disso, como vimos, em sua defesa dos povos da floresta. Para se ter uma ideia, o movimento de justiça ambiental – e o próprio conceito, focado na discussão conjunta das questões ecológicas e sociais – surgiu “a partir da luta do movimento negro dos EUA, no início dos anos 1980, que denunciou que os depósitos de lixo tóxico e de indústrias poluentes se concentravam nas áreas habitadas pela população negra” (REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL, História, *Online*). Não estou aqui querendo defender o caráter “precursor” do pensamento de Lutzenberger (embora, neste caso específico, isso possa ser verificado), mas sim demonstrar o quanto suas posições políticas e sociais – e, por consequência, da AGAPAN, pelo menos nos anos 1970 – eram complexas e transcendem a pecha do conservadorismo.



Nos demais princípios, Lutz também demonstra preocupação com questões sociais. O terceiro, “democracia de base”, reflete seu anseio por uma democracia realmente participativa, fundada em conselhos de bairros, de fábricas, de associações. Ele devia perceber a AGAPAN como um veículo para essa participação cidadã direta, em meio ao contexto ditatorial.

Como vimos nos episódios com Durval da Silva e com José Cândido Melo Carvalho, Lutzenberger temia ser delatado ao SNI. Ele nunca foi alvo de perseguição por parte da polícia política, no entanto, a AGAPAN era vigiada pelo regime: “nas reuniões da AGAPAN sempre tinha um agente do SNI, era o Hércules. Entrava calado, saía em silêncio, não dizia uma palavra. Anotava tudo que a gente dizia, ou gravava, não sei” (LEWGOY, Entrevista a João B. Aguiar, 2011). Parece que o agente não considerava o conteúdo das reuniões subversivo, ou talvez, não tenham restado registros de suas anotações.

Já no início dos anos 1980, no contexto da abertura democrática, novas perspectivas políticas se apresentavam ao movimento ecológico: havia a possibilidade de fundar um partido para defender a ecologia, um partido verde. Desde dezembro de 1979 (BRASIL, Lei 6.767), a pluralidade partidária voltou a ser permitida e várias legendas foram criadas ou recuperadas do passado. No entanto, Lutzenberger era contra a constituição de um partido ecológico. Em artigo da revista *Pensamento Ecológico* (BARROS, 1982, p. 74, AGCRJ), consta sua explicação para esse posicionamento:

Sou contra a criação de um partido desse tipo. Nosso movimento é político, pois toda atividade comunitária é política. A luta da preservação da Natureza não se desvincula da luta pela democracia e por maior justiça social. Porém, o movimento ecológico deve ser um movimento transideológico, porque interessa a todas as facções humanas e, somente à medida que ele se mantiver assim, terá condições de influir em todos os setores da sociedade, que é o que vem ocorrendo.

Para Lutz, a proteção ambiental era questão política, mas não poderia ser atributo de um único partido, pois era tema transversal, que transcendia ideologias. Isso vinha ao encontro do que escreveu no documento que reproduzimos acima (não ser de esquerda, direita ou centro). Além disso, aderir a um partido significaria perda da liberdade de atuação.

O ex-presidente da AGAPAN Celso Marques<sup>155</sup>, que concedeu-me entrevista em 08/08/2014, afirmou que o ambientalista carioca Alfredo Sirkis veio a Porto Alegre, para participar de uma reunião com membros da AGAPAN sobre a possibilidade de seu apoio à criação do Partido Verde brasileiro<sup>156</sup>. A reunião foi realizada durante o mandato de Lewgoy (por volta de 1985, provavelmente) e Lutzenberger estava presente. Na ocasião, foi deliberado que “o movimento

---

<sup>155</sup> José Celso Aquino Marques é formado em Filosofia (UFRGS, 1980) e entrou na AGAPAN em 1973. Fundou o jornal *Sobrevivência*, veículo de divulgação da entidade, que circulou em sete números, de 1972 a 1977. Foi presidente da AGAPAN depois de Flávio Lewgoy, de 1987 a 1993.

<sup>156</sup> O PV foi fundado em 17 de janeiro de 1986, mesmo sem o apoio dos ambientalistas gaúchos. Algumas de suas lideranças mais expressivas foram Carlos Minc, Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis e José Luiz de França Penna.

ecológico gaúcho não deveria apoiar nenhum partido político”. Segundo Marques, chegou-se a essa conclusão, porque no Rio Grande do Sul os ambientalistas haviam conseguido a aprovação de leis importantes junto à Assembleia Legislativa, como a lei dos agrotóxicos (RS. Lei 7.747/1982), a lei que instituía a necessidade de um plebiscito para aprovar a instalação de centrais nucleares no estado (RS. Lei 8.510/1988), a lei que proibia o uso e comercialização de sprays propelentes do CFC (RS. Lei 8.642/1988), entre outras<sup>157</sup>. Essas vitórias foram obtidas sem que o movimento tomasse “atitude partidária”, na verdade, os ambientalistas gaúchos, por influência de Lutzenberger, acreditavam que “a ecologia não podia ser monopólio de um partido, mas sim [deveria adotar um] direcionamento transpartidário, suprapartidário” (MARQUES, Entrevista à autora, 08/08/2014).

Apesar de sua posição contrária a formação de um partido dedicado à ecologia, Lutzenberger recebeu vários convites para filiar-se e concorrer a cargos por diferentes partidos. Em 1976, recusou convite da ARENA e do MDB, ambos “pelo mesmo motivo: ser candidato implicaria numa perda de liberdade muito grande. Nós da AGAPAN somos um movimento político, mas não partidário, queremos estar livres para criticar ou então apontar os acertos. O que nos interessa é a defesa da vida, nós somos uma entidade politicamente pluralista” (COOJORNAL, Outubro/1976, APJL). Em 1974, como confidenciara ao Almirante Belart (LUTZENBERGER, Carta a Belart, 23/03/1974, APJL), chegou a considerar a possibilidade de candidatar-se a deputado estadual, talvez pelo MDB, para “lutar na mesma arena” de seus inimigos e garantir um “ganha-pão”.

A obtenção de renda era uma preocupação constante para Lutz, já que a luta ambiental não lhe garantia nenhuma remuneração. Por esse mesmo motivo, ele pensou novamente em ceder, em 1981, quando foi assediado por representantes do PMDB e do PDT. Segundo matéria do *Coojournal* (CASTRO, Novembro/1981, p. 4, APJL), Pedro Simon (PMDB) viu que “não frutificaria sua enésima tentativa de convencer Lutzenberger a concorrer a deputado federal”. Também João Satte e Romildo Bolzan (PDT) tentaram “pela enésima vez convencer o presidente da AGAPAN a aderir ao brizolismo”. Os políticos de ambos os partidos chegaram a oferecer a Lutz “total liberdade de ação” – os do PDT prometeram uma carta branca “assinada pelo doutor Brizola”. Lutzenberger teria analisado os convites, considerando as vantagens financeiras: “um deputado ganha bem, pode viajar, ter secretariado. Eu poderia ter mais facilidade na luta em defesa do meio ambiente, pois hoje faço tudo com meu dinheiro e me arrebento”. No entanto, “as suas já inúmeras restrições aos políticos explodiram quando da viagem do governador Amaral e comitiva ao Japão e o simultâneo anúncio, pelo vice-governador, de que os efluentes do III Polo-Petroquímico seriam jogados na

---

<sup>157</sup> Para ler o conteúdo dessas leis, consultar: <<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/Legisla%C3%A7%C3%A3oEstadual.aspx>>. Acesso em 24 ago. 2014.

Lagoa dos Patos”. Na comitiva, encontravam-se 60 políticos, inclusive oposicionistas, entre eles Bolzan, que fizera o convite do PDT. Lutz criticou o fato: “ou esses caras da oposição são uns imbecis – o que não acredito; eles são inteligentes – ou estavam conchavados com o governo”, e considerou prudente continuar longe dos partidos. Augusto Carneiro compartilhava de sua visão, afirmando: “os partidos políticos devem ser vistos sempre com desconfiança”. No entanto, reconhecia o direito de “existir e agir” do Partido Verde, e de qualquer ala verde de outros partidos, como “fóruns de debates, mas em nenhum momento o Partido Verde pode procurar nos diminuir ou se apossar do movimento” (CARNEIRO, 2003, p. 56).

Enquanto Lutz e Carneiro preferiam distância dos partidos, outros membros da AGAPAN pensavam diferente. Com a abertura política e a volta à pluralidade partidária, surgiu o interesse de promover a luta ecológica por meio de cargos eletivos. Desses candidatos, a maioria era de esquerda. Carneiro (2003, p. 27) os chamou de “ecologistas socialistas, esquerdistas”, que transformaram “o ecologismo no sentido do ecossocialismo”. Um desses personagens se destacou:

um pretenso e audacioso líder esquerdista, conhecedor das teorias de Lutzenberger e que também era dado a teórico ecologista escrevendo longas justificativas. Ele organizou a tomada da AGAPAN, com a expulsão dos elementos “direitistas” e com grandes ideias de fazer programas revolucionários, sempre usando o nome feito da AGAPAN e também do Lutzenberger (o qual permitiu por ingenuidade), um plano quase perfeito: transformar a AGAPAN numa entidade nacional, líder do ecossocialismo (...). Ele se chamava Gert Schinke, o *Alemão*. Simultaneamente, no Brasil, estava inaugurada uma nova era e em toda a parte surgiam ecossocialistas; Valdo França, Carlos Minc, Eduardo Viola e outros (CARNEIRO, 2003, p. 27-28).

Além de Gert Schinke<sup>158</sup>, Carneiro (p. 30-32) citou Giovani Gregol<sup>159</sup>, Udo Mohr<sup>160</sup> e Celso Marques como os principais “ecossocialistas” gaúchos. No plano nacional, ele criticou Carlos Minc, Alfredo Sirkis e especialmente o sociólogo Eduardo Viola<sup>161</sup>, este último por ter afirmado “o assenso do ecossocialismo”, em seu artigo para o livro *Ecologia e Política no Brasil* (1987). É interessante perceber que Carneiro acompanhava de perto a literatura produzida sobre o movimento ecológico (o que pude constatar nas diversas vezes que o visitei em seu apartamento, pela extensa biblioteca que possuía sobre a temática). Nesse artigo, Viola (1987, p. 65) dividiu os

---

<sup>158</sup> Schinke é formado em História pela UFRGS, onde começou sua politização no movimento estudantil, tendo entrado na AGAPAN ainda durante a faculdade, quando ouviu falar de suas famosas reuniões, em 1975. Foi candidato não eleito do PT a Deputado Estadual em 1986, mas obteve vitória para Vereador de Porto Alegre nas eleições de 1988.

<sup>159</sup> Giovani Gregol é formado em História pela UFRGS e entrou na AGAPAN em 1972. Foi membro da diretoria da AGAPAN de 1983 a 1986, quando Flávio Lewgoy era presidente. Foi vereador de Porto Alegre pelo PT em 2 mandatos (1989-92 e 1993-6).

<sup>160</sup> Udo Silvio Mohr é arquiteto e urbanista, graduado (1961) e mestre (2003) pela UFRGS. Foi professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Ritter dos Reis, em Porto Alegre. Entrou na AGAPAN ainda em 1971, meses após sua fundação e coordenou o projeto que instituiu o Parque Estadual Delta do Jacuí. Integrou o Conselho Superior da entidade por mais de 30 anos.

<sup>161</sup> O movimento ambientalista no Brasil só começou a despertar algum interesse de pesquisadores das Ciências Humanas a partir dos anos 1980. Dessa época, até os anos 1990, os estudos do sociólogo Eduardo Viola (alguns em parceria com o cientista social Hector Leis) foram referência sobre o tema no país. Viola tenta, em vários artigos, compreender a configuração do movimento ambientalista no Brasil.

participantes em quatro grupos: fundamentalistas, realistas, ecossocialistas e ecocapitalistas. Essa categorização foi criticada por Carneiro (2003, p. 50): “a classificação de Viola não pode ser enquadrada na realidade dos fatos. Praticamente nenhum ecologista ativo fica imóvel dentro do quadrado desenhado por ele”.

Para Viola, haveria duas fases no movimento ambientalista no Brasil. A primeira, de 1971 até 1986 - em que a AGAPAN dominou, subdividir-se-ia em outras três: a) fase ambientalista (1974-81); b) fase de transição (1982-85); c) fase “eco política” (1986 em diante). A segunda fase compreenderia o período 1987-91, com a predominância do Partido Verde – PV. Tais fases são apresentadas a partir de uma perspectiva progressista, evolucionista; a última delas, a “eco politização”, é percebida pelo autor como o auge do processo: “Em 1986 [ano em que o PV foi fundado no Rio de Janeiro], o movimento ecológico brasileiro parece ter atingido um ponto de maturação sem retorno” (VIOLA, 1987, p. 104). É preciso considerar que esse texto foi escrito há cerca de trinta anos, mas, mesmo assim, acredito que suas análises devam ser relativizadas caso a caso, ainda mais se tratando de movimentos tão heterogêneos, como os ambientalistas. No Rio Grande do Sul, como estamos acompanhando, os “ecossocialistas”, que assumiram a direção da AGAPAN em 1983, não foram bem recebidos por alguns membros anteriores; também não houve adesão ao PV, como talvez tenha ocorrido em outros estados. Podemos dizer que a “eco politização” foi um processo difícil e até traumático para alguns militantes da AGAPAN, que se consideraram “expulsos”, “excluídos”, como Lutzenberger e Carneiro.

Carneiro apontou Gert Schinke como o pivô de um processo de “aparelhamento” ou “partidarização”, que levou a uma “quebra” dentro da AGAPAN, e Celso Marques como um dos responsáveis; Marques, por sua vez, considera que o responsável foi Giovanni Gregol. No entanto, João Batista Santafé Aguiar<sup>162</sup>, na época membro da entidade, concorda com a visão de Carneiro. Por isso, considerei importante ouvir as suas versões da história para tentar compreender como tudo aconteceu. Foi possível entrevistar Schinke em seu escritório, no centro de Florianópolis, em 19/03/2014; conversei com Marques em sua casa em Porto Alegre, em 08/08/2014, e com Giovanni Gregol em 07/03/2015, também em sua residência.

Todos os três foram influenciados por Lutzenberger para entrar na militância ecológica. Schinke disse ter sido cativado pelas palestras do nosso personagem, que o levaram a uma “nova compreensão”, e que ficou “muito entusiasmado com essa novidade” naquele contexto de ditadura (1975). Segundo ele, as palavras de Lutz formulavam uma crítica ao capitalismo, “mesmo sem se referir diretamente ao capitalismo como sistema”, preferindo usar os termos “sociedade industrial”, “sociedade de consumo”. Por isso, começou a levar textos sobre ecologia, divulgados

---

<sup>162</sup> João Batista é jornalista e funcionário do Memorial do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Em conversa no início de 2015, relatou-me essa impressão.

pela AGAPAN, para discussão no movimento estudantil, o que representou “uma ponte entre ecologia e os estudantes”.

Marques entrou em contato com a perspectiva ecológica e com a figura de Lutzenberger ao ler uma entrevista deste a um jornal de professores, por volta de 1973. Para ele, Lutz era “o próprio professor”, era, “antes de mais nada, um professor genial”. A leitura dessa entrevista

foi uma descoberta muito decisiva na minha vida (...), fiquei de boca aberta, mas esse cara aqui é uma coisa de louco, essa visão é absolutamente nova, revolucionária, me converti imediatamente às ideias do Lutz. Me causou aquele impacto, foi um dos maiores impactos em termos de uma visão de mundo que eu já tive na minha vida (MARQUES, Entrevista, 08/08/2014).

Gregol afirmou que considera Lutzenberger “uma figura excepcional de todos os pontos de vista. Me considero discípulo, para minha honra, um dos tantos discípulos do Lutzenberger” (GREGOL, Entrevista a autora, 07/03/2015). Entretanto, ele situava o mestre numa perspectiva humana: “nunca fui daqueles que tentei transformar o Lutzenberger num santo, ou alguém acima do bem e do mal, que não existe, né, todos nós somos humanos. ... eu sempre entendi isso” (IDEM).

Para Schinke, “quem despontava realmente no cenário da AGAPAN era único, era o Lutzenberger”. Os companheiros que fundaram com ele “a AGAPAN tinham enorme valor, eram de alta qualidade, arquitetos, urbanistas, biólogos, professores da UFRGS, mas no cenário da AGAPAN eles não tinham vez”. Segundo Gregol, “internamente, muita gente criticava o Lutzenberger. O Lutzenberger era uma figura tão grande, que para muitos parecia até inalcançável (...). O Lutzenberger era a AGAPAN; a AGAPAN era o Lutzenberger, mas não era só o Lutzenberger”. Essas afirmações vêm ao encontro do que indicamos no capítulo 2, de que Lutz e a entidade se confundiam – era difícil desvincular um do outro. Também podemos perceber que ambos se referem à importância da figura de Lutz nos anos 1970, capaz de deixar o trabalho dos demais membros da associação sem visibilidade.

Tecendo uma crítica à personalidade do presidente, Schinke afirmou: “O Lutzenberger ofuscava eles, não diria pelo brilho dele, mas pela personalidade dele, que era muito centralizadora. Eu diria... não pejorativamente, mas, um pavão (...) ele tinha uma dificuldade de aceitar uma análise crítica ao discurso dele”. Disse só ter compreendido isso muitos anos depois, porque “na época, eu era ingênuo, tudo era uma maravilha”. Mas reconhece a importância de Lutzenberger como “figura que despontou como um ícone”, naquele “cenário do movimento de liberdade democrática”; o “fator Lutzenberger” significou uma “válvula de liberdade democrática, de você fazer uma análise crítica às coisas que tavam acontecendo, as grandes obras, Transamazônica, ocupação da Amazônia”. No entanto, para Schinke, Lutz podia fazer essas críticas “porque tinha a confiança dos militares”. E para comprovar, narrou-me “um episódio inesquecível, que é muito pouco comentado”, do qual participou com Lutz:

Eu fui levar o Lutzenberger para um encontro com a cúpula do Estado Maior do III Exército, para ter uma conversa com o Lutzenberger. Eles queriam saber, queriam sondar o Lutzenberger se ele realmente era de oposição aos milicos. Isso foi, se não me engano, num quartel em Bagé. Eu dirigi o carro dele, o fusquinha (...). Não sei agora onde foi exatamente, sei que a viagem foi longa, foi uns 300 km para baixo de Pelotas (...). Fomos recebidos com um almoço pelo Estado Maior... Aquela milicada toda lá, tudo verdinho, né? Sentados num salão enorme, os generais tudo três estrelas, quatro estrelas. Isso foi em 76. (...). Eu fui a única testemunha ocular (SCHINKE, Entrevista à autora, 19/03/2014).

Em meados de 1976, Schinke disse ter se tornado “uma espécie de secretário geral” de Lutzenberger, “um João faz tudo pra ele”. Ajudou a empilhar exemplares do *Manifesto Ecológico Brasileiro*, enviou o livro pelo correio para diversos endereços no Brasil, entre outros pequenos afazeres. Nessa época, conviveu estreitamente com Lutz, por isso recebeu o convite para acompanhá-lo na reunião com os militares, para ajudar a dirigir o carro, já que a viagem era longa. Schinke afirmou que o episódio, muito pouco comentado, marcou-o em sua militância; mais ainda, considera-o fundamental

para entender a posição, o jogo do Lutzenberger político, diante da própria ditadura militar e do sistema. Não por acaso, na minha interpretação, depois ele foi parar na Riocell (...). Pra mim isso não é um acaso. Pra mim, o cara nunca deixou de ser um defensor do capitalismo, do sistema. Só que claro, ele entende que o sistema tem limites (...). Nós tínhamos um aliado pseudo-antisistema, uma pessoa que pensava a reforma do capitalismo, a reforma por dentro do capitalismo (SCHINKE, Entrevista à autora, 19/03/2014).

Sobre a “reunião com os milicos”, Gert não se recorda exatamente das palavras ditas, pois “faz muito tempo”, mas afirmou que “as perguntas foram curtas, e as respostas mais curtas ainda, tão curtas quanto as perguntas. Era pra procurar sondar o Lutzenberger até onde ele ia na oposição aos milicos (...). Sondaram se ele tava apoiando o comunismo”. Lutz teria negado e dito algo sobre o movimento ecológico ser “a terceira via”<sup>163</sup>.

Marques relatou que Lutzenberger tinha relações com pessoas do exército, segundo ele, “tinha um general que frequentava a AGAPAN nos inícios (não lembro o nome), eu o vi poucas vezes, lembro que uma vez nós fomos num boteco na rua da Praia (...). A gente saía das reuniões de segunda-feira da AGAPAN no Círculo dos Orquidófilos e ia tomar chope e conversar, e tinha esse militar [que ia junto]”. Como consta na tabela do capítulo 2 desta tese, havia dois generais do exército entre os fundadores da associação, Mário Fonseca (ex-sócio da UPN) e Geraldo Guimarães Lindgren. Talvez fosse esse último o militar a que Marques se referiu. Entre outros motivos pelos quais Lutzenberger não foi perseguido durante a ditadura militar, Marques mencionou que “ele tinha algumas relações com militares que talvez ajudassem até, mas o fato é que o Lutz tinha uma postura, se colocava claramente que não era comunista, era muito crítico ao comunismo” (MARQUES, Entrevista, 08/08/2014).

---

<sup>163</sup> É importante ressaltar que não encontrei nenhum documento no APJL sobre esse encontro de Lutzenberger com os generais do III Exército. Temos como referência apenas o depoimento de Gert Schinke, que teria sido a única testemunha do acontecido.

Para Schinke, Lutz nunca foi um opositor do regime: “nunca participou de uma passeata contra a ditadura e pelas liberdades democráticas, em lugar algum ele subiu num palanque, porque ele dizia que isso era misturar o movimento ecológico com coisas da política rasa, partidária, que nós não podíamos entrar nesse jogo da política rasa, oposição, ‘nós somos a terceira via’, que era ecológica” (SCHINKE, Entrevista à autora, 19/03/2014). Mesmo que Lutzenberger não participasse de movimentos oposicionistas e que tivesse garantido aos generais que não apoiava o comunismo – conforme o episódio narrado acima – espiões do DOPS frequentavam as reuniões da AGAPAN, como Lewgoy apontou. Schinke confirmou isso: eram dois espiões, “sentadinhos, engravatadinhos”; era fácil reconhecê-los, pela roupa e postura.

Além disso, como vimos no capítulo 2, Lutzenberger manifestou-se explicitamente pela abertura democrática, no I Simpósio Brasileiro de Ecologia, em Curitiba, em setembro de 1978, pedindo efetiva “participação cidadã”. Também na luta pela Amazônia, na conferência em Nairobi (1982), criticou abertamente a “ditadura militar que se autoconstituiu em 1964” pelos projetos desenvolvimentistas em geral e sua postura na Conferência de Estocolmo (1972), em que os representantes brasileiros pediram poluição. No movimento pelas “Diretas-Já”, Lutz inclusive subiu no palanque e falou por cinco minutos para uma grande plateia, na Praça Montevideu, no centro de Porto Alegre<sup>164</sup>, em 13/04/1984, como podemos ver na foto abaixo:



Lutzenberger no comício das “Diretas-Já” em Porto Alegre, 13/04/1984 (Acervo AGAPAN).

---

<sup>164</sup> Tentei de diversas formas, mas infelizmente, não foi possível acessar o conteúdo desse discurso.

O que incomodava Schinke, parece-me, era a centralidade de Lutz: “a voz da AGAPAN era o Lutzenberger (...) então isso ofuscou muito o conselho superior da AGAPAN, que eram aqueles membros todos (...) cabeças pensantes, mas que no contexto da época, o Lutzenberger ofuscava completamente” (SHINKE, Entrevista à autora, 19/03/2014). Já que ele não se mostrava como opositor de esquerda ao regime - “era uma oposição crítica ao sistema, mas não por vias dessa contradição ideológica tradicional, direita e esquerda” - Schinke considera compreensível que “ambos os lados” apreciassem os discursos de Lutz, que “lotava auditório”. E reconhece que a postura de “transcender a luta esquerda-direita foi num momento próprio, que deu a ele uma projeção, uma visibilidade muito grande na época, em todo o Brasil” (IDEM).

Schinke viveu duas fases dentro da AGAPAN. De 1975-79, quando secretariou Lutz, como vimos; depois ficou um tempo fora, pois se envolveu com a fundação do PT. Em 1983, ele voltou à entidade e montou, junto com alguns companheiros, “uma chapa pra remover o grupo do Lutzenberger, que tava desde o início dentro da AGAPAN (...)”. Segundo seu depoimento, havia uma intenção deliberada de substituir a liderança da entidade, pois “nós víamos que a forma de gerir a AGAPAN tava mal. Nós queríamos mais transparência, mais democracia interna (...). Nós queríamos rodiziar essa cabeça de AGAPAN. Nós não concordávamos mais de ter só o Lutzenberger falando no nome da AGAPAN”. Por isso, o grupo apresentou Lewgoy como candidato a presidente: “ganhamos, ganhamos no voto, e o outro lado sentiu o baque” (SHINKE, Entrevista à autora, 19/03/2014).

Em depoimento publicado em BONES e HASSE (2002, p. 149), Carneiro admitiu que seu grupo já estava “numa certa crise, não aguentávamos trabalhar na liderança a vida toda”. O problema é que o grupo dissidente estaria se organizando em reuniões separadas, em casa particular. Mas houve também assembleias públicas, antes da eleição; numa delas, Carneiro reclamou de que os jovens estavam fumando: “eu reclamava e eles davam risada, continuavam fumando. Decidi sair. Eles tomaram conta, não só por causa da minha saída, mas porque estavam realmente organizados”.

Houve um episódio que acirrou ainda mais o rompimento entre os dois grupos. Schinke publicou um livro intitulado *Ecologia Política* (1986), no qual havia várias páginas idênticas ao *Manifesto Ecológico Brasileiro*. Foi Celso Marques quem descobriu esse problema: “porque o Gert me passou o livro, comecei a leitura e disse ‘mas Gert, tem coisas inteiras, sem aspas, do Lutz’, e falei pro Carneiro e acho que falei pro Lutz também” (MARQUES, Entrevista à autora, 08/08/2014). Em uma das assembleias da AGAPAN, no final de 1986, Lutzenberger apareceu com o livro na mão e, segundo Carneiro (BONES, HASSE, 2002, p. 150), “avacalhou mesmo, destruiu o livro do outro. Não disse o nome, mencionou fatos. E como todo mundo conhecia o livro, não precisou explicações”.



Consegui o livro *Ecologia Política* e realmente há partes iguais ao *Manifesto* - vários trechos, entremeados por palavras do próprio Schinke. Questionei-o sobre esse fato na entrevista (19/03/2014). Ele alegou que as passagens do *Manifesto* já eram consagradas, fariam parte de uma espécie de “domínio público”<sup>165</sup>, e que teria feito na época o que hoje chamamos “o ‘cópia e cola’ no computador. Ai tu pega um parágrafo lá, e eu concordo *ipsis literis* com o parágrafo lá, isso aí, isso aí não tem mais autor, vamos dizer assim”. Segundo Schinke, também Lutzenberger teria copiado “passagens de outros caras, inclusive do exterior, traduzido claro, para o português. Na prática é assim. Então teve várias dessas passagens que eu peguei do *Manifesto*”. Não temos condições de confirmar essa alegação, pois Lutz abordou uma série de temas ambientais do contexto brasileiro que não encontraria em livros estrangeiros, e também porque ele incluiu uma listagem de referências bibliográficas no final do *Manifesto* de obras em diferentes línguas, nas quais se baseou para escrever o livro. Aqui não temos como aprofundar teorias sobre a tradução e produção de textos, pois fugiria muito do escopo desta tese; apenas indicamos que o processo de escrita de cada autor é variável, e que, de acordo com a lei (Código Penal, de 1940), não se poderia simplesmente copiar o texto de outro escritor<sup>166</sup>. Em geral, costuma-se citar um texto *ipsis literis*, porém, identificando o autor, ou construir um novo texto, a partir das palavras de outro com o qual se concorda. No entanto, nesse ponto, ocorreu outro problema: para Schinke, o *Manifesto* não deveria ter um autor expresso, e sim ser o texto de um movimento:

O *Manifesto Ecológico Brasileiro*, que na verdade era para ser um texto da AGAPAN, foi assinado pelo Lutz. Apropriado como o Lutzenberger que fez o *Manifesto*, e ele que assina. Note bem: *Manifesto Ecológico Brasileiro*, assinado por um sujeito, sempre discordamos que ele deveria ser assinado por um autor, já nós fazíamos na época essa crítica. E essa crítica não podia, claro, porque ele, mentor intelectual de toda a análise ecológica não pode ser nem sequer contraditado; vai nos mostrar o caminho, inquestionável... E isso é altamente criticável, porque na verdade o *Manifesto Ecológico Brasileiro* deveria ser assinado, como hoje se faz, por 300 intelectuais que tu reúnes a passo de segundos pela internet. (...) Não, o cara assinou o nome dele (SCHINKE. Entrevista a autora, 19/03/2014).

Como vimos no capítulo 2, de fato, Lutzenberger foi o autor do texto e recebeu colaborações do Almirante Belart e do bibliotecário Tamara, na forma de revisões de conteúdo e de linguagem. Lutz desejava que muitas pessoas e entidades subscrevessem o documento, o que não foi possível, porque tiveram receio de sofrer represálias do regime militar ou não concordaram com partes do mesmo.

Em carta a Lutzenberger (05/01/1987, APJL), no “calor dos acontecimentos”, Schinke reconheceu “a grande mancada em não citar as fontes das tuas citações e partes de teu livro. Não tenho experiências anteriores em publicações. Sou ‘marinheiro de primeira viagem’”. Na

---

<sup>165</sup> No Brasil, é de “setenta anos o prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre as obras anônimas ou pseudônimas, contado de 1º de janeiro do ano imediatamente posterior ao da primeira publicação”. Só depois disso a obra entra em “domínio público” (BRASIL, Lei 9.610, 19/02/1998, Art. 43).

<sup>166</sup> Sobre as penalidades para a reprodução parcial ou total, com intuito de lucro direto ou indireto, de obra intelectual, consultar BRASIL, Código Penal, Art. 184.

entrevista (19/03/2014), disse não considerar problemático porque foram partes: “não dá nem 5%, se tu fores analisar, de volume do texto, se for analisar ao pé da letra”. E fez referência à conjuntura interna da AGAPAN à época: “o Augusto Carneiro, muito esperto, pra me torrar em 500 mil círculos, usou esse pretexto pra dizer: ‘taí o demônio, o cara é um safado, o cara copiou os textos do Lutzenberger’, e não foi verdade”. Em sua visão, isso “foi só um pretexto pra me torrar, porque os caras não me engoliram, o tempo todo eles não engoliram o fato de terem sido removidos da direção da AGAPAN”.

Giovani Gregol não vê relação entre o plágio e a saída de Lutzenberger: “eu não relaciono o afastamento do Lutzenberger com o evento triste, lamentável, do plágio, sim, é visível, basta ler os livros. Deste fato [o afastamento] o Gert Schinke não teve culpa. Aquilo foi uma coisa terrível, ... agora essa culpa o Gert Schinke não tem” (GREGOL. Entrevista, 07/03/2015).

Realmente, parece que Carneiro guardou uma mágoa muito grande de Schinke, se considerarmos o que deixou registrado em seu livro e nos depoimentos orais que me concedeu. Em julho de 2005, disse-me em entrevista:

Fomos muito bem durante vários tempos, até o momento em que nós sofremos uma intervenção esquerdista, liderada pelo senhor Gert Schinke, ele invadiu a AGAPAN, invasão mesmo, organizada. Ele queria, ele esteve em Cuba e na Nicarágua, tá, e preparou pra fazer da AGAPAN uma organização mundial. Ele queria fazer, e nunca nós fizemos oposição, eu reuni o meu pessoal, e de nós não há de sair nenhuma oposição, quero ver até onde ele vai, e ele não foi a lugar nenhum. Ele conseguiu ser vereador, e lá ele se locupletou mais, ele fez mais coisas, mas, assim, decorrente do trabalho de vereador, não conseguiu com a nossa turma nada, e não foi por oposição! Nunca fiz oposição a ele (CARNEIRO, Entrevista à autora, julho de 2005).

Carneiro considerava Gert Schinke o maior culpado da partidarização da AGAPAN, que causou seu afastamento da entidade. É interessante constatar, no entanto, que existem versões diferentes para esse fato. No livro de Bones e Hasse (2002), constam depoimentos de Flávio Lewgoy e de Celso Marques, em que ambos afirmaram que Schinke não foi o responsável pela partidarização ou aparelhamento da AGAPAN por uma ala do Partido dos Trabalhadores. Segundo Lewgoy, “o Gert foi contra. O aparelhamento foi discutido no âmbito somente da possibilidade. Eu vi uma carta assinada pelo Gert onde ele dizia que era contra” (BONES, HASSE, 2002, p. 158). Marques afirmou: “houve uma tentativa de aparelhamento da entidade pelo vereador petista Giovani Gregol enquanto eu era presidente da AGAPAN, não do Gert Schinke, como pensa e diz o Carneiro” (BONES, HASSE, 2002, p. 166). E explicou que isso ocorreu “na assembleia que me elegeu na minha última gestão como presidente [em 1991], o Giovani Gregol articulou-se e colocou quase todos os membros do seu gabinete no Conselho Superior da AGAPAN, aproveitando-se de uma fragilidade do próprio estatuto da associação”. Para Marques, houve a tentativa de “amordaçar a entidade, quando se iniciaram conflitos com a administração petista de Porto Alegre referentes, especialmente, ao lixo” (p. 167). O confronto com a prefeitura deu-se em

torno da aquisição de incineradores para o lixo hospitalar da cidade. A AGAPAN era contra o uso desses aparelhos e realizou campanhas através do jornal *Sobrevivência*. Para poder comprar o equipamento rapidamente, o então diretor do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) da cidade “decretou estado de calamidade pública em Porto Alegre devido à falta de locais no município para a deposição do lixo”, que foi mantido por um ano, período em que foram comprados os incineradores. O conflito foi expressivo, porque até mesmo Caio Lustosa, “respeitado militante, colocou-se a favor do PT e demitiu-se do quadro social da entidade, em vez de defendê-la. Já Giovani Gregol passou a ‘tomar as dores’ da prefeitura, usando os seus ‘representantes’ no conselho superior para boicotar sistematicamente minha gestão” (IDEM).

Na entrevista que me concedeu em 08/08/2014, Celso Marques repetiu que o responsável por uma tentativa de partidização da AGAPAN foi Giovani Gregol, não Gert Schinke: “Quem aparelhou a AGAPAN foi o Gregol (...). Botou cinco pessoas no conselho da AGAPAN (eram vinte, no total), e filiados ao PT se associaram na AGAPAN”.

Perguntei a Gregol se ele aparelhara a associação. Sua resposta:

eu nego essas acusações. Essa acusação é facilma de me defender (...). A coisa mais fácil de contrariar, que é o seguinte: a minha eleição como vereador pelo PT em cima de uma plataforma quase que exclusivamente ecológica, ela se deu quando eu já estava afastado da militância da AGAPAN há muito tempo, portanto eu não poderia influenciar em nada nos destinos da AGAPAN. E isso é fácil de provar, basta tu pegar as Atas da AGAPAN, as diretorias da AGAPAN (GREGOL, Entrevista, 07/03/2015).

Gregol se elegeu vereador em 1988, e depois disso, segundo ele, envolveu-se muito mais com o mandato do que com a entidade ambientalista. Questionei também se havia levado pessoas para a AGAPAN, como mencionou Marques. Ele disse que sim, mas isso foi uma consequência de ocupar posições de influência dentro da associação; em sua visão esse tipo de influência é normal dentro do jogo político:

Mas claro que eu levei alguém pra lá... como que eu não levaria? Minha mulher, meus amigos... Se a minha vida era o movimento, como é que eu não ia levar? Mas eu tava lá, eu levei, não muita gente, levei algumas pessoas... agora lá dentro, algumas pessoas não me conheciam, e em função das minhas ideias, por virem a comungar com as minhas ideias, eu conquistei como líder político, por que não, qual é o problema? Tem pessoas que tem dificuldade de lidar com isso, até hoje! Imagino quem sejam... são pessoas despolitizadas... pessoas que não gostam de ser contrariadas, elas não sabem lidar com o contraditório, então ‘não faça política’ (GREGOL, Entrevista, 07/03/2015).

Conforme Gregol, ele não levou o partido para dentro do movimento, mas o contrário: “nós temos que levar a ecologia pra dentro da vida partidária, tentando pensar estrategicamente, a longo prazo. E dentro do PT, levar a ecologia pra dentro do partido, o melhor partido, popular”. Para a AGAPAN, “leveei ideologia sim, assumo, e tinha todo o direito de levar. E foi saudável pro movimento ... As pessoas não sabem diferenciar ideologia de partido”.

A partir de sua visão política do movimento ecológico, Gregol questiona o próprio conceito de “aparelhamento”:

Primeiro, o que quer dizer aparelhamento? Cada pessoa que for minimamente inteligente, politizada e competente, ela vai querer, em primeiro lugar, trabalhar com pessoas que pensam mais ou menos como ela, certo? Se eu sou um cara de esquerda, eu não vou, não é que eu não vou, mas vai ser difícil pra mim trabalhar com um nazifascista. E ele comigo. Tô exagerando, na AGAPAN nunca houve isso... Ora, eu liderava um polo dentro do movimento a nível nacional, tem vários nomes, inclusive a Marina Silva, talvez isso tenha gerado uma certa ciúmeira, né? (...).

Então, aparelhamento depende do ponto de vista: se atuar às claras, com uma posição política-ideológica e trabalhar democraticamente e transparentemente em qualquer lugar, inclusive dentro do movimento ecológico, dentro de uma ONG como a AGAPAN, pra que os meus, os nossos - porque eu nunca acreditei em política personalista, sempre trabalhei em grupo - pensamentos, as nossas propostas, nós achávamos que eram as melhores, que deveriam ter hegemonia lá dentro... se isso é aparelhar, então eu aparelhei, não tem problema nenhum. Agora, é uma contradição, essas pessoas não se dão conta que aparelhar é agir nos bastidores, agir na sombra, agir no escuro, fazer fofoca, tentar denegrir... Aquela história, quando tu não tens argumento, tu denigres o autor do argumento. Tu não combates o argumento, isso é o que me dói (GREGOL, Entrevista, 07/03/2015).

É também dessa forma que percebe sua participação no conselho superior da AGAPAN: “Nas eleições o voto era geral e secreto. Se eu me elegei para o conselho superior umas 5, 6 vezes, me elegei porque me candidatei e havia pessoas lá que votaram em mim, acharam que eu tinha o mérito de me eleger. Então isso [a acusação de aparelhamento] é uma distorção, uma falta de compreensão do que é a vida e a prática política” (IDEM).

Em Schmidt *Et. Al.* (2004), encontrei outro depoimento de Giovani Gregol com sua visão sobre o “racha” na AGAPAN:

Dentro do movimento, naquela conjuntura, havia os adeptos da ditadura - poucos mas havia -; tinha a turma do ‘deixa disso’, que achava que ecologia não tinha nada a ver com política e tinha a turma, geralmente universitários, que achava que ecologia tinha tudo a ver com política, na qual eu me enquadrava, com uma proposta de esquerda e socialista [...]. Dentro da AGAPAN também havia esse embate ideológico, aonde houve, mais tarde, quando o PT já era um partido reconhecido, uma ou duas eleições para escolher a sua direção, aonde havia a ‘turma do PT’ e a ‘turma contra o PT’. Nós da esquerda e pró-PT ganhamos as eleições, deixando algumas marcas e traumas dentro da entidade (SCHMIDT *Et. Al.* 2004, p. 115).

Para Gregol, sua luta maior, nos anos 1980, era tanto de “eco-politizar” o movimento ecológico, como “ecologizar o PT, [...] inclusive criamos a ‘estrela verde’, e isso deu pano pra muita manga: ‘Como? Vocês querem mudar a cor da estrela do PT, isso é absurdo!’ - diziam alguns” (SCHMIDT *Et. Al.* 2004, p. 116).

Pelos depoimentos acima, podemos constatar o quanto a entidade estava fragmentada a partir de meados dos anos 1980. Em artigo de 1991, Ney Gastal analisou o quadro de desagregação: “como temos entidades! De cada desavença, uma. De cada desentendimento, outra. Basta olhar aqui no Sul e imaginar o que poderia ser a AGAPAN se tanta gente não a tivesse deixado para criar outras entidades” (GASTAL, *Jornal RS*, 16-17 Fevereiro de 1991, APJL). Acusava-se (o artigo não especifica quem acusava) o PT por “ter se apropriado da estrutura da AGAPAN para dar apoio político a seus candidatos de cargos eletivos. As presenças de Gert Schinke e Giovani Gregol na Câmara de Vereadores seriam a prova desse fato”. Gastal considerava que o PT não deveria ser responsabilizado por isso, mas sim a “omissão de todos os outros grupos,

que deixaram o espaço aberto à ocupação e não souberam (nem quiseram) lutar pela entidade”. Isso vem ao encontro do que disse Carneiro, de que seu grupo nunca fez oposição aos novos membros. Gastal ressaltou ainda o fato de que Schinke e Gregol foram candidatos a deputado estadual em 1986 pelo PT, mas não se elegeram (ambos elegeram-se vereadores em 1988 pelo mesmo partido); isso seria a “prova que não basta o apoio dos ecologistas para uma conquista desse tipo. Ou, talvez, de que a essa altura dos acontecimentos os ecologistas estejam tão divididos que nem consigam apoiar alguém”.

Para as eleições de 1986, foi montada uma “lista verde” dos candidatos oficialmente apoiados pelo movimento ecológico gaúcho, como podemos ver na propaganda de Gert Schinke. A proposta era colocar a “ecologia no parlamento”:



Propagandas de Gert Schinke, candidato a Deputado Estadual pelo PT em 1986 (APJL).

Avaliando esses episódios hoje, Schinke (Entrevista, 19/03/2014) considera que aquele foi um dos momentos mais importantes da história da AGAPAN, do movimento ecológico no sul do Brasil, “nós termos removido – como se chama isso na política? – a claque, a claque do Lutzenberger. Claro, a claque: ‘nós não vamos largar o osso, a AGAPAN é nossa’”. Segundo sua visão, naquele momento a opção era: “ou nós removemos os caras por dentro da AGAPAN e tomamos a AGAPAN com base numa outra gestão, uma outra orientação política, ou nós vamos criar uma outra entidade. Não tinha outra saída”. A estratégia do grupo dissidente “foi essa mesma,

nós tínhamos que montar uma chapa pra tirar; tentamos convencê-los, mas não aceitaram, entraram na onda da expulsão”.

Na longa carta enviada a Lutzenberger em 05/01/1987 (APJL), Schinke narrou a ele sua versão dos acontecimentos, afirmando que “jamais tivera má-intenção ou má-fé” quando decidiu publicar o livro. Disse que convidou Carneiro para o cargo de tesoureiro, que já ocupava. De fato, Carneiro foi convidado a participar da primeira gestão de Flávio Lewgoy, em 1983, como tesoureiro, mas não aceitou (BONNES, HASSE, 2002, p. 149). Por isso, o próprio Schinke foi indicado “a tapar o furo”, e passou a realizar as tarefas, no entanto, “sofrendo sempre uma ‘oposição’ irresponsável, infantil e sectária por parte desses companheiros que se autoproclamaram ‘excluídos da AGAPAN’, expulsos, etc....” (SCHINKE, Carta a Lutzenberger. 05/01/1987, APJL).

Talvez Carneiro se sentisse mesmo um pouco “dono” da AGAPAN, já que foi ele quem organizou o grupo de fundadores da entidade, como vimos no capítulo 2. Marques afirmou que “o Carneiro criou a entidade, fez um trabalho de formiga. Mas a AGAPAN não era do Lutz e do Carneiro, a gente avaliou na época” (Entrevista, 08/08/2014). O afastamento de Carneiro e de Lutzenberger nunca foi “digerido” por ambos. Creio que, para eles, Schinke acabou sendo o culpado por toda uma conjuntura interna e externa à AGAPAN por causa do episódio do livro. Lutz ficou muito indignado com a cópia de passagens do *Manifesto* e, ao lado de Carneiro, colaborou na divulgação do fato, que, segundo Schinke, o “queimou completamente em certos círculos”<sup>167</sup>, causando bastante desgaste e stress. No entanto, Lutz nunca entrou na justiça contra ele.

O depoimento de Celso Marques (BONNES, HASSE, 2002, p. 161-167) é esclarecedor da conjuntura em que as mudanças na AGAPAN se inseriram. Além das divisões internas de seus membros, o cenário dos anos 1980, com a redemocratização, tornou-se muito diferente dos anos 1970, em que a figura de Lutzenberger era central. Para Marques, “o Lutz teve uma atuação notável, fantástica, porque ele levantou várias questões importantes e, quando não foi ele pessoalmente que atuou, inspirou as pessoas a agirem” (p. 164). Com o tempo, sua figura transcendeu a AGAPAN: “ele tem o domínio da palavra que é uma coisa fora de série e fala fluentemente cinco línguas. Esse panorama fez com que as lutas dele fossem ampliando cada vez mais. No final da ditadura, ele estava com sua atuação em nível internacional” (p. 165). Como vimos, a luta pela Amazônia foi um dos fatores mais importantes para essa projeção, ao lado do combate ao uso de agrotóxicos. Nos anos 1970, Lutz fora o porta-voz da AGAPAN e a entidade era toda organizada para atender as necessidades dele: “praticamente todo o dinheiro que se

---

<sup>167</sup> No entanto, não o prejudicou politicamente, já que ele foi eleito vereador em 1988.

arrecadava era utilizado para fazer frente às despesas com correspondência do Lutz e da AGAPAN” (p. 166).

Com esse vínculo Lutzenberger-AGAPAN tão forte, é possível compreender o quanto foi traumática a saída dele da entidade. Por volta de 1983, vários integrantes, formados “pelo Lutzenberger, pelo Carneiro e outros pioneiros da AGAPAN estavam vendo que a entidade precisava dar um novo passo e, da maneira que ela estava, não tinha condições de dar esse passo” (p. 166). Por esse motivo, houve a organização da chapa de Lewgoy para concorrer com Lutzenberger que, na verdade, já estava afastado da entidade, atuando “numa escala muito maior do que a da AGAPAN” (p. 165).

Gregol concorda nesse ponto:

Porque ele já não estava mais participando é que nós – aqueles que já eram amigos e inimigos, o Celso Marques, o Lewgoy – nisso nós fomos unânimes, com toda a transparência, toda a tranquilidade. O Lutzenberger em nenhum momento, eu não vi pelo menos, eu nunca vi o Lutzenberger bater na mesa, reclamar, ‘eu quero continuar presidente’, não, ele se calou, fez a coisa certa. Eu acho que ele ficou ressentido. O Carneiro me disse que sim, e o Carneiro era o braço direito dele (GREGOL, Entrevista, 07/03/2015).

Nesse contexto de redemocratização, houve grandes mudanças na própria forma de atuação das entidades ambientalistas e no tratamento da temática ambiental pelos governos: “a questão ambiental foi incorporada institucionalmente pelo processo de abertura democrática. Os órgãos governamentais começaram a abrir espaços para a participação dos ambientalistas” (BONNES, HASSE, 2002, p. 165). Integrantes da AGAPAN e de outras entidades passaram a envolver-se em órgãos deliberativos, consultivos e do governo, como os Conselhos de Meio Ambiente federais, estaduais e municipais. E, para Marques, esse novo cenário não combinava com Lutzenberger: “a personalidade do Lutz não era para aquelas reuniões sem glória nenhuma, sem mídia nenhuma, como, aliás, são as reuniões desses conselhos desde meados dos anos 80 até hoje” (IDEM). Segundo Marques, Lutz era “uma personalidade que está voando em uma atmosfera muito mais rarefeita, muito mais elevada do que a claustrofobia da participação no dia-a-dia das decisões em problemas locais, estaduais e nacionais desses órgãos” (p. 166). Ao tornar-se conhecido internacionalmente, Lutz passou a ser requisitado a participar de inúmeros eventos nos mais diversos países, tendo, muitas vezes, que selecionar em quais comparecer. Não havia mais tempo para encampar batalhas de cunho local. Quando ele voltava a Porto Alegre, nos intervalos dessas viagens, precisava atender às demandas de suas empresas Tecnologia Convivial e Vida, que passaram a garantir o sustento da família a partir da segunda metade dos anos 1980, como veremos ainda neste capítulo. No entanto, o grupo vencedor das eleições pela diretoria da AGAPAN em 1983 aprovou por unanimidade em assembleia, por indicação de Lewgoy, o nome de Lutzenberger como “presidente de honra da AGAPAN, vitalício” (p. 166). Por esse motivo, ele continuou

apresentando-se pelo mundo afora como presidente da entidade, como pude constatar em vários documentos utilizados nesta tese.

Para Schinke (Entrevista, 10/03/2014), depois da mudança na direção, a AGAPAN “arejou, aumentou de associados, começou a ter finanças em dia, começou a respirar, e começou a atuar de maneira mais regional”. O novo grupo no poder “ressuscitou o jornal *Sobrevivência*, fizemos várias edições bonitas. Eu que cuidava da editoração, da edição final do jornal”.

No entanto, matéria da ZH (24/10/1984, p. 28, APJL) noticiava a reeleição de Lewgoy, em meio ao desafio de “encontrar uma fórmula quase milagrosa de salvar a entidade de sua situação pré-falimentar, que impede até mesmo que o órgão tenha uma sede condigna, pela dificuldade de pagar um aluguel”. A AGAPAN passava por uma de suas piores crises econômico-financeiras; segundo Lewgoy declarou à reportagem, desde que assumira a presidência “já encontrou a situação deteriorada: móveis e máquinas desmantelados. ‘Conseguimos recuperar esses móveis e máquinas, mas precisamos de um lastro financeiro’”. Não havia dinheiro nem mesmo para “colocar no correio uma correspondência para cobrar a mensalidade de seus 700 sócios”.

Para Carneiro, a AGAPAN deixou de ser o que era no dia seguinte à eleição de Lewgoy: “a partir dali não foi mais a mesma, porque perdeu Lutzenberger. Ele não saiu, simplesmente não foi buscado (...). A AGAPAN avançou modestamente por causa da tradição, e porque um grupo lá não permitiu mesmo a petização total” (BONES, HASSE, 2002, p. 150). Um pouco depois, as coisas se acomodaram, com a eleição de Schinke e Gregol como vereadores, mas, para Carneiro (2003, p. 29), já “era tarde, a destruição no meio da nossa entidade estava feita”.

Marques lamenta que Carneiro tenha assumido essa posição. Disse que conversou várias vezes com o fundador da entidade para explicar a ele sua versão dos fatos: “eu falava, falava, ele dizia que sim, concordava, mas continuava pensando igual (...). O Carneiro tava muito ressentido. Eu tentei de n formas contornar, amenizar essa questão, às vezes, parecia que ele tinha entendido o nosso ponto de vista, mas aí retornava tudo ao estado anterior, o Gert Schinke era o vilão, e o Giovanni Gregol o bonzinho” (MARQUES, Entrevista à autora, 08/08/2014). Para Gregol, que discorda dessa visão, como vimos, alguns membros da AGAPAN tinham dificuldade de perceber o contexto político em que se desenrolaram essas dinâmicas, e que as múltiplas concepções envolvidas são um ponto positivo do ambientalismo:

tu vê como a concepção política tá por trás, as pessoas não entendem porque são despolitizadas (...) essa riqueza, esse folclore, esse saco de gatos no bom sentido do movimento ecológico, ele foi uma coisa boa pro movimento, não foi negativo, ele deu a biodiversidade que o movimento queria e precisava pra ocupar espaços na sociedade, em toda as áreas da sociedade (GREGOL, Entrevista, 07/03/2015).

Analisando esses depoimentos em conjunto, é possível constatar, além de diferentes mágoas, ressentimentos e versões para os fatos, que houve quase um “renascimento” da entidade, depois das mudanças. É como se tratássemos de duas fases na AGAPAN. A primeira, dos anos



1970, liderada pelo porta-voz José Lutzenberger e seu grande parceiro, Augusto Carneiro, administrada de forma mais informal e dedicada prioritariamente às lutas demandadas pela sociedade porto alegre e gaúcha, em meio à ditadura; a segunda, pós-1983, sem Lutzenberger, emergiu numa divisão de tarefas e papéis mais equilibrada - com a participação melhor balanceada de seus membros mais atuantes -, e passou a dedicar-se a problemas de cunho político e questões burocráticas (reuniões dos conselhos de meio ambiente, elaboração de leis ambientais, etc.), além das demandas locais, influenciada por militantes de esquerda que passaram a integrar a entidade. Nenhuma fase é superior ou melhor do que a outra; apenas diferentes nas estratégias adotadas, até porque estavam inseridas em contextos diversos. Porém, na questão financeira, parece que em ambas as fases a AGAPAN sofria do mesmo problema crônico da falta de verbas para pagar as despesas de aluguel, telefone, correspondência, uma secretária, etc.

Por fim, podemos perceber o quanto o tema da política foi traumático para a entidade: desde a criação em 1971, em que constava a palavra “apolítica” no seu estatuto, passando pelas trevas da ditadura e depois a dificuldade de se adaptar à nova realidade, da redemocratização. Foi como se a AGAPAN representasse um microcosmo da conjuntura social a que pertenceu, reproduzindo também em seu interior os conflitos e hesitações que a sociedade como um todo experimentou naquele efervescente contexto de virada dos anos 1970-80. A ditadura deixara marcas também nos movimentos sociais e, para alguns integrantes, não foi fácil – mesmo que desejassem a abertura – livrar-se dos fantasmas e seguir militando num campo de possibilidades em rápida transformação.

#### *Ecologia e política no pensamento de Lutz*

O *Jornal do Engenheiro Agrônomo* (JEA, S/Data [1978], APJL) reproduziu dois artigos publicados no semanário *Em Tempo* (15-21 Maio/1978, NPH), que debatiam a postura política de Lutzenberger no *Manifesto Ecológico Brasileiro*. O primeiro texto foi escrito pelo jornalista Flávio Andrade, editor de Economia do jornal, criticando Lutzenberger, a partir do ponto de vista da ecologia política; o segundo, pelo próprio Lutz, em resposta à Andrade.

Segundo o jornalista, Lutzenberger não era preciso em caracterizar o centro de seu ataque: a tecnologia. Ao “contrário de algumas posições da contracultura”, que condenavam toda e qualquer tecnologia, para Lutz “o problema era que a ciência positiva vem sendo traduzida em termos tecnológicos nocivos, e que caberia encontrar um outro padrão tecnológico, ecologicamente positivo” (JEA, S/Data [1978], p. 14, APJL). Como exemplo de ciência “boa”, o ambientalista citava a Grécia antiga, no entanto, Andrade argumentava que essa era formada por uma escassa minoria de cidadãos “assentada por uma maioria de escravos” e, por isso, era uma sociedade que podia “dispensar o desenvolvimento tecnológico”. Ele também criticou o exemplo

citado por Lutzenberger no livro, de sociedades descentralizadas, autônomas e equilibradas, as “sociedades camponesas do período feudal ou com artesãos da época pré-capitalista”, para ilustrar a necessidade de uma nova ética.

De acordo com Andrade, não se tratava “de um problema ético do bem e do mal”, pois a sociedade capitalista moderna “é fruto exatamente de um processo que se iniciou com base em pequenas unidades produtivas e que, posteriormente, pela ação da concorrência, foram se desenvolvendo em direção aos monopólios da etapa atual”. Outro exemplo criticado foi o do “belo sistema camponês chinês da época anterior à revolução socialista como positivo”, que Lutzenberger citou para justificar sua defesa do “sistema de livre iniciativa [como] o que melhor se coaduna com o equilíbrio ecológico”. Segundo Andrade, “os camponeses chineses não eram livres no sentido que Lutzenberger almeja; pelo contrário, estavam sujeitos a um feroz sistema feudal”. Além disso, o sistema não poderia ser belo, pois os camponeses eram ciclicamente atingidos por fomes, más colheitas, “e eram constantemente utilizados como exército em cruentas batalhas movidas por seus senhores em disputas interdinásticas” (IDEM).

Andrade abordou o tratamento que Lutzenberger dava ao capitalismo e ao socialismo. Segundo ele, o segundo consideraria o capitalismo superior em termos ecológicos, tendo em vista sua descentralização econômica, comparado ao centralismo planejado dos países comunistas. Essa percepção seria fundada no receio do ambientalista do problema da burocracia nos países que ingressaram na via do socialismo – o acúmulo do poder pelas burocracias socialistas poderia acarretar ainda mais problemas ecológicos do que causavam as grandes empresas capitalistas. Para Andrade, Lutz optaria então por “um capitalismo de pequenas empresas”.

Por fim, o jornalista criticou o próprio fundamento ético-religioso das propostas de Lutzenberger. Ele questionou “como” realizar de fato o que o ambientalista defendeu: “desde que o mal de nossa época é uma ‘ética’ ou uma ‘religião do progresso’, o que se trata é de contrapor a ela uma religião diferente”. Andrade qualificou como utópica a defesa de Lutz de que “na medida em que mudarmos o nosso atual estilo de vida predatório, o poder econômico acabará tendo que ajustar-se a um novo estilo”. Segundo ele, “a perspectiva de ação que resulta dessa visão da ecologia, é também religiosa ou ética. Um movimento de consciência a exortar o poder político central e ao poder econômico que se transformem”. Nesse ponto se revelaria a “atual impotência estratégica da atual ecologia política”; ela não era revolucionária, “como muitos poderiam pensar – não se tratava de abandonar repentinamente a sociedade atual”. Essa observação vem ao encontro do que Schinke afirmou em sua entrevista, que Lutz não era revolucionário e que pregava a reforma do capitalismo. No entanto, no fim de seu texto, Andrade reconheceu que Lutzenberger, no *Manifesto*, “coloca na ordem do dia o problema da distribuição da riqueza” e era “lúcido para

ver a questão social que está presente no tema, diferenciando-se de certos setores dentro do movimento ecológico que, obcecados pelo seu problema, esquecem tudo mais em volta” (IDEM).

Lutzenberger respondeu a Andrade, situando historicamente a escrita do livro, entre 1974 e 76; se tivesse que escrever naquele momento [1978], “teria sido algo mais explícito nos problemas sociais” (JEA, S/Data [1978], p. 14, APJL). Sobre sua posição quanto à preferência ou não do capitalismo, ele teceu considerações interessantes. Disse que não gostava de usar a expressão “socialismo”, pois a palavra tinha “tantos sentidos, alguns contraditórios, e o que se vê nos países que se dizem socialistas me repugna profundamente e não posso considerar aquilo socialismo”, e referiu-se a suas viagens (ainda como funcionário da BASF) para esses países: “tenho tido experiência pessoal em Cuba, Alemanha Oriental e Hungria. O que ali se pratica nada tem a ver com o socialismo no verdadeiro sentido da palavra, se é que existe esse sentido”. Como já apontamos no capítulo 1, a experiência com o socialismo *in loco* decepcionou Lutz, que viu nesses países muito mais aspectos negativos do que positivos.

Em um parágrafo, expressou como encarava “os países ditos comunistas”, eles seriam

apenas burocracias totalitárias de centralismo total, o que, na prática, vem a ser um super capitalismo – sobra uma só firma, o nome não me interessa. Assim desaparece todo o jogo de forças, desaparece o **feedback** no sistema. A correção dos erros é muito mais difícil quando não impossível, e todo o erro da burocracia central afeta a todos. Muito significativo me parece que na Alemanha Oriental o povo, quando se refere ao seu Governo ou Partido, que vem a ser a mesma coisa, diz “die Firma” [negrito do autor] (JEA, S/Data, p. 15, APJL).

Lutz não afirmou de forma cabal que preferia o capitalismo, na verdade, reconheceu que o sistema defendido por ele era uma utopia, como tinha percebido Andrade: “pessoalmente, sou democrata no sentido de procurar sempre a liberdade de pensamento, o pluralismo ideológico, a descentralização do poder, de todas as formas de poder (isso inclui o capital)”. No entanto,

como nunca haverá uma situação ideal, ou seja, nunca haverá a utopia, prefiro contentar-me com uma situação em que haja o máximo de equilíbrio entre os centros de poder, prefiro o poder distribuído entre muitos bandidos do que na mão de um idealista que procurará impor, e que então terá poder irrestrito para impor a sua vontade. Para mim, o desastre do “socialismo real” é esse, é a concentração numa só mão ou numa só claqué de todo o poder (JEA, S/Data, p. 15, APJL).

Para Lutzenberger, o problema maior, no fundo, era a distribuição do poder: quanto mais concentrado, pior, pois poucas pessoas tomavam decisões – muitas vezes, prejudiciais à natureza e à sociedade – de acordo com seus interesses. Sobre a tecnologia, esclareceu que “a atual forma de sociedade industrial destrói o ambiente com suas tecnologias ‘duras’ porque essas tecnologias, que pretendem ‘conquistar a natureza’, na realidade querem é dominar o homem”. Ao contrário, “as tecnologias de justiça social, as tecnologias ‘brandas’ são também tecnologias de respeito ambiental”. A crítica da tecnologia era pertinente aos dois sistemas, pois “nos países que hoje se dizem socialistas ou comunistas, o que se pretende é ampliar exatamente as mesmas formas de infraestrutura tecnocrática que no capitalismo”. Para Lutz, “um socialismo verdadeiro teria que ter

alvos técnicos fundamentalmente diferentes do capitalismo; jamais poderia promover o carro particular, a usina nuclear, as atuais formas de agroquímica” (JEA, S/Data [1978], p. 15, APJL).

Quanto aos exemplos criticados por Andrade, Lutz assumiu uma defesa um tanto “purista” de seus argumentos:

Quando eu mencionava o camponês de práticas ecológicas, anterior ao atual agricultor empresarial, eu me referia apenas ao problema ecológico. Muito após o feudalismo, houve na Europa uma agricultura camponesa muito boa, ecologicamente, e sem a exploração feudal anterior. Ao mencionar o camponês chinês também me referia aos aspectos ecológicos dos métodos de produção. Reconheço que na China houve uma grande injustiça social, como houve na velha Grécia. Também nesse caso, ao referir-me à prática grega da ciência, eu me referia à ciência exclusivamente (JEA, S/Data [1978], p. 15, APJL).

Essa visão do passado que privilegiava os aspectos ecológicos aos sociais foi alvo de críticas de setores politizados à esquerda. No entanto, no caso da crítica de Andrade, ele mesmo reconheceu que Lutzenberger percebia o fundo social dos problemas ambientais brasileiros.

Por fim, Lutz afirmou: “não diria que a opção é um capitalismo de pequenas empresas. Prefiro não ir a esses detalhes, pois há infinitudes de formas e combinações possíveis. O essencial é que haja **controle de poder** [negrito do autor]” (IDEM).

Lutzenberger criticou inúmeras vezes a centralização do poder econômico e político provocada pelo desenvolvimento das tecnologias “duras”, tanto nos países socialistas como nos capitalistas, por isso, o poder precisaria ser controlado. Para ele, ambos os sistemas estavam equivocados, ao perseguir o industrialismo sem limites, que provocaria o esgotamento dos elementos naturais; por isso a ênfase em afirmar que a ecologia representava uma “terceira via”. No entanto, para Lutz, o sistema capitalista, se não era o melhor do ponto de vista ambiental, levava vantagem, pois, em geral, permitia maior liberdade de expressão, ponto de vista que ele deixou registrado no *Manifesto*:

nos sistemas políticos que se dizem socialistas, os problemas ambientais, como sabemos, não são menos graves que do nosso lado. Em alguns casos são piores e falta a retroação negativa que representa o processo parlamentar e, especialmente, falta a contestação do movimento conservacionista, que tanto já conseguiu em conscientização no Ocidente (LUTZENBERGER, 1980a, p. 83).

Caio Lustosa afirmou que essa foi uma de suas divergências com Lutz:

Defendo o socialismo, ele defende o capitalismo. Acha que o sistema capitalista é o que oferece maior liberdade. Lutz é um amante da liberdade contra toda opressão. E, apesar de ter rasgos de anarquismo e de reconhecer (e denunciar) todas as mazelas do capitalismo, acha que ele é o sistema que permite maior liberdade. Defende que o capitalismo, por ter muitos tiranos, dilui o poder, enquanto no socialismo real, por haver uma grande concentração de poder em um único tirano (Stalin, por exemplo), o enfrentamento é muito mais difícil (LUSTOSA, BENITES, 2008, p. 187).

É interessante a constatação de “rasgos de anarquismo” no pensamento de Lutzenberger, ao lado de uma preferência pelo capitalismo. Marques (Entrevista, 08/08/2014) também se referiu a um anarquismo de Lutz, expresso em sua ênfase na não centralização dos poderes. A forma como a própria AGAPAN foi concebida era uma amostra disso. Ocorreu a formação de “núcleos” da

entidade em cidades do interior, mas não havia centralização, como fica explícito em correspondência enviada por Sergio Lima Beck - Secretário da entidade em 1975 - ao núcleo em formação em Erechim-RS: “unidos ideologicamente, separados ideológica e administrativamente, evitamos a burocratização” (BECK. Carta à AGAPAN Erechim. Porto Alegre, 01/01/1975, APJL). Entretanto, não podemos esquecer que Lutz centralizava as decisões na AGAPAN, e que havia uma certa confusão entre ele e a entidade, nos anos iniciais. Essa centralidade e autoridade de sua figura foi questionada e levou ao “racha”, como vimos acima.

Por valorizar tanto a liberdade de ação e de manifestação, se, por um lado, Lutz criticava duramente o comunismo e de forma indireta o capitalismo (a sociedade industrial, o consumo, o cálculo do PNB), por outro, sempre teve um bom relacionamento com empresários. Inclusive ele próprio tornou-se um deles, empreendedor de alternativas sustentáveis.

Este ponto de vista, de certa forma “escorregadio”, causou decepção a alguns militantes ambientalistas de concepção política mais à esquerda, como mencionou Gert Schinke. No entanto, Celso Marques teceu uma avaliação interessante sobre esse aspecto, fazendo até mesmo um *mea culpa* por não ter compreendido certas atitudes de Lutz quando era mais jovem:

Um equívoco que a gente cometeu, a gente tem uma responsabilidade pelo estado das coisas aqui no Brasil, a esquerda fez uma demonização do empresariado. E o Lutz sempre dialogou com o empresariado. E nós víamos aquilo, ‘puxa, os caras são um bando de filhos da puta, e o Lutz tá dando atenção pra esses caras, eles não merecem confiança, são gente mal intencionada’. Mas o Lutz dialogava com os caras. Ele dizia: ‘Se um bandido quiser conversar contigo, tu tens que aproveitar e conversar, tentar converter o bandido. Se o mafioso mostrar certa abertura pra questão ecológica, tu tens que aproveitar’. Era a visão que ele tinha, nós achávamos que era uma atitude que parecia meio ingênua até, por parte do Lutzenberger. Mas hoje eu vejo eu ele tava mais certo, fazendo uma análise retrospectiva, porque nós, pelo fato de termos assumido uma posição política muito crítica em relação ao empresariado, a gente sempre colocou eles numa posição defensiva, e não numa posição propositiva (...). Nossa maior falha foi não conseguir aliados no empresariado, e o Lutz sempre esteve certo. Lutz sempre teve essa diretriz, uma visão mais ampla do que nós, mais complexa (MARQUES, Entrevista, 08/08/2014).

O depoimento de Marques revela uma mudança de posicionamento, em relação aos anos 1970-80. Na época, como outros membros mais à esquerda, ele havia preferido não dialogar com os empresários, criticando quem o fazia, já no presente mostrou-se arrependido dessa atitude. Convém ressaltar que não ouvi declaração semelhante de outros entrevistados; Marques é o único que parece ter mudado de opinião sobre o tema.

Essa relação com o empresariado atingiu seu auge quando Lutzenberger passou a prestar serviços para a Riocell, sucessora da famigerada Borregaard, “a mais odiada indústria de que se tem notícia na história de Porto Alegre” (LUSTOSA, BENITES, 2008, p. 11). De um de seus críticos, Lutz passaria a ser um de seus maiores defensores. Ele construiu um parque artístico ecológico na empresa e começou a assessorar o trabalho com a reciclagem de seus resíduos sólidos. Tal parceria não foi bem aceita por alguns de seus colegas ambientalistas mais próximos, que viram nesse gesto uma grande contradição, uma espécie de traição ao movimento que ele ajudou

a criar. Vamos adentrar nesse terreno espinhoso e controverso a seguir, que mostra também uma faceta importante da complexa personalidade de Lutzenberger: a sua veia empreendedora e a crença de que mais importante do que apenas criticar, era apresentar soluções para tentar resolver, ou pelo menos remediar, os problemas ambientais. Além disso, para ele, tanto o parque como a organização da reciclagem dos resíduos representavam, a exemplo do que vimos no Parque da Guarita, duas importantes materializações da ética ecológica que vinha defendendo desde 1971.

## **Lutz e Riocell**

### *O branqueamento*

Como vimos no capítulo 2, o mau cheiro e a poluição geradas pela Celulose Borregaard foi uma das primeiras grandes lutas da AGAPAN, que colaborou no início de uma conscientização ecológica mais ampla da população de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, pois a polêmica teve grande repercussão. A Borregaard foi nacionalizada - o banco Sulbrasileiro e o Montepio da Família Militar assumiram seu controle acionário - e mudou de nome em 1975, passando a chamar-se Rio Grande Companhia de Celulose do Sul – Riocell. No final dos anos 1970, a empresa foi alvo de mais discussões, pois resolveu construir uma nova fábrica para realizar o branqueamento da celulose.

Do mesmo modo que a construção da Borregaard, a unidade de branqueamento foi cercada de mistério, dúvidas e censura de informações. O Brasil já havia iniciado um período de abertura política, no governo Geisel, mas ainda permanecia sob regime ditatorial, e certas práticas repressivas e de cerceamento da informação continuavam a ser aplicadas. Em matéria sobre a qualidade das águas do lago Guaíba, publicada no *Correio do Povo* (20/02/1979, APJL), Lutzenberger afirmou que o público não havia sido informado “nem dos métodos de produção que a Borregaard – continuo a chamá-la assim – usará na nova fábrica de branqueamento nem como pretende usar o efluente”. Ele mencionou a entrega de um documento com esses detalhes à Controladoria do Controle do Equilíbrio Ecológico, mas afirmou que “o público não tem acesso a ele. Pessoalmente não tive permissão de lê-lo”. A imprensa noticiou que a Riocell estava iniciando a construção dessa nova fábrica, mas Lutz questionava: “onde está a aprovação da Secretaria da Saúde? Estamos na mesma situação da primeira fábrica da Borregaard”.

Em dezembro de 1979, o vereador Glênio Peres (MDB – bloco trabalhista) fez grave denúncia contra a fábrica de branqueamento: “Riocell vai matar a Lagoa dos Patos” (FOLHA DA MANHÃ, 14/12/1979, APJL). Em discurso na Câmara de Vereadores em 13/12/1979, disse ter informações de que os organoclorados lançados pela fábrica iriam matar a Lagoa. Ele desafiava o governo do estado a dizer “para onde vão os organoclorados” e por que a Secretaria da Saúde e Meio Ambiente se recusava a entregar à AGAPAN os textos da análise do novo equipamento.

Ameaçava entrar na justiça contra a Secretaria, para que fosse exibida publicamente toda a documentação.

É interessante constatar que o discurso de Peres teve apoio parcial da bancada da Arena na Câmara. Os vereadores da agremiação não concordavam com o desafio ao governo, mas aquiesciam “com a essência do que Glênio propôs”. Queriam que fosse esclarecido publicamente se as denúncias de que o branqueamento causaria morte da fauna do Guaíba e Lagoa dos Patos eram fundadas ou infundadas; isso precisaria ser esclarecido antes da nova fábrica iniciar suas atividades. Se os temores fossem infundados, a população ficaria tranquila. Se houvesse fundamento, “a Riocell, se for o caso, deve colocaria os implementos protetores exigidos pelos laudos técnicos” (FOLHA DA MANHÃ, 14/12/1979, APJL).

A preocupação de Glênio Peres e dos ambientalistas da AGAPAN dava-se porque o processo de branqueamento de celulose envolvia o uso de cloro. Segundo Costa et. al. (2006, p. 130), os efluentes resultantes do processo chamado Draft “contêm altos teores de matéria orgânica, alta cor e compostos organoclorados, bem como residuais de produtos químicos usados na planta de branqueamento”. Ou seja, a nova fábrica da Riocell aumentaria a poluição do lago Guaíba, com o lançamento de organoclorados resultantes de seu processo produtivo. Como vimos no capítulo 3, Lutz e a AGAPAN estavam, nesse momento, lutando contra esses mesmos compostos, presentes nos agrotóxicos da família do DDT, responsáveis pela contaminação do solo e das águas.

Diante da denúncia de Peres, o Secretário da Saúde do RS, Germano Bonow, enviou carta ao vereador, explicando como eram os processos da Secretaria para a instalação de indústria e controle dos efluentes. Na correspondência, Bonow defendeu a empresa: “o sistema apresentado ao Departamento de Meio Ambiente (DMA) pela Riocell, constitui-se em uma das alternativas recomendadas pela Environmental Protection Agency, EPA, Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, para esse tipo de indústria” (BONOW. Carta a Peres. 18/12/1979, APJL). No documento, incluiu as características dos efluentes que a fábrica lançaria, “nas proximidades do canal de navegação do Guaíba, onde serão diluídos naturalmente até níveis inferiores aos estabelecidos pelos padrões da SEMA [federal]”. O secretário admitia que poderiam ser adotados maiores controles, mas não antecipadamente, como defendiam Peres e a bancada arenista: “de acordo com as análises a serem realizadas no início do funcionamento do sistema de tratamento para obtenção de licença de operação, poderá ser exigido o uso de difusores que permitirão uma maior diluição dos poluentes”.

No início de 1980, atendendo pedido de vereadores de nove municípios das redondezas da indústria, a Riocell convocou uma reunião para apresentar seu projeto de branqueamento (ZERO HORA, 10/01/1980, p 26, APJL). No entanto, somente dois vereadores estiveram presentes; a AGAPAN também foi convidada, mas nenhum de seus membros compareceu, pois a reunião foi

antecipada em função de uma viagem do Superintendente da Riocell, Aldo Sani. No encontro, a empresa divulgou que estava aplicando 150 milhões de dólares na construção da fábrica de branqueamento. Desse total, cerca de 18 milhões de dólares seriam investidos na implantação de processo caro e sofisticado para evitar poluição da água e do ar. Desde o início, como Borregaard, o branqueamento era realizado na Noruega, o que gerava altos custos à empresa. Com a nova fábrica, os gastos seriam reduzidos e os últimos laços com os noruegueses, seus fundadores, seriam desatados.

Os questionamentos não impediram que a empresa efetivasse seus planos. Em 1982, ela trocou de donos: foi adquirida pela holding KIV Participações, formada pelos grupos privados Klabin, Iochpe e Votorantim. A nova fábrica foi construída e o processo de branqueamento teve início em 1983. Nesse mesmo ano, entrou em funcionamento também uma nova planta de tratamento de efluentes líquidos.

*1984*

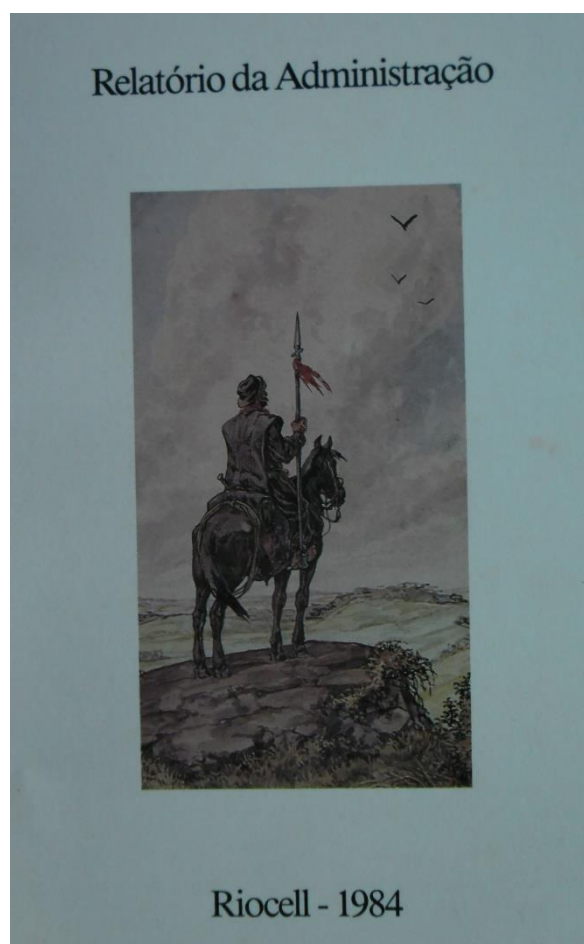
Em 1984, começou uma relação mais intensa de Lutzenberger com a indústria de celulose sediada em Guaíba. De um dos críticos da instalação e dos processos da Borregaard, tornou-se um dos maiores aliados da empresa, agora sob o nome de Riocell, quando essa passou a adotar de uma série de mecanismos para tornar-se “ambientalmente limpa”. Segundo o próprio Luiz, ela se tornaria uma referência mundial em processos sustentáveis em sua produção.

Já podemos ver os sinais dessa aproximação no Relatório da Administração da Riocell de 1984, ilustrado com aquarelas pintadas pelo pai de nosso personagem, Joseph Lutzenberger, que retratavam cenas da guerra dos farrapos (RIOCELL. Relatório da Administração 1984. Março/1985. APJL). Lançado em 1985, ano em que se comemorava o Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, o relatório expressava a intenção da empresa de melhorar sua imagem junto ao público gaúcho<sup>168</sup>.

---

<sup>168</sup> Além de aquarelas de Joseph Lutzenberger, o relatório reproduziu texto do escritor Barbosa Lessa sobre a guerra dos farrapos.





RIOCELL. Capa do Relatório da Administração de 1984. Março/1985 (APJL).

Segundo o documento, “a função social da Riocell junto à comunidade em que atua se manifesta não apenas através do desenvolvimento socioeconômico advindo de suas atividades florestais e industriais, mas também pela promoção dos valores culturais da nossa região”. As aquarelas de Lutzenberger pai eram consideradas “um presente de valor aos acionistas e principais amigos”, num ano de importância histórica para o Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, era preciso comemorar também porque 1984 fora importante para o estabelecimento nos planos econômico e ambiental. Economicamente, “foi um ano de resultados positivos para a empresa. Graças ao reaquecimento da demanda por celulose no mercado internacional, juntamente com uma preocupação constante para diminuir custos industriais e aumentar a produtividade, a companhia pode apresentar lucros e reduzir o endividamento”. Com relação ao meio ambiente, “o perfeito funcionamento das estações de tratamento dos efluentes hídrico e aéreo permitiu a empresa manter em 1984 as emissões em padrões de qualidade bastante superiores aos níveis estabelecidos pelas autoridades de controle do meio ambiente” (IDEM). Segundo o texto, a Riocell vinha cumprindo também todas as exigências da Secretaria de Saúde e de Meio ambiente do RS, a respeito do monitoramento e controle contínuo das emissões.

Como se vê, a empresa queria reverter a imagem de poluidora e de descaso com o ambiente que herdara dos tempos iniciais da Borregaard e estava empreendendo sérios esforços nesse sentido. Mas esses precisavam repercutir na sociedade, e nada melhor do que ganhar a adesão de uma figura respeitada na área ambiental, como Lutzenberger. Aldo Sani<sup>169</sup>, que participara da fundação da antiga Borregaard e era a partir de 1978 diretor-superintendente da Riocell, convidou, por meio de um telefonema, o ambientalista para proferir uma palestra no evento de apresentação da nova estação de tratamento dos efluentes. Em artigo para a revista *A Garça* (da Riocell), em 2002, Lutz lembrou que Sani parecia estar hesitante ao telefone, “ficou contente quando aceitei e não impôs condições”. Ele disse ter abordado na palestra a “problemática da poluição industrial em geral e da reciclagem de resíduos da Riocell em particular e chamei a atenção à possibilidade do aproveitamento do lodo e das cinzas e outros resíduos que sobravam no tratamento” (LUTZENBERGER, *A Garça*, 2002, APJL). Em documento sem título, escrito para esclarecer sua posição sobre a duplicação da Riocell, em 1992, Lutzenberger também relembrou essa visita inicial: “confesso que fui com atitude de ceticismo, mas saí impressionado com o empenho, o enorme investimento e o pioneirismo” (LUTZENBERGER, Documento sem título sobre relação de Lutzenberger com a Riocell. 10/09/1992, APJL).

A partir desse contato inicial, travado provavelmente no final de 1983, Lutzenberger passou a visitar a fábrica com frequência. No ano seguinte, teve permissão para realizar experimentos de compostagem do lodo num aterro que havia no lado norte da fábrica. Ele estava interessado na possibilidade de transformação desses resíduos sólidos em adubo orgânico, a exemplo do que sua empresa Tecnologia Convivial já fazia com resíduos de curtumes e de outras indústrias. As experimentações duraram cerca de três ou quatro anos e, durante esse tempo, Lutz se envolveu em outro trabalho para a Riocell: a confecção de um “parque artístico-ecológico” às margens do Guaíba.

### *O parque da Riocell*

Entre a fábrica e o lago Guaíba, havia uma área, na época, “abandonada com entulhos, ferragens e todo o tipo de resíduos, caoticamente ali depositados” (LUTZENBERGER, *A Garça*,

---

<sup>169</sup> Aldo Sani (1929-2009) nasceu e faleceu em São Paulo-SP, era formado em Engenharia Industrial pela PUC-SP. Na justificativa de Projeto-de-lei para dar seu nome a uma rua em Guaíba (CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GUAÍBA. PL Nº 144/10, *Online*), consta que foi “uma das referências nacionais no setor de celulose e papel (...). Passou por diversos cargos diretivos em grandes empresas da área, trilhando grande parte de sua carreira na cidade de Guaíba (...). Em 1970, ingressou na Indústria de Celulose Borregaard, onde participou, desde o início, da sua montagem e foi responsável pelo início das suas atividades”. Ficou até 1974, e voltou a essa empresa em 1978, “para assumir como diretor-superintendente da Riocell. No âmbito da Riocell, criou a Comissão Interna de Meio Ambiente (CIMA), órgão que tem o poder de determinar a interrupção do processo produtivo sempre que os parâmetros de emissões desviarem-se do limite máximo estabelecido internacionalmente”.

2002, APJL). Apesar da desordem, a beleza da vista - do lago com Porto Alegre ao fundo – chamou a atenção de Lutz. Segundo seu relato,

um dia apareceu um grupo de homens para plantar eucaliptos na área, alinhados em pelotão militar. Informaram-me que o Aldo queria deixar aquele lugar mais bonito, mais verde. Fui imediatamente procurá-lo. Sugeri que, se queria embelezar aquele lugar, melhor do que uma simples plantação de eucalipto, era fazer um parque e que eu gostaria de assessorar esse trabalho. Aldo gostou e aceitou minha proposta (LUTZENBERGER, *A Garça*, 2002, APJL).



Lutzenberger na área de entulhos da Riocell. S/Data [1985] (APJL).



Lutzenberger na área de entulhos da Riocell. S/Data [1985] (APJL).

Em 06/01/1985, Lutzenberger apresentou por escrito uma “Proposta de consultoria para paisagismo” (LUTZENBERGER, 06/01/1985, APJL). O documento é interessante, pois contém sua concepção de paisagismo e expressa a filosofia de trabalho que ele estava propondo para a área ocupada pela Riocell.

Lutz refletiu que, em geral, os trabalhos convencionais de paisagismo partiam de “esquemas de desenho abstrato, concebidos em prancheta, longe do lugar de aplicação, sem muita relação com os elementos ambientais existentes. A paisagem preexistente é quase sempre demolida com maquinaria pesada”. Nos jardins, “caminhos, modelagem de terreno, lagos, cursos d’água, drenos, complexos florísticos, equipamentos e obras arquitetônicas são implantados arbitrariamente, sem respeito aos fatores paisagísticos já existentes”. Ocorria, às vezes, até mesmo o sacrifício de árvores centenárias no traçado de um caminho, “uma figueira gigante é mutilada em favor de um poste, lindos córregos são retificados e betonados, etc.”. Um paisagismo ecológico faria exatamente o contrário.

Para Lutz, o mapa não era o ponto de partida, mas sim o objetivo onde queria chegar, não era

a primeira, mas última coisa que surge, ele evolui com os trabalhos. A modelagem do terreno, onde necessária, o manejo do solo, o traçado dos caminhos, equipamentos, implantações florísticas, aparecerão na medida em que elas se concretizam. A beleza do paisagismo, os ângulos fotogênicos serão resultado não de concepção abstrata, mas de observação, modelagem e implantação local, dialética. Árvores, p. ex., jamais serão plantadas em pelotão militar. Os complexos arbóreos, arbustivos, herbáceos, os gramados, os cursos e corpos d’água com sua vegetação palustre ou flutuante, não seguirão linhas geométricas, a não ser em sua interface com os equipamentos, obras arquitetônicas ou instalações industriais, mas se moldarão ao terreno, aos complexos vegetais preexistentes, ao grande visual da paisagem, de modo a formar um todo harmônico, belo e ecológico (LUTZENBERGER, 06/01/1985, APJL).

Ele mencionou que havia estudado “o problema do aproveitamento dos resíduos sólidos” durante “os últimos meses”. Naquela oportunidade, observou “a área de terrenos da Riocell que circunda as instalações industriais. Nesses últimos dias, tendo em vista esta proposta, estudei mais a fundo toda a área”. Em sua opinião, o terreno “se presta a belíssimo trabalho de paisagismo que integrará a fábrica a seu entorno, valorizando o visual tanto interno como externo”. Convidou diretores da fábrica para acompanhá-lo numa caminhada em volta da fábrica, a fim de discutir, “em cada lugar, o tipo de trabalho que se oferece”. Ele apresentou a proposta área por área: praias, canais de desague no Guaíba, oficina de jato de areia, lagoa de emergência, diques das lagoas, pomar de cítricas, orquidário, jardim, estacionamento, etc. Sugeriu a construção de um anfiteatro, em que as pessoas sentariam na grama para participar de reuniões ou assistir a espetáculos ao ar livre; a prática de dendrocirurgia numa velha figueira e inspeção e cuidados em todas as árvores do local.

Por fim, o documento informava que os trabalhos seriam executados “paulatinamente por pessoal da Riocell, com máquinas, equipamentos e material desta e orientados pela Tecnologia Convivial. Pessoalmente, dedicarei um dia por semana ou quatro dias por mês, mais em casos de emergência, e manterei um auxiliar no trabalho em tempo integral”. Enquanto se desenrolassem os trabalhos, uma equipe da Riocell seria treinada para a manutenção permanente. A consultoria de Lutz incluiria “orientação para as hortas a serem instaladas”. Sugeriu também que o trabalho “fosse acompanhado de documentação fotográfica, para que sempre se pudesse acompanhar o antes e depois” (LUTZENBERGER, 06/01/1985, APJL).

O plano de trabalho foi aceito pelos representantes da empresa nas condições propostas por Lutzenberger. A Riocell forneceria, “às suas expensas, homens, máquinas, plantas e materiais necessários à execução do projeto” (SANI, Aldo, GEISEL, Fernando. Carta a Lutzenberger. 22/01/1985, APJL). O parque deveria ser executado entre 01 de fevereiro a 31 de julho de 1985.

No entanto, o trabalho demorou muito mais tempo do que o previsto. Segundo Carneiro (Entrevista à autora, 2005), “os engenheiros da Riocell ficaram horrorizados com a demora que o Lutzenberger fazia, não botava aterro, o parque tem várias depressões com água, [pensavam] que o certo era pegar um trator e tapar tudo, tá, com os pontinhos de calça das obras”. Mas Lutzenberger fez o contrário: “manteve os montinhos de calça, não tapou buraco nenhum, e os montinhos de calça ele passou terra em cima, plantou, ficou um encanto, fez verdadeiras maravilhas (...) trabalhou com enxada e tudo, fez uma grande obra”.

Em fevereiro de 1986, Lutz escreveu um “Relatório resumido provisório” sobre as atividades até aquele momento. Novamente, fez referências a sua concepção de paisagismo ecológico:

Um parque é um organismo vivo. Diferente de uma obra arquitetônica, que se concebe, se executa e, depois se mantém, um parque vive, evolui constantemente. Se isso é verdade para parques convencionais, tanto mais para um parque de concepção ecológica, como esse que emoldura as instalações da Riocell. Esse parque nasceu de um aterro estéril e um montão de entulhos (LUTZENBERGER, 27/02/1986, APJL).

Porém, mais do que isso, o parque da empresa possuiria um significado profundo, ele dava ao mundo “uma demonstração que, nesse momento, só a Riocell tem condições de dar: a demonstração de que a indústria moderna pode ser limpa e, ao mesmo tempo bela, assim como ecologicamente integrada”. Era um parque “único na indústria nacional, raríssimo no mundo, e que já estava atraindo a atenção não somente no Brasil, mas na própria Europa”. Lutz mencionou que recebera correspondência da Alemanha, pois jornalistas queriam trazer equipes de tevês daquele país e da Áustria para filmar quando os trabalhos estivessem prontos – “o conjunto tratamento de efluentes e o parque ecológico”. É interessante observar que a repercussão internacional do trabalho de Lutzenberger como ambientalista pode ter ajudado na divulgação dos



esforços da empresa em tornar-se menos poluidora, na tentativa de melhorar sua imagem. A Riocell queria desvincular-se da “fedorenta Borregaard” perante a sociedade local e internacional. De certa forma, utilizava a figura de Lutz como instrumento para apagar da memória coletiva porto-alegrense e gaúcha sua fama de poluidora, herdada da empresa norueguesa. No entanto, não foi só a Riocell que obteve vantagens com o uso da imagem do ambientalista, este também obteria proveito ao tornar-se consultor da empresa.

O relatório informava que não se pretendia executar uma obra cara, mas sim “em integração e crescimento harmônico”. Para Lutz, “a prova mais linda de que esse aspecto está se desenvolvendo como se pretendia é o aumento, junto com os trabalhos, apesar da movimentação [de] maquinaria pesada, da fauna e flora local”. Ele se mostrava animado ao constatar que “só entre os pássaros, de apenas duas espécies iniciais, quero-quero e biguá, com aparecimento esporádico de garças, temos agora 25 espécies registradas, com aparecimento de novas espécies a cada poucos dias” (LUTZENBERGER, 27/02/1986, APJL).

Segundo Lutz, desde o início, foi aplicada uma “filosofia nova, ecológica” ao local. Em vez de se “remover entulhos e sucata, atirá-los em outro terreno, causando estragos em outro lugar (...), fez-se uma seleção criteriosa dos materiais, separando sucata, metais não ferrosos, plásticos e entulhos. (...) Os materiais reaproveitáveis foram para a reciclagem, inclusive a lenha, que foi para a unidade de jato de areia”. Houve aproveitamento dos entulhos “para dar mais relevo à paisagem do parque que, de simples plataforma plana e sem acidentes, ficou transformado em paisagem com colinas e miniaturas de cerros com matacões de granito” (que foram encontrados em escavações no local). Também o lodo do tratamento de efluentes da fábrica foi utilizado para criar solo em cima do aterro. Para ele, a obra “constitui-se na primeira demonstração de como subsolo sem vida pode, em curto espaço de tempo, transformar-se em solo vivo, fértil, capaz de suportar vegetação luxuriante”. Lutz concebia o parque como um laboratório para experimentações com o lodo e outros resíduos da Riocell, que ele planejava transformar em adubo destinado à agricultura ecológica. Com sua visão de mundo holística, pensava também a assessoria à fábrica de forma conectada: florestas, parque e reciclagem de resíduos.

O parque representava, para nosso personagem, a primeira demonstração de que, a partir de “um trabalho criterioso, com aproveitamento de resíduos industriais, antes considerados mera poluição, se pode fazer, em menos de 2 anos, um palmo de solo fértil”. Para ele, “essa demonstração é de capital importância para os incipientes trabalhos de reciclagem e fabricação de adubos orgânicos e organo-minerais que, espero, virão a desenvolver-se intensivamente em futuro próximo imediato” (LUTZENBERGER, 27/02/1986, APJL).

Um mês depois, Lutz enviou mais um relatório, explicando os motivos para o atraso dos trabalhos. Não teria sido possível ater-se ao cronograma, porque, desde o início, “os meios à

disposição nunca foram garantidos e contínuos. Inicialmente eram 10 homens, que trabalharam bem nos trabalhos de limpeza. Depois, no entanto, o número de homens foi diminuindo gradativamente. Durante os últimos meses baixou para 6, depois 4 e terminou em 2”. Aliado a isso, “fator negativo era também o fato de que as pessoas mudavam constantemente. Não houve condições de treinamento para continuidade do trabalho”. Mais ainda, “o atraso deveu-se à disponibilidade esporádica das máquinas. Raros casos em que as máquinas estavam disponíveis para os trabalhos de movimentação de terra e modelagem do terreno”. Por fim, houve demora também “devido ao mau tempo e chuvas” (LUTZENBERGER, 04/03/1986, APJL).

De certa forma, a empresa reconheceu sua parcela de culpa no atraso e confirmou o prosseguimento do trabalho e que iria disponibilizar pessoas e máquinas em número suficiente para concluir o parque em agosto de 1986 (GEISEL, Fernando. Carta à Tecnologia Convivial. 27/03/1986, APJL). Alguns meses depois, ocorreu a inauguração do local, em 05/12/1986, com direito a discursos e apresentação artística do grupo de danças gaúchas e latinas “Os Muripás”, no anfiteatro ao ar livre, como podemos ver na imagem abaixo:



Foto da inauguração do parque da Riocell, 1986 (APJL).

De acordo com a *Zero Hora* de 06/12/1986 (APJL), o evento ocorreu “numa tarde ensolarada, com a brisa que soprava do rio”. O superintendente da Riocell, Aldo Sani, falou da “importância de preservar uma área natural, em perfeita harmonia com a indústria, ao mesmo tempo em que proporciona um local de descanso e sensibiliza os trabalhadores e a população para uma consciência voltada para as coisas da natureza”. Já Lutzenberger “estava eufórico com o reconhecimento do seu trabalho, de planejar e organizar um parque que, conforme disse, representa

um diálogo com a natureza existente”. Em sua fala, ele afirmou que cerca de 30 espécies de aves estavam habitando o local – “por suas características, tornou-se ideal como habitat e vai continuar atraindo outros tipos de animais. São quero-queros, biguás, garças, corujas do campo, gaviões e diversas aves que vivem, caçam e pescam nos efluentes da Riocell”. Esse fato era importante, pois comprovaria, “segundo Lutzenberger, que não existe poluição na área. O evento durou cerca de 2 horas”.

O parque realmente ficou muito bonito, como podemos ver nas imagens a seguir, que retratam recantos do local (Fotos do Acervo Pessoal de Augusto Carneiro, tiradas em janeiro de 1996):







Nas fotos aéreas da fábrica, é possível constatar a diferença significativa na paisagem antes e após a confecção do parque:



Foto aérea da Riocell antes do parque. Guaíba, 1982 (APJL).



Foto aérea da Riocell com o parque pronto. Guaíba, provavelmente final dos anos 1980 (APJL).

A inauguração do parque repercutiu no centro do país. Matéria do *Jornal do Brasil* (08/02/1987, APJL) enfatizou o papel de Lutzenberger, no passado “considerado um dos maiores adversários” da empresa, na criação do local, evidenciado como sua posição tinha mudado: “Lutzenberger defende a Riocell: ‘Ela é um modelo para o mundo, tanto na tecnologia de produção de celulose branqueada como no tratamento de efluentes e preocupação com o meio ambiente. Eu não poderia recusar projetar o parque para eles’”. A reportagem informava ainda que a Riocell havia criado uma divisão de meio ambiente para evitar poluição dentro e fora da empresa, e reproduzia fala de Lutzenberger: “a Riocell é uma das fábricas mais limpas e bonitas do mundo”.

Em entrevista à revista *Gaudéria* (1987, APJL), nosso personagem foi anunciado como “o incansável DOM QUIXOTE DOS PAMPAS”, e seu trabalho para a Riocell aparece sintetizado da seguinte forma: “como o nativo Lutzenberger conseguiu transformar a fedorenta Borregaard na ecologista Riocell”. Era como se ele fosse o único responsável pela mudança na orientação da fábrica em seu trato com o ambiente. Entretanto, a empresa tomara essa atitude antes de Lutzenberger envolver-se na construção do parque. Além disso, foi praticamente obrigada a adotar um maior cuidado nessa área, tanto por exigências legais quanto no sentido de melhorar sua imagem junto ao público interno e externo, garantindo também, com isso, maior competitividade para seus produtos. No novo contexto dos anos 1980, em que as preocupações ecológicas transcenderam o âmbito acadêmico especializado, surgiram leis restritivas e uma cobrança maior

da sociedade por produtos e práticas empresariais “verdes”; a Riocell precisou adaptar-se a esse cenário. Portanto, é claro que a ligação do nome de Lutzenberger à empresa deve ter ajudado bastante no sentido de melhorar sua reputação, mas não pode ser encarada como o único fator.

Porém, a prestação de serviços de Lutz à Riocell não escapou de críticas. Na entrevista à *Gaudéria*, o ambientalista foi questionado sobre o assunto:

**Questão:** Muita gente diz que o fato de o senhor trabalhar para a Riocell é negativo para o movimento ecológico gaúcho. Como vê essa opinião?

**Lutzenberger:** Em primeiro lugar, eu gostaria de saber quem diz isso. Em segundo lugar, se a gente briga com uma entidade durante anos para que ela faça determinada coisa e depois ela faz, só mesmo um imbecil continua brigando! Muito ao contrário: se nós queremos mudanças na moderna sociedade industrial, isso é inevitável, senão nós vamos para um desastre total. Então, nós temos que, além da briga, partir também para a colaboração positiva, fazer coisas concretas. Não basta brigar somente. Nós temos que ajudar a mudar as coisas. E isso é o que está acontecendo na Riocell. Para mim, a Riocell é talvez a maior satisfação da minha vida, porque ali nós estamos provando que é possível fazer uma indústria moderna não poluidora e ao mesmo tempo bonita – ela não precisa ser feia (GAUDÉRIA, 1987, APJL).

A declaração acima expressa o ponto de vista trazido por Marques em sua entrevista: o bom relacionamento de Lutz com os empresários e a crença de que era mais útil à natureza cooperar com a indústria, criando alternativas menos (ou não) poluidoras, do que simplesmente criticá-la – o que o movimento ambientalista fazia, em geral. A pergunta da *Gaudéria* mostra que pessoas dentro do movimento criticavam sua posição e que Lutz parecia desconhecer quem eram esses críticos. Mas eles eram alguns de seus aliados mais importantes nas lutas ambientais, como Magda Renner, Caio Lustosa e Flávio Lewgoy.

Eles criticavam não apenas a confecção do parque, mas principalmente o trabalho de Lutzenberger com os resíduos sólidos da Riocell, dos quais suspeitava-se conterem dioxinas. Magda Renner afirmou, em Dreyer (2004, p. 240): “A única vez que eu me desentendi seriamente com o Lutz foi quando ele começou a trabalhar com dejetos da Riocell”. Caio Lustosa, em seu livro *Luta ambiental e cidadania*, reproduziu o conteúdo de duas entrevistas que concedeu ao jornalista Ney Gastal, em abril de 1989 e abril de 1990. Esclarecendo seus pontos de divergência com Lutzenberger, afirmou que a assessoria que ele prestava à Riocell era um deles:

Faz três semanas que ele elogiou os reflorestadores. Divirjo disso completamente. Os reflorestadores, nesse período de incentivos fiscais, destruíram matas nativas do Estado, substituindo-as por pinus e eucalipto. Divirjo também em seus elogios à Riocell. Talvez ela seja melhor que a maioria das indústrias de celulose, pode ser até padrão no mundo, mas não podemos dizer que é uma maravilha. Agora eles querem duplicar a fábrica e a produção de celulose e dizem que o cheiro vai aumentar “só” 20%. Não podemos aceitar isso passivamente (LUSTOSA, BENITES, 2008, p. 187-88).

Flávio Lewgoy, por sua vez, em entrevista concedida à autora em 26/09/2014, mencionou seu desconforto com a questão: “o Lutz era uma personalidade complexa, porque ele aceitou o emprego na nossa inimiga, a Riocell, e até hoje a gente não engole a Riocell”. Para o ex-professor da UFRGS, a empresa queria “limpar” sua imagem através do ambientalista: “A Riocell usou o nome dele a torto e a direito, pelo fato de ele ter aceito”. Apesar de discordar do ex-companheiro



- que ele admirava muito, como ficou claro na entrevista - disse que não tentou demover Lutzenberger da decisão de trabalhar para a Riocell. Citou entrevista a um jornalista, quando inclusive chegou a defendê-lo, pois sabia da necessidade financeira do amigo: “olha, o Lutz não tem emprego, ele tem direito a viver com a força de trabalho dele. E a Riocell emprega ele como paisagista. Ele fazia consultoria. Ele era um grande paisagista, do porte do Burle Marx [lembrou do Parque da Guarita, em Torres]” (LEWGOY, Entrevista, 26/09/2014).

Perguntado sobre sua opinião sobre o trabalho de Lutz com o lodo da Riocell, Lewgoy recordou da luta pela lei dos agrotóxicos e de sua preocupação com os organoclorados que eram jogados no Guaíba. Disse que “esse problema das dioxinas me ocupou muito” (Entrevista, 26/09/2014). No episódio da duplicação da fábrica - que será abordado no próximo capítulo -, sua preocupação maior era com os riscos que a população iria correr com “uma descarga maior de organoclorados no rio para beneficiar os acionistas da empresa” (ZERO HORA, 02/12/1992, p. 42, APJL).

Como estamos acompanhando, a questão financeira sempre foi uma das grandes preocupações de Lutz. Desde que voltara ao Brasil, ele não tinha remuneração fixa. Envolvera-se no movimento ambientalista de corpo e alma, mas isso não garantia salário. Segundo Carneiro, a AGAPAN até assumia algumas despesas dele, como correspondência e telefone, mas não havia como assegurar o sustento do seu primeiro presidente e de sua família. Por isso, Lutz passou a assumir diversos trabalhos na área ambiental, como os parques da Guarita e de Itapuã, a reciclagem de resíduos de curtumes, entre outros. Ele abriu uma empresa, a Tecnologia Convivial, e tornou-se um empreendedor em atividades pouco comuns naquela época. Seguindo sua concepção ético-ecológica, esses trabalhos eram sua contribuição como soluções práticas aos problemas ambientais. Se, por um lado, em suas falas e artigos como porta-voz do movimento ambientalista, combatera a “moderna sociedade industrial”, por outro lado, precisava dela para sobreviver. E enquanto não houvesse meios de derrubá-la, ou modificá-la profundamente, o melhor a fazer seria, em sua opinião, pelo menos criar meios de tornar seus procedimentos produtivos mais limpos, mais ecológicos, em sintonia com os processos naturais.

O trabalho na Riocell, no parque e, principalmente, a possibilidade a longo prazo de atuar como consultor na reciclagem de seus efluentes era, para ele, uma oportunidade única de resolver, nem que fosse em parte, duas questões-chave de sua vida. No plano profissional, como técnico e como ambientalista, acreditava estar realmente colaborando para algo bom. Em carta a Sani (LUTZENBERGER, Carta a Sani, 18/02/1987, APJL), ele afirmou: “o que já fizemos juntos [o parque] me dá orgulho e constitui uma das maiores satisfações da minha vida. Espero poder contribuir ainda mais para demonstrarmos ao mundo que uma grande indústria pode ser limpa e ao mesmo tempo bela”. No âmbito pessoal, se o processo de transformação dos lodos desse certo,

haveria possibilidade de garantir, finalmente, uma renda fixa, acabando assim com os tempos de turbulência financeira.

Pela carta mencionada acima, essa probabilidade era bem real. No dia da inauguração do parque, Sani manifestara a Lutz o desejo de que ele se ocupasse do assessoramento permanente da manutenção da área verde. Nosso personagem concordara: “o acompanhamento era imprescindível”. E afirmou, na correspondência, que teria “grande prazer em assessorar a Riocell não somente no parque, mas também na residência, nos jardins e orquidário. Gostaria, igualmente, de ajudar a Riocell nos trabalhos de reciclagem dos lodos, cinzas, cascas, pó de madeira, e outros”. Sua maior aposta era o trabalho com os efluentes: “espero que num futuro bem próximo possa ajudar a Riocell na montagem de um esquema industrial e de vendas para adubos orgânicos e organo-minerais” (LUTZENBERGER, Carta a Sani, 18/02/1987, APJL).

Foi com esse objetivo que ele intensificou as experiências com os lodos ao longo de 1987 e 1988. Mas ainda em 1986, concomitante à confecção do parque, Lutz já vislumbrava todo o potencial que a Riocell lhe oferecia.

#### *De lodo poluidor a adubo orgânico*

No documento intitulado “Sugestão para início de trabalhos de aproveitamento de resíduos sólidos da RIOCELL”, de 19/05/1986, Lutzenberger afirmava que, “depois de quase 3 anos de observação intensiva – testes com minhocas, tubifex<sup>170</sup> daphnia<sup>171</sup> e moluscos aquáticos, assim como testes práticos de adubação em horta e no parque, parecia oportuno intensificar a experimentação agrícola no campo com o lodo dos efluentes líquidos da Riocell”. Essas observações foram necessárias para detectar se o lodo continha substâncias tóxicas que pudessem contaminar solos e fontes de água, ou causar envenenamento de animais, já que o objetivo era transformá-lo em adubo para a agricultura orgânica. Segundo Dreyer (2004, p. 245-46), Lutz estava especialmente preocupado com a hipótese de o lodo conter dioxinas, e “só se propôs a trabalhar como prestador de serviços para a Riocell depois de convencer a si mesmo de que os efluentes líquidos da fábrica estavam sob controle”.

No documento acima citado, provavelmente enviado a dirigentes da Riocell, Lutz apresentava as possibilidades de uso das três formas de lodos produzidos pela empresa, que eram o lodo fresco prensado, o lodo maturado aeróbico e o lodo maturado anaeróbico. Ele indicou os métodos para manejo e os tipos de adubo que poderiam ser obtidos de cada um dos lodos. Além

---

<sup>170</sup> É um verme segmentado delgado que pode crescer até 20 cm de comprimento. De cor vermelha e hermafrodita, vive no fundo de mares, lagoas e rios (ENCYCLOPEDIA OF LIFE, *Online*).

<sup>171</sup> É um gênero de pequenos crustáceos planctônicos, que medem 1,5 milímetros de comprimento, da ordem Cladocera, chamada de pulga de água ou dáfnia. Vivem em ambientes aquáticos como pântanos, lagos, rios e córregos (ENCYCLOPEDIA OF LIFE, *Online*).

disso, sugeriu que, na fase inicial, os adubos fossem oferecidos gratuitamente aos agricultores, para experimentação.

O lodo maturado aeróbico, para Lutz (19/05/1986, APJL), possibilitaria a obtenção de um adubo altamente humificado que, além de seus próprios nutrientes minerais, estimularia “a absorção dos minerais insolúveis do solo” e teria ainda “efeito hormonal sobre a planta”. Ele recomendava esse adubo para “cultivos intensivos, tais como pomares de cítricos, pêssegos ou macieiras; figo e uva de mesa; moranguinho, tomates, batatinha; hortaliças, cebola e alho. Devemos levá-lo a Tapes e Pelotas, Caxias e Vacaria, Feliz, Dois Irmãos, Cavalhada e Mostardas, e Canoas”. Para o lodo maturado anaeróbico, ele propunha a obtenção de adubo organo-mineral, “biofosfato” – lodo húmido misturado a fosfato, que seria capaz de promover a micorriza do solo. Poderia ser oferecido para lavouras de soja e trigo. Já o lodo fresco precisava de maiores análises, por isso ele recomendava “pelo menos um ano de testes agrícolas”.

Entretanto, além desses resíduos líquidos, Lutz propunha formas de aproveitamento para as partes sólidas dos rejeitos, como as cinzas das caldeiras, que poderiam ser utilizadas como adubo nos plantios de eucalipto da empresa, e as cascas do “lavador de toras” e o “pó do picador”, que poderiam também ser utilizados para compostagem e obtenção de adubos orgânicos (LUTZENBERGER, 19/05/1986, APJL). Além do assessoramento na reciclagem dos resíduos sólidos, Lutz queria trabalhar também na “área florestal”, ou seja, com as plantações de eucalipto da empresa. Esse foi um ponto em que ele divergiu da maioria dos ambientalistas, que costumavam condenar o plantio dessas espécies exóticas.

No artigo intitulado “Reflorestamento e ecologia” (1989, APJL)<sup>172</sup>, nosso personagem expôs suas ideias sobre o assunto. Para Lutz, o eucalipto não poderia deixar de ser aproveitado, somente pelo fato de ser exótico. E “também a monocultura em si não seria um problema. Tudo depende de como é feita”. O problema maior eram “os métodos agroquímicos, hoje comuns na agricultura”. O que não era certo, para ele, era chamar as plantações de eucalipto de “reflorestamento” - essa palavra deveria ser aplicada em iniciativas que permitissem a “regeneração natural de uma floresta nativa, com toda sua riqueza de espécies vegetais e animais”. Também considerava errada a concessão de incentivos fiscais para subsidiar essas plantações, que sempre favoreciam “gente ou firmas grandes”, em detrimento dos pequenos agricultores.

Se, por um lado, esses grandes plantios levavam muitas vezes “a grandes injustiças sociais ou a absurdos econômicos”, como a expulsão de pequenos agricultores de suas terras, por outro lado, “grandes plantios de árvores podem ser conduzidos de maneira ecologicamente aceitável e socialmente justa”. Como exemplos disso no RS, ele citou a Riocell e a Klabin, cujos grandes

---

<sup>172</sup> No APJL, consta apenas o original datilografado do artigo, que foi escrito a pedido de um jornal, mas não aparece seu nome no documento.

plantios estavam “inseridos numa paisagem complexa, entremeados de florestas naturais intactas ou em regeneração, de banhados, açudes, formações rochosas, lavouras, etc.”. O que Lutzenberger afirmou realmente não aceitar era “a derrubada de mata nativa intacta para o plantio de monoculturas para polpa ou lenha”. Para isso, já haveria “enormes extensões de terras deflorestadas e degradadas”. Mesmo nesse caso, “os plantios arbóreos comerciais deverão estar, então, entremeados de reservas naturais e lavouras” (LUTZENBERGER, 1989, APJL).

Vimos que, no início dos anos 1970, Lutz considerou o plantio de eucaliptos da Borregaard na Fazenda Barba Negra um “florestamento pernicioso”, que custava “ao governo grandes somas em incentivo fiscal”. Além disso, causara “perda de potencial pecuário” e agrícola, com uma “significativa redução nas áreas de produção arroseira”, aspectos sociais e ambientais desconsiderados “no momento da decisão que permitiu a instalação dessa indústria em nosso Estado” (LUTZENBERGER, *Correio do Povo*, 12/08/1973, APJL).

É interessante constatar que Lutz mudou de opinião sobre aspectos que considerava negativos dezesseis anos atrás. Entre os motivos para isso estaria, segundo ele, o fato de que a empresa começou a modificar seus métodos de plantio de eucaliptos, com sua própria assessoria, ainda na primeira metade dos anos 1970 (LUTZENBERGER, 10/09/1992, p. 3, APJL), além do que os novos donos não seriam os responsáveis pelo estrago inicial, mas sim os noruegueses da Borregaard. Precisamos considerar também o fator tempo: em 1973, ele era um militante aguerrido contra toda forma de poluição e agressão da “sociedade industrial”, em meio à ditadura militar. Passada mais de uma década, atuando fora da AGAPAN, em contato com ativistas e realidades de outros países, e, não podemos esquecer, precisando conquistar uma posição financeira mais estável, suas ideias sofreram modificações. Ao apontar possíveis contradições de nosso personagem (comuns na vida de qualquer pessoa, aliás), nossa intenção não é julgá-lo, mas sim compreender que alguns fatores em sua trajetória devem tê-lo levado a mudar de visão sobre esse assunto, e muitos outros, afinal, todos nós não ficamos imunes às experiências que vamos agregando a nossas vidas.

Voltando aos resíduos, podemos perceber que Lutz vislumbrava um enorme potencial de trabalho com as sobras da Riocell - a partir do que era considerado lixo, ele montou um esquema empresarial que lhe possibilitaria, finalmente, uma renda constante para se manter sem sobressaltos, uma condição que não tinha desde sua saída da BASF, em 1970. Mas rondava ainda o perigo das dioxinas e, segundo depoimento de Fernando Bergamin em Dreyer (2004, p. 246), Lutz levou “amostras do lodo para um laboratório na Alemanha, numa de suas viagens, para ser analisado por um laboratório de alta precisão, que não havia na época no Brasil. Ele avaliou com muito cuidado o que estava fazendo”.

No contrato firmado entre a empresa de Lutz, a Tecnologia Convivial<sup>173</sup>, e a Riocell, assinado por seus representantes, Lutzenberger, Aldo Sani e Paulo Roberto Leke em 01/06/1988, constavam, além das cláusulas sobre as responsabilidades de ambas as partes em todo o processo de reciclagem dos resíduos, que seria iniciada “uma pesquisa bioquímica e microbiológica dos lodos, com ênfase no complexo húmico concentrado, que poderá ser usado em aplicação foliar, com fortificante da planta” (CONTRATO CONVIVIAL-RIOCELL, 01/06/1988, APJL).

Mesmo com todos esses cuidados, Lutz não foi poupado de críticas por seus antigos colegas ambientalistas, como vimos. Comentei essa questão com Celso Marques, e ele me disse que vários membros da AGAPAN tinham dúvidas e questionamentos em relação ao aproveitamento dos resíduos: “a gente tinha um pé atrás com a Riocell”. No entanto, ele compreendia a postura de Lutzenberger, por necessidade de “sobrevivência material”, em sua opinião “perfeitamente desculpável”. O que ele disse não poder desculpar “é a Riocell, pelo uso mercadológico que fez do Lutzenberger. O Lutz tava vendendo para uma empresa o seu conhecimento, por uma questão e [de] sobrevivência”. Para Marques, mais do que a atitude de Lutzenberger em si, o problema era o uso que a Riocell fazia da imagem do ambientalista: “Se tu chegavas lá, numa sala, a primeira coisa que os caras colocavam, aparecia o Lutz falando [num vídeo institucional], eles usavam de uma forma acintosa” (MARQUES. Entrevista, 08/08/2014). Esse ponto de vista vem ao encontro do que Magda Renner e Lewgoy afirmaram, como vimos acima.

Quando perguntado sobre as críticas do movimento ecológico a seu trabalho para a Riocell, em geral, Lutz respondia: “Dizem que eu me vendi à Riocell. Na verdade, eu tive de tirar o chapéu para eles. Mas não era para tirar? Se tu brigas dez, doze anos com alguém, dizendo que ele deve fazer isso e aquilo, e ele faz, qual a tua atitude? Ora, tu vais lá e te abraças a ele, não é mesmo?” (HASSE, 1990, p. 5, APJL). Também criticou ambientalistas que não compreendiam sua postura, esclarecendo que a sua posição era bem clara: “nós não somos contra ninguém mas somos a favor da promoção da vida. Não sou contra a indústria, mas contra a poluição. Não podemos só criticar, temos de trazer soluções. Mas existem certos pensamentos maniqueístas que acham que se a gente brigou por uma causa tem que continuar brigando a vida toda!” (CADERNO DE DOMINGO NH e VS, 05/06/1988, APJL). Por fim, quando perguntado sobre sua experiência com a Riocell, respondeu: “O meu relacionamento e trabalho com a Riocell constitui uma das grandes satisfações da minha vida. Sinto-me muito grato pela oportunidade que me foi dada de, conjuntamente, levarmos a cabo este belo e significativo trabalho” (A GARÇA, 2002, APL).

---

<sup>173</sup> O contrato passou por várias modificações, que não veem ao caso aqui detalhar. A Tecnologia Convivial foi incorporada pela Vida em 1997, com a inclusão dos seus objetivos (paisagismo, consultorias) à nova empresa. É essa a empresa da família Lutzenberger, que continua prestando serviços de reciclagem de resíduos industriais.



Lutzenberger não concordava com a posição dos ambientalistas que o criticavam. Creio que, para ele, a empresa dera demonstrações de que mudara seus processos, tornando-os menos poluentes, sendo assim, pensava: “por que continuar brigando com ela? Por que, do contrário, não tornar-se seu aliado, ajudando-a a aperfeiçoar cada vez mais esses processos?” Em sua visão, aqueles que se opunham à empresa não conseguiam pensar de forma mais ampla: de acordo com sua ética ecológica, a indústria em si não era o problema, mas sim a poluição gerada. Por isso os preocupados com a questão ambiental deveriam buscar soluções para resolver o problema da poluição, isso seria mais produtivo - e ajudaria a natureza - do que simplesmente ficar criticando a indústria.

Nesse sentido, parece-me, por ter dado a Lutz a oportunidade de desenvolver esse trabalho de “limpeza” industrial, que lhe enchia de orgulho e satisfação, ele era grato à Riocell. Graças a empresa também, ele conquistou uma posição mais estável no final da vida, diminuindo as pressões e sobressaltos do fato de nem sempre contar com uma renda fixa no fim do mês, insegurança vivida e compartilhada com Annemarie e as filhas na década de 1970 e início da de 80, depois que suas economias oriundas do emprego na BASF acabaram. Por meio desse trabalho - que podemos entender como mais uma das formas de materialização de sua ética ecológica - toneladas de resíduos deixaram de ser jogadas no lago Guaíba, durante todos esses anos, possibilitando ainda adubo para agricultura orgânica, um sonho de Lutzenberger que ele conseguiu ajudar a realizar. Por tudo isso, encarava sua parceira com a empresa “um belo e significativo trabalho”.

### **Gaia vista por Lutzenberger**

Enquanto a AGAPAN passava por mudanças difíceis, a militância de Lutzenberger em âmbito internacional deslanchava. Em outubro de 1983, participou de importante evento, o 3º World Wilderness Congress, realizado em Findhorn, na Escócia. Na ocasião, proferiu conferência sobre a devastação da Amazônia, luta em que estava diretamente envolvido naquele momento - como vimos, recentemente havia participado do filme de Adrian Cowell.

Em Findhorn, criticou os megaprojetos na região amazônica como as principais causas de destruição da floresta. No entanto, aprofundando a questão, teceu importante crítica a respeito da concepção corrente de desenvolvimento, essa sim a principal responsável pela ética que embasava todas as formas de destruição ambiental. Lutzenberger disse na conferência que

o que nós chamamos de desenvolvimento hoje é fundamentalmente incompatível com sobrevivência e justiça social. O desenvolvimento em si mesmo é um desastre, porque significa usar e consumir natureza, não viver em harmonia com ela. Nós devemos questionar os dogmas dessa fanática religião que nós vivemos, a religião do progresso e da tecnocracia (LUTZENBERGER, 1984, p. 46).

Lutz já havia criticado a “religião do progresso” em *Fim do Futuro?* [1976], afirmando que o tipo de desenvolvimento perseguido pela humanidade, e em especial pelos países ricos, estava levando à “demolição da Ecosfera” (LUTZENBERGER, 1980a, p. 17). A devastação da Amazônia era, nos anos 1980, uma das mais visíveis consequências dessa orientação econômica, que procurava o crescimento infinito às custas dos elementos naturais – finitos.

O discurso de Lutzenberger teve grande aceitação em Findhorn, onde uma comunidade alternativa se instalara em 1962, criada pelo casal Peter e Eileen Caddy e por Dorothy Maclean. Inicialmente, os três buscaram isolar-se para encontrar um “caminho espiritual”. Plantaram uma horta no local, a qual começou a chamar a atenção de pessoas que passaram a visitá-los e, nos anos 1970, a comunidade se estruturou no formato de uma ecovila (FINDHORN FOUNDATION. About us, *Online*).

A Findhorn Foundation publicou a conferência de Lutzenberger, um dos capítulos do livro *Wilderness: The way ahead* (1984), e patrocinou idas dele para palestrar na Escócia. Numa dessas ocasiões, falou sobre a teoria de Gaia<sup>174</sup>, recebida com grande sucesso pelos ouvintes. Lutzenberger travou contato com seu autor, o químico inglês James Lovelock, por volta de 1985, numa de suas viagens à Europa. Em correspondência ao professor Eneas Salati (28/03/1986, APJL), mencionou ter encontrado Lovelock em Cornwall (Cornualha, Inglaterra), quando o cientista demonstrara estar “tremendamente preocupado com o que está acontecendo em todas as florestas tropicais úmidas, especialmente na Amazônia”. Certamente, esse foi o interesse comum que os aproximou, no primeiro momento.

No entanto, Lutzenberger já conhecia a teoria de Gaia antes de travar contato pessoal com seu autor. Ele leu o livro em que Lovelock a divulgou, no original em inglês, *Gaia*, de 1979. A obra foi enviada pelo amigo Herman Daly, dos Estados Unidos, a seu pedido (LUTZENBERGER. Carta a Daly, 15/03/1981, APJL).

Lutzenberger ficou fascinado com a teoria de Gaia, a ponto de tornar-se seu divulgador na Europa e no Brasil. Escreveu um artigo intitulado “Gaia”, que enviou para várias pessoas de sua correspondência<sup>175</sup>, posteriormente publicado no livro *Gaia: O Planeta Vivo (Por um caminho suave)*, em 1990<sup>176</sup>. Na introdução da obra, afirmou: “Quando me vi confrontado com o conceito de Gaia como ele [Lovelock] o apresenta, me aconteceu o que várias vezes sucedeu com ouvintes

---

<sup>174</sup> Inicialmente proposta como “hipótese Gaia” por Lovelock (1987 [1979]), hoje o termo estabelecido é “teoria Gaia” (HARVARD, Gaia Hypothesis, *Online*).

<sup>175</sup> Lutzenberger enviou carta com o artigo em anexo para ambientalistas, professores e colegas engenheiros agrônomos, como eram Augusto Ruschi (Naturalista e Eng. Agrônomo, Santa Teresa-ES), Eneas Salati (Eng. Agrônomo, INPA, USP, Piracicaba-SP), Alfredo Stange (Eng. Agrônomo, ES), entre outros.

<sup>176</sup> O artigo Gaia já havia sido publicado na coletânea *Política e Meio Ambiente* (1986), organizada por Flávio Lewgoy.

em palestras minhas, os quais vinham me dizer ‘tudo o que o senhor falou eu já sabia, eu sentia, mas não conseguia articular tão bem e tão claro’” (LUTZENBERGER, 1990, p. 8-9).

Lovelock relatou em *Gaia: um novo olhar sobre a vida na Terra* (cito a edição portuguesa, de 1987), que “Gaia” surgiu como uma hipótese científica no final dos anos 1960, resultado de suas pesquisas para a NASA, que o contratou como consultor para projetos de procura de vida em Marte em 1964. Antes disso, em 1958, Lovelock havia inventado o “detector de captura de elétrons”, importante dispositivo que servia para detectar quantidades mínimas de determinadas substâncias químicas. Segundo Lovelock (1987, p. 12), a sensibilidade do aparelho “tornou possível a descoberta de que os resíduos de pesticidas se encontravam presentes em todas as criaturas da Terra, desde os pinguins da Antártida ao leite das mães que amamentavam nos EUA”. Por meio dessa descoberta, foi possível que Rachel Carson escrevesse “o seu livro de grande impacto, *Silent Spring*, ao apresentar as provas que justificam a sua apreensão em relação aos danos causados à biosfera pela presença generalizada dessas substâncias químicas tóxicas”. Como vimos, a leitura desse livro foi de grande importância para Lutzenberger; saber que Lovelock contribuiu para sua escrita deve ter provocado ainda mais admiração nele pelo cientista inglês.

Na NASA, Lovelock participou de uma série de experiências para identificar como seria a vida em Marte, partindo do pressuposto de que ela se desenvolveria em condições idênticas às da Terra. Insatisfeito com os resultados, depois de um ano, ele começou a questionar se “o estilo de vida em Marte, se é que existe, se revelará segundo o estilo de vida na Terra?”, e, mais profundamente, passou a perguntar-se sobre o próprio estatuto da vida: “o que é a vida, e como seria possível reconhecê-la?” (LOVELOCK, 1987, p. 18). Ocorreu-lhe que a resposta para o que era a vida deveria ser procurada numa “redução da entropia”, ou seja, a grosso modo, numa diminuição da desordem.

A ideia foi rejeitada pelos colegas e ele deixou a NASA. Passou a estudar muito o problema sob o prisma de diferentes disciplinas (Biologia, Ecologia, Física, Química, etc.). Em 1966, foi convidado pela Shell Research Limited a trabalhar nas “possíveis consequências globais para a poluição atmosférica atribuídas a causas como o cada vez maior ritmo de queima dos combustíveis fósseis” (1987, p. 24). É interessante perceber aqui a relação de ambos, Lutz e Lovelock, com grandes empresas. No caso de Lovelock, é uma multinacional gigantesca, responsável pela extração, refinamento e distribuição do combustível fóssil mais utilizado mundialmente, quem encomendou um estudo sobre a poluição causada pelo seu produto.

Nessa nova pesquisa, o químico inglês pôde “esquecer Marte” e concentrar-se na Terra e na natureza de sua atmosfera. O primeiro resultado desses estudos foi que “toda a variedade de matéria viva na Terra, das baleias aos vírus, dos carvalhos às algas, poderia ser encarada como constituindo uma única entidade viva, capaz de levar a atmosfera da Terra a adequar-se às suas

necessidades gerais e dotada de faculdades e poderes superiores aos das suas partes constituintes” (1987, p. 25). A evidência que possibilitou essa formulação foi a constatação, através de registros fósseis, de que o clima na Terra mudou muito pouco desde o surgimento da vida, há cerca de 3,5 bilhões de anos. Entretanto, houve variações no calor liberado pelo Sol, nas propriedades da superfície da Terra e na composição química da atmosfera. Segundo Lovelock (1987, p. 26), essa composição viola as regras da química – a atmosfera não é quimicamente equilibrada. Em suas palavras, os desequilíbrios em escala planetária “sugerem que a atmosfera não é apenas um produto biológico, mas mais provavelmente uma construção biológica: não viva, mas como a pele de um gato, as penas de uma ave (...) o prolongamento de um sistema vivo criado para manter um determinado meio envolvente”. Ou seja, a atmosfera seria como a “pele” da Terra, moldada pela biosfera de todo o planeta.

O nome “Gaia” foi sugerido pelo escritor inglês William Golding, “sem hesitações”. Gaia, também conhecida por Ge, era a deusa da Terra, ou “Mãe Terra”, na mitologia grega<sup>177</sup>. Em 1969, Lovelock apresentou o conceito pela primeira vez, num evento sobre as origens da vida na Terra, nos EUA, quando chamou a atenção da bióloga Lynn Margulis. A partir de 1970, ela passou a colaborar com Lovelock nas pesquisas e ambos avançaram para a definição de Gaia

Como uma entidade complexa que abrange a biosfera, atmosfera, os oceanos e o solo da Terra; na sua totalidade, constituem um sistema cibernético ou de realimentação que procura um meio físico e químico ótimo para a vida neste planeta. A manutenção e condições relativamente constantes por controle ativo pode ser convenientemente descrita pelo termo homeostase (LOVELOCK, 1987, p. 27).

Em linguagem clara, visando divulgar o conceito, Lutzenberger (1990) afirmou que Lovelock e Margulis inverteram o enfoque convencional, “segundo o qual a vida existe na Terra porque a Terra reúne e mantém as condições certas. *Se a Terra oferece condições adequadas, é porque a Vida assim as mantém!* [Itálico do autor]”. Seu artigo “Gaia” reforça os pressupostos científicos que embasam a teoria, como a própria fotossíntese, que pressupõe a complementaridade entre planta e animal (um não existiria sem o outro: sem plantas e algas, não haveria o oxigênio necessário à respiração; sem animais para consumir o oxigênio, o excesso desse gás causaria incêndios que exterminariam a vida).

---

<sup>177</sup> O nome “Gaia”, ao mesmo tempo que agradou os ambientalistas, foi motivo de críticas de colegas cientistas. Segundo Worster (2011, p. 380-381), o nome gerou ceticismo. Lovelock poderia ter usado um termo “high-tec”, ao qual ninguém teria objetado. “Gaia” sugeria que a vida coletivamente tinha os atributos de uma pessoa. Claro que não era isso que Lovelock queria dizer, mas ele gostava de descrever Gaia como um ser único, de usar o pronome “ela”, e referia-se à habilidade “dela” de aprender a como gerenciar as coisas. Como o próprio Lovelock apontou (1987, p. 11), seus maiores críticos foram os biólogos Ford Doolittle e Richard Dawkins, porque para eles “não existe nenhuma forma de a seleção natural levar o altruísmo à escala global”. Dawkins também argumentou contra a ideia de Gaia como um organismo vivo com o fato de que o planeta não é prole de quaisquer pais e é incapaz de se reproduzir. No entanto, Lovelock define a vida de forma diversa: é todo o sistema autorregulado de autopreservação; a vida pode estar em uma célula como num órgão encaixado num organismo bem maior. Nesse caso, a reprodução seria opcional, não obrigatória como inferiu Dawkins (HARVARD, Gaia Hypothesis, *Online*).

É interessante constatar que algumas afirmações controversas de Lovelock em seu livro – como a crítica aos ambientalistas por lutarem contra a poluição industrial e a destruição da camada de ozônio pelo CFC<sup>178</sup>, e também por suas reivindicações constituírem “um entrave à expansão econômica” (LOVELOCK, 1987, p. 140-41) – não impediram que Lutzenberger se encantasse pela teoria do químico inglês. Isso se deu porque o conceito de Gaia encaixava-se perfeitamente na visão holística que embasava o pensamento de nosso personagem; na verdade, era a comprovação científica dessa visão. A exemplo da teoria da trofobiose de Chaboussou, como vimos, “Gaia” reforçava e legitimava os argumentos que já eram defendidos pelos ambientalistas, por isso a sua aceitação por grupos de defesa ambiental em diferentes países. Como Lutzenberger (1990, p. 9) escreveu, o que Lovelock “descobriu, em expedições especiais e com seus instrumentos ultrasensíveis, só corrobora o que a Ecologia já conhece”.

O conceito de Gaia confirmava cientificamente o que ele chamou de “unidade funcional” desde o *Manifesto* (LUTZENBERGER, 1980a, p. 11) e afirmou de forma melhor elaborada em *Gaia* (LUTZENBERGER, 1990, p. 95): “a biosfera, o conjunto dos seres vivos, está íntima e inseparavelmente integrada na Litosfera, na Hidrosfera e na Atmosfera. O todo constituiu uma unidade funcional, um organismo à parte, um sistema dinâmico integrado, equilibrado, autorregulado”.

Convém salientar que o próprio Lutzenberger afirma haver ficado surpreso ao constatar que já havia usado a palavra “Gaia” em artigo seu de 1979, intitulado “Sinfonia Ameaçada”, também incluso no livro de 1990. Nesse texto, publicado originalmente no *Correio do Povo*, em 24/02/1979, Lutz afirma, baseado em seu conhecimento de ecologia até aquele momento, que “a Vida não se regula somente a si mesma em nível molecular, celular, de tecido, de órgão, de organismo, de população, de biocenose, de ecossistema e de bioma, ela se autorregula em nível de Ecosfera, de Gaia, mantendo regulado seu próprio clima, seus sistemas hídricos e os grandes ciclos materiais”. Ele teria se surpreendido com sua formulação, que iria ao encontro do conceito de Lovelock, o qual, no entanto, só conhecera em 1981. Na verdade, para Lutz (1990, p. 9), Lovelock e Margulis deram “nome próprio à Ecosfera e, com isso, fizeram aquilo que muito cientista, especialmente muito biólogo, tem um medo louco de fazer: incluir emoção”.

Gaia, além de uma contribuição ao conhecimento científico, significou, para Lutzenberger, uma evolução no âmbito da ética ecológica. Nosso personagem reconheceu que a imagem da “nave espacial Terra” (amplamente difundida por ele nos anos 1970, a partir da formulação de Boulding

---

<sup>178</sup> Para Lovelock (1987, p. 127), considerar que as latas “inofensivas” de aerossóis poderiam “destruir a vida na terra”, como alardeavam “ambientalistas radicais”, era um “exagero [que era] ótima política, mas péssima ciência”. A Terra, segundo ele, já havia passado por eventos no passado que teriam esgotado a camada de ozônio, como erupções vulcânicas, colisões de meteoros, entre outros, e o fato de a vida ainda existir era prova conclusiva de que “a diminuição de ozônio não é tão mortal quanto tem sido dado a entender”.

(1966), uma ética no fundo antropocêntrica) era “uma figura boa diante da visão convencional, na qual a Terra é apenas substrato ou palco da Vida, e a Vida, para nós humanos, não passa de recursos. Haja vista nossa atitude diante da Amazônia. Mas a imagem da nave espacial engana. Uma nave tem passageiros. Em Gaia não há passageiros, *tudo é e todos somos Gaia* [itálico do autor]” (LUTZENBERGER, 1990, p. 101-102). Em carta a Adilson<sup>179</sup> (19/05/1986, APJL), Lutzenberger afirmou que o conceito de Gaia era, “até agora o conceito ecológico mais profundo e de maior relevância filosófica e ética”. Ele vinha, de certa forma, preencher a necessidade de “preceitos éticos que nos levem a respeitar o mundo vivo, em vez de encará-lo apenas como se fosse nada mais do que recursos, visão esta que predomina em todos os administradores e tecnocratas” (IDEM).

O entusiasmo pelo conceito foi ainda maior porque, em palestra para tecnocratas, na Escócia, ele obteve “sucesso inesperado” (LUTZENBERGER. Carta a Fábio Costa, 30/05/1986, APJL): “o conceito impressiona profundamente e contribui muito para a conscientização” (LUTZENBERGER. Carta a Paulo Sardeiro, 10/07/1986, APJL). A aceitação foi tão boa que ele transformou as palavras ditas na palestra no texto do artigo que enviou em anexo às correspondências, divulgando a teoria. Mais do que isso, “o sucesso foi tal, que fizeram uma GAIA-Foundation, a cujo conselho agora pertencço” (LUTZENBERGER. Carta a Piero, 25/05/1986, APJL).

Lutz foi um dos fundadores da Gaia Foundation, com sede em Londres. Segundo seu *website*,

a ideia de criar a Gaia Foundation surgiu em meados dos anos 1980, quando Liz Hosken, Edward Posey, José Lutzenberger, Wangari Maathai, Vandana Shiva e outros pioneiros ecológicos, se reuniram para discutir as crescentes crises globais depois de quatro décadas de desenvolvimento - a extinção em massa de espécies, degradação ecológica, a desigualdade social e econômica, e muito mais. Nossa visão comum era tanto alertar as pessoas para as causas da crise, assim como demonstrar que "um outro caminho é possível" (GAIA FOUNDATION. Our History, *Online*).

Uma das fundadoras da Gaia Foundation, a indiana doutora em Física Vandana Shiva, recordou que conheceu Lutz em um evento para proteger as florestas tropicais, a convite da Amigos da Terra do Reino Unido, por volta de 1985. Na ocasião, Wangari Maathai também estava presente (SHIVA. Entrevista via *E-mail*, 19/04/2015).

A Gaia Foundation patrocinou algumas idas do ambientalista brasileiro à Europa (LUTZENBERGER. Carta a Piero, 25/05/1986, APJL). Ele participou também do conselho curador de outra entidade semelhante, a Foundation for Gaia, sediada em Southampton, Inglaterra, de 1985 até seu falecimento (FOUNDATION FOR GAIA, *Online*).

---

<sup>179</sup> Não consta o sobrenome de Adilson na carta.

Em 1987, Lutzenberger criou também uma Fundação Gaia no Brasil. Ele transformou uma área degradada de cerca de 30 hectares no município de Pantano Grande, a 120 km de Porto Alegre, em um belo sítio onde desenvolveu projetos de agricultura ecológica e educação ambiental. Vamos acompanhar a seguir como se deu a criação desse importante empreendimento.

### *A Fundação Gaia*

Inspirado pela teoria de Gaia e pelo exemplo das fundações europeias, Lutzenberger acalentou o desejo de construir algo parecido no Brasil. A Fundação Gaia (FG) foi oficialmente instituída e registrada em cartório no dia 17 de junho de 1987, com escritório sediado em Porto Alegre, no endereço de Lutz – a casa construída por seu pai na Jacinto Gomes (PODER JUDICIÁRIO, Escritura nº 4.859. Porto Alegre, 1987, APJL). A sede rural, onde os projetos seriam desenvolvidos, foi fruto do trabalho de consultoria de Lutz a uma propriedade em Pantano Grande-RS.

Em 1983, ele recebeu carta de Hubertus Loewens - um conhecido de Lutz ligado à Antroposofia e Agricultura Biodinâmica -, apresentando “um novo amigo nos biodinâmicos do RS” (LOEWENS. Carta a Lutzenberger, 10/10/1983, APJL). Eles já haviam conversado sobre o assunto ao telefone e Loewens escrevia a Lutz para enviar o endereço do “novo amigo”. Tratava-se do banqueiro e empresário Arnaldo Gueller, proprietário da Capão da Fonte Agropecuária Ltda., uma fazenda com 2.783 hectares em Pantano Grande-RS. Uma parte da propriedade estava arrendada, controlada por terceiros, “mas no momento praticamente sem uso de agrotóxicos”. Segundo Loewens, Gueller gostaria de mudar o funcionamento da fazenda para a agricultura biodinâmica, mas estava com dificuldade em “encontrar um administrador experiente”. O proprietário não estava tão preocupado com o lucro (pelo menos a curto prazo), mas sim em “construir uma fazenda orgânica”; para esse objetivo já havia inclusive contratado um grupo de funcionários. Por fim, Loewens perguntou a Lutz se conhecia “uma personalidade adequada para esta tarefa exigente”, afirmando que ficaria muito grato pela mediação (IDEM).

Não consta no APJL a continuidade dessa correspondência, mas sabemos que, em vez de intermediar a contratação de “um administrador experiente”, Lutz ofereceu seus próprios serviços a Gueller. Em 1986, ele foi contratado para prestar assessoria à fazenda Capão da Fonte (DREYER, 2004, p. 277). No final de 1986, Gueller resolveu doar 11 hectares da fazenda para que Lutz pudesse concretizar sua Fundação. No entanto, durante os processos legais para instituir a FG, descobriu-se que Gueller estava em litígio com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), o qual em anos anteriores explorara duas pedreiras situadas no interior da fazenda. Gueller não concordava com os valores da indenização que o órgão federal oferecia no

processo de desapropriação da área. Devido à exploração, as pedreiras encontravam-se exauridas; como podemos ver nas fotos abaixo, elas eram literalmente buracos:



Área das pedreiras, no Rincão Gaia. Fotos de José Lutzenberger. Anos 1980 (APJL).

Em carta ao DNER, Gueller propôs uma forma de resolver o impasse. Em suas palavras, Lutzenberger criara “um plano de aproveitamento visando transformar [o local] num grande centro cultural e ecológico, desenvolvendo ali diversas atividades educacionais na área ecológica e agrícola”, que incluía “a construção de salas de aula e hotel para hospedagem” e, para isso, precisaria de uma área de cerca de 30 hectares. Sendo assim, ele propunha que DNER e Capão da Fonte formalizassem “um acordo para desistência do processo desapropriatório, renunciando-se expressamente a toda e qualquer pretensão indenizatória por parte da Capão”. Gueller se comprometia a doar a área das pedreiras para a FG e “lhe alienar uma área de entorno suficiente para a instalação do projeto” (CAPÃO DA FONTE. Carta ao DNER Porto Alegre. 10/04/1989, APJL). Pelo que consta em carta de Lutz a Gueller (06/06/1988, APJL)<sup>180</sup>, e também dito por ele em depoimento na Assembleia Legislativa (BONNES, HASSE, 2002), a área ao redor das pedreiras teria sido “paga” com seus honorários no trabalho de consultoria vitalícia à fazenda Capão da Fonte.

Em 1988, Lutz recebeu um prêmio de 33 mil dólares (o chamado Nobel Alternativo, que abordaremos no próximo subcapítulo), os quais investiu na nova fundação. Com aproximadamente 30 hectares de área bastante degradada, o Rincão serviu como local privilegiado de materialização da filosofia e ética ecológicas que ele divulgava desde 1971. Isso fica evidente se considerarmos a transformação que Lutz realizou na propriedade. O fato do local encontrar-se degradado, após intensa exploração, deve ter sido estímulo ainda maior para nosso personagem, pois, justamente

---

<sup>180</sup> Segundo a carta, Lutz sugeria cobrar 500 dólares mensais de honorários pela consultoria à Capão da Fonte, para serem abatidos do valor de mercado do imóvel (a ser atribuído por Gueller). Quando o montante fosse saldado, Lutz se comprometia a continuar prestando a consultoria, “enquanto eu viver e tiver condições para tal” (LUTZENBERGER. Carta a Gueller. Porto Alegre, 06/06/1988, APJL).

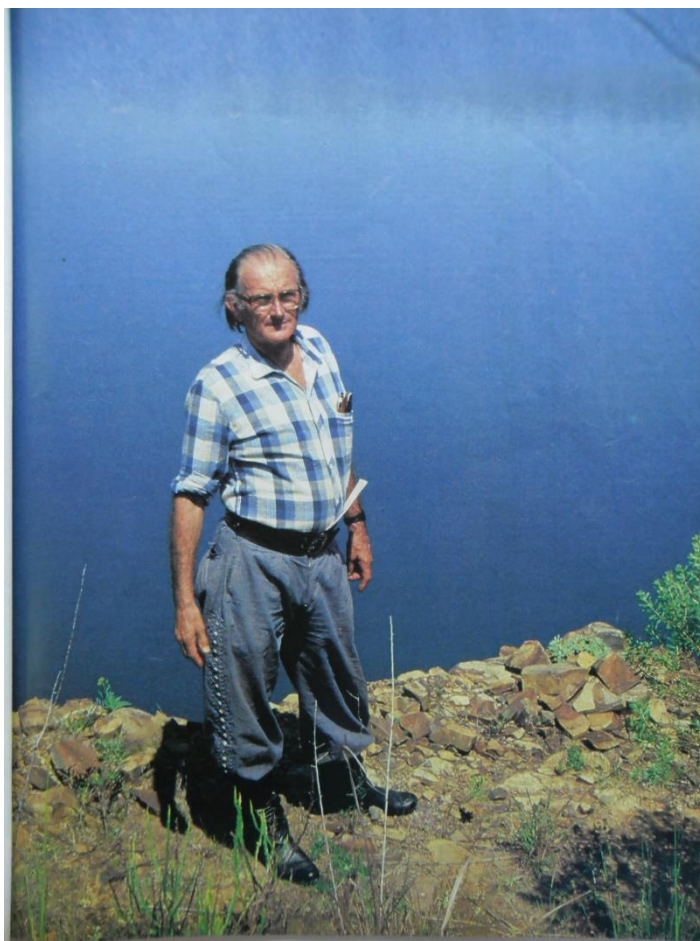


por isso, possibilitaria uma variedade de trabalhos de recuperação, oportunidades para colocar em prática as “soluções ecológicas” que ele gostava tanto de divulgar.

Com o tempo, o Rincão Gaia foi tomando forma. Lutz investiu no projeto o dinheiro do prêmio, além de recursos próprios – ele firmava-se como consultor da Riocell e avançava na reciclagem dos resíduos da empresa, na mesma época. As pedreiras foram transformadas em dois belos lagos, formados com a água das chuvas, como podemos ver na foto do maior deles, abaixo:



Lago no Rincão Gaia. Foto Helena Lutzenberger, 2008 (APJL).



Lutzenberger na beira de um dos lagos no Rincão Gaia. *Globo Rural*, Janeiro 1989, p. 61 (APJL).

Casas no formato de bangalôs foram construídas, com telhado de sapé, no local:



Casa à beira de um dos lagos. Foto de Julho de 1991 (APJL).



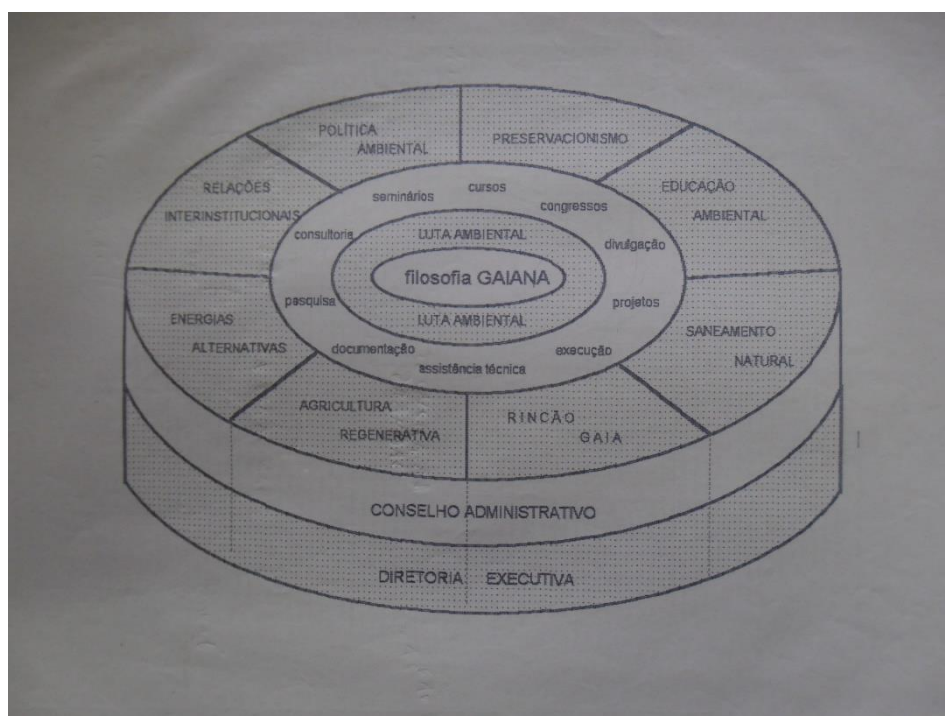


Vista aérea do Rincão Gaia. Foto de Julho de 1991 (APJL).

É interessante abordar aqui o planejamento de Lutz para a nova fundação. Na redação dos objetivos da entidade, o ambientalista mostrou como percebia o conjunto de suas próprias lutas nos eixos principais em que elas se estruturavam. A fundação seria como uma plataforma por meio da qual daria seguimento ao trabalho a que vinha se dedicando desde que se tornara presidente da AGAPAN. De acordo com ele, o objetivo central da FG era “Promover consciência e ética ecológica no contexto de uma visão unitária da vida e do Universo”, e dessa meta decorreriam as demais:

Promover democracia real – participação e descentralização administrativa, autonomia e poder local;  
 Defender a identidade cultural dos povos e minorias, inclusive dos povos indígenas e demais habitantes das selvas;  
 Promover desenvolvimento ecológico socialmente justo: agricultura regenerativa – prática, pesquisa, difusão, levantamento da memória camponesa;  
 [Promover] tecnologias brandas com uso inteligente e sustentável dos recursos;  
 Defender os sistemas naturais – comunidades florísticas e faunísticas, ecossistemas ainda intactos, lutar pela regeneração sempre que possível;  
 Lutar contra a extinção das espécies, preservar endemismos;  
 Criar, restaurar e manter jardins botânicos, parques zoológicos e sítios de interesse ecológico e paisagístico, compreendendo estações e reservas ecológicas, áreas de preservação ambiental, zonas de vida silvestre e corredores ecológicos, parques e florestas municipais, estaduais e nacionais. Em suma: integração humana nos desígnios de Gaia – Ética Gaiana (PODER JUDICIÁRIO, Escritura nº 4.859. Porto Alegre, 1987, APJL).

Em documento do APJL, consta um esquema visual dos elementos acima mencionados:



LUTZENBERGER, Gráfico com objetivos da Fundação Gaia. S/data (APJL).

No gráfico, podemos observar como Lutz representava a “filosofia Gaiana”: ela era o centro de onde irradiavam as lutas, atividades e eixos de atuação da nova entidade. Essa filosofia, por sua vez, estava embasada numa “visão unitária da vida e do Universo” – expressão que podemos entender como um desdobramento do que já constava no *Manifesto* [1976], no conceito de ecologia: “nenhuma espécie faz sentido por si só, isoladamente. Todas as espécies (...) são peças de uma grande *unidade funcional*. (...) *Tudo está relacionado com tudo*” [itálicos do autor] (LUTZENBERGER, 1980a, p. 11). Essa ideia de unidade, de que “tudo” (vida e Universo) está relacionado e é interdependente, é tributária da corrente da ciência Ecologia desenvolvida desde o século XVIII, inicialmente pelo naturalista inglês Gilbert White, a qual enfatizava a dimensão holística da natureza (WORSTER, 2011b).

É interessante observar também, na redação do objetivo final da fundação criada por Lutzenberger, que Gaia é tratada como um sujeito, capaz de manifestar vontade própria, intenção, à qual os humanos devem se adaptar: “integração humana nos desígnios de Gaia”. A palavra “desígnios” é frequente no discurso religioso, geralmente referindo-se aos “desígnios de Deus”, como uma espécie de destino do qual não se pode escapar.

Por outro lado, assumindo a teoria de Gaia em um nível mais profundo, filosófico, Lutz encarava o planeta como o “ser Gaia”, capaz de manifestar propósitos os quais os humanos deveriam seguir, ou seja, a humanidade deveria cooperar com Gaia, realizando o que constava nos objetivos anteriores da fundação, e não atuar de forma contrária, como vinha acontecendo em virtude de uma perspectiva antropocêntrica. A ideia de seguir, imitar, cooperar com a natureza, ou com Gaia, é fundamental na ética de Lutzenberger, como veremos no capítulo 8.

Precisamos registrar a ajuda de Elisabeth Renck na estruturação da FG. Em 1982, um ano após o falecimento de Anne, eles se conheceram, numa feira de flores. Beth, como Lutz a chamava, é filha de agricultores de Taquara; preocupada com a questão ecológica, aproximou-se do ambientalista e tornou-se sua namorada por dez anos, até 1993. Ela foi coordenadora do Rincão Gaia por nove anos, de 01/06/1994 a 07/04/2003 (BERGER, Susana. Informação por *E-mail*, 15/04/2015).

Nos anos 1990, a Fundação passou a contar com financiamento externo para o desenvolvimento de alguns de seus projetos, nas áreas de educação ambiental e agricultura regenerativa. Especialmente importante foi a parceria com a Fundação Heinrich-Böll-Stiftung, sediada em Berlim, Alemanha, nos projetos “Difusão da Agricultura Regenerativa no Brasil” (1990-93) e “Promoção e divulgação da Agricultura Regenerativa no Rio Grande do Sul” (1994-96). No primeiro projeto, foram custeados infraestrutura para a realização de cursos (casas, galpões, casa comunal, energia elétrica, etc.) e organização de equipe técnica<sup>181</sup>. Já no segundo, a fundação alemã financiou os salários e encargos de uma equipe de cinco funcionários e demais custos necessários à execução do projeto (FUNDAÇÃO GAIA. Aparentamento... 1994, APJL). A ênfase de ambas as iniciativas era a agricultura ecológica, a principal luta da militância ambiental de nosso personagem desde 1971. Em perfil publicado na *Revista Guia Rural*, de 1989, Lutz explicou o uso do termo “regenerativa” para esse tipo de agricultura: “acho apropriado falar de agricultura regenerativa porque a atual agricultura é destrutiva dos recursos naturais e dos ecossistemas” (HASSE, 1989, p. 44). É interessante constatar que, como estamos vendo ao longo desta tese, a agricultura ecológica continuava sendo definida em contraposição ao “paradigma da agronomia oficial”, ou seja, o modelo agrícola dito “moderno”.

---

<sup>181</sup> Para saber mais sobre os financiadores da Fundação Gaia, consulte-se: <<http://www.fgaia.org.br/financiamento.html>>. Acesso em 29 dez. 2014.

Segundo relatório de 1994 (PROJETO RINCÃO GAIA, APJL), nos anos iniciais (1988-94), houve desenvolvimento de paisagismo no entorno das pedreiras – a cargo da administradora do Rincão na época, Elisabeth Renck – e foram priorizadas as construções, financiadas pela Fundação Heinrich Böll e pelos recursos pessoais de Lutz. Em termos agrícolas, a prioridade foi recuperar os solos da propriedade com adubação verde, “já que se encontravam muito degradados pela ação nociva da agricultura de rapina feita anteriormente”. Na mesma época, foram implantados um pomar, uma lavoura de arroz e uma horta. Cerca de 4,5 hectares eram dedicados ao plantio de arroz orgânico e 90% dessa produção era vendida sob forma de arroz integral empacotado no próprio Rincão. Eram produzidos para consumo local feijão, trigo, centeio, aipim, hortaliças, mel (dez colmeias), mandioca, cana e diferentes pastos para os animais (vacas, galinhas, porcos). O excedente era vendido semanalmente: os ovos das galinhas, o leite das vacas e a carne dos porcos (IDEM).

Além da diversidade de víveres produzidos no Rincão, sem a utilização de aditivos ou insumos químicos, chamava a atenção de quem visitava a propriedade a principal fonte de alimentação dos animais: os aguapés produzidos nos lagos. Segundo o relatório, “o trato com aguapés tem se mostrado fundamental para a saúde dos animais e é imediatamente assimilado pelos visitantes, pois percebem como é fácil produzir e colher a planta e o resultado que esse trato traz aos animais” (PROJETO RINCÃO GAIA, 1994, APJL). Esse aspecto foi ressaltado em reportagem sobre a FG publicada no jornal *Gazeta do Sul*: “as galinhas deixam de lado o milho nos galinheiros para comerem aguapés”. Citando Lutzenberger, a matéria afirma que as galinhas se reproduziam mais e a gema de seus ovos “apresenta uma enorme diferença em relação às procedentes dos animais criados pelos novos métodos” (GAZETA DO SUL, 07/04/1993, APJL).

A casa comunal foi construída para integrar aulas e refeições num pequeno salão, pois a proposta dos cursos foi pensada para um dia inteiro, ou um final de semana, em que os participantes ficavam hospedados e faziam todas as refeições no Rincão. Já em 1992, foi ministrado um curso sobre Paisagismo e Flora Nativa, “com ênfase na preservação e recuperação da paisagem” (ZERO HORA, 20/11/1992, APJL). Em março de 1993, foi oferecido o primeiro curso com o objetivo de divulgar a agricultura regenerativa, dirigido a produtores locais (GAZETA DO SUL, 07/04/1993, APJL). Esse curso contou com 14 agricultores participantes, “praticamente subsidiado pela fundação para atrair os produtores. O próximo será dirigido para os técnicos agrícolas”. Como manifestou várias vezes, Lutz sabia que, para ter sucesso, precisava convencer todos os envolvidos da viabilidade da agricultura ecológica: agricultores, técnicos, agrônomos e, se possível, os órgãos públicos responsáveis.

Nos anos de 1996 e 1997, o Rincão contou com a assessoria da professora Isabel Carvalho em cursos de Educação Ambiental. Especialista na área, ela prestou consultoria na elaboração e

acompanhamento de cursos para capacitação de monitores de educação ambiental e de promotores da agroecologia. Esse trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto financiado pela Fundação Heinrich Böll, à qual a professora estava ligada. Com a formação dos monitores, o Rincão passou a receber alunos e professores para visitação e cursos, na maioria dos casos aliando educação ambiental e agroecologia – em geral, a FG orientava que fossem implantadas hortas nas escolas, por meio dos métodos agroecológicos (PANTANO GRANDE, 24/06/2000, p. 3, APJL).

A Fundação Heinrich Böll ainda financiou parcialmente o projeto "Capacitação de Agricultores Familiares como Promotores da Agricultura Regenerativa no RS - Brasil", de 1996 a 1997. A FG também recebeu recursos da inglesa Gaia Foundation e de pessoas físicas simpatizantes com as lutas de Lutzenberger. Outra fonte de receitas era a prestação de consultorias a empresas e governos, como foi o caso da assessoria ao governo do Amazonas entre 1997 e 98<sup>182</sup>. No entanto, conseguir patrocinadores se revelou uma tarefa difícil e muitos dos custos eram pagos pelo próprio Lutz. Dessa forma, podemos perceber o quanto o trabalho de reciclagem dos resíduos da Riocell tornou-se importante para o ambientalista. Além de garantir o sustento pessoal familiar, como vimos, era fonte de renda que ele aplicava em sua fundação, visando atingir os objetivos propostos e, assim, demonstrar concretamente, na prática, a viabilidade da ética ecológica.

### **A consagração: Projeção internacional e Prêmio Nobel Alternativo**

#### *“Cidadão do mundo”*

Como estamos vendo, nos anos 1980, a luta de Lutz ampliou-se mundialmente. Segundo Ney Gastal, que o entrevistou em 1986 para o *Jornal RS* (APJL), ele tornou-se “cidadão do mundo”, “respeitado internacionalmente”; passou a viajar com frequência para a Amazônia, Europa, Estados Unidos, “ou lugares inesperados como o Quênia, para onde vai em fevereiro [de 1987]”. Nesses países, participava de reuniões e congressos, proferia conferências, dava entrevistas e debatia com ambientalistas e cientistas os problemas ambientais. Em geral, quando ia aos Estados Unidos e ao Reino Unido (Escócia e Inglaterra), seu foco era a situação da Amazônia; já na Alemanha, suas visitas se referiam mais à agricultura ecológica, tanto em eventos quanto como consultor de propriedades agrícolas no país.

Uma de suas atuações mais importantes na luta contra os agrotóxicos em âmbito internacional foi o depoimento na Comissão de Alimentação, Agricultura e Floresta, no Parlamento Alemão, em 24/10/1984, sobre um novo Projeto de Lei dos Pesticidas, que estava sendo discutido para substituir a lei em vigor, de 1968. No texto *Nova Conspiração da Máfia dos Pesticidas* (LUTZENBERGER, Nov./1984, APJL), ele relatou que essa lei isentava os pesticidas

---

<sup>182</sup> Lutz prestou assessoria ao governador Amazonino Mendes (PDT). Abordaremos um pouco mais sobre esse tema no próximo capítulo.



exportados de registro no órgão federal responsável, e também não exigia que tais produtos fossem etiquetados para informar se possuíam registro ou não. O Partido Verde alemão queria que a nova lei revogasse essas isenções; para convencer a Comissão, propuseram que Lutzenberger prestasse depoimento, já que o assunto interessava aos países em desenvolvimento, consumidores dos referidos produtos.

Não foi fácil obter a permissão para o testemunho. Os representantes de partidos da coalizão do governo recusaram a proposta, “argumentando que seria absurdo convidar técnico estrangeiro, havendo tantos técnicos alemães disponíveis”. Com isso, “os Verdes propuseram pagar por conta de seu partido os gastos de minha viagem. Isso também foi recusado, com o argumento de que se trataria de gasto injustificado de dinheiro público”. Por fim, conseguiram que o DNR (Deutscher Naturschutzring), uma federação de entidades de defesa ambiental, tomasse Lutz como perito, a fim de que ele pudesse falar – e apenas por dez minutos. O ambientalista disse ter ficado profundamente impressionado com “a hostilidade, o ódio mesmo, que os deputados do governo demonstravam diante dos poucos depoentes do movimento ecológico, cinco de um total de quinze”.

Em seus dez minutos, Lutz rebateu “o argumento da indústria química de que uma proibição de exportação de agrotóxicos não registrados ou proibidos no país de origem seria uma ‘intromissão indevida nos assuntos internos de nações soberanas’ e de que esses países teriam todos excelente legislação e perfeitos mecanismos de controle para agrotóxicos”. De acordo com ele, ocorria o contrário: a maioria dos países pobres não possuía legislação nem controles efetivos sobre o assunto. Até mesmo o Rio Grande do Sul, o primeiro estado a construir uma legislação sobre agrotóxicos no Brasil, inclusive proibindo a importação de produtos sem registro nos países de origem – com a participação dos ambientalistas, como vimos no capítulo 3 - não havia implementado um controle efetivo dessas substâncias. A exemplo do que já dissera no depoimento de 1980, no Ministério da Agricultura, em Porto Alegre, para Lutz, havia uma “Máfia dos Agrotóxicos” que dominava os governos de diversos países; além do Brasil, operava também na Alemanha. Ele chamava suas estratégias de “conspiração internacional”. Relevante aspecto destacado por ele foi o argumento da indústria química de que, se o registro se tornasse obrigatório para seus “defensivos”, ou “produtos de proteção às plantas”, os métodos de tratamento biológicos, orgânicos ou ecológicos também deveriam obedecer à mesma regra. No entanto, tais registros eram muito caros, o que tornaria a agricultura alternativa inviável (LUTZENBERGER, Nov./1984, APJL).

Em cartas a Thomas Welch, enviadas em 27/03/1987 e 09/04/1987 (APJL), Lutz mencionou que passaria parte do mês de julho de 1987 na Alemanha, prestando consultoria em agricultura orgânica (ele não especificou para quem e em que cidade/região). No entanto, teria que



participar também de um encontro promovido pela Universidade das Nações Unidas, em Maracaibo-Venezuela, que ocorreria de 14 a 17 de julho; era, segundo Lutz, um evento de “máxima importância em nossa luta com o Banco Mundial contra a destruição da floresta tropical” (LUTZENBERGER. Carta a Thomas Welch, 09/04/1987, APJL). Segundo o ambientalista mencionou na carta, parecia que o Banco Mundial começava a mudar suas políticas: ele teria cancelado todos os empréstimos ao Brasil até que as autoridades pudessem mostrar que o ambiente e os povos nativos não seriam prejudicados.

Mas a consultoria na Alemanha e a participação no encontro na Venezuela eram apenas exemplos de um turbilhão de atividades que Lutz vinha realizando em âmbito nacional e internacional. Em 27/03/1987 (LUTZENBERGER. Carta a Thomas Welch, 27/03/1987, APJL), ele relatou que precisava redigir dois capítulos do livro *A Máfia dos Agrotóxicos* até dezembro daquele ano, havia ao menos uma dúzia de pessoas esperando que ele escrevesse prefácios para suas obras, além dos convites para eventos nos quais não conseguiria comparecer: “eu não posso estar em vários lugares ao mesmo tempo”.

Parece que Lutz selecionava suas atividades de acordo com a perspectiva de obter maior visibilidade e de transformá-las em soluções práticas para os problemas ambientais. Um bom exemplo disso foi a viagem ao Quênia, na África, em fevereiro de 1987, onde conheceu uma experiência de criação de animais silvestres para abate e consumo da carne, numa fazenda de 8.000 hectares. Ele estabeleceu contato com o proprietário, o inglês, cidadão queniano e Doutor em Ecologia David Hopcraft, em Washington, onde ambos lutaram “contra os projetos destrutivos do Banco Mundial”. Hopcraft combatia “um projeto em Botswana que significava a total destruição da Savana Africana” (LUTZENBERGER. Carta a Thomas Welch, 07/12/1986, APJL). Lutz viajou para o Quênia acompanhado de equipe da revista *Guia Rural*, da Editora Abril, para a qual escreveu artigo sobre a experiência, intitulado “Pecuária natural”, publicado na edição de maio de 1987.

No texto (citamos aqui o original datilografado), Lutzenberger narrou a mudança de orientação da propriedade de Hopcraft, de uma pecuária convencional de criação de gado na Savana africana, ao trabalho com espécies da fauna silvestre local. Esse processo foi vantajoso, conforme nosso personagem, em termos tanto ecológicos como econômicos:

Quando trabalhava só com gado, conseguia ter duas mil reses nos oito mil hectares (...). Faturava entre 40 e 50 mil dólares por ano, dos quais 70% eram gastos: muita cerca para pastoreio racional do escasso pasto, muitos poços artesianos para dar água aos animais, banhos semanais contra carrapatos, altos gastos com remédios, muitos empregados. Vivia modestamente. [Já] os animais silvestres (...) são imunes ao carrapato e à mosca Tsé-tsé, não precisam ser forçados a pastoreio racional (...). Alguns nunca bebem água, outros muito raras vezes. Seu metabolismo é resultado de evolução de milhões de anos de adaptação às condições da Savana (LUTZENBERGER, 1987, APJL).

Segundo Lutz, no início da transformação, Hopcraft encontrou dificuldades, pois o abate e comercialização de animais silvestres eram proibidos; após 10 anos de luta, o proprietário conseguiu licença especial para trabalhar com fauna silvestre. Instalou uma cerca especial, flexível, a fim de não machucar os bichos, mais de mil espécimes de gazelas Thompson's, gazelas Grant's, kogonis, gnus, elands, antílopes, topis, zebras, girafas, avestruzes e animais menores, como porcos silvestres e lebres. Quando Lutzenberger o visitou, ainda possuía 1000 reses, mas já eram mais de 2000 animais silvestres. Havia passado quatro anos desde o início do empreendimento e Hopcraft tinha faturado “cerca de meio milhão de dólares vendendo carne de animais silvestres” (LUTZENBERGER, 1987, APJL). Além do aumento nas receitas, houve também redução de custos: “enquanto que os gastos na criação de bois comiam cerca de 70% do que faturava com a venda, os gastos com animais silvestres não passam de 25% do que fatura com eles”. O objetivo de Hopcraft era chegar no “nível de produção sustentável, com 6000 animais”. Também pretendia incluir elefantes e rinocerontes, o que Lutzenberger viu como capaz de aumentar significativamente a “economicidade” do projeto, “com o preço do marfim e do chifre de rinoceronte”.

Hopcraft instalou um frigorífico para armazenar a carne, que vendia, já cortada e pesada, “diretamente aos restaurantes de Nairóbi, ao preço de setenta e cinco shillings o quilo, cerca de quatro dólares e meio, em média”. Para Lutz, esse tipo de pecuária, além de mais lucrativo e mais ecológico, era “ainda muito belo”, era “um trabalho de grande significado”, e representava a “demonstração de que ecologia e economicidade andam juntas”. Ele explicou o seu entusiasmo pelo projeto do queniano. Enquanto a maioria dos agropecuários brasileiros habitava nas cidades e só visitava esporadicamente suas terras, Hopcraft vivia na e da fazenda, numa “linda casa com teto de palha de papiros” de onde “se vislumbra a paisagem e de onde se vê a fauna”. Lutz confessou que “observar dali zebras e girafas, ou acordar no bangalô ao lado da casa de Hopcraft, com as fascinantes belas gazelas Thompson's, tranquilamente pastando a dez metros da minha cama, foi uma das experiências mais comoventes da minha vida” (LUTZENBERGER, 1987, APJL). Ele ficou tão entusiasmado, que vislumbrava a aplicabilidade do projeto, adequando-o à realidade brasileira, especialmente no Pantanal e no Cerrado, como forma de garantir a preservação da fauna e flora desses biomas.

No Cerrado, ocorria a destruição da vegetação nativa, substituída por plantações agrícolas e pasto para boi, “num esquema de produtividade baixíssima e, o que é pior, não sustentável”. Por isso, em sua opinião, os proprietários brasileiros deveriam “aprender com Hopcraft e outros que fazem trabalhos semelhantes no Quênia e em outros países africanos”. A fauna brasileira se prestaria a esse tipo de empreendimento, como a “anta, queixada, javali, cervos, veados, tamanduá,

ema, e tantos outros”, e até poderia pensar-se na introdução de alguns animais africanos: “por que não, se estamos introduzindo bois americanos, europeus e asiáticos”?

Pode parecer contraditório que um ambientalista, como ele mesmo apontou no final do artigo, defendesse o “abate de elefantes, zebras, gazelas, avestruzes ou capivaras, jacarés, veadinhos ou emas”. Lutz justificou-se com o argumento de que, “se o boi não fosse abatido para consumo humano, se o cavalo não fosse usado para trabalho e recreação, ambas espécies já estariam extintas ou se encontrariam na lista dos animais em extinção, sobriam alguns tristes indivíduos em zoológicos”. O que costumava acontecer com a capivara no Pantanal, por exemplo, era muito pior: “enquanto o fazendeiro do Pantanal não enxergar uso econômico na capivara, continuará (...) matando milhões, com iscas de arsênico, até a extinção. O dia que puder comercializar carne de capivara, couro de jacaré, passará a tratar essas espécies como trata o boi”. Por fim, uma razão ecológica de peso embasava sua posição: “no ecossistema intacto, nenhum animal morre de velho e nenhuma carcaça apodrece até o fim, tudo é consumido e reciclado”. E ainda reforçou, na última frase do artigo: “muita coisa precisa ser repensada, muitos dogmas temos que derrubar” (LUTZENBERGER, 1987, APJL).

A proposta de Lutz pode ser entendida pelo conceito de “manejo de fauna”, ou, em inglês, “Wildlife management”, algo como “gestão da vida selvagem”. Segundo Yarrow (2009, p. 2), os primeiros biólogos dedicados ao tema, como Aldo Leopold (em seu livro *Game Management*, de 1933), pensaram a gestão da vida selvagem como a arte de fazer a terra produzir animais para uso recreativo (caça, pesca ou aprisionamento). Definições mais tardias conceituaram-na como a ciência da manipulação de populações de animais selvagens e seus habitats para objetivos humanos específicos. Já as definições atuais enfatizam a gestão da vida selvagem como ecologia animal aplicada, que beneficia tanto o habitat quanto a vida selvagem e as populações humanas.

Aqui é interessante destacar as concepções de Leopold, autor da “ética da terra”, citado e admirado por Lutzenberger. Para Worster (2011b, p. 272), em *Game Management*, livro considerado pioneiro na área de ecologia e gestão animal, o autor articulou sua visão da natureza como “recurso” – um mundo a ser reorganizado e gerenciado para atender a demanda social. Entretanto, ele passou por uma espécie de “conversão pessoal” a uma perspectiva ecológica, a partir de 1935, de acordo com sua biógrafa, Susan Flader (WORSTER, 2011b, p. 285). Isso teria acontecido quando adquiriu uma propriedade rural em Baraboo, Wisconsin, e passou a observar e conviver de perto com os elementos naturais do local; inclusive foi dessa “convivência” que surgiu sua famosa ética. Cabe ressaltar que, ao contrário de Leopold, que teria se convertido a uma nova visão de mundo, Lutzenberger parecia tentar conciliar ambas, ou seja, realizava a junção de uma perspectiva economicista, utilitária da natureza, com uma ética ecológica, que priorizava a interdependência entre os seres e os ecossistemas.

Mais do que defender a natureza pelo seu valor intrínseco, o argumento econômico se fazia necessário estrategicamente, dependendo da luta em jogo e do âmbito (local ou global) de suas declarações. Em outra afirmação de Lutz, podemos ver como ele articulava as duas perspectivas – ética/valor intrínseco e econômica/utilitarista: “Já me convenci de que ninguém vai salvar bicho ou planta por idealismo. Nós temos que salvar a natureza por interesse econômico” (HASSE, 1989, p. 47).

### *O Nobel Alternativo*

Com as viagens frequentes ao exterior durante os anos 1980, Lutzenberger tornou-se figura conhecida internacionalmente, em especial na Europa, sobretudo nos círculos de poder sobre a questão ambiental. Em 1986, ele travou relações com o filatelista, filantropo e ativista sueco Jacob Von Uexküll, durante um evento em Londres. Pouco depois de retornar ao Brasil, enviou correspondência contando sobre a programação da viagem ao Quênia e sobre a importância do trabalho de Hopcraft (LUTZENBERGER. Carta a Von Uexküll. 22/11/1986, APJL).

Von Uexküll foi o fundador do Right Livelihood Award, também conhecido como “Prêmio Nobel Alternativo”, em 1980. Segundo o *website* da premiação, o sueco avaliava que as categorias do Prêmio Nobel tinham escopo muito estreito e eram concentradas demais nos interesses dos países industrializados para serem consideradas uma resposta adequada aos desafios que a humanidade enfrenta na atualidade. No início de 1980, ele procurou a Fundação Nobel, com a sugestão de que estabelecessem dois novos prêmios, um para a ecologia e outro relevante para a vida dos pobres. Inclusive ofereceu-se para contribuir financeiramente, mas sua proposta foi recusada. Decidiu então criar o Prêmio Right Livelihood, com financiamento inicial próprio. Para conseguir os fundos, Von Uexküll vendeu sua coleção particular de selos por 1 milhão de dólares. Com o prêmio, ele queria reconhecer os esforços daqueles que estavam contribuindo para as questões de ecologia e de direitos humanos mais diretamente, oferecendo respostas práticas aos desafios colocados na contemporaneidade, como a poluição do ar, do solo e da água, o perigo de uma guerra nuclear, o abuso dos direitos humanos básicos, a indigência, a miséria dos pobres e o excesso de consumo e pobreza espiritual dos ricos (RIGHT LIVELIHOOD AWARD, *History, Online*).

Lutzenberger foi um dos ganhadores do Prêmio Nobel Alternativo de 1988, juntamente com mais três ativistas, que dividiram o prêmio de 100.000 dólares<sup>183</sup>. Segundo Dreyer (2004, p.

---

<sup>183</sup> Além de Lutzenberger, foram premiados, de acordo com folheto do prêmio (THE RIGHT LIVELIHOOD AWARD. Roll of Honour 1980-2000, APJL), o urbanista e escritor britânico John Charlewood Turner, por defender os direitos das pessoas de construir, gerenciar e manter suas próprias casas e comunidades; e a ONG Sahabat Alam Malasya (SAM), representada por seu presidente e vice, Mohmed Idris e Martin Khor, por seus esforços exemplares para salvar as florestas tropicais de Sarawak, um dos dois estados da Malásia. Cada um dos três premiados recebeu

279), Lutz se encontrava em Entre Rios, no interior da Bahia, “trabalhando num projeto de reflorestamento pela Tecnologia Convivial”, quando foi informado por jornalistas de que havia recebido o prêmio, em 11 de outubro. A Gaia Foundation o indicara à honraria.

Lutz viajou à Suécia para receber a distinção acompanhado da filha Lara e da irmã Maria Magdalena. Lara assim narrou como se lembra do importante evento:

Recordo-me da sensação de imenso orgulho que senti de meu pai por ele receber tamanha distinção e o privilégio por estarmos juntos na Suécia, com a minha tia, irmã dele e minha mãe afetiva, vivenciando tão nobre experiência. Além do pai houve mais três premiados naquele ano e a cerimônia foi na sede do parlamento sueco, numa noite nevada de inverno. Encorpada pela presença de músicos clássicos, ela teve um tom erudito, bastante formal e de pouca pompa, enaltecendo o exemplo de vida que cada um dos contemplados representava. Foi uma cerimônia coerente com a visão que norteia o prêmio, cujo nome oficial é ‘Right Livelihood Award’, ou seja, traduz-se como algo do tipo: prêmio pela promoção do jeito certo de (con) viver. Finalizada a cerimônia fomos todos convidados para um jantar agradável costeando as luzes noturnas da cidade de Estocolmo em um barco turístico (Lara Lutzenberger, Entrevista via *E-mail*, 19/04/2015).

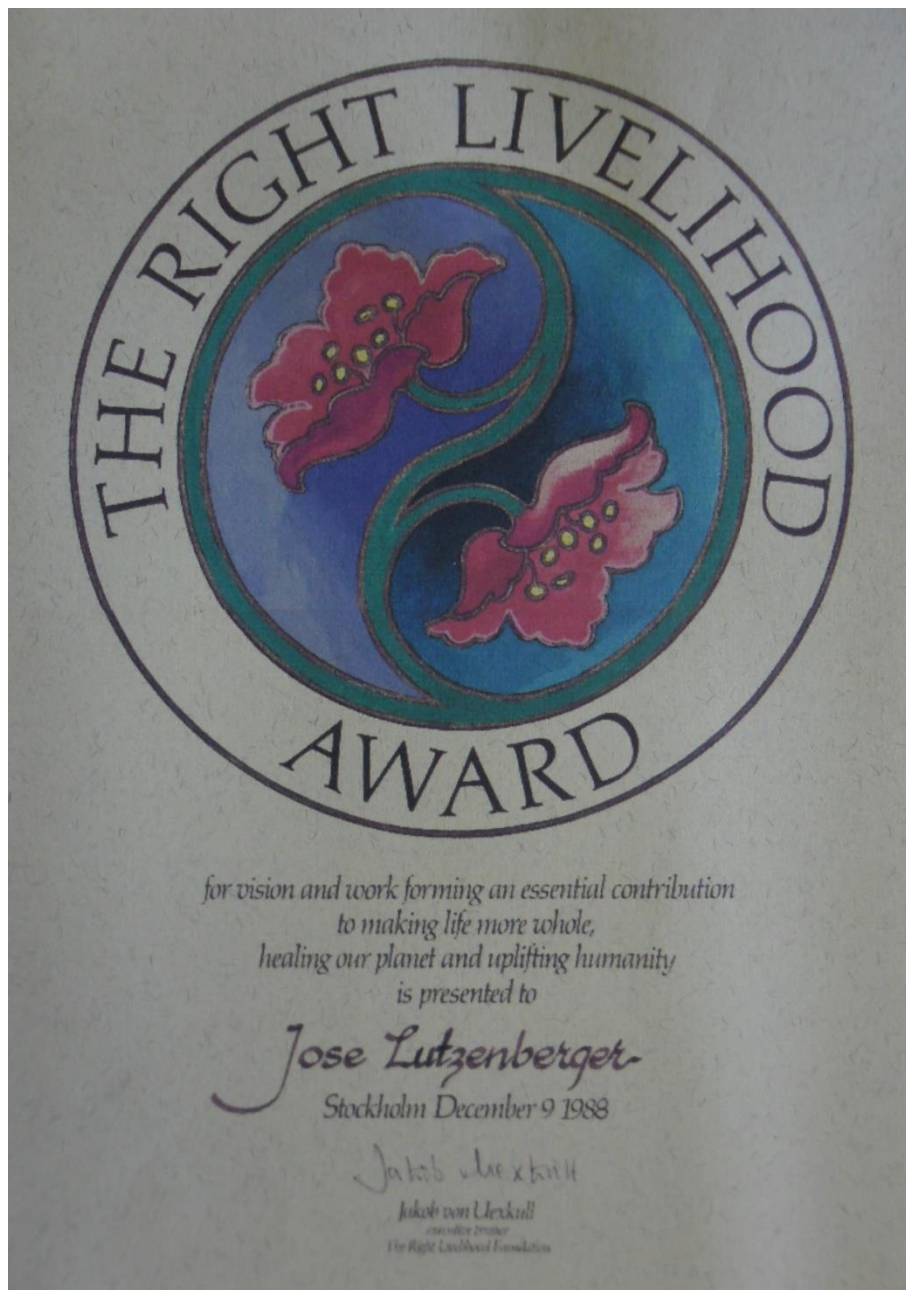


JORNAL SUECO (Recorte s/Identificação). Foto dos laureados. Estocolmo, 09/12/1988 (APJL).

Lutzenberger foi premiado pela “sua contribuição para proteger o ambiente natural no Brasil e no mundo” (THE RIGHT LIVELIHOOD AWARD. Roll of Honour 1980-2000, APJL). Abaixo o diploma que recebeu na cerimônia de premiação, realizada em 09/12/1988:

---

33.000 dólares. A médica dinamarquesa Inge Genefke recebeu o prêmio de honra, por ajudar vítimas de tortura a recuperar sua saúde e personalidade.



THE RIGHT LIVELIHOOD AWARD. Diploma de premiação a José Lutzenberger, assinado por Jacob Von Uexküll. Estocolmo, 09/12/1988 (APJL).

Em seu discurso na cerimônia em Estocolmo, Lutzenberger (1988, Folha 1, APJL) afirmou que aceitava o prêmio não apenas em seu nome, “mas pelo movimento ambientalista brasileiro, incluindo aqueles que estão lutando por justiça social, especialmente na floresta tropical, ameaçada de total destruição”, e reforçou o caráter de urgência dessa luta: “nós não temos tempo, temos que agir agora”. É possível perceber no discurso sua posição no debate ambiental brasileiro do final dos anos 1980, com relação ao estabelecimento de áreas a serem protegidas, bem como a ênfase ao aspecto ético da relação entre homem e natureza, para ele a maior causa do quadro de devastação.

Nos anos 1980, a questão ambiental tornou-se temática apropriada por órgãos do Estado, a partir da Política Nacional de Meio Ambiente e da criação de conselhos deliberativos (BRASIL, Lei nº 6.938, 31/08/1981). Segundo Lutzenberger (1988, Folha 1, APJL), para “acalmar os ambientalistas”, o governo brasileiro estava presenteando-os com mapas que mostravam “dúzias de pequenos pontos verdes na Amazônia, representando reservas biológicas ou ‘bancos de genes’”. Alguns pesquisadores estavam ajudando nessa política, “através da experimentação com pequenas ilhas de floresta, deixadas intactas, mas cercadas por mares de devastação (...). Eles tentam determinar a área mínima de um ecossistema intacto necessário para a sobrevivência de determinadas espécies”. Essa política parecia racional, mas, na visão de Lutz, “se aceitarmos todos aqueles parques e reservas, bem como a filosofia que vai com eles, então vamos ter que aceitar que tudo que é branco no mapa pode ser removido”.

Quando Lutz proferiu seu discurso, estava em pleno andamento o debate sobre a organização das áreas de conservação no Brasil – debate esse que adentrou a década de 1990 e resultou na legislação que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, no ano 2000 (BRASIL, Lei nº 9.985, 18/07/2000). Segundo Maria Teresa Pádua (2011, p. 23), o primeiro plano para formação de um sistema de unidades de conservação no país “foi efetuado nos anos 1970 pelo então IBDF, com o apoio da organização não governamental Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza [a FBCN], tendo sido aprovado pelo governo e publicado oficialmente em 1979”. Na época, havia apenas dezoito parques nacionais e oito reservas biológicas. Esse primeiro plano já apontava a necessidade do estabelecimento de outras categorias de manejo e indicava várias áreas para a criação de novas unidades de conservação, especialmente na Amazônia, na Caatinga e na região costeiro-marinha. No entanto, isso só seria possível com a aprovação de uma lei para amparar o sistema (SNUC) e a criação de novas áreas a serem protegidas.

Para a elaboração de um anteprojeto de Lei, o IBDF e SEMA contrataram a Fundação Pró Natureza (FUNATURA). Do trabalho de especialistas<sup>184</sup> na área resultaram, em 1989, “duas versões de Anteprojetos de Lei para que o sistema tivesse, entre outras necessidades, a base legal suficiente”. Desses anteprojetos, resultou um Projeto de Lei (Nº 2892/1992) apresentado ao Congresso Nacional pelo presidente Fernando Collor em maio de 1992 (após a saída de Lutzenberger de seu governo). A Lei do SNUC foi aprovada em 2000, após “uma longa e demorada discussão tanto no Executivo e ainda com análise e aprovação de uma minuta pelo

---

<sup>184</sup> Pádua (2011, p. 24) cita os nomes de Ibsen de Gusmão Câmara (ex-almirante, membro da FBCN), José Pedro de Oliveira Costa (arquiteto e professor universitário), Cesar Vitor do Espírito Santo (engenheiro florestal), Ângela Tresinari Bernardes Quintão (arquiteta, membro FBCN), Miguel Milano (engenheiro florestal, dr. em Ciências Florestais), Jesus Manuel Delgado Mendez (engenheiro agrônomo e professor universitário). A própria Maria Teresa Pádua (engenheira agrônoma) coordenou a equipe.

Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), como no Legislativo, que realizou diversas consultas públicas” (PÁDUA, 2011, p. 24). Toda essa discussão resultou em grandes mudanças em relação ao texto proposto pelos especialistas da FUNATURA.

Medeiros (2006, p. 57) explica a longa tramitação no Congresso pelas divergências entre as posições dos movimentos ambientalistas e outros setores da sociedade:

Ao longo de extensos oito anos de debates que incluíram a apresentação de dois substitutivos na Câmara, preservacionistas, conservacionistas, socioambientalistas e ruralistas travaram uma verdadeira batalha que mobilizou a imprensa, ONGs, além de fortíssimos lobbys no Congresso na defesa de suas posições sobre a forma e os critérios de proteção da natureza. Entre os pontos mais polêmicos destacavam-se a questão das populações tradicionais, a participação popular no processo de criação e gestão de UCs e as indenizações para desapropriações.

Não encontramos no APJL indícios de que Lutz tenha participado diretamente no debate sobre o SNUC<sup>185</sup>, mas é interessante constatar que ele demarcou sua posição no discurso de aceitação do Prêmio Nobel Alternativo. O ambientalista reconhecia a necessidade dos parques e reservas: “Devemos proteger o que podemos. Hoje, os parques são muitas vezes a única forma de salvar certas espécies ou ecossistemas” (LUTZENBERGER, 1988, Folha 1, APJL). No entanto, em relação ao aspecto ético, considerava a ideia de salvar partes da natureza algo “obsceno”; seria “uma confissão de que algo está profundamente errado com a nossa civilização”. Para ele, antes de mais nada, era necessário parar para refletir: “não deveríamos também tentar descobrir o que está errado com a nossa cultura atual e como podemos nos reeducar antes que seja tarde demais?”.

Aliado ao desafio ético, Lutz apontava o aspecto ecológico dessa concepção: a preservação de um pedaço mínimo de um ecossistema era uma forma de reducionismo que deixava de lado “a visão geral de como essas pequenas manchas verdes interagem como partes do todo, do bioma e da ecosfera, e o que vai acontecer uma vez que elas são deixadas sozinhas em um oceano de devastação” (Folha 2). No caso da Amazônia, mesmo que novas Unidades de Conservação (UCs) fossem criadas e bem administradas, se as partes não protegidas da floresta fossem devastadas, em sua visão, haveria sérios problemas climáticos, que levariam à morte também as áreas de reserva. Como escrevera no artigo “Gaia” e expusera nas palestras que proferiu sobre o tema (baseado no conceito de Lovelock, como vimos), Lutz destacou a importância da floresta Amazônica como um gigantesco mecanismo de controle do clima em âmbito mundial – seu desaparecimento poderia levar a “mudanças climáticas bastante graves” (Folha 3).

---

<sup>185</sup> Gostaria de lembrar aos leitores que o APJL é um arquivo em movimento e que, embora tenha acessado grande parte da documentação, não foi possível examinar 100% de seu conteúdo, devido à enorme quantidade de documentos. Acessei outros acervos também, mas não encontrei neles indícios da participação de Lutz na referida discussão. Quanto ao SNUC, podemos inferir que Lutzenberger não participou diretamente nas reuniões nos conselhos, tendo em vista o que afirmou Marques em seus depoimentos: segundo ele, Lutz preferia os holofotes dos debates no exterior às reuniões sem brilho dos gabinetes. O fato de ter mencionado o tema em seu discurso de recebimento do prêmio parece confirmar tal inferência.



Por fim, voltando ao enfoque ético-ecológico, terminou o discurso com uma pergunta, semelhante à que Rachel Carson elaborou em *Primavera Silenciosa*: “Podemos sempre aprender com nossos erros. Mas temos o direito a arriscar erros que têm resultados inaceitáveis e irreversíveis?” (Folha 4).

Um aspecto interessante da premiação é que ela tornou Lutz mais conhecido em seu próprio país. Dentre os que já o conheciam, veio o reconhecimento. Dito melhor, a valorização plena de seu trabalho no Brasil só aconteceu depois da obtenção do prestígio e premiação internacionais. Lutz foi tema de um programa *Globo Repórter* na TV Globo no final de outubro de 1988 por causa do prêmio, jamais recebido por um cidadão brasileiro. Com a visibilidade do programa, diversas pessoas resolveram escrever-lhe para dar parabéns e manifestar apoio à causa ecológica<sup>186</sup>. No APJL, encontramos algumas manifestações nesse sentido, vindas de diferentes pontos do país, das quais cito trechos representativos:

O senhor agiu com muita sagacidade, indo gritar “lá fora” para ser ouvido “aqui dentro”. (...) procuro acompanhar pelos jornais sua atuação. Até que ontem enfim o vi na TV Globo, transformado em “star”. Acompanhei o programa com imensa alegria, vibrando com essa vitória. Muito, muito obrigada pelo que o senhor faz (...) e que sua voz seja cada vez mais ouvida, que seu exemplo frutifique entre os jovens deste pobre país maravilhoso (Myriam Silva, Petrópolis-RJ, 29/10/1988, APJL).

Ao aparecer na TV Globo, Lutz parece ter instigado jovens e crianças a seguirem seu exemplo, como podemos ver abaixo:

Ao assisti-lo na televisão, tive a felicidade de saber que a luta pela preservação ecológica conta com o gabarito de um homem sério que provou que é capaz. E mostrou com seu próprio exemplo como se conduz a natureza. (...). Sei que tenho muito a aprender e hei de me dedicar aos meus estudos para que possa também contribuir com esta luta. Por isso, gostaria de saber como proceder para ter acesso ao seu trabalho, possibilitando, assim, o enriquecimento de meus conhecimentos (Afrânio Alves Correa, 17 anos, Campo Grande-MS, 07/11/1988, APJL)<sup>187</sup>.

Eu adoro a natureza e pretendo ser ecóloga. Às vezes eu tinha vontade de morar na Amazônia, bem pertinho da natureza. Eu me entusiasmei muito depois que vi na tevê a reportagem sobre você. (...). Queria saber se o senhor teria algum conselho para me dar, apesar de faltar um bocadinho de tempo até lá, eu gostaria muito porque é demais importante para mim. Só quero saber de mais uma coisa: A vida de um ecologista é difícil em termos de vitórias? (Paula, 11 anos, S/local e data, APJL).

Alunos do Colégio Instituto Rio Branco, de São Leopoldo-RS, também escreveram, pedindo que Lutz prosseguisse em sua luta ambiental:

Parabéns por ter ganho este prêmio, de tão grande valor, gostaria que todos do mundo inteiro tivessem a consciência de respeitar a natureza. (...) Em relação à Amazônia, parece que ela está com uma grande “tuberculose”, que o governo não se preocupa ou ao menos não demonstra interesse. E o senhor como grande médico da natureza por favor tente curar essa maravilha. Deixe esse pulmão intacto (Úrsula Martan, São Leopoldo-RS, 26/10/1988, APJL).

---

<sup>186</sup> Além das cartas aqui citadas, de pessoas que não o conheciam, Lutz recebeu inúmeras correspondências de autoridades, instituições e colegas ambientalistas (DREYER, 2004, p. 282-83).

<sup>187</sup> Essa carta foi respondida por Augusto Carneiro, em nome de Lutzenberger, oferecendo uma lista de livros sobre ecologia, os quais ele, como livreiro, poderia enviar a Afrânio pelo correio, mediante pagamento das despesas (CARNEIRO, Augusto. Carta a Afrânio Alves Correa. Porto Alegre, 26/12/1988, APJL).

Gostaria de fazer um pedido: faça todo o possível e até o impossível para salvar tanto o rio Guaíba como o rio dos Sinos, a situação está precária, se nós não fizermos alguma coisa, [vai chegar a um] nível de poluição em que nada, nem um ser vivo poderá viver em suas águas (Eduardo Miller, 14 anos, São Leopoldo-RS, 26/10/1988, APJL).

Quero lhe dar os parabéns pelo prêmio Nobel alternativo da Suécia, pois depois de tanta luta pela preservação da natureza acho que o Sr. merecia este prêmio. Espero que continues lutando contra tudo que influencie negativamente na natureza (...). Agora tenho 13 anos, mas pretendo quando estiver mais velha, defender muito a natureza talvez com a profissão de bióloga (Milene Machado, 13 anos, São Leopoldo-RS, 26/10/1988, APJL).

Embora nosso personagem não tivesse poder para “curar a Amazônia” ou “salvar o Guaíba e o Sinos”, as cartas devem ter sido singelos estímulos para que continuasse na militância ambiental. Elas estão fixadas num álbum, não soltas como as demais; o cuidado com que foram guardadas denota o quanto foram preciosas para Lutz. Afinal, desde o *Manifesto*, ele considerava importante atingir os jovens em seu discurso de conscientização ecológica:

Este manifesto se dirige àqueles que ainda estão dispostos a pensar, a repensar, inclusive, seu próprio esquema mental, seus valores. Dirigimo-nos aos jovens ainda não acomodados e aos não jovens ainda idealistas, aos intelectualmente alertas, dispostos a fazer sacrifícios por um mundo melhor, mais sábio (LUTZENBERGER, 1980a, p. 10).

O recebimento do prêmio foi noticiado na imprensa do centro do país (O GLOBO, 12/10/1988, p. 14; FOLHA DE SP, 12/10/1988, p. c2; JORNAL DO BRASIL, 12/10/1988, p. 12 - APJL), perfis e entrevistas apareceram em revistas de circulação nacional como *Globo Rural* (Janeiro/1989), *Manchete* (Fevereiro/1989), *Guia Rural* (Agosto/1989) e *Cláudia* (Agosto/1989) nas quais foi ressaltada sua militância contra o uso de agrotóxicos e em defesa da Amazônia. Na matéria da *Guia Rural*, reaparece a referência ao personagem de Cervantes, já no título: “Dom Quixote dos Pampas”; porém, mais significativa é a ilustração que cobre as duas páginas iniciais da revista. Lutz é desenhado com lança e armadura, em cima de um cavalo branco, lutando contra o seu moinho de vento: a poluição que sai da chaminé de uma indústria – provavelmente uma representação da famigerada Borregaard contra a qual lutou no início dos anos 1970:



GUIA RURAL. Dom Quixote dos Pampas. Desenho de Gisele. São Paulo, Agosto de 1989, p. 40-41.

A referência a Dom Quixote, nesse caso, parece ter o objetivo de ressaltar a mudança na recepção da militância do ambientalista. Se, no passado, ele lutara contra obstáculos difíceis de derrotar – os moinhos de vento: poluição industrial, agrotóxicos, devastação florestal, etc. – no final dos anos 1980, a situação melhorara bastante. Os esforços de Lutz, bem como de outros lutadores ambientais, levaram a vitórias que eram reconhecidos internacionalmente e a repercussão disso no Brasil mostrava-se muito positiva. Entre essas vitórias, podemos destacar a mudança de atitude da empresa de celulose de Guaíba (Riocell), que ele passara a assessorar; um cambio na orientação dos empréstimos concedidos por parte do Banco Mundial; a criação da Fundação Gaia; uma maior conscientização dos agricultores quanto ao uso de agrotóxicos; maior receptividade às questões ambientais tanto nas empresas como no âmbito governamental – muitas das reivindicações dos ambientalistas passaram a ser atendidas e incorporadas por meio de legislação, criação de órgãos e conselhos deliberativos.

Proteção ambiental deixou de ser preocupação de uma minoria. Nos anos 1960-1970, contestações nesse âmbito não eram levadas tão a sério; a ecologia seguidamente era encarada como mais um modismo passageiro e idealista. Entretanto, ao longo da década de 80, a situação foi mudando entre políticos, empresários e população em geral: “todo mundo, ou quase, se pretende ecologista” (ALPHANDÉRY et al, 1992, p. 19). Como esses mesmos autores enfatizam, essa difusão da ecologia não significou uma transformação efetiva na relação humanos-natureza.

Houve uma apropriação da temática pela sociedade, governos e empresas, porém, “a ecologia não teria conseguido afirmar-se como um novo paradigma da cultura à altura da crise moral e política planetária. Ela não teria se tornado uma nova maneira de habitar o mundo” (1992, p. 10).

### **Os turbulentos, mas gratificantes anos 1980: Finalizando o capítulo**

Nos anos 1980, as questões políticas foram tema incontornável na AGAPAN. Mesmo que Lutz se esforçasse para esclarecer que a entidade não era apolítica, mas sim apartidária, o contexto de abertura democrática parecia exigir um posicionamento mais incisivo dos ambientalistas. Novos integrantes demandavam mudanças, renovação, e, para isso, consideravam necessária a alternância de poder na associação. Dessa forma, Lewgoy foi eleito democraticamente, porém Lutzenberger e Carneiro nunca aceitaram o fato – sentiram-se rechaçados, expulsos da entidade que lutaram para criar. Mas os tempos eram outros, a ditadura perdia força e o clamor por participação política era muito forte, depois de toda a repressão dos 1970. Além disso, Lutz já quase não participava da entidade, de suas lutas cotidianas, pois, aos poucos, ia tornando-se figura conhecida mundialmente por sua luta em defesa da Amazônia e da agricultura ecológica. Em 1983, ele saiu da entidade em definitivo, e nunca mais voltou na condição de membro atuante, embora tenha permanecido como presidente de honra até o fim de seus dias – o único que a AGAPAN teve, em toda sua história.

Para abordar essa transformação de cunho político que a AGAPAN passou no início dos anos 1980, foi importante entrevistar Gert Schinke, Celso Marques e Giovani Gregol. Aqui não nos posicionamos – e isso não seria ético – sobre qual dos depoimentos conteria a versão “verdadeira” dos fatos, até porque ela não existe. Longe disso, pensamos ser imprescindível dar a oportunidade para que os principais envolvidos se manifestassem e, dessa forma, foi possível colocar em evidência suas três versões. Seus depoimentos ajudaram a lançar luz sobre esses episódios e mostraram o quão complexa foi a transição para o período democrático dentro da entidade. Como um microcosmo do social, ela repercutiu internamente o movimento de mudanças mais amplo impulsionado pela abertura democrática que o país todo estava vivenciando.

Nos anos 1970, a figura de Lutzenberger dominou (e até confundiu-se com) a AGAPAN. Seu discurso contestador da “sociedade industrial”, da “sociedade de consumo”, era, como observou Schinke, “uma válvula de liberdade democrática”, canalizando uma verve crítica possível em meio ao contexto repressivo do AI-5. Gregol também afirmou: “naquela época ser socialista era o que sobrava pra nós, nós acreditávamos que quando nós derrubássemos a ditadura militar, o Brasil ia ser um grande Portugal, um grande paraíso socialista, ora, a ingenuidade, né? Mas a gente acreditava nessas utopias do marxismo”. No entanto, nos anos 1980, isso já era pouco para os militantes (muitos de esquerda, que aderiram ao movimento justamente por essa

possibilidade de contestação sem sofrer represálias mais severas do regime), ávidos por participação política direta – o movimento “Diretas-já” foi o ápice desse processo.

Sobre a relação de nosso personagem com alguns militares, pelo que as fontes indicam, eram tranquilas e até de amizade, como no caso do Almirante Belart. Havia militares membros da AGAPAN, assim como da FBCN e outras entidades ambientalistas. Especialmente a amizade com o Almirante Belart deve ter colaborado para uma “blindagem” do movimento, para que Lutz pudesse manifestar suas críticas sem ser considerado subversivo. Entretanto, em minha visão, ainda mais importante do que relações cordiais com militares, era a própria atitude de Lutzenberger em relação ao comunismo – esse sim o grande temor das Forças Armadas. Como vimos, o personagem viajou para países do leste europeu, conheceu a Alemanha Oriental e, principalmente, esteve em Cuba durante dois meses em 1966. Essa viagem, pelo que descreveu em cartas ao Prof. Croizat, fez com que criasse uma verdadeira ojeriza ao comunismo. Ou seja, ele sempre deixou muito claro em suas posições que não simpatizava com esse regime político, bem pelo contrário, detestava-o. Creio que principalmente por isso, nunca foi perseguido, embora em alguns discursos tenha pronunciado críticas bastante contundentes a mecanismos adotados pelo regime militar.

Em certos momentos, Lutz clamou abertamente por liberdade democrática e criticou atitudes do governo, centradas no desenvolvimento a qualquer custo, sem considerar populações tradicionais e muito menos os elementos naturais atingidos em seus megaprojetos. Exemplos disso são sua fala no I Simpósio Brasileiro de Ecologia, em Curitiba no ano de 1978, e a carta que ele escreveu para o presidente Geisel em nome da CDPC, no ano seguinte. E é por isso que não podemos classificar tão rapidamente o posicionamento de Lutzenberger como “conservador” ou “de direita”. Na verdade, seu discurso não se enquadra em concepções dicotômicas a que estamos acostumados - *é um discurso complexo e escorregadio*, que foge a classificações simplistas e binárias. Num regime de exceção, como era o contexto dos anos 1970, essa estratégia de evitar o confronto direto com o poder mostrou-se bastante exitosa, pois permitiu o florescimento de uma consciência ecológica que, na década de 1980, na redemocratização, já estava bem desenvolvida.

Mesmo que Lutz, afinal, não fosse nenhum revolucionário, pelo contrário, acabasse preferindo o capitalismo (embora acreditando que o sistema precisava de profundas reformas), seus críticos reconheciam que a ética ecológica defendida por ele agregava preocupação social, não era uma defesa “pura” dos elementos naturais. No debate com o jornalista Flávio Andrade, ele explicou o porquê de sua ojeriza ao comunismo ou socialismo, a partir das viagens aos países que o aplicavam. O problema era, para Lutz, o totalitarismo, que inibia a liberdade e, assim, qualquer tipo de resposta, de *feedback*. Mais ainda, a concentração do poder em poucas mãos era prejudicial, em sua visão, tanto em termos ecológicos quanto sociais. No fundo, capitalismo e socialismo, apesar das diferenças ideológicas, caminhariam para o mesmo objetivo, que ele via como a maior

causa da devastação ambiental: o crescimento econômico ilimitado – nesse ponto, não haveria diferenças entre os dois sistemas. É interessante que ele não se posicionou categoricamente a favor do capitalismo, e isso fazia parte do seu discurso “escorregadio”, que não se prendia, como disse, a classificações binárias. Para Lutz, poderiam haver outras formas e combinações de sistemas econômicos, porém, o mais importante era que o poder fosse descentralizado, local, autônomo.

Por conta desse seu posicionamento, Lutz não teve receio em envolver-se com empresários, como foi o caso da assessoria prestada à Riocell, mesmo tendo lutado contra sua instalação, quando se chamava Borregaard. Planejou e executou um parque artístico-ecológico nos fundos da indústria, às margens do lago Guaíba, e passou a reciclar os resíduos que não mais poluíam suas águas. No entanto, por isso, recebeu fortes críticas de alguns de seus maiores aliados no movimento ambientalista, que não acreditavam nas boas intenções da empresa e que os rejeitos estavam realmente livres de dioxinas. Por outro lado, eles compreendiam que Lutz precisava garantir uma renda para sustento da família, que estava sendo remunerado por seu trabalho técnico prestado à Riocell. Pelo menos para Celso Marques e Flávio Lewgoy, o maior problema era o uso que a empresa fazia da imagem de Lutz para mostrar-se “ecológica”. Parece-me, que na relação Lutz-Riocell, ambos saíram ganhando: tanto o ambientalista, que finalmente conquistou uma fonte de renda permanente, realizando um trabalho que considerava significativo, ecológico, bem como a empresa, que usou Lutzenberger como uma espécie de garoto propaganda para “limpar” a representação ainda presente na memória coletiva local, de empresa poluidora, fedorenta, etc. Foi um jogo de mão-dupla, em que as duas partes foram beneficiadas.

Nosso personagem também discordou de muitos de seus antigos colegas ambientalistas na questão do plantio de eucalipto. Para ele, grandes cultivos de árvores poderiam ser conduzidos de maneira ecologicamente aceitável e socialmente justa; o eucalipto não deveria ser rechaçado simplesmente por ser exótico. Errado, em sua concepção, era a concessão de incentivos fiscais a esses empreendimentos, bem como o uso de agrotóxicos neles. Outro ponto a ressaltar é que ele considerava aceitável esses plantios em áreas já degradadas, jamais defendeu que matas nativas fossem derrubadas para plantar eucaliptos. Para Lutz, tal espécie poderia ser uma solução para áreas já desmatadas, não a responsável pelo desmatamento e exclusão social. Porém, é importante pontuar, essa visão representou uma mudança em relação ao tema, já que, no início dos anos 1970, ele teceu forte crítica ao eucalipto como um “florestamento pernicioso”.

Tanto no caso da assessoria industrial como na questão do eucalipto, Lutz acreditava estar realizando um trabalho que representava uma solução ecológica, da mesma forma como encarava seu paisagismo, a confecção de parques, a agricultura ecológica ou regenerativa. De acordo com ele, não bastava a contestação – na verdade essa seria uma fase superada, característica da década de 1970, necessária para chamar a atenção aos problemas ambientais e gerar conscientização

ecológica. No contexto dos anos 1980, Lutz acreditava que se deveria partir para um diálogo com empresas e governos, a fim de convencê-los da urgência em investir em soluções ecológicas – os “remendos” possíveis ao sistema.

A teoria de Gaia representou um avanço para o pensamento de Lutzenberger. Vinha ao encontro do que ele e muitos outros ambientalistas defendiam – uma visão holística da vida, em que “tudo estava relacionado com tudo”. Por isso, possibilitou uma evolução em termos éticos: a imagem da “nave espacial Terra” era enganosa, antropocêntrica, já “Gaia” inspirava maior respeito pelo mundo vivo, um belo contraponto às concepções que só o percebiam como fonte de recursos para obter lucro. O entusiasmo pelo conceito de Lovelock foi tão grande que, sobre ele, escreveu artigo e proferiu palestras. Além disso, participou da criação de entidades inspiradas na teoria, na Europa, e criou a sua própria no RS, a Fundação Gaia.

Instituída sobre os escombros de duas pedreiras em uma área degradada de Pantano Grande-RS, a FG era mais um dos empreendimentos de Lutz que representava a materialização da ética ecológica por ele difundida. A partir da entidade, o personagem estruturaria suas lutas, ideias e objetivos, visando continuar a promoção da conscientização ecológica dentro de uma concepção holística, em que Vida e Universo se entrelaçavam em harmonia. Esse ponto é tão importante em seu discurso que ele chega a pensar Gaia como um sujeito, que possui desígnios aos quais a humanidade deveria integrar-se. A fundação por ele criada serviu de base também para sua principal militância, a promoção da agricultura ecológica. Para isso, contou com apoio inicial da fundação alemã Heinrich Böll e de outros parceiros estrangeiros esporádicos, mas foi principalmente com seus próprios recursos que conseguiu concretizar toda a estrutura necessária para cursos e eventos no local.

Nos anos 1980, o leque da militância de Lutzenberger se expande muito além das fronteiras nacionais. Ele viaja muito e se torna figura requisitada em importantes fóruns, como o Banco Mundial e a Casa Branca norte-americana (como vimos no capítulo 5), palestrante solicitado em inúmeros eventos internacionais para falar sobre os problemas ambientais brasileiros, principalmente a Amazônia, e para prestar consultoria ou depoimentos sobre a luta contra os agrotóxicos e as técnicas agrícolas ecológicas. Toda essa exposição fez com que ele fosse o primeiro brasileiro a receber o prêmio Nobel Alternativo, na Suécia, em reconhecimento por seu trabalho de defesa ambiental. O prêmio foi importante, pois permitiu uma injeção de recursos na recém-criada Fundação Gaia e tornou Lutz uma figura ainda mais conhecida no Brasil. Ele foi alçado a “star” num programa de TV, o *Globo Repórter*, e chamou a atenção de inúmeros brasileiros sobre a temática da ecologia – muitos dos quais inclusive enviaram cartas manifestando apoio e gratidão pelos seus esforços em prol da natureza.

\*\*\*

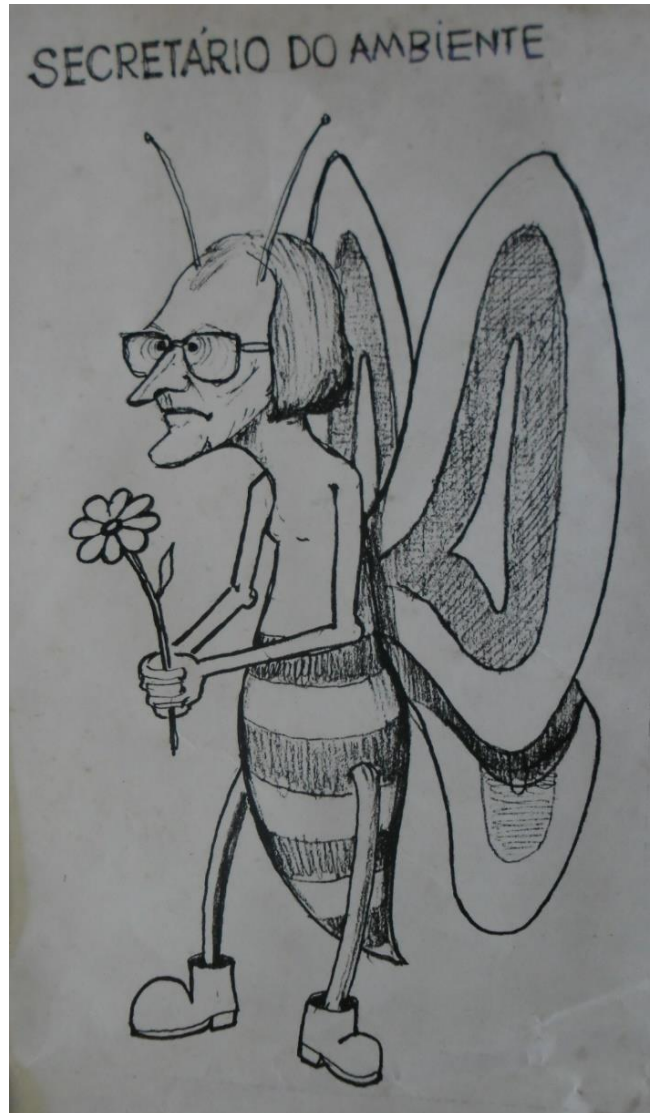
Toda a repercussão do sucesso de Lutzenberger como ambientalista no final dos anos 1980 o gabaritou para uma difícil missão, já no início da década de 1990: o cargo de Secretário do Meio Ambiente brasileiro. Ele acreditou que poderia, no governo, colaborar efetivamente para uma mudança ambiental no país:

Para mim que tenho a ambição de contribuir para o fim dessa horrível devastação que a moderna sociedade industrial está fazendo no planeta, um convite como esse é um desafio que não podia recusar. A história não perdoaria. Tenho 20 anos de luta ambiental dizendo aos governantes o que eles devem fazer nessa área. Agora que um deles me dá poderes para fazer exatamente aquilo que quero fazer, seria um louco se não aceitasse (O GLOBO, 05/07/1990, p. 31, APJL).

Veremos, no próximo capítulo, no entanto, que o desafio foi ainda maior do que o esperado. Depois das adversidades e vitórias dos anos 1980, a década seguinte não seria nada fácil, envolvendo experiências como: as vicissitudes do poder em Brasília, o questionamento de parceiros antigos frente ao processo de duplicação da Riocell, a assessoria ao governo do Amazonas, o andamento da Fundação Gaia, a defesa do bioma Pampa por meio de uma polêmica condenação da reforma agrária, e a luta final no âmbito da agricultura, dessa vez contra as sementes transgênicas. Acompanharemos as últimas manifestações de Lutz pela ética ecológica até seu falecimento, em 2002, no próximo capítulo da tese.



## Capítulo 7 - Um ministro militando por Gaia



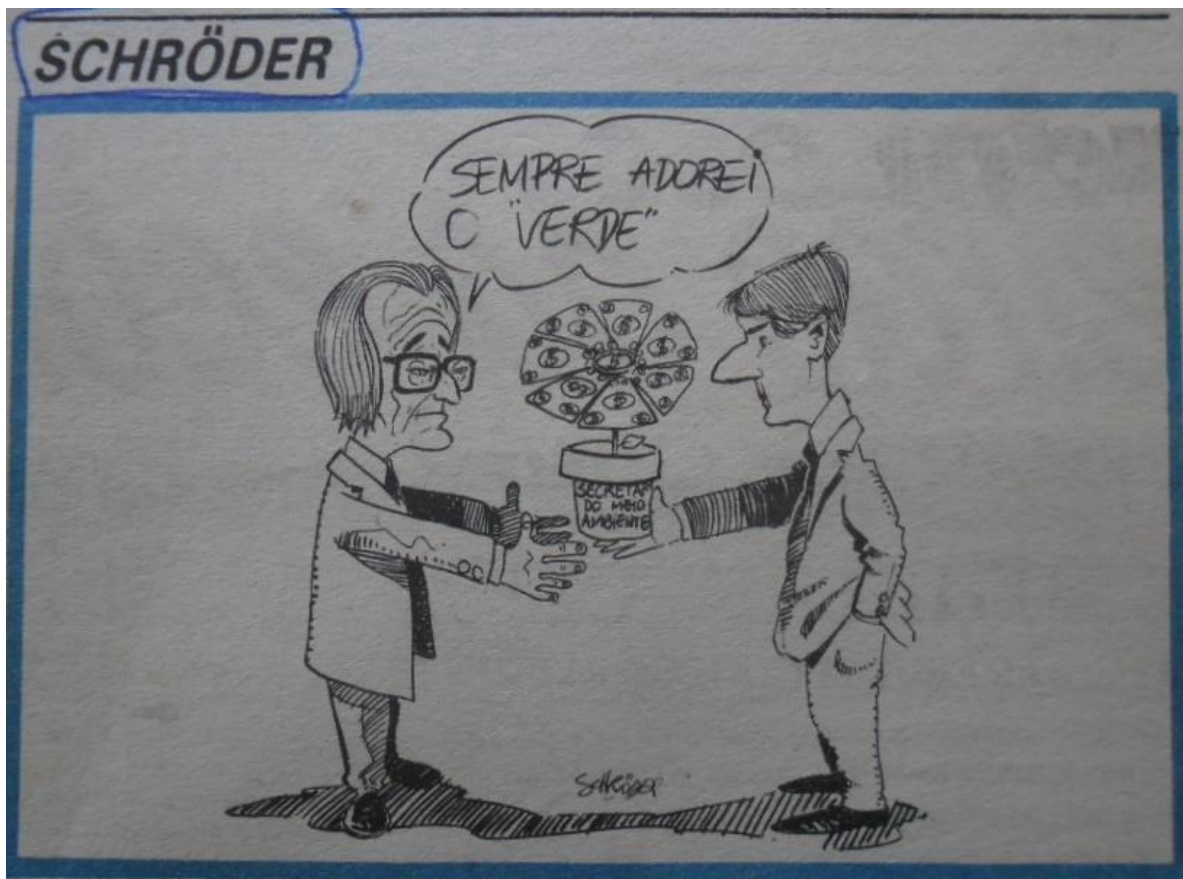
AUTOR DESCONHECIDO. Lutzenberger-Abelha. [Entre 1990 e 1992] (APJL)<sup>188</sup>.

<sup>188</sup> Quando fotografei este desenho, constava um pequeno bilhete, preso por um clipe, escrito à mão: “Encaminhado pela turma de formandos da ESG (veio através de Eduardo Martins)”. Podemos supor que o desenhista era algum formando da Escola Superior de Guerra, do Ministério da Defesa brasileiro. Martins foi Secretário Adjunto da SENAM-PR (1990-91) e Presidente do IBAMA (1991-92), durante o período em que Lutz foi Secretário do Meio Ambiente.

No início de 1990, Lutzenberger deparou-se com o que classificou como o maior “sacrifício” de sua vida: o cargo de Secretário Nacional do Meio Ambiente (equivalente a Ministro de Estado). A decisão de aceitar essa tarefa não foi fácil, passou por conversas com amigos e reflexões internas. Mas, como ele mesmo declarou, dispôs-se a aceitar o cargo, na tentativa de influenciar mudanças positivas na área ambiental.

Foram dois anos na Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República (SENAMP-PR), entre altos e baixos, acompanhados pela vigilância constante da mídia. Veremos que inicialmente bem recebido pela imprensa (embora alguns veículos tradicionais já criticassem a atuação de Lutz desde o começo), com o passar dos meses, foi bastante atacado pela mídia nacional, chegando a ser alvo de duras análises quando deixou o governo. Muitos dos veículos citados eram (e são) orientados por uma linha editorial conservadora; para eles o discurso do novo secretário era “atrasado” e “apocalíptico”. Os pontos mais condenados por alguns desses periódicos eram, além das viagens constantes de Lutzenberger ao exterior, sua crítica ao crescimento econômico ilimitado e seus pedidos de suspensão de empréstimos ao Brasil se as cláusulas de proteção ambiental dos contratos não fossem cumpridas.

É interessante perceber a cobertura da mídia por meio de duas charges muito fortes sobre o tema: a primeira, desenhada pelo cartunista Schröder, publicada no *Correio do Povo* (03/03/1990, p. 4, APJL), quando Lutzenberger aceitou a empreitada (abaixo); a segunda, do cartunista Chico Caruso, publicada na revista *Veja* (01/04/1992 p. 29, Acervo Digital), aqui reproduzida na página 468, ilustrando o momento da saída do ministério.



SCHRÖDER. Charge no *Correio do Povo* (03/03/1990, p. 4, APJL).

Ao contrário do desenho que abre este capítulo, no qual Lutz é carinhosamente representado como uma abelha, segurando uma flor – parece-me que o autor quer passar uma mensagem de apoio ao ambientalista – as charges publicadas nos jornais brasileiros são críticas e irônicas. Na charge acima, já podemos observar uma certa desaprovação do *Correio do Povo*, veiculada na obra de Schröder: Collor oferece vaso com uma flor cujas pétalas têm formato de dinheiro, como os cifrões indicam, e Lutz é desenhado recebendo-o com as duas mãos, falando “sempre adorei o ‘verde’”. As aspas no verde também deixam subentendido a cor que geralmente se atribui a notas de dinheiro. O subtexto parece ser: “Lutzenberger se vendeu a Collor”. Na segunda charge, publicada na revista *Veja*, que criticou duramente o ambientalista mais de uma vez, ele é chutado por Collor com um pontapé. Lutz é retratado como uma espécie de urubu, em apuros; o presidente aparece pressionado por outro pássaro ainda maior, do qual só aparecem as garras.

O cargo de Secretário do Meio Ambiente foi um grande desafio para Lutz também no sentido de que ele nunca havia ocupado espaços oficiais de poder político. Como vimos, ele sempre foi contra a criação de partidos ecológicos e nunca se candidatou a cargos eletivos. Por suas declarações, é possível perceber que ser ministro foi difícil desde o início, mas, com o desenrolar do governo Collor, tornou-se ainda mais complicado, culminando com sua saída, em março de

1992, três meses antes da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), Eco-92, no Rio de Janeiro.

No entanto, houve compensações. Alguns entrevistados para esta pesquisa mencionaram, entre as vitórias de Lutzenberger no cargo, a demarcação das terras das tribos indígenas Ianomâmi, localizadas na fronteira entre Amazonas e Roraima; a desaceleração do projeto atômico brasileiro, com o fim do chamado “Posto do Cachimbo”, na divisa entre Pará e Mato Grosso, onde militares faziam experiências nucleares; e uma expressiva queda no desmatamento da Amazônia.

Veremos que, entre vitórias e derrotas, nesse período Lutzenberger conseguiu divulgar ainda mais a sua ética ecológica. Além de Prêmio Nobel Alternativo, o acúmulo do título de Secretário Nacional do Meio Ambiente conferiu-lhe maior prestígio. Sua audiência, que já era grande, principalmente no exterior, ampliou-se, a ponto de, nos Estados Unidos, uma ambientalista declarar: “ele seria um secretário do meio ambiente ideal para os EUA” (O GLOBO, 20/04/1990, APJL).

### **O “Dom Quixote dos Pampas” chega ao poder**

Fernando Affonso Collor de Mello foi o primeiro presidente eleito pelo voto direto no Brasil após a ditadura militar<sup>189</sup>. Parte do país depositava nele grandes esperanças de um futuro melhor (foi eleito no segundo turno com 42,75% dos votos válidos, contra 37,86% de seu oponente, Luis Inácio Lula da Silva, do PT).

Já na posse, em 15 de março de 1990, Collor colocou em marcha um conjunto de reformas que tinha origem “na alardeada constatação do esgotamento financeiro do Estado e na redução de déficit público. O ‘enxugamento’ da máquina estatal a partir da eliminação de superposições e a diminuição de custos constituíram-se em objetivos de reforma administrativa”. O discurso do novo presidente sustentava-se “no tripé desestatização, desregulamentação e liberalização dos preços e salários” (ALMEIDA, 2010, p. 27).

Lutzenberger recebeu o convite de Collor no início de fevereiro de 1990, quando esse montava sua equipe de governo. Segundo Dreyer (2004, p. 289-291), a indicação foi sugerida por Carlos Chiarelli, na época líder do governo no Senado Federal. O ambientalista viajou a Brasília para encontrar-se com Collor, ocasião em que passaram quatro horas conversando. O presidente eleito teria transmitido uma ótima impressão a nosso personagem.

---

<sup>189</sup> Fernando Collor nasceu no Rio de Janeiro, em 1949, mas atuou politicamente em Alagoas. Segundo Almeida (2010, p. 26), foi nomeado prefeito de Maceió pela ARENA, em 1979; elegeu-se deputado federal pelo Partido Democrata Social (PDS), em 1982; foi eleito governador de Alagoas em 1986, pelo PMDB. Em 1989, em meio às articulações para lançamento de sua candidatura à presidência, criou um partido próprio, o Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

Em seguida a esse chamamento, ele procurou colegas ambientalistas para ajudarem-no a decidir se aceitava ou não o cargo. Conversou então com os amigos Magda Renner, Sebastião Pinheiro, Augusto Carneiro, José Lewgoy, Giovani Gregol e Celso Marques, entre outros; consultou funcionários de suas empresas e a irmã Magdalena. Magda Renner e Giselda Castro assinaram carta em nome da ADFG cumprimentando Collor pela iniciativa de convidar Lutz para assessorar a política ambiental de seu governo (CASTRO, Giselda, RENNEN, Magda. Carta da ADFG ao presidente Fernando Collor. 01/03/1990, APJL).

Em matéria do *Correio do Povo* (05/03/1990, p. 15, APJL), três ambientalistas deram suas opiniões - favoráveis, mas cautelosas. Sebastião Pinheiro afirmou que “o movimento ecologista é a favor de Lutzenberger, mas está vigilante. Acredito que a nomeação do professor Lutzenberger foi uma jogada política de Collor para tentar saciar a mídia nacional e silenciar a imprensa internacional”. Flávio Lewgoy não sabia como Lutzenberger iria desenvolver seu trabalho, já que o sistema político era muito complexo e resistente a mudanças. Mas considerava a escolha “uma inteligentíssima jogada de xadrez do presidente eleito, pois Lutzenberger é o fundador do movimento ecológico moderno e um dos nomes mais respeitados e conhecidos no mundo”. Para Celso Marques, a tarefa mais importante de Lutz seria “reverter o quadro de retrocesso no setor ambiental promovido pelo governo Sarney”. Lutzenberger era a “esperança de que este governo mude alguma coisa”.

Celso Marques relatou-me, em entrevista (08/08/2014), que Lutz o convidou para jantar no restaurante Tirol, em Porto Alegre, a fim de discutirem o assunto. Segundo ele, Lutzenberger perguntou: “o que tu achas?”. Sua resposta:

Olha Lutz, acho que tu vai ter que pensar muito bem, tu vai ser fritado (...), tu tens uma carreira, um renome como ecologista, tu vais colocar em risco tua reputação, acho que talvez não fosse conveniente tu assumires esse cargo. Ai ele disse pra mim: ‘eu já pensei tudo isso. Agora, eu acho que não tenho escolha. Porque, se eu aceitar, vão me criticar. Se eu não aceitar, também vão me criticar’. ‘Mas como tu tá falando contra o governo, tu tiveste a oferta de ser ministro do meio ambiente e não aceitaste, então tu não podes abrir a boca pra criticar’. Então eu vi que aquela argumentação dele realmente tinha substância. Então ele aceitou (MARQUES. Entrevista à autora, 08/08/2014).

Mesmo concordando que Lutzenberger não poderia se esquivar do cargo, na esperança de conseguir mudanças nas questões ambientais, Marques sabia da dificuldade do amigo na área da política e sua aversão à burocracia. Por esse motivo, a irmã de Lutz, Magdalena, posicionou-se contra sua ida a Brasília, chegando a pedir expressamente que não aceitasse o convite. A mesma opinião foi emitida por Ana Mariani, sua secretária na época (DREYER, 2004, p. 293-294). Gregol também pensou que Lutz não deveria aceitar:

Olha a humildade do Lutzenberger, sabendo que eu era petista roxo, que nós éramos arqui inimigos do Collor, o Lutzenberger me chama um dia para conversar sozinho. Eu fui. Disse assim: ‘Gregol, eu fui convidado pra ser ministro do Collor. Eu to na dúvida, eu tô consultando algumas pessoas, umas 8, 10 pessoas sobre o que elas acham e uma delas é tu’. E eu, um guri: ‘bah, mas por que eu?’ ‘Porque eu sei que tu és da política, tu tá metido na política, eu quero saber o que tu, vocês pensam do cara’. Eu: ‘olha,

Lutzenberger, eu em princípio acho que tu não deveria ir, tu vai ser enganado – como foi – tu vai ser manipulado, ele quer que tu vá pra lá pra te vender como ministro por causa da Eco-92, com todos os holofotes’, que foi o que aconteceu... Aí ele disse: ‘Olha, eu vou aceitar, Gregol, acho que se eu não aceitar, eles vão dizer a vida inteira que eu podia ter feito alguma coisa, ou mostrar como é que é, porque eu sempre critiquei todos os ministros’ e tal – até uma vez ele cunhou aquela frase, né?, um catador de lixo faz mais pelo meio ambiente no Brasil do que o ministro do meio ambiente. ‘Aí, eu vou aceitar’. Gregol: ‘Obrigado por me consultar. De mim tu não vai ter crítica. E espero que tu consiga fazer alguma coisa lá’. Me convidou pra tomar um chope (GREGOL. Entrevista à autora, 07/03/2015).

Lutz parecia estar confiante de que o presidente eleito tinha intenção de realizar mudanças efetivas no setor ambiental, no sentido de acabar com a devastação. Ele viajou novamente a Brasília para comunicar seu aceite e, em 03 de março, seu nome foi anunciado oficialmente em entrevista coletiva. Collor justificou a escolha afirmando que “Lutzenberger é um homem dedicado à vida e aos direitos humanos e que possui visão ética para a questão ecológica. Não podia deixar de convidá-lo, pois ele era conhecido internacionalmente pela sua posição de vanguarda na defesa ambientalista” (FSP, 03/03/1990, Acervo Digital). É interessante constatar que, além da projeção internacional de Lutz, seu enfoque ético para a questão ecológica foi um dos motivos alegados para a convocação ao cargo.

Para Gert Schinke (Entrevista à autora, 19/03/2014), “já tinha acabado a ditadura, o Lutz não precisava mais ‘colar’ num cara desses, o Collor. O Lutzenberger era cabeçudo – na área política era cabeça tonta – sob argumentos de ‘nós vamos te dar espaço’. Foi chamado para montar a Eco-92, o cara foi usado pela escória da elite nacional. E o cara sonhando fazer coisas e tal”.

É interessante constatar, numa declaração de Lutz como Secretário à *Folha de São Paulo* (em 05/05/1990, p. A-4, APJL), que, segundo o nosso personagem, não haveria afinidade político-partidária de sua parte com Collor, sendo que não teria sequer votado nele:

‘Aceitar o convite do presidente foi muito difícil para mim. Não sou político, tenho minha vida organizada e uma empresa com 130 empregados. Eu aceitei porque considerei um desafio. Claro que terei muitos conflitos no governo. Em cada caso teremos que ver qual o compromisso possível. Tenho que aceitar compromissos para evitar males maiores’. Não votou em Collor: ‘No primeiro turno votei em Mário Covas (PSDB) e no segundo votei em branco, porque não sabia em quem votar’.

Podemos inferir, por um lado, que Lutz realmente achou que teria espaço no governo Collor, mesmo não tendo votado nele e, por outro, que não levou em conta, como em outros momentos de sua trajetória, considerações político-ideológicas usuais e binárias (se o governo seria de “direita” ou de “esquerda”) para tomar sua decisão, mas sim a disposição de empreender mudanças no setor ambiental. Como vimos no capítulo anterior, ele era simpático ao capitalismo, à “livre iniciativa”, e avesso ao socialismo, pelo menos na forma como era aplicado na “política real”. Sobre o ideário liberal de Collor, ele declarou: “Liberdade econômica não significa necessariamente liberdade para devastação. Liberdade econômica significa dar o máximo de incentivo ao indivíduo, não grandes concentrações de poder. Pelo que tenho conversado com ele, me dá a impressão de que é exatamente o que ele quer fazer” (ZH, 03/03/1990, p. 9, APJL). Creio

que Lutzenberger se entusiasmou pelo novo presidente, entre outros motivos, porque acreditou que ele apostaria em algo que defendeu inúmeras vezes em seus textos e palestras: a necessidade de descentralização do poder e da economia.

Em âmbito nacional, a *Folha de São Paulo* (03/03/1990, Acervo Digital) informou que “a maioria das pessoas ligadas a entidades ecológicas acha que Lutzenberger é um bom nome para conduzir a Secretaria. No entanto, eles têm dúvida se Lutzenberger vai ter espaço político para atuar no governo Collor”. Também o *Estado de Minas* (06/03/1990, APJL) noticiou que os ambientalistas mineiros “respiraram aliviados. Os ecologistas festejavam a indicação de um dos seus para um posto-chave”. Porém, havia certo receio: “Reconhecido como radical em seu meio, teme-se que Lutzenberger tenha pouca mobilidade dentro da burocracia federal e se perca em meio às pressões políticas ou econômicas”. Veremos que esses temores se efetivaram ao longo da atuação do Secretário.

Já em âmbito internacional a indicação de Lutz foi recebida com surpresa e otimismo. A revista *Newsweek* afirmou que Collor levava os problemas ambientais tão a sério como a crise econômica, e que o ponto positivo de seu governo era a nomeação de Lutzenberger como secretário ambiental. Em declaração ao importante semanário estadunidense, nosso personagem afirmou: “Eu aceitei esse cargo porque acredito que Collor quer fazer do Brasil um país sério, ambientalmente diferente. Eu ficarei o tempo em que sentir que estou ajudando na recuperação do planeta. Se me sentir cooptado, sairei” (NEWSWEEK, 09/04/1990, APJL). Lutz recebeu destaque também na *TIME Especial Earth Day 1990* (23/04/1990, APJL). Segundo a revista, a comunidade internacional ambiental ficou estupefata com a nomeação, por conta da sua reputação de ser franco ao falar.

Desde as primeiras declarações como secretário, Lutzenberger afirmou que sua prioridade era a Amazônia e que iria lutar contra a concessão de subsídios para fazendas na região, bem como pela demarcação de terras indígenas. Em diversas vezes, ele mencionou que a decisão não fora fácil e que o aceite representava um sacrifício pessoal e uma missão que não poderia recusar. Financeiramente, afirmava, teria prejuízos, já que dedicaria menos tempo à sua empresa, mas “não poderia ficar ausente dessa missão histórica” (ZH, 10/03/1990, p. 14, APJL).

Esse discurso que enfatiza “sacrifício”, “missão”, é típico do campo político. Para compreender a inserção de Lutz nesse campo, é interessante trazer os referenciais bourdianos de “interesse” e “desinteresse”. Para Bourdieu (2008, p. 152), toda ação é interessada e pressupõe um investimento, para que o agente obtenha o que deseja. Mesmo quando o agente aparenta desinteresse (ou não interesse), está interessado: “os universos sociais nos quais o desinteresse é a norma oficial, não são, sem dúvida, inteiramente regidos pelo desinteresse: por trás da aparência piedosa e virtuosa do desinteresse, há interesses sutis, camuflados”. Também de acordo com o

sociólogo francês, “querer fazer a revolução em um campo é concordar com o essencial do que é tacitamente exigido por esse campo, a saber, que ele é importante, que o que está em jogo aí é tão importante a ponto de se desejar aí fazer a revolução”. Como vimos, esse parecia ser o caso de Lutzenberger: seu interesse, além do prestígio pessoal que obteria ocupando uma posição de poder importante, com status de ministro, era, como declarou, a possibilidade de ajudar “na recuperação do planeta”.

Abaixo, podemos ver imagem que mostra a composição inicial do ministério de Collor (infelizmente, não constam referências da publicação no APJL). A Secretaria de Lutz estava diretamente vinculada à Presidência da República:





### Primeiras medidas

Logo no início de sua atuação como Secretário, Lutz conseguiu a primeira vitória política: a promessa de Collor de reorientar o projeto Calha Norte, “desenvolvido pelas Forças Armadas na região fronteira da Amazônia, dando prioridade à questão ambiental. A decisão segue a política do novo governo para a preservação da Amazônia”. A primeira viagem oficial do novo presidente seria para a região, onde ele visitaria o referido projeto em Roraima e sobrevoaria a área dos Ianomâmis (CORREIO DO POVO, 22/03/1990, capa, APJL).

Em suas declarações como Secretário, Lutz continuou defendendo as mesmas bandeiras anteriores, especialmente a preservação da Amazônia e a promoção da agricultura ecológica. Ele defendeu “o retorno à filosofia antiga de agricultura, com um trabalho natural da terra, sem a utilização de tecnologia de devastação (...). Agricultura que se pratica hoje no país, além de não ter futuro, é semelhante a um garimpo de mineração” (GAZETA DO POVO, 28/03/1990, p. 9, APJL).

Também continuou cultivando contatos internacionais. Um mês após a posse, já viajava ao exterior para participar de uma maratona de compromissos. Ele foi destaque num evento realizado na Casa Branca sobre Mudanças Globais, que contou também com o presidente dos EUA, George Bush. Segundo a *Folha de São Paulo* (17/04/1990, p. C-05, APJL), Lutz “vestia jeans, botas e camisa surrada: sua figura ‘caipira’ e romântica também já garantiu sucesso na mídia”. Na ocasião, o novo Secretário recebeu dezenas de pedidos de entrevistas. No evento, ele afirmou que “o governo Sarney financiou a devastação da Amazônia por ganância e ignorância”. Criticou a destruição da floresta para dar lugar a projetos como Carajás e a hidrelétrica de Tucuruí. Teceu considerações sobre a necessidade de uma mudança de caráter ético na economia:

Não se pode mais medir a riqueza de seu país apenas pelo seu PIB ou renda per capita: A moderna sociedade industrial tem dogmas que levam ao comportamento devastador de hoje. (...). Precisamos repensar a ideologia básica do nosso pensamento econômico. Não podemos medir mais o progresso econômico em termos de PIB. Temos que fazer contas diferentes (O GLOBO, 18/04/1990, p. 14, APJL).

Para Lutzenberger, como já afirmava há tempos, o problema era a ideologia econômica da sociedade industrial: “ela olha para o planeta e só vê recursos” (JORNAL DO BRASIL, 18/04/1990, APJL). Em 19 de abril, na embaixada do Brasil nos Estados Unidos, houve um encontro de Lutz com diretores dos 14 grupos ecológicos mais influentes daquele país. Segundo *O Globo* (20/04/1990, p. 14, APJL), diferente de outras ocasiões no exterior, em que eram emitidas críticas à política ambiental brasileira, os ambientalistas pediram a ajuda do Brasil para pressionar o governo americano a mudar sua maneira de encarar os problemas. Antes de passar às perguntas, “os ecologistas escutaram Lutzenberger discorrer sobre sua filosofia ambiental, durante 40 minutos. A plateia estava visivelmente embevecida – como se fosse formada por estudantes que assistem com atenção à aula de um mestre consagrado”. Os ambientalistas perguntaram como podiam ajudar Lutz. Sua resposta: “A melhor maneira de vocês nos ajudarem é resolvendo seus problemas ambientais aqui nos Estados Unidos, porque nós, da América do Sul, somos apenas um espelho da sociedade moderna”. Pediu também que os ambientalistas continuassem pressionando o Banco Mundial e o BID para não liberarem empréstimos a projetos prejudiciais ao ambiente.

Ainda nos Estados Unidos, Lutzenberger deu importantes declarações sobre seus projetos. Ele pretendia reexaminar o assunto das hidrelétricas e mudar a orientação da política energética brasileira para “um esquema de produção descentralizada de energia, que provoca um mínimo de

estrago ambiental”. Segundo o Secretário, ele teria conversado longamente com Collor, que se mostrou sensível às questões ambientais: “É claro que não vamos mudar o mundo de hoje para amanhã. Nem seria possível. E nem desejável. Um carro que vai a 120 km por hora não pode parar em 3 metros” (JORNAL DE BRASÍLIA, 21/04/1990, p. 11, APJL).

Enquanto no exterior o discurso de Lutz fazia grande sucesso e trazia prestígio ao governo Collor, ganhando a adesão do Senador Democrata Al Gore, setores da imprensa brasileira criticavam sua atuação. A revista *Veja* publicou duas matérias com opiniões bastante negativas sobre a viagem de Lutzenberger. Em 25/04/1990 (p. 46-47, APJL), afirmou que ele era um “ecologista radical”, um “visionário, não fez propostas concretas, mas exortou os países industrializados a mudar seu modo de vida (...) a pregação de Lutzenberger só agradou as ecologistas de fim de semana”. Mais do que isso, para a revista, “Lutzenberger foi o representante de si mesmo e de suas ideias na conferência e não o porta-voz de uma posição nacional brasileira sobre a questão ecológica”. No entanto, foi justamente por suas ideias que Collor o escolhera. Em outra matéria, de 09/05/1990 (p. 34-35, Acervo digital), já no título o periódico buscou transmitir um viés negativo: “Arauto do apocalipse”. Começava chamando Lutz de “o menino do dedo verde do presidente Collor”. A revista criticou o número de dias que ele passou viajando no exterior: de 51 dias como Secretário, esteve 20 “fora de seu gabinete de trabalho”. Para a *Veja*, seu discurso agradava aos estrangeiros “porque sua mensagem continuava a mesma dos tempos em que se declarava inimigo do poder na área da ecologia, com a diferença de que antes não recebia para isso um salário pago pelo contribuinte”. Ambas as reportagens não eram assinadas. Dreyer (2004, p. 311) avalia que o tom da última matéria refletia a “linha política” do periódico e também ilustrava “a carga de preconceitos culturais que começava a pesar sobre o trabalho de Lutzenberger”.

Pelo sucesso de suas declarações na Casa Branca, Lutz foi convidado a palestrar na primeira Conferência Interparlamentar sobre Ecologia Global, no Senado norte-americano. Na ocasião, ele enfatizou novamente aspectos éticos e econômicos da ecologia, ideias que já desenvolvera em seu *Manifesto Ecológico* ([1976] 1980a) e que iriam ser aprimoradas nos escritos que compõem o póstumo *Garimpo ou Gestão* (2009). Defendeu então a redefinição dos conceitos de progresso e desenvolvimento, recomendou um reexame do modelo econômico e afirmou considerar um erro olhar para o mundo apenas como uma fonte de recursos: “A vida nunca se baseou no consumo de recursos, mas numa perfeita reciclagem de recursos. A economia é somente um capítulo da ecologia” (OESP, 01/05/1990, p. 11, APJL). Seguindo autores da economia ecológica, como Herman Daly e Georgescu-Roegen, posicionou-se contra “o pior e mais perigoso dogma do nosso moderno pensamento econômico, o da necessidade de um crescimento contínuo. Virou moda falar-se em crescimento sustentável, o que é na verdade uma contradição”. Como gostava de ilustrar seus discursos com imagens simples e concretas, citou o exemplo do

crescimento do corpo humano: “Claro que uma criança precisa crescer, mas se ela continuasse a crescer durante toda a vida no mesmo nível que cresce na infância, ela acabaria maior do que a Terra”, arrancando sorrisos da plateia (O GLOBO, 01/05/1990, p. 11, APJL).

Mas não somente setores da sociedade e do mundo político norte-americanos apreciaram seu discurso de enfoque ético-ecológico. Em meados de maio, ele partiu novamente em viagem ao exterior, dessa vez para a Europa, onde participou da Conferência Ação para o Nosso Mundo, organizada pela 1ª Ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, preparatória à Eco-92, realizada no dia 16 de maio de 1990, na cidade de Bergen-Noruega. No entanto, uma carta pessoal do Príncipe Charles levou Lutz a alterar seu itinerário de viagem e incluir uma escala em Londres. Escrita de próprio punho, a carta convidava o Secretário a participar da conferência da ONG Amigos da Terra sobre Economia Extrativista e Manejo das Florestas Tropicais, que seria aberta pelo próprio Charles. Na carta, o príncipe elogiou o “esforço para chamar a atenção das pessoas para a necessidade urgente de uma abordagem holística do mundo ao redor de nós e entre nós” (JORNAL DE BRASÍLIA, 15/05/1990, p. 11, APJL).

Na Noruega, Lutz voltou a afirmar que “crescimento sustentado é uma contradição”. Ele aceitaria o termo “desenvolvimento sustentável” - usado nas conferências internacionais - “se por desenvolvimento sustentado se entende um desenvolvimento harmonioso com a natureza, porque a Terra não é apenas um monte de recursos. A Terra é um organismo vivo” (GAZETA MERCANTIL, 16/05/1990, p. 15, APJL). De acordo com Lutz, a visão de uma terra inanimada só fazia sentido para a indústria e a tecnologia modernas, não à ciência. Um de seus alvos por promover a obsolescência planejada, “a indústria chegou ao cúmulo de programar a deterioração dos produtos, ou seja, de fazer carros que em 4 ou 5 anos precisam ser descartados para que o consumidor adquira modelos novos”. A humanidade, em suas palavras, se comportava como “um câncer no nosso planeta, e isso precisa parar”. Ele entendia a depredação do ambiente como “uma visão antropocêntrica, egoísta”, que necessitava ser combatida (IDEM).

No dia 17 de maio, na conferência sobre florestas tropicais em Londres, Lutz foi aplaudido pelo Príncipe Charles e mais 300 participantes. Na ocasião, atacou os países ricos, acusando-os pela devastação da Amazônia, ao promoverem “um capitalismo sem futuro e um consumo sem freios”. O Secretário fez então uma afirmação interessante sobre aquele contexto de mudanças no sistema econômico da Rússia com a Perestroika<sup>190</sup>:

A perestroika não é uma vitória do capitalismo ocidental, porque este precisa, da mesma forma, de uma perestroika. Não pode haver futuro para um capitalismo que incentiva o consumo irracional e parece querer por um carro nas mãos de cada cidadão do mundo. O crescimento sustentado é uma contradição,

---

<sup>190</sup> Palavra russa que significa “reconstrução”, “reestruturação”; foi como se chamaram, em conjunto com a *Glasnost* (“transparência”), as políticas introduzidas na União Soviética pelo Secretário-Geral do Partido Comunista da URSS, Mikhail Gorbachev, em 1985.

porque é preciso colocar lógica no crescimento, adequá-lo ao meio ambiente e manter o equilíbrio entre humanidade e natureza (OESP, 18/05/1990, p. 09, APJL).

Para Lutz, o fim do socialismo no Leste Europeu não significava a vitória do capitalismo. Na verdade, acreditava que, naquele momento, o capitalismo deveria reavaliar seu conceito de crescimento econômico, “em busca de um desenvolvimento sustentável e não apenas extrativo” (O GLOBO, 19/05/1990, p. 14, APJL).

Segundo o *Jornal de Brasília* (18/05/1990, p. 10, APJL), o interesse do príncipe pela problemática das florestas e pelo pensamento de Lutzenberger ficou evidente, pois no final da parte matinal da conferência, convidou o brasileiro para almoçar com ele no Palácio de Kensington, residência londrina de Charles. No entanto, em 19/05/1990, *O Estado de São Paulo* (p. 3, APJL) publicou um artigo-editorial muito crítico ao fato. O texto afirmava que quem recebeu com alegria a notícia do convite de Charles a Lutzenberger para almoçar eram “mentes colonizadas”. De acordo com o jornal, “o triste nisso tudo é que a entusiástica adesão do futuro rei da Inglaterra ao discurso apocalíptico do exótico ecologista brasileiro está longe de representar uma adesão da velha Albion a uma política de verdadeiro entendimento dos problemas do Brasil e América Latina”. As preocupações de Charles não seriam, segundo o periódico, capazes de salvar uma só árvore amazônica e, dessa forma, o aplauso de Charles a Lutz se mostraria inócuo. Os “colonizados” que ficaram contentes com o fato não enxergariam os “interesses escusos de internacionalização da Amazônia que se escondiam por trás do modismo ecológico”.

Temores sobre a ameaça da “internacionalização da Amazônia” existem, ao menos, desde os tempos de ditadura militar. Segundo Zhouri (2002, p. 4), “com o surgimento das preocupações ambientais internacionais em meados dos anos 70, o fim da Guerra Fria nos anos 80 e a transnacionalização da economia, a ideia de 'internacionalização' vem sendo revigorada, adquirindo atualmente novas feições”. Esses rumores foram intensificados durante o governo Sarney, quando a conversão da dívida externa de países pobres por meio de projetos de proteção ambiental começou a ser debatida, como vimos no capítulo 5. Nas vésperas da Rio-92, o contexto tratado aqui, “o fantasma de uma 'conspiração internacional' para ocupar a Amazônia” foi renovado (ZHOURI, 2002, p. 4).

O Príncipe Charles é um conhecido ativista ambiental. A partir da década de 1970, a preocupação ecológica ganhou destaque na Inglaterra e em outros países europeus. O *Jornal de Brasília* (15/05/1990, p. 11, APJL) explicou esse interesse de Charles pela sua falta de atribuições administrativas no parlamento britânico. Dessa forma, ele teria encontrado na ecologia um campo “em que pode desempenhar uma ação efetiva”. Foge ao escopo do nosso trabalho explicar a razão da simpatia do Príncipe pela causa ecológica (ele é autor de livros e narrador de filmes sobre o



tema)<sup>191</sup>, no entanto, seu interesse pelo pensamento de Lutzenberger não deixa de ser relevante, pois demonstra o prestígio internacional do brasileiro, nesse caso específico, junto à família real britânica. Tal apoio poderia ser importante na divulgação de sua ética ecológica e, ao mesmo tempo, como mais uma fonte de pressão internacional para que o governo brasileiro colocasse em prática medidas de proteção ao ambiente.

#### *A casa no mato*

Após ser nomeado ministro, Lutzenberger não possuía residência fixa em Brasília, ficando hospedado nos hotéis Eron e Torre, dos quais reclamava da frieza (OESP, 30/05/1990, p. 10, APJL). Ao ficar sabendo da existência de uma casa desocupada no interior do Parque Nacional de Brasília, tomou a iniciativa de mudar-se para o local, após sua viagem à Europa comentada acima. A casa fora construída pelo IBDF para hospedar os administradores do parque, os quais sempre preferiram outras residências, em áreas mais centrais (ZH, 29/05/1990, p. 6, APJL).



Casa em que Lutzenberger morou no Parque Nacional de Brasília, S/Data [1990-92] (APJL).

O Parque Nacional de Brasília abrange uma área de 32 mil hectares de bioma Cerrado, com água mineral, onde vivem capivaras, tamanduás, antas, lobos, macacos e tucanos. Possui piscinas de água quente, abastecidas pelas nascentes de águas minerais, muito procuradas pela população

---

<sup>191</sup> Uma listagem dessas obras pode ser encontrada em: <http://www.royalty.nu/Europe/England/Windsor/Charles.html>. Acesso em 23/10/2014.

local, especialmente aos finais de semana. Nesses dias, o Secretário teria que dividir o Parque com seus cerca de 7.000 frequentadores (CORREIO BRASILIENSE, 31/05/1990, p. 17, APJL).

O local certamente combinava mais com Lutz do que um frio hotel em Brasília, uma cidade construída em meio ao Cerrado. Rodeado por elementos da natureza, ele deve ter se sentido mais confortável para despachar como Secretário, de um modo mais informal que seus colegas ministros.



Lutz despachando na casa com secretárias. Brasília, S/Data [1990-92] (APJL).

Para desespero dos funcionários do parque, Lutzenberger modificou o cotidiano do lugar. Assim que chegou, declarou guerra à limpeza das folhas secas no chão: não deveriam ser varridas, mas sim deixadas no local, pois eram matéria orgânica que enriqueceria o solo. Ele também proibiu que funcionários utilizassem agrotóxicos nas plantas, recomendando o uso de um produto natural. Na residência, havia uma piscina, cuja limpeza mandou suspender: “Vou construir aqui um pequeno ecossistema. Dois dias sem lavar e já tem lodo. Em baldes próximos à piscina, plantas catadas pacientemente pelo secretário nos riachos do parque ainda esperam para integrar o pequeno ecossistema” (VIOTTI, Ilara, 29/08/1990, p. 38-40, APJL).

Percebemos então que, no Parque de Brasília, Lutz aplicava na prática os conceitos que defendera como militante: o não uso de agrotóxicos, a preocupação com a saúde do solo e das plantas. A recomendação para a piscina é bem interessante, pois revela seu lado curioso, de naturalista que queria experimentar a combinação de plantas para “construir um ecossistema”.

Essa afirmação mostra o quanto “natureza” e “ecossistema” são conceitos complexos - eles nem sempre são “naturais”, também podem ser criações humanas.

### *Momentos difíceis*

Se no exterior as apresentações de Lutzenberger encantavam plateias e acalmavam ambientalistas e órgãos internacionais, dentro do país seu efeito não foi o mesmo. Por volta de junho de 1990, ele começou a receber críticas de seus antigos colegas. Em 06/06/1990, o *Estadão* (p. 13, APJL) noticiava que as 20 maiores entidades ambientalistas do país aproveitaram as comemorações do dia 05 de junho (dia do meio ambiente) em Brasília para entregar a Collor um documento de protesto contra o comportamento de Lutzenberger. Criticavam-no porque, desde a posse, ainda não começara um diálogo com os ambientalistas e também pela inoperância do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A presidente da ONG Pró-natureza, Maria Teresa Pádua, afirmou que se a política do secretário não se modificasse, as entidades corriam o risco de fechar: “Até com os governos militares tínhamos mais dialogo”, reclamou. Dias depois, talvez como resposta às críticas, Lutz disse estar negociando empréstimo de 200 milhões de dólares para serem aplicados em políticas ambientais, principalmente em agricultura orgânica na Amazônia (DIÁRIO DO AMAZONAS, 09/06/1990, p. 8, APJL).

Lutzenberger também estava com dificuldades no contato com a imprensa. Como vimos acima, ele vinha recebendo críticas bastante ácidas de periódicos como *Veja* e *Estadão*, entre outros. De grande aliada nos anos 1970, no período mais difícil da ditadura, quando as lutas suas e da AGAPAN ocuparam incontáveis páginas, a imprensa nos anos 1990, com maior liberdade, tornava-se um dos obstáculos que nosso personagem, agora uma figura pública no poder - e, portanto, passível de cobranças - precisava administrar. Além da nova conjuntura política, podemos considerar que a postura da grande mídia mudou a seu respeito porque, em geral, esses veículos de comunicação são aliados dos grandes grupos econômicos, os quais não querem diminuir seus lucros por causa de questões ambientais.

Muito incomodado com as distorções que ocorriam entre suas declarações verbais e as palavras publicadas, depois de processos de edição, ele resolveu enviar uma “Circular aos meios de comunicação”, em 10/06/1990 (APJL). No documento, Lutz reconhecia a importância da mídia no começo de sua luta ambiental, nos anos 1970, e que sua relação com a imprensa sempre fora difícil, desgastante. Reclamou dos filtros por que suas palavras passavam: 1) Pessoas-repórteres que não entendiam de ciência; 2) as redações; 3) os setores de impressão e revisão. Nesse processo, segundo ele, havia troca de palavras que distorciam o sentido que imprimira inicialmente. Por isso,



como estava numa posição de grande responsabilidade como Secretário do Meio Ambiente, decidiu evitar perda de tempo e limitar os contatos com a imprensa:

O dia tem 24 horas. Preciso de pelo menos seis horas de sono. Minha saúde já está gravemente abalada pelo stress, angustia e pela frustração. Preciso, pelo menos, de 3 horas diárias para leitura séria, parte da qual só consigo fazer durante as refeições, quando me deixam. Os inúmeros telefonemas, visitas, anunciadas ou não, as cerimônias das quais não consigo me esquivar, as viagens, mal me deixam tempo para despachar.

Daqui para diante concentrarei meus esforços apenas onde tiver garantia de eficiência. Peço perdão, mas a tarefa é importante demais e meus recursos pessoais limitados (LUTZENBERGER, Circular aos meios de comunicação, 10/06/1990, APJL).

Analisando os documentos que nos servem de fontes em conjunto, parece que a “circular” não foi bem recebida pela mídia, pois esta não deixou de procurá-lo e tampouco de criticá-lo. Por exemplo, no APJL consta pequena matéria sobre seu incômodo ao ser fotografado:

Irritado por ser muitas vezes fotografado em situações embaraçosas, Lutzenberger vem fazendo uma observação que o leva a ficar empolgado tanto quanto alguém que acabou de descobrir a pólvora: ‘ - Agora sei porque o Einstein mostrou a língua pra vocês. Se eu colocar o dedo no nariz, eles vão fotografar também’ (CORREIO BRASILIENSE, 12/06/1990, p. 2, APJL).

Para resolver o problema, seu amigo, o jornalista Ney Gastal, sugeriu que ele contratasse uma assessoria de imprensa:

Uma boa assessoria de imprensa não apenas cuidaria da tua imagem frente ao público, mas teria a obrigação (do meu ponto de vista será até sua função principal) de também te dar uma visão mais real do que é esse público, o povo brasileiro, e o que ele espera de ti. Por enquanto estás ótimo para *Der Spiegel* e *Time*, médio para *FSP* e *JB* e péssimo para *Veja*. Isso precisa ser mudado. Já. Senão muito do que poderias fazer vai acabar não sendo feito (GASTAL, Documento S/Título. Junho/1990, APJL).

Segundo Gastal, enquanto Lutz ficava fora, para “arranjar prestígio para o governo Collor (o que estás fazendo melhor do que o Itamaraty)”, a SENAM-PR e o IBAMA “fazem aqui dentro o que bem entendem. Estás correndo o risco de ter um manifesto contra ti publicado nos jornais do centro do país, assinado pela quase totalidade das organizações ambientalistas brasileiras. Nem bem contra ti, mas alertando para que estão te usando como joguete”. Em sua opinião, Lutz deveria priorizar o Brasil, não o exterior em suas atividades: “O país fica aqui, não em Londres, nem em Bonn, nem em Washington. *Veja* é cretina, mas é a revista mais lida no Brasil. Não interessa se *Der Spiegel* ou *Time* são melhores. É para os leitores de *Veja* que tu, Collor e qualquer governo precisam prestar satisfações. É aos ecologistas brasileiros que deves ouvir primeiro”. Gastal também sugeriu que ele levasse o engenheiro agrônomo Sebastião Pinheiro para assessorá-lo em Brasília “porque ele conhece o Brasil e seu povo. Se não te ligares a isso, o país e o povo, poderás estar prestando um desserviço a ambos, sem perceber e com a melhor das intenções” (GASTAL, Documento S/Título. Junho/1990, APJL).

O “chamado à realidade brasileira” de Gastal surtiu efeito, pelo menos em parte. Lutz convidou Pinheiro, que havia sido colocado em disponibilidade do Ministério da Agricultura por

Collor, para assessorá-lo. Segundo o próprio Pinheiro, não havia vínculo formal com o governo e ele nunca recebeu nenhuma remuneração pela assessoria (Entrevista à autora, 14/03/2012).

Além das dificuldades com a mídia nacional e com ambientalistas, Lutz também não estava satisfazendo setores políticos. Ele foi sabatinado em 27/06/1990 na Câmara dos deputados, e a impressão dos parlamentares, depois de duas horas de debate, parece ter sido muito ruim. Segundo *O Globo* (28/06/1990, p. 31, APJL), a conclusão foi a de que o Secretário conhecia pouco os problemas nacionais e não tinha uma política, muito menos um projeto para a área ambiental. Lutzenberger teria reconhecido todos os problemas apontados pelos parlamentares, mas disse que só agora estava percebendo sua complexidade. O deputado federal e ambientalista Fábio Feldman (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB), autor do convite a Lutzenberger, comentou: “A impressão que deu foi de despreparo e inadequação para o cargo, o debate foi decepcionante” (IDEM).

Em entrevista ao mesmo jornal, *O Globo* (05/07/1990, p. 31, APJL), Lutzenberger respondeu às críticas de apenas teorizar e não agir como os ambientalistas acreditavam ser necessário. De acordo com ele, isso não chegava a ser uma crítica, pois pensava que essa era sua função: “Para o ecologista, não interessam as ações e sim as ideias. Sua função é elaborar conceitos a serem executados por quem compete”. Lutz se via separado do governo: “Não sou eu quem pode fazer, mas sim o governo”. Ele pensava estar incumbido de fazer uma revolução moral no país a fim de mudar o modelo econômico predatório e disse que Collor estava ciente dessa necessidade. Tinha “uma fé aparentemente inabalável no presidente Collor e na sua vontade política de mudar o pensamento econômico a que creditava a destruição do ambiente”. Perguntado pelo jornal sobre quais seus planos e projetos à frente da Secretaria, Lutz respondeu que não tinha, “porque acho que não é com planos e projetos que se resolvem as coisas hoje, mas sim com uma nova filosofia”. A questão ético-filosófica era tão fundamental para ele, que acreditava ser mais importante do que atitudes concretas: “Precisamos de uma revolução moral no Brasil. Projetos não são questão fundamental. O importante é repensarmos o que chamamos de progresso e desenvolvimento”.

Como veremos, sua avaliação sobre Collor e suas próprias expectativas em relação a ele iriam mudar depois da saída do governo. Demorou um tempo até Lutz dar-se conta do quanto se iludira com o discurso do jovem presidente.

#### *Vitórias: A pá de cal na Serra do Cachimbo*

Mesmo enfrentando as dificuldades apontadas acima, Lutzenberger obteve algumas vitórias importantes como Secretário. As pessoas que entrevistei para essa pesquisa citaram principalmente o fechamento da área de testes nucleares na Serra do Cachimbo e a demarcação das terras Ianomâmis.

Segundo Kuramoto e Appoloni (2002), as primeiras pesquisas brasileiras na área nuclear datam da década de 1930, porém foi somente após a Segunda Guerra Mundial que teve início um interesse sistemático pelo tema. Com o golpe civil-militar de 1964, “ocorreu uma militarização do país, atingindo todos os setores da política e da economia. Conseqüentemente, as atividades no campo nuclear foram completamente dominadas pelos militares” (KURAMOTO, APPOLONI, 2002, p. 381). Durante o governo do General Ernesto Geisel, em 1975, o Brasil assinou um acordo nuclear com a Alemanha, que previa o uso da energia atômica para o suprimento energético do país, ou seja, para fins pacíficos. Com a construção das usinas em Angra dos Reis, seria necessário dominar a tecnologia do enriquecimento de urânio. Havia também a rivalidade entre o Brasil e a vizinha Argentina, que nos anos 1970 começou um processo de construção da bomba atômica. Os militares brasileiros não queriam ficar para trás, então deram início a projetos secretos, entre eles instalações subterrâneas na Serra do Cachimbo, localizada na divisa entre os estados do Mato Grosso e do Pará, numa área de transição entre a Amazônia e o Cerrado<sup>192</sup>.

Esses projetos foram trazidos ao conhecimento público pelo então presidente José Sarney, em rede nacional de TV, em 1987. Nesse ano, no mês de julho, Sarney visitara as instalações nucleares argentinas, em Pilcaniyeu e, na ocasião, juntamente com o presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, firmou uma série de acordos de cooperação e para um sistema de vigilância mútua entre os dois países. Ambos já haviam deixado para trás os regimes autoritários, momento em que foi possível superar a rivalidade armamentista.

Mas ainda permaneciam dúvidas sobre as instalações militares subterrâneas na Serra do Cachimbo. Convocados pelo Congresso Federal, em abril de 1990, militares negaram que haveria testes nucleares no local (OESP, 20/09/1990, p 20, Acervo digital). Collor, então, solicitou que os ministros militares investigassem, e esses, em relatório, confirmaram a existência de um poço, na Serra do Cachimbo. Com 320 metros de profundidade e 1,2 metros de diâmetro, o poço teria custado aproximadamente um milhão de dólares (IDEM).

Sebastião Pinheiro relatou-me fato curioso sobre o assunto. Quando auxiliava Lutz em Brasília, numa manhã, por volta de 8 horas, chegou na casa do Parque um dossiê de 1.200 páginas, como resposta aos questionamentos de Collor sobre a questão nuclear (talvez seja o mesmo relatório mencionado pelo *Estadão*). Segundo Pinheiro, Lutz deveria dar uma resposta sobre o documento até o meio-dia. Ele ficou “p... da vida” com a tarefa, pois “um baita tamanduá bandeira havia entrado no terreno da casa do Parque, onde ele morava e ele queria brincar com o bicho”. Pinheiro sugeriu: “vamos dividir no meio e fica mais fácil”. Lutz disse: “ninguém mais pode ver.

---

<sup>192</sup> Para mais detalhes sobre a história da política nuclear brasileira, consultar o artigo de Kuramoto e Appoloni (2002).

Nem Otto Hahn<sup>193</sup> tem condição de ler 1.200 páginas em quatro horas. Assim fica fácil, pois o que eles querem é aval e não análise e decisão. Para dar aval não é preciso ler.” Ele começou a rir e decidiu: “vamos ver o papa formigas. Foi ao palácio e na volta disse: “Ninguém pode saber, mas amanhã nós vamos para a Serra do Cachimbo nas Nascentes do Tapajós, vamos pôr uma pá de cal no buraco atômico” (Sebastião Pinheiro, via *E-mail*, em 24/10/2014).

Lutzenberger acompanhou Collor no fechamento do poço, em 18 de setembro de 1990. Num gesto simbólico, o presidente jogou duas pás de cal no poço, como podemos ver na foto abaixo:



Lutzenberger ao lado de Collor no fechamento simbólico do poço do Cachimbo. Foto: Orlando Brito.  
Fonte: *Veja*, 26/09/1990, p. 41 (Acervo Digital).

O *Estadão* avaliou que o gesto do presidente representava “um recado claro e objetivo: o Brasil não deve, em hipótese alguma, desenvolver tecnologia para a construção de armamentos nucleares” (OESP, 20/09/1990, p. 20, Acervo digital). Mais do que isso, o cerramento do poço ocorria em momento estratégico para Collor, pois na semana seguinte, ele faria o discurso de abertura da 44ª conferência das Nações Unidas em Nova Iorque. As palavras do presidente deveriam acalmar os ânimos internacionais, num momento em que “o Brasil era acusado de

---

<sup>193</sup> Referência ao químico alemão Otto Hahn (1879-1968), que recebeu o Prêmio Nobel de Química de 1944 por ter descoberto o processo de fissão nuclear, em 1938, juntamente com o também químico alemão Fritz Strassmann. Para dados biográficos de Hahn, consulte a página do Nobel Prize: <[http://www.nobelprize.org/nobel\\_prizes/chemistry/laureates/1944/hahn-bio.html](http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/chemistry/laureates/1944/hahn-bio.html)>. Acesso em 27/10/2014.

colaborar em um projeto nuclear desenvolvido no Iraque por Saddam Hussein” (FSP, 19/09/1990, p. A-6, Acervo digital).

Não temos como averiguar de forma mais profunda a influência de Lutzenberger nas decisões de Collor na área atômica, pois não encontramos fontes que nos permitam tal inferência. No entanto, mesmo que a simbólica pá de cal na Serra do Cachimbo tenha visado ao público internacional, Lutz deve ter se sentido satisfeito com esse ato do presidente. Como vimos no capítulo 2, ele fora nos anos 1970 um ferrenho combatente da energia nuclear, mesmo para fins pacíficos. Em artigos, entrevistas e em seu livro *Pesadelo Atômico*, argumentou que esse tipo de tecnologia era o mais prejudicial do ponto de vista ético-ecológico, pois capaz de causar danos irreversíveis, por milhares de anos. Creio que ele deva mesmo ter encarado o episódio do buraco do Cachimbo como uma vitória, nesse tempo tão tumultuado no Ministério.

### *Vitórias: Os Yanomami*

A demarcação das terras da tribo indígena Yanomami no Brasil foi fruto de acalorados debates. As discussões intensificaram-se especialmente a partir de 1978, quando foi criada a Comissão Pró-Yanomami (CCPY), uma ONG dedicada à defesa dos direitos territoriais, culturais e civis dos Yanomami.

Povo milenar, cujas cosmogonia e mitologia vêm sendo bastante estudadas pelos antropólogos (LEITE, 2013), a tribo Yanomami vive numa área de florestas e montanhas na fronteira entre Brasil e Venezuela. Ambos os lados estão garantidos por reservas homologadas<sup>194</sup> de áreas bastante extensas, motivo principal da resistência de setores políticos e econômicos brasileiros em entregar as terras aos indígenas.

---

<sup>194</sup> A regularização de uma Terra Indígena (TI) constitui-se, geralmente, de um longo processo. Primeiro ocorre a demarcação, que é o meio administrativo para identificar e sinalizar os limites do território tradicionalmente ocupado pelos povos indígenas. Após a demarcação, ocorre a homologação pelo presidente da república e o registro no cartório de imóveis. Para maiores detalhes do processo, consulte: POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/terras-indigenas/demarcacoes/como-e-feita-a-demarcacao-hoje>>. Acesso em 28 out 2014.



Mapa localizando a área dos Yanomami. *Revista Visão*. Outubro/1991 (APJL).

A CCPY instituiu um boletim em que divulgava os desdobramentos do processo de demarcação das terras, chamado “Yanomami Urgente”. Em 20/10/1988, o periódico publicou a informação de que a Portaria ministerial nº 160, de 13/09/1988, declarava como terra de posse permanente dos Yanomamis uma área de aproximadamente 8 milhões de hectares, considerando dentro do mesmo espaço duas florestas nacionais e um parque nacional. O problema, para a CCPY, era que a portaria instituíra uma área descontínua aos indígenas, retalhando o território: destinava aos Yanomamis apenas 30% de seu território de ocupação original, dividido em 19 áreas separadas umas das outras; os demais 70% seriam declarados florestas e parque nacional, com áreas destinadas a garimpeiros (YANOMAMI URGENTE, 20/10/1988, APJL).

Na segunda metade da década de 1980, as terras Yanomamis foram invadidas por milhares de garimpeiros (a região é rica em ouro, cassiterita e minerais radioativos). Segundo a ONG Survival International (*Online*), os garimpeiros atiraram em indígenas, “destruíram muitas aldeias, e os expuseram a doenças para as quais não tinham imunidade. Vinte por cento dos Yanomami morreram em apenas sete anos”. Todo esse desrespeito gerou duras críticas ao governo Sarney, principalmente no exterior.

Diante da gravidade da situação, os indígenas começaram a organizar-se no final de 1989. Liderados por Davi Kopenawa<sup>195</sup>, promoveram manifestação em Boa Vista, em outubro; na

<sup>195</sup> Importante líder indígena, que atua na defesa dos direitos de seu povo Yanomami. É o único brasileiro além de Chico Mendes a ganhar o importante prêmio da ONU, o Global 500, em 1989.

ocasião, cerca de 200 pessoas gritaram palavras de ordem contra o genocídio do povo Yanomami e acusaram o Presidente da República e o governador de Roraima, Romero Jucá, pela situação. Dando seguimento a sua luta, líderes Yanomami foram a Brasília entre 11 e 14 de setembro, onde participaram de audiências e manifestações populares. Com isso, o restante do Brasil ficou sabendo do que acontecia em Roraima (YANOMAMI URGENTE, 25/10/1989, APJL).

O então recém-criado movimento “Ação pela cidadania” (ACP)<sup>196</sup> interessou-se pelo caso dos Yanomami. De 9 a 12 de junho de 1989, uma comissão da ACP visitou suas áreas em Roraima. Na sequência, foi publicado um relatório sobre o que a comissão observou (ACP. Junho/1989, APJL). Trata-se de importante documento com informações preciosas sobre a situação dos Yanomami, além de conter denúncias muito graves de maus tratos e sugestões de medidas para resolver o conflito.

Na região de Surucucus-RR, nas terras Yanomamis, o projeto militar Calha Norte construíra uma pista de pouso, mas não havia destacamento militar para utilizá-la – a pista era então usada para locomoção dos garimpeiros. A comissão da ACP encontrou a área tomada por centenas de garimpeiros que estavam dizimando os indígenas, cerca de 1.000 Yanomamis. Entre as causas da mortandade, eles puderam observar diversos impactos ao ambiente, motivados pela invasão dos mineradores, que se refletiam na saúde dos indígenas, como a poluição da água por dejetos e mercúrio - com isso a caça foi afastada e a pesca inviabilizada, e houve o desmatamento da mata ciliar.

A saúde dos indígenas foi afetada por desnutrição, doenças de pele e venéreas, aumento da mortalidade, oncocerose (verminose, também chamada “cegueira dos rios”) em 90% da população nativa. A comissão verificou *in loco* também a omissão da FUNAI: nem representantes do órgão nem garimpeiros davam remédios aos índios. Além disso, os mineradores exibiam filmes pornográficos aos nativos e seus aviões causavam poluição sonora – a cabeceira da pista ficava a 50 metros da maloca dos Yanomamis (ACP. Junho/1989, APJL). Podemos perceber nesse quadro

---

<sup>196</sup> Lançado em janeiro de 1989, “Ação pela cidadania” foi um movimento da sociedade civil em defesa de direitos considerados inerentes à cidadania, do qual faziam parte várias organizações, como CNBB, ABA, OAB, CGT, CUT e SBPC, além de parlamentares e personalidades. Não é a mesma ONG criada em 1993 pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, dedicada ao combate à fome e à miséria.



o dramático cenário de um conflito ambiental<sup>197</sup> ainda não totalmente resolvido no momento em que escrevo a tese<sup>198</sup>.

A ACP (Junho/1989, APJL) sugeriu as seguintes medidas para resolver a situação:

- Demarcação das terras dos Yanomami (em áreas contíguas-contínuas);
- Retirada dos garimpeiros;
- Proibição de uso das pistas aéreas;
- Instalação de uma agência da Polícia Federal;
- Demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol<sup>199</sup> (ocupada pelos povos Macuxi, Wapixana, Tauren pang, Ingaricó e Patamonas);
- Assistência médica aos índios.

Quando Lutz assumiu a Secretaria do Meio Ambiente, em março de 1990, a situação dos Yanomami era o problema mais grave e urgente a enfrentar. Antes mesmo da posse, ele declarou ao *Correio do Povo* (09/03/1990, capa) que defenderia a intervenção das Forças Armadas para resolver o conflito. Segundo ele, era “a primeira coisa a fazer numa região semeada de aeroportos ilegais”, frisando que “os militares terão um importante papel na defesa do meio ambiente”. Como vimos acima, a primeira viagem oficial de Collor foi um sobrevoo em Roraima, nas terras Yanomami e na área do programa Calha Norte, o que demonstra a visibilidade que o tema tinha adquirido na sociedade brasileira.

Em julho de 1990, Lutzenberger e a então Presidente do IBAMA, Tania Munhoz, solicitaram a Collor a revogação dos decretos do ex-presidente Sarney, que criaram reservas garimpeiras e duas florestas nacionais dentro das terras reivindicadas pelos índios Yanomami (JB, 16/07/1990, p. 7, Acervo Digital). No entanto, esse não foi um assunto fácil, porque, ao contrário do que pensava Lutz, setores militares não queriam uma Terra Indígena Yanomami contínua, com mais de 9 milhões de hectares. Entre as lideranças contrárias à demarcação, destacava-se o General Bayma Dennis, ex-ministro chefe do gabinete militar do governo Sarney. Ele foi o idealizador das

---

<sup>197</sup> Uso aqui o conceito de conflitos ambientais proposto por Acelrad (2005, p. 26), como sendo "aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos". No *Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil* (FIOCRUZ, 2010), constam mais detalhes sobre esse conflito em especial: <<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=272>>. Acesso em 27 out 2014.

<sup>198</sup> Maiores informações em: SURVIVAL INTERNATIONAL. <<http://www.survivalinternational.org/povos/yanomami>>. Acesso em 27 out 2014; ONG Yanomami HUTUKARA. <<http://www.hutukara.org/garimpo-ilegal/>>. Acesso em 27 out 2014.

<sup>199</sup> A TI Raposa do Sol foi demarcada em 1998, no governo Fernando Henrique Cardoso, e homologada pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2005. Entretanto, a área era ocupada por arroteiros, que contestaram a demarcação. Somente em 2009, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela retirada dos não indígenas e pela entrega da área contínua aos povos Yanomami. Para maiores detalhes do conflito consulte o dossiê organizado pelo Instituto Socioambiental: ISA. Terra Indígena Raposa do Sol. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/inst/esp/raposa/>>. Acesso em 28 out 2014.



19 “ilhas” como reservas indígenas, intercaladas por reservas garimpeiras e florestas nacionais, como forma de evitar o que considerava “uma trama internacional”, visando à criação da TI Yanomami (IDEM). Como mencionamos anteriormente, essa é mais uma das expressões do temor da “internacionalização da Amazônia”, tão recorrente entre os militares. Para eles, a região era estratégica, área de segurança nacional, por fazer fronteira com a Venezuela.

Tentando dar uma satisfação à comunidade internacional, que clamava pela demarcação, e, ao mesmo tempo, ganhar tempo para acalmar os militares, Collor mandou explodir diversas pistas de pouso de garimpeiros na região dos Yanomami, entre 1990 e 91 (FSP, 07/04/1991, APJL). Em 22 de outubro de 1990, Lutz enviou a Collor uma Exposição de Motivos para a extinção das unidades de conservação criadas por Sarney, a Floresta Nacional de Roraima e a Floresta Nacional do Amazonas, através de Medida Provisória. Em sua perspectiva, antes de demarcar o Parque Yanomami, era necessário extinguir as florestas nacionais que se encontravam dentro das terras indígenas.

Segundo Lutzenberger (Ofício 62/90, 22/10/1990, APJL), as florestas nacionais encorajaram “a presença de invasores que degradaram e devastaram todo o ecossistema, até então mantido secularmente harmônico só com a presença dos índios”. A medida solicitada pelo Secretário visava “devolver as áreas declaradas Florestas Nacionais à administração da FUNAI, a fim de que seja criado o ‘Parque Indígena Yanomami’, objetivando oferecer integridade ao habitat daquele povo”.

Embora os Yanomami tenham sofrido terríveis danos com as invasões garimpeiras dos anos 1980, eles já haviam sido contatados pelos brancos bem antes disso: os primeiros contatos esporádicos se deram entre as décadas de 1910 e 1940, de forma acidental. Um pouco depois, entre os anos de 1940 e 60, o antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) abriu postos no território Yanomami. Além disso, missões evangélicas norte-americanas e católicas italianas instalaram-se na região, criando, com isso, pontos de contato permanente. Esses locais tornaram-se focos de concentração populacional e de sedentarização, franqueando o acesso a bens manufaturados e à assistência médica. Por outro lado, foram a porta de entrada de muitas epidemias, como sarampo, coqueluche, gripe, tuberculose, as quais causaram grande impacto entre os Yanomami (ALBERT, 2009 Apud HERMANO, 2012, p. 200).

Nos anos 1970, os indígenas também foram atingidos pelos megaprojetos de integração nacional empreendidos pelos governos militares, principalmente pela rodovia Transamazônica. A construção da estrada e a vinda de colonos provocou diminuição da população indígena por epidemias e o desequilíbrio ecológico de seu habitat, afugentando a caça e causando desmatamento (HERMANO, 2012, p. 201-202). Dessa forma, o garimpo nos anos 1980 representou o agravamento de um processo de descaso e desrespeito com os povos indígenas que começou nos

primórdios do século XX. Eles eram expostos a doenças, danos ambientais e infrações de seus direitos humanos, por habitarem uma região rica em minérios.

No entanto, o presidente não atendeu ao pedido de Lutz de forma imediata. Isso causou frustração no Secretário, levando a rumores de que pediria demissão do cargo (ZH, 18/04/1991, p. 8, APJL). Somente no Dia do Índio de 1991, Collor anunciaria a anulação das florestas nacionais e reservas garimpeiras, como um passo importante em direção à demarcação das terras indígenas. Mesmo com a demora, o ato foi percebido como uma vitória de Lutzenberger (FSP, 19/04/1991, p. 10, APJL).

A demarcação ocorreu, finalmente, por meio da Portaria declaratória nº 580 de 15 de novembro de 1991. A TI abrangia a superfície de 9.419.108 hectares, localizada nos municípios de Alto Alegre, Boa Vista, Caracará e Mucajaí, em Roraima, e Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Portaria nº 580, 15/11/1991, *Online*). A notícia foi muito bem recebida no plano internacional, enquanto em âmbito interno houve oposição de vários setores – em Roraima, somente a Igreja Católica e a FUNAI eram favoráveis, segundo o jornal *O Globo* (23/11/1991, APJL). O *The New York Times* (19/11/1991, p. A-3, APJL) publicou que a demarcação provocou euforia nos Estados Unidos e descontentamento entre os militares brasileiros. Os senadores democratas norte-americanos Alen Crainston (Califórnia), Edward Kennedy (Massachusetts), Dennis De Concini (Arizona), Daniel Moynihan (Nova York), Timothy Wirth (Colorado) e Albert Gore (Tennessee) enviaram carta a Collor felicitando-o pela demarcação das terras Yanomami. Para esses políticos, o ato representava um passo extremamente importante na luta mundial para salvar o ambiente e para a proteção dos direitos humanos dos povos da Amazônia. A ação ajudaria na sobrevivência dos Yanomami e poderia inspirar futuros sucessos nos esforços para prevenir a exploração e destruição do patrimônio cultural dos povos nativos em toda a parte (US SENATE, Carta a Fernando Collor de Mello, 22/11/1991, APJL).

No Brasil, houve forte pressão de militares, deputados e senadores para que a demarcação não ocorresse. Em artigo para o *Jornal do Brasil* (22/11/1991, APJL), Wilson Teixeira Soares denominou os opositores logo no título: “Os Antianomamis”, caracterizando-os como um poderoso lobby anti-indígena, “históricos em acusações aos indigenistas e ambientalistas por pretenderem internacionalizar a Amazônia, martelando a caduca tese de que não se deve consagrar tanta terra a tão poucos índios”.

Segundo o *Estadão* (16/11/1991, p. 13, APJL), pesou na decisão do governo “as ameaças das Organizações Não Governamentais de todo o mundo de boicotar a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), caso não houvesse demarcação”. Além disso, “Lutzenberger também teria ameaçado deixar o cargo se o governo recuasse”. Mais

uma vez a pressão do Secretário, ancorada em seu capital social, funcionou, pois Collor não queria abrir mão do prestígio que ele trazia a seu governo no exterior – pelo menos não ainda. A homologação da TI veio somente no ano seguinte, após a saída de Lutzenberger, em 25 de maio de 1992 (OESP, 26/05/1992, p. 14, APJL).

### *A ética ecológica no preparo da Eco-92*

Como vimos, desde o início de seu mandato como Secretário do Meio Ambiente, Lutzenberger viajou muito para uma das atribuições mais importantes de seu cargo: participar de eventos preparatórios da Eco-92 no exterior<sup>200</sup>. A conferência da ONU seria o evento de maior peso na área ambiental desde Estocolmo, em 1972. A sua realização no Rio de Janeiro traria visibilidade aos problemas ambientais brasileiros, especialmente o desmatamento da Amazônia e, por isso, o papel de Lutz era importantíssimo: precisava causar uma boa impressão no exterior, demonstrando que o novo governo estava realizando progressos na proteção da floresta e dos povos tradicionais que a habitavam. Mais do que boas intenções, haveria, para ele, uma “filosofia ambiental” por trás do governo Collor, capaz de reverter a imagem do Brasil no cenário internacional.

Lutzenberger chegou mesmo a escrever um documento intitulado “A filosofia ambiental do governo Collor” (APJL), em que afirmou: “o governo Brasileiro tem plena consciência dos graves riscos enfrentados pela Humanidade”. Para ele, “no contexto da revolução moral que o Governo Collor tenta promover no país, surge uma nova visão da problemática ambiental, com as políticas oficiais hoje orientadas no sentido de privilegiar o equilíbrio ecológico”. Era importante enfatizar essa nova orientação, para conseguir “ajuda do Primeiro Mundo”; era necessária “ajuda financeira, inclusive esquemas de conversão da dívida por projetos na área de meio ambiente” (LUTZENBERGER, 29/11/1990, APJL). Além de ter acreditado que o jovem presidente promoveria mesmo mudanças neste campo, é interessante constatar que a “filosofia ambiental” que Lutz formulava para o governo Collor era, na verdade, um desdobramento de sua própria filosofia, a tão divulgada ética ecológica.

Na Eco-92, Lutzenberger queria contar com a presença de personalidades que compartilhassem de suas ideias. Em 04/12/1991, ele enviou carta ao Secretário Geral da Conferência, Maurice Strong, perguntando se podia convidar “os pensadores” James Lovelock, Herman Daly, Frederic Vester, James Goldsmith, Ernst-Ulrich von Weizsacker e Carl Amery. Lutz

---

<sup>200</sup> Como vimos, ele recebeu críticas pelas viagens constantes. Citamos, como exemplo, a do líder do PDS no senado, Oziel Carneiro (PA). Segundo ele, Lutzenberger viajou 18 vezes ao exterior em 149 dias: “Ele não pode cuidar da preservação das florestas, porque vive viajando, ironizou” (OESP, 09/11/1991, APJL).

acreditava que eles ajudariam os atores políticos a entender “os presentes perigos ao nosso planeta” (LUTZENBERGER, Carta a Strong, 04/12/1991, APJL)<sup>201</sup>.

Dos nomes acima, sabemos com certeza que nosso biografado conhecia pessoalmente, pelo menos, o teórico de Gaia, James Lovelock e o economista ecológico Herman Daly. Mas é provável que tenha conhecido os demais também, em suas tantas viagens ao Velho Continente, pois eram todos europeus. Vester (1925-2003) era um químico alemão, pesquisador importante na área da cibernética, autor de livros lidos por Lutz (constam dez obras em alemão de sua autoria na biblioteca particular do ambientalista)<sup>202</sup>. James Goldsmith (1933-1997)<sup>203</sup> foi um bilionário homem de negócios franco-britânico, irmão do ambientalista Edward Goldsmith. James financiou a revista fundada por Edward, *The Ecologist*, que, inclusive, publicou artigos de Lutz. Amery (1922-2005) foi escritor de ficção e ensaios, e ambientalista alemão, publicou vários artigos na revista *Der Spiegel*<sup>204</sup>. Von Weizsacker (1939-) é biólogo e ambientalista suíço<sup>205</sup>, pesquisador em zoologia, cibernética e ecologia. Além da origem europeia, eles compartilhavam a preocupação pelas questões ambientais num enfoque holístico, com forte atuação em suas respectivas áreas de conhecimento e círculos de relações. Esses pensadores, na opinião de Lutz, abrilhantariam a Rio-92 com suas ideias e poderiam contribuir para uma compreensão mais abrangente dos desafios que a humanidade teria pela frente na problemática ambiental.

Constam no APJL textos de palestras e entrevistas de Lutzenberger para eventos preparatórios da Rio-92. Nesses documentos, chamou-me atenção sua crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável, da forma como fora concebido pelas lideranças internacionais.

Surgido em 1987 no documento *Nosso Futuro Comum*, também chamado de *Relatório Brundtland*, resultado das discussões da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU<sup>206</sup>, o conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se amplamente divulgado, servindo de base para os debates da Rio-92. Segundo o documento, publicado em livro, desenvolvimento sustentável é o que atende “às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas” (COMISSÃO, 1991, p. 9). O relatório relacionava a pobreza aos problemas ambientais – para os integrantes da comissão, a desigualdade econômica entre os países era “o maior problema ambiental da Terra” (p. 6). Nesse sentido, eles afirmavam que o crescimento econômico era necessário para resolver “os problemas

---

<sup>201</sup> Até onde pude pesquisar, no APJL e em outras bases de dados, parece que eles não estiveram presentes na Conferência.

<sup>202</sup> Para dados biográficos e produção de Vester, consulte: <<http://www.frederic-vester.de/eng/frederic-vester/>>. Acesso em 29 out 2014.

<sup>203</sup> Mais informações em: <<http://sirjamesgoldsmith.com/#environmentalist/1>>. Acesso em 29 out 2014.

<sup>204</sup> Artigos de Amery podem ser consultados em: <[http://www.spiegel.de/thema/carl\\_amery/](http://www.spiegel.de/thema/carl_amery/)>. Acesso em 29 out 2014.

<sup>205</sup> Maiores informações em: <<http://ernst.weizsaecker.de/en/>>. Acesso em 29 out 2014.

<sup>206</sup> A Comissão foi formada em 1983, presidida pela então 1ª Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

ligados à pobreza e ao desenvolvimento”, mas seria um “crescimento sustentável, a longo prazo”, que exigiria “mudanças abrangentes para criar fluxos de comércio, capital e tecnologia mais equitativos e mais adequados aos imperativos do meio ambiente” (p. 44).

Lutzenberger, no entanto, apresentou duras críticas a essa visão de crescimento como sinônimo de desenvolvimento sustentável. Desde suas primeiras viagens como Secretário – aos Estados Unidos e Europa – ele defendeu a necessidade de redefinir os conceitos de “progresso” e “desenvolvimento”, e da economia tomar um novo rumo, reconhecendo a impossibilidade de um crescimento infinito, capaz de causar danos incalculáveis aos ecossistemas. Em sua manifestação na reunião do comitê preparatório da Eco 92, em Nairóbi-Quênia, Lutz inverteu o enfoque do Relatório Brundtland; segundo ele, o dogma comum considera que

a pobreza é a raiz da maioria da degradação ambiental que nós temos hoje em dia. Mas é o contrário, a maioria da pobreza que nós vemos no mundo resulta da destruição das culturas tradicionais, da rapina dos recursos em nome do “progresso”, do desenraizamento das pessoas que são deixadas sem chance, a vegetar nas favelas purulentas ou da violação das últimas selvas remanescentes (LUTZENBERGER, 29/09/1990, APJL).

Para Lutzenberger, a causa desse estado de coisas era

nossa visão de mundo. Nosso passado remoto judaico-cristão nos deu uma visão antropocêntrica do mundo. Nós nos consideramos a única espécie que tem direitos. Por consequência, nossa ética é truncada, limitada. Nós vemos todas as criaturas e fatores não humanos fora da nossa ética. Nós não vemos isso como um pecado! A maioria das culturas que nós agora desprezamos como “atrasadas” vieram desse jeito (LUTZENBERGER, 29/09/1990, APJL).

Podemos perceber que nosso personagem colocava toda a culpa pela filosofia antropocêntrica da humanidade ocidental em seu passado judaico-cristão. Cabe chamar a atenção para os elementos religiosos de seu discurso: à devastação ele atribuiu tanto uma “culpa” judaico-cristã – aliás, a própria culpa é um dos fundamentos da religiosidade cristã – quanto uma condenação: devia ser considerada “pecado”. Aqui é interessante constatar uma semelhança com Henrique Roessler, personagem por mim biografado anteriormente. Roessler também utilizava elementos religiosos em seu discurso de proteção ambiental e considerava a devastação um “pecado contra Deus”. Naquele trabalho, analisei suas considerações como uma forma de “sacralização da natureza”<sup>207</sup>.

Lutzenberger argumentou, em sua fala em Nairóbi, que essa visão antropocêntrica, assumida pela “moderna sociedade industrial”, levava ao tratamento do planeta como “somente um repositório de recursos, que nós podemos usar e abusar”, e voltou a reclamar da maneira como o PIB era calculado, computando apenas o acréscimo de renda. Para ele, esse método era falso, pois deixava de fora considerações sobre como se chegou a tal renda. Dessa forma, um país que demolia montanhas, cortava florestas, exterminava espécies aumenta o seu PIB; em nenhum lugar

---

<sup>207</sup> Para maiores detalhes, consultar PEREIRA, 2013 e PEREIRA, 2012.

na contabilidade nacional a perda da floresta e das minas era computada. Essa crítica já estava presente no *Manifesto*, mas agora era reafirmada para um público externo; talvez ele acreditasse na possibilidade de, finalmente, incentivar alguma mudança nos processos econômicos, dada a visibilidade das reuniões preparatórias da conferência, e de sua posição de ministro de Estado.

Em outra viagem aos EUA, no mês de novembro de 1990, Lutz renovou suas críticas ao desenvolvimento sustentável:

Precisamos redefinir o que entendemos por progresso, desenvolvimento. Se o desenvolvimento significa estender a todo o planeta o estilo de vida deste país, de países como Alemanha, França, Suíça, Holanda, então isso é suicídio. Isso não tem futuro, isso não pode ser. O planeta não pode aguentar uma sociedade de consumo com as orgias que tem este país. Temos que repensar nossos alvos. Aqueles que primeiro tem que repensar o seu modelo econômico são os países do primeiro mundo (LUTZENBERGER, 15/11/1990, APJL).

Para Lutz, o tipo de progresso preconizado pelos países desenvolvidos não tinha futuro, pois sua busca pelo crescimento econômico ilimitado levaria ao esgotamento dos elementos naturais. Esse modelo de desenvolvimento, baseado no alto consumo dos “recursos”, só era possível porque os países em desenvolvimento os entregavam aos ricos “a preços vis” (IDEM). Em entrevista ao jornal *El Observador* (05/06/1991, APJL), em Barcelona, onde estava para receber o prêmio “Vida Sana”, ele afirmou que “progresso não pode significar só ter mais máquinas, mais sofisticação tecnológica, mais dinheiro. Progresso tem que significar mais felicidade real para as pessoas”.

Segundo Almeida (1999, p. 36), o termo “desenvolvimento” é noção que substituiu e superou a ideia de “progresso”, aos poucos, e passou a predominar nos textos e discursos, a partir dos anos 1950-60. Enquanto o progresso se referia basicamente ao crescimento econômico, “desenvolvimento” é um conceito que abarca todas as dimensões da transformação estrutural da sociedade, a saber: econômica, social e cultural. O desenvolvimento remete às estruturas sociais e mentais; a dimensão econômica interage de modo recíproco com os aspectos socioculturais.

De acordo com diversos autores, o conceito de desenvolvimento sustentável é bastante problemático. Para Redclift (2002, p. 125), as primeiras discussões sobre o conceito se preocupavam com as necessidades humanas, de forma não exclusiva. A formulação “ecodesenvolvimento”, introduzida por Maurice Strong em junho de 1973, durante a reunião do Conselho Administrativo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em Genebra, caracterizava uma concepção alternativa de política de desenvolvimento (JACOBI, 1999). Posteriormente, Ignacy Sachs se apropriou do conceito e o ampliou. Segundo Raynaut (2006, p. 12), o ecodesenvolvimento levava em consideração as preocupações com o meio ambiente, que se tornaram mais pujantes ao longo dos anos 1960/70, mas sem chegar ao objetivo de crescimento zero, proposto pelo Clube de Roma em seu relatório *Limites do Crescimento*, de

1972. Nessa perspectiva, desenvolver era integrar à economia a necessidade de gerenciar e manejar melhor a “casa” dos humanos, de onde extraem os meios de existência. No entanto, a partir dos anos 1980, sob a influência da economia neoclássica, as questões ambientais passaram a ser encaradas como parte do “mercado”. Desenvolvimento sustentável se tornou mais um índice a ser medido e submetido ao crivo do “consenso neoliberal”.

Assim como Lutzenberger, Nixon (1993, p. 53) considera que o conceito é uma contradição em termos, um oxímoro: uma expressão perigosamente enganosa, porque nos oferece a promessa de um desenvolvimento indefinido, colocando o desenvolvimento (substantivo) acima da sustentabilidade (adjetivo). Nixon afirma que essa noção nos foi apresentada como uma ideia sincera, supondo que a espécie humana poderá corrigir o dano produzido à ecossfera sem deixar de gozar os frutos do desenvolvimento. O autor defende que isso é impossível e que a prioridade deveria ser não o desenvolvimento sustentável, mas sim o estabelecimento de uma “ecossfera sustentável” (NIXON, 1993, p. 54).

Outro ponto abordado por Lutz nos encontros preparatórios da Eco-92 foi a necessidade de uma “crítica política da tecnologia”. Esse tema também já era tratado há tempos por ele, mas agora chegava a uma formulação mais bem estruturada. Em Nairóbi, ele afirmou:

a maior parte do que hoje é apresentado como progresso técnico é tecnologia dura, tecnologia concebida para os poderosos em seus interesses, para ajudá-los a concentrar ainda mais poder, não tecnologia suave, que é a tecnologia concebida para satisfazer as necessidades humanas em harmonia com a natureza. Isso significa que nós precisamos de uma crítica política da tecnologia que é duramente aplicada hoje (LUTZENBERGER, 29/09/1990, APJL).

Em Bergen (Noruega), em outra reunião preparatória para a Eco-92, realizada de 14 a 16 de maio de 1991, Lutz colocou a questão como um apelo ao chamado “primeiro mundo”: “se nós queremos mudar o mundo, se nós queremos dar a nossas crianças um futuro, nós precisamos de uma crítica política da tecnologia”. Segundo ele, “a maioria da tecnologia que é apresentada hoje, que é promovida e imposta a nós, é tecnologia concebida pelo poder em seus interesses, é tecnologia dura, não tecnologia concebida para satisfazer necessidades humanas reais” (LUTZENBERGER, 16/05/1991, APJL).

Neste mesmo encontro, ele teceu ainda uma crítica contundente aos países desenvolvidos. Em suas palavras, era necessário “repensar o primeiro mundo, pois o que acontece no terceiro é consequência do primeiro”. O modelo de consumo desses países não era, segundo sua perspectiva, sustentável. Mais do que isso, Lutz ponderou: “se nós estamos destruindo a Amazônia, se estamos demolindo montanhas para exportar minérios para Japão e Europa, é porque vocês criaram esses mercados, com seus absurdos meios de desperdiçar recursos”. Por fim, deixou claro sua posição de que o sistema econômico deveria ser reformado: “nós precisamos de uma perestroika no capitalismo também” (IDEM). Tal afirmação é bem significativa, pois corrobora o que nos disse

Schinke em sua entrevista, ou seja, que Lutzenberger queria não o fim do capitalismo, mas sim a reforma do sistema, com sua adesão a princípios ecológicos.

A crítica política da tecnologia era tão necessária para nosso personagem que ele próprio resolveu empreendê-la. Durante o período no governo Collor, iniciou um livro com esse objetivo. Publicado postumamente sob o título *Garimpo ou Gestão* (2009), a obra é importante pela crítica fundamentada feita ao conceito de desenvolvimento sustentável, como último livro de Lutz.

Os pontos defendidos por nosso personagem nas reuniões preparatórias da conferência da ONU como uma política de Estado, na verdade, faziam parte de seu próprio escopo de ideias e militância pessoal. Por outro lado, é importante alertar, ele também fez uso da expressão “desenvolvimento sustentável” em diversas oportunidades, talvez porque era de uso corrente, mas seu sentido, para ele, não devia ser a busca de crescimento econômico (a causa da crise), mas de convivência harmônica com os elementos naturais.

Apesar de críticas como as de Lutzenberger e de outros agentes, o conceito de desenvolvimento sustentável prevaleceu e foi consagrado na Eco-92 por chefes de estado e autoridades. Creio que, entre os motivos para que esse discurso crítico não tenha obtido centralidade, esteja o fato de que o desenvolvimento sustentável não rompe com o funcionamento do sistema econômico capitalista. Como observou Gudynas (1992, p. 68-69), na defesa desse conceito “não se renuncia ao velho paradigma do desenvolvimento pelo crescimento econômico; pelo contrário, ele é ajustado a uma dimensão ecológica. Assim, a disseminação de uma nova política neoliberal, que enfatiza o mercado como cenário privilegiado das relações sociais, também está gerando sua própria política ambiental”. Numa escala menor, também podemos inferir que a crítica de Lutzenberger não tenha repercutido em função do desgaste de sua imagem no cenário público. Após dois anos de ataques constantes da mídia, e demitido do cargo (aliás, na representação da imprensa, chutado, como podemos ver na charge abaixo), seu discurso deve ter perdido a credibilidade e potencial de repercussão social. Vejamos, a seguir, como se deu esse processo, que levou à sua destituição do cargo.

*O conflito com o IBAMA e a saída do governo*





CARUSO, Chico. Charge sobre demissão de Lutzenberger. *Veja*, 01/04/1992 p. 29 (Acervo Digital).

Os últimos dias de Lutzenberger no governo abarcaram um verdadeiro turbilhão de acontecimentos. Ele vinha apresentando dificuldades de relacionamento com funcionários do IBAMA<sup>208</sup> e uma declaração sobre o órgão no exterior detonou o processo que culminaria em sua demissão por Collor.

De 07 a 19 de março de 1992, ele participou de mais um encontro para organizar a Eco-92: a IV Sessão do Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Washington. Em uma das reuniões, em 11/03/1992, acreditando encontrar-se entre diplomatas e ambientalistas, sem a presença de jornalistas, Lutz fez declarações polêmicas, que sugeriam a existência de esquemas de corrupção no IBAMA e no governo em geral, um verdadeiro desabafo. Contudo, ele estava sendo gravado por um dos presentes. Em 17 de março, o teor da gravação começou a ser divulgado pela imprensa brasileira. Segundo a *Folha de São Paulo* (17/03/1992, p. 3-C, APJL), o presidente não aprovara as afirmações em Washington: “as declarações de Lutzenberger sobre o risco de desvio dos recursos internacionais pela corrupção irritaram o planalto. Collor não quer recebê-lo tão cedo. A não ser que o Secretário esteja disposto

---

<sup>208</sup> Durante o período de Lutzenberger como Secretário, houve quatro nomeações e exonerações de presidentes do IBAMA. Werner Zulauf, o primeiro, foi exonerado em 20 dias (ZH, 07/04/1990, p. 6). Ainda em 1990, também passaram pelo Instituto José Carlos Carvalho e Tânia Maria Tonelli Munhoz – essa ficou até outubro/1991. Por último, assumiu Eduardo Martins, exonerado junto com Lutzenberger em março/1992.

a ouvir cobras e lagartos”. No dia seguinte, a *Folha* publicou matéria mais detalhada segundo a qual Lutzenberger teria dito, textualmente, a cerca de vinte pessoas:

Dentro do Ibama, coisa que descobri agora, depois que eu mandei a Tania embora, o departamento que cuida das florestas e madeira é uma sucursal 100% das madeireiras, entregava pilhas de guias em branco, fazia exatamente o que o madeireiro quer. (...) Não sei até que ponto é burrice, limitação de espírito e até que ponto é sacanagem mesmo, é corrupção (FSP, 18/03/1992, p. 1-C, APJL).

Lutz teria afirmado, ainda, temer que o dinheiro enviado do exterior ao Brasil para projetos de cunho ambiental “talvez acabasse nas mãos da corrupção” (IDEM). Na volta ao país, soube que Collor esperava uma retratação já no dia 18. Além das declarações controversas, para piorar a situação, na mesma semana o Príncipe Phillip da Inglaterra encontrava-se no Brasil como presidente do WWF e solicitou a companhia de Lutz para visitar o IBAMA. Ele recusou-se veementemente, afirmando que “não poria os pés naquele antro de corruptos e ladrões” (IDEM).

No dia 18/03, Lutz participou de um almoço oferecido por Collor em homenagem ao Príncipe. Segundo *O Estado de São Paulo* (19/03/1992, p. 19, APJL), durante a cerimônia, nosso personagem “tentou conversar com Collor mas não obteve êxito. Irritado com as acusações do secretário de que o Ibama é um órgão cheio de corruptos e com a repercussão dessas declarações durante a visita do príncipe, Collor se recusou a conversar com Lutzenberger”. Na mesma página, *OESP* publicou matéria com os comentários do integrante da família real britânica a respeito das declarações de Lutz: “Philip disse que sua organização sempre teve grande preocupação com o destino dos recursos que arrecada e investe em países como o Brasil”. Sobre o risco de corrupção, afirmou: “depois de 30 anos de existência, o WWF já tem experiência para lidar com dinheiro: Não somos otários. Precisamos nos assegurar de que o dinheiro não caia nas mãos erradas” (OESP, 19/03/1992, p. 19, APJL).

No dia seguinte ao almoço, Lutzenberger aceitou prestar algumas declarações à imprensa, tentando defender-se. Referindo-se às denúncias sobre corrupção, afirmou: “se eu disse que eu vejo que pode haver corrupção no Ibama, eu não estou acusando o governo, estou mexendo com a administração, estou executando ordens do governo, que quer uma administração limpa. Então me colocar contra o governo é totalmente absurdo” (LUTZENBERGER, 19/03/1992, APJL). Sobre a possibilidade de desvio de dinheiro, disse que sempre teve medo das grandes somas e lembrou do projeto Polonoeste (abordado no capítulo 5), do governo anterior, onde cerca de 1 bilhão e 600 milhões de dólares teria resultado em uma “gigantesca devastação ambiental, uma tremenda desestruturação social e grande parte daquele dinheiro foi para a corrupção, todo mundo sabe disso, o pessoal do banco [mundial], todo mundo reconhece que foi para a corrupção. Mas eu não disse que eu tinha medo de corrupção no nosso atual governo” (IDEM). Em sua versão, não teria se recusado a acompanhar o Príncipe:

Também disseram que eu teria me negado a receber o Príncipe, mas que absurdo é esse? O que levou a essa confusão que foi atizada por alguém aí, é que quando eu soube que o Príncipe, que ele ia visitar o Ibama, eu objetei e disse, mas para que levar o homem a visitar escritórios e dar a mão para gente que ele não conhece? (...) então eu argumentei que será que não era melhor que o Príncipe, ao invés de perder uma hora ou duas lá no IBAMA, ele vir lá fora, e visitar o cerrado do parque nacional de Brasília? (IDEM).

Entretanto, parece que as declarações não foram suficientes, pois a imprensa noticiava que sua exoneração era esperada para qualquer momento (OESP, 19/03/1992, p. 19). Além disso, a Associação dos Servidores do Ibama, em resposta às acusações de corrupção, anunciou que entraria com ação na Justiça acusando o Secretário de crime ecológico. Para a entidade, Lutzenberger teria se omitido no combate à corrupção no Ibama. Ele teria recebido do órgão “65 inquéritos, 15 sindicâncias e oito pedidos de demissão de funcionários considerados responsáveis por irregularidades ou envolvidos em corrupção. Nenhum teria sido punido” (FSP, 19/03/1992, p. 1-C, APJL).

No dia 20 de março foram publicadas acusações ainda mais graves às atitudes de Lutzenberger. Artigo de Marcia Turcato no *Estadão* (20/03/1992, p. 11, APJL - republicado pela *Zero Hora* em 22/03/1992 (p. 6, APJL) avaliava muito negativamente sua atuação como Secretário, bem como tecia acusações duríssimas à sua conduta pessoal – algumas completamente equivocadas, como veremos. Turcato inicia afirmando que “a vocação preservacionista do Secretário Nacional do Meio Ambiente José Lutzenberger parece estar restrita ao seu passado. Continua sendo um orador capaz de grandes discursos, de repercussão na mídia – sobretudo se pronunciados em inglês ou alemão – mas já não consegue realizar nada do que prega”. Como Secretário, segundo ela, “não conseguiu montar uma equipe de trabalho para administrar a política ambiental, teve 4 secretários-adjuntos nesses 2 anos, não implantou uma linha do programa assinado por Collor e continua criticando o governo federal, como se não fosse parte dele”. Sobre a Riocell, fez afirmações de que Lutz teria permitido à empresa lançar nas águas do Guaíba “270 mil toneladas anuais de poluentes a base de cloro”. Essa poluição provinha “da construção de uma nova unidade de branqueamento de papel da Riocell, autorizada pelo secretário que, coincidentemente, presta assessoria à mesma Riocell, através da Tecnologia Convivial, uma de suas empresas particulares”. A matéria citava que os ambientalistas e antigos parceiros de Lutz, Flávio Lewgoy e Magda Renner, eram críticos “a essa política”. Turcato ainda afirmou que o Secretário teria enviado um Relatório reservado ao presidente Bush, em dezembro/1990, no qual teria defendido “a exploração comercial da floresta amazônica na região de Carajás, Pará, com a instalação de indústrias de carvão vegetal, fábricas de papel e de móveis e empresas de exportação de madeiras. No documento, sugeria investimentos via conversão de dívida, através de empresas idôneas, como a Fundação Gaia”. A intenção do artigo era mostrar que Lutz supostamente estaria

tentando obter vantagens financeiras por meio de sua fundação, no caso da sugestão a Bush, e de suas empresas, na afirmação sobre a Riocell.

Podemos afirmar que as referências à permissão de Lutz ao funcionamento da Riocell eram totalmente incorretas, como o próprio Flávio Lewgoy declarou à *Zero Hora* (24/03/1992, p. 10, APJL), pelo simples motivo de que essa “autorização não é do âmbito da Secretaria Nacional do Meio Ambiente, mas da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM) onde o projeto está em análise”. Lewgoy esclareceu que a quantidade de organoclorados a ser lançada no Guaíba foi bastante exagerada: “a quantidade exata é 70 toneladas, ‘o que é inadmissível, de qualquer maneira’”. Sobre o suposto relatório reservado enviado por Lutz ao presidente Bush, é importante esclarecer que não encontramos nenhum documento desse caráter no APJL. Lewgoy também elucidou esse ponto: “O conselheiro da AGAPAN diz que essa tese [de que indústrias poluentes deveriam instalar-se no Brasil] era defendida pelo presidente do Banco Mundial, Larry Summers, o que teria levado Lutzenberger pedir, por carta, que ele se demitisse do cargo para não comprometer a credibilidade do banco” (ZH, 24/03/1992, p. 10, APJL).

De fato, Summers expressou essa visão em memorando interno do Banco Mundial, datado de 12 de dezembro de 1991, que acabou vazando para a comunidade ambientalista. No documento<sup>209</sup>, ele defendia que o Banco Mundial estimulasse a transferência de indústrias poluentes para os países menos desenvolvidos, especialmente para aqueles que pagassem os salários mais baixos. De acordo com Summers, o meio ambiente seria uma preocupação “estética” típica apenas dos ricos. Os países “em desenvolvimento” seriam “sub-poluídos”, sua qualidade do ar admitiria que recebessem descargas industriais; além disso, as mortes em países pobres teriam um custo mais baixo do que nos países ricos, pois seus moradores recebem salários mais baixos. Ele postulava que a lógica econômica por trás dessa tese – baixar os custos das indústrias para que obtivessem maior lucro – era “impecável” e que o Banco deveria dar suporte a tais empreendimentos.

Segundo Rich (1994), Summers e o Banco Mundial foram criticados pela imprensa internacional – o memorando foi reproduzido nos importantes periódicos de economia da Inglaterra *The Economist* e *Financial Times* – e brasileira. Lutzenberger ficou enfurecido e escreveu uma carta diretamente a Summers contestando suas posições. Um trecho da missiva é citado em Rich (1994, p. 246):

Era quase uma agradável surpresa para mim ler relatórios em nossos papéis, então recebo uma cópia do seu memorando de apoio à exportação de poluição para países do terceiro mundo e os argumentos que você apresenta para justificá-lo. Seu raciocínio é perfeitamente lógico, mas totalmente insano. Ele confirma o que eu escrevi em um capítulo sobre o absurdo de muito do que é o pensamento econômico hoje, como parte de um livro que será apresentado na Conferência Rio-92. Seus pensamentos serão

---

<sup>209</sup> O memorando pode ser lido na íntegra em <<http://www.whirledbank.org/ourwords/summers.html>>. Acesso em 15 jan. 2015.

citados na totalidade (...) como um exemplo concreto da alienação inacreditável, o pensamento reducionista, crueldade social e a ignorância arrogante de muitos dos economistas “convencionais” sobre a natureza do mundo em que vivemos. (...) Se o Banco Mundial mantiver você como vice-presidente vai perder toda a credibilidade, confirmaria o que eu tenho dito frequentemente como um ambientalista, há anos, lutando contra os “projetos de desenvolvimento” ecológica e socialmente devastadores (...): a melhor coisa que poderia acontecer seria o Banco desaparecer (Carta de Lutzenberger a Larry Summers, Fevereiro/1992).

Provavelmente, Lutz referia-se a seu livro póstumo *Garimpo ou Gestão*, mencionado acima, em parte escrito durante seu período em Brasília. Summers não foi demitido do Banco Mundial – ele permaneceu como Economista Chefe até 1993, quando foi nomeado subsecretário para Assuntos Internacionais do Departamento de Tesouro dos Estados Unidos, no governo Bill Clinton. Já Lutzenberger foi demitido no mês seguinte ao envio da carta (março de 1992). Não sabemos se esse atrito com Summers pode ter contribuído para o desligamento de Lutz. A colunista Farai Chideya, no *website* de notícias para afro-americanos THE ROOT (*Online*, publicado em 16/09/2013), sugere que sim: “Lutzenberger perdeu o emprego. Summers, como muitas vezes ele parece ter feito, só foi para cima e adiante - mesmo quando seus pronunciamentos políticos não nos protegem”. Perguntei a Sebastião Pinheiro sobre a possibilidade e ele respondeu:

Eu li a carta que ele fez para o Summers. Era muitíssimo forte, mas a informação que tenho do próprio Lutz é que [o motivo de sua saída do governo Collor] foi uma traição de um jornalista (ambientalista) gaúcho que gravou uma conversa dele com os banqueiros em N.Y e a entregou às autoridades nacionais, que por sua vez tinham medo que ele fizesse alguma jogada de efeito durante à Conferência das NN.UU. (ONU) sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (*E-mail*, 12/09/2015).

*O Globo* (20/03/1992, p. 1, APJL) noticiou que Lutzenberger estaria com medo de sofrer um atentado e por isso teria pedido vigilância permanente de guardas armados. Lutz “estaria sofrendo pressões por ter contrariado interesses de madeireiros e fabricantes de agrotóxicos”. Com toda a agitação desse período, “sofreu uma queda em suas defesas imunológicas e tem uma infecção no braço esquerdo, operado há pouco tempo” – ele havia se submetido a uma cirurgia para tratar uma bursite. Também “o avião em que viajava sofreu 4 pannes, sendo obrigado a fazer pousos de emergência”. Para completar o quadro desse período difícil, os funcionários do Ibama haviam exigido no dia anterior [19/03] sua demissão, por causa das acusações ao órgão (*O GLOBO*, 20/03/1992, p. 9, APJL).

Pressionado pela imprensa, funcionários do IBAMA e deputados federais – estes convocaram-no a dar explicações na Câmara, pois queriam saber “por que ele não tomou qualquer providência para combater as irregularidades no Ibama, já que o órgão é subordinado a ele há 2 anos” (FSP, 21/03/1992, APJL) - Lutzenberger resolveu abrir inquérito administrativo para apurar a atuação das serrarias no Instituto (JT-SP, 20/03/1992, p. 6, APJL). Porém, ele já havia tomado uma medida nesse sentido em fevereiro de 1992, quando publicou portaria suspendendo a emissão de guias florestais. Em entrevista concedida ao *Diário Catarinense* (24/03/1992, APJL), declarou

que, por causa da assinatura dessa portaria, ocorreram “campanhas ferozes de mentiras e insultos que começaram a fazer contra mim, de um mês pra cá”. Também afirmou que sofria uma espécie de boicote dos funcionários do órgão:

Tudo que eu descobria que estava acontecendo eu cobrava. Tudo que eu enxergava no Ibama eu pedia para ser investigado. Só que as coisas nunca aconteciam. Quanto à madeira, eu soube por acaso, já que nem a ex-presidenta do Ibama nem o atual me contaram nada. Quando eu soube que o Ibama entregava guias florestais em branco para os madeireiros eu imediatamente mandei suspender, isso há uns quatro meses (FSP, 24/03/1992, p. 3, APJL).

Apesar dos funcionários e da ex-presidenta do IBAMA negarem, a prática de fornecer guias de transporte em branco aos madeireiros já vinha sendo denunciada desde 1989 pelo promotor de justiça Ricardo Zouen, do município de Conceição de Macabu, localizado a 220 km do Rio de Janeiro. Segundo ele, isso teria estimulado “o desmatamento ilegal da Mata Atlântica no norte do estado do Rio”. Depois de não ter recebido resposta às denúncias feitas à superintendência regional do Instituto, Zouen iria enviar dossiê sobre o tema a Lutzenberger. Ele acusava o órgão de praticar a política do fato consumado: “Quando flagra algum desmatamento ilegal, o Ibama multa, mas acaba autorizando a venda e o transporte da madeira, sob o pretexto de que as árvores já foram derrubadas”. Como as guias, que permitem uma viagem, eram fornecidas em branco, Zouen denunciou que os madeireiros cortavam novas árvores e faziam várias viagens com o mesmo documento (FSP, 19/03/1992, p. 1-C, APJL).

Na sexta, 20 de março, Lutz recebeu em sua casa a visita do Secretário Geral da Presidência da República, Marcos Coimbra, o qual foi coletar sua assinatura no documento que formalizava a comissão para realizar inquérito administrativo no IBAMA. De acordo com Dreyer (2004, p. 330), Lutz surpreendeu-se, pois apenas um dos indicados por ele fazia parte da comissão. Como declarou ao *Jornal da Tarde* (24/03/1992, p. 14, APJL), ele queria que participassem “um bom jurista da Secretaria do Meio Ambiente, um representante do Procurador Geral da República, e um representante da Ordem dos Advogados do Brasil”; no entanto, a comissão agregaria apenas pessoal da SENAM.

De qualquer maneira, a constituição da comissão de inquérito não foi suficiente para “salvar” o cargo de Lutzenberger. Sua exoneração foi decidida na madrugada de sábado pela “cúpula do Palácio do Planalto” (JT-SP, 23/03/1992, p. 3, APJL).

Ainda na manhã de sábado, 21 de março, por volta de 8 horas, Coimbra voltou à casa no parque, solicitando que o Secretário pedisse demissão. Lutz não concordou, pois, para ele, fazer isso seria admitir que estava errado, e não era essa sua posição. Pelo contrário, mantinha as declarações que fizera. Assim, não podia pedir desculpas por fazer algo que considerava correto: denunciar a corrupção, ainda mais no governo de um presidente que se auto intitulava um “caçador de marajás” (VEJA, 23/03/1988, Acervo Digital). Cerca de uma hora depois, Coimbra

comunicava-lhe, por telefone, sua exoneração. Junto com ele, também foi demitido o presidente do IBAMA, Eduardo Martins. Lutz foi substituído por José Goldenberg, que deixaria a pasta da Educação e assumiria interinamente a SENAM até a Rio-92.

Segundo o *Jornal de Brasília* (22/03/1992, APJL), a saída de Lutz “já vinha sendo cogitada há algum tempo, por causa das suas posições abertamente conflitantes com Fernando Collor, que defende o desenvolvimento sustentado”. Também *OESP* (23/03/1992, p. 15, APJL) mencionou que a substituição por Goldenberg tinha o “sentido de assegurar que há no governo um só pensamento e ação na área de proteção ambiental e que a política governamental nesse setor se traduzirá em ações concretas”. Esse ponto é interessante, pois, como declarou em entrevista ao *Diário Popular* (24/03/1992, APJL), Lutz acreditava que o Presidente compartilhava de sua crítica ao desenvolvimento sustentável: “Eu pensava que estava fazendo o que Collor queria que eu fizesse. E pensava que ele estava de acordo com minhas posições’, lamentou”. Isso demonstra que todo o discurso de Lutz como Secretário, especialmente nos eventos no exterior, ia de encontro à orientação do governo brasileiro, que, como a maioria dos países, não queria renunciar ao desenvolvimento para preservar a ecologia.

Provavelmente, esse confronto entre Collor e Lutzenberger já estava dado desde o início da relação de ambos, já que o presidente representava forças políticas liberais, comprometidas com o crescimento/desenvolvimento econômico. Foi um erro de avaliação de Lutz, talvez devido à sua inabilidade para lidar com questões políticas e partidárias, que deve ter sido difícil para ele encarar ao final de dois anos. De certa forma, foi seduzido pela perspectiva de ocupar um espaço de poder importante, por meio do qual poderia influenciar uma mudança de rumos. Por outro lado, deixar o cargo teria representado, segundo ele, um alívio: “sinto-me como se das minhas costas tivesse caído o asteroide que eu carregava” (DUARTE, DC, 24/03/1992, APJL).

Liberado do peso do cargo público, Lutz estava livre para dedicar-se a suas empresas, à Fundação Gaia e à militância ambiental. Mas ainda havia desafios e contratempos a enfrentar, um deles referia-se a atividade de suas empresas na reciclagem dos resíduos da Riocell, empreendimento que foi questionado tanto no quesito técnico – a possibilidade de conter dioxinas – quanto em seu caráter ético, quando a indústria resolveu duplicar sua produção. Também sua luta contra a agricultura convencional ganhou um novo enfoque: no final do século XX, a nova investida das multinacionais agroquímicas retirava do agricultor o controle da semente – surgiam as sementes transgênicas e, com elas, todo um debate sobre suas consequências para a saúde humana e do meio ambiente, como veremos a seguir.

## **Últimas lutas e desafios**

### *A duplicação da Riocell*

Durante o período em que estava em Brasília, Lutzenberger considerou melhor não se manifestar sobre o processo de duplicação da Riocell, em curso naquele momento. Uma série de episódios envolvendo diferentes atores locais, como os representantes da empresa, a FEPAM, ambientalistas, imprensa e setores políticos tiveram curso entre 1987 e 1992. Aqui apenas esboçamos resumidamente alguns deles, de acordo com o parecer do deputado estadual Sérgio Jockymann<sup>210</sup> (1992, APJL), relator da subcomissão sobre a ampliação da Riocell na Assembleia Legislativa do RS.

A empresa solicitara licença ambiental para o aumento do processo de produção de celulose ainda em 1987. Em 22/06/1988, entregou o EIA-RIMA<sup>211</sup> para dar andamento a tal empreendimento. Em agosto/1988, o Departamento de Meio Ambiente (DMA)<sup>212</sup> publicou o Estudo RIMA na *Zero Hora* e *Diário Oficial* e deu prazo de trinta dias para manifestações. Quatro dias após esgotado o prazo, a AGAPAN contestou o relatório e exigiu que o DMA não concedesse licença à duplicação. Já em dezembro daquele ano (29/12/1988), técnicos do DMA pediram informações à Riocell sobre suas emissões aéreas. Em 19/01/1989, a empresa forneceu as informações solicitadas e, quatro dias depois, recebeu a primeira licença prévia para a ampliação. Segundo o parecer de Jockymann, surpreendentemente, não houve reação dos ambientalistas. Dois anos depois, em janeiro de 1991, a imprensa gaúcha publicou as primeiras notícias sobre a duplicação da Riocell. A partir dessa divulgação, começaram as batalhas entre empresa e ambientalistas (JOCKYMANN, 1992, p. 6, APJL). Em 08/02/1991, a Comissão de Meio Ambiente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre exigiu a realização de uma audiência pública para discussão do EIA-RIMA e da ampliação.

Segundo o relator, uma nova palavra entrou no vocabulário porto-alegrense: “dioxinas”. A Riocell foi acusada de contaminar o lago Guaíba com dioxinas, os organoclorados resultantes do uso de cloro no processo de branqueamento da celulose. Para provar sua inocência, a indústria se ofereceu para financiar uma pesquisa sobre as dioxinas no Guaíba, dirigida por quem os ambientalistas indicassem. Através do acordo FEPAM-GTZ<sup>213</sup>, o professor Peter Krauss, da Universidade de Tübingen, na Alemanha, veio a Porto Alegre a fim de colher amostras da água do Guaíba entre 13 e 17 de abril de 1991. Em 13 de maio do mesmo ano, chegaram os resultados. Foram quarenta páginas de “revelações assustadoras sobre poluição do Guaíba. Mas só queriam

---

<sup>210</sup> Eleito pelo PDT, mas em 23/06/1993 desligou-se deste partido e filiou-se ao PMDB.

<sup>211</sup> Siglas para, respectivamente, Estudo de Impacto Ambiental (EIA)/Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Segundo a FEPAM (*Online*), “é um dos instrumentos da política Nacional do Meio Ambiente e foi instituído pela RESOLUÇÃO CONAMA N.º 001/86, de 23/01/1986”. Acesso em 20/01/2015.

<sup>212</sup> O DMA foi criado em 10/09/1979 e substituído pela FEPAM em 04 de julho de 1990, pela Lei estadual n.º 9.077 (WENZEL, 2014).

<sup>213</sup> Projeto de cooperação técnica entre FEPAM e Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ), que teve início em outubro de 1990, por meio de convênio entre o governo do Rio Grande do Sul e a República Federal da Alemanha (WENZEL, 2014, p. 127).



saber da Riocell” (JOCKYMANN, 1992, p. 7, APJL). O laudo de Krauss afirmava: “Não existe nenhuma contribuição por parte da Riocell, na poluição por PCDD/PCDF (dioxinas) no sistema do Rio Guaíba” (IDEM). No entanto, segundo Jockymann, nenhuma entidade ambientalista aceitou o laudo.

Foram realizadas audiências públicas sobre o caso: uma em 18 de outubro de 1991, na cidade de Guaíba, com a presença do Prof. Peter Krauss, quando teria havido um bom nível nas discussões; outra, no dia 13 de fevereiro de 1992, em Porto Alegre, que resultou em confusão geral. Depois de 5 horas, a FEPAM decidiu encerrar o debate, pois não conseguia mais manter a ordem. Em consequência da pressão popular, em 02 de março de 1992, foi instalada uma subcomissão na Assembleia para investigar melhor a duplicação. Ocorreram então várias reuniões e foram ouvidos diversos depoentes. Segundo o parecer, a imagem pública da empresa era distorcida “pela conduta da mídia, que protege inabilmente a Riocell”. Houve “censura total e absoluta, imposta pelos meios de comunicação aos trabalhos dessa subcomissão. Nunca houve a presença, como é usual, de um só repórter em suas sessões”. De acordo com ele, essa atitude dava “asas à imaginação popular e [invalidava] as campanhas publicitárias da própria empresa” (p. 14).

É interessante constatar que o relatório apontou que foi encontrada alta concentração de dioxinas a 1 km da Riocell, “onde uma indústria de tratamento de postes de madeira lança tranquilamente seus dejetos no rio” (p. 27). Por fim, de qualquer forma, “os efluentes da Riocell jamais chegaram e jamais chegarão a Porto Alegre. Dez quilômetros de água em movimento impedem e continuarão impedindo que isso aconteça” (p. 42). Segundo Jockymann, a força da vazão do rio impediria que a água bebida pela população fosse contaminada pela empresa (IDEM). E, como cerca de trinta mil pessoas “viviam da Riocell”, entre empregos diretos e indiretos, “mesmo que os índices de poluição fossem perigosos, não havia como substituir a Riocell (...), nem o estado nem a iniciativa privada teriam meios para criar 30 mil novos empregos que absorvessem toda essa mão de obra” (p. 45). Para o relator, o estado deveria tirar duas lições do episódio:

Primeiro, a confiar na ciência, porque se ela nos trouxe as dioxinas também nos deu os antibióticos. Segundo, para vencer a miséria, temos que conviver com a poluição. Isso não significa respirar gases venenosos, mas saber como mantê-los em níveis suportáveis. O primeiro mundo provou que é possível controlar o desenvolvimento industrial. Talvez aprendendo lições que ele nos dá possamos criar novas tecnologias não poluentes (JOCKYMANN, 1992, p. 46, APJL).

Lutz colocou um ponto de interrogação ao lado desse parágrafo em sua cópia do relatório – infiro que seja um sinal de sua discordância com as palavras do relator. Ele se manifestara inúmeras vezes contrário à visão de que a poluição era necessária para resolver o problema da pobreza – na verdade, esse era o mesmo argumento que a delegação brasileira defendera na Conferência da ONU em Estocolmo, em 1972. Além disso, como vimos, ele criticava o “primeiro

mundo” justamente por seu modelo de “desenvolvimento industrial” e consumista, que priorizava aspectos quantitativos em detrimento da qualidade de vida da população e do meio ambiente.

Diante da polêmica em torno da duplicação, os ataques de ambientalistas à Riocell respingaram em Lutzenberger: “me acusam ou insinuam de eu estar vendido” à empresa. Por isso, ele resolveu manifestar-se sobre o assunto, num texto sem título com sete páginas digitadas. Tal documento é importante, pois além de esclarecer que não se pronunciou antes porque estava em Brasília [ocupando o cargo ministerial] “e porque a briga estava tumultuada com politicagem”, nele Lutz expôs suas motivações para apoiar a fábrica. Já no início, apresenta seu ponto de vista: a aliança com empresários e políticos seria importante, pois eles possuiriam o poder para realizar mudanças. Em suas palavras:

Como ambientalista de visão holística, sistêmica e, sobretudo, pragmática, sempre fui militante, mas sempre procurei trazer soluções. (...) nossa atual cultura industrial global encontra-se em caminho suicida. (...) É todo um estilo de vida, todo um complexo doutrinário e tecnológico e uma cosmovisão o que tem que mudar. Mas as mudanças só vão acontecer à medida que mudam as cabeças e atitudes daqueles que detêm o poder, os políticos, governantes e empresários.

Por isso, nessa última década, tenho me dedicado prioritariamente ao trabalho com essas forças, especialmente na indústria e na agricultura, procurando contribuir com processos e reorientações, que nos levem àquilo que a ECO-92 procurava alcançar, a um desenvolvimento sustentável (LUTZENBERGER, 10/09/1992, p. 1, APJL).

Convém destacar que, nesse documento, ele se mostrou favorável ao conceito de desenvolvimento sustentável. Entretanto, creio que ele utilizasse o conceito no sentido que atribuiu conforme citação acima, de “um desenvolvimento harmonioso com a natureza” (GAZETA MERCANTIL, 16/05/1990, p. 15, APJL). Lutz evocou sua trajetória profissional para explicar o interesse pela temática ambiental: “Minha formação técnica e científica, acompanhada de experiência prática de 15 anos com a grande tecnocracia, predestinaram-me para esse tipo de trabalho e me considero pessoalmente responsável”. É interessante constatar que ele se sentia “predestinado” para oferecer o que chamava de “soluções ambientais” justamente por ter trabalhado *com* a tecnocracia – no caso, a indústria química BASF – ou seja, em vez de simplesmente se opor ao que seria “o inimigo”, Lutz considerava mais útil tentar dialogar e construir alternativas ecológicas, na forma de tecnologias que revertessem, pelo menos em parte, a devastação ambiental.

Ele discordava da opinião de quem argumentava, nos anos 1970, que a Borregaard norueguesa viera para o Brasil porque pretendia poluir livremente: “isso não procede. Naquela época, Estocolmo-72 ainda não tinha sucedido, as fábricas do chamado Primeiro Mundo poluíam livremente”. A Borregaard e outras empresas teriam vindo para os trópicos “porque aqui uma árvore de eucalipto e algumas outras espécies produzem em sete anos o que as coníferas nos climas temperados e subártico levam setenta e mesmo duzentos anos para produzir” (p. 2). Reconheceu que esteve entre os que iniciaram a luta contra a poluição da fábrica, mas frisou:

É importante destacar que essa luta dirigia-se não somente à poluição, mas também ao trabalho florestal que a empresa fazia. Eram compradas fazendas para o plantio de grandes monoculturas de eucalipto. A paisagem típica dessas fazendas era a de pampa com seus campos naturais e florestas ciliares ou de encosta de cerro. Nos trabalhos florestais iniciais, essas florestas naturais eram eliminadas e os plantios de eucalipto cobriam toda a fazenda. Um estrago ecológico muito grave. Em contatos pessoais com os noruegueses, consegui uma mudança nessa política. A Borregaard passou a fazer um trabalho florestal ecologicamente aceitável, modelar mesmo. (...) [Deixou] bosques naturais entremeados aos [eucaliptos, onde] sobrevive e está protegida a fauna (...). Nos 60 mil hectares da empresa surgiram assim excelentes corredores de preservação de biodiversidade, um dos alvos mais prioritários da Eco-92 (LUTZENBERGER, 10/09/1992, p. 2, APJL).

Ainda sobre os plantios de eucaliptos, ele retomou o argumento de seu texto “Reflorestamento e ecologia” (LUTZENBERGER, 1989, APJL), afirmando, ao contrário da maior parte dos ambientalistas, que “o problema não está no exotismo, está em como se fazem as coisas”. Lutz acreditava que o plantio dessas espécies exóticas acabava defendendo as nativas do machado: “No caso específico do RGS, se aqui não plantarmos eucalipto, pinus, acácia, e outras essências exóticas, com fins comerciais e industriais, acabará sendo derrubada a última pitangueira”. No entanto, enfatizava que esses plantios deveriam ser “[...] feitos de forma ecologicamente aceitável, que seja sustentável e socialmente benéfico”. Em sua visão, esse era “o caso dos plantios da Riocell. Nesse campo a Riocell é uma das pioneiras no Brasil e no mundo” (LUTZENBERGER, 10/09/1992, p. 3, APJL).

Lutz afirmou também que, já na primeira metade dos anos 1970, “enquanto continuávamos intensivamente na luta contra a poluição hídrica e aérea, chegamos, na AGAPAN, a uma interessante cooperação com o departamento florestal da Borregaard”. Como vimos no capítulo 2, ele iniciara negociações nesse sentido com a empresa por volta de 1974 para assessorar a criação da “Fundação Reservas Biológicas Borregaard”. Nesse trecho, pois, deixou claro que era possível ter mais de uma atitude em relação à fábrica: ao mesmo tempo em que lutava para que ela deixasse de poluir o ar e o lago Guaíba, cooperava no sentido de que os plantios florestais fossem executados da maneira menos danosa possível ao meio ambiente. Como ele próprio ressaltou:

Durante os 22 anos de luta ambiental sempre procurei evitar atitudes maniqueístas. Na questão ambiental que nos aflige a todos, não existem só bandidos e anjos, são infinitas as tonalidades e gris entre o branco e o preto e todos nós participamos, como indivíduos, de todas as tonalidades. Por isso, nunca tive dificuldade em brigar com uma entidade particular ou pública em um campo e, ao mesmo tempo, colaborar com ela em outro. Essa atitude parece incompreensível para muitos dos ambientalistas atuais (LUTZENBERGER, 10/09/1992, p. 3, APJL).

Este posicionamento justificou sua assessoria à empresa, na confecção do parque e no tratamento dos resíduos, como vimos no capítulo anterior. Tal trabalho era, segundo ele, uma das grandes satisfações de sua vida: “Tenho orgulho de poder ganhar minha vida com esse tipo de trabalho, nessa e noutras indústrias. Sempre procurei viver não da exploração dos problemas como fazem tantos políticos e, infelizmente, alguns ambientalistas, mas da solução de problemas”

(LUTZENBERGER, 10/09/1992, p. 5, APJL). Com essas palavras, Lutz respondia a seus críticos, especialmente aos colegas ambientalistas que o censuravam por trabalhar para a fábrica.

Ele também se referiu ao já mencionado tema das dioxinas: disse temer uma possível contaminação dos lodos da Riocell por organoclorados. Como não tinha acesso a análises em laboratório, que eram muito caras, fez inúmeros testes biológicos, expondo “organismos especialmente sensíveis a esse tipo de contaminação – moluscos, vermes tubifex, dáfnias e minhocas”. Segundo Lutz, “nenhuma vez durante todos esses testes encontrei sinais de efeitos que pudessem inspirar cuidados. Todas essas criaturas prosperavam com o lodo. Obtive também excelentes verduras e crescimento exuberante em todo o tipo de plantas”. Além disso, não constatou no Guaíba, “junto à fábrica, quaisquer efeitos como seriam de esperar em casos de contaminação grave com organoclorados e, entre eles, as terríveis dioxinas”. Prova disso seria sua observação de uma colônia de biguás, “que todas as tardes, de agosto até maio do ano seguinte, se reúnem para descansar e pescar justamente diante dos efluentes da Riocell. É uma alegria observar esses pássaros tão ágeis em sua pesca subaquática” (p. 5). De acordo com ele, a empresa já estava reduzindo a quantidade de cloro livre no branqueamento, usando mais dióxido de cloro em seu lugar, e estaria igualmente se direcionando para o processo TCF – Total Chlorine Free. Por isso, considerava infundadas as acusações dos ambientalistas contra a Riocell e o laboratório de Tübingen; afinal, embora esse tenha encontrado dioxinas em vários pontos do Guaíba, elas estavam “muito aquém do internacionalmente permitido e que seria preocupante” (p. 6-7).

Por fim, Lutz argumentou que, mais útil para quem “luta por um mundo melhor”, era “abraçar campanhas de esclarecimento público quanto ao absurdo que é o uso do papel branqueado para guardanapos de papel, papel higiênico e outros usos sanitários, para uso em escritórios e computadores, publicações, etc.” (p. 7). Em entrevista à *Zero Hora* (04/12/1992, p. 52, APJL), repetiu essa argumentação: “entre as fábricas de celulose do mundo, ela [a Riocell] é a mais avançada de todas. Claro, eles têm que chegar naquele ponto de não usar mais cloro nenhum, mas aí tem que ter um mercado que aceite papel não totalmente branqueado. Eles estão trabalhando nisso”. Lutz transferia o problema da produção para o consumo, pois a fábrica produzia para a demanda humana de papel branco, já que muitas pessoas ainda resistiam ao uso desse produto sem alvura.

Perguntado se era a favor da duplicação da Riocell, nosso personagem respondeu à *Zero Hora*, certamente já prevendo críticas, que não era “nem a favor, nem contra. Mas na situação atual a duplicação é inevitável, por razões de mercado. O pessoal vai me atacar por eu estar falando do mercado”. Também questionado sobre o aumento da poluição (durante cinco anos a fábrica poderia lançar 66% mais organoclorados no Guaíba do que lançava em 1992), ele disse que “isso está dentro do que a FEPAM permite. E se a Riocell não for duplicada, as inovações técnicas que

existem no mundo não poderão ser implantadas”. Essa resposta, parece-nos, está em contradição com o que Lutz afirmou em um de seus textos, no qual criticava o princípio da ADI<sup>214</sup> “até para a dioxina, o superveneno, o veneno mais absurdo que o homem já produziu, e que estava presente no agente laranja”. Como quantidades ínfimas de substâncias desse tipo já poderiam desencadear “efeitos mutagênicos, cancerígenos e teratogênicos”, o autor defendia que “a ADI para substâncias suspeitas de poderem desencadear efeitos genéticos deveria ser zero” (LUTZENBERGER, 1985, p. 63).

Nas declarações para a ZH, podemos perceber também semelhanças entre o discurso de Lutz e o dos dirigentes da fábrica, que pressionavam para que a duplicação fosse liberada. Em matéria do *Correio do Povo* (08/10/1992, APJL), Aldo Sani, diretor superintendente da Riocell (e quem contratou os serviços de Lutzenberger) declarou que, se a duplicação não fosse aprovada, a empresa partiria para “o encolhimento e desmobilização”. Disse que “ninguém vai investir com uma espada na cabeça”. O diretor Alfred Freund também afirmou à reportagem da *Zero Hora* (02/12/1992, p. 43, APJL) que “se a sociedade não desejar que a Riocell se amplie, não vamos impor. Vários estados – Santa Catarina, Mato Grosso e Paraná – e países do exterior querem que a Riocell se instale lá”. Afirmou ainda que “se a fábrica não se ampliar, a qualidade ambiental cai. Alguns equipamentos capazes de reduzir poluição, como a nova caldeira, que fará diminuir o cheiro de enxofre no ar, não serão mais instalados”.

Carta da AGAPAN ao deputado Sérgio Jockymann, assinada por seu presidente na época, Celso Marques (Ofício 123/92, 09/10/1992, APJL), acusava essa estratégia da Riocell como “chantagem emocional”, condicionando sua permanência no RS e os investimentos em técnicas menos poluidoras à aprovação de seu projeto de expansão. Para a Associação, tratava-se de uma “estratégia diversionista”, que fugia da discussão técnica sobre a poluição gerada pelos processos produtivos da fábrica.

Na mesma entrevista à ZH (04/12/1992, APJL), questionado sobre a desaprovação de membros da AGAPAN ao seu trabalho para a empresa, Lutz respondeu de forma bastante pragmática, retomando argumentos e imagens já empregadas em declarações anteriores:

Se a gente tiver uma atitude de tudo ou nada, então não faz nada. Eu sempre acreditei nos pequenos passos. A maioria das pessoas nem pensa em resolver um grande problema. Eu faço um sacrifício e resolvo 5%. Imediatamente eu sou acusado por não ter resolvido os outros 95%, por gente que nunca fez absolutamente nada! No momento que faço 5, vejo que posso fazer outros 10, mas sempre sou acusado pelo que falta fazer. Eu tenho a impressão de que tem muita gente que vive do problema. Eu vivo da solução do problema, e tenho orgulho disso. Ora, eu posso ser a favor de uma pessoa numa coisa, e tomar chope com ela, e ser contra noutra coisa. As pessoas não são só anjo ou só bandido (ZERO HORA, 04/12/1992, p. 52, APJL).

---

<sup>214</sup> ADI – admisible daily intake. No Brasil, chamada de DDA – dose diária aceitável. Ver discussão nas páginas 227-229 desta tese.

Como já vimos em outras ocasiões, seguidamente Lutz defendia o que chamava de um posicionamento não maniqueísta em relação à problemática ecológica. Assim, em sua visão pragmática, considerava a obtenção de soluções concretas para os problemas ambientais o alvo mais importante de sua atuação, mesmo que essas representassem uma melhora mínima daqueles problemas. Ele postulava que a solução definitiva era um alvo muito difícil de alcançar, e que levaria, talvez, bastante tempo. Então, se conseguisse melhorar em parte a situação, em âmbito local, já se dizia satisfeito por conseguir fazer algo. Tal satisfação mínima, parece-me, era o que o impulsionava a seguir em frente tentando resolver as partes que faltavam dos problemas, mesmo prevendo receber críticas dos ambientalistas.

No dia seguinte, o editorial da *Zero Hora* (05/12/1992, p. 2, APJL) comentou a entrevista, concordando com as declarações de nosso personagem: “Lutzenberger colocava o dedo na moleira do preservacionismo xiita ao dizer que muita gente vive em torno dos problemas, sem a preocupação de solucioná-los”. Na opinião do jornal, ele reconhecia “o potencial poluidor do processo de produção de celulose, mas considera[va] inevitável a duplicação do parque industrial da fábrica por razões de mercado. Apesar do risco de incômodos, a população precisa de empregos e de impostos que lhes proporcionem a prestação de serviços públicos”. O periódico destacava “a autoridade indiscutível” do “professor José Lutzenberger”, capaz de garantir “que a empresa gaúcha possui os mais avançados sistemas de controle de poluição entre todas as fábricas de celulose do mundo”. Em meio aos debates em curso sobre a duplicação e com uma CPI em andamento, o jornal assumia publicamente uma posição: a defesa da ampliação. Para isso, apoiava-se na “autoridade indiscutível” de Lutz, um ambientalista conhecido e respeitado no Estado. É interessante que, nesse caso, a “autoridade” de Lutzenberger foi reconhecida e buscada para legitimar o interesse empresarial, porque estava de acordo com as posições da Riocell e da *Zero Hora*, cuja linha editorial está visivelmente comprometida com os interesses econômicos dominantes no Rio Grande do Sul. Também é provável que o peso de sua “autoridade” possa ter influenciado, de certa forma, na decisão final do legislativo. A sessão para decidir se a duplicação seria ou não aprovada foi marcada para o dia 15 de dezembro de 1992.

Um dia antes da sessão, em 14/12/1992, a AGAPAN entregou na Assembleia Legislativa um contra relatório comentando o parecer de Jockymann, endereçado aos “deputados estaduais gaúchos e povo gaúcho em geral”, também assinado por Celso Marques (AGAPAN, Ofício 161/92, APJL). Na esperança de influenciar os votos dos deputados contra a ampliação, a entidade avaliava que o parecer era de leitura agradável, “com qualidade literária”, porém apresentava “deslizes éticos inaceitáveis”<sup>215</sup> e, o que era pior, seu “conteúdo técnico-científico é um redondo

---

<sup>215</sup> Entre os “deslizes éticos”, o ofício da AGAPAN apontava que Sérgio Jockymann a) “não quis receber nosso conselheiro, Prof. Flávio Lewgoy”, preferindo atender “ao Sr. Antônio Carlos Lisboa Mello e Freitas, da Riocell”; b)

ZERO (p. 2)” [grifo do autor]. A AGAPAN não criticava somente a expansão da Riocell, mas “principalmente a forma como o processo de discussão vem se desenrolando, isso é, de forma atentatória à cidadania e à democracia”. Para a Associação, o parecer de Jockymann assumia o discurso da Riocell, defendendo a duplicação da empresa, e não dava espaço ao contraditório, “o imenso volume de informações contrárias às da Riocell”, muitas das quais produzidas pela entidade. Dessa forma, considerava o parecer “imprestável para o fim a que se destina – ou seja, instruir com correção, serenidade e neutralidade os nossos representantes na elaboração de um diploma legal consentâneo com a delicadeza e a complexidade do tema” (AGAPAN, Ofício 161/92, p. 4, APJL).

O ponto mais criticado pela entidade ambientalista era o uso de cloro pela Riocell, enquanto já havia um processo que dispensava esse elemento, o TCF (citado por Lutz acima). Se a empresa passasse a produzir celulose pelo TCF, não haveria geração de dioxinas e, conseqüentemente, seu despejo no Guaíba. Segundo a AGAPAN, além disso, já havia empresas na Europa que fabricavam papel branco sem utilizar cloro livre ou combinado. Um dos integrantes da entidade havia, inclusive, participado de congresso nos Estados Unidos, promovido pela EPA, sobre empresas de celulose e poluição ambiental, onde conseguira informações atualizadas sobre o tema<sup>216</sup>. É interessante perceber que, segundo a argumentação da AGAPAN, o processo produtivo da Riocell estaria defasado em relação a outras empresas de celulose europeias, o que era o oposto do que Lutzenberger declarou na entrevista para a *Zero Hora* (04/12/1992, p. 52, APJL), de que “entre as fábricas de celulose do mundo, ela [a Riocell] é a mais avançada de todas”. Aqui é importante mencionar que foge ao escopo deste trabalho esclarecer mais profundamente questões técnicas a respeito da produção de celulose da Riocell e sobre qual dos pontos de vista estaria correto. Mais interessante, além de abordar o posicionamento de Lutz no debate, é mostrar as divergências entre “o criador e a criatura”, a disputa de autoridade, de quem era mais atualizado no assunto, ou seja, entre o principal fundador da AGAPAN, cuja imagem se confundia com a entidade nos anos 1970, e a posição desta na década de 1990, com outros membros e num contexto bem diferente.

Entretanto – e isso torna a questão ainda mais interessante e complexa – em seu contra relatório, a AGAPAN citava palavras do próprio Lutzenberger para corroborar suas teses. Nesse sentido, postulava que as análises conduzidas pelo professor Krauss em Tübingen não eram

---

não atendeu pedido verbal de novos depoimentos feito pela AGAPAN; c) “tratou com desprezo a AGAPAN”, deixando de responder o ofício 123/92, mas utilizando partes dele no parecer, sem citar a fonte (AGAPAN, Ofício 161/92, p. 5, APJL).

<sup>216</sup> O evento foi o “International Symposium on Pulp and Paper and Pollution”, em Washington-DC, realizado entre 18 e 20 de agosto de 1992. Segundo o contra relatório da AGAPAN, um funcionário da Riocell também esteve presente no evento – para a entidade, portanto, a empresa sabia das inovações tecnológicas antipoluição disponíveis, mas não as divulgara ou adotara, porque “seu conteúdo não interessava à Riocell” (AGAPAN, Ofício 161/92, APJL, p. 7).

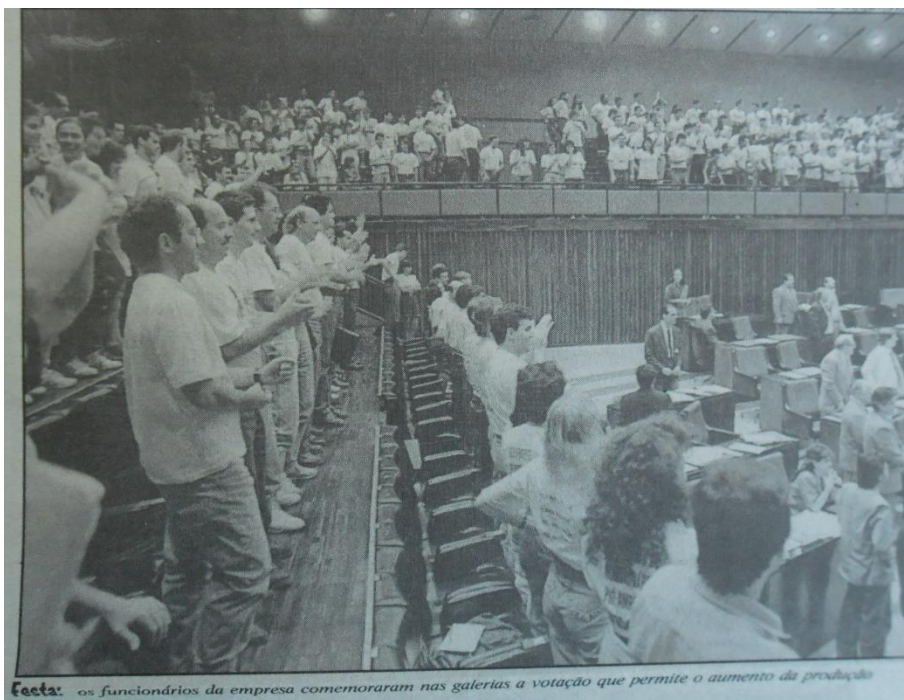
suficientes para comprovar que, “após dez anos de branqueamento”, a Riocell “já não tenha produzido estragos irreversíveis ao ecossistema Guaíba/Lagoa dos Patos, ou aos nossos fígados e pulmões (...) pois nunca patrocinou um estudo abrangente sobre sua área de influência (...) de acordo com os modernos conceitos e métodos da Ecotoxicologia” (AGAPAN, Ofício 161/92, p. 8, APJL). Com essa postura, cobrava que a empresa provasse, de forma definitiva, que não causava poluição extrema; enquanto isso, os cidadãos-contribuintes não deveriam arcar com as consequências dessa falta de certeza. Nesse ponto, a AGAPAN mencionou trecho de *Ecologia: do jardim ao poder*, escrito por Lutz:

A indústria química e não só no campo dos agrotóxicos, insiste em que tem o direito de introduzir no ambiente qualquer substância que ela desenvolve, enquanto não for provado que há perigo. Mas, essa prova, ela não procura encontrá-la. Ao contrário, inicialmente ela combate os que a procuram. Deveria ser exatamente o contrário. Enquanto houver um resquício de dúvida sobre os possíveis perigos, a substância não deveria ser introduzida no ambiente. Em vez de continuar fazendo bons negócios enquanto a sociedade não provar os perigos, a indústria deveria ser obrigada a provar que não há perigo (LUTZENBERGER, 1985, p. 64).

A citação acima está de acordo com “o princípio responsabilidade”, cunhado por Jonas (2011). No entanto, é possível constatar que Lutz não o levou em consideração ao apoiar a duplicação da Riocell. Pode ser que ele tenha ficado realmente convencido de que os resíduos da fábrica eram livres de substâncias tóxicas, a partir dos testes biológicos que realizou e também dos posteriores exames em laboratório. Diante da possibilidade de conseguir “ganhar a vida” transformando o lodo da fábrica em adubo orgânico, um trabalho que considerava “uma satisfação em sua vida”, parece ter avaliado que o risco, se houvesse, era mínimo, comparado aos benefícios. Talvez com os testes e com sua experiência concreta, ele tenha mudado de opinião, já que o texto foi escrito em 1985, muito antes da polêmica da duplicação. Por outro lado, talvez a AGAPAN, naquele momento, quisesse mostrar que a “autoridade” havia dito coisas diferentes em ocasiões distintas.

Enviado um dia antes da sessão na Assembleia Legislativa, o contra relatório não surtiu efeito na decisão dos parlamentares. Apenas o parecer de Jockymann foi considerado. O relator afirmava que, face à necessidade de manter os empregos criados pela fábrica, a “confiança na ciência” e “a inevitabilidade da poluição”, deveria ser concedida, “com a máxima urgência, a LD [Licença Definitiva] para a ampliação da Riocell” (JOCKYMANN, 1992, p. 47, APJL). A duplicação foi aprovada por 43 votos a favor – apenas 7 deputados votaram contra (ZERO HORA, 16/12/1992, p. 44, APJL). Muitos funcionários da empresa lotaram a Assembleia para pressionar pela aprovação:





ZERO HORA. Duplicação da Riocell é autorizada. Porto Alegre, 16/12/1992, p. 44 (APJL).

A fábrica foi duplicada e, em 2008, quando já havia passado a se chamar Aracruz Celulose S/A, conseguiu licença da FEPAM para nova ampliação, na verdade uma quadruplicação de sua capacidade produtiva. Em virtude de crise econômica internacional, as obras só começaram em 2013, sob o comando do CMPC, um grupo chileno, e com o novo nome: Celulose Riograndense. Com a mudança de contexto, dessa vez, mesmo com um aumento muito maior da produção – e dos efluentes gerados – não houve contestação mais efetiva dos ambientalistas gaúchos<sup>217</sup>. A exceção foi o ex-presidente da AGAPAN, Flávio Lewgoy, que novamente manifestou-se, preocupado com o aumento da poluição escoada no lago Guaíba. Em 29 de junho de 2011, ele proferiu a palestra “Quadruplicação de uma fábrica de celulose: um escândalo político e ambiental”, no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, quando afirmou: “se for confirmada a quadruplicação dessa fábrica de celulose, o impacto ambiental será tremendo” (BELMONTE, *Blog do Villar*, 2011).

Em matéria mais recente, Roberto Belmonte (*Extra Classe*, 2013) mencionou que o processo adotado pela empresa no século XXI é “bem mais moderno do que o utilizado pela fábrica nos anos 1990, mas que ainda assim apresenta subprodutos altamente tóxicos,

<sup>217</sup> Na matéria de Belmonte (*Extra Classe*, 2013), consta que a Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (Apedema/RS) enviou carta aberta endereçada ao então governador Tarso Genro questionando a obra. Também Francisco Milanez, na ocasião presidente da AGAPAN, pedia um posicionamento do BNDES, que iria financiar parte da obra. No entanto, essas manifestações, muito pontuais, sequer foram divulgadas pela “grande mídia”. Como o próprio Milanez afirmou, a notícia da quadruplicação “pegou os ambientalistas de surpresa”, e como Belmonte analisou, “os ecologistas, no entanto, não se deram conta que se tratava de um fato consumado. O empreendimento será retomado com o licenciamento obtido em 2008 pela Aracruz. Legalmente, os chilenos já têm a licença de que precisam sem passar previamente por qualquer debate público sobre o aumento de poluição”.

organoclorados conhecidos como dioxinas e furanos”. Analisando os resultados das análises laboratoriais dos efluentes da empresa, Lewgoy afirmou ao jornalista:

Eles sempre desvalorizam estes resultados dizendo que são quantidades ínfimas. Mas não são. O bom para nós não serve, queremos o ótimo (...). Nós queremos que a indústria use um processo totalmente livre de cloro. Vão produzir com dióxido de cloro, vão ter paciência. Com estes processos de tratamento deles é impossível evitar impacto no ecossistema. Esse insignificante deles não tem valor toxicológico. Dioxina é cumulativa, não tem valor mínimo (BELMONTE, *Extra Classe*, 2013).

As obras de ampliação ficaram prontas em maio de 2015. Poucos dias após a inauguração da nova planta, ocorreu um vazamento de gás dióxido de cloro, confirmado pela FEPAM. As atividades da fábrica foram suspensas temporariamente e o acidente “levou 10 funcionários a procurar atendimento em um hospital na manhã de quarta-feira [20 de maio de 2015].” (PORTAL G1, 21/05/2015). Em julho de 2015, a *Zero Hora* noticiou, em sua página na web, que ambientalistas e moradores de Guaíba estavam preocupados com as emissões da empresa, que havia recebido cinco multas da FEPAM em um ano. Segundo o jornal,

a empresa teve de pagar R\$ 446 mil em multas por emissões atmosféricas fora do padrão, excesso de ruído, produção de mau cheiro, liberação de enxofre e devido ao vazamento de dióxido de cloro, substância tida como altamente tóxica. Esta última infração provocou a maior multa aplicada em 2015 pelo órgão ambiental, R\$ 323 mil (...). Uma análise dos relatórios mensais feitos pela própria empresa revela que, desde junho de 2014, não houve mês em que a fábrica tenha operado dentro dos limites de emissões estabelecidos pela legislação ambiental. Houve ultrapassagem em indicadores como demanda química de oxigênio (medida de poluentes na água) e sólidos suspensos (sólidos no efluente tratado), emissão de material articulado (pó nas emissões aéreas), sulfetos (relacionado ao enxofre), cloreto e dióxido de enxofre (gás) (ZERO HORA, 25/07/2015, *Online*).

Pelo que foi dito acima, podemos perceber que esse episódio da duplicação da Riocell foi realmente polêmico. Além das divergências entre a AGAPAN e Lutz, mesmo que a entidade se apoiasse nas palavras dele para criticar a ampliação, foi possível constatar um distanciamento desse último em relação a alguns de seus próprios escritos. No entanto, essa posição parece estar de acordo com sua filosofia de vida, por ele considerada não maniqueísta e pragmática: para o ambientalista, era mais produtivo buscar soluções técnicas aos problemas ambientais (o que chamou de “caminho suave”) do que simplesmente criticar os responsáveis. Ao invés da crítica pura e simples, nosso personagem acreditava ser mais interessante dialogar, especialmente com empresários e integrantes do governo, os detentores do poder, e tentar convencê-los da necessidade imperativa de transformar os processos produtivos numa direção menos danosa ao meio ambiente.

A seguir, abordaremos as últimas atividades de Lutzenberger, do final dos anos 1990 até 2002, ano de seu falecimento. Entre elas, trataremos do controverso contrato de assessoria ao governo do Amazonas, o posicionamento contrário à reforma agrária na defesa do bioma pampa e o combate aos cultivos transgênicos, que representaram suas derradeiras interferências nas esferas da agricultura e da pecuária.

## A “*exploração racional e sustentável*” da Amazônia

Depois de deixar o cargo de Secretário do Meio Ambiente, Lutz declarou em entrevista à ZH (30/11/1992, p. 12, APJL) que não se arrependia de ter aceitado o convite de Collor, pois conseguira vitórias importantes. No entanto, considerava que foi algo muito difícil, que não conseguira adaptar-se ao modo de funcionamento das coisas em Brasília: “Numa empresa privada, tu dás ordens aos teus diretores e as coisas acontecem. Ou não acontecem (...), em geral porque a gente deu uma ordem besta. E aí a gente dá uma ordem diferente”; já no governo, “a gente dá uma ordem e em primeiro lugar não tem feedback. E todo mundo diz: ‘Ah, já fizemos’. Não fizeram nada. Ou então te dão uma informação errada. É a coisa mais horrível do mundo. Então eu nunca sabia o que estava acontecendo”. Lutz afirmou que só se deu conta de que Collor “não era sério politicamente” cerca de “seis meses antes de ele me botar na rua”. Ele teria passado a perceber que Collor “dizia uma coisa, mas fazia outra. Vi que era demagogo também”. Diante da decepção no governo, afirmou que nunca mais aceitaria cargo político: “eu perdi metade da saúde que me restava. Eu tinha saúde para ir aos 95 anos. Acho que agora não vou mais aos 75 (...). E lidar com políticos... Eu tenho horror, tenho nojo de políticos. Eu sou empresário. Pode me chamar de guru também, se quiser”.

Além de mencionar que aceitaria ser chamado de guru, é interessante constatar que a aversão de Lutz aos políticos não o impediu de assinar um contrato de assessoria ao governo do Amazonas, em abril de 1997, para um período de dois anos. A consultoria seria realizada por meio da Fundação Gaia, que instalou um escritório em Manaus, coordenado pela Engenheira Agrônoma Cláudia Steiner - que ajudou Lutz na construção do Parque da Riocell (FUNDAÇÃO GAIA, Release, 03/04/1997, APJL). A FG passaria a prestar os seguintes serviços ao Governo do Amazonas:

- assessoria na identificação e análise de projetos e trabalhos existentes no Estado para estimular e fomentar atividades de exploração racional e sustentável dos recursos naturais do Amazonas, como a floresta, pesca, recursos minerais e outras atividades;
- assessoramento na elaboração de zoneamento agroecológico, com o objetivo de definir áreas e critérios adequados ao estabelecimento das atividades de exploração e preservação;
- colaboração na estruturação de um sistema eficaz e transparente de monitoramento das atividades de exploração e preservação do Amazonas (FUNDAÇÃO GAIA, Release, 03/04/1997, APJL).

Ao assumir o contrato, Lutz superou divergências que tivera no passado com o governador do Estado, Amazonino Mendes (PDT). Na campanha eleitoral de 1986, quando saiu vencedor para seu primeiro mandato no governo do Amazonas (1987 a 1990), Mendes prometeu dar uma motosserra a cada eleitor. Como governador, chegou a distribuir 2.000 motosserras (VEJA, 08/11/1995, p. 95, Acervo Digital). Lutzenberger afirmou que o trabalho a ser feito no Amazonas era “o ponto culminante de sua luta preservacionista” (A CRÍTICA, 04/04/1997, APJL).

É importante ressaltar o desafio que esses fatos trazem, afinal, como interpretar essa aparente contradição de Lutzenberger? Após declarar sua ojeriza a políticos e que o período como secretário lhe causara problemas de saúde, por que ele aceitou trabalhar para Mendes, que, no passado, até mesmo estimulou o desmatamento? Podemos supor que essa atitude era derivada do não maniqueísmo e pragmatismo, várias vezes aludido por ele mesmo. Também havia interesses econômicos em jogo (os ganhos financeiros com os honorários da assessoria), bem como a ocupação de um cargo importante, um *locus* de poder, por meio do qual ele acreditava conseguir influenciar mudanças em prol da preservação da Amazônia, uma das causas por que ele tanto havia lutado. Por outro lado, podemos aventar que a aceitação da assessoria a Mendes poderia ser, para Lutz, uma possibilidade de “dar a volta por cima”, ou melhor, de conseguir uma revanche a Collor e tudo que ele representava, por meio da volta à política como campo de luta. Na sua paixão por seguir na militância ambiental, pode ser que ele pensasse a assessoria ao governo do Amazonas como um meio para justificar socialmente sua atividade privada, bem como para permanecer em evidência no país e no exterior. Era uma forma de, mais uma vez, usar o poder para a causa ambiental, de certa forma, um oportunismo pelo bem da grande floresta.



AMAZONAS EM TEMPO. Amazonino Mendes e Lutzenberger. Manaus, 04/04/1997 (APJL).

Com o contrato, Lutz se comprometia a assessorar para que a floresta amazônica fosse explorada de forma “responsável e ordenada”; ele fez questão de mencionar que colocaria em prática o “verdadeiro conceito de desenvolvimento sustentável”, o qual, para o ambientalista, não significava “não mexer com a natureza, não tocar em nada (...) as pessoas precisam conscientizar-se da necessidade de retirar da floresta apenas o desfrute”. Em suas palavras, “trata-se, na verdade, da maneira como se usufrui a natureza sem acabar com ela” (AMAZONAS EM TEMPO, 04/04/1997, p. B-2, APJL).

Entretanto, essa declaração revela uma mudança de opinião do ambientalista. Em 1979, ele declarou, em relação à floresta Amazônica: “a sabedoria deveria nos orientar a tocar o mais tarde possível”. Segundo Lutz, o Brasil não precisaria tocá-la naquele momento: “vamos deixar a Amazônia para nossos filhos e netos, que certamente saberão tratá-la com mais sabedoria” (O ESTADO DO PARÁ, 08/02/1979, APJL). Passados 18 anos, ele deve ter entendido que não havia mais como adiar “o toque” na floresta e, por isso, era preciso, pelo menos, garantir que ele fosse realizado com o maior cuidado e responsabilidade possíveis.

Mesmo com a experiência ruim em Brasília, Lutz ainda parecia acreditar que conseguiria “manter frutuosa colaboração” com o governador, “no sentido de transformar o Estado do Amazonas em catalizador de uma nova política desenvolvimentista sustentável para o Brasil e para o mundo” (LUTZENBERGER, Carta a Amazonino Mendes, S/Data, APJL). Sua função, como consultor direto do governador, era de assessoria “filosófica”, mas também prática, seguindo a sua ética ecológica, a partir de uma visão holística:

Subsidiar [o governador] em sua intenção política de promover no Estado do Amazonas um desenvolvimento sustentável e socialmente justo, ou seja, questionar os paradigmas do pensamento econômico predominante que está na base dos comportamentos ambientalmente destrutivos e socialmente desestruturadores da moderna sociedade de consumo desenfreado. Trata-se, portanto, não de trabalhos meramente técnicos, porém filosóficos que, no entanto, terão que apoiar-se nos fatos concretos para cujo conhecimento nosso escritório local estabelecerá contatos intensivos com todas as entidades pertinentes: científicas, administrativas e outras (LUTZENBERGER, carta a Amazonino Mendes, S/Data, APJL).

Entre as atividades desenvolvidas pela FG, constam no “Relatório de Assessoria e Consultoria Ambiental para o Governo do Estado do Amazonas” (1998, APJL) trabalhos de educação ambiental, junto ao Instituto de Educação do Amazonas (IEA) e um trabalho de cooperação técnica com o INCRA-AM. Enquanto o primeiro tinha o objetivo de “promover a educação ambiental através da recuperação das áreas verdes existente na escola [IEA], o trabalho junto ao INCRA-AM “tendo em vista a crítica situação ambiental existente nos projetos de assentamento rural promovidos por esse instituto”, consistia em “auxiliar os técnicos do INCRA a realizar um diagnóstico da situação ambiental do projeto de assentamento do Tarumã Mirim, seguido de um plano de controle ambiental e um plano de uso sustentável da terra” (FG, Relatório 1998, p. 2, APJL).

Em outro documento, intitulado “Amazonas - principais atividades realizadas” (FG, Abril/1997 a 23 de outubro de 1998, APJL), constam, “além da assessoria direta ao governador Amazonino Mendes (?) [sic]”, a articulação de “um grupo de trabalho multi-institucional, com representantes das principais entidades locais dedicadas à agricultura, como INPA, Embrapa, Instituto de Permacultura do Amazonas, Escola Agrotécnica Federal de Manaus, etc. para a cooperação na promoção e divulgação de sistemas de produção agrícola sustentáveis”. Com esse

grupo, a FG atuava “diretamente num assentamento rural de pequenos agricultores (Puraquequara), orientando-os em suas atividades e promovendo a capacitação destes em sistemas agroflorestais e Permacultura”. O relatório também afirmava que a FG estava “participando do planejamento das atividades necessárias para a execução de um levantamento detalhado dos resíduos industriais estaduais, visando a reciclagem dos mesmos”. Em duas áreas, parece que não houve sucesso: a tentativa de auxiliar a Companhia de Saneamento do Amazonas (COSAMA) “na recuperação de estações de tratamento de Manaus, porém a COSAMA não deu continuidade ao trabalho”, e o auxílio à Secretaria de Estado da Educação do Amazonas na preparação de professores da rede para atuação dentro do contexto de educação ambiental, pois o projeto foi vetado (FG, Abril/1997 a 23 de outubro de 1998, APJL). Pela descrição dos relatórios, parece que não foi possível desenvolver plenamente a consultoria.

Apesar de demonstrar disposição para preservar a floresta ao contratar Lutzenberger, poucos meses depois os jornais noticiavam denúncias de irregularidades envolvendo o governo do Amazonas. Entre os escândalos, constavam manipulação da imprensa local, compra de votos de deputados federais amazonenses na emenda para aprovar a reeleição de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) à presidência da república, compra superfaturada de veículos para secretarias, etc. (ZERO HORA, 04/06/1997, p. 14, APJL). Na área ambiental, havia “uma séria desconfiança de que o governo do Amazonas estimula a vinda de empresas estrangeiras para explorar madeiras de lei na região. Além da Malásia, a China e a Tailândia têm feito negócios na Amazônia” (ZERO HORA, 04/06/1997, p. 16, APJL). Em meio a essas notícias, a assessoria da Fundação Gaia foi prestada; no entanto, o governo atrasava os pagamentos com frequência. Em janeiro de 1999, ocorreu o distrato, causado justamente pela falta de pagamento do período de maio a dezembro de 1998 (FUNDAÇÃO GAIA, 21/01/1999, APJL).

Como podemos constatar, Lutz não foi bem-sucedido nas duas ocasiões que ocupou o poder, seja em âmbito federal ou estadual. No primeiro caso, no governo Collor, ele mostrou uma falta de habilidade para transitar pelos corredores de Brasília e se adequar ao “jogo político”, o que foi minando sua relação com o presidente. Ele partia de uma concepção diferente de desenvolvimento sustentável da defendida por Collor e organizadores da Eco-92. Como consta na declaração acima, para o ambientalista, esse desenvolvimento, em sua visão, não preconizava deixar a floresta intacta, mas regular o manejo de forma que não houvesse o extermínio da mesma, deixando assim, a possibilidade das gerações futuras continuarem usufruindo de seus elementos naturais. Já no caso da assessoria a Mendes, talvez, ele tenha vislumbrado uma oportunidade de continuar sua luta pela Amazônia, do lado do poder, o que pode ter parecido a ele uma chance de contribuir para a proteção da floresta e de se reabilitar no campo político. Essa perspectiva parece

ter sido atraente para Lutz, e em vista disso, ele resolveu enfrentar os riscos de se envolver com um governo que já recebia críticas de corrupção.

### *Transgênicos: a luta pelo controle das sementes*

A manifestação contra as sementes transgênicas foi o último desdobramento da luta de Lutzenberger contra o modelo “moderno” de agricultura. Desde o final dos anos 1990, ele se posicionou contra a difusão dos cultivos de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs)<sup>218</sup> - os transgênicos - e suas consequências negativas para a agricultura e o meio ambiente. O ambientalista considerava que o principal problema das biotecnologias<sup>219</sup> na agricultura era menos se os alimentos se tornariam prejudiciais à saúde humana – apesar de cogitar a possibilidade – do que o aumento das estruturas de dependência, de dominação, sobre os agricultores e a redução das opções de escolha do consumidor. É importante perceber que a argumentação de Lutz divergia de grande parte do movimento ambientalista no mundo. Para ele, o tema estava sendo tratado

em um nível equivocado e aí a indústria vai ganhar. Estão brigando quase sempre em termos de que esses alimentos que vem de cultivos transgênicos venham a ser ruins para a saúde. Esse não é o aspecto fundamental. Provavelmente a quase totalidade deles não vai fazer mal. É claro, alguns fazem, mas não é o problema. O problema é que se trata de mais uma manobra das grandes transnacionais para desapropriar o pequeno agricultor. As transnacionais do tipo Monsanto e outras querem monopolizar as sementes. Trata-se não de progresso técnico, mas de estruturas de dominação. Esse é o aspecto fundamental (LUTZENBERGER, *João de Barro*, Março/2000, p. 12, APJL).

Quando Lutzenberger teceu suas observações, na virada dos anos 1990 para o século XXI, os transgênicos começavam a ser cultivados comercialmente, não havendo pesquisa suficiente para esclarecer se, de fato, eles seriam prejudiciais à saúde humana. Mesmo já na segunda década do século XXI, durante a escrita desta tese, as pesquisas não são definitivas. O maior problema na análise de risco desses organismos gerados “é que seus efeitos não podem ser previstos em sua totalidade: existem de fato numerosas incertezas científicas. Os riscos à saúde humana incluem, muitas vezes sem o conhecimento da causa, aqueles inesperados, alergias, toxicidade e intolerância” (ZANONI, FERMENT, 2011, p. 16). Por esse motivo, a maioria dos ambientalistas e cientistas contrários aos OGMs defendem que, na falta de certeza científica, o princípio da

---

<sup>218</sup> Os OGMs, de acordo com a Lei Federal 11.105 (BRASIL, 24/03/2005, *Online*), são organismos “cujo material genético – ADN/ARN tenha sido modificado por qualquer técnica de engenharia genética”.

<sup>219</sup> Segundo Premebida (2008, p. 13), “as biotecnologias são áreas estratégicas, destinadas a gerar informação, conhecimento e tecnologias em setores industriais e de pesquisa química, farmacológica, sementes, alimentação e agroindústria ou, sintetizando, no setor das indústrias e conhecimentos moleculares, a indústria da vida. Estas tecnologias abarcam pesquisas envolvendo diversas áreas do conhecimento e técnicas na manipulação de materiais biológicos ou compatíveis com os mesmos, como no caso de biopolímeros e de polímeros biorreabsorvidos. A biotecnologia molecular está associada à transferência de genes de uma espécie para outra (transgênese), ou na manipulação genética de uma mesma espécie, com a finalidade de obter características genéticas específicas, geralmente com fins comerciais e industriais”.

precaução seja aplicado. Segundo Ferment (2011, p. 123), tal princípio foi definido na Convenção da Diversidade Biológica, em 1992, da seguinte forma:

Para proteger o meio ambiente, medidas de precaução devem ser amplamente aplicadas pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Em caso de risco de danos graves ou irreversíveis, a ausência de uma absoluta certeza científica não deve servir como pretexto para adiar a adoção de medidas efetivas visando prevenir a degradação ambiental.

A preocupação de Lutzenberger com a modificação de sementes vinha desde o início de sua militância. No artigo *A problemática da química na agricultura* (LUTZENBERGER, 1973, APJL), ele já se mostrava contrário à simplificação das variedades de sementes realizada pelos geneticistas. A seleção unilateral, simples, visava “o máximo de produção e um aspecto comercialmente atrativo, muitas vezes em detrimento da qualidade alimentícia, e mal tomam em conta os fatores ecológicos”. Essas sementes recebiam doses maciças de adubos químicos e eram “submetidas a chuvas de pesticidas violentos. Já são selecionadas para condições artificiais”. A sua crítica, inicialmente, atinha-se à simplificação e ao preparo das sementes para suportar altas doses de produtos químicos. Como vimos no capítulo 3, esse paradigma proporcionou imensos lucros à indústria química e levou milhões de agricultores à marginalização em diversas partes do mundo.

Com a intensificação das pesquisas em genética, Lutzenberger passou a criticar o patenteamento das sementes. No prefácio ao livro *O Escândalo das Sementes*, de Pat Mooney (1987), o ambientalista afirmava que a grande indústria química estava se preparando para

Apertar ainda mais o cerco da dependência. Começa a açambarcar as sementes. São poucas as empresas de produção de sementes que ainda não estão sob controle da indústria dos agrotóxicos. O alvo é claro. O que se pretende é controlar a pesquisa genética, controlar os cultivares, a ponto de garantir mercado total para a agroquímica. Já estão sendo apresentadas variedades de soja resistentes a determinados herbicidas. Herbicida e soja são produtos da mesma firma! (...). Caso a indústria dos agrotóxicos consiga controlar completamente a indústria das sementes e impor legislação que lhe permita patentear cultivares, ela terá quase o controle total da agricultura, que é o que almeja (LUTZENBERGER, 1987, p. X).

Na década seguinte, o temor de Lutz se tornou realidade. Nos anos 1990, o domínio das técnicas de transgenia e o lançamento de variedades de plantas geneticamente modificadas sacudiram o modelo produtivo adotado pela agricultura convencional. O capitalismo começou a penetrar na seara dos processos genéticos em escala jamais alcançada anteriormente, abrindo possibilidades à manipulação de seres vivos (CHRISTOFFOLI, 2009, p. 26). Nesse mesmo contexto, o Brasil passou por importantes processos econômicos: desregulamentação de políticas públicas, durante o governo de Fernando Collor (1990-92), e a estabilização econômica, com o Plano Real, em 1994, o que facilitou a busca de maior eficiência pelos agentes econômicos privados.

As pesquisas da indústria química para tornar as plantas resistentes aos herbicidas começaram já na década de 1970. A Monsanto iniciou seu programa de pesquisa em genética em



1975. Sua semente de soja resistente ao herbicida Roundup (fabricado também pela Monsanto, a partir do princípio ativo Glifosato, desde 1976) foi autorizada para venda nos Estados Unidos em 1994. Chamada de Roundup Ready (RR), teve seu lançamento no mercado daquele país no ano de 1995 e, em pouco tempo, se tornaria dominante no mercado internacional de sementes (CHRISTOFFOLI, 2009, p. 52-54).

No Brasil, a soja transgênica RR foi introduzida ilegalmente no ano de 1997, a partir de contrabando originário da Argentina (a chamada soja “Maradona”) para o Rio Grande do Sul, onde o plantio ilegal rapidamente tomou grandes proporções. Em seguida, as sementes foram introduzidas também nos estados de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. Segundo Christoffoli (2009, p. 69), o papel da Monsanto na facilitação da disseminação ilegal de sua semente permanece obscuro<sup>220</sup>.

A partir do momento em que a RR passou a ser cultivada em larga escala, no Rio Grande do Sul, teve início um intenso debate sobre transgenia no Estado. Para Silveira e Almeida (2005, p. 74), as posições se dividiram

entre duas posturas extremas: ora a de um exacerbado "otimismo tecnológico", em que os defensores das biotecnologias modernas as concebem como inovações científicas seguras e precisas, dotadas de uma irrefutável capacidade para solucionar os problemas da fome e da degradação ambiental, ora a de um “alarmismo inconformado”, este refletido na posição dos "críticos da cautela", os quais, considerando as biotecnologias modernas como inovações científicas recentes e pouco conhecidas, questionam a sua segurança em relação ao consumo humano e animal, bem como à preservação ambiental; de outro modo, a atitude destes agentes, os “críticos da cautela”, é de questionamento quanto à capacidade inata das biotecnologias modernas para encaminhar soluções aos problemas sociais como a fome e a desigualdade.

Certamente Lutzenberger pode ser considerado um “crítico da cautela”, na medida em que se opôs ao cultivo dessas sementes, levando em conta a submissão por elas gerada do pequeno agricultor a um sistema que o tornaria ainda mais dependente. Em artigo para o jornal *Gazeta Mercantil* (19/02/1999, APJL), o personagem criticou o patenteamento das sementes, que arrebatava do produtor agrícola um dos últimos fatores do que lhe sobrava de autonomia, justamente a semente:

A soja transgênica, patenteada, que agora está sendo introduzida no Estado, é resistente ao herbicida da própria casa, obriga o agricultor à "compra casada" - semente mais herbicida, mesmo que não haja necessidade para tal. Já estão, também, preparando cultivares com o gen "terminator", um gen que faz com que a semente colhida pelo agricultor se "suicide" ao ser semeada, tornando desnecessária a patente, pior que no caso do milho híbrido que, ao ser ressemeado, não mantém suas qualidades.

O ambientalista criticou também o argumento de que os plantios transgênicos pudessem resolver o problema da fome; na verdade, para ele, a constituição de monopólios das sementes

---

<sup>220</sup> Outros aspectos também obscuros da empresa foram alvo de pesquisa da jornalista francesa Marie-Monique Robin durante quatro anos. A pesquisa deu origem ao livro “O mundo segundo a Monsanto” (ROBIN, 2008) e a um documentário de mesmo nome, que pode ser assistido no Youtube em: <[https://www.youtube.com/watch?v=gE\\_yIfkR88M](https://www.youtube.com/watch?v=gE_yIfkR88M)>. Acesso em 19/04/2015.

significaria a “criação de estruturas de poder, de dependência!”. Em sua opinião, esse tipo de tecnologia só favorecia “o agrobusiness - o complexo agroindustrial; nem tanto o grande agricultor. A chamada ‘revolução verde’ já marginalizou centenas de milhões de camponeses no mundo, um custo social que não é contabilizado quando se fala das ‘vantagens’ da agricultura moderna”. Ele temia que, se o plantio de soja transgênica se consolidasse no Brasil, o caminho para os “passos” seguintes estaria aberto:

Crédito bancário só para sementes "certificadas"; mais adiante, proibição de toda semente ainda livre. Na Alemanha já estão punindo agricultores que apenas trocaram sementes com o vizinho. Em comunicação interna de uma das transnacionais, ela conta como está processando milhares e punindo centenas de agricultores americanos que reproduziram suas sementes transgênicas sem sua permissão. Os castigos são a destruição total da lavoura, mais multas de dezenas de milhares de dólares - o agricultor acaba entregando a propriedade ao banco (...). Que tristeza, termos que testemunhar como nosso governo se submete incondicionalmente aos interesses imediatistas do grande poder tecnocrático sem pátria. O Ministro da Saúde chegou a multiplicar por cem o limite permitido de resíduo de Glifosato na soja para acomodar os interesses dos donos da soja "Roundup-Ready"!!! (LUTZENBERGER, *Gazeta Mercantil*, 19/02/1999, APJL).

De fato, a relação das gigantescas empresas de biotecnologia com os agricultores passou a gerar conflito e dependência em todo o mundo. Elas conseguiram romper práticas seculares, como a seleção e até empréstimo de sementes entre agricultores, através de legislação favorável a seus interesses, bem como do estabelecimento de duas táticas:

A primeira através de ameaças e cobrança forçada pelo uso não licenciado da tecnologia OGMs; a segunda através da indução de contratos formais em relação ao uso da tecnologia. A contratualização viabilizaria a imposição de uma “taxa de licença de uso da tecnologia”. Nestes contratos um valor é adicionado à venda de toda semente contendo a tecnologia de engenharia genética. Associado às táticas citadas, as empresas adotam a política de terra arrasada: contaminar para controlar; tolerar o uso ilegal e mercado negro de sementes nos primeiros anos para ir criando o mercado e as condições para implantação do monopólio posteriormente (CHRISTOFFOLI, 2009, p. 66).

Em entrevista à *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável* (2001, p. 5-8), Lutzenberger afirmou que as multinacionais contavam com uma “infraestrutura tecnoburocrática legalizada, cada vez mais abrangente”, que criava “contingências tecnológicas inescapáveis”. Com todo esse aparato, queriam assumir controle total dos insumos. Para ele, “nem o agricultor, nem o consumidor têm como se defender”. Essa situação exigiria uma visão crítica do processo de globalização: “Temos que olhar o panorama completo, em vez de simplesmente bater palmas para a globalização, achar que isso é bom”.

A alteração na legislação internacional referente à propriedade intelectual<sup>221</sup> possibilitou às multinacionais de transgênicos a cobrança de *royalties* pelo uso de suas sementes. No início, os

---

<sup>221</sup> O acordo TRIPS (*Trade Related Intellectual Property Rights* - Aspectos Relacionados ao Comércio e à Propriedade Intelectual), firmado entre membros da Organização Mundial do Comércio em 1995, constitui-se numa ferramenta protecionista que requer dos países membros da OMC garantias de proteção de patentes pelo menos por vinte anos. O acordo foi resultado de vitoriosa pressão norte-americana e europeia sobre os países pobres e estende o sistema legal de patentes sobre a vida para todo o planeta. Com o TRIPS fica assegurado o controle privado sobre os novos conhecimentos e tecnologias gerados nos laboratórios das grandes empresas e universidades, mas se franqueia o acesso ao estoque de conhecimento da humanidade (acumulado há milhares de anos por comunidades tradicionais, pelos

agricultores procuraram fugir da cobrança da taxa, nos Estados Unidos, Argentina e Brasil, especificamente no Rio Grande do Sul. A Monsanto processa anualmente centenas de agricultores norte-americanos por “violação de patentes”. Depois disso, a empresa intimida o agricultor, forçando-o a um acordo extrajudicial. No Brasil e na Argentina, com a morosidade da justiça, “a ação se deu inicialmente via cobrança na comercialização dos grãos, após a colheita, como forma de forçar os agricultores recalcitrantes a pagarem os direitos proprietários” (CHRISTOFFOLI, 2009, p. 68).

Em 1999, o governo de Olívio Dutra (PT), que era vinculado a movimentos sociais do campo e apoiava a agricultura ecológica, tentou impedir o cultivo da RR no Rio Grande do Sul, lançando uma campanha cujo principal objetivo era transformar o Estado num "território livre de transgênicos". Em março de 1999, o governador assinou “um decreto que determinava que as áreas que realizassem pesquisas com transgênicos notificassem o poder público exigindo, simultaneamente, a realização de EIA-RIMA” (LENZI, 2010, p. 8). Lutzenberger apoiou a iniciativa do governador, afirmando que, mesmo não sendo defensor do PT, “pelo menos o Olívio quer fazer uma agricultura mais sustentável, mais ecológica, sobretudo socialmente mais justa. Temos que salvar o campesinato” (*Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, 2001, p. 6).

No entanto, em dezembro de 1999, deputados estaduais de partidos oposicionistas conseguiram a aprovação de um substitutivo ao decreto do governador, que conferia ao governo federal exclusividade na fiscalização de produtos geneticamente modificados (MENASCHE, 2002, p. 224). Somente no ano de 2003, depois da morte de Lutzenberger, a soja transgênica teria sua situação parcialmente legalizada com a promulgação de medidas provisórias pelo Governo Lula. A legalização definitiva veio em março de 2005, com a aprovação da nova Lei Federal de Biossegurança e Biotecnologia - Lei 11.105 -, consolidando o arcabouço jurídico sobre o tema (CHRISTOFFOLI, 2009, p. 69).

A crítica de Lutzenberger aos transgênicos fazia parte de seu ataque mais amplo à agricultura “moderna” em geral; foi o último capítulo de sua oposição a esse modelo. Um modelo apoiado por governos subordinados ao capital e por legislações que permitiram que toda a vida se tornasse mercadoria patenteável. Era o mais recente e duro golpe do capitalismo, direcionado por um paradigma filosófico antropocêntrico. Mas ainda havia esperança na agricultura ecológica, “o único caminho” segundo Lutzenberger. Para ele, em vez de impulsionar a exportação, o governo federal deveria “promover a produção local para o consumo local e regional” (*Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, 2001, p. 6). A produção para o mercado local,

---

povos indígenas ou pelos agricultores) para usufruto gratuito dos países do Norte e do grande capital (CHRISTOFFOLI, 2009, p. 61-62).

além de uma enorme economia de recursos energéticos, representaria também uma economia de tempo entre a colheita, transporte e entrega ao consumidor, o que tornaria os alimentos mais baratos e de melhor qualidade. Isso significaria concretizar todo um modelo filosófico diferente de relação dos homens com os alimentos, no qual o agricultor e a terra seriam valorizados.

### *A defesa do Pampa, contra a reforma agrária*

Uma das últimas intervenções de Lutzenberger no debate público estadual foi sobre a questão do bioma Pampa. Argumentando em sua defesa, o ambientalista se posicionou contra a reforma agrária em Audiência Pública na Assembleia Legislativa do RS, em 13/12/2001. Antes disso, manifestara-se em entrevistas e num prefácio para livro publicado pela Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL, 1997) sobre os índices de lotação pecuária no Estado<sup>222</sup>.

A discussão sobre uma possível reforma agrária nas regiões do Estado historicamente ocupadas pelos latifúndios pastoris teve início em 1988, quando a Constituição Federal incorporou em seu artigo 184 a noção de função social da terra. Em seu artigo 186, a CF estabeleceu os critérios para avaliar se uma propriedade cumpre sua função social e, assim, não é passível de reforma agrária:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I - Aproveitamento racional e adequado;
- II - Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III - Observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV - Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) utiliza os índices “Grau de Eficiência da Exploração” (GEE) e “Grau de Utilização da Terra” (GUT) para aferir se determinada propriedade rural é produtiva ou não, mediante vistoria de fiscalização agrônômica no local. Segundo o *website* do Instituto, “a pouca ou nenhuma exploração econômica do imóvel é um dos itens preconizados pela Constituição Federal e Lei 8.629/03 como indicador de que o imóvel rural em questão não cumpre a função social e é passível de desapropriação” (INCRA, *Online*). Na virada das décadas de 1990-2000, houve uma discussão sobre o “conjunto de fatores de conversão” para apurar os índices de lotação das propriedades pecuárias<sup>223</sup>, de forma a

---

<sup>222</sup> O livro, de 56 páginas, foi escrito pelos engenheiros agrônomos Aino Victor Ávila Jacques, Ciloter Borges Irribarem, Gerzy Ernesto Maraschin, José Fernando Piva Lobato e José Otávio Neto Gonçalves (SÓRIO Jr., 2001, p. 13). Os índices de lotação pecuária referem-se à quantidade de animais por hectare presentes na propriedade.

<sup>223</sup> Esses índices correspondem ao cálculo de unidades animais presentes por hectare nas propriedades. São calculados de forma diferenciada, de acordo com a região do país. Para entender melhor os conceitos envolvidos, consultar a Instrução Normativa 11/2003 do INCRA: Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos\\_internos/instrucoes/instrucao\\_normativa/IN11\\_040403.pdf](http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_normativa/IN11_040403.pdf)>. Acesso em 06 fev. 2015.

identificar se essas eram produtivas ou não. Segundo Ramos (2005), foi realizada então uma pesquisa de campo para determinar parâmetros diferenciados, de acordo com as peculiaridades regionais brasileiras.

No prefácio para a FARSUL, Lutzenberger concordava com o argumento da entidade de que seria um absurdo fixar parâmetros fixos de ocupação para os campos do Pampa gaúcho. Ele afirmou que

em sua forma atual o Pampa é uma das raras paisagens preciosas do Planeta em que a exploração humana se encontra em relativa harmonia com o ecossistema. Ao contrário dos demais esquemas de exploração da Natureza que predominam em nosso Estado, a fazenda de pecuária extensiva é um esquema de exploração da Natureza que concorda com as exigências da Conferência Rio 92, ela é permanentemente sustentável (LUTZENBERGER, 1997, p. 9).

O ambientalista argumentou que, ao contrário da exploração florestal, imediatista, a pecuária seria uma atividade sustentável, pois “a quase totalidade dos fazendeiros sabe que só podem viver do desfrute de seu rebanho, que só podem vender para abate por volta de um animal adulto em cada dez por ano” (LUTZENBERGER, 1997, p. 9). Isso representava, para ele, uma das formas de “desfrute da natureza”, ou seja, uma forma de não consumir os “recursos naturais”, mas utilizá-los “de maneira sustentável e evitando desperdício”.

Em sua visão, para proteger a “grande diversidade biológica no campo nos bosques e capões” e sua flora “muito preciosa e muito ameaçada”, não deveriam ser estabelecidos parâmetros fixos de ocupação para os campos do Pampa gaúcho – o excesso de lotação, o excesso do pisoteio “depreda o campo e diminui a produtividade” (LUTZENBERGER, 1997, p. 10). Lutz era contra os esquemas de confinamento, que considerava “campos de concentração” de animais, mantidos com alimento desviado de seres humanos: “nada produzem, apenas transformam, mas com grande perda. Alimentar gado, galinhas e porcos com grãos é dar-lhes alimento subtraído ao consumo humano, é agravar o problema da fome” (p. 10-11). Pelo mesmo motivo – a preservação do Pampa – manifestou-se contra a reforma agrária então proposta:

Quanto à reforma agrária, não é simplesmente expropriando propriedades para dividi-las entre os sem-terra, sem dar-lhes depois o mínimo apoio, quando, no mesmo momento, a política econômica marginaliza sempre mais gente, milhões todos os anos. A globalização vai acelerar ainda mais este processo. O que precisamos é uma nova política agrícola, uma política que protege e fomenta a propriedade familiar, seja ela de camponês ou de fazendeiro. E não devemos confundir o fazendeiro do Pampa com aqueles grandes fazendeiros do Brasil Central, Nordeste e Norte que tem as mãos ensanguentadas e que fazem gigantesca e absurda devastação ambiental. O fazendeiro gaúcho é uma cultura que se desenvolveu e cresceu com a paisagem, não contra ela! (LUTZENBERGER, 1997, p. 11).

Discordando do ponto de vista da FARSUL - e de Lutzenberger -, Ramos (2005, p. 28) entende que “não se pode fugir do uso de um índice de lotação criteriosamente apurado se se quer aferir a função social da terra usada pela pecuária no seu componente econômico-produtivo”. O índice seria necessário, de acordo com o autor, precisamente porque “a pecuária de corte no Brasil foi (e ainda parece ser, em algumas áreas) uma atividade que permitiu uma ocupação das terras de

latifúndios, com o que se garantia ou era indicada sua apropriação”. Além disso, a atividade agropecuária é “mais flexível ou especulativa, o que faz com que os proprietários fundiários que a praticam sejam particularmente sensíveis a propostas que visem sujeitá-la a critérios sociais”. Ramos menciona que o livro da FARSUL defende “a tese de que as condições naturais dos campos nativos das regiões do estado, em particular do Pampa, devem ser tidas em conta para a fixação de índices de lotação ou da carga animal por hectare” (RAMOS, 2005, p. 28).

Podemos inferir que a FARSUL convidou Lutzenberger, um ambientalista renomado e detentor do Prêmio Nobel Alternativo, para referendar sua posição no mencionado debate. A referência às condições naturais dos campos nativos, um apelo ecológico, parecia um bom argumento para combater as pretensões do INCRA de realizar vistorias com o fim de promover a reforma agrária no Estado. No entanto, nas reuniões realizadas entre representantes do Instituto, dos pecuaristas e pesquisadores, a Federação “não explicou porque, durante séculos, vem sendo praticada uma pecuária extensiva na região da Campanha, supostamente tão frágil do ponto de vista ambiental, assim como não explicitou se foi esta mesma pecuária que provocou tal fragilidade” (RAMOS, 2005, p. 29).

Ramos lembra que, para além dos extremos de uma pecuária extensiva em terras (dominante no Brasil) e uma intensiva em insumos (predominante nos países ditos desenvolvidos), existem alternativas intermediárias. Uma delas é o chamado “Pastoreio Racional Voisin”, também chamado de “Pastoreio Rotativo Voisin”<sup>224</sup>. O engenheiro agrônomo Humberto Sório Júnior, especialista nesse tipo de pastoreio, também teceu críticas ao posicionamento da FARSUL e de Lutzenberger em seu livro *A ciência do atraso* (2001). Segundo ele (2001, p. 14), o prefácio escrito por nosso personagem está “eivado de contradições primárias, confusão de conceitos e premeditadas omissões (...). Sabe muito bem o iracundo prefaciador que é possível, ao mesmo tempo, ter carga animal alta e preservar a biodiversidade de espécies de pastos nos campos nativos gaúchos”. Ao contrário do que o referido livro afirmava, “a causa primordial da degradação é o pastejo contínuo, preconizado pelos autores do trabalho que [Lutzenberger] endossa e apresenta”<sup>225</sup>. Sório Jr. explica que um campo nativo pode ser degradado com uma carga animal

---

<sup>224</sup> Segundo Berton e Richter (2011, p. 5) “o Pastoreio Racional Voisin (PRV) é um método racional de manejo do complexo solo-planta-animal, proposto pelo cientista francês André Voisin, que consiste no pastoreio direto e em rotações de pastagens. A intervenção do homem se dá através da subdivisão da área em piquetes, permitindo o direcionamento do gado para aqueles que apresentam o pasto no seu tempo de repouso adequado. Isso possibilita aos demais piquetes que o pasto recupere suas reservas para crescer novamente. Esses períodos variam de acordo com as espécies do pasto, estação do ano e as características climáticas da região e a fertilidade do solo”.

<sup>225</sup> A crítica de Sório Jr. ao argumento da FARSUL é abordada por Zarth e Gerhardt (2009, p. 269). Segundo os historiadores, o engenheiro agrônomo “demonstrou claramente, por meio de dados técnicos, os limites e os interesses dos latifundiários (...). As entidades representativas dos latifundiários lançaram mão, entre outros recursos, de um argumento supostamente ecológico para manter suas grandes propriedades intocáveis”.

alta, ou mesmo com uma baixa – o fator decisivo, para ele, é a falta de períodos de descanso, quando os animais não deveriam pisotear o local:

Submetidas ao pastejo contínuo, com cortes repetidos do rebrote, as plantas pratenses se enfraquecem pelo esgotamento das substâncias de reserva das raízes e da base de seus talos, degradam-se sem parar e produzem cada vez menos. Foi isso que aconteceu com os campos nativos rio-grandenses, submetidos por alguns séculos ao que André Voisin chamou de “pastejos abusivos”. Aliás, se carga baixa mantivesse a produtividade de nossos campos, teríamos uma pecuária muito evoluída e rentável (SÓRIO Jr., 2001, p. 14).

O pastoreio Voisin é considerado uma técnica agroecológica, já que não se admite uso de agrotóxicos nem fertilizantes artificiais nas pastagens (os excrementos do gado são os adubos naturais), os animais não ficam confinados e há uma série de cuidados com o bem-estar da propriedade como um todo. Por isso, é intrigante constatar a posição de Lutzenberger, ao apoiar a pecuária extensiva, já que ele tinha conhecimento da existência do Pastoreio Voisin. Ele contou entusiasmado ao Almirante Belart, em carta de 20/10/1973, que ministrara palestras sobre ecologia num curso de pastoreio Voisin, em São Paulo. Na correspondência, esclareceu ao Almirante que “o Instituto Voisin, com sede em Porto Alegre, promove um tipo de pastoreio racional baseado em métodos biodinâmicos, sem química. Esse instituto está tendo grande sucesso em todo o Brasil” (LUTZENBERGER, Carta a Belart, 20/10/1973, APJL). Além disso, o trabalho de André Voisin influenciou dois cientistas também franceses admirados por Lutzenberger, Claude Aubert (que esteve em Porto Alegre, participando de curso e mesa sobre agricultura biológica com Lutz) e Chaboussou, em sua teoria da trofobiose (JESUS, 2005)<sup>226</sup>. Portanto, o ambientalista poderia ter defendido o pastoreio Voisin, e não a pecuária extensiva, no debate sobre os índices de lotação agropecuária no Rio Grande do Sul.

Como vemos, Lutzenberger tinha mais de uma possibilidade de escolha para se posicionar quanto à pecuária gaúcha. Apoiar a FARSUL era uma das possibilidades, não a única. Muitas vezes, a opção por determinados caminhos nem sempre segue um princípio ético unívoco e abstrato, além do que nossas escolhas também são condicionadas por interesses de naturezas variadas.

Diante dessa difícil questão, perguntei a Lilly sobre o porquê seu pai teria feito essa escolha, e ela me respondeu, por *E-mail* (15/04/2015):

O Lutz não era a favor da FARSUL, mas da preservação do Bioma Pampa aqui no Sul, então a FARSUL pode ter se aproveitado de coisas que ele disse e escreveu em benefício próprio. Ele também era contra os métodos escusos usados pelo INCRA, tanto aqui no Sul como no Norte do Brasil. Aliás, ele nunca defendeu os latifundiários do norte do Brasil, porque lá a situação era e continua sendo outra: destruir floresta para criar gado e plantar soja é um absurdo. Aqui no Sul, ele defendia uma prática de pastoreio extensivo tradicional do antigo fazendeiro gaúcho que ajudava a preservar a paisagem natural.

---

<sup>226</sup> Abordamos a relação de Lutz com esses dois autores no capítulo 4.

E quanto à sua postura em relação ao Pastoreio Voisin, Lilly afirmou:

Lembro que ele era um grande entusiasta do Pastoreio Voisin, mas não acho que preconizava este método para as grandes fazendas do Pampa, onde este método não seria necessário e seria caro demais de implantar (muitas cercas, etc.). Me parece mais provável que recomendasse o sistema para propriedades menores, na colônia (para gado leiteiro) e em outras regiões do país com características mais apropriadas. Infelizmente, não consegui encontrar um texto dele sobre o Sistema Voisin.

Em 13/12/2001, foi realizada uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa<sup>227</sup> sobre as vistorias realizadas pelo INCRA em propriedades rurais do RS, para verificar o cumprimento da função social da terra, com o objetivo de realizar reforma agrária. Entre os presentes, manifestaram-se oralmente deputados, representantes do INCRA, da FARSUL, da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), do Governo do Estado, do Ministério da Agricultura, entre outras entidades, além de nosso personagem, José Lutzenberger.

Celso Marques foi convidado por Lutz a acompanhá-lo na Audiência; foi a última vez que encontrou o companheiro ambientalista, ocasião assim recordada por ele:

O Lutz me telefonou, disse ‘olha Celso, amanhã vai ter uma audiência pública na Assembleia Legislativa e eu tenho uma série de coisas importantes para dizer lá e eu to te ligando pra te pedir, se tu puderes ir, eu gostaria que tu fosses pra assistir o que vai acontecer e as coisas que eu quero dizer’. Aí no dia seguinte eu fui, foi a última vez que eu vi o Lutz. (...) O auditório tava cheio, eu e o Lutz sentamos na primeira fila, ele estava assim vestido com umas chinelas, sandálias horrorosas assim, e uma calça daquelas Lee, tava completamente inadequado ao ambiente, com a camisa cheia de canetas, máquina de calcular no bolso, aquele jeitão dele, né? (...). Tava todo o setor ruralista, porque, na realidade, foi o dia que se reuniu o setor ruralista todo pra discutir a questão da reforma agrária. Foi uma audiência sobre a reforma agrária. (MARQUES, Entrevista à autora, 08/08/2014).

Antes de Lutzenberger, falaram vários oradores para um auditório lotado de produtores rurais – surpreendentemente, tratando-se de uma audiência sobre reforma agrária, o MST não foi convidado. Entre eles, o superintendente do INCRA, Jânio Guedes da Silva, apresentou a situação da reforma agrária realizada durante os anos do governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2001). Nesse período, segundo Silva, foram assentadas em torno de 5.500 famílias no RS, numa área de 161 mil hectares, a maior parte oriunda de compra e desapropriação não litigiosa – “apenas 20% foram desapropriações litigiosas, utilizando-se a função social da terra” (AL-RS. Audiência Pública, 13/12/2001, p. 8). Baseado no censo da reforma agrária de 1996, realizado pela UFRGS no RS, Silva afirmou que as famílias beneficiadas “experimentaram uma significativa melhoria na sua qualidade de vida, tornando-se cidadãos participantes e conscientes, interagindo com o mercado” (p. 12). O resultado, segundo ele, era positivo. Por outro lado, o Estado possuía áreas improdutivas: “No cadastro do INCRA, temos 2 milhões de hectares de grandes propriedades improdutivas” (p. 15); no entanto, ele sabia das dificuldades de desapropriar terras no Estado, por causa do “grau de desenvolvimento na Região Sul da pecuária e da agricultura” (p. 14). A compra

---

<sup>227</sup> Obtive o arquivo da transcrição das falas bem como os áudios das mesmas. Agradeço à coordenadora do setor de Taquigrafia da Assembleia Legislativa-RS, Mara Silva, pelo envio dos arquivos, de forma tão rápida e prestativa.



de terras fora priorizada até agosto de 2001; a partir de setembro, as vistorias seriam retomadas para pesquisar as áreas que constam como improdutivas no cadastro do INCRA, tendo sido priorizadas áreas grandes, acima de 3 mil hectares.

Ao contrário do Superintendente do INCRA, os demais palestrantes apresentaram dados negativos sobre a reforma agrária no Estado. O Presidente da Comissão de Assentamentos da FAMURS e prefeito de Herval afirmou que, em seu município, as famílias não receberam a assistência devida e não estavam conseguindo se manter. Além disso, o município não recebera melhorias em sua infraestrutura para abrigar os novos habitantes (vindos de 30 localidades diferentes). Para ele, faltava debater uma política agrícola que resolvesse esses problemas e promovesse, de fato, a inclusão social dessas pessoas (p. 27). O prefeito de Hulha Negra, cidade com maior número de assentamentos no RS, relatou que a população aumentou em 40% e, por isso, o município detinha “o que nós poderíamos chamar de a maior favela rural do Estado do Rio Grande do Sul, talvez do Brasil” (p. 30). A plateia aplaudiu quando o prefeito afirmou que “em Hulha Negra não existe reforma agrária nenhuma, existem, sim, pessoas abandonadas por todos os lados. Há gente passando fome nos assentamentos – essa é uma realidade” (p. 33). Também transmitiram impressões muito negativas os prefeitos de Arroio Grande e Alegrete. Como os anteriores, culparam o Governo Federal, o Governo Estadual e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MST) pela reforma agrária realizada, cuja conta quem pagava eram os municípios.

Em seguida, Lutzenberger foi chamado. Começou mencionando que estava com um pouco de dificuldade para falar, “por causa da asma”. Esclareceu (talvez prevendo críticas) que fora convidado pelo Deputado Frederico Antunes (Partido Progressista Brasileiro - PPB) e que não tinha “ligação pessoal alguma com nenhuma das entidades aqui representadas, das quais não sou contra nem a favor” (p. 48). Estava ali “na condição de gaúcho, nascido neste Estado e aqui criado (...). Tenho um amor muito especial pelas paisagens do Rio Grande do Sul, especialmente pelo Pampa, que ainda está ecologicamente intacto”. Ao contrário dos prefeitos, que falaram dos contextos específicos de suas cidades, Lutzenberger preferiu falar sobre um panorama bem amplo, o contexto da globalização, e no que ele afetava o agricultor:

No mundo todo a grande tecnocracia, a coligação das grandes corporações transnacionais está deliberadamente promovendo políticas para acabar com o agricultor autônomo, independente e familiar. Essas corporações querem deixar sobreviver, em um extremo, apenas as grandes monoculturas, como as de soja, do nosso Estado, as do algodão, etc., onde o agricultor é um simples terceirista deles pois é obrigado a comprar todos os insumos do *agribusiness* do complexo industrial e agrícola, que é quem, de fato, recebe os subsídios e não o agricultor. Quando falo em agricultor me refiro ao fazendeiro gaúcho, que são igualmente entidades familiares. [Palmas].

Não se aplica a esses fazendeiros a expressão latifundiário. Não podemos confundir o fazendeiro gaúcho com aquele grande grileiro do Brasil Central que manda jagunços matarem caboclos e índios. [Palmas]. O fazendeiro gaúcho não tem mãos ensanguentadas, pode ter tido há 300 anos, mas hoje não tem mais. É fundamental, em primeiro lugar, que se use uma linguagem mais clara. O fazendeiro gaúcho também é uma entidade familiar e, com a divisão das terras por herança, são muito poucas as fazendas que contam com mais de mil hectares, e mesmo essas – eu não sou fazendeiro, mas conheço essa lida – não têm uma renda excepcional. Como advogado, nas cidades, ganha-se mais.

Sempre tive um grande amor, como ecólogo e naturalista, pela maneira de produção do Pampa, porque nele se mantém a paisagem quase intacta [Palmas]. Nesse sentido, o fazendeiro gaúcho merece, inclusive, não digo uma ajuda direta, mas pelo menos respeito como gestor da paisagem (AL-RS. Audiência Pública, 13/12/2001, p. 49-50).

A fala de Lutzenberger levanta questões que precisam ser analisadas de perto. Do ponto de vista ecológico, a paisagem do Pampa já não era “intacta”. Segundo Crosby (2011), a chegada de europeus nas Américas veio acompanhada de seus animais, germes e ervas, que transformaram radicalmente os ecossistemas locais. No caso específico do Pampa platino, foi descrito pelos primeiros europeus que o conheceram como “uma vasta pradaria, estéril, chata e sem árvores, exceto ao longo dos rios”. A modificação da biota nativa “já devia ter começado no fim do século XVI, quando animais da Europa chegaram”. De acordo com o pesquisador norte-americano, os hábitos desses animais, bem como “seus cascos atropeladores, seus excrementos e as sementes das plantas que carregavam com eles, tão estrangeiras na América quanto eles mesmos, alteraram para sempre o solo e a flora do Pampa” (CROSBY, 2011, p. 168-69).

Outro aspecto a analisar é que, em seu afã de defender a preservação do Pampa, Lutz deixou o enfoque social que envolve a problemática da terra no Estado (e no país) muito de lado. Considerar os fazendeiros gaúchos em bloco como “entidades familiares” e dizer que a expressão “latifúndio” não se aplica a eles é bastante problemático, levando em conta que estavam presentes na Audiência grandes proprietários rurais. Suas atividades tanto na pecuária ou na agricultura eram consequência da concentração histórica de terras no Rio Grande do Sul. Além disso, segundo Vinícius Moreira e Rosa Maria Medeiros (2014), com a “revolução verde”, após os anos 1970, a pecuária foi perdendo terreno para monocultivos agrícolas, especialmente a soja, e muitos pecuaristas passaram a viver de arrendamentos e parcerias com terceiros que plantavam monocultivos de arroz, trigo e soja em suas terras, utilizando o modelo agrícola “moderno”, alvo das críticas de Lutz desde o início de sua militância, em 1971. Ainda segundo os mesmos autores, mesmo que o número de latifúndios tenha diminuído no Estado, é preciso levar em conta que

A modernização da agricultura ocultou o latifúndio, que através do arrendamento dá uma nova face ao mesmo com uma alta produtividade da lavoura empresarial e, também ocultou a grande propriedade, com vários estabelecimentos rurais, assim, propiciando ao proprietário do latifúndio viver da renda da terra sem trabalhá-la (MOREIRA; MEDEIROS, 2014).

A ocupação territorial do Estado<sup>228</sup> teve relação estreita com a dicotomia campo/floresta - os dois biomas presentes no RS - e a apropriação (muitas vezes através de métodos ilegais e violentos) de latifúndios por civis e chefes militares, responsáveis pela expulsão dos espanhóis, no século XVIII, para assegurar o domínio português sobre o território (KLIEMANN, 1986; ZARTH, 2002). Imensas porções de campo nativo, preferencialmente, eram apropriadas por civis e

---

<sup>228</sup> Uma discussão historiográfica atualizada sobre o tema pode ser encontrada em Farinatti (2009) e Osório (2013).

militares, o que levou, já naquela época, à formação de uma massa de camponeses sem-terra (ZARTH, 2002, p. 57).

Nessas condições, a pecuária se desenvolveu, desde o século XVIII, prioritariamente na região sul e sudoeste, mais conhecida como Campanha Rio-Grandense, e que tem na figura do gaúcho seu maior símbolo de identidade cultural<sup>229</sup>. Rodrigues (2006, p. 50) afirma que, mesmo tendo enfrentado sérias crises ao longo dos séculos, a estrutura fundiária gaúcha “manteve intocada sua característica principal – o monopólio da terra - que nem mesmo o desenvolvimento da lavoura, com moldes empresariais, conseguiu alterar”. A autora reconhece que o conceito de “latifúndio” é problemático, mas na sua definição devem ser considerados dois aspectos, de acordo com o Estatuto da Terra (1964): “o latifúndio por exploração e o latifúndio por dimensão. O primeiro deriva do não cumprimento da função social da terra, desde que não seja uma propriedade familiar. O segundo depende exclusivamente do tamanho, independente de cumprir ou não com a função social” (RODRIGUES, 2006, p. 52-53). Na medida em que os proprietários rurais gaúchos apresentavam índices de lotação abaixo do exigido pela legislação – a correção desses índices para baixo era o objetivo da reunião na AL -, eles não estavam cumprindo a função social da terra; portanto se não fosse possível afirmar que suas terras eram latifúndios por dimensão, seria possível, talvez, de acordo com a lei, enquadrá-los como latifúndios por exploração.

Também seria questionável considerar os fazendeiros presentes na Audiência como vinculados a “um modo de produção familiar” (AL-RS. Audiência Pública, 13/12/2001, p. 50). Uma unidade de produção familiar “caracteriza-se pelos pequenos proprietários, arrendatários ou parceiros, com uma atividade agrária mercantil realizada, fundamentalmente, pelo trabalho familiar” (LOPES, 1981, p. 17-21, Apud RODRIGUES, 2006, p. 54). Não parece ser esse o caso dos pecuaristas que assistiam à audiência aqui narrada, os quais temiam ter suas terras como alvo da reforma agrária.

Para referendar seu argumento de que não estava “havendo reforma agrária nenhuma. Isso que está sendo feito só merece o nome de desestruturação de uma sociedade (AL-RS. Audiência Pública, 13/12/2001, p. 50) [Palmas]”, Lutzenberger citou o exemplo do projeto Polonoroeste, em Rondônia. Ele havia trabalhado

em Rondônia – durante 10 anos –, filmando as barbaridades criminosas que aqueles caras estavam fazendo [Palmas].

Eram práticas criminosas, pois devastaram o Estado de Rondônia quase totalmente, um Estado que até então estava praticamente intacto – nem ameaçado estava. Fizeram aquilo, supostamente, para fazer uma reforma agrária, desperdiçando 1 bilhão e 600 milhões de dólares em empréstimos do Banco do Brasil [na verdade, Banco Mundial], que nós todos temos de pagar. Sabe-se lá quanto foi roubado desse dinheiro para fazerem aquilo!

Na realidade, o que lá se fez foi desviar os marginalizados, evitando-se a realização de reforma agrária em cima dos grandes grileiros do Brasil Central. Pergunto de que adianta assentar as pessoas da forma como estão sendo assentadas, o que foi muito bem explicado pelos prefeitos – algumas centenas de

---

<sup>229</sup> Uma análise da construção simbólica do mito do gaúcho pode ser encontrada em Gomes (2009).

milhares aqui. Diariamente, o modelo econômico brasileiro marginaliza centena de milhares delas [Palmas] (AL-RS. Audiência Pública, 13/12/2001, p. 51).

Ele se referia a sua participação nos documentários da série *A década da destruição*, dirigidos por Adrian Cowell, abordados no capítulo 5. Lutz repetiu os mesmos argumentos, em sua crítica à distribuição de terras em Rondônia: o objetivo desses empreendimentos seria, na sua visão, impedir a realização da verdadeira reforma agrária. No entanto, é interessante constatar, nos anos 1980 ele afirmava que isso evitava a reforma agrária no Sul e Sudeste; no seu depoimento na AL, falou que o objetivo era impedir esse processo no “Brasil Central”. Na audiência, disse igualmente que já havia, no RS, “uma reforma agrária pronta – maravilhosa –, que é a colônia. Ela teve um auge fantástico nos anos 30, 40, 50 e, dos anos 60 para cá, foi pouco a pouco destruída” (p. 52).

Aqui, precisamos abordar brevemente o processo de estímulo à imigração europeia que deu origem à “colônia”, tão festejada por Lutzenberger. Segundo Zarth (2002, p. 69), até o início do século XIX, no Rio Grande do Sul, “o gado imperava sobre a agricultura”, em enormes estâncias. As primeiras levas de imigração para o estado foram de grupos de açorianos, em meados do século XVIII. Mas somente com o início da vinda de imigrantes alemães, em 1824, para São Leopoldo, começou o desenvolvimento da agricultura de pequena propriedade, que abasteceria o Estado com alimentos, em contraposição aos latifúndios pecuaristas já existentes. No entanto, a vinda desses imigrantes europeus não poderia ameaçar os interesses dos latifundiários, então eles foram direcionados ao nordeste do RS, área de floresta ombrófila mista, a mata de araucárias da Mata Atlântica:

Essa posição de dividir as matas sem mexer nos campos nativos foi a saída encontrada para resolver os problemas (...). Os campos nativos poderiam continuar como estâncias de grandes extensões, mas a colonização não seria prejudicada se os imigrantes ocupassem as matas (...) devolutas. Essa foi a fórmula do sucesso até que as últimas áreas florestais foram apropriadas (ZARTH, 2002, p. 73).

Paulo Zarth aborda também a influência da Lei de Terras de 1850, que dificultou o acesso à terra “como forma de obrigar os homens sem-terra a trabalhar como empregados dos grandes proprietários” (ZARTH, 2002, p. 76). Além disso, é interessante constatar o impulso à vinda de imigrantes europeus, enquanto havia um contingente de “homens pobres e sem-terra nos campos do Rio Grande do Sul” (p. 77). Havia lavradores nacionais (que antes da Lei de Terras cultivavam áreas devolutas livremente, como, por exemplo, os ervateiros em Cruz Alta) disponíveis para a prática da agricultura em pequenas propriedades; no entanto, foram preteridos aos brancos europeus.

Ainda sobre a “colônia”, é importante lembrar sua instalação em meio à Mata Atlântica, para não se contrapor aos interesses dos latifundiários. Tanto os imigrantes alemães quanto,

posteriormente, os italianos, poloneses e outros foram responsáveis pelo desmatamento de enormes porções florestais, bem como pelo extermínio de animais pela prática da caça nessas regiões (BUBLITZ, 2010). Os caboclos e indígenas também modificavam o ambiente com suas práticas agrícolas, mas a presença da colônia em meio à floresta acelerou bastante a devastação dos elementos naturais ali presentes. Lutz parecia ignorar esses aspectos em sua idealização da colônia gaúcha.

Na sequência de seu depoimento, Lutz relacionou a globalização com a perda de autonomia do pequeno agricultor. Segundo ele, cerca de quinhentas

grandes corporações transnacionais fazem uma espécie de governo mundial tecnoditatorial, onde o poder se executa não com a Polícia, com o Exército, com a conquista de território alheio: executa-se pela estruturação de infraestruturas tecnoburocráticas, incluindo legislações de impedimentos legais para que aquilo que é bom não possa ser feito (AL-RS. Audiência Pública, 13/12/2001, p. 52).

Para ilustrar sua fala, mencionou o caso da Inglaterra:

Há dois anos atrás, sobravam 250 mil agricultores na Inglaterra, hoje, são 100 mil agricultores, e eles estão loucos para abandonar a profissão. Nenhum filho de agricultor quer continuar trabalhando nessa área, porque a renda baixou 90%. Então, eles querem deixar sobreviver a grande monocultura, o comércio de soja, em que o produtor é terceirista deles, tem que comprar todos os insumos deles [palmas] a preços sempre crescentes. O produtor, nesse caso, tem de entregar a sua produção ao grande *agribusiness*, a preços sempre mais baixos (AL-RS. Audiência Pública, 13/12/2001, p. 53).

Entretanto, no outro extremo,

eles estão deixando sobreviver o pequeno produtor, aquele que se sujeita à integração vertical. Se eu me sujeitar a fazer aqueles campos de concentração de galinha, para as Sadias da vida e outras [referência à empresa Sadia, que produz alimentos frigoríficos], posso ter a ilusão de ser um empresário autônomo, mas sou um operário sem carteira de trabalho, sem horas de trabalho definidas, que trabalha até a meia-noite se for necessário, envolve toda a família, sem sábado, domingo e nem férias, e ainda paga o próprio seguro social. São novas formas, não digo de escravatura, mas quase escravatura.

Eles querem acabar com os fazendeiros, com aquele colono que ainda consegue sobreviver, e isso está acontecendo no mundo inteiro.

Tenho a certeza de que essa gente pensa bem mais longe: eles querem tomar conta do Pampa para transformar isso tudo em grandes lavouras de soja e de milho. Eles têm tempo. Isso não precisa acontecer em três anos, não. Mas o primeiro passo é desmoralizar. Procurem ver o que está acontecendo no mundo a fora. Nós temos que pensar bem no que está se preparando.

A globalização, como está sendo promovida hoje pela grande tecnocracia mundial – e aceita praticamente por todos os governos – é um instrumento de concentração de poder para eles, para essa grande tecnocracia. Isso vai causar tremenda miséria nos próximos anos. E nosso Governo parece que aceitou, todos estão aceitando (AL-RS. Audiência Pública, 13/12/2001, p. 55-56).

Na verdade, extensões do Pampa já vinham sendo convertidas em monocultivos de soja e milho desde os anos 1980. Especialmente a primeira tornou-se responsável pela conversão de parte do Pampa em propriedades agroindustriais, em substituição à pecuária (MOREIRA, MEDEIROS, 2014).

Finalizando sua fala, defendeu a extinção do INCRA: “E antes de extingui-lo, temos que dar uma olhada na grande corrupção que tem nessa coisa [Muitas palmas]”. Para Lutzenberger, “fazendeiros, MST e colonos, estão todos no mesmo barco, todos serão vítimas, precisam reunir-

se, conversar, pelo menos conversar, pra desarmar essa bomba que anda por aí” [Muitas palmas] (AL-RS. Audiência Pública, 13/12/2001, p. 57).

Esse último ponto levantado por Lutz, de que as partes envolvidas precisavam se reunir e conversar, é intrigante, pois o MST não fora sequer convidado para comparecer à Audiência Pública. Um pouco após a fala do ambientalista, Frederico Antunes explicou o motivo da ausência de “alguns movimentos, como por exemplo, o MST” - ele fora cobrado por alguns de seus colegas deputados, entre eles Dionilso Marcon (PT), que “não compareceu à reunião, em protesto pelo fato de o MST – o maior interessado na reforma agrária – não ter sido convidado” (ZH, 14/12/2001, p. 48, APJL)<sup>230</sup>. Segundo Antunes, o convite não fora enviado porque o MST não tinha “endereço, para podermos remeter a correspondência” (AL-RS. Audiência Pública, 13/12/2001, p. p. 69). A justificativa parece um tanto “fraca”, pois, com a ausência de movimentos sociais dos agricultores sem-terra, não houve contraditório na Audiência. À exceção do depoimento do Superintendente do INCRA, que defendeu seu órgão e o cumprimento da legislação, todos os demais participantes condenaram e se posicionaram contra a reforma agrária no Rio Grande do Sul. Entre eles, estava Lutzenberger, que utilizava o argumento da proteção ambiental do Pampa para defender que a reforma agrária não fosse realizada e, por isso, foi o mais aplaudido pela plateia.

Para Celso Marques (Entrevista à autora, 08/08/2014),

o Lutz fez uma intervenção brilhante, contando que ele tinha visto o que se fez no Brasil em nome da reforma agrária, as barbaridades que foram feitas no Brasil, falou muito de Rondônia, falou que jogaram os caras lá sem dar nenhuma assistência, desmataram tudo, depois foram engrossar as fileiras dos sem-terra. *Então ele fez assim um depoimento contra a reforma agrária que a classe ruralista assim entrou em êxtase, foi aplaudidíssimo de pé, aquele pessoal bateu palma enlouquecido pelo Lutzenberger. Pra mim foi muito significativo.* Ele fez, pra variar, um belo discurso, falando a respeito da preocupação dele a respeito do desaparecimento da cultura gaúcha, que ele não se conformaria em ver que o que sobrasse da cultura gaúcha ficasse só nos CTGS [grifos meus].

No entanto, para Marques, os ruralistas interpretaram de forma equivocada as palavras de Lutzenberger:

foi interpretado de acordo com os interesses bem mesquinhos e comezinhos da classe ruralista que achou que ele tava do lado deles, bateu palma e no dia seguinte tava fazendo tudo ao contrário, botando agricultura transgênica, uma coisa sem consistência.

O que a gente vê nos políticos e nesses comportamentos classistas é uma falta de coerência, oportunismo, dizem A, no dia seguinte eles dizem B, é o momento só o que interessa (MARQUES, Entrevista à autora, 08/08/2014).

Talvez Lutzenberger não tenha percebido que suas palavras foram usadas para reforçar os argumentos contra a reforma agrária por motivos bem diferentes dos seus. Enquanto ele não queria a divisão das terras porque achava que isso prejudicaria o bioma Pampa, os ruralistas apenas almejavam defender seu direito de propriedade. Nesse caso, o título de “gestores da paisagem”,

---

<sup>230</sup> Segundo a matéria da ZH, o governo do Estado, chefiado por Olívio Dutra (PT), também não participou da reunião. Seu Gabinete da Reforma Agrária divulgou nota em apoio à retomada das vistorias pelo INCRA.

atribuído a eles por Lutz, vinha ao encontro de seus interesses. E por isso o aplaudiram de pé, “em êxtase”, pois haviam conseguido um “aliado inesperado (...), o mais renomado ecologista brasileiro” (ZH, 14/12/2001, p. 48, APJL). Perguntado pelo jornal sobre a fala de nosso personagem, o superintendente do INCRA “disse que não comentaria a opinião de Lutzenberger, ‘em respeito ao passado do ambientalista’” (IDEM).

O tema foi abordado em uma de suas últimas declarações à imprensa, um mês antes de falecer. A matéria do jornalista Moisés Mendes (ZH, Caderno Donna, 14/04/2002, p. 12-13 APJL) questionava: “o progressista combatente dos grandes grupos mundiais, da tecnologia apresentada como neutra que desagrega a natureza e provoca problemas sociais, armou-se defensor do latifúndio?”. Lutz respondeu de forma semelhante à maneira como havia se defendido das críticas por seu envolvimento com a Riocell: “Dizem que eu me vendi aos fazendeiros. Defendo apenas que se preserve um ecossistema intacto”. Segundo Mendes, as abordagens de Lutzenberger nem sempre eram as esperadas, “mas enviesadas, controversas. No caso das fazendas, gostariam que ele visse o econômico e o social para defender a reforma agrária no campo. Lutz se apega ao ambiental”. No entendimento do jornalista, ele sacrificava “o que seria politicamente correto – como a defesa da reforma agrária no latifúndio, por exemplo – para fazer valer seu ponto de vista de ambientalista” (p. 13).

É interessante essa referência de Mendes ao pensamento “enviesado” e “controverso” de Lutzenberger. Se, em momentos anteriores, ele conjugou proteção ambiental e justiça social, como mencionamos em passagens da tese, no final da vida, parecia aferrar-se à preocupação puramente ecológica. Entretanto, mesmo considerando esse ponto de vista, podemos constatar a idealização do ambientalista em relação ao Pampa, que já não era uma paisagem “intacta”, desde a chegada dos europeus. Percebendo ou não que sua preocupação ecológica estava sendo usada pelos pecuaristas, o fato é que seu discurso beneficiou interesses econômicos conservadores, que apenas queriam preservar seu patrimônio da divisão, a qual beneficiaria diversas famílias sem-terra. Mesmo que Lutz tenha sido contra a reforma agrária nesse caso específico do Pampa gaúcho, com base na experiência anterior do Polonoroeste, esse discurso contrariou suas posições anteriores, que buscavam um diálogo entre o ambiental e o social.

### *Últimas palavras à imprensa*

Nas últimas entrevistas publicadas na imprensa, Lutzenberger voltou a seus velhos temas, enfatizando, no entanto, a configuração do capitalismo (a sociedade industrial de consumo) no início do século XXI como responsável por uma nova investida exploratória sobre os elementos

naturais. Na *Revista João de Barro*<sup>231</sup> (Porto Alegre, Março 2000, p. 12-13, APJL), criticou, mais uma vez, os fluxos econômicos defendidos pelos economistas: para ele, tais especialistas “veem a natureza como um fluxo unidirecional entre dois infinitos. Eles realmente acham que nós temos recursos infinitos. E do outro lado, postulam um buraco infinitamente grande para botar todos os seus lixos”.

Lutzenberger não considerava o colapso dos regimes socialistas uma vitória do Ocidente capitalista: “nós não somos vencedores nada, aquilo caiu sozinho, nós fomos meros espectadores”. No novo contexto, “as transnacionais se sentem fortes, querem nos levar para um capitalismo superselvagem, que é o que está acontecendo. Eles argumentam que as forças do mercado resolvem todos os problemas econômicos. Quase todos os mercados estão manipulados. E quanto mais for a concentração em grandes empresas, mais eles manipulam”. Nessa linha de pensamento, foi crítico ferrenho da globalização:

Praticamente todos os governos estão a serviço do grande poder transnacional. Está se preparando uma espécie de governo mundial tecnoditatorial, onde as pessoas não mandam nada. O que adianta a cada quatro, cinco anos escolher um nome em uma eleição, se não sabemos o que vai fazer depois, se o verdadeiro poder é executado através de infraestrutura tecnoburocrática legislativa. (...). Os governos, com raras exceções, e Olívio é uma, aceitam essa filosofia. Nós temos que nos dar conta que o poder hoje está sendo concentrado cada vez mais. A globalização que nos é apresentada como se fosse uma inevitabilidade do progresso humano é uma grande mentira. Ela é um esforço que as grandes transnacionais estão fazendo para realmente tomarem conta do planeta. (...). A globalização tem como fim, por um lado, conseguir meter as mãos nos recursos naturais do terceiro mundo e nos salários baratos dessa gente, e no primeiro mundo demolir as conquistas sociais. O operário francês, inglês está ganhando demais, tem que ganhar menos, temos que baixar os benefícios sociais. E os governos, veja o Fernando, eles aceitam tudo isso, acreditam nessa ideologia. A pior coisa que acontece hoje é a globalização. A grande maioria das pessoas ainda acha que isso é uma inevitabilidade histórica, não é (LUTZENBERGER, *Revista João de Barro*, Março/2000, p. 12-13, APJL).

Em outra entrevista, ao *Jornal da UNISC* (Santa Cruz do Sul, Março/Abril 2000, p. 3, APJL), ele mencionava o que acreditava serem as consequências desse modelo econômico:

Nossa sorte será se não ocorrer um grande colapso da sociedade industrial de consumo, mas uma série de pequenos colapsos. É inevitável um colapso financeiro e energético. Petróleo não vai faltar. Mas está acabando o petróleo barato. A agricultura não é sustentável (...). Grande parte da humanidade passa fome ou se alimenta insuficientemente. Por outro lado, a parte rica come demais e errado. (...). O clima está mudando (...). No final deste novo século a temperatura aumentará quatro a cinco graus, as calotas polares derreterão e o mar subirá. E como dizem que isso acontecerá daqui a 100 anos, não estão preocupados (LUTZENBERGER, *Jornal da UNISC*, Março/Abril 2000, p. 3, APJL).

Mesmo com este quadro catastrófico projetado para o futuro, ele ainda acreditava em uma saída por meio de mudanças éticas e no pensamento econômico:

Aumenta o que chamamos de conscientização ambiental, mas o que se faz são remendos. Temos que mudar nossas atitudes básicas. A sociedade de consumo é suicida. O pensamento econômico atual e a atitude filosófica do mundo ocidental são absurdos. Nos consideramos a única espécie que tem direitos e vemos no mundo apenas recursos. *Não gosto da palavra ambiente. Não existe. É tudo uma coisa só.* Eu produzo gás carbônico para a árvore e ela oxigênio para mim. Temos que partir para uma filosofia

---

<sup>231</sup> Publicação da Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul.



de integração, na qual nossa espécie se considere parte de um todo, e abandonar a visão reducionista do pensamento econômico, que só vê fluxo de dinheiro para medir progresso [grifo meu] (IDEM).

Aqui é interessante apontar sua menção ao conceito de “ambiente”. A palavra é a tradução de *environment*, termo utilizado na língua inglesa desde o século XIX para designar “tudo o que fica entorno a um ser vivo”. A partir da Conferência de Estocolmo em 1972, tornou-se expressão de uso comum, agregando um novo tipo de preocupações: o conjunto de elementos que formam o quadro de vida do homem e da sociedade. Em português, “meio ambiente” refere-se ao “centro de um espaço”, o que “gira em torno a”, ou seja: tudo que gira em torno do centro, o homem. É interessante constatar que Lutzenberger percebeu a contradição intrínseca ao termo: ambiente, utilizado muitas vezes para falar do mundo natural, é um conceito antropocêntrico, portanto em desacordo com a ética ecológica divulgada por ele.

À revista *A Granja* (Porto Alegre, Fevereiro/2002, p. 6-8, APJL), em uma de suas últimas manifestações públicas, Lutz aludiu novamente à problemática dos transgênicos e da biotecnologia como sua maior preocupação no que tange à agricultura moderna no início do novo século, pois capaz de retirar totalmente a autonomia do agricultor:

A biotecnologia é um desastre! Ela é um dos instrumentos para desapropriar o agricultor. Agora, querem tirar dele a semente. Os cultivares geneticamente manipulados não tem nada a ver com aumento de produtividade. Nós temos tantos cultivares, das mais diferentes adaptações a climas e ecossistemas, que não precisamos de nada disso. É a indústria que precisa. Nestes últimos 20 anos, as mesmas fábricas de agrotóxicos conseguiram comprar a quase totalidade de empresas de sementes. Por quê? Porque querem controlar tudo! Agora, inventaram uma forma de vender herbicida casado com a semente, ou seja, o agricultor não pode comprar o herbicida sem comprar a semente, ou vice-versa. Isso tudo não tem a ver com produtividade, tem a ver com dominação de mercado. Se isso for permitido, logo ninguém mais poderá semear semente que não seja da indústria ou seja patenteada (LUTZENBERGER, *A Granja*, Fev./2002, p. 6-8, APJL).

Nesta mesma matéria, ele comentou suas declarações sobre reforma agrária na Audiência Pública na AL-RS, criticando os trabalhos do INCRA:

Em reunião na AL gaúcha, em dezembro passado, onde os fazendeiros protestaram contra o uso de força militar para vistorias nas fazendas, quatro prefeitos de localidades onde ocorreram assentamentos do Incra falaram que nenhum deles havia dado certo. Só trouxeram um mundo de miséria para o município e mais complicação para a prefeitura. E aquela pobre gente está pior hoje do que antes. Nenhum deles chegou a ter sequer casa decente para morar, estão lá ainda em barracos de lona (IDEM).

Em sua opinião, em vez de uma reforma, “Brasil precisa é de uma política agrária nova”. Chamou novamente de molecagem a reforma agrária empreendida pelo INCRA e defendeu sua extinção, referindo-se, mais uma vez, ao exemplo de sua atuação no Projeto Polonoroeste, em Rondônia:

Quando o MST invadiu a casa do nosso presidente, Fernando Henrique Cardoso, aí veio o exército contra os invasores. Aqui no Rio Grande do Sul colocam o Exército contra o fazendeiro. Ora, desse jeito não se faz reforma agrária! Aliás, em Rondônia, só causaram tremenda devastação e muito mais miséria. Naquele programa – o chamado Polonoroeste – o Incra gastou, isto é, endividou a nós, brasileiros, em US\$ 1,6 bilhão em empréstimos do Banco Mundial. Para fazer o quê? Uma devastação de mais de 100 mil km<sup>2</sup> de florestas, um aumento violento da miséria e o endividamento do povo brasileiro. Até hoje o Incra não fez nada de positivo. Se queremos ter um governo decente e sério, a

primeira coisa que precisa ser feita é desaparecer com esses órgãos inúteis e perniciosos, como o Inca. Depois, vamos fazer uma política agrária que promova a propriedade camponesa, familiar (IDEM).

Para Lutzenberger (*A Granja*, Fev./2002, p. 6-8, APJL), a pecuária no RS era “natural, limpa, sem o uso de agroquímicos (...). Temos o grande privilégio de poder manter paisagens inteiras, intactas, como o Pampa”. Em sua visão, a fazenda de gado era “o sistema mais eficiente, em termos de sustentabilidade. Isso é o que interessa. E isso pode ser feito eternamente... as maneiras modernas de produção de carne não são sustentáveis. Ao contrário, a moderna produção de carne destrói mais alimento do que produz”. De fato, pesquisadores como Nabinger et. al. (2009, p. 176) reconhecem “a importância do campo nativo na manutenção do equilíbrio ecológico em determinadas regiões do estado”. No entanto, acreditam que a produção pecuária pode ser melhorada, como forma de garantir sua continuidade, através do manejo mais eficiente dos animais nas propriedades.

Creio que, em seu afã de defender a biodiversidade do Pampa e condenar os métodos de produção modernos da pecuária - intensivos (com uso de insumos químicos e confinamento de gado), Lutz teceu uma idealização do bioma gaúcho, como perfeito, intacto e permanentemente sustentável. Ele não considerou que grandes áreas do Pampa foram cedidas, gradativamente, a monocultivos de molde industrial, como o plantio de eucaliptos e especialmente de soja, durante o século XX. Já no final da vida, carregando uma asma que o esgotava bastante, o personagem não tinha o mesmo “pique” de antigamente, talvez, para tentar informar-se melhor da situação do bioma naquele momento.

Por outro lado, sua posição revela o distanciamento das questões estaduais, depois de muitos anos militando pela Amazônia em tantos fóruns mundiais. Entretanto, mais importante do que isso, suas concepções nesse episódio podem ser fruto de certa dificuldade em lidar com questões micro, ou mais próximas; pelo contrário, seu pensamento mostrava muita lucidez quanto se referia às questões macro: os danos ambientais e sociais da globalização. Como vimos, na AL e na entrevista, ele enfatizou corretamente a perda de autonomia dos agricultores frente ao patenteamento de sementes permitido às gigantescas corporações agroquímicas, bem como dos governos, que se colocavam a serviço “do grande poder transnacional”. Nosso personagem alcançava muito bem as conexões planetárias, mas, parece-me, tinha dificuldade em questões corriqueiras, mais próximas; dessa forma, não conseguiu perceber (ou não se importou com) o uso de suas palavras pelos que apenas queriam defender suas propriedades. Na verdade, para ele, naquele momento, importante era passar sua mensagem de defesa do Pampa. Nesse sentido, parecia não importar quem o convidava para falar, mas sim a oportunidade de dar o seu recado, e tentar convencer o interlocutor a realizar algo pela natureza. Como relatou Celso Marques, em sua entrevista (08/08/2014), Lutz dizia: “se um mafioso quer falar contigo, tem que falar”.

## O descanso do “Dom Quixote da Ecologia”

Quando estava para completar 70 anos, Lutz foi perguntado por um repórter do jornal *Zero Hora* se estava arrependido de algo que fez nos 30 anos de militância ambientalista. A resposta:

Quem não tem arrependimentos, quem já não mudou de opinião? Certamente houve muitos erros. Sou daqueles que botam tudo para fora, na hora. Brigo, choro, apanho. Se não tem saída, desligo, tomo meu chope, leio meu livro, sempre durmo tranquilo. Também não guardo rancor. Depois do fato consumado, não choro mais. Estou consciente que, na luta ecológica, nossas derrotas são sempre definitivas, as vitórias são provisórias. Quando me deram aquele prêmio em Estocolmo (o equivalente ao Prêmio Nobel na Ecologia), o cara que fez a saudação disse: “Lutz não é um pessimista, não é um otimista, ele faz o que é possível”. *Temos que ser oportunistas, fazer o que conseguimos fazer*. Em dezembro deste ano estarei com setenta anos. Enquanto tiver força, estarei na luta [grifo meu] (ZH, 06/07/1996, p. 5, APJL).

A declaração é importante, pois nela Lutzenberger fala sobre sua personalidade e atitudes, projetando uma autoimagem na qual possivelmente acreditava naquele momento de sua vida: ele brigava e discutia nos momentos difíceis, mas não guardava ressentimentos. Mais importante ainda é perceber que ele próprio admitia ter mudado de opinião e ter errado, atitudes, acreditamos, essencialmente humanas. Como mencionamos na introdução desta tese, aqui não buscamos identificar o homem totalmente coerente, coeso, linear, mas sim mostrar Lutz em toda sua complexidade, às vezes coerente, outras vezes não; sobretudo polêmico, contraditório, ambíguo, inesperado – enfim, humano.

Além disso, sua frase “Temos que ser oportunistas, fazer o que conseguimos fazer” é importantíssima, pois explica muitas de suas atitudes, por exemplo, seus acordos com interesses econômicos poderosos e controversos, como a indústria de celulose e os pecuaristas, bem como com os governos de Fernando Collor e de Amazonino Mendes. Enquanto em suas palestras e declarações, especialmente no exterior, ele preconizava uma atitude crítica ao modelo de desenvolvimento, mais radical, de conscientização em âmbito macro, defendia os “remendos”, as medidas paliativas, em nível micro. Ele via, nos setores econômicos e políticos, oportunidades de, ao mesmo tempo, garantir seu sustento e da família colocando em prática suas apregoadas “soluções ecológicas”, bem como de dar seu recado em prol da natureza, da forma como entendia ser mais eficiente: no âmbito local. Lutz, na verdade, utilizava-se dos poderosos, pois via neles uma chance privilegiada de luta; utilizava-se do poder deles para garantir ganhos e vitórias ao seu ideal ecológico. Esse senso de oportunidade aguçado custou muitas críticas, mas também ajudou a projetá-lo socialmente.

Em toda sua humanidade, Lutz não deixou de ser referência na temática ambiental até o fim da vida, como mostra a tirinha do cartunista Iotti reproduzida abaixo:



IOTTI. Tirinha de Radicci sobre ecologia. *Zero Hora*. Porto Alegre, 14/02/2000, p. 10 (APJL).

No final da vida, lutar pelo ambiente já não era tão fácil. Ele sofreu muito com uma doença respiratória – vimos que, inclusive, se queixou publicamente da asma na Audiência Pública na AL – e foi amparado pela família e pela antiga namorada, Elisabeth Renck. Segundo Mendes (ZH, Caderno Donna, 14/04/2002, p. 12-13 APJL), “Beth, que ainda se encarrega de levar os remédios e o copo com água para que Lutz se medique na hora certa, define o mestre como um racional abarrotado de afetos que nem sempre manifesta”.

Segundo Lilly (2015, p. 1)<sup>232</sup>, ele tinha na verdade, há muito tempo, “uma tosse alérgica crônica muito chata que afirmava ter contraído no Caribe durante uma viagem a trabalho, na década de 60, e que nunca mais o abandonou. De fato, lembro dessa tosse desde criança”. Ele também relacionava tal tosse com “os pesticidas da BASF que precisava manusear e vender no Marrocos e os gases tóxicos que inalara durante uma viagem de inspeção à Praia do Hermenegildo, em 1978, por ocasião do escândalo da ‘Maré Vermelha’”. Ou seja, ele associava até mesmo a sua doença respiratória às narrativas que moldavam a sua imagem pública de defensor da natureza, construindo-se como uma espécie de mártir da causa ecológica.

A tosse passara a fazer parte do ritual matinal da casa Lutzenberger:

Todas as manhãs, bem cedo, ele tinha uma monumental crise de tosse seca que acordava a família inteira. Depois disso, pouco se manifestava e ele passava o resto do dia muito bem-disposto. Mas foi essa tosse que, 30 anos depois, no final da década de 90, se transformou em enfisema pulmonar e insuficiência cardíaca, matando-o aos poucos (Lilly, 2015, p. 1).

Com o avanço da idade, Lutz começou a sofrer com a perda do fôlego – tinha crises de falta de ar, que resolvia com bombinhas para asma, as quais ele passara a carregar no bolso. Também precisou tomar cada vez mais medicamentos, a fim de aliviar os sintomas do enfisema –

<sup>232</sup> A meu pedido, Lilly escreveu um relato do que se lembrava sobre a morte de Lutz, bem como de seus últimos tempos de vida. Baseio-me neste relato para a narrativa final sobre a vida de nosso personagem. Faço isso ciente dos condicionantes que permeiam esse texto: nele estão registradas suas memórias, ou seja, o que ela lembra no presente sobre aquele passado (o que pressupõe naturalmente silêncios e esquecimentos), aliadas a toda afetividade e saudade sentidas por uma filha que perdeu o pai há mais de dez anos.

doença que ainda atualmente não tem cura. Segundo Lilly, ele odiava remédios: “Não gostava de ir ao médico nem de tomar remédios, dizia que faziam mais mal do que bem”.

Mas houve uma exceção: o médico “de cabeceira” de Lutzenberger, o cardiologista Mário Cardoni. Segundo a filha, ele ligava para o médico quase todos os dias, e esse o atendia sempre com muita paciência e gentileza:

Ouvia, dava conselhos e tentava acalmar seu paciente como um pai a um filho amedrontado. Muitas vezes à noite, depois de atender seu último paciente no consultório, vinha ver meu pai em casa. Sentava-se na sala com ele e o atendia e escutava com infinita calma e paciência. E sempre dedicava um tempinho para conversar, falar sobre amenidades. Estou certa de que este seu jeito maravilhoso era melhor remédio para meu pai do que qualquer um dos medicamentos que lhe receitava. Estive presente em muitas destas visitas e ficava admirada com o efeito benéfico, quase milagroso, que tinham sobre meu pai. Além de médico competente e dedicado, Cardoni era um grande amigo (Lilly, 2015, p. 2).

Mesmo com esses contratemplos, Lutz conseguiu conviver com a doença, mantendo o ritmo de trabalho. Somente cerca de dois anos antes de falecer é que ela realmente começou a interferir em seu cotidiano. Lilly comentou que, nessa fase final,

Em pouco tempo, tudo ficou complicado: caminhar (ele que não caminhava, corria), subir escadas (ele que não subia escadas, galgava-as de 2 em 2 e de 3 em 3 degraus), levantar e transportar malas e objetos pesados (ele sempre fizera isso sozinho sem a menor dificuldade). De uma hora para a outra, ele precisava de ajuda para tudo e era doloroso ver o quanto isso o desconcertava e mortificava. Começou a reduzir seus movimentos dentro e fora de casa, a planejar meticulosamente suas saídas para se poupar. No Rincão Gaia, onde nos últimos anos costumava permanecer metade da semana, passou a fazer todos seus deslocamentos de carro, até os mais curtos. Eu brincava com ele, dizendo que aquilo era muito antiecológico. Mas a verdade é que seu pulmão estava ficando cada vez menor e lhe restava cada vez menos ar, mesmo para as atividades mais triviais do dia a dia (Lilly, 2015, p. 2).

Para a filha mais nova, Lara (Entrevista via *E-mail*, 19/04/2015), o período final com o pai foi bastante difícil:

Os últimos sete anos de vida do meu pai me trazem lembranças muito tristes, porque testemunhei e amparei a sua lenta e dura decadência física e emocional nesse período. Lembro-me desde sempre de vê-lo com crises de tosse e especialmente quando exposto a fumaças. Mas, por volta de 1995, com 68 anos, essa fragilidade se intensificou e a partir daí passou a ser acompanhada de fraqueza e de falta de ar, sendo diagnosticado com enfisema pulmonar e insuficiência cardíaca, duas enfermidades que potencializam e agravam os sintomas uma da outra. Com fraqueza e falta de ar, passou a sentir-se sem condições de seguir no ritmo de militância e trabalho do qual se orgulhava e isso o afetou emocionalmente, tornando-se deprimido e intransigente.

Por conta do agravamento da doença, Lutz reduziu as viagens no país e no exterior, nos anos 1980-90 uma rotina constante. Mas ainda participou como palestrante e presidente honorário do Congresso sobre Meio Ambiente e Produtos Ecológicos, em Quingdao, província de Shandong, na República Popular da China, que ocorreu de 26 a 29 de abril de 2000. Na ocasião, também foi laureado com o título de Professor Honoris Causa pela Universidade de Shandong, que fica em Jinan, capital da província de Shandong. Essa foi sua última viagem ao exterior. Segundo Lilly (2015, p. 2), seu pai “cansou-se muito, mas voltou feliz por ter tido a oportunidade de conhecer o país onde sua falecida esposa nascera e vivera até os 20 anos”.

No final da vida, sem viajar mais para o exterior, recebeu visitas ilustres no Rincão Gaia, onde passava a maior parte da semana, o que evidencia seu prestígio junto a grupos e indivíduos dedicados ao ambientalismo. O trabalho desenvolvido por Lutz no local atraiu a atenção de ambientalistas amigos, que tinham afinidades com suas ideias, entre eles, em fevereiro de 2002, o deputado e defensor alemão de energias alternativas, Herrmann Scheer, e a Dra. Vandana Shiva (liderança mundial na luta feminista e ambiental, especialmente contra os cultivos transgênicos). Essa última foi contratada pelo governo do estado do Rio Grande do Sul para treinar funcionários em Biossegurança e também participou do 2º Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no início de 2002, e aproveitou sua estadia para conhecer o Rincão. Perguntada sobre a importância da FG e do trabalho de Lutz na área da agricultura, ela respondeu com afeto:

Eu amei Lutz por suas ideias, sua prática, sua integridade.

Ele é claramente um dos pilares do movimento ecológico e do movimento pela Agroecologia no Brasil e no mundo.

Eu sou grata por ter tido a possibilidade de conhecê-lo como um amigo e um companheiro de viagem para proteger a nossa bela Terra nestes tempos de ataques intensos em suas espécies e ecossistemas (SHIVA, Entrevista via *E-mail*, 19/04/2015).



Vandana e Lutz no Rincão Gaia. FG, Relatório Anual 2002.

No Brasil, sua última viagem para fora do Rio Grande do Sul foi a Santa Catarina, a fim de ministrar palestra no “Encontro de Permacultura”, em 06 de abril de 2002, na cidade de Florianópolis e, no dia seguinte, na sede do Gaia Village<sup>233</sup> em Garopaba, quando do fechamento do “I Encontro Ecosust na Praia do Ouvidor”. Ele já estava tão abalado pela doença “que achamos melhor que não fosse. Mas fez questão de ir, cumpriu sua agenda e proferiu uma palestra memorável na Praia do Ouvidor, a qual foi gravada e guardada com carinho pela equipe do Gaia Village” (Lilly, 2015, p. 2).

Nessa palestra, intitulada “Homeostase: requisitos da sustentabilidade”<sup>234</sup>, Lutz voltou a temas caros seus, como a crítica ao “principal dogma do pensamento econômico atual” (ou seja, a

---

<sup>233</sup> Gaia Village é um projeto de vila ecológica desenvolvido por Franco Verlang, com inspiração nas ideias de Lutzenberger. Para saber mais: <<http://www.gaia.org.br/>>. Acesso em 18/04/2015.

<sup>234</sup> A palestra pode ser assistida no Youtube, em três partes, nos links abaixo:

necessidade de crescimento infinito), a forma de cálculo do PIB e a diferença entre ciência e tecnologia. Depois da viagem a Santa Catarina, ainda continuou comparecendo ao Rincão Gaia todas as semanas, proferindo lá suas duas últimas palestras: uma no “Seminário de Educação Socioambiental do 4º Núcleo para representantes de Escolas Estaduais do Vale do Rio Pardo e Taquari”, em 24/04/2002, e outra no “Curso de Capacitação Profissional em Agricultura Sustentável”, em 05/05/2002. Após esse último pronunciamento, o pneumologista gaúcho Bruno Palombini, informado pela mídia sobre o estado de saúde de Lutzenberger, convidou-o para uma consulta. Lutz foi ao consultório do médico, acompanhado por Lilly, que assim relatou o encontro:

A consulta começou com o doutor lhe fazendo uma série de perguntas sobre seu histórico de saúde. Entre outras, perguntou-lhe se era ou alguma vez havia sido fumante. Meu pai, com a sinceridade que sempre o caracterizou, respondeu que não, mas que, na juventude, durante seus anos de faculdade, fumou um que outro cigarrinho socialmente, frisando que era sempre em reuniões de amigos, que jamais fumara por hábito e nunca andara com uma carteira de cigarros no bolso da camisa.

Dr. Palombini revisou e conversou com meu pai, fez anotações, depois sugeriu que ficasse baixado no hospital por aproximadamente uma semana, para um “tratamento de fortalecimento geral do organismo” sob seus cuidados e orientação. Aproveitou também para lhe apresentar um procedimento cirúrgico novíssimo que estava começando a usar em pacientes que, como ele, padeciam do estágio avançado da doença. Segundo ele, o procedimento vinha dando ótimos resultados e consistia em remover cirurgicamente a parte irreversivelmente danificada dos pulmões, deixando somente a saudável. Aparentemente, com isso era possível impedir o avanço da doença (Lilly, 2015, p. 3).

No entanto, o referido procedimento era, segundo Lilly (p. 3), “uma operação maior, com todos os riscos que isso representava, principalmente para uma pessoa debilitada e idosa como a era meu pai”. Lutzenberger “ouviu a explicação em silêncio e só comentou que não se julgava capaz de resistir a uma intervenção tão grande e invasiva”. No final da consulta, nada ficou decidido sobre o procedimento, mas a internação de fortalecimento do organismo foi agendada para o dia 13/05/2002.

Na data combinada, Lutz internou-se no Pavilhão Pereira Filho da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Lilly foi visitá-lo naquela noite, levando as netas Helena e Heloísa: “ele já havia jantado e estava recostado na cama, com oxigênio no nariz”. Ficou muito feliz com a visita, porém externou sua apreensão à filha:

‘Dr. Palombini veio aqui hoje e quer muito que eu faça a tal cirurgia que nos apresentou naquela consulta, mas tenho medo. Já estou tão ruim do jeito que estou, imagina ainda enfrentar uma carnificina destas...’. Ele estava visivelmente preocupado. Concordei com ele, que não parecia uma coisa simples nem agradável a se fazer, mas não quis influenciá-lo nem a favor nem contra. Na realidade, conhecendo sua proverbial aversão por todo tipo de tratamentos e cirurgias, em momento algum pensei que ele concordaria. Por isso, não dei muita importância (Lilly, 2015, p. 3).

Mas Lilly percebeu uma atitude muito diferente de seu pai:

Aquele não era o homem questionador e rebelde que eu sempre conhecera. Naquela noite, ele mais parecia um menininho indefeso e tímido. Como já era tarde e ele precisava descansar, só ficamos pouco tempo, prometendo voltar no dia seguinte. Na despedida, nos abraçou e beijou afetuosamente, mas,

---

Parte 1: <[https://www.youtube.com/watch?v=6Rk\\_EEDR6jE](https://www.youtube.com/watch?v=6Rk_EEDR6jE)>.

Parte 2: <<https://www.youtube.com/watch?v=Z6AzvsdRMcc>>.

Parte 3: <<https://www.youtube.com/watch?v=tbn0HDUuha4>>. Acessos em 18/04/2015.



apesar de estar sorrindo, tinha um misto de candura e tristeza estampado no rosto, uma saudade, o que tampouco era do seu feitio (p. 3-4).

Na manhã do dia seguinte, ela ligou para o pai no hospital a fim de saber como passara a noite. Ele demorou a atender, e quando finalmente atendeu

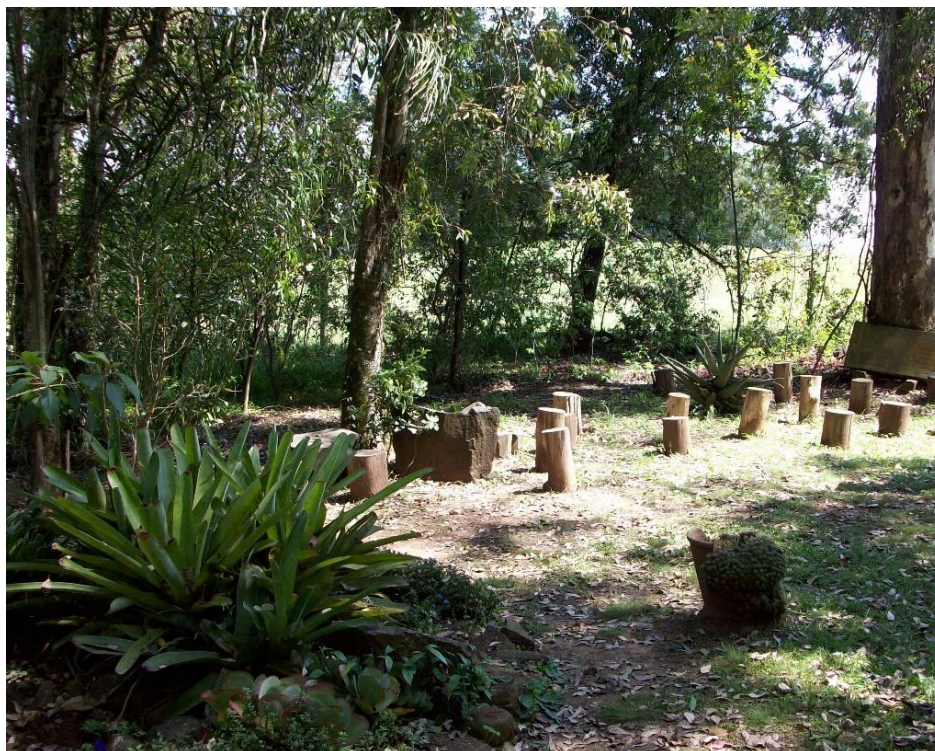
disse apenas “alô” e ficou em silêncio. Chamei-o várias vezes e não obtive resposta. Alarmada, desliguei o telefone e liguei para o posto de enfermagem, pedindo para que corresse até seu quarto. E voei para o hospital. Quando cheguei no seu quarto, ele havia acabado de falecer, ainda deitado na cama, rodeado de equipamentos de emergência, médicos e enfermeiros esbaforidos e desconcertados (p. 4).

A memória de Lilly, no entanto, guarda uma imagem diferente e “alternativa” sobre esse último momento com o pai, certamente permeada pelo afeto e pela saudade atuais:

Era um quarto privativo que se abria para um amplo terraço com vista para um tranquilo jardim. A manhã estava linda e pássaros cantavam nas árvores. No meio do terraço, uma mesa com cadeiras. Sobre a mesa, uma xícara de café com leite pela metade rodeada de jornais e revistas abertos. Ele estava morto na cama, mas ao mesmo tempo eu podia vê-lo sentado na mesa do terraço, calmamente lendo e tomando café ao sol, como tanto gostava de fazer.

Com o passar dos anos, sempre que recordo esse momento, a imagem dele no terraço se torna mais nítida, colorida e forte na minha mente, enquanto a real, a dele pálido, desfigurado e morto na cama, vai se diluindo, desaparecendo (Lilly, 2015, p. 4).

No dia 14 de maio de 2002, o defensor da ecologia calava sua voz antes tão vibrante e combativa. Lutz havia declarado em vida que queria ser enterrado no Rincão Gaia. Sua vontade foi cumprida e ele foi sepultado sob uma muda de umbu, “árvore de madeira mole que ele admirava por ser nativa do nosso estado e por seu grande poder de regeneração e adaptação às adversidades, como a Natureza que tanto amou e defendeu” (Lilly, 2015, p. 5).



Local onde Lutzenberger foi sepultado, no Rincão Gaia. Foto: Helena Lutzenberger, 2008.



Lilly me contou que costuma praticar um ritual toda vez que vai ao Rincão. Ela rega o local onde seu pai foi sepultado com cerveja. Faz isso em sua homenagem, já que ele apreciava muito a bebida, especialmente na forma de chope. Realmente, vários entrevistados para essa pesquisa mencionaram seu gosto pela cerveja, e que foram muitas vezes convidados por Lutz para tomar um chope com ele, seguidamente para debater algum assunto importante na área ambiental.

Seu falecimento foi lamentado pelo movimento ambientalista brasileiro e internacional<sup>235</sup>. Reportagens noticiando sua morte e abordando sua trajetória de militância foram publicadas na imprensa brasileira<sup>236</sup> e em importantes veículos de outros países, como *BBC News*<sup>237</sup> e *The Guardian*<sup>238</sup>, na Inglaterra, o *The New York Times*<sup>239</sup>, nos Estados Unidos, o jornal *Neues Deutschland*<sup>240</sup> e as revistas *Der Spiegel*<sup>241</sup> e *Aurora*<sup>242</sup>, na Alemanha.

Apesar do abalo, as atividades tanto da Fundação Gaia como da empresa Vida seguiram após a morte de seu fundador, coordenadas pelas filhas Lilly e Lara, com a assessoria da equipe de funcionários da empresa e da fundação.

### **Senso de oportunidade pela ecologia: Concluindo o capítulo**

Como pudemos perceber, o cargo de Secretário do meio ambiente foi mesmo um grande desafio na vida de Lutzenberger. Ele estava ciente disso desde o momento em que aceitou assumi-lo, no entanto, as pressões foram gradativamente aumentando e, após dois anos, chegou-se a uma situação totalmente desgastada, insustentável, e ele acabou demitido por Collor. A prioridade aos eventos internacionais, em vez dos debates sobre os problemas ambientais brasileiros, fez com que Lutz fosse festejado e elogiado no exterior, enquanto no Brasil era alvo de críticas tanto da mídia como de seus colegas ambientalistas. A imprensa o condenava por viajar demais, entretanto, parece-me, essa era apenas a desculpa, na verdade ela queria desgastar sua imagem, pois algumas de suas propostas contrariavam interesses políticos e econômicos poderosos. Também os

---

<sup>235</sup> A Fundação Gaia dedica o link “Homenagens” para textos e poemas de ambientalistas e amigos alusivos ao falecimento de Lutz: <<http://www.fgaia.org.br/homenagens/index.html>>. Acesso em 18/04/2015.

<sup>236</sup> A Fundação Gaia publicou algumas dessas matérias no link <<http://fgaia.org.br/lutz/index.htm>>. Acesso em 18/04/2015.

<sup>237</sup> A matéria “Brazil's leading environmentalist dies” pode ser conferida em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/1989554.stm>>. Acesso em 18/04/2015.

<sup>238</sup> Link para ler o obituário: <<http://www.theguardian.com/news/2002/may/16/guardianobituaries.engineering>>. Acesso em 18/04/2015.

<sup>239</sup> A matéria pode ser acessada em: <<http://www.nytimes.com/2002/05/17/world/jose-lutzenberger-brazilian-environmentalist-dies-at-75.html>>. Acesso em 18/04/2015.

<sup>240</sup> Link para ler a matéria: <<https://www.neues-deutschland.de/artikel/17331.er-war-das-gruene-gewissen.html?sstr=Lutzenberger>>. Acesso em 18/04/2015.

<sup>241</sup> Foi publicado um obituário na página “Register” da edição 22/2002: <<http://magazin.spiegel.de/EpubDelivery/spiegel/pdf/22702571>>. Acesso em 18/04/2015.

<sup>242</sup> A matéria “Das "grüne Gewissen Brasiliens" lebt weiter - Ein Nachruf auf José Lutzenberger” pode ser lida em: <[http://www.aurora-magazin.at/gesellschaft/felber\\_lutzenberger\\_frm.htm](http://www.aurora-magazin.at/gesellschaft/felber_lutzenberger_frm.htm)>. Acesso em 18/04/2015.

ambientalistas o criticavam por não conseguir transcender o discurso, pela falta de medidas práticas.

Após ter ocupado o cargo, Lutz disse que o período no ministério encurtaria sua vida, que antes teria energia para viver até os 95 anos, mas achava que não chegaria aos 75, por causa do que passara em Brasília (ZH, 30/11/1992, p. 12, APJL). Ele estava certo, por um lado, pois não chegou aos 95; por outro lado, chegou aos 75 anos, idade com que faleceu, em 2002.

Porém o período não foi inútil para as causas ambientais pelas quais Lutzenberger lutava. Ele influenciou Collor a demarcar as terras indígenas ianomâmis e a pôr um fim no programa nuclear brasileiro. Além disso, ele conseguiu, ao menos, expor esquemas de corrupção nos órgãos ambientais, o que acabou levando à sua demissão.

É interessante constatar que, ocupando o cargo, Lutz pode divulgar ainda mais suas concepções sobre a problemática ambiental e defender que ela era uma questão de caráter ético-filosófico para um público bem mais amplo. Ele acreditava que, expressando suas ideias em esferas governamentais internacionais, as quais realmente possuíam poder decisório, teria condições de induzir mudanças na forma como as deliberações de cunho ambiental eram conduzidas. Nesse sentido, foi importante sua crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável - que surgia no *Relatório Brundtland* como a melhor solução para os países - pois este ainda se basearia no crescimento econômico ilimitado. De acordo com Lutz, era justamente o dogma do crescimento infinito na economia uma das mais importantes causas da devastação ambiental.

Após o período tumultuado no ministério, Lutz viveu 10 anos e continuou defendendo a agricultura ecológica e prestando assessoria para a Riocell, através de suas empresas. Em meio a esses compromissos, voltou a se envolver em temas polêmicos. Assim que retomou suas atividades no Rio Grande do Sul, foi cobrado a respeito de seu envolvimento com a indústria de celulose, em meio à polêmica relativa à duplicação da fábrica. Os ambientalistas gaúchos suspeitavam que a Riocell despejasse no Lago Guaíba resíduos contendo dioxina, hipótese que não ficou totalmente esclarecida, devido à desconfiança dos trabalhos do professor alemão Peter Krauss. Ao contrário, nosso personagem escreveu texto sobre o assunto, em que manifestou apoio à papeleira, afirmando que era “uma das empresas mais limpas do mundo” e que se orgulhava do trabalho de reciclagem que desenvolvia junto a ela. Lutz sabia que era um “remendo”, uma “solução técnica”, mas isso representava o possível de ser realizado concretamente; para ele, passara o momento do simples confronto, era a hora de parar de só criticar, e fazer algo, oferecer soluções, ainda que localizadas e limitadas.

Apesar de ter declarado que tinha aversão a políticos, Lutz ainda prestou assessoria ao governo do Amazonas, em 1997, por meio da Fundação Gaia, superando divergências com o governador Amazonino Mendes, que distribuíra motosserras a eleitores nos anos 1980. No entanto,

o contrato firmado não durou muito tempo, pois o governo sofreu uma série de denúncias de irregularidades e acabou não cumprindo o pagamento da assessoria da FG.

A última manifestação de Lutzenberger na área da agricultura foi contra os transgênicos. Seu argumento divergia da maior parte dos ambientalistas. Para ele, o perigo dos OGMs não era tanto se fariam ou não mal à saúde humana, mas o aumento das estruturas de dependência, de dominação sobre os agricultores e a limitação de escolhas para o consumidor. Com o monopólio das sementes nas mãos de poucas empresas, o agricultor perdia o pouco de autonomia que ainda tinha em sua propriedade. Usando as sementes transgênicas, este se veria obrigado a usar os herbicidas a que só a planta cultivada é resistente. Segundo Lutz, tratava-se do último golpe das agroquímicas transnacionais para assumir o controle total da agricultura, o qual que estava sendo facilitado pela globalização.

Quase no final da vida, Lutzenberger se envolveu em mais uma polêmica: a defesa do bioma Pampa, porém a partir de duras críticas à reforma agrária praticada pelo INCRA. Ele já havia manifestado sua posição em prefácio à publicação da FARSUL em 1997, e a retomou em depoimento numa Audiência Pública na AL-RS, realizada sem a presença de alguns dos mais importantes movimentos sociais interessados. Como apontamos, o problema eram os índices de lotação pecuária no Estado: se eles aumentassem, ficaria evidente que os latifúndios pecuaristas da metade Sul não cumpriam a função social da terra, condição que, se não atendida, como determinava a Constituição Federal, poderia levar à desapropriação e reforma agrária nos campos sulinos.

Na Assembleia, Lutzenberger defendeu que o Pampa ainda estaria intacto por causa da pecuária extensiva praticada pelos pecuaristas, chamados por ele de “gestores da paisagem”. Criticou a reforma agrária, tomando como exemplo as intervenções que o INCRA realizou em Rondônia, as quais ele acompanhou de perto, como vimos no capítulo 5. Entretanto, a realidade do Rio Grande do Sul era diferente, se considerarmos historicamente a forma como ocorreu a apropriação das terras do Estado. Abordamos a posição de Lutzenberger a partir de uma perspectiva crítica, nos baseando em pesquisas sobre a história agrária gaúcha. Parece-nos, ele não conseguiu perceber que seu discurso estava sendo utilizado para defender os latifundiários, os quais, na verdade, não estavam interessados em preservar ambientalmente o Pampa, como bem comentou Celso Marques, que o acompanhou no evento. Por outro lado, podemos entender a atitude de Lutz, no caso da reforma agrária, da mesma forma como interpretamos seu envolvimento com a Riocell, os governos Collor e Amazonino Mendes, entre outros posicionamentos que podem ser considerados polêmicos.

O próprio Lutz mencionou: “não existem só anjos e demônios”. Para nosso personagem, como lembrou Marques, se “um mafioso quiser falar, negociar contigo, tem que falar”. Quando

alguém detentor do poder, como governos ou empresários, estivesse disposto a discutir algum aspecto da questão ambiental e a fazer algo que pudesse trazer melhorias, mesmo que mínimas (os “remendos”), Lutzenberger não perdia a oportunidade e se fazia presente. Ele próprio declarou que *era preciso ser oportunista*. No caso da audiência, ele deve ter avaliado que era uma oportunidade de dar o seu recado a favor da preservação do Pampa. Outro fator é que ele possuía grande habilidade para relacionar as questões e dinâmicas em âmbito macro, como a manipulação das transnacionais, mas tinha dificuldade para compreender as questões sociais e políticas locais, e talvez por isso não tenha levado em consideração o uso que foi feito de suas palavras no prefácio do livro e na audiência pública.

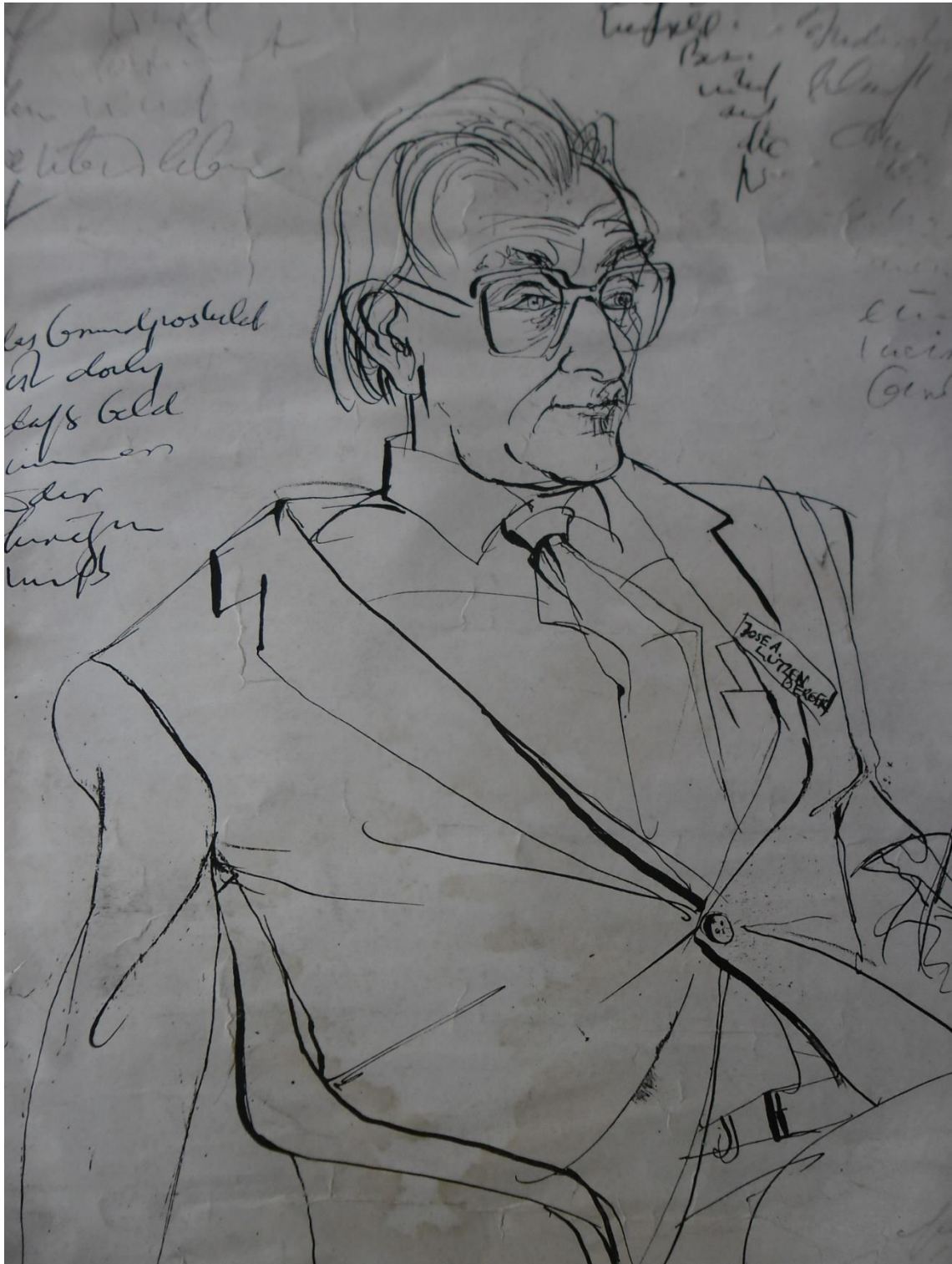
Abordamos também o período final da vida de Lutzenberger, bastante sofrido, conforme declararam suas filhas Lilly e Lara. A tosse, que antes o incomodava apenas pela manhã, tornou-se uma indesejável companheira constante nos últimos anos de vida. O depoimento de Lilly, permeado de afeto e saudade, nos mostrou as dificuldades, medos e fragilidade pelas quais Lutz passou no final de sua existência. O grande conferencista, aplaudido em diferentes fóruns, tornou-se mais e mais afetado por um enfisema pulmonar, aliado a uma insuficiência cardíaca que o levaram ao falecimento.

\*\*\*

Após trilharmos os principais acontecimentos e lutas travadas por Lutzenberger, chegou a hora de aprofundarmos o estudo sobre suas ideias, em especial a ética ecológica por ele elaborada e defendida. O próximo capítulo – o último da tese – abordará os principais autores que formaram o pensamento de Lutz, bem como trará uma tentativa de sistematização dos princípios defendidos em sua ética, tarefa realizada a partir da análise de seus escritos em diferentes formatos.

Vamos chegando à finalização do trabalho, em que é importante retomar sua trajetória, mas dessa vez com uma análise aprofundada de seu repertório intelectual. Após compreendermos o militante ambientalista, é chegada a hora de perscrutar o pensador e intelectual do movimento. É o que faremos a seguir.

## Capítulo 8 - A Ética do Convívio Ecosystema



Desenho de Lutzenberger. Autor desconhecido, Data provável anos 1990 (APJL).

Após ter acompanhado os percursos da militância ambientalista de Lutzenberger ao longo da tese, sempre enfocando a ética ecológica por ele formulada e divulgada, chegou o momento de retomar sua trajetória numa tentativa de traçar as bases conceituais dessa ética, bem como realizar um esforço de sistematização de seus princípios. Este último capítulo, portanto, é dedicado às ideias de nosso personagem, onde apresentarei um panorama de seu pensamento.

Ao traçar tal panorama, não quero argumentar que Lutzenberger foi influenciado diretamente pelos autores aqui abordados, como se houvesse assimilado suas ideias sem alterações e mediações. Em sua ética, é possível constatar que ele realizou interpretações, reelaborações e apropriações dessas ideias. Por isso, é interessante utilizar o conceito de apropriação, como formulado por Chartier (2002, p. 68), no sentido de “uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritas em práticas específicas que os produzem”. De certa forma, a ética divulgada por Lutz é resultado de como ele usou e interpretou as ideias presentes nos autores por ele lidos, em relação com o contexto de produção desses textos, no nosso caso, dos anos 1950 a 1970 principalmente, quando a crítica ambientalista moderna emergia em âmbito internacional.

Mais do que isso, é importante ressaltar, essa ética vai sendo construída ao longo da militância do personagem, ela tem relação com as principais lutas que ele vivenciou – é, portanto, mais do que uma teorização abstrata, trata-se de uma “ética vivida”, forjada no dia-a-dia das lutas e, ao mesmo tempo, embasada nas leituras realizadas por Lutz.

A ética ecológica, da maneira formulada por Lutzenberger, apropriou-se de noções das áreas disciplinares da Filosofia, Biologia, Ecologia e Economia. Trata-se de uma *ética ecocêntrica*, ao apoiar-se, fundamentalmente, em princípios da Ecologia/Biologia e nas dinâmicas dos ecossistemas. Começaremos abordando autores e obras lidos por nosso personagem, que o influenciaram consideravelmente nesses campos. É importante dizer que essa abordagem não tem a pretensão de ser exaustiva; privilegamos os intelectuais citados por Lutz em diferentes momentos de sua vida e que foram importantes fontes de reflexão e conhecimento para ele. Após traçar um quadro amplo de seu pensamento, passaremos à sistematização dos princípios da *Ética Lutzenbergeriana*.

## **O embasamento filosófico**

*Bertrand Russell*

Bertrand Russell (1872-1970) foi lido na juventude por Lutzenberger (DREYER, 2004), portanto, trata-se de uma leitura de formação. De fato, na parte do APJL doado para a UNISINOS consta uma caixa com seus livros desse autor<sup>243</sup>.

Russel foi um importante filósofo e matemático britânico que publicou dezenas de artigos e livros em seus quase cem anos de vida. Em 1950, recebeu o Prêmio Nobel de Literatura e, na sequência, tornou-se uma das vozes dedicadas a prevenir e evitar uma possível guerra nuclear (NEWSWEEK, 16/02/1970, APJL). Amigo do físico Albert Einstein<sup>244</sup>, com quem trocava correspondência assídua, Russel assinou com ele um manifesto contra a proliferação de armas nucleares, em 1955 – o Manifesto Russell-Einstein, que deu origem ao movimento Pugwash<sup>245</sup>.

O pano de fundo dessas manifestações era um mundo dividido pela Guerra Fria, em que o potencial destrutivo da bomba atômica fora conhecido nos eventos de Hiroshima e Nagasaki. Havia, pois, a perspectiva do desenvolvimento de arsenais das bombas de hidrogênio, com capacidade ainda mais devastadora. O posicionamento de Russell e Einstein contra o armamento nuclear é significativo aos propósitos da presente tese, pois, como vimos no capítulo 2, Lutzenberger compartilhava dessa visão, expressa no título de seu livro sobre o tema, *Pesadelo Atômico* (1980b).

Em *Political Ideals* (1917, p. 42-43), Russell defendeu que o capitalismo e o sistema de salário deveriam ser abolidos, pois “são monstros gêmeos que estão comendo a vida do mundo”. Ele enfatizava a injustiça social causada por esses fatores: “no lugar deles, nós precisamos de um sistema que colocará em cheque os impulsos predatórios humanos e diminuirá a injustiça que permite que alguns sejam ricos na ociosidade, enquanto outros são pobres apesar de incessante labor”. O autor criticou também a destruição da Terra para atender ao crescimento da produção material, processo percebido por muitos como sinal de progresso: “As minas, florestas, campos de

---

<sup>243</sup> Os livros de Russell presentes nessa caixa são: *An Outline of Philosophy* (1927); *The ABC of Relativity* (1959); *The Analysis of Mind* (1951); *Authority and the Individual* (1949); *The autobiography of Bertrand Russell 1872 – 1914* (1956); *The Autobiography of Bertrand Russel 1914 – 1944* (1956); *Common Sense and Nuclear Warfare* (1959); *La Conquête du Bonheur* (1949); *Education and the Good Life* (1926); *Education and the Social Order* (1947); *On Education; especially in early Childhood* (1948); *Freedom and Organization 1814 – 1914* (1949); *Has Man a Future?* (1961); *Human Society in Ethics and Politics* (1954); *The Impact of Science on Society* (1952); *In Praise of Idleness and other essays* (1948); *Le Mariage et La Morale* (1930); *L'Esprit Scientifique: et la science dans le monde modern* (1947); *Ma conception du monde* (1962); *My Philosophical Development* (1959); *New Hopes for a Changing World* (1951); *Our Knowledge of the External World: as a field for Scientific Method in Philosophy* (1949); *Portraits from Memory and other Essays* (1956); *Power: a New Social Analysis*. London: George Allen & Unwin LTD (1948); *Skeptical essays* (1952); *Selected Papers of Bertrand Russell* (S/Data); *Speaks His Mind* (1960); *The Philosophy of Bertrand Russel* (1963); *The Practice and theory of Bolshevism* (1948); *The Problems of Philosophy* (1959); *The Wit and Wisdom of Bertrand Russell* (1951); *Unpopular Essays* (1950).

<sup>244</sup> Einstein foi outro autor muito admirado por Lutzenberger. No APJL constam frases e excertos de livros do físico traduzidos por Lutzenberger, na forma de pequenos bilhetes, datilografados ou escritos à mão.

<sup>245</sup> Segundo Barros (2005, p. 15), o manifesto foi o último documento público assinado por Einstein, sete dias antes de sua morte. Dois anos após, em 1957, tiveram início as “Conferências Pugwash” – nome de um remoto vilarejo no Canadá – por meio dos esforços do físico britânico Joseph Rotblat. A *Pugwash Conferences on Science and World Affairs*, organização fundada por Rotblat e Russel em 1957, ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 1995 e ainda realiza conferências. Maiores informações no website: <<http://pugwash.org/>>. Acesso em 01 jun 2015.



trigo do mundo estão todos sendo explorados num nível que devem praticamente exauri-los em uma data não distante (...). E ainda o nosso presente sistema é defendido com o fundamento de que ele salvaguarda o progresso!” (RUSSELL, 1917, p. 44-45).

Por outro lado, Russell fazia questão de deixar claro que, ao criticar o capitalismo, não estava defendendo o socialismo. Para ele, esse sistema não era melhor, pois não mudava as condições de trabalho, além disso, havia menor liberdade e os trabalhadores precisavam negociar direto com o Estado. Em tais sociedades, acreditava, a opinião pública e a imprensa eram manipuladas pelo Estado; em sua visão, não havia avanços em direção à democracia no socialismo (RUSSELL, 1917, p. 75). Lutz estava muito próximo dessa concepção.

Outro ponto interessante advogado por Russell em *Political Ideals* foi a necessidade de garantir liberdade e iniciativa ao indivíduo – o que Lutzenberger também consideraria em suas análises (como vimos no capítulo 6). Segundo Russell (1917, p. 140),

o problema que o mundo moderno encara é a combinação da iniciativa individual com o aumento do escopo e tamanho das organizações. A menos que isso seja resolvido, indivíduos crescerão menos e menos cheios de vida e vigor, e mais e mais passivamente submissos às condições impostas a eles. Uma sociedade composta por tais indivíduos não pode ser progressiva ou acrescentar muito ao estoque mundial de propriedades mentais e espirituais. Somente liberdade pessoal e o encorajamento de iniciativas podem assegurar essas coisas.

Alguns livros de Russell contêm abordagens bastante sombrias e catastrofistas, decorrentes de sua visão pessimista do mundo sob a Guerra Fria. Em 1950, no texto “The future of mankind” (ensaio do livro *Unpopular Essays*, 1950), ele afirmou que, a menos que algo muito imprevisível ocorresse, uma dessas três possibilidades se realizaria antes do final do século XX:

- 1- O fim da vida humana, talvez de toda a vida em nosso planeta;
- 2- Uma reversão ao barbarismo depois de uma catastrófica diminuição da população do globo;
- 3- A unificação do mundo sob um só governo, possuindo um monopólio de todas as principais armas de guerra (RUSSELL, 1950, p. 50).

Também em *Has man a future?* (1961), Russell afirmava que o homem “ou *homo sapiens*, como ele chama um tanto arrogantemente a si mesmo, é a mais interessante, e também a mais irritante das espécies animais do planeta Terra”. Em seguida, acrescentou que essa frase “poderia ser a primeira sentença do último capítulo de um relatório sobre nossa fauna e flora por um filósofo botânico marciano” (RUSSELL, 1961, p. 9). Como vimos, Lutz também emitiu declarações bastante sombrias e catastrofistas sobre o futuro.

Em *New hopes for a changing world* (1951), Russell teceu considerações interessantes sobre ética, religião e sua preocupação com a devastação do mundo natural causada pela humanidade. Para o filósofo, “a vida boa é uma vida feliz. Eu não quero dizer que se você é bom você será feliz; quero dizer que se você é feliz você estará bem. A infelicidade está profundamente implantada nas almas da maioria de nós”. A causa dessa infelicidade seria um problema moral,



implantado na cultura ocidental pelo padrão ético judaico: a culpa e a obsessão pelo pecado. A fim de “salvar os homens da perplexidade moral, do remorso e da condenação dos outros”, ele propunha uma ética: “não apenas uma proposição intelectual, mas algo que o coração acreditasse espontaneamente: *não é fazendo os outros sofrer que devemos alcançar nossa própria felicidade, mas que a felicidade e os meios para a felicidade dependem da harmonia com outros homens*” [grifo meu] (RUSSELL, 1951, p. 11). Chamo atenção para a sentença acima porque a ética proposta ainda é restrita à relação entre humanos – ela não inclui os demais seres vivos, como as concepções de outros autores, entre os quais o próprio Lutzenberger. Entretanto, Russel mencionou, nesse mesmo livro, sua crítica à “arrogância humana em relação à natureza, que pode nos levar a grandes desastres” (p. 26).

Nessa mesma linha de pensamento, ele condenava o processo industrial moderno:

A indústria moderna é um tipo de violação. Todo o longo processo astronômico e geológico durante o qual os materiais que achamos úteis foram construídos contribui para um momento de chama, um momento de frívola exuberância. Mas quando os fogos de artifício terminarem, o que se tornará o homem industrial? (...). Toda a indústria depende de processos irreversíveis. Tudo isso utiliza o capital da Terra. A indústria moderna é um indivíduo gastador, e mais cedo ou mais tarde deve sofrer a penalidade dos perdulários (RUSSELL, 1951, p. 30-31).

A citação acima bem poderia ter sido proferida ou escrita por nosso personagem, que condenou inúmeras vezes a “moderna sociedade industrial” com argumentos semelhantes. Outro assunto importante tratado por Russel em *New hopes...* foi a problemática do solo e da agricultura. Ele se mostrava preocupado com o tema, pois considerava o solo a “matéria prima do alimento”, desperdiçado na maior parte do mundo. Segundo ele, o problema era a utilização de métodos primitivos: antigamente, “o cultivador se mudava para outro pedaço de Terra quando o solo se exauria (...). Mas, enquanto a população global ainda era esparsa, o problema não tinha a importância trágica que tem nos dias atuais” (p. 32). Russell estava então impactado pelos livros *Our Plundered Planet* (de Fairfield Osborne) e *Road to Survival* (de William Vogt)<sup>246</sup>, ambos publicados em 1948, que abordavam o assunto e sugeria sua leitura:

Gostaria que os otimistas fáceis (que acreditam que a livre empresa e os lucros resolverão todos os problemas) estudassem cuidadosamente esses livros. Os autores mostram muitos fatos trágicos sobre encostas, outrora férteis, agora transformadas em rochas áridas; sobre planos irrigados, agora desertos, e civilizações florescentes agora enterradas sob as areias (RUSSELL, 1951, p. 32).

A menção a esses dois livros merece destaque, pois eles fizeram muito sucesso nos anos 1950, foram lidos por Lutzenberger, Augusto Carneiro e ambientalistas pelo mundo afora, e deram início a uma “onda” catastrofista característica do ambientalismo moderno. Como vimos, esse foi o tom adotado por Lutz em sua linguagem nos anos 1970, quando ele pregava a ameaça do fim iminente da vida sobre a Terra. Esses livros foram responsáveis por lançar um certo *revival*

---

<sup>246</sup> Este último foi traduzido no Brasil com o título *O caminho da sobrevivência*, em 1951, pela Editora Nacional, de São Paulo. A tradução foi citada por Lutzenberger na bibliografia final do *Manifesto Ecológico Brasileiro*.

malthusiano (neomalthusianismo), inspirando outros autores, como Paul Ehrlich. Desrochers e Hoffbauer (2009) afirmam que as duas obras foram “raízes intelectuais” do *best seller The population bomb* de Ehrlich (1968) – livro que também inspirou Lutz, como veremos mais adiante neste capítulo.

### *Ivan Illich*

Na bibliografia do *Manifesto Ecológico Brasileiro*, Lutzenberger citou quatro livros do teólogo e filósofo austríaco Ivan Illich (1926-2002)<sup>247</sup>. Sua obra, que versou sobre educação, medicina, trabalho, energia, ecologia e gênero, foi uma referência importante para nosso personagem, em especial a noção de “convivialidade”.

Em *Energia y equidad* (1985), Illich aborda a temática energética e suas relações com a agricultura e os transportes. De acordo com ele, a “crise de energia” entrou em pauta logo após o cessar dos bombardeios no Vietnã. As causas de tal crise seriam os métodos para produzir energia, os quais esgotariam as fontes e contaminariam o ambiente. Illich (1985, p. 14) afirma que “a forma mais trágica da quimera energética foi a ‘revolução verde’. Novas sementes usam energia em água para bombeio, produtos químicos, adubos e inseticidas (...). Essa agricultura ‘milagrosa’ faz com que os pobres comecem a rivalizar com a minoria rica em matéria de destruição ambiental”. Outra fonte de consumo de energia, os transportes, foram duramente criticados pelo pensador austríaco. Segundo ele, o sistema de transportes aumentava as desigualdades sociais: “o desenvolvimento dos transportes reduz a igualdade entre os homens, limita a mobilidade pessoal dentro de um sistema de rotas traçadas a serviço das indústrias, burocracias (...). As pessoas se convertem em prisioneiras do veículo que as leva da casa para o trabalho” (ILLICH, 1985, p. 24). Para o pensador, as desigualdades aumentariam na medida em que “poucos podem fazer deslocamentos longos, o que lhes dá prestígio social, enquanto a maioria tem que se deslocar com mais rapidez pelos mesmos trajetos monótonos e passam cada vez mais tempo nesses deslocamentos” (IDEM).

O sistema de transportes teria tirado o espaço das ruas dos seres humanos – só os veículos poderiam transitar por elas. A estrutura urbana construída dessa forma “obriga a satisfazer de forma industrial uma necessidade elementar [o deslocamento] que há anos era satisfeita de forma pessoal – caminhando” (ILLICH, 1985, p. 40). O problema, para Illich, era a crença na tecnologia: “o homem moderno crê que só os especialistas podem compreender o porquê das ‘características

---

<sup>247</sup> Os livros foram lidos por Lutz no original, em alemão: *Die sogenannte Energiekrise oder die Laehmung der Gesellschaft* (1974) – em português, “A crise de energia e a paralisia da sociedade”; *Entschulung der Gessellschaft* (1973) – traduzido no Brasil como “Sociedade sem escolas”; *Schulen Helfen Nicht, ueber das mythenbildende Ritual der Industriegellschaft* (1975), em português, “As escolas não ajudam, sobre o ritual de mitos da sociedade industrial”; *Selbstbegrenzung – Eine Politische Kritik der Technik* (1975), em português, “A crítica política da tecnologia”. Aqui citamos as obras sobre energia e escolarização a partir de traduções, bem como os outros títulos do autor.

técnicas” (p. 46), sendo então levado a uma cega submissão a esses, os quais não conhece. Como alternativa, defendeu a redução da velocidade dos veículos e o uso da bicicleta: “o homem com bicicleta se converte em dono de seus próprios movimentos” (p. 48).

Podemos perceber que Lutzenberger utilizaria os mesmos argumentos de Illich na crítica ao domínio da tecnologia sobre a vida humana, devido à especialização das profissões, contra o que ambos se voltavam. Mas Illich foi mais longe, chegando a defender “uma sociedade sem escolas”, título de um livro de 1970, e que a educação universal pela escolarização não era viável. Ele denunciava a educação institucionalizada e a instituição escolar “como produtoras de mercadorias, que têm um valor de troca determinado, em uma sociedade na qual aqueles que mais se aproveitam do sistema são os que dispõem de um capital cultural inicial” (GAJARDO, 2010, p. 16).

Illich defendeu, em *Celebração da consciência* (1976, p. 127-29), que o aperfeiçoamento tecnológico beneficiava muito mais ao produtor do que ao consumidor:

em menos de um século, a sociedade industrial moldou soluções patenteadas para todas as necessidades humanas fundamentais e converteu-nos à crença de que as necessidades do homem foram talhadas pelo criador para atender à solicitação dos produtos que inventamos (...). O consumidor é treinado para a obsolescência, isto é, para a permanente lealdade para com os mesmos produtores que lhe fornecerão os mesmos produtos básicos em qualidade diferente ou em novas embalagens.

Lutzenberger também criticou a obsolescência planejada e o patenteamento das necessidades humanas. Por exemplo, em *Pesadelo Atômico*, defende uma série de fontes de energia “alternativas” às convencionais, como a solar, que, em sua opinião, não eram incentivadas por não se adequarem ao patenteamento de sua descoberta (1980b, p. 60). No mesmo livro (1980b, p. 41), criticou a obsolescência planejada e a ênfase no consumismo e esbanjamento que a acompanhariam. No *Manifesto*, o tema está presente no capítulo “A bacanal do esbanjamento”.

Na obra *Tools for conviviality* (1973)<sup>248</sup>, Illich elaborou a teoria da “convivialidade”, definida por ele mesmo da seguinte forma: “chamo de convivial aquela sociedade em que as tecnologias modernas estão ao serviço da pessoa integrada à coletividade e não a serviço de um corpo de especialistas. Convivial é a sociedade em que o homem controla a tecnologia”. O termo é empregado por Illich como oposto à “produtividade industrial”, a qual era, para ele, a causa da “falta de sentido que aflige a sociedade contemporânea”. Ele acreditava que uma reversão nessa tendência poderia ser obtida e que a ciência e a tecnologia poderiam ser usadas para dotar a atividade humana de uma eficácia sem precedentes. Para isso, as decisões a respeito dos controles sobre a tecnologia precisavam ser estabelecidas por processos políticos e não por especialistas, ideia também defendida em diversos textos e palestras por Lutzenberger.

---

<sup>248</sup> Essa obra foi traduzida para o francês como “La convivialité” (1974), para o espanhol, “La convivencialidad” (1975) e para o português de Portugal, “A convivencialidade” (1976). Tivemos acesso às versões em inglês e em espanhol, em formato pdf, disponíveis em vários sítios da internet.

Cabe destacar que Lutz inspirou-se na teoria de Illich na escolha do nome de sua primeira empresa, a “Tecnologia Convivial”, fundada em 1979. Segundo Lilly (*E-mail*, 27/01/2014), essa empresa era “uma prestadora de consultorias e serviços em soluções ambientalmente sustentáveis”. Por meio dela, Lutzenberger realizava trabalhos de paisagismo. Com esse nome, ele queria enfatizar a possibilidade de uma tecnologia “suave”, “branda”, que não causasse devastação, pelo contrário, que conseguisse conviver com o ambiente.

Illich encarava o crescimento populacional e econômico ilimitado como uma grave ameaça ao futuro. No entanto, é importante observar, ele não atacava “um sistema ou um regime político determinado, mas o modo industrial de produção e as consequências que ele provoca na humanidade” (GAJARDO, 2010, p. 21). Como estamos acompanhando nesta tese, foi nesses termos que também Lutzenberger manifestou sua crítica – nunca ao capitalismo diretamente, mas sim à “sociedade industrial” -, talvez se apropriando das leituras do pensador austríaco.

### *Julien Huxley*

Outro autor citado na bibliografia do *Manifesto*, muito admirado por Lutz, era o biólogo e humanista britânico Sir Julien Huxley<sup>249</sup> (1887-1975), um dos idealizadores e primeiro diretor-geral da UNESCO, em 1946. Aqui citamos um livro e um importante artigo de Huxley presentes na própria biblioteca de Lutzenberger.

Em *Knowlwdge, morality, destiny* (1957), uma coletânea de seus artigos, Huxley discorre, entre outros temas, sobre o lugar e o papel do homem na natureza. A partir dos novos conhecimentos da Biologia no século XX, podia-se afirmar, segundo ele, que “a natureza não é um mecanismo, mas um processo” (1957, p. 36). Primeiramente, a ciência teria descoberto “que toda a natureza é um processo singular. Nós podemos propriamente chamá-lo de evolução como um processo auto-operado, auto-transformador, o qual no seu curso gera grande variedade e os mais altos níveis de organização” (1957, p. 39). Embora essa nova ciência classificasse o homem como mais um animal, “em seus próprios olhos ele ainda era o ‘Senhor da Criação’, à parte do resto da natureza, e em algum inespecífico sentido acima da natureza” (IDEM). No entanto, para Huxley, “o lugar do homem nesse processo precisa ser determinado em espaço e tempo”. E esse espaço seria extremamente pequeno: “Ele habita um planeta entre uma centena de milhões de estrelas em uma entre centenas de milhões de espirais nebulosas ou galáxias dispersas em um oceano de espaço a ser medido em centenas de milhões de anos-luz” (p. 41). Em relação ao tempo, a determinação seria menos precisa, porque o conhecimento científico era menos exato:

Se, como alguns preferem acreditar, a existência humana representa o clímax da evolução, é apenas um clímax até a presente data, e tem possibilidades não imaginadas de outra alteração ainda. O chamado

---

<sup>249</sup> Julien era irmão do famoso escritor Aldous Huxley.

homem moderno e suas civilizações não são assim em nenhum sentido um produto final da evolução, mas somente uma fase temporária no processo (HUXLEY, 1957, p. 41).

A partir disso, o autor deduz que o papel do homem – definido por ele como “animal cultural” – “é ser o instrumento do processo evolucionário nesse planeta, o único agente capaz de efetuar os principais avanços e de perceber novas possibilidades para a vida envolvente” (p. 45). E acrescenta, num viés antropocêntrico, que o papel do homem na natureza, como “o presente ápice do processo evolucionário nesse planeta”, seria “conduzir esse processo para ainda maiores alturas. (...) ele é agora o agente da evolução, sabendo ou não disso; mas ele vai efetuar seu papel melhor se for um agente consciente” (p. 47).

O crescimento populacional foi tema de um dos textos de *Knowlwdge...* e de um artigo seu publicado na revista *Playboy* em 1965. No livro, ele afirmou que já considerava enorme a população mundial, na época (1957), 2,5 bilhões de pessoas. O problema seria que não só o número absoluto crescia (34 milhões de pessoas eram acrescentadas a cada ano), mas a taxa de crescimento continuava aumentando (HUXLEY, 1957, p. 154-56). Isso requereria “mais nova comida do que possivelmente será adicionada à produção ano após ano” (p. 166). Sua preocupação se externava num brado catastrofista: “se nada for feito para controlar o fluxo de pessoas, a humanidade se afogará em seu próprio crescimento, ou, a economia mundial irá se romper pelas costuras e a humanidade se tornará um câncer planetário” (p. 165).

Além do desafio de alimentar essa crescente população, o aumento da densidade humana afetaria muitas outras esferas da vida, segundo Huxley (1957, p. 169): grandes quantidades de terra seriam perdidas pelo crescimento das cidades, estradas, indústrias; haveria dificuldade para satisfação das necessidades materiais, como abrigo e vestuário, bem como ameaça aos espaços abertos mundiais e à beleza da “natureza intocada”.

Quando Huxley publicou o artigo “The age of overbreed” na *Playboy* norte-americana em 1965<sup>250</sup>, a população mundial já era de 3,25 bilhões de pessoas e o quadro não se alterara. Nesse texto, ele aprofunda as consequências ecológicas da “explosão populacional”, que poderia tornar-se, em sua visão, “o maior desastre da história humana”. De acordo com Huxley (1965, p. 106), a população maior pressionava diversas áreas: a alimentação (demanda por novas áreas de plantio levava à erosão, desmatamento, etc.), a água potável (acesso e poluição dos rios, oceanos), os campos (poluição por pesticidas), o ar (a poluição), a temperatura (que poderia ser aumentada pela ação do CO<sub>2</sub>), além do crescente volume de lixo (plástico). Haveria ainda pressão sobre a vida nas

---

<sup>250</sup> Em 1971, esse artigo foi republicado pela *Playboy* em formato de livro, organizado por Paul Ehrlich, junto com outros textos sobre a temática ambiental. Ver Ehrlich (1971).

idades, por empregos, espaço, educação, estabilidade psicológica, satisfação, política, paz e liberdade.

Também a pressão por mais espaço levaria à destruição de áreas naturais: “para muitos países a ideia de *wilderness* como um ativo ainda não raiou. Mas a solidão é preciosa” (p. 177), frase grifada por Lutzenberger em seu exemplar da revista com caneta vermelha. Segundo Franco (2012, p. 14), o conceito de *wilderness* não tem uma tradução exata para a língua portuguesa,

o mais próximo é a noção de sertão, como um lugar em que a presença humana é pouco perceptível, em que há espaços “desertos” e/ou deserdados pela civilização, e onde predomina a natureza em toda a sua “selvageria”, ou onde os habitantes humanos vivem em uma proximidade e intimidade com o “mundo selvagem” (...). Foi a partir de fins do século XVIII e do início do século XIX, com os românticos, que a *wilderness* passou a ser valorada positivamente, o que significou a inversão de uma tendência civilizacional profunda, fundadora. A natureza selvagem passava a ser admirada pelas suas características pitorescas, de beleza e de sublimidade (FRANCO, 2012, p. 14-15).

Embora Lutzenberger não tenha sido um defensor do conceito de *wilderness* propriamente dito, podemos entender seu grifo como sinal de concordância com Huxley na ideia de que muitos países, entre eles certamente o Brasil, não consideravam o mundo “selvagem”, ou “natural”, como um ativo, um patrimônio que precisava ser preservado. Em declarações sobre a Amazônia, Lutz defendeu que apenas os “amazônidas” a habitassem; posicionou-se favorável aos direitos dos indígenas, seringueiros e ribeirinhos, os quais, segundo ele, saberiam conviver de forma sustentável com a grande floresta, como vimos no capítulo 5.

De acordo com o biólogo britânico, era necessário, no longo prazo, o planejamento de um novo tipo de sistema cultural, social e econômico para a espécie humana. A “explosão populacional” forçaria a humanidade a “perguntar novamente a questão fundamental, ‘para o que as pessoas vivem’”. Segundo Huxley (1965, p. 180), “a única resposta que parece relevante no mundo contemporâneo é realização no sentido mais amplo – a maior realização pessoal para mais seres humanos individuais, e mais realização de conquistas para mais sociedades humanas”. A fim de obter uma “sociedade da realização”, a solução seria colocar a Ecologia no centro das decisões humanas – trecho também sublinhado no texto por Lutzenberger:

No lado prático, nós devemos tentar utilizar os recursos mundiais, materiais e não materiais, ambientais e humanos, para melhor proveito. Isso significa fazer da ecologia nossa ciência central. Ecologia é a ciência das relações – entre organismos (incluindo homem) com seu ambiente (incluindo outros organismos). A Ecologia aplicada objetiva alcançar uma relação ótima entre o homem e seu ambiente, com um padrão equilibrado de uso da terra e conservação dos recursos de todo tipo. Em todo lugar, mas mais urgente nos países em desenvolvimento, as crianças devem ser introduzidas à ciência, não por meio da física, química, mecânica e tecnologia, mas por meio da fisiologia e da ecologia, [dos conhecimentos] de saúde e de conservação (HUXLEY, 1965, p. 180).

Como vimos na análise da correspondência entre Lutz e Croizat (examinada no capítulo 1), na segunda metade dos anos 1960 nosso personagem começou a desapontar-se com os rumos de seu emprego na BASF e a desejar um trabalho na área de ecologia e conservação. Além da

bagagem de leituras que realizara anteriormente no campo da Biologia que tanto apreciava, é nessa época, a partir de 1965, que ele passa a focar seu interesse na Ecologia, como demonstram tanto a referida correspondência como os recortes de textos lidos (e grifados) presentes em seu arquivo pessoal. Esse artigo de Huxley, parece-nos, deve ter desempenhado importante papel nesse período de transição entre o trabalho na indústria agroquímica e a militância ambientalista, por meio da qual iria combatê-la.

Em outro trecho sublinhado por Lutz nesse artigo, Huxley (1965, p. 180) afirma que era preciso superar, tanto no catolicismo romano dos países capitalistas, como no marxismo russo, as contrapressões “do competitivo lucro das empresas com a fome e o competitivo poder do nacionalismo com a fome, e a não deliberada, mas igualmente poderosa resistência da tradição e interesses investidos, da ignorância e estupidez”. Haveria muitos contra o controle de nascimentos: “igreja católica, puritanos, fundamentalistas, marxistas e outros assustados, dogmáticos ou reacionários”.

No último parágrafo do artigo, Huxley (p. 181) apresenta um interessante questionamento para a reflexão dos leitores:

Você, nós, a humanidade, queremos mais pessoas com um menor nível de existência e um risco de desastre mais alto, ou menos pessoas, com um nível mais alto, com mais oportunidades de realização? Nós queremos que as possibilidades do homem sejam sufocadas ou incentivadas? Nós queremos meramente quantidade de unidades humanas – ou melhor qualidade de vida?

Como vimos no capítulo 2, a temática da qualidade de vida se tornaria um dos principais desdobramentos do debate ecológico nos anos 1970. Um exemplo foi a campanha contra a Borregaard, pois sua poluição aquática e do ar afetava a qualidade de vida dos porto alegrenses. Era um argumento antropocêntrico que chamou a atenção das pessoas para uma problemática maior, a qual envolve os demais habitantes do planeta também.

A questão do aumento populacional foi uma verdadeira “febre” nas discussões dos anos 1960-70. Uma enxurrada de neomalthusianismo varreu inúmeros países e diversos autores clamavam que essa era a principal causa da crise ecológica. No entanto, houve críticos. Acompanharemos esse debate, protagonizado nos Estados Unidos por Paul Ehrlich e Barry Commoner, no qual Lutz também se posicionou, um pouco mais à frente, no subcapítulo *Commoner e Ehrlich – Ciência e movimento ambiental*.

*Konrad Lorenz*

O zoólogo austríaco Konrad Lorenz (1903-1989), Prêmio Nobel de Medicina e Fisiologia em 1973, também teve três de seus livros citados na bibliografia do *Manifesto*<sup>251</sup>. Em *Os oito pecados mortais do homem civilizado* (1988), tradução do original de 1973 lido por Lutz, Lorenz externou sua preocupação com o futuro da humanidade. De acordo com ele, os referidos “oito pecados” eram:

1. A superpopulação
2. A devastação do espaço vital
3. A corrida disputada pela humanidade com ela mesma
4. O desaparecimento de todos os sentimentos fortes e de toda e emoção
5. A degradação genética
6. A ruptura das tradições
7. A receptividade crescente da humanidade à doutrinação
8. O armamento nuclear

O título do livro, que utiliza uma linguagem religiosa, bem como seu conteúdo, são assumidos por Lorenz como “uma jeremiada”, algo típico de um profeta, portanto. Tratar-se-ia de “um convite ao arrependimento e à conversão dirigido a toda a humanidade (...). Vivemos em um tempo no qual é o naturalista que tem a possibilidade de ver mais claramente certos perigos. E então, pregar torna-se um dever para ele” (LORENZ, 1988, p. 7). É interessante que o próprio Lorenz reconhece seu papel de profeta, por meio da linguagem deliberadamente utilizada, característica de vários textos de cunho ambientalista, muitos deles com apelos catastrofistas.

Nesse livro, Lorenz emprega argumentos que seriam utilizados por Lutz no *Manifesto*, como a defesa do *feedback* negativo nas atividades humanas, a exemplo do que acontece na natureza: “no organismo singular normalmente são raros os exemplos de *feedback* positivo” (1988, p. 19). O problema da superpopulação – o primeiro pecado – era tratado por Lorenz em suas consequências comportamentais, pois levaria “indiretamente a fenômenos de desumanização, pelo esgotamento das relações, como também desencadeia comportamentos agressivos imediatos” (1988, p. 22).

Sobre a devastação do mundo natural – o segundo pecado – ele afirmou: “É heresia largamente difundida a afirmação de que a natureza é inesgotável (...). Todos os seres vivos de um espaço vital são adaptados uns aos outros” (1988, p. 23). Um ponto interessante, também desenvolvido por Lutzenberger no *Manifesto*, é a valorização das “antigas culturas camponesas”. Segundo Lorenz, “homens [que] se fixam por muitas gerações na mesma terra, a amam, e com

---

<sup>251</sup> Os livros citados, em alemão, são: *Das sogenannte Böse* (1963), traduzido para o português como “A agressão: uma história natural do mal”; *Die Acht Todsünden der zivilisierten Menschheit* (1973), publicado como “Os oito pecados mortais do homem civilizado”; *Über tierisches und menschliches Verhalten* (1965), em português, “Sobre o comportamento animal e humano”.



base nos seus ótimos conhecimentos ecológicos adquiridos com a prática, devolvem à gleba o que dela receberam” (p. 27). Em sua opinião, “o camponês sabe algo que toda a humanidade civilizada parece ter esquecido, ou seja, que as fontes de vida em nosso planeta não são inesgotáveis” (IDEM). No *Manifesto*, Lutzenberger defendeu igualmente que deveria ser iniciada uma reorientação dos agricultores, “no sentido de dar-lhes tradição camponesa, isto é, amor e apego à terra, respeito e cuidado do solo pela reciclagem de toda a matéria orgânica, pela diversificação e rotação de cultivos e pelo controle da erosão” (LUTZENBERGER, 1980a, p. 65).

Convém destacar que Lorenz criticava o uso de produtos químicos na lavoura, a obsolescência planejada, a perda das tradições culturais e o uso de armamento nuclear, todos também alvo da crítica de Lutzenberger em inúmeros textos e palestras.

Uma das descobertas interessantes da pesquisa no APJL foi a correspondência trocada entre Lutzenberger e Lorenz, em 1976. Ela revela algumas das relações do primeiro com entidades e ambientalistas alemães. O zoólogo austríaco ouviu falar de nosso personagem por meio do ambientalista alemão Heinrich Westphal<sup>252</sup>. Segundo Lilly (*E-mail*, 08/07/2015), esse último soube do trabalho de Lutz através de um amigo comum aos dois, o físico e ativista anti-nuclear Pitter Gräff, que repassou duas cartas de nosso personagem para ele. Westphal “ficou encantado” com o conteúdo das missivas; escreveu a Lutzenberger em 22/03/1976 (APJL), com cópia para Lorenz, entre outras pessoas; e ainda enviou-lhe alguns livros - *Os 8 Pecados da Humanidade Civilizada* (Lorenz), *Small is Beautiful* (Schumacher) e *Um Planeta é Saqueado* (Gruhl) -, por meio de “um amigo seu que na época era cônsul alemão aqui em POA – o Sr. Werner von Beyme” (Lilly, *E-mail*, 08/07/2015).

Lutzenberger respondeu a Westphal em 12/06/1976 (APJL). De acordo com Lilly, ele ficara

encantado também, chamando-o de “soul brother”, termo aparentemente usado por Daly em referência a eles dois anteriormente, e assim começou a longa troca de ideias e amizade entre Lutz e Westphal e outros contatos mais na Alemanha, novos e/ou já pré-existentes. Entre outras coisas, o pai diz na carta que já havia conseguido, lido e adorado o livro do Lorenz, e que há algum tempo andava atrás dos outros dois autores, sem ainda tê-los conseguido. Ficou tão feliz com o envio, que disse para o Westphal que este havia “lido seus pensamentos” ao mandá-los para ele. Naqueles tempos de ditadura e inexistência de internet e e-commerce, era difícil conseguir informação de fora, especialmente livros.

Lorenz escreveu a Lutz em 20/07/1976 (APJL), de Altenberg – Alemanha. Como a carta é curta e consta uma tradução para o português no arquivo, transcrevo-a na íntegra abaixo:

Muito estimado Senhor Lutzenberger,  
Meu amigo, Senhor Heinrich Westphal, informou-me do empenho e da coragem com que o Senhor se vem opondo à ameaça de catástrofe ecológica no Brasil. O que vem acontecendo nesse país é, de fato, o que de mais imediatista possa haver. Eu tenho uma velha definição que diz que a economia não é

---

<sup>252</sup> Na época, Westphal era presidente da “Fördergemeinschaft ökologie” (Sociedade de Promoção da Ecologia), de Munique, Alemanha (LORENZ, Carta a Lutzenberger, 20/07/1976). A correspondência entre Lutz e Westphal, em alemão, foi traduzida por Lilly.

senão ecologia imediatista ou, inversamente, a longo prazo a ecologia é a única economia certa. Caso não apreendam, em breve, os povos ditos civilizados a repensar as coisas, terão logo ultrapassado o ponto de não retorno e se encontrarão na catástrofe definitiva. Entretanto, esses economistas imediatistas se autointitulam “realistas” e consideram os conservacionistas “senhores idealistas”. É sua tarefa, como a de todos nós, fazer com que os povos compreendam que essa forma de realismo significa autodestruição. Saudações amistosas (LORENZ, Carta a Lutzenberger, Altenberg, 20/07/1976, APJL).

Chamam a atenção, na carta, alguns pontos mencionados com frequência por nosso personagem: a relação entre ecologia e economia – essa última deveria estar subordinada à primeira, não o contrário, como era usual; o discurso alarmista, preocupado com a possibilidade de catástrofe – algo comum nos textos ambientalistas dos anos 1960-70; a referência ao idealismo com o qual os militantes da ecologia eram associados, que se trataria, no entanto, de um “idealismo” necessário para frear a destruição que os economistas, com seu pensamento “realista”, poderiam provocar. A resposta de Lutzenberger a Lorenz também foi traduzida para o português: “É para mim uma felicidade extraordinária e honra especial ser reconhecido desta forma pelo Sr. Conheço seus escritos e sei o quanto se esforça na Europa por uma conscientização ecológica. Cito-o com frequência em minhas palestras” (LUTZENBERGER, Carta a Lorenz, 19/09/1976, APJL). Lutz informava ainda que estava feliz também por ter conseguido estabelecer contato com associações ambientalistas alemãs: “o *Bayrischer Naturschutzring* (Círculo Bávaro de Proteção à Natureza) e a *Förderungsgemeinschaft Ökologie* (Associação de Fomento da Ecologia). Com o *Weltbund des Lebens* (União Mundial pela Vida) já nos relacionamos há mais tempo”. Por fim, falava da AGAPAN e de suas lutas e conquistas até aquele momento:

Somos uma organização civil de defesa do meio ambiente ainda bastante pequena, mas ao mesmo tempo muito forte e conhecida em todo o país. Há poucos dias, conquistamos uma nova e muito significativa vitória. Conseguimos obrigar nosso Governo Estadual a finalmente colocar um freio na destruição sem sentido do Futuro Parque de Itapuã (1535 morros de granito com maravilhosa vegetação rochosa e bosques nos quais ainda vivem bugios). Aproximadamente 300 pedreiras funcionavam lá, trabalhando na demolição de monolitos excepcionais. Uma situação que equivaleria à destruição do Pão de Açúcar para a obtenção de pedras. Nossos governantes não possuem a menor sensibilidade. Seriam realmente capazes de sacrificar o Pão de Açúcar ao “Progresso”, assim como agora estão empenhados em vender a região amazônica (LUTZENBERGER, Carta a Lorenz, Torres, 19/09/1976, APJL).

Certamente, Lutz deve ter se sentido honrado com a atitude de Lorenz, um detentor de Prêmio Nobel (Fisiologia ou Medicina, 1973), de escrever-lhe para encorajar sua atuação ambientalista no Brasil. Ele era um admirador de “grandes personalidades”, ou melhor, de destacados cientistas que considerava naturalistas, como Einstein, Schweitzer, Leopold, Huxley, Rachel Carson, e Lorenz poderia ser incluído nessa lista. Além destes, havia os autores que forneceram as bases conceituais da ética ecológica, especialmente os ligados aos campos científicos da Biologia, Economia e Ecologia, que passaremos a abordar a seguir.

## Bases conceituais

### *Biologia e noção de equilíbrio ecológico*

A ética ecológica divulgada por Lutzenberger estava embasada cientificamente em conceitos tanto da Biologia e Ecologia como da Economia Ecológica. Nas ciências naturais, o conceito de homeostase foi essencial. Entre os autores lidos por Lutzenberger a respeito desse tema, referência absoluta de muitos dos que se interessaram por Ecologia nos anos 1960-70, destaca-se o biólogo e ecólogo estadunidense Eugene Odum (1913-2002)<sup>253</sup>, autor do clássico *Fundamentos de Ecologia* ([1953] 1976).

Nessa obra, Odum (1976, p. 51) afirma que a homeostase, ou homeostasia, é “a tendência que os sistemas biológicos têm para resistir à alteração e permanecer em estado de equilíbrio”. De acordo com tal perspectiva, a cibernética – ciência do controle – teria importante aplicação na ecologia, uma vez que os seres humanos tenderiam, “de forma crescente, a romper os controles naturais, ou substituir os mecanismos naturais por outros artificiais”. Para manter o estado de equilíbrio, a homeostase ativaria o mecanismo de retroalimentação, ou *feedback*, que poderia ser positivo ou negativo: quando a entrada de retroalimentação fosse positiva, ocorreria o crescimento do sistema (ex: na economia, os juros; na natureza, a temperatura) - ela seria necessária ao crescimento dos organismos; já quando a entrada de retroalimentação fosse negativa, ocorreria o controle desse crescimento (ex: termostato).

Segundo Worster (2011b, p. 362), os irmãos Odum fizeram juntos mais do que qualquer outro pela ciência no período pós-guerra. Eles acreditavam que era possível alcançar uma perspectiva holística do mundo, não ficando presos à superespecialização. Alcançaram sucesso em suas carreiras precisamente na época em que o ambientalismo estava emergindo e se tornaram “ardentes ambientalistas”. Para os Odum a ecologia deveria desenvolver uma teoria unificada do ecossistema, descrita em precisos termos matemáticos e estatísticos, e essa teoria deveria ser holística, não reducionista. O objetivo da ecologia como ciência, na visão dos irmãos, era estudar a natureza como um modelo para a sociedade (WORSTER, 2011b, p. 364-368). Lutzenberger foi muito influenciado por eles, sua ética preconiza exatamente essa ideia de pensar a natureza e seu funcionamento como modelo para as estruturas sociais. Além disso, a noção de “equilíbrio ecológico” é tributária desses autores, para quem “o mais natural estado da natureza era o balanço” (WORSTER, 2011b, p. 389).

Nos anos 1980-90, essa concepção de equilíbrio sofreu duro ataque. Muitos cientistas passaram a perceber inconstâncias e impermanências na natureza. Lovelock, autor da teoria de Gaia, outra influência importante para Lutz, como vimos no capítulo 6, parece tentar um meio-

---

<sup>253</sup> Seu irmão, o também biólogo e ecólogo Howard Odum (1924-2002) foi outra importante referência, compartilhando do pensamento holístico na ecologia.

termo, diferenciando os conceitos de homeostase e homeorrese. Para ele (2006, p. 141), a primeira seria a passagem de um estado estável para um novo estado estável: “nos sistemas vivos, a homeostase não é um estado de constância permanente, fixo; é um estado dinâmico de constância”. Já a homeorrese corresponderia ao “processo de movimentos súbitos a partir de um estado estável para um novo estado estável”. O termo homeorrese foi “cunhado por C. H. Waddington, para descrever uma propriedade comum das coisas vivas, que mudam enquanto ela permanece constante”. Na visão do cientista, não haveria um equilíbrio estático na natureza: “a história de Gaia se caracteriza pela homeorrese com períodos de constância pontuados por mudanças para novos e diferentes estados de constância” (LOVELOCK, 2006, p. 141).

### *Economia Ecológica*

A economia ecológica surgiu a partir do final dos anos 1960, “como um novo esforço da ciência para a gestão da sustentabilidade. Baseada na teoria geral de sistemas, matemáticas não-lineares, e na economia enquanto ciência da vida, a economia ecológica impõe a necessidade de uma visão holística e transdisciplinar no estudo dos sistemas ecológicos e econômicos” (MONTIBELLER, SOUZA, BÔLLA, 2012, p. 28). Tal corrente critica o processo de crescimento econômico, baseando-se nos princípios e conceitos biofísicos e ecológicos envolvidos nesse movimento. Ao contrário da forma como a natureza funcionaria - através da entrada e saída de materiais, de forma a que tudo seja reciclado e nada perdido-, na economia de mercado contemporânea “custos, como os da destruição de uma paisagem bela ou da extinção de uma espécie, constituem externalidades que se excluem do cálculo econômico” (CAVALCANTI, 2004, p. 150), ou seja, a perda dos elementos naturais (espécies extintas, rios poluídos, retirada de minérios, desmatamento, etc.) não seria contabilizada. Dessa forma, esses autores, bem como Lutzenberger, denunciavam que a economia convencional falhava ao deter-se apenas ao Produto Nacional Bruto (PNB), ou Produto Interno Bruto (PIB).

Entre os autores da economia ecológica, destacamos o economista norte americano Herman Daly (1938-), pela importância para o pensamento de Lutzenberger, como referência teórica e amigo pessoal. Segundo Vinha (2008, p. 3), Daly é um dos principais seguidores de Nicholas Georgescu-Roegen<sup>254</sup>, seu orientador de PhD, e contribuiu decisivamente para aprofundar a crítica ao papel do crescimento conforme concebido pela teoria neoclássica. Daly e Lutz participaram de eventos juntos e trocaram correspondência de 1976 a 1987 (a correspondência é esparsa, mas interessante). Ele é casado com uma brasileira, fala português e esteve diversas vezes no Brasil.

---

<sup>254</sup> Georgescu-Roegen (1906-1994) foi um matemático e economista romeno, considerado um dos fundadores (se não o principal) da economia ecológica, que propôs uma nova visão de sistema econômico, centrada na Termodinâmica. Para uma análise de seu pensamento, consultar a dissertação de mestrado de Andrei Cechin (USP, 2008).

O primeiro contato pessoal se deu em janeiro de 1976, quando Daly esteve no Rio Grande do Sul, ministrando um curso intensivo de pós-graduação em Ecologia na UNISINOS, na cidade de São Leopoldo, a convite do Padre Beltrão<sup>255</sup>. Na época, era professor da Universidade de Louisiana, nos EUA (onde Lutzenberger cursara disciplinas na Pós-Graduação em Ciência do Solo, em 1951-52, fato que deve tê-los aproximado ainda mais), e veio ao estado a fim de disseminar sua teoria de que “a economia deve ser vista como uma parte da ecologia, tratando das interações entre as mercadorias dos homens, o homem e o seu meio ambiente” (ZERO HORA, 21/01/1976, p. 17, APJL). Preocupado com o ritmo desenfreado de crescimento econômico, baseado no esgotamento dos “recursos naturais”, ele defendia uma modificação radical na política econômica dos países capitalistas e socialistas como caminho para a solução. Lutzenberger já conhecia as ideias de Daly por meio da leitura de artigos acadêmicos publicados no início dos anos 1970, que ele citou na bibliografia do *Manifesto*.

Assim que retornou aos EUA, Daly escreveu para Lutzenberger, afirmando que ter conhecido ele e Otto Buchsbaum<sup>256</sup> havia sido “os pontos altos” de sua viagem ao Brasil (DALY. Carta a Lutzenberger, 02/02/1976, APJL). Na resposta, Lutz mencionou que leu o texto “The entropy law and the economic problem”, de Georgescu-Roegen – enviado por Daly em anexo à carta anterior – e afirmou que o autor estava certo, mas que não via relevância em seus argumentos, especialmente pensando na divulgação às pessoas leigas. Na interpretação de Lutzenberger, o texto deixava a mensagem de que nada poderia ser feito: já que um indivíduo vive sua vida e morre, por que não aproveitá-la ao máximo enquanto dura? Assim, desde essa perspectiva, não haveria motivo para preocupar-se com a crise ambiental. Segundo ele, teria sido mais interessante se Georgescu-Roegen tivesse elaborado a diferença fundamental entre situações homeostáticas e exponenciais, que era o que ele fazia em suas palestras, por meio de termos acessíveis, usando analogias mecânicas, como o exemplo do termostato (LUTZENBERGER. Carta a Daly, 26/02/1976, APJL).

Lutzenberger enviou seu *Manifesto* a Daly e, em 10/09/1976, esse respondeu parabenizando o brasileiro “pelo excelente trabalho. Ele atinge um bom equilíbrio entre instrução e chamado à ação. Espero que receba a mais ampla circulação possível”. Também sugeriu que Lutz tentasse traduzi-lo para o inglês - sabemos que isso não ocorreu (DALY. Carta a

---

<sup>255</sup> O Padre Pedro Calderan Beltrão S. J. (1923-1992) era licenciado em Filosofia, Teologia e Economia, doutor em Ciências Políticas e Sociais pela Universidade de Louvain (Bélgica, 1954), e professor da UNISINOS. Foi fundador e idealizador do Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOPE) da mesma universidade, em 1971, e suas pesquisas versaram sobre ecologia, população e família. Era um defensor do planejamento familiar para regular a população humana, tema abordado em seus livros *A regulação dos nascimentos* (1963), *Sociologia do desenvolvimento* (1965) e *Demografia- Ciência da População* (1972).

<sup>256</sup> Otto Buchsbaum (1920-2000) foi um austríaco que veio para o Brasil em 1939. Organizou o movimento “Teatro ao encontro do povo” e fundou o movimento “Resistência Ecológica”, que publicou o jornal *Abertura Cultural*, nos anos 1970.

Lutzenberger, 10/09/1976, APJL). Na carta seguinte, Lutz menciona seus contatos na Alemanha e a correspondência com Lorenz. Informa que passara o nome de Daly a Heinrich Westphal, presidente da *Förderungsgemeinschaft Ökologie*: “eles certamente estariam muito interessados no seu trabalho. Eles souberam de alguma forma sobre meu trabalho aqui e me deram um diploma de membro honorário. Eu também consegui uma correspondência muito agradável e amigável com Konrad Lorenz” (LUTZENBERGER. Carta a Daly, 31/10/1976, APJL). Na mesma missiva, perguntou se Daly achava que seu trabalho estava tendo ressonância entre os economistas comuns nos EUA e se havia alguma esperança de mudança de paradigma econômico antes que fosse muito tarde.

Daly respondeu que apresentara um trabalho no evento “Resources for the future”, que seria publicado (mas já enviava cópia a Lutz em anexo), e ficara surpreso com a reação da plateia, “eles foram muito mais abertos do que eu esperava. Essa foi apenas uma batalha numa longa guerra, mas fiquei encorajado com a recepção. Claro que eu tinha alguns aliados muito formidáveis, entre eles Georgescu-Roegen, os quais provavelmente intimidaram a oposição” (DALY. Carta a Lutzenberger, 15/12/1976, APJL). O economista solicitou que Lutz enviasse um minicurrículo e uma foto, pois queria escrever um artigo sobre ele para a revista *LSU Alumni*, isso seria “uma forma de pregar alguns valores ecológicos e manifestar orgulho por um ex-aluno”.

Lutzenberger demorou a responder (só conseguiu em julho de 1977), devido aos inúmeros compromissos que tinha como ambientalista. Menciona na carta que escreveu um artigo “mais ou menos na linha daquele belo artigo de Amory Lovins<sup>257</sup> que você havia me enviado e que eu também consegui do Friends of Earth”. Lutz falava do artigo “Energy Strategy: The Road Not Taken?”, publicado em 1976 na revista *Not Man Apart*, que ele avaliou “entre as coisas mais importantes escritas nos últimos anos, mesmo que a maioria das ideias não sejam novas, mas Lovins fez uma bonita síntese. Nós o convidamos para um simpósio de energia em outubro de 1977, patrocinado pelo nosso parlamento local. Ele aceitou. No meu artigo eu cito você na bibliografia” (LUTZENBERGER. Carta a Daly, 25/07/1977, APJL). Lutz se referia a seu artigo “Tecnologia, ambiente, sociedade: Alternativa fatal” – título inicial<sup>258</sup>.

A exemplo do texto de Lovins (comentando o contexto estadunidense), o artigo de Lutzenberger (adaptado à realidade brasileira) também criticava a política energética vigente - que privilegiava os combustíveis fósseis e previa investimentos em energia nuclear - e defendia o uso

---

<sup>257</sup> Amory Lovins (1947-) é um físico e cientista ambiental norte americano, que trabalha no campo da política energética, tema do artigo citado por Lutz.

<sup>258</sup> Por influência de Cesar Victora (professor aposentado de Medicina da UFPel, que nos anos 1970 participou da AGAPAN), Lutz alterou o título do artigo para “Energia e meio ambiente” (VICTORA, Cesar. Carta a Lutzenberger, 09/09/1977, APJL). Esse texto foi produzido como palestra para o Simpósio de Ecologia, na Universidade Federal do Espírito Santo, realizado em Vitória, em 03/06/1977. Mais tarde, foi publicado como capítulo do livro *Pesadelo Atômico* (1980), sob o título de “Alternativa fatal”.

de fontes energéticas renováveis. Ele referiu-se a Daly em seu texto como “jovem economista americano de visão ecológica, revolucionário do pensamento econômico”, citando frase sua traduzida: “a energia barata deu vantagem à força bruta e afastou do mercado as tecnologias realmente inteligentes”<sup>259</sup>. Ambos concordavam que a ênfase nos combustíveis fósseis, especialmente no petróleo, era motivada pelo seu baixo custo, o que desestimulava a pesquisa sobre as fontes renováveis de energia, como a solar, a eólica, a biomassa, etc.

Algumas cartas entre Daly e Lutz tratam da situação econômica de seus países nos anos 1970-80. Em 1979, Lutzenberger estava preocupado com o programa Proálcool, criado pelos militares para que o Brasil conquistasse independência energética do petróleo, e assim não fosse atingido pelas crises do produto, como havia ocorrido em 1973. Segundo ele, a maneira como o programa estava sendo organizado era problemática: “do jeito que eles querem fazer significará um desastre político, calamidades sociais, poluição tremenda e problemas ambientais e não resolverá o problema brasileiro de energia” (LUTZENBERGER. Carta a Daly, 01/12/1979, APJL). O ambientalista estava preocupado especialmente com as consequências sociais e ambientais da concessão de grandes extensões de terra para empresas estrangeiras gerenciarem o plantio de cana por meio dos métodos agrícolas convencionais:

Muito provavelmente a máfia que governa este país (hoje todos os governos são máfias; eles eram no passado também) dará concessões para grandes fábricas automobilísticas, VW, Fiat, Ford, GM, para integração vertical – da cana para exaurir.

Você pode imaginar o poder político que essas multinacionais vão adquirir, elas já têm mais poder do que nossos gângsteres locais. Os grandes campos de cana, super hiper monoculturas, significarão tremenda marginalização do povo do país, mais hipertrofia das já inchadas cidades que entrarão em colapso em breve, e as áreas mais ou menos intactas serão destruídas (LUTZENBERGER. Carta a Daly, 01/12/1979, APJL).

Nesse trecho da carta, Lutz se manifesta contra a concentração do poder, uma das preocupações centrais de sua ética ecológica. O fragmento é interessante também pelas questões políticas abordadas - ele considerava o governo do país uma máfia (o General João Figueiredo comandava a ditadura militar naquele momento), mas generalizava a caracterização a todos os governos, de todos os tempos. Em outra correspondência, ele se mostra decepcionado com a situação econômica, que “nunca esteve pior no Brasil”. O problema eram “os militares, que em 1964 tiveram a maior chance desde sempre para colocar ordem, mas escolheram tornar-se uma gangue de capangas indecentes dos negócios das multinacionais” (LUTZENBERGER. Carta a Daly, 01/06/1980, APJL). A carta dá a entender que Lutz teria apoiado o golpe civil-militar em 1964, mas, com o andamento da ditadura, mudou de ideia (como muitos), mostrando-se

---

<sup>259</sup> Frase presente no texto de Daly “Entropy, growth and the political economy of scarcity”, de 1976, citado como bibliografia em *Pesadelo Atômico* (1980).

decepcionado com o resultado dos governos (sensação que ele manifestou em outros momentos, como, por exemplo, na crítica aos megaprojetos na Amazônia) para o ambiente e a economia.

No segundo semestre de 1980, Daly conseguiu cinco meses de licença (um período sabático curto, de agosto a dezembro) e voltou ao Brasil. Ficou no Rio de Janeiro, mas pôde visitar Lutzenberger em Porto Alegre no mês de novembro de 1980. A partir de suas conversas e troca de cartas, Daly preparou uma entrevista com o amigo brasileiro, com objetivo de divulgar sua figura nos EUA por meio da publicação em alguma revista norte americana importante na área ambiental (DALY. Carta a Lutzenberger, 19/11/1980, APJL).

A entrevista foi publicada em *Not Man Apart*, revista da Friends of the Earth, provavelmente em janeiro de 1981<sup>260</sup>, pois Daly anexou cópia da mesma à missiva de 21/02/1981 (APJL). Enviou o material também a *Mother Earth News*<sup>261</sup>. Em 25/02/1981, o economista escreveu informando que essa última queria publicar o texto “não como entrevista regular, mas como uma seção especial” e, para surpresa dele, ofereceram pagar 250 dólares pela publicação, o que não era comum - o valor foi dividido entre ambos, a parte de Lutz foi gasta em livros sobre ecologia que Daly remeteu ainda em 1981. Para Daly, como *Mother Earth News* tinha uma circulação muito maior do que *Not Man Apart*, era “um mérito publicar lá” (DALY. Carta a Lutzenberger, 25/02/1981, APJL).

Na entrevista, disponível atualmente no portal da *Mother Earth News* na internet, Lutzenberger foi apresentado como a “Rachel Carson do Brasil”, líder e guru dos cidadãos latino americanos que estavam indignados com a devastação ambiental. A sua atuação ambientalista foi definida por Daly (1981, *Online*) da seguinte forma:

“Lutz”, como ele é chamado por seus muitos amigos, está, essencialmente, desempenhando o mesmo papel no Brasil hoje como foi interpretado por Rachel Carson nos EUA no início de 1960. Na verdade, talvez seja mais correto dizer que ele está funcionando como uma combinação de Rachel Carson, Paul Ehrlich, Amory Lovins, e David Brower<sup>262</sup>, porque Lutzenberger tem dedicado seus esforços para lutar não apenas contra uma ameaça para a ecologia, mas quatro: os pesticidas, a superpopulação, o desperdício de energia e a energia nuclear.

De fato, Lutz se manifestou nas quatro áreas mencionadas por Daly, entre outras, destacando-se principalmente na luta contra os pesticidas – em 1981, ele recém começava sua segunda luta importante, a defesa da Amazônia. Na entrevista, nosso personagem criticou o Proálcool, a atuação econômica dos governos militares e a concentração de poder promovida por

---

<sup>260</sup> Não encontramos cópia dessa publicação. Sobre *Not Man Apart*, sabemos que era a revista de divulgação da Friends of the Earth (FOE, instituição criada em 1969), e que, devido a sua excelência, deu boa reputação à entidade e uma influência além do que se esperaria, mesmo com seu relativamente pequeno tamanho (RAUBER, Nov/1986, p. 35).

<sup>261</sup> Revista sobre questões ambientais fundada em 1970. Para saber mais, acesse: <<http://www.motheearthnews.com/>>. Acesso em 04 jun 2015.

<sup>262</sup> David Brower (1912-2000) foi um ambientalista norte americano, liderou o Sierra Club e fundou a Friends of the Earth em 1969, entre outras entidades de luta ambiental.



eles. Também se posicionou sobre a forma de sistema político-econômico que pensava ser ideal – o mesmo que Daly defendia em suas obras (a Economia do Estado Estável - EEE):

Precisamos de algo melhor do que qualquer comunismo ou capitalismo moderno: Precisamos de uma economia ecologicamente sã, homeostática, de estado estável. Nenhum sistema que depende do crescimento contínuo pode ser ecologicamente viável. O fato de que o comunismo é pior do que o capitalismo deve ser frio conforto para aqueles de nós nos países capitalistas. Acredito que toda centralização do poder é ruim (DALY, 1981, *Online*).

No livro *A Economia do Século XXI*, publicado no Brasil em 1984<sup>263</sup>, com prefácio de Lutzenberger, consta um resumo da teoria do EEE, defendida pelo autor. Na obra, Daly propugna uma mudança de paradigma na economia. O paradigma vigente, da economia neoclássica - embasado no crescimento contínuo da capacidade de produção e renda -, segundo o autor, não seria sustentável a longo prazo, pois “em um mundo finito, crescimento contínuo é impossível” (DALY, 1984, p. 17). Daly se coloca como seguidor de uma corrente econômica iniciada por Georgescu-Roegen e Kenneth Boulding, que antes dele já haviam relacionado os processos econômicos com os processos biológicos, bem como por John Stuart Mill, que defendera o “estado estacionário” em meados do século XIX:

Eu não posso considerar o estado estacionário de capital e riqueza com a aversão total geralmente manifestada pelos economistas políticos da velha escola. Estou disposto a acreditar que poderia ser, no todo, uma considerável melhoria em nossa condição presente (...). Se a terra precisa perder aquela parte de sua beleza que deriva das coisas que o ilimitado crescimento de riqueza e população poderão extirpar dela com o mero propósito de suportar uma maior, mas não mais feliz ou melhor população, eu sinceramente espero, para o bem da posteridade, que eles se contentem em ficar estacionários, bem antes que a necessidade os compile a tal. É desnecessário lembrar que uma condição estacionária de capital e população não implica estado estacionário de melhoria humana (MILL, 1857. Apud DALY, 1984, p. 31-32).

Para Daly, as considerações de Mill eram mais relevantes na atualidade do que no tempo em que escreveu. A economia defendida pelo autor e seus antecessores seria baseada na “imitação à natureza, na qual todos os produtos usados são reciclados” (DALY, 1984, p. 35). Com isso, não haveria esgotamento dos elementos da natureza. Os economistas, segundo ele, precisavam reconhecer que “todos os sistemas econômicos são subsistemas dentro do grande sistema biofísico de interdependência ecológica” (p. 44). Lutzenberger concordava com essa posição, afirmando no *Manifesto* que “a economia humana é um aspecto parcial da economia da natureza. As ciências econômicas, portanto, deveriam ser encaradas como aquilo que realmente são – um capítulo apenas da Ecologia” (LUTZENBERGER, 1980a, p. 13).

---

<sup>263</sup> Conforme o tradutor Renato Souza explicou num pós-escrito, o livro reúne a tradução de três capítulos de dois diferentes livros de Daly (*Economics, Ecology, Ethics: Essays Toward a Steady-State Economics*, 1980, e *Steady-State Economics: The Economics of Biophysical Equilibrium and Moral Growth*, 1977). Não sabemos se Lutzenberger interferiu na publicação; pela correspondência, parece que ele apenas foi convidado a escrever o prefácio. O livro saiu pela Editora Mercado Aberto, de Porto Alegre.

No livro, Daly também critica o índice usado pela economia vigente para medir o crescimento, o PNB. De acordo com os critérios desse,

crescimento simplesmente significa a satisfação de cada vez mais triviais necessidades enquanto simultaneamente se cria mais poderosas externalidades que destroem cada vez mais importantes recantos naturais. Para nos defender dessas externalidades, produzimos mais, e ao invés de subtrair a despesa puramente defensiva, somamos! Por exemplo, as contas médicas pagas para o tratamento de câncer produzido por cigarro ou enfisema produzido por poluição são adicionadas ao PNB, quando num sentido sadio deveriam ser claramente subtraídas. Isso deveria ser rotulado de *inchaço* e não crescimento [grifo do autor] (DALY, 1984, p. 46).

Também Lutzenberger criticou o PNB no *Manifesto* – e em inúmeros artigos e palestras – com argumento semelhante:

O PNB é a soma aritmética do valor monetário das transações entre humanos, nada mais. O preço da madeira no mercado interno e as divisas de sua exportação são adicionadas sem que haja nenhum desconto pela descapitalização da floresta. Se depois da exploração da madeira sobra um deserto, o PNB não leva em conta esse fato. Ele apenas registra “criação de riqueza”. Assim, a pessoa que mais dinheiro esbanja em futilidades, que mais materiais movimenta, que mais impacto ambiental negativo causa, contribui mais para o incremento do PNB que a pessoa frugal, que dedica suas energias ao estudo e ao deleite espiritual, ao avanço da ciência, das artes, da harmonia social. Quando a saúde pública chegar a decair drasticamente em consequência da contaminação ambiental e desestruturação social, o PNB crescerá na mesma proporção que os gastos com remédios, médico, psiquiatra, hospital e funerária. De fato, o PNB é proporcional à descapitalização da Ecosfera. Longe de ser um índice de progresso real, o PNB é a medida de autodestruição (LUTZENBERGER, 1980a, p. 15).

Apesar desses alertas de Daly nos EUA, de Lutzenberger no Brasil, e de outros autores da economia ecológica, o cálculo do PIB (que hoje substituiu o PNB) continua não subtraindo o consumo dos elementos naturais. Segundo Andrei Cechin (2008, p. 151), no modelo econômico atual, “o crescimento é visto como um fim em si mesmo (...). A verificação que houve crescimento econômico por meio do PIB não esclarece *o que cresceu, como se cresceu e para quem foram os frutos do crescimento* [grifo do autor]”. Como o índice não mede riqueza, mas fluxos monetários, “pode haver crescimento com diminuição da riqueza, se este crescimento ocorre, por exemplo, à custa da depredação de florestas inteiras ou dos depósitos de petróleo que demoraram milhões de anos para se formar”.

Em 1987, termina a correspondência entre Lutz e Daly. O norte americano foi convidado a trabalhar no Banco Mundial, na área de recursos e economia ambiental da divisão latino-americana. Entrou em licença da LSU e mudou-se para Washington. Ele já havia participado de debates no BM, e sua ida para lá teve a intermediação de Robert Goodland<sup>264</sup>. Daly encarava o novo desafio como uma possibilidade de construir alguma mudança nas políticas econômicas; para

---

<sup>264</sup> Goodland (1939-2013) foi um dos autores do livro *Floresta Amazônica: do Inferno Verde ao Deserto Vermelho*, junto com Howard Irwin, cuja polêmica na tradução para o português foi abordada no capítulo 5 da tese. Em 1978, passou a trabalhar no Banco Mundial, onde desenvolveu projetos ambientais e sociais importantes, até 2001, quando se aposentou. Sua atuação na área ambiental foi determinante para o tratamento das questões ambientais no BM; seu ex-colega Marc Dourojeanni (*O Eco*, 2014, Online) considera que Goodland foi “o homem que esverdeou o Banco Mundial”.

isso, o Banco era mais útil do que a academia: “É tempo de tentar algo novo. Ao menos umas poucas pessoas no BM estão tentando desacelerar a loucura. Talvez eu possa ajudá-los. A academia é inútil” (DALY. Carta a Lutzenberger, Natal/1987, APJL). Na resposta, Lutzenberger lembrou de sua luta contra o Banco, especialmente no episódio do POLONOROESTE, e considerou positiva a ida do amigo para a instituição: “Talvez você possa forçar alguma mudança séria” (LUTZENBERGER. Carta a Daly, 18/12/1987, APJL). O economista norte americano ficou no Banco Mundial até 1994.

Outro autor cujo pensamento econômico mostrou-se muito importante para Lutzenberger foi Ernest Schumacher (1911-1977). Sua principal obra, *Small is Beautiful: A Study of Economics as if People Mattered*<sup>265</sup>, publicada em 1973, consta no *Manifesto*, e contém ideias disseminadas por nosso personagem.

Segundo Moraes e Serra (2005, p. 1022), os elementos-chave da obra de Schumacher são “a descentralização, a atenção para com os recursos naturais e a avaliação da tecnologia adequada ao desenvolvimento” – todos seriam trabalhados por Lutz em suas obras também. A ideia de descentralização é subjacente ao título do livro (*Small is beautiful*); para o autor, apesar da humanidade sofrer “de uma idolatria universal do gigantismo”, é necessário “insistir nas virtudes da pequenez” (SCHUMACHER, 1983, p. 34). Ele cita o exemplo das megalópoles - a migração em massa das zonas rurais para as urbanas (uma das consequências da “revolução verde”), que provocou a centralização caótica em enormes cidades, as quais se tornaram inchadas, incapazes de satisfazer, muitas vezes, as demandas mínimas da população. Nesse sentido, Schumacher argumenta que as cidades deveriam comportar, no máximo, 500.000 pessoas: “acima desse tamanho nada é acrescentado às virtudes de uma cidade. Em lugares como Londres, Tóquio ou Nova York, os milhões aumentam o valor real da cidade, mas meramente criam enormes problemas e geram degradação humana” (IDEM).

Para o economista, a concentração política e econômica é incapaz de resolver os problemas atuais; ele afirmava que seria necessário “um sistema de pensamento inteiramente novo, sistema esse voltado para as pessoas e não primordialmente para os bens (os bens cuidarão de si mesmos!)”. Isso foi sintetizado em uma frase: “Produção pelas massas em vez de produção em massa” (SCHUMACHER, 1983, p. 38). Conforme o autor, somente em esquemas de escala local haveria, de fato, democracia, liberdade, dignidade humana, um justo padrão de vida e auto realização.

---

<sup>265</sup> Traduzida para o português como *O negócio é ser pequeno: Um estudo de economia que leva em conta as pessoas*, em 1977. Aqui citamos a 4ª edição, de 1983.

Schumacher estava preocupado com o possível esgotamento dos “recursos naturais”, em virtude da busca incessante pelo crescimento econômico. Para ele, a terra era o “recurso” mais importante:

uma atitude insensível face à terra e aos animais nela existentes liga-se a, e é sintomática de, um grande número de outras atitudes, como as que produzem o fanatismo da mudança rápida e o fascínio pelas novidades - técnicas, organizacionais, químicas, biológicas, etc. -, que insistem em sua aplicação muito antes de que suas conseqüências a longo prazo tenham sido, ainda que remotamente, entendidas. Todo o nosso estilo de vida está envolvido na questão simples de como tratar a terra, nosso recurso mais precioso logo a seguir ao humano, e, antes de nossas políticas relativas à terra serem alteradas, terá de haver um bocado de transformação filosófica, para não dizer religiosa (SCHUMACHER, 1983, p. 64).

Mas Schumacher também se ocupou dos demais “recursos”, que sofriam pressão crescente devido ao aumento do consumo mundial, especialmente nos países ricos. Ele havia lido o relatório do Clube de Roma, *Limites do crescimento*, e ficara impactado pelas projeções dos cientistas do MIT, como Lutzenberger também ficou.

O economista dedicou um dos capítulos de seu livro à problemática da energia atômica, advertindo para seus riscos. De acordo com ele, a fissão nuclear era a mais profunda e perigosa das mudanças introduzidas pelo homem na domesticação da natureza. A radiação ionizante passou a ser, em sua visão, a maior ameaça à própria sobrevivência humana na Terra. Embora a atenção dos leigos se voltasse para a bomba, o chamado “uso pacífico da energia atômica” poderia ser bem mais perigoso (1983, p. 76). Schumacher alertava que a meia-vida dos elementos radiativos era de milhares de anos; uma vez que eles contaminassem o ambiente, nada poderia ser feito para reverter os danos. Lutz também alertou para esse perigo no *Manifesto*, em *Pesadelo Atômico*, e em diversos artigos e palestras.

A temática da tecnologia ganhou destaque no livro de Schumacher. Ele abordou a questão através do contraponto entre sistemas de “produção em massa” (pelas máquinas) e de “produção pelas massas” (pelas pessoas). Os primeiros se baseariam em tecnologia requintada, requereriam aplicação intensiva de capitais, possuiriam elevada dependência de suprimentos de energia, máxima automação e economia de mão de obra. Já os sistemas de produção pelas massas mobilizariam recursos humanos, como “cérebros perspicazes e mãos habilidosas”, na condição de “ferramentas de primeira classe”. Enquanto a tecnologia da produção em massa seria “intrinsecamente violenta, ecologicamente nociva, motivadora de frustrações em termos de recursos não renováveis, e embrutecedora para a pessoa humana”, a produção pelas massas, em suas palavras, “ao fazer uso do melhor do conhecimento e experiências atuais, é propícia à descentralização e compatível com as leis da ecologia, sensível no uso de recursos escassos e planejada para servir à pessoa humana, em vez de torná-la escrava da máquina” (SCHUMACHER, p. 87).

De modo similar, Lutzenberger fazia essa diferenciação, usando os termos “tecnologias duras” e “tecnologias suaves”. No *Manifesto*, ele também trabalhou o tema em sua relação com a centralização econômica: “à medida que se desenvolve e alastra a megatecnologia, aumenta a concentração econômica e burocrática” (LUTZENBERGER, 1980a, p. 71), processo que ocorreria tanto nos governos como nas multinacionais e grandes empresas nacionais. Para Lutzenberger, “a tecnologia mais complexa e mais integrada, mais exigente de capital, exige maior concentração burocrática; esta, por sua vez, exige e somente promove tecnologias sofisticadas e concentradoras de poder econômico” (LUTZENBERGER, 1980a, p. 72). Além disso, essas tecnologias seriam insustentáveis do ponto de vista ecológico: “o futuro não está na megatecnologia, está na tecnologia intermediária, não está no consumo desenfreado, está no uso frugal, com sentido, dos escassos recursos do Planeta, está na descentralização das decisões e da produção, na autossuficiência sempre que possível, na diversidade de estilos de vida e de culturas” (p. 74).

Podemos constatar que, a partir da leitura das obras de Schumacher e Daly, entre outros economistas, aliada à sua experiência pessoal, Lutzenberger pôde elaborar uma crítica ao dogma do crescimento econômico. Em termos semelhantes aos autores acima referidos, ele alertou para os problemas ecológicos decorrentes da exploração dos elementos naturais voltada ao atendimento das necessidades de consumo criadas pelo sistema industrial, bem como para o tema da centralização econômica e da tecnologia moderna, “dura”, que também colaboraria com a devastação da natureza. Segundo Lutz, o aumento de PNB ou PIB significava avanço apenas em destruição natural, em “descapitalização da Ecosfera” – o mundo ficava mais pobre, e não rico, quando esse índice subia. Como Schumacher, ele clamava por uma economia centrada não mais na produção de bens e seu consumo, mas nas pessoas, no trabalho humano: “na mesma proporção em que abandonarmos a megatecnologia pelas tecnologias brandas, diminuirá nosso impacto ambiental, aumentará nossa qualidade de vida e aumentarão as chances para nossos filhos” (LUTZENBERGER, 1980a, p. 74).

### *Commoner e Ehrlich – Ciência e movimento ambiental*

Após o livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, abrir caminho para a crítica efetiva ao industrialismo nos Estados Unidos, na década de 1960, a atuação desses cientistas (Commoner e Ehrlich) consolidou duas “correntes” de preocupações ambientais que deram forma ao ambientalismo moderno. Ambos os autores foram influências importantíssimas para Lutzenberger: Commoner pela crítica à energia atômica e ao modelo econômico, e Ehrlich pelo alerta sobre o aumento da população mundial.

A explosão da produção tecnológica que coincidiu com a 2ª Guerra Mundial trouxe novos tipos de perigos ambientais – que atingiam tanto os humanos como as paisagens naturais. Produtos

artificiais não degradáveis passaram a substituir materiais orgânicos, trazendo aumento de poluição e acúmulo de lixo. Segundo Commoner, a principal causa da crise ambiental era a total transformação da produção tecnológica desde o referido conflito bélico.

É importante destacar que a luta contra o uso da energia nuclear foi o primeiro impulso ao ambientalismo moderno, antes de *Primavera Silenciosa*. Após o fim da Segunda Guerra – com a detonação das bombas em Hiroshima e Nagasaki –, em um mundo bipolarizado entre países capitalistas e socialistas, a energia nuclear tornou-se a maior ameaça à continuidade da vida em âmbito planetário: era uma ameaça real, que poderia concretizar-se com o apertar de um botão, por um dos lados.

Mas quem “detonou” a preocupação mundial com o tema foi o grande inspirador moral de Lutzenberger, o médico alemão Albert Schweitzer. Em abril de 1957, esse último emitiu uma “declaração de consciência” sobre a ameaça dos testes nucleares aos seres vivos e à saúde humana. Propositamente, sua declaração não foi dirigida a qualquer nação ou governo, mas “aos povos do mundo”. Schweitzer queria que sua oposição aos referidos testes não fosse prejudicada pela suposta tomada de uma posição política nas tensões da Guerra Fria. Ele enviou o seu apelo à comissão do Prêmio Nobel Norueguês (de quem havia recebido o Prêmio Nobel da Paz em 1952), que o transmitiu via rádio a partir de Oslo, em 23 de abril de 1957, a cinquenta países.

No apelo, Schweitzer clamava aos povos a reunirem-se pelo fim dos testes nucleares e alertava sobre os riscos da radiação nuclear na pele, na água e nos alimentos<sup>266</sup>. Mesmo sem uma guerra, tais testes poderiam, segundo ele, contaminar perigosamente a atmosfera. No preparo de sua declaração, consultou cientistas para checar e dar suporte a seus argumentos.

Ao endereçar seu apelo às populações em geral, e não aos governos do mundo, e ao fornecer informações de forma acessível sobre um tema complexo, Schweitzer estava abrindo uma linha de ativismo que Commoner seguiria nos EUA e Lutzenberger no Brasil, entre outros. Na verdade, ele alertava, esse tipo de tecnologia forneceria um poder de destruição jamais acessado pela humanidade; as decisões sobre seu uso ultrapassariam o âmbito puramente científico, por isso, as pessoas precisariam receber as informações necessárias a respeito do tema para poder participar do debate. O que estava em jogo seria a própria sobrevivência da humanidade (SCHWEITZER, 1964).

A declaração foi ouvida por milhões de pessoas ao redor do mundo, mas não foi transmitida nos EUA (apenas noticiada em jornais). Mesmo assim, abriu o debate sobre os testes e o uso da

---

<sup>266</sup> Segundo Ulrich Beck (2011), a produção social de riscos acompanha a produção social de riqueza, na modernidade tardia. A forma como a riqueza e os riscos científico-tecnológicos são distribuídos leva a problemas e conflitos sociais. Os riscos já existiam antes dos tempos modernos, no entanto, apresentavam-se mais associados à esfera pessoal e não como riscos que ameaçam uma civilização. Já os riscos da modernização decorrem do maquinário industrial do “progresso”, sendo sistematicamente agravados com seu desenvolvimento ulterior.

energia atômica no país. A pedido de Commoner, a American Association for the Advancement of Science (AAAS) instalou um comitê sobre a questão nuclear<sup>267</sup>. Em 1970, ele declarou: “a Comissão de Energia Atômica me fez um ambientalista” (COMMONER, 1970). A vitória veio com o Tratado de Banimento de Testes Nucleares, em 1963.

Commoner publicou artigos e livros sobre a temática ambiental como um todo. Seu artigo *Can we survive?* (1969) é interessante para nossa pesquisa por abordar o problema da agricultura. Por meio do exemplo do Vale Central, na Califórnia, ele criticou o uso dos fertilizantes nitrogenados, que estavam poluindo o lençol freático da região. Como consequência, a água contaminada com nitrato fez com que as crianças ficassem doentes. Por isso, o autor declarou que “o sucesso da agricultura no Vale do Central foi conquistado a um custo que pôs em risco a saúde das pessoas” (COMMONER, 1969, p. 15). Com seu texto, pretendia esclarecer o leitor leigo de “um fato profundo e inevitável da vida: a de que o meio ambiente é um vasto sistema de conexões entrelaçadas - entre o solo, a água, o ar, plantas, animais, e de nós mesmos, que forma uma rede sem fim, interagindo dinamicamente”. Essa rede seria “o produto de milhões de anos de evolução; cada uma das suas ligações foi testada para atingir um equilíbrio que é estável e de longa duração. Mas o equilíbrio, o tecido fino da física, química, e as interconexões biológicas no ambiente, é tão delicado, que se encaixa apenas como um todo” (COMMONER, 1969, p. 16).

O autor acreditava que a raiz do problema estava no solo: “se a fertilidade natural do solo precisa sempre ser restaurada, ela depende fortemente de agentes microbianos; mas isso torna-se cada vez menos possível à medida que continuamos a usar grandes quantidades de fertilizantes”. Nessa dinâmica, comparava o solo a “um viciado em drogas, que pode tornar-se ‘viciado’ na adubação nitrogenada pesada contínua e, assim, tornar-se inevitavelmente trancado em um círculo autodestrutivo” (p. 17). Convém destacar que essa imagem foi amplamente utilizada por Lutz em seus textos e palestras, conforme vimos em outros momentos da tese, quando tratou da agricultura, como uma drogada, viciada na química moderna.

Porém o problema não se restringia aos fertilizantes químicos, pois as plantações norte-americanas tinham começado a experimentar também o desastre ambiental do uso intensivo de inseticidas. Para Commoner (1969, p. 18), esses matavam “os predadores naturais dos insetos ‘pragas’ e estes são apenas controlados, não erradicados, e mesmo isso exige cada vez maiores quantidades de produto”. Em suas palavras, com a “prática ecologicamente cega da aplicação maciça de inseticida, existe o perigo de se perder permanentemente os insetos protetores naturais e a agricultura pode tornar-se ‘viciada’ em inseticidas”.

---

<sup>267</sup> Por suas preocupações sociais, participou de comitê na AAAS sobre o papel social do cientista. Publicou em 1957 na revista *Science* o artigo “Social Aspects of Science”, no qual afirmava criticamente que a sociedade se tornou dependente da ciência como nunca havia sido antes, e isso constituía uma “nova revolução científica”.

Em seu livro mais conhecido, *The closing circle*, Commoner (1971) abordou conceitos básicos da Ecologia, visando popularizá-la entre o público não cientista, bem como emitiu alertas sobre a crise ambiental. Segundo ele, essa era “um sinal de que a ligação entre a vida e o ambiente circundante começou a corroer. As dinâmicas que sustentam o todo têm começado a falhar e, em alguns lugares, pararam”. O problema seria o uso da tecnologia: ela teria trazido “a ilusão fatal de que, através das máquinas, nós escapamos da dependência do ambiente natural”. Mas essa visão seria falsa e perigosa, pois tudo o que a tecnologia produz dependeria da integridade do funcionamento do enorme e complexo sistema global da vida (COMMONER, 1971, p. 6-7). É interessante constatar aqui uma pequena discordância entre o norte-americano e nosso personagem, pois Lutz não condenava toda e qualquer tecnologia, mas sim as destrutivas, denominadas por ele de “duras”, geralmente as megatecnologias.

Nesse livro, Commoner defende os por ele designados “quatro princípios da ecologia”, os quais podem ser sintetizados da seguinte forma:

- 1) “Tudo está ligado com tudo” – A Ecosfera é formada por elaborada rede de interconexões entre diferentes organismos vivos e suas populações, espécies, organismos individuais e seus processos físico-químicos. A cibernética (Norbert Weiner) ajudou a compreender o funcionamento dos sistemas naturais;
- 2) “Tudo deve ir para algum lugar” - ou seja, não existe lixo na natureza. O que é excretado por um ser vivo torna-se alimento para outro: tudo é reciclado;
- 3) “A Natureza sabe melhor” – Qualquer mudança humana num sistema natural pode ser perigosa: a introdução de um componente artificial que não ocorre na natureza, e não ativo num sistema vivo, produzido pelo homem, é muito provável que provoque danos. Ex: DDT.
- 4) “Não há um ‘lanche grátis’” – O sistema global é todo conectado, nada pode ser ganhado ou perdido. Nada do que foi extraído pelo esforço humano pode ser recolocado. O pagamento [do lanche] não pode ser evitado, só adiado. A crise ecológica é advertência de que nós estamos adiando demais (COMMONER, 1971, p. 16-23).

Como vimos no capítulo 2, Lutzenberger também postulou quatro princípios para a ecologia; pelo menos dois deles são reformulações a partir daqueles enunciados por Commoner. Relembremos:

- 1- o da necessidade da variedade, isto é, da necessidade da sobrevivência de todas as espécies;
- 2- o da necessidade de ciclos fechados para todos os recursos;
- 3- o da interdependência e interação de todos os processos naturais;
- 4- o da impossibilidade do crescimento ilimitado, já que os elementos naturais são finitos (LUTZENBERGER, 1972, p. 18).

A comparação entre os princípios nos mostra a importância de Commoner para a conformação das ideias de Lutz. Ele se apropriou dos princípios do norte-americano, com algumas modificações, sintetizando-os na divulgação ao público brasileiro. Os princípios número 2 de ambos são focados na reciclagem; o princípio 3 de Lutzenberger e o primeiro de Commoner tratam da ligação e interdependência entre todos os seres e processos vitais; já o princípio 4 de Lutz pode ser analisado como uma consequência dos princípios de Commoner: um sistema fechado, em que nada pode ser ganhado ou perdido, ou seja, finito, não suporta crescimento ilimitado. Além dos



princípios - que foram responsáveis por cativar as ativistas da ADFG a iniciarem a luta ecológica ao lado da AGAPAN -, Lutzenberger deve a Commoner a noção, presente no *Manifesto*, de que, em ecologia, “tudo está relacionado com tudo” (LUTZENBERGER, 1980a, p. 11). Para Commoner, os sistemas naturais são estabilizados por suas dinâmicas com propriedades autocompensadoras – são os mecanismos de *feedback* que mantêm os ciclos ecológicos funcionando em homeostase.

Porém, mais do que cientista, Commoner também era ativista, e deve ter inspirado nosso personagem como modelo de intelectual engajado, cuja preocupações políticas e sociais motivaram sua participação no mais importante evento ambiental da história dos Estados Unidos, o *Earth Day*, em 1970<sup>268</sup>. Como abordamos no capítulo 2, por meio da correspondência com o professor Croizat, Lutzenberger ficou entusiasmado com a repercussão mundial desse acontecimento.

Os eventos do *Earth Day* externaram a ligação entre as preocupações ambientais e o movimento pacifista, especialmente a crítica à guerra do Vietnã. Em uma palestra alusiva ao Dia da Terra na Universidade de Brown, Commoner afirmou que os ataques de herbicidas nas florestas e campos agrícolas vietnamitas constituíram "a primeira guerra ecológica conduzida pelos EUA desde os ataques contra os índios americanos" (EGAN, 2004, p. 158).

Outro personagem importante do *Earth Day* – e rival de Commoner – foi o demógrafo Paul Ehrlich (1932-), outra referência para Lutzenberger. Em seu livro muito popular, *The Population Bomb* ([1968] 1975), o autor utilizou uma abordagem neo-malthusiana para explicar a crise ambiental, argumentando que a superpopulação colocava uma tensão ecológica sobre os limites da capacidade de carga e de produção de alimentos da Terra.

De acordo com Ehrlich, o aumento da poluição era resultado do acréscimo de pessoas, que consumiam mais produtos e produziam mais lixo. O aumento populacional resultaria em crescimento da poluição. A solução por ele proposta era controlar as populações nacionais e globais: "nós devemos ter o controle da população em casa (...) por compulsão se métodos voluntários falharem. Devemos usar nosso poder político para pressionar outros países em programas que combinem o desenvolvimento agrícola e controle da população" (EHRlich, 1975, p. xii). Segundo o demógrafo, “os problemas sociais e os ambientais não só aumentam com o crescimento populacional e urbanização, eles tendem a aumentar mesmo em uma taxa mais rápida. Adicionar mais pessoas numa área aumenta o dano feito por cada indivíduo” (EHRlich, 1975, p. 9).

---

<sup>268</sup> Para acessar fotos e vídeos desse dia, consulte o website da emissora PBS: <<http://www.pbs.org/wgbh/americanexperience/features/photo-gallery/earthdays/>>. Acesso em 20 maio 2015.

No livro, Ehrlich utilizou linguagem catastrófica, afirmando que, se a população continuasse dobrando a cada 35 anos, em 900 anos o mundo abrigaria cerca de 60 quadrilhões de pessoas (1975, p. 4). Previu mortandades de centenas de milhões de indivíduos pela fome ainda nos anos 1970. De acordo com ele, haveria duas soluções para o problema:

Uma é uma solução na taxa de nascimento, na qual nós achamos meios de baixar a taxa de nascimentos. A outra é a solução da taxa de morte, na qual os meios de aumentar a taxa de morte – guerra, fome, pestilência – vão nos encontrar. O problema pode ser evitado por um controle populacional, no qual a humanidade conscientemente ajuste as taxas de nascimento para que uma solução pela morte não venha a ocorrer (EHLICH, 1975, p. 17).

O livro foi um sucesso de vendas e críticas, em seguida à publicação, porém, após esse impacto inicial, seria alvo de avaliações bastante negativas. Ehrlich foi criticado por ter deturpado as causas sociais e econômicas da destruição do meio ambiente, reduzindo os seres humanos a atores biológicos, por ter explorado os medos da classe média com alarmismo e previsões apocalípticas, e por negligenciar a livre escolha das mulheres quanto à sua fertilidade. Os métodos de controle populacional defendidos na obra, bastante arbitrários, atingiriam especialmente os países pobres e, nos Estados Unidos, a população negra, por isso também foi acusado de racismo e eugenia (REED, 2008, p. 52-54).

Lutzenberger encarava o crescimento demográfico como um dos fatores importantes da crise ecológica, ao lado do avanço na capacidade tecnológica de devastação: “com a exponencial demográfica em ritmo tal que as duplicações se fazem em cerca de trinta anos, em média global, e a exponencial tecnológica duplicando em aproximadamente quinze anos, teríamos, até o ano 2000, uma duplicação demográfica com duas duplicações tecnológicas” (LUTZENBERGER, 1980a, p. 19). Para ele, isso “significaria um impacto ambiental oito vezes o atual. Mas o impacto relativo seria muito maior. Concomitantemente com o crescente avanço sobre os recursos, estes diminuem em exponencial inversa” (IDEM). No entanto, diferente de Ehrlich, Lutz não utilizava a ameaça do aumento populacional para alarmar sobre uma possível fome mundial. Ao contrário, o medo dessa, enfatizado por Ehrlich (e outros antes dele, como Fairfield Osborn, William Vogt e Julien Huxley), teria fornecido, indiretamente, argumento para que se defendesse a necessidade de novas tecnologias agrícolas, supostamente garantidoras de maior produtividade, como os agrotóxicos, o maquinário agrícola e, a partir dos anos 1990, as sementes transgênicas.

O debate sobre as causas da crise ambiental, ou melhor, o argumento população *versus* poluição colocou Ehrlich e Commoner em lados opostos. O último discordava que a superpopulação fosse causadora da crise ambiental, pelo menos no caso dos Estados Unidos. Ele sustentava que a verdadeira fonte de devastação era a proliferação de tecnologias novas e poluentes desde a Segunda Guerra Mundial. De acordo com Egan (2004, p. 172), Commoner nunca negou que a superpopulação fosse um problema legítimo e muito grave em uma escala global e,

especialmente, no mundo em desenvolvimento. O que o autor especificamente rejeitava era a noção de que o controle populacional iria resolver a crise ambiental.

No Dia da Terra, Commoner reconheceu que muitos países no mundo sofrem de excesso de população, mas observou que isso era resultado da “exploração dos recursos humanos e naturais do mundo subdesenvolvido pelas nações tecnologicamente avançadas” (EGAN, 2004, p. 177). Segundo Sarah Reed (2008, p. 50), Ehrlich não negou que o consumo excessivo nos países ricos contribuiu para a crise, mas claramente o subordinou à superpopulação. Por enfatizar os números absolutos de pessoas em vez de níveis relativos de consumo, o neomalthusianismo teria ajudado a absolver a economia industrial e o consumismo americano da "crise". A disputa entre os dois cientistas era resultado da perspectiva de cada um: Commoner tinha um olhar humanista para a crise ambiental, enquanto Ehrlich estava predominantemente na esfera naturalista. Enquanto o último interpretou a crise como algo biológico na natureza, o primeiro explicou-a em suas origens sociais, enraizando-a firmemente nas explorações irresponsáveis da tecnologia pelo capitalismo e o colonialismo (EGAN, 2004, p. 182).

Nesse debate, Lutzenberger não se posicionou em um dos lados, ao invés disso, colheu argumentos de ambas as posições. Ao mesmo tempo em que se preocupou com o crescimento demográfico, referindo-se a ele de modo alarmista no *Manifesto* como a “avalanche humana”, percebia as origens sociais da crise, culpando as tecnologias duras, o consumismo, a centralização econômica e “o dogma do crescimento econômico” como responsáveis pela devastação do ambiente natural. Para ele, tudo isso era consequência da ética antropocêntrica que o mundo ocidental desenvolveu em relação à natureza ao longo dos séculos. A partir dessa constatação, surgia a necessidade de adoção de uma nova ética, de base ecológica. E é essa ética, proposta por nosso personagem, que abordaremos a seguir.

### **Os princípios da ética do convívio ecossustentável**

Após essa breve análise das apropriações realizadas por Lutzenberger de algumas de suas leituras (que considere importante expor a fim de compreender melhor a sua noção de ética ecológica), e depois de toda a pesquisa realizada para esta tese, apresento uma tentativa de sistematização dos princípios do que chamo de *Ética Lutzenbergeriana*, a qual poderia ser definida, de modo geral, como “**a ética do convívio ecossustentável**”.

A ética defendida por Lutzenberger, nos seus últimos trinta e um anos de vida, era centrada principalmente nos conhecimentos da Ecologia, ou seja, era uma *Ética Ecocêntrica*. Ele acreditava que tais saberes poderiam fornecer elementos para uma nova concepção de ética humana em

relação à natureza. Se estamos interligados com os demais seres, pensava ele, se fazemos parte de um todo – Gaia –, então devemos agir em favor da continuidade da vida desse todo, não contra.

Creio que o princípio fundamental subjacente a toda a produção intelectual e militância de Lutzenberger, que poderíamos chamar de **1) Princípio da imitação da natureza: ela sabe melhor**, cuja síntese retiro de seu livro *Garimpo ou Gestão* (2009, p. 171), possa ser enunciado da seguinte forma:

*“Se nos inspirarmos na natureza, se imitarmos seus métodos inteligentes e elegantes, se nos aliarmos a ela – em vez de combatê-la sempre – encontraremos o caminho para um convívio rico e saudável. Para um convívio sustentável”<sup>269</sup>.*

Mesmo que Lutzenberger não tenha proposto explicitamente esse enunciado como um princípio de sua ética, acredito, repito, que ele sintetiza seu pensamento, pois contém um enfoque na ação, na atitude humana, e, ao mesmo tempo, na natureza, como salvadora da humanidade. Para Lutz, se essa observasse e adaptasse o funcionamento dos sistemas naturais às suas sociedades, elas funcionariam de forma a valorizar as interdependências entre humanos e não-humanos, o que levaria a esquemas políticos, sociais e econômicos sustentáveis, baseados em tecnologias “suaves”, de *feedback* negativo. Com isso, não haveria dilapidação dos elementos naturais, poluição em geral, envenenamento dos solos, acidificação dos oceanos, desmatamento e queimadas, explosão demográfica, uso inadequado de energia, consumismo, enfim, todos os motivos que o levaram a lutar como ambientalista.

Conforme vimos acima, a ideia da imitação da natureza já estava presente nos escritos dos irmãos Odum e de Herman Daly. De acordo com esses autores, era preciso estudar seu funcionamento como modelo para as sociedades humanas. Como os ecossistemas, as sociedades deveriam buscar um modo de produção que satisfizesse suas necessidades, focado na reciclagem e na economia de energia, em busca de um estado equilibrado, sem a obrigação do crescimento econômico.

A partir desse eixo central, elenco abaixo uma proposta de sistematização dos demais princípios integrantes desta “**ética do convívio ecossustentável**”. Acredito que eles sintetizam as ideias de Lutzenberger, suas principais críticas e proposições para superar a crise ambiental.

## 2) Princípio Gaia

---

<sup>269</sup> Esse princípio já havia aparecido com outras palavras no livro *Ecologia: Do jardim ao poder*, nos anos 1980: “no funcionamento dos sistemas naturais podem ser descobertos modelos extremamente relevantes para a condição humana” (LUTZENBERGER, 1985, p. 102).

Enunciado: “*Tudo está relacionado com tudo*”<sup>270</sup>.

Esse princípio enfoca o holismo e consta no *Manifesto* como “princípio fundamental da Ecologia” (LUTZENBERGER, 1980a, p. 11). Porém, já em seus primeiros escritos, em que se preocupou em apresentar o que entendia por “Ecologia”, a visão holística estava presente.

Dentre esses textos iniciais, destaca-se o primeiro de todos, “Por uma ética ecológica” produzido para leitura na cerimônia de fundação da AGAPAN e que foi publicado no *Correio do Povo* (29/08/1971) e no *Boletim do Rotary Club de Porto Alegre* (17/05/1972). Como se percebe no próprio título, a defesa da ética ecológica já estava presente, bem como ideias que retornariam em seus escritos posteriores, como a imagem da “nave espacial Terra”, a defesa de uma ética planetária, a crítica ao dogma do crescimento econômico ilimitado, a preocupação com a perda da biodiversidade, a exploração dos elementos naturais como se fossem infinitos e a crítica à especialização do conhecimento, o que segundo ele limitava a capacidade do homem comum de compreender a tecnologia. Já nesse escrito, Lutz destaca o holismo subjacente à ética ecológica, citando Schweitzer:

Se quisermos sair da atual crise ecológica que a humanidade trouxe sobre si mesma, e se não sairmos não teremos futuro, vamos necessitar de uma moral mais ampla, mais completa, de uma ética ecológica. Temos que aprender a ver o todo. Temos que nos livrar desse velho preconceito ocidental, da ideia de que o homem é o centro do Universo, de que toda a criação está aqui para nos servir, de que temos direito de usá-la e abusá-la sem sentido algum de responsabilidade. Temos que nos libertar da ideia de que os outros seres só têm sentido em função de sua utilidade imediata para o homem. Como queria Schweitzer, nossa ética terá que incluir toda a criação (LUTZENBERGER, *Correio do Povo*, 29/08/1971, APJL).

Como vimos no capítulo 6, Lutzenberger representou a “filosofia Gaiana” em um gráfico para sua Fundação Gaia. Essa filosofia, que direcionaria as lutas, atividades e eixos de atuação da nova entidade, por sua vez, estava embasada numa “visão unitária da vida e do Universo” – expressão que podemos entender como um desdobramento do “princípio fundamental da Ecologia”, citado acima.

Tal ideia de unidade, de que “tudo” (vida e Universo) está relacionado e é interdependente, é tributária de uma das correntes da Ecologia, desenvolvida desde o século XVIII, a qual enfatiza a dimensão holística da natureza. Segundo Worster (2011b), essa começou com o naturalista inglês Gilbert White. Estudando a natureza de Selbourne, onde nasceu, e embasado em leituras sobre o paganismo grego e romano, White chegou a uma concepção de harmonia arcadiana do mundo natural, que foi a raiz do vitalismo e de visões orgânicas e holísticas da natureza, uma tradição de pensamento que seria seguida por Henry Thoreau, John Muir, Aldo Leopold, Rachel Carson, Eugene Odum, entre outros, autores que Lutz conhecia e admirava.

---

<sup>270</sup> Retirado do *Manifesto* (1980a, p. 12).

Entre eles, Aldo Leopold construiu uma metáfora para expressar o holismo que permeia as relações entre os seres, em seu texto “Pensar como uma montanha” (LEOPOLD, 2008, p. 128-131). Ao narrar um episódio de caça de sua juventude, quando ajudou a matar uma velha loba, Leopold afirmou ter, na maturidade, compreendido a interdependência entre os lobos, os veados e as montanhas. Com a morte dos lobos pelos caçadores, aumentou o número de veados, no entanto, em vez de ser “o paraíso dos caçadores”, isso representou um desastre para a vegetação das montanhas: “vi todos os arbustos e plantas novas comestíveis serem roídos pelos veados, primeiramente ao ponto de ficarem anêmicos e inúteis, e a seguir até a morte!”. Para ele, “uma montanha assim é como se alguém tivesse dado a Deus tesouras de podar novas, e lhe tivesse proibido qualquer outra ocupação” (LEOPOLD, 2008, p. 131). Pensar como uma montanha, portanto, seria compreender que todos os seres estão entrelaçados e dependem uns dos outros para sobreviver, desde o inseto, a grama, até o predador.

Também Rachel Carson inicia o segundo capítulo de *Primavera silenciosa* aludindo a essa concepção holística: “a história da vida sobre a Terra tem sido uma história de interação entre as coisas vivas e o seu meio ambiente” (CARSON, 1964, p. 15). E era justamente por essa interdependência entre os seres que ela criticava o uso do que chamou biocidas (os agrotóxicos), capazes de contaminar toda a cadeia alimentar, bem como solos, rios, lagos, enfim toda a vida.

A visão holística é cara ainda à corrente da *ecologia profunda*, considerada por Frijof Capra (2006, p. 25) como “um novo paradigma”:

A percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos) (...). A ecologia profunda não separa seres humanos — ou qualquer outra coisa — do meio ambiente natural. Percebe o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida.

A *Ética Lutzenbergeriana*, portanto, alicerça-se na visão de que a interdependência entre todos os seres – inclusive os humanos – é fundamental. Segundo Lutz (e também para os autores que defendem formulações semelhantes, biocêntricas), ela diverge da ética antropocêntrica que o mundo ocidental desenvolveu em relação à natureza ao longo dos séculos, segundo a qual os humanos teriam o direito de usar os elementos naturais como recursos para seu enriquecimento material. Para as éticas ambientais embasadas no holismo, no momento em que os humanos interferem nas interações dos demais seres, seriam causadores de desastres que, com o tempo, acabariam atingindo também a própria humanidade. Por isso, essa ética preconiza que todas as formas de vida merecem ser respeitadas em seu direito de viver e relacionar-se, o que nos leva para seu terceiro princípio.

### 3) Princípio da reverência e respeito por todas as formas de vida

Enunciado: “*Nós, seres humanos, devemos parar de agir como um câncer nesse superorganismo. Portanto, precisamos de uma nova ética - na verdade muito antiga - holística e abrangente, uma ética que abraça toda a Criação, uma ética baseada no princípio fundamental, proposto por Albert Schweitzer, de reverência pela Vida em todas as suas formas e manifestações*”<sup>271</sup>.

Como podemos perceber, esse segundo princípio decorre do primeiro: por viverem em dependência e em relação constante, todos os elementos naturais mereceriam respeito e até mesmo reverência. Tal ideia foi apropriada de Schweitzer, autor citado em diferentes oportunidades por Lutz, como vimos, mas também de Leopold e da ecologia profunda<sup>272</sup>. Para o médico alemão, a ética só se tornaria “completa com a exigência da compaixão para com [todos] os seres vivos” (SCHWEITZER, 1964, p. 179).

Segundo Schweitzer (1936, *Online*), uma ética antropocêntrica não faria sentido, pois “quando consideramos a imensidão do universo, devemos confessar que o homem é insignificante (...) certamente, a vida do homem dificilmente pode ser considerada o objetivo do universo”. Em sua visão, o elemento fundamental da ética é que ela manifesta a vontade de viver de quem a professa. De acordo com ele, todos os nossos pensamentos contêm essa vontade de viver e nós lhe damos expressão e forma em palavras. Todos os seres teriam como objetivo manter-se vivos; todos buscariam a manutenção e alargamento da existência pelo maior tempo possível. Por isso, ele considera a reverência pela vida como “o primeiro ato espiritual na experiência humana”.

Após reconhecer a vontade de viver em si mesmo, o humano precisaria dar o passo além, reconhecer que outras formas de vida também possuem o mesmo direito. Seria meditando sobre a própria vida que homens e mulheres chegariam à compreensão de que todos os demais seres vivos precisam ser reverenciados e respeitados no seu direito de viver. Segundo Schweitzer (1936), “a renúncia é a própria base da ética”. Leopold (2008, p. 188) concorda: “uma ética, em termos ecológicos, é uma limitação da liberdade de agir na luta pela existência”. De acordo com esses autores, os humanos precisariam recuar, quando percebessem que suas ações poderiam causar danos às demais formas de vida.

A ética de Leopold preconiza que os humanos devem cooperar e respeitar os demais seres. A ética da terra proposta por ele “apenas alarga os limites da comunidade por forma a incluir nela os solos, as águas, as plantas e os animais ou coletivamente: a terra”. Mais do que isso, essa ética “altera a função do Homo sapiens, de conquistador da comunidade da terra em membro e cidadão

---

<sup>271</sup> Retirado do texto “Reverência pela vida”, de Lutzenberger (Anos 1990, *Online*).

<sup>272</sup> Rachel Carson também defende a reverência pela vida, influenciada por Schweitzer.

pleno dela. Isso implica respeito pelos outros membros seus companheiros, e também respeito pela comunidade enquanto tal” (LEOPOLD, 2008, p. 190).

Também a ecologia profunda defende o respeito à vida de todos os seres. Segundo Capra (2006), é uma “visão de mundo que reconhece o valor inerente da vida não-humana”. Seu formulador, Arne Naess, vai ainda mais longe, postulando a necessidade de identificação entre as pessoas e os outros seres: “O cuidado flui naturalmente se o “eu” é ampliado e aprofundado de modo que a proteção da Natureza livre seja sentida e concebida como proteção de nós mesmos” (NAESS, Apud. CAPRA, 2006, p. 28-29).

O respeito, a reverência, o cuidado com a natureza, segundo a *Ética Lutzenbergeriana*, precisariam ser atitudes humanas fundamentais. Dessa forma, acreditava Lutz, a humanidade deixaria de representar “um câncer” a adoecer o planeta e passaria a ser “um companheiro” a interagir de forma positiva com o mesmo. Essa atitude “cancerígena”, por assim dizer, seria um comportamento de fundo moral, filosófico, a causa mesma da crise ecológica. Como veremos a seguir, para essa ética, não seria a ciência a causadora da crise, mas a moral adotada pela humanidade em relação à vida ao seu redor.

#### **4) Princípio da sobrevivência: A causa da crise ambiental é filosófica, moral, e não científica ou tecnológica**

Enunciado: “*A causa profunda da crise não é tecnológica nem científica, é cultural, filosófica. Nossa visão incompleta do Mundo nos faz querer agredir o que deveríamos querer proteger. Achamos que devemos ‘dominar a natureza’, lutar contra ela para não sermos por ela dominados. Acontece que a alternativa ‘senhor ou escravo’ não corresponde à realidade das coisas. O caminho que a Ecologia nos indica é o de sócio da Natureza* [grifos do autor]”<sup>273</sup>.

Em “Ecologia, ciência da sobrevivência” (17/12/1972, APJL), Lutz definiu a Ecologia, justamente, como “a ciência da sobrevivência, uma vez que ela estuda os sistemas de suporte da vida na Terra”. Ela seria necessária, pois “se quisermos sobreviver, precisamos conhecer melhor os sistemas naturais”. Para Lutzenberger, o dilema da sobrevivência da espécie humana levava “a outro aspecto da Ecologia, o mais importante, o aspecto moral. A Ecologia é uma ciência revolucionária porque ela nos obrigará a uma revolução, a uma reviravolta radical em nossa atitude diante do mundo em que vivemos”. O problema todo, de acordo com ele, havia sido causado por uma moral estreita do homem ocidental, que “não inclui demais seres nem seus descendentes”, ou seja, por uma moral antropocêntrica. Como vimos na introdução, o termo “moral” se refere às

---

<sup>273</sup> Retirado de Lutzenberger (1980a, p. 16).



normas, às regras de conduta dos sujeitos. Ao utilizar essa palavra, Lutz parecia querer alertar que as normas adotadas pela humanidade (em particular, no mundo ocidental) em relação à natureza estavam em desacordo com a manutenção da vida na Terra.

Consta no APJL a transcrição de uma entrevista de Lutz ao Programa “Ambiente em Crise”, da Rádio da Universidade (UFRGS), realizada em 22/01/1972. A primeira pergunta do radialista foi “Qual seria sua definição de Ecologia?”, à qual ele respondeu que seria “a ciência da sobrevivência” e acrescentou que, para ele, tratar-se-ia

antes de tudo, [de] uma maneira de ver, uma perspectiva. Pode-se dizer que é uma filosofia, porque ela nos dá novos valores e nos mostra que os valores atuais, os valores da sociedade ocidental, os valores da sociedade tecnológica, da sociedade de consumo, ... são falsos, porque insustentáveis. Eles nos levam à autodestruição e à destruição de toda a vida neste astro. Para sobreviver vamos necessitar de uma moral ecológica, de uma moral que tome em conta toda a criação, que não situe mais o homem fora, por cima e contra a natureza. Temos que aprender que somos apenas um entre muitos atores nessa grande sinfonia da evolução orgânica e que só sobreviveremos à medida que sobrevive a natureza (LUTZENBERGER, 22/01/1972).

Lutzenberger entendia que essa moral era a causa de uma série de problemas. Por exemplo, considerava o uso da energia nuclear como “imoral: prejudicamos as gerações futuras para daqui a centenas, milhares, milhões de anos” (LUTZENBERGER, Palestra em Santa Catarina, 25/07/1977, APJL). Isso se dava porque, para ele, o problema não estava na ciência ou “na tecnologia em si nem nas suas intenções. Essas intenções são consequência de determinados enfoques, de determinados esquemas mentais, [expressos em] agir hoje para pensar depois!” (IDEM).

Também o modelo econômico, baseado no crescimento ilimitado, era, de acordo com nosso personagem, a justificativa para um comportamento humano destruidor: “estamos derrubando, envenenando, destruindo todos os sistemas vivos do planeta. Não podemos prosseguir nessa corrida por muito tempo ainda” (LUTZENBERGER, 24/09/1988, APJL). Segundo Lutz, tal “corrida” ocorreria por motivos econômicos e éticos,

por causa dos dogmas básicos, por causa das premissas básicas, dos postulados fundamentais de nossa atividade econômica. *Trata-se de um problema verdadeiro verdadeiramente filosófico, religioso, não técnico.* A atitude predominante é que basta estabelecer alguns padrões técnicos, por exemplo, controlar a poluição aqui e desenvolver uma agricultura um pouco mais saudável alhures, e então todos os nossos problemas se solucionarão, mantendo-se o sistema inalterado. Mas não é assim. Ou mudamos nossa filosofia de vida ou de fato extinguiremos toda a vida do planeta.

Nossa tradição judaico-cristão nos legou como herança uma cosmovisão em frontal oposição às leis da vida. Essa cosmovisão é antropocêntrica. Pensamos ser a única espécie importante no planeta, a única espécie que tem o direito a decidir o que fazer com esse planeta [grifo meu] (LUTZENBERGER, 24/09/1988, APJL).

Já no *Manifesto* Lutzenberger defendeu que a humanidade precisava *inverter a dessacralização da natureza*. Em sua opinião, o problema era que a cultura ocidental se alicerçava num erro filosófico desde os tempos bíblicos:

Enquanto no idioma indu não existe palavra para designar o que chamamos de ‘profano’, para o silvícola animista tudo é sagrado e para o budista Deus e Natureza são a mesma coisa, nós, na Cultura Ocidental,

fazemos questão de excluir de nossa ética tudo o que não se relaciona com o Homem. Quando somos ainda crentes cristãos, judeus ou muçulmanos e acreditamos num deus pessoal, nossa ética se cinge às relações Deus/homem e homem/homem, se somos ateus ou comunistas, sobra apenas o segundo desses relacionamentos. Em nossa ética e na nossa jurisdição não há lugar para a relação homem/natureza. A natureza como um todo e cada um dos seres que ela contém são para nós simples objetos, recursos, matéria-prima, palco para nossas obras, mas ela não participa da nossa moral, nenhum remorso sentimos quando destruímos a mais magnífica e irrecuperável de suas obras! (LUTZENBERGER, 1980a, p. 80-81).

Embora não frequentasse nenhuma igreja ou seita quando adulto<sup>274</sup>, Lutzenberger defendia a adoção de uma espécie de moral religiosa, que transcenderia as relações entre humanos, e entre esses e Deus, e alcançaria também os demais seres vivos que habitam o planeta. Para Lutz, a culpa da dessacralização da natureza atual seria da cultura ocidental, embasada em valores judaico-cristãos, responsáveis por excluir a natureza da moral humana. Ele tomou emprestado essa ideia do artigo “The historical roots of our ecological crisis”<sup>275</sup> do historiador Lynn White Jr., publicado na *Science* em 1967, uma das referências bibliográficas do *Manifesto*.

Nesse artigo, que se tornou muito famoso e citado, White Jr. afirmou que a causa profunda da crise ecológica contemporânea estaria enraizada na mencionada herança judaico-cristã, componente importante na formação da cultura ocidental<sup>276</sup>. O grande problema dessa herança seriam seus “ensinamentos” a respeito do meio ambiente:

o cristianismo herdou do judaísmo o conceito de tempo linear e uma surpreendente história da criação. Deus criou todas as plantas, animais, etc., e o homem. Deus planejou tudo explicitamente para uso e benefício do homem. (...) ainda que o corpo do homem seja feito de argila, ele não é simplesmente parte da natureza, é feito à imagem e semelhança de Deus. Nos padrões ocidentais, é o cristianismo a religião mais antropocêntrica que o mundo já viu. O Cristianismo estabeleceu que é do desejo de Deus que o homem explore a natureza para suas necessidades (WHITE Jr., 1981, p. 16).

Segundo White, a ciência e a tecnologia estavam impregnadas da ideologia do progresso, fruto do pensamento judaico-cristão. Como o problema era religioso, o autor sugeria uma solução também religiosa: “o senso herético e profundamente religioso dos Franciscanos primitivos da

---

<sup>274</sup> Informação enviada por Lilly via e-mail (20/07/2015): “Meu pai foi batizado católico e seus pais eram ambos católicos, só que meu avô era pouco crente e praticante e minha avó era uma católica fanática. (...) Ia na missa todos os dias cedinho, rezava sem parar e era muito atuante na Paróquia da Igreja Sta. Teresinha, que fica na frente do Parque da Redenção, na Rua José Bonifácio, a uma quadra da Casa Lutz (...). Minha avó era muito devota do Sto. Antônio e é por isso que meu pai se chama José Antônio. Minha avó desejava que se tornasse padre e ele até entrou na onda dela e foi bem crente durante a infância e começo da adolescência. Mas depois começou a se desiludir e perdeu a fé na igreja católica. Mais tarde, ele se revoltaria contra as principais fés monoteístas antropocêntricas (cristã, judaica e muçulmana), identificando-as como a origem filosófica do desastre ecológico que padecemos hoje”.

<sup>275</sup> Esse texto foi traduzido por Roberto A. Dantes e publicado na revista *Pensamento Ecológico*, Nº 13, de julho de 1981. Cito aqui essa tradução.

<sup>276</sup> Segundo Nash (1989, p. 51), essa tese já havia sido proposta na obra de Edward Evans, no final do século XIX, que elaborou uma análise contra o caráter antropocêntrico do cristianismo, criticando o “mandato tirânico” contido no Gênesis para conquistar a terra e comparando desfavoravelmente as crenças judaico-cristãs às religiões biocêntricas do Oriente, como o budismo e o brahmanismo.

autonomia espiritual de todos os componentes da natureza pode e deve indicar uma direção. Eu proponho São Francisco de Assis como patrono dos ecologistas<sup>277</sup>” (WHITE Jr., 1981, p. 22).

Para Siqueira (2002, p. 36), o problema dessa visão seria a interpretação isolada de versículos da Bíblia, o que geraria “falsos silogismos e conclusões errôneas”. Segundo ele, muitos autores teriam atribuído ao versículo “crescei e dominai a terra”, presente no Livro de Gênesis (1,28), o sentido de “um domínio explorador e irresponsável do homem ocidental da Natureza”. Em sentido oposto, o autor interpreta que o “domínio” bíblico “supõe administrar, zelar, preservar e cuidar, é bem diferente do domínio predador, destruidor e devastador, proveniente dos modelos histórico-econômicos existentes na sociedade”. Os autores por ele criticados esqueceriam de observar o capítulo 2 do Gênesis, versículo 15: “Javé Deus tomou o Homem e colocou-o no jardim paradisíaco do Éden de delícias para o cultivar e o guardar”.

Como a *ética lutzenbergeriana*, as éticas profunda e da reverência pela vida revelam um caráter místico e até religioso em suas propostas. Segundo Capra (2006, p. 26), “a percepção da ecologia profunda é percepção espiritual ou religiosa. Quando a concepção de espírito humano é entendida como o modo de consciência no qual o indivíduo tem uma sensação de pertinência, de conexão, com o cosmos como um todo, torna-se claro que a percepção ecológica é espiritual na sua essência mais profunda”. Já a ética da reverência pela vida, de acordo com Schweitzer, fundamenta-se na constatação de que

O “Absoluto” tem um caráter de tal modo abstrato que não podemos comunicarmo-nos com ele (...). Mas entramos em contato espiritual com a [vontade criadora infinita] quando nos sentimos sob o impacto do mistério da vida e nos dedicamos a todos os seres vivos que temos a oportunidade e a faculdade de servir. Uma ética que nos obrigue somente a preocuparmo-nos com os homens e a sociedade não pode ter esta significação. Somente aquela que é universal e nos obriga a cuidar de todos os seres nos põe de verdade em contato com o Universo e a vontade nele manifestada (SCHWEITZER, 1964, p. 182).

A questão da moral, dos valores, é considerada fundamental para a ecologia profunda e, segundo Capra (2006), também nas decisões científicas e tecnológicas:

Geralmente, não se reconhece que os valores não são periféricos à ciência e à tecnologia, mas constituem sua própria base e força motriz. Durante a revolução científica no século XVII, os valores eram separados dos fatos, e desde essa época tendemos a acreditar que os fatos científicos são independentes daquilo que fazemos, e são, portanto, independentes dos nossos valores. Na realidade, os fatos científicos emergem de toda uma constelação de percepções, valores e ações humanos — em uma palavra, emergem de um paradigma — dos quais não podem ser separados. Embora grande parte das pesquisas detalhadas possa não depender explicitamente do sistema de valores do cientista, o paradigma mais amplo, em cujo âmbito essa pesquisa é desenvolvida, nunca será livre de valores. Portanto, os cientistas são responsáveis pelas suas pesquisas não apenas intelectual mas também moralmente (CAPRA, 2006, p. 28).

De forma semelhante, Lutz (1995) afirmava que “a Ciência é profundamente emotiva, não é nada fria. Ela é contemplativa, amorosa, está baseada em sentimentos de admiração diante do

---

<sup>277</sup> É interessante constatar que, doze anos após a publicação do artigo de White, em 1979, em meio ao *boom* da ecologia, o Papa João Paulo II proclamou-o santo patrono dos ecologistas (USP. Protetor dos animais, *Online*).

Grande Mistério”. O “autêntico cientista”, para ele, tinha responsabilidade moral pelas suas descobertas:

Para ser um cientista autêntico, é preciso aceitar uma série de disciplinas, uma escala de virtudes. Antes de mais nada, é preciso travar um diálogo limpo, absolutamente honesto com o universo. Se um cientista mente, se trapaceia, então deixa de ser cientista – ao menos enquanto está mentindo e trapaceando. (...) O cientista não se pode ser frio ou neutro. Trata-se de uma decisão ética. Algo que envolve a emoção humana (LUTZENBERGER, 24/09/1988, APJL).

Como já abordamos no final do capítulo 3, nossa personagem diferenciava ciência e tecnologia do ponto de vista ético. De acordo com ele, “A tecnologia aproveita-se dos conhecimentos, das informações que o diálogo limpo deu à ciência para fazer artefatos, instrumentos” (LUTZENBERGER, Março de 1995, *Online*). Esse aspecto o levava a inferir sobre a questão política envolvida na tecnologia: “todo artefato serve a alguma vontade, a do inventor ou de seu patrão. Isto tem a ver com poder, por pequeno ou grande que seja. É uma atitude impositiva, é o contrário da atitude básica da ciência, que é contemplativa”. Da mesma forma que a ciência, para ele, “a tecnologia também não é fria, é muito quente”.

Lutz acreditava que o dogma de que ciência e tecnologia seriam isentas de questões éticas e “praticamente sinônimas” era imposto pelos tecnocratas, com o objetivo de “escravizar” as pessoas comuns, pois, com a especialização do conhecimento, tornava-se impossível que todos compreendessem o funcionamento das novas invenções: “se nós protestarmos, eles [os tecnoburocratas] vão dizer: ‘mas como, que gente atrasada, querem voltar para a Idade Média, estão sendo muito emotivos, esse assunto tem que ser discutido em grêmios fechados de técnicos, especialistas, que vão discutir a questão com mente fria’, etc.”. Por isso, para ele, era importante distinguir ciência e tecnologia: “a tecnologia está cheia de mentiras. Basta dizer que ela usa um imenso aparelho publicitário para criar necessidades artificiais, mas que são úteis para o tecnocrata. A tecnologia está cheia de mentiras, de logro e trapagens, coisas que na ciência não se pode fazer” (LUTZENBERGER, Conferência... 1992, APJL).

No entanto, em seus escritos, ele não recomendava abandonar a ciência e a tecnologia, mas sim defendia a aplicação da “ciência com ética” (1980a). Da junção entre ciência e ética – o compromisso moral, novamente – surgiriam novas formas de tecnologia, menos agressivas e mais sustentáveis. O importante, para ele, era que o cidadão se mantivesse atento quanto aos usos políticos que a ciência e a tecnologia permitiriam, como veremos a seguir.

## **5) Princípio da tecnologia leve: crítica política da ciência e da tecnologia**

Enunciado: *“Decisões técnicas são sempre políticas. Não [devemos] cometer erros cujas consequências são irreversíveis e inaceitáveis. Podemos e devemos cometer erros, desde que as consequências não sejam irreversíveis e inaceitáveis”*<sup>278</sup>.

O questionamento político da tecnologia estava presente já nos primeiros textos de Lutzenberger, tema no qual ele vai tocar em inúmeras oportunidades ao longo de sua militância. Durante os anos 1970, ele criticou muito “a tecnocracia no poder”, ou o exercício do poder por tecnocratas. Por exemplo: numa palestra em Santa Catarina, realizada no ano de 1977, criticou a dessalinização das lagoas do Sul desse estado, temática em debate naquele momento, como mais uma expressão da “Ditadura da Tecnocracia”. Em suas palavras,

O tecnocrata parte de enfoque reducionista. Ele persegue um alvo limitado e usa dos métodos mais fáceis que estão à sua disposição para alcançá-lo e da maneira mais fácil e mais barata, mas simplesmente não quer saber quais os estragos que está causando à direita ou à esquerda. E aqueles poucos que se levantam em protesto diante desses absurdos são, simplesmente, considerados fanáticos, saudosistas, meio loucos, “dom quixotes” (LUTZENBERGER, Palestra Santa Catarina, 25/07/1977, APJL).

Citou ainda outros exemplos do que considerava “o enfoque reducionista dos tecnocratas”, em diferentes pontos do país: “a Cascata do Yucumã, ameaçada por barragens”; o INCRA “implementando pecuária na Amazônia”; no Pampa, “o plantio de eucalipto para celulose”; em Porto Alegre, o “DEMAG (Departamento de água e esgoto) propôs uma cloaca centralizada no Guaíba. Chamaram de ‘emissário’, como se fosse um embaixador”. Segundo Lutz, essa obra contaminaria “o ponto de captação da água, no bairro Menino Deus e Vila Conceição”. Entre as consequências ruins à população, citava o uso de mais cloro para purificar a água, o que poderia aumentar o nível dos cancerígenos hidrocarbonetos clorados (dioxinas). Para tomar essa decisão, de acordo com ele, “não ouviram ecologistas nem estudos da UFRGS”. Esse tipo de projeto, em sua visão, caracterizava-se pela “imprevidência e desinteresse na procura de soluções” (LUTZENBERGER, Palestra, 25/07/1977, APJL).

O pensamento tecnocrático, segundo Lutz, estaria embasado em algumas premissas: 1) Econômica: “progresso se mede em termos de PNB...É mais progressista aquele que tem um PNB mais elevado”; 2) Ética: “nesse planeta existe uma única espécie importante, que somos nós (...). A nossa ética só inclui a humanidade, e, quando somos ainda crentes, católicos, judeus ou muçulmanos, ela inclui também as relações homem-deus. Caso contrário, ela inclui somente as relações homem-homem”; 3) Tecnológica: “quanto mais complexo, quanto menos acessível ao pequeno, melhor! O que interessa é a sofisticação, o tamanho, a concentração de capital e, sobretudo, a concentração de poder de decisão econômica”; 4) Mercadológica: “as gerações

---

<sup>278</sup> Retirado de Lutzenberger (25/07/1977, APJL).

futuras estão ausentes do nosso mercado atual [mas] serão afetadas pelas decisões presentes (...). Precisamos ter advogados delas em nosso mercado. E é esse o nosso trabalho do movimento conservacionista; nós somos os advogados da posteridade” (LUTZENBERGER, Palestra, 25/07/1977, APJL).

Tudo isso levaria ao “esquema tecnológico” predominante no mundo; segundo ele, “um esquema de dominação (...). As burocracias, sejam elas estatais, particulares ou empresariais, multinacionais vão escolher entre as tecnologias que se lhes oferecem, apenas aquelas que geram poder (...). Existem alternativas, mas estas não são trilhadas, porque elas não geram poder central” (IDEM). Exemplos disso seriam as energias eólica e solar.

Nos anos 1990, quando escreveu *Garimpo ou Gestão* (2009), no auge das discussões sobre a globalização, o domínio da tecnologia na vida das pessoas seria tamanho que inibiria o que considerava a “verdadeira democracia”. Segundo ele,

A essência da nossa cultura atual, da Sociedade Industrial Moderna, que se encontra na sua fase final e conquista do globo, é a tecnologia. Nossas vidas estão completamente determinadas e dominadas por ela. Por isso, nos consideramos todos muito modernos, nem pensamos em questionar. Regozijamo-nos por estar, finalmente a democracia tomando conta do mundo. Não nos damos conta de que a verdadeira democracia, a liberdade e a autonomia individual, familiar, local, regional e nacional estão sempre mais corroídas por imposições intransponíveis de necessidades criadas por decisões técnicas que são tomadas à revelia do cidadão, da comunidade e mesmo dos governos, em todos os seus níveis e poderes. Os governantes, imbuídos da ideologia da tecnocracia e dela dependentes, acabam sancionando e reforçando essa ideologia (LUTZENBERGER, 2009, p. 40).

Como vimos acima, Schweitzer colocou esse tema em questão, quando emitiu sua declaração sobre a energia nuclear em 1957. Para ele, a população mundial estava sendo ignorada quanto às decisões sobre o uso dessa tecnologia. Outro autor, já mencionado, a abordar o aspecto político da tecnologia foi Barry Commoner. Segundo ele, essa teria trazido “a ilusão fatal de que, através das máquinas, nós escapamos da dependência do ambiente natural”. Mas essa visão seria falsa e perigosa, pois tudo o que a tecnologia produz dependeria da integridade do funcionamento do enorme e complexo sistema global da vida (COMMONER, 1971, p. 6-7). Ele era um cientista com visão social, para quem as questões que envolviam aceitar risco às populações demandavam participação pública – especialistas científicos ou agentes públicos não teriam autoridade moral para tomar esse tipo de decisão unilateralmente. Commoner acreditava que o dever do pesquisador (*scholar*) era o desenvolvimento da verdade socialmente dignificante, a qual requereria liberdade para testar o significado de todas as observações relevantes, abertamente. O pesquisador teria assim uma obrigação com o discurso aberto (EGAN, 2004, p. 8).

Também Carson (1964, p. 285-6) aborda o assunto, clamando pelo “direito de saber” a respeito das decisões no âmbito das inovações tecnológicas (no caso de seu livro, os agrotóxicos), porque elas envolveriam riscos aos cidadãos, seus consumidores. No âmbito da ética, Jonas é quem propõe um princípio para a civilização tecnológica: o “Princípio responsabilidade”. Com a

tecnologia moderna, a humanidade teria adquirido um poder de destruição muito grande sobre o mundo natural (inclusive de autodestruição). Diante desse poder, o autor (2006) entende que as pessoas deveriam ser responsáveis em suas ações para evitar que a vida na Terra não desaparecesse.

Esse aspecto da crítica ambientalista é analisado por Pádua (2005, p. 6) como uma herança teórica iluminista. Questionamentos sobre o tema se fundamentam, para o autor, “em grande parte na politização da ciência, na utilização de conhecimentos empíricos sobre os impactos biofísicos da ação humana como base para criticar modelos de produção ou, em um nível ainda mais profundo, modelos de civilização”.

Além da questão política e decisória que envolve a esfera da tecnologia, nosso personagem também enfocou a concentração de poder que ela proporciona, aspecto abordado a seguir.

## **6) Princípio democrático (política ecológica)**

Enunciado: “*O problema central de toda a sociedade humana é como conseguir controle efetivo do poder, como evitar sua usurpação. Se quisermos realmente fortalecer a democracia, não é permitindo que cresça o poder dos governos que vamos consegui-lo. A liberdade só aumenta à medida que aumentam a autossuficiência, a autonomia local, a autogestão, e se descentralizam todas as formas de poder de decisão*”<sup>279</sup>.

No objetivo de obter poder, Lutz não via diferença entre sistemas político-econômicos (comunistas ou capitalistas), governos, religiões ou empresas. No artigo “A tragédia do poder”, publicado como capítulo de seu livro *Ecologia: do jardim ao poder* (1985), ele afirmou: “Quer seja em esquema democrático ou totalitário, o que toda burocracia persegue é sua própria sobrevivência e ampliação. Realmente não interessa que se chame General Motors ou Partido Comunista Soviético, ou mesmo igreja católica ou federação mundial do voodoo”. Em cada um desses casos, as regras do jogo seriam diferentes, “mas em todo jogo os participantes querem ganhar” (LUTZENBERGER, 1985, p. 97).

Lutzenberger tinha uma visão muito crítica ao acúmulo de poder – motivo pelo qual sempre defendeu esquemas descentralizados:

Todo poder corrompe (...). As burocracias facilmente degeneram em burrocracias. Esta tendência é diretamente proporcional ao crescimento em tamanho e centralização administrativa. É melhor ou traz um mal menor o poder dividido entre muitos bandidos do que o poder na mão de um só Jesus Cristo. (...) Sempre que o poder estiver em uma só mão, por mais virtuosa que seja, todo aquele que tiver ideias e alvos diferentes inevitavelmente sofrerá. Distribuído entre muitos detentores, mesmo mal-intencionados, o poder se torna menos envolvente, deixa muitas frestas, e os diferentes centros de poder se combatem ou se freiam mutuamente (LUTZENBERGER, 1985, p. 99).

---

<sup>279</sup> Retirado de LUTZENBERGER, 1985, p. 102.

E era também por esse motivo que ele preferia o capitalismo ao comunismo:

A propaganda dos governos comunistas gosta de falar do “capitalismo monopolista”. Ora, esse termo se aplica perfeitamente a eles. Os países capitalistas são oligopolistas, um mal apenas um pouco menor que o capitalismo de monopólio total do Estado. (...)

Estatização não destrói, não desmantela poder, apenas o transfere. Em geral, a transferência se faz de um centro menor para um maior, que se torna então ainda mais poderoso. Por isso a perda de liberdade e de alternativa para o indivíduo é pior depois do que antes da estatização. (...)

No processo de concentração de poder das chamadas revoluções socialistas, a ideologia invocada pelos novos poderosos muitas vezes consegue ainda escravizar espiritualmente. Se antes a servidão era econômica e bem visível, agora o indivíduo crente aceita docilmente sacrifícios desnecessários, em nome de *alvos superiores*. Não protesta onde antes esperneava (LUTZENBERGER, 1985, p. 100).

Ele associava concentração de poder à falta de liberdade; afinal, em suas palavras, “a liberdade só aumenta à medida que aumentam a autossuficiência, a autonomia local, a autogestão, e se descentralizam todas as formas de poder de decisão” (p. 100). Quanto mais descentralizada fosse uma estrutura, organização ou governo, mais livre as pessoas seriam para tomar decisões, de acordo com o pensamento de Lutz.

Porém, o ideal para ele “seria uma sociedade sem governo, sem polícia, uma sociedade autogovernada, onde cada indivíduo se comportasse de acordo com o bem comum” (p. 101). É interessante constatar nessas afirmações, como aludiram Marques (Entrevista, 08/08/2014) e Lustosa e Benites (2008), “rasgos de anarquismo”. Afinal, certas palavras mencionadas por Lutz, como “autogoverno”, “autonomia” e “autogestão”, são conceitos-chave da teoria anarquista. Em seu livro *O Anarquismo*, Luiz Pilla Vares (1988) cita trecho de um artigo do anarquista russo Mikhail Bakunin, em que o autor afirma não seguir o comunismo porque esse negaria a liberdade:

Detesto o comunismo porque trata-se da negação da liberdade e eu não posso conceber nada humano sem a liberdade. Não sou comunista ainda porque o comunismo concentra e absorve todas as forças da sociedade nas mãos do Estado, enquanto eu quero a abolição do Estado — a extirpação radical da autoridade e da tutela do Estado, que, sob o pretexto de moralizar e civilizar os homens, até hoje só os aviltou, oprimiu, explorou e depravou. Quero a organização da sociedade e da propriedade coletiva ou social de baixo para cima, pelo caminho da livre associação, e não de cima para baixo, por meio de qualquer autoridade seja ela qual for. É nesse sentido que eu sou coletivista e de nenhuma maneira comunista (BAKUNIN, 1983. Apud VARES, 1988, p. 39).

Como já mostramos nos capítulos anteriores, Lutz defendeu seguidamente posições próximas àquelas presentes nesse excerto de Bakunin. Embora nunca tenha argumentado seriamente pelo fim do Estado, sempre se manifestou contra a concentração de poder nessa instância e, por isso, contra o comunismo, aludindo ao mesmo motivo mencionado pelo anarquista russo: a falta de liberdade trazida pela estatização. Nosso personagem defendeu várias vezes também a “livre associação” das pessoas, a ênfase na produção local<sup>280</sup>.

---

<sup>280</sup> Comentei com Lilly sobre uma possível aproximação de Lutz ao anarquismo, ela me disse que não guarda nenhuma lembrança de manifestação dele nesse sentido. Também não constam, na parte do acervo já doada à UNISINOS, livros de autores anarquistas na biblioteca de nosso personagem.



Mesmo que tenha afirmado se considerar “um democrata”, como vimos no debate com Flávio Andrade, no capítulo 6, Lutz preferia não deixar muito claro qual seria a sociedade ideal para ele – característica do seu *discurso escorregadio*. Apenas falava que, como nunca haveria “a utopia”, preferia contentar-se “com uma situação em que haja o máximo de equilíbrio entre os centros de poder, prefiro o poder distribuído entre muitos bandidos do que na mão de um idealista que procurará impor, e que então terá poder irrestrito para impor a sua vontade”. Em sua visão, “o desastre do ‘socialismo real’ é esse, é a concentração numa só mão ou numa só claque de todo o poder” (LUTZENBERGER, JEA, S/Data [1978], p. 15, APJL).

Por outro lado, “a defesa da liberdade individual e de formas comunitárias de relacionamento social” também é característica do romantismo (PÁDUA, 2005, p. 65). Outros elementos desse movimento intelectual podem ser percebidos no texto “A tragédia do poder”. Nele, Lutz se mostra “passadista” ao citar como modelos de sociedade autogovernada os “remanescentes intactos de tribos indígenas” e “o homem da idade da pedra, nas comunidades caçadoras-coletoras”. Segundo ele, “esta parece ter sido a situação normal (...) durante mais de dois milhões de anos, pelo menos 99,5% de nossa história. Talvez seja este o paraíso perdido das mitologias antigas” (LUTZENBERGER, 1985, p. 101). Em sua visão, com a invenção da agricultura e da vida urbana, as pessoas teriam sido obrigadas a trabalhar e, com isso, surgiriam todas as estruturas de poder.

Nessa declaração e em outras semelhantes, nas quais Lutzenberger manifestou a valorização de um passado idílico, em que os humanos teriam vivido em conexão harmônica com o mundo natural, podemos perceber, mais uma vez, elementos do romantismo. Segundo Pádua (2005, p. 62), “um dos aspectos mais centrais e inclusivos daquele movimento intelectual foi justamente a valorização do mundo natural, seja em termos estéticos, espirituais ou éticos”. O historiador aponta que, no Brasil, os autores românticos não chegaram a propor uma crítica civilizatória mais profunda, e que também os movimentos ambientalistas, em geral, não reconhecem essa “herança” cultural. Entretanto, é interessante perceber no pensamento e na ética divulgada por Lutzenberger elementos românticos.

Ainda de acordo com Pádua (2005, p. 62), houve diferentes formas de valorização da natureza no romantismo. O autor cita a glorificação do mundo rural-agrícola, “seja com base no viver simples das comunidades de camponeses e artesãos, seja na ligação entre a família patriarcal e a terra estabelecida através da grande propriedade aristocrática”, assim como a consagração da “imagem da natureza no seu aspecto selvagem, através da visão de sociedades tribais ou viajantes vivendo em harmonia com amplas e sublimes paisagens de florestas, savanas, cordilheiras ou desertos”. Parece-me que Lutz incorria em ambas as possibilidades. Na primeira, ao idealizar as comunidades camponesas do passado, que, para ele, seriam modelos de vínculo societário pelo

seu amor à terra. Na segunda, ao defender a concepção de que os indígenas viveriam em harmonia plena com a natureza.

Na mesma linha, outra questão a se destacar, como abordam Lowy e Sayre (1995), para quem o romantismo é uma estrutura mental, uma forma de ver o mundo (*weltanschauung*) e “uma crítica *moderna* da modernidade” (p. 40), é que o homem romântico sente um mal-estar (por viver) na modernidade. O movimento romântico seria uma reação tradicionalista, que idealizaria um passado (imaginado), o qual teria sido melhor, um passado pré-capitalista, pré-moderno. Esse aspecto pode ser verificado em vários escritos de Lutzenberger. Em inúmeras ocasiões ele criticou a “moderna sociedade industrial”, as tecnologias duras modernas (especialmente a energia nuclear), a química moderna (os agrotóxicos e adubos sintéticos, principalmente), e defendeu que o passado pré-industrial era melhor.

Também Rachel Carson (1964, p. 19-20), em sua crítica aos agrotóxicos, afirmou que “o problema dos insetos (...) constitui um acompanhamento da nossa maneira moderna de viver. Muito antes do homem, os insetos já habitavam a Terra”. No período anterior ao advento da química moderna, ressaltou ela, “sob condições agrícolas primitivas, o fazendeiro enfrentava poucos problemas relativos a insetos”. Segundo a autora, o problema seria a agricultura moderna, baseada em monocultivos: “um inseto que vive no trigo pode elevar sua população a níveis muito mais altos, numa fazenda dedicada ao trigo, do que numa fazenda em que o trigo se apresenta interpolado por outras plantas”. De forma análoga, Leopold (2008, p. 132-33) lamentou a morte do último urso *grizzly* que habitava a montanha *Escudilla*, no Arizona, pelos “emissários do progresso”. Lutz, Carson e Leopold, portanto, criticavam os efeitos da modernidade e do progresso para os elementos naturais. De acordo com seus preceitos éticos, esses elementos deveriam também ser levados em conta nas intervenções humanas na natureza, e não apenas os benefícios dessas para a sociedade (antropocentrismo).

No *Manifesto*, há diversas passagens em que Lutz cita exemplos de civilizações antigas que teriam vivido em harmonia com a natureza. Além dos indígenas da América do Sul, sociedades “primitivas” como as budistas e hinduístas “sobreviveram milhares de anos sem alterar significativamente seu ambiente ou estabelecendo belíssimas paisagens culturais, ecologicamente sustentáveis” (LUTZENBERGER, 1980a, p. 18). Também os camponeses da Europa Central ou do Norte, da Ásia ou Indonésia e de outras partes do mundo, e os Incas nos Andes, segundo ele, souberam criar, no passado, magníficas paisagens agrícolas com enlace harmônico entre civilização e natureza. De acordo com sua perspectiva, essas sociedades, com persistência e “amor à terra”, teriam conseguido melhorar o solo, atingindo uma produtividade elevada e sustentável. O agricultor contemporâneo, ao contrário, afirma o personagem, “só sabe espalhar a desolação na paisagem, só conhece a exploração imediatista” (p. 20).

Na visão de Lutz, também a ciência deveria voltar a ser o que fora no passado, especialmente na Grécia Antiga quando correspondera à “percepção de harmonias, gozo estético, deleite espiritual, exercício intelectual” (p. 75). O problema, para ele, seria que, no presente, ciência e tecnologia produziram mecanismos que permitiriam a exploração massiva dos elementos naturais. Em geral, pude perceber que Lutzenberger considerava o passado, especialmente aquele mais longínquo, como um tempo bom, e para onde parecia querer voltar. O presente, ao contrário, seria muito ruim, já que a humanidade estaria presa ao imediatismo e cega quanto aos problemas causados pela exploração intensiva da natureza. Quanto ao futuro, esse se mostrava incerto, devido à crise ecológica provocada pelos seres humanos. Isso é nitidamente perceptível na interrogação-título do *Manifesto: Fim do Futuro?*

Na análise das construções elaboradas por Luz a respeito do tempo, também são úteis as considerações de François Hartog (1997, 2006, 2007) relativas aos regimes de historicidade<sup>281</sup>. No *Manifesto* e em diversos outros escritos de nosso personagem, encontramos uma orientação para o passado como mestre da vida, pois nele teriam existido sociedades mais ecológicas que as contemporâneas, as quais, por isso, serviriam de modelo ao presente. Tal perspectiva é associada ao regime antigo de historicidade, hegemônico nas sociedades ocidentais até o século XVIII. Porém, as manifestações de Lutz se deram em outro contexto, o do presentismo, especificamente nos anos 1970 e 1980, quando ocorreu a patrimonialização do meio ambiente e, portanto, sua inserção na história. De acordo com Hartog (2006, p. 272-73), essa patrimonialização da natureza é a extensão mais massiva e mais nova da noção de patrimônio, que “abre indubitavelmente sobre o futuro ou sobre novas interações entre presente e futuro”. No entanto, tal preocupação com o futuro é diferente daquela do regime moderno, pois, no presentismo, esse “não é mais promessa ou princípio de esperança, mas ameaça (...). Esse futuro não é mais um horizonte luminoso para o qual marchamos, mas uma linha de sombra que colocamos em movimento em direção a nós, enquanto parecemos marcar passo no presente e ruminar um passado que não passa”.

Lutz foi criticado por esse “passadismo”, defendendo-se em *Garimpo ou Gestão*. No livro, afirmou que a humanidade poderia inspirar-se “nos métodos do passado para gerar uma tecnologia nova – e branda” (LUTZENBERGER, 2009, p. 34). Explicou a seus críticos que “não se trata de voltar, mas de avançar. Avançar para uma visão holística, com atitudes sábias, que levem a práticas realmente sofisticadas, de integração, em contraste total com as práticas grosseiras e vandálicas que hoje predominam” (p. 179).

---

<sup>281</sup> François Hartog (2007, p. 16) entende “regime de historicidade” como algo mais ativo do que “época” (que se refere à periodização), ou seja, como “os diferentes modos de articulação das categorias de presente, passado e do futuro. Conforme a ênfase seja colocada sobre o passado, o futuro ou o presente, a ordem do tempo, com efeito, não é a mesma. O regime de historicidade não é uma realidade acabada, mas um instrumento heurístico”.

Ao adentrarmos o aspecto da descentralização presente na *Ética Lutzenbergeriana*, encontramos apropriações interessantes realizadas por nosso personagem tanto do anarquismo quanto do romantismo. Como esperamos ter deixado claro, não se trata de qualificar Lutz como anarquista, mas de perceber que ele possivelmente teve contato com essas ideias, reelaborando-as em suas manifestações. Podemos constatar igualmente uma inspiração romântica em sua ética, visível, sobretudo, na valorização do mundo natural e de sociedades que teriam, em idealizados tempos passados, construído uma interação mais harmônica com a natureza, podendo, por isso, servirem como modelos aos homens do presente.

Além da descentralização do poder, Lutz defendeu incessantemente o fim do dogma do crescimento econômico infinito, segundo ele, uma das mais importantes causas morais da crise ecológica. Por isso, abordo esse ponto como outro princípio de sua ética.

### **7) Princípio da Economia de Estado Estável: A Economia é uma parte da Ecologia**

Enunciado: *“a economia humana é um aspecto parcial da economia da natureza. As ciências econômicas, portanto, deveriam ser encaradas como aquilo que realmente são – um capítulo apenas da Ecologia”*<sup>282</sup>. [O modelo econômico] *“está em contraposição diametral com as leis básicas do funcionamento dos seres vivos. Só um modelo tão desvinculado da realidade da Vida pode permitir a aceitação e manutenção do dogma (...) da necessidade indefinida do ‘crescimento econômico’, da maneira como ele é definido e medido”*<sup>283</sup>.

Na palestra “O modelo liberal-consumista perante o desafio ecológico”, proferida em Wollaston (Inglaterra), no dia 24/09/1988 aos membros da Associação Scott Bader, Lutzenberger enfocou a economia para abordar os demais assuntos de seu interesse<sup>284</sup>. Na ocasião, voltou a afirmar que “a moderna sociedade industrial se lançou numa carreira totalmente suicida”. Segundo ele, o sistema econômico mundial estava embasado numa escala de valores invertida: “quanto mais destruo, quanto mais detritos produzo, quanto mais material preparo para o lixo, tanto melhor, tanto mais produtivo sou considerado, por dar uma contribuição maior para o produto nacional bruto (PNB). E tanto mais faço crescer a economia” (LUTZENBERGER, 24/09/1988, APJL).

Em inúmeros textos e palestras, Lutz criticou o uso do PNB/PIB como medida de desenvolvimento. Em mais uma idealização romântica sobre os indígenas, ele afirmou que “o PNB dos povos indígenas é igual a zero (...). Mas o índio é uma pessoa feliz, muito feliz, ao menos enquanto o branco o deixa em paz”. Entretanto, “os norte-americanos e os alemães, com todo esse

---

<sup>282</sup> Retirado de Lutzenberger (1980a, p. 13).

<sup>283</sup> Retirado de Lutzenberger (2009, p. 83).

<sup>284</sup> O texto dessa palestra foi publicado como artigo na *Revista Eclesiástica Brasileira (REB)*, Volume LII, Petrópolis-RJ, Editora Vozes, 1992.

monumental PNB, 25% morrem de câncer, muitos morrem de doenças vasculares provocadas por excessos e erros na alimentação, e em cada dez pessoas três ou quatro precisam de tratamento psiquiátrico. Mas nada disso aconteceria a um índio” (LUTZENBERGER, 24/09/1988, APJL).

Nosso personagem criticava o fato de que a destruição do ambiente natural não era contabilizada nos balanços das empresas como uma perda. No cálculo do PNB,

Não se debita o esgotamento da mina, o desaparecimento dos peixes no rio e nos oceanos, a perda do ar puro, os custos sociais. Mas a descapitalização da Ecosfera é uma descapitalização real, tão real quanto o empobrecimento de quem esbanja, despreocupadamente, seu capital monetário (...). Longe de ser um índice de progresso real, o PNB é medida de autodestruição (LUTZENBERGER, 1980a, p. 15).

Essas concepções econômicas são tributárias, como vimos acima, dos autores da Economia Ecológica, especialmente Herman Daly e Schumacher. Dessa forma, a ética divulgada por Lutz defende uma mudança no modelo econômico mundial, de forma a chegar à economia de estado estável, na qual não haveria a obrigação do crescimento, mas sim a busca pela estabilidade: um mesmo nível de entradas e saídas, preferencialmente a partir da reciclagem dos materiais e de trocas em âmbito local – uma forma de economia que imitaria o funcionamento da natureza, portanto. Isso levaria, em sua opinião, à garantia de que os elementos naturais não fossem exauridos e, ao mesmo tempo, seria uma forma mais justa do ponto de vista social, aspecto de sua ética que abordaremos a seguir.

## **8) Princípio da justiça ambiental e social**

Enunciado: *“o caminho brando que a ecologia propugna é, justamente, o caminho da justiça social. Justiça social e justiça ambiental são as duas faces da mesma moeda”*.<sup>285</sup>

Um aspecto importante da crítica de Lutzenberger às tecnologias “duras”, especialmente às megatecnologias, além da concentração de poder, são suas consequências sociais. Na palestra “A visão global do saneamento nas cidades”, proferida em Recife no dia 11/07/1984, nosso personagem conectou a perspectiva ambiental com a problemática social, afirmando que

as soluções megatecnológicas são sempre ecologicamente e socialmente profundamente indesejadas. Elas devastam o meio ambiente, contaminam o ambiente, e dão o número mínimo de empregos. Mas movimentam muito dinheiro e propiciam também muita corrupção. Nós temos que reverter esse enfoque. (...). Se nós queremos soluções que sejam ecologicamente boas, racionais, e socialmente aceitáveis, ou pelo menos neutras, que não pisem em ninguém, de preferência devem ser soluções que fazem bem à comunidade, que dão mais emprego, que integram o homem em seu ambiente. Então nós temos que partir não para o centralismo, mas para a descentralização (LUTZENBERGER, 11/07/1984, APJL, p. 26).

---

<sup>285</sup> Retirado de LUTZENBERGER, 1980a, p. 71.

Para resolver o problema do lixo e do esgoto na cidade, ele oferecia uma solução ecológica: “RECICLAGEM dos materiais sólidos e COMPOSTAGEM para produzir matéria orgânica para a agricultura [grifos do autor]”. Propunha assim um caminho descentralizado e local para resolver a questão, a transformação de algo “que está fadado a ser porcaria, em mercadoria. E vamos ver que praticamente não há problema que não tenha solução simples, barata e localmente acessível, e que se possa resolver com recursos locais” (p. 27). Nessa palestra, Lutz apresentou uma diferenciação interessante entre tecnologias duras e brandas, sempre aliando o aspecto ambiental com o social:

As tecnologias brandas são humanas, elas movimentam o homem a nível de comunidade: ele entende o que está fazendo, e sabe que aquilo é importante e, portanto, ele acaba gostando de fazer aquilo que ele faz. Agora, a pessoa inserida num gigantesco aparelho de infraestrutura tecnológica, megatecnológica, é sempre uma pessoa marginalizada e em dependência total. E é por isso também que nós temos cada vez mais desemprego, porque nós só fazemos esse tipo de coisa onde a vantagem está com o dono da máquina, não com as pessoas que fazem o trabalho (LUTZENBERGER, 11/07/1984, APJL, p. 41).

Como apontamos no capítulo 6, a articulação entre justiça social e ambiental já estava presente nas concepções de Lutzenberger desde os anos 1970, por exemplo, na elaboração da *Plataforma do Movimento Ecológico*. No *Manifesto*, ele relacionou o progresso com as questões sociais ao criticar a ideia de que “progresso é tudo aquilo que economiza salários e aumenta os lucros”. Nessa perspectiva, segundo ele, a vantagem estaria somente do lado do empresário: “privatiza-se o lucro e os custos ambientais são socializados. O público paga na poluição e na futura escassez” (LUTZENBERGER, 1980a, p. 39).

Não quero, com isso, alçar Lutzenberger como um precursor do movimento de justiça ambiental nem relacionar suas declarações com os debates atuais sobre o tema. É bom ressaltar também que nosso personagem não integrou em sua ética a contribuição da “ecologia dos pobres”, como formulado por Martinez Alier (2007). Aqui é importante enfatizar, contudo, que ele tinha ciência das implicações sociais dos danos ambientais e elaborou crítica nesse sentido.

De acordo com a *Ética Lutzenbergeriana*, apenas as tecnologias brandas seriam satisfatórias tanto do ponto de vista ambiental quanto social. A mais importante de todas para nosso personagem era a adoção de técnicas “suaves” na agricultura, tema central de sua militância, como vimos nos capítulos 3 e 4. A seguir, abordaremos a orientação que ele tanto divulgou para a agricultura como um dos princípios de sua ética.

## **9) Princípio da trofobiose: Crítica à “revolução verde” e defesa da agricultura de base ecológica**

Enunciado: “a agricultura, fundamental para a sobrevivência de nossa espécie, junto com a indústria e o transporte, é o fator de maior impacto no equilíbrio químico e térmico da atmosfera

*e, portanto, nos processos vitais do Planeta. Esse impacto pode ser positivo ou negativo. Hoje predominam os impactos negativos. Mas a reorientação necessária é relativamente fácil, bem mais fácil do que a drástica reorientação que, muito em breve, terá que acontecer na indústria, no transporte e no estilo de vida”* <sup>286</sup>.

Em 1981, em palestra proferida no seminário “Energy in the least developed countries”, realizada na cidade de Haia, Lutzenberger afirmou que percebia “as grandes monoculturas” e “hipermonoculturas agora em voga”, bem como o uso de pesticidas, como um “estupro da terra”, um “estupro do solo”. Segundo o personagem, “os modernos métodos agrícolas, além de causar problemas políticos, sociais e ecológicos, tinham balanço energético negativo”. Ele defendeu, como solução, a “descentralização da energia, no uso de tecnologias brandas, tecnologias em escala humana, preocupadas em ajudar o indivíduo e a comunidade, não os poderosos” (LUTZENBERGER, 02/07/1981, APJL).

No livro *Garimpo ou Gestão*, Lutzenberger ampliou a discussão, abordando diferentes aspectos da “insustentável agricultura moderna”, especialmente a perda de autonomia do produtor rural frente às empresas de sementes e agrotóxicos. Falando sobre o cruzamento que resultou no milho híbrido, ele afirmou que

As firmas produtoras e distribuidoras de sementes logo se deram conta de que as plantas desse tipo, por razões genéticas que não vamos aqui explicitar, não mais podem ser reproduzidas pelo agricultor, que assim terá que comprar semente nova todos os anos. Excelente negócio para as empresas, negócio garantido para elas, e nova dependência para o agricultor. A indústria química também gostou. Essas linhagens são altamente exigentes em adubos comerciais concentrados, o que as torna muito suscetíveis a pragas e enfermidades. Ótimo para o grande negócio dos agrotóxicos (LUTZENBERGER, 2009, p. 30).

Também o patenteamento dos elementos naturais geraria dependência dos produtores:

Até as galinhas dos campos de concentração de franginhos e poedeiras, eufemisticamente chamados de ‘aviários’, já não são mais raças, são marcas registradas. Já não há necessidade de proibir a reprodução por parte do criador, a título de direito intelectual. O criador não consegue mais reproduzir as aves. Ele tem que comprar sempre de novo da indústria. (...). O ‘criador’ recebe da empresa todos os insumos – ajuda financeira para a construção dos galpões, os pintinhos dos frangos e poedeiras, ração, remédios. Não consegue ter a mínima ingerência nos preços que paga, muito menos nos preços que recebe por seu produto – este, por contrato, só pode ser vendido à mesma empresa que forneceu os ‘insumos’ (...). Nesse esquema, o produtor pode até ter a ilusão de ser empresário autônomo, mas de fato ele é operário, sem garantia de salário, sem direito a férias e sem previdência social (LUTZENBERGER, 2009, p. 31-32).

No subcapítulo “Ética da Terra” do *Manifesto*, inspirado em Aldo Leopold, Lutzenberger propôs “uma reorientação fundamental de nossa agricultura que, em suas formas atuais, é uma das principais causas da devastação” (1980a, p. 65). Para ele, se não se deixasse de praticar a coivara e a “hipermonocultura supermecanizada e quimificada”, teria início, acreditava, uma “grande

---

<sup>286</sup> Retirado de Lutzenberger (2009, p. 153).

fome”. Dada a emergência do problema, o melhor caminho, segundo Lutz, seria a adoção da ética da Terra, ou seja, uma agricultura mais intensiva de mão-de-obra (em que o camponês seria orientado ao amor e apego à terra, respeito e cuidado com o solo) e mais independente do capital e das estruturas megatecnológicas.

É interessante constatar a apropriação que Lutzenberger realizou da ética da Terra de Leopold. Para esse autor, a humanidade precisava deixar de considerar “o uso honesto da terra como um problema exclusivamente econômico”. Em vez de despejar “carradas de fertilizantes” no solo, seria preciso considerar as cadeias de interdependências entre os seres vivos, pois, de acordo com ele, a terra não seria somente solo, “mas uma fonte de energia que flui através de um circuito de solos, plantas e animais” (LEOPOLD, 2008, p.199). As alterações provocadas pelos humanos, tanto ao matar os predadores, quanto ao introduzir técnicas para controlar as “pragas”, causavam, conforme a interpretação de Leopold, sérios problemas, como o encurtamento das cadeias alimentares, a retirada da matéria orgânica e a erosão dos solos (p. 200). Numa tentativa de alterar esse quadro, ele propõe uma ética da terra, que refletiria “a existência de uma consciência ecológica, e esta, por sua vez, reflete a convicção que somos individualmente responsáveis pela saúde da terra”. Decorrente disso, portanto, as ações humanas deveriam levar em conta toda a comunidade biótica, tomando cuidado para “preservar a integridade, a estabilidade e a beleza” de tal comunidade.

Enquanto Leopold entende sua ética da terra como uma orientação para as atitudes humanas em relação ao ambiente natural como um todo (a comunidade biótica), Lutzenberger apropria-se do termo a fim de focar especificamente o tema da agricultura, em suas articulações políticas, econômicas e sociais. Ou seja, ele utilizou a expressão de Leopold, adaptando-a à sua crítica ao modelo agrícola moderno, a “revolução verde”, cujos métodos considerava insustentáveis, podendo até mesmo levar à extinção da vida, defendendo em contraponto “uma agricultura realmente sã e sustentável”, que proporcionaria mais independência e autonomia pessoal aos produtores (LUTZENBERGER, 1980a, p.66-67).

Essa crítica também foi realizada por Carson no que tange ao uso dos agrotóxicos. Ela igualmente apresentou a dimensão ética envolvida no uso desses produtos, questionando o fato de que “substâncias químicas venenosas, biologicamente potentes” foram colocadas nas mãos de pessoas sem conhecimento quanto à capacidade dessas de produzir danos (CARSON, 1964, p. 22). Mais do que isso, o uso das mencionadas substâncias químicas foi permitido sem investigação alguma anterior, “ou apenas uma investigação insuficiente quanto aos seus efeitos sobre o solo, sobre a água, sobre a vida dos animais silvestres e também sobre o próprio homem”. Por isso, alertava: “as gerações futuras não nos perdoarão, com toda probabilidade, a nossa falta de prudente preocupação a respeito da integridade do mundo natural que sustenta a vida toda” (p. 23).



Lutz também se preocupava com os habitantes do futuro. No *Manifesto*, ele afirmou que a ética vigente não os levava em consideração: “Estamos agindo como se fôssemos a última geração e a única espécie que tem direito à vida. Nossa ética que não abarca os seres vivos, não inclui sequer nossos filhos” (LUTZENBERGER, 1980a, p. 37). Essa concepção, acreditava, precisaria ser revertida, com a diminuição do consumo, a adoção de tecnologias brandas e sustentáveis, e uma mudança de hábitos, transformações que seriam capazes de aumentar “nossa qualidade de vida e [...] as chances para nossos filhos” (p. 74). Segundo ele, toda uma reorientação ética era necessária, como veremos a seguir.

## 10) Princípio da sustentabilidade

Enunciado 1: “*Os problemas ambientais e sociais da moderna cultura industrial não são problemas meramente técnicos, suscetíveis de solução com simples remendos técnicos. Se todas as fábricas fossem limpas, a agricultura não mais usasse venenos, o transporte fosse mais eficiente e não poluidor, as cidades tivessem seus problemas sanitários resolvidos, tivéssemos energia ilimitada e limpa e tivéssemos suficiente medicina para curar todas as nossas doenças, mas continuássemos a perseguir os atuais alvos consumistas, com crescimento material e demográfico, a insustentabilidade seria a mesma. A única diferença seria que estaríamos atrasando um pouco o colapso final. Somente mudanças fundamentais em nossas atitudes, somente uma revolução ética, baseada em cosmovisão diferente da que hoje predomina, poderá devolver-nos [o] futuro*”<sup>287</sup>.

Enunciado 2: “*Nós não somos contra ninguém mas somos a favor da promoção da vida. Não sou contra a indústria, mas contra a poluição. Não podemos só criticar, temos de trazer soluções*”<sup>288</sup>.

Nas citações acima, podemos constatar dois pontos de vista, aparentemente contraditórios: na primeira, Lutz afirmou que soluções técnicas, ou remendos, não seriam suficientes; na segunda ele os defende. No entanto, não vemos aí uma contradição, e sim uma estratégia de luta ambiental.

Para que o objetivo da sustentabilidade fosse atingido - no sentido de um convívio harmônico entre humanidade e natureza -, esse princípio preconiza duas atitudes diferentes, dependendo da esfera de atuação: *pensar criticamente na perspectiva de Gaia em âmbito macro, ou seja, a adoção de uma atitude mais radical, e agir pragmaticamente, dentro do que é possível realizar, na perspectiva micro.*

---

<sup>287</sup> Retirado de Lutzenberger (2009, p. 142).

<sup>288</sup> Declaração de Lutzenberger em CADERNO DE DOMINGO NH e VS (05/06/1988, APJL).

Essa foi, na verdade, a tônica de toda a atuação de Lutzenberger: ao mesmo tempo em que disseminava uma crítica radical ao industrialismo e divulgava a necessidade urgente de uma nova ética em seus livros e nas conferências pelo mundo, prestava serviços de reciclagem e paisagismo para indústrias, oferecendo as “soluções ecológicas” na esfera das ações concretas, do dia-a-dia. Ele realmente não perdia uma oportunidade de divulgar sua mensagem ecológica, nas duas diferentes esferas, com um só objetivo: conscientizar o maior número possível de pessoas a compreenderem que somente uma nova atitude em relação aos elementos naturais - uma atitude de convívio, de encontro - poderia garantir, em sua visão, a sobrevivência da espécie humana e a manutenção de Gaia, da Vida como um todo.

### **A necessidade da reorientação ética**

Como, para Lutzenberger, a causa dos problemas ecológicos era a ética dominante nas relações entre a humanidade e a natureza – uma ética antropocêntrica, como foi discutido na abordagem do “princípio quatro”, a solução teria que ser proposta na forma de uma nova ética. Não somente ele, mas também Leopold, Carson, Schweitzer, Jonas, Naess, entre outros, realizaram esse esforço.

Jonas formulou seu “princípio responsabilidade” na tentativa de criar um freio para a “sociedade tecnológica”, dotada de um poder de destruição tão grande que poderia comprometer a vida no planeta. Contra isso, ele preconizava: “Aja de modo a que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra” (JONAS, 2006).

Carson defendeu que os humanos parassem de agir como inimigos da natureza, apenas focados em consumir seus “recursos” e aniquilar as “pragas”, as “ervas daninhas” e qualquer outro elemento natural que atrapalhasse o “progresso”. No final de seu livro, sugeriu o uso de “soluções biológicas, baseadas na compreensão dos organismos vivos de que se procura conseguir o controle e também na compreensão de toda a tessitura da forma de vida a que tais organismos pertencem” (CARSON, 1964, p. 286). Ou seja, ela argumentava que seria na compreensão da vida, de seu funcionamento, que surgiriam as melhores formas de interação sociedade-natureza (ou humanidade-insetos): “somente levando em conta essas forças de vida e procurando cautelosamente orientá-las para dentro de canais favoráveis para nós mesmos, é que poderemos esperar conseguir uma acomodação razoável entre as hordas de insetos e nós mesmos” (CARSON, 1964, p. 305).

A solução proposta por Leopold preconizava que as ações humanas só seriam corretas se levassem em conta a integridade da vida como um todo. Segundo tal perspectiva, seria preciso transcender o aspecto utilitário, meramente econômico, das interferências humanas na natureza; afinal, um sistema de conservação que ignora e elimina “numerosos elementos da comunidade da

terra desprovidos de valor comercial, mas que são tão essenciais para que ela funcione saudavelmente” seria “forçosamente desequilibrado” (LEOPOLD, 2008, p. 198). Por isso, ele defendia que as pessoas respeitassem os demais seres, companheiros da comunidade da Terra, da vida.

Já a Ecologia Profunda foi proposta pelo artigo de Naess (1973) como alternativa ao que o autor chamou de “ecologia rasa”, antropocêntrica, fundada no paradigma cartesiano<sup>289</sup>. A primeira teria por base um “igualitarismo biosférico”, um profundo respeito e mesmo veneração por todos os seres vivos. Capra (2006, p. 25) a considera “o novo paradigma (...) uma visão de mundo holística, que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas”. Essa visão propõe que não haveria diferença absoluta entre o meio e o “eu”; dessa forma, a destruição do ambiente seria, em realidade, a destruição de si mesmo (CALLICOTT, 2007, p. 161).

Schweitzer argumentou que “a moral não é unicamente a conduta de um para com os outros, para possibilitar um convívio social mais feliz, mas um imperativo da experiência interna, que estabelece de modo absoluto a responsabilidade para com tudo que é vivente”. Nessa perspectiva ética, “o bem é conservar a vida, promover vida (...); o mal é destruir a vida, oprimir a vida, impedir o livre desenvolvimento da vida” (SCHWEITZER, 1964, p. 16).

Em sintonia com todas essas perspectivas, a **ética do convívio ecossustentável** expressa a reorientação de valores defendida por Lutzenberger ao longo de trinta e um anos de militância ambientalista. Como pudemos acompanhar, é uma ética focada na importância da vida e de sua manutenção, mas não apenas nisso. Além de propor a continuidade da vida na Terra, defende o respeito e reverência para com ela. Desde essa ótica, o funcionamento da vida deveria ser o modelo para as sociedades humanas. Nesse sentido, em sua fundamentação teórica, Lutz dialogou com éticas contemporâneas a sua, como as de Jonas e Naess, e se apropriou de elementos das éticas anteriores elaboradas por Schweitzer e Leopold; da sensibilidade apaixonada de Carson; do pensamento econômico de Daly, Schumacher e Boulding; da filosofia de Russell; das ideias de Illich, Huxley e Lorenz, e dos cientistas-ambientalistas Commoner e Ehrlich; da proposta de Gaia, de Lovelock, e de outros possíveis autores que não conseguimos mapear. Mas o fez de maneira original, selecionando e articulando ideias de acordo com a realidade em que vivia e com as lutas que travava. Por isso, acredito, é possível falar de uma *Ética Lutzenbergiana*.

---

<sup>289</sup> Para uma comparação entre o paradigma cartesiano e paradigma sistêmico, que emergiu no século XX, consultar Capra (1982).

## **A Ética Lutzenbergeriana: Fechando o capítulo**

Neste último capítulo, creio que foi possível avançar rumo a uma maior compreensão do pensamento de Lutzenberger e da ética ecológica que ele tanto divulgou. Abordamos autores que contribuíram, nas áreas da Filosofia, Biologia, Ecologia e Economia, para a conformação da *Ética Lutzenbergeriana* e como ele se apropriou de suas ideias. Adentramos também numa sistematização dos princípios que compõem a referida ética.

Podemos perceber que as leituras por ele realizadas antes de se tornar ambientalista continham algumas ideias inspiradoras da sua ação futura. Não quero, com isso, incorrer em uma “ilusão biográfica”, na forma alertada por Bourdieu, mas apenas chamar a atenção para o fato de que ele já possuía um pensamento sistematizado em relação à problemática ecológica no momento de fundação da AGAPAN, quando preparou o texto *Por uma ética ecológica*, no qual estão lançadas as bases da **ética do convívio ecossustentável**. Por exemplo, Russell, lido na juventude, criticava os efeitos da ação humana sobre o mundo natural, considerando-a causadora de “grandes desastres”, e tal ideia foi importante para a elaboração dos princípios éticos de nosso personagem.

Nos anos 1960-70, outros autores vieram a consolidar essa posição. Illich, por exemplo, contribuiu ao pensamento de Lutzenberger por meio da análise do sistema de transporte, com a crítica à especialização da tecnologia, que retirava das pessoas o conhecimento e poder de decisão sobre seu uso. Já Huxley, como Lorenz e Ehrlich, consideraram o crescimento populacional como a principal causa da crise ecológica, concepção da qual Lutz se apropriou de forma diferente: entendia tal fator como importante, mas não como o motivo principal. Ele percebia que o sistema econômico e social era também responsável pela referida crise, no entanto, considerava-o um dos reflexos da ética ocidental antropocêntrica, essa sim a causa preponderante da devastação ambiental.

Na relação entre Ecologia e Economia, o pensamento de Herman Daly foi fundamental para Lutz. Sua proposta da “Economia de estado estável” e sua crítica à forma como era calculado o PNB forneceram o substrato para que nosso personagem se posicionasse condenando o crescimento econômico ilimitado, que levaria ao esgotamento dos “recursos naturais”, tema também abordado por Schumacher.

Convém destacar ainda, no rol dos inspiradores de Lutzenberger, Commoner e Ehrlich, dois biólogos-ecologistas: o primeiro pela crítica à energia atômica e ao modelo econômico, e o último pelo alerta sobre o aumento da população mundial. É interessante constatar a influência de ambos na consolidação do movimento ambientalista moderno norte-americano, especialmente no *Earth Day*. Lá, foram os cientistas, principalmente os biólogos, que protagonizaram os debates, inflamando multidões com seus alertas catastróficos. No Brasil, foram membros das classes médias, não vinculados à Academia, os maiores divulgadores da ecologia como movimento

político. Parte dos cientistas brasileiros estavam conscientes da problemática ambiental, por vezes participavam de entidades de viés conservacionista, como, por exemplo, a FBCN, mas não eram “agitadores” como os seus colegas norte-americanos. Aqui, os alertas mais expressivos foram emitidos por profissionais de diferentes áreas, preocupados com a perspectiva de crise.

Questão importante na ética divulgada por Lutzenberger foi a religiosidade. Ele seguiu a explicação do historiador Lynn White, afirmando inúmeras vezes que a principal causa da crise ecológica era a ética da cultura ocidental, embasada em valores judaico-cristãos, responsáveis por excluir a natureza da moral humana.

Na sistematização dos princípios, tentamos agregar os temas mais importantes presentes na *Ética Lutzenbergeriana*. Nessa análise, foi possível acessar suas apropriações de éticas propostas anteriormente, especialmente a ética da terra e a ética da reverência pela vida, bem como a ecologia profunda e as concepções de Carson que, mesmo não propostas como uma ética, estão construídas de forma a recomendar uma alteração moral em relação ao controle de insetos e, em última instância, à natureza como um todo. Foi possível também constatar a presença de componentes importantes na ética defendida por nosso personagem: elementos de anarquismo e romantismo.

Lutz utilizou em diversas ocasiões o uso de expressões caras ao anarquismo. Segundo ele, o melhor seria uma sociedade autogovernada, cujo poder estivesse distribuído entre o maior número de pessoas. Também importante no pensamento de nosso personagem é a presença de características românticas, especialmente um saudosismo de idealizadas épocas passadas, que parece revelar uma inadequação aos tempos modernos. Em inúmeras ocasiões ele exaltou sociedades “antigas”, “tradicionalistas” e “primitivas” que, supostamente, viveriam em maior harmonia com a natureza. Mais especificamente, é perceptível em seu discurso uma idealização dos povos indígenas, da “colônia gaúcha”, e dos camponeses europeus e asiáticos de outros tempos. Pudemos assim identificar uma ênfase no passado como uma época de ouro, capaz de nos ensinar a viver melhor no presente, de forma a garantir a possibilidade do futuro, ou seja, um foco passadista.

A causa de toda a crise ecológica, na perspectiva do autor, seria moral, filosófica, e não científica, tecnológica. Daí a necessidade de a humanidade mudar de rumo, adotar novas regras morais na relação com o mundo natural – uma nova ética, portanto. Essa retiraria o foco do humano e abriria o círculo de direitos e convivências a todos os elementos naturais. Mas, mesmo que o passado tenha sido recuperado em vários momentos por Lutz, ele não renegava os avanços científicos e tecnológicos modernos por completo. Em sua opinião, havia boas invenções humanas modernas que “dialogavam” com a natureza. Esse é mais um aspecto escorregadio do complexo Lutzenberger: embora passadista, nem tanto assim. O que realmente importava, para ele, era que

a humanidade se percebesse como integrante de Gaia; suas criações, dessa forma, deveriam levar em conta - e até copiar - o funcionamento da natureza, respeitando seus processos e os demais seres - a vida, em suma.

## Um advogado da posteridade: Considerações finais



*Os múltiplos Lutz. Montagem de fotos do APJL, realizada pela autora.*

No debate à mesa do lendário jantar oferecido pelos Heit nos idos de agosto de 1970, em Porto Alegre, iniciou-se a virada mais importante da trajetória de José Lutzenberger. Ele não poderia imaginar, naquele momento, que se tornaria protagonista de um movimento social que o projetaria para horizontes bem mais amplos. Após uma crise de consciência, que pudemos acompanhar pela preciosa correspondência com o professor Croizat, Lutz deixou o emprego bem remunerado na agroquímica BASF e se jogou nas incertezas da luta ambiental, seguindo a “onda” de ativismo que se espalhava pelo mundo no início dos anos 1970.

Nesta biografia, nosso foco foi sua atuação após essa virada, na busca por compreender melhor a ética ecológica divulgada incessantemente por Lutzenberger durante seus trinta e um anos de militância. Como abordamos na introdução, a problemática da tese surgiu do contato com as fontes presentes no Acervo Privado de José Lutzenberger (APJL). Após o impacto inicial, em

função da enorme quantidade de documentos, e da responsabilidade ao tratar de uma figura de projeção na área ambiental, a pesquisa começou. E aqui não posso deixar de mencionar que tudo só foi possível pela imensa generosidade de Lilly Lutzenberger, que jamais poupou esforços para me ajudar, do início ao fim do trabalho. Além de abrir as portas do acervo, ela aceitou que eu fosse sua companheira de viagem a Eldorado do Sul cerca de trinta vezes, quando passava o dia fotografando os materiais. Fora isso, foram incontáveis *e-mails*, mensagens por *whatsApp*, telefonemas, em que ela sempre se mostrou disponível a responder minhas dúvidas, a atender pedidos de busca ou confirmação de alguma fonte, entre outras demandas. Lilly foi, enfim, a personagem mais importante dos bastidores da tese, a quem todos os agradecimentos são insuficientes diante de tamanho apoio.

Mas, ao fim e ao cabo, depois de quase cinco anos, chegou o inacreditável fim.

Na introdução desta tese, propus uma série de questionamentos a respeito da ética ecológica divulgada por Lutz. Vamos às respostas.

Perguntei, primeiramente, como, e com que elementos sociais, Lutzenberger construiu uma ética ecológica desde 1971 até seus últimos textos e manifestações, em 2002. Adentrando em sua trajetória, foi possível constatar que nosso personagem começou a construir as noções básicas de sua ética antes de tornar-se ambientalista, apropriando-se de leituras realizadas no período prévio à fundação da AGAPAN, especialmente nas áreas de Biologia e Ecologia. Além disso, foram elementos importantes para a sua “virada” a insatisfação com o emprego na BASF e a correspondência com o professor Croizat, um dos responsáveis por abrir sua percepção para uma visão de mundo holística.

É preciso considerar que o tema da proteção à natureza não era novo no Rio Grande do Sul no início dos anos 1970 – Henrique Roessler e Balduino Rambo, por exemplo, já haviam divulgado a temática nas décadas de 1930-60 – o que facilitou a receptividade às ideias ambientalistas. Entretanto, a abordagem pelo viés da ética e da Ecologia como ciência e movimento político era novidade em Porto Alegre e no estado.

De volta ao Brasil, Lutzenberger avançou em suas leituras e, o mais importante, passou a atuar nas lutas ambientalistas, ou seja, a vivenciar na prática as consequências da adoção de determinada ética ecológica. Isso nos leva ao segundo questionamento desta tese: de que maneira essa ética se manifesta nos principais textos, em palestras e nas lutas das quais Lutz participou?

Tanto em manifestações escritas como orais, o tema da ética sempre esteve presente em suas formulações intelectuais. Como vimos, a principal de suas lutas travou-se no campo da agricultura, no combate à “revolução verde”, em especial aos agrotóxicos, e na defesa da agricultura ecológica ou orgânica. Essa luta estava intimamente ligada à sua escolha profissional: como engenheiro agrônomo, o tema mobilizava Lutz de forma intensa. Nesse sentido, a “química”



na agricultura era, para ele, manifestação da ética antropocêntrica que regia as descobertas científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo. As indústrias, preocupadas apenas com seus lucros, fabricavam produtos que, por um lado, aumentavam a produtividade agrícola, mas, por outro, causavam o envenenamento do ambiente, bem como intoxicações aos trabalhadores rurais e danos à saúde dos consumidores. Nosso personagem considerava esse modelo perverso, em que os lucros eram privatizados, enquanto os custos sociais e ambientais acabavam socializados.

A solução, segundo ele, seria a agricultura ecológica, pois partia de um enfoque ético holístico, ecocêntrico, que prezaria pela interação de todos os elementos naturais. Foi nesse sentido que Lutz contribuiu na divulgação da Teoria da Trofobiose de Chaboussou, participou de inúmeros debates, eventos, escreveu textos, entre outras atividades, defendendo que não existiam “pragas” e “ervas daninhas”, que sua presença deveria ser entendida como indicador biológico de desequilíbrio na agricultura. Em sua visão, a agricultura ecológica era capaz de alimentar o mundo sem causar danos ambientais e sociais.

Também na luta pela Floresta Amazônica Lutz criticou o modelo de ocupação daquele espaço vigente durante os governos militares, pautado pelo enfoque na “reforma agrária na Amazônia”. Para evitar conflitos sociais e para não mexer na propriedade privada da terra, porções de floresta já ocupadas por indígenas, ribeirinhos e seringueiros foram distribuídas a pessoas expropriadas de diversas regiões do país. De acordo com Lutz, esse modelo estava equivocado do ponto de vista ético-filosófico, pois era alicerçado numa ética antropocêntrica, que tinha como dogma a conquista da selva com objetivos econômicos à custa da população que habitava a região há milênios, utilizando a floresta de modo sustentável.

Sua luta em defesa da Amazônia ganhou os palcos internacionais, levando à projeção de sua figura. Ele chegou a depor no Congresso norte-americano e a proferir palestras em diversos países europeus sobre o tema, sempre defendendo a necessidade de uma reversão no enfoque ético no trato com a grande floresta. Por conta de sua atuação, alcançou grande prestígio, levando-o a receber o Prêmio Nobel Alternativo (1988) e a ocupar o cargo de Secretário Nacional do Meio Ambiente (1990-1992).

Um aspecto importante, que inserimos como princípio 10 da *Ética Lutzenbergeriana*, era a estratégia de luta de Lutz, na tentativa de conjugar a utopia e a prática. Na esfera macro, global, tecia uma crítica ácida ao paradigma de desenvolvimento, num discurso muito radical. Porém, no âmbito local, micro, ele defendia caminhos possíveis, as “soluções ecológicas”. A articulação dos dois discursos não era algo contraditório; na verdade, *essa era a sua tática para fazer avançar a agenda ambiental*.

Nesse sentido, encarava algumas de suas lutas e projetos paisagísticos como materializações, em nível local, da ética ecológica por ele defendida e difundida. Tanto os parques

da Guarita e da Riocell, entre outros, quanto a Fundação Gaia foram concebidos por ele por meio de concepções ético-filosóficas, como é possível constatar nos relatórios e textos que escreveu sobre esses projetos. Assim como seus trabalhos com reciclagem e paisagismo, que denominava “soluções ecológicas”, podemos perceber nessas iniciativas a vontade de transcender a luta e crítica ambientais; como disse inúmeras vezes, considerava importante oferecer soluções, mesmo sabendo que se tratavam de “remendos”, “paliativos”. Em sua concepção, isso era melhor do que “só criticar” e não oferecer nenhuma alternativa, atitude que ele atribuía, nos anos 1980-90, aos movimentos ambientalistas em geral. Assim, para Lutz, era mais construtivo oferecer um “remendo” do que nada, pelo menos enquanto a sociedade não percebesse que deveria mudar seu paradigma ético em relação à natureza, isso sim capaz de provocar a transformação necessária - global - em direção à solução da crise ambiental.

Também questionei quais foram as implicações dessa ética no contexto da ditadura militar no Brasil. Por meio do estudo da trajetória de Lutzenberger, foi possível adentrar vários episódios que envolveram questões ambientais durante tal período. Nesses episódios, ficou visível um *modus operandi* dos governos autoritários em relação ao tema, que, segundo nosso personagem, era reflexo de uma ética ecológica antropocêntrica. Por exemplo, no caso da Celulose Borregaard, desde a escolha do local a ser construída, o desaparecimento do parecer técnico do engenheiro químico, contrário à instalação em Guaíba-RS, à reação dos governantes na polêmica gerada devido ao odor emitido pela chaminé da fábrica, foi possível perceber decisões arbitrárias, que privilegiavam o capital, especialmente estrangeiro, em detrimento da saúde humana e das condições do ambiente. Nesse caso, não foi levado em conta que os dejetos da indústria causariam a contaminação do lago Guaíba, responsável pelo abastecimento de água consumida pela população da capital do estado e de municípios próximos, nem que as emissões aéreas de gases venenosos provocariam poluição e doenças respiratórias nos habitantes.

Para Lutzenberger, o aspecto ético-ecológico relacionado a tal episódio se manifestava no fato de que esse era um exemplo de como poderia ser desastroso deixar apenas nas mãos de técnicos decisões que dizem respeito à população como um todo, as quais envolvem aspectos políticos, sociais e ambientais que, em geral, eram relegados a um segundo plano. Em suas palavras, se tratavam de “problemas eminentemente morais, éticos, que requerem, portanto, decisões políticas, antes que técnicas e econômicas. Mas as decisões políticas terão de se basear em informações completas, a visão terá de ser global, ecológica” (LUTZENBERGER, *Correio do Povo*, 12/08/1973, APJL).

Tanto a luta contra os agrotóxicos quanto aquela travada contra o desmatamento da Amazônia foram percebidas em suas implicações éticas, envolvendo o descaso dos governos militares com os âmbitos social e ambiental. Na primeira, pudemos acompanhar a denúncia de

nosso personagem do lobby das indústrias químicas presente no Ministério da Agricultura, o que ele qualificou de “máfia dos pesticidas”. Inclusive, houve o caso de militares ou representantes do governo que trabalharam para essas indústrias, como o general Golbery e o ministro Nestor Jost. Quanto à Amazônia, Lutz criticou desde o início dos anos 1970 obras como estradas e hidrelétricas, e os projetos de colonização implantados pelos militares naquela região. Para ele, no âmbito dessas duas lutas, houve preponderância de uma ética antropocêntrica, focada somente no progresso econômico (para as grandes empresas), que não levava em consideração os elementos naturais, causando, dessa forma, um enorme prejuízo ambiental e social.

Ainda sobre o período da ditadura militar, vale a pena ressaltar que, embora tenha sofrido investidas de cerceamento de sua palavra (a tentativa de cassação do prêmio de Engenheiro Agrônomo do Ano e a proibição de sua fala no I Simpósio Brasileiro de Ecologia, ambas em 1978, por exemplo), Lutz nunca foi sistematicamente atingido por represálias, censurado ou perseguido pelos militares. Isso pode ser explicado, em parte, pela atuação do Almirante Belart e pela amizade de nosso personagem com outros militares, mas também por sua própria postura política; afinal ele nunca buscou o enfrentamento direto com o regime e sempre foi abertamente contrário ao comunismo.

Lutz realmente não aprovava os regimes socialistas; como vimos, ele visitou vários países em que esse sistema fora implantado e teceu críticas severas a eles, especialmente a Cuba. Como muitos outros brasileiros, o personagem parece ter sido favorável ao golpe civil-militar de 1964, no entanto, com o tempo, percebeu os danos sociais e ambientais que o regime de exceção provocava no país. Mas Lutz não permaneceu calado: utilizava um *discurso escorregadio*, muito crítico, mas não tão crítico a ponto de ser preso ou perseguido, pois se valia de estratégias discursivas que não provocavam a desconfiança de que fosse “subversivo”. Por exemplo, suas críticas nunca tiveram como alvo diretamente o capitalismo, ou possibilitaram uma desconfiança de simpatia ao comunismo; eram sempre direcionadas à “moderna sociedade industrial” ou à “moderna sociedade de consumo”. Além disso, diversas vezes ele questionou ambos os modelos econômicos – capitalista e socialista – pela poluição industrial e busca do crescimento econômico ilimitado que implicavam. Essas concepções, aliadas à blindagem proporcionada pelo Almirante Belart, pelas boas relações com outros militares, e pela visibilidade crescente de sua figura pública, fizeram com que ele pudesse manifestar-se livremente durante todo o período ditatorial e, somente em 1978, elaborasse uma crítica mais aberta, clamando pela democracia e abertura política, como vimos.

Perguntei também como essa ética influenciou as escolhas feitas por Lutzenberger ao longo de sua trajetória. Como já abordamos, os últimos anos na BASF foram um período de “despertar ecológico” para nosso personagem. Ele lia muito sobre Biologia e diversos outros assuntos desde

a infância, porém, a percepção da crise ecológica, de acordo com o que apuramos nesta pesquisa, na correspondência com o professor Croizat especialmente, aconteceu durante os anos 1960. Desde a leitura de *Primavera Silenciosa*, passando pelo contato com a concepção holística (cujo aprendizado Lutz tributou a Croizat), pelas leituras e conversas com jovens a quem dava carona no Marrocos no final da década, pelo descontentamento com a BASF, que adentrava com força no ramo dos agrotóxicos, até o contexto de *boom* da ecologia nos EUA e Europa, foi todo um processo que o levou a uma crise de consciência, uma crise interna de cunho ético que o motivou a largar o emprego e mudar totalmente de vida. Foi a percepção ética tanto em âmbito pessoal (o sentir-se “prostituído”, como vimos), quanto em âmbito coletivo (a causa da crise mundial seria a ética antropocêntrica em relação à natureza) que acarretou o momento de virada mais importante de sua trajetória, de vendedor de adubos a ferrenho crítico dos agroquímicos. É interessante frisar que justamente essa experiência anterior na indústria conferiu maior legitimidade ao discurso de nosso personagem, como presidente da AGAPAN. Afinal, ele havia estado do “outro lado” e, portanto, conhecia suas artimanhas e malefícios “por dentro”.

Também foi em função da ética ecológica que ele passou a lutar pela Amazônia, distanciando-se do movimento ambientalista no início dos anos 1980, na transição para o período democrático, o que deixou feridas na AGAPAN, como vimos. Foi outro momento de mudança em sua trajetória, porém ainda no âmbito da militância ambientalista. Pudemos constatar um terceiro momento de transformações, quando ele assumiu o cargo de Secretário do Meio Ambiente no governo Collor. Mesmo que tenha considerado “o maior desafio de sua vida”, Lutz afirmou ter aceitado o trabalho numa tentativa de incentivar mudanças em termos éticos nas relações humanos-natureza. Pensava ele que, por meio de um cargo importante como esse, na esfera macropolítica, onde as decisões são tomadas, poderia provocar alguma transformação importante nessa ética.

Outro aspecto importante em que a ética influenciou sua trajetória foi na dedicação à empresa Vida e à Fundação Gaia. Desde os tempos de inquietação na BASF, Lutz almejava um trabalho na área da “conservação”. O trabalho com reciclagem e paisagismo, que lhe proporcionou certa renda no retorno ao Brasil, era percebido por ele como algo bom no sentido ético, que lhe dava satisfação por permitir a realização de algo concreto em prol do ambiente, não restrito à crítica à devastação (mais uma vez fica claro, portanto, o seu pragmatismo). No caso da Fundação Gaia, essa simbolizava para Lutzenberger a materialização da sua ética ecológica, dentro dos princípios holísticos que defendia desde o início de sua militância. A doação dos 30 hectares em Pantano do Sul possibilitou a transformação da uma área degradada em um recanto bonito, de duas pedreiras em dois lagos. O próprio objetivo central da FG, “promover consciência e ética ecológica

no contexto de uma visão unitária da vida e do Universo”, já demonstra a importância ética dessa empreitada levada a cabo por Lutz.

A pesquisa também buscou responder à questão de como essa ética foi se modificando (ou não) ao longo da trajetória de Lutzenberger. Aqui é interessante mencionar que não encontramos grandes mudanças na ética divulgada no início dos anos 1970 e aquela difundida no final de sua vida, nos anos 2000. A principal mudança, me parece, foi o abandono da metáfora da “nave espacial Terra”, presente nos escritos de Boulding, pela teoria de Gaia, formulada por Lovelock. O próprio Lutz reconheceu que a imagem da nave era antropocêntrica, mas teria servido na falta de uma formulação melhor. Já a concepção da Terra como Gaia era, para ele, “o conceito ecológico mais profundo e de maior relevância filosófica e ética”. A teoria de Gaia, baseada em preceitos holísticos, realça a interdependência entre todos os seres, pois, de acordo com ela, tudo no planeta é Gaia. Isso causou tremendo impacto no pensamento de Lutzenberger, tanto que ele se tornou um de seus mais ardorosos defensores, no Brasil e nos espaços internacionais onde esteve presente.

As duas últimas perguntas, de cunho mais intelectual, tentamos responder no último capítulo. Perguntei: em quais autores e leituras Lutzenberger se baseou e quais os princípios norteadores dessa ética?

Como havíamos indicado na introdução, a ética divulgada por Lutz é resultado da apropriação das noções de diferentes autores. Aqui, repito, não realizei uma análise exaustiva desse repertório de leituras, mas tentei traçar um panorama de seu pensamento para, a partir daí, compreender essas apropriações e conseguir, por fim, analisar os princípios fundamentais dessa ética, que aqui chamei de “**ética do convívio ecossustentável**”.

Leitura importante na juventude e idade adulta de Lutz, Russell representou para ele a valorização do humanismo, porém sem deixar de questionar vários aspectos da ética humana em relação à natureza, inclusive a questão agrícola, como vimos. Entre alguns temas importantes abordados por Russell, destaco a crítica às injustiças sociais causadas pelo capitalismo e à falta de liberdade nos regimes socialistas; a defesa da liberdade de iniciativa individual; a denúncia de catástrofes que, em sua visão, poderiam ocorrer em virtude de atitudes humanas; a formulação que atribuía a infelicidade humana à cultura ocidental judaico-cristã, fundada na culpa; a crítica à indústria moderna como responsável pelo “gasto dos recursos naturais”; e a preocupação com o aumento populacional. Todas essas temáticas também estão presentes em textos, palestras e entrevistas de nosso personagem.

No campo da Economia, Herman Daly e Schumacher foram fontes cruciais para Lutzenberger. Ele se apropriou das ideias do primeiro em sua crítica ao cálculo econômico focado no PNB e ao dogma do crescimento econômico ilimitado. Schumacher foi importante para que

Lutz elaborasse seu questionamento à megatecnologia e sua defesa da descentralização dos processos econômicos – a ênfase no local.

No âmbito da ciência Ecologia, Lutz se apropriou de formulações dos norte-americanos Barry Commoner e Paul Ehrlich. Esse último forneceu as bases para uma crítica ao aumento populacional, que poderia pressionar os elementos naturais, dificultando, assim, a vida na Terra. Esse aspecto foi enfatizado no *Manifesto*, no capítulo “Avalanche humana”; no entanto, não era considerado por Lutz um problema tão grave quanto a produção tecnológico-industrial, posição que ele retirava de Commoner. Esse considerava o modelo econômico capitalista como a principal causa da devastação ambiental e das consequências sociais dessa devastação. Como vimos, Lutz se apropriou dos quatro princípios da ecologia de Commoner, construindo os seus próprios, alguns semelhantes, outros complementares aos do autor norte-americano.

Dentre os autores mais importantes no repertório intelectual de Lutz, Albert Schweitzer merece destaque, pois foi mencionado e citado por nosso personagem em diversas oportunidades. Foi dele que Lutzenberger retirou a concepção da “reverência pela vida” em todas as suas formas e manifestações. O médico alemão foi responsável, ainda, em 1957, por uma “declaração de consciência” a respeito do uso da energia nuclear, a exemplo do Manifesto Russell-Einstein, de 1955. Tal movimento de intelectuais levou ao banimento dos testes atômicos, em 1963. Como vimos, esse era um assunto importante para Lutzenberger, ao qual ele dedicou o livro *Pesadelo Atômico*.

Rachel Carson simbolizou para Lutz a primeira crítica bem fundamentada aos agrotóxicos. A autora também seguia as ideias de Schweitzer, a quem dedicou seu livro *Primavera Silenciosa*, propondo o respeito a todas as formas de vida, inclusive os insetos. Embora Carson não tenha elaborado uma ética explícita em seu livro, isso transparece na forma como a autora questionou, em diversas passagens, o direito dos humanos tomarem decisões que prejudicassem os elementos naturais. Também é importante enfatizar que Lutzenberger foi considerado “a Rachel Carson do Brasil”, na entrevista publicada por Herman Daly em 1981. Assim como o livro de Carson levantou o debate necessário sobre os agrotóxicos nos Estados Unidos, segundo Daly, Lutzenberger estaria realizando esse papel no Brasil, por meio de sua militância.

Aldo Leopold contribuiu para a configuração do pensamento de Lutz na formulação da “ética da terra”, da qual o último se apropriou enfocando a agricultura. Também importantes foram a ênfase de Leopold numa visão de mundo holística, ao considerar bom o que contribuísse para o bom funcionamento da comunidade biótica; a crítica à modernidade, por causar a perda da biodiversidade; e a noção do respeito à vida.

Naess, Capra e outros autores da ecologia profunda foram importantes para Lutzenberger. Em especial neles, destacamos o holismo, o biocentrismo, a reverência e respeito pela vida, bem

como uma visão religiosa, espiritual, presente em suas formulações, aspectos que possuem afinidade com as concepções de Lutz.

Ivan Illich foi um dos autores mais importantes para a definição da ética de nosso personagem, ao propor a ideia de “convivialidade”, que inspirou o nome da primeira empresa de Lutz, a “Tecnologia convivial”. O destaque ao convívio, às relações e trocas locais é uma das concepções presentes em ambos os autores. Por conta disso, e pela ênfase de Lutzenberger na noção de que a natureza é o modelo ideal para as sociedades, no objetivo de melhor “viver com” (entendido aqui como o primeiro princípio da *Ética Lutzenbergeriana*), é que cheguei à “**ética do convívio ecossustentável**”. Penso que essa resume uma das principais ideias que podemos extrair de seu pensamento: o convívio é necessário, no caso, tanto entre humanos como entre esses e os elementos naturais, se quisermos ter um futuro, mas para isso é preciso conhecer e valorizar todos os seres que habitam o planeta.

Quanto aos princípios, elenquei dez formulações que contivessem as principais ideias defendidas por Lutz em sua militância. Não é uma proposta fechada, ao contrário, foi construída em diálogo com os autores que forneceram elementos importantes dos quais ele se apropriou ao longo da vida.

Tanto a ideia da convivialidade e imitação da natureza (“ela sabe melhor”, como dizia Commoner), o holismo, o respeito pela vida, a formulação de que a causa da crise ambiental é moral e não científica, a crítica política da ciência e da tecnologia, a defesa da descentralização do poder, a ideia de que a economia é apenas uma parte da ecologia, a defesa da justiça social ao lado da ambiental, a crítica à agricultura tecnificada, bem como a necessidade de reorientação ética permeiam toda a militância e produção intelectual de Lutzenberger nos mais diferentes formatos. Propondo-os como princípios, pude perceber a complexidade da *Ética Lutzenbergeriana*, construída a partir da apropriação de formulações de diferentes autores, mas que produziu um conjunto de ideias específicas inter-relacionadas – ou seja, a própria ética é holística em seu formato também.

\*\*\*

Além das respostas às problemáticas propostas, gostaria de retomar nesta conclusão alguns aspectos polêmicos referentes ao nosso personagem que surgiram ao longo da tese.

Como afirmamos na introdução, não buscamos neste trabalho o indivíduo coerente, uno e indivisível, até porque tal figura não foi encontrada ainda entre os habitantes do planeta Terra. Aliás, *ser humano* é alternar momentos de coerência e incoerência, certeza e incerteza, clareza e ambiguidade. Aqui buscamos Lutzenberger como todos nós somos, inconstantes, múltiplos, como

bem afirmou Borges (2009), sujeitos ao aleatório, ao imprevisível, ao “misterioso da vida”, em uma palavra: humanos.

Dessa forma, não poderia deixar de abordar alguns aspectos mais difíceis, “espinhosos”, da trajetória de Lutzenberger. Dentre eles, destaco, no capítulo 7, o cargo de Secretário de Collor, sobre o qual Lutz assumiu ter se equivocado quanto à percepção do que o presidente esperava dele. Mesmo tendo afirmado que tinha “horror de políticos”, dois anos depois, ele aceitou assessorar o então governador de Amazonas, Amazonino Mendes, que havia distribuído motosserras a eleitores e era acusado de uma série de escândalos políticos, inclusive o de estimular a vinda de empresas estrangeiras para explorar as madeiras da região.

Outro ponto polêmico foi a condenação da reforma agrária e a intervenção a favor dos latifundiários pecuaristas no RS ligados à FARSUL, com o objetivo de defender o Pampa gaúcho. Ele chegou a manifestar-se em audiência pública sobre o tema, utilizando como modelo a desastrosa reforma agrária realizada em Rondônia, no POLONOROESTE. No entanto, eram contextos bastante diferenciados que estavam em questão.

Creio que, em parte, essas posturas demonstram uma dificuldade de Lutzenberger no trato das questões políticas. Pelo que pudemos constatar, ele possuía uma bagagem intelectual imensa, no entanto priorizava as leituras nas áreas das ciências naturais e econômicas. Seu interesse por Ciência Política, Sociologia, História, enfim, ciências humanas, não era o mesmo, e essa lacuna pode ter causado problemas em como Lutz interpretava e atuava no campo político.

A relação entre Lutz e a Riocell também foi uma fonte de polêmica. De crítico passou a defensor da empresa. Essa relação foi considerada controversa por seus contemporâneos ambientalistas, como vimos. Entretanto, muitos deles, em declarações mais recentes, afirmaram compreender a posição do colega e a justificaram por sua necessidade de garantir alguma forma de sustento. Outra postura controversa foi a participação de Lutz no debate sobre a duplicação da referida empresa nos anos 1990, no sentido de avaliar sua imagem como “uma das mais limpas do mundo”.

Em relação a seus cargos na política, como pudemos perceber, Lutz teve dificuldade de se ajustar ao “jogo político”, às tramas de interesses envolvidas nessa esfera. Parece-me que, mesmo tendo manifestado ojeriza aos políticos, ele considerou a oferta de Amazonino uma possibilidade de continuar a lutar pela Amazônia, bem como de se reabilitar no campo político e, até mesmo, de certa forma, de “dar a volta por cima” em relação à atuação anterior no governo Collor.

Quanto ao seu posicionamento na questão do bioma Pampa, Lutz, ao contrário do que havia feito em ocasiões anteriores, deixou o aspecto social de lado, enfocando apenas a questão ambiental. Como vimos, as grandes extensões de terra dos pecuaristas eram fruto de uma distribuição injusta da terra desde os tempos do Império. Além disso, de acordo com a legislação



vigente, não estavam cumprindo “a função social da terra”. Pior ainda era o fato de que muitas dessas propriedades, ao contrário do que Lutz pensava, já estavam bastante degradadas e, parte delas, convertida em monocultivos de soja.

Na visão de Lutz, a divisão das propriedades prejudicaria o Pampa, por isso considerou os pecuaristas como “gestores da paisagem”. Parece-me que Lutz, nesse episódio, não percebeu que sua argumentação estava sendo usado pela classe ruralista para defender seus interesses, os quais, no fundo, não eram de proteção ao ambiente.

Para interpretar essas atitudes controversas de nosso personagem, retomo aqui, no final do trabalho, uma frase sua: “Temos que ser oportunistas, fazer o que conseguimos fazer”. Reafirmo que se trata de uma declaração importantíssima, pois nos leva a entender algumas de suas atitudes “polêmicas”.

Lutzenberger considerava os setores político e econômico, principalmente, como *locus* de poder privilegiado, de onde poderiam surgir oportunidades de “ganhar a vida com conservação”, aliando, assim, a proteção ambiental a uma fonte de renda para sustentar a família, algo que ele teve dificuldade de conseguir após se desligar da BASF.

Nesse sentido, se foi usado em algumas ocasiões pelos poderosos (pela Riocell e pelos pecuaristas, por exemplo), ele também se utilizou deles, pois percebia nesses setores a possibilidade de continuar lutando, bem como de garantir vitória nessas lutas. Podemos perceber aí um senso de oportunidade aguçado, às vezes correto, às vezes equivocado; como ele próprio reconheceu, havia cometido erros e guardava arrependimentos – aliás, quem não?

Como ele gostava muito de dizer: “não existem só anjos e demônios”. Parece-me que, muitas vezes, ele se guiou por essa máxima, nunca fechando a porta a quem quisesse discutir a questão ambiental, até mesmo aos “mafiosos”. Na sua ética pessoal, não fazia essa distinção, o que valia era a intenção de realizar algo pelo bem da natureza. A essa postura ele próprio denominou de “não maniqueísta”.

No plano político, Lutz adotou também um discurso diferente do usual: não era plenamente a favor do capitalismo, mas era sim contrário ao comunismo, pois considerava esse regime mais cerceador da liberdade do que o primeiro. Evitando sempre falar a palavra capitalismo, mas indiretamente criticando-o, na formulação “moderna sociedade consumista”, ou “moderna sociedade industrial”, ele elaborou um *discurso escorregadio*, de certa forma, uma estratégia que o protegeu de represálias durante a ditadura militar e que lhe possibilitou amplo diálogo com os mais diferentes setores no período democrático.

A figura do Dom Quixote, atribuída a ele diversas vezes, como vimos, parece ser boa para representar sua militância durante os anos 1970, se pensarmos no sentido de uma luta contra tudo e todos para salvar a natureza. Mais tarde, nos anos 1980, ele mudou de atitude em relação a

antigos inimigos e passou a adotar uma postura que considerou “oportunista”, de diálogo com todos que quisessem contribuir com a solução dos problemas ambientais, fossem “anjos ou demônios”.

\*\*\*

Desde seu primeiro texto como ambientalista, a conferência e artigo *Por uma ética ecológica*, a principal luta de Lutzenberger foi pela difusão de uma nova relação homem-natureza, expressa em uma ética que considerasse todos os seres vivos, superando o antropocentrismo. Foi possível constatar que esse continuou sendo o foco de sua militância até o fim da vida.

Na visão de Lutz, somente a mudança para uma nova ética ecocêntrica, a ética ecológica, que nortearia os comportamentos em relação à Gaia, poderia reverter uma perspectiva muito ruim para o futuro. Mesmo que, como bom romântico, considerasse o passado o melhor tempo da humanidade, não renegava totalmente a tecnologia, concebendo que nem todas as interferências humanas no mundo natural eram necessariamente ruim, exemplos disso seriam a agricultura e a domesticação de animais.

Ele próprio se percebia como um “advogado da posteridade”, ou seja, em sua visão, a luta ambientalista era necessária para que houvesse um futuro, para que a resposta à pergunta-título do seu livro *Fim do Futuro?* pudesse ser um sonoro “**não**”!

\*\*\*

Utilizando a metáfora musical da sinfonia da natureza, Lutz sintetizou o papel humano na crise ecológica da seguinte forma:

A natureza é um processo sinfônico, é como uma orquestra que tem número fantástico de instrumentos e partituras. Nosso atual problema – e o da orquestra – é que nós, humanos, que estamos entre os últimos chegados (o que são dois milhões de anos em quatro bilhões? É como quatro horas e meia em um ano) – deixamos de marcar o compasso. Em vez de representarmos um elemento novo, enriquecedor, estamos nos comportando como um músico que enlouqueceu, que se levantou de seu assento, passou a tocar seu instrumento caoticamente, a toda a força, sem olhar partitura, dançando no palco, derrubando colegas, instrumentos, móveis, assassinando outros músicos. Para o louco, orquestra e palco são apenas fundo. Para cada um dos músicos, representam algo de profunda significação, um espaço onde estão dinamicamente inseridos, um conjunto cujas leis não podem transgredir (LUTZENBERGER, 2009, p. 145).

Podemos inferir que, em sua metáfora, o palco representaria o planeta (Gaia) e os músicos, as diferentes espécies que o habitam. O homem seria o músico “louco”, a tocar caoticamente seu instrumento, com isso causando problemas – e até a morte (extinção) – de seus colegas (os demais seres vivos). A *Ética Lutzenbergeriana*, **do convívio ecossustentável**, poderia ser uma nova

orientação para que o músico humano reaprendesse a tocar os instrumentos, não mais sozinho, mas atento aos demais colegas músicos, todos em pé de igualdade. Com isso, a orquestra não perderia o compasso e poderia continuar apresentando sua sinfonia incessante, enquanto durasse o maravilhoso concerto da vida no universo.

## Fontes

### Documentos de José Lutzenberger

#### Correspondência

##### *Enviada (Ordem cronológica e por destinatário)*

LUTZENBERGER, José. Bilhete para Antônio Quintas. S/data (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Leon Croizat. Manheim, 03/12/1966 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Leon Croizat. Manheim, 09/12/1966 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Leon Croizat. Manheim, 01/01/1967 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Leon Croizat. Villata, 14/07/1967 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Leon Croizat. Manheim, 06/09/1967 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Leon Croizat. Casablanca, 24/08/1968 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Leon Croizat. Casablanca, 30/07/1968 (APJL)

LUTZENBERGER, José. Carta a Leon Croizat. Casablanca, 30/01/1969 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Leon Croizat. Casablanca, 02/06/1969 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Leon Croizat. Casablanca, 25/06/1969 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Leon Croizat. Casablanca, 14/08/1969 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Leon Croizat. Casablanca, 15/10/1969 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Leon Croizat. Casablanca, 23/03/1970 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Leon Croizat. Casablanca, 29/04/1970 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Leon Croizat. Casablanca, 29/06/1970 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Leon Croizat. Porto Alegre, 20/02/1971 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Leon Croizat. Porto Alegre, 21/07/1971 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Leon Croizat. Porto Alegre, 25/09/1972 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Leon Croizat. Porto Alegre, 11/11/1972 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Rudolf Dütemeyer. Casablanca, 18/11/1970 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Hasley. Porto Alegre, 16/09/1971 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Thiemann. Porto Alegre, 21/07/1973 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a José Luís Belart. Porto Alegre, 18/08/1973 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a José Luís Belart. Porto Alegre, 26/08/1973 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a José Luís Belart. Porto Alegre, 30/09/1973 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a José Luís Belart. Porto Alegre, 20/10/1973 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a José Luís Belart. Porto Alegre, 12/11/1973 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a José Luís Belart. Porto Alegre, 20/12/1973 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a José Luís Belart. Porto Alegre, 05/01/1974 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a José Luís Belart. Porto Alegre, 27/01/1974 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a José Luís Belart. Porto Alegre, 17/02/1974 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a José Luís Belart. Porto Alegre, 23/03/1974 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a José Luís Belart. Porto Alegre, 07/04/1974 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a José Luís Belart. Porto Alegre, 09/06/1974 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a José Luís Belart. Porto Alegre, 31/07/1974 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a José Luís Belart. Porto Alegre, 12/05/1975 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a José Luís Belart. Porto Alegre, 05/01/1976 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a José Luís Belart. Porto Alegre, 16/03/1976 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a José Luís Belart. Porto Alegre, 14/06/1976 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a José Luís Belart. Porto Alegre, 16/09/1976 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a José Luís Belart. Porto Alegre, 11/11/1976 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a José Luís Belart. Porto alegre, 05/12/1976 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a José Luís Belart. Porto Alegre, 08/03/1977 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a José Luís Belart. Porto Alegre, 17/04/1977 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Sandor. Porto Alegre, 28/08/1973 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta à redação da *Folha da Manhã*. Porto Alegre, 24/05/1974 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta ao Correio do Leitor. Aldrin para crianças. Porto Alegre, 17/07/1974 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Herman Daly. Porto Alegre, 26/02/1976 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Herman Daly. Porto Alegre, 31/10/1976 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Herman Daly. Porto Alegre, 25/07/1977 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Herman Daly. Porto Alegre, 01/12/1979 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Herman Daly. Porto Alegre, 01/06/1980 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Herman Daly. Porto Alegre, 15/03/1981 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Herman Daly. Porto Alegre, 18/12/1987 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Leo Schoof. Porto Alegre, 04/08/1975 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Heinrich Westphal. Porto Alegre, 12/06/1976 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Sauer. Porto Alegre, 13/08/1976 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Sauer. Porto Alegre, 13/09/1976 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Konrad Lorenz. Torres, 19/09/1976 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Arturo Eichler. Porto Alegre, 03/03/1977 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Georg Kleemann. Porto Alegre, 04/08/1977 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a VITA. Porto Alegre, 25/06/1978 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a VITA. Porto Alegre, 15/07/1978 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta ao Diretório Acadêmico de Agricultura de Lavras. Torres, 08/09/1978 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta ao Prof. Gerhardt Preuschen. Porto Alegre, 21/11/1979 (APJL).

(LUTZENBERGER, José. Ofício 121/80 AGAPAN a Hélio Teixeira Alves. Porto Alegre, 07/09/1980 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Hélio Teixeira Alves. Porto Alegre, 06/10/1980 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Francisco Carlos Trindade Leite-Presidente CAJOL, Maringá-PR. Porto Alegre, 06/10/1980 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta ao Prof. Eduardo Zaffaroni. Porto Alegre, 06/10/1980 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Antônio Carballo Barreira. Porto Alegre, 25/11/1980 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a François Chaboussou. Porto Alegre, 18/07/1982 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a François Chaboussou. Porto Alegre, 30/10/1982 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a François Chaboussou. Porto Alegre, 13/01/1984 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a François Chaboussou. Porto Alegre, 13/01/1985 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta para Luis Adams. Porto Alegre, 02/10/1983 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta para Cathrin – Editora *New Scientist*. Porto Alegre, 04/12/1983 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta para Flüeler Grawwiler - Editora *Arbei*. Porto Alegre, 05/12/1983 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta ao Deputado Estadual Carlos Araújo, 30/08/1985 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Ferrari. Porto Alegre, 29/09/1985 (APJL).

(LUTZENBERGER, José. Carta a José Geraldo Baldini Ribeiro. Porto Alegre, 16/02/1986 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Hermes Peixoto Santos Filho. Porto Alegre, 17/02/1986 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Milton Guerra. Porto Alegre, 17/02/1986 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Augusto Ruschi. Porto Alegre, 28/03/1986 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Eneas Salati. Porto Alegre, 28/03/1986 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Adilson. Porto Alegre, 19/05/1986 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Osvaldo Porto. Porto Alegre, 19/05/1986 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Osvaldo Porto. Porto Alegre, 20/05/1986 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Professora Eloci Minuci. Porto Alegre, 25/05/1986 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Piero. Porto Alegre, 25/05/1986 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Fábio Costa. Porto Alegre, 30/05/1986 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Paulo Sardeiro. Porto Alegre, 10/07/1986 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Roberto. Porto Alegre, 12/07/1986 (APJL).  
LUTZENBERGER, José. Carta a Alfredo Stange. Porto Alegre, 21/07/1986 (APJL).  
LUTZENBERGER, José. Carta a Von Uexküll. Porto Alegre, 22/11/1986 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Thomas Welch. Porto Alegre, 07/12/1986 (APJL).  
LUTZENBERGER, José. Carta a Thomas Welch. Porto Alegre, 27/03/1987 (APJL).  
LUTZENBERGER, José. Carta a Thomas Welch. Porto Alegre, 09/04/1987 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Carta a Aldo Sani. Porto Alegre, 18/02/1987 (APJL).  
LUTZENBERGER, José. Carta a Arnaldo Gueller. Porto Alegre, 06/06/1988 (APJL).  
LUTZENBERGER, José. Carta a Maurice Strong. Brasília, 04/12/1991 (APJL).  
LUTZENBERGER, José. Carta a Amazonino Mendes, S/Data [1996-97] (APJL).

***Correspondência Recebida (ordem alfabética e por remetente)***

ALVES, Helio Teixeira. Ofício SDSV/CDA nr 345 para Lutzenberger. Brasília, 22/09/1980 (APJL).  
BELART, J. Carta a Lutzenberger. Rio de Janeiro, 01/10/1973 (APJL).  
BELART, J. Carta a Lutzenberger. Rio de Janeiro, 05/10/1973 (APJL).  
BELART, J. Carta a Lutzenberger. Rio de Janeiro, 24/11/1973 (APJL).  
BELART, J. Carta a Lutzenberger. Rio de Janeiro, 26/12/1973 (APJL).  
BELART, J. Carta a Lutzenberger. Rio de Janeiro, 06/02/1974 (APJL).  
BELART, J. Carta a Lutzenberger. Rio de Janeiro, 22/02/1974 (APJL).  
BELART, J. Carta a Lutzenberger. Rio de Janeiro, 03/03/1974 (APJL).  
BELART, J. Carta a Lutzenberger. Rio de Janeiro, 29/03/1974 (APJL).  
BELART, J. Carta a Lutzenberger. Rio de Janeiro, 12/04/1974 (APJL).  
BELART, J. Carta a Lutzenberger. Rio de Janeiro, 14/07/1974 (APJL).  
BELART, J. Carta a Lutzenberger. Rio de Janeiro, 12/08/1974 (APJL).  
BELART, J. Carta a Lutzenberger. Rio de Janeiro, 12/05/1975 (APJL).  
BELART, J. Carta a Lutzenberger. Rio de Janeiro, 09/11/1975 (APJL).  
BELART, J. Carta a Lutzenberger. Rio de Janeiro, 14/01/1976 (APJL).  
BELART, J. Carta a Lutzenberger. Rio de Janeiro, 18/03/1976 (APJL).  
BELART, J. Carta a Lutzenberger. Rio de Janeiro, 20/05/1976 (APJL).  
BELART, J. Carta a Lutzenberger. Rio de Janeiro, 22/09/1976 (APJL).  
BELART, J. Carta a Lutzenberger. Rio de Janeiro, 22/03/1977 (APJL).

CHABOUSSOU, Francis. Carta a Lutzenberger. Bordeaux, 03/07/1982 (APJL).  
CHABOUSSOU, Francis. Carta a Lutzenberger. Bordeaux, 04/01/1984 (APJL).

COSTA, João. Carta a Lutzenberger. São Paulo, 19/01/1986 (APJL).  
COSTA, João. Carta a Lutzenberger. São Paulo, 01/03/1986 (APJL).

CROIZAT, L. Carta a Lutzenberger. Caracas, 17/12/1966 (APJL).  
CROIZAT, L. Carta a Lutzenberger. Caracas, 29/01/1967 (APJL).  
CROIZAT, L. Carta a Lutzenberger. Caracas, 28/06/1969 (APJL).  
CROIZAT, L. Carta a Lutzenberger. Caracas, 15/05/1970 (APJL).  
CROIZAT, L. Carta a Lutzenberger. Caracas, 14/03/1971 (APJL).

DALY, H. Carta a José Lutzenberger. Baton Rouge, 02/02/1976 (APJL).  
DALY, H. Carta a José Lutzenberger. Baton Rouge, 10/09/1976 (APJL).  
DALY, H. Carta a José Lutzenberger. Baton Rouge, 15/12/1976 (APJL).  
DALY, H. Carta a José Lutzenberger. Rio de Janeiro, 19/11/1980 (APJL).  
DALY, H. Carta a José Lutzenberger. Rio de Janeiro, 21/02/1981 (APJL).  
DALY, H. Carta a José Lutzenberger. Baton Rouge, 25/02/1981 (APJL).  
DALY, H. Carta a José Lutzenberger. Baton Rouge, Natal/1987 (APJL).

EICHLER, Arturo. Carta a José Lutzenberger. Mérida, Venezuela, 8/02/1977 (APJL).  
FERREIRA, Antonio Gomes. Carta a Lutzenberger, 17/08/1977 (APJL).  
GEISEL, Fernando. Carta a Tecnologia Convivial. Guaíba, 27/03/1986 (APJL)

IPANEMA, Marcello. Carta a Lutzenberger. 15/05/1979 (APJL).  
LOEWENS, Hubertus. Carta a Lutzenberger, São Paulo, 10/10/1983 (APJL).  
LORENZ, Konrad. Carta a José Lutzenberger. Altenberg, 20/07/1976 (APJL).  
NEHAB, Maria Alice. Carta a Lutzenberger, 08/09/1977 (APJL).  
OST, Delfino Liro. Carta Circular AVIMUDA a Lutzenberger, 01/10/1986 (APJL).  
PRIMAVESI, Ana. Carta a Lutzenberger. São Paulo, 15/03/1980 (APJL).  
SANI, Aldo, GEISEL, Fernando. Carta a Lutzenberger. Guaíba, 22/01/1985 (APJL).  
SCHINKE, Gert. Carta a Lutzenberger. Porto Alegre, 05/01/1987 (APJL).  
SILVA, Durval. Ofício SDSV/CDA 01/80 a Lutzenberger. Brasília, 18/09/1980 (APJL).  
TELEGRAMA, Glênio Peres a Lutzenberger. Porto Alegre, Out/1975 (APJL).  
VICTORA, Cesar. Carta a José Lutzenberger. Pelotas, 09/09/1977 (APJL).

### **Cartas felicitando Lutzenberger pelo Nobel Alternativo**

Afrânio Alves Correa, 17 anos, Campo Grande-MS, 07/11/1988 (APJL).  
Eduardo Miller, 14 anos, São Leopoldo-RS, 26/10/1988 (APJL).  
Milene Machado, 13 anos, São Leopoldo-RS, 26/10/1988 (APJL).  
Myriam Silva, Petrópolis-RJ, 29/10/1988 (APJL).  
Paula, 11 anos, S/local e data (APJL).  
Úrsula Martan, São Leopoldo-RS, 26/10/1988 (APJL).

### **Documentos Manuscritos ou datilografados (ordem cronológica)**

LUTZENBERGER, José - AGAPAN. *Plataforma ecológica*. Início anos 1970 (APJL).  
LUTZENBERGER, José. - AGAPAN. *Plataforma Movimento Ecológico*. Início anos 1970 (APJL).  
LUTZENBERGER, José. Gráfico com objetivos da Fundação Gaia. S/data (APJL).  
LUTZENBERGER, José. Parque Turístico de Torres. Área da Guarita. *Levantamento expedito biológico e Geológico*. Torres, março/1972, APJL, 13 p.  
LUTZENBERGER, José. Fundação Reservas ecológicas Borregaard. Porto Alegre, 1974 (APJL).  
LUTZENBERGER, José. *Curriculum Vitae*. 13/05/1976, APJL.  
LUTZENBERGER, José. Documento datilografado s/identificação, justificando a linguagem do Manifesto (APJL).  
LUTZENBERGER, José. *Manifesto Ecológico Brasileiro*. Versão Tabloide. Porto Alegre, Editora Lançamento, 1976.  
LUTZENBERGER, José. A Máfia dos Pesticidas. Rascunho de 9 páginas do livro. Porto Alegre, s/data (APJL).  
LUTZENBERGER, José. Manifesto de Curitiba: Declaração de princípios do movimento de luta ambiental. Curitiba, setembro de 1978. Disponível em: <<http://www.fgaia.org.br/texts/manifesto.html>>. Acesso em 09/11/2012.  
LUTZENBERGER, José. Tradução a respeito da lei de pesticidas exportados no USA. 1979 (APJL).  
LUTZENBERGER, José. Tradução de ENVIRONMENTAL QUALITY. 1979 (APJL).  
LUTZENBERGER, José. Telegrama a ANDEF sobre o envio de 144 caixas de tomate contaminado com mercúrio. Texto datilografado, 29/04/1980 (APJL).  
LUTZENBERGER, José. Narração de “Nas cinzas da floresta”, 1984 (APJL).  
LUTZENBERGER, José. Proposta de consultoria para paisagismo. Porto Alegre, 06/01/1985 (APJL).  
LUTZENBERGER, José. Relatório resumido provisório – Parque Riocell. Porto Alegre, 27/02/1986 (APJL).  
LUTZENBERGER, José. Previsão para a conclusão dos trabalhos de preparação e manutenção do Parque Ecológico Riocell. Porto Alegre, 04/03/1986 (APJL).  
LUTZENBERGER, José. Sugestão para início de trabalhos de aproveitamento de resíduos sólidos da RIOCELL. Porto Alegre, 19/05/1986 (APJL).  
LUTZENBERGER, José. Circular aos meios de comunicação. Porto Alegre, 10/06/1990 (APJL).  
LUTZENBERGER, José. Ofício 62/90, 22/10/1990 (APJL).  
LUTZENBERGER, José. Documento sem título sobre sua relação com a Riocell. 10/09/1992 (APJL).  
LUTZENBERGER, José. Documento sobre o posicionamento de Lutzenberger sobre a duplicação da Riocell. Porto Alegre, 10/09/1992, 7 páginas (APJL).

### **Entrevistas e depoimentos concedidos por Lutzenberger (ordem cronológica)**

- LUTZENBERGER, José. José Lutzenberger: O Dom Quixote da Ecologia Brasileira. *O Pasquim*. São Paulo, S/Data (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Entrevista ao Programa “Ambiente em Crise”. *Rádio da Universidade* (UFRGS). Porto Alegre: 22/01/1972 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. *Ecologia como ciência da sobrevivência*. Porto Alegre: Conferência na Assembleia Legislativa do RS, 17/04/1972 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Depoimento sobre poluição em 30/05/1972. In: AL-RS. *Poluição & Desenvolvimento: Comissão Parlamentar para o estudo da poluição e defesa do meio ambiente*. Porto Alegre, 1972 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Inseticidas: O perigo vem das lavouras. *Zero Hora*. Porto Alegre, 13/08/1974 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Ainda podemos estabelecer um equilíbrio ecológico. *Jornal Evangélico*. Local ?, 1ª quinzena de agosto de 1977, p. 6-7 (AA).
- LUTZENBERGER, José. José Lutzenberger: Poluição não é sinônimo de progresso. *A Tribuna*. Vitória-ES, 22/06/1977 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Lutzenberger: Vivemos o período mais bárbaro da nossa história. S/Local, *Opinião Jovem*, 31/10/1977 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Entrevista. *Cotrijornal*, Fev/1978 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Pesticidas ameaçam homem e natureza, afirma agrônomo. *Jornal Adventista*. Maio/Junho 1978, p. 10 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Depoimento ao GEDA-RS. Porto Alegre, 12/11/1980, 15 páginas datilografadas (APJL).
- LUTZENBERGER, José. A defesa ecológica é uma luta pela justiça social. *Jornal Tchê*. Abril/1981, p. 8-10 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Testimony by Brazilian agronomist, Jose Lutzenberger, on behalf of Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN). Washington, 19/09/1984 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Speech by Jose Lutzenberger in Washington 28<sup>th</sup> September 1986 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Depoimento sobre o início da AGAPAN. Entrevista a João Batista Aguiar. Porto Alegre, 11/03/1986, 9 páginas digitadas.
- LUTZENBERGER, José. Lutzenberger: Um parque ecológico-cultural. *Gaudéria*. Porto Alegre, 1987 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Entrevista ao jornal *El Observador*. Barcelona, Espanha, 05/06/1991 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Palácio do Planalto. *Entrevista coletiva de Lutz*. Brasília, 19/03/1992 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Entrevista. *Diário Catarinense*. Florianópolis-SC, 24/03/1992 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Entrevista. Apesar das conquistas, política nunca mais. *Zero Hora*. Porto Alegre, 30/11/1992, p. 12 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Lutzenberger abre seu refúgio. *Zero Hora*. Porto Alegre, 06/07/1996 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Vivemos um modelo de consumo suicida e sem futuro. Entrevista a Armando Lisboa. *Jornal Valor*, 24/08/2000.
- LUTZENBERGER, José. Ainda há tempo – Entrevista. *João de Barro*. Jornal da APCEF-RS. Porto Alegre, Março/2000, p. 12-13 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. “Temos que mudar nossas atitudes”. *Jornal da UNISC*. Santa Cruz do Sul, Março/Abril 2000, p. 3 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. A verdadeira contestação é ampliar o horizonte. Entrevista à *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v. 2, n. 3, jul/set. 2001.
- LUTZENBERGER, José. “INCRA tem que ser extinto!”. *A Granja*. Porto Alegre, Fevereiro/2002, p. 6-8 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Originais da Entrevista de Lutzenberger. *A Garça*, 2002 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Entrevista a Moisés Mendes. O ambientalista movido a confrontos. *Revista ZH Donna*. *Zero Hora*. Porto Alegre, 14/04/2002, p. 12-15 (APJL).

### **Obras de José Lutzenberger**

#### **Artigos (ordem cronológica)**

- LUTZENBERGER, José. Fundamentos ecológicos da agricultura biológica. In: SOC. AGRONOMIA DO RS. *1º Curso de Agricultura Biológica*. Porto Alegre, 27-30/04/1981.



- LUTZENBERGER, José. The systematic demolition of the tropical rainforest in the Amazon. *The Ecologist*. Vol. 12, Nº 6, p. 248-252, November/December 1982.
- LUTZENBERGER, José. Brazilian wilderness: A problem or a model for the world? In: MARTIN, Vance, INGLIS, Mary. *Wilderness: The Way Ahead*. Scotland and USA: The Findhorn Press, 1984, p. 38-46.
- LUTZENBERGER, José. How Agrochemicals feed the Pests that destroy the crops. *The Ecologist*. Cornwall, UK. Vol. 14, No 2, 1984. Disponível em: <[http://www.theecologist.org/back\\_archive/19701999/](http://www.theecologist.org/back_archive/19701999/)>. Acesso em 30/12/2013.
- LUTZENBERGER, José. *Nova Conspiração da Máfia dos Pesticidas*. Original datilografado. Nov./1984 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. The World Bank's Polonoeste Project: A social and environmental catastrophe. *The Ecologist*. Vol. 15, Nº 1/2, 1985.
- LUTZENBERGER, José. Gaia. LEWGOY, Flávio (Org.). *Política e Meio Ambiente*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- LUTZENBERGER, José. *Pecuária natural*. Original datilografado [Publicado em Maio/1987 na Revista Guia Rural], 1987 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Surplus and starvation, debt and devastation. *Earthscan*. April/1988 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. *Reflorestamento e ecologia*. S/dados de publicação. 1989 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. *A filosofia ambiental do governo Collor*. Brasília, 29/11/1990 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Environmental Ethics. *Revista Ecodecision*. Canadá, Março/1991 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Who is destroying the amazon Rainforest? PLACE, E. Susan. *Tropical rainforests: Latin American and Society in transition*. Wilmington: Jaguar books, 1993.
- LUTZENBERGER, José. O absurdo da agricultura moderna. *Fundação Gaia*. Disponível em: <[www.fgaia.org.br/texts/biotech.html](http://www.fgaia.org.br/texts/biotech.html)>. Acesso em 10/02/2013.
- LUTZENBERGER, José. Reverência pela vida. *Fundação Gaia*. Anos 1990. Disponível em: <<http://www.fgaia.org.br/texts/t-klabin2.html>>. Acesso em 15/12/2011.

#### **Artigos em jornais (ordem cronológica)**

- LUTZENBERGER, José. Por uma ética ecológica. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 29/08/1971, p. 22 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Ecologia, Ciência da Sobrevivência. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 17/12/1972, p. 18 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Os custos ambientais das fábricas de celulose. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 12/08/1973, p. 18 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Plantações sem veneno. Revista ZH. *Zero Hora*. Porto Alegre, 21/01/1973, p. 2-3 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Contaminação insidiosa. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 20/10/1974.
- LUTZENBERGER, José. Como pensava meu pai. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 1977, p. 8-9 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Os vendilhões da biologia. *Zero Hora*, 26/06/1977 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Cancro cítrico: uma nova peste suína? ZH Campo e Lavoura. *Zero Hora*. Porto Alegre, 22/02/1985, p. 8 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Cancro cítrico: combate polêmico. ZH Campo e Lavoura. *Zero Hora*. Porto Alegre, 19/04/1985 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. Ainda a erradicação dos viveiros de cítricos. *O Interior*, maio/1985 (APJL).
- LUTZENBERGER, José. A erradicação dos viveiros de cítricos. ZH Campo e Lavoura. *Zero Hora*. Porto Alegre, 06/06/1986 (APJL).

#### **Livros**

- LUTZENBERGER, José. *Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro* (3ª edição). Porto Alegre: Editora Movimento, Editora da UFRGS, [1976]1980a.
- LUTZENBERGER, José. *Pesadelo Atômico*. São Paulo: Ched Editorial, 1980b.
- LUTZENBERGER, José. *Manifiesto Ecológico. ¿Fin del futuro?* Cuenca, Ecuador: Editorial Universidad de Cuenca, 1981.
- LUTZENBERGER, José. *Do jardim ao poder*. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- LUTZENBERGER, José. *Gaia: O planeta vivo*. Porto Alegre: L&PM, 1990.
- LUTZENBERGER, José. SCHWARTZKOPFF, Michael. *Giftige Eznte*. [Colheita Maldita] Greven: Eggenkamp Verlag, 1988.

LUTZENBERGER, José. *Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro* (5ª edição). Porto Alegre: Editora Movimento, 1999.

LUTZENBERGER, José. *Garimpo ou gestão: crítica ecológica ao pensamento econômico*. Porto Alegre: Pelo Planeta Associados, 2009 [obra póstuma].

### ***Palestras (ordem cronológica)***

LUTZENBERGER, José. *Por uma ética ecológica*. Manuscrito original datilografado, 1971, p. 6 (APJL).

LUTZENBERGER, José. *O que é ecologia*. Porto Alegre: Palestra na Sociedade de Engenharia, 1972 (APJL).

LUTZENBERGER, José. *A insensatez da Agroquímica*. Palestra e Artigo. 1972 (APJL).

LUTZENBERGER, José. *A problemática da Agroquímica*. 1973 (APJL).

LUTZENBERGER, José. *A problemática da química na agricultura*. Conferência pronunciada para estudantes de Agronomia. 1973 (APJL).

LUTZENBERGER, José. *Energia e meio ambiente*. Palestra. Vitória-ES, 03/06/1977 (APJL).

LUTZENBERGER, José. S/Título. Palestra em Santa Catarina, 25/07/1977 (APJL).

LUTZENBERGER, José. *A problemática ecológica*, 1978 (APJL).

LUTZENBERGER, José. *Manifesto de Curitiba*, 1978 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Palestra no seminário “Energy in the least developed countries”. Haia – Países Baixos, 02/07/1981 (APJL).

LUTZENBERGER, José. *Address to the NGO Symposium on the Environment na the Future*. UNEP – United Nations Environment Program – Session of special character – 10 years of Stockholm Conference. Nairobi, Quênia, 03 de maio de 1982 (APJL).

LUTZENBERGER, José. *A visão global do saneamento nas cidades*. Palestra. Recife-PE, 11/07/1984 (APJL).

LUTZENBERGER, José. *O modelo liberal-consumista perante o desafio ecológico*. Palestra aos membros da Associação Scott Bader. Wollaston-Inglaterra, 24/09/1988, (APJL).

LUTZENBERGER, José. Palestra no I Congresso Brasileiro de Educação Ambiental, de 04 a 06/10/1988 (não consta o dia exato da palestra). Ibirubá-RS (APJL).

LUTZENBERGER, José. *Discurso de aceitação do The Right Livelihood Award*. Original datilografado, 1988, 4 folhas (APJL).

LUTZENBERGER, José. *The climatic effects of the destruction of the rainforests*. Friends of Earth Tropical Rainforests Campaign. Londres, 04/12/1988 (APJL).

LUTZENBERGER, José. “*Reflorestamento” e ecologia*. Original datilografado, 1989 (APJL).

LUTZENBERGER, José. *Conferência de Lutzenberger*. Reunião do comitê preparatório da Eco 92, Nairobi, Quênia, 29/09/1990 (APJL).

LUTZENBERGER, José. *Palestra na Organização dos Estados Americanos (OEA)*. Grupo Especial de Trabalho sobre Meio Ambiente, Washington, 15/11/1990 (APJL).

LUTZENBERGER, José. *Conferência de Lutzenberger*. Ação para um futuro comum. Bergen, Noruega, 16 maio 1991 (APJL).

LUTZENBERGER, José. *Conferência do ex-Secretário Nacional do Meio Ambiente José Lutzenberger*. Departamento de filosofia da UFRGS. Porto Alegre, 1992 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Palestra. *Earth Conference on Biomass for Energy, Development and Environment*. Havana, Cuba, 10-13 de janeiro, 1995 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Palestra no IV FIA – Fórum internacional de administração. Miami, 1995 (APJL).

LUTZENBERGER, José. *Ciência e Tecnologia, onde está a mentira?* Palestra proferida em Seminário na Universidade Federal de Mato Grosso. Março de 1995. Disponível em: <<http://www.fgaia.org.br/texts/t-cietec.html>>. Acesso em 25/08/2012.

LUTZENBERGER, José. *Homeostase: requisitos da sustentabilidade*. Palestra no “Encontro de Permacultura”, em 06 de abril de 2002, em Florianópolis, e na sede do Gaia Village em Garopaba, no encerrament do “I Encontro Ecosust na Praia do Ouvidor”, em 07 de abril de 2002. Disponível no Youtube: Parte 1: <[https://www.youtube.com/watch?v=6Rk\\_EEDR6jE](https://www.youtube.com/watch?v=6Rk_EEDR6jE)>. Parte 2: <<https://www.youtube.com/watch?v=Z6AzvsdRMcc>>. Parte 3: <<https://www.youtube.com/watch?v=tbn0HDUuha4>>. Acessos em 18/04/2015.

### ***Prefácios/Apresentações/Introduções de livros de outros autores***

- LUTZENBERGER, José. Apresentação. MONEY, Pat Roy. *O escândalo das sementes: o domínio na produção de alimentos*. São Paulo: Nobel, 1987.
- LUTZENBERGER, José. Apresentação. CHABOUSSOU, Francis. *Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: A teoria da Trofobiose*. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- LUTZENBERGER, José. Introdução. PORRIT, Jonathon. *Salve a Terra*. São Paulo: Editora Globo e Círculo do Livro, 1991.
- LUTZENBERGER, José. Prefácio. COLBORN, Theo, DUMANOSKI, Dianne, MYERS, John Peterson. *O futuro roubado*. Porto Alegre: LP&M, 1997.
- LUTZENBERGER, José. Prefácio. FARSUL. *Índices de Lotação Pecuária para o Rio Grande do Sul*. Comissão de Assuntos Fundiários. FARSUL. Com. Esp. Publ. Téc. Vol. 1. 1997.

### **Documentos em geral – produzidos por terceiros**

#### ***Correspondência de terceiros***

- BECK, Sérgio. Carta à AGAPAN Erechim. Porto Alegre, 01/01/1975 (APJL).
- BELART, J. Carta a Joaquim Carvalho. Rio de Janeiro, 05/10/1973 (APJL).
- BELART, J. Carta ao Gen. Golbery do Couto e Silva. Rio de Janeiro, 07/01/1975 (APJL).
- BONOW, Germano. Carta a Glênio Peres. Porto Alegre, 18/12/1979 (APJL).
- CAPÃO DA FONTE. Carta ao Eng. Chefe do 10º DRF - DNER Porto Alegre. Porto Alegre, 10/04/1989 (APJL)
- CARNEIRO, Augusto. Carta a Alfredo José da Costa – de Portugal. Porto Alegre, 06/01/1975 (APJL).
- CARNEIRO, Augusto. Carta a Afrânio Alves Correa. Porto Alegre, 26/12/1988 (APJL).
- CASTRO, Giselda, RENNEN, Magda. Carta da ADFG ao presidente Fernando Collor. Porto Alegre, 01/03/1990 (APJL).
- FILHO, João Giuliani. Telex a Amauri Stabile. Porto Alegre, 18/11/1980 (APJL).
- FOSCHIERA, Carlos Roberto. Ofício GEDA/RS 18/80 a AGAPAN. Porto Alegre, 24/06/1980 (APJL).
- GASTAL, Ney. Carta a Deputado (S/Nome). Porto Alegre, 13/10/1981 (APJL).
- TAMARA, Roberto. Carta a Belart. Rio de Janeiro, 21/01/1974 (APJL).
- SANI, Aldo, GEISEL, Fernando. Carta a Tecnologia Convivial - Lutzenberger. Guaíba, 22/01/1985 (APJL).
- GEISEL, Fernando. Carta a Tecnologia Convivial. Guaíba, 27/03/1986 (APJL).
- RENNEN, Magda. Carta da ADFG à direção da Volkswagen no Brasil. Porto Alegre, 06/08/1976 (APJL).
- RENNEN, Magda. Carta da ADFG a Wolfgang Sauer. Porto Alegre, 07/09/1976 (APJL).
- SAUER, Wolfgang. Carta a ADFG. São Paulo, 18/08/1976 (APJL).
- MARX, Burle. Carta a Sauer. Rio de Janeiro, 04/11/1976 (APJL).
- MELLO FILHO. Carta a Sauer. Rio de Janeiro, 07/12/1976 (APJL).
- STEHMANN, Cornelia. Carta a Lionel Fifield. Porto Alegre, 05/09/1988 (APJL).

#### ***Documentos oficiais***

- AL-RS. Informe sobre a CPI dos Agrotóxicos. Porto Alegre, S/data (APJL).
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA-RS. *Audiência Pública* – Assunto: vistorias realizadas pelo INCRA em propriedades rurais do RS; análise dos assentamentos realizados pelo INCRA nos últimos 15 anos. Porto Alegre, 13/12/2001. Transcrição e Áudios.
- CANECC. Relatório sobre viagem ao exterior – Argentina e Uruguai, elaborado por Alvir Jacob. 05/02/1986 (APJL).
- EPA. *Suspended and Cancelled Pesticides*. Washington DC, USA, October/1979 (APJL).
- FAO-ONU, IBGE. *Os defensivos e o meio ambiente*. Rio de Janeiro, 1975 (APJL).
- FERRARI, Antenor. *Agrotóxicos: As multinacionais contra as leis estaduais*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 1984.
- GOVERNO DO ESTADO DO RS. SECRETARIA DA AGRICULTURA. *Guia para uso de defensivos na lavoura e na pecuária*. Campanha produzir sem poluir. Porto Alegre, 1974 (APJL).
- JOCKYMANN, Sérgio. Parecer do Relator. Subcomissão sobre a ampliação da Riocell. Porto Alegre, Assembleia Legislativa-RS, 1992 (APJL).

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. CDE: Três bilhões para combate à erosão e produção de defensivos. *Agricultura Notícias* (Boletim do MA). Brasília, Ano I, No 32, 20-26/08/1975 (APJL).

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Portaria 08, assinada por Pedro Simon, em 16/01/1986, sobre a viagem ao exterior – Argentina e Uruguai. *DOU*. Brasília, 17/01/1986 (APJL).

RIO DE JANEIRO. Decreto 2.731, de 15/08/1980. Denomina RUA LUIS BELART (José Luís Belart — Almirante), logradouro na Ilha do Governador (Obtido em contato com a Ouvidoria da Câmara do Rio de Janeiro).

SENGER, Ricardo. Relatório do Perito. Montenegro, 01/08/1986 (APJL).

UNITED STATES SENATE. Carta a Fernando Collor de Mello. Washington DC, 22/11/1991 (APJL).

### ***Documentos impressos***

ACP. *Roraima: O aviso da morte*. São Paulo, Junho/1989 (APJL).

AGAPAN. Programa de Luta. Porto Alegre, 1971 (APAC).

AGAPAN. Ofício 123/92, ao deputado Sérgio Jockymann, assinado por Celso Marques. Porto Alegre, 09/10/1992 (APJL).

AGAPAN. Ofício 161/92, aos deputados estaduais gaúchos e povo gaúcho em geral, assinado por Celso Marques, 14/12/1992 (APJL).

CONTRATO TECNOLOGIA CONVIVIAL-RIOCELL, 01/06/1988 (APJL).

DEFESA de José Lutzenberger. Elaborada pelo advogado Ruy Gerhardt Barbosa. Porto Alegre, 16/10/1975 (APJL).

ECOCITRUS, Documento sobre a cooperativa. 1994 (APJL).

FUNDAÇÃO GAIA. Aparelhamento da fundação Gaia para melhor alcançar seus objetivos nos setores do Rincão Gaia e administração. 1994 (APJL).

FUNDAÇÃO GAIA. PROJETO RINCÃO GAIA, 1994 (APJL).

FUNDAÇÃO GAIA. Release: ecologista José Lutzenberger assina contrato de consultoria ambiental com o Governo do Amazonas, 03/04/1997 (APJL).

FUNDAÇÃO GAIA. Relatório de Assessoria e Consultoria Ambiental para o Governo do Estado do Amazonas. 1998 (APJL).

FUNDAÇÃO GAIA. Amazonas - principais atividades realizadas. Abril/1997 a 23 de outubro de 1998 (APJL).

FUNDAÇÃO GAIA. Sugestão de inserção e nova redação de cláusula de rescisão do contrato firmado entre o Estado do Amazonas e a Fundação Gaia, 21/01/1999 (APJL).

FUNDAÇÃO GAIA. Relatório anual 2002. Disponível em: <<http://fgaia.org.br/relatorios/2002/index.html>>. Acesso em 19/04/2015.

GUERRA, Milton de Sousa. Aspectos atuais e perspectivas do controle químico das pragas. Artigo sem identificação de Local, data e editora (APJL).

GARRAN, Cancrosis de los citrus – Sintomatologia. *Enfermedades, plagas y su control*. Fotos e texto. INTA, Argentina, 5/1985 (APJL).

LEWERT, Henry. *Outono silencioso*. Livreto. São Paulo: Dow Chemical, 1977.

PETIÇÃO JUDICIAL. ANDEF contra Lutzenberger. Elaborada por Escritório de Advocacia Prof. Vicente Rao. São Paulo, 23/09/1975 (APJL).

PODER JUDICIÁRIO. 9º TEBELIONATO, Escritura Pública de Instituição da Fundação Gaia nº 4.859. Porto Alegre, 17/06/1987 (APJL).

PORTO, Osvaldo. Análise da apreciação de Lutzenberger sobre viagem ao exterior - Argentina e Uruguai. S/data (APJL).

RIOCELL. Relatório da Administração 1984. Março/1985 (APJL).

SAVIO, Eleazar. Comunicação Interna, 18 de abril de 1972. (APJL)

SCHINKE, Gert. Propagandas da campanha eleitoral de 1986 (APJL).

THE RIGHT LIVELIHOOD AWARD. Diploma de premiação a José Lutzenberger, assinado por Jacob Von Uexküll. Estocolmo-Suécia, 09/12/1988 (APJL).

UCG. A década da destruição. Folder de divulgação. Junho de 1986 (APJL).

YANOMAMI URGENTE, 20/10/1988 (APJL).

YANOMAMI URGENTE, 25/10/1989 (APJL).

### ***Documentos manuscritos, datilografados ou digitados em computador***

AGAPAN. *Estatutos da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural*. Porto Alegre, 1973 (APJL).

AGAPAN. *Posicionamento político*. Datilografado. Início anos 1970 (APJL).  
AUTOR DESCONHECIDO. Pelos meandros dos interesses do império dos defensivos. S/Data. S/Local, 10 folhas (APJL).  
GASTAL, Ney. Documento S/Título. Junho/1990 (APJL).  
LUTZENBERGER, Joseph. Diário da família Lutzenberger. Porto Alegre, anos 1930 (APJL).  
SAVIO, Eleazar. Comunicação Interna enviada para Joaquim Rodrigues Gonçalves (APJL).

### **Relatos Lilly Lutzenberger**

LUTZENBERGER, Lilly. *Relato sobre o Parque da Guarita*, 2005.  
LUTZENBERGER, Lilly. *Acervo José Lutzenberger: Características e metodologia de organização do mesmo*. Documento escrito por Lilly a pedido da autora, relatando o processo de organização do acervo. Enviado por e-mail em 18/12/2012.  
LUTZENBERGER, Lilly. *Doença e morte de meu pai*. Porto Alegre, 02/03/2015.

### **Fontes Oraís, conversas e e-mails**

Conversa com Paulo Viegas, Gerente de vendas da Ecocitrus e produtor de cítricos orgânicos, durante visita a sua propriedade em São José do Sul-RS, 05/03/2013.  
Entrevista de Alfredo Gui Ferreira à autora. 1 hora. Sede da AGAPAN, Porto Alegre, 01/10/2013.  
Entrevistas de Augusto Carneiro à autora. Casa de Carneiro em Porto Alegre. Julho/2005.  
Entrevistas de Augusto Carneiro à autora. Casa de Carneiro em Porto Alegre. 2 horas em 17/10/2012 e 3 horas em 09/11/2012.  
Entrevista de Cecília Ribeiro à autora. 1 hora. Café do MARGS, Porto Alegre, 04/09/2012.  
Entrevista de Celso Marques à autora. 3 horas. Casa de Marques, Porto Alegre, 08/08/2014.  
Entrevista de Flávio Lewgoy à autora. 1 h 30 min. Casa de Lewgoy, Porto Alegre, 26/09/2014.  
Entrevista de Flávio Lewgoy a João B. Aguiar, no Programa Cidadania Ambiental, Rádio Ipanema Comunitária, Porto Alegre 2011.  
Entrevista de Gert Schinke à autora. 1 h 30 min. Escritório de Schinke, Florianópolis, 19/03/2014.  
Entrevista de Giovani Gregol à autora. 3 horas. Casa de Gregol, Porto Alegre, 07/03/2015.  
Entrevista de Ilza Girardi à autora. 1 hora. Faculdade de Comunicação da UFRGS, Porto Alegre, 25/09/2012.  
Entrevista de Jacques Saldanha à autora. 1h30min. Via *Skype*, 04/10/2012.  
Entrevista de Jalcione Almeida à autora. 1 h 30 min. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, Porto Alegre, 08/03/2013.  
Entrevista de Jocelia Grazia à autora. 1 hora. Sala da Professora na UFRGS, Porto Alegre, 30/10/2013.  
Entrevista de Lívia Zimmermann à autora. 1h30 min. Residência da entrevistada, Porto Alegre, 23/10/2013.  
Entrevista de Paulo Lenhardt à autora. 1h30 min. Usina de compostagem BioC, Montenegro-RS, 05/03/2013.  
Entrevista de Sebastião Pinheiro à autora. 3 horas. Faculdade de Economia da UFRGS, Porto Alegre, 14/03/2012.  
Entrevistas de Sebastião Pinheiro à autora. Via *e-mail*: 23/01/2013; 06/03/2013; 24/10/2014; 12/09/2015.  
Entrevista de Arthur Blásio Rambo. Via *E-mail*, 10/01/2014.  
Entrevista de Susana Burger à autora. Via *E-mail*, 15/04/2015.  
Entrevista de Vandana Shiva à autora. Via *E-mail*, 19/04/2015.  
Entrevista de Vicente Rios à autora. Via telefone, 20/06/2014.

Entrevista e Informações Lara Lutzenberger à autora, via *E-mail*, em 19/04/2015.

Várias entrevistas, informações, buscas no acervo, de Lilly Lutzenberger à autora, via *E-mail*, via *Whatsap* de 2011 a 2015.

### **Periódicos (Jornais e Revistas)**

A CRÍTICA. Lutzenberger vai assessorar o governo. Manaus, 04/04/1997 (APJL).  
A GRANJA. Defensivos sob o enfoque correto. São Paulo, 1975 (APJL).  
AGIRAZUL. Ata de Fundação da AGAPAN. Porto Alegre, Outubro a Novembro de 1996, p. 10 (Acervo da autora).  
ALFONSIN, José. Muralhas e Pontes. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 10/02/1977, p. 22 (APJL).

ALTO MADEIRA. Muita gente vê “A década da destruição”. Porto Velho, 12/06/1986 (APJL).

AMAZONAS EM TEMPO. Lutzenberger vai supervisionar novos projetos no Amazonas. Manaus, 04/04/1997 (APJL).

ANDRADE, Flávio. A crítica da ecologia política. *Em Tempo*, 15/21 Maio de 1978 (NPH).

BARROS, Luiz Carlos de. PE Partido Ecologista? São Paulo, *Pensamento Ecológico*, Nº 15, 1982 (AGCRJ).

BERG, Evelyn. *Correio do Povo*, 30/01/1972, p. 17 (MCSHJC).

BOLETIM SEMANAL. Especialista alerta empresários da destruição do ambiente natural. Porto Alegre, 15/05/1972, capa (APJL).

CADERNO DE DOMINGO NH e VS. Lutzenberger: é preciso pensar no futuro de Gaia. Novo Hamburgo e São Leopoldo, 05/06/1988 (APJL).

CAROS AMIGOS. Entrevista com Raquel Rigotto: o uso abusivo dos agrotóxicos provoca muitas doenças. São Paulo, edição 177, Dezembro/2011.

CARVALHO, José Cândido. “Os vendilhões da biologia”. *Zero Hora*, 14/08/1977 (APJL).

CARUSO, Chico. Charge sobre demissão de Lutzenberger. *Veja*, p. 29 (APJL).

CASTRO, Alexandre Gruber de. Política: Lutz e as tentações. Porto Alegre, *Coojornal*, Novembro de 1981, p. 4 (APJL).

CAVERO, Enrique Salazar. Os inseticidas e seu significado (II). *Correio do Povo*. Suplemento Rural. Porto Alegre, 04/02/1972, p. 17 (APJL).

CIVITA, Victor. Carta do Editor. *Realidade*. Edição Especial “Amazônia”. São Paulo, Editora Abril. Outubro de 1971 (APJL).

CLÁUDIA. Amazônia: A visão do ecologista. Editora Abril, São Paulo, Ano 29, Nº 335, agosto/1989 (APJL).

COOJORNAL. Recorte sobre recusa de Lutzenberger a convite da Arena e MDB para concorrer a cargo político. Porto Alegre, Outubro de 1976 (APJL).

CORREIO AGROPECUÁRIO. Maio de 1971 (APJL).

CORREIO BRASILIENSE. 1.500 assinaturas por uma só voz. Brasília, 07/10/1978 (APJL).

CORREIO BRASILIENSE. Americanos no rastro da repercussão. Brasília, 22/01/1989, p. 12 (APJL).

CORREIO BRASILIENSE. Lutzenberger vira o mais novo habitante do Parque, 31/05/1990, p. 17 (APJL).

CORREIO BRASILIENSE. Guerra do clic. Brasília, 12/06/1990, p. 2 (APJL).

CORREIO DO POVO, Suplemento Rural. Fundada a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural. Porto Alegre, 25/06/1971 (APJL).

CORREIO DO POVO. Borregaard será fechada até novembro se não cumprir exigências do governo. Porto Alegre, 21/01/1973, capa (APJL).

CORREIO DO POVO. Borregaard será levada à justiça por causar males à saúde pública. Porto Alegre, 16/05/1974, p. 23 (APJL).

CORREIO DO POVO. Examinado em plenário problema criado com a utilização do DDT. Porto Alegre, 18/05/1974 (APJL).

CORREIO DO POVO. Secretaria confirma: defensivos para a lavoura matam homens e animais. Porto Alegre, 24/05/1974, capa (APJL).

CORREIO DO POVO. Técnico da FAO/OMS prescreve venda controlada para defensivos agrícolas. Porto Alegre, 05/06/1974, p. 18 (APJL).

CORREIO DO POVO. Uso incorreto dos defensivos agrícolas e herbicidas está dizimando as reservas ictiológicas de nossos rios. Porto Alegre, 03/05/1975 (APJL).

CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 18/06/1976 (APJL).

CORREIO DO POVO. Mais que uma injustiça, é um escândalo o que está acontecendo na Amazônia. Porto Alegre, Julho de 1976 (APJL).

CORREIO DO POVO. Desmatamento. Porto Alegre, 06/12/1978, p. 12 (APJL).

CORREIO DO POVO. IBDF nega em nota oficial “contratos de risco” para as terras da Amazônia. Porto Alegre, 07/12/1978, p. 19 (APJL).

CORREIO DO POVO. Dividem-se as opiniões sobre o auxílio dos EUA. Porto Alegre, 27/12/1978 (APJL).

CORREIO DO POVO. Governo liberou áreas de risco na região amazônica. Porto Alegre, 28/12/1978 (APJL).

CORREIO DO POVO. Proibida realização de simpósio sobre Amazônia. Porto Alegre, 10/01/1979 (APJL).

CORREIO DO POVO. Movimento debate a exploração e desmatamento na Amazônia. Porto Alegre, 12/01/1979 (APJL).



CORREIO DO POVO. Em 60 dias, 18 pessoas intoxicadas com defensivo agrícola. Porto Alegre, 04/02/1979 (APJL).

CORREIO DO POVO. Suplemento Rural. Agrônomo do Ano. Porto Alegre, 16/02/1979, p. 3 (APJL).

CORREIO DO POVO. Somente mudanças profundas no Estado farão Guaíba ser recuperado em 4 anos. Porto Alegre, 20/02/1979 (APJL).

CORREIO DO POVO. Defensivos agrícolas já causaram mais de cem mortes no Estado. Porto Alegre, 12/06/1979 (APJL).

CORREIO DO POVO. Alarmante o número de intoxicações por defensivos em Passo Fundo. Porto Alegre, 28/12/1979, p. 19 (APJL).

CORREIO DO POVO. A pedido: Tomates contaminados. Porto Alegre, 04/05/1980, p. 8 (APJL).

CORREIO DO POVO. Agricultura refuta críticas de Lutzenberger. Porto Alegre, 22/11/1980, p. 5 (APJL).

CORREIO DO POVO. Primeira CPI do ano será a de defensivos agrícolas. Porto Alegre, 12/03/1981 (APJL).

CORREIO DO POVO. CPI sobre problemas agrotóxicos abre rumos para nova legislação. Porto Alegre, 29/05/1981 (APJL).

CORREIO DO POVO. CPI dos agrotóxicos reivindica. Porto Alegre, 12/08/1981 (APJL).

CORREIO DO POVO. Controle dos pesticidas modifica a agricultura. Porto Alegre, 26/09/1982, capa (APJL).

CORREIO DO POVO. Pioneirismo gaúcho na luta pela ecologia. Porto Alegre, 26/09/1982, p. 32 (APJL).

CORREIO DO POVO. Lutzenberger vai mesmo cuidar do meio ambiente. Porto Alegre, 03/03/1990, capa (APJL).

CORREIO DO POVO. Escolha de Lutzenberger em discussão. Porto Alegre, 05/03/1990, p. 15 (APJL).

CORREIO DO POVO. Lutzenberger quer ajuda militar. Porto Alegre, 09/03/1990, capa (APJL).

CORREIO DO POVO. A vitória para Lutz. Porto Alegre, 22/03/1990, capa (APJL).

CORREIO DO POVO. Riocell manifesta sua apreensão. Porto Alegre, 08/10/1992, p. 19 (APJL).

COTRIFATOS, abril/1980, p. 7 (APJL).

DAMS NEWSLETTER. Special World Bank Issue. San Francisco, Vol. 1, Nº 5, September 1986 (APJL).

DCI. Ecólogo critica censura. São Paulo, 03/10/1978 (APJL).

DCI. IBDF não garante nada... 29/12/1978 (APJL).

DEFESA VEGETAL. A questão dos defensivos chega a TV. São Paulo, Ano III, No 12, Jan/Fev/1986 (APJL).

DIÁRIO DO AMAZONAS. Lutzenberger pode fechar empréstimo, 09/06/1990, p. 8 (APJL).

DIÁRIO POPULAR. Lutzenberger não foi à posse. 24/03/1992 (APJL).

DUARTE, Nikão. Entrevista: Lutzenberger afirma que demissão “saiu barato”. *Diário Catarinense*. Florianópolis, 24/03/1992 (APJL).

ESTADO DE MINAS. Lutzenberger, ecologia levada a sério. Belo Horizonte, 06/03/1990, p. 15 (APJL).

FOLHA DA MANHÃ. A tranquilidade chegou para Raffin. O seu conselho foi divulgado. Porto Alegre, 22/01/1973, p. 16 (APJL).

FOLHA DA MANHÃ. AGAPAN, a mesma posição? Porto Alegre, 23/05/1974 (APJL).

FOLHA DA MANHÃ. Agricultura quer proibir uso do DDT. Porto Alegre, 01/03/1974 (APJL).

FOLHA DA MANHÃ. DDT: combate a pragas é feito de modo errado. Porto Alegre, 25/03/1974 (APJL).

FOLHA DA MANHÃ. DDT. Caderno com várias matérias sobre o DDT. Porto Alegre, 15/05/1974 (APJL).

FOLHA DA MANHÃ. DDT é o veneno mais barato. Por isso continuará matando. Porto Alegre, 30/05/1975 (APJL).

FOLHA DA MANHÃ. Governo incentivará a produção de DDT. Porto Alegre, 28/08/1975, p. 8 (APJL).

FOLHA DA MANHÃ. Defensivos químicos não precisam de leis (segundo Paulinelli). Porto Alegre, 04/09/1975 (APJL).

FOLHA DA MANHÃ. Governo chama técnicos para defender a localização da petroquímica em Triunfo. Porto Alegre, 13/08/1976 (APJL).

FOLHA DA MANHÃ. Manifesto ecológico - Carta do leitor Sérgio de Castro Luís. Porto Alegre, 16/11/1976 (APJL).

FOLHA DA MANHÃ. O novo paciente da Santa Casa: menino inconsciente há 67 dias. Porto Alegre, 21/10/1978, p. 3 (APJL).

FOLHA DA MANHÃ. AGAPAN quer impedir devastação da Amazônia e acusa órgãos do governo. Porto Alegre, 15/12/1978, p. 6 (APJL).

FOLHA DA MANHÃ. Glênio denuncia: Riocell vai matar a Lagoa dos Patos. Porto Alegre, 14/12/1979, p. 5 (APJL).

FOLHA DA TARDE. Uma associação para evitar envenenamento coletivo. Porto Alegre, 02/06/1971, p. 40 (APJL).

FOLHA DA TARDE. Porto Alegre tem associação para proteger a natureza. Porto Alegre, 04/06/1971 (APJL).

FOLHA DA TARDE. Borlaug, o Nobel da Paz, deixou muitos inimigos por aqui. Porto Alegre, 10/12/1971, p. 17 (MCSHJC).

FOLHA DA TARDE. Fim de Semana. *Poluição*. Porto Alegre, 17/06/1972 (APJL).

FOLHA DA TARDE. Técnica moderna está levando humanidade ao suicídio. Porto Alegre, 23/11/1972 (APJL)

FOLHA DA TARDE. Este curso estudará o equilíbrio (e crise) do ambiente. Porto Alegre, 08/05/1973, p. 21 (APJL).

FOLHA DA TARDE. Lutzenberger: “Humanidade não pode continuar com essa corrida suicida”. Porto Alegre, 07/06/1973, p. 43 (APJL).

FOLHA DA TARDE. Borregaard recomeça. Euforia do povo não durou 100 dias. Porto Alegre, 14/03/1974, p. 3 (APJL).

FOLHA DA TARDE. Porto Alegre, 14/03/1974, p. 3 (APJL).

FOLHA DA TARDE. Ação popular contra a Borregaard. Porto Alegre, 20/03/1974, p. 3 (APJL).

FOLHA DA TARDE, Porto Alegre, 24/05/1974, p. 8 (APJL).

FOLHA DA TARDE. Será controlada a venda e aplicação de pesticidas. Porto Alegre, 05/06/1974, p. 21 (APJL).

FOLHA DA TARDE. AGAPAN lançará manifesto nacional. Porto Alegre, 11/02/1976 (APJL).

FOLHA DA TARDE. Porto Alegre, 27/10/1976 (APJL).

FOLHA DA TARDE. Deputados do Amazonas repudiam “contratos de risco” na floresta. Porto Alegre, 07/12/1978, p. 8 (APJL).

FOLHA DA TARDE. Lutzenberger condena contratos de risco. Porto Alegre, 02/01/1979, p. 54 (APJL).

FOLHA DA TARDE. Protesto e ironia no telex da AGAPAN. Porto Alegre, 01/05/1980 (APJL).

FOLHA DA TARDE. Entidades fazem pressão para proibir pesticidas. Porto Alegre, 20/07/1982 (APJL).

FOLHA DA TARDE. Porto Alegre, 22/07/1982, p. 21-22 (APJL).

FOLHA DA TARDE. Amaral proíbe pesticidas clorados. Porto Alegre, 23/07/1982 (APJL).

FOLHA DE SÃO PAULO. Plano: vender a floresta amazônica. São Paulo, capa, 03/12/1978 (APJL).

FOLHA DE SÃO PAULO. Associações gaúchas não pretendem enviar tomates contaminados. São Paulo, 05/05/1980, p. 10. Acervo digital Folha.

FOLHA DE SÃO PAULO. Ministro da Agricultura suspende anteprojeto de lei sobre agrotóxico. São Paulo, 25/08/1984, p. 12. Acervo digital Folha.

FOLHA DE SÃO PAULO. Apontadas pressões contra projeto para agrotóxicos. São Paulo, 18/09/1984, p. 16, Acervo digital Folha.

FOLHA DE SÃO PAULO. Projeto federal sobre agrotóxicos recebe críticas. São Paulo, 17/10/1984, p. 17, Acervo digital Folha.

FOLHA DE SÃO PAULO. Engenheiro agrônomo brasileiro recebe Prêmio Nobel Alternativo. São Paulo, 12/10/1988, p. c2 (Acervo Digital).

FOLHA DE SÃO PAULO. Darcy volta atrás e nega ter matado Chico Mendes. São Paulo, 26/01/1989 (APJL).

FOLHA DE SÃO PAULO. Lutzenberger quer preservar florestas para pagar dívida. São Paulo, 10/02/1989, p. C4 (APJL).

FOLHA DE SÃO PAULO. Os principais projetos econômicos da região neste século. Especial Amazônia. São Paulo, 23/03/1989, p. 7 (APJL).

FOLHA DE SÃO PAULO. Lutzenberger é indicado para meio ambiente. São Paulo, 03/03/1990 (Acervo Digital).

FOLHA DE SÃO PAULO. Lutzenberger faz sucesso nos EUA. São Paulo, 17/04/1990, p. C-05 (APJL).

FOLHA DE SÃO PAULO. Lutzenberger diz que Calha Norte preserva floresta. São Paulo, 05/05/1990, p. A-4 (APJL).

FOLHA DE SÃO PAULO. Governo isenta Aeronáutica do caso Cachimbo. São Paulo, 19/09/1990, p. A-6 (Acervo *Online*).

FOLHA DE SÃO PAULO. Planalto faz reunião para discutir Funai e Ianomâmi. São Paulo, 07/04/1991 (APJL).

FOLHA DE SÃO PAULO. 19/04/1991, p. 10 (APJL).



FOLHA DE SÃO PAULO. Collor vai anunciar interdição de território para os ianomâmis. São Paulo, 19/11/1991, p. 10 (Acervo *Online*).

FOLHA DE SÃO PAULO. Painel. São Paulo, 17/03/1992, p. 3-C (APJL).

FOLHA DE SÃO PAULO. Ibama é acusado de servir a madeireiras. São Paulo, 18/03/1992, p. 1-C (APJL).

FOLHA DE SÃO PAULO. Promotor do Rio faz denúncias desde 89. São Paulo, 19/03/1992, p. 1-C (APJL).

FOLHA DE SÃO PAULO. Câmara convoca Lutzenberger a explicar acusações contra Ibama. São Paulo, 21/03/1992 (APJL).

FOLHA DE SÃO PAULO. FSP. Lutzenberger atribui queda à pressão de madeireiras. São Paulo, 24/03/1992, p. 3 (APJL).

FOLHA DO SUL. Ecologia: o grito de alerta que ainda pode salvar o planeta. Cachoeiro de Itapemirim, 01/07/1989, p. 4-5 (APJL).

FOLHETIM. A natureza será uma relíquia. São Paulo, 14/05/1978 (APJL).

FRANCO, Sérgio da Costa. O Manifesto Ecológico. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 11/11/1976, p. 4 (APJL).

GABEIRA, Fernando. Agrônomo prega “subversão produtiva”. *Agrofolha. Folha de São Paulo*, 08/01/1991, p. G-1 (APJL).

GASTAL, Ney. Entrevista. José Lutzenberger: Já fui vendedor de agrotóxicos. *Jornal RS*, Porto Alegre, Dezembro/1986, p. 28 (APJL).

GASTAL, Ney. As doutrinas políticas e a questão ambiental. *Jornal RS*, Porto Alegre, Fevereiro/1991 (APJL).

GAUDÉRIA. Entrevista com Lutzenberger. Porto Alegre, 1987 (APJL).

GAZETA DE COTIA. Cotia, 03/12/1976, capa (APJL).

GAZETADO POVO. Lutzenberger apoia agricultura alternativa. Curitiba, 28/03/1990, p. 9 (APJL).

GAZETA DO SUL. Agricultura regenerativa – Lutzenberger dá o exemplo em Pantano. Santa Cruz do Sul, 07/04/1993 (APJL).

GAZETA MERCANTIL. Empresas tentam explicar o uso indevido dos defensivos. São Paulo, 28/05/1975 (APJL).

GAZETA MERCANTIL. Uma defesa da agricultura orgânica. Porto Alegre, 27/11/1978, p. 9 (APJL).

GAZETA MERCANTIL. O “risco” na exploração da Amazônia. Porto Alegre, 7 e 8/10/1978, capa (APJL).

GAZETA MERCANTIL. Lutzenberger critica o projeto da estrada entre Amazônia e o Pacífico. Porto Alegre, 09/05/1990, p. 15 (APJL).

GAZETA MERCANTIL. Destruição da Amazônia pode causar nova era glacial, diz Lutzenberger. Porto Alegre, 16/05/1990, p.15 (APJL).

GAZETA MERCANTIL. Soja Transgênica: Problema político, não técnico. Porto Alegre, 19/02/1999 (APJL).

GUIA RURAL. Dom Quixote dos Pampas. Desenho de Gisele. São Paulo, Agosto de 1989, p. 41.

HASSE, Geraldo. Dom Quixote dos Pampas. Especial Ecologia. Perfil de José Lutzenberger. *Revista Guia Rural*. São Paulo, Editora Abril, Agosto de 1989, p. 40-47.

HASSE, Geraldo. Dom Quixote dos Pampas. *Jornal da Ecologia*. 1990, p. 4-5 (APJL).

IANNI, Octávio. Amazônia: para entender a economia política da região. *Em Tempo*, Maio/1978 (APJL).

IOTTI. Tirinha de Radicci sobre ecologia. *Zero Hora*. Porto Alegre, 14/02/2000, p. 10 (APJL).

JORNAL DA TARDE. Atuação polêmica. São Paulo, 20/03/1992, p. 6 (APJL).

JORNAL DA TARDE. Decisão na madrugada – Exoneração foi decidida no sábado. São Paulo, 23/03/1992, p. 3 (APJL).

JORNAL DA TARDE. Críticas à comissão. São Paulo, 24/03/1992, p. 14 (APJL).

JORNAL DE BRASÍLIA. Lutzenberger reexaminará hidrelétricas. Brasília, 21/04/1990, p 11 (APJL).

JORNAL DE BRASÍLIA. Charles convida secretário para conferência ecológica. Brasília, 15/05/1990, p. 11 (APJL).

JORNAL DE BRASÍLIA. Lutzenberger discursa e sensibiliza príncipe. Brasília, 18/05/1990, p. 10 (APJL).

JORNAL DE BRASÍLIA. Desavença derruba Lutzenberger e Martins. Brasília, 22/03/1992 (APJL).

JORNAL DO BRASIL. O mundo está com fome. Rio de Janeiro, 13/06/1972, Caderno B (APJL).

JORNAL DO BRASIL. Lutzenberger fala sem ser convidado e agita Simpósio com as acusações ao Poder. Rio de Janeiro, 29/09/1978 (APJL).

JORNAL DO BRASIL. 15/11/1978 (HDBN).

JORNAL DO BRASIL. Polícia dissolve protesto contra contratos de risco na Amazônia e prende cinco. Rio de Janeiro, 31/12/1978, p. 20 (APJL).

JORNAL DO BRASIL. 13/07/1979 (HDBN).

JORNAL DO BRASIL. Cartas: Tomates contaminados. Rio de Janeiro, 12/05/1980, p. 10 (APJL).

JORNAL DO BRASIL. Cartas de leitores, Caderno B, p. 2. Rio de Janeiro, 03/06/1980, Disponível no Google News: <[http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19920614&b\\_mode=2](http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19920614&b_mode=2)>. Acesso em 31/10/2012.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 18/05/1981 (APJL).

JORNAL DO BRASIL. Fábrica recompõe ecologia que destruiu. Rio de Janeiro, 08/02/1987, 1º Caderno, p. 13 (APJL).

JORNAL DO BRASIL. Agrônomo gaúcho ganha prêmio Nobel alternativo. Rio de Janeiro, 12/10/1988, p. 12 (Acervo Online).

JORNAL DO BRASIL. Sarney vê colonialismo em fala de enviado da ONU. Rio de Janeiro, 31/03/1989, p. 7 (APJL).

JORNAL DO BRASIL. Lutzenberger denuncia nos EUA visão economicista da ecologia. Rio de Janeiro, 18/04/1990 (APJL).

JORNAL DO BRASIL. Lutzenberger extinguirá reservas de garimpeiros. Rio de Janeiro, 16/07/1990, p. 5 (APJL).

22/11/1991

JORNAL DO COMÉRCIO. IBDF investigará possíveis irregularidades da Volkswagen. Porto Alegre, 05/07/1976, p. 4 (APJL).

JORNAL DO ENGENHEIRO AGRÔNOMO. Editorial: O meio ambiente e o agrônomo do ano. São Paulo, novembro/1978 (APJL).

JORNAL DO ENGENHEIRO AGRÔNOMO. Uma vitória esmagadora. São Paulo, Fevereiro/1979 (APJL).

JORNAL DO ENGENHEIRO AGRÔNOMO. Um marco na história da Agronomia. São Paulo, Novembro/1979 (APJL).

JORNAL DO ENGENHEIRO AGRÔNOMO. Ecologia e Política: um debate necessário. Reprodução do jornal Em Tempo, S/DATA [1978] (APJL).

JORNAL IBIÁ. Em Montenegro, quarentena nos viveiros para comprovar o cancro. Montenegro, Fevereiro/1985 (APJL).

JORNAL IBIÁ. Erradicar o cancro ou a citricultura. Montenegro, Março/1986 (APJL).

JORNAL IBIÁ. Cancro cítrico. Juiz impede entrada da CANECC para queimar mudas de Diemer. Montenegro, 10/09/1986 (APJL).

JORNAL IBIÁ. Tanac Informa. Montenegro, 17/09/1986 (APJL).

JORNAL IBIÁ. Ecocitrus realiza projeto pioneiro de compostagem de resíduos orgânicos. Montenegro, 21/02/1995 (APJL).

JORNAL NOROESTE. Responsável pela Operação Tatu em Santa Rosa no domingo. Outubro/2009. Disponível em: <<http://www.jornalnoroste.com.br/DESTAQUES/Responsavel-pela-Operacao-Tatu-em-Santa-Rosa-no-domingo/>>. Acesso em 07/08/2012.

JORNAL SEAGRI. Lutzenberger no I Simpósio Nacional de Ecologia. Curitiba, setembro de 1978 (APJL).

JORNAL SUECO (Recorte s/Identificação). Foto dos laureados com o Nobel Alternativo de 1988. Estocolmo, 09/12/1988 (APJL).

KUNZING, Robert. População: 7 bilhões. *National Geographic*. São Paulo: ano 11, nº 130, janeiro de 2011.

LUIS CARLOS. Cartum sobre Lutzenberger. *Zero Hora*. Porto Alegre, 19/05/1979 (APJL).

MANCHETE. SOS Terra. Ecologia com Lutzenberger. Editora Bloch, Rio de Janeiro, Nº 1920, Fevereiro/1989 (APJL).

MANERA, Roberto. A guerra das laranjas chega à justiça. *Revista Globo Rural*. São Paulo, julho/1986 (APJL).

MANERA, Roberto. A hora da colheita. *Globo Rural*. Editora Globo, Rio de Janeiro, Ano 4, Nº 39, Janeiro/1989 (APJL).

MARCO AURÉLIO. Fim. Charge. *Zero Hora*. Porto Alegre, 07/12/1973 (MCSHJC).

MARCO AURÉLIO. Borregaard. *Zero Hora*. Porto Alegre, 28/04/1974, p. 4 (APJL).

MARQUES, Randau, “Aziz Ab’Saber, por Randau Marques”. *Jornal GGN*, 16/03/2012. Disponível em: <<http://jornalggm.com.br/blog/luisnassif/aziz-absaber-por-randau-marques>>. Acesso em 16 agosto 2014.

MATZENBACHER, Jornal da Província, 1986 (APJL).

MAULDIN. Charges publicadas no *International Herald Tribune*. New York, 29/09/1969 e 26/09/1969 (APJL).

NETTO, Soffiati. Biocidas mercuriais. *A Notícia*. Campos - RJ, 18/05/1980, p. 6 (APJL).

NEWSWEEK. Bertrand Russell (1872-1970). New York, 16/02/1970 (APJL).

NEWSWEEK. Can we Collor him Green? New York, 09/04/1990 (APJL).

NEWSWEEK. Environment: Fight at Hilton Head. New York, 13/04/1970 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO. Defensivo agrícola, um mal necessário. São Paulo, 15/05/1971 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO. Sul denuncia uso de inseticidas ao novo ministro. São Paulo, 23/03/1974 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO. Usinas nucleares: uma ameaça ao futuro? *Jornal da Tarde*. São Paulo, 14/04/1977 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO. As críticas e as lágrimas do ecólogo. São Paulo, 09/11/1978 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO - FOLHA DA TARDE. Ecólogo ganha prêmio de “Agrônomo do Ano”. São Paulo, 09/11/1978, p. 2 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO. Floresta vai à venda, e já. São Paulo, 05/12/1978 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO. Na maior floresta, o grande plano ecológico. São Paulo, 26/12/1978 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO. Prepara-se grande derrubada na Amazônia. São Paulo, 03/01/1979 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO. Ecólogos denunciam perigo. São Paulo, 10/01/1979 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO. O Protesto – 80 entidades conservacionistas criticam planos do governo para a Amazônia. São Paulo, 11/01/1979 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO. Cientistas contra a proibição do simpósio na Amazônia. São Paulo, 11/01/1979 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO. O teatro cheio. Em discussão, a Amazônia. São Paulo, 25/01/1979 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO - FOLHA DA TARDE. Agronomia: O congresso das críticas. São Paulo, 29/10/1979 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO. O primeiro ativista nuclear brasileiro. São Paulo, 21/06/1980, p. 7 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Década da destruição”. São Paulo, 11/06/1986, p. 5 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO. Encerrados debates sobre A década da destruição. São Paulo, 14/06/1986 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO. Lutzenberger abre encontro nos EUA. São Paulo, 01/05/1990 p. 11 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO. Lutzenberger ataca os países ricos em Londres. São Paulo, 18/05/1990, p. 9 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO. A corte ao modismo ecológico. São Paulo, 19/05/1990, p. 3 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO. Secretário vai morar na mata. São Paulo, 30/05/1990, p. 10 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO. Lutzenberger recebe críticas em Brasília. São Paulo, 06/06/1990, p. 13 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO. Collor enterra construção de bomba. São Paulo, 20/09/1990, p. 20 (Acervo *Online*).

O ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto dá vitória a Lutzenberger. São Paulo, 19/04/1991, p. 12 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO. Lutzenberger recebe crítica por viajar muito. São Paulo, 09/11/1991 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO. Governo cria reserva Yanomami. São Paulo, 16/11/1991, p. 13 (Acervo *Online*).

O ESTADO DE SÃO PAULO. Collor aguarda hoje demissão de Lutzenberger. São Paulo, 19/03/1992, p. 19 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO. Contradições marcam trajetória de Lutzenberger. São Paulo, 20/03/1992, p. 11 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO. Lutzenberger e Martins deixam o governo. São Paulo, 23/03/1992, p. 15 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO. Collor homologa reserva ianomâmi. São Paulo, 26/05/1992, p. 14 (Acervo *Online*).

O ESTADO DO PARÁ. Belém, 08/02/1979 (APJL).

O GLOBO. Fazenda da Volks no Pará terá 150 mil bois em 1980. Rio de Janeiro, 09/12/1973 (APJL).

O GLOBO, 13/04/1976 (APJL).

GLOBO. Rio de Janeiro, 27/06/1980, p. 14 (Acervo *Online*).

O GLOBO. Polonoroeste está com os créditos suspensos. Rio de Janeiro, 06/05/1985 (APJL).

O GLOBO. Ecologista brasileiro ganha Nobel alternativo. Rio de Janeiro, 12/10/1988, p. 14 (Acervo Online).

O GLOBO. Sarney: “Ricos degradaram a ecologia”. Rio de Janeiro, 31/03/1989, p. 7 (APJL).

O GLOBO. Lutzenberger culpa a ignorância. Rio de Janeiro, 18/04/1990, p. 14 (APJL).

O GLOBO. Ecologistas dos EUA apoiam Lutzenberger. Rio de Janeiro, 20/04/1990, p. 14 (APJL).

O GLOBO. Lutzenberger sugere nos EUA uma “ética da Terra”. Rio de Janeiro, 01/05/1990, p. 11 (APJL).

O GLOBO. Lutzenberger: mais rigor na Amazônia. Rio de Janeiro, 19/05/1990, p. 14 (APJL).

O GLOBO. Lutzenberger decepciona deputados. Rio de Janeiro, 28/06/1990, p. 31 (APJL).

O GLOBO. Entrevista com Lutzenberger: “Minha visão da ecologia é filosófica”. Rio de Janeiro, 05/07/1990, p. 31 (APJL).

O GLOBO. Só igreja e Funai apoiam reserva Ianomâmi. Rio de Janeiro, 23/11/1991 (APJL).

O GLOBO. Medo de atentado faz Lutzenberger reforçar segurança. Rio de Janeiro, 20/03/1992, p. 1 (APJL).

O GLOBO. Lutzenberger reforça segurança com medo de sofrer atentado. Rio de Janeiro, 20/03/1992, p. 9 (APJL).

O INTERIOR. Eles podem morrer. Porto Alegre, 29/11/1979 (APJL).

O INTERIOR. Cancro cítrico não é problema grave. Depoimento de Lutzenberger. Porto Alegre, Junho/1985 (APJL).

O LIBERAL. Lutzenberger: Um saque na Amazônia. Belém, 08/02/1979, p. 8-9 (APJL).

O NACIONAL. Um manifesto pela continuidade da vida. Passo Fundo, 13/12/1976 (APJL).

O RIO BRANCO. Lutzenberger vê Acre atravessando perigo. Rio Branco, 08/06/1986 (APJL).

PANTANO GRANDE, Projeto de Educação Ambiental: Compartilhando com a natureza. 24/06/2000, p. 3 (APJL).

PARARRAYOS, Ary. Lições de Brasil. Correio Brasiliense. Brasília, 23/06/1985 (APJL).

PENSAMENTO ECOLÓGICO. Declaração de princípios do movimento de luta ambiental. São Paulo, nr 3, setembro-outubro 1978, p. 6-8 (AGCRJ).

PENSAMENTO ECOLÓGICO. Palestra de Lutzenberger no I Simpósio Nacional de Ecologia, em Curitiba. São Paulo, nr 3, setembro-outubro 1978, p. 12-18 (AGCRJ).

PORTO, Osvaldo. Cancro e citricultura. ZH Campo e Lavoura. *Zero Hora*. Porto Alegre, 13/03/1985 (APJL).

PORTO, Osvaldo. Cancro cítrico e a manipulação da verdade. ZH Campo e Lavoura. *Zero Hora*. Porto Alegre, 13/06/1986, p. 12 (APJL).

PORTO, Osvaldo. Cancro Cítrico. *Zero Hora*. Porto Alegre, 11/07/1986 (APJL).

REAL, Renato Corte. A Horta – Como preparar a terra para a sementeira. Infantil. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 14/07/1974, p. 28 (APJL).

RELATÓRIO RESERVADO. Contratos de Risco. Rio de Janeiro, 26/06 a 02/07/1978, (APJL).

RS. Entrevista de Lutzenberger a Ney Gastal. Dezembro/1986 (APJL).

SAMPAIO, Fernando. Borregaard. A poluição industrial e a destruição ecológica. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 04/01/1973.

SAMPAULO. Poluição. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 17/06/1972 (APJL).

SAMPAULO. Estamos aí. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 14/03/1974 (APJL).

SAMPAULO. Charge. *Folha da Tarde*, 11/07/1982, p. 2 (APJL).

SAMPAULO. Charge. *Folha da Tarde*, 14/07/1982, p. 2 (APJL).

SAN FRANCISCO EXAMINER. An uphill struggle to save the world’s rain forests. San Francisco, 19/09/1985, p. A-3 (APJL).

SIOLI, Harald. O prefácio suprimido. Prefácio de “A selva amazônica: do inferno verde ao deserto vermelho”. *Pensamento Ecológico*. Rio de Janeiro, Nº 19, Junho/1983, p. 62-66 (AGCRJ).

SOARES, Wilson Teixeira. Os antianomamis. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22/11/1991 (APJL).

STATUS. Eles fizeram o ano de 1978. São Paulo, Janeiro de 1979 (APJL).

STIGGER, Ivo Egon, KNAK, Horst. Cancro chega à região produtora de cítricos. ZH Campo e Lavoura. *Zero Hora*. Porto Alegre, 15/02/1985, p. 6-7 (APJL).

THE DAILY TELEGRAPH. Thatcher fears for future of the planet. Londres, 29/08/1988 (APJL).

THE DAILY TELEGRAPH. Brazil’s red alert on Amazon ‘will not save forests’. Londres, 14/10/1988 (APJL).

THE NEW YORK TIMES. Brazil creates reserve for imperiled Amazon tribe. New York, 19/11/1991 (APJL).

TIME. Special Earth Day 90. Ativismo ambiental captura imaginação do mundo. New York, 23/04/1990 (APJL).

TRIBUNA DA IMPRENSA. O vazio da nossa natureza (Entrevista com Lutzenberger). Rio de Janeiro, 06/06/1989 (APJL).

VEJA. A Amazônia devastada. São Paulo, 07/07/1976 (APJL).

VEJA. Alemanha sem DDT. São Paulo, 15/06/1977, p. 58 (APJL).

VEJA. Collor de Mello, o caçador de marajás. São Paulo, 23/03/1988, p. 38-44 (Acervo Online).

VEJA. Festa verde-amarela. São Paulo, 25/04/1990, p. 46-47 (APJL).

VEJA. Arauto do apocalipse. São Paulo, 09/05/1990, p. 34-35 (APJL).

VEJA. Militares – Ação tapa-buraco. São Paulo, 26 de setembro de 1990, p. 41. Acervo Digital Veja. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em 27 out 2014.

VEJA. Inferno na fronteira verde. São Paulo, 08/11/1995, p. 90-97, Acervo Digital. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em 04 fev. 2015.

VIOTTI, Ilara. O homem verde. *Isto É Senhor*. São Paulo, 29/08/1990, p. 38-40 (APJL).

ZERO HORA. Associação vai defender o nosso ambiente natural. Porto Alegre, 31/05/1971 (APJL).

ZERO HORA. Prêmio Nobel da Paz de 1970 vem para receber homenagens. Porto Alegre, 25/11/1971, p. 16 (MCSHJC).

ZERO HORA. Prêmio Nobel da Paz preocupado com o problema mundial da fome. Porto Alegre, 26/11/1971, p. 15 (MCSHJC).

ZERO HORA. Acompanhado de Cirne Lima, Prêmio Nobel da Paz foi conhecer o Estado. Porto Alegre, 27/11/1971, p. 15 (MCSHJC).

ZERO HORA. Caderno Qualidade de vida. Porto Alegre, 26/08/1972 (APJL).

ZERO HORA. Caso Borregaard. Porto Alegre, 03/12/1973, p. 6 (MCSHJC).

ZERO HORA. Borregaard foi fechada. Porto Alegre, 07/12/1973, capa (MCSHJC).

ZERO HORA. Governo fechou a Borregaard. Porto Alegre, 07/12/1973, p. 6-7 (MCSHJC).

ZERO HORA. Abre com divergências a CPI da Borregaard. Porto Alegre, 23/05/1974 (APJL).

ZERO HORA, 13/08/1974 (APJL).

ZERO HORA. O número de agricultores intoxicados por inseticidas aumenta. Muitos deles morrem. Porto Alegre, 08/03/1975, p. 3 (APJL).

ZERO HORA. Processo contra Lutzenberger. Porto Alegre, 16/10/1975, p. 20 (APJL).

ZERO HORA. Professor americano quer uma revolução na economia. Porto Alegre, 21/01/1976, p. 17 (APJL).

ZERO HORA. Fim do Futuro? Está nascendo um Manifesto Ecológico Brasileiro. *Revista ZH*, Porto Alegre, 31/10/1976 (APJL).

ZERO HORA. Explosão demográfica é ameaça à natureza. Porto Alegre, 08/11/1976, p. 22 (MCSHJC).

ZERO HORA. A divergência entre as autoridades e os técnicos. Porto Alegre, 23/04/1978, p. 31 (MCSHJC).

ZERO HORA. AGAPAN vota moção de desconfiança em sala lotada. Porto Alegre, 26/04/1978, páginas centrais (MCSHJC).

ZERO HORA. Valnei dorme há 65 dias, paralisado na cama. Porto Alegre, 19/10/1978, p. 34 (APJL).

ZERO HORA. Riocell apresentou seu projeto de branqueamento. Porto Alegre, 10/01/1980, p. 26 (APJL).

ZERO HORA. Para Lutzenberger, a contaminação do tomate é um crime. Porto Alegre, 27/04/1980 (APJL).

ZERO HORA. Para fabricantes de defensivos: presente e ironia. Porto Alegre, 01/05/1980, p. 33 (APJL).

ZERO HORA. Mesa redonda sobre agricultura biológica. Porto Alegre, 03/05/1981, p. 26-27 (APJL).

ZERO HORA. O Aldrin é tóxico, mas pode ser comprado livremente. Porto Alegre, 03/06/1981, p. 24 (APJL).

ZERO HORA. Dois bilhões de quilos de veneno fulminante. Por ano. Porto Alegre, 05/06/1981 (APJL).

ZERO HORA. Nível de contaminação das safras gaúchas é baixo, afirma a Cientec. Porto Alegre, 09/06/1981 (APJL).

ZERO HORA. Presidente da ANDEF diz que defensivos não envenenam o ambiente. Porto Alegre, 12/08/1981 (APJL).

ZERO HORA. O rio Guaíba recebe 400 toneladas de carga poluidora diariamente. Porto Alegre, 17/07/1982, p. centrais (APJL).

ZERO HORA. Veneno na água. Especial. Porto Alegre, 21/07/1982 (APJL).

ZERO HORA. Virou lei: pesticidas só com receituário agrônomo. Porto Alegre, 24/08/1982, p. centrais (APJL).

ZERO HORA. Lutzenberger apoia decreto de Amaral. Porto Alegre, 25/08/1982, p. centrais (APJL).

ZERO HORA. Lustosa teme pressões sobre os agrônomos. Porto Alegre, 25/08/1982, p. centrais (APJL).

ZERO HORA. Na assembleia, um encontro. Em vez das acusações, elogios. Porto Alegre, 27/08/1982, p. 26 (APJL).

ZERO HORA, 04/09/1982 (APJL).

ZERO HORA. Agrotóxicos: projeto agrada a ecologistas. Porto Alegre, 08/10/1982, p. 5 (APJL).

ZERO HORA. Agricultor aplicando agrotóxico. Porto Alegre, 31/01/1984, p. central (APJL).

ZERO HORA. Filme inglês mostra destruição da Amazônia. Porto Alegre, 02/07/1984 (APJL).

ZERO HORA. O desafio de Lewgoy: tirar a AGAPAN da crise. Porto Alegre, 24/10/1984, p. 28 (APJL).

ZERO HORA. Cancro cítrico: questão em debate. ZH Campo e Lavoura. *Zero Hora*. Porto Alegre, 15/03/1985 (APJL).

ZERO HORA, 23/05/1986, p. 8 (MCSHJC).

ZERO HORA. A Riocell inaugura seu parque ecológico. Porto Alegre, 06/12/1986, p. 32 (APJL).

ZERO HORA. Amazônia: Sarney condena “campanha injusta e cruel”. Porto Alegre, 07/04/1989, p. 14 (APJL).

ZERO HORA. INPE nega manipulação de dados sobre a Amazônia. Porto Alegre, 24/05/1989, p. 42 (APJL).

ZERO HORA. Lutzenberger aceita cuidar da ecologia no novo governo. Porto Alegre, 03/03/1990, capa (APJL).

ZERO HORA. Lutzenberger. Porto Alegre, 10/03/1990, p. 14 (APJL).

ZERO HORA. Collor exonera presidente do IBAMA a pedido de Lutzenberger. Porto Alegre, 07/04/1990, p. 6 (APJL).

ZERO HORA. Lutzenberger vai morar no Parque de Brasília. Porto Alegre, 29/05/1990, p. 6 (APJL).

ZERO HORA. Lutzenberger nega suposto pedido de demissão ao governo Porto Alegre, 18/04/1991, p. 8 (APJL).

ZERO HORA. Lutzenberger já não faz o que prega. Porto Alegre, 22/03/1992, p. 6 (APJL).

ZERO HORA. Professor da UFRGS defende ex-secretário sobre Riocell. Porto Alegre, 24/03/1992, p. 10 (APJL).

ZERO HORA. A natureza de cara pintada. Campo e Lavoura. Porto Alegre, 20/11/1992, p. 5 (APJL).

ZERO HORA. A polêmica está na água e não no ar. Porto Alegre, 02/12/1992, p. 42 (APJL).

ZERO HORA. Empresa vincula duplicação com reforço dos cuidados ambientais. Porto Alegre, 02/12/1992, p. 43 (APJL).

ZERO HORA. “A Riocell é uma das grandes satisfações que tenho na vida”. Entrevista de Lutzenberger sobre a duplicação da Riocell. Porto Alegre, 04/12/1992, p. 52 (APJL).

ZERO HORA. Soluções para o meio ambiente – Editorial. Porto Alegre, 05/12/1992, p. 2 (APJL).

ZERO HORA. Empresa surgiu com o fim da Borregaard. Porto Alegre, 16/12/1992 (APJL).

ZERO HORA. Duplicação da Riocell é autorizada. Porto Alegre, 16/12/1992, p. 44 (APJL).

ZERO HORA. Escândalo na floresta. Porto Alegre, 04/06/1997, p. 14-16 (APJL).

ZERO HORA. Lutzenberger conquista ruralistas. Porto Alegre, 14/12/2001, p. 48 (APJL).

ZERO HORA. Norte-americano idealizador da Operação Tatu visita propriedades gaúchas. 27/10/2009. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2009/10/norte-americano-idealizador-da-operacao-tatu-visita-propriedades-gauchas-2698017.html>>. Acesso em 07/08/2012.

### ***Propagandas da indústria química***

BASF. Basagran-DP. Folheto publicitário, S/data (APJL).

BASF. Concurso Milionário Basagran, 1980 (APJL).

BAYER. Quanto mais brasileiro, mais gostoso. *Veja*, 14/07/1982, p. 85 (APJL).

CYNAMID. Malatol, Rio de Janeiro. S/data (APJL).

HOECHST. Thiodan. O indicador rural, agosto/1982 (APJL).

SHELL. Los Aliados del Fruticultor. S/data (APJL).

### **Legislação**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA-RS. Busca de Legislação. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/Legisla%C3%A7%C3%A3oEstadual.aspx>>. Acesso em 24 ago. 2014.



BRASIL. Decreto Federal 24.114, 12/04/1934. Aprova o “Regulamento da defesa sanitária vegetal”. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D24114.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24114.htm)>. Acesso em 12/02/2013.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em 26/06/2014.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 1.106, de 16/06/1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm)>. Acesso em: 20 ago 2014.

BRASIL. Lei 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Lei dos Partidos Políticos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6767.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6767.htm)>. Acesso em 25/06/2014.

BRASIL. Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm)>. Acesso em 14/07/2014.

BRASIL. Decreto 86.029/1981. Dispõe sobre a criação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE). Disponível em: <[http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=86029&tipo\\_norma=DEC&data=19810527&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=86029&tipo_norma=DEC&data=19810527&link=s)>. Acesso em 20 ago 2014.

BRASIL, Lei 7.802, de 11/07/1989. Lei dos Agrotóxicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7802.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7802.htm)>. Acesso em 12/02/2013.

BRASIL. Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm)>. Acesso em 26/06/2014.

BRASIL. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm)>. Acesso em 14/07/2014.

BRASIL. Lei Federal 11.105, 24/03/2005. Regulamenta os OGMs e cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/lei/111105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/111105.htm)>. Acesso em 14/02/2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Lei 4.771, de 15/09/1965. Código Florestal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 01 jun 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GUAÍBA. PL Nº 144/10, Disponível em: <[http://200.169.19.94/processo\\_eletronico/030222010PLL/030222010PLL\\_PROJETO\\_121294272\\_862.pdf](http://200.169.19.94/processo_eletronico/030222010PLL/030222010PLL_PROJETO_121294272_862.pdf)>. Acesso em 05 Ago. 2014.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1967. Brasília, 24/01/1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao67.htm)>. Acesso em 03/03/2013.

IBAMA. Resolução normativa nº 169/2008, de 20/02/2008. Disponível em: <[file:///C:/Users/Elenita/Downloads/2008\\_ibama\\_in\\_169-2008\\_uso%20fauna%20cativeiro.pdf](file:///C:/Users/Elenita/Downloads/2008_ibama_in_169-2008_uso%20fauna%20cativeiro.pdf)>. Acesso em 30 dez 2014.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL. História. Disponível em: <<http://www.justicaambiental.org.br/justicaambiental/pagina.php?id=490>>. Acesso em 30 set. 2014.

RIGHT LIVELIHOOD AWARD. Website. Disponível em: <http://www.rightlivelihood.org/>>. Diversos acessos em 2014-2015, em inúmeros conteúdos do site.

RIO GRANDE DO SUL. Lei 7.747, de 22/12/1982. Dispõe sobre o controle de agrotóxicos e outros biocidas em nível estadual e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/ambiente/legislacao/id437.htm>>. Acesso em 01/05/2015.

RIO GRANDE DO SUL. Lei 8.510, de 06/01/1988. Regula o processo administrativo para a implantação de instalações industriais de energia nuclear no Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <[http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid\\_Tipo=TEXTO&Hid\\_TodasNormas=20242&Hid\\_Texto=&Hid\\_IDNorma=20242](http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=20242&Hid_Texto=&Hid_IDNorma=20242)>. Acesso em: 01/05/2015.

RIO GRANDE DO SUL. Lei 8.642, de 01/06/1988. Proíbe a comercialização e a utilização, no território estadual, de sprays que contenham clorofluorcarbono (CFC) e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid\\_Tipo=TEXTO&Hid\\_TodasNormas=20093&Hid\\_Texto=&Hid\\_IDNorma=20093](http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=20093&Hid_Texto=&Hid_IDNorma=20093)>. Acesso em 01/05/2015.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto 30.787, de 22/07/1982. Disponível para consulta no Sistema Integrado de Legislação e Informação Legislativa. Link: <<http://www.al.rs.gov.br/legis/>>. Acesso em 30/10/2012.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto 30.811, de 23/07/1982. Institui o Receituário Agrônômico no Estado. Disponível para consulta no Sistema Integrado de Legislação e Informação Legislativa. Link: <<http://www.al.rs.gov.br/legis/>>. Acesso em 30/10/2012.

### Fontes da Internet

AAO. Associação de Agricultura Orgânica. Quem Somos. O empurrão de Lutzenberger. Disponível em: <<http://aao.org.br/aao/quem-somos.php>>. Acesso em: 06/11/2012.

ABOUT THE ECOLOGIST. Disponível em: <[http://www.theecologist.org/theecologist/266662/about\\_the\\_ecologist.html](http://www.theecologist.org/theecologist/266662/about_the_ecologist.html)>. Acesso em 17/09/2011.

AMBIENTE BRASIL. Manejo de fauna em cativeiro. Disponível em: <[http://ambientes.ambientebrasil.com.br/fauna/artigos/manejo\\_de\\_fauna\\_em\\_cativeiro.html](http://ambientes.ambientebrasil.com.br/fauna/artigos/manejo_de_fauna_em_cativeiro.html)>. Acesso em 30 dez 2014.

ANDEF. Associação Nacional de Defesa Vegetal. Disponível em: <<http://www.undef.com.br/conheca/>>. Acesso em 31/10/2012.

ANVISA. Memória de reunião – Reavaliação toxicológica do ingrediente ativo MONOCROTÓFOS. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/25679680474596ab9ea3de3fbc4c6735/monocrotofos.pdf?MOD=AJPERES>>. Acesso em 04/11/2012.

ANVISA. Programa Nacional de Análise de Resíduos de Medicamentos Veterinários em Alimentos Expostos ao Consumo – PAMVet. Brasília, novembro de 2003. Disponível em: <[http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arq\\_699\\_pamvet.pdf](http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arq_699_pamvet.pdf)> Acesso em 19/10/2012. Acesso em 25/11/2012.

BASF. *Basf Historical Milestones*. Disponível em: <<http://www.deutschland.basf.com/ecp3/Germany/en/content/aboutus/geschichte>>. Acesso em 29/08/2013.

BELMONTE, Roberto Villar. Licença para poluir. *Extra Classe*. Disponível em: <<http://www.extraclasse.org.br/edicoes/2013/03/licenca-para-poluir>>. Acesso em 30 jan. 2015.

BELMONTE, Roberto Villar. Quadruplicação de uma fábrica de celulose: um escândalo político e ambiental. Publicado em 29 nov. 2011. Disponível em: <<https://villar21.wordpress.com/2011/06/29/quadruplicacao-de-uma-fabrica-de-celulose-um-escandalo-politico-e-ambiental/>>. Acesso em 22 ago. 2015.

BRUNDETT, Mark. *Mycorrhizal Associations*: The web resource. 2008. Disponível em: <<http://mycorrhizas.info/index.html>>. Acesso em 28/11/2012.

CARUSO, Ernesto. A volta do Padre Miracapillo. Artigo no Alerta Total (Jornalismo Independente). Disponível em: <<http://www.alertatotal.net/2012/01/volta-do-padre-miracapillo.html>>. Acesso em 20/02/2012.

DEUTSCH-ASIATISCHE BANK. Documento online. Disponível em: <[http://en.wikisource.org/wiki/Page:Twentieth\\_Century\\_Impressions\\_of\\_Hongkong,\\_Shanghai,\\_and\\_others\\_Treaty\\_Ports\\_of\\_China.djvu/769](http://en.wikisource.org/wiki/Page:Twentieth_Century_Impressions_of_Hongkong,_Shanghai,_and_others_Treaty_Ports_of_China.djvu/769)>. Acesso em 04/09/2013.

DYCKIAS BRAZIL. Disponível em: <<http://dyckiabrazil.blogspot.com.br/>> Acesso em 28/08/2013.

EMBRAPA. Produção Integrada de Maças no Brasil – Manejo integrado de pragas e doenças. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Maca/ProducaoIntegradaMaca/pragas.htm>>. Acesso em 06/11/2012.

ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA. *Nudism*. Disponível em: <<http://global.britannica.com/EBchecked/topic/422093/nudism>>. Acesso em 04/09/2013.

EOL - Encyclopedia of Life. *Daphnia*. Disponível em: <<http://eol.org/pages/41238/overview>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

EOL - Encyclopedia of Life. *Tubifex tubifex*. Disponível em: <<http://eol.org/pages/620440/overview>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

EPA. Lethal Dosage (LD50) Values. Junho/2012. Disponível em: <<http://www.epa.gov/agriculture/ag101/pestlethal.html>>. Acesso em 19/10/2012.



EPAGRI. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. *Brusone*. Disponível em: <[http://www.epagri.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=930:brusone&catid=30:suinocultura&Itemid=47](http://www.epagri.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=930:brusone&catid=30:suinocultura&Itemid=47)>. Acesso em 20/12/2012.

ESTADO DE MINAS GERAIS. Projeto Águas de Minas-Parâmetros Químicos. Disponível em: [http://aguas.igam.mg.gov.br/aguas/htmls/aminas\\_nwindow/param\\_quimicos.htm](http://aguas.igam.mg.gov.br/aguas/htmls/aminas_nwindow/param_quimicos.htm). Acesso em 30/10/2012.

FEPAM-RS. Estudo de Impacto Ambiental (EIA) /Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Disponível em: <<http://www.fepam.rs.gov.br/central/pdfs/eiarimainstabil2002.pdf>>. Acesso em 03 mai. 2013.

FINDHORN FOUNDATION. About us. Disponível em: <<http://www.findhorn.org/aboutus/#.VKIWeDHF-AV>>. Acesso em 04 dez. 2014.

FOUNDATION FOR GAIA. About us. Disponível em: <[http://www.foundation-for-gaia.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=54&Itemid=81](http://www.foundation-for-gaia.org/index.php?option=com_content&view=article&id=54&Itemid=81)>. Acesso em 04 dez. 2014

FIOCRUZ. No *Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil*. Disponível em: <<http://www.confliotoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=272>>. Acesso em 27 out 2014.

FONSECA, Krukemberghe. O fenômeno da maré vermelha. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/biologia/mare-vermelha.htm>>. Acesso em 24 ago. 2015.

GAIA FOUNDATION. Our History. Disponível em: <<http://www.gaiafoundation.org/about-us#contact-us>>. Acesso em 07/07/2014.

GOMES JÚNIOR, Wagner Ribeiro. Qual a diferença entre PIB e PNB? Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/qual-a-diferenca-entre-pib-e-pnb/36083/>>. Acesso em 06/01/2014.

HARVARD. Hypothesis Gaia. Disponível em: <<https://courses.seas.harvard.edu/climate/eli/Courses/EPS281r/Sources/Gaia/Gaia-hypothesis-wikipedia.pdf>>. Acesso em: 07/07/2014.

IN CRA. Imóvel rural improdutivo. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/imovel\\_improdutivo](http://www.incra.gov.br/imovel_improdutivo)>. Acesso em 01/04/2015.

ISA. Terra Indígena Raposa do Sol. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/inst/esp/raposa/>>. Acesso em 28 out 2014.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Portaria N° 580. Homologação da Terra Indígena Yanomami. Disponível no site da CCPY em: <[http://www.proyanomami.org.br/v0904/index.asp?pag=htm&url=/v0904/doc\\_of/PD\\_580\\_15\\_nov\\_1991\\_a.htm](http://www.proyanomami.org.br/v0904/index.asp?pag=htm&url=/v0904/doc_of/PD_580_15_nov_1991_a.htm)>. Acesso em 28 out 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. *Diretrizes para a vigilância do câncer relacionado ao trabalho*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <[http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/diretrizes\\_cancer\\_ocupa.pdf](http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/diretrizes_cancer_ocupa.pdf)>. Acesso em 30/09/2012.

MORENO, Cláudio. Alusões. *Sua língua*. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/sualingua/2009/04/29/alusoes/>>. Acesso em 13/11/2013.

NASA. Foto da Terra vista pela nave Lunar Orbiter 1, 1966. Disponível em: <[http://www.nasa.gov/290262main\\_smallversion.png](http://www.nasa.gov/290262main_smallversion.png)>. Acesso em 27/12/2013.

NASA. Foto da Terra vista da nave Apollo 8, 1968. Disponível em: <[http://nssdc.gsfc.nasa.gov/image/planetary/earth/apollo08\\_earthrise.jpg](http://nssdc.gsfc.nasa.gov/image/planetary/earth/apollo08_earthrise.jpg)>. Acesso em 27/12/2013.

ONE WORLD AWARD. Prof. Dr. Ana Primavesi – Lifetime Achievement Award 2012. Disponível em: <<http://www.one-world-award.com/ana-maria-primavesi.html>>. Acesso em: 25/02/2013.

ONG Yanomami HUTUKARA. <<http://www.hutukara.org/garimpo-ilegal/>>. Acesso em 27 out 2014.

PORTAL G1. Vazamento de gás suspende parte de atividades de empresa em Guaíba. Publicado em 21/05/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/05/vazamento-de-gas-suspende-atividades-de-empresa-em-guaiba.html>>. Acesso em 22 ago 2015.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/terras-indigenas/demarcacoes/como-e-feita-a-demarcacao-hoje>>. Acesso em 28 out 2014.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL. História. Disponível em: <<http://www.justicaambiental.org.br/justicaambiental/pagina.php?id=490>>. Acesso em 19 junho 2014.

SETZER, Valdemar W. O que é Antroposofia. *Sociedade Brasileira De Antroposofia*. Disponível em: <<http://www.sab.org.br/antrop/>>. Acesso em 08/11/2012.

SIXEL, Bernardo Thomas. O que é agricultura biodinâmica. *Sociedade Brasileira De Antroposofia*. Disponível em: <<http://www.sab.org.br/agric-biod/>>. Acesso em 08/11/2012.

SURVIVAL INTERNATIONAL. Yanomami. The gold rush and genocide. Disponível em: <<http://www.survivalinternational.org/tribes/yanomami>>. Acesso em 30 out. 2014.

THE BIRTH OF THE CLUB OF ROME. Disponível em: <<http://www.clubofrome.org/?p=375>>. Acesso em 01/09/2011.

THE ROOT. Larry Summers Talked Himself Out of a Job. Disponível em: [http://www.theroot.com/articles/politics/2013/09/larry\\_summers\\_withdraws\\_from\\_federal\\_reserve\\_consideration\\_remarks\\_on\\_africa\\_and\\_women\\_still\\_haunt.html](http://www.theroot.com/articles/politics/2013/09/larry_summers_withdraws_from_federal_reserve_consideration_remarks_on_africa_and_women_still_haunt.html)>. Acesso em 20/08/2015.

TSINGTAU. Cordes, Heinrich (1866 -1927), Dolmetscher und Bankdirektor. Disponível em: <<http://www.tsingtau.org/cordes-heinrich-1866-1927-dolmetscher-und-bankdirektor/>>. Acesso em 04/09/2013.

USDA. REPORT AND RECOMMENDATIONS ON ORGANIC FARMING. Disponível em: <<http://www.nal.usda.gov/afsic/pubs/USDAOrgFarmRpt.pdf>>. Acesso em 20 de janeiro de 2012.

USP. Instituto de Biociências. *Sucessão ecológica*. Disponível em: <[http://www.ib.usp.br/ecologia/sucessao\\_ecologica\\_print.htm](http://www.ib.usp.br/ecologia/sucessao_ecologica_print.htm)>. Acesso em 10/12/2013.

USP. Laboratório de Sistemática e Biogeografia de Díptera – Departamento de Zoologia. *Biogeografia*. Disponível em: <<http://www.ib.usp.br/~silvionihei/biogeografia.htm>>. Acesso em 04/09/2013.

USP. Protetor dos animais. Disponível em: <[http://www.centrinho.usp.br/sfa/cur\\_02.html](http://www.centrinho.usp.br/sfa/cur_02.html)>. Acesso em 10/07/2015.

VIDA. Nosso fundador. História. Disponível em: <[http://www.vida-e.com.br/index.php?option=com\\_content&view=section&id=3&Itemid=10](http://www.vida-e.com.br/index.php?option=com_content&view=section&id=3&Itemid=10)>. Acesso em 30/12/2013.

ZERO HORA. ClickRBS. 27/10/2009. Norte-americano idealizador da Operação Tatu visita propriedades gaúchas. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2009/10/norte-americano-idealizador-da-operacao-tatu-visita-propriedades-gauchas-2698017.html>>. Acesso em 20/08/2012.

ZERO HORA. Fábrica de celulose preocupa ambientalistas e moradores. Publicado em 25/07/2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2015/07/fabrica-de-guaiba-preocupa-ambientalistas-e-moradores-4808922.html>>. Acesso em 22 ago 2015.

## Referências bibliográficas

- ABRUZZI, William S. The myth of Chief Seattle. *Human Ecology Review*, Vol. 7, Nº 1, 2000, p. 72-75.
- ACKER, Antoine. Trabalho forçado na fazenda da Volks: Crônica de um escândalo amazônico na Alemanha. *HENDU- Revista Latino americana de Derechos Humanos*, Vol. 4, Nº 1, p. 57-69, 2013.
- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2005, p. 13-35.
- AGOSTINHO, Cristina. *Luz del Fuego: A bailarina do povo*. São Paulo: Editora Best Seller/Círculo do Livro, 1994.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica. In: *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007, p.247-254.
- ALLEGRETTI, Mary Helena. *A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, UNB. Brasília, 2002.
- ALMEIDA, Jalcione. *A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- \_\_\_\_\_. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO, Zander. *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999. p. 33-55.
- ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2010.
- ALPHANDÉRY, Pierre et al. *O equívoco ecológico: riscos políticos*. São Paulo, Brasiliense, 1992.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1987.
- ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. *O Satânico Doutor Go. A ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.
- AUGUSTO, Janaína da Silva. *José Antonio Lutzenberger: Trajetória de vida, obra e contribuição para a causa ambiental no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.
- AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como possibilidade de escrita da história. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, USP, São Paulo, julho 2011*.
- BARROS, Fernando de Souza. O manifesto Russell-Einstein e as conferências Pugwash. *A Física na Escola*. Sociedade Brasileira de Física, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 15-22, 2005.
- BARROS, Luís Carlos de. PE Partido Ecologista? *Pensamento Ecológico*. Rio de Janeiro: 1982, p. 64-79 (ACRJ).
- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34. 2011.
- BECKER, Bertha. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? In: ARAÚJO, Tarcisio Patricio de; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; MACAMBIRA, Júnior (Orgs.). *50 anos de Formação Econômica do Brasil: Ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Ipea, 2009, p. 201-228.
- BERTON, Cícero Teófilo; RICHTER, Evandro Massulo. *Referências agroecológicas: Pastoreio Racional Voisin (PRV)*. Curitiba: CPRA, 2011.
- BINKOWSKI, Patrícia. *Conflitos ambientais e significados sociais em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). UFRGS, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.
- BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: A nova versão do capitalismo oligopolizado. *Boletim DATALUTA (UNESP)*. São Paulo, Setembro, 2011.
- BONES, Elmar, HASSE, Geraldo. *Pioneiros da Ecologia: Breve História do Movimento Ambientalista no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Já Editores, 2002.
- BOULDING, Kenneth. The Economics of the coming Spaceship Earth. [First publication in 1966 as a essay in: JARRETT, H. *Environmental Quality in a Growing Economy: Essays from the Sixth RFF Forum*.

Baltimore, John Hopkins University Press: 3-14. 1966]. Disponível em: <http://www.ub.edu/prometheus21/articulos/obsprometheus/BOULDING.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta, AMADO, Janaina. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. É possível um ato desinteressado? In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 2008.

BORGES, Vavy Pacheco. O “eu” e o “outro” na relação biográfica: algumas reflexões. In: NAXARA, Márcia, MARSON, Izabel e BREPOHL, Marion (orgs). *Figurações do outro*. Uberlândia: EDUFU, 2009, p.225-238.

BORGES, Jerry Carvalho, HIPÓLITO, Denise Aparecida. Uma descoberta que mudou o mundo. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, outubro/2008. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/por-dentro-das-celulas/uma-descoberta-que-mudou-o-mundo>>. Acesso em 20/08/2012.

BRAIBANTE, Maria Elisa Fortes, ZAPPE, Janessa Aline. A química dos agrotóxicos. *Química Nova na Escola*. São Paulo, Vol. 34, No 1, p. 10-15, Fevereiro 2012. Disponível em: <[http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc34\\_1/03-QS-02-11.pdf](http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc34_1/03-QS-02-11.pdf)>. Acesso em 31/07/2012.

BRESCIANO, Juan Andrés. La Historia Oral em contextos digitais. Transformaciones recientes de um subcampo disciplinario. *História Oral*, v. 13, n. 2, p. 11-32, jul.-dez. 2010. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=137&path%5B%5D=138>>. Acesso em 29/04/2013.

BRIGGS, Shirley A, Rachel Carson Council. *Basic Guide to pesticides: their characteristics and hazards*. Washington: Hemisphere Publishing Corporation, 1992.

BUBLITZ, Juliana. *Forasteiros na floresta subtropical: uma história ambiental da colonização europeia no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

BULHÕES, Flavia Muradas. *Conhecimento e inovação no manejo de sistemas agroflorestais por citricultores ecológicos no Vale do Caí, RS*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

BULL, David. *Pragas e venenos: agrotóxicos no Brasil e no terceiro mundo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

BÜLOW, Adriane Ester. *Agrotóxicos e políticas públicas: Práticas e contradições no município de Nova Cabrais - RS*. Dissertação (Mestrado em Geografia – Análise Ambiental e Dinâmica Espacial) Universidade Federal de Santa Maria-RS. Santa Maria, 2008.

CALLICOTT, J. Baird. A ética da terra. In: JAMIESON, Dale (coord.). *Manual de Filosofia do Ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

\_\_\_\_\_. Ética do Meio Ambiente. In: CANTO-SPERB, Monique. *Dicionário de Ética e Filosofia Moral* (Vol. 1). São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2007.

CAPORAL, Francisco Roberto, COSTABEBER, José Antônio. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. 24 p. Brasília: MDA/SAF/DATER-IIICA, 2004.

CAPRA, Frijof. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1982.

\_\_\_\_\_. *A teia da vida: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARNEIRO, Augusto Cunha. *A História do Ambientalismo*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2003.

CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.). *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARVALHO, Ely Bergo. A História Ambiental e a "crise ambiental" contemporânea: um desafio político para o historiador. *Esboços*. Florianópolis, V. 11, n. 11, p. 105-116, 2004.

CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

CASTRO, Eduardo Viveiros. O perspectivismo ameríndio ou a natureza em pessoa. *Ciência & Ambiente*. Santa Maria, UFSM, Nº 31, Julho/Dezembro 2005.

CAVALCANTI, Clóvis. Uma tentativa de caracterização da economia ecológica. *Ambiente e Sociedade*. São Paulo, Vol. VII, nr. 1, p. 149-156, jan-jun 2004.

CECHIN, Andrei. *Georgescu-Roegen e o desenvolvimento sustentável: diálogo ou anátema?* Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. Universidade de São Paulo, 2008.

CHABOUSSOU, François. *Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: A teoria da trofobiose*. Porto Alegre: L&PM, 1987.

- \_\_\_\_\_. *Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: Novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas – A teoria da trofobiose*. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2002.
- CHISHOLM, Anne. *Ecologia: uma estratégia para a sobrevivência*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. *O processo produtivo capitalista na agricultura e a introdução dos organismos geneticamente modificados: o caso da cultura da soja Roundup Ready (RR) no Brasil*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília. Brasília, 2009.
- COLACINO, Carmine. Leon Croizat's biogeography and macroevolution, or... "Out of nothing, nothing comes". *The Philippine Scientist*, Volume 34 (1997), p. 73-88. Disponível em: <<http://www.unibas.it/utenti/colacino/philsoci1997.pdf>>. Acesso em 04/09/2013.
- COMISSÃO Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- COMMONER, Barry. Can we survive? *The Washington Monthly*, December 1969, pp. 12-21. Disponível em: <<http://www.unz.org/Pub/WashingtonMonthly-1969dec-00012>>. Acesso em 10 maio 2015.
- \_\_\_\_\_. Beyond the teach-in. United States: *Saturday Review*, 4, Abril 1970.
- \_\_\_\_\_. *The closing circle*. New York, Bantam Books, 1971.
- COSTA, Marcelo Moreira, Et. Al. Nova tecnologia de branqueamento de celulose adaptada ao fechamento do circuito de água. *Revista Árvore*, Viçosa-MG, v.30, n.1, p.129-139, 2006.
- CROIZAT, León. Two new semi-succulent Euphorbias from Venezuela: *Euphorbia lutzenbergeriana* and *E. Lagunillarum*. *Cactus and Succulent Journal*. Los Angeles, 39: 144, 1967, p. 142-144.
- CROSBY, Alfred. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- D'AMATO, Claudio, TORRES, João P. M., MALM, Olaf. DDT (Dicloro Difenil Tricloroetano): toxicidade e contaminação ambiental – uma revisão. São Paulo, *Química Nova*, Vol. 25, No. 6, pp. 995-1002, 2002.
- DALY, Herman. *Jose Lutzenberger: The Rachel Carson of Brazil*. Interview. July/August 1981. Disponível em: <<http://www.motherearthnews.com/nature-and-environment/jose-lutzenberger-zmaz81jazraw.aspx#axzz3NW07Om1p>>. Acesso em 04 jun. 2015.
- \_\_\_\_\_. *A Economia do Século XXI*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- DEAN, Warren. *A ferro e a fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- DELACROIX, Christian. Acteur. In: DELACROIX, C. et al. (org). *Historiographies II: concepts e débats*. Paris: Gallimard, 2010.
- DEMERS, Jeanne. Entre l'art poétique et le poème: le manifeste poétique ou la mort du père. *Études Françaises*, volume 16, numéro 3-4, p. 3-20, octobre 1980.
- DEPARIS, Sidiclei Roque. *União das Nações Indígenas (UNI): Contribuição ao movimento indígena no Brasil (1980-1988)*. Dissertação. Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História, UFGD, Dourados-MT, 2007.
- DESROCHERS, Pierre; HOFFBAUER, Christine. The Post War Intellectual Roots of the Population Bomb. Fairfield Osborn's "Our Plundered Planet" and William Vogt's "Road to Survival" in Retrospect. *The Electronic Journal of Sustainable Development*. (2009) 1(3), p. 37-61.
- DIAS, Genebaldo. *Educação Ambiental – princípios e práticas*. São Paulo: Editora Gaia, 1992.
- DINIZ, Débora; GUILHEM, Dirce. *O que é bioética*. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- DORST, Jean. *Antes que a natureza morra*. São Paulo: Editora da USP, 1973.
- DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. *Tempo e Argumento*. Revista do PPG História UDESC. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun. 2012.
- DOUROJEANNI, Marc. Robert Goodland: o homem que esverdeou o Banco Mundial. *O Eco*. 04/04/2014. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/marc-dourojeanni/28186-robert-goodland-o-homem-que-esverdeou-o-banco-mundial>>. Acesso em 01/06/2014.
- DOW CHEMICAL WORKER INTERVIEW. *Latin American Perspectives*. doi: 10.1177/0094582X7600300110., vol. 3, no. 1, p. 154-156, January 1976. Acesso via Portal Periódicos Capes.
- DREYER, Lilian. *Sinfonia inacabada: a vida de José Lutzenberger*. Porto Alegre: Vidicom Audiovisuais Edições, 2004.
- \_\_\_\_\_. Augusto Carneiro: Depois de tudo, um ecologista. São Paulo, Scortecci, 2013.
- DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.



EGAN, Michael. *Barry Commoner and the Science of Survival*. Dissertation. Doctor of Philosophy in History. Washington State University, 2004.

EHLERS Eduardo, Agricultura Sustentável. Guaíba: Ed. Agropecuária, 1999.

EHRlich, Paul. *Project Survival*. Chicago: Playboy Press, 1971.

\_\_\_\_\_. *The end of Affluence*. New York: Ballantine Books, 1974.

\_\_\_\_\_. *The population bomb*. New York, Rivercity Press, 1975.

FALK, Richard. *Morte e sobrevivência da Terra*. Rio de Janeiro: Artenova, 1972.

FARINATTI, L. A. Apropriação da terra e formação de grandes patrimônios fundiários na fronteira sul do Brasil, através dos inventários post mortem (1800-1860). *Memoria Acadêmica*. Trabajos y Comunicaciones (35), 149-171, 2009. Disponível em: <[http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/art\\_revistas/pr.4684/pr.4684.pdf](http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.4684/pr.4684.pdf)>. Acesso em 08/03/2015.

FARO, J. S. *Realidade, 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira*. São Paulo, junho de 1998.

FARSUL. *Índices de Lotação Pecuária para o Rio Grande do Sul*. Comissão de Assuntos Fundiários. FARSUL. Com. Esp. Publ. Téc. Vol. 1. 56p. 1997.

FERMENT, Gilles. Análise de risco das plantas transgênicas: Princípio da precaução ou da precipitação? IN: ZANONI, Magda, FERMENT, Gilles. *Transgênicos para quem? Agricultura, Ciência e Sociedade*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERRY, Luc. *A nova ordem ecológica*. São Paulo: Ensaio, 1994.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FILHO, José Prado Alves. *Receituário agrônomo: a construção de um instrumento de apoio à gestão dos agrotóxicos e sua controvérsia*. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

FLORES, Araceli Verônica, RIBEIRO, Joselito Nardy, NEVES, Antonio Augusto, QUEIROZ, Eliana Lopes Ribeiro de. Organoclorados: um problema de saúde pública. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo, Vol. VII, n° 2, Jul/Dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n2/24690.pdf>>. Acesso em 31/07/2012.

FONSECA, M. F. de A. C. Agricultura orgânica: regulamentos técnicos para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil. Niterói: PESAGRO-RIO, 2009.

FONSECA, SILVA. *Ciência & Ambiente*. Santa Maria, UFSM, Nr. 31, Julho/Dezembro 2005.

FOX, Warwick. *Toward a Transpersonal Ecology: Developing new foundations for environmentalism*. New York: State University of New York Press, 1995.

FRANCO, José Luiz de Andrade. Ambiente humano: Ética, Ciência e Estética. In: SAYAGO, Doris; SILVA, S.D.; TONI, F.; CAMPOS, F.I. *Por um saber ambiental: a natureza em meio a crise, riscos e políticas ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond (No prelo, previsão 2016).

FRANCO, José Luiz de Andrade, DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil:1958-1992. *Textos de História*. Brasília, Vol. 17, n° 1, 2009, p. 59-84.

\_\_\_\_\_. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In: FRANCO, José Luiz de Andrade Et. Al (Orgs.). *História Ambiental: Fronteiras, Recursos Naturais e Conservação da Natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, v. 1, p. 333-366.

FREIRE, J. R. Jardim, COSTA, J. A. STAMMEL, J. G. Principais fatores que propiciaram a expansão da soja no Brasil. *Revista Plantio Direto*. Aldeia Norte Editora, Passo Fundo, RS. Edição 92, março/abril de 2006. Disponível em: <[http://www.plantiodireto.com.br/?body=cont\\_int&id=713](http://www.plantiodireto.com.br/?body=cont_int&id=713)>. Acesso em 10/08/2012.

GAJARDO, Marcela. *Ivan Illich*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: Notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu* (8/9), 1997, pp. 319-342.

GERHARDT, Marcos. Um olhar sobre a história dos movimentos ecologistas no Rio Grande do Sul. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308137853\\_ARQUIVO\\_ecologistas-rs-final.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308137853_ARQUIVO_ecologistas-rs-final.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2014.

GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1991.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOLDSMITH, Edward et al. A blueprint for survival. *The Ecologist*. Vol. 2, N. 1, 1972. Disponível em: <<http://www.theecologist.info/key27.html>>. Acesso em 01/09/2011.

GOODPASTER, Kenneth E. On Being Morally Considerable. *The Journal of Philosophy*. Vol. 75, n°. 6 (Jun., 1978), pp. 308-325. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2025709>>. Acesso em 13/01/2012.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n°. 21, 1998.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *De Rio-Grandense a Gaúcho: o triunfo do avesso – um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)*. Porto Alegre: Editoras Associadas, 2009.

GRIFFIN, James. Metaética e Ética normativa. In: CANTO-SPERB, Monique. *Dicionário de Ética e Filosofia Moral* (Vol. 2). São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2007.

GUADAGNIN, Demétrio Luís, et al. Árvores e arbustos exóticos invasores no Pampa: questões ecológicas, culturais e socioeconômicas de um desafio crescente. In: PILLAR, Valério de Patta, et al. *Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009.

GUDYNAS, Eduardo. Ética, ambiente e ecologia: uma crise entrelaçada. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: Vozes, n°. 52, fascículo 205, mar., 1992, p. 64 – 74.

GUIMARÃES, José Roberto, NOUR, Edson A. Tratando nossos esgotos: Processos que imitam a natureza. *Cadernos Temáticos de Química Nova na Escola*. Edição especial, São Paulo, maio/2001. Disponível em: <<http://qnesc.sbq.org.br/online/cadernos/01/esgotos.pdf>>. Acesso em 05/11/2012.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso. *O educativo nas ações, lutas e movimentos de defesa ambiental: uma história de descontinuidades*. Dissertação – Mestrado em Educação. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

HARTOG, François. O tempo desorientado. *Tempo e História*. “Como escrever a história da França”. *Anos 90*. Porto Alegre, n° 7, p. 7-28, julho de 1997.

\_\_\_\_\_. Tempo e Patrimônio. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 22, n° 36, p. 261-273, Jul/Dez 2006.

\_\_\_\_\_. Tempos do Mundo, História, Escrita da História. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. (Org.) *Estudos sobre a Escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

HERMANO, Brasilina Morais. O contato e suas consequências: o caso Yanomami. *I Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras*. UFRR. Boa Vista, 04 a 07 de dezembro de 2012, p. 199-216. Disponível em: <<http://ufr.br/ppgsof/index.php/i-seminario-internacional.html>>. Acesso em 28 out 2014.

HOCHSTETLER, Kathryn; KECK, Margaret. *Greening Brazil: Environmental activism in State and Society*. Durham & London: Duke University Press, 2007.

HUXLEY, Julien. *Knowledge, morality, destiny*. New York: Mentor Books, 1957.

\_\_\_\_\_. "The Age of Overbreed". *Playboy*. New York: January 1965.

HYNES, Patricia. Ellen Swallow, Lois Gibbs and Rachel Carson: Catalysts of the American Environmental Movement. *Women's Studies International Forum*. Vol. 8, No. 4, pp. 291-298, 1985.

ILLICH, Ivan. *Tools for conviviality*. New York: Harper & Row, 1973.

\_\_\_\_\_. *Celebração da consciência*. 2ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 1976.

\_\_\_\_\_. *Energia y equidade*. Desempleo creador. México-DF: Joaquim Mortiz/Planeta, 1985.

INCA. *Diretrizes para a vigilância do câncer relacionado ao trabalho* / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva, Coordenação Geral de Ações Estratégicas, Coordenação de Prevenção e Vigilância, Área de Vigilância do Câncer relacionado ao Trabalho e ao Ambiente. Organizadora Fátima Sueli Neto Ribeiro. Rio de Janeiro: Inca, 2012.

JACOBI, Pedro. Meio ambiente e Sustentabilidade. In: CEPAM, CORREIOS. *O município no século XXI: Cenários e Perspectivas*. Ed. especial. São Paulo, 1999.

JAHR, Fritz von. Bioethik: eine Übersicht der Ethik und der Beziehung des Menschen mit Tieren und Pflanzen. *Kosmos*, Gesellschaft der Naturfreunde, Stuttgart, Nr. 24, Ano: 1927; ps. 21-32.

JESUS, Eli Lino de. Diferentes abordagens de Agricultura Não Convencional: História e Filosofia. In: AQUINO, A. M. e ASSIS, R. L. (Org.). *Agroecologia: Princípios e técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005, p. 21-48.

JOFFE, Jacob S. *The ABC of Soils*. Pedology Publications. New Brunswick: NJ, 1949.

JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, Editora PUC - Rio, 2006.

JUNGES, José Roque. *(Bio) Ética Ambiental*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2010.

KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *RS: Terra e poder – História da questão agrária*. Porto alegre: Mercado Aberto, 1986.

- KOHLHEPP, Gerd. Desenvolvimento regional adaptado: o caso da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados*. USP, São Paulo: Vol. 6, Nº 16, p. 81-102, Set/Dez. 1992. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n16/v6n16a08.pdf>>. Acesso em 28/07/2014.
- KURAMOTO, Renato Yoichi Ribeiro, APPOLONI, Carlos Roberto. Uma breve história da política nuclear brasileira. *Caderno Brasileiro de Ensino de Física* (UFSC). Florianópolis, v. 19, n.3: p. 379-392, dez. 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/6612/6104>>. Acesso em: 27 out 2014.
- LACLAU, Ernest. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 1, nr. 2, out. 1986.
- LANGENHEIM, Jean H. *The odyssey of a woman field scientist: A history of passion, persistence and patience*. Bloomington: Xlibris, 2010.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003.
- LE TORNEAU, François Michel, BURSZTYN, Marcel. Assentamentos rurais na Amazônia: Contradições entre a política agrária e a política ambiental. *Ambiente & Sociedade*. Campinas, Vol. XIII, Nº 1, p. 111-130, Jan-Jun. 2010.
- LEAR, Linda. *Rachel Carson: witness for nature*. New York: Mariner Books, 2009.
- LEFF, E. Economia ecológica e ecologia produtiva. In: LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.
- LEITE, Tainah Vítor Silva. Imagens da humanidade: Metamorfose e moralidade na mitologia Yanomami. *Mana*. Vol. 19, nº 1: 69-97, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v19n1/v19n1a03.pdf>>. Acesso em 27 out 2014.
- LENZI, Cristiano Luis. Transgênicos, Agricultura e Justiça Ambiental: Uma Análise do Conflito sobre a Liberação dos OGMs no Brasil. *V Encontro Nacional da ANNPAS*. 04 a 07 de outubro de 2010. Florianópolis/SC.
- LEONTSINIS, Solon. José Cândido de Mello Carvalho (11.06.1914 - 21.10.1994) Homenagem da Sociedade Brasileira de Zoologia. *Revista Brasileira de Zoologia*. Vol. 12, n. 1, Curitiba, 1995.
- LEOPOLD, Aldo. *Pensar como uma montanha: A Sand County Almanac*. Águas Santas, Portugal: Edições Sempre-em-pé, 2008.
- LOBATO, Sandra Maria Rickmann. *O silêncio como metáfora: O uso de agrotóxicos e a saúde de agricultores no município de Igarapé-Açu/Pará*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Universidade Federal do Pará, Belém 2003.
- LOPES, Danielle Bastos. *O Movimento Indígena na Assembleia Nacional Constituinte (1984-1988)*. Dissertação. Mestrado em História. Programa de Pós-graduação em História Social, UERJ, 2011.
- LORENZ, Konrad. *Os oito pecados mortais do homem civilizado*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- LOTUFO Jr. Albert Schweitzer. In: SCHWEITZER, Albert. *Albert Schweitzer por ele mesmo*. São Paulo: Martin Claret, 1995.
- LOVELOCK, James. *Gaia: um novo olhar sobre a vida na Terra*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Gaia: cura para um planeta doente*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- LOWY, Michael; SAIRE, Robert. *Revolta e Melancolia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- LORENZ, Konrad. *Os oito pecados mortais do homem civilizado*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.
- LUSTOSA, Caio, BENITES, Eva. *Luta ambiental e cidadania*. Porto Alegre: Editora Dacasa/Palmarinca, 2008.
- LUZ, João Hecker. *Jacob Kroeff – Jacob Kroeff Filho – Jacob Kroeff Neto: O Hoteleiro, O Coronel, O Intendente – 1855 a 1966*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- MAGALHÃES, Francisco de Oliveira Magalhães, CÂMARA, Cláudio Augusto Gomes da, ALMEIDA, Argus Vasconcelos de. O ensino da química na escola superior de agricultura “São Bento”, Olinda – São Lourenço da Mata – Pernambuco (1912-1936). São Paulo, *Química Nova*, Vol. 31, No. 3, 709-719, 2008.
- MANN, Charles. Reseeding the Green Revolution. *Science*. Vol. 277, nr. 5329, pp. 1038-1043, August 1997. DOI: 10.1126/science.277.5329.1038. Acessado via Portal Periódicos Capes, em 01/08/2012.
- MANSAN, Jaime Valim. Coerção e controle: a educação superior no Brasil durante a ditadura civil-militar (1965-1988). *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*. Recife, UFPE, N. 30, Vol. 2, 2012.
- MARGADANT, Jo Burr. *The New Biography: Performing Femininity in Nineteenth-Century France*. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 2000.



- MARTÍNEZ-ALIER, J. *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Blumenau: Ed. da FURB, 1998.
- \_\_\_\_\_. *O Ecologismo dos pobres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MATHEWS, Freya. Ecologia Profunda. In: JAMIESON, Dale (coord.). *Manual de Filosofia do Ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- McNEILL, J. R. *Something new under the Sun: An environmental history of the Twentieth-Century World*. New York, London: W. W. Norton & Company, Inc., 2000.
- MEADOWS, Donella H. Et Al. *Limites do crescimento*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- MEDEIROS, Emanuel Oliveira. *Pensar como uma montanha de Aldo Leopold: Um caminho de Educação e Ética Ambiental*. Açores – Portugal: Amigos dos Açores, 2008.
- MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. *Ambiente & Sociedade*. 2006, vol.9, n.1, pp. 41-64. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2006000100003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2006000100003&script=sci_arttext)>. Acesso em 31 out. 2014.
- MENASCHE, Renata. Legalidade, legitimidade e lavouras transgênicas clandestinas. In: ALIMONDA, Hector (Org). *Ecología política: Naturaleza, sociedad y utopia*. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101002062153/11menasche.pdf>>. Acesso em 13/02/2013.
- MENDOZA, Benito Armando Solis. *A extensão rural pública e o perfil dos extensionistas do centro de desenvolvimento agropecuário de Concepcion-Paraguai*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, 2009.
- MERTZ, Marli. A agricultura familiar no Rio Grande do Sul: um sistema agrário colonial. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 277-298, abr. 2004.
- MEYER, Marlise Regina; GEVEHR, Daniel Luciano. *Gênero, identidade étnica e poder: Mulheres na imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2014.
- MOMBACH, Clarissa. O governo Vargas e suas implicações na produção literária brasileira. *Revista Eletrônica Literatura e autoritarismo* (UFSM) – Dossiê Estudos de Literatura Comparada. Santa Maria, Setembro de 2012, p. 31-44. Disponível em: <[http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/dossie10/RevLitAut\\_art03.pdf](http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/dossie10/RevLitAut_art03.pdf)>. Acesso em 28/08/2013.
- MONTIBELLER, Gilberto, SOUZA, Gláucia, BÔLLA, Kelly. Economia ecológica e sustentabilidade socioambiental. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*. Nr. 23, p.25-35, Março de 2012.
- MONTYSUMA, Marcos. *Senhores das matas: Experiências extrativistas nas RESEX Chico Mendes – Xapuri (1983-2002)*. Tese de Doutorado. PPG em História da PUC-SP. São Paulo, 2003.
- MORAES, Gustavo Inácio; SERRA, Maurício. A importância e a atualidade do pensamento de E.F. Schumacher. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 1019-1040, nov. 2005.
- MORAES, Vaniucha de; IJUIM, Jorge Kanehide. O jornalismo literário de Realidade (1966-1968). *Revista PJ: Br Jornalismo Brasileiro*. Nº 12, Novembro/2009.
- MOREIRA, Vinicius Silva; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. As novas configurações do espaço agrário no Rio Grande do Sul / Brasil: da pecuária tradicional ao complexo agroindustrial da soja. *Confins*, 20 | 2014, publicado no dia 07 março 2014, consultado em 14 abril 2015. URL: <http://confins.revues.org/8805>; DOI: 10.4000/confins.8805.
- MORRIS, Nina Jane. *Feeling nature: naturism, camping, environment and the body in Britain, 1920-1960*. Thesis submitted for the Degree of Doctor of Philosophy. University of Hull, 2013.
- MORRONE, Juan J. Entre el escarnio y el encomio: León Croizat y la panbiogeografía. *Interciencia* (Asociación Interciencia Venezuela), vol. 25, núm. 1, enero-febrero, 2000, pp. 41-47. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=33904307>>. Acesso em 04/09/2013.
- NABINGER, Carlos (et. al.). Produção animal com base no campo nativo: aplicações de resultados de pesquisa. In: DE PATTA, Valério [et al.]. *Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Brasília: MMA, 2009.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- NASCIMENTO, Durbens Martins. *Projeto Calha Norte: Política de defesa nacional e segurança hemisférica na governança contemporânea*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2005.
- NAESS, Arne “The shallow and the deep, long-range ecology movement. A summary”. *Inquiry*. 16, 1, p. 95-100, 1973. DOI: 10.1080/00201747308601682 Disponível em: <[http://www.ecology.ethz.ch/education/Readings\\_stuff/Naess\\_1973.pdf](http://www.ecology.ethz.ch/education/Readings_stuff/Naess_1973.pdf)>. Acesso em 26/11/2012.
- NASH, Roderick. *The rights of nature*. Wisconsin-EUA: The University of Wisconsin Press, 1989.

- \_\_\_\_\_. *Wilderness & The American Mind*. Yale-EUA: Yale University Press, 2001.
- NETZER, Hans Joachim. *Crimes contra a natureza*. São Paulo: Melhoramentos, 1967.
- NEVES, Eduardo Góes. O lugar dos lugares. *Ciência & Ambiente*. Santa Maria, UFSM, N.º 31, Julho/Dezembro 2005.
- NIEBAUER, Kevin. *Ökologische Krise und Umweltbewegung auf der Akteursebene: Ideenwelt, Handlungsstrategien und Selbstverständnis von José A. Lutzenberger (1968 bis 1992)*. Dissertação de Mestrado em Estudos Latino-Americanos Interdisciplinares. Freie Universität Berlin, 2012.
- NIXON, C. R. *El desarrollo sostenible*. Un espejismo y una trampa peligrosa. *El socialismo del futuro*, n. 8, 1993. p. 53-64. Texto de aula.
- NOGUEIRA NETO, Paulo. *Uma trajetória ambientalista: Diário de Paulo Nogueira Neto*. São Paulo: Empresa das Artes, 2010.
- ODUM, Eugene, BARRET, Gary. *Fundamentos de Ecologia*. 5ª edição. São Paulo: Editora Thompson Pioneira, 2006.
- ODUM, Eugene. *Fundamentos de Ecologia*. [1953] 6ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- OLIVEIRA, Luiz Rodrigues de, BURSZTYN, Marcel. Conflitos socioambientais nas reservas legais em bloco: O caso do PA Margarida Alves, em Rondônia. In: THEODORO, Suzi Huff (Org.). *Mediação de conflitos socioambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- ORLANDI, Eni Pucinnelli. Discurso e argumentação: um observatório do político. *Fórum linguístico*, Florianópolis: n. 1, jul-dez 1998.
- OSÓRIO, Helen. Apropriação da terra na fronteira meridional da América portuguesa: direitos e formas de acesso. *Anais do XIV Congresso Internacional de História Agrária*. Badajoz, 7-9 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://seha.info/congresos/articulos/AB.2.%20Os%C3%B3rio.pdf>>. Acesso em 08/05/2015.
- PÁDUA, José Augusto. Artigo-base sobre agricultura sustentável. In: CAMARGO, A, CAPOBIANOC, J. P, OLIVEIRA, J. A. P (Orgs.). *Meio ambiente Brasil: Avanços e obstáculos pós-Rio 92*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Um sopro de destruição*. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- \_\_\_\_\_. Herança romântica e ecologismo contemporâneo. Existe um vínculo histórico? Belo Horizonte: *Varia História*, n.º 33, janeiro de 2005.
- \_\_\_\_\_. As bases teóricas da história ambiental. São Paulo: *Estudos Avançados*, Vol. 24, n.º 68, 2010.
- PÁDUA, Maria Teresa Jorge. Do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. In: MEDEIROS, Rodrigo, ARAÚJO, Fábio (Orgs). *Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro*. Brasília: MMA, 2011.
- PANZENHAGEN, Nestor Valtir. *A produção orgânica de citrus no Vale do Rio Caí - RS*. Tese (Doutorado em Fitotecnia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.
- PARIZEAU, Marie-Hélène. Ética Aplicada. As relações entre filosofia moral e ética aplicada. In: CANTO-SPERB, Monique. *Dicionário de Ética e Filosofia Moral* (Vol. 1). São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2007.
- PATTO SÁ MOTTA, Rodrigo. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- PATER, Siegfried. *José Lutzenberger. Das grüne Gewissen Brasiliens*. Lamuv-Verlag, Göttingen, 1994.
- PEETERS, Evert. Authenticity and Asceticism: Discourse and Performance in Nude Culture and Health Reform in Belgium, 1920-1940. *Journal of the History of Sexuality*, Volume 15, Number 3, July 2006, pp. 432-461. Published by University of Texas Press. DOI: 10.1353/sex.2007.0020. Acesso pelo portal de Periódicos Capes.
- PEIXOTO, Marcus. *Extensão Rural no Brasil – Uma abordagem histórica da legislação*. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008.
- PELIZZOLI, M. L. *A emergência do paradigma ecológico: Reflexões éticas para o século XXI*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Correntes da ética ambiental*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.
- PEPPER, David. *Ambientalismo moderno*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.
- PEREIRA, Elenita Malta. A árvore da João Pessoa e a Operação Hermenegildo: dois episódios de resistência do movimento ambientalista gaúcho. In: *VII Mostra de Pesquisa do APERS*. Produzindo História a partir de fontes primárias. Porto Alegre: CORAG, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Roessler: O homem que amava a natureza*. São Leopoldo: Oikos, 2013.

- \_\_\_\_\_. Cartas pela natureza: a correspondência entre José Lutzenberger e o almirante José Luiz Belart (1973-1979). *HALAC*. Guarapuava, Volumen IV, número 2, marzo-agosto 2015, p. 288-310.
- PESSON, Paul. Prefácio de: CHABOUSSOU, Francis. *Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: Novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas – A teoria da trofobiose*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- PETRARCA, Fernanda. Discurso jornalístico e representação biográfica: a trajetória de José Lutzenberger na imprensa. São Carlos, *Teoria & Pesquisa*, Vol. XVI, nº 2, jul/dez 2007, p. 111-128.
- PICADO, Wilson. Breve historia semántica de la Revolución Verde. In: LANERO, Daniel; FREIRE, Dulce (coord.). *Agriculturas y innovación tecnológica em la península ibérica (1946-1975)*. Madrid: Governo de España - Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, 2011, p. 25-50.
- PILETTI, Felipe José. *Segurança e defesa da Amazônia: O exército brasileiro e as ameaças não-tradicionais*. Dissertação. Pós-Graduação em Ciência Política. UFRGS, Porto Alegre, 2008.
- PINHEIRO, Sebastião. Retornando ao futuro. In: PINHEIRO, Sebastião, AURVALLE, Angela, GUAZZELLI, Maria José. *Agropecuária sem veneno*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Tucuruí: O agente laranja em uma república de bananas*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1989.
- PINHEIRO, Sebastião, NASR, Nasser Youssef, LUZ, Dioclécio. *A agricultura Ecológica e a Máfia dos Agrotóxicos no Brasil*. Porto Alegre: Fundação Juquira Candiru, 1993.
- PREMEBIDA, Adriano. *As biotecnologias e a politização da vida*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.
- PRESTES, Antonio João Dias. *O rio se renova, permitindo que os erros do passado sejam corrigidos: Estado e sociedade nas iniciativas para a recuperação ambiental do Guaíba (1979-2004)*. Dissertação de Mestrado. PPG em História UFRGS, 2012.
- QUADROS, Fernando L. F. de; TRINDADE, José Pedro P.; BORBA, Marcos. A abordagem funcional da ecologia campestre como instrumento de pesquisa e apropriação do conhecimento pelos produtores rurais. In: DE PATTA, Valério [et al.]. *Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Brasília: MMA, 2009.
- RADKAU, Joachim. *Nature and Power: A global history of the environment*. New York/Washington D.C: Cambridge University Press/German Historical Institute, 2009.
- RAMOS, Pedro. *Índices de rendimento da agropecuária brasileira*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: Nead, 2005.
- RAUBER, Paul. A nasty split rocks the environmental movement with friends like these... *Mother Jones*. Marion, Ohio: Novembro/1986.
- RAVAZZOLO, Ângela. *Poesia e precisão: As aquarelas de José Lutzenberger como representação da história e do cotidiano (1920 – 1951)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, 2005.
- RAYNAUT, Claude. *As relações ser humano/natureza: arqueologia social de uma ruptura*. 2006. Não publicado.
- REBELLO, Tiego Rocha. *Governo Ildo Meneghetti: A questão da reforma agrária no Rio Grande do Sul*. Comunicação no XI Encontro Estadual de História da Anpuh-RS. Rio Grande-RS, FURG, 23 a 27 de julho de 2012. Disponível em: <[http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346362533\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUH.pdf](http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346362533_ARQUIVO_ArtigoANPUH.pdf)>. Acesso em 24/01/2014.
- REDCLIFT, Michael R. Pós-Sustentabilidade e os novos conceitos de sustentabilidade. *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 124-136, jan. /jun. 2002.
- REED, Sarah Orleans. *The Publication of Paul Ehrlich's The Population Bomb by the Sierra Club, 1968: Wilderness-Thinking, Neo-Malthusianism, and Anti-Humanism*. Thesis. Degree of Bachelor of Arts with Departmental Honors in History. Wesleyan University, Middletown, Connecticut, 2008.
- REIS, Emanuel Martins dos. *A política fitossanitária de combate ao cancro cítrico na região de Presidente Prudente-SP*. Dissertação. Mestrado em Geografia. Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), 2008.
- RIBEIRO, Berta. *Amazônia Urgente*. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1992.
- RICH, Bruce. *Mortgaging the Earth: The World Bank, environmental impoverishment and the crisis of development*. Boston-USA: Beacon Press, 1994.
- RICKLEFS, Robert E. *A economia da natureza: Um livro-texto em Ecologia básica*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1996.
- RICUPERO, Bernardo, ABDALA, Fábio de Andrade, MARIANO, Karina. Meio ambiente e dívida externa: anotações de uma pesquisa. *Cadernos CEDEC*. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea



(Cedec), São Paulo, Nº 40, 1995. Disponível em: [http://www.cedec.org.br/files\\_pdf/CAD40.pdf](http://www.cedec.org.br/files_pdf/CAD40.pdf)>. Acesso em 28/07/2014.

ROBIN, Marie-Monique. *O mundo segundo a Monsanto*. São Paulo: Radical Livros, 2012.

RODEGHERO, Carla Simone. Campo x cidade: O discurso católico frente à modernização da agricultura no Rio Grande do Sul. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 7, julho/1997.

\_\_\_\_\_. *Capítulos da Guerra Fria: O anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

RODRIGUES, Aline de Lima. *O latifúndio no Rio Grande do Sul: Velhas formas na funcionalidade de novos atores econômicos na microrregião geográfica na Campanha Central*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS).

RODRÍGUEZ, Amán Rosales. Naturaleza organica y responsabilidad ética: Hans Jonas e sus críticos. *Trans/Form/Ação*. São Paulo, 27 (2), 97-111, 2004.

ROHDE, Geraldo Mario. *Epistemologia Ambiental*. 2 Edição. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

RUSSELL, Bertrand. *Political Ideals*. New York: The century Co., 1917.

\_\_\_\_\_. *Unpopular Essays*. London: George Allen and Unwin Ltd, 1950.

\_\_\_\_\_. *New hopes for a changing world*. New York: Simon and Schuster, 1951.

\_\_\_\_\_. *Has man a future?* London: George Allen and Unwin Ltd, 1961.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SCHINKE, Gert. *Ecologia Política*. Porto Alegre: Editora Tchê, 1986.

SCHMIDT, Benito Bisso, et al. *História e memórias do PT gaúcho (1978-1988)*. Porto Alegre: Fundação Perseu Abramo/Diretório Estadual do PT-RS, 2004, trabalho inédito.

SCHUMACHER, E. F. *O negócio é ser pequeno: um estudo de economia que leva em conta as pessoas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SCHWEITZER, Albert. *Decadência e regeneração da cultura*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

\_\_\_\_\_. *Albert Schweitzer por ele mesmo*. São Paulo: Martin Claret, 1995.

SILVA, Maria Cristina V. G. Imprensa e Educação Ambiental: um estudo sobre a contribuição do jornal. In: DORNELLES, Beatriz. *Mídia, imprensa e as novas tecnologias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

SILVA, Zélia Lopes da. As percepções das elites brasileiras dos anos de 1930 sobre a natureza: das projeções simbólicas às normas para o seu uso. In: ARRUDA, Gilmar (org.). *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2005.

SILVEIRA, Cristiane Amaro, ALMEIRA, Jalcione. Biossegurança e democracia: Entre um espaço de diálogo e novos fundamentalismos. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, UnB, vol. 20, n. 1, 2005, p. 73-102.

SILVEIRA, Denis Coitinho. Uma análise do princípio de responsabilidade de Hans Jonas: suas implicações metaéticas. *Ethica*. Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.137-151, 2010.

SIQUEIRA, Josafá Carlos de. *Ética e meio ambiente*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SIQUEIRA, José Eduardo. El principio responsabilidad de Hans Jonas. *Revista BioEthikos*. Centro Universitário São Camilo, São Paulo, vol. 3, n. 2, 171-193, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. Sem mocinhos nem bandidos. Entrevista. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, n 90, Março/2013.

SMAM, SMIC. *Agricultura natural - Biotecnologia apropriada para o Terceiro Mundo?* Livreto com transcrição do debate entre Nasser Youssef Nasr, José Lutzenberger, Sebastião Pinheiro e Jacques Saldanha, em Cachoeiro do Itapemirim-ES, no dia 27/06/1989. Porto Alegre, 1989, 12 p. (BSMAM).

SMITH, J. E. *"Torrey Canon" pollution and marine life: A report by Plymouth Laboratory of the Marine Biological Association of the United Kingdom*. London: Cambridge University Press, 1968.

SMITH, Michael. "Silence, Miss Carson!": Science, gender, and the reception of Silent Spring. *Feminist Studies*. Vol. 27, Nr. 3 (Fall 2001).

SOARES, Amarindo Fausto, SILVA, Joao dos Santos Vila da. *Uniformização da legenda de solos do Brasil ao milionésimo*. Campinas: Embrapa Informática Agropecuária, Março/2005. 32 p. — (Documentos Embrapa Informática Agropecuária; 49).

SORIO Jr, Humberto. *A ciência do atraso: Índices de lotação pecuária no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2001.

SOUZA, Gisela Barcelos. A repetição operativa no discurso do "novo urbanismo europeu". *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 13, n. 14, p. 95-108, dez. 2006.

SOUZA, Israel Pereira Dias de, FALCÃO, Francisco Charles Fernandes, SANTANA, Carlos César de. Estado e Movimento Indígena na Amazônia Ocidental: do conflito à conciliação? *II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte*. Belém – PA, 13 a 15 de setembro de 2010.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de, PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A contrarreforma agrária em Rondônia: colonização agrícola, expropriação e violência. *Anais do V Encontro de Grupos de Pesquisa*. “Agricultura, desenvolvimento regional e transformações sócio espaciais”. UFSM, Santa Maria, 25-27 de novembro de 2009.

TAG, Clarissa. A Agricultura no século 20. *Revista Consciência. Net*, junho de 2005. Disponível em: <http://www.consciencia.net/2005/mes/10/taguchi-liebig.html>>. Acesso em: 20/08/2012.

UDALL, Stewart L. *A crise silenciosa: a tragédia do desmatamento e da erosão*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.

URBAN, Teresa. *Missão (quase) impossível*. Aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil. São Paulo: Editora Peirópolis, 2001.

VALENTE, José Pedro Serra, PADILHA, Pedro Magalhães, SILVA, Assunta Maria Marques. Contribuição da cidade de Botucatu - SP com nutrientes (fósforo e nitrogênio) na eutrofização da represa de Barra Bonita. *Eclética Química*. São Paulo, vol.22, 1997, pp. 31-48. [cited 2012-08-22]. Available from: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-46701997000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-46701997000100004&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0100-4670. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-46701997000100004>.

VARES, Luiz Pilla. *O anarquismo: promessas de liberdade*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1988.

VARGAS, Getúlio. Discurso do Rio Amazonas. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, Abril-Junho/1942. Proferido em Manaus, no dia 10-10-40.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. *Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência*. Campinas: Papirus, 2002.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

VELOSO, Fernando A., VILLELA, André, GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma análise empírica. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, V. 62, Nº 2, p. 221-246, Abr/Jun 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbe/v62n2/06.pdf>>. Acesso em 28/07/2014.

VIEIRA, Lúcio Salgado, SANTOS, Paulo Cezar Tadeu C. dos. *Amazônia e seus solos e outros recursos naturais*. São Paulo: Editora Agronômica Ceres, 1987.

VINHA, Valéria da. Biografia de Herman Daly. Edição Especial Herman Daly, um mestre e amigo. *Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica*. Brasília, Nº 19, p. 3-4, Setembro/Dezembro 2008.

VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): Do Ambientalismo à Ecopolítica. IN: PÁDUA, José Augusto. *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987.

VITA, Álvaro de. *Sociologia da sociedade brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

WENZEL, José Alberto. *Fepam: Raízes, trincheira e farol*. Santa Cruz do Sul: Ed. Gazeta, 2014.

WHITE Jr., Lynn. Raízes históricas da nossa crise ecológica. [The historical roots of our ecological crisis. *Science*, vol. 155, nº 3767, 10/03/1967]. Tradução por Roberto A. Dantes. São Paulo, *Pensamento Ecológico* nº 13, julho de 1981.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.

WORSTER, Donald. “Living in Nature: Biography and Environmental History”. In: MYLLYNTAUS, Timo. *Thinking though the Environment*. Cambridge, The White Horse Press, 2011a.

WORSTER, Donald. *Nature’s economy: A history of ecological ideas*. Second Edition. Cambridge-UK: Cambridge University Press, 2011b.

YANOSHEVSKY, Galia. The Literary Manifesto and Related Notions: A Selected Annotated Bibliography. *Poetics Today*. Volume 30, nº 2, p. 287-315, Summer 2009.

YARROW, Greg (Professor of Wildlife Ecology). Wildlife and Wildlife Management. *Forestry and Natural Resources*. Clemson University (South Carolina, USA), May 2009. Disponível em: <[file:///C:/Users/Elenita/Documents/fs36\\_wildlife\\_and\\_wildlife\\_management.pdf](file:///C:/Users/Elenita/Documents/fs36_wildlife_and_wildlife_management.pdf)>. Acesso em 30 dez 2014.

ZARTH, Paulo Afonso; GERHARDT, Marcos. Uma história ambiental do pampa do Rio Grande do Sul. In: FILHO, Althen Teixeira (org). *Lavouras de destruição: a (im)posição do consenso*. Pelotas: Livraria Mundial, 2009, v. 1, p. 249-295.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed.Unijuí, 2002.

ZEREGA, Gus di. Empathy, Society, Nature, and the Relational Self: Deep Ecology and Liberal Modernity. *Social Theory and Practice*. Vol. 21, p. 239-69, Summer 1995.

ZHOURI, Andréa. O fantasma da internacionalização da Amazônia revisitado: Ambientalismo, direitos humanos e indígenas na perspectiva de militares e políticos brasileiros. *Anais do XXVI Encontro Anual da ANPOCS*. GT11 - O desenvolvimento sustentável em questão na Amazônia brasileira. Caxambu, outubro de 2002.

ZIMMERMAN, Barbara, BERNARD, Enrico. Alianças conservacionistas com sociedades indígenas na Amazônia brasileira. *Ciência & Ambiente*. Santa Maria, UFSM, N° 31, Julho/Dezembro 2005.

ZIMMERMANN, Livia. *Ações que mudaram a História – A saga de Hilda E. Wrasse Zimmermann & sua agenda socioambiental*. Porto Alegre: Edição da Autora, 2012.